



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. AO Nº 045 - QUARTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS  
Exercício Financeiro - 2013

GOVERNO FEDERAL  
(Mensagem nº 6/2014 - CN - nº 69/2014, na origem)

BRASÍLIA - DF

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3º - João Durval - (PDT-BA)  
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b></p> <p><b>Eunício Oliveira</b> (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b></p> <p><b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Humberto Costa - Bloco</b> (116,121)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b></p> <p><b>Humberto Costa</b> (116,121)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,99)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT</p> <p>Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Rodrigo Rollemberg</b> (65,98)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB</p> <p>Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b></p> <p><b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,115)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PCdoB</p> <p>Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Wilder Moraes - Bloco</b> (95,112,118)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b></p> <p><b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM</p> <p>Wilder Moraes (95,112,118)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR</p> <p>Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Marcelo Crivella</b> (36,120)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;"><b>SDD - 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Vicentinho Alves - SDD</b> (42,54,71,111)</p>
<p style="text-align: center;"><b>PROS - 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (96,108,114)</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;"><b>Antônio Helder Medeiros Rebouças</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

# CONGRESSO NACIONAL

## MENSAGEM Nº 6/2014-CN

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2013.

Brasília, 3 de abril de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D. Rossetti', written in a cursive style. The signature is positioned below the date and is followed by a small, stylized mark that resembles a triangle or a checkmark.

00001.000967/2014-95

EM nº 00005/2014 CGU

Brasília, 28 de Março de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

Saliento, por fim, que a Prestação de Contas deve ser submetida ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,



*Assinado eletronicamente por: Jorge Hage Sobrinho*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA  
PRESIDENTA DA REPÚBLICA



2013

BRASÍLIA, ABRIL DE 2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA



2013

BRASÍLIA, ABRIL DE 2014

Copyright © 2014 - Controladoria-Geral da União

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessado em sua versão digital ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)).

Créditos das Fotos: Secom/PR e acervos dos Ministérios.

Tiragem: 60 exemplares

Impresso no Brasil

Autoridades Responsáveis pelas Contas do Exercício de 2013

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

**MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Jorge Hage Sobrinho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

**SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

Valdir Agapito Teixeira

**DIRETORA DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA**

Renilda de Almeida Moura

**COORDENADOR-GERAL DE CONTAS DO GOVERNO**

Itamar José Padilha

**EQUIPE TÉCNICA**

Elaine Cristina Pirkiel

Paterson da Rocha Severo

Lícia Maria Gaspar Barros Kilson

Adalberto Carvalho Pinto

**COLABORAÇÃO TÉCNICA**

Diretoria de Auditoria da Área Social / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura / SFC

Diretoria de Auditoria da Área Econômica / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia / SFC

Diretoria de Auditoria da Área de Pessoal, Previdência e Trabalho / SFC

Informações: (61) 2020-7190 / 2020-6868 / 2020-6842

Endereço Eletrônico: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

Correio Eletrônico: [sfcdecon@cgu.gov.br](mailto:sfcdecon@cgu.gov.br) / [pcpr@cgu.gov.br](mailto:pcpr@cgu.gov.br)

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Secretaria Federal de Controle Interno

REVISÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: Coordenação-Geral de Contas do Governo - DECON/SFC

APOIO: Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/CGU

# APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

De forma complementar, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 conferem à Controladoria-Geral a tarefa de elaborar as contas presidenciais prestadas anualmente, bem como manter as citadas contas disponíveis para consulta da sociedade, de forma permanente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para esta missão, foi atribuído à Secretaria Federal de Controle Interno desta Controladoria-Geral da União o papel de organizar as contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, para seu encaminhamento ao Congresso Nacional, no citado prazo constitucional contado da abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, ocorrida em 03 de fevereiro de 2014.

Inobstante o dever legal conferido ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, ressalto que as informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação governamental no exercício de 2013, sendo estruturadas em seis partes, assim compreendidas:

PARTE	I	Política Econômico-Financeira e Social
PARTE	II	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE	III	Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE	IV	Atuação por Setor Governamental
PARTE	V	Balanço Geral da União
PARTE	VI	Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2012

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2013.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Setor Governamental contempla a ação governamental em cada área de atuação do Poder Executivo, privilegiando a informação por programa temático e objetivos, numa abordagem daqueles considerados mais relevantes por parte da alta direção dos ministérios, e, subsidiariamente, outros sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apresentar à sociedade prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2013.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte V, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

E finalmente a Parte VI retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido, quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2012.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO Secretaria Federal de Controle Interno - SFC	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 3.591/2000.
MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre os indicadores dos programas e execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2013 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior organicidade, transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64 com as evidenciações necessárias à sua melhor compreensão.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I - POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL</b>	<b>17</b>
<b>1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2013</b>	<b>17</b>
1.1.1. Inflação	17
1.1.2. Política Monetária e de Crédito	18
1.1.3. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público	19
<b>1.2. MOEDA E CRÉDITO</b>	<b>20</b>
1.2.1. Aspectos Gerais	20
1.2.2. Agregados Monetários	20
1.2.3. Títulos Públicos Federais	21
1.2.4. Operações de Crédito	21
1.2.5. Sistema Financeiro Nacional	25
<b>1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO</b>	<b>26</b>
1.3.1. Política de Comércio Exterior	26
1.3.2. Política Cambial	28
1.3.3. Movimento de Câmbio	30
1.3.4. Balanço de Pagamentos	32
1.3.5. Reservas internacionais	44
1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional	46
1.3.7. Dívida Externa	47
1.3.8. Indicadores de Endividamento	54
1.3.9. Captações externas	55
1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)	56
<b>1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>58</b>
1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público	58
1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público	58
1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos	58
1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)	59
1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais	59
1.4.6. Outros Haveres	59
<b>1.5. OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL</b>	<b>60</b>
1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira	60
1.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios	61
1.5.3. Recebimento de Créditos	62
1.5.4. Haveres Mobiliários	63
1.5.5. Capitalização de Fundos	68
<b>1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>69</b>
1.6.1. Variações do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF)	69
1.6.2. Necessidades de Financiamento	70
1.6.3. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida	73
1.6.4. Tesouro Direto	75
1.6.5. Avanços Institucionais	76

## **1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 76**

- 1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação 76
- 1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e do Distrito Federal 77
- 1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP nº 2185-35/2001) 77
- 1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real (RLR) 78
- 1.7.5. Cálculo da Capacidade de Pagamento 78
- 1.7.6. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002 83
- 1.7.7. Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores 83

## **1.8. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO 84**

- 1.8.1. Aspectos Gerais 84
- 1.8.2. Financiamentos 84
- 1.8.3. Subvenções Econômicas 84
- 1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas 90

## **1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 90**

- 1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens 90
- 1.9.2. Concessão de Garantias Externas 91
- 1.9.3. Concessão de Garantias Internas 93
- 1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias 97
- 1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito 99
- 1.9.6. Securitização de Dívidas 100

## **1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO 101**

- 1.10.1. Banco da Amazônia (Basa) 101
- 1.10.2. Banco do Brasil S.A. (BB) 109
- 1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) 117
- 1.10.5. Caixa Econômica Federal (Caixa) 128
- 1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) 135

## **PARTE II – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 141**

### **2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2013 141**

- 2.1.1. Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira 141
- 2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício 142
- 2.1.3. Execução Financeira 142

### **2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 149**

- 2.2.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita 149
- 2.2.2. Análise da Execução da Despesa Orçamentária 171
- 2.2.3. Resultado Orçamentário 197
- 2.2.4. Política de Restos a Pagar 198
- 2.2.5. Parcelamento de Créditos 200

### **2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 201**

- 2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE 201
- 2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde 207
- 2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 212

**2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE LEGAL (LRF) 214**

- 2.4.1. Despesa com Pessoal 214
- 2.4.2. Dívida Consolidada Líquida 215
- 2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores 217
- 2.4.4. Operações de Crédito 219
- 2.4.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa 219

**2.5. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA 220**

- 2.5.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN 220

**2.5.2. Procuradoria-Geral Federal – PGF 227****Dívida Ativa de Autarquias e Fundações Públicas Federais 227**

- 2.5.3. Dívida Ativa sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB) 234
- 2.5.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União Exercício de 2013 238

**PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS 245****3.1. ASPECTOS GERAIS 245****3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS 249****3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO 267****3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO 271**

- 3.4.1. RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR 272
- 3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 274
- 3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC 276

**3.5. METODOLOGIA E PAPÉIS DE TRABALHO PARA QUALIFICAÇÃO DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO 277****PARTE IV – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL 283****4.1. INTRODUÇÃO 283****4.2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 285**

- 4.2.1. Casa Civil da Presidência da República 285
- 4.2.2. Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) 287
- 4.2.3. Secretaria de Relações Institucionais 290
- 4.2.4. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO 291
- 4.2.5. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República 294
- 4.2.6. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) 295
- 4.2.7. Secretaria de Comunicação Social (Secom) 297

<b>4.3. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)</b>	<b>302</b>
4.3.1. Programa 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República	302
4.3.2. Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	303
<b>4.4. SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SMPE/PR)</b>	<b>315</b>
4.4.1. Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas	315
4.4.2. Programa 2023 - Comércio e Serviços	317
<b>4.5. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)</b>	<b>318</b>
4.5.1. Programa 2017 - Aviação Civil	318
<b>4.6. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR)</b>	<b>323</b>
4.6.1. Programa 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	323
4.6.2. Programa 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	324
4.6.3. Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	324
<b>4.7. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEPP/PR)</b>	<b>328</b>
4.7.1. Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	328
<b>4.8. SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR)</b>	<b>332</b>
4.8.1. Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	332
<b>4.9. SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEP/PR)</b>	<b>337</b>
4.9.1. Programa 2074 - Transporte Marítimo	337
<b>4.10. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)</b>	<b>343</b>
4.10.1. Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização	343
<b>4.11. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)</b>	<b>349</b>
4.11.1. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	349
<b>4.12. MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC)</b>	<b>353</b>
4.12.1. Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	353
<b>4.13. MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)</b>	<b>357</b>
4.13.1. Programa 2058 - Política Nacional de Defesa	358
<b>4.14. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)</b>	<b>371</b>
4.14.1. Programa 2030 - Educação Básica	371
4.14.2. Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica	382
4.14.3. Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	385
<b>4.15. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)</b>	<b>392</b>
4.15.1. Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro	392

<b>4.16. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)</b>	<b>399</b>
4.16.1. Programa 2013 – Agricultura Irrigada	399
4.16.2. Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	401
4.16.3. PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	403
4.16.4. Programa 2051 - Oferta de Água	406
<b>4.17. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)</b>	<b>409</b>
4.17.1. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania	409
<b>4.18. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA)</b>	<b>414</b>
4.18.1. Programa 2052 - Pesca e Aquicultura	414
<b>4.19. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)</b>	<b>421</b>
4.19.1. Programa 2061 - Previdência Social	422
<b>4.20. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)</b>	<b>428</b>
4.20.1. Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	428
<b>4.21. MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCIDADES)</b>	<b>437</b>
4.21.1. Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	437
4.21.2. Programa 2049 – Moradia Digna	440
<b>4.22. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MC)</b>	<b>449</b>
4.22.1. Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	449
<b>4.23. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)</b>	<b>460</b>
4.23.1. Programa 2057: Política Externa	460
<b>4.24. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)</b>	<b>470</b>
4.24.1. Programa 2022 - Combustíveis	470
4.24.2. Programa 2033 - Energia Elétrica	474
4.24.3. Programa 2053 – Petróleo e Gás	476
<b>4.25. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)</b>	<b>479</b>
4.25.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar	480
<b>4.26. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)</b>	<b>486</b>
4.26.1. Programa 2019 – Bolsa Família	491
4.26.2. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	493
<b>4.27. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)</b>	<b>497</b>
4.27.1. Programa 2023 – Comércio e Serviços	497
4.27.2. Programa 2024 - Comércio Exterior	498
4.27.3. Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo	500
<b>4.28. MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)</b>	<b>507</b>
4.28.1. Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos	507

<b>4.29. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)</b>	<b>516</b>
4.29.1. Programa 2018 – Biodiversidade	516
<b>4.30. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)</b>	<b>529</b>
4.30.1. Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	529
<b>4.31. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)</b>	<b>537</b>
4.31.1. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda	537
4.31.2. Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude	543
4.31.3. Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	543
4.31.4. Programa 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	544
4.31.5. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	545
4.31.6. Programa 2067 – Resíduos Sólidos	545
<b>4.32. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR)</b>	<b>546</b>
4.32.1. Programa 2076 - Turismo	546
<b>4.33. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (MT)</b>	<b>555</b>
4.33.1. Programa 2075 – Transporte Rodoviário	555
4.33.2. Programa 2072 – Transporte Ferroviário	558
<b>ANEXO - INDICADORES DOS PROGRAMAS DO PPA 2012-2015</b>	<b>563</b>

## **PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO 625**

<b>5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO</b>	<b>625</b>
5.1.1. Balanço Patrimonial	625
5.1.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais	627
5.1.3. Balanço Financeiro	629
5.1.4. Balanço Orçamentário	631
5.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	633
<b>5.2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>634</b>
5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	634
5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis	635
5.2.3. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos	636
5.2.4. Procedimentos Especiais	637
5.2.5. Composição dos Principais Itens das Demonstrações	640
5.2.6. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis	681

## **PARTE VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2012 (Acórdão nº 1274/2013 – TCU – Plenário) 691**

<b>6.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / CONTAS 2012</b>	<b>691</b>
--	------------



# PARTE I

## POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

## PARTE I - POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

### 1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2013

O ano de 2013 foi marcado pela aceleração do crescimento econômico, particularmente dos investimentos na economia. Foi o ano em que o investimento voltou a liderar o crescimento do PIB, fortalecendo as bases para um ciclo de expansão de longo prazo. No acumulado do ano, até o terceiro trimestre, a formação bruta de capital fixo na economia cresceu 6,5%.

O cenário econômico mundial passou por mudanças significativas ao longo do ano de 2013. No segundo trimestre/2013, houve elevação na volatilidade dos mercados internacionais, com efeitos adversos especialmente nas economias emergentes, nas quais as condições de financiamento ficaram menos favoráveis, levando a quedas nos mercados acionários e a desvalorizações cambiais.

Em 2013, a economia brasileira ainda sentiu os efeitos do baixo crescimento da economia mundial e das incertezas relacionadas à condução da política monetária nos Estados Unidos. Mesmo assim, a economia brasileira aumentou a sua taxa de crescimento, refletindo em boa parte um conjunto de ações de política econômica anticíclicas oportunamente adotadas para enfrentar os efeitos adversos da crise internacional.

O mercado de trabalho continuou robusto, com crescimento do rendimento real e queda consistente das taxas de desemprego.

Entre maio e dezembro de 2013, a perspectiva de redução de estímulos monetários, desencadeada com a mudança no discurso do Fed, o Banco Central dos Estados Unidos, levou a mudanças importantes de preços relativos de ativos e gerou estresse e volatilidade nos mercados financeiros e cambiais mundo afora.

As taxas de juros mais longas dos títulos do tesouro norte-americano se elevaram e as moedas das economias emergentes se depreciaram, impulsionadas ainda pelo crescimento dos prêmios de risco das dívidas soberanas.

No caso do Brasil, foram tomadas medidas de política econômica que contribuíram de forma decisiva para reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e mitigar as incertezas geradas nesse novo contexto. No início de junho, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimento estrangeiro em renda fixa foi reduzida de 6% para 0%. O IOF sobre derivativos também foi zerado.

O Banco Central implementou, a partir de agosto, programa de leilões diários de swap cambial e venda semanal de dólares com compromisso de recompra. Com esse programa, o Banco Central tem como objetivo prover proteção cambial aos agentes econômicos e liquidez no mercado de câmbio. Com efeito, os ingressos líquidos de investimento estrangeiro na renda fixa atingiram níveis significativos, a volatilidade

cambial diminuiu e reduziram-se as incertezas que haviam aumentado com o novo contexto internacional. Assim, o início da redução gradual dos estímulos monetários em 2014, anunciado pelo Fed em dezembro de 2013, ocorreu sem maiores sobressaltos nos mercados financeiros domésticos.

Além disso, e a despeito dos efeitos adversos e generalizados sobre a precificação de ativos financeiros causados por esta elevação de volatilidade nos mercados, o sistema bancário brasileiro continuou apresentando capacidade de solvência em patamares satisfatórios. Tanto é assim que em setembro de 2013, o Índice de Basileia, que simula a estrutura de capital das instituições financeiras, atingiu 17,2%, acima do índice de 16,4% (dez/12), com folga em relação ao mínimo regulatório de 11%.

Apesar do contexto internacional de dificuldades, os sólidos fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal –, o elevado nível de reservas internacionais, a dívida pública líquida cadente, o sistema financeiro doméstico sólido e o mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Embora não de forma linear, a economia brasileira alcançou maiores taxas de crescimento em 2013. No acumulado em quatro trimestres, a taxa de crescimento do PIB passou de 1,0% em 2012 para 2,3% no terceiro trimestre de 2013.

A política econômica brasileira tem atuado tanto para mitigar os efeitos negativos da crise internacional por meio de medidas anticíclicas, como também para consolidar as bases para o crescimento sustentado de longo prazo. Medidas têm sido adotadas para dinamizar a economia doméstica e aumentar sua competitividade.

A ampliação dos investimentos públicos e privados melhoram as condições de crescimento equilibrado de longo prazo. O Programa de Investimentos em Logística (PIL), com amplas concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e energia, se alinha à estratégia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como peça fundamental para a superação de gargalos, aumento da produtividade e competitividade da economia. Dado seu efeito multiplicador, os investimentos em infraestrutura acabam por promover, ainda mais, os investimentos privados em setores estratégicos e dinâmicos.

#### 1.1.1. Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), terminou 2013 com variação de 5,91%, pouco acima da variação de 5,84% registrada em 2012, representando o décimo ano consecutivo de cumprimento das metas de

inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Cabe ressaltar que a inflação observada em 2013 foi afetada por choques domésticos de oferta, destacando-se o substancial aumento no preço dos produtos in natura em função do volume atípico de chuvas.

Entretanto, a trajetória dos preços ao consumidor no acumulado de doze meses no segundo semestre declinou, evidenciando a reversão do movimento de alta provocado, nos primeiros meses do ano, pelos choques de oferta e, em grande medida também, pelo descarte das altas taxas de inflação registradas no segundo semestre de 2012. Prospectivamente, espera-se continuidade da trajetória descendente em 2014 para a inflação ao consumidor em doze meses, impactada, entre outros fatores, pelos efeitos das ações de política monetária recentemente implementadas.

### 1.1.2. Política Monetária e de Crédito

O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve inalterada a taxa de juros básica no primeiro trimestre do ano. No mês abril, o Comitê avaliou que o nível elevado da inflação e a dispersão de aumentos de preços, entre outros fatores, contribuíram para que o índice de preços mostrasse resistência. Diante disso, decidiu elevar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 7,25% a.a. para 7,50% a.a. Em maio, o Comitê deu prosseguimento ao ajuste da taxa, elevando-a para 8% ao ano.

No segundo semestre, o Copom realizou quatro reuniões, avaliando a depreciação e a volatilidade da taxa de câmbio ocorrida no período, o que poderia ser uma fonte de pressão inflacionária de curto prazo. O Comitê ponderou que o IPCA dos últimos doze meses permanecia elevado e disperso, com processo inflacionário resistente, podendo dificultar as tomadas de decisões dos agentes econômicos sobre o consumo e investimento.

Observado o contexto, o Copom efetuou acréscimos na taxa básica de juros de 0,5 p.p. em cada reunião, encerrando o ano de 2013 com a taxa Selic em 10% a.a., sem viés. Esse movimento é consistente com o fato de que a economia brasileira convive com patamares menores de taxas de juros reais, sustentados pela solidez macroeconômica.

O mercado de crédito brasileiro em 2013 continuou apresentando desempenho de crescimento, alcançando um crescimento de 14,5% em 12 meses, em novembro de 2013. Como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), alcançou a marca de 55,6% ante 52,9% em novembro de 2012. Entretanto, esta evolução do crédito manteve comportamento diferenciado entre as operações com recursos direcionados e com recursos livres. No segmento livre, ao longo do ano, o ritmo foi condicionado por fatores sazonais, predominando as linhas de menor custo e prazos mais longos, como o crédito consignado, no caso de pessoas físicas, e o capital de giro acima de um ano, no âmbito empresarial.

Os empréstimos com recursos direcionados, com desempenho mais expressivo, refletiram o dinamismo das contratações do crédito imobiliário, rural e dos financiamentos do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados ao investimento produtivo.

Quanto às condições gerais do mercado de crédito, no ano, observou-se elevação nas taxas de juros, em ritmo compatível com o ciclo da política monetária, e estabilidade nos spreads. A taxa de inadimplência apresentou trajetória de declínio, registrando 3,1% em novembro, redução de 0,6 p.p. no período anual, menor patamar da nova série incluindo recursos livres e direcionados, iniciada em março de 2011.

Nas operações com pessoas físicas, o indicador apresentou recuo mais expressivo, de 1,1 p.p., alcançando também o valor mínimo da série, enquanto que, no crédito a empresas, registrou-se redução de 0,3 p.p., nas mesmas bases de comparação. No mesmo sentido, o comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida declinou ao longo do ano, situando-se em 21% em outubro, comparativamente a 21,8% em dezembro e 22,1% em outubro do ano anterior.

As reservas no conceito de liquidez internacional totalizaram US\$ 375,8 bilhões em dezembro de 2013, redução de US\$ 2,8 bilhões em relação ao estoque apurado no mesmo mês do ano anterior. A receita de remuneração das reservas somou US\$ 3,4 bilhões, enquanto as variações por preços e paridade reduziram o estoque em US\$ 4,3 bilhões e US\$ 4,1 bilhões, respectivamente.

No conceito caixa, as reservas alcançaram US\$ 358,8 bilhões em dezembro de 2013, redução de US\$ 14,3 bilhões em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em 2013, a Autoridade Monetária vendeu liquidamente US\$ 11,5 bilhões em operações de linha com recompra, reduzindo, adicionalmente, o estoque de reservas no conceito caixa.

O CMN, por meio da Resolução nº 4.292, de 19 de dezembro de 2013, aprimorou a regulamentação da portabilidade do crédito, instituindo a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico para a troca de informações entre as IFS para a efetivação da portabilidade, a pedido do devedor, determinação esta que uniformiza procedimentos e prazos na realização da portabilidade, oferecendo ao cliente maior facilidade na escolha da instituição que atenda melhor seus interesses, estimulando assim maior concorrência no setor.

Por meio da Resolução nº 4.271, de 30 de setembro de 2013, o limite máximo de avaliação de imóveis para financiamento passou de R\$ 500 mil – valor fixado em março de 2009 – para R\$ 650 mil, podendo chegar a R\$ 750 mil para imóveis localizados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. Ainda aprimorando a regulação financeira, foram estabelecidos limites máximos de financiamento do imóvel de forma que o desenvolvimento do mercado de crédito imobiliário continue se dando em bases sustentáveis.

Com a edição da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o CMN e o Banco Central do Brasil (BCB) baixaram normas instituindo as bases para a criação de mecanismo que permite ao cidadão realizar pagamentos sem a intermediação de uma instituição financeira, trazendo segurança jurídica

para implementação e desenvolvimento dos arranjos de pagamento, com grande impacto para o dia-a-dia do cidadão.

Outra medida importante, visando aprimorar o mercado de crédito e tornar as transações juridicamente mais seguras, foi a aplicação do conceito de “valor incontroverso” em ações jurídicas resultantes de questionamentos de taxas de juros pactuadas em contratos de financiamento.

O Governo Federal criou em outubro de 2013 o programa Cidadania Financeira, voltado à promoção da educação financeira e do acesso a informações sobre o SFN, que visa a garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no entendimento de que a educação, proteção e inclusão financeira contribuem tanto para a cidadania financeira como para a eficiência SFN e para a manutenção da estabilidade econômica do País.

O Programa está alinhado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) e ao Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional, no âmbito da Parceria Nacional para Inclusão Financeira.

O programa Cidadania Financeira atua em três frentes: i) gestão de finanças pessoais, com foco no hábito de poupança e na responsabilidade no uso do crédito; ii) relacionamento do cidadão com o SFN, propiciando informação, formação e orientação sobre serviços e produtos financeiros, o papel e funções do SFN e do Banco Central, bem como sobre os canais de atendimento e de resolução de conflitos; iii) indução de boas práticas no relacionamento das instituições financeiras, na oferta de serviços financeiros.

### **1.1.3. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público**

Em 2013, o Governo Federal obteve resultado primário de R\$ 74,7 bilhões, superando em 1,7 bilhão os R\$ 73,0 bilhões assumidos como compromisso para o ano. Não obstante as desonerações tributárias concedidas para estimular os investimentos privados, em meados de 2013 o Governo Federal avaliou ser possível ampliar o seu esforço fiscal em R\$ 10 bilhões de forma a contrabalançar a expectativa de um resultado primário mais modesto dos entes subnacionais que estavam realizando investimentos em maior intensidade.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na LDO-2013, foi fixada em R\$ 155,9 bilhões para 2013, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais Anuais. Desta meta, o Governo Central ficou responsável por R\$ 108,1 bilhões, enquanto às Empresas Estatais Federais correspondeu um resultado nulo. O art. 3º da LDO-2013, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.795, de 2 de abril de 2013, prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal até o montante de R\$ 65,2 bilhões, em face da realização dos investimentos prioritários estabelecidos na própria LDO e de desonerações tributárias.

A Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2013 (LOA-2013), também considerou um resultado primário do Governo Federal de R\$ 108,1 bilhões. Vale mencionar que foi considerado o abatimento na meta de superávit primário, dentro do limite permitido pelo art. 3º da LDO-2013, em R\$ 35,1 bilhões.

A LOA-2013 foi sancionada após o término do primeiro bimestre e do prazo legal para o envio aos demais Poderes do primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas primárias. Tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 50 da LDO-2013.

De acordo com o art. 48 da LDO-2013, os Poderes e o Ministério Público da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Dessa forma, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, contendo a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013.

Como o Decreto nº 7.995/2013 foi publicado em maio, portanto, após o encerramento do primeiro quadrimestre, esse não apresentou metas fiscais para aquele período. Dessa forma, o Relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre limitou-se a apresentar a programação orçamentária e financeira anual e o resultado realizado, além dos demais dados requeridos pela legislação.

No mês de maio foi enviado ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do 2º bimestre, conforme art. 49 da LDO-2013. Fundamentado nos dados realizados até o mês de abril e na atualização dos parâmetros macroeconômicos, o relatório reduziu os limites de movimentação e empenho das despesas discricionárias em relação à LOA-2013 em R\$ 22,5 bilhões. No âmbito do Poder Executivo, as orientações decorrentes dessa avaliação foram implementadas por meio do Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013.

Encerrado o 3º bimestre, procedeu-se, em julho, à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, a partir dos dados realizados até o mês de junho e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, havendo necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em R\$ 4,4 bilhões. De forma a implementar tais recomendações, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013.

Ao final do 4º bimestre, realizou-se, em setembro, a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de agosto e da atualização dos parâmetros macroeconômicos, verificando-se a possibilidade de manutenção dos limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação ao estabelecido no Decreto nº 8.062/2013. Essa avaliação bimestral ensejou a publicação, no âmbito do Poder

Executivo, do Decreto nº 8.111, de 30 de setembro de 2013.

Em novembro, procedeu-se a 5ª avaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de outubro e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, recomendando-se a ampliação dos limites de movimentação e empenho e de pagamento das despesas discricionárias em relação ao estabelecido no Decreto nº 8.111/2013 no montante de R\$ 2,2 bilhões. Nessa ocasião ficou estabelecida a meta de R\$ 73,0 bilhões para o Governo Federal em 2013, utilizando R\$ 35,1

bilhões da possibilidade de abatimento constante no art. 3º da LDO-2013. Essa revisão ensejou a publicação, no âmbito do Poder Executivo, do Decreto nº 8.143, de 22 de novembro de 2013.

Encerrado o mês de dezembro, verificou-se que o Governo Federal superou a meta de superávit primário do exercício de 2013, atingindo o montante de R\$ 74,7 bilhões, considerando a possibilidade de abatimento disposta no art. 3º da LDO-2013.

## 1.2. MOEDA E CRÉDITO

### 1.2.1. Aspectos Gerais

A evolução dos agregados monetários em 2013 mostrou-se consistente com o crescimento moderado da atividade econômica, a evolução das taxas de juros e o arrefecimento na expansão das operações de crédito, contrabalançado, em parte, pelo desempenho positivo dos indicadores relativos a emprego e renda.

Comparativamente ao ano anterior, ocorreu redução na trajetória de crescimento dos meios de pagamentos de maior liquidez, em linha com a desaceleração do consumo das famílias.

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) registraram menor ritmo de expansão em 2013, na comparação com o ano anterior, refletindo a desaceleração no crédito com recursos livres, em decorrência da elevação da taxa básica de juros a partir de abril e do menor dinamismo dos empréstimos voltados para o consumo.

As operações com recursos direcionados registraram expansão nos principais segmentos, influenciadas pela demanda por investimentos das empresas e famílias, destacando-se, comparativamente à evolução verificada em 2012, a aceleração do crédito rural e a manutenção do ritmo de crescimento dos financiamentos imobiliários e com recursos do BNDES.

Ao longo do ano, o mercado de crédito apresentou aumento das taxas de juros, acompanhado de redução dos *spreads*, elevação de prazos e recuo consistente da inadimplência, cujos índices alcançaram patamares mínimos da série histórica, iniciada em março de 2011.

No mesmo sentido, o comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida declinou no decorrer do ano, situando-se em 21% em outubro, comparativamente a 21,8% em dezembro e 22,1% em dezembro e outubro do ano anterior, respectivamente.

### 1.2.2. Agregados Monetários

Em relação aos agregados monetários em poder do público não-financeiro, a média dos saldos diários dos meios de pagamento no conceito restrito (M1) atingiu R\$ 339

bilhões ao final de dezembro, com avanço anual de 8,3%, correspondente aos acréscimos de 11,4% no papel-moeda em poder do público e de 5,6% nos depósitos à vista.

Utilizando dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 cresceu 2,2%, em linha com a evolução do produto.

A base monetária restrita alcançou saldo médio diário de R\$ 240,3 bilhões em dezembro, com elevação anual de 4,1%, resultante do incremento de 10% no papel-moeda emitido e declínio de 16,9% na posição de reservas bancárias.

Essa evolução foi influenciada pela edição da Circular nº 3.622, de 27 de dezembro de 2012, que permitiu a dedução, no recolhimento compulsório sobre recursos à vista, do valor correspondente aos financiamentos de ônibus e caminhões, concedidos pelos bancos a partir de 21 de dezembro de 2012.

A dedução foi limitada a 20% da exigibilidade, produzindo efeito a partir do período de cálculo com início em 21 de janeiro de 2013.

Observados saldos de final de período, a base monetária somou R\$ 249,5 bilhões no final de 2013.

A expansão anual de R\$ 16,1 bilhões refletiu, principalmente, o impacto expansionista de R\$ 198,3 bilhões dos resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional.

Em contraposição, ocorreram movimentações contracionistas nas operações do setor externo, com a venda líquida de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio no valor de R\$ 22,4 bilhões, nos recolhimentos compulsórios de R\$ 17,8 bilhões, bem como na movimentação da conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos públicos, que atingiu R\$127,6 bilhões, influenciada pela arrecadação tributária recorde.

A base monetária ampliada, que consiste em um indicador da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, agregando à base monetária restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central registrados no Sistema Especial de Liquidação

e de Custódia (Selic), alcançou R\$ 3,1 trilhões ao final de dezembro, acumulando crescimento de 7,6% em 2013.

Essa evolução refletiu, em grande parte, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não apresentaram tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do ano de 2013, registrando em ambas o índice de 1,4 ao final do período.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados apresentou aumento de 10,7% em 2013, ante 9,1% verificado no ano anterior.

O saldo de títulos privados expandiu-se 7,2% e 3,4%, nos mesmos períodos, refletindo resgates líquidos de R\$ 100,3 bilhões em depósitos a prazo, ante R\$ 125,3 bilhões em 2012.

Por sua vez, os depósitos de poupança cresceram 20,3% em

2013, com captações líquidas de R\$ 71 bilhões, superando a evolução de 18,1% observada no ano anterior.

O agregado M3 elevou-se 8,6% no ano. As quotas de fundos de investimento aumentaram 8,5% no período, comparativamente à expansão de 20,7% em 2012, com captações líquidas de R\$ 48 bilhões.

O M4, que corresponde ao M3 acrescido dos títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 8,6%, atingindo saldo de R\$ 4,5 trilhões no final de 2013.

Ressalte-se que as projeções estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados monetários foram devidamente cumpridas no ano de 2013.

A seguir, apresenta-se quadro com resumo dos valores programados e ocorridos para ambos os conceitos de base monetária e de meios de pagamento:

#### RESULTADOS PREVISTOS PELA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA E OCORRIDOS EM 2013<sup>1/</sup>

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses <sup>2/</sup>	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 <sup>3/</sup>	320,0 - 375,7	11,1	339	8,3
Base restrita <sup>3/</sup>	216,1 - 292,3	10,1	240,3	4,1
Base Ampliada <sup>4/</sup>	2 974,6 - 3 492,0	11,7	3 114,6	7,6
M4 <sup>4/</sup>	3 744,4 - 5 065,9	7,3	4 455,4	8,6

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais, considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

### 1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2013, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais foram contracionistas em R\$ 153,8 bilhões, correspondentes a resgates de R\$ 556,1 bilhões e colocações de R\$ 402,3 bilhões.

As operações de trocas realizadas no período totalizaram R\$ 38,9 bilhões, com resgates antecipados de R\$ 4,9 bilhões.

O Banco Central, visando à manutenção da taxa Selic próxima à meta determinada pelo Copom, realizou operações compromissadas com o saldo médio diário atingindo R\$ 578 bilhões ao longo do último mês do ano, superando em 2,7% o montante verificado em dezembro de 2012. As operações compromissadas tiveram seus prazos alterados ao longo do ano.

As operações de duas semanas a três meses passaram de 45% em 2012, para 52% em 2013, ao passo que aquelas com prazo de três a sete meses recuaram de 46% para 34%.

As operações de curtíssimo prazo, por sua vez, encerraram o ano com participação de 14%.

### 1.2.4. Operações de Crédito

A partir de fevereiro de 2013, o Banco Central do Brasil passou a publicar uma nova configuração das estatísticas relativas às operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), refletindo aprimoramentos que permitiram a ampliação da abrangência e o maior detalhamento das principais informações.

O novo conjunto de dados integra o escopo do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e está definido pelo arcabouço normativo que compreende a Resolução nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008, a Circular nº 3.567, de 12 de dezembro de 2011, e a Carta-Circular nº 3.540, de 23 de fevereiro de 2012.

Em linhas gerais, a nova estrutura de dados compreende a extensão das informações relativas a saldos, concessões, taxas de juros, spreads, prazos e inadimplência, antes disponíveis apenas para um subconjunto do crédito livre,

conhecido como “crédito referencial para taxas de juros”, para todas as modalidades de crédito concedido pelo SFN, livres e direcionados.

Adicionalmente, a adoção de critérios mais bem definidos e atuais de classificação por modalidades possibilitou o preenchimento de importantes lacunas nas estatísticas de crédito, com maior detalhamento das informações referentes às operações de crédito consignado e de crédito habitacional, por exemplo.

Esses aperfeiçoamentos favorecem, em particular, a produção de análises mais abrangentes acerca do fluxo de novas operações de crédito e das taxas de juros praticadas no mercado. Em dezembro de 2013, o saldo total de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 2.715 bilhões, acumulando expansão de 14,6% no ano, comparativamente a 16,4% em 2012 e 18,8% em 2011. Em consequência, a relação crédito/PIB atingiu 56,5%, ante 53,9% e 49,1% nos finais de períodos mencionados.

#### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO R\$ bilhões

Discriminação	2011	2012	2013	Variação %	
				2012	2013
Total	2 034,0	2 368,4	2 715,2	16,4	14,6
Recursos livres	1 232,2	1 399,1	1 508,1	13,5	7,8
Direcionados	801,8	969,2	1 207,0	20,9	24,5
<b>Participação %:</b>					
Total/PIB	49,1	53,9	56,5		
Recursos livres/PIB	29,8	31,9	31,4		
Recursos direcionados/PIB	19,4	22,0	25,1		

Fonte: Banco Central do Brasil

A participação relativa dos bancos públicos no total das operações do sistema financeiro, impulsionada pelo desempenho das operações com recursos direcionados, atingiu 51,2% em dezembro de 2013, ante 47,9% ao final do ano anterior.

Em sentido inverso, as instituições privadas nacionais e estrangeiras tiveram suas representatividades reduzidas em 2,5 p.p. e 0,8 p.p., situando-se em 33,2% e 15,5%, nessa ordem.

As operações de crédito com recursos livres, correspondendo a 55,5% da carteira total do sistema financeiro e a 31,4% do PIB, totalizaram R\$ 1.508 bilhões em dezembro, após expansão anual de 7,8%, ante 13,5% no ano anterior.

A carteira destinada a pessoas físicas registrou saldo de R\$ 745 bilhões, assinalando elevação de 7,6%, comparativamente a

10,2% no ano anterior. Contribuíram para a desaceleração, a redução de 0,2% na carteira de financiamentos de veículos e o menor ritmo de crescimento do crédito pessoal, de 14,5%, ante 16,9% em 2012.

O saldo de operações com recursos livres contratadas com as empresas alcançou R\$ 763 bilhões, após crescimento anual de 8%, comparativamente a 17% em 2012.

Nos empréstimos para capital de giro, equivalentes a 51% dessa carteira, ocorreu desaceleração no crescimento anual, com elevação de 5,9% em 2013, ante 18,2% no ano anterior.

Em sentido oposto, os saldos das carteiras de financiamentos a exportações e repasses externos, parcialmente influenciados pela depreciação cambial, registraram variações respectivas de 36,5% e 72,1% em 2013, ante 31,5% e 52,2% em 2012.

**CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES**  
R\$ bilhões

Discriminação	2011	2012	2013	Variação %	
				2012	2013
Total	1.232,2	1.399,1	1.508,1	13,5	7,8
Pessoa jurídica	603,8	706,5	762,9	17,0	8,0
Capital de giro	310,1	366,4	388,1	18,2	5,9
Conta garantida	43,7	43,1	43,0	-1,3	-0,2
ACC	39,7	45,9	42,5	15,8	-7,5
Financ. a exportações	28,0	36,9	50,3	31,5	36,5
Demais	182,3	214,2	239,0	17,5	11,6
Pessoa física	628,4	692,6	745,2	10,2	7,6
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,5	16,9	14,5
Do qual: consignado	159,3	188,9	221,9	18,5	17,5
Aquisição de veículos	177,7	193,2	192,8	8,8	-0,2
Cartão de crédito	114,0	126,6	144,7	11,1	14,3
Cheque especial	17,6	18,3	20,2	4,0	10,2
Demais	80,3	75,4	68,0	-6,1	-9,7

Fonte: Banco Central do Brasil

No crédito direcionado, equivalente a 25,1% do PIB, o saldo de financiamentos expandiu-se 24,5% no ano, totalizando R\$ 1.207 bilhões, valor impulsionado pelo crescimento sustentado do crédito habitacional, pelos financiamentos a empresas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela expansão significativa do crédito rural a pessoas físicas e jurídicas no ano, cujos saldos de R\$ 395 bilhões, R\$515 bilhões e R\$182 bilhões registraram incrementos respectivos de 32,5%, 15,2% e 30,8%.

**CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS**  
R\$ bilhões

Discriminação	2011	2012	2013	Variação %	
				2012	2013
Total	801,8	969,2	1.207,0	20,9	24,5
Pessoas Jurídicas	509,1	586,0	700,9	15,1	19,6
BNDES	393,4	446,7	514,6	13,6	15,2
Imobiliário	32,2	42,9	53,8	33,4	25,2
Rural	43,3	48,8	67,1	12,6	37,5
Demais	40,2	47,6	65,4	18,4	37,6
Pessoas Físicas	292,7	383,2	506,1	30,9	32,1
BNDES	24,8	29,2	37,2	17,8	27,4
Imobiliário	189,4	255,4	341,5	34,8	33,7
Rural	72,6	90,7	115,4	24,8	27,3
Demais	5,9	8,0	12,1	35,6	51,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Os desembolsos realizados pelo BNDES ao setor produtivo, excluindo as concessões do BNDESPAR, totalizaram R\$169,7 bilhões em 2013, superando em 22,9% o valor concedido em 2012, com destaque para os segmentos de agropecuária, transportes terrestres e aéreos e infraestrutura urbana. Os desembolsos destinados a micro, pequenas e médias empresas registraram expansão de 36% no acumulado do ano até outubro.

Consideradas as operações com recursos livres e direcionados, os empréstimos ao setor privado avançaram 14% em 2013, situando-se em R\$ 2.565 bilhões em dezembro, destacando-se que, à exceção do comércio, grande parte dos recursos concedidos a empresas pode ser relacionada ao financiamento de investimentos.

As operações para a indústria somaram R\$ 517 bilhões, elevando-se 11,8% no acumulado do ano, com relevância para as contratações realizadas pelos ramos de energia, construção e de transformação (automóveis, agronegócios, máquinas e equipamentos).

Os créditos para o segmento de serviços, beneficiados principalmente pelo crédito para os setores de transportes, alimentício e de locação em geral, aumentaram 10,3% em doze meses, ao totalizar R\$ 425 bilhões.

As operações com o setor comercial alcançaram saldo de R\$ 242 bilhões, revelando acréscimo anual de 6,6%, com relevância para o segmento de veículos, atacado em geral e de venda de mercadorias.

Os financiamentos imobiliários, envolvendo operações com pessoas físicas e jurídicas, registraram avanço expressivo: expansão de 32,5% em doze meses, ao atingir saldo de R\$395 bilhões, equivalente a 8,2% do PIB, ante 6,8% em dezembro de 2012.

Registre-se que as concessões para esse tipo de investimento realizado pelas famílias apresentaram crescimento de 31,6% no ano, contra 13,8% de aumento nas contratações de crédito livre para o segmento, que se referem principalmente a operações destinadas ao consumo e aquisição de bens duráveis.

O saldo de crédito rural registrou expansão de 30,2% no ano, totalizando R\$ 218 bilhões.

Além das operações de custeio e de comercialização, destacou-se a finalidade dos investimentos, sobressaindo-se as linhas de aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, com expressivo impacto sobre os níveis de produtividade do setor.

Os financiamentos ao setor público alcançaram saldo de R\$ 150 bilhões em dezembro, após crescimento anual de 26,4%.

As operações ao Governo Federal, saldo de R\$ 71 bilhões, apresentaram elevação de 11,5%, com relevância para o crédito destinado aos segmentos de petróleo e gás, ao passo que os financiamentos a entidades vinculadas a Estados e Municípios, que somaram R\$80 bilhões, cresceram 43,4%, destacando-se os desembolsos relacionados à infraestrutura urbana e energia elétrica.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e

direcionados, registrou crescimento moderado de 1,7 p.p. no ano, ao atingir 19,7% em dezembro.

Esse desempenho mostrou-se condizente com a trajetória de elevação da taxa básica de juros, iniciada em abril. No âmbito dos recursos livres, a taxa média situou-se em 29%, ao avançar 3,7 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio variou 0,5 p.p., para 7,5%.

Nas operações para pessoas físicas, a taxa média de juros situou-se em 25,6% em dezembro, após elevação de 1,3 p.p. em relação a dezembro de 2012.

Nas operações com recursos livres a taxa média aumentou 4,1 p.p., ao atingir 38%, refletindo, principalmente, os incrementos de 4,4 p.p. e 9,9 p.p. nas modalidades crédito pessoal e cheque especial, nessa ordem. No segmento com recursos direcionados, o custo médio registrou avanço de 0,5 p.p., ao alcançar 7,3%.

Nos empréstimos a pessoas jurídicas, a taxa média de juros cresceu 1,8 p.p. no ano, situando-se em 15,1%. No tocante às operações com recursos livres, o custo médio atingiu 21,4%, ao avançar 3,4 p.p., com destaque para as altas respectivas de 4,8 p.p. e 2,5 p.p. nas modalidades capital de giro e financiamento a exportações.

No segmento de recursos direcionados, a taxa média alcançou 7,7%, após aumentar 0,5 p.p.

O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro alcançou 11,1% em dezembro de 2013, após decrescer 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os *spreads* relativos aos segmentos de pessoas jurídicas e físicas apresentaram reduções, nesta ordem, de 0,1% e 1,2 p.p., situando-se em 6,9% e 16,4%, respectivamente.

A inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, apresentou redução de 0,7 p.p. no ano, situando-se em 3,0%, o menor valor da série histórica iniciada em março de 2011.

O indicador refletiu as quedas, na ordem, de 0,4 p.p. e 1,2 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e físicas, que atingiram 1,8% e 4,4%, respectivamente. Nos segmentos com recursos livres e direcionados, o indicador situou-se em 4,8% e 0,9%, nessa ordem.

O prazo médio das concessões de crédito apresentou elevação no ano, de 16,2 meses nas operações com famílias e de 11,8 meses nas contratações com empresas, refletindo a dilatação de prazos nas operações com recursos direcionados, especialmente, no crédito habitacional concedido às famílias e no crédito rural e financiamentos para investimentos contratados com empresas.

### 1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Durante o ano de 2013, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) manteve condições adequadas de liquidez, rentabilidade e capital para cobertura dos riscos inerentes às suas operações.

A solidez do sistema financeiro está associada à manutenção de adequados níveis de alavancagem e de qualidade dos ativos, à estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e à atuação contínua da autoridade monetária no aperfeiçoamento da regulamentação prudencial.

Buscando aprimorar os instrumentos prudenciais, a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, ampliou a garantia ordinária do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 70 mil para até R\$ 250 mil por poupador.

No mesmo sentido, a Circular nº 3.666, de 30 de agosto de 2013, alterou e consolidou as normas relativas à apuração da base de cálculo e ao recolhimento das contribuições das instituições associadas ao FGC, visando fortalecer as garantias financeiras dos investimentos.

Objetivando o fortalecimento e a solidez do sistema de cooperativismo de crédito no País, foi publicada a Resolução nº 4.284, em 5 de novembro de 2013, aprovando o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelecendo a forma de contribuição ao mesmo.

No mesmo sentido, buscando facilitar as operações financeiras das cooperativas de crédito, a Circular nº 3.695, de 27 de dezembro de 2013, autorizou a participação das mesmas nos sistemas de compensação e de liquidação, através de suas cooperativas centrais ou confederações.

As Resoluções nº 4.192 e 4.193, de 1 de março de 2013, redefiniram o Patrimônio de Referência (PR), que é o conceito de capital utilizado para apuração dos limites operacionais a que estão sujeitas as instituições financeiras, e estabeleceram os desdobramentos da exigência de capital mínimo baseado em percentuais dos ativos ponderados pelo risco.

Adicionalmente, foi instituído o Adicional de Capital Principal, composto de parte fixa e outra variável, cujo valor é fixado pelo Banco Central conforme as condições macroeconômicas.

Com o intuito de adaptar essas regras às cooperativas de crédito, a Resolução nº 4.194 estabeleceu o Regime Prudencial Simplificado, de adoção optativa para as cooperativas que atendam a requisitos específicos de simplicidade de atuação.

A atividade de supervisão bancária no contexto das recomendações de Basileia III requer informações contábeis mais adequadas ao foco prudencial. Nesse sentido, com a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013, foi criado o Balanete Patrimonial Analítico – Conglomerado prudencial, buscando permitir uma melhor percepção dos riscos envolvidos na atividade financeira dos conglomerados.

No Brasil, a implantação da estrutura de capital segundo Basileia III segue o cronograma internacional acordado até a conclusão do processo, prevista para 1º de janeiro de 2022.

No que se refere à evolução dos instrumentos financeiros, vem crescendo, de forma significativa, a participação daqueles com características de títulos, como as letras financeiras e as letras de crédito, nas captações de recursos do SFN.

Essa evolução em parte reflete características desses instrumentos, como isenção de tributos e de recolhimentos compulsórios. Nesse sentido, o Banco Central tem aprimorado a regulamentação desses ativos.

Através da Resolução nº 4.296, de 20 de dezembro de 2013, foram definidas as informações obrigatórias a serem fornecidas para o registro das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e dos direitos creditórios a elas vinculados em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos.

Em relação às Letras Financeiras, a Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, como parte da adoção das recomendações de Basileia III, incorporou, nesse instrumento, os requisitos necessários à sua utilização como capital regulamentar, tais como, a obrigação da extinção do saldo devedor ou sua conversão em ações na hipótese da instituição infringir o limite de requerimento mínimo de capital, a previsão de suspensão do pagamento da remuneração do título que exceder os recursos disponíveis para essa modalidade e a subordinação do pagamento do instrumento à quitação dos demais passivos da instituição.

Adicionalmente, a Resolução nº 4.263, de 5 de setembro de 2013, estabeleceu as condições de emissão de Certificado de Operações Estruturadas (COE) pelas instituições financeiras especificadas, trazendo ao sistema financeiro mais um produto para captação de recursos com características de renda fixa e variável, além de ser uma fonte mais estável de financiamento para as atividades bancárias.

Com objetivo de estimular a competitividade no mercado de crédito, a Resolução nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013, explicitou os procedimentos para que as instituições financeiras garantam o direito de seus clientes à portabilidade das operações de crédito, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição financeira.

No âmbito do crédito habitacional, que em 2013 passou a ser a modalidade de maior relevância na carteira das famílias, representando 27% desse saldo e ultrapassando o crédito pessoal, a Resolução nº 4.271, de 30 de setembro de 2013, aprimorou as regras em relação à suficiência das garantias e à capacidade de pagamento do pretendente ao crédito, com o intuito de favorecer a continuidade da expansão sustentada da referida modalidade.

Através da Resolução nº 4.196, de 15 de março de 2013, foram definidas medidas de transparência na contratação e divulgação de pacotes de serviços bancários, inclusive obrigando as instituições financeiras a oferecerem pacotes

padronizados e a esclarecerem seus clientes sobre a opção de utilizarem serviços e pagamento de tarifas individualizados, além dos serviços gratuitos previstos na regulamentação vigente.

### 1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

#### 1.3.1. Política de Comércio Exterior

A recuperação da economia mundial manteve ritmo moderado em 2013. Destacou-se a aceleração das economias dos EUA, no Reino Unido e na China, em contrapartida ao baixo crescimento de importantes parceiros comerciais brasileiros, como países da União Europeia, o que repercutiu no dinamismo do comércio exterior do País.

Adicionalmente, os desequilíbrios do setor externo da Argentina, terceiro parceiro comercial brasileiro, representaram outro obstáculo à recuperação da corrente de comércio.

Nesse contexto, a ação do governo no âmbito da política de comércio exterior e industrial em 2013 foi orientada pela continuidade do Plano Brasil Maior, e por medidas de incentivo à competitividade da indústria nacional, ao investimento para aumento de capacidade e adensamento da base produtiva; à inovação; e ao aperfeiçoamento do sistema de defesa comercial. Além disso, a política de comércio exterior se caracterizou pelo apoio ao sistema multilateral de comércio.

Com relação às ações voltadas para a inovação, foi lançado, no dia 14 de março, o Plano Inova Empresa, que disponibilizou R\$ 32,9 bilhões para investimento em inovação e tecnologia. Os recursos, com aplicação prevista para 2013 e 2014, contemplam empresas de todos os portes, dos setores industrial, agrícola e de serviços.

O plano tem quatro linhas de financiamento: subvenção econômica a empresas (R\$ 1,2 bilhão); fomento para projetos em parceria entre instituições de pesquisa e empresas (R\$ 4,2 bilhões); participação acionária em empresas de base tecnológica (R\$ 2,2 bilhões) e crédito para empresas (R\$ 20,9 bilhões).

Os recursos restantes, R\$ 4,4 bilhões, são providos por instituições parceiras: ANP, R\$ 2,5 bilhões; Aneel, R\$ 0,6 bilhões; e Sebrae, R\$ 1,3 bilhão.

Foi qualificada como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapil) para fomentar a cooperação entre empresas públicas e privadas sem fins lucrativos voltadas para pesquisa e desenvolvimento.

O plano apoia setores de saúde, aeroespacial e defesa, energia, petróleo e gás, sustentabilidade socioambiental e tecnologia da informação.

O plano Inova-Saúde, lançado em abril, tem por objetivo fortalecer a indústria nacional de equipamentos médicos, inserindo-se no Inova Empresa, com orçamento de R\$ 600

milhões (R\$ 275 milhões do BNDES, R\$ 275 milhões da Finep e R\$ 50 milhões do Ministério da Saúde).

Na sequência, em maio, foi lançado o Programa Inova-Ativa Brasil, com o intuito de capacitar novos empreendedores na área de start-ups e pequenas empresas inovadoras com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Outra medida relacionada à inovação foi o lançamento, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), em março, do e-Patentes, sistema que pretende reduzir pela metade o prazo de concessão do certificado. Além disso, o Cartão BNDES passou a financiar, para micro, pequenas e médias empresas, serviços essenciais para a proteção de suas inovações, como o registro de marcas e patentes, prestados por fornecedores reconhecidos pelo INPI.

Ainda no âmbito do Programa Brasil Maior e do Plano Inova Empresa, foi lançado, em maio, edital do Inova Aerodefesa, com destinação de R\$ 2,9 bilhões para apoiar a inovação tecnológica nos setores aeroespacial, de aeronáutica, de defesa e de segurança pública.

Ressalte-se ainda o lançamento, em setembro, do Pronatec-Brasil Maior. Nessa nova fase, o programa de qualificação oferecerá cursos de acordo com a demanda da indústria regional. Importante lembrar que o Pronatec ampliou substancialmente a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, tendo alcançado 4,3 milhões de jovens e adultos em dois anos.

Com o objetivo de incentivar as exportações, o Decreto nº 7.975, de 1º de abril, zerou a alíquota do IOF nas operações de crédito realizadas por instituição financeira, com recursos públicos ou privados, para financiamento das seguintes operações: aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados; capital de giro associado à produção de bens de consumo para exportação e a estruturas para exportação de granéis líquidos; projetos de engenharia; inovação tecnológica.

O Decreto nº 7.976, de 1º de abril, criou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), com capital social inicial de R\$ 50 milhões.

Conforme a Resolução nº 42, de 14 de junho, a Camex aprovou os critérios para concessão de garantias nas operações de comércio exterior a serem incluídos no estatuto da ABGF, o que tornará possível dispor de melhores garantias para projetos de infraestrutura e de comércio exterior.

Outra medida de apoio à exportação foi introduzida pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio, que aperfeiçoou o regime aduaneiro especial de *drawback*, que desonera tributos aos exportadores na compra de insumos importados e provenientes do mercado interno.

A nova legislação passou a permitir, ao amparo do regime aduaneiro especial de *drawback*, a importação ou aquisição, no mercado interno, de petróleo e derivados como insumo para fabricação dos produtos a serem exportados, como no caso das mercadorias de materiais plásticos e químicos.

Outra inovação adotada foi a possibilidade de substituir os insumos importados ou adquiridos no mercado interno, com tratamento tributário favorecido, por outras mercadorias equivalentes, da mesma espécie, qualidade e quantidade, importadas ou adquiridas.

Com isso, não será mais necessária a exigência de identidade física entre os insumos importados ou adquiridos localmente e aqueles utilizados no processo de produção da mercadoria exportada para concessão de *drawback*.

O exportador também poderá dar outra destinação às matérias-primas importadas ou compradas internamente quando utilizado insumo equivalente na industrialização de produto final destinado à exportação.

A Lei nº 12.844, de 19 de julho prorrogou, até 31 de dezembro de 2013, o prazo do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que prevê a desoneração de resíduos de tributos indiretos sobre os produtos industrializados brasileiros exportados, beneficiando empresas com o equivalente a 3% da receita de exportação.

Os recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) financiaram R\$ 2 bilhões de exportações de bens e serviços em 2012, e R\$ 3,1 bilhões em 2013.

A Resolução nº 126, de 26 de dezembro de 2013, editada pela Camex, atualizou a lista de mercadorias e serviços elegíveis ao Proex.

No âmbito do Programa Brasil Maior, com o objetivo de reduzir o déficit comercial do setor, a Lei nº 12.794, de 2 de abril, criou o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF).

O regime estabeleceu a suspensão de tributos indiretos sobre os projetos de implantação ou ampliação de infraestrutura para a produção de fertilizantes e seus insumos. A fruição dos benefícios fiscais está vinculada a investimento mínimo em pesquisa e desenvolvimento, inovação tecnológica, e percentual mínimo de conteúdo nacional.

O Inovar-auto, regime automotivo em vigor desde janeiro de 2013, contabilizou R\$ 8,3 bilhões de investimentos efetivados em novas plantas e chegada de dez empresas internacionais fabricantes de veículos leves e pesados, além de várias empresas fornecedoras.

O objetivo do Governo Federal é produzir carros mais econômicos e eficientes do ponto de vista energético e elevar a exportação de veículos.

O governo brasileiro reforçou seu compromisso com o sistema multilateral de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Algumas semanas antes da eleição do novo Diretor Geral, Estados Unidos, União Europeia e Japão questionaram, junto ao Comitê de Medidas Relacionadas ao Comércio e Investimento (TRIMs) da OMC, determinadas regras recentes da política industrial brasileira, em especial aquelas que vinculam concessões de benefícios tributários à exigência de conteúdo nacional no processo produtivo, caso do Inovar-Auto.

Segundo o governo brasileiro, o País demonstrará, no próximo ano, na OMC, que os tributos aplicados sobre os carros importados e programas de incentivo à indústria nacional estão alinhados com as regras internacionais.

Em dezembro, na Reunião de Bali, numa tentativa de reabertura da Rodada de Doha, foram assinados os primeiros acordos, desde a fundação da OMC, relacionados às regras de preenchimento automático de cotas tarifárias no setor agrícola e às normas de facilitação de comércio.

As medidas anunciadas na Indonésia vêm ao encontro do trabalho em curso no Governo Federal para simplificar o processo de exportação e importação de bens e serviços.

Ainda com relação à atuação do País junto à OMC, a Câmara de Comércio Exterior, pela Resolução nº 81, de 3 de outubro, instituiu grupo técnico para definir as retaliações aos Estados Unidos em razão da interrupção do pagamento feito ao Instituto Brasileiro do Algodão desde 2010, como parte do acordo temporário com o Brasil para a suspensão da retaliação autorizada pela OMC.

Pela Resolução nº 105, de 18 de dezembro, a Camex decidiu reiniciar, de 2 a 31 de janeiro de 2014, processo de consultas públicas sobre retaliação em propriedade intelectual contra os Estados Unidos, no âmbito do contencioso do algodão.

As consultas são ato preparatório para eventual retaliação. Além disso, foi determinada a continuidade dos trabalhos do grupo técnico criado para identificar, avaliar e formular propostas de aplicação das contramedidas autorizadas até 28 de fevereiro de 2014, com o objetivo de viabilizar a decisão sobre a adoção das medidas de retaliação de bens.

Outra medida adotada nessa área foi o encerramento, no dia 14 de janeiro, do processo de contencioso no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, referente às exportações de suco de laranja para os Estados Unidos.

Mesmo com decisão favorável da OMC ao Brasil em 2012, as autoridades brasileiras somente encerraram o referido processo de contencioso neste ano, para garantir que o resultado fosse implementado pelos Estados Unidos.

No processo, aberto em 2009, o governo brasileiro questionou a legalidade da metodologia conhecida como zeroing, que foi utilizada pelos norte-americanos para aplicar uma medida antidumping contra exportadores brasileiros.

Relativamente às ações de defesa comercial, entraram em vigência, em 1 de outubro, as novas regras para investigações antidumping, fixadas pelo Decreto nº 8.058, de 29 de julho de 2013. Passou a ser obrigatória a realização da determinação preliminar, conclusão provisória sobre a existência do dumping, do dano e do nexo de causalidade.

Em casos de determinação positiva, direitos *antidumping* provisórios poderão ser aplicados para proteger a indústria doméstica durante a investigação.

O objetivo é assegurar que as determinações preliminares sejam feitas no prazo médio de 120 dias após o início da investigação.

Atualmente, a realização de determinações preliminares não é obrigatória, e o prazo médio é de 240 dias. Outra evolução foi o estabelecimento de prazo máximo de sessenta dias para a análise de uma petição.

A nova legislação, somada ao aumento da equipe de investigadores, deverá reduzir o prazo médio das investigações, de 15 para dez meses, conforme estabelecido no Plano Brasil Maior.

Cumprir registrar que, no âmbito da defesa comercial, contabilizavam-se, em 17 de janeiro de 2014, 117 medidas de direitos antidumping, sendo 114 definitivas e três provisórias; quatro de compromisso de preço.

Essas medidas estão relacionadas a 66 produtos, fornecidos por 30 países ou blocos, com destaque para a China, os EUA e a Coreia do Sul. Pouco mais de um terço das medidas vigentes de defesa comercial é aplicada contra produtos chineses.

No âmbito do Mercosul, o governo brasileiro atuou de forma ativa no sentido de impulsionar as trocas de ofertas para um acordo comercial com a União Europeia.

Representantes dos dois blocos assumiram compromisso, em janeiro de 2013, de apresentar as ofertas até o último trimestre de 2013.

Em outubro, a Camex aprovou a oferta brasileira que integrará as negociações do referido acordo comercial. No entanto, a União Europeia solicitou o adiamento da troca de propostas até janeiro de 2014.

Ainda na esfera do Mercosul, amparada pela Resolução GMC nº 08/08, foi autorizada a importação extrabloco, com alíquota do imposto de importação reduzida e cotas de importação de produtos como trigo, algodão e feijão, dentre outros. No caso do trigo, houve imposição de restrição do governo argentino a seus exportadores, o que estimulou o Brasil a buscar produtores de outros países.

Registre-se também o anúncio, em 12 de dezembro, pelo governo da Argentina, da limitação das importações de automóveis e veículos comerciais leves.

Em decorrência da medida, as montadoras argentinas terão de reduzir entre 20% e 27,5% as importações no primeiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013; no entanto, as empresas que exportam o mesmo valor que importam não terão que reduzir compras externas, enquanto as deficitárias e as importadoras estariam incluídas na nova restrição.

Em agosto, foi inaugurada a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém, no Ceará, primeira do País a entrar em operação e a segunda a receber autorização da Receita Federal para funcionar, após a ZPE do Acre. Foi aprovada pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) a proposta de criação da ZPE de Rondônia, a ser implantada no município de Porto Velho (RO).

As ZPEs são caracterizadas como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem exportados, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

### 1.3.2. Política Cambial

Com a crescente expectativa do início do processo de normalização das condições financeiras internacionais, em especial na economia norte-americana, observou-se, sobretudo no segundo semestre do ano, redução nos níveis de liquidez global, aumento nas taxas de juros, elevação da volatilidade nos mercados financeiros, bem como o aumento à aversão ao risco, o que acarretou a apreciação do dólar em termos globais.

Para as economias emergentes, como o Brasil, essa evolução significou moderação nos influxos de capital. Nesse contexto, a política cambial brasileira atuou de modo a mitigar os efeitos da elevada volatilidade no seu mercado de câmbio, garantindo o adequado funcionamento da economia do País.

Em 2013, o processo de flexibilização das medidas que moderavam a entrada de recursos estrangeiros teve continuidade.

Em 30 de janeiro, pelo Decreto nº 7.894, foi reduzida a zero a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para estrangeiros em aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII).

A alíquota do IOF é aplicada no momento em que o investidor estrangeiro realiza a operação de câmbio para aplicar no FII.

Na sequência, foi anunciada a redução, de 6% para zero, no IOF aplicado sobre o ingresso de capital estrangeiro em aplicações de renda fixa negociados no País, inclusive por meio de operações simultâneas, mudança introduzida pelo Decreto nº 8.023, de 4 de junho.

Importante observar que não houve modificação na taxação de 6% para títulos e empréstimos colocados no exterior, quando o prazo original for inferior a 360 dias.

Adicionalmente, retirou-se a cobrança do IOF sobre a ampliação de posição líquida vendida no mercado de derivativos cambiais, com vigência a partir de 13 de junho, nos termos do Decreto nº 8.027, de 12 de junho.

Em janeiro de 2011, o Banco Central havia determinado o recolhimento, sob a forma de depósito compulsório, de 60% sobre o valor da posição de câmbio vendida que excedesse US\$ 3 bilhões ou o patrimônio de referência.

Em julho de 2012, esse limite de US\$ 3 bilhões foi reduzido para US\$ 1 bilhão, retornando aos US\$ 3 bilhões em dezembro de 2012.

Convém lembrar que a criação do depósito compulsório sobre posição vendida ocorreu no âmbito de medidas macro prudenciais para moderação de riscos em contexto de liquidez internacional abundante e políticas monetárias atípicas.

A autoridade monetária anunciou a retirada, a partir de 1º de julho, da alíquota de depósito compulsório sobre a posição vendida de câmbio das instituições financeiras, conforme Circular nº 3.659, de 25 de junho de 2013.

Nessa mesma linha de atuação, o Banco Central, pela Circular nº 3.661, de 3 de julho, autorizou os exportadores a tomarem empréstimos no exterior para fazer a liquidação antecipada de suas exportações sem limitação de prazo.

Em dezembro de 2012, esse prazo já havia sido ampliado de um para cinco anos, favorecendo a oferta de moeda estrangeira por parte dos exportadores no mercado cambial.

A partir de maio, os mercados financeiros começaram a apresentar elevação da volatilidade e da aversão ao risco, comportamento decorrente da percepção de que o *Federal Reserve* dos EUA (Fed) poderia antecipar a redução dos estímulos monetários antes do originalmente previsto.

Em agosto, em meio à continuidade dessas incertezas, os mercados financeiros operaram sob forte volatilidade, quando foi registrado aumento nos rendimentos anuais dos títulos de dez anos do Tesouro dos EUA.

Nesse ambiente, o dólar valorizou-se em relação às moedas de economias emergentes, como as de África do Sul, Brasil, Índia, Indonésia e Turquia.

Para conter a volatilidade no mercado de câmbio brasileiro, a autoridade monetária, pelo Comunicado nº 24.370, de 22 de agosto, anunciou a realização, a partir de 23 de agosto, do programa de leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra, com o objetivo de prover hedge (proteção) cambial aos agentes econômicos e liquidez ao mercado de câmbio, estendendo esse programa pelo menos até 31 de dezembro de 2013.

Os leilões de *swap* foram realizados todas as segundas, terças, quartas e quintas-feiras, com oferta de US\$ 500 milhões por dia.

Às sextas-feiras, por meio de leilão de venda de moeda com compromisso de recompra, foram ofertados US\$ 1 bilhão. Além disso, caso o Banco Central do Brasil julgasse necessário, seriam realizadas operações adicionais.

O programa de oferta diária de liquidez no mercado de câmbio apresentou resultado positivo no sentido de mitigar a volatilidade do câmbio dado que os agentes ampliaram o acesso à proteção cambial.

Em relação à cotação de 31 de dezembro de 2012, houve depreciação de 14,6% da taxa de câmbio no ano de 2013, depreciação essa que foi mitigada a partir do anúncio do programa de leilões em 22 de agosto.

Em maio, o Banco Central possuía posição líquida zerada em contratos de *swap* cambial. Após os leilões do programa iniciado em agosto, o saldo líquido passivo nesse instrumento, ao final de 2013, alcançou o equivalente a US\$75,1 bilhões em valor nocional.

O estoque de linhas com compromisso de recompra atingiu US\$ 17 bilhões ao término de 2013.

O Banco Central, via Comunicado nº 25.003, de 18 de dezembro, anunciou extensão, até pelo menos 30 de junho de 2014, do programa de leilão de câmbio anunciado em agosto, com os seguintes ajustes:

- *i) haverá leilões de swap de segunda a sexta-feira, quando serão ofertados US\$ 200 milhões por dia;*
- *ii) os leilões de venda de dólares com compromisso de recompra serão realizados em função das condições de liquidez do mercado e, portanto, sem datas determinadas.*

Permaneceu a menção de que poderão ser realizadas operações adicionais de venda de dólares através de outros instrumentos sempre que o Banco Central julgar necessário.

Em dezembro, pelo Decreto nº 8.165, do dia 23, foi reduzido, de 1,5% para 0%, o IOF incidente na cessão de ações à negociação em bolsa de valores localizadas no Brasil, com o fim específico de lastrear a emissão de depositary receipts (DR) no exterior.

A medida visou equalizar a taxação entre a ação negociada no País e o recibo no exterior.

Adicionalmente, o Decreto nº 8.165, de 23 de dezembro, elevou, de 0,38% para 6,38%, o IOF incidente nas operações com cartões de débito no exterior, carregamento de cartão internacional pré-pago, compras de cheques de viagem e saques de moeda estrangeira no exterior.

Até então, a alíquota de 6,38% era aplicada apenas às compras de cartão de crédito realizadas no exterior.

Com vigência a partir do dia 28 de dezembro, a medida concedeu mesmo tratamento aos diversos meios de pagamentos.

Não houve, porém, alteração na tributação da compra de moeda estrangeira em espécie, cujo IOF foi mantido em 0,38%.

A medida encareceu despesas dos residentes com viagens internacionais, item relevante na composição do déficit em transações correntes.

Brasil e China, em 26 de março, por meio de seus bancos centrais, assinaram acordo de *swap* de moeda, no montante equivalente a US\$ 30 bilhões (R\$ 60 bilhões - CNY190 bilhões), válido por três anos e com possibilidade de renovação.

As tratativas para o estabelecimento deste acordo foram demandadas pelos líderes dos dois países em sua declaração conjunta por ocasião da Rio+20 em 2012.

O acordo sinaliza maior nível de cooperação entre as autoridades monetárias, refletindo a importância estratégica do comércio bilateral.

Oportuno lembrar que, em 2013, o fluxo comercial chinês superou o norte-americano, e a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro.

Em 28 de março, o Conselho Monetário Nacional, pela Resolução nº 4.200, fixou os limites e condições para execução do contrato de *swap* de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco do Povo da China; e, pela Resolução nº 4.202, regulamentou a abertura e a manutenção, no Banco Central do Brasil, de contas de depósito em reais tituladas por bancos centrais estrangeiros destinadas à realização de operações de *swap* de moedas locais.

Com o objetivo tornar mais clara e acessível a regulamentação cambial, o Banco Central reformulou os códigos de classificação das operações de câmbio.

### 1.3.3. Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio contratado foi deficitário em US\$ 12,3 bilhões em 2013, em comparação a superávit de US\$ 16,8 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial contratada registrou superávit de US\$ 11,1 bilhões, ante US\$ 8,4 bilhões em 2012, resultado decorrente de elevações, na ordem, de 3,7% e 2,6% nas contratações de exportações e importações de bens.

A medida, inserida no projeto Otimiza BC, reduzirá custos de observância e operacionais das entidades reguladas.

O atual Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) foi substituído por quatro circulares;

- a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro, que trata da regulamentação do mercado de câmbio;
- a Circular nº 3.690, também de 16 de dezembro, que divulga os códigos de classificação das operações de câmbio;
- a Circular nº 3.689, de 19 de dezembro, que dispõe sobre os capitais brasileiros no exterior e os capitais estrangeiros no Brasil; e
- a Circular nº 3.688, também de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR).

O novo formato de divulgação dessa regulamentação, além de harmonizado com os demais normativos do BC, reforça o processo de simplificação das regras cambiais e facilita a atualização e consulta de tais normativos.

Por fim, com o intuito de reduzir a assimetria de informações e permitir a comparabilidade entre ofertantes de serviços financeiros no mercado cambial, o Banco Central passou a compilar e divulgar informações referentes ao Valor Efetivo Total (VET).

Anova métrica reúne tributos e tarifas cobradas por vendedores de moeda estrangeira em uma única taxa, expressa em reais por unidade de moeda estrangeira.

O público comprador, formado basicamente por viajantes ao exterior, pode comparar os preços nas diferentes instituições e correspondentes que operam em câmbio.

O envio da informação referente ao VET, pelas instituições vendedoras de moeda estrangeira, ao Banco Central, foi determinado pelo CMN, na Resolução nº 4.198, de 15 de março.

**MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO**  
US\$ milhões

Período		Comercial			Financeiro			Saldo Global (C) = (A) + (B)
		Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	
2011	Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279
2012	Jan	19 284	18 903	381	34 063	27 162	6 902	7 283
	Fev	18 835	15 315	3 520	32 925	30 741	2 185	5 705
	Mar	22 719	16 687	6 032	32 538	32 830	- 291	5 740
	Abr	25 138	17 611	7 527	37 764	38 702	- 939	6 588
	Mai	22 180	18 544	3 636	28 457	34 784	- 6 327	- 2 691
	Jun	17 254	18 216	- 962	28 902	27 622	1 280	318
	Jul	16 756	17 156	- 400	28 980	27 639	1 341	942
	Ago	17 704	18 378	- 674	26 569	26 791	- 222	- 896
	Set	16 393	18 132	- 1 739	32 099	30 895	1 205	- 534
	Out	17 507	19 793	- 2 285	35 281	36 819	- 1 537	- 3 823
	Nov	15 388	17 774	- 2 386	33 020	25 758	7 262	4 876
	Dez	15 454	19 730	- 4 276	40 950	43 429	- 2 479	- 6 755
	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753
2013	Jan	14 847	19 603	- 4 755	31 194	28 825	2 370	- 2 386
	Fev	15 612	14 922	690	26 796	27 591	- 795	- 105
	Mar	19 428	17 410	2 019	32 594	34 221	- 1 627	391
	Abr	25 208	18 535	6 673	36 170	39 327	- 3 157	3 515
	Mai	31 764	17 666	14 098	33 899	37 243	- 3 343	10 755
	Jun	16 452	18 317	- 1 865	51 528	52 299	- 771	- 2 636
	Jul	18 378	18 490	- 111	40 507	41 842	- 1 335	- 1 447
	Ago	17 839	19 697	- 1 858	36 621	40 613	- 3 992	- 5 850
	Set	14 862	19 908	- 5 046	47 306	44 318	2 988	- 2 058
	Out	19 314	20 378	- 1 063	33 714	38 850	- 5 137	- 6 200
	Nov	21 638	17 402	4 237	36 145	37 842	- 1 697	2 540
	Dez	17 576	19 457	- 1 881	45 267	52 166	- 6 898	- 8 780
	Ano	232 920	221 785	11 136	451 740	475 136	- 23 396	- 12 261

Fonte: Banco Central do Brasil

O segmento financeiro apresentou déficit de US\$ 23,4 bilhões, ante superávit de US\$ 8,4 bilhões, em 2012, refletindo aumento respectivo de 15,4% nas compras e 24% nas vendas de moeda estrangeira.

As condições do crédito externo e o comportamento do fluxo cambial justificaram a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio. Durante 2013, comparativamente a compras líquidas de US\$ 12,7 bilhões registrados em 2012, as intervenções efetuadas pelo Banco Central do

Brasil totalizaram vendas líquidas de US\$ 11,5 bilhões, em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra.

A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do Banco Central do Brasil, passou de vendida em US\$ 6,1 bilhões, ao encerrar 2012, para vendida em US\$ 18,1 bilhões, ao final de 2013.

**1.3.4. Balanço de Pagamentos**

Após doze anos consecutivos de resultado positivo, o balanço de pagamentos apresentou déficit de US\$ 5,9 bilhões em 2013. A necessidade de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, atingiu US\$ 17,3 bilhões no ano, equivalentes a 0,78% do PIB, ante excedente de financiamento externo de US\$ 11 bilhões, 0,49% do PIB, em 2012.

**BALANÇO DE PAGAMENTOS**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	7 057	12 337	19 395	- 3 075	5 633	2 558
Exportações	117 212	125 366	242 578	114 424	127 755	242 179
Importações	110 155	113 029	223 183	117 499	122 122	239 621
Serviços	- 19 575	- 21 466	- 41 042	- 21 993	- 25 531	- 47 523
Receitas	19 985	19 879	39 864	19 785	19 333	39 118
Despesas	39 560	41 345	80 905	41 778	44 864	86 642
Rendas	- 14 178	- 21 269	- 35 448	- 19 778	- 19 995	- 39 772
Receitas	7 400	3 487	10 888	3 457	6 614	10 071
Despesas	21 579	24 757	46 335	23 235	26 608	49 843
Transferências unilaterais	1 446	1 400	2 846	1 542	1 822	3 364
Receitas	2 343	2 283	4 626	2 572	2 904	5 476
Despesas	897	883	1 780	1 030	1 082	2 112
Transações correntes	- 25 250	- 28 999	- 54 249	- 43 304	- 38 070	- 81 374
Conta capital e financeira	46 136	23 874	70 010	50 948	22 829	73 778
Conta capital	926	- 2 803	- 1 877	655	539	1 194
Conta financeira	45 210	26 676	71 886	50 293	22 290	72 583
Investimento direto (líquido)	34 731	33 362	68 093	37 238	30 303	67 541
No exterior	5 001	- 2 180	2 821	7 213	- 3 717	3 496
Participação no capital	- 2 810	- 4 745	- 7 555	- 9 733	- 5 026	- 14 760
Empréstimos intercompanhias	7 811	2 565	10 377	16 946	1 309	18 256
No país	29 730	35 542	65 272	30 025	34 020	64 045
Participação no capital	24 469	28 369	52 838	19 096	22 548	41 644
Empréstimos Inter companhias	5 261	7 173	12 434	10 929	11 473	22 401
Investimentos em carteira	2 364	6 406	8 770	12 410	13 420	25 830
Ativos	- 5 143	- 2 621	- 7 764	- 5 516	- 3 396	- 8 913
Ações	- 1 453	- 822	- 2 275	- 667	- 795	- 1 462
Títulos de renda fixa	- 3 690	- 1 799	- 5 489	- 4 850	- 2 601	- 7 451
Passivos	7 507	9 026	16 534	17 926	16 816	34 742
Ações	2 897	2 703	5 600	6 278	5 357	11 635
Títulos de renda fixa	4 611	6 323	10 934	11 648	11 459	23 107
Derivativos	- 16	41	25	119	- 9	110
Ativos	39	111	150	246	136	382
Passivos	- 55	- 70	- 125	- 127	- 144	- 271
Outros investimentos <sup>1/</sup>	8 131	- 13 132	- 5 001	526	- 21 424	- 20 898
Ativos	- 4 239	- 20 311	- 24 550	- 13 132	- 27 419	- 40 550
Passivos	12 370	7 179	19 549	13 658	5 994	19 652
Erros e omissões	892	2 247	3 138	- 1 368	3 037	1 670
Resultado do balanço	21 778	- 2 878	18 900	6 277	- 12 203	- 5 926
Memo:						
Transações correntes/PIB			-2,41%			-3,66%

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos

O déficit em transações correntes, que atingira US\$ 54,2 bilhões em 2012, ampliou-se no decorrer de 2013, acumulando US\$ 81,4 bilhões.

Essa trajetória decorreu principalmente da redução do saldo comercial e, em menor grau, das elevações nas despesas líquidas de serviços e de rendas.

Em 2013, o déficit em conta corrente representou -3,66% do PIB, ante -2,41% do PIB no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, à redução de US\$ 16,8 bilhões no superávit comercial e às elevações nos déficits das contas de serviços, de US\$ 6,5 bilhões, e de rendas, US\$ 4,3 bilhões, na comparação com 2012.

As receitas líquidas relativas a transferências unilaterais apresentaram ligeiro aumento, situando-se em US\$ 3,4 bilhões.

As contas capital e financeira foram positivas em US\$ 73,8 bilhões em 2013. O resultado global do balanço de pagamentos foi deficitário em US\$ 5,9 bilhões no ano.

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$ 47,5 bilhões, em 2013, comparativamente a déficit de US\$ 41 bilhões em 2012. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas de aluguel de equipamentos, viagens internacionais, transportes, computação e informação e royalties e licenças.

### SERVIÇOS US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 19 575	- 21 466	- 41 042	- 21 993	- 25 531	- 47 523
Receitas	19 985	19 879	39 864	19 785	19 333	39 118
Despesas	39 560	41 345	80 905	41 778	44 864	86 642
Transportes	- 4 180	- 4 590	- 8 770	- 4 784	- 5 002	- 9 786
Receitas	2 775	2 647	5 422	2 639	2 779	5 418
Despesas	6 956	7 236	14 192	7 423	7 781	15 204
Viagens	- 7 231	- 8 357	- 15 588	- 8 849	- 9 783	- 18 632
Receitas	3 471	3 174	6 645	3 479	3 230	6 710
Despesas	10 702	11 531	22 233	12 328	13 013	25 342
Seguros	- 580	- 414	- 994	- 565	- 511	- 1 076
Receitas	231	309	541	228	244	473
Despesas	812	723	1 535	793	755	1 549
Financeiros	386	323	709	521	594	1 115
Receitas	1 272	1 412	2 684	1 492	1 415	2 908
Despesas	886	1 089	1 975	971	821	1 793
Computação e informações	- 1 963	- 1 887	- 3 850	- 2 316	- 2 153	- 4 469
Receitas	354	242	596	242	201	443
Despesas	2 317	2 129	4 447	2 559	2 353	4 912
Royalties e licenças	- 1 428	- 1 728	- 3 156	- 1 535	- 1 531	- 3 066
Receitas	267	243	511	310	287	597
Despesas	1 695	1 971	3 666	1 846	1 818	3 664
Aluguel de equipamentos	- 9 351	- 9 389	- 18 741	- 8 668	- 10 391	- 19 060
Receitas	29	35	64	258	47	306
Despesas	9 380	9 424	18 804	8 927	10 439	19 366
Serviços governamentais	- 627	- 783	- 1 410	- 614	- 828	- 1 442
Receitas	896	846	1 742	779	879	1 658
Despesas	1 523	1 630	3 153	1 393	1 707	3 100
Demais serviços	5 400	5 359	10 759	4 818	4 074	8 892
Receitas	10 689	10 970	21 659	10 356	10 250	20 605
Despesas	5 289	5 612	10 900	5 538	6 176	11 714

Fonte: Banco Central do Brasil

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$ 19,1 bilhões em 2013, ante US\$ 18,7 bilhões no ano anterior.

A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de intensa utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia.

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2013, são os maiores da série histórica, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Foram registradas saídas líquidas de US\$ 18,6 bilhões, devido, fundamentalmente, ao

crescimento de 14% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US\$ 25,3 bilhões, ante US\$ 22,2 bilhões, em 2012. Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, cresceram 1%, atingindo US\$ 6,7 bilhões em 2013.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$ 9,8 bilhões, 11,6% acima do resultado de 2012, de modo consistente com a trajetória de viagens internacionais e da corrente de comércio.

As despesas com passagens apresentaram aumento de 6,1% em 2013 na comparação com o ano anterior. O desempenho de exportações e de importações de bens acarretou elevação de 12,1% das despesas líquidas com fretes no ano.

### SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	5 810	5 742	11 552	5 331	4 761	10 092
Crédito	9 933	10 133	20 067	9 519	9 375	18 894
Encomendas postais	1	1	2	1	2	3
Honorário de profissional liberal	1 800	1 563	3 363	1 548	1 598	3 146
Serviços administrativos e aluguel imóveis	3 197	3 380	6 577	3 080	3 059	6 139
Participação em feiras e exposições	45	46	91	62	52	114
Passe de atleta profissional	61	120	181	137	175	311
Publicidade	264	347	610	311	377	688
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	4 431	4 530	8 962	4 227	3 978	8 205
Serviços de projeto técnico-econômico	135	147	282	153	134	288
Despesa	4 124	4 391	8 515	4 187	4 614	8 801
Encomendas postais	32	31	63	34	49	83
Honorário de profissional liberal	492	489	982	465	560	1 025
Serviços administrativos e aluguel imóveis	871	892	1 762	832	833	1 665
Participação em feiras e exposições	52	44	96	46	40	86
Passe de atleta profissional	32	30	63	41	21	61
Publicidade	406	418	825	435	470	904
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 236	2 484	4 720	2 334	2 639	4 973
Serviços de projeto técnico-econômico	3	2	5	1	2	3

Fonte: Banco Central do Brasil

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$ 4,5 bilhões, ante US\$ 3,9 bilhões em 2012. As despesas alcançaram US\$ 4,9 bilhões, 10,5% acima do resultado do ano anterior, enquanto as receitas recuaram 25,6%, alcançando US\$ 443 milhões. Os pagamentos líquidos ao exterior de royalties e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$ 3,1 bilhões em 2013, com decréscimo de 2,8% frente ao registrado no ano anterior.

O déficit da conta de rendas apresentou acréscimo de 12,2% no ano, atingindo US\$ 39,8 bilhões. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$ 14,2 bilhões, refletindo diminuição de 16,1% nas receitas e crescimento de 8,3% nas despesas. Ressalte-se que o

observado decréscimo nas receitas é consistente com o comportamento das taxas de juros internacionais.

Em 2013, pelo oitavo ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações, sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo. Em 2013, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 26 bilhões, 8% acima do resultado de 2012. Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$ 516 milhões, elevação de 0,9% sobre o resultado de 2012. A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em

renda de investimento direto registraram US\$ 22,5 bilhões, elevação de 13% na comparação com 2012. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 19,3 bilhões, 12% superiores, na mesma base de comparação. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos Inter companhias cresceram 18,7%, atingindo US\$ 3,3 bilhões. As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$ 11 bilhões, elevação de 11% em relação a 2012. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao

comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa que totalizaram US\$ 4,2 bilhões, 41,2% acima das remessas de 2012. As despesas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento somaram US\$ 6,8 bilhões, recuo de 2% no período. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$ 6,7 bilhões, 10,7% superiores ao período anterior.

**RENDAS**  
**US\$ milhões**

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	- 14 178	- 21 269	- 35 448	- 19 778	- 19 995	- 39 772
Receitas	7 400	3 487	10 888	3 457	6 614	10 071
Despesas	21 579	24 757	46 335	23 235	26 608	49 843
Salários e ordenados	274	237	511	256	260	516
Receitas	313	280	593	295	298	593
Despesas	39	43	82	40	37	77
Renda de investimentos	- 14 452	- 21 507	- 35 959	- 20 034	- 20 255	- 40 289
Receitas	7 087	3 208	10 295	3 161	6 316	9 477
Despesas	21 539	24 714	46 254	23 195	26 571	49 766
Renda de investimento direto	- 6 549	- 13 412	- 19 960	- 11 239	- 11 308	- 22 547
Receitas	4 092	512	4 603	765	4 224	4 989
Despesas	10 640	13 923	24 564	12 004	15 532	27 536
Lucros e dividendos	- 5 591	- 11 592	- 17 183	- 10 259	- 8 992	- 19 251
Receitas	4 026	462	4 488	550	4 053	4 603
Despesas	9 617	12 054	21 672	10 809	13 045	23 854
Juros de empréstimos Inter companhias	- 957	- 1 820	- 2 777	- 980	- 2 316	- 3 296
Receitas	66	49	115	215	171	386
Despesas	1 023	1 869	2 892	1 195	2 487	3 682
Renda de investimento em carteira	- 5 284	- 4 627	- 9 911	- 5 435	- 5 568	- 11 003
Receitas	2 527	2 242	4 769	1 871	1 754	3 626
Despesas	7 810	6 870	14 680	7 306	7 323	14 629
Lucros e dividendos	- 4 390	- 2 539	- 6 929	- 3 842	- 2 951	- 6 794
Receitas	3	1	4	4	0	4
Despesas	4 393	2 539	6 933	3 847	2 952	6 798
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	- 893	- 2 089	- 2 982	- 1 592	- 2 617	- 4 210
Receitas	2 524	2 242	4 765	1 867	1 754	3 621
Despesas	3 417	4 330	7 747	3 460	4 371	7 831
Renda de outros investimentos <sup>1/</sup>	- 2 620	- 3 468	- 6 088	- 3 360	- 3 379	- 6 738
Receitas	469	454	922	525	338	863
Despesas	3 089	3 921	7 010	3 885	3 716	7 601
Memo:						
Juros	- 4 471	- 7 376	- 11 847	- 5 932	- 8 312	- 14 244
Receitas	3 058	2 745	5 803	2 608	2 262	4 870
Despesas	7 529	10 121	17 649	8 540	10 574	19 114
Lucros e dividendos	- 9 981	- 14 131	- 24 112	- 14 101	- 11 943	- 26 045
Receitas	4 029	463	4 492	554	4 054	4 607
Despesas	14 011	14 594	28 604	14 655	15 997	30 652

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As transferências unilaterais líquidas apresentaram elevação de 18,2% em 2013, com ingressos líquidos em US\$ 3,4 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 14,4%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US\$ 1 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 35,5% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 35,7%, e Japão, 14,6%.

**TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 446	1 400	2 846	1 542	1 822	3 364
Receitas	2 343	2 283	4 626	2 572	2 904	5 476
Despesas	897	883	1 780	1 030	1 082	2 112
Transferências correntes governamentais	- 183	- 106	- 289	- 193	352	158
Receitas	33	51	84	45	519	563
Despesas	216	156	373	238	167	405
Transferências correntes privadas	1 630	1 505	3 135	1 735	1 471	3 206
Receitas	2 311	2 232	4 543	2 527	2 386	4 913
Despesas	681	727	1 408	792	915	1 707
Manutenção de residentes	612	562	1 174	505	501	1 005
Receitas	1 019	971	1 990	953	989	1 942
Estados Unidos	346	336	682	354	383	738
Japão	200	173	373	146	135	281
Demais países	472	462	934	453	471	924
Despesas	407	409	815	449	488	937
Outras transferências	1 018	943	1 961	1 231	970	2 201
Receitas	1 292	1 261	2 553	1 574	1 397	2 971
Despesas	274	318	592	343	427	770

Fonte: Banco Central do Brasil

**SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR EXTERNO**  
US\$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo <sup>1/</sup>		
		Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses
2006	Dez	438	13 643	1,25	2 457	18 822	1,73	- 2 896	- 32 465	-2,98
2007	Dez	- 498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	- 388	- 36 136	-2,64
2008	Dez	- 3 119	- 28 192	-1,71	8 115	45 058	2,73	- 4 997	- 16 866	-1,02
2009	Dez	- 5 950	- 24 302	-1,49	5 109	25 949	1,60	841	- 1 646	-0,10
2010	Dez	- 3 495	- 47 273	-2,20	15 374	48 506	2,26	- 11 880	- 1 233	-0,06
2011	Dez	- 6 011	- 52 473	-2,12	6 644	66 660	2,69	- 633	- 14 187	-0,57
2012	Jan	- 7 052	- 53 952	-2,20	5 405	69 112	2,81	1 646	- 15 160	-0,62
	Fev	- 1 733	- 52 215	-2,14	3 646	64 963	2,66	- 1 913	- 12 748	-0,52
	Mar	- 3 280	- 49 756	-2,05	5 897	64 074	2,64	- 2 618	- 14 317	-0,59
	Abr	- 5 368	- 51 524	-2,14	5 243	63 797	2,65	125	- 12 273	-0,51
	Mai	- 3 424	- 50 766	-2,13	3 716	63 540	2,67	- 292	- 12 774	-0,54
	Jun	- 4 394	- 51 682	-2,19	5 822	63 888	2,70	- 1 428	- 12 206	-0,52
	Jul	- 3 749	- 51 872	-2,22	8 440	66 345	2,83	- 4 691	- 14 474	-0,62
	Ago	- 2 553	- 49 584	-2,14	5 035	65 784	2,83	- 2 482	- 16 201	-0,70
	Set	- 2 597	- 49 948	-2,17	4 393	63 872	2,78	- 1 796	- 13 923	-0,60
	Out	- 5 431	- 52 226	-2,29	7 730	66 027	2,89	- 2 299	- 13 802	-0,60
	Nov	- 6 263	- 51 853	-2,29	4 587	66 558	2,93	1 676	- 14 704	-0,65
	Dez	- 8 406	- 54 249	-2,41	5 358	65 272	2,90	3 048	- 11 023	-0,49
2013	Jan	- 11 350	- 58 547	-2,60	3 703	63 570	2,82	7 647	- 5 023	-0,22
	Fev	- 6 576	- 63 390	-2,82	3 814	63 737	2,83	2 762	- 347	-0,02
	Mar	- 6 838	- 66 949	-2,99	5 739	63 579	2,84	1 099	3 370	0,15
	Abr	- 8 255	- 69 836	-3,12	5 719	64 055	2,86	2 536	5 781	0,26
	Mai	- 6 378	- 72 789	-3,25	3 880	64 219	2,87	2 498	8 570	0,38
	Jun	- 3 907	- 72 303	-3,23	7 170	65 567	2,93	- 3 263	6 735	0,30
	Jul	- 8 987	- 77 540	-3,46	5 212	62 340	2,78	3 774	15 201	0,68
	Ago	- 5 492	- 80 480	-3,60	3 775	61 080	2,73	1 718	19 401	0,87
	Set	- 2 634	- 80 517	-3,60	4 770	61 457	2,75	- 2 136	19 061	0,85
	Out	- 7 133	- 82 219	-3,68	5 439	59 166	2,65	1 694	23 053	1,03
	Nov	- 5 146	- 81 103	-3,64	8 334	62 913	2,82	- 3 188	18 189	0,82
	Dez	- 8 678	- 81 374	-3,66	6 490	64 045	2,88	2 188	17 329	0,78

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido

Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US\$ 3,5 bilhões, ante US\$ 2,8 bilhões em 2012. Em 2013, US\$ 14,8 bilhões referiram-se a aumento de participação no capital, comparados aos US\$ 7,6 bilhões registrados em 2012. Os ingressos líquidos provenientes de empréstimos Inter companhias de filiais no exterior às matrizes brasileiras somaram US\$ 18,3 bilhões.

**INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	5 001	- 2 180	2 821	7 213	- 3 717	3 496
Retornos	14 076	6 631	20 707	20 899	6 743	27 643
Saídas	9 075	8 811	17 886	13 686	10 460	24 147
Participação no capital	- 2 810	- 4 745	- 7 555	- 9 733	- 5 026	- 14 760
Retornos	4 248	1 915	6 163	1 602	1 846	3 448
Saídas	7 058	6 660	13 718	11 335	6 872	18 208
Empréstimos Inter companhias	7 811	2 565	10 377	16 946	1 309	18 256
Ingressos	9 828	4 716	14 544	19 298	4 897	24 195
Saídas	2 017	2 151	4 168	2 351	3 588	5 939

Fonte: Banco Central do Brasil

Os fluxos líquidos de IED somaram US\$ 64 bilhões, comparados a US\$ 65,3 bilhões ocorridos em 2012. Em 2013, a participação no capital de empresas no País somou US\$ 41,6 bilhões. Os empréstimos Inter companhias registraram ingressos líquidos de US\$ 22,4 bilhões, frente a US\$ 12,4 bilhões, em 2012.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	29 730	35 542	65 272	30 025	34 020	64 045
Ingressos	37 666	46 590	84 256	37 978	48 439	86 417
Saídas	7 936	11 048	18 984	7 953	14 419	22 372
Participação no capital	24 469	28 369	52 838	19 096	22 548	41 644
Ingressos	27 036	33 507	60 543	21 612	27 730	49 341
Saídas	2 567	5 137	7 705	2 515	5 182	7 697
Empréstimos Inter companhias	5 261	7 173	12 434	10 929	11 473	22 401
Ingressos	10 629	13 083	23 713	16 366	20 709	37 076
Saídas	5 369	5 910	11 279	5 438	9 237	14 675

Fonte: Banco Central do Brasil

No ano, o setor serviços foi o maior receptor dos fluxos de IED, participação no capital, absorvendo US\$ 23,9 bilhões, ou 48,4% do total dos ingressos anuais, com destaque para os setores de comércio e serviços financeiros. A indústria absorveu US\$ 15,2 bilhões, 30,8% dos fluxos de IED, participação no capital, em 2013, tendo como segmentos mais representativos produtos químicos e veículos. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US\$ 10 bilhões, 20,2% do total anual dos ingressos na forma de participação do capital, com destaque para as atividades de extração de petróleo e gás natural.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS - POR PAÍS**  
**Participação - Distribuição por país do investidor imediato**  
**US\$ milhões**

País	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	27 036	33 507	60 543	21 612	27 730	49 341
Países Baixos	5 118	7 095	12 213	3 517	6 994	10 511
Estados Unidos	4 218	8 093	12 310	4 275	4 745	9 021
Luxemburgo	4 031	1 935	5 965	1 994	3 073	5 067
Chile	1 323	690	2 013	1 988	975	2 963
Japão	777	694	1 471	1 093	1 423	2 516
Suíça	496	3 836	4 333	1 703	631	2 333
Espanha	1 010	1 513	2 523	1 161	1 084	2 246
França	1 071	1 084	2 155	482	1 007	1 489
Canadá	839	1 110	1 950	581	633	1 215
Reino Unido	1 121	857	1 978	665	538	1 203
Alemanha	315	511	826	474	537	1 011
Ilhas Jersey	0	5	5	278	718	996
Itália	565	422	986	444	458	902
Nova Zelândia	12	10	22	5	747	752
Portugal	362	189	551	228	368	596
Bahamas	27	110	138	21	541	562
Coréia do Sul	678	198	875	366	177	544
México	92	294	386	89	445	534
Bélgica	519	137	656	203	270	473
Suécia	167	309	476	189	219	408
Noruega	664	272	936	84	321	405
Dinamarca	336	148	483	178	159	338
Austrália	274	244	518	218	111	329
Panamá	56	172	228	172	140	312
Cingapura	50	949	999	200	71	271
Ilhas Virgens Britânicas	713	144	857	127	138	265
Chipre	41	79	120	20	192	212
Ilhas Cayman	201	417	619	86	90	176
Bermudas	96	55	151	85	84	169
Irlanda	413	14	426	44	109	153
Hong Kong	65	443	508	25	110	136
Uruguai	476	91	567	42	88	130
Malta	1	1	2	110	4	115
China	42	142	185	76	34	110
Áustria	50	58	108	32	57	89
Argentina	223	39	262	37	45	82
Colômbia	109	46	156	28	41	69
Brasil	0	3	3	39	30	69
Finlândia	11	8	19	20	25	45
Demais	472	1 090	1 563	230	298	527

Fonte: Banco Central do Brasil

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS POR SETOR**  
Participação - Distribuição por setor  
US\$ milhões

Setor	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	27 036	33 507	60 543	21 612	27 730	49 341
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	3 714	2 815	6 528	3 456	6 534	9 990
Extração de petróleo e gás natural	1 885	1 795	3 679	2 293	4 838	7 131
Atividades de apoio à extração de minerais	375	223	597	285	928	1 213
Extração de minerais metálicos	1 064	588	1 652	310	512	822
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	237	149	386	498	110	608
Produção florestal	49	31	80	49	116	164
Demais	153	60	214	69	145	215
Indústria	12 904	9 302	22 206	7 091	8 127	15 218
Produtos químicos	763	1 107	1 871	581	1 428	2 009
Veículos automotores, reboques e carrocerias	595	660	1 256	830	1 037	1 867
Metalurgia	4 161	1 150	5 311	1 088	405	1 493
Produtos alimentícios	2 844	2 232	5 076	1 122	364	1 487
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	185	528	713	619	795	1 414
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1 185	390	1 575	629	460	1 089
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	247	137	384	421	479	900
Máquinas e equipamentos	562	397	959	338	555	892
Produtos de borracha e de material plástico	321	349	670	496	317	814
Bebidas	8	503	511	61	537	598
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	584	197	781	118	445	563
Celulose, papel e produtos de papel	53	694	747	224	324	548
Outros equipamentos de transporte	216	34	250	45	433	478
Outras indústrias	1 178	926	2 104	519	548	1 067
Serviços	10 234	21 210	31 444	10 932	12 944	23 876
Comércio, exceto veículos	2 185	3 515	5 700	2 055	4 186	6 241
Serviços financeiros e atividades auxiliares	750	4 150	4 900	782	2 170	2 952
Transporte	823	265	1 088	1 500	627	2 127
Atividades imobiliárias	898	2 751	3 649	793	1 212	2 005
Seguros, resseguros, previd. complementar e planos de saúde	252	4 388	4 640	1 474	459	1 933
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 266	795	2 061	1 006	538	1 544
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	440	375	815	258	652	909
Construção de edifícios	668	287	955	363	385	748
Obras de infraestrutura	188	500	689	368	279	648
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	322	364	687	28	612	640
Serviços de tecnologia da informação	565	139	704	395	196	591
Serviços de arquitetura e engenharia	294	431	726	191	287	479
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	267	328	595	156	216	373
Telecomunicações	41	304	345	255	88	343
Ativ. sedes de empresas e consultoria em gestão de empresas	214	122	336	189	149	338
Prestação de serviços de informação	249	247	495	223	102	325
Demais	812	2 248	3 060	893	787	1 680
Aquisição e venda de imóveis	184	179	364	133	124	258

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram aplicações líquidas de US\$ 8,9 bilhões, ante a US\$ 7,8 bilhões em 2012, ressaltando-se a demanda de residentes por títulos estrangeiros que resultou em aplicações líquidas de US\$ 7,5 bilhões, em 2013, comparados a US\$ 5,5 bilhões em 2012. As aplicações em ações de empresas estrangeiras somaram US\$ 1,5 bilhão, em comparação a US\$ 2,3 bilhões aplicados no ano anterior.

**INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA**  
**US\$ milhões**

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 5 143	- 2 621	- 7 764	- 5 516	- 3 396	- 8 913
Receitas	4 699	3 847	8 546	6 024	5 260	11 284
Despesas	9 842	6 468	16 310	11 541	8 656	20 197
Investimentos em ações	- 1 453	- 822	- 2 275	- 667	- 795	- 1 462
Receitas	356	165	521	322	304	627
Despesas	1 809	987	2 796	989	1 100	2 088
Títulos de renda fixa	- 3 690	- 1 799	- 5 489	- 4 850	- 2 601	- 7 451
Receitas	4 343	3 682	8 025	5 702	4 956	10 658
Despesas	8 033	5 481	13 514	10 552	7 557	18 108

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram aplicações líquidas de US\$ 34,7 bilhões, ante US\$ 16,5 bilhões em 2012. As ações de empresas brasileiras registraram ingressos líquidos de US\$11,6 bilhões, duplicando os US\$ 5,6 bilhões ocorridos no ano anterior. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram ingressos líquidos de US\$ 25,4 bilhões, ante US\$ 5,1 bilhões no ano anterior.

Houve ingressos líquidos de bônus soberanos de US\$ 522 milhões, em 2013, como consequência de reabertura do Global 23, US\$ 800 milhões, e da colocação do Global 25b, US\$ 3,3 bilhões, enquanto outros títulos de emissão da República, recebidos como parte do pagamento pela emissão, somaram amortizações totais, incluindo ágios, de US\$ 2,2 bilhões e amortizações referentes às recompras no mercado secundário, de US\$ 3,5 bilhões.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 507	9 026	16 534	17 926	16 816	34 742
Receitas	79 873	75 377	155 250	111 624	125 926	237 550
Despesas	72 366	66 350	138 716	93 698	109 110	202 808
Investimentos em ações	2 897	2 703	5 600	6 278	5 357	11 635
Receitas	64 331	58 518	122 849	80 595	70 358	150 953
Despesas	61 435	55 814	117 249	74 317	65 001	139 318
Negociadas no país	2 938	2 982	5 920	6 350	5 513	11 863
Receitas	64 166	58 488	122 654	80 567	70 348	150 915
Despesas	61 227	55 506	116 734	74 217	64 835	139 052
Negociadas no exterior (DRs)	- 42	- 279	- 320	- 71	- 156	- 228
Receitas	165	30	195	28	10	38
Despesas	207	308	515	100	166	266
Títulos de renda fixa	4 611	6 323	10 934	11 648	11 459	23 107
Receitas	15 542	16 859	32 401	31 029	55 568	86 596
Despesas	10 931	10 536	21 467	19 381	44 109	63 490
Negociadas no país	2 119	2 932	5 051	11 038	14 410	25 448
Médio e longo prazos	1 891	2 864	4 755	9 518	13 247	22 766
Receitas	6 868	7 277	14 145	22 382	38 488	60 870
Despesas	4 978	4 413	9 390	12 864	25 241	38 105
Curto prazo	228	68	296	1 519	1 163	2 682
Receitas	548	305	853	3 504	9 046	12 550
Despesas	320	237	557	1 984	7 883	9 867
Negociadas no exterior	2 492	3 391	5 883	610	- 2 951	- 2 341
Bônus	113	- 55	58	- 396	917	522
Privados	- 48	-	- 48	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	48	-	48	-	-	-
Públicos	160	- 55	106	- 396	917	522
Desembolsos	2 517	1 350	3 867	800	3 250	4 050
Amortizações	2 357	1 405	3 762	1 196	2 333	3 528
Valor de face	2 054	1 367	3 422	1 119	1 741	2 860
Descontos	- 303	- 37	- 340	- 77	- 591	- 668
Notes e commercial papers	2 504	3 446	5 950	1 006	- 3 869	- 2 863
Desembolsos	5 608	7 927	13 536	4 342	4 784	9 126
Amortizações	3 104	4 481	7 585	3 337	8 653	11 989
Títulos de curto prazo	- 125	- 0	- 125	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	125	0	125	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil

As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US\$ 2,9 bilhões, ante ingressos líquidos de US\$ 6 bilhões em 2012. Não houve operações com títulos de curto prazo em 2013.

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$ 40,6 bilhões em 2013, compreendendo a concessão líquida de créditos comerciais e empréstimos de curto prazo, US\$ 30 bilhões no ano; a constituição no exterior de depósitos de bancos brasileiros, US\$ 1,8 bilhão, e aumento dessa categoria de ativo dos demais setores, US\$ 9 bilhões. Os outros ativos totalizaram retornos líquidos de US\$ 832 milhões.

**OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS**  
**US\$ milhões**

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 4 239	- 20 311	- 24 550	- 13 132	- 27 419	- 40 550
Empréstimos	- 1 164	- 14 596	- 15 760	- 9 484	- 21 011	- 30 495
Longo prazo	- 77	- 210	- 287	- 69	- 465	- 535
Amortizações	114	150	264	42	26	68
Desembolsos	190	360	551	111	491	602
Curto prazo (líq.)	- 1 088	- 14 386	- 15 473	- 9 414	- 20 546	- 29 960
Moeda e depósitos	- 2 831	- 5 297	- 8 128	- 4 306	- 6 582	- 10 887
Bancos	- 4 736	207	- 4 529	- 270	- 1 573	- 1 842
Demais setores	1 905	- 5 504	- 3 599	- 4 036	- 5 009	- 9 045
Outros ativos	- 244	- 418	- 662	657	174	832
Longo prazo	- 97	- 58	- 155	79	- 47	32
Amortizações	13	45	58	121	8	129
Desembolsos	110	103	213	42	55	97
Curto prazo (líquido)	- 147	- 360	- 507	579	221	800

Fonte: Banco Central do Brasil

Os outros investimentos estrangeiros no País apresentaram ingressos líquidos de US\$ 19,7 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos líquidos de US\$ 21 bilhões, ante US\$ 14,3 bilhões em 2012. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram ingressos líquidos de US\$ 1,3 bilhão, enquanto os de curto prazo somaram US\$ 19,7 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$ 1,8 bilhão, compostos por desembolsos líquidos de organismos, US\$ 1,3 bilhão; empréstimos diretos, US\$ 583 milhões; e de agências, US\$ 460 milhões. Os empréstimos de compradores totalizaram amortizações líquidas de US\$ 484 milhões no ano. Os empréstimos de curto prazo alcançaram amortizações líquidas de US\$ 6 milhões, comparativamente a pagamentos líquidos de US\$ 4 bilhões, ocorridos em 2012.

**OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS**  
US\$ milhões

Discriminação	2012			2013		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 370	7 179	19 549	13 658	5 994	19 652
Crédito comercial (de fornecedores)	11 443	2 890	14 332	13 799	7 184	20 983
Longo prazo	- 280	- 178	- 458	708	567	1 274
Desembolsos	608	644	1 252	1 418	1 349	2 767
Amortizações	889	822	1 710	711	782	1 493
Curto prazo (líquido)	11 723	3 068	14 791	13 092	6 617	19 709
Empréstimos	2 636	5 937	8 573	2 499	- 696	1 803
Autoridade monetária	-	-	-	-	-	-
Demais setores	2 636	5 937	8 573	2 499	- 696	1 803
Longo prazo	3 231	9 358	12 590	972	837	1 809
Desembolsos	13 831	25 326	39 158	18 744	26 175	44 919
Organismos	2 207	3 505	5 712	1 299	4 489	5 788
Agências	736	2 857	3 593	1 212	736	1 949
Compradores	2 120	878	2 998	2 689	6 665	9 354
Empréstimos diretos	8 768	18 087	26 855	13 544	14 284	27 829
Amortizações	10 600	15 968	26 568	17 772	25 338	43 110
Organismos	1 004	1 538	2 542	3 585	952	4 537
Agências	653	547	1 200	616	872	1 489
Compradores	3 901	5 115	9 016	4 791	5 047	9 838
Empréstimos diretos	5 041	8 768	13 809	8 780	18 465	27 246
Curto prazo	- 595	- 3 421	- 4 016	1 527	- 1 533	- 6
Moeda e depósitos	- 1 710	- 1 658	- 3 368	- 2 654	- 496	- 3 150
Outros passivos	1	10	10	14	3	16
Longo prazo	-	-	-	-	-	-
Curto prazo	1	10	10	14	3	16

Fonte: Banco Central do Brasil

### 1.3.5. Reservas internacionais

Ao longo de 2013, o Banco Central do Brasil manteve a política de redução da volatilidade cambial, garantindo liquidez e o funcionamento adequado do mercado de câmbio doméstico.

O BCB disponibilizou liquidamente US\$ 11,5 bilhões em operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura.

Ao final de 2013, as reservas internacionais somaram US\$ 358,8 bilhões no conceito caixa, recuando US\$ 14,3 bilhões

em relação ao ano anterior.

No conceito liquidez internacional, que inclui ativos sob a forma de linhas com recompra, o estoque atingiu US\$ 375,8 bilhões, decréscimo de US\$ 2,8 bilhões.

Dentre os fatores de variação do estoque das reservas internacionais destacaram-se as receitas de remuneração, US\$ 3,4 bilhões, variações por preços de títulos, redução de US\$ 4,3 bilhões, e por paridades, decréscimo de US\$ 4,1 bilhões.

**DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS**  
US\$ milhões

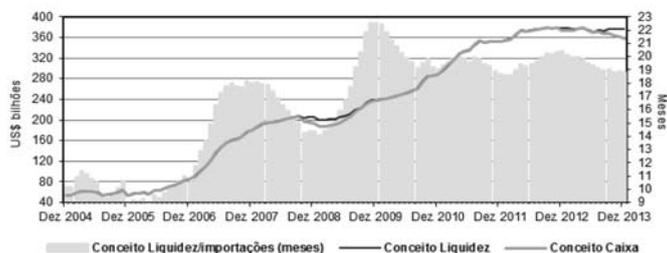
Discriminação	2011	2012	2013
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	288 575	352 012	373 147
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervencções)	50 107	12 691	- 11 520
A termo	2 199	7 005	-
Pronto	47 908	11 152	-
Linhas com recompra	-	- 5 466	- 11 520
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	13 331	8 444	- 2 820
Desembolsos	500	-	903
Bônus	-	-	-
Organismos	500	-	903
Juros	6 342	4 351	3 397
Organismos	-	-	-
Remuneração das reservas	6 342	4 351	3 397
Outras variações	6 489	4 094	- 7 120
Variações por preço	5 821	1 439	- 4 321
Variações por paridades	- 1 020	820	- 4 092
Demais <sup>1/</sup>	1 689	1 834	1 293
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	63 437	21 135	- 14 340
III - Posição das reservas - conceito caixa	352 012	373 147	358 808
IV - Saldo de linhas com recompra	-	5 466	16 986
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez <sup>2/</sup>	352 012	378 613	375 794

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, liberação de colaterais, alocações de DES e variação de derivativos financeiros.

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

**RESERVAS INTERNACIONAIS**



### 1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2013, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, as liquidações em mercado somaram US\$ 5,8 bilhões, dos quais US\$ 2,9 bilhões referentes à pagamentos de principal e US\$ 3 bilhões a despesas de juros.

#### COMPRAS DO TESOIRO NACIONAL<sup>1/</sup> Jan a Dez 2013 / US\$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
Jan	100	923	1 023	1 023	-	1 023
Fev	69	201	270	270	-	270
Mar	109	83	191	191	-	191
Abr	86	157	243	243	-	243
Mai	53	130	183	183	-	183
Jun	702	80	782	782	-	782
Jul	79	900	978	978	-	978
Ago	-	137	137	137	-	137
Set	53	81	134	134	-	134
Out	-	155	155	155	-	155
Nov	1 610	133	1 742	1 742	-	1 742
Dez	-	-	-	-	-	-
Ano	2 860	2 979	5 839	5 839	-	5 839

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Em 2013, foi mantido o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior. No ano, a liquidação de pagamentos antecipados somou US\$ 2,8 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões em valor de face dos papéis, US\$ 43 milhões em juros decorridos e US\$ 668 milhões em despesas de ágio, considerado o valor de mercado.

#### RECOMPRAS DO TESOIRO NACIONAL Jan a Dez 2013 / US\$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
Jan	30	1	7	38
Fev	69	1	13	83
Mar	93	1	19	114
Abr	86	2	17	105
Mai	53	1	9	64
Jun	48	2	10	60
Jul	16	0	2	18
Ago	-	-	-	-
Set	38	0	7	45
Out	-	-	-	-
Nov	1 610	34	582	2 226
Dez	-	-	-	-
Ano	2 042	43	668	2 752

Fonte: Banco Central do Brasil

### 1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2013, a dívida externa bruta alcançou US\$ 307,7 bilhões, redução de US\$ 5,2 bilhões em relação a dezembro de 2012. Neste período, a dívida externa de longo prazo diminuiu US\$ 6,1 bilhões, atingindo US\$ 274,2 bilhões; enquanto a dívida de curto prazo subiu US\$ 970 milhões, para US\$ 33,6 bilhões. O estoque dos empréstimos Inter companhia apresentou elevação de US\$ 36,4 bilhões, totalizando US\$ 164,1 bilhões.

#### ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO US\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	2012	Set 2013
A. Dívida externa bruta (B+C) <sup>1/</sup>	198 192	256 804	298 204	312 898	307 721
B. Dívida de longo prazo	167 220	199 497	258 055	280 316	274 169
Governo geral	64 372	65 127	57 838	63 231	62 846
Títulos de dívida	43 773	41 042	37 776	37 696	36 734
Empréstimos	20 475	24 010	20 012	25 507	26 083
Crédito comercial	123	75	50	29	29
Outros passivos de dívida					
Autoridade monetária	4 513	4 446	4 433	4 437	4 429
Empréstimos	3	-	-	-	-
Outros passivos de dívida	4 510	4 446	4 433	4 437	4 429
Bancos	35 126	52 064	100 183	107 304	99 651
Títulos de dívida	18 170	30 041	47 548	47 480	45 288
Empréstimos	16 956	22 023	52 635	59 825	54 363
Outros passivos de dívida					
Outros setores	63 209	77 860	95 601	105 343	107 243
Títulos de dívida	25 031	24 667	26 491	32 078	32 008
Empréstimos	36 365	51 357	67 353	71 429	73 576
Crédito comercial	1 813	1 836	1 757	1 836	1 659
Outros passivos de dívida					
C. Dívida de curto prazo	30 972	57 307	40 149	32 583	33 553
Governo geral	-	-	-	-	-
Crédito comercial	-	-	-	-	-
Bancos	28 497	51 079	38 066	32 431	33 549
Títulos de dívida	2 432	7 525	354	-	-
Empréstimos	25 423	43 163	37 120	31 596	32 747
Moeda e depósitos	642	392	592	835	802
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
Outros setores	2 475	6 228	2 083	152	3
Títulos de dívida	940	868	115	-	0
Empréstimos	1 371	5 222	1 849	152	3
Crédito comercial	164	138	119	-	-
Outros passivos de dívida	-	-	-	-	-
D. Empréstimos Inter companhia	79 372	95 137	105 913	127 705	164 066
E. Dívida externa bruta, inclusive empréstimos					
Inter companhia (A+D)	277 563	351 941	404 117	440 604	471 787

Fonte: Banco Central do Brasil  
1/ Exclui empréstimos Inter companhia.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2013, 56,2% referiam-se a empréstimos, 41,6% a títulos, 0,6% a crédito comercial, e 1,6% a outros passivos de dívida, destacando-se as alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI). No período em análise, as principais variações na dívida externa de longo prazo resultaram das diminuições dos saldos das operações de empréstimos e de títulos do setor financeiro, US\$5,5 bilhões e US\$ 2,2 bilhões, respectivamente. A elevação da dívida de curto prazo foi influenciada, em sua maior parte, pelo endividamento contraído por bancos, sob a forma de empréstimos, com contribuição de US\$ 1,2 bilhão.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA**  
**Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões**

Devedor	Credor		
	Organismos <sup>1/</sup>	Agências	Bancos
A. Dívida de longo prazo	35 986	17 342	97 013
Setor público	30 632	11 008	19 804
Não bancário	25 675	9 821	5 515
Tesouro Nacional	1 230	215	1 454
Banco Central	4 429	-	-
Empresas públicas	1 966	8 457	75
Estados e municípios	18 050	1 148	3 986
Bancário	4 958	1 187	14 289
Setor privado	5 353	6 334	77 210
Não bancário	2 852	6 184	50 758
Bancário	2 501	150	26 452
B. Dívida de curto prazo	-	-	33 551
Setor público	-	-	5 357
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	5 357
Setor privado	-	-	28 194
Não bancário	-	-	2
Bancário	-	-	28 192
C. Dívida externa bruta <sup>3/</sup>	35 986	17 342	130 564
D. Empréstimos Inter companhia	-	-	-
E. Dívida externa bruta, inclusive emp. Inter companhia (C+D)	35 986	17 342	130 564

(continua)

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA (CONTINUAÇÃO)**  
**Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões**

Devedor	Credor		
	Detentores de Títulos de Dívida <sup>1/</sup>	Outros Credores <sup>2/</sup>	Total
A. Longo prazo	113 802	10 026	274 169
Setor público	50 213	29	111 686
Não bancário	40 610	29	81 649
Tesouro Nacional	36 734	21	39 654
Banco Central	-	-	4 429
Empresas públicas	3 876	0	14 374
Estados e municípios	-	8	23 192
Bancário	9 603	-	30 037
Setor privado	63 589	9 997	162 483
Não bancário	28 075	4 999	92 869
Bancário	35 514	4 997	69 614
B. Curto prazo	0	2	33 553
Setor público	-	-	5 357
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	5 357
Setor privado	0	2	28 196
Não bancário	0	1	3
Bancário	-	1	28 193
C. Dívida externa bruta <sup>3/</sup>	113 802	10 028	307 721
D. Empréstimos Inter companhia	9 219	154 847	164 066
E. Dívida externa bruta, inclusive emp. Inter companhia (C+D)	123 021	164 874	471 787

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

3/ Exclui empréstimos Inter companhia.

Em setembro de 2013, considerado o estoque de dívida externa bruta, o setor privado figurava como maior devedor, responsável por 52,8% do total, acumulando US\$ 162,5 bilhões em recursos devidos no longo prazo e US\$ 28,2 bilhões no curto prazo.

A dívida externa do setor público, 40,7% da dívida externa bruta, era fortemente concentrada no longo prazo.

A dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro somou US\$ 81,7 bilhões em setembro de 2013.

Deste total, 48,6% se referiam ao Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 28,4% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos concedidos por organismos internacionais.

A dívida de estatais, por sua vez, somava 17,6% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 5,4% do setor público não financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

**DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA BRUTA**  
US\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2013-Set
Governo federal (contratada diretamente)	54 373	54 779	51 888	42 789	42 856	39 654
Estados e municípios	8 199	9 593	13 239	15 048	20 375	23 192
Direta	27	5	3	2	0	-
Com aval	8 172	9 588	13 235	15 047	20 375	23 192
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	21 588	31 130	38 813	44 603	50 331	54 197
Direta	15 387	19 753	26 528	32 359	38 544	42 663
Com aval	6 201	11 377	12 285	12 244	11 787	11 533
Setor privado (com aval do setor público)	450	891	1 578	1 828	1 961	1 756
Total	84 610	96 393	105 518	104 268	115 523	118 799
Direta	69 787	74 537	78 420	75 150	81 400	82 317
Com aval	14 823	21 855	27 099	29 118	34 122	36 481
Pelo Governo Federal	14 688	21 234	25 684	27 409	32 197	34 736
Pelos Estados e Municípios	7	5	0	-	-	8
Pelos autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	127	616	1 414	1 709	1 925	1 738

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2013, US\$ 36,5 bilhões, dos quais apenas US\$ 1,8 bilhão correspondia a estoque devido pelo setor privado.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR DEVEDOR**  
Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2013 (Out-Dez)	2014	2015	2016	2017
A. Dívida de longo prazo	274 169	11 154	38 652	46 307	28 576	24 194
Setor público	111 686	620	4 257	7 522	8 118	9 734
Não bancário	81 649	397	2 446	6 163	5 016	6 302
Tesouro Nacional	39 654	143	973	2 372	1 801	3 211
Banco Central	4 429	-	-	-	-	-
Empresas públicas	14 374	84	456	2 576	1 943	1 795
Estados e municípios	23 192	171	1 017	1 215	1 272	1 296
Bancário	30 037	223	1 811	1 359	3 102	3 432
Setor privado	162 483	10 534	34 395	38 785	20 458	14 460
Não bancário	92 869	5 651	19 187	14 740	12 100	10 296
Bancário	69 614	4 883	15 208	24 045	8 358	4 164
B. Dívida de curto prazo	33 553	8 389	25 163	-	-	-
Setor público	5 357	1 339	4 018	-	-	-
Bancário	5 357	1 339	4 018	-	-	-
Setor privado	28 196	7 050	21 146	-	-	-
Não bancário	3	2	1	-	-	-
Bancário	28 193	7 048	21 145	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B) <sup>1/</sup>	307 721	19 544	63 815	46 307	28 576	24 194
D. Empréstimos Inter companhias	164 066	5 473	27 901	19 244	11 688	18 579
E. Dívida total + emp. Inter companhias (C+D)	471 787	25 017	91 716	65 550	40 264	42 773

Fonte: Banco Central do Brasil.  
1/ Exclui empréstimos Inter companhia.

(continua)

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR DEVEDOR (CONTINUAÇÃO)**  
Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	Posteriores e vencidos
A. Dívida de longo prazo	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	59 868
Setor público	5 365	9 841	5 838	7 141	4 031	49 219
Não bancário	3 425	7 707	2 569	6 423	2 590	38 610
Tesouro Nacional	398	3 589	562	3 131	1 091	22 383
Banco Central	-	-	-	-	-	4 429
Empresas públicas	1 646	2 621	565	1 887	108	692
Estados e municípios	1 381	1 496	1 441	1 405	1 391	11 107
Bancário	1 940	2 134	3 269	718	1 440	10 609
Setor privado	8 554	5 707	9 865	3 556	5 519	10 649
Não bancário	6 787	4 068	5 001	3 033	3 216	8 790
Bancário	1 767	1 640	4 864	523	2 303	1 859
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
Não bancário	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B) <sup>1/</sup>	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	59 868
D. Empréstimos Inter companhias	30 458	8 274	7 273	4 442	18 873	11 860
E. Dívida total + emp. Inter companhias (C+D)	44 377	23 822	22 976	15 139	28 423	71 728

Fonte: Banco Central do Brasil.  
1/ Exclui empréstimos Inter companhia.

O esquema de amortização da dívida externa bruta de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2013, revelava concentração de 45,5% de seus vencimentos entre outubro de 2013 e dezembro de 2016. Neste período, 83,5% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não-financeiro somava outros 11,2%.

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR CREDOR**  
Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2013 (Out-Dez)	2014	2015	2016	2017
A. Dívida de longo prazo	274 169	11 154	38 652	46 307	28 576	24 194
Organismos internacionais	35 986	554	2 521	2 683	2 815	2 155
Agências governamentais	17 342	297	1 374	2 914	2 790	2 432
Bancos	97 013	7 621	24 529	24 730	10 194	7 284
Detentores de títulos de dívida1/	113 802	1 915	6 732	14 773	11 739	11 119
Outros credores2/	10 026	768	3 496	1 207	1 037	1 204
B. Dívida de curto prazo	33 553	8 389	25 163	-	-	-
Bancos	33 551	8 389	25 161	-	-	-
Outros credores2/	2	0	2	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	307 721	19 544	63 815	46 307	28 576	24 194
D. Empréstimos Inter companhias	164 066	5 473	27 901	19 244	11 688	18 579
E. Dívida total + emp. Inter companhias (C+D)	471 787	25 017	91 716	65 550	40 264	42 773

Fonte: Banco Central do Brasil.

(continua)

**DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR CREDOR**  
Posição: 30.9.2013 / US\$ milhões

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	Posteriores e vencidos
A. Dívida de longo prazo	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	59 868
Organismos internacionais	2 111	1 899	2 057	1 558	1 403	16 229
Agências governamentais	2 451	2 202	666	552	489	1 175
Bancos	3 739	2 920	3 519	1 357	2 002	9 119
Detentores de títulos de dívida <sup>1/</sup>	4 994	8 255	9 244	6 850	5 230	32 952
Outros credores <sup>2/</sup>	625	273	217	381	426	393
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-
Outros credores <sup>2/</sup>	-	-	-	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	13 919	15 548	15 703	10 697	9 550	59 868
D. Empréstimos Inter companhias	30 458	8 274	7 273	4 442	18 873	11 860
E. Dívida total + emp. Inter companhias (C+D)	44 377	23 822	22 976	15 139	28 423	71 728

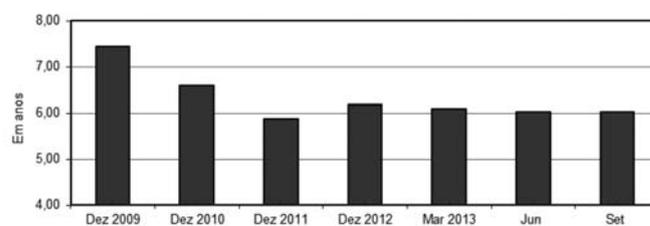
Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

O esquema de amortização da dívida externa bruta por credor revela que, dos pagamentos de longo prazo previstos para o período de outubro de 2013 a dezembro de 2016, 53,8% seriam efetuados por bancos, enquanto detentores de títulos de dívida e organismos internacionais eram responsáveis por 28,2% e 6,9%, respectivamente.

**PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO**



**PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO**  
US\$ milhões

Discriminação	2013-Set	Prazo médio (anos)
A. Dívida externa bruta	307 721	6,03
Organismos internacionais	35 986	8,91
Agências governamentais	17 342	4,91
Bancos	130 564	2,95
Detentores de títulos de dívida <sup>2/</sup>	113 802	9,17
Outros credores <sup>3/</sup>	10 028	3,37
B. Empréstimos Inter companhia	164 066	5,56
C. Dívida externa bruta + emp. Inter companhia (A+B)	471 787	5,87

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui empréstimos Inter companhia.

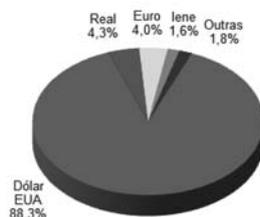
2/ Credor final indeterminado.

3/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

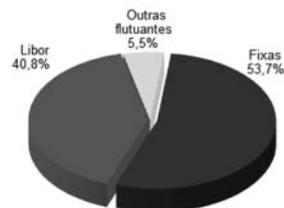
O prazo médio da dívida externa bruta reduziu-se de 6,4 para 6 anos, entre dezembro de 2012 e setembro de 2013. O setor de bancos detinha o menor prazo médio, 3 anos, enquanto que os detentores de títulos de dívida apresentaram o prazo médio mais dilatado, 9,2 anos.

**COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA**  
setembro/2013

**DISTRIBUIÇÃO POR MOEDA**



**DISTRIBUIÇÃO POR TAXAS DE JUROS**



Na composição por moedas da dívida externa bruta, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos manteve-se estável em 88,3%, entre dezembro de 2012 e setembro de 2013. Neste período, a parcela da dívida externa bruta em euros elevou-se de 3,7% para 4%, enquanto a parcela em ienes caiu de 2% para 1,6%. O real manteve participação em 4,3%, figurando como segunda moeda mais importante na denominação de instrumentos que compõem a dívida externa bruta.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes subiu de 45,9% do total, em dezembro de 2012, para 46,3%, em setembro de 2013. Conseqüentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas diminuiu de 54,1% para 53,7%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 88,1%.

### 1.3.8. Indicadores de Endividamento

Na comparação entre as posições de setembro de 2013 e dezembro de 2012, houve melhora no indicador de endividamento externo relacionado à dívida externa bruta, e piora naqueles relacionados ao serviço da dívida e à dívida externa líquida.

A razão dívida externa bruta em relação ao PIB caiu de 13,9% para 12,2%, em função dos recuos de 1,7% da dívida externa bruta e de 0,6% do PIB medido em dólares.

Já o serviço da dívida aumentou 38,8%, enquanto o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 1,2%.

Assim, aumentou a participação do serviço da dívida nas

exportações, de 22,3% para 31,3%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB aumentou de 2,4 para 3,4 no período.

O indicador da dívida externa bruta em relação às exportações diminuiu de 129% para 128,4%.

Já a dívida externa líquida de ativos, que em dezembro de 2012 apresentava posição superavitária de US\$ 89,7 bilhões, equivalentes a -37% do valor das exportações, atingiu, em setembro de 2013, US\$ 86,3 bilhões, representando -37,9% das exportações.

Como percentual do PIB, a posição credora da dívida externa líquida avançou de 4% para -4,1%, no período analisado.

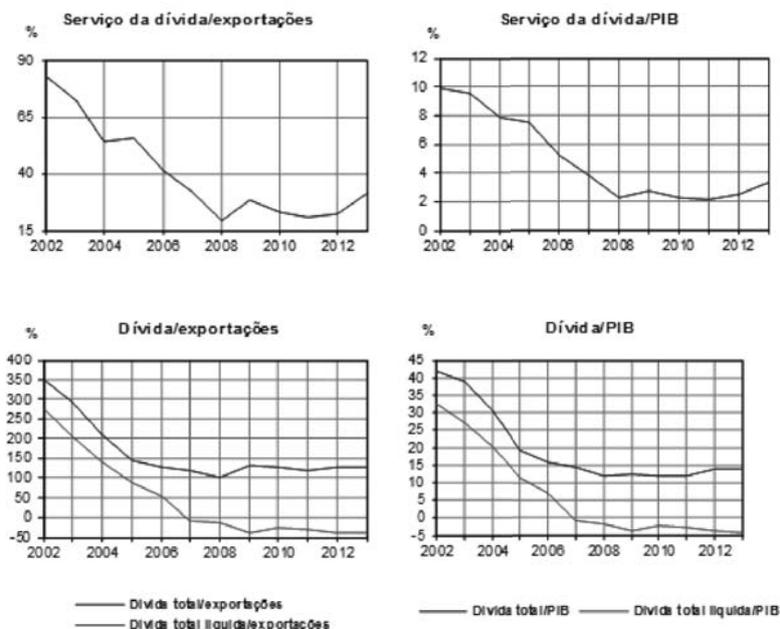
#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO<sup>1/</sup> US\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2013-Set
Serviço da dívida	37 638	43 561	46 320	52 596	54 090	75 056
Amortizações	22 065	29 639	32 864	37 126	39 333	59 253
Juros brutos	15 573	13 922	13 457	15 470	14 757	15 804
Dívida externa de longo prazo (A)	161 896	167 220	199 497	258 055	280 316	274 169
Dívida externa de curto prazo (B)	36 444	30 972	57 307	40 149	32 583	33 553
Dívida externa bruta (C)=(A+B)	198 340	198 192	256 804	298 204	312 898	307 721
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	206 806	239 054	288 575	352 012	378 613	376 040
Reservas internacionais - conceito caixa	193 783	238 520	288 575	352 012	373 147	368 654
Créditos brasileiros no exterior (E)	2 657	2 435	2 227	2 194	2 069	1 921
Haveres de bancos comerciais (F)	16 560	18 474	16 630	16 866	21 876	20 652
Dívida externa líquida (G)=(C-D-E-F)	-27 683	-61 771	-50 628	-72 868	-89 661	-90 891
Exportações	197 942	152 995	201 915	256 040	242 580	239 634
PIB	1650 897	1625 636	2143 921	2475 066	2247 285	2234 416
Indicadores (em porcentagem)						
Serviço da dívida / exportações	19,0	28,5	22,9	20,5	22,3	31,3
Serviço da dívida / PIB	2,3	2,7	2,2	2,1	2,4	3,4
Dívida externa / exportações	100,2	129,5	127,2	116,5	129,0	128,4
Dívida externa bruta / PIB	12,0	12,2	12,0	12,0	13,9	13,8
Dívida externa líquida / exportações	- 14,0	- 40,4	- 25,1	- 28,5	- 37,0	- 37,9
Dívida externa líquida / PIB	- 1,7	- 3,8	- 2,4	- 2,9	- 4,0	- 4,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a empréstimos Inter companhia.

## INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO



## 13.9. Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2013 somou US\$ 4,1 bilhões. Houve duas operações de captação no mercado internacional no ano, a reabertura do Global 23, operação com prazo de dez anos e prêmio de risco de 98 p.b., e a colocação do Global 25B, com prazo de 11 anos e prêmio de risco de 180 p.b.

## EMISSÕES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Spread sobre US Treasury <sup>1/</sup> (p.b.)
Global 23 (Reabertura)	16.05.2013	05.01.2023	10	800	2,625	98
Global 25B	01.11.2013	07.01.2025	11	3 250	4,250	180

Fonte: Banco Central do Brasil.  
1/ Sobre US Treasury, no lançamento.

**1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)**

Entre dezembro de 2012 e setembro de 2013, o passivo líquido da PII caiu 3,8%, passando de US\$826 bilhões para US\$ 794 bilhões.

A redução da posição devedora da PII resultou da diminuição de US\$ 16,3 bilhões do estoque de passivos e elevação de US\$ 15,5 bilhões do estoque de ativos.

Os fatores que mais contribuíram para a diminuição do passivo externo foram as reduções nos estoques de investimento em carteira e outros investimentos, de US\$ 32,2 bilhões e US\$

1,9 bilhão, respectivamente. Relativamente ao investimento em carteira, houve recuo de US\$ 34,2 bilhões nos estoques de investimento em ações e aumento de US\$ 1,9 bilhão nos títulos de renda fixa.

Já o incremento dos ativos externos foi resultante, principalmente, dos aumentos de US\$ 7,1 bilhões do estoque de investimento brasileiro direto no exterior e de US\$ 9,2 bilhões no estoque de outros investimentos.

Houve ainda elevação de US\$ 11,3 bilhões no crédito comercial de curto prazo e contração de US\$ 4,5 bilhões de reservas internacionais.

**POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL**  
US\$ milhões

Discriminação	2011	2012	2013-Set
Posição de investimento internacional (A-B)	- 764 443	- 825 637	- 793 857
Ativo (A)	722 132	730 739	746 192
Investimento direto brasileiro no exterior	206 187	270 864	278 012
Participação no capital	196 534	251 784	258 607
Empréstimos Inter companhia	9 654	19 080	19 405
Investimentos em carteira <sup>2/</sup>	28 485	22 124	25 755
Investimentos em ações	16 903	13 367	15 441
Bancos	2 050	2 715	3 873
Demais setores	14 853	10 652	11 569
Títulos de renda fixa	11 581	8 757	10 314
Longo prazo	6 036	2 825	5 320
Bancos	4 842	2 230	3 788
Demais setores	1 194	596	1 532
Curto prazo	5 545	5 932	4 994
Bancos	1 874	3 672	3 010
Demais setores	3 671	2 260	1 984
Derivativos	668	555	567
Outros investimentos	134 780	64 048	73 204
Crédito comercial	88 557	8 096	19 355
Longo prazo	246	987	991
Curto prazo	88 311	7 109	18 363
Empréstimos	14 835	19 538	19 055
Governo	2 028	1 903	1 822
Bancos	11 699	16 186	15 926
Demais setores	1 107	1 448	1 307
Moeda e depósitos	26 448	30 780	28 476
Bancos	12 459	18 349	13 816
Demais setores	13 989	12 431	14 660
Outros ativos	4 941	5 635	6 319
Ativos de reservas	352 012	373 147	368 654

Fonte: Banco Central do Brasil. (continua)

**POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL**  
US\$ milhões

Discriminação	2011	2012	2013-Set
Passivo (B)	1 486 575	1 556 376	1 540 049
Investimento estrangeiro direto	695 103	718 870	735 106
Participação no capital	589 190	591 165	571 040
Empréstimos Inter companhia	105 913	127 705	164 066
Investimentos em carteira	600 829	638 794	606 594
Investimentos em ações	360 783	357 234	323 140
No país	217 987	231 311	213 059
No exterior	142 796	125 923	110 081
Títulos de renda fixa	240 047	281 560	283 454
No país	127 763	164 307	169 424
No exterior	112 284	117 253	114 031
Longo prazo	111 815	117 253	114 031
Curto prazo	469	-	-
Derivativos	4 678	3 028	4 573
Outros investimentos	185 964	195 684	193 776
Crédito comercial	1 926	1 865	1 688
Longo prazo	1 807	1 865	1 688
Curto prazo	119	-	-
Empréstimos	178 969	188 508	186 771
Governo	20 012	25 507	26 083
Bancos	89 755	91 421	87 109
Longo prazo	52 635	59 825	54 363
Curto prazo	37 120	31 596	32 747
Demais setores	69 202	71 581	73 579
Longo prazo	67 353	71 429	73 576
Curto prazo	1 849	152	3
Moeda e depósitos	636	874	888
Autoridade monetária	44	39	85
Bancos	592	835	802
Outros passivos	4 433	4 437	4 429
Autoridade monetária	4 433	4 437	4 429

Fonte: Banco Central do Brasil.

## 1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

### 1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

**Lei nº 8.727/1993** - Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta.

#### LEI Nº 8.727/1993 - R\$ mil

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIMENTOS	
RECEITAS DA UNIÃO - FONTE 159	4.120.056
DEMAIS CREDORES - FONTE 173	3.481.487
<b>TOTAL</b>	<b>7.601.543</b>

Fonte: MF/STN.

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2013 foram recebidos R\$ 7.601.543 mil, distribuídos conforme disposto no quadro anterior. Cabe destacar a amortização extraordinária de R\$ 1.025.337 mil do Estado do Maranhão em julho/2013, sendo que com tal pagamento a administração direta do Estado teve suas obrigações no programa em vista quitadas com a União.

**Lei nº 9.496/1997** - Consolidação, Assunção e Refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual (Proes) na Atividade Bancária (Medida Provisória nº 2.192-70/2001), integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamento firmados ao amparo da Lei nº 9.496/1997, durante o exercício de 2013 a União recebeu o total de R\$ 28.590.497 mil (fonte 173). Cabe ressaltar as amortizações extraordinárias de R\$ 604.140 mil em abril/2013, e de R\$ 442.695 mil, em julho/2013, efetuadas, respectivamente, pelos Estados da Bahia e do Maranhão. No caso da Bahia, a amortização foi destinada à quitação integral do estoque de resíduo de limite de comprometimento vinculado ao programa, e, também à amortização extraordinária do saldo devedor da parcela de principal das dívidas. Por sua vez, no caso do Maranhão, a operação foi destinada somente à quitação da parcela de principal de suas dívidas.

**Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores)** - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a

instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2013 a União recebeu R\$ 3.803.484 mil como prestações do refinanciamento (fonte 173).

**Medida Provisória nº 2.179-36/2001** - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998.

No exercício de 2013 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R\$ 1.258.178 mil (fonte 173).

### 1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* (BIB), para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos (DMLP), para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. No ano, destacam-se as liquidações antecipadas da DMLP das empresas Tractebel Energia S. A., no valor de R\$ 215.459.378,62, em setembro/2013, da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), no valor de R\$ 8.680.847,45, em outubro/2013 e da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), no valor de R\$ 50.218.100,11, em dezembro/2013. Foram ressarcidos no exercício de 2013 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os montantes apresentados no quadro a seguir.

#### DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA - R\$ mil

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA RECEBIMENTOS	
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	15.703
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	532.500
<b>TOTAL</b>	<b>548.202</b>

Fonte: MF/STN.

Finalmente, destacamos que o programa *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* (BIB) foi finalizado, tendo a última parcela semestral de recebimentos ocorrida em setembro/2013.

### 1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe).

Ao longo do exercício de 2013, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional pelos devedores os montantes apresentados no quadro a seguir.

#### REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS - R\$ mil

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS RECEBIMENTOS	
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	3.863
PNAFE	82.666
<b>TOTAL</b>	<b>86.529</b>

Fonte: MF/STN.

#### 14.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Durante o exercício de 2013 foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativamente aos ativos em foco, o montante de R\$ 396.098 mil (fonte 159).

#### 14.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais (royalties) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e devidos aos Estados

do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2013 foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 1.872.070 mil (fonte 159), distribuídos conforme disposto no quadro tabela:

#### CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - R\$ mil

ESTADO DE ORIGEM RECEBIMENTOS	
Espírito Santo	256.770
Mato Grosso do Sul	34.390
Paraná	287.914
Rio de Janeiro	1.292.995
<b>TOTAL</b>	<b>1.872.070</b>

Fonte: MF/STN.

Cabe ressaltar os recebimentos de royalties originários do Estado do Espírito Santo foram encerrados em setembro/2013.

#### 14.6. Outros Haveres

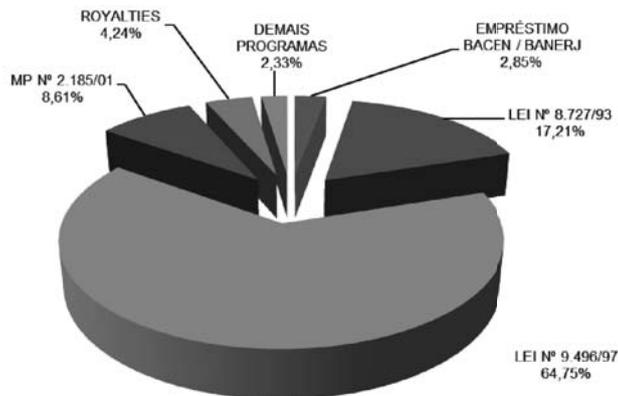
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Crédito contratual da União junto ao BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15/12/2015.

#### HAVERES FINANCEIROS - EXERCÍCIO 2013 CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES (EM R\$ MIL)

PROGRAMAS	RECEBIMENTOS (R\$ mil)	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2013 (R\$ mil)
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/1969	3.863	23.100
BNDES	0	1.719.043
BRAZIL INVESTMENT BONDS (BIB)	15.703	0
CARTEIRA DE SANEAMENTO	396.098	1.351.456
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR (CRC)	0	0
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (DMLP)	532.500	5.184.565
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	0	0
EMPRÉSTIMO BCB / BANERJ - MP 2.179/2001	1.258.178	12.564.732
HONRA DE GARANTIA - OP. EXTERNA	0	0
LEI Nº 8.727/1993	7.601.543	15.087.768
LEI Nº 9.496/1997	28.590.497	410.414.150
MP 2.185/2001	3.803.484	70.700.107
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES	1.872.070	6.424.659
PNAFE	82.666	279.396
<b>TOTAL</b>	<b>44.156.601</b>	<b>523.748.975</b>

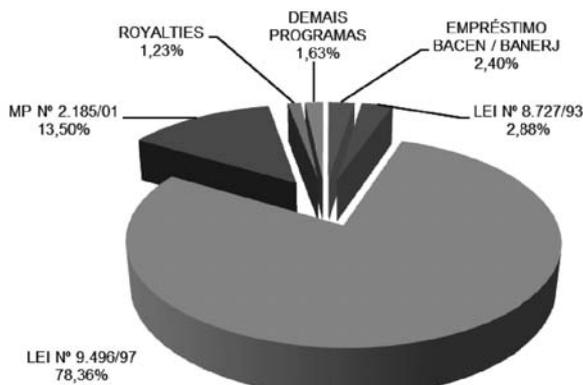
Fonte: STN/Coafi.

**ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2013**



Fonte: STN/Coafi.

**DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL EM 31/12/2013**



Fonte: STN/Coafi.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL

**1.5. OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL**

**1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira**

O Tesouro Nacional é o órgão responsável pela administração dos haveres da União junto a terceiros. Relativamente à administração dos haveres, compete ao Tesouro Nacional a coordenação e operacionalização dos pagamentos de compromissos decorrentes de contratos firmados sob sua responsabilidade, além da contabilização de saldos e pagamentos (amortização de principal e encargos) em sistemas de registros. Para um melhor gerenciamento, classificamos os haveres financeiros do Tesouro Nacional em cinco grupos conforme sua origem:

**Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**Haveres Originários de Operações Estruturadas**

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

**Haveres Originários de Privatizações**

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

**Haveres Originários de Legislação Específica**

Configura-se como o grupamento de haveres mais relevante tanto em termos de saldo devedor como no que se refere ao fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo, os contratos oriundos de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

**Haveres Originários do Crédito Rural**

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/1995 e Resolução CMN nº 2.238/1996, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/Finame. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil.

Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/1998, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200

mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do Pesa do Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II (Prodecir II) - consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28/06/2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal - Especial (EGF-Especial) - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01/10/1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28/09/1998, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996, e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998, e em 15/06/1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29/12/1966, na Lei nº 8.427, de 27/05/1992, na Lei nº 9.138, de 29/11/1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02/06/1999, no Decreto nº 1.647, de 11/01/1995, no Decreto nº 1.785, de 11/01/1996 e no Decreto nº 2.762, de 31/08/1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

**15.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios**

Em 31/12/2013, a posição dos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, era de R\$ 587.576.316.359,45, conforme especificado a seguir:

**HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS – SALDOS DEVEDORES (EM 31/12/2013)**

GRUPO DE HAVERES	Saldo (R\$)			
	dez/2012	dez/2013	Variação	Variação %
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.757.935.625,00	5.794.904.281,83	36.968.656,83	0,64%
Haveres Originários de Operações Estruturadas	67.135.364.777,39	68.843.262.519,96	1.707.897.742,57	2,54%
Haveres Originários de Privatizações	9.076.379.001,24	9.333.849.237,54	257.470.236,30	2,84%
Haveres Originários de Legislação Específica	425.419.289.196,45	487.802.501.806,25	62.383.212.609,80	14,66%
Haveres Originários de Crédito Rural	15.573.576.505,35	15.801.798.513,87	228.222.008,52	1,47%
<b>TOTAL</b>	<b>522.962.545.105,43</b>	<b>587.576.316.359,45</b>	<b>64.613.771.254,02</b>	<b>12,36%</b>

Fonte: STN/Cofis/Gerat.

A variação total no período considerado foi de aproximadamente R\$ 64,6 bilhões, representados principalmente por variações nos saldos de haveres originários de Legislação Específica (R\$ 62,38 bilhões) e de Operações Estruturadas (R\$ 1,7 bilhão). Da variação total no Grupo de Haveres Originários de Legislação Específica, R\$ 49 bilhões decorrem de cinco novas operações financeiras firmadas ao longo do exercício de 2013, a seguir especificadas:

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os seguintes contratos: i) nº 845/PGFN/CAF, de 9 de maio de 2013, amparado pela Lei nº 12.249/2010, o qual concedeu crédito no montante de R\$ 2 bilhões para viabilizar o financiamento de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante – CDFMM; ii) nº 867/PGFN/CAF, de 28 de junho de 2013, ao amparo da Lei 12.872/2013, o qual se constituiu como instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de R\$ 15 bilhões, com o objetivo de prover o BNDES de recursos adicionais com vistas à ampliação de seus limites operacionais; e iii) nº 904/PGFN/CAF, de 5 de dezembro de 2013, amparado pela Medida Provisória nº 628/2013, no valor de R\$ 24 bilhões, com o intuito de prover o Banco de recursos adicionais para fazer frente ao aumento da demanda por crédito para investimentos na economia.

Com a Caixa Econômica Federal, os seguintes instrumentos híbridos de capital e dívida: i) nº 868/PGFN/CAF, de 28 de junho de 2013, nos termos da Lei 12.868/2013, no valor de R\$ 3 bilhões, com as finalidades de elevar o Patrimônio de

Referência da CAIXA e ampliar sua margem operacional; e ii) nº 869/PGFN/CAF, de 28 de junho de 2013, amparado pela Lei nº 12.833/2013, no montante de R\$ 5 bilhões, visando o provimento de recursos para suprir o aumento da demanda por crédito para investimentos na economia.

Dentre as ações orçamentárias, destacam-se os gastos com agentes financeiros pela gestão de haveres da União. Estão compreendidos nessa ação (00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros), despesas com remuneração aos agentes financeiros pelo acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001, além de ressarcimento de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal e para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC).

Para a citada ação, as despesas corridas em 2013 com a administração de programas como o de Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados Fase II (Prodecer II), despesas decorrentes dos Empréstimos do Governo Federal (EGF-Especial) e do extinto BNCC atingiram o montante de R\$ 34.976.517,35.

#### INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS – AÇÃO 00M4 – (R\$ 1,00)

Dotação 2013		Valores Empenhados em 2013	Valores Liquidados em 2013	Despesa 2013			Restos a Pagar a liquidar
Inicial	Final			RP 2012 Proc. pago	RP 2012 não Proc. pago	Valores Pagos 2013	
36.280.021,10	33.025.370,70	33.025.370,70	34.808.428,95	168.088,40	12.669.285,94	22.139.143,01	10.886.227,69

Fonte: STN/Cofis.

#### 15.3. Recebimento de Créditos

No que tange ao recebimento dos créditos originados dos Haveres da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais. No orçamento, a receita dos haveres financeiros sob responsabilidade da Cofis/STN foi projetada para o exercício de 2013 no valor de R\$ 16.998.093.333,06.

A arrecadação efetiva atingiu o montante de R\$ 19.873.165.820,49, isto é, R\$ 2.875.072.487,42 a mais que a previsão inicial.

A diferença pode ser atribuída principalmente ao fato de que a previsão dos valores foi feita no primeiro semestre de 2012,

sendo que um volume expressivo de operações foi contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal (Caixa), no segundo semestre de 2012.

Além disso, variações de câmbio influenciaram diretamente nos valores arrecadados, uma vez que a moeda utilizada em alguns contratos de valor expressivo é o dólar.

Outro fator que contribui para a diferença entre o valor previsto e o realizado é a inadimplência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que não efetuou nenhum dos recolhimentos projetados para 2013. Vale destacar que os valores inadimplidos desta autarquia estão projetados na Previsão para Devedores Duvidosos (PDD).

Origem do Crédito	Recebimentos 2013 (R\$)
Alongamento Lei 9.138/95	109.483.497,04
Alongamento Lei MP 2.196	577.852.526,16
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	76.013.396,03
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC	511.837,11
BNDES - BNDESPAR	14.735.952.796,25
CAIXA - Instrumento Híbrido	2.269.916.155,22
CIA. Docas	38.779.263,98
EGF Especial	1.702.930,65
ELETROBRÁS - ITAIPU	1.236.091.015,79
Rede Ferroviária Federal S/A	468.211.306,05
VOTO CMN - ANDE	12.867.600,00
Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica - CBEE	8.480.104,06
Banco do Brasil - Instrumento Híbrido	337.303.392,15
<b>TOTAL</b>	<b>19.873.165.820,49</b>

Fonte: STN/Cofis/Gerat.

#### 1.5.4. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2013, a União possuía participação societária majoritária em 47 empresas (23 sociedades de economia mista e 24 empresas públicas) e minoritária em 55 empresas, além de participação em uma empresa binacional.

As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária é de 30/09/2013, para as cinco maiores empresas (Petrobrás, Eletrobrás, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), e de 30/06/2013, para as demais empresas.

#### PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
BASA	2.560.857.979	-	2.560.857.979	1.394.394.933	86,38%	86,38%
BB	1.453.487.115	-	1.453.487.115	33.440.188.150	50,73%	50,73%
BNB	46.595.279	29.123.190	75.718.469	2.220.722.980	96,10%	87,03%
CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	24.926.553	97,73%	92,96%
CBTU	11.435.300.768.888	-	11.435.300.768.888	1.485.626.041	100,00%	100,00%
CDC	9.528.455.638	9.528.455.640	19.056.911.278	263.076.346	99,92%	99,92%
CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	361.428.753	100%	100%
CEAGESP	34.294.143	-	34.403.576	137.041.000	99,68%	99,68%
CEASA-MG	4.994.632	-	4.994.632	22.495.446	99,57%	99,57%
CODEBA	18.524.752.421	18.524.752.420	37.049.504.841	210.167.128	98,36%	98,36%
CODESA	2.412.727.145	-	2.412.727.145	312.513.192	99,45%	99,45%
CODESP	128.605.557.584	128.629.541.429	257.235.099.013	1.279.548.614	99,96%	99,97%
CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	178.138.289	99,97%	99,97%
ELETROBRÁS	591.968.382	2.252	591.970.634	26.859.531.210	54,45%	43,76%
IRB	285.400	-	285.400	400.429.565	27,56%	27,56%
PETROBRÁS	3.740.470.811	-	3.740.470.811	98.383.534.646	50,26%	28,67%
TRENSURB	5.857.046.685	-	5.857.046.685	1.006.451.404	99,86%	99,86%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Cia. Docas do Rio Grande do Norte, Telebrás, Hospital Cristo Redentor - HR, Hospital Fêmnia - HF, Hospital Nossa Senhora Conceição - HNSC, e Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ não estão retratadas na tabela.

#### PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL

EMPRESA	INVESTIMENTO Dez/2012 R\$	INVESTIMENTO Jun/2013 R\$	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	353.075	356.045	0,84%

Fonte: Siafi.

#### PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	60.331.162.000	100,00%	100,00%
BRASIL 2016	-	-	-	10.000.000	100,00%	100,00%
EBSERH	-	-	-	5.000.000	100,00%	100,00%
CEF	-	-	-	26.573.796.000	100,00%	100,00%
CEITEC	42.000	-	42.000	38.690.000	100,00%	100,00%
CMB	-	-	-	1.841.109.917	100,00%	100,00%
CODEVASF	40.128.673	-	40.128.673	(216.868.650)	100,00%	100,00%
CONAB	1.859.907	-	1.859.907	406.409.107	100,00%	100,00%
CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	(815.846.794)	98,08%	97,33%
DATAPREV	-	-	-	279.145.994	51,00%	51,00%
EBC	200.000	-	200.000	334.767.009	100,00%	100,00%
ECT	-	-	-	4.075.674.000	100,00%	100,00%
EMBRAPA	-	-	-	365.009.936	100,00%	100,00%
EMGEA	-	-	-	9.372.650.000	100,00%	100,00%
EMGEPON	-	-	-	104.384.441	100,00%	100,00%
EPE	-	-	-	18.619.000	100,00%	100,00%
EPL	-	-	-	19.060.996	100,00%	100,00%
FINEP	-	-	-	1.251.838.000	100,00%	100,00%
HCPA	-	-	-	442.097.934	100,00%	100,00%
HEMOBRÁS	-	-	-	467.894.822	100,00%	100,00%
IMBEL	-	-	-	188.381.011	100,00%	100,00%
INFRAERO	7.136.773	-	7.136.773	1.308.389.683	97,31%	97,31%
SERPRO	-	-	-	1.024.480.418	100,00%	100,00%
VALEC	8.090.009	-	8.090.009	5.517.215.233	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)**

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
AGESPISA	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,39%	1,1750%
BRASAGRO (2)	1.854.795	-	1.854.795	4.199.383	35,17%	35,17%
CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701%	0,0701%
CAERN	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1259%	0,1500%
CAGECE	-	17.970	17.970	182.494	0,0000%	0,0150%
CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,0043%	0,0328%
CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%
CEPASA	-	1.608	1.608	110.646	0,0000%	0,0523%
CHESF	-	193.837	193.837	28.995.805	0,0000%	0,3800%
COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	0,0000%	0,8716%
DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,3100%
DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	0,0000%	0,5700%
ELETROPAULO	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322%	7,9730%
EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.527	0,097%	0,0700%
ENERGISAPB	364	1.435	1.799	619.822	0,0587%	0,1958%
ICC (3)	-	490	490	245.003	0,0000%	0,1306%
METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499%	0,8492%
METRO-RJ (3)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
NOVACAP (4)	219.400	-	219.400	7.035.354	43,88%	43,88%
RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000%	10,0000%
TBM	37.526	0	37.526	2.282.034	1,6855%	1,4003%
TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	531.121.788	49,00%	49,00%

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Siafi.

Notas:

(1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil.

(2) As contas de 2012 somente foram encaminhadas para apreciação do Ministério da Fazenda em 16/01/2014. Desse modo, a posição utilizada foi a de 31/12/2011.

(3) Em liquidação.

(4) Não foi utilizada a informação de 30/06/2013 em virtude de divergências encontradas nas informações apresentadas pela empresa. Portanto, a posição aqui apresentada foi a de 31/12/2012.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme quadros a seguir.

**PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS**

FUNDOS	INVESTIMENTO (R\$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)
FGP	19.690.881,38	19.690.881,38
FGHab	1.162.097.154,67	1.370.708.982,54
FGO	198.047.922,48	583.106.987,97
FGI	692.343.041,41	816.941.313,04
FGEDUC	411.353.853,76	
FGCN	3.737.302.150,30	3.791.404.577,72
FINAM	7.714,52	580.075.875,42
FINOR	247,58	310.722.138,69

Fonte: Siafi e Balanços.

Notas:

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição Novembro de 2013;  
 FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição Novembro de 2013;  
 FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição Novembro 2013;  
 FGP - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - Posição setembro de 2013;  
 FGHAB - Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição Novembro de 2013;  
 FGI - Fundo Garantidor para Investimento - Posição Novembro de 2013;  
 FGO - Fundo Garantidor de Operações - Posição Outubro de 2013;  
 FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição Novembro de 2013;  
 FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (EM R\$)**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2012	2013	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	BAD	29.137.799	33.490.438	14,94%	0,47	31/12/2012
	BAD-fundo	-	-	-	-	
	BDC-Fundo			-	-	
	BID	1.707.725.471	1.809.437.198	5,96%	-	
	-BID-CO	902.837.334	979.913.190	8,54%	10,75	
	-BID-FOE	804.888.137	829.524.009	3,06%	5,56	
	CAF	249.155.095	298.555.096	19,83%	N.d.	
	CII	193.759.043	193.759.043	0,00%	11,02	
	FAD	325.588.155	337.585.031	3,68%	0,42	
	FIDA (1)	96.929.076	106.429.826	9,80%	0,92	
	FONPLATA	174.620.244	174.620.244	0,00%	20	
FUMIN	41.072.829	52.434.173	27,66%	2,04		
Ministério da Fazenda	BIRD	544.756.779	637.933.566	17,10%	1,88	
	AID	1.638.976.326	1.701.390.826	3,81%	1,42	
	CFI	101.768.753	126.371.853	24,18%	1,6	
	MIGA	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,31	

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi.

### Principais variações nas participações societárias da União em 2013

#### Aumento de capital de empresas

Em 2013, foram efetuados aumentos de capital no montante de R\$ 4,15 bilhões, decorrentes, em grande parte dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (Afac), conforme discriminado no quadro a seguir.

#### AUMENTO DE CAPITAL EM 2013

EMPRESA	VALOR R\$ mil	ORIGEM DOS CRÉDITOS
<b>SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA</b>		
CBTU	126.490	AFAC
CDC	37.439	AFAC
CDP	24.964	AFAC
CODEBA	44.369	AFAC
CDRJ	240.994	AFAC
CODERN	59.919	AFAC
CODESA	59.958	AFAC
CODESP	158.748	AFAC
TRENSURB	344.303	AFAC
<b>PÚBLICAS</b>		
EBSERH	5.000	AFAC
EPL	5.000	AFAC
INFRAERO	810.170	AFAC
SERPRO	66.000	AFAC
VALEC	2.038.403	AFAC
<b>BINACIONAL</b>		
ALCANTARA CYCLONE	135.000	AFAC
<b>TOTAL</b>	<b>4.156.758</b>	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

#### Constituição de Empresas

Foi criada, por meio do Decreto n.º 8.063, de 01/08/2013, a empresa pública denominada Empresa Brasileira de

Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA), empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Por meio do Decreto n.º 7.976, de 01/04/2013, foi criada a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Conforme o disposto no Decreto n.º 7.898, de 01/02/2013, foi criada a empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Marinha, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

#### Empresas em liquidação

Continua em processo de liquidação a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28/03/1994.

#### Alienação de Haveres Mobiliários

Em conformidade ao disposto no Decreto s/n, de 16/05/2013, a União foi autorizada a alienar 212.421 ações ordinárias representativas do capital social do IRB-Brasil Resseguros S.A. ao Banco do Brasil Seguros Participações S.A. Em decorrência dessa alienação, a União arrecadou o montante total de R\$ 552.462.671,70.

#### Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro nacional, pelo critério de caixa, em 2013, atingiu o montante de R\$ 16,91 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 85% do total arrecadado.

Em 2013, todo o montante arrecadado foi depositado diretamente na Conta Única do Tesouro, não ocorrendo, portanto, o pagamento sob a forma de títulos públicos federais.

#### ARRECAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2009 A 2013 (R\$ MILHÕES)

Tipo de Empresa	2009	2010	2011	2012	2013
Sociedade de Economia Mista	8.549,74	7.247,58	6.892,12	5.939,73	5.111,30
Empresa Pública	17.570,55	14.365,98	12.710,08	21.608,22	11.745,43
Minoritária	125,02	164,52	143,38	67,60	52,5
FND	24,88	66,03	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.270,18</b>	<b>21.844,11</b>	<b>19.745,58</b>	<b>27.651,78</b>	<b>16.909,23</b>

Fonte: Siafi.

**Recebimento de Prêmio de Debêntures**

Em 2013, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Vale S.A. (Vale), a importância total de R\$ 7,7 milhões.

**1.5.5. Capitalização de Fundos**

No ano de 2013 alguns Fundos Garantidores sofreram capitalização, conforme detalhado a seguir:

**Fundo de Garantia de Operações (FGO)**

A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou a União a participar em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, no limite global de R\$ 4,0 bilhões para formação de seus patrimônios.

No exercício de 2013, não foi consignado crédito orçamentário para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), sob a ação 00EE – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Por outro lado, a necessidade de capital do Fundo foi suprida com integralização de cotas realizada por meio da transferência de ações de propriedade da União, conforme facultada a Lei nº 12.087/2009, e cuja autorização foi prevista no Decreto s/nº de 22 de outubro de 2013. Já a efetiva transferência de ações, no valor aproximado de R\$

250 milhões, foi autorizada pela Portaria MF nº 538, de 5 de novembro de 2013.

**Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)**

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 2,0 bilhões do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos no imóvel.

Em 2013 foi realizada integralização de cotas no valor de R\$ 160,0 milhões por meio da transferência financeira de créditos orçamentários inscritos em restos a pagar, sendo R\$ 80,0 milhões referentes ao orçamento de 2011 e a outra metade relativa ao orçamento de 2012.

No exercício de 2013 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 80,0 milhões para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O referido crédito foi empenhado em dezembro de 2013 e inscrito em restos a pagar.

**HAVERES MOBILIÁRIOS**

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%
	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL Patrimônio Líquido (R\$ 1,00)	QUANTIDADE	VALOR	
FGHab	752.618.858	1,82	1.370.708.982,54	638.075.802	1.162.097.154,67	84,78%
FGI	684.743.856	1,16	800.080.104,80	580.308.078	678.053.471,44	84,75%
FGCN	2.534.762.912	1,49	3.791.404.577,72	2.498.592.457	3.737.302.149,44	98,57%
FGO	3.786.628,04	165,20	625.585.106,98	1.002.345	165.596.589,9	26,47%

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF)).

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 12/12/2013)

FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 31/12/2013)

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 12/12/2013)

FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 30/11/2013)

## 1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

### 1.6.1. Variações do Estoque da Dívida Pública Federal (DPF)

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em mercado, apresentou aumento nominal de 5,5%, passando de R\$ 2.038,5 bilhões, em dezembro de 2012, para R\$ 2.151,2

bilhões no encerramento do ano de 2013. No acumulado do ano, o IGP-M variou 5,5%, indicando que, em termos reais, não houve variação do estoque da DPF. A composição do estoque da DPF, por sigla, e suas variações são discriminadas na tabela a seguir:

#### DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO, DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL

ESTOQUE DA DPF (em R\$ milhões)	dez-12	dez-13	Varição
DPF EM PODER DO PÚBLICO	2.038.485	2.151.230	5,5%
DPMFI	1.945.659	2.055.602	5,7%
LFT	424.958	394.663	-7,1%
LTN	553.799	645.607	16,6%
NTN-B	622.126	670.194	7,7%
NTN-C	67.469	70.718	4,8%
NTN-F	242.839	238.028	-2,0%
Dívida Securitizada	8.217	7.642	-7,0%
TDA	3.456	3.140	-9,1%
Demais	22.794	25.611	12,4%
DPFe	92.826	95.628	3,0%
Dívida Mobiliária	79.470	86.092	8,3%
Global USD	63.440	70.408	11,0%
Euro	2.311	2.766	19,7%
Global BRL	13.655	12.918	-5,4%
Reestruturada	65	-	-100,0%
Dívida Contratual	13.356	9.536	-28,6%
Organismos Multilaterais	7.425	3.060	-58,8%
Cretores Privados/Ag. Gov.	5.930	6.476	9,2%

Fonte: STN/Codiv/Geest.

Obs.:

1) O estoque da DPF apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados (método da apropriação) registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela Tir). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

2) Destaca-se que estes valores já consideram, na atualização dos títulos até o dia 31/12/2013, os índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV em 08.01.2014, e do IPCA, divulgado pelo IBGE em 10/01/2014. Em razão do fechamento do Siafi ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

3) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US\$/R\$ 2,0435 (dez/2012) e 1 US\$/R\$ 2,3426 (dez/2013).

Os principais fatores desta variação são discriminados por tipo de operação:

**DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL  
EM MERCADO (FATORES DE VARIAÇÃO 2013)**

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/12	2.038.485	
Estoque em 31/dez/13	2.151.230	
Variação Nominal (I + II)	112.745	5,5%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	112.745	5,5%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(103.198)	-5,1%
I.1.1 - Emissões	443.756	21,8%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) 1	371.681	18,2%
- Emissões Diretas (DPMFi) 2	61.480	3,0%
- Trocas Líquidas (DPMFi) 3	0	0,0%
- Emissões (DPFe) 4	10.595	0,5%
I.1.2 - Resgates	(546.954)	-26,8%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) 5	(516.858)	-25,4%
- Pagamentos Correntes (DPFe) 6	(9.714)	-0,5%
- Resgates Antecipados (DPFe) 7	(20.381)	-1,0%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	215.943	10,6%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi 8	193.640	9,5%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe 9	22.303	1,1%
II - Operação do Banco Central	-	0,0%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras 10	-	0,0%

Fonte: STN/Codiv/Geest.

Nota:

1 Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, Fies e FCVS.

3 Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

4 Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

5 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

6 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

7 Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

8 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

9 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

10 Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Analisando a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em particular, verifica-se aumento nominal de 5,7% em seu estoque ao longo do ano. Essa variação ocorreu em virtude da apropriação de juros nominais no valor de R\$ 193,6 bilhões, que superou o resgate líquido de R\$ 83,7 bilhões no ano de 2013.

Já em relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe), esta elevou-se de R\$ 92,8 bilhões (US\$ 45,4 bilhões) ao final de 2012 para R\$ 95,6 bilhões (US\$ 40,8 bilhões) em dezembro

de 2013. Este resultado pode ser explicado principalmente pela valorização da cesta de moedas que compõem a DPFe em relação ao real ocorrida no período.

### 1.6.2. Necessidades de Financiamento

A definição da estratégia de atuação do Tesouro Nacional tem como ponto de partida o montante de recursos a ser captado em mercado para atendimento das necessidades de financiamento do Governo Federal, bem como o volume

de títulos a serem emitidos diretamente aos interessados, em cumprimento a leis específicas. De posse dessas informações, a instituição norteia sua atuação de modo a garantir o melhor balanceamento entre custos e riscos para a dívida pública, sem prejuízo do compromisso de contribuir para o desenvolvimento do mercado brasileiro de títulos, conforme delineado no Plano Anual de Financiamento (PAF).

Em 2013, o Tesouro se deparou com uma necessidade bruta de financiamento, resultado da soma de todos os vencimentos e encargos a serem pagos, de R\$ 588,6 bilhões.

Por outro lado, a instituição pôde contar com R\$ 166,8 bilhões em recursos orçamentários, dos quais R\$ 44,4 bilhões referentes ao resultado positivo do Banco Central do Brasil (BCB). Dessa forma, a necessidade líquida do ano correspondeu a R\$ 421,8 bilhões.

As emissões diretas, por outro lado, não têm o objetivo de financiamento do Tesouro, mas sim prover crédito a determinadas instituições executoras de políticas de interesse público. Nessas operações, que precisam ser autorizadas em lei, o Tesouro Nacional atua no sentido de conciliar sua estratégia de financiamento aos objetivos das instituições beneficiadas.

Em 2013, as emissões diretas de títulos (fora de leilões competitivos) totalizaram R\$ 61,75 bilhões.

Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram as referentes às operações de concessão de crédito para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a Caixa Econômica Federal (Caixa) e para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme ilustrado na tabela a seguir:

#### EMISSIONES DIRETAS EM 2013

Programa	Instrumento Legal	Títulos Emitidos	Total Emitido (Bilhões de R\$)
<b>1. Operações com Contrapartida Financeira</b>			
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES	Lei nº 10.260/01	CFT-E	2,94
<b>TOTAL</b>			<b>2,94</b>
<b>2. Operações sem Contrapartida Financeira</b>			
Concessão de Crédito - Caixa (IHCD)	MP nº 620/13 e Lei nº 12.833/13	LTN	8,00
Concessão de Crédito - BNDES (FMM)	Lei nº 12.249/10	LTN	2,00
Concessão de Crédito - BNDES (IHCD)	MP nº 618/13	LTN/NTN-F	15,00
Concessão de Crédito - BNDES	MP nº 628/13	LTN/NTN-F/NTN-B	24,00
Concessão de Crédito - CDE	Leis nºs 12.783/13 e 12.865/13	LTN/NTN-F	7,87
Outros*	Diversos	Diversos	1,94
<b>TOTAL</b>			<b>58,81</b>
<b>TOTAL</b>			<b>61,75</b>

Fonte: STN/Codiv/Gepre.

\* O item "Outros" inclui emissões para FCVS (R\$ 17,1 milhões), PROEX (516,2 milhões), Reforma Agrária (R\$ 597,0 milhões) e CEEE (807,2 milhões).

Os aportes realizados na CDE visaram atender às necessidades financeiras da Eletrobrás para arcar com a redução do custo da energia elétrica. Além dos R\$ 7,87 bilhões em títulos, o Tesouro repassou à CDE mais R\$ 1,99 bilhão em dinheiro, proveniente da venda para o BNDES de recebíveis futuros detidos pela União junto à Itaipu. Essa segunda parte da operação, denominada cessão onerosa, não impactou a DPF.

No mês de maio, o BNDES também recebeu uma operação de empréstimo do Tesouro, no valor de R\$ 2 bilhões em títulos, cujo beneficiário final foi o Fundo da Marinha Mercante (FMM). O prazo de pagamento dessa linha de crédito é de 24 anos, com carência de quatro anos para amortização do principal, que será calculado pelo valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações não vencidas. Quanto às taxas de juros, nos primeiros 15 anos esta será de 1/3 da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - os 2/3 restantes serão

incorporados ao principal, limitada a 6% ao ano e, após esse período, a taxa corresponderá à TJLP, também limitada a 6% ao ano. Em caso de a TJLP superar esse limite, a diferença não integrará o fluxo mensal de pagamento de juros, sendo incorporada ao saldo devedor.

As operações com a Caixa e os créditos concedidos em favor do BNDES no mês de junho envolveram instrumentos híbridos de capital e dívida, que são empréstimos do Tesouro Nacional feitos com o objetivo de prover os instrumentos necessários à adequação dessas instituições à regulação determinada pelos acordos de Basiléia III. Em contrapartida, os bancos beneficiados pagarão juros perpétuos sobre o principal dessa dívida, sendo que, no caso do primeiro empréstimo à Caixa, no valor de R\$ 3 bilhões, os juros remuneratórios estão limitados a 5% ao ano. Nos demais casos, os juros não podem superar o valor da TJLP.

Por fim, vale destacar a operação realizada em dezembro com o BNDES, no valor de R\$ 24 bilhões, na mesma linha das ocorridas em anos anteriores, no sentido de permitir ao Banco aumentar o volume de empréstimos ao setor produtivo. O prazo para pagamento é de 40 anos, com carência de 20 anos para amortização do principal, que será calculado pelo valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações não vencidas. Os juros contratuais seguem a mesma regra definida para o empréstimo feito ao FMM, sendo que, para este caso específico, foi concedida carência de seis anos para início do pagamento.

#### **Estratégia - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)**

Não obstante os momentos de elevada volatilidade observados nos mercados financeiros globais, com repercussão no mercado doméstico de dívida, foi possível ao Tesouro Nacional seguir as diretrizes enunciadas no Plano Anual de Financiamento (PAF 2013), principalmente a orientação de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços.

Para tanto, a instituição manteve sua estratégia de construção de curvas eficientes de taxas de juros, tanto para seus títulos prefixados quanto para os remunerados por índices de preços, a partir de pontos de referência (benchmarks) bem definidos, com níveis de estoque e liquidez adequados. O Tesouro busca, assim, reduzir seus custos de captação e, ao mesmo tempo, fornecer boas referências de preço para as emissões do setor privado.

Sob essa diretriz, no caso dos títulos prefixados (LTN e NTN-F), foram adotados quatro pontos de referência de LTN, dois de prazos mais curtos, de seis e 12 meses, e dois de médio prazo, entre dois e quatro anos. Por sua vez, as NTN-F ocuparam a parte mais longa da curva prefixada, com emissões de títulos entre cinco e 10 anos, tendo sido ofertada uma nova NTN-F com resgate em 2019 e mantido o vencimento de 2023.

Considerando somente as emissões em ofertas públicas de venda (leilões tradicionais), as LTN foram responsáveis em 2013 por 53% do volume total vendido, com maior concentração nos títulos mais longos (dois a quatro anos). O benchmark de 4 anos continuou respondendo pelo maior volume de LTN emitido nesses leilões, com 39% do total dos quatro títulos, ante 46% observado em 2012.

Quanto às NTN-F, as emissões em leilões tradicionais alcançaram R\$ 39,5 bilhões no ano, montante que representa um crescimento aproximado de 50% em termos nominais em relação aos R\$ 26,4 bilhões registrados em 2012. Destaca-se o vértice de 10 anos, porque suas vendas representaram 8% do volume financeiro total captado nesses leilões no ano, desempenho bem superior à média de 3,4% obtida por títulos de mesmo prazo no período de 2007 a 2012.

Ao final do período, considerando todos os leilões de venda e troca, registrou-se resgate líquido de títulos prefixados de

cerca de R\$ 35,1 bilhões, com emissão de R\$ 237,6 bilhões ante resgate de R\$ 272,6 bilhões. Foram ainda emitidos R\$ 46,9 bilhões desses papéis em emissões diretas, fazendo com que o saldo líquido de emissões de prefixados ficasse positivo em R\$ 11,8 bilhões.

No tocante aos títulos remunerados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), representados majoritariamente pelas NTN-B, a estratégia executada contemplou a emissão de cinco benchmarks, divididos em dois grupos, sendo o primeiro composto de títulos com prazos de cinco e 10 anos e o segundo com prazos de 20, 30 e 40 anos. No ano de 2013 foi excluída a oferta do título com prazo de três anos, mantendo-se os prazos mais longos, condizentes com os horizontes de aplicação dos investidores demandantes de títulos com rentabilidade atrelada à inflação.

Cabe ainda destacar a manutenção dos leilões mensais de troca, que permitem permuta de títulos com prazos inferiores aos títulos ofertados e são realizados com o objetivo de alongar o perfil da dívida. Em 2013, esses leilões envolveram R\$ 32,3 bilhões em títulos e proporcionaram ganho de 92,1 meses em termos de prazo médio para o estoque negociado.

Considerando, então, as ofertas públicas de venda e troca, o volume de papéis remunerados por índices de preço emitido no ano foi de R\$ 80,9 bilhões, com resgate de R\$ 125,2 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 44,2 bilhões. Adicionando-se as emissões diretas, o resgate líquido desses papéis cai para R\$ 30,5 bilhões.

No tocante aos títulos flutuantes, na sua maioria remunerados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), foi mantida a oferta de apenas um vencimento de LFT em cada leilão. Aqui, vale destacar o expressivo resgate líquido desses papéis, em torno de R\$ 63,3 bilhões, levando-se em conta as duas formas de emissão (direta e em ofertas públicas de venda e troca). Considerando somente as ofertas públicas de LFT, o resgate líquido foi de R\$ 61,7 bilhões, resultado das emissões de R\$ 87,5 bilhões e resgates de R\$ 149,2 bilhões.

Além das atuações tradicionais do Tesouro, que ocorrem por intermédio dos leilões regulares de venda, troca e recompra de títulos, merecem destaque em 2013 os leilões extras de recompra realizados nos meses de junho e agosto, ápice do período de volatilidade provocado pela expectativa de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. Esses leilões, apesar de não serem significativos do ponto de vista de volumes negociados, são importantes para a normalização das condições dos leilões regulares do Tesouro ao promoverem a estabilização do mercado.

Outro mecanismo que permite ao Tesouro enfrentar com tranquilidade os períodos de volatilidade é a manutenção de um "colchão de liquidez". Trata-se de uma reserva de recursos orçamentários depositados em reais na Conta Única, no Banco Central, disponíveis exclusivamente para o pagamento da DPF. Usualmente, o Tesouro dispõe de um colchão equivalente a, no mínimo, três meses do serviço da dívida em mercado, posição esta que pode ser considerada

confortável em função de sua atual estrutura de vencimentos. Deste modo, em condições adversas, o Governo é capaz de se manter por um período equivalente a este sem a necessidade de captar recursos para refinarçar a DPF.

#### Estratégia - Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

Em relação ao mercado externo, foi mantida a política de aumento da eficiência da curva de juros, na qual o Tesouro aproveita condições propícias de mercado para promover emissões qualitativas ou resgatar antecipadamente títulos que não são pontos de referência (benchmarks).

Referente às emissões, foram realizadas duas ofertas públicas de títulos em dólares para o prazo de referência de 10 anos. A primeira, em maio de 2013, correspondeu à reabertura do título Global 2023, no valor de US\$ 800,0 milhões, sendo US\$ 750 milhões nos mercados europeu e norte-americano, e US\$ 50 milhões no mercado asiático. O título foi emitido a uma taxa de 2,75% a.a., apenas 0,98 ponto percentual acima do título do Tesouro americano com vencimento em fevereiro de 2023, menor diferença da história para esse tipo de emissão.

A segunda emissão externa, ocorrida em outubro de 2013, fez parte de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que também retirou do mercado US\$ 2,23 bilhões (valor financeiro) em papéis mais antigos. O título emitido foi o Global 2025, novo ponto de referência de 10 anos da curva em dólares, cuja abertura proporcionou ao investidor uma taxa de retorno de 4,305% ao ano, equivalente a um prêmio de 180 pontos-base sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. A emissão atingiu um volume total de US\$ 3,25 bilhões.

Assim como a operação de gerenciamento de passivos descrita no parágrafo anterior, o Programa de Resgate Antecipado busca o aprimoramento da curva de juros externa, retirando de circulação títulos que não refletem adequadamente o custo atual de financiamento da dívida externa, bem como aqueles que estão próximo ao seu vencimento, de modo a diminuir

os riscos de refinanciamento dessa dívida. A diferença em relação a uma operação de gerenciamento de passivo é que o Programa de Resgate Antecipado usualmente envolve menores volumes financeiros por operação e possui um caráter mais frequente, sendo executado pelo Tesouro regularmente desde janeiro de 2006.

Em 2013, o resultado desse programa foi o resgate antecipado, em valor de face, de US\$ 3,27 bilhões em títulos denominados em dólares, montante equivalente a US\$ 4,57 bilhões em valor financeiro.

Outra prática utilizada pelo Tesouro Nacional para reduzir os riscos associados ao seu endividamento externo é a compra antecipada de dólares para pagamentos no curto e médio prazos. Ao longo de 2013, o Tesouro Nacional adquiriu em adiantamento US\$ 2,9 bilhões, quantia esta que, somada às compras líquidas realizadas em anos anteriores e ainda não utilizadas, é suficiente para pagar 36,6% de toda a dívida externa a vencer até 2017.

#### 1.6.3. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida

##### Evolução dos Indicadores da Dívida Pública Federal (DPF)

A tabela a seguir apresenta a evolução dos indicadores da Dívida Pública Federal (DPF) nos últimos quatro anos, merecendo destaque os dados de 2013, para comparação com os limites definidos no PAF do mesmo ano.

De forma geral, as metas propostas no PAF foram atingidas, sendo a única exceção o resultado para a participação da dívida flutuante no total da DPF, que ficou ligeiramente acima do limite superior definido no plano. Os demais componentes da composição (prefixados, índices de preços e câmbio), bem como os indicadores da estrutura de vencimentos (prazo médio e percentual vincendo em 12 meses), encerraram o ano dentro dos intervalos definidos previamente.

#### RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - DPF

Indicadores	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	PAF-2013	
					Mínimo	Máximo
<b>Composição do Estoque da DPF</b>						
Prefixado (%)	36,6	37,2	40,0	42,0	41,0	45,0
Índice de Preços (%)	26,6	28,3	33,9	34,5	34,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	31,6	30,1	21,7	19,1	14,0	19,0
Câmbio (%)	5,1	4,4	4,4	4,3	3,0	5,0
<b>Estrutura de Vencimentos</b>						
Prazo Médio (anos)	3,5	3,6	4,0	4,2	4,1	4,3
% vincendo em 12 meses	23,9	21,9	24,4	24,8	21,0	25,0

Fonte: STN/Codiv.

### Composição da Dívida Pública Federal (DPF)

Em 2013, o Tesouro Nacional deu continuidade à substituição de títulos vinculados a taxas de juros flutuantes (especialmente à taxa Selic), por dívida prefixada ou remunerada por índices de preços, avançando, dessa forma, na redução do risco de taxa de juros da DPF. Em comparação com o ano anterior, aumentaram a participação dos prefixados (de 40,00% para 42,02%) e a da dívida vinculada à inflação (de 33,87% para 34,53%). Em contrapartida, houve queda da parcela de flutuantes na DPF (de 21,73% para 19,11%), embora esta tenha encerrado o ano ligeiramente acima do limite superior de 19% definido no PAF 2013.

Por fim, a dívida cambial apresentou pequena redução no período em análise, passando de 4,40% para 4,35%, valor que se situa dentro dos limites do PAF (entre 3% e 5%). Atualmente, essa parcela do endividamento está majoritariamente associada à dívida externa, que tem representado uma proporção relativamente estável no estoque total da DPF, na medida em que o Tesouro Nacional prioriza uma atuação mais qualitativa em sua gestão.

A evolução da composição da DPF está associada diretamente à gestão de seu risco de mercado. Este diz respeito à possibilidade de elevação no estoque da dívida devido a flutuações nas variáveis econômicas que afetem os custos dos títulos públicos, tais como: alterações nas taxas de juros de curto prazo, de câmbio e de inflação, ou na estrutura a termo da taxa de juros. Nos últimos anos, a estratégia do Tesouro Nacional foi bem sucedida na redução desse risco, privilegiando-se a colocação de instrumentos de financiamento com custos menos voláteis.

Ao final de 2013, a parcela da dívida resultante da soma de títulos prefixados e remunerados por índices de preços representava 76,55% do total, contra apenas 10% em dezembro de 2002. Nota-se uma evolução considerável nessa composição ao longo do tempo. Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os títulos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos, pois seu custo mostra maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com as receitas governamentais. Além disso, esses títulos auxiliam no objetivo de prover alongamento do prazo médio da dívida.

### Estrutura de Vencimentos

A análise da estrutura de vencimentos da DPF mostra que o ano de 2013 trouxe avanços na diretriz de alongamento da maturidade média da dívida. Com relação aos indicadores monitorados no PAF, o prazo médio aumentou em relação ao final do ano anterior (de 4,0 anos para 4,2 anos), enquanto o percentual vincendo em 12 meses sofreu pequeno aumento (de 24,4% da DPF para 24,8% da DPF). Nos dois casos, os limites apontados pelo PAF 2013 foram observados.

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Este é dado pela possibilidade de o Tesouro Nacional, ao acessar o mercado para refinar sua

dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem em elevação em seus custos de emissão, ou até, no limite, na impossibilidade de captação de recursos no montante necessário para honrar seus pagamentos. Portanto, tal risco depende diretamente de quão concentrados em pontos específicos do tempo estão os vencimentos previstos da dívida.

Historicamente, o Tesouro tem obtido progressos na redução do risco de refinanciamento. A evolução da concentração de vencimentos da DPF em até 12 meses, por exemplo, apresentou tendência de queda na última década. Após atingir 39,3% da DPF em 2004, a parcela de títulos que vence no curto prazo reduziu-se para 21,9% da DPF em 2011 e, apesar do aumento ocorrido nos últimos dois anos, tem se estabilizado abaixo de 25% da DPF, proporção esta que é considerada confortável para a gestão do risco de refinanciamento da dívida.

Outro sinal desse progresso é a colocação de maior volume de dívida em horizontes mais longos, incrementando os percentuais vincendo da DPF acima de três anos. Esse percentual, que foi de apenas 17,1% em 2005, encerrou 2013 na casa de 42,8%.

Essa suavização dos vencimentos acompanha os esforços para alongamento da dívida. O prazo médio (duration<sup>1</sup>) da DPF que, em 2004, era de 2,9 anos, atingiu em 2013 seu maior valor na série histórica anual disponível, ao registrar 4,2 anos. O mesmo movimento pode ser visto para a métrica de vida média, indicador alternativo para avaliar a maturidade e de grande importância para comparações internacionais, tendo em vista que muitos países o empregam como referência. Essa métrica saiu de 4,6 anos em 2005 para 6,7 anos em 2013.

Considerando-se as mudanças na composição da DPF, abordadas na seção anterior, dois pontos associados ao alongamento do prazo médio da dívida merecem destaque. O primeiro é o efeito positivo para a trajetória do risco de refinanciamento decorrente do aumento da participação dos títulos remunerados a índices de preços no estoque da DPF, pois, como já fora comentado, esses instrumentos são de prazos mais longos em comparação com os demais. O segundo é a adoção de uma estratégia de financiamento que busca ampliar os prazos dos títulos prefixados à medida que sua participação na DPF aumenta.

Em resumo, a trajetória dos indicadores de composição e estrutura de vencimentos da DPF permite o Tesouro Nacional calibrar a velocidade das colocações, uma vez que tanto os riscos de mercado quanto os de refinanciamento estão se reduzindo. E mais, o processo de melhora no perfil da dívida vem sendo feito em um contexto de tendência de queda nas taxas de juros de médio prazo na economia brasileira e no custo da dívida pública, como será visto na seção a seguir.

<sup>1</sup> O prazo médio divulgado para a DPF equivale ao conceito de duration. Entretanto, para fins de cálculo do valor presente dos fluxos, aplica-se a taxa de emissão dos títulos em estoque (em vez das taxas de desconto de mercado, como ocorre nas análises tradicionais de duration).

### Custo da Dívida Pública

Além dos riscos, o Tesouro Nacional pondera o custo de financiamento da DPF na definição de sua estratégia de financiamento. Em geral, as alternativas menos custosas podem significar maior exposição a perdas para o governo, em contextos de choques nas variáveis econômicas. Buscase, então, uma composição de indexadores e prazos para o endividamento que proporcione um balanço adequado entre custos e riscos decorrentes das opções disponíveis.

Assim, a análise de custos deve levar em conta que a estratégia de substituição de dívida flutuante por títulos prefixados ou vinculados a índices de preços tende a embutir o pagamento de prêmios de risco, como fator de remuneração pela proteção que estas últimas alternativas oferecem ao emissor. O mesmo ocorre em relação ao aumento do prazo médio do estoque e à redução da proporção da dívida a vencer no curto prazo, que tornam o custo da DPF mais estável, porém mais elevado, ex ante.

A estatística de custo médio da dívida é uma combinação dos custos de financiamento do estoque corrente (incorporando as taxas de juros de emissões mais distantes no tempo) com o custo das novas emissões. À medida que ocorre o refinanciamento da dívida, parte de seu custo é renovada de acordo com as condições vigentes nos mercados financeiros.

Nesse contexto, uma análise focada apenas nas emissões mais recentes de títulos ganha relevância diante das alterações ocorridas no perfil da dívida. A redução da participação dos títulos com juros pós-fixados combinada com a menor concentração de vencimentos no curto prazo introduziu uma inércia no comportamento da estatística de custo do estoque, refletindo a menor sensibilidade deste às mudanças nas taxas de juros de curto prazo. Essa métrica, assim, é mais apropriada em uma perspectiva de longo prazo, alcançando múltiplos ciclos da política monetária.

O custo médio da dívida (em particular a DPMFi) acompanhou bem de perto o movimento da taxa Selic no início da série apresentada (2005). Entretanto, nos últimos anos, especialmente a partir de 2010, ocorre um descolamento entre o custo da dívida e a taxa de juros Selic. Os ciclos de alta e baixa da Selic são mais acentuados, em comparação com o que ocorre para o custo da DPF, que tem se mostrado mais estável.

Já a estatística do custo médio das emissões (que filtra apenas aquelas ocorridas nos últimos 12 meses) captura de maneira mais fidedigna a correlação entre custo de financiamento do Tesouro e as condições financeiras presentes no país. Tal como está construída, essa métrica se mostra mais apropriada para avaliar a aderência dos juros de curto prazo às taxas pelas quais o Tesouro vem se financiando.

Embora mais altos devido aos prêmios de risco, os custos médios das emissões de títulos prefixados e dos remunerados por índices de preços acompanham de perto o movimento de queda da taxa Selic.

A análise da evolução das curvas de custo acima mencionadas mostra que o Tesouro Nacional buscou se beneficiar do período de taxas de juros mais baixas vivenciado pelo Brasil nos últimos anos, mas na proporção da dívida refinanciada a cada período somada à parcela da DPF com taxas flutuantes, como mostra o custo médio das emissões. O fato desse resultado não ser capturado pela estatística do estoque é, na verdade, uma consequência positiva da nova composição do endividamento, que proporciona maior estabilidade na trajetória de custo total da DPF. Uma dívida marcada por maior previsibilidade, como se observa atualmente, é fator relevante para a estabilidade macroeconômica do país.

### 1.6.4. Tesouro Direto

Criado em 2002 como fruto de uma parceria com o Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa), o Tesouro Direto (TD) é um programa que permite às pessoas físicas a compra de títulos públicos diretamente pela Internet. Além de propiciar a democratização desse tipo de investimento, uma vez que possibilita aplicações com menos de R\$ 50,00, o TD oferece grande flexibilidade ao investidor, que tem total liberdade de escolha sobre o título que mais se encaixa ao seu perfil de risco e a seu horizonte de investimento. O programa proporciona ainda custos baixos de operação e a garantia do Tesouro Nacional.

Apesar da volatilidade que atingiu o mercado financeiro local em alguns meses do ano, afetando a rentabilidade de alguns títulos, o TD manteve a trajetória de ampliação de sua base de investidores. Além disso, a predominância de aplicações de menor valor e a maior procura por títulos de mais longo prazo mostram que o programa vem avançando no cumprimento de seus objetivos de democratização de acesso e incentivo à formação de poupança de longo prazo.

Em 2013, mais 49.428 pessoas se cadastraram no Tesouro Direto, elevando para 378.267 o número total de investidores cadastrados, valor 15% superior ao total acumulado até o fim do ano anterior. O programa vem aumentando constantemente seu número de investidores desde a sua criação, em 2002, e mesmo em anos de maior volatilidade no mercado financeiro, como em 2008 e 2013. Tal fato sinaliza uma maior popularização do TD, bem como sua consolidação como alternativa segura e rentável de aplicação financeira.

Ao longo do ano, as vendas de títulos públicos por meio do Tesouro Direto totalizaram R\$ 3.678,08 milhões, montante 0,5% superior ao volume vendido em 2012. Em termos de preferência do investidor, a tendência dos últimos anos foi mantida em 2013, já que os títulos indexados ao IPCA (NTN-B e NTN-B Principal) continuaram liderando a demanda, com participação nas vendas em torno de 52,9%. Os títulos prefixados (LTN e NTN-F) vieram na sequência, com participação de 31,7%, sendo que os menos procurados foram os títulos flutuantes, como fatia de 15,4% das vendas.

Em relação ao prazo de vencimento, a maior parte da demanda foi por títulos com prazo superior a cinco anos, que representaram 57,3% do total vendido. Esses dados indicam que o Tesouro Direto tem sido bem sucedido na consecução

de estimular a formação de poupança de longo prazo.

A questão da democratização pode ser aferida pela análise das faixas de aplicação. Em 2013, mais de 30% das aplicações foram de até R\$ 1,0 mil, sendo que a maior fatia coube às compras de até R\$ 5,0 mil, cuja participação concentrou 64,0% do volume aplicado no ano.

O saldo das operações de compra e resgate, bem como do efeito da apropriação de juros ao longo do ano, fizeram com que o estoque do TD atingisse R\$ 11.389,7 milhões ao final de 2013, valor 18,8% superior ao estoque ao final do ano anterior, de R\$ 9.584,8 milhões, o qual também já havia se elevado consideravelmente (27,7%) em relação a 2011.

O perfil do estoque, por sua vez, reflete a preferência dos investidores já apresentada nos dados de venda. Em relação ao tipo de título, os papéis remunerados por índices de preços possuem maior participação (64,7%), seguidos pelos prefixados (25,7%), e pelos indexados à taxa Selic (8%). O título com maior participação individual é a NTN-B Principal (42,1%), que só é oferecido para investidores do TD. Já

quanto ao prazo, vale destacar a expressiva participação de títulos com prazo superior a 10 anos, que representam quase 30% de todo o estoque.

### 1.6.5. Avanços Institucionais

Em 2013, o Tesouro Nacional manteve seu esforço de divulgação do TD, com a participação constante em feiras de investimentos e demais eventos dedicados à disseminação de temas relacionados à educação financeira. Por outro lado, o ano foi marcado pelo início de um grande projeto de reavaliação do programa, evidenciado, em sua primeira fase, pela realização de várias pesquisas de opinião e pela elaboração de diagnóstico com o objetivo de se conhecer melhor investidores atuais e potenciais do TD, bem como para entender quais seriam as maiores fraquezas e fortalezas do programa. A segunda fase, a ser continuada em 2014, deverá se concentrar na elaboração de um planejamento estratégico e de um plano de atividades que possa tornar o TD ainda mais acessível aos investidores.

## 1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

### 1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação

#### Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda (MF) funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

#### Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2013, a STN finalizou a análise de 1.106 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para a contratação de operações de crédito. Desse total, 355 pleitos foram arquivados e, em 751 deles, concluiu-se pelo cumprimento dos limites legais para a contratação de operações de crédito, dos quais 89 foram encaminhados para a análise da concessão de garantia da União.

O valor das operações de crédito interno sem a concessão

de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites fixados pelo Senado Federal totalizou R\$ 14.427.058.165,61. Para cada pleito, emitiu-se Parecer da Copem com vistas a evidenciar a existência ou não de capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes, com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Resolução nº 3.751/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos entes federativos. A partir da data de edição da referida Resolução, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela STN, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas pela Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. No sítio da STN, há uma área específica para

divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios>).

A STN, por meio da Copem, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

### **1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e do Distrito Federal**

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto foi editada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/1997 com 24 Estados e o Distrito Federal. Apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

Como contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foram implementados Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual.

Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade de ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira/receita líquida real (RLR), resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão. Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em

2013 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao Distrito Federal, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2012.

Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/1997, desobrigando-se de manter metas e compromissos referentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

### **1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP nº 2185-35/2001)**

No caso dos Municípios, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, de 25 de fevereiro de 1999, atual MP 2.185/2001, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO); c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração indireta municipal previamente assumida pelo município. Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos Municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 Municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas nove capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses Municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos Municípios que utilizam o limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001.

Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 Municípios em 2013, conforme avaliação registrada na Nota nº 1118/2013/Corem/STN, de 20 de dezembro de 2013, da lavra da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem/STN).

**1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real (RLR)**

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004.

Em 2013, a apuração da RLR dos Municípios também contemplou o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, convertida na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Desta forma, foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da STN.

**1.7.5. Cálculo da Capacidade de Pagamento**

A Nota nº 386/2012/Coem/STN, de 18 de maio de 2012, propôs nova metodologia de análise da Capacidade de Pagamento em substituição àquela prevista na Portaria MF nº 89, de 24 de abril de 1997.

Assim, a partir 10 de setembro de 2012, as análises passaram a observar a metodologia estabelecida por intermédio da Portaria nº 306/2012, que revogou a Portaria MF nº 89/1997. Além disso, as análises realizadas passaram a observar os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543, de 18 de setembro de 2012.

**Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento**

As análises de capacidade de pagamento realizadas no período em questão estão discriminadas nos quadros a seguir:

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS ANÁLISADAS EM 2013**

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
AC	Programa de Desenvolvimento de Políticas Públicas Estado do Acre – 2ª Fase	BIRD
AC	Desenvolvimento Sustentável -2ª Fase	BID
AC	Contrapartida PAC CPAC	Caixa
AC	PAC 2 Pro Transporte 2ª etapa – Bairro Boa Vista	Caixa
AC	PAC 2 Pro Transporte 2ª etapa – Bairro Santo Afonso	Caixa
AC	PAC 2 Pro Transporte 2ª etapa – Bairro Ouricuri	Caixa
AC	Saneamento Ambiental dos Municípios do Acre-SANEAC	BNDES
AC	Contrapartida PAC CPAC	CAIXA
AC	Saneamento Ambiental dos Municípios do Acre	BNDES
AC	Desenvolvimento Sustentável -2ª Fase	BID
AC	Programa Proinveste (CMN 4.109/2012)	BNDES
AC	Programa Proinveste (CMN 4.109/2012)	B. BRASIL
AL	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal (PROCONFIS)	BID
AL	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária (Profisco)	BID
AL	PROINVESTE	BNDES
AM	Programa de Aceleração do Desenvolvimento do Ensino- PADEAM	BID
AM	Programa de Saneamento Integrado de Maués/AM	BID
AM	Programa Socio Ambiental dos Igarapés de Manaus	CAF
AM	Construção Arena Amazônia – Insumo Importado	KFW
AM	Bacia de São Raimundo - PROSAMIM III	BID
AM	Proinveste (RES. CMN N.4.109/2012)	B. BRASIL
AM	Projeto Ações do entorno Ligação Manaus - Manacapuru	BNDES
AM	Projeto Minha Casa Minha Vida - Fase II	CAIXA
AM	Projeto Monotrilho	CAIXA
AM	Programa de Infraestrutura para criação de oportunidades no Amazonas -Proinfra	B. BRASIL
AM	Avenida das Torres –AM 010	CAIXA
AM	Construção Arena Amazônia – Insumo Importado	CAIXA
AM	Programa de Aceleração do Desenvolvimento do Ensino- PADEAM	BID

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
AM	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal - PROCONFIS	BID
AM	Programa de Saneamento Integrado de Maués/AM	BID
AM	Programa Socio Ambiental dos Igarapés de Manaus	CAF
AM	Digitalização e Modernização do Parque Tecnológico -FUNTEC	BNDES
AM	Programa Socio Ambiental dos Igarapés do Interior	CAF
AM	Profisco	BID
AM	Programa de Melhorias e Expansão Sistema Viário de Manaus	CAF
AM	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal - PROCONFIS	BIRD
BA	BID / PROGRAMA DES. AMBIENTAL DA BAHIA - PDA	BID
BA	BID / PROCONFIS II	BID
BA	BID / PRODETUR NACIONAL – BA	BID
BA	BID / Profisco	BID
BA	BIRD / PROINCLUSÃO / REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA	BIRD
BA	BIRD / SWAP	BIRD
BA	BB / INFRAESTRUTURA	B. BRASIL
BA	BNDES / PRO-INVESTE	BNDES
BA	CEF / MORADIA / SANEAMENTO PAC	CAIXA
BA	BB / PROGRAMA INVESTIMENTO	B. BRASIL
BA	CEF / MOBILIDADE URBANA	CAIXA
BA	CEF / MOBILIDADE URBANA II	CAIXA
BA	CEF / MORADIA / SANEAMENTO PAC	CAIXA
BA	PROG. MANEJO ÁGUAS PLUVIAIS – MAP 1 – LAURO DE FREITAS	CAIXA
BA	PROG. MANEJO ÁGUAS PLUVIAIS – MAP 2 – SALVADOR	CAIXA
BA	PROG. PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIAS URBANAS – CAS	CAIXA
BA	BID / PRODETUR NACIONAL – BA	BID
BA	BID / Profisco	BID
BA	BNDES / PRO-INVESTE	BNDES
BA	FIDA / PRÓ SEMI-ÁRIDO	FIDA
CE	PROGRAMA VIÁRIO DE INTEGRAÇÃO E LOGÍSTICA - CEARÁ IV-A	BID
CE	CPAC BACIA MARANGUAPINHO	CAIXA
CE	CPAC PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	CAIXA
CE	CPAC PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	B. BRASIL
DF	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO OESTE	CAIXA
DF	PROCIDADES – PROG. DESENVOLV. ECONÔMICO DF - ADES	BID
DF	PRODEFAZ / Profisco	BID
DF	PROG. FINANC. CONTRAP. DO PAC - CPAC - PARANÓ PARQUE	CAIXA
DF	PROINVEST - EIXO NORTE	BNDES
DF	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO SUL	CAIXA
GO	FINANCIAMENTO INVESTIMENTOS	CAIXA
GO	FINANCIAMENTO INVESTIMENTOS – GOIÁS ESTRUTURANTE	B. BRASIL
GO	PAC MOBILIDADE / CEF	CAIXA
GO	Profisco	BID
GO	PROGRAMA RODOVIDA PAVIMENT. / NÃO PAVIMENT. RES 13 SF	BNDES
GO	PROINVESTE – CAIXA	CAIXA
GO	PROINVESTE – BNDES	BNDES
MA	BNDES Estado	BNDES
MG	Programa de Infraestrutura Rodoviária - PROIR	B. BRASIL
MG	Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais - PDMG	B. BRASIL
MG	Programa de Desenvolvimento Integrado 1 - PDI I	BNDES
MG	Programa Proinvest (Res.CMN nº 4.109/2012	BNDES
MG	Segundo Programa de Desenvolvimento Integrado PDI - II	BNDES

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
MG	PMAE II – Moderniza Minas	BNDES
MG	Programa de Infraestrutura Rodoviária – PROIR	B. BRASIL
MG	Programa PAC Prevenção	CAIXA
MG	Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais – PDMG	B. BRASIL
MG	Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI I	BNDES
MG	Programa Proinveste	BNDES
MG	Segundo Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI II	BNDES
MS	PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO A	BNDES
MS	PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS – PADR-MS SUBCRÉDITO B	BNDES
MS	PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS II – PADR-MS II	BNDES
MS	PROG. APOIO DESENV. REG. EST. MS III – PADR-MS III	BNDES
PA	Prodetur	BID
PA	Transporte Metropolitano	CAIXA
PA	CPAC	CAIXA
PA	Programa de Melhoria da Educação Básica do Estado	BID
PB	PRODETUR Nacional PB	BID
PB	Contrapartida do PAC (CPAC)	CAIXA
PE	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas II (DPL II)	BIRD
PE	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal (PROCONFIS)	BID
PR	Família Paranaense	BID
PR	Paraná Seguro	BID
PR	Infraestrutura Rodoviária	BID
PR	Turismo	BID
PR	PROAPL	BID
PR	PROFSM	BID
PR	Metrô de Curitiba	BNDES
PR	Proinveste	Banco do Brasil
PR	Profisco	BID
PR	O Novo Paraná	BNDES
PR	O Novo Paraná	BIRD
PR	PROCOPA Arenas	BNDES
RJ	Programa de Melhoramento da Qualidade dos Transportes (PROMIT)	BIRD
RJ	Melhoria e Ampliação da Infraestrutura de Transporte e Integração Harmônica dos Modais na Região Metropolitana (PROSUT)	Itaú
RJ	Rio Metrôpole PROGESTÃO II	BIRD
RN	PROINVESTE	Banco do Brasil
RN	PROINVESTE	BNDES
RN	Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC (CPAC)	CAIXA
RN	Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (RN Sustentável)	BIRD
RN	Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (RN Sustentável)	BIRD
RN	Contrapartida para Execução das Obras de Mobilidade Urbana (CPAC/SIN)	CAIXA
SC	BID VI – Rodovias	BID
SC	PROVIAS	CAF
SC	Profisco	BID
SC	PACTO POR SANTA CATARINA	Banco do Brasil
SC	BNDES - ACELERA SC	BNDES
SC	CAMINHOS ESTRAT. DA PRODUÇÃO E PREV. DE DESASTRES NATURAIS	Banco do Brasil
SE	CARTEIRA IMOBILIÁRIA	CAIXA

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
SE	CPAC	CAIXA
SE	DPL II - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	BIRD
SE	FINAME III	B. BRASIL
SE	PMAE SEFAZ	BNDES
SE	PRÓ-TRANSPORTE	CAIXA
SE	PRODEPRO	BNB
SE	PRODETUR II	BID
SE	PROREDES - PROGR. FORTALEC. REDES INCL. SOCIAL	BID
SE	ÁGUAS DE SERGIPE	BIRD
SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FINAME (SAÚDE) II B	B. BRASIL
SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FINAME II	B. BRASIL
SE	DOM TÁVORA	FIDA
SE	DPL - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	BIRD
SE	Profisco	BID
SP	Macrorenagem no Rio Baquirivu-Guaçu	CAF
SP	Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde	BID
SP	Programa de Investimento Rodoviário de São Paulo – Fase 1	BID
SP	Trem de Guarulhos	AFD
SP	Programa de Investimento do Estado de São Paulo – Fase 1	Banco do Brasil
SP	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente	CAF
SP	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente	BIRD
SP	Aquisição de Trens, Sistemas e Pátios (65 Trens)	BNDES
SP	Trem de Guarulhos	BEI
SP	Programa de Investimento Rodoviário de São Paulo – Fase 2	BID
SP	Linha 18 – Tamanduateí – SBC (Alvarenga)	CEF
SP	CEF - Linha 6 - PPP	CEF
SP	Complexos Hospitalares	BNDES
SP	Linha 18 – Bronze – Tamanduateí – Djalma Dutra	CEF
SP	Linha 6 - PPP	BNDES
SP	Melhoria Log. E Mob. Urbana Santos - Guarujá	BID
SP	Prog. Fomento a Habitação de Interesse Social	CEF
SP	Programa de Investimento do Estado de São Paulo – Fase 2	Banco do Brasil
SP	Programa de Investimento do Estado de São Paulo – Fase 3	Banco do Brasil
SP	Programa de Transporte e Logística (Ampliação)	BIRD
SP	Linha 2 – Verde – Vila Madalena/Dutra	BNDES
SP	Modernização de Hidrovias	BNDES
SP	Corredor Itapevi - SP	CEF
SP	Linha 15 – Prata – Ipiranga/Hospital Cidade Tiradentes	BNDES
SP	VLT – Baixada Santista	CEF
SP	Complexo Cultural Teatro da Dança	BNDES
SP	Modernização das Estações da Linha 8	BNDES
SP	PROINVEST	BNDES
SP	Prolong. Linha 2 – Verde - Monotrilho	BNDES
SP	Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte	BID
RS	PROCONFIS RS II	BID
RS	PROCONFIS RS II	BIRD
RS	Programa Oportunidades e Direitos	BID
RS	DEFENSORIA	BNDES
RS	METRÔ	CAIXA
RS	PROGRAMA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	CAIXA
PI	Programa Pró-Desenvolvimento II	Banco do Brasil

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.
PI	PROGR. DE DESENV. SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO	FIDA
RR	Profisco	BID
RR	Saneamento Econômico-Financeiro da CERR - 2ª. FASE	CAIXA
RR	Assunção CODESAIMA	CAIXA
TO	PROJ. COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS – FIN. HELICÓPTERO	BOFA
TO	APORTE CONTRAP. PAC (OPER. ESTRUT. – PROJ. ESPECIAIS)	CAIXA
TO	MODERNIZ. DO ESTADO E DE SUA INFRAEST. ECON. E SOCIAL	B. BRASIL

Fonte: STN/Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem).

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE MUNICÍPIOS ANÁLISADAS EM 2013

Município/UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIADORA.
Belo Horizonte/MG	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Nacional Belo Horizonte - Prodetur BH	BID
Belo Horizonte/MG	Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha	Banco do Brasil AG - Viena
Belo Horizonte/MG	Development Policy Loan - DPL (Empréstimo para o Desenvolvimento de Políticas Públicas)	BIRD
Belo Horizonte/MG	Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha	Banco do Brasil AG - Viena
Cascavel/PR	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI	BID
Fortaleza/CE	Programa Aldeia da Praia - Fortaleza	CAF
Fortaleza/CE	Programa de Aceleração do Crescimento da Mobilidade Urbana - PAC	CAIXA
Fortaleza/CE	Programa de Transporte Urbano de Fortaleza	BID
Nilópolis/RJ	Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	CAIXA
Niterói/RJ	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói - PDUISN	BID
Porto Alegre/RS	Programa de Aporte de Contrapartida - CPAC	CAIXA
Ribeirão Preto/SP	PAC 2 - Programa Saneamento para Todos - Sistema de Abastecimento de Água	CAIXA
Ribeirão Preto/SP	PAC 2 - Programa Pró-Transporte - Mobilidades Médias Cidades	CAIXA
Ribeirão Preto/SP	PAC 2 - Programa Pró-Transporte - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas nos Bairros: 1) Jardim Itú, 2) Recreio Anhanguera e 3) Vila Elisa.	CAIXA
Rio de Janeiro/RJ	Melhoria da gestão dos serviços de saúde, educação e no aprimoramento das ferramentas de planejamento nas áreas financeira, meio ambiente e social.	BIRD
Rio de Janeiro/RJ	Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro	BIRD

Fonte: STN/Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem).

### 1.7.6. Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002

Em 2013 foram transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº 115/2002, os valores a seguir, detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

#### LEI COMPLEMENTAR Nº115/2002 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2013 Valores em R\$ 1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.217,56	4.096.072,44
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
BA	72.474.870,00	54.356.152,56	18.118.717,44
CE	31.761.795,00	23.821.346,28	7.940.448,72
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MT	37.846.965,00	28.385.223,72	9.461.741,28
MS	24.075.675,00	18.056.756,28	6.018.918,72
MG	251.630.730,00	188.723.047,56	62.907.682,44
PA	85.092.345,00	63.819.258,72	21.273.086,28
PB	5.606.250,00	4.204.687,56	1.401.562,44
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
PE	28.970.175,00	21.727.631,28	7.242.543,72
PI	5.882.175,00	4.411.631,28	1.470.543,72
RJ	114.368.085,00	85.776.063,72	28.592.021,28
RN	7.061.730,00	5.296.297,56	1.765.432,44
RS	195.866.970,00	146.900.227,56	48.966.742,44
RO	4.863.105,00	3.647.328,72	1.215.776,28
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
SC	70.030.545,00	52.522.908,72	17.507.636,28
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
SE	4.884.555,00	3.663.416,28	1.221.138,72
TO	1.535.235,00	1.151.426,28	383.808,72
<b>TOTAL</b>	<b>1.950.000.000,00</b>	<b>1.466.447.531,64</b>	<b>483.552.468,36</b>

Fonte: STN/Coint.

A cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação da distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

### 1.7.7. Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

Para o exercício de 2013, a transferência do Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores (FEX) foi autorizada por meio da Medida Provisória nº 629, de 18 de dezembro 2013, com crédito aos Entes Federativos em parcela única 30 dias após a publicação da Medida, ou seja, em janeiro de 2014.

## 1.8. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

### 1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado. Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de crédito rural.

No exercício de 2013, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional da STN (Copec/STN), foram contempladas pela Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013), com o montante de R\$ 15.013.134 mil, dos quais R\$ 1.850.000 mil destinados à concessão de empréstimos, R\$ 11.840.544 mil às subvenções econômicas e R\$ 1.322.591 mil às demais atividades (indenizações). Ao longo do exercício estes orçamentos registraram suplementações e cancelamentos que elevaram as rubricas para um total de R\$ 15.950.530 mil.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R\$ 2.675.418 mil, sendo R\$ 1.779.858 mil em subvenções econômicas e outros encargos; R\$ 795.560 mil em operações de financiamento e R\$ 100.000 mil na rubrica destinada a indenizações.

Registra-se a transferência ocorrida em 2013 no valor de R\$ 1.200.000 mil para unidade gestora (UG) 170600, destinada a emissão de NTN-I vinculada às operações de equalização do Programa de Financiamento as Exportações (Proex). Foram inscritos R\$ 18.579.088 mil em Restos a Pagar, englobando saldos remanescentes de exercícios anteriores.

Durante o período de 2013, as Operações Oficiais de Crédito registraram R\$ 3.216.973 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e de alienação de estoques públicos.

### 1.8.2. Financiamentos

#### Financiamento para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186/2001)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recursos do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2013, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 350 milhões, dos

quais R\$ 144,66 milhões foram executados ao longo do exercício. Também foram pagos R\$ 11,37 milhões relativos a restos a pagar do ano anterior. Houve a inscrição de R\$ 30,64 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Pronaf junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para efetuar esta prestação de serviço.

#### Financiamento para Promoção das Exportações – Proex (Lei nº 10.184/2001)

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2013, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 1,5 bilhão. Houve execução durante o exercício de R\$ 650,9 milhões, além de R\$ 311,1 milhões relativos a restos a pagar do exercício anterior. Foram inscritos R\$ 849,1 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

### 1.8.3. Subvenções Econômicas

#### a) Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros:

#### Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427/1992)

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1,58 bilhão. Durante o exercício houve cancelamento no valor de R\$ 84,4 milhões e foram executados R\$ 112,8 milhões. Além disso, foram pagos R\$ 13,3 milhões relativos a restos a

pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 1,16 bilhão em restos a pagar 2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 20,2 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 4,0% a.a. a 5,5% a.a., destinados ao custeio agropecuário.

Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do Brasil, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito da linha de financiamento compreendida por esta ação orçamentária. Ainda com o objetivo de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas aos agricultores do Semiárido com condições ainda mais favorecidas.

#### **Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF (Lei nº 8.427/1992)**

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 228 milhões, dos quais foi executado R\$ 1,62 milhão. Também foram pagos R\$ 84 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 85,57 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foi disponibilizado cerca de R\$ 1,9 bilhão em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas de 5,5% a.a., destinados ao crédito de comercialização.

#### **Equalização de Juros para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427/1992)**

Esta ação visa prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da

ação orçamentária “Financiamento para Agricultura Familiar”.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 3,35 bilhões, além de R\$ 334 milhões suplementados durante o exercício. A execução do orçamento de 2013 foi de R\$ 41,5 milhões. Adicionalmente, foi executado R\$ 1,59 bilhão referente a restos a pagar de exercícios anteriores. Houve inscrição de R\$ 3,44 bilhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 14,4 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 0,5% a.a. a 3,5% a.a., destinados a agricultores familiares. Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do Brasil, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito do Pronaf. Ainda com o objetivo de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas aos agricultores familiares do Semiárido com condições ainda mais favorecidas. Também em 2013, como parte de um conjunto de medidas destinadas a ampliar a capacidade de armazenagem de produtos agrícolas, foram criadas linhas de financiamento específicas para construção de infraestrutura de armazenagem para a agricultura familiar.

#### **Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427/1992)**

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1,71 bilhão em 2013. Desse total, foram executado R\$ 4,61 milhões. Adicionalmente, foram executados R\$ 376,9 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores. Foi inscrito R\$ 1,706 bilhão em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 18,2 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 2,0% a.a. a 6,5% a.a., destinados ao investimento rural. Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do Brasil, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito da linha de financiamento compreendida por esta ação orçamentária. Ainda com o objetivo de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas ao investimento de agricultores do Semiárido com condições ainda mais favorecidas. Em 2013, como parte de um

conjunto de medidas destinadas a ampliar a capacidade de armazenagem de produtos agrícolas, também foram criadas linhas de financiamento específicas para construção de infraestrutura de armazenagem.

**Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural (Lei nº 9.866/1999)**

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento.

Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até cinco pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto na Lei nº 9.866/1999 e Lei nº 10.437/2002. Este benefício integra a segunda etapa do programa de alongamento de dívidas de operações rurais instituído pela Lei nº 9.138/1995.

No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 583,3 milhões, dos quais foram executados R\$ 300,36 milhões. Foram inscritos R\$ 263,25 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014. Do total executado, 99,5% foram pagos ao Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, Banco Bradesco, Banco Itaú-Unibanco e Banco Rural, ficando 0,5% para os demais bancos.

**Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126/1995 e nº 10.186/2001)**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165, de 19 de junho de 1995, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25 de abril de 2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03 de fevereiro de 2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/2002.

A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13 de abril de 2009 e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo

Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

No orçamento de 2013, foram previstos R\$ 7,4 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor foi integralmente inscrito em restos a pagar/2013, com previsão de pagamento ao longo do exercício de 2014, uma vez que a execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

**Equalização de Juros para Promoção das Exportações - Proex – (Lei nº 10.184/2001)**

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) também oferece crédito ao exportador ou importador de bens e serviços brasileiros, realizada pelas instituições financeiras, na qual o Proex assume parte dos encargos financeiros, tornando-os compatíveis com os praticados no mercado internacional. Nesta modalidade, as instituições financeiras proveem os recursos do financiamento e a negociação ocorre livremente entre financiador e o exportador que decidem sobre a taxa de juros, a garantia, o prazo do financiamento e o percentual financiável, que pode atingir até 100%.

O *spread* de equalização do Proex possui o limite máximo de até 2,5% a.a, em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), cuja rentabilidade é indexada à variação cambial, e que, caso o banco beneficiário seja estrangeiro, é designado um banco mandatário que possui conta no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

No exercício de 2013, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1 bilhão para Equalização e R\$ 60,8 milhões para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 1,06 bilhão. No ano, houve suplementações do Proex/NTN-I de R\$ 600 milhões, sendo que R\$ 400 milhões foram autorizados no final do ano, pela Lei nº 12.945, de 27.12.2013, e não houve tempo hábil para utilização. Em 2013, foi descentralizado R\$ 1,2 bilhão da Equalização NTN-I para unidade gestora (UG) 170600 e pagos R\$ 33,67 milhões da remuneração do agente financeiro. Adicionalmente, foram executados R\$ 6,8 milhões relativos a restos a pagar do exercício anterior. Quanto aos restos a pagar/2013, foram inscritos R\$ 7,18 milhões da remuneração do agente financeiro para a possível execução ao longo de 2014.

**Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529/2007)**

A Lei nº 11.529, de 23 de outubro de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de frutas in natura e processadas; pedras ornamentais; produtos têxteis; confecção de vestuário e

acessórios; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e artigos para viagem de couro; fabricação de calçados; produtos de madeira; artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado; fertilizantes e defensivos agrícolas; produtos cerâmicos; bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias; material eletrônico e de comunicações; equipamentos de informática e periféricos; peças e acessórios para veículos automotores; ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência; móveis; brinquedos e jogos recreativos; instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos; atividades dos serviços de tecnologia da informação, inclusive software; transformados plásticos; processamento de proteína animal; pesca e aquicultura; óleo de palma; torrefação e moagem de café e fabricação de solúvel; castanha de caju; e ceras de origem vegetal.

Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidas pelas fortes chuvas ocorridas no final de 2008.

No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 32,6 milhões, dos quais foram executados R\$ 2,26 milhões. Houve também a execução de R\$ 4,62 milhões referentes a restos a pagar de exercícios anteriores. A inscrição em restos a pagar/2013 foi de R\$ 3 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2014.

Contribuíram para que a execução da despesa fosse abaixo do esperado a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 2013, que levou a uma diminuição das despesas com equalização de taxas de juros, bem como a menor demanda por essa linha de crédito por parte dos beneficiários.

#### **Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos Destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922/2009)**

Esta ação tem como objetivo o pagamento de equalização em empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do BNDES, contratados em 2009 e 2010, destinados à estocagem de álcool etílico combustível, com o intuito de buscar regularidade no abastecimento nacional e estabilidade de preços para o setor sucroalcooleiro.

No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 27,5 milhões, porém, não houve execução durante o exercício.

Pela conjuntura das taxas de juros em 2013, não houve necessidade de subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool, uma vez que o custo de captação dos recursos foi inferior às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

#### **Encargos Financeiros da União – Equalização de Taxas em Operações de Financiamentos de que tratam as Leis nº 12.096/2009 e nº 12.409/2011**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos, nos termos da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.

A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 257 milhões, dos quais R\$ 121,9 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em restos a pagar/2013 foi de R\$ 135,2 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

As medidas de incentivo ao investimento em bens de capital iniciadas com a Lei nº 12.096/2009, foram fundamentais para a retomada do crescimento econômico diante da crise financeira internacional e a manutenção desse apoio tem sido de grande importância para o estímulo da competitividade da indústria brasileira.

Ao final de 2012, o volume de recursos passíveis de subvenção passou de R\$ 227 bilhões para R\$ 312 bilhões, valor que vigorou até outubro de 2013, quando foram acrescidos R\$ 10 bilhões ao limite.

Nesse período também foram praticados encargos financeiros reduzidos, de forma a possibilitar o estímulo à modernização do parque industrial e à inovação tecnológica.

Além disso, em 2013 houve a inclusão do setor de armazenagem nacional de grãos como beneficiário da subvenção no intuito de incentivar os investimentos na

infraestrutura de armazenagem. Por fim, a Medida Provisória nº 633, de 26.12.2013, ampliou o limite de financiamentos subvencionáveis em R\$ 50 bilhões, totalizando, assim, R\$ 372 bilhões, bem como prorrogou o prazo de contratação das operações para 31 de dezembro de 2014.

**Encargos Financeiros da União - Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977/2009) – Programa Minha Casa, Minha Vida.**

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 210 mil, mas não houve execução durante o exercício. Este saldo foi inscrito em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

A execução da despesa foi prejudicada porque persistem discussões entre Caixa Econômica Federal e BNDES acerca de conceitos e ajustes necessários ao modelo de encaminhamento de dados.

**Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (MP 550/2011)**

Esta ação orçamentária é destinada a conceder subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação das pessoas com deficiência às oportunidades, facilitando seu acesso a produtos e serviços assistivos, cuja carência reflete negativamente na vida familiar e profissional, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

Para o exercício de 2013, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 16,9 milhões.

As despesas pagas corresponderam a R\$ 384,1 mil referentes ao orçamento de 2013 e R\$ 100 mil relativas a restos a pagar do exercício anterior. Foi inscrito R\$ 1 milhão em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

Embora as contratações ainda tenham ficado abaixo das expectativas para o ano, houve significativo aumento em relação ao exercício anterior, uma vez que o número de

operações passou de 3.207 em 2012 para 11.687 em 2013, totalizando cerca de R\$ 69,5 milhões concedidos por meio dessa linha de financiamento.

Além disso, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito por parte das pessoas com deficiência, houve redução das taxas de juros cobradas, que passaram de 7% e 8% a.a para 5% e 5,5% a.a., conforme a renda do beneficiário.

**b) Equalização de Preços e Outros Encargos:**

**Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427/1992)**

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque.

A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) através do instrumento de Aquisição do Governo Federal( AGF).

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 450 milhões, que posteriormente foi suplementada em R\$ 571 milhões. Foram executados R\$ 716,6 milhões relativos ao orçamento de 2013, bem como R\$ 12,8 milhões referentes a restos a pagar do exercício anterior. Foram inscritos R\$ 55 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

Durante o ano houve grande necessidade de venda dos estoques públicos, principalmente no intuito de abastecer a região Nordeste, em virtude dos efeitos de intempéries climáticas.

Tais vendas demandaram a utilização de grande parte do orçamento de equalização para cobrir o déficit entre o preço de compra, acrescido com os demais custos de carregamento, e o preço de venda.

**Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - Agricultura Familiar – AGF-AF (Lei nº 8.427/1992)**

Esta ação visa resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Conab através do instrumento de AGF, cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor

obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária de R\$ 30 milhões.

A execução desta ação depende, exclusivamente, da realização de aquisições (AGF) e vendas de produtos adquiridos na Ação "20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF)", a cargo da Conab. Tendo em vista que não ocorreu demanda para aquisições de produtos no decorrer do exercício, consequentemente não houve necessidade de equalização nesta ação.

#### **Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Lei nº 8.427/1992)**

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da PGPM, por meio de instrumentos de equalização de preços - Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Peppo), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda, no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2013 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 571 milhões foram cancelados. Embora não tenha havido execução do orçamento de 2013, foram pagos R\$ 152,3 milhões referentes a restos a pagar do exercício anterior. Foi inscrito em restos a pagar/2013 o valor de R\$ 550 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab.

Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

#### **Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA - Agricultura Familiar - (Lei nº 8.427/1992)**

Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326/2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da PGPM produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços - Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, PEP, Peppo, Prop e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda, no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões. O desempenho desta ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da Conab. Tendo em vista que não foram utilizados tais instrumentos, não houve necessidade de equalização nesta ação.

#### **c) Outras subvenções Econômicas**

##### **Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543/2011)**

Esta ação orçamentária foi criada para conceder subvenção econômica às instituições financeiras sob a forma de equalização de parte dos custos em operações de microcrédito produtivo orientado, visando promover a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Para o exercício de 2013, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 439 milhões. Houve suplementação de R\$ 87,8 milhões ao longo do exercício. Foram executados R\$ 405,37 milhões dos recursos do orçamento de 2013, bem como R\$ 72 milhões de restos a pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R\$ 119,1 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução no exercício de 2014.

Visando ampliar o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, houve uma redução das taxas de juros, de 8% a.a. para 5% a.a. a partir de junho de 2013. Para arcar com as despesas decorrentes da redução de taxas, bem como para incluir novos agentes financeiros no programa, ampliando, conseqüentemente, o seu alcance junto ao público-alvo, foi necessário realizar uma suplementação na dotação de recursos em torno de R\$ 88 milhões.

**Encargos Financeiros da União - Equalização de Juros nas Operações de Crédito para Investimentos no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (MP nº 564/2012)**

Por meio desta ação orçamentária será realizada a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos fundos de desenvolvimento regional da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE). A subvenção econômica corresponderá ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração a que farão jus os agentes financeiros. Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 169,2 milhões. Não houve execução durante o exercício, uma vez que as contratações iniciaram-se apenas no segundo semestre do exercício e, pela metodologia de pagamentos da equalização, a subvenção será devida apenas em 2014.

**Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249/2010)**

Ação orçamentária destinada ao ressarcimento às Instituições Financeiras dos valores correspondentes a Remissão de Dívidas de operações do Pronaf enquadradas no art. 69 da Lei nº 12.249/2010. Este artigo autoriza a União a assumir os ônus das operações efetuadas com recursos de outras fontes no âmbito do Pronaf e às demais operações efetuadas com risco da União.

## 1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

### 1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2013, operações de crédito externo no valor total de US\$ 18 milhões, firmadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2013

Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	17/12/2013	Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira	18.000.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>18.000.000,00</b>

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2013.

Em 2013, foram alocados R\$ 58 milhões nesta ação, dos quais R\$ 38,7 milhões foram executados durante o exercício. Além disso, foram pagos R\$ 46,3 milhões referentes a restos a pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R\$ 19,3 milhões em restos a pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014. Os pagamentos foram realizados conforme encaminhamento, por parte das instituições financeiras, das informações a respeito dos valores das dívidas remitidas.

### 1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

**Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro (Decreto Nº 175/1991)**

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14 de janeiro de 1991) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29 de setembro de 2004.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil (BCB), na condição de gestor do programa.

No exercício de 2013, foi alocado R\$ 1,32 bilhão para esta ação orçamentária, dos quais foram executados durante o exercício R\$ 100 milhões. Além disso, houve a inscrição de R\$ 450 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014. A execução da despesa foi menor que o esperado em virtude da diminuição do pagamento de indenizações, que ficou abaixo da média histórica.

Segue a tabela constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2013, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2013 (US\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732	5,0	3.125,08	1.315,00	415,40	93,1	18,0
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0	1,27	0,45	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.190,97</b>	<b>2.355,76</b>	<b>1.310,38</b>	<b>732,44</b>	<b>8,44</b>	<b>3.125,46</b>	<b>1.315,00</b>	<b>416,67</b>	<b>93,55</b>	<b>18,00</b>

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2013.

#### 1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2013 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 6.297,71 milhões destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS - 2004 A 2013 (US\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>8.411,22</b>	<b>4.085,01</b>	<b>7.401,63</b>	<b>2.188,93</b>	<b>11.266,72</b>	<b>6.297,71</b>
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	-	-
GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2013.

A tabela a seguir apresenta a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2013, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

#### CONTRATOS DE GARANTIA EXTERNA ASSINADOS EM 2013

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
2900/OC-BR	Governo do Estado de SC	09/01/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI)
FIDA 1788-BR	Governo do Estado do PI	09/04/2013	SDR	19.667.190,62	Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido do Estado do Piauí - Viva o Semiárido
2762/OC-BR	Governo do Estado do RJ	22/02/2013	USD	60.000.000,00	Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro
2148/OC-BR	Governo do Estado do RN	24/04/2013	USD	7.000.000,00	Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte - Profisco - RN
8284-BR	Governo do Estado de PE	18/07/2013	USD	550.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco II - DPL
2888/OC-BR	Município São Bernardo do Campo	25/06/2013	USD	125.000.000,00	Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo II
2928/OC-BR	Governo do Estado do AC	17/07/2013	USD	72.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase II
BOFA-MA-2013	Governo do Estado do MA	23/07/2013	USD	661.967.121,34	Financiamento da quitação do resíduo das dívidas constituídas pelo Estado em razão das Leis Federais n.ºs 8727/93 e 9494/97

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
2901/OC-BR	Governo do Estado de PE	07/08/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Saneamento Ambiental - Bacia do Ipojuca - PSA - Ipojuca
2906/OC-BR	Governo do Estado de GO	23/08/2013	USD	11.577.000,00	Programa de Modernização da Administração Fazendária - Profisco
8200-BR	Governo do Estado do RJ	19/08/2013	USD	100.000.000,00	Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural/FA
CAF-CEA-LITO	Governo do Estado do CE	28/08/2013	USD	112.000.000,00	Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste - Ceará
CAF-SPO-TLMA	Governo do Estado de SP	23/08/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
FIDA 1883-BR	Governo do Estado de SE	30/08/2013	SDR	15.880.789,54	Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Dom Távora
2518/OC-BR	Governo do Estado de SE	30/08/2013	USD	5.788.000,00	Programa de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe - Promofaz - Profisco-SE
2826/OC-BR	Governo do Estado do CE	02/09/2013	USD	66.500.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais
8257-BR	Governo do Estado de SE	18/09/2013	USD	150.000.000,00	Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe
8272-BR	Governo do Estado de SP	24/09/2013	USD	300.000.000,00	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
8276-BR	Governo do Estado do RN	04/10/2013	USD	360.000.000,00	Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - RN Sustentável
8307-BR	Governo do Estado do RJ	03/12/2013	USD	500.000.000,00	Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos - PROMIT
8310-BR	Governo do Estado do AC	10/12/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado do Acre
8201-BR	Governo do Estado do PR	12/12/2013	USD	350.000.000,00	Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
2933/OC-BR	Governo do Estado do PA	16/12/2013	USD	200.810.000,00	Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão de Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará
2962/OC-BR	Município de Belo Horizonte	18/12/2013	USD	55.000.000,00	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte - Programa DRENURBS - Suplementar à 1a Etapa
2984/OC-BR	Governo do Estado de SE	18/12/2013	USD	60.000.000,00	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE)
2914/OC-BR	Governo do Estado da BA	17/12/2013	USD	45.270.000,00	Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - Profisco/BA
8169-BR	Município de Belo Horizonte	10/12/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Integração com a Região Metropolitana
2846/OC-BR	Governo do Estado do AM	23/12/2013	USD	24.500.000,00	Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS
3001/OC-BR	Governo do Estado de AL	23/12/2013	USD	7.000.000,00	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas (Profiscal)
3061/OC-BR	Governo do Estado de AL	23/12/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (Profconfis AL) - (PBL)

Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
3139/OC-BR	Governo do Estado do AM	23/12/2013	USD	184.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Estado do Amazonas (Profconfis AM) - (PBL)
3039/OC-BR	Governo do Estado de PE	17/12/2013	USD	400.000.000,00	Projeto de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco (Profconfis-PE) - (PBL)
2964/OC-BR	Governo do Estado do CE	27/12/2013	USD	400.000.000,00	Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV
2999/OC-BR	Município de Cascavel	27/12/2013	USD	28.750.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI - Procidades - CASCATEL
BB AUS 0001	Município de Belo Horizonte	20/12/2013	USD	75.000.000,00	Contrato de Financiamento Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças - Município de Belo Horizonte nº 0001/2013
<b>TOTAL (equivalente em USD)</b>				<b>6.297.710.101,50</b>	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2013.

### 1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no montante de R\$ 37.861,90 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 93,02% foram destinados a Estados, 0,37% a Municípios e 6,60% a Entidades Controladas. Destaque para o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), que recebeu 26,60% do total contratado.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2013 (R\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2013
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>37.861,90</b>
GARANTIAS A ESTADOS	35.220,20
GARANTIAS A MUNICÍPIOS	141,70
GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	2.500,00

Fonte: STN/Codiv.

#### CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2013

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº 0818 PGFN-CAF	Estado de Goiás	25/01/2013	CAIXA	366.969.587,80	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0820 PGFN-CAF	Estado De Rondônia	28/01/2013	BANCO DO BRASIL	438.921.139,08	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0822 PGFN-CAF	Estado de Goiás	18/01/2013	BNDES	260.416.043,30	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0826 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	06/03/2013	CAIXA	521.987.578,16	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0828 PGFN-CAF	Estado do Pará	18/03/2013	BNDES	955.045.575,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0831 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	28/03/2013	BNDES	1.958.620.268,68	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Contrato nº 0834 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	04/04/2013	BNDES	689.222.444,22	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0836 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	17/04/2013	BANCO DO BRASIL	363.851.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0838 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	18/04/2013	BNDES	3.000.000.000,00	Programa Acelera Santa Catarina
Contrato nº 0840 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	22/04/2013	BNDES	250.674.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0846 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	10/05/2013	BNDES	1.001.340.520,39	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0848 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/05/2013	BNDES	3.031.405.000,00	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO METRO – LINHA 4, PRO – ML4.
Contrato nº 0850 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/05/2013	BANCO DO BRASIL	3.135.800.000,00	PROGRAMA PRÓ-CIDADES II/RJ.
Contrato nº 0852 PGFN-CAF	Estado da Bahia	14/05/2013	BNDES	1.487.691.272,64	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0854 PGFN-CAF	Estado do Amapá	16/05/2013	BNDES	449.187.021,91	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0856 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/05/2013	CAIXA	1.400.000.000,00	Pagamento de dívidas do Estado do Amapá com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Contrato nº 0858 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/05/2013	BNDES	980.000.000,00	PRDI.
Contrato nº 0861 PGFN-CAF	Estado Mato Grosso do Sul	28/05/2013	BNDES	357.416.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0863 PGFN-CAF	Distrito Federal	28/05/2013	BNDES	311.152.640,60	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0865 PGFN-CAF	ELETROBRAS	27/06/2013	BNDES	2.500.000.000,00	Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro em 2013
Contrato nº 0871 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	11/07/2013	BNDES	423.613.990,00	BNDES ESTADOS II
Contrato nº 0874 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso do Sul	12/07/2013	BNDES	733.500.000,00	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Estado do Mato Grosso do Sul - PADR
Contrato nº 0877 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	19/07/2013	BANCO DO BRASIL	1.056.400.000,00	PROJETOS CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS.
Contrato nº 0879 PGFN-CAF	Estado do Piauí	25/07/2013	BANCO DO BRASIL	599.978.000,00	PROGRAMA PRÓ-DESENVOLVIMENTO II DO ESTADO DO PIAUÍ.
Contrato nº 0881 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/07/2013	BNDES	138.510.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0883 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/07/2013	CAIXA	428.791.548,18	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0885 PGFN-CAF	Estado de Roraima	30/07/2013	CAIXA	344.000.000,00	Aporte de Capital e Pagamento de Obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S.A. – CERR
Contrato nº 0887 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	12/09/2013	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo
Contrato nº 0889 PGFN-CAF	Estado de Goiás	13/09/2013	BANCO DO BRASIL	1.560.000.000,00	Programas e Projetos previstos na Lei Estadual nº 18.032
Contrato nº 0891 PGFN-CAF	Estado de Tocantins	12/09/2013	BANCO DO BRASIL	390.000.000,00	Proestado - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social

Contrato nº 0893 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	16/09/2013	CAIXA	141.700.000,00	Programa Pró-Transporte
Contrato nº 0898 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	18/09/2013	BANCO DO BRASIL	1.500.000.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
Contrato nº 0900 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	11/10/2013	BNDES	2.799.659.479,61	Programa de Desenvolvimento Integrado constantes no PPA e leis orçamentárias anuais
Contrato nº 0902 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	26/11/2013	BANCO DO BRASIL	764.000.000,00	Proinfra - Programa de Infraestrutura para Criação de Oportunidades no Amazonas
Contrato nº 0905 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	05/12/2013	BNDES	89.837.210,06	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0907 PGFN-CAF	Estado da Bahia	17/12/2013	BANCO DO BRASIL	1.125.480.000,00	Programa de Investimentos nas áreas de Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e inovação; Saúde e Mobilidade Urbana
Contrato nº 0909 PGFN-CAF	Estado do Ceará	17/12/2013	CAIXA	72.630.734,47	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC MARANGUAPINHO
Contrato nº 0912 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	CAIXA	60.098.549,57	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato n/ 0914 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	CAIXA	174.000.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
<b>TOTAL EM REAIS</b>				<b>37.861.899.603,67</b>	

Fonte: STN/Codiv. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2013.

#### CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2013

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº0819 PGFN-CAF	Estado de Goiás	25/01/2013	CAIXA e BBRASIL	366.969.587,80	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0821 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	28/01/2013	BANCO DO BRASIL	438.921.139,0	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0823 PGFN-CAF	Estado de Goiás	30/01/2013	CAIXA e BBRASIL	260.416.043,30	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0827 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	06/03/2013	CAIXA e BBRASIL	521.987.578,16	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0829 PGFN-CAF	Estado do Pará	18/03/2013	BBRASIL e BNDES	955.045.575,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0832 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	28/03/2013	BNDES e BBRASIL	1.958.620.268,68	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0835 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	04/04/2013	BNDES e BBRASIL	689.222.444,22	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0837 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	17/04/2013	BANCO DO BRASIL	363.851.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº0839 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	18/04/2013	BNDES	3.000.000.000,00	Programa Acelera Santa Catarina
Contrato nº 0841 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	22/04/2013	BNDES e BBRASIL	250.674.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0847 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	10/05/2013	BANCO DO BRASIL	1.001.340.520,39	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0849 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/05/2013	BB e BRADESCO	3.031.405.000,00	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO METRO – LINHA 4, PRO – ML4.
Contrato nº 0851 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/05/2013	BB e BRADESCO	3.135.800.000,00	PROGRAMA PRÓ-CIDADES II/RJ.
Contrato nº 0853 PGFN-CAF	Estado da Bahia	14/05/2013	BANCO DO BRASIL	1.487.691.272,64	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0855 PGFN-CAF	Estado do Amapá	16/05/2013	BANCO DO BRASIL	449.187.021,91	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0857 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/05/2013	BANCO DO BRASIL	1.400.000.000,00	Pagamento de dívidas do Estado do Amapá com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Contrato nº 0859 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/05/2013	BANCO DO BRASIL	980.000.000,00	PRDI.
Contrato nº 0862 PGFN-CAF	Estado Mato Grosso do Sul	28/05/2013	BANCO DO BRASIL	357.416.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0864 PGFN-CAF	Distrito Federal	28/05/2013	BB e BRB	311.152.640,60	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0866 PGFN-CAF	ELETROBRAS	28/06/2013	BANCO DO BRASIL	2.500.000.000,00	Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro em 2013
Contrato nº 0872 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	11/07/2013	BB e CAIXA	423.613.990,00	BNDES ESTADOS II
Contrato nº 0875 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso do Sul	12/07/2013	BANCO DO BRASIL	733.500.000,00	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Estado do Mato Grosso do Sul - PADR
Contrato nº 0878 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	19/07/2013	BANCO DO BRASIL	1.056.400.000,00	PROJETOS CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS.
Contrato nº 0880 PGFN-CAF	Estado do Piauí	25/07/2013	BANCO DO BRASIL	599.978.000,00	PROGRAMA PRÓ-DESENVOLVIMENTO II DO ESTADO DO PIAUÍ.
Contrato nº 0882 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/07/2013	BB e BANESE	138.510.000,00	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0884 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/07/2013	BB e BANESE	428.791.548,18	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0886 PGFN-CAF	Estado de Roraima	30/07/2013	BANCO DO BRASIL	344.000.000,00	Aporte de Capital e Pagamento de Obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S.A. – CERR
Contrato nº 0888 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	12/09/2013	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo
Contrato nº 0890 PGFN-CAF	Estado de Goiás	13/09/2013	CAIXA e BB	1.560.000.000,00	Programa Goiás Estruturante
Contrato nº 0892 PGFN-CAF	Estado de Tocantins	13/09/2013	BANCO DO BRASIL	390.000.000,00	Proestado - Programa de Modernização do Estado e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato nº 0894 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	16/09/2013	BANCO DO BRASIL	141.700.000,00	Programa Pró-Transporte
Contrato nº 0899 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	18/09/2013	BANCO DO BRASIL	1.500.000.000,00	PROIR - Programa de Infraestrutura Rodoviária

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº 0901 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	11/10/2013	BB e BNDES	2.799.659.479,61	Programa de Desenvolvimento Integrado constantes no PPA e leis orçamentárias anuais
Contrato nº 0903 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	26/11/2013	BB e BRADESCO	764.000.000,00	PROINFRA - Programa de Infraestrutura para Criação de Oportunidades no Amazonas
Contrato nº 0906 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	05/12/2013	BB e BNDES	89.837.210,06	Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0908 PGFN-CAF	Estado da Bahia	17/12/2013	BANCO DO BRASIL	1.125.480.000,00	Programa de Investimentos nas áreas de Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e inovação; Saúde e Mobilidade Urbana
Contrato nº 0910 PGFN-CAF	Estado do Ceará	17/12/2013	BB, CAIXA E BNB	72.630.734,47	Projeto Rio Maranguapinho
Contrato nº 0913 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	BANCO DO BRASIL	60.098.549,57	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato nº 0915 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	BANCO DO BRASIL	174.000.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
<b>TOTAL EM REAIS</b>				<b>37.861.899.603,67</b>	

Fonte: STN/Codiv. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2013.

#### 1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2013, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas:

##### 1) Operações Externas; e

##### 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras

entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de Riscos Extraordinários (Eure/IRB).

Os saldos das Garantias e das Contragarantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013.

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS**

2013 (31/12/2013)	R\$ 1,00
Externa	56.093.698.881,95
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	56.093.698.881,95
Agências Governamentais	2.453.966.967,69
Banco Federal	528.391.174,20
Empresas Privatizadas	4.804.647,50
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.729.103.873,22
Estatais Federais	191.667.272,77
Bancos Privados	2.191.354.522,03
Banco Federal	321.270.857,08
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.827.916.864,95
Estatais Federais	42.166.800,00
Organismos Multilaterais	51.448.377.392,23
Banco Federal	11.277.704.866,16
Empresas Privatizadas	-
Estados e Municípios e Entidades Controladas	39.485.834.367,88
Estatais Federais	684.838.158,19
Interna	118.079.040.199,30
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	73.828.109.268,48
Banco Federal	53.013.714.730,43
Banco Federal	5.630.532.304,64
Estados e Municípios e Entidades Controladas	41.753.184.389,22
Estatais Federais	5.629.998.036,57
Estatais Federais	11.189.487.881,98
Itaipu Binacional	11.189.487.881,98
Fundos Credores	9.624.906.656,07
Banco Federal	9.624.906.656,07
Outras Garantias nos Termos da LRF	44.250.930.930,82
Exportadores	29.542.010.038,48
Estatais Federais	688.899.651,03
Fundos Devedores	28.853.110.387,45
Fundos Credores	12.285.051.889,25
Estatais Federais	7.133.900.257,51
Fundos Devedores	253.560.095,32
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	4.357.759.750,58
Seguros Garantias	539.831.785,84
Outros Países	2.423.869.003,09
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.423.869.003,09
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>174.172.739.081,25</b>

Fonte: STN/Codiv.

**DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS**

2013 (3º Quadrimestre, Posição: 31/12/2013)	R\$ 1,00
Externa	47.222.042.429,66
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	47.222.042.429,66
Agências Governamentais	2.069.951.095,32
Banco Federal	144.375.301,83
Empresas Privatizadas	4.804.647,50
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.729.103.873,22
Estatais Federais	191.667.272,77
Bancos Privados	2.003.946.522,08
Banco Federal	133.862.857,13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.827.916.864,95
Estatais Federais	42.166.800,00
Organismos Multilaterais	43.148.144.812,26
Banco Federal	2.977.472.286,19
Empresas Privatizadas	-
Estados e Municípios e Entidades Controladas	39.485.834.367,88
Estatais Federais	684.838.158,19
Interna	71.725.476.809,55
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	64.203.202.612,41
Banco Federal	53.013.714.730,43
Banco Federal	5.630.532.304,64
Estados e Municípios e Entidades Controladas	41.753.184.389,22
Estatais Federais	5.629.998.036,57
Estatais Federais	11.189.487.881,98
Itaipu Binacional	11.189.487.881,98
Outras Garantias nos Termos da LRF	7.522.274.197,14
Fundos Credores	5.098.405.194,05
Fundos Devedores	200.813.657,63
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	4.357.759.750,58
Seguros Garantias	539.831.785,84
Outros Países	2.423.869.003,09
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.423.869.003,09
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>118.947.519.239,21</b>

Fonte: STN/Codiv.

**1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito**

Ressalte-se que em 2013 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos nove anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

**EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 A 2013 (US\$ MILHÕES)**

Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2013	2004/2013
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11,86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: STN/Codiv.

**1.9.6. Securitização de Dívidas**

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no

que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como mostra o quadro a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

**DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOIRO NACIONAL**

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2012		POSIÇÃO EM 31/12/2013	
	R\$ MILHÕES	%	R\$ MILHÕES	%
LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO	9.060,66	8,41	9.928,75	8,77
DÍVIDA DIRETA	7.231,22	6,71	7.994,58	7,07
DIVERSOS	3.243,66	3,01	3.609,71	3,19
VAF3	1.177,11	1,09	1.241,41	1,10
CRIAÇÃO ESTADOS	2.810,44	2,61	3.143,46	2,78
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	91.447,89	84,88	95.227,97	84,16
NOVAÇÃO FCVS	86.208,98	80,02	89.774,87	79,34
VAF4	5.238,91	4,86	5.453,11	4,82
<b>TOTAL</b>	<b>107.739,77</b>	<b>100,00</b>	<b>113.151,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Gerob/Cofis/STN/MF.

Notas: (i) os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 24/8/2001; e (ii) os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;

Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen);

Os saldos da dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), na qualidade de Administradora do FCVS.

Contribuíram para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2013.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos órgãos/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela CAIXA, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional),

onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica.

Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

No exercício 2013, cumpriram esse rito, e foram concluídos, quatro processos de securitização, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CVSB e CVSD, no valor de R\$ 15,1 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como "VAF3", "Novação FCVS" e "VAF4".

## 1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

### 1.10.1. Banco da Amazônia (Basa)

O Banco da Amazônia (Basa) é uma instituição financeira pública federal de caráter regional que se destaca como o principal agente do Governo Federal na execução das políticas, planos e programas governamentais voltados para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica, além de realizar todas as atividades bancárias tradicionais.

O Basa atua alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas:

no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, conhecido como "Plano Mais Brasil";

- na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- no Plano Amazônia Sustentável (PAS); no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- na Política Nacional de Agricultura Familiar;
- na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais;
- na Política Nacional de Turismo (PNT);
- no Plano Brasil Maior; no Plano Brasil Sem Miséria;
- no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);
- no Programa Mais Cultura; na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e
- nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura.

O Basa apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente, o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais, a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar, o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na região, e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

#### Missão e Visão

Tendo como missão "contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros, visando à satisfação dos clientes, acionistas e sociedade", o Basa tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

A visão estratégica do Basa para os próximos anos é de "ser reconhecido como uma instituição de resultados sólidos, referência em responsabilidade socioambiental e parceiro essencial de organizações voltadas para o desenvolvimento da Amazônia".

**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)**

Operacionalizado pelo Basa, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da região Norte.

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Fundo destina-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na região, sendo seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para a concessão de financiamentos aos setores produtivos da região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços; o tratamento preferencial aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos produtores rurais e empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; a valorização do associativismo e cooperativismo de produção, bem como das populações tradicionais da região (ribeirinhos, extrativistas,

quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e dos agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária; o apoio aos Municípios com comprovada carência socioeconômica; o incentivo aos empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão de obra locais e aos que produzam alimentos básicos para o consumo da população e o estímulo a projetos com sustentabilidade socioambiental.

**Rede de Atendimento**

O Basa conta com uma rede de atendimento composta por 160 pontos de atendimento, sendo 123 agências, três Postos Avançado de Atendimento (PAA), quatro Postos de Atendimento Bancário (PAB) e 30 Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAES), distribuída por todos os Estados da Amazônia Legal, incluídas uma agência em Brasília/DF e outra em São Paulo/SP.

A seguir, demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social

**OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2013**  
R\$ mil reais

ESTADO	FNO			OGU			DEMAIS FONTES*						TOTAL GERAL		
	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD NÃO RURAL	VALOR RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	VALOR RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD NÃO RURAL	VALOR NÃO RURAL	QTD RURAL	VALOR RURAL	QTD	VALOR
Acre	3.918	144.233	364	168.247	-	4	100	-	3.922	144.333	364	168.247	4.286	812.590	
Amazonas	8.880	111.550	1.083	951.440	-	-	-	-	8.880	111.550	1.083	951.440	9.963	1.062.990	
Amapá	1.191	12.385	181	79.115	-	-	-	-	1.191	12.385	181	79.115	1.372	91.500	
Maranhão	-	-	-	-	2.909	346	89.347	59	63.760	3.255	96.615	59	63.760	3.314	160.376
Matô Grosso	-	-	-	-	1.272	172	134.326	36	166.480	1.444	137.506	36	166.480	1.480	303.986
Pará	16.621	585.550	1.650	990.093	-	-	-	-	16.621	585.550	1.650	990.093	18.271	1.575.643	
Rorônia	4.909	408.051	867	356.751	-	-	-	3	14.768	4.909	870	371.519	5.779	779.570	
Roraima	99	7.471	53	95.651	-	-	-	1	125	99	7.471	54	95.776	103.247	
Tocantins	3.713	526.798	749	282.058	74	185	43	-	3.788	527.026	749	282.058	4.537	609.065	
<b>Total Geral</b>	<b>39.331</b>	<b>1.796.038</b>	<b>4.947</b>	<b>2.923.354</b>	<b>4.255</b>	<b>523</b>	<b>223.816</b>	<b>99</b>	<b>245.133</b>	<b>44.109</b>	<b>2.030.487</b>	<b>5.046</b>	<b>3.168.488</b>	<b>49.155</b>	<b>5.198.975</b>

\* Demais Fontes contempla as fontes de recursos: BNDES, Poupança Rural, FAT, FDR, Recursos Obrigatórios e Recursos Próprios.  
Fonte: Banco da Amazônia (Base dez/2013).

**Avaliação Circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício de 2013**

No exercício de 2013, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a seu Imposto de Renda (IRPJ), às contribuições sobre receitas (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os valores apresentados no resumo a seguir, relacionados ao impacto fiscal do Basa nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade e dos documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e consubstanciam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício. No exercício de 2013, o Basa recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R\$ 222.870 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2013**

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R\$) Mil
IRPJ	60.960
COFINS	50.920
PIS/PASEP	8.267
CSLL	37.200
Juros s/ Capital Próprio	65.523
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	222.870

Fonte: Banco da Amazônia.

Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNO**  
R\$ milhões

SALDO EM 2012	ENTRADAS	SAIDAS	SALDO EM NOV/2013
14.974,84	11.647,99	10.012,55	16.610,28

Fonte: Banco da Amazônia.

Relativo aos demais fundos federais com os quais o Basa mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

**MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO**  
VALORES EM R\$ mil

FUNDOS	SALDO EM 2012	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO EM 2013
FAT	31.696	11.777	8.081	35.392
FMM	77.918	26.484	5.157	99.245
STN	42.882	12.489	7.818	47.553
STN RECOOP	33	-	7	26

Fonte: Banco da Amazônia.

Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades estabelecidas para o Banco da Amazônia, nos incisos III e VI do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013 – Lei 12.708/2012

Em 2013, o Fundo Constitucional do Norte (FNO) foi operacionalizado por meio de seis programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas

(FNO-MPE); Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

**Principais Ações de Fomento****Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

Em apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco da Amazônia financia atividades produtivas na região no âmbito da agricultura familiar, contribuindo para a democratização do crédito,

inclusão social, geração de emprego e renda, criação de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e valorização da mão de obra familiar.

Durante o exercício de 2013, o Banco concedeu créditos aos agricultores familiares da região, que totalizaram R\$ 670 milhões. No âmbito do Plano Safra 2012/2013, o Basa aplicou, ao final do período, R\$ 823,4 milhões, ultrapassando em 55,35% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) de R\$ 530 milhões. No período, foram realizadas 63.823 operações de crédito. No atual Plano Safra 2013/2014, o Banco apresentou um volume de contratação, demonstrado pelo resultado gerencial, na ordem de R\$ 330,35 milhões, correspondente aos meses de julho até dezembro, atendendo a 19.942 famílias, atingido 55,06% da meta pactuada com o MDA de R\$ 600 milhões.

#### **Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais**

Contribuindo com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, o Basa participa, na condição de membro, do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A ação creditícia do Basa contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia, entre os quais destacamos: Acre – indústria florestal integrada, piscicultura e turismo sustentável; Amapá – apicultura, fruticultura, madeira e móveis, oleiro/cerâmico, pesca e mandiocultura; Amazonas – recursos florestais não madeireiros, fruticultura, turismo, mandioca, pesca, aquicultura, madeira e móveis e piscicultura; Maranhão – madeira e móveis, apicultura, turismo, leite e derivados e ovino/caprinocultura; Mato Grosso – madeira e móveis, confecções e apicultura; Pará – madeira e móveis, pesca, aquicultura, fruticultura, turismo/artesanato e grãos; Rondônia – madeira e móveis, sistemas agroflorestais, piscicultura, pecuária leiteira e fruticultura; Roraima – fruticultura, madeira e móveis, mandiocultura, grãos (arroz, milho e soja), pecuária de corte e leite, apicultura e piscicultura; e Tocantins – apicultura, pecuária de corte e leite, fruticultura, grãos/oleaginosas e mandiocultura, totalizando 49 APL's na região.

#### **Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

O Basa apoia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, financiando projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional, como transporte, saneamento básico e geração de energia.

O Banco já financiou 41 projetos no âmbito do PAC, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O volume financiado atingiu mais de R\$ 7,0 bilhões. Em 2013, até novembro, foram contratados três projetos no valor total de R\$ 322,3 milhões, sendo R\$ 147,2 milhões do FNO, R\$ 124,5 milhões do FDA e R\$ 50,6 milhões do BNDES. Os projetos financiados estão voltados

para a geração de energia elétrica, recuperação de rodovias e infraestrutura portuária.

#### **Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO)**

Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO) do Governo Federal – Programa Crescer, o Basa criou o Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio. Por meio do “Amazônia Florescer”, o Basa concedeu em 2013, financiamentos para 39.088 clientes no valor total de R\$ 64,02 milhões, com média de R\$ 1.638,00 por cliente. Desde 2007, já foram atendidos 87.838 clientes com recursos que totalizam R\$ 120,0 milhões.

A vertente Rural do programa de Microcrédito Produtivo Orientado, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atendeu em 2013, as necessidades de crédito de 7.575 agricultores familiares, aplicando o montante de R\$ 19,95 milhões. Desde 2009, já foram atendidos 14.458 agricultores familiares com recursos que totalizam R\$ 35,65 milhões.

#### **Apoio ao Turismo em Bases Sustentáveis**

O Banco apoia o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a publicação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo, bem como, disponibiliza recursos do FNO, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e BNDES para aplicação em empreendimentos que atendam a toda a cadeia do turismo na região Amazônica. Com os recursos do FNO, prioriza o atendimento aos Municípios da região Norte que integram os destinos indutores do desenvolvimento turístico e os roteiros turísticos traçados pelo programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil. O total dos financiamentos para o turismo em 2013, considerando todos os recursos disponíveis, atingiu R\$ 681,8 milhões.

#### **Incentivo à Cultura Regional**

Incentivo à cultura amazônica por meio do Programa “Amazônia Mais Cultura”, o qual representa uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em alinhamento com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Em 2013, o Basa financiou empreendimentos culturais que totalizaram R\$ 46,9 milhões.

#### **Incentivo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Estimular o desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte da região Norte, por meio do programa “FNO – Micro e Pequenas Empresas”, proporcionando

financiamentos as empresas do segmento, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão das micro e pequenas empresas. O Basa, também disponibiliza recursos do FAT e BNDES para aplicação em empreendimentos que atendam ao segmento em toda a região Amazônica, visando à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas. Em 2013, o volume de recursos alocados para as atividades desenvolvidas por microempresas e empresas de pequeno porte atingiu a cifra de R\$ 669,6 milhões, com crescimento de 26% em relação ao ano anterior.

#### **Apoio ao Microempreendedor Individual (MEI)**

Por meio do Programa "FNO Empreendedor Individual", o Basa financia os microempreendedores individuais em suas necessidades de investimento e capital de giro possibilitando o acesso financeiro, alçando seu potencial empreendedor e aumentando o seu bem estar e de sua família. Participa do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Previdência Social (MPS) responsável pela gestão do Programa Microempreendedor Individual (MEI). Em 2013, o volume de recursos alocados para as atividades desenvolvidas pelos empreendedores individuais, atingiu o valor de R\$ 10,5 milhões, demonstrando um incremento na aplicação de 84% em relação ao ano de 2012.

#### **Apoio às Atividades Florestais da Biodiversidade Amazônica**

Por meio do Programa FNO-Biodiversidade, o Basa financia as atividades florestais da biodiversidade Amazônica, em bases sustentáveis, como florestamento, reflorestamento, manejo de florestas nativas, Sistemas Agroflorestais (SAF) e Integração da Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), contribuindo para regularização e recuperação de áreas de uso alternativo do solo, de reserva legal e de preservação permanente, bem como áreas de Concessão Florestal Pública. No exercício de 2013, o Banco contratou R\$ 148,5 milhões com recursos do FNO-Biodiversidade.

#### **Estímulo ao Incremento da Produção Pesqueira Regional**

O Basa estimula o incremento à produção pesqueira regional através do financiamento para aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e para construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura. O trabalho tem proporcionando melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. Os resultados alcançados até outubro de 2013 foram de 3.538 operações contratada, totalizando o montante de R\$ 27,42 milhões.

#### **Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio Regional**

O Basa segue apoiando o Agronegócio Regional, em bases sustentáveis, estimulando o processo produtivo e as atividades

integradas à cadeia produtiva do agronegócio na região. As linhas e programas oferecidos pelo Banco apoiam diversas etapas produtivas e comerciais dos setores de apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, sericultura, suinocultura e outras culturas, visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados interno e externo, com reflexos nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas. Em 2013, o Banco financiou R\$ 1,2 bilhão no agronegócio regional, sendo R\$ 1,0 bilhão com recursos do FNO, com 80% aplicado nos empreendimentos de pequeno porte.

#### **Apoio às Populações Tradicionais da Amazônia**

A garantia do território da população tradicional da Amazônia é de fundamental importância para a manutenção da sua biodiversidade. Nesse contexto, o Basa, principal agente de indução ao desenvolvimento regional, vem apoiar os ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, ditos como "Povos Tradicionais", que historicamente, sempre foram excluídos das políticas governamentais. Importante registrar que, em sua ação creditícia, o Banco prioriza a aplicação de recursos de fomento para os tomadores de menor porte, como os pequenos produtores rurais e microempresários, agricultores familiares, empreendedores individuais, microempreendedores, inclusive as populações tradicionais da Amazônia, tendo alocado para esses públicos mais de 58% dos recursos totais aplicados em 2013 (fonte: SIG/Controper, base: 31/12/2013).

#### **Apoio à Ciência e Tecnologia**

##### **Programa de Apoio à Pesquisa & Desenvolvimento da Amazônia**

O Banco da Amazônia possui atuação no estímulo à Ciência & Tecnologia regional, apoiando projetos de pesquisas com recursos não-reembolsáveis, de modo a incentivar a realização de pesquisas científicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Por meio do Programa, são firmadas parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa da região, visando à execução de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, tecnologia de processos entre outros temas.

O Banco é parceiro de 40 instituições e universidades sediadas na região, envolvendo 369 pesquisas e recursos de cerca de R\$ 26,2 milhões.

Executadas por agentes regionais, tais pesquisas são instrumentos importantes de informação para o planejamento e orientação das decisões sobre investimentos do setor produtivo. Entre as pesquisas apoiadas em curso, destacam-se:

"Ampliação de experimentos dos produtos desenvolvidos a partir de frutos do Açaí", cujo objeto é realizar validações de

produção em escala industrial para as linhas de processo do açaí clarificado, do óleo de açaí e da polpa de açaí enriquecida com fibras e proteínas;

“Sistema Inteligente de Automação Agroindustrial (SIA)” cuja finalidade é desenvolver um sistema computacional, *hardware* e *software*, para realizar, com baixo custo, o monitoramento e automação de processos produtivos para a agricultura de precisão (foco na região Amazônica); e

“Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura: alternativa de Desenvolvimento Sustentável em Áreas Alteradas da Amazônia Brasileira”, cujo objeto é implantar e desenvolver e/ou adaptar sistemas inovadores de integração lavouras como alternativas viáveis para os setores agropecuário e florestal da Amazônia, avaliando o desempenho, visando à recuperação de áreas degradadas e produção de alimentos e madeira suprindo assim as demandas locais, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

#### **Prêmios “Professor Samuel Benchimol” e “Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente”**

Os Prêmios “Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente” foram instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com o objetivo de fomentar ideias criativas de ciência e tecnologia visando criar soluções inovadoras para problemas persistentes, além de gerar novas perspectivas de desenvolvimento para a Amazônia.

Estão entre as maiores premiações da América Latina em certames similares, e os únicos que tem como foco a Amazônia Continental. O prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente premia quatro categorias: Empreendedorismo Consciente, Projetos Estruturantes, Empresas na Amazônia e Suporte ao Desenvolvimento Regional.

No escopo do Programa de Apoio à Pesquisa, o Banco da Amazônia apoiou financeiramente diversos projetos agraciados com o Prêmio “Samuel Benchimol”, envolvendo recursos de aproximadamente R\$ 1,0 milhão.

#### **Desenvolvimento Regional Sustentável**

##### **Parcerias estratégicas**

##### **Banco da Amazônia e Governos Estaduais**

Em 2013, o Banco deu sequência à cooperação institucional com o Governo do Estado do Pará, por meio do Programa Municípios Verdes (PMV), visando o esforço comum para instituir ações socioambientais precursoras e multiplicadoras no sentido de intensificar a atividade agropecuária nas áreas consolidadas, promover o reflorestamento, contribuir para a redução do desmatamento e da degradação ambiental, regularizar passivos ambientais e apoiar a gestão de resíduos sólidos.

Dentre os compromissos do Banco, destaque para a oferta de

linhas de financiamento para a agricultura familiar, atividades florestais e agricultura de baixo carbono, além da implantação da estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), das ações da Política de Patrocínio e do Programa Amazônia Florescer. Também foram firmados, em 2013, Protocolos de Intenções com os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, objetivando construir parcerias e unir esforços para atuação compartilhada no desenvolvimento sustentável do Estado.

#### **Banco da Amazônia, Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais, Municipais e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)**

O FNO-Itinerante é uma ação desenvolvida pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e Sebrae regional, e apoio dos Governos Estaduais e Municipais e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tem como objetivo a diminuição das desigualdades intrarregionais, por meio da disseminação do crédito de fomento com recursos do FNO a todos os Municípios da região Norte, principalmente os classificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa e média renda, em atendimento prioritário aos segmentos produtivos de menor porte.

Os principais objetivos do FNO-Itinerante são:

- Fortalecer e ampliar as parcerias, formando alianças para atuação eficiente nas iniciativas de desenvolvimento local;
- Intensificar a atuação do Basa nos Estados e Municípios, dando maior visibilidade da sua missão de aplicar recursos de Fomento;
- Ampliar a atuação do Basa na execução das políticas, planos e programas do Governo Federal para a região;
- Integrar e executar políticas públicas de fomento, através da união, cooperação e co-responsabilidades entre parceiros;
- Divulgar os produtos e serviços do Basa aos mini, micro e pequenos empreendedores rurais e não rurais e agricultores familiares;
- Prestar orientações aos beneficiários sobre a melhor forma de potencializar os negócios existentes e/ou desenvolver novas atividades econômicas na região; e
- Reduzir as desigualdades socioeconômicas intrarregionais.

A realização do FNO-Itinerante se dá por meio da realização de seminários específicos nos Municípios definidos em cada um dos sete Estados da região Norte.

Os critérios para definição dos Municípios abrangem ações estratégicas e perfil de municípios, além de considerar preferencialmente aqueles classificados como de baixa renda

pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e/ou aqueles que vêm apresentando pouca ou nenhuma contratação do FNO.

O Banco da Amazônia vem realizando o FNO-Itinerante desde 2010, alcançando seus objetivos com resultados significativos. Com o FNO-Itinerante tem sido ampliadas a disponibilidade das linhas de financiamento e os esclarecimentos à população de como obter o crédito, o que tem viabilizado a realização e prospecção de novos negócios com recursos do FNO.

No exercício de 2013, foram atendidos os seguintes municípios: Boa Vista do Ramos, Parintins, Santa Izabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Sebastião do Uatumã e Uruará, no Estado do Amazonas; Amapá e Calçoene, do Estado do Amapá; Aurora do Pará e Igarapé-Açu, no Estado do Pará; Iracema, Pacaraima e São João da Baliza, no Estado de Roraima; e São Félix do Tocantins, no Estado do Tocantins, totalizando 14 Municípios atendidos. A ação em 2013 gerou negócios no valor total de R\$ 386,3 mil, em operações de crédito, havendo a prospecção de mais R\$ 2,0 milhões em novas propostas de financiamentos.

Por meio do FNO-Itinerante, foi possível atingir em 2013 a totalidade dos Municípios da região Norte com atendimento creditício com recursos do FNO.

#### **Banco da Amazônia, Universidades e Institutos de Pesquisa da Região Norte**

Por meio do Programa de Apoio à Pesquisa & Desenvolvimento na Amazônia, são firmadas parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região Norte, visando à execução de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, tecnologia de processos entre outros temas.

Até 2013, foram aprovados 369 projetos de pesquisa, com recursos de cerca de R\$ 26 milhões, com destaque para o projeto "Integração Lavoura-Pecuária-Floresta", que serviu de base para a lei que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

#### **Política Corporativa pela Sustentabilidade**

##### **Política Socioambiental do Crédito**

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos internalizados em prol das populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Basa mantém Política Socioambiental no Crédito (PSC), específica para o setor creditício da empresa, incorporando os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro da análise e concessão de crédito de fomento e comercial.

A PSC segue as diretrizes socioambientais de indução, salvaguarda e exclusão, para orientar a alocação do crédito

e o relacionamento com o cliente: a diretriz de indução prioriza apoio financeiro diferenciado a clientes e atividades econômicas alinhadas com os preceitos do desenvolvimento sustentável; a diretriz de salvaguarda orienta o cliente a adotar medidas de caráter administrativo e técnico, para introduzir práticas sustentáveis em atividades tradicionais; a diretriz de exclusão orienta a não concessão de crédito a pessoas e organizações que realizam atividades e práticas produtivas vetadas por lei bem como, veda operar com clientes cujas atividades e práticas contradizem os princípios e os valores do Banco, traduzidos na sua política socioambiental. A PSC também incorporou a análise socioambiental no processo de crédito, por meio da aplicação do Formulário de Informação Socioambiental (Fisa) e do Questionário Socioambiental (QSA).

#### **Objetivos e Alinhamento às Ações de Sustentabilidade no Brasil**

De forma a tornar públicas as intenções e diretrizes gerais do Basa referentes ao seu compromisso com a sustentabilidade, objetivando sua observância e seu acompanhamento por todos os seus gestores, empregados e contratados, a empresa instituiu a Política Corporativa pela Sustentabilidade (PCS), a qual está alinhada tanto com suas declarações estratégicas (caráter interno) quanto às ações de sustentabilidade dos Objetivos do Milênio, da Agenda 21 e do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental (caráter externo).

Especificamente em relação ao Meio Ambiente, a PCS do Banco prevê a contribuição para a manutenção das funções e componentes dos ecossistemas e biodiversidade da Amazônia a fim de que as gerações futuras possam usufruir dos recursos ambientais hoje disponíveis, incentivando e priorizando projetos relacionados a mudanças climáticas como aqueles voltados para eficiência da matriz energética, manejo de florestas nativas (tanto em áreas particulares quanto em áreas de Concessão Florestal Pública) e recuperação e utilização de áreas alteradas para fins produtivos.

Os projetos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento de soluções que respondam adequadamente à busca pela redução das emissões de gases de efeito estufa são incentivados dentro dos processos internos do Banco.

Com relação ao crédito, a Política Corporativa pela Sustentabilidade reforça a incorporação de critérios de sustentabilidade social e ambiental em todo seu processo de análise constante na Política Socioambiental no Crédito, a qual objetiva a melhoria da qualidade da carteira considerando a correlação positiva existente entre a responsabilidade socioambiental e o conceito e o caráter do cliente, reforçando a Política de Risco de Crédito.

Em 2013, foi constituído Grupo de Trabalho para revisar a PCS, visando adequá-la à norma do Conselho Monetário Nacional (CMN) acerca da Política de Responsabilidade Socioambiental das instituições financeiras. A PCS foi ajustada e atualmente aguarda a publicação da resolução do CMN para efetivação.

### **Ações Voltadas para a Sustentabilidade na Amazônia**

#### **Participação na “Operação Arco Verde”**

De janeiro a novembro de 2013, no âmbito dos 29 Municípios prioritários da Operação Arco Verde, jurisdicionados pelo Basa, foram contratadas operações de financiamento totalizando o investimento de R\$ 301 milhões, com destaque para o incentivo à Agricultura Familiar (R\$ 74,3 milhões), às atividades florestais (R\$ 43,3 milhões) e à agropecuária (R\$ 147 milhões).

A atuação do Banco contribui para garantir a presença efetiva do poder público nos municípios que apresentam os maiores índices de desmatamento na Amazônia, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para um modelo de produção sustentável. Foram beneficiados os Estados do Amazonas (Lábrea); Maranhão (Amarante do Maranhão); Mato Grosso (Alta Floresta, Brasnorte, Juara, Nova Bandeirantes, Paranaíta e Querência); Pará (Altamira (Castelo dos Sonhos), Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Novo Progresso, Novo Repartimento, Pacajá, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Tailândia e Ulianópolis); Rondônia (Porto Velho, Machadinho d'Oeste, Nova Mamoré e Pimenta Bueno); e Roraima (Mucajaí).

#### **Participação na “Operação Cidadania Xingu”**

O Basa participou ativamente da Operação e dos mutirões destinados ao atendimento aos territórios impactados pela Usina Hidroelétrica Belo Monte (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu), por meio de palestras para agricultores do Agricultura Familiar (Pronaf), Micro-empresários Individuais (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (Linhas de capital de giro e investimento); propostas de crédito: orientação, elaboração e recebimento de propostas; cadastramento de Conta Corrente e Conta Poupança; e contratação de operações da Agricultura Familiar e MEI.

Como resultado, de janeiro a novembro de 2013, o Banco contratou na área abrangida um total de R\$ 64,9 milhões em operações de crédito de fomento, incentivando a agricultura familiar (R\$ 37,7 milhões), as atividades florestais (R\$ 293 mil), a agropecuária (R\$ 24,6 milhões), a micro/pequena empresa (R\$ 2,3 milhões) e o empreendedor individual (R\$ 99,9 mil).

#### **Ações Voltadas para o Atendimento dos Estados Afetados pelas Enchentes na Região Norte**

O Basa tem atuado com firmeza no sentido de prevenir/minimizar os impactos decorrentes da ocorrência de situações climáticas extremas. Ação importante neste campo refere-se ao desempenho obtido pelo Programa Emergencial para Enchentes, conhecido como FNO-Emergencial, o qual foi criado com o propósito de reduzir as consequências das enchentes na região Norte, sendo operacionalizado através

de linhas especiais de crédito para agricultores familiares enquadrados no Pronaf, produtores rurais e empreendedores.

Durante o período de vigência do Programa, de maio de 2012 até maio de 2013, foram contratadas 31.498 operações de crédito no âmbito do Programa FNO-Emergencial, sendo financiados recursos de aproximadamente R\$ 377 milhões.

Pelo exposto, infere-se que a atuação do Banco possui potencial para impulsionar o desenvolvimento local, diminuir as diferenças intra regionais e melhorar a qualidade de vida da população residente na região.

Em recente estudo elaborado pelo Banco em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, deduziu-se que existe correlação positiva entre a aplicação do FNO, gerida e operacionalizada pelo Banco da Amazônia, e a dinamização da economia da região Norte.

### **1.10.2. Banco do Brasil S.A. (BB)**

O Banco do Brasil S.A. (BB), constituído sob natureza de sociedade anônima aberta de economia mista, tem como acionista controlador a União. Após 2001, adotou a configuração de Banco Múltiplo.

Além da atuação competitiva e lucrativa no mercado financeiro, gerando resultados sustentáveis e desempenho compatível com as lideranças de mercado, o BB agrega a função de agente de desenvolvimento econômico e social. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, atua em diversas áreas contribuindo ativamente para o desenvolvimento do País.

O BB também apóia o agronegócio, as micro e pequenas empresas (MPE), o microcrédito produtivo orientado (MPO), bem como iniciativas relacionadas à ecoeficiência, desenvolvimento regional sustentável (DRS) e cultura, tanto por meio da execução de programas federais como pelo desenvolvimento de soluções que buscam simplificar as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia.

Com presença significativa em todos os Estados brasileiros, o Banco do Brasil concede crédito de forma responsável a pessoas físicas e jurídicas, bem como aos diferentes setores da economia. Além disso, o BB tem melhorado as condições de ofertas de crédito, ampliado a distribuição de produtos e serviços e tem promovido a melhoria de sua estrutura de atendimento, visando proporcionar mais facilidade e qualidade de vida à população em geral. Dessa forma, procura aumentar sua eficiência, rentabilidade e resultados sustentáveis, conciliando os interesses públicos e privados e gerando retorno crescente aos acionistas e ao País.

#### **Demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos**

O BB atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais que têm como principal finalidade a destinação de recursos de fontes diversas, a taxas

favorecidas, para operações de crédito a vários setores da economia, predominantemente o agronegócio.

Destacam-se como empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);
- Fundo da Marinha Mercante (FMM), incluindo Profota Pesqueira;
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) – Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT); Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); Banco da Terra; e Combate à Pobreza Rural/ Nossa Primeira Terra (CPR/NPT);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN).

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- saldo anterior: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2012;
- saldo atual: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2013;

• valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União para o fundo/programa em 2013;

• valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos (clientes BB) em 2013;

• encargos apropriados: total de juros e correção monetária devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2013. É a remuneração que o devedor pagará ao BB pelo capital que lhe foi emprestado (encargos financeiros);

• valores devidos: valores devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2013. Contempla os valores recebidos (pagos) e não recebidos (em atraso). Incluem: capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc;

• valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos (clientes BB) em 2013 (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc); e

• inadimplência: valores devidos e não recebidos pelo BB, ou seja, em atraso (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc) em 31/12/2013 (encargos de inadimplência). Para efeito de cálculo, considera-se o conceito de “vencimento antecipado”: quando ocorrer atraso no pagamento igual ou superior a 15 dias, toda a operação será considerada vencida antecipadamente.

**SALDO ANTERIOR POR REGIÃO – 31/12/2012**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	17.100,17	17.100,17
FUNCAFÉ	1,33	83,62	39,92	1.146,15	4,45	1.275,47
FMM	10,70	5,07	-	2.198,76	-	2.214,53
FDNE	-	-	-	-	-	-
FTRA	139,70	1.561,74	41,94	401,23	662,59	2.807,20
PRONAF – TN	345,30	816,67	332,85	437,54	294,41	2.226,77
<b>TOTAL</b>	<b>497,03</b>	<b>2.467,10</b>	<b>414,71</b>	<b>4.183,68</b>	<b>18.061,62</b>	<b>25.624,14</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas.

**SALDO ANTERIOR POR SETOR – 31/12/2012**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	11.020,76	2.505,04	1.290,85	2.283,52	17.100,17
FUNCAFÉ	1.275,47	-	-	-	1.275,47
FMM	-	-	5,07	2.209,46	2.214,53
FDNE	-	-	-	-	-
FTRA	2.807,20	-	-	-	2.807,20
PRONAF – TN	2.226,77	-	-	-	2.226,77
<b>TOTAL</b>	<b>17.330,20</b>	<b>2.505,04</b>	<b>1.295,92</b>	<b>4.492,98</b>	<b>25.624,14</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas.

**SALDO ATUAL POR REGIÃO – 31/12/2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	19.489,78	19.489,78
FUNCAFÉ	4,26	75,02	54,62	1.162,62	4,38	1.300,90
FMM	10,20	4,58	-	4.133,41	-	4.148,19
FDNE	-	-	387,00	-	-	387,00
FTRA	145,81	1.564,34	41,93	430,44	718,63	2.901,15
PRONAF – TN	339,78	745,27	347,37	507,18	311,14	2.250,74
<b>TOTAL</b>	<b>500,05</b>	<b>2.389,21</b>	<b>830,92</b>	<b>6.233,65</b>	<b>20.523,93</b>	<b>30.477,76</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	12.086,61	3.108,37	1.637,09	2.657,71	19.489,78
FUNCAFÉ	1.300,90	-	-	-	1.300,90
FMM	-	-	4,58	4.143,61	4.148,19
FDNE	-	-	-	387,00	387,00
FTRA	2.901,15	-	-	-	2.901,15
PRONAF – TN	2.250,74	-	-	-	2.250,74
<b>TOTAL</b>	<b>18.539,40</b>	<b>3.108,37</b>	<b>1.641,67</b>	<b>7.188,32</b>	<b>30.477,76</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES CONCEDIDOS POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	-	-	-	1.861,61	1.861,61
FUNCAFÉ	540,47	407,80	-	-	948,27
FMM	-	-	-	2.048,81	2.048,81
FDNE	-	-	-	387,00	387,00
FTRA	83,00	-	-	-	83,00
PRONAF – TN	145,00	-	-	-	145,00
<b>TOTAL</b>	<b>768,47</b>	<b>407,80</b>	<b>-</b>	<b>4.297,42</b>	<b>5.473,69</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo – jan/2014.

**VALORES APLICADOS POR REGIÃO EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	6.260,66	6.260,66
FUNCAFÉ	3,52	30,47	17,28	441,67	2,45	495,39
FMM	-	-	-	1.767,47	-	1.767,47
FDNE	-	-	387,00	-	-	387,00
FTRA	0,57	40,01	0,02	10,40	29,78	80,78
PRONAF – TN	6,01	40,61	26,13	94,40	0,39	167,54
<b>TOTAL</b>	<b>10,10</b>	<b>111,09</b>	<b>430,43</b>	<b>2.313,94</b>	<b>6.293,28</b>	<b>9.158,84</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES APLICADOS POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	3.132,94	970,18	613,19	1.544,35	6.260,66
FUNCAFÉ	495,39	-	-	-	495,39
FMM	-	-	-	1.767,47	1.767,47
FDNE	-	-	-	387,00	387,00
FTRA	80,78	-	-	-	80,78
PRONAF – TN	167,54	-	-	-	167,54
<b>TOTAL</b>	<b>3.876,65</b>	<b>970,18</b>	<b>613,19</b>	<b>3.698,82</b>	<b>9.158,84</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.253,85	1.253,85
FUNCAFÉ	0,11	7,80	3,36	80,64	0,35	92,26
FMM	0,93	0,40	-	787,45	-	788,78
FDNE	-	-	-	-	-	-
FTRA	6,73	72,72	1,72	27,82	39,39	148,38
PRONAF – TN	29,02	42,95	30,89	28,59	37,28	168,73
<b>TOTAL</b>	<b>36,79</b>	<b>123,87</b>	<b>35,97</b>	<b>924,50</b>	<b>1.330,87</b>	<b>2.452,00</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	682,64	236,43	106,75	228,03	1.253,85
FUNCAFÉ	92,26	-	-	-	92,26
FMM	-	-	0,40	788,38	788,78
FDNE	-	-	-	-	-
FTRA	148,38	-	-	-	148,38
PRONAF – TN	168,73	-	-	-	168,73
<b>TOTAL</b>	<b>1.092,01</b>	<b>236,43</b>	<b>107,15</b>	<b>1.016,41</b>	<b>2.452,00</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES DEVIDOS POR REGIÃO EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.208,50	4.208,50
FUNCAFÉ	0,79	50,05	12,48	717,71	3,02	784,05
FMM	0,80	0,46	-	200,00	-	201,26
FDNE	-	-	-	-	-	-
FTRA	25,31	175,30	9,02	71,51	113,61	394,75
PRONAF – TN	184,41	311,98	153,42	156,93	133,10	939,84
<b>TOTAL</b>	<b>211,31</b>	<b>537,79</b>	<b>174,92</b>	<b>1.146,15</b>	<b>4.458,23</b>	<b>6.528,40</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES DEVIDOS POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.365,11	404,08	258,56	1.180,75	4.208,50
FUNCAFÉ	784,05	-	-	-	784,05
FMM	-	-	0,46	200,80	201,26
FDNE	-	-	-	-	-
FTRA	394,75	-	-	-	394,75
PRONAF – TN	939,84	-	-	-	939,84
<b>TOTAL</b>	<b>4.483,75</b>	<b>404,08</b>	<b>259,02</b>	<b>1.381,55</b>	<b>6.528,40</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.839,16	4.839,16
FUNCAFÉ	0,70	40,19	4,11	474,05	2,72	521,77
FMM	1,43	0,82	-	275,49	-	277,74
FDNE	-	-	-	-	-	-
FTRA	0,75	83,35	1,09	6,05	9,01	100,25
PRONAF – TN	21,34	108,74	15,33	34,86	5,40	185,67
<b>TOTAL</b>	<b>24,22</b>	<b>233,10</b>	<b>20,53</b>	<b>790,45</b>	<b>4.856,29</b>	<b>5.924,59</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**VALORES RECEBIDOS POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.601,02	561,29	351,04	1.325,81	4.839,16
FUNCAFÉ	521,77	-	-	-	521,77
FMM	-	0,01	0,81	276,92	277,74
FDNE	-	-	-	-	-
FTRA	100,25	-	-	-	100,25
PRONAF – TN	185,67	-	-	-	185,67
<b>TOTAL</b>	<b>3.408,71</b>	<b>561,30</b>	<b>351,85</b>	<b>1.602,73</b>	<b>5.924,59</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.463,78	1.463,78
FUNCAFÉ	0,55	24,97	31,18	473,74	0,90	531,34
FMM	-	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-	-
FTRA	128,61	580,77	29,67	334,19	534,28	1.607,52
PRONAF – TN	273,93	390,10	265,78	247,22	301,08	1.478,11
<b>TOTAL</b>	<b>403,09</b>	<b>995,84</b>	<b>326,63</b>	<b>1.055,15</b>	<b>2.300,04</b>	<b>5.080,75</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**INADIMPLÊNCIA POR SETOR EM 2013**  
R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.020,85	318,58	32,45	91,90	1.463,78
FUNCAFÉ	531,34	-	-	-	531,34
FMM	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-
FTRA	1.607,52	-	-	-	1.607,52
PRONAF – TN	1.478,11	-	-	-	1.478,11
<b>TOTAL</b>	<b>4.637,82</b>	<b>318,58</b>	<b>32,45</b>	<b>91,90</b>	<b>5.080,75</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2014.

**Avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades do Banco do Brasil**

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal relativo aos recursos oriundos do orçamento fiscal, em especial o risco para o Tesouro Nacional nos empréstimos e financiamentos concedidos por meio do Banco do Brasil, observa-se a seguinte relação entre a inadimplência e o saldo atual:

**ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA**

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL
FCO	7,51%
FUNCAFÉ	40,84%
FTRA	55,41%
PRONAF – TN	65,67%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios / Diretoria Comercial – jan/2014.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**

Com a edição da Medida Provisória (MP) nº 2.196, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, a comissão

cobrada pela prestação da garantia do agente financeiro ficou reduzida a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na citada MP, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- a) operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- b) operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50,% BB);
- c) operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
- d) operações contratadas no Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária (PAPRA) – risco 100% Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (ProCera).

**SALDO ATUAL POR RISCO - R\$ milhões**

RISCO	VINCENDA	VENCIDA	TOTAL
RISCO FCO	631,35	687,36	1.318,71
RISCO BANCO DO BRASIL	7.031,57	11.023,85	18.055,42
RISCO COMPARTILHADO	1,26	15,90	17,16
RISCO INCRA/ PROCERA	58,40	23,24	81,64
<b>TOTAL</b>	<b>7.722,58</b>	<b>11.750,35</b>	<b>19.472,93</b>

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios/ Diretoria Comercial - jan/2014.

**Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)**

O valor contratado com recursos do Funcafé em 2013 foi 14,87% maior que o aplicado em 2012. O saldo registrou crescimento de 1,99% em 2013 em relação a 2012. A inadimplência verificada para o Funcafé é composta pelos saldos vencidos em operações com risco BB e risco União (Programa Funcafé Dação em Pagamento). As operações contratadas no Programa Funcafé Dação foram cedidas à União com amparo da Medida Provisória (MP) nº 2.196-3 (art. 3º). Excluindo as operações abrangidas por essa Medida Provisória, a inadimplência do Funcafé é de 1,37%, tendo R\$ 5,90 milhões vencidos sobre um saldo de R\$ 432,80 milhões.

**Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de natureza contábil, administrado pelo Ministério dos Transportes (MT) por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). Seus recursos são formados principalmente pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

O risco da operação é integralmente do Banco do Brasil, não imputando ao Tesouro Nacional (TN) nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito.

A linha de crédito Profrota Pesqueira foi descontinuada em 2009. As operações existentes encontram-se em situação "Normal", ou seja, não apresentam inadimplência.

**Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)**

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) é um fundo de natureza contábil, instituído pela Medida Provisória nº 2.156-5/2001 com a finalidade de promover o desenvolvimento regional por meio da realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) - região Nordeste e alguns Municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

É administrado pela Sudene, porém o risco da operação é integralmente do Banco do Brasil, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito.

**Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)**

Houve aumento de 3,35% do saldo em 2013, em relação a 2012. O índice de inadimplência foi de 55,41% em 2013 e de 55,34% em 2012, sendo que o risco de crédito é integralmente do Tesouro Nacional.

Foram publicadas, através de Medida Provisória, Decretos da Presidência da República e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), medidas de saneamento às dívidas dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Tratam-se da Medida Provisória (MP) nº 636/2013, de 26/12/2013, dos Decretos nº 8.177, 8.178 e 8.179, de 27/12/2013 e as Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299, ambas de 30/12/2013.

**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - TN)**

Houve aumento de 1,08% do saldo em 2013, em relação a 2012. O índice de inadimplência foi de 65,67% em 2013 e de 61,40% em 2012. Importante ressaltar que se trata de crédito estruturante direcionado à agricultura familiar.

**PARTICIPAÇÃO NO RISCO DE CRÉDITO**

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BANCO DO BRASIL	RISCO TESOURO NACIONAL
AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	19,00%	81,00%
REFORMA AGRÁRIA	0,00%	100,00%
REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0,00%	100,00%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios - jan/2014.

**Avaliação sobre as políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013 - Lei 12.708/2012**

As principais políticas de aplicação de recursos e iniciativas conduzidas pelo Banco do Brasil, por meio das linhas de crédito vinculadas aos fundos e programas contempladas nesta Prestação de Contas, com o objetivo de atender às prioridades estabelecidas nos Incisos II, III e VI do Art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013 - Lei 12.708/2012, são as seguintes:

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**

Desde a sua criação, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) tem sido um importante e eficiente meio a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste.

Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos para a implementação das ações de fomento às atividades

produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

As políticas de aplicação de recursos do FCO são definidas pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). No exercício de 2013 foram considerados prioritários os seguintes projetos: i) de apoio à agricultura familiar e empresários de menor porte; ii) com alto grau de geração de emprego e renda; iii) voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente; iv) que utilizem tecnologias inovadoras; v) do setor de turismo, especialmente nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência; e vi) que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos espaços prioritários segundo a PNDR.

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar

os programas/linhas de financiamento do FCO, dentre as quais destacamos os 67 seminários do FCO Itinerante realizados em 2013, sendo 16 no Distrito Federal, 19 nos Municípios goianos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), 24 no Mato Grosso e oito no Mato Grosso do Sul, com a participação do BB, Ministério da Integração Nacional (MI), Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDEs) e entidades de classes das Unidades Federativas, e que têm contribuído na divulgação do Fundo, bem como no incremento das aplicações nestes Municípios.

Além das prioridades, o Fundo estabelece metas para avaliar o desempenho dos programas. O quadro a seguir sintetiza as metas definidas pelo Condel/Sudeco e os resultados alcançados no exercício de 2013:

INDICADOR	META	RESULTADO
Índice de Aplicação (IA)	90,00%	111,86%
Índice de Cobertura de Contratação no Exercício (ICCE)	100,00%	99,57%
Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	20,00%	19,71%
Índice de Contratação por UF (ICUF)	Distrito Federal	15,00%
	Goiás	30,40%
	Mato Grosso	30,40%
	Mato Grosso do Sul	24,20%
Índice de Contratações por Setor (ICS)	Rural	41,95%
	Empresarial	58,05%
Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)	41,80%	51,58%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo - jan/2014.

IA = Valor Contratado Total / Valor Distribuído no Exercício.

ICCE = Municípios com Operações Contratadas / Municípios da Região Centro-Oeste.

ICNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários / Quantidade de Operações Contratadas Total.

ICUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas / Valor Contratado Total.

ICS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) / Valor Contratado Total

ICTM = Valor Contratado nos Municípios integrantes das microregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica / Valor Contratado Total.

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos do Fundo que o BB apresenta ao Ministério da Integração Nacional e à Sudeco, em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como os Cadernos de Informações Gerenciais, divulgados mensalmente.

#### Crédito no Agronegócio

O Banco do Brasil enseja sempre se manter na vanguarda do atendimento aos produtores rurais no País. Busca-se constantemente a especialização no atendimento, o lançamento de novos produtos e modalidades de financiamento para fazer frente às expansões de negócios nas cadeias produtivas, a criação de soluções e o aperfeiçoamento do atual portfólio. A ampliação dos volumes de crédito e da quantidade de produtores atendidos também

se apresenta como objetivos para que o BB fortaleça ainda mais sua determinação em atender e apoiar os produtores brasileiros.

Essas ações de aprimoramento e a disponibilização de novas linhas de crédito não beneficiam apenas os produtores rurais e o agronegócio brasileiro. Seus benefícios vão mais além. A concessão do crédito de forma tempestiva gera aumento de produção e oferta de alimentos, inclusive os integrantes da cesta básica. Além disso, a atratividade de taxas de juros para operações de investimento modernizam o campo e aumentam sua produtividade, dinamizando a cadeia produtiva com reflexos positivos na indústria.

O BB atua como agente financeiro em operações de crédito rural incentivadas pelo Governo e destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Para tanto, e visando complementar os recursos atendendo à demanda dos produtores rurais, suas cooperativas e empresas da cadeia

do agronegócio, o BB também disponibiliza financiamentos com outros recursos que não do orçamento fiscal, tais como da Poupança Rural, Depósitos à Vista, Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/ Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES/ Finame), entre outros.

#### Benefícios do Crédito para o Segmento Empresarial

O BB, por meio do apoio creditício ofertado aos empreendedores individuais, micro, pequenas, médias e grandes empresas, contribuiu para o fomento da atividade empresarial nos diversos setores da economia e reforça o seu papel como parceiro fundamental para o desenvolvimento sustentável do País.

Em 2013 o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) aplicou 54,80% dos seus recursos na atividade empresarial, sendo 33,70% destinados às micro e pequenas empresas (faturamento até R\$ 16 milhões) e 21,10% às médias e grandes empresas (faturamento acima de R\$ 16 milhões). Foi responsável, também, pela geração/manutenção de 174.739 empregos, assim distribuídos de acordo com a área de atuação:

EMPREGOS GERADOS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
DIRETOS	18.259	21.919	11.619	12.692	64.489
INDIRETOS	30.052	38.102	19.918	22.178	110.250
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>48.311</b>	<b>60.021</b>	<b>31.537</b>	<b>34.870</b>	<b>174.739</b>

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria Comercial.

Os projetos admitidos para financiamento por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) são destinados aos investimentos em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas.

Com isso essa linha de crédito contribui substancialmente para o desenvolvimento econômico-social da região, seja pela modernização da infraestrutura e serviços públicos, ou mesmo pelo fomento à atividade industrial e geração de empregos no parque de obras, o que reduz, por consequência, as desigualdades sociais inter e intrarregionais.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), ao financiar projetos de investimento do setor naval, contribui para modernização e competitividade dos portos brasileiros. Incrementa de forma considerável a oferta de empregos na região portuária e traz benefícios multirregionais, uma vez que as embarcações podem atuar em toda a costa brasileira e até de forma continental.

#### 1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, organizada sob a forma de sociedade de

economia mista, de capital aberto, e 98,63% de seu capital está sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza/CE, o Banco atua nos nove Estados da região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vales do São Francisco, Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 Municípios e 232 agências em sua rede de atendimento.

Em 2013 foram contratadas 4,3 milhões de operações destinadas aos setores rural, industrial, infraestrutura, comércio e serviços, correspondendo a R\$ 23,2 bilhões em financiamentos concedidos, representando, assim, um crescimento de 11,4% da quantidade de operações contratadas e 1,8% do montante financiado em relação ao ano de 2012.

Os empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foram concedidos para cerca de 557 mil operações e somaram R\$ 12,7 bilhões e, considerando que no ano anterior foram liberados R\$ 11,9 bilhões, representou incremento de 6,3%. A área rural recebeu R\$ 5,4 bilhões em empréstimos, equivalentes a 43% do valor total contratado pelo FNE, superando em 8,5% as contratações do ano anterior.

O saldo das operações de crédito em 31/12/2013 totalizou, sem a dedução de provisões, R\$ 51.526,1 milhões, representando um crescimento da ordem de 8,1% em relação ao saldo de R\$ 47.668,4 milhões em 31/12/2012.

O BNB, por meio de seus programas Crediamigo e Agroamigo, atende, respectivamente, o segmento de microfinanças nas áreas urbana e rural. Apoiando as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou 421.484 operações pelo Agroamigo, com crescimento de 12,4% em relação ao ano de 2012, importando em financiamentos de R\$ 1,25 bilhão, o que representa uma elevação de 36,8% em relação aos valores alcançados em 2012.

No que diz respeito ao Crediamigo, o banco contratou 3.413.430 operações em 2013 no valor de R\$ 5,7 bilhões, representando um crescimento de 33% em relação aos valores alcançados em 2012.

Em continuidade ao apoio na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas foram contratadas em 2013, 61.831 operações, totalizando R\$ 2,6 bilhões. Na agricultura familiar, o Banco, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aplicou R\$ 1,1 bilhão neste ano, representando um crescimento de 2,25% em relação ao ano anterior.

O Banco do Nordeste, na condição de principal agente financiador do setor produtivo na sua área de atuação, deu continuidade às ações que visam à melhoria dos indicadores socioeconômicos e à redução das disparidades regionais, assim como aos programas integrados que possibilitem alcançar esses objetivos. O apoio do Banco aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014 são exemplos dessas ações integradas.

### Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste integra a sua atuação creditícia de apoio às políticas federais de grande impacto na região Nordeste, consolidando, assim, a sua estratégia de ação desenvolvimentista.

O Banco coordena o processo de elaboração da Programação Anual do FNE, com participação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério da Integração Nacional (MI), entidades com as quais compartilha a gestão do FNE, formulando documento composto pelo plano de aplicação de recursos, pelos programas de financiamento e condições gerais para cada exercício.

Norteado pela Programação Anual do FNE, em 2013 o BNB apoiou produtores rurais, empreendedores individuais e empresas em todos os 1.990 Municípios da região Nordeste e do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

O setor rural, abrangendo agricultura e pecuária, foi o que mais recebeu financiamentos do FNE em 2013, no montante de R\$ 5,3 bilhões, o que equivale a 42% do total de recursos, tendo apresentado um crescimento de 9,5% em relação a 2012, seguido do setor de Comércio e Serviços. Destaca-se o crescimento dos financiamentos a empreendimentos turísticos, de 80,9% em relação a 2012, tendo sido realizados financiamentos da ordem de R\$ 650,6 milhões.

#### FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ MILHÕES)

Setor	2012	2013	% Var.
Rural (*)	4.861,5	5.324,1	9,5%
Agroindustrial	133,5	95,5	-28,5%
Industrial	3.640,9	2.866,1	-21,3%
Infraestrutura	307,5	112,4	-63,4%
Turismo	359,6	650,6	80,9%
Comércio/Serviços	2.667,2	3.678,8	37,9%
<b>TOTAL</b>	<b>11.970,2</b>	<b>12.727,5</b>	<b>6,3%</b>

Fonte: Banco do Nordeste.

(\*) Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Resolução BCB/CMN nº 4.147/2012 e Lei nº 12.716/2012, destinados exclusivamente à liquidação de operações anteriores, totalizando R\$ 12,8 milhões, no ano de 2012, e R\$ 116,6 milhões, no exercício de 2013.

Dentre os programas do FNE, destaca-se, em 2013, o Programa Emergencial para a Seca (FNE Seca), criado para o atendimento, em condições diferenciadas, das demandas de financiamento para manutenção ou recuperação de empreendimentos atingidos pela Seca. No exercício, foram realizadas 276.835 operações por meio do FNE Seca, no montante de R\$ 1,7 bilhão, sendo que, desde o início do Programa, em maio de 2012, foram atendidos cerca de 510 mil beneficiários, atingindo a marca de R\$ 3,45 bilhões em financiamentos no apoio a empreendimentos afetados pela Seca, em 1.484 municípios da região. Os valores contratados com recursos do FNE nos anos de 2012 e 2013, por região, estão registrados no quadro a seguir.

#### FNE 2013 - VALOR CONTRATADO POR REGIÃO R\$ milhões

Região	2012 (*)	2013 (*)	% Var.
Nordeste	11.205,6	11.897,0	6,2
Sudeste (corresponde à área de financiamento do FNE no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	764,6	830,5	8,6
<b>TOTAL</b>	<b>11.970,2</b>	<b>12.727,5</b>	<b>6,3</b>

Fonte: Banco do Nordeste.

(\*) Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Resolução BCB/CMN nº 4.147/2012 e Lei nº 12.716/2012, destinados exclusivamente à liquidação de operações anteriores, totalizando R\$ 12,8 milhões, no ano de 2012, e R\$ 116,6 milhões, no exercício de 2013.

Dentre outras ações de promoção do acesso ao crédito, foi realizada em 2013 a quarta edição do FNE Itinerante, com 100 eventos voltados para a informação e atendimento presencial com vistas à ampliação do apoio creditício a micro e pequenas empresas (MPEs) e micro empreendedores individuais (MEIs), com foco em cidades que não contam com agência do Banco do Nordeste e que tenham economia estagnada ou de baixa renda, localizadas, preferencialmente, no semiárido.

A iniciativa foi realizada em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e a Sudene, com parcerias locais com o

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Prefeituras Municipais, Câmara de Dirigentes Lojistas, Associações Comerciais, dentre outras entidades.

Em termos de contratações de financiamentos FNE por porte, foi cumprida a orientação de destinar, no mínimo, 51% dos recursos aos beneficiários de menor porte (mini, micro, pequeno e pequeno-médio), urbanos e rurais. Os financiamentos a empreendimentos de menor porte alcançaram R\$ 6,5 bilhões, com participação de 51,4% do total, superando o valor inicialmente previsto de R\$ 5,9 bilhões.

#### FNE 2013 - VALOR CONTRATADO POR PORTE R\$ milhões

Porte	Programado	[%]	Contratado (*)	[%]
Mini, Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	5.870,0	51,0	6.547,7	51,4
Médio e Grande	5.630,0	49,0	6.179,8	48,6
<b>TOTAL</b>	<b>11.500,0</b>	<b>100,0</b>	<b>12.727,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste.

(\*) Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Resolução BCB/CMN nº 4.147/2012 e Lei nº 12.716/2012, destinados exclusivamente à liquidação de operações anteriores, totalizando R\$ 12,8 milhões, no ano de 2012, e R\$ 116,6 milhões, no exercício de 2013.

#### Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudene, gestora do Fundo.

Tendo como foco o suporte à infraestrutura e aos serviços públicos, tanto quanto aos empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas, o FDNE concede tratamento diferenciado, conforme definição anual realizada pelo Conselho Deliberativo da Sudene, àqueles projetos inseridos nas prioridades setoriais e espaciais.

O BNB é o agente operador preferencial dos recursos do FDNE tendo, em 2013, contratado um total de 14 operações de financiamento para projetos privados do setor energético, contemplando empresas de energia eólica, no valor total de R\$ 777,2 milhões, localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

#### Negócios de Crédito

##### Microcrédito

O Banco do Nordeste continua expandindo sua atuação nesse importante segmento que cresce a cada dia no País. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Em 2013, o valor global dos financiamentos de microcrédito do Banco totalizou R\$ 7,0 bilhões, crescendo 33,9% em relação ao ano de 2012, conforme demonstrado no quadro a seguir.

#### MICROCRÉDITO NO BANCO DO NORDESTE R\$ milhões

Microcrédito	2012		2013		% Var	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Urbano (programa Crediamigo)	2.844.021	4.320,2	3.413.430	5.760,0	20,0	33,3
Rural (programa Agroamigo)	375.088	916,4	421.484	1.253,3	12,4	36,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.219.109</b>	<b>5.236,6</b>	<b>3.834.914</b>	<b>7.013,3</b>	<b>19,1</b>	<b>33,9</b>

Fonte: Banco do Nordeste.

### Microcrédito Urbano - Crediamigo

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos que, em sua maioria, possuem empreendimentos informais. O crédito concedido pelo Crediamigo proporciona o desenvolvimento de milhares de atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, movimentando a economia regional/nacional e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias brasileiras.

O BNB emprestou, por meio do Crediamigo, R\$ 5,7 bilhões, representando um crescimento de 33% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de empréstimos desembolsados cresceu 20%, sendo realizadas 3,4 milhões de operações em 2013. O Crediamigo possuía, ao final de 2013, 1,6 milhão de clientes com empréstimos ativos.

O Crediamigo faz parte do Programa Crescer do Governo Federal, que visa incentivar as atividades microempresariais por meio de crédito. Em 2013 foram realizadas 2,8 milhões de operações e liberados R\$ 3,3 bilhões no âmbito do Crescer. A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 12.929 desembolsos realizados por dia, o que significa um crescimento de 14,6% em relação a 2012, quando a média realizada foi de 11.285 desembolsos efetivados por dia. A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,85%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com o crescimento expressivo do volume de crédito.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo, bem como à oferta de produtos de seguro com preços acessíveis e direcionados às necessidades das famílias de baixa renda. Em relação às contas correntes, foram abertas 816.857 no decorrer do ano de 2013, sem cobrança de tarifa.

Além da inclusão creditícia e bancária, o Programa Crediamigo oferece a seus clientes orientação empresarial e ambiental para propiciar informação e melhorar o conhecimento do público atendido. A orientação contempla temas como planejamento, vendas, custos, controles, meio ambiente, uso consciente do crédito e associativismo.

Com base na acumulação de conhecimentos adquiridos, na troca de experiências com outras instituições, no sucesso do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste e no apoio recebido do Governo Federal e de organismos internacionais, o Crediamigo, por meio do Programa Crescer, foi incluído nas estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, que busca retirar da extrema pobreza mais de 16 milhões de brasileiros até 2015.

Em 2013, o Banco implantou uma série de melhorias que trouxeram avanços no atendimento aos clientes, tais como: i) ampliação das parcerias públicas e privadas; ii) diversificação de produtos; iii) ampliação da rede de pontos de atendimento; e iv) capacitação a clientes.

### Microcrédito Rural – Agroamigo

O Agroamigo, programa de microfinança do Banco do Nordeste lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

No ano de 2013, o Banco financiou, pelo Agroamigo, R\$ 1,25 bilhão, o que representa um crescimento de 36,8% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de financiamentos cresceu 12,4%, com a contratação de 421.484 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 1,67 bilhão com 733,4 mil clientes, dos quais 545.562 possuem conta corrente no Banco.

A metodologia utilizada no Agroamigo estende-se aos agricultores familiares enquadrados nos demais grupos do Pronaf, atuando em duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Pronaf e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, exceto dos Grupos A e A/C, em operações de até 15 mil.

As ações e projetos realizados em 2013 voltadas ao Agroamigo objetivaram a divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes, capacitação da equipe e a implantação de melhorias no processo operacional e qualificação do crédito.

### Agricultura Familiar

O Pronaf é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este segmento representa 92,7% dos estabelecimentos rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura.

O segmento da Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõe a carteira de Microfinança Rural (Agroamigo).

No ano de 2013, o Banco do Nordeste financiou para o segmento Agricultura Familiar R\$ 1,1 bilhão, o que representa um crescimento de 2,25% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de financiamentos cresceu 1,05%, com a contratação de 93.783 operações em 2013, atingindo uma carteira ativa de 671,5 mil clientes.

As ações/projetos realizados em 2013 voltados à Agricultura Familiar objetivaram melhorias na concessão do crédito e na renegociação de dívidas, atendimento aos clientes e nivelamento de conhecimentos da equipe.

### Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra, por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e

Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2013, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 379 operações, no montante de R\$ 11,9 milhões. Quanto ao SIC, foram contratadas 64 operações, no total de R\$ 14,2 milhões. No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 59 operações, totalizando R\$ 1,5 milhão.

#### **Mini e Pequenos Produtores Rurais (MPPR)**

A carteira ativa do segmento MPPR, na posição de 31/12/2013 é constituída por cerca de 130 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 5,9 bilhões. No ano de 2013, somente com recursos do FNE, foram contratadas 11.190 operações de crédito rural no valor total de R\$ 936,1 milhões, atingindo 116,3% da meta anual (R\$ 805,0 milhões).

As mudanças corporativas decorrentes do Projeto de Modernização do Banco, ocorridas no segundo semestre/2013, possibilitaram a criação de novos produtos e de novas estratégias de negócios, bem como a abertura de novas agências, refletindo positivamente nos resultados alcançados no segmento, dentre os quais destacamos: i) expansão da base de clientes, atingindo 208% da meta anual correspondente a uma carteira de 123.208 clientes; ii) expansão do relacionamento negocial atingindo cerca de 93% da meta anual; e iii) melhoria da Qualidade do Ativo, atingindo 99,13% da meta global.

#### **Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)**

O segmento de Micro e Pequena Empresa é composto por clientes que apresentam faturamento anual até R\$ 3,6 milhões. O Banco do Nordeste contratou, no ano de 2013, o montante de R\$ 2,6 bilhões com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos, sendo R\$ 2 bilhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo, e R\$ 598,9 milhões, em operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

A atuação do Banco para o segmento de micro e pequena empresa encontra-se referenciada em objetivos específicos do Planejamento Estratégico 2013-2016, que preveem a priorização das aplicações do FNE para os pequenos empreendedores e sua transformação no principal Banco das MPEs da região Nordeste.

Em 2013 foram atendidas 25.444 micro e pequenas empresas, com destaque para algumas ações que contribuíram para

os bons resultados obtidos no período: realização de campanha publicitária com ênfase no segmento MPE – “Pense Positivo – Pense Banco do Nordeste”; participação nas feiras de negócios promovidas pela Associação Brasileira de Franchising, quais sejam a ABF Franchising Expo 2013, em São Paulo/SP, e a ABF Franchising Expo Nordeste 2013, em Recife/PE; abertura de novas agências, ampliando a capilaridade do Banco do Nordeste com foco no segmento da micro e pequena empresa; aperfeiçoamento do processo de administração e concessão de créditos (credit scoring), proporcionando um atendimento mais célere ao segmento da micro e pequena empresa; e celebração de acordos de cooperação com entidades parceiras, como o Sebrae/Abase.

#### **Negócios Empresariais**

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento os produtores rurais com renda bruta anual superior a R\$ 3,6 milhões e as empresas com faturamento anual acima de R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200 milhões.

Resultado de gestões junto às agências, no que se refere a orientações empresariais e capacitação dos gerentes de negócios, o Banco alcançou resultados expressivos na sua atuação junto ao segmento Empresarial, quais sejam: i) saldo médio diário de Captação de Recursos no valor de R\$ 1,8 bilhão; ii) contratação de Crédito de Curto Prazo no valor de R\$ 1,5 bilhão; iii) contratação de operações no valor de R\$ 777,2 milhões com recursos do FDNE; e iv) contratação de operações de investimento com recursos do FNE, no valor de R\$ 2,6 bilhões.

#### **Negócios Corporate**

O segmento Corporate é composto pelos clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. Atualmente, referido segmento é composto por 561 clientes distribuídos pelas 13 plataformas corporate, uma em cada um dos Estados onde o Banco do Nordeste atua. Em 2013 foram contratadas, com clientes deste segmento, operações de longo prazo no montante de R\$ 4 bilhões, tendo o segmento apresentado um saldo médio diário de Captação de Recursos no valor de R\$ 3,4 bilhões.

#### **Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014**

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014. Durante o ano de 2013, em relação especificamente ao apoio financeiro à Copa do Mundo, o Banco do Nordeste contratou 28 operações, sendo 16 com recursos do Programa FNE - Proatur no montante de R\$ 276,1 milhões e 12 operações do FNE - MPE - Turismo no valor total de R\$ 20,9 milhões, totalizando R\$ 296,9 milhões, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com os órgãos de controle externo. O Banco acumula em

projetos de apoio financeiro à Copa do Mundo FIFA 2014 77 financiamentos, contemplando recursos do FNE de R\$ 1,28 bilhão, viabilizando investimentos totais de R\$ 2,58 bilhões.

Quanto ao PAC, verificou-se a contratação de 14 operações em 2013, demandando recursos do FDNE na cifra de R\$ 777,2 milhões. Desse modo, o Banco acumula 60 financiamentos contratados nos últimos cinco anos, envolvendo empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2, cujos recursos somaram R\$ 29,27 bilhões, destacando-se as fontes FNE, com R\$ 4,85 bilhões, e FDNE, com R\$ 4,0 bilhões, tendo sido viabilizados investimentos totais da ordem de R\$ 43,6 bilhões para os setores de energia e transportes.

#### Negócios com Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas "não dependentes", conforme legislação vigente. O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público os programas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

Em 2013, os negócios realizados pelo Banco com o Segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão de saldo devedor e R\$ 1,0 bilhão de saldo médio diário, com um total de 1.916 clientes.

#### Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de Títulos e Contas Garantidas, somaram R\$ 2,6 bilhões em 2013.

#### Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2013 atingiu o montante de R\$ 3 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio

pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação. Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

#### Negócios com Pessoas Físicas

No segmento Pessoa Física são atendidos prioritariamente as pessoas físicas vinculadas aos empreendimentos financiados pelo Banco.

A estratégia de atuação do BNB para o segmento Pessoa Física visa o atendimento a clientes sócios e funcionários de empresas, sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e outras pessoas físicas em geral.

Em 2013, a carteira ativa do segmento, foi constituída por cerca de 110 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 373,3 milhões. Com recursos da fonte Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (Proger) Investimento, foram contratadas 434 operações de crédito no valor total de R\$ 11,8 milhões, atingindo 116,9% da meta anual prevista de R\$ 10 milhões, financiando profissionais liberais e sócios de cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento do transporte urbano e de turismo.

#### Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

Constitui responsabilidade do Etene, elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planejar, formular, coordenar e avaliar políticas e programas, subsidiando a ação do Banco e da sociedade na busca do desenvolvimento sustentável do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

As realizações do Etene em 2013 estão discriminadas a seguir:

- realização de estudos sobre importantes e tradicionais atividades a exemplo do estudo sobre o Setor Sucroalcooleiro, e sobre o Algodão, bem como estudos de setores dinâmicos tais como os setores das indústrias Siderúrgica e de Papel e Celulose;
- elaboração de estudos sobre recentes fenômenos da economia nordestina que são os Shopping Centers em cidades médias, como também fenômenos decorrentes da ampliação da capacidade produtiva da região;
- publicações sobre conjuntura econômica; informes macroeconômicos, indústria e serviços;
- estudos estatísticos, com destaque para: Elaboração

de Mapas: IDH-M dos Municípios do Nordeste – 2012; Previsão de Investimentos Públicos no Nordeste em 2013; e, Nordeste do Brasil: Sinopse Estatística 2013.

Na qualificação de macroeconomia regional, foram publicados os estudos: Comércio Exterior: Região Nordeste e Estados 2013; a Região Nordeste nas Contas Regionais do Brasil 1995-2010; e, Execução Orçamentária e Responsabilidade Fiscal: Finanças Públicas da Região Nordeste 2002 a 2011.

Outros destaques da atuação do Etene foram os trabalhos: Cenário Macroeconômico para as Economias Internacional, Brasileira e do Nordeste 2013 a 2017; e a publicação da Revista Econômica do Nordeste (REN). Esta Revista é uma publicação periódica, editada pelo Banco, destinada à divulgação de trabalhos de cunho técnico-científico, resultantes de estudos e pesquisas que contribuam para a formação e qualificação dos recursos humanos do Nordeste e concorram para a constituição de base de informações sobre a Região.

Na temática Responsabilidade Social, destacam-se as ações: Implantação do Portal de Sustentabilidade; Lançamento dos editais: Fundo do Direito da Criança e do Adolescente – FIA (R\$ 863 mil), Esporte (R\$ 857 mil) e Fundo dos Direitos do Idoso (R\$ 800 mil).

#### Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

O Banco do Nordeste aplicou R\$ 2,9 milhões em 2013, contemplando 42 projetos, nos três fundos administrados de

apoio à pesquisa – o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

#### Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores adiante apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício de 2013.

Em 2013 representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seus tributos sobre o Lucro Líquido, sobre o Faturamento, cota patronal de INSS, tributos federais retidos de terceiros e distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se referem a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, os pagamentos realizados pelo Banco do Nordeste ao Tesouro Nacional totalizaram, aproximadamente, R\$ 1.360.375 mil no exercício de 2013.

Deste total, o valor de R\$ 1.132.542 mil representa receitas tributárias. O recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido e Faturamento totalizou R\$ 646.569 mil. O recolhimento de tributos federais retidos na fonte totalizou R\$ 294.931 mil. Cota patronal de INSS R\$ 191.042 mil. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 227.833 mil.

#### RECOLHIMENTOS REALIZADOS PARA O TESOIRO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2013 Valores em R\$ mil

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (*)
I) Tributos Federais Próprios	837.611
IRPJ - Imposto de Renda - Pessoas Jurídica	240.107
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	196.202
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	31.875
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	178.385
INSS - Cota Patronal	191.042
II) Tributos Federais Retidos de Terceiros	294.931
III) Juros sobre capital próprio e dividendos	227.833
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.360.375</b>

Fonte: Banco do Nordeste.

(\*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, dividendos, JCP e encargos).

Com relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2013**  
Valores em R\$ milhões

Saldo em 31/12/2012	Entradas (*)	Saídas (**)	Saldo em 31/12/2013
42.848,13	9.057,94	(4.263,45)	47.642,62

Fonte: Banco do Nordeste.

(\*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, remuneração das disponibilidades e recuperação de créditos baixados;

(\*\*) Principais saídas: taxa de administração, remuneração sobre Pronaf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei n°s 11.322 e 12.249).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

**MOVIMENTAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNE, NO EXERCÍCIO DE 2013**  
Valores em R\$ mil

Fundos/Programas	Saldo Dez/2012	Ingressos, Juros e Correção	Pagamentos (*)	Saldo Dez/2013
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	661.009	30.845	-171.614	520.240
FMM - Fundo da Marinha Mercante	98.703	11.988	-4.898	105.793
STN Prodecer	35.823	2.331	-18.738	19.416
STN Recoop	809	176	-287	698
STN - Inst. Híbrido de Capital e Dívida	1.202.392	146.201	-76.013	1.272.580

Fonte: Banco do Nordeste.

Recoop: Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.

Prodecer: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

(\*) Envolve principal e juros.

**1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental. Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem

implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina recursos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

**RESULTADOS DA ATUAÇÃO DO BNDES**

**CONTRATAÇÕES, LIBERAÇÕES E SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS DO BNDES EM 2013**

Contratações	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	78.239.473	175.697.098	433.548.499	383.142.993	145.575.029	1.216.203.093
indústria	549.152.441	2.282.095.108	23.560.831.172	1.528.434.400	63.416.645	27.983.929.766
comércio		361.964.662	386.857.262	129.701.840	51.220.088	929.743.851
outros serviços	3.192.196.428	11.718.391.560	23.887.495.514	6.774.617.547	6.713.231.791	52.285.932.840
indireto	5.756.163.566	11.747.612.149	55.609.189.198	36.672.185.075	12.295.576.399	122.080.726.387
<b>Total</b>	<b>9.575.751.909</b>	<b>26.285.760.577</b>	<b>103.877.921.645</b>	<b>45.488.081.853</b>	<b>19.269.019.952</b>	<b>204.496.535.937</b>

Liberações	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	63.437.992	263.172.240	179.292.118	70.238.335	28.941.924	605.082.609
indústria	494.242.985	4.190.444.687	12.110.726.548	2.151.738.933	1.862.013.402	20.809.166.555
comércio	15.625.691	224.704.918	401.161.436	83.717.909	38.534.134	763.744.088
outros serviços	6.075.864.078	9.722.006.842	23.601.295.935	5.670.136.729	7.123.324.503	52.192.628.087
indireto	7.102.630.442	11.256.851.845	50.750.408.457	35.092.604.867	11.845.918.167	116.048.413.778
<b>TOTAL</b>	<b>13.751.801.188</b>	<b>25.657.180.532</b>	<b>87.042.884.494</b>	<b>43.068.436.773</b>	<b>20.898.732.131</b>	<b>190.419.035.117</b>

Saldo a Liberar de Operações Contratadas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Inter-estadual	Brasil
agricultura	52.709.418	235.147.749	353.315.633	94.587.148	19.632.863	874.087.123	1.629.479.934
indústria	573.049.135	9.281.750.303	27.647.904.620	4.517.265.249	2.453.369.755	3.670.736.621	48.144.075.683
comércio	0	128.993.742	266.993.367	80.994.643	0	385.729.236	862.710.988
outros serviços	11.680.337.299	10.361.702.764	47.529.656.355	6.702.402.280	7.121.792.519	10.183.410.424	93.579.301.640
indireto	7.475.770.866	4.186.742.264	19.649.910.466	10.383.961.953	4.998.232.010	833.985.283	47.528.602.843
<b>TOTAL</b>	<b>19.781.866.717</b>	<b>24.194.336.822</b>	<b>95.447.780.441</b>	<b>21.779.211.273</b>	<b>14.593.027.147</b>	<b>15.947.948.688</b>	<b>191.744.171.088</b>

Fonte: BNDES.

Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (não constam, por exemplo, operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

#### SALDO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Saldo de Carteira 2012	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	4.796.831.626	257.606.987	1.687.522.658	68.310.086	510.654.054	607.895.339	7.928.820.750
indústria	3.638.438.020	23.093.251.507	70.804.095.614	7.694.448.825	9.012.298.539	21.871.410.061	135.807.764.318
comércio	218.922	47.034.315	1.031.373.855	68.408.732	30.776.521	2.697.375.400	3.875.187.746
outros serviços	26.157.254.171	27.832.329.094	71.120.378.919	14.525.872.044	9.572.416.146	37.145.467.709	186.353.718.084
indireto	21.933.853.033	24.231.392.470	95.347.298.741	72.893.196.958	22.371.536.303	2.381.264.564	239.158.542.069
<b>TOTAL</b>	<b>56.526.595.773</b>	<b>75.461.614.374</b>	<b>239.990.669.786</b>	<b>95.250.236.646</b>	<b>41.497.681.563</b>	<b>64.703.413.073</b>	<b>573.124.032.966</b>

Saldo de Carteira 2013	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	5.420.288.813	446.321.879	1.780.448.887	105.907.283	511.717.523	744.669.397	9.009.353.782
indústria	3.639.821.064	26.722.215.625	60.292.680.768	7.655.585.224	10.867.099.894	12.484.036.587	121.661.439.163
comércio	233.103	184.772.992	1.091.004.019	110.393.793	29.688.575	2.264.958.956	3.681.051.438
outros serviços	31.132.725.128	33.464.733.613	85.767.361.378	17.234.289.508	12.497.398.634	39.798.400.374	219.894.908.635
indireto	24.501.746.516	28.492.648.450	111.542.900.946	79.420.336.996	29.514.339.432	2.596.438.109	276.068.410.449
<b>TOTAL</b>	<b>64.694.814.623</b>	<b>89.310.692.559</b>	<b>260.474.395.999</b>	<b>104.526.512.804</b>	<b>53.420.244.059</b>	<b>57.888.503.423</b>	<b>630.315.163.467</b>

Varição de Carteira 2012/2013	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	623.457.186	188.714.891	92.926.229	37.597.197	1.063.470	136.774.058	1.080.533.032
indústria	1.383.044	3.628.964.118	-10.511.414.845	-38.863.601	1.854.801.356	-9.387.373.474	-14.146.325.155
comércio	14.181	137.738.677	59.630.164	41.985.061	-1.087.946	-432.416.444	-194.136.308
outros serviços	4.975.470.957	5.632.404.518	14.646.982.460	2.708.417.464	2.924.982.487	2.652.932.665	33.541.190.551
indireto	2.567.893.483	4.261.255.980	16.195.602.205	6.527.140.037	7.142.803.130	215.173.545	36.909.868.380
<b>TOTAL</b>	<b>8.168.218.850</b>	<b>13.849.078.185</b>	<b>20.483.726.212</b>	<b>9.276.276.158</b>	<b>11.922.562.496</b>	<b>-6.814.909.649</b>	<b>57.191.130.500</b>

Fonte: BNDES.

Fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (não constam, por exemplo, operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

#### FLUXOS FINANCEIROS DA CARTEIRA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

Amortização 2013	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	0	1.890.687	113.761.700	10.040.120	45.029.947	82.974.881	253.697.336
indústria	0	23.277.221	855.164.233	7.176.362	3.486.466	802.251.251	1.691.355.533
comércio	495.192.849	1.906.360.703	8.374.116.307	1.307.237.940	1.520.120.681	12.625.807.289	26.228.835.769
outros serviços	1.566.062.659	3.580.326.668	8.881.702.118	2.496.289.266	1.406.036.245	2.303.916.951	20.234.333.906
indireto	4.513.612.514	7.442.009.835	34.966.637.384	22.927.368.723	6.575.038.295	633.050.507	77.057.717.258
<b>TOTAL</b>	<b>6.574.868.022</b>	<b>12.953.865.114</b>	<b>51.810.307.037</b>	<b>26.736.753.083</b>	<b>9.549.711.634</b>	<b>16.448.000.879</b>	<b>125.465.939.801</b>

Juros 2013	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	14.656.602	8.335.340	26.645.829	4.462.940	10.360.838	43.769.764	108.231.313
indústria	0	2.810.239	477.580.912	4.210.318	489.547	197.355.000	682.446.016
comércio	115.068.187	1.482.080.888	10.126.368.386	362.540.374	562.282.780	1.279.533.443	13.927.874.058
outros serviços	844.164.932	1.418.143.284	3.791.160.779	788.828.423	625.136.272	2.145.798.400	9.613.232.090
indireto	531.804.241	895.817.655	4.015.981.264	2.725.989.786	928.592.378	100.672.216	9.198.857.540
<b>TOTAL</b>	<b>1.505.693.962</b>	<b>3.807.187.406</b>	<b>17.553.811.164</b>	<b>3.884.454.346</b>	<b>2.126.861.816</b>	<b>3.767.128.822</b>	<b>33.530.641.017</b>

Outros Eventos 2013*	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	não definido	Brasil
agricultura	58.482	71.775	70.779	15.711	29.823	9.478	256.049
indústria		3.062	73.601	12.782		212.715	302.160
comércio	253.897	3.634.872	30.707.422	1.034.249	8.484.174	2.839.932	46.954.546
outros serviços	91.173	2.295.627	19.936.223	450.453	246.592	1.893.627	24.913.696
indireto	285.425	427.460	1.914.506	1.642.021	1.042.794	61.467	5.373.673
<b>TOTAL</b>	<b>688.978</b>	<b>6.432.796</b>	<b>52.702.531</b>	<b>3.155.217</b>	<b>9.803.384</b>	<b>5.017.218</b>	<b>77.800.124</b>

\* multas, juros de mora etc.

Fonte: BNDES.

**Avaliação sobre as respectivas políticas de aplicação de recursos à luz das prioridades estabelecidas para o BNDES, nos incisos IV e V do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013, Lei 12.708/2012**

#### Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

Considerando-se o montante de recursos envolvidos, o crescimento do apoio do BNDES à micro, pequena e média empresa foi significativo no ano de 2013. Embora no conjunto dos desembolsos não se tenha ultrapassado a marca de 50% sobre a média dos três anos anteriores, 31% de crescimento nominal é uma taxa bastante expressiva. Em dois setores, Agropecuária e Comércio, a média superou a meta de 50%.

	Desembolso (R\$ milhões)				Crescimento (%)	
	2010	2011	2012	2013	média 3 anos	ano anterior
Agropecuária	7.542	7.594	9.217	15.026	85%	63%
Indústria	6.693	8.071	10.663	11.210	32%	5%
Comércio	4.540	6.579	10.093	11.990	70%	19%
Transportes	21.371	20.694	11.935	15.977	-11%	34%
Outros	5.433	6.723	8.214	9.340	38%	14%
BNDES	45.578	49.660	50.122	63.543	31%	27%

#### Ações que Impactam na Redução das Desigualdades de Gênero e Étnico-Raciais

As ações do BNDES que impactam na redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais não podem ser diretamente quantificadas, pois são componentes de processos mais complexos de apoio ao setor público ou de investimentos sociais associados a grandes projetos de investimento.

Quanto a este segundo item, o valor apoiado pelo BNDES na linha de Investimento Social de Empresas implicou num desembolso de R\$ 154 milhões em 2013.

#### Reestruturação Produtiva

O Programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza) apoia a revitalização das empresas brasileiras que atuam em setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional, priorizando a agregação de valor ao produto nacional, a adoção de métodos de produção mais eficientes, o fortalecimento da marca das empresas e a ampliação da inserção de bens e serviços brasileiros no mercado internacional.

Os desembolsos do programa alcançaram R\$ 1.403 milhões em 2013. As linhas de exportação atingiram R\$ 928 milhões, sendo R\$ 789 milhões no financiamento à exportação de bens de consumo e R\$ 139 milhões na fabricação de bens de capital. As operações do BNDES Revitaliza Investimento atingiram R\$ 475 milhões.

Foram apoiadas empresas de 14 Estados, com destaque para Santa Catarina (R\$ 361 milhões), São Paulo (R\$ 267 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 247 milhões), Paraná (138 R\$ milhões), Minas Gerais (127 R\$ milhões), Bahia (R\$ 123 milhões), com os demais desembolsos para o Nordeste alcançando R\$ 98 milhões.

#### Investimentos do setor de produção e distribuição de energia:

Os financiamentos do BNDES relacionados aos investimentos do setor de produção e distribuição de energia elétrica atingiram R\$ 17.585 milhões em 2013, dos quais R\$ 4.198 milhões pela linha de financiamento Energias Alternativas. As operações de financiamento a gasodutos alcançaram R\$ 375 milhões.

#### Agropecuária e Inclusão Social

O desembolso do BNDES por meio do Departamento de Economia Solidária da Área de Agropecuária e Inclusão Social (AGRIS/DESOL) alcançou R\$ 349 milhões em 2013, incluídas aqui as operações de apoio ao microcrédito.

#### Microcrédito

O desembolso do BNDES no seu programa de Microcrédito superou R\$ 159 milhões em 2013.

#### Desenvolvimento de Projetos de Produção e Distribuição de Gás Nacional e Biocombustíveis Nacionais

Os desembolsos do Departamento de Biocombustíveis da Área Industrial (AI/DEBIO) atingiram R\$ 3.103 milhões em 2013. Os desembolsos em projetos de produção e distribuição de gás alcançaram R\$ 415 milhões.

#### Financiamento para os Setores Têxtil, Moveleiro, Fruticultor e Coureiro-calçadista

Os desembolsos para esse conjunto de setores apresentou resultados bastante diversos. O setor Moveleiro e o de Fruticultura apresentaram crescimento significativo em relação à média dos três anos (embora abaixo dos 50%). Já o setor Têxtil e o Coureiro-Calçadista não mostraram o mesmo dinamismo.

Setor	Desembolso (R\$ milhões)				Crescimento (%)	
	2010	2011	2012	2013	média 3 anos	ano anterior
Têxtil	1.558	1.545	1.235	989	-32%	-20%
Moveleiro	456	670	1.028	929	29%	-10%
Coureiro-Calçadista	715	647	835	602	-18%	-28%
Fruticultura	355	269	363	438	33%	20%

#### Financiamento de Projetos e Empreendimentos voltados para a Cadeia Produtiva da Reciclagem de Resíduos Sólidos com Tecnologias Sustentáveis

Não há um programa específico para esta política, mas ela é atingida dentro de um conjunto de ações incluídas no financiamento ao saneamento. O único conjunto de ações que claramente pode ser inserido neste objetivo é o Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis, cujo desembolso em 2013 superou R\$ 553 mil reais.

#### Financiamento para o Desenvolvimento Tecnológico Nacional de Insumos e Equipamentos voltados à Área da Saúde

O desembolso do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos, que apoia toda a cadeia de fabricação de remédios, atingiu R\$ 487 milhões em 2013. O financiamento ao setor de equipamentos médicos atingiu R\$ 50 milhões em 2013.

### Promoção do Desenvolvimento da Infraestrutura e da Indústria, da Agricultura e da Agroindústria

As ações do BNDES de financiamento à Inovação totalizaram R\$ 5.215 milhões em 2013, dos quais R\$ 1.943 milhões por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Essas ações envolveram não só programas específicos, como o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (BNDES Prosoft) e o Programa BNDES de Apoio à Engenharia (BNDES Proengenharia); quanto a linhas tradicionais como investimentos via debêntures. Sob o prisma regional cabe destacar que dos R\$ 3.272 milhões (que não envolveram a Finep), R\$ 588 milhões foram para projetos no Nordeste, sendo Pernambuco, Bahia e Alagoas respectivamente o quarto, sétimo e oitavo maiores destinatários, todos com investimentos superiores a R\$ 100 milhões.

#### 1.10.5. Caixa Econômica Federal (Caixa)

A Caixa Econômica Federal (Caixa) obteve lucro líquido acumulado de R\$ 5,8 bilhões até novembro de 2013, crescimento de 10,1% em relação ao do mesmo período do ano anterior, gerando retorno anualizado de 24,6% sobre o patrimônio líquido médio. A Caixa permanece em sua vocação de atuar na promoção da cidadania. Por esse motivo, celebrou, em 2013, os 10 anos do Programa Bolsa Família. Como parceira estratégica do Governo Federal, repassou, nesses dez anos, mais de R\$ 114,7 bilhões aos beneficiários do programa. De janeiro a novembro de 2013, foram repassados em sua rede de atendimento R\$ 21,8 bilhões, beneficiando aproximadamente 145 milhões de pessoas.

#### Estratégia Empresarial

Após revisão do Plano Estratégico Caixa, a administração verificou a necessidade de desenvolver um novo Modelo de Gestão de forma a adequar a empresa e suas unidades para o alcance da sua visão de futuro, por meio de sete princípios: Sinergia público/comercial; Foco cliente; Responsabilização; Simplicidade; Integração; Eficiência; Escalabilidade. Para tanto, o Modelo de Gestão foi estruturado em cinco elementos: estrutura, governança, estratégia, processos e

cultura organizacional, que funcionam de maneira integrada para sustentar a sua implementação.

Para a execução da estratégia foram construídas aspirações para as Unidades de Negócios e Funcionais, que consistem em um conjunto de ações programáticas que refletem o escopo de atuação e a contribuição dessas unidades para alcançar a visão de futuro e contribuir com o resultado da Empresa.

As aspirações são a base para construção do Plano de Negócios da Caixa e o guia de elaboração das estratégias de atuação das áreas de Negócios, incluindo as ações táticas e metas de negócios para os próximos 03 anos.

#### Principais realizações

Em dezembro de 2013, a carteira de crédito ampliada da Instituição somava R\$ 494,2 bilhões, evolução de 36,8% em relação ao encerramento do ano anterior. Esse saldo representava 18,0% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional, ganho de 2,9 pontos percentuais em 12 meses.

O crédito comercial alcançou saldo de R\$ 171,8 bilhões, acréscimo de 41,4% em 12 meses. O segmento de pessoas físicas registrou R\$ 80,9 bilhões, alta de 45,7% quando comparado ao ano de 2012.

O saldo das operações destinadas às pessoas jurídicas totalizou R\$ 90,8 bilhões, destaque para segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE), que encerrou o ano com saldo de R\$ 58,9 bilhões, acréscimo de 58,2% em relação saldo de 2012.

O crédito imobiliário, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 31,4% em 12 meses, encerrando o ano com saldo de R\$ 270,4 bilhões, o que representava 68,5% do mercado.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura apresentou crescimento de 55,2%, somando R\$ 37,1 bilhões. Já as operações voltadas para o segmento de agronegócio apresentaram saldo de R\$ 2,0 milhões, valor dez vezes maior ao apresentado em 2012.

#### CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SALDO R\$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO		Var.% 2013/2012
	2012	Dez/2013	
Comercial	121.454	171.757	41,4
Pessoa Física	55.519	80.912	45,7
Pessoa Jurídica	65.935	90.846	37,8
Habitacional	205.789	270.392	31,4
Saneamento e infraestrutura	23.914	37.126	55,2
Financiamento rural e agroindustrial	158	1.997	1.168
Operações de crédito vinculadas à cessão	2.425	4.215	73,8
Outros créditos com característica de concessão de crédito	7.500	8.749	16,7
<b>TOTAL</b>	<b>361.240</b>	<b>494.237</b>	<b>36,8</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.

As contratações de operações de crédito pela Caixa no ano de 2013 totalizaram R\$ 406,3 bilhões, uma evolução de 30,4% sobre 2012. As contratações comerciais somaram R\$ 239,8 bilhões no acumulado até dezembro de 2013, com destaque para as operações com pessoas jurídicas que totalizaram R\$ 111,7 bilhões.

As operações imobiliárias, incluídos os subsídios, contrataram R\$ 134,9 bilhões. Destacaram-se as operações com recursos da poupança - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), no total de R\$ 61,6 bilhões e as linhas que utilizam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incluindo os subsídios, com R\$ 41,2 bilhões contratados.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desde seu lançamento em 2009 até setembro de 2013, a Caixa contratou R\$ 175,5 bilhões, beneficiando 6,1 milhões de pessoas com 1,5 milhões de unidades habitacionais entregues. Em 2013, a Caixa contratou R\$ 49,0 bilhões, totalizando 692,9 mil unidades habitacionais. Dessas, 48,8% foram destinadas aos beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo Programa (Faixa1).

O Crédito Rural Caixa, que completou um ano em setembro de 2013, destaca-se por ser um produto cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, a operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural. No ano de 2013 contratou R\$ 1,9 bilhões, atingindo saldo de R\$ 2,0 bilhões. A Caixa pretende aplicar mais de R\$ 2,5 bilhões no ano-safra 2013/2014.

Destacamos ainda, o produto Microcrédito Produtivo Orientado Crescer Caixa, linha de crédito destinada a empreendedores formais e informais, pessoas físicas ou jurídicas com faturamento de até R\$ 120 mil por ano. O Programa tem por objetivo atender às necessidades financeiras dos cidadãos que tocam um pequeno negócio.

A Caixa, no ano de 2013, concedeu R\$ 1,9 bilhão em empréstimos do Microcrédito, em âmbito nacional, cuja carteira envolve 757.460 contratos ativos, atingindo, assim, 103,76% da meta estabelecida pelo Governo Federal. Cerca de 648 mil empreendedores foram beneficiados em todo o País em 2013. Desse total 14,7% foram para os empreendedores formais e 85,3% para os informais.

#### CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONTRATAÇÃO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO		Var. % 2013/2012
	2012	Dez/2013	
Comercial	178.349	239.851	34,5
Pessoa Física	95.868	128.113	33,6
Pessoa Jurídica	82.480	111.737	35,5
Habitacional	106.736	134.945	26,4
Saneamento e infraestrutura	26.271	29.687	13,0
Crédito Rural	157	1.856	1079,3
<b>TOTAL</b>	<b>311.512</b>	<b>406.338</b>	<b>30,4</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal; Valores em R\$ milhões.

Com a conquista de novos clientes, a Instituição atingiu 25,5 milhões de contas correntes em 2013, um aumento de 13,0% em relação ao ano anterior. As contas destinadas à pessoa jurídica totalizaram 1,8 milhão e as voltadas para pessoas físicas somaram 23,5 milhões, incluindo a modalidade Conta Caixa Fácil.

Até o final do ano, a Caixa foi responsável pela inclusão de 1,4 milhão de brasileiros no sistema bancário por meio da Conta Caixa Fácil, modalidade que possui uma base de 10,4 milhões de contas ativas.

Em consequência desses números, a Caixa encerrou o ano com saldo de R\$ 361,0 bilhões em depósitos, um incremento de 13,2% e crescimento nominal de R\$ 42,0 bilhões em 12 meses.

As cadernetas de poupança se destacaram no ano com a abertura de 7,9 milhões de contas em 12 meses, totalizando 51,9 milhões ao final de 2013, evolução de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R\$ 209,6 bilhões no ano, incremento de 19,4% em comparação ao ano de 2012.

**CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS**  
R\$ milhões

DEPÓSITOS	2012	Dez/2013	Var. % 2013/2012
À vista	27.380	25.166	-8,1
Poupança	175.566	209.574	19,4
À prazo	96.535	113.802	17,9
CDB/RDB	59.010	69.473	17,7
Judiciais	37.525	44.329	18,1
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	9.266	10.155	9,6
Outros	10.294	2.359	-77,1
<b>TOTAL</b>	<b>319.041</b>	<b>361.055</b>	<b>13,2</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.

A Empresa administra fundos e programas, por delegação do Governo Federal, dos quais se destaca, com o maior patrimônio, o FGTS, criado em 13 de setembro de 1966 com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa.

**CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO – VALOR DOS ATIVOS**  
R\$ milhões

FUNDOS	2012	2013	Var. % 2013/2012
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	325.335	365.222	12,3
PIS – Programa de Integração Social	29.553	29.328	-0,8
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial	17.606	31.154	77,0
FCVS – Fundo de Compensações de Variações Salariais	9.484	9.973	5,2
FAS – Fundo de Apoio Social	28	27,9	-1,1
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social	1.492	1.520	1,9
FGS – Fundo Garantia Safra	66	105,7	61,2
<b>TOTAL</b>	<b>383.564</b>	<b>437.332</b>	<b>14,0</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.

A arrecadação total do FGTS até dezembro de 2013 foi de R\$ 94,4 bilhões e foram efetuados saques no valor de R\$ 73,8 bilhões por cerca de 37,3 milhões de trabalhadores.

**CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS**  
R\$ mil

FGTS	2012	Dez/2013
Arrecadação	83.033.514	94.415.141
Saques efetuados	63.512.625	73.793.628
Saldo das contas ativas	241.835.548	272.194.471
Saldo das contas inativas	848.877	928.024
Contas ativas (qtde)	112.615	122.637
Contas inativas (qtde)	4.954	5.107

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, de janeiro a dezembro, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 131,6 milhões de benefícios, correspondente a R\$ 105,5 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Programa de Integração Social (PIS) (quotas e rendimentos).

**CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR**  
Valores em R\$ milhões / Quantidade em mil

PROGRAMAS	2012		Dez/2013	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência Social	59.324	52.449	62.266	59.968
Seguro-Desemprego	34.871	27.109	37.208	31.677
PIS Rendimentos	12.993	607	12.748	536
PIS Quotas	530	638	533	653
Abono Salarial	17.367	10.673	18.873	12.675
<b>TOTAL</b>	<b>125.085</b>	<b>91.476</b>	<b>131.628</b>	<b>105.509</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R\$ 26,5 bilhões entre janeiro e dezembro de 2013, no total de 173,1 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 151,7 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 24,0 bilhões, aumento de 18,3% em relação ao total pago em 2012.

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**  
Valores em R\$ milhões; Quantidades em mil

PROGRAMAS	2012		Dez/2013	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Garantia Safra	3.798	553	8.529	1.294
Bolsa Família	149.345	20.273	151.653	23.977
Bolsa Atleta	20	54	21	98
De Volta Para Casa	49	16	50	18
Bolsa Formação	364	161	19	8
Chapéu de Palha	210	41	188	39
Pró Jovem Urbano	9	1	-	-
Mulheres da Paz	20	4	5	1
Protejo	22	2	11	1
Bolsa Carioca	1.088	85	1.129	91
Operação Reconstrução	126	19	13	2
Bolsa Verde	83	25	176	53
Fomento às Atividades Rurais	23	22	83	57
Renda Cidadã	465	41	634	56
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	3.703	296	10.251	830
Auxílio Emergencial do Ceará	223	30		
Chapéu de Palha Emergencial	216	15	194	14
PETI	205	8	151	6
<b>TOTAL</b>	<b>159.969</b>	<b>21.646</b>	<b>173.107</b>	<b>26.545</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.

**CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO**  
R\$ milhões

REGIÕES	2012	Dez/2013
Centro-Oeste	1.084	1.253
Nordeste	11.545	14771
Norte	2.620	3.186
Sudeste	4.910	5.740
Sul	1.487	1.595
<b>TOTAL</b>	<b>21.646</b>	<b>26.545</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal.

**Programas e Iniciativas – Participação no PPA 2012-2015**

A Caixa apresenta atualmente 21 iniciativas inseridas no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, sendo 7 orçamentárias e 14 de natureza orçamentária com financiamento de origem extraorçamentária.

**Iniciativas Orçamentárias**

Durante o exercício de 2013, a Caixa executou 07 iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R\$ 1,8 bilhões nesse período.

**CAIXA - INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO**  
Valores em R\$ milhões / Quantidades em unidades

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO	
	Quantidade	Valor
3252 – Instalação de pontos de atendimento bancários	502	455
4106 – Manutenção da infraestrutura de atendimento	N/A	441
3286 – Instalação de bens imóveis	1	24
4101 – Manutenção e adequação de bens imóveis	N/A	67
4102 – Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	N/A	40
111U – Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB-CAIXA (DF)	1	47
4103 – Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento nacional	N/A	680
<b>TOTAL</b>	<b>504</b>	<b>1.754</b>

Fonte: Ministério do Planejamento (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Sio)).  
N/A - Não se aplica.

A Iniciativa 111U – Instalação do Complexo Datacenter - Consórcio BB- Caixa (DF) encontra-se concluída, com o complexo instalado.

**Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentárias no PPA 2012-2015**

As Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentárias integram os seguintes programas: Turismo; Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional; Mobilidade Urbana e Trânsito; Moradia Digna e Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito. Em relação à participação da CAIXA nas referidas iniciativas apurou-se um total realizado de R\$ 46,9 bilhões das metas financeiras definidas para 2013. O quadro a seguir descreve as informações relativas a cada iniciativa, com o respectivo período de apuração.

## EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS ORÇAMENTÁRIAS COM FINANCIAMENTO EXTRA ORÇAMENTÁRIO

Programa	Iniciativa	Meta Física Quantidade	Meta Financeira	Realizado Quantidade	Realizado Financeiro	Período de apuração
2076 - Turismo	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país.	573.732	1.359	1.109.720	1.478	Até novembro
2049 - Moradia Digna Iniciativa	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.	Não se aplica	12.965	Não se aplica	33.043	Até dezembro
	Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.	Não se aplica	16.500	Não se aplica	8.175	Até dezembro
	Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.	Não se aplica	1.000	Não se aplica	187	Até novembro
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades-sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.	Não se aplica	553	Não se aplica	745	Até novembro
	Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	Não se aplica	2.000	Não se aplica	223	Até novembro
	Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.	Não se aplica	4.000	Não se aplica	241	Até novembro
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.	Meta não cadastrada no Siop				
	Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.	Não se aplica	146	2.360.432	675	Até novembro

Programa	Iniciativa	Meta Física Quantidade	Meta Financeira	Realizado Quantidade	Realizado Financeiro	Período de apuração
2071 - Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.	Não se aplica	107	1.147.698	145	Até dezembro
	Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BCB nº 3.211/2004 e 3.881/2010.	1.500.000	30	1.449.365	29	Até dezembro
	Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da CAIXA para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer	730.000	1.098	957.538	1.918	Até dezembro

Fonte: Caixa Econômica Federal; Valores em R\$ milhões. Siop (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento).

Com relação às Iniciativas do Programa 2048 – Mobilidade Urbana, em virtude da revisão da Matriz de Responsabilidades ao longo do exercício de 2012, sete empreendimentos foram desvinculados da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Após a última atualização da Matriz de Responsabilidades, restaram 44 empreendimentos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

#### Desempenho Econômico-Financeiro

Em dezembro de 2013, a Caixa administrava cerca de R\$ 1,6 trilhão em ativos, destacando-se R\$ 365,2 bilhões do FGTS e R\$ 306,3 bilhões em fundos de investimentos. Os ativos próprios somavam R\$ 855,0 bilhões e o patrimônio líquido era de R\$ 26,9 bilhões, expansões de 21,7% e de

7,6%, respectivamente, se comparadas ao ano anterior. O desempenho da Caixa em 2013 é reflexo da forte atuação da Empresa na oferta de crédito, na prestação de serviços bancários e na revisão dos processos internos.

O avanço das operações da Empresa resultou no aumento da participação da CAIXA no mercado. Ao final do exercício, as operações de crédito da Instituição representavam 18,0% do mercado.

Em relação às Cadernetas de Poupança, a CAIXA encerrou o ano com 35,0% de participação e para o crédito imobiliário manteve a liderança, com uma participação de 68,5% do mercado.

#### CAIXA - INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	2012	Nov/2013
Retorno sobre o ativo médio	1,0	0,8
Índice de Basiléia	13,0	15,7
Endividamento do setor público	29,0	23,5
Provisão sobre operações de crédito	5,6	4,8
Cobertura de despesas administrativas	64,6	57,8
Cobertura de despesa de pessoal	105,6	98,0
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	27,2	24,6
Índice de eficiência operacional	60,0	59,7

Fonte: Caixa Econômica Federal.

### 1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é um dos principais agentes públicos de fomento à ciência, tecnologia e inovação.

Os projetos apoiados por meio dos recursos geridos pela Finep tem possibilitado que empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas dinamizem o desenvolvimento econômico e social do País.

Em 2013, a Finep geriu recursos da ordem de R\$ 10 bilhões de reais, em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não reembolsável a instituições de pesquisa, investimento direto e em fundos, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual - PPA 2012-2015, pelo Plano Brasil Maior (PBM), pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e pelo Plano Inova Empresa.

#### Plano Inova Empresa

O Plano Inova Empresa configura-se como o mais importante programa já formulado para impulsionar a inovação no País, tanto pelo volume de recursos operados, que totaliza R\$ 32,9 bilhões, quanto pela forte articulação entre diversos entes governamentais, a integração dos instrumentos de fomento (crédito, subvenção e financiamento não-reembolsável), a descentralização do crédito e da subvenção para micro, pequenas e médias empresas e a focalização dos investimentos em áreas estratégicas.

O Plano, lançado em março de 2013, já apresentou uma demanda de R\$ 68,2 bilhões, envolvendo mais de 2,5 mil empresas e 200 instituições de pesquisa.

Até o presente momento, foram lançados os seguintes editais no âmbito do Inova Empresa:

- Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucrenergético e Sucrequímico (PAISS) destinados aos setores sucreenergética e sucrequímica;
- Inova Petro, que abrange a cadeia de petróleo e gás;
- Inova Saúde, para a área de fármacos e equipamentos médicos;
- Inova Aerodefesa, voltado para os setores aeroespacial;
- Inova Energia, voltado para as cadeias produtivas ligadas a redes elétricas inteligentes e transmissão em ultra-alta tensão, geração de energia por meio de fontes alternativas, e veículos híbridos e eficiência energética veicular;
- Inova Agro, que contempla toda a cadeia do agronegócio,
- Inova Sustentabilidade,

- Inova Telecom e TI Maior, para as áreas de Construção Sustentável, Tecnologia Assistiva e tecnologia da informação, Nanotecnologia, Processos Biotecnológicos, Parques Tecnológicos, respectivamente;

- Tecnova, voltado para a descentralização da subvenção e Inovacred, relativo à descentralização de crédito a médias e pequenas empresas.

#### Finep 30 dias

A maior eficiência e qualidade na alocação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País é prioridade para a Finep. Frente a isso, busca-se aperfeiçoar os processos internos e sistemas de informação, visando a racionalização das operações, a partir da construção de um célere processo para análise de projetos, denominado Finep 30 Dias.

Por meio da padronização e aperfeiçoamento dos processos de análise, o Finep 30 dias permite que, no prazo de até 30 dias, os clientes das operações reembolsáveis tenham conhecimento sobre a aprovação do financiamento e suas condições de contratação.

O modelo pressupõe a elaboração de *ratings* obtidos a partir de indicadores compostos de inovação, associados ao porte das empresas, à magnitude dos projetos, aos esforços empreendidos para inovar, aos resultados alcançados ou pretendidos com esses esforços, entre outros.

O Finep 30 dias consiste em uma importante evolução institucional, que contribui significativamente para uma melhor alocação dos recursos, uma maior transparência do processo de decisão dos agentes públicos, além de diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público.

#### Demonstrativos Financeiros

A Finep atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais com a finalidade de intensificar os investimentos em inovação no País, por meio de operações de crédito com condições de financiamento mais favoráveis, com taxas de juros menores, carência e prazos maiores, além de uma maior simplicidade operacional, essenciais para o aumento da produtividade e da competitividade do setor empresarial.

Em 2013, a Finep, enquanto Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operou recursos da ordem de R\$ 3,1 bilhões em ações não-reembolsáveis.

Os recursos disponíveis para operações reembolsáveis atingiram R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 1,26 bilhão proveniente do orçamento fiscal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel); R\$ 1,94 bilhão oriundo do Tesouro, por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e R\$ 887 milhões resultantes de retornos líquidos de amortizações.

**ENTRADA DE RECURSOS PARA APLICAÇÕES REEMBOLSÁVEIS**  
R\$ milhões

Fontes de Recursos	2011	2012	2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT 1 2	794,70	933,06	1.058,94
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT 1 3	63,00	-	-
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel 1	50,00	200,00	200,00
Programa de Sustentação do Investimento – PSI (Empréstimo)	999,95	1.056,83	1.943,17
Programa de Sustentação do Investimento – PSI (Agente Financeiro) 4	102,42	40,73	5,99
Finep Recursos Próprios 5	636,57	789,44	887,88
<b>TOTAL</b>	<b>2.646,63</b>	<b>3.020,06</b>	<b>4.095,98</b>

Fonte: Finep/ACOT.

(1) Orçamento fiscal.

(2) Ação de empréstimo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

(3) Depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

(4) Condições estabelecidas em Portaria do Ministério da Fazenda.

(5) Retorno líquido de amortizações.

Os ativos de crédito (recebíveis) de curto e longo prazo atingiram a marca de R\$ 6,9 bilhões, conforme quadro a seguir:

**ATIVOS DE CRÉDITO**  
R\$ milhões

PRAZO	VALOR
Curto	996,09
Longo	5.945,63
<b>TOTAL</b>	<b>6.941,73</b>

Fonte: Finep.

Em relação à distribuição geográfica dos ativos, houve aumento da concentração nas regiões Sudeste e Sul em 2013 em relação à 2012, reflexo, em grande medida, da baixa dispersão das atividades de inovação no País, como demonstra os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pintec/IBGE 2009-2011), que identificou que em 2011, 80,6% dos gastos das atividades inovadoras do País se concentram nessas duas regiões.

**VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR REGIÃO**  
R\$ milhões

REGIÃO	SALDO 2012	SALDO 2013	VARIAÇÃO
Norte	43,86	45,64	1,77
Nordeste	548,96	624,06	75,10
Centro-Oeste	15,12	25,63	10,51
Sudeste	2.580,89	3.782,02	1.201,13
Sul	2.119,95	2.464,38	344,43
<b>TOTAL</b>	<b>5.308,77</b>	<b>6.941,73</b>	<b>1.632,96</b>

Fonte: Finep.

No que diz respeito ao perfil da alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria respondeu por quase 74% da demanda atendida em 2013. Em segundo lugar se coloca o setor de serviços, com destaque para as atividades relacionadas a energia, serviços de engenharia, e tecnologia da informação.

**VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR SETOR<sup>1</sup>**  
R\$ milhões

SETOR	SALDO 2012	SALDO 2013	VARIAÇÃO
Comércio	61,67	111,35	49,68
Habituação	134,16	285,82	151,66
Indústria	3.446,00	5.117,45	1.671,45
Outros	1,67	2,38	0,71
Outros Serviços	1.278,67	1.138,96	-139,71
Rural	386,60	285,77	-100,83
<b>TOTAL</b>	<b>5.308,77</b>	<b>6.941,73</b>	<b>1.632,96</b>

Fonte: Finep.  
(1) Não inclui operações com agentes financeiros.

**Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito**

A qualidade da carteira de operações da Finep, no que tange a classificação de risco, é um ponto que merece destaque: 68% dos créditos a receber ao final de 2013 se referem a empresas classificadas como de baixo risco.

**ATIVOS DE CRÉDITO POR GRUPO DE RISCO<sup>1</sup>**

NÍVEL DE RISCO	% AO FINAL DE 2013
Baixo (AA, A e B)	68,0%
Médio (C e D)	23,7%
Elevado (E até H)	8,3%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: Finep. / (1) Não inclui operações dos programas Juro Zero, Inovacred, Contratos de Risco, AMPEG, MINC e Prodecine.

**Aplicação dos Recursos**

Em 2013, a Finep desembolsou R\$ 2,5 bilhões com as operações reembolsáveis. As empresas situadas nas regiões sul e sudeste receberam 93,7% deste total. Alguns estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, mais industrializados começam a ter uma maior participação.

Diversas iniciativas contribuem para o fomento nos Estados menos desenvolvidos, entre as quais se destacam o Prêmio Finep e os programas de descentralização da subvenção econômica e do crédito, Tecnova e Inovacred, respectivamente.

O Inovacred e o Tecnova são programas de descentralização das operações voltados ao atendimento das micro e pequenas empresas que buscam ampliar a capilaridade no atendimento dessas empresas e propiciar a ampliação do número de empresas que acessam os recursos federais de fomento à inovação. Somados, os programas envolvem recursos da ordem de R\$ 1 bilhão.

**APLICAÇÃO POR REGIÃO**  
R\$ milhões

REGIÃO	VALOR
Norte	11,63
Nordeste	135,71
Centro-Oeste	12,72
Sudeste	1.669,93
Sul	691,64
<b>TOTAL</b>	<b>2.521,63</b>

Fonte: Finep.

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica, indústria e serviços receberam cerca de 96% do valor total.

#### APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

R\$ milhões

SETOR	VALOR
Comércio	52,77
Habitação	63,31
Indústria	2.114,07
Outros	0,76
Outros Serviços	271,85
Rural	18,9
<b>TOTAL</b>	<b>2.521,66</b>

Fonte: Finep.

#### Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e com as condições favoráveis da economia brasileira. A taxa de cobrança em atraso na Finep corresponde a apenas 0,16% das cobranças emitidas. Trata-se de um resultado bastante positivo para operações de crédito destinadas ao desenvolvimento tecnológico. A inadimplência total acumulada corresponde a 1,47% do ativo realizável de operações de crédito, sendo que 0,85% estão provisionados em balanço, como operações de liquidação duvidosa.

#### BALANÇO 2013

ITEM	VALOR (R\$ milhões)	%
Ativo Realizável de Operações de Crédito	6.941,73	100%
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa de Curto e Longo Prazos	59,17	0,85%

Fonte: Finep.

#### Impacto Fiscal

O impacto fiscal das operações de crédito realizadas pelos bancos oficiais federais pode ser medido de diversas formas, especialmente se considerarmos como parâmetro o custo de oportunidade para o Tesouro Nacional, o qual deve ser medido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Neste documento, tomar-se-á como base o estabelecido no Art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, transcrito a seguir:

*Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.*

Nesse sentido, o impacto fiscal ocorrerá quando os custos de captação e de intermediação das operações de crédito não são repassados ao tomador.

No caso da Finep existem, atualmente, dois dispositivos de subvenção econômica que permitem a oferta de crédito com taxas de juros reduzidas. Estes dispositivos mitigam a perda de recursos relacionados ao custo de captação e da

intermediação financeira, ambos instituídos por Lei, quais sejam: a equalização da taxa de juros autorizada pela Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, cujas fontes de recursos foram posteriormente ampliadas com a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que regulamentou o FNDCT; e a equalização criada para Programa de Sustentação do Investimento (PSI), Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011.

#### RECURSOS RECEBIDOS PARA EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS

R\$ milhões

ITEM	2012	2013
FNDCT	210,05	179,78
PSI	14,27	41,26
<b>TOTAL</b>	<b>224,32</b>	<b>221,04</b>

Fonte: Finep.

A equalização com recursos do FNDCT depende de disponibilidade orçamentária do fundo (ação 2021.0741 da Lei Orçamentária Anual). A equalização da taxa de juros do PSI é realizada diretamente pelo Tesouro Nacional, conforme a Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, que institui o PSI, e regulamentações estabelecidas em Resoluções do Banco Central / Conselho Monetário Nacional e em Portarias do Ministro da Fazenda.



## PARTE II

### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## PARTE II – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### 2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2013

#### 2.1.1. Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

As atividades de programação financeira compreendem a descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras vinculadas, responsáveis pela execução dos programas de trabalho do Governo Federal.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições:

- zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- elaborar e executar a programação financeira da União;
- gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e
- editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira.

Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, a orientação e o acompanhamento das atividades relacionadas e respectiva execução.

A Lei Complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de

finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante:

- cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas;
- obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita;
- geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras;
- dívidas consolidada e mobiliária;
- operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e
- despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do Plano Plurianual (PPA), mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- Pessoal e encargos sociais;
- Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- Serviço da dívida pública federal; e
- Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013), foram definidos limites para a movimentação e empenho e para o pagamento das despesas dos grupos "outras despesas correntes", "investimento" e "inversões financeiras" dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2013 obedeceu ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com redação alterada pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

### 2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício

Nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Ao longo do exercício de 2013, o Decreto nº 7.995/2013 foi alterado pelos decretos a seguir relacionados:

- Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013;
- Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013;
- Decreto nº 8.111, de 30 de setembro de 2013;
- Decreto nº 8.143, de 22 de novembro de 2013.

As principais características do Decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.995/2013;
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 7.995/2013 foram detalhados pela Portaria MP nº 147 de 3 de maio de 2013;
- os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 7.995/2013 foram detalhados pela Portaria MF nº 295, de 3 de maio de 2013;

- as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 7.995/2013.

Ao longo do exercício de 2013, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão.

Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### 2.1.3. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin/STN) esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com a tabela a seguir, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2013, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R\$ 30.333,2 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R\$ 1.253.936,9 milhões e de liberações de R\$ 1.284.270,1 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil (BCB).

Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R\$ 11.400,5 milhões.

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL**  
R\$ milhões

Discriminação	2012	2013
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	1.123.911,2	1.253.936,9
A.1 - Recolhimento Bruto	806.456,5	903.247,5
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	(144,1)	(51,6)
A.3 - Outras Operações de Crédito	19.787,8	19.450,9
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	3.457,9	3.220,4
A.5 - Salário Educação - INSS	16.374,9	18.396,2
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	277.978,2	309.673,4
A.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	-	903.247,5
B. DESPESAS	(1.167.029,1)	(1.284.270,1)
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(190.083,3)	(199.305,3)
B.1.1 - FPM/FPE/PI - Est. Export.	(133.911,8)	(143.921,4)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(8.645,0)	(9.297,2)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.900,0)	(1.950,0)
B.1.4 - FUNDEB (complementação da União)	(10.372,1)	(9.955,1)
B.1.5 - Salário-Educação	(8.787,7)	(9.863,2)
B.1.6 - Compensações Financeiras	(22.613,5)	(23.441,1)
B.1.7 - CIDE-Combustíveis	(1.117,9)	(57,3)
B.1.8 - Demais	(735,3)	(819,9)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(204.828,0)	(221.081,0)
B.2.1 - Executivo	(165.674,8)	(179.546,9)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(39.153,2)	(41.534,1)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(83.480,6)	(95.265,0)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(1.003,9)	(688,0)
B.3.2. Dívida Externa	(6.195,2)	(5.531,8)
B.3.3 .DPMF - Mercado	(76.281,5)	(89.045,1)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(322.863,3)	(350.502,3)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(358.863,0)	(411.032,1)
B.5.1 .PIS/PASEP	(43.117,3)	(44.528,3)
B.5.2 .Demais	(315.745,7)	(366.503,8)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(6.910,8)	(7.084,4)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	(43.118,0)	(30.333,2)
D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6 )	24.027,8	49.344,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	457.274,5	396.939,9
E.1 - Emissão de Títulos - Mercado	431.999,0	374.830,4
E.2 - Outras Operações de Crédito	25.275,5	22.109,5
F. DESPESAS	(391.763,3)	(440.410,7)
F.1 - Amortização da Dívida	(391.763,3)	(440.410,7)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(2.777,5)	(2.890,2)
F.1.2 - Dívida Externa	(7.026,2)	(13.755,3)
F.1.3 - DPMF - Mercado	(381.959,5)	(423.765,3)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	50.039,5	(48.934,9)
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	161.710,5	62.403,5
FLUXO DE CAIXA TOTAL ( C )+(E)+(F)+(H)	184.103,8	(11.400,5)

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 7.995/2013, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I e II detalhados pela Portaria MF nº 295, de 3 de maio de 2013, e alterações. A próxima tabela apresenta os limites financeiros por órgão inicialmente fixados para o exercício de 2013. Na tabela seguinte, temos os limites financeiros finais do exercício de 2013, após alterações por decretos e portarias publicados no decorrer do exercício.

**LIMITES INICIAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO,  
SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA MF Nº 295/2013, QUE DETALHOU O DECRETO Nº 7.995/2013**  
R\$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Total
20000 Presidência da República	832.475	147.324	979.799
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.977.520	175.564	3.153.084
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6.269.726	755.149	7.024.875
25000 Ministério da Fazenda	3.901.948	1.214.732	5.116.680
26000 Ministério da Educação	35.521.502	1.471.395	36.992.897
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	515.968	738.319	1.254.287
30000 Ministério da Justiça	4.670.165	38.557	4.708.722
32000 Ministério de Minas e Energia	540.817	111.280	652.097
33000 Ministério da Previdência Social	2.173.131	168.698	2.341.829
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.038.226	3.261	1.041.487
36000 Ministério da Saúde	80.850.641	244.215	81.094.856
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.259.778	4.062	1.263.840
39000 Ministério dos Transportes	2.287.466	100.006	2.387.472
41000 Ministério das Comunicações	802.868	979	803.847
42000 Ministério da Cultura	1.616.737	28.486	1.645.223
44000 Ministério do Meio Ambiente	959.438	133.780	1.093.218
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.560.308	36.451	1.596.759
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.467.571	69.811	3.537.382
51000 Ministério do Esporte	2.425.171	13.214	2.438.385
52000 Ministério da Defesa	11.063.481	3.215.101	14.278.582
53000 Ministério da Integração Nacional	2.192.695	80.017	2.272.712
54000 Ministério do Turismo	2.660.839	26	2.660.865
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	27.769.286	5.961	27.775.247
56000 Ministério das Cidades	5.347.044	339.264	5.686.308
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	595.667	1.654	597.321
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5.095	-	5.095
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	77.739	1.411	79.150
62000 Secretaria de Aviação Civil	672.046	119.234	791.280
63000 Advocacia-Geral da União	292.830	-	292.830
64000 Secretaria de Direitos Humanos	320.950	-	320.950
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	183.107	-	183.107
66000 Controladoria-Geral da União	98.865	-	98.865
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	49.616	-	49.616
68000 Secretaria de Portos	222.588	4.298	226.886
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	53.687	678	54.365
71000 Encargos Financeiros da União	861.865	-	861.865
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	147.108	-	147.108
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	135.853	-	135.853
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	6.800	-	6.800
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>206.428.617</b>	<b>9.222.927</b>	<b>215.651.544</b>

Fontes de Recursos:

Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores. / Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

**LIMITES FINAIS DE PAGAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, POR ÓRGÃO,  
SEGUNDO OS ANEXOS DA PORTARIA DE DETALHAMENTO**  
R\$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Total
20000 Presidência da República	710.475	98.324	808.799
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.873.228	175.564	2.048.792
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.320.058	755.149	6.075.207
25000 Ministério da Fazenda	2.762.400	879.732	3.642.132
26000 Ministério da Educação	30.170.327	1.435.231	31.605.558
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	303.008	738.319	1.041.327
30000 Ministério da Justiça	3.291.878	38.557	3.330.435
32000 Ministério de Minas e Energia	379.952	146.280	526.232
33000 Ministério da Previdência Social	2.000.376	193.698	2.194.074
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.150.531	3.261	1.153.792
36000 Ministério da Saúde	74.191.395	254.215	74.445.610
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	880.983	4.062	885.045
39000 Ministério dos Transportes	906.619	96.762	1.003.381
41000 Ministério das Comunicações	678.048	979	679.027
42000 Ministério da Cultura	747.988	28.486	776.474
44000 Ministério do Meio Ambiente	661.364	143.780	805.144
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	954.510	34.468	988.978
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.212.157	69.811	2.281.968
51000 Ministério do Esporte	1.034.230	13.214	1.047.444
52000 Ministério da Defesa	9.168.111	3.018.701	12.186.812
53000 Ministério da Integração Nacional	706.226	80.017	786.243
54000 Ministério do Turismo	930.776	26	930.802
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	28.130.888	28.392	28.159.280
56000 Ministério das Cidades	1.069.602	324.610	1.394.212
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	219.228	1.654	220.882
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	3.886	-	3.886
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	60.423	1.511	61.934
62000 Secretaria de Aviação Civil	173.577	194.234	367.811
63000 Advocacia-Geral da União	334.723	-	334.723
64000 Secretaria de Direitos Humanos	179.005	12	179.017
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	60.192	-	60.192
66000 Controladoria-Geral da União	96.265	-	96.265
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	25.529	-	25.529
68000 Secretaria de Portos	121.253	4.298	125.551
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	6.000	6.500	12.500
71000 Encargos Financeiros da União	757.838	-	757.838
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	137.783	-	137.783
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	135.763	-	135.763
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	6.460	-	6.460
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>172.553.055</b>	<b>8.769.847</b>	<b>181.322.902</b>

Fontes de Recursos:

Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.  
Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

A tabela a seguir apresenta os valores iniciais e finais dos limites de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo. Os limites iniciais de movimentação e empenho correspondem aos valores definidos no Decreto nº 7.995/2013. Os limites finais foram definidos pela Portaria MP nº 5, de 9 de janeiro de 2014.

**LIMITES INICIAIS E FINAIS DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO FIXADOS PARA O PODER EXECUTIVO, POR ÓRGÃO**  
R\$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	979.799	886.497
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.153.084	2.671.050
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.124.075	6.747.315
25000 Ministério da Fazenda	5.116.680	4.099.925
26000 Ministério da Educação	40.145.697	38.419.224
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.254.287	1.010.009
30000 Ministério da Justiça	4.708.722	3.885.184
32000 Ministério de Minas e Energia	1.027.166	888.191
33000 Ministério da Previdência Social	2.341.829	2.040.246
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.041.487	1.085.901
36000 Ministério da Saúde	83.959.357	76.802.022
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.263.840	871.852
39000 Ministério dos Transportes	17.769.116	15.454.299
41000 Ministério das Comunicações	803.847	615.531
42000 Ministério da Cultura	2.475.723	1.427.516
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.093.218	881.466
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.598.759	990.364
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.837.382	4.717.342
51000 Ministério do Esporte	3.288.385	2.333.935
52000 Ministério da Defesa	18.484.448	17.281.553
53000 Ministério da Integração Nacional	8.064.608	5.553.992
54000 Ministério do Turismo	2.660.865	1.452.760
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	28.598.033	29.773.514
56000 Ministério das Cidades	24.467.560	21.633.294
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	597.321	265.669
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5.095	3.957
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	79.150	62.244
62000 Secretaria de Aviação Civil	2.578.222	2.395.817
63000 Advocacia-Geral da União	292.830	327.367
64000 Secretaria de Direitos Humanos	320.950	228.425
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	183.107	142.713
66000 Controladoria-Geral da União	98.865	95.824
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	49.616	29.893
68000 Secretaria de Portos	1.339.737	697.685
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	54.365	28.312
71000 Encargos Financeiros da União	941.865	1.465.623
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	147.108	138.305
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	135.853	272.234
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	6.800	6.800
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>272.088.849</b>	<b>247.683.850</b>

A próxima tabela apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2013. Na sequência, demonstra-se a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2013.

**DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INICIAIS E FINAIS DO PODER EXECUTIVO SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO,  
NO EXERCÍCIO DE 2013, POR ÓRGÃO'  
R\$ milhares**

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	979.799	1.021.794
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.153.084	3.619.336
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.124.075	7.912.875
25000 Ministério da Fazenda	5.116.680	5.349.567
26000 Ministério da Educação	40.145.697	45.317.626
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.308.651	1.309.172
30000 Ministério da Justiça	4.708.722	5.112.291
32000 Ministério de Minas e Energia	1.027.166	1.079.847
33000 Ministério da Previdência Social	2.341.829	2.476.199
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.041.487	1.225.477
36000 Ministério da Saúde	83.959.357	84.051.839
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.263.840	1.275.896
39000 Ministério dos Transportes	17.769.116	17.295.945
41000 Ministério das Comunicações	803.847	753.861
42000 Ministério da Cultura	2.475.723	2.235.930
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.093.218	1.161.861
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.598.759	1.625.731
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.837.382	5.682.544
51000 Ministério do Esporte	3.288.385	4.110.736
52000 Ministério da Defesa	18.484.448	19.542.271
53000 Ministério da Integração Nacional	8.064.608	7.184.202
54000 Ministério do Turismo	2.660.865	2.833.479
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	28.598.033	30.731.558
56000 Ministério das Cidades	24.467.560	25.284.078
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	597.321	598.635
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5.095	5.163
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	79.150	187.275
62000 Secretaria de Aviação Civil	2.578.222	2.579.103
63000 Advocacia-Geral da União	292.830	349.882
64000 Secretaria de Direitos Humanos	320.950	320.552
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	183.107	199.123
66000 Controladoria-Geral da União	98.865	100.910
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	49.616	49.677
68000 Secretaria de Portos	1.339.737	978.491
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	-	112.381
71000 Encargos Financeiros da União	941.865	1.453.999
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	147.108	140.357
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	135.853	272.234
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	6.800	6.800
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>272.088.849</b>	<b>285.548.694</b>

1 Incluir despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**BASE CONTINGENCIÁVEL DOS DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO DE 2013<sup>2</sup>**  
R\$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Base Inicial	Base Final
01000 Câmara dos Deputados	1.065.410	1.038.545
02000 Senado Federal	676.369	669.187
03000 Tribunal de Contas da União	275.687	264.200
10000 Supremo Tribunal Federal	222.200	219.410
11000 Superior Tribunal de Justiça	323.430	318.701
12000 Justiça Federal	1.793.042	1.749.803
13000 Justiça Militar da União	82.970	80.964
14000 Justiça Eleitoral	1.713.870	1.671.253
15000 Justiça do Trabalho	2.194.242	2.130.201
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	335.543	330.107
17000 Conselho Nacional de Justiça	190.835	172.615
34000 Ministério Público da União	1.264.638	1.212.033
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	43.037	42.204
<b>TOTAL</b>	<b>10.181.274</b>	<b>9.899.221</b>

As despesas executadas<sup>3</sup>, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2013, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas na tabela a seguir.

**DESPESAS EXECUTADAS, POR ÓRGÃO, SEGUNDO GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA<sup>4</sup>**  
R\$ milhares

Órgão Superior da UO	Pessoal	Juros e Amortização	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Total
10000 Supremo Tribunal Federal	310.098	-	155.635	17.699	483.432
11000 Superior Tribunal de Justiça	754.670	-	244.990	40.469	1.040.128
12000 Justiça Federal	6.302.863	-	1.502.478	232.511	8.037.852
13000 Justiça Militar	364.174	-	64.135	10.200	438.509
14000 Justiça Eleitoral	3.368.654	-	1.263.301	208.538	4.840.494
15000 Justiça do Trabalho	12.532.314	-	1.830.738	457.384	14.820.435
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.518.744	-	279.997	43.356	1.842.097
17000 Conselho Nacional de Justiça	30.307	-	58.690	59.601	148.598
20000 Presidência da República	4.627.533	481	1.846.872	2.985.712	9.460.598
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5.611.220	-	2.276.367	5.233.498	13.121.085
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.188.061	-	5.728.594	3.358.449	11.275.104
25000 Ministério da Fazenda	29.407.877	717.124.036	182.862.050	3.162.666	932.556.630
26000 Ministério da Educação	35.133.087	65	48.771.010	17.999.849	101.904.013
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	607.208	-	881.859	125.751	1.614.818
30000 Ministério da Justiça	7.264.075	-	2.318.663	1.677.076	11.259.814
32000 Ministério de Minas e Energia	999.520	19	29.769.594	131.636	30.900.770
33000 Ministério da Previdência Social	10.698.590	512	360.930.037	117.295	371.746.434
34000 Ministério Público da União	3.371.943	-	840.870	302.907	4.515.721
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.304.299	-	1.202.988	22.700	2.529.987
36000 Ministério da Saúde	16.171.679	7.931	71.433.085	5.099.717	92.712.411
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	2.628.129	-	47.372.427	16.954.303	66.954.859
39000 Ministério dos Transportes	3.730.535	-	1.495.069	17.546.905	22.772.509

<sup>2</sup> Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas da União.

<sup>3</sup> Representa o total de despesas orçamentárias executadas, ou seja, as despesas liquidadas e aquelas apenas empenhadas, mas consideradas executadas por terem sido inscritas em restos a pagar não-processados no encerramento do exercício.

<sup>4</sup> Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para estados e municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

Órgão Superior da UO	Pessoal	Juros e Amortização	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Total
41000 Ministério das Comunicações	1.322.133	-	313.833	524.925	2.160.891
42000 Ministério da Cultura	481.180	-	747.572	1.314.838	2.543.590
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.344.677	695	1.062.687	514.958	2.923.018
47000 Ministério do Planejamento	7.844.017	13.404	4.464.198	829.448	13.151.067
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	972.376	204	2.107.687	5.349.388	8.429.654
51000 Ministério do Esporte	27.713	-	756.262	1.678.378	2.462.353
52000 Ministério da Defesa	51.261.798	1.279.923	9.376.859	9.141.632	71.060.211
53000 Ministério da Integração Nacional	1.090.699	-	2.572.096	20.715.259	24.378.055
54000 Ministério do Turismo	67.010	87	300.801	1.831.537	2.199.434
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57.110	-	63.131.052	886.820	64.074.982
56000 Ministério das Cidades	601.139	17.126	4.592.057	16.878.070	22.088.391
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	34.860	-	178.628	89.512	303.000
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	31.350	-	27.667	3.610	62.627
01000 Câmara dos Deputados	3.781.899	-	824.909	88.657	4.695.464
02000 Senado Federal	2.892.476	484	471.192	22.116	3.386.268
03000 Tribunal de Contas da União	1.245.305	-	168.313	93.978	1.507.595
<b>TOTAL</b>	<b>221.981.324</b>	<b>718.444.969</b>	<b>854.225.261</b>	<b>135.751.344</b>	<b>1.930.402.899</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

## 2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### 2.2.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), cuja edição válida para o exercício de 2013 foi aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 13 de julho de 2012, conceitua a receita orçamentária como disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público.

De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária.

Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa nº 4, de 30 de

agosto de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A Receita Orçamentária arrecadada é classificada por meio de códigos de natureza de receitas.

Ainda segundo o Mcas, esses códigos visam identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público.

Assim, a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.

Para melhor compreensão de alguns aspectos deste texto, é interessante mencionar a estrutura do código de natureza de receita, código numérico de 8 dígitos, representando 6 níveis, da seguinte forma:

C	O	E	R	AA	SS
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Rubrica	Alínea	Subalínea

**Visão Geral**

A Receita Orçamentária é arrecadada pelo seu valor bruto, registrando-se separadamente os valores deduzidos e o valor arrecadado líquido. Dessa forma, a Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – alcançou o montante de R\$ 1.884.567 milhões, apresentando um decréscimo nominal de 3% em relação ao valor líquido arrecadado em 2012. É importante ressaltar que esse valor, conforme disposto na Lei nº 4.320/1964, contempla as operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública federal, como será evidenciado mais adiante. A arrecadação da receita ficou abaixo da previsão orçamentária atualizada, como se pode verificar na tabela a seguir, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE DEDUÇÕES – 2013**  
R\$ milhões

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (exceto operações de refinanciamento da dívida pública)	1.555.845	1.466.023	89.822
1 - Receitas Correntes	1.296.468	1.219.646	76.823
11 - Receita Tributária	418.840	376.042	42.798
12 - Receitas de Contribuições	658.606	642.689	15.918
13 - Receita Patrimonial	109.787	85.183	24.604
14 - Receita Agropecuária	24	26	(3)
15 - Receita Industrial	1.054	925	129
16 - Receita de Serviços	49.105	49.545	(440)
17 - Transferências Correntes	996	733	263
19 - Outras Receitas Correntes	58.056	64.502	(6.446)
2 - Receitas de Capital	241.126	219.682	21.444
21 - Operações de Crédito	127.267	90.451	36.816
22 - Alienação de Bens	10.183	2.288	7.895
23 - Amortização de Empréstimos	35.324	35.959	(635)
24 - Transferências de Capital	99	112	(12)
25 - Outras Receitas de Capital	68.253	90.872	(22.620)
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	18.251	23.938	(5.687)
71 - Receita Tributária	0	0	0
72 - Receitas de Contribuições	17.944	14.405	3.539
73 - Receita Patrimonial	3	21	(17)
75 - Receita Industrial	181	195	(14)
76 - Receita de Serviços	118	288	(170)
79 - Outras Receitas Correntes	4	9.030	(9.026)
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	2.757	(2.757)
81 - Operações de Crédito	-	2.757	(2.757)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (destinadas ao refinanciamento da dívida pública)	610.066	418.543	191.523
2 - Receitas de Capital	610.066	418.543	191.523
21 - Operações de Crédito	610.066	418.543	191.523
<b>TOTAL</b>	<b>2.165.911</b>	<b>1.884.567</b>	<b>281.344</b>

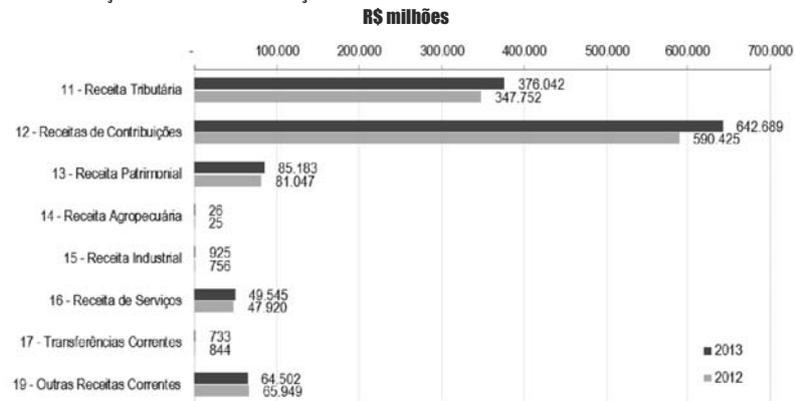
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Na tabela, também estão destacados os valores das Receitas Correntes e de Capital Intraorçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, estão destacadas das Receitas de Capital as receitas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R\$ 418.543 milhões. As tabela e figuras a seguir comparam a arrecadação orçamentária líquida dos exercícios de 2013 e 2012, detalhando e ilustrando as variações no nível de origem.

**DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

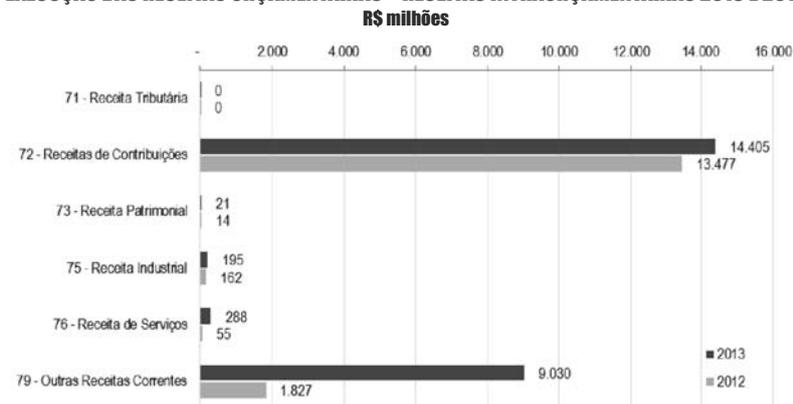
RECEITAS	2013	2012	% 2013 / 2012
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (exceto operações de refinanciamento da dívida pública)	1.466.023	1.572.553	-7%
1 - Receitas Correntes	1.219.646	1.134.717	7%
11 - Receita Tributária	376.042	347.752	8%
12 - Receitas de Contribuições	642.689	590.425	9%
13 - Receita Patrimonial	85.183	81.047	5%
14 - Receita Agropecuária	26	25	7%
15 - Receita Industrial	925	756	22%
16 - Receita de Serviços	49.545	47.920	3%
17 - Transferências Correntes	733	844	-13%
19 - Outras Receitas Correntes	64.502	65.949	-2%
2 - Receitas de Capital	219.682	419.906	-48%
21 - Operações de Crédito	90.451	174.699	-48%
22 - Alienação de Bens	2.288	14.218	-84%
23 - Amortização de Empréstimos	35.959	34.287	5%
24 - Transferências de Capital	112	220	-49%
25 - Outras Receitas de Capital	90.872	196.482	-54%
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	23.938	15.536	54%
71 - Receita Tributária	0	0	-66%
72 - Receitas de Contribuições	14.405	13.477	7%
73 - Receita Patrimonial	21	14	43%
75 - Receita Industrial	195	162	21%
76 - Receita de Serviços	288	55	423%
79 - Outras Receitas Correntes	9.030	1.827	394%
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	2.757	2.394	15%
81 - Operações de Crédito	2.757	2.384	16%
85 - Outras Receitas de Capital	-	10	-100%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (destinadas ao refinanciamento da dívida pública)	418.543	376.744	11%
2 - Receitas de Capital	418.543	376.744	11%
21 - Operações de Crédito	418.543	376.744	11%
<b>TOTAL</b>	<b>1.884.567</b>	<b>1.949.297</b>	<b>-3%</b>

Fonte: Siafi.

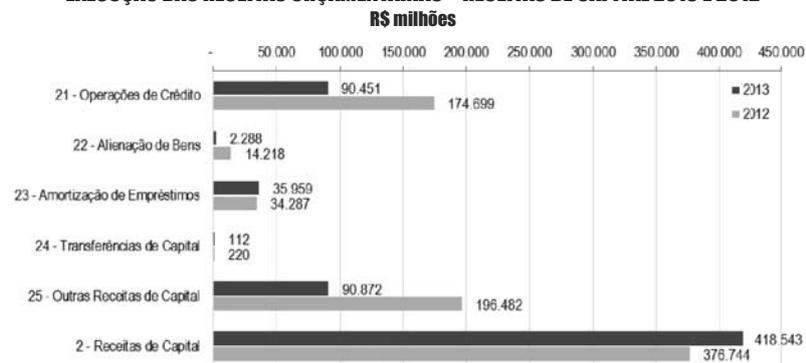
**EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS CORRENTES – 2013 E 2012**

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS 2013 E 2012**

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

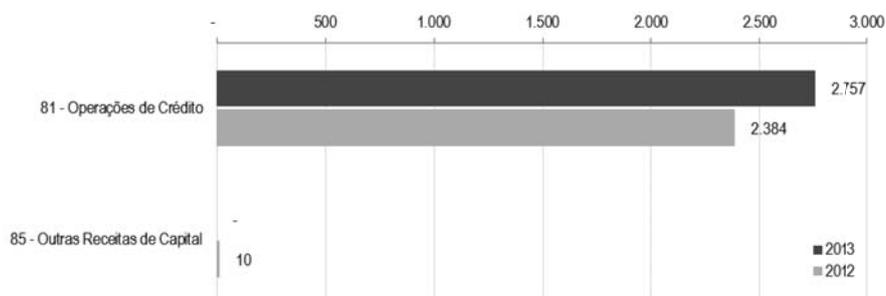
**EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2013 E 2012**

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

### EXECUÇÃO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2013 E 2012

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Novamente deve-se ressaltar que as Receitas Orçamentárias foram analisadas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R\$ 14.085 milhões. A próxima tabela discrimina as deduções da receita orçamentária.

### DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA – 2013

R\$ milhões

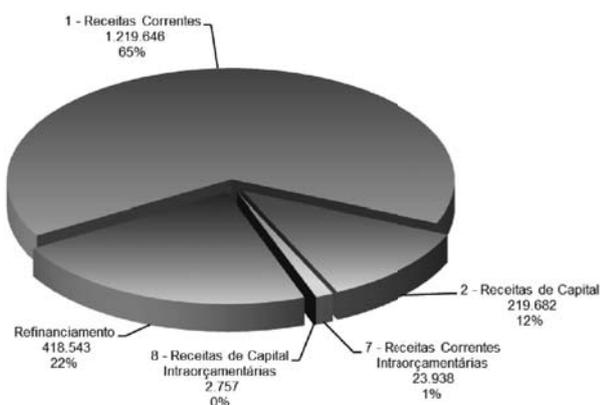
DEDUÇÃO	VALOR
Incentivos Fiscais	545
Restituições	25.697
Descontos Concedidos	146
Deduções da Receita de Vendas e Serviços	134
ICMS	3
Pasep	0
Cofins	1
Imposto sobre Serviços	1
Encargos sobre Arrecadação	129
Compensações	1.969
Deduções Receitas Diversas	1.962
Cofins sobre Outras Receitas	11
PIS/Pasep sobre Outras Receitas	2
Rendimentos negativos em aplicações	1.949
Retificações	(16.387)
Outras Deduções	20
<b>TOTAL</b>	<b>14.085</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

O gráfico seguinte ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intraorçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

### DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

#### Receita Corrente

A tabela a seguir demonstra a arrecadação comparativa nos exercícios de 2013 e 2012 das Receitas Correntes, evidenciando também a participação percentual de cada origem no total. O gráfico posterior ilustra essa informação.

### DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2013 E 2012

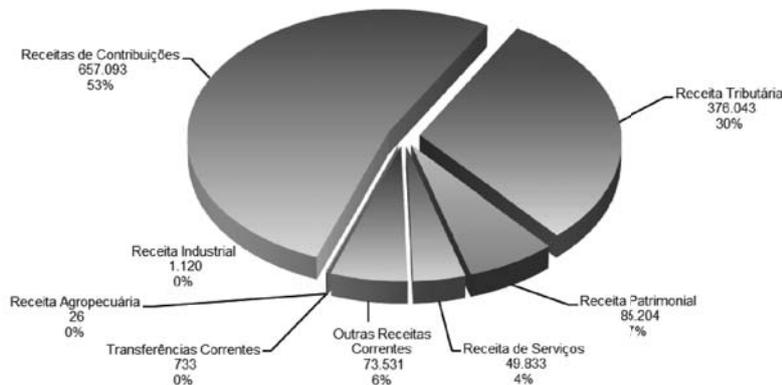
R\$ milhões

RECEITAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL	
	2013	2012	2013	2012
Receitas de Contribuições	657.093	603.902	52,8%	52,5%
Receita Tributária	376.043	347.752	30,2%	30,2%
Receita Patrimonial	85.204	81.061	6,9%	7,0%
Receita de Serviços	49.833	47.975	4,0%	4,2%
Outras Receitas Correntes	73.531	67.776	5,9%	5,9%
Receita Industrial	1.120	918	0,1%	0,1%
Transferências Correntes	733	844	0,1%	0,1%
Receita Agropecuária	26	25	0,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.243.584</b>	<b>1.150.253</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores Líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

A seguir analisam-se cada uma das origens que compõem a categoria econômica das receitas correntes.

**Receita Tributária**

A Receita Tributária – que, no conceito da Lei 4.320, de 1964, não inclui as contribuições – a despeito de essas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto, atingiu R\$ 376.043 milhões.

Como visto na tabela e na figura anteriores, a Receita Tributária representou 30% da arrecadação de Receitas Correntes no exercício de 2013. Um resumo da arrecadação líquida das receitas tributárias de 2013 e 2012 é apresentado na tabela a seguir.

**ARRECAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA POR ESPÉCIE E RUBRICA – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

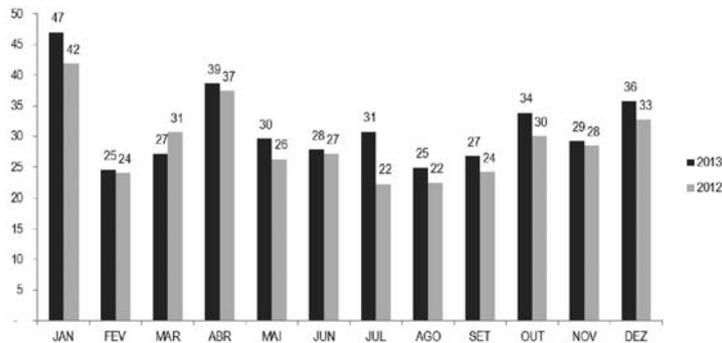
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
Impostos	369.195	340.901	98,2%	98,0%	8,3%
Impostos sobre o Comércio Exterior	72.119	73.565	19,2%	21,2%	-2,0%
Impostos sobre o Patrimônio e Renda	36.709	31.085	9,8%	8,9%	18,1%
Impostos sobre a Produção e Circulação	260.367	236.251	69,2%	67,9%	10,2%
Taxas	6.848	6.851	1,8%	2,0%	0,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.567	1.441	0,4%	0,4%	8,7%
Taxas pelo Prestação de Serviços	5.281	5.410	1,4%	1,6%	-2,4%
<b>TOTAL</b>	<b>376.043</b>	<b>347.752</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,1%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores Líquidos.  
Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

A próxima figura ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas tributárias em 2013 e 2012.

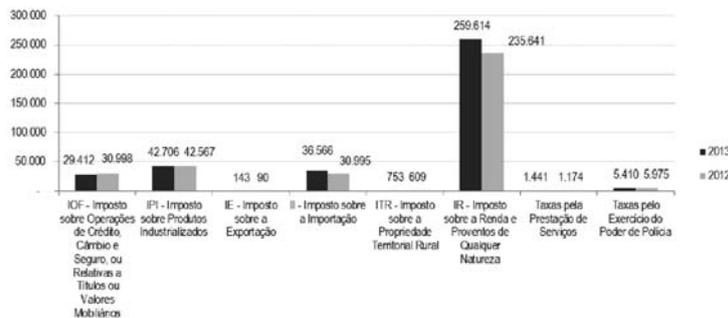
Observa-se que, do total da Receita Tributária, 98% correspondem a impostos e apenas 2% a taxas. O gráfico seguinte compara os valores arrecadados referentes a cada um dos impostos e tipos de taxas em 2013 e 2012.

**ARRECAÇÃO LÍQUIDA MENSAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2013 E 2012**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**RECEITA TRIBUTÁRIA POR IMPOSTO E TIPO DE TAXAS – 2013 E 2012**  
R\$ milhões



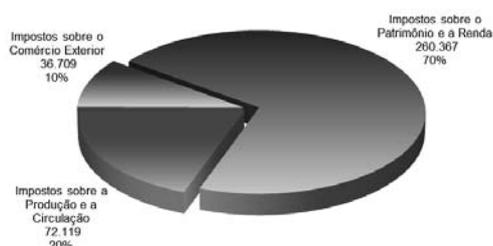
Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**Impostos**

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2013 somaram R\$ 369.165 milhões, correspondendo a 98% da Receita Líquida Tributária, demonstrando um acréscimo nominal de 8,3% em relação ao ano anterior. O gráfico a seguir demonstra a participação de cada rubrica na composição da arrecadação de impostos. A tabela apresenta essas informações de forma mais detalhada, além de trazer os respectivos valores do exercício de 2012.

### ARRECAÇÃO LÍQUIDA DE IMPOSTOS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

### IMPOSTOS – UNIÃO – 2013 E 2012

R\$ milhões

IMPOSTOS	VALOR		% DO TOTAL	
	2013	2012	2013	2012
Impostos sobre a Produção e a Circulação	72.119	73.565	19,5%	21,6%
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	29.412	30.998	8,0%	9,1%
Imposto sobre as Demais Operações	29.379	30.859	8,0%	9,1%
Imposto sobre Comercialização do Ouro	11	11	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	22	128	0,0%	0,0%
Imposto sobre Produtos Industrializados	42.706	42.567	11,6%	12,5%
Imposto sobre os Produtos Industrializados do Fumo	5.099	4.079	1,4%	1,2%
Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Federal e Nacional	420	378	0,1%	0,1%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Automóveis	3.777	4.380	1,0%	1,3%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas	3.438	3.217	0,9%	0,9%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Importação	14.624	15.930	4,0%	4,7%
Outros Produtos	15.055	13.429	4,1%	3,9%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Produtos Industrializados	294	1.154	0,1%	0,3%
Impostos sobre o Comércio Exterior	36.709	31.085	9,9%	9,1%
Imposto sobre a Exportação	143	90	0,0%	0,0%
Imposto sobre a Importação	36.566	30.995	9,9%	9,1%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	260.367	236.251	70,5%	69,3%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	753	609	0,2%	0,2%
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	259.614	235.641	70,3%	69,1%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Federal e Nacional	2.531	2.136	0,7%	0,6%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	36.749	33.297	10,0%	9,8%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	67.480	64.513	18,3%	18,9%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	7.713	7.542	2,1%	2,2%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior	18.539	15.202	5,0%	4,5%
Pessoa Jurídica – Líquida de Incentivos	101.902	86.562	27,6%	25,4%
Pessoas Físicas	23.653	22.259	6,4%	6,5%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas	124	6	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas	817	3.487	0,2%	1,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	106	636	0,0%	0,2%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>369.195</b>	<b>340.901</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

A arrecadação do Imposto de Renda ficou 10,2 % superior em relação a 2012, com destaque para o IR sobre Pessoa Jurídica – Líquida de incentivos, que cresceu 17,7%. Observa-se, mais uma vez, a grande importância desse imposto para o financiamento dos gastos federais, uma vez que sua arrecadação representou 70,5% das Receitas de Impostos e 20,8% de todas as Receitas Correntes da União em 2013.

### Taxas

As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

A arrecadação das taxas apresentou estabilidade em relação aos valores de 2012, tendo apresentado um montante arrecadado nessa origem de R\$ 6.848 milhões, muito próximo dos 6.851 milhões arrecadados em 2012. A arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações correspondeu a 42 % de toda a arrecadação de taxas, e, por essa razão, essa rubrica encontra-se destacada no próximo gráfico.



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

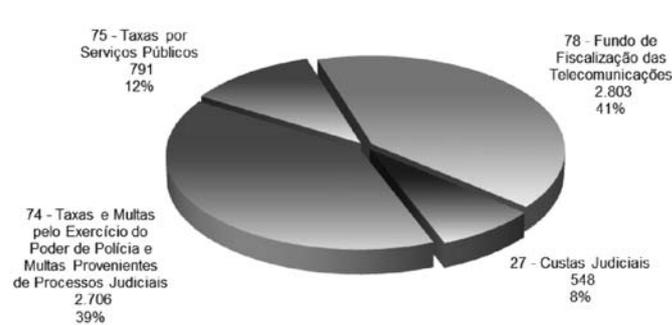
### Destinação das Receitas Tributárias

Os gráficos seguintes demonstram a destinação dos recursos arrecadados a título de Receitas Tributárias. Na primeira, em especial, observa-se que, apesar de ser vedada a vinculação das receitas de impostos a despesas específicas, as várias exceções estabelecidas na legislação vinculam aproximadamente a metade de todos os recursos oriundos da arrecadação de impostos. Esses recursos são destinados em sua maior parte a transferências obrigatórias para outras unidades da federação e a despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

### DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – TAXAS – 2013



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Ainda no que diz respeito às destinações da receita tributária, é importante destacar que essa origem de receitas é responsável por 67,3% dos recursos ordinários, recursos não vinculados à disposição da Administração.

#### Receita de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições líquidas respondeu pelo ingresso de R\$ 657.093 milhões (incluindo as receitas intraorçamentárias), equivalendo a 52,8% das Receitas Correntes e 44,8% de todas as receitas arrecadadas pela União em 2013, excetuando-se as operações de crédito para refinanciamento da dívida pública. Assim, essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União, e sua arrecadação apresentou crescimento de 8,8% em relação ao exercício anterior, como evidenciado na tabela seguinte.

### ARRECAÇÃO LÍQUIDA DE CONTRIBUIÇÕES POR ESPÉCIE – 2013

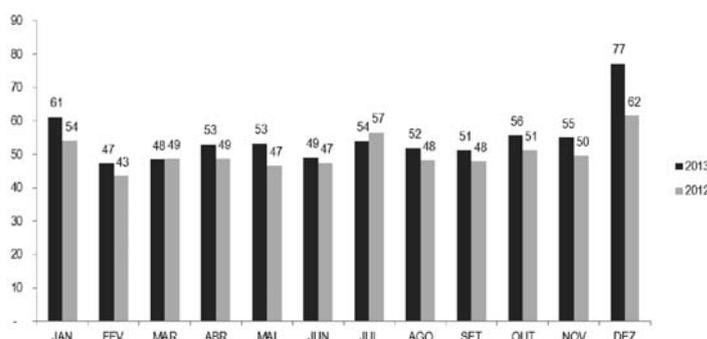
R\$ milhões

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% DO TOTAL		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
121 - Contribuições Sociais	632.494	578.861	96,3%	95,9%	9,3%
122 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	10.195	11.564	1,6%	1,9%	-11,8%
721 - Contribuições Sociais	14.405	13.477	2,2%	2,2%	6,9%
722 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0	0	0,0%	0,0%	-3,8%
<b>TOTAL</b>	<b>657.093</b>	<b>603.902</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

### ARRECAÇÃO MENSAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – 2013 E 2012

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

As Receitas de Contribuições estruturam-se em duas grandes espécies: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir. A tabela também evidencia as receitas intraorçamentárias com Contribuições Sociais, em que se inserem os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. As discriminações da Receita de Contribuições podem ser verificadas na tabela a seguir.

### RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2013

R\$ milhões

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% TOTAL		
	2013	2012	2013	2012	2013/ 2012
Contribuições Sociais	632.494	578.861	96,3%	95,9%	9,3%
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	2.171	2.001	0,3%	0,3%	8,5%
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	128	123	0,0%	0,0%	4,0%
Contribuição para o Ensino Aeroviário	149	112	0,0%	0,0%	33,1%
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	20	21	0,0%	0,0%	-2,0%
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	3.559	2.388	0,5%	0,4%	49,0%
Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	5	1	0,0%	0,0%	897,2%
Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	0	-	0,0%	0,0%	-
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	70	391	0,0%	0,1%	-82,1%
Contribuição sobre Jogos de Bingo	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	(268)	(262)	0,0%	0,0%	2,4%
Contribuição Social do Salário-Educação	16.561	14.775	2,5%	2,4%	12,1%
Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	193.125	174.626	29,4%	28,9%	10,6%
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	59.776	55.608	9,1%	9,2%	7,5%
Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	49.725	46.352	7,6%	7,7%	7,3%
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	10.169	9.501	1,5%	1,6%	7,0%
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	291.361	267.782	44,3%	44,3%	8,8%
Contribuições Rurais	1.355	1.203	0,2%	0,2%	12,7%
Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	4.055	3.763	0,6%	0,6%	7,7%
Cota-Parte da Contribuição Sindical	533	476	0,1%	0,1%	12,1%
Outras Contribuições Sociais	1	0	0,0%	0,0%	275,2%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	10.195	11.564	1,6%	1,9%	-11,8%

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% TOTAL		
	2013	2012	2013	2012	2013/ 2012
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	-	907	0,0%	0,2%	-100,0%
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE	1.008	-	0,2%	0,0%	-
Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	4	4	0,0%	0,0%	1,3%
Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN	0	0	0,0%	0,0%	-48,6%
Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA	0	0	0,0%	0,0%	-48,6%
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	2.224	1.962	0,3%	0,3%	13,3%
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	733	2.879	0,1%	0,5%	-74,5%
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	-	893	0,0%	0,1%	-100,0%
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	749	-	0,1%	0,0%	-
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.556	1.520	0,2%	0,3%	2,4%
Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas	1	1	0,0%	0,0%	17,6%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia	-	37	0,0%	0,0%	-100,0%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia	54	-	0,0%	0,0%	-
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões	171	132	0,0%	0,0%	30,0%
Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	-	351	0,0%	0,1%	-100,0%
Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	333	-	0,1%	0,0%	-
Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.361	2.878	0,5%	0,5%	16,8%
Outras Contribuições Econômicas	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
Contribuições Sociais Intraorçamentárias	14.405	13.477	2,2%	2,2%	6,9%
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	14.405	13.477	2,2%	2,2%	6,9%
<b>TOTAL</b>	<b>657.093</b>	<b>603.902</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,8%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Note-se que o valor negativo na rubrica “Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira” decorre da ocorrência de restituições dessas receitas, as quais se configuram como “deduções da receitas”, cujo montante é subtraído da arrecadação bruta no exercício para se obter a arrecadação líquida.

Uma vez que as Contribuições Sociais representam (considerando as receitas intraorçamentárias) 98,5% do total dessa origem, o seu crescimento de 9,3% foi essencialmente o responsável pelo crescimento das receitas de contribuições. Por outro lado, as Contribuições Econômicas tiveram uma redução de 11,8% em 2012.

O próximo gráfico evidencia os montantes arrecadados das principais contribuições, em 2013 e 2012.

**PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

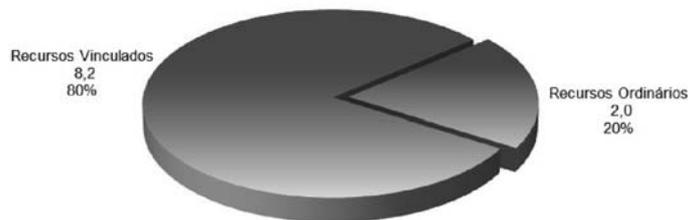


Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

**Destinação das Receitas de Contribuições**

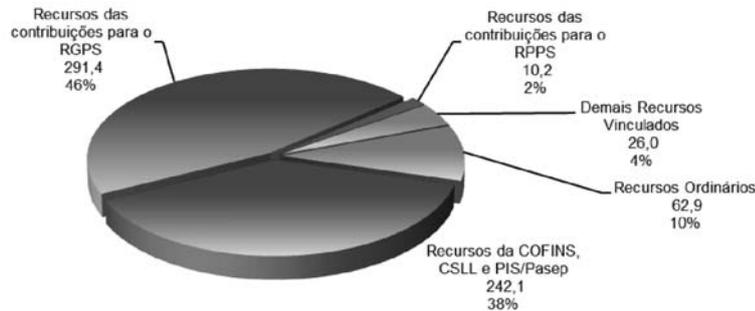
Ao contrário dos impostos, a arrecadação das receitas de contribuições é plenamente vinculada a fim específico. No entanto, com o advento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), uma parcela de 20% da arrecadação de algumas contribuições é desvinculada. Os gráficos seguintes ilustram a destinação dos recursos arrecadados nessa origem de receitas.

**DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS – 2013**  
R\$ bilhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – 2013**  
R\$ bilhões



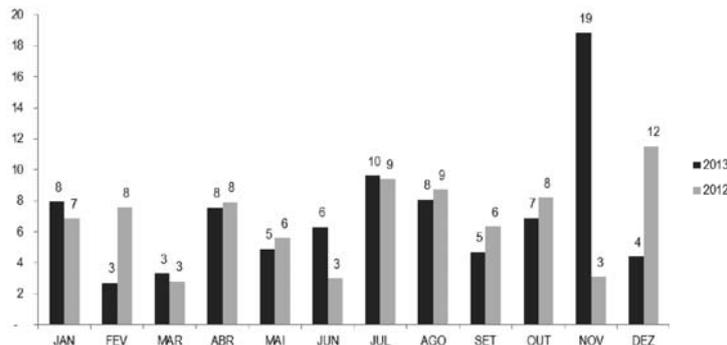
Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

### Receitas Patrimoniais

As Receitas Patrimoniais somaram R\$ 85.204 milhões e participaram com 7% das Receitas Correntes (incluindo receitas intraorçamentárias). A arrecadação dessas receitas teve crescimento de 5,1% em relação a 2012. A comparação entre as arrecadações mensais em 2013 e 2012 dessa receita pode ser visualizada no gráfico seguinte.

#### ARRECAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2013 E 2012

R\$ bilhões

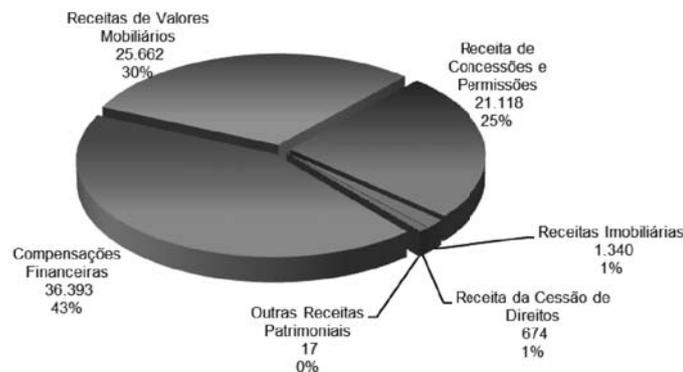


Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

O próximo gráfico ilustra a composição dessas receitas por espécie.

#### COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

Com um montante arrecadado de R\$ 21.118 milhões, a espécie Receitas de Concessões e Permissões teve um crescimento de 925% em relação ao ano de 2012, sendo a principal responsável pelo aumento de 5,1% das Receitas Patrimoniais em relação ao exercício anterior.

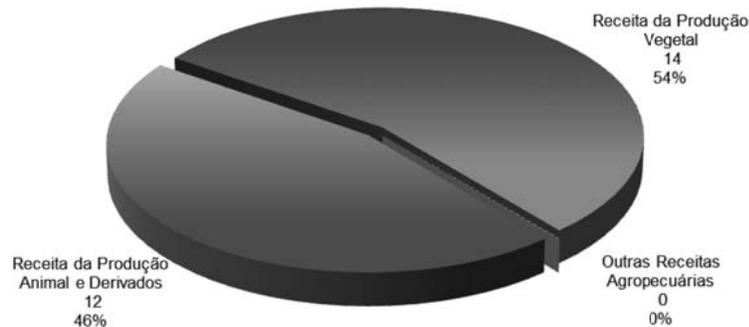
### Receitas Agropecuárias

As Receitas Agropecuárias somaram R\$ 26 milhões, valor 7% superior à arrecadação do exercício anterior, mantendo uma tendência de pequenas variações de um exercício em relação ao anterior (Sua participação percentual no montante das receitas correntes é desprezível). Esses valores foram arrecadados em sua maior parte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por universidades e institutos federais (escolas agrotécnicas) do Ministério da Educação. Todos os recursos arrecadados foram destinados à fonte 50 – “Recursos Próprios

não-Financeiros”. Não se registraram receitas intraorçamentárias nessa origem. O gráfico a seguir ilustra a composição dessas receitas.

### COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

### Receitas Industriais

As Receitas Industriais somaram uma arrecadação de R\$ 1.120 milhões, integralmente classificados na espécie “Receitas da Indústria de Transformação”. Seu detalhamento pode ser visualizado na próxima tabela.

### RECEITAS INDUSTRIAIS LÍQUIDAS – UNIÃO – 2013

R\$ milhares

RECEITAS INDUSTRIAIS	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
15 - Receita Industrial	925.163	756.044	82,6%	82,4%	22,4%
Outras Receitas da Indústria de Transformação	2.844	1.039	0,3%	0,1%	173,7%
Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	263	297	0,0%	0,0%	-11,6%
Receita da Indústria de Produtos Alimentares	2.395	2.234	0,2%	0,2%	7,2%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos	85.320	86.714	7,6%	9,4%	-1,6%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	1.010	1.160	0,1%	0,1%	-13,0%
Receita da Indústria de Produtos Veterinários	3	30	0,0%	0,0%	-90,0%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	73.872	58.570	6,6%	6,4%	26,1%
Receita da Indústria Eletrônica	1.079	190	0,1%	0,0%	-
Receita da Indústria Mecânica	728.948	573.323	65,1%	62,5%	27,1%
Receita da Indústria Química	29.429	32.485	2,6%	3,5%	-9,4%
75 - Receita Industrial Intraorçamentária	195.327	161.665	17,4%	17,6%	20,8%
Outras Receitas da Indústria de Transformação	175	1.323	0,0%	0,1%	-86,8%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos	4.835	4.618	0,4%	0,5%	4,7%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	11	8	0,0%	0,0%	37,1%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	162.409	124.257	14,5%	13,5%	30,7%
Receita da Indústria Mecânica	27.897	31.459	2,5%	3,4%	-11,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.120.490</b>	<b>917.708</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,1%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Assim como acontece com as Receitas Agropecuárias, o percentual representativo das Receitas Industriais na arrecadação do Governo Federal é ínfimo. Também todos os recursos arrecadados nessa origem em 2013 foram considerados recursos próprios (fonte “50”) das unidades que os arrecadaram. Do valor total arrecadado, 671 milhões foram de responsabilidade da Indústria Nucleares do Brasil S.A. (INB), representando 59,8% do total das Receitas Industriais.

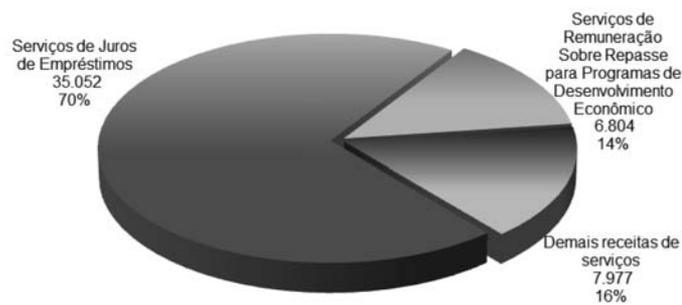
### Receitas de Serviços

Com R\$ 49.833 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4% nas Receitas Correntes líquidas de deduções. As Receitas de Serviços cresceram 3,8% em relação a 2013.

Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 70% (R\$ 35.052 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, registra: o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras.

A composição dessa origem de receita em 2013 encontra-se resumida no gráfico seguinte.

**COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

### Transferências Correntes

As Transferências Correntes somaram R\$ 733 milhões, valor 13,2% superior ao do exercício anterior, especialmente em razão do aumento em Transferências de Convênios e em Transferências de Instituições Privadas. A próxima tabela detalha os valores arrecadados nessa origem.

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
Transferências de Convênios	554	764	75,6%	90,5%	-27,5%
Transferências de Instituições Privadas	174	69	23,8%	8,2%	153,1%
Transferências de Pessoas	2	1	0,2%	0,1%	196,8%
Transferências do Exterior	3	10	0,4%	1,1%	-70,6%
Transferências Intergovernamentais	-	1	0,0%	0,1%	-
Transferências para o Combate à Fome	0	1	0,0%	0,1%	-82,2%
<b>Total Geral</b>	<b>733</b>	<b>844</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-13,2%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

### Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R\$ 73.531 milhões, valor 8,5% superior ao de 2012. Tal crescimento foi impulsionado pela realização de Receitas Decorrentes de Compensações ao RGPS.

### OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – 2013

R\$ milhões

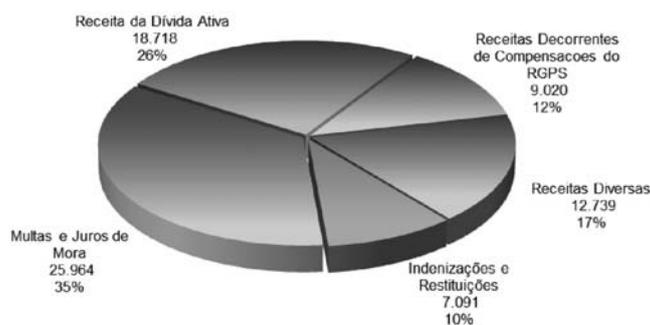
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
Indenizações e Restituições	7.091	4.250	9,6%	6,3%	66,8%
Multas e Juros de Mora	25.964	28.600	35,3%	42,2%	-9,2%
Receita da Dívida Ativa	18.718	14.648	25,5%	21,6%	27,8%
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RGPS	-	1.790	0,0%	2,6%	-
RECEITAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES AO RGPS	9.020	-	12,3%	0,0%	-
Receitas Diversas	12.739	18.488	17,3%	27,3%	-31,1%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>73.531</b>	<b>67.776</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,5%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

Essa origem representou 5,9% do total das Receitas Correntes. A composição dessas receitas encontra-se no gráfico a seguir.

### OUTRAS RECEITAS CORRENTES – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

### Receitas de Capital

As Receitas de Capital responderam por 34% das receitas orçamentárias líquidas contabilizadas em 2013. Essa participação percentual é inferior à observada em 2012, quando representava um percentual de 41%. Isso ocorreu devido à queda de arrecadação em todas as origens de receita de capital.

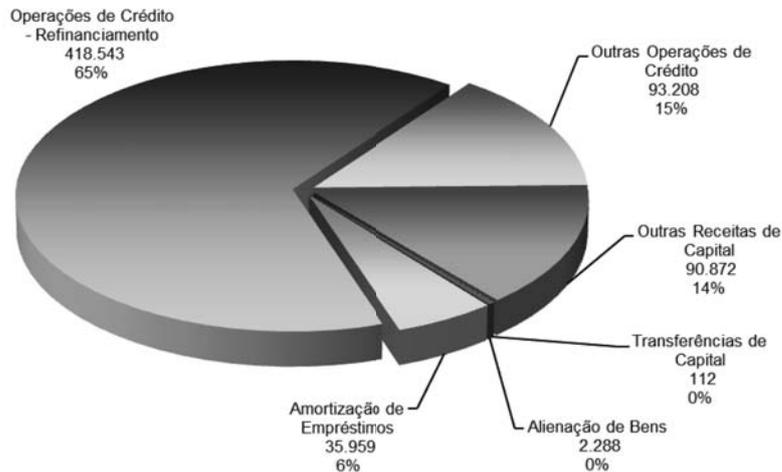
### ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DAS RECEITAS DE CAPITAL – 2013 E 2012

R\$ milhões

RECEITAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
Alienação de Bens	2.288	14.218	0,4%	1,8%	-83,9%
Amortização de Empréstimos	35.959	34.287	5,6%	4,3%	4,9%
Operações de Crédito	511.751	553.827	79,8%	69,3%	-7,6%
Refinanciamento	418.543	376.744	65,3%	47,1%	11,1%
Outras Operações de Crédito	93.208	177.083	14,5%	22,2%	-47,4%
Outras Receitas de Capital	90.872	196.492	14,2%	24,6%	-53,8%
Transferências de Capital	112	220	0,0%	0,0%	-49,3%
<b>TOTAL</b>	<b>640.982</b>	<b>799.044</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-19,8%</b>

Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**RECEITAS DE CAPITAL – 2013**  
R\$ milhões

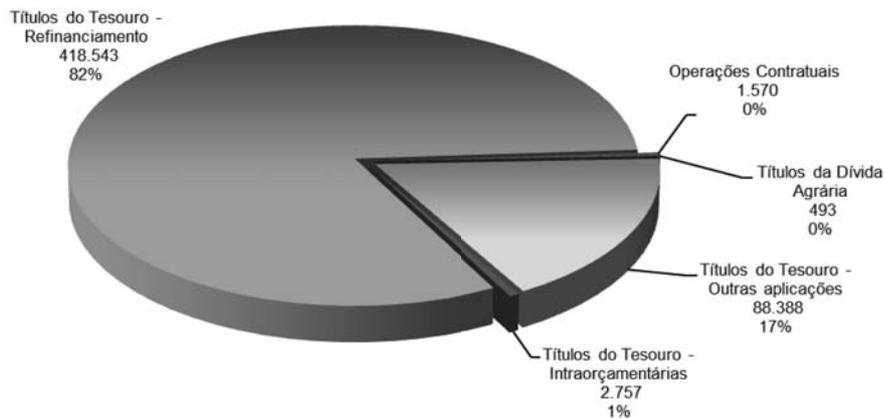


Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**Operações de Crédito**

Apesar de os valores de operações de crédito com refinanciamento de dívida pública terem aumentado em 11,1%, a queda de 47,4 % na arrecadação de outras operações de crédito fez com que o valor global das operações de crédito diminuísse 7,6% em relação a 2012. O gráfico seguinte demonstra a composição das receitas de operações de crédito em 2013.

**RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2013**  
R\$ milhões

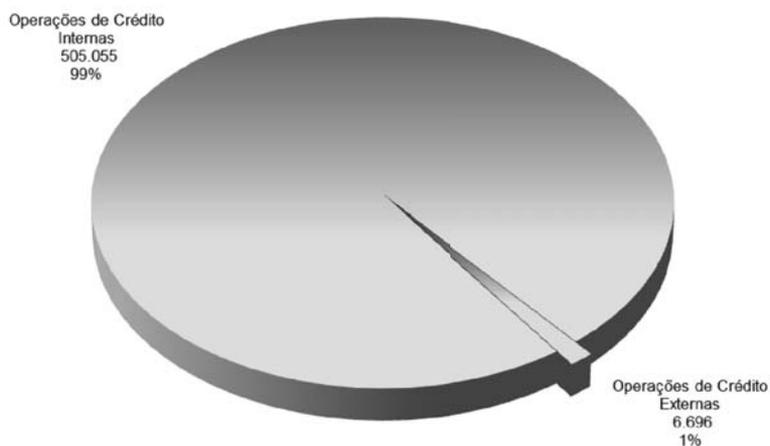


Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos

Interessante observar o perfil das receitas de operações de crédito em relação a operações externas e internas. O próximo gráfico ilustra a composição das operações sob essa ótica.

### RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – INTERNAS E EXTERNAS – 2013

R\$ milhões



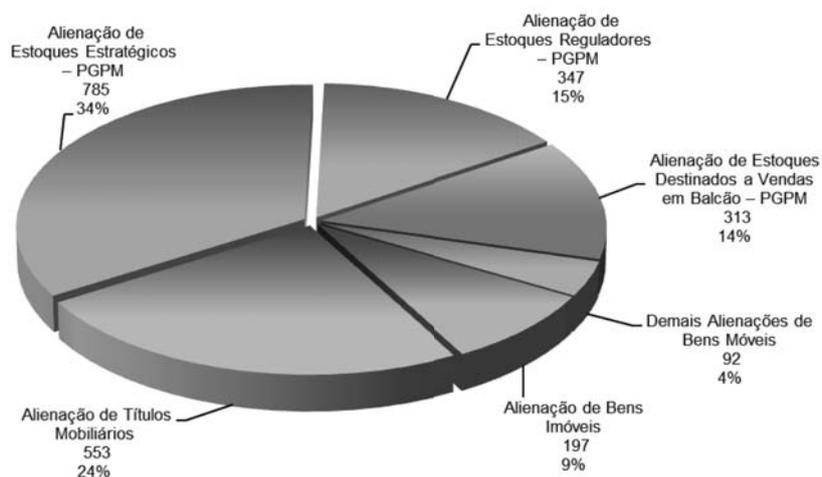
Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

#### Alienação de Bens

As Receitas de Alienações de Bens somaram R\$2,28 bilhões, o que representa uma queda de 83,9% em relação a 2012, tendo participação percentual de apenas 0,4% no total das Receitas de Capital. O gráfico e a tabela seguintes demonstram a composição das receitas de alienação de bens em 2013.

### RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

**ALIENAÇÕES DE BENS – UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões

ALIENAÇÃO DE BENS	VALOR		% DO TOTAL		% 2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
<b>ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS</b>	197	211	8,6%	1,5%	-6,6%
Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União	77	103	3,4%	0,7%	-24,9%
Alienação de Embarcações	0	-	0,0%	0,0%	-
Alienação de Imóveis Rurais	4	2	0,2%	0,0%	75,2%
Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	39	26	1,7%	0,2%	50,2%
Alienação de Imóveis Urbanos	77	80	3,4%	0,6%	-4,1%
Alienação de Outros Bens Imóveis	-	(0)	0,0%	0,0%	-100,0%
<b>ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS</b>	2.091	14.006	91,4%	98,5%	-85,1%
Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	1	2	0,0%	0,0%	-49,3%
Alienação de Equipamentos	4	1	0,2%	0,0%	201,0%
Alienação de Estoques	1.500	1.578	65,6%	11,1%	-4,9%
Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	1.446	1.447	63,2%	10,2%	-0,1%
Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM	313	-	13,7%	0,0%	-
Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM	785	993	34,3%	7,0%	-20,9%
Alienação de Estoques Reguladores – PGPM	347	454	15,2%	3,2%	-23,5%
Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ	0	86	0,0%	0,6%	-99,9%
Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	54	45	2,4%	0,3%	20,7%
Alienação de Móveis e Utensílios	3	2	0,1%	0,0%	41,9%
Alienação de Outros Bens Móveis	1	1	0,1%	0,0%	43,0%
Alienação de Títulos Mobiliários	553	12.400	24,2%	87,2%	-
Alienação de Veículos	28	22	1,2%	0,2%	25,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2.288</b>	<b>14.218</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-83,9%</b>

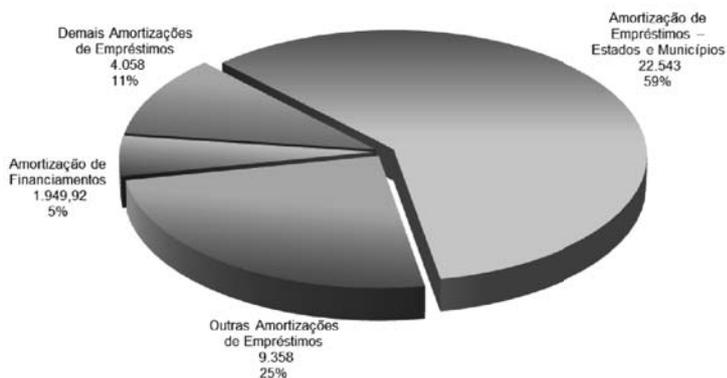
Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

#### Amortização de Empréstimos / Financiamentos

Nessa origem, estão incluídos os recebimentos de amortizações decorrentes das operações de refinanciamento das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (observa-se que os juros referentes a essas operações são registrados como receitas de serviços, como descrito anteriormente; nesta origem, registram-se os recebimentos do principal dos empréstimos concedidos). Tais recebimentos foram registrados na natureza de receita “Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios”, que respondeu por 59% dos valores arrecadados nessa origem no exercício de 2013, conforme gráfico a seguir.

### RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.  
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

#### Transferências de Capital

As Transferências de Capital somaram cerca de R\$111milhões em 2013, valor 49,3% inferior ao de 2012. A tabela a seguir demonstra a composição dessas transferências.

### TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2013

R\$ milhares

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
Transferência de Outras Instituições Públicas	4.646	5.104	4,2%	2,3%	-9,0%
Transferências de Convênios	89.606	214.760	80,3%	97,7%	-58,3%
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	46.749	51.636	41,9%	23,5%	-9,5%
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	31.488	160.406	28,2%	73,0%	-80,4%
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.186	1.524	3,8%	0,7%	174,7%
Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	7.184	1.194	6,4%	0,5%	501,9%
Transferências de Instituições Privadas	17.308	-	15,5%	0,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>111.560</b>	<b>219.863</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-49,3%</b>

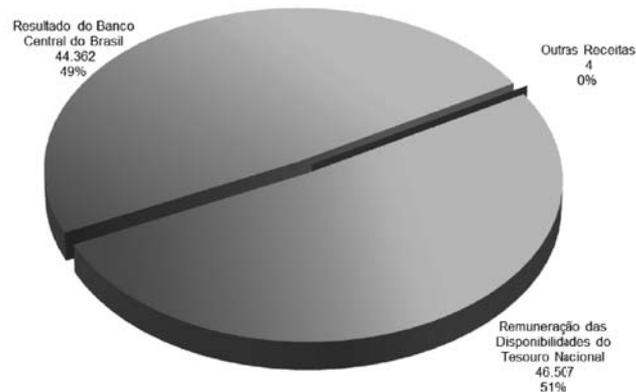
Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

#### Outras Receitas de Capital

As Outras Receitas de Capital apresentaram um decréscimo de 53,8% em relação ao arrecadado no ano de 2012. Essa origem é composta, como ilustrado no gráfico seguinte, essencialmente (99,9%), de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional e Resultado do Banco Central do Brasil.

### OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi. Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos.

## 2.2.2. Análise da Execução da Despesa Orçamentária

### Visão Geral

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 1.930.403 milhões, representando 82% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual superior aos 81,5% observados em 2012. O valor total executado teve um crescimento nominal de 4,9% em relação a 2012. Nesse total executado, podemos ressaltar os gastos com Outras Despesas Correntes e Amortização de Dívida, que juntos corresponderam a 74,1% do total de despesas executadas no ano de 2013 (44,2% e 29,9% do total de despesas, respectivamente)

O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado na tabela a seguir.

### PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2013 E 2012

R\$ milhões

CRÉDITOS	2013			2012		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO
Iniciais e Suplementares	2.336.254	1.914.630	82,0%	2.193.835	1.823.131	83,1%
Especiais	2.072	678	32,7%	3.806	3.045	80,0%
Extraordinários	17.164	15.095	87,9%	59.076	13.620	23,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2.355.490</b>	<b>1.930.403</b>	<b>82,0%</b>	<b>2.256.717</b>	<b>1.839.796</b>	<b>81,5%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A tabela a seguir demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não processados do exercício, ao contrário da despesa efetivamente liquidada. Destacamos que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

**DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões

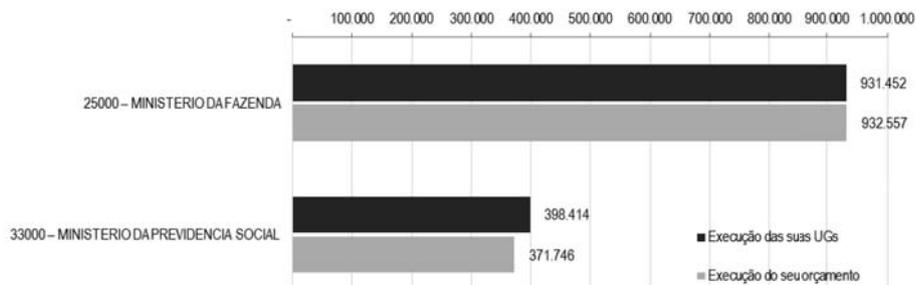
ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do total
01000 – CAMARA DOS DEPUTADOS	4.397	4.695	93,7%	0,2%
02000 – SENADO FEDERAL	3.327	3.386	98,2%	0,2%
03000 – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.407	1.507	93,4%	0,1%
10000 – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	453	484	93,6%	0,0%
11000 – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	980	1.055	92,9%	0,1%
12000 – JUSTICA FEDERAL	22.695	23.147	98,0%	1,2%
13000 – JUSTICA MILITAR	421	438	96,1%	0,0%
14000 – JUSTICA ELEITORAL	4.504	4.840	93,1%	0,3%
15000 – JUSTICA DO TRABALHO	14.491	15.347	94,4%	0,8%
16000 – JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.774	1.842	96,3%	0,1%
17000 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	74	147	50,1%	0,0%
20000 – PRESIDENCIA DA REPUBLICA	7.312	9.085	80,5%	0,5%
20113 – MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	4.888	5.805	84,2%	0,3%
22000 – MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	11.235	13.433	83,6%	0,7%
24000 – MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	9.427	11.595	81,3%	0,6%
25000 – MINISTERIO DA FAZENDA	906.672	931.452	97,3%	48,3%
26000 – MINISTERIO DA EDUCACAO	89.079	104.753	85,0%	5,4%
28000 – MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.484	1.612	92,0%	0,1%
30000 – MINISTERIO DA JUSTICA	9.315	11.367	81,9%	0,6%
32000 – MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	25.510	31.457	81,1%	1,6%
33000 – MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	396.726	398.414	99,6%	20,6%
34000 – MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	4.155	4.515	92,0%	0,2%
35000 – MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.547	2.587	98,5%	0,1%
36000 – MINISTERIO DA SAUDE	82.847	90.299	91,7%	4,7%
38000 – MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	65.449	67.177	97,4%	3,5%
39000 – MINISTERIO DOS TRANSPORTES	13.338	22.617	59,0%	1,2%
41000 – MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.836	2.153	85,3%	0,1%
42000 – MINISTERIO DA CULTURA	1.016	2.506	40,5%	0,1%
44000 – MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2.205	2.841	77,6%	0,1%
49000 – MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	3.096	7.952	38,9%	0,4%
51000 – MINISTERIO DO ESPORTE	476	2.277	20,9%	0,1%
52000 – MINISTERIO DA DEFESA	65.687	72.369	90,8%	3,7%
53000 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	13.518	23.509	57,5%	1,2%
54000 – MINISTERIO DO TURISMO	264	2.193	12,0%	0,1%
55000 – MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	27.240	29.118	93,6%	1,5%
56000 – MINISTERIO DAS CIDADES	8.446	22.121	38,2%	1,1%
58000 – MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	110	247	44,7%	0,0%
59000 – CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	55	62	88,3%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.808.455</b>	<b>1.930.403</b>	<b>93,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

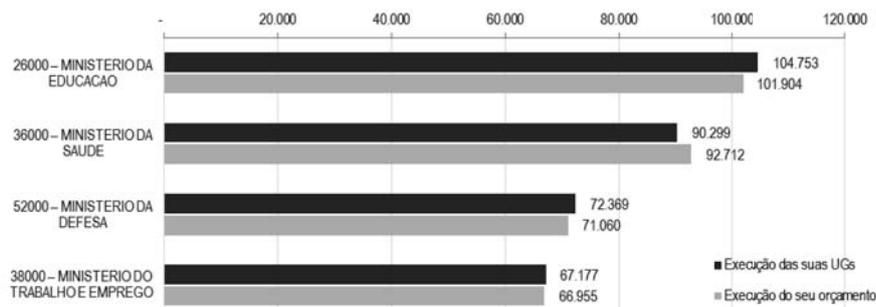
Cabe destacar que no Siafi, a expressão “despesas por órgão” pode dar origem a duas informações distintas. Sob a ótica do consignatário do orçamento, as despesas executadas se referem à execução do orçamento daquele órgão, incluindo as parcelas executadas por unidades de outro órgão, que tenham recebido créditos orçamentários do órgão consignatário da dotação original (visão do “órgão da unidade orçamentária”); e sob a ótica do Órgão Executor, que evidencia o total das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras de determinado órgão, sejam as despesas originadas de orçamento próprio ou de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (visão do “órgão da unidade executora”). Os gráficos seguintes (segregadas para fins de apresentação) demonstram os valores executados segundo os dois critérios.

**DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013**  
R\$ milhões



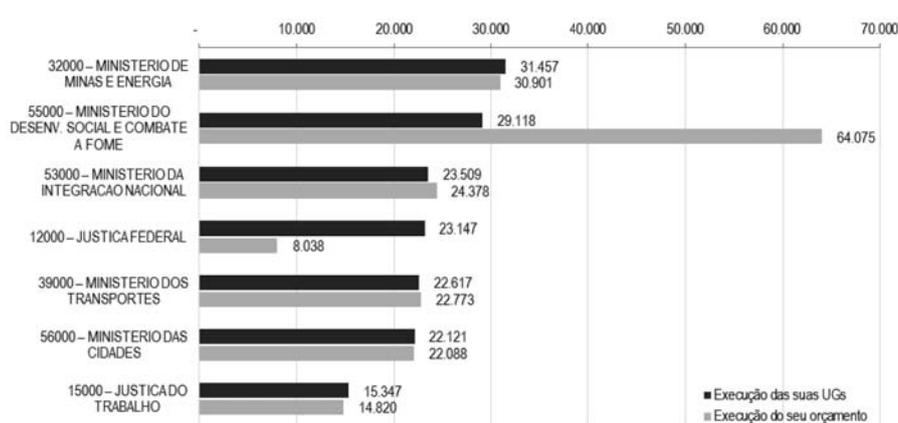
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013**  
R\$ milhões



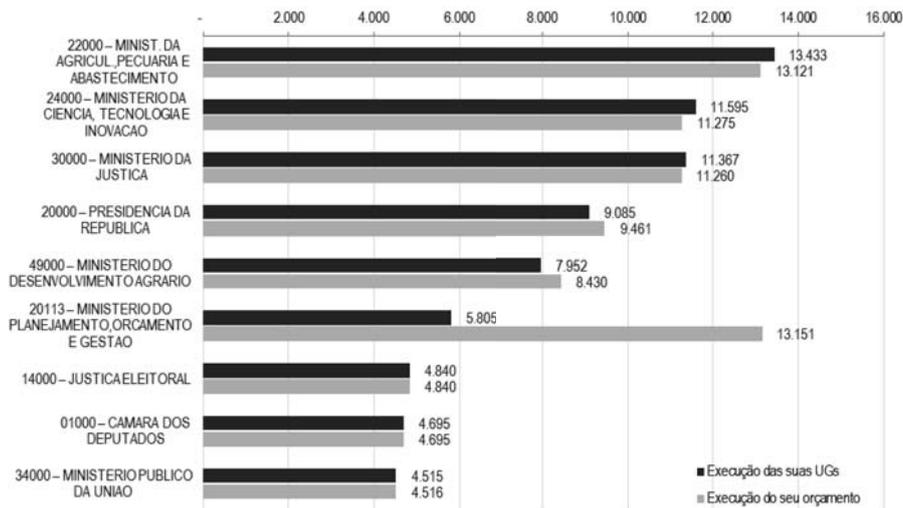
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013**  
R\$ milhões



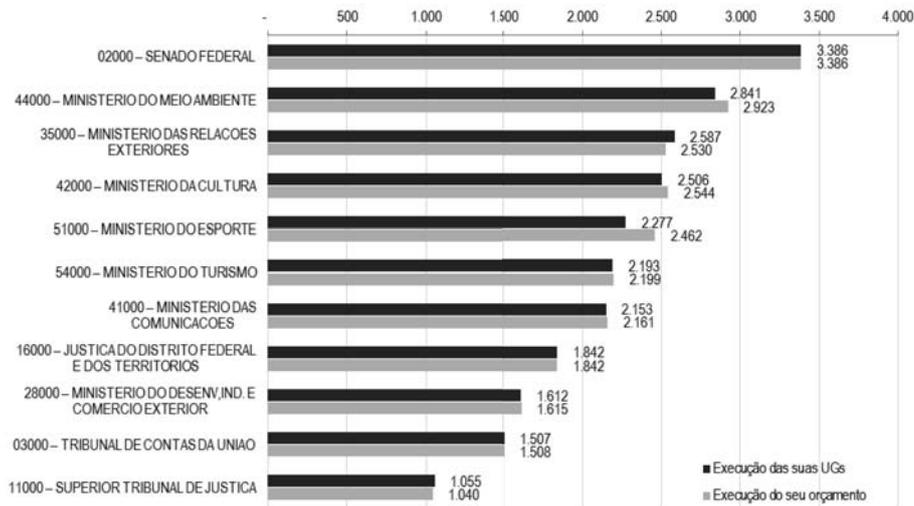
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013**  
R\$ milhões



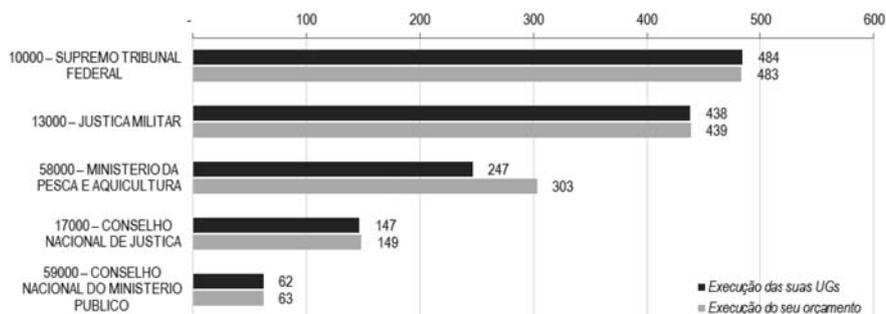
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

**DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

### DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2013 R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

Na próxima tabela, pode-se analisar a estrutura geral da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

### DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2013 E 2012 R\$ milhões

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2013	2012	2013	2012
LEGISLATIVO	9.589	8.859	0,5%	0,5%
JUDICIÁRIO	47.300	44.083	2,5%	2,5%
EXECUTIVO	1.873.514	1.786.854	97,1%	97,0%
Pessoal e Encargos Sociais	183.904	159.819	9,5%	9,2%
Juros e Encargos da Dívida	141.706	135.057	7,3%	7,8%
Amortização da Dívida	117.706	321.533	6,1%	5,8%
Refinanciamento da Dívida Pública	459.033	298.989	23,8%	28,6%
Transferências Constitucionais	296.092	183.854	15,3%	10,2%
Benefícios Previdenciários	349.476	312.279	18,1%	16,5%
Demais Despesas	325.598	375.322	16,9%	18,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.930.403</b>	<b>1.839.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: nas Transferências Constitucionais também estão sendo consideradas as transferências voluntárias.

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, o grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais somou R\$ 38.037 milhões, registrando um crescimento de 6,6%. Essas despesas representaram 66,8% da despesa desses Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 30% das despesas.

Em relação às Outras Despesas Correntes, no Judiciário, ressaltam-se as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 65,2% e 12,2% do total do grupo, respectivamente.

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R\$ 325.598 milhões. Destacaram-se as concessões de transferências voluntárias (elemento de despesa

“contribuições”, no grupo de despesa “outras despesas correntes”), no valor de R\$ 73.169 milhões, Investimentos, com R\$ 65.489 milhões, Inversões Financeiras com R\$ 68.453 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação econômica.

#### Modalidade de Aplicação – União 2013

Outra forma de observar os gastos do governo federal é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo Governo Federal ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser feita por meio da tabela seguinte.

### DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO

R\$ milhões

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR		%	
	2013	2012	2013	2012
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	108.926	106.029	5,6%	5,8%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	15.185	15.089	0,8%	0,8%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	2.798	2.529	0,1%	0,1%
40 – Transferências a Municípios	127.178	113.204	6,6%	6,2%
41 – Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	41.617	39.080	2,2%	2,1%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios	389	224	0,0%	0,0%
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.275	4.818	0,3%	0,3%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	370	151	0,0%	0,0%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	8	10	0,0%	0,0%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	95	150	0,0%	0,0%
80 – Transferências ao Exterior	2.319	1.460	0,1%	0,1%
90 – Aplicações Diretas	1.594.270	1.535.817	82,6%	83,5%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	30.973	21.234	1,6%	1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.930.403</b>	<b>1.839.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

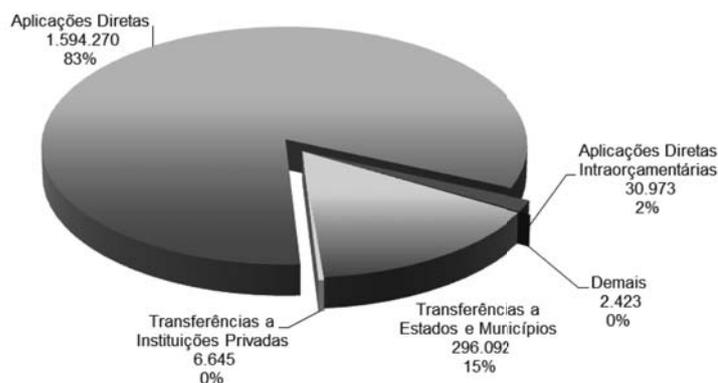
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida.

Note-se a criação das modalidades de aplicação de transferências a Estados e Municípios “Fundo a Fundo”, de códigos 32 e 42, de maneira a evidenciar de forma mais detalhada as transferências aos demais entes da Federação que se deram por meio de delegação. Segundo a tabela, em 2013 os valores diretamente gastos pelo Governo Federal atingiram 82,6% do orçamento. No gráfico a seguir observa-se que, dos gastos realizados indiretamente, grande parte foi destinada aos Municípios e aos Estados por meio de transferências constitucionais, legais e voluntárias.

### DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida.

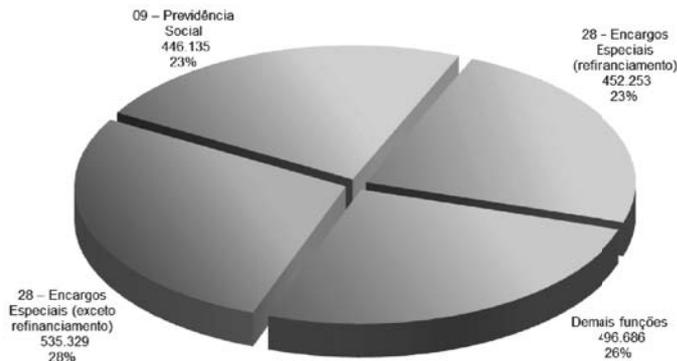
### Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2013, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca “responder basicamente à indagação ‘em que’ área de ação governamental a despesa será realizada”. A tabela seguinte demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Mais adiante, os gráficos (segregadas para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

**TABELA – DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ Milhões

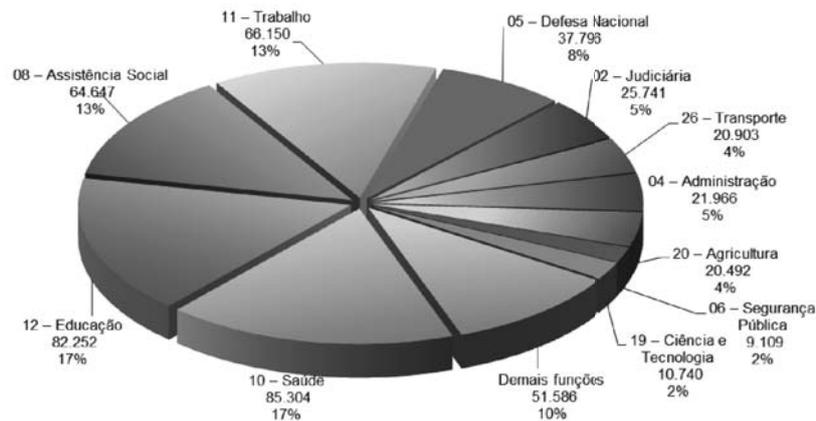
FUNÇÃO	2013		2012		Variação 2013/2012
	DESPESA EXECUTADA	% do total	DESPESA EXECUTADA	% do total	%
28 – Encargos Especiais	987.582	53,7%	1.005.023	54,6%	-1,7%
09 – Previdência Social	446.135	24,2%	400.075	21,7%	11,5%
10 – Saúde	85.304	4,6%	79.917	4,3%	6,7%
12 – Educação	82.252	4,5%	72.576	3,9%	13,3%
08 – Assistência Social	64.647	3,5%	56.634	3,1%	14,1%
11 – Trabalho	66.150	3,6%	42.502	2,3%	55,6%
05 – Defesa Nacional	37.796	2,1%	36.977	2,0%	2,2%
02 – Judiciária	25.741	1,4%	24.381	1,3%	5,6%
26 – Transporte	20.903	1,1%	22.414	1,2%	-6,7%
04 – Administração	21.966	1,2%	22.149	1,2%	-0,8%
20 – Agricultura	20.492	1,1%	16.474	0,9%	24,4%
06 – Segurança Pública	9.109	0,5%	8.647	0,5%	5,3%
19 – Ciência e Tecnologia	10.740	0,6%	7.811	0,4%	37,5%
01 – Legislativa	6.580	0,4%	6.054	0,3%	8,7%
21 – Organização Agrária	7.559	0,4%	5.836	0,3%	29,5%
18 – Gestão Ambiental	6.595	0,4%	5.530	0,3%	19,3%
15 – Urbanismo	4.832	0,3%	4.722	0,3%	2,3%
03 – Essencial à Justiça	4.648	0,3%	4.020	0,2%	15,6%
23 – Comércio e Serviços	4.995	0,3%	3.961	0,2%	26,1%
17 – Saneamento	2.953	0,2%	2.654	0,1%	11,3%
07 – Relações Exteriores	2.258	0,1%	2.314	0,1%	-2,4%
22 – Indústria	2.241	0,1%	2.175	0,1%	3,0%
13 – Cultura	2.408	0,1%	1.905	0,1%	26,4%
14 – Direitos da Cidadania	1.533	0,1%	1.330	0,1%	15,2%
27 – Desporto e Lazer	2.317	0,1%	1.257	0,1%	84,3%
24 – Comunicações	1.434	0,1%	1.096	0,1%	30,8%
25 – Energia	1.027	0,1%	796	0,0%	29,1%
16 – Habitação	207	0,0%	565	0,0%	-63,4%
<b>TOTAL</b>	<b>1.930.403</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.839.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: Siatf/Secretaria do Tesouro Nacional.

**DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2013**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2013  
(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES 28 – ENCARGOS ESPECIAIS E 09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL)  
R\$ Milhões**



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2013 esclarece:

*“A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.”*

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional.

Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2013:

*“A subfunção [tabela no item 8.2.2.] representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas relacionadas na Portaria MOG no 42, de 1999.*

*As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão.*

*Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação.”*

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações

sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas funções típicas das subfunções, o que revela de fato o quanto foi gasto em ações finalísticas de cada área da atuação governamental. A tabela abaixo revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

### DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2013

R\$ Milhões

FUNÇÃO	Execução na Função	Execução nas subfunções típicas da Função	Diferença
01 – Legislativa	6.580	1.017	5.563
02 – Judiciária	25.741	3.522	22.219
03 – Essencial à Justiça	4.648	534	4.114
04 – Administração	21.966	122.160	(100.195)
05 – Defesa Nacional	37.796	11.011	26.786
06 – Segurança Pública	9.109	4.081	5.028
07 – Relações Exteriores	2.258	1.874	383
08 – Assistência Social	64.647	64.350	297
09 – Previdência Social	446.135	440.121	6.014
10 – Saúde	85.304	87.410	(2.106)
11 – Trabalho	66.150	65.579	572
12 – Educação	82.252	47.237	35.015
13 – Cultura	2.408	928	1.480
14 – Direitos da Cidadania	1.533	2.001	(469)
15 – Urbanismo	4.832	3.843	988
16 – Habitação	207	226	(19)
17 – Saneamento	2.953	5.090	(2.137)
18 – Gestão Ambiental	6.595	5.281	1.314
19 – Ciência e Tecnologia	10.740	9.941	799
20 – Agricultura	20.492	15.877	4.614
21 – Organização Agrária	7.559	1.181	6.378
22 – Indústria	2.241	5.209	(2.968)
23 – Comércio e Serviços	4.995	12.668	(7.674)
24 – Comunicações	1.434	319	1.116
25 – Energia	1.027	324	703
26 – Transporte	20.903	14.423	6.480
27 – Desporto e Lazer	2.317	2.682	(365)
28 – Encargos Especiais (exceto Refinanciamento)	535.329	549.261	(13.932)
28 – Encargos Especiais (Refinanciamento)	452.253	452.253	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.930.403</b>	<b>1.930.403</b>	<b>0</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Essas informações sugerem que, com algumas exceções, em geral as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

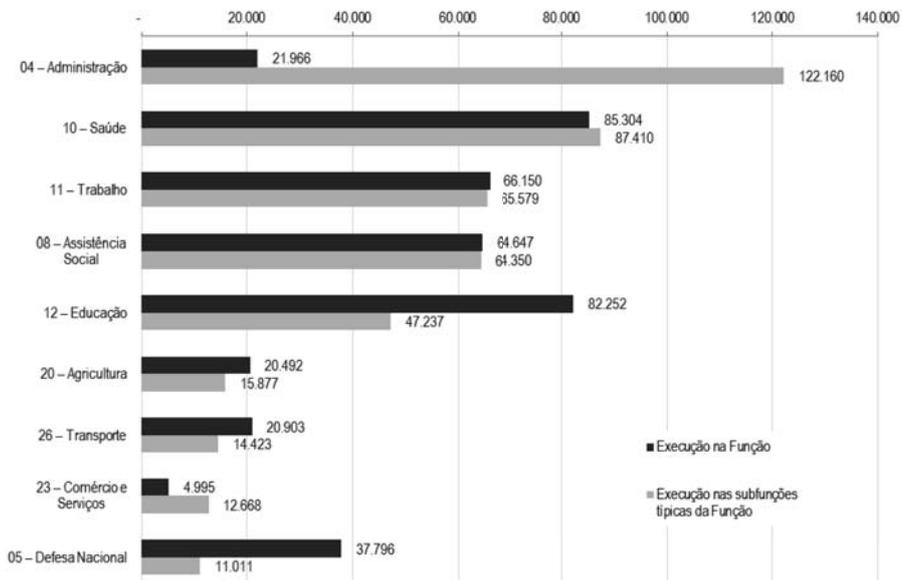
Os gráficos seguintes (segregadas para fins de apresentação) demonstram melhor essa característica do orçamento federal. Observa-se que o total dos gastos nas subfunções típicas da “Administração” é superior aos gastos das funções Saúde e Educação. Em outras palavras, isso significa que as ações das subfunções típicas da função “Administração” estão presentes em todos os gastos das demais funções.

**COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**  
R\$ milhões



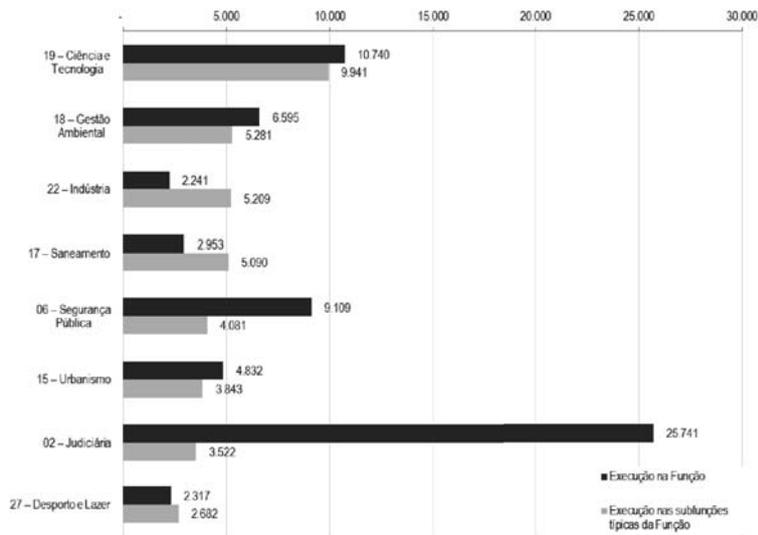
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**  
R\$ milhões



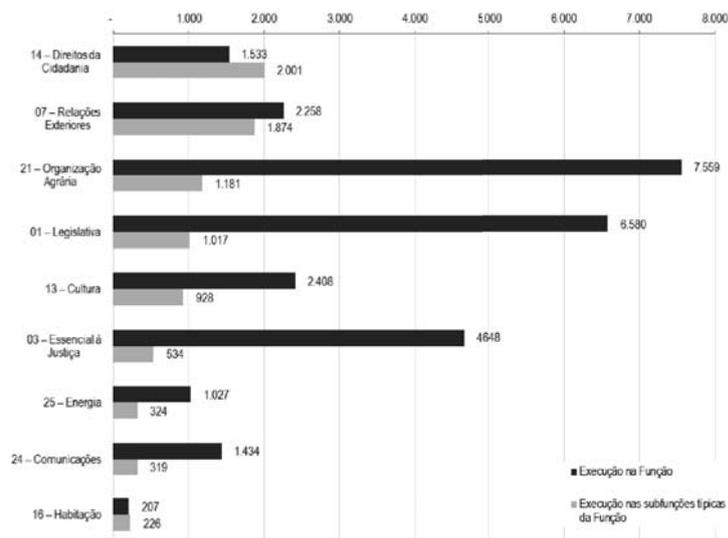
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

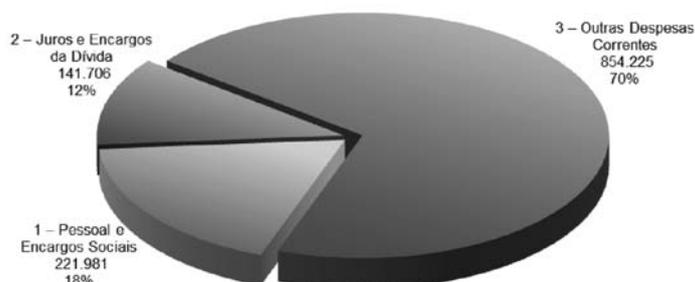
### Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com salários, juros e encargos da dívida interna e externa e com o custeio básico da União, também denominado Outras Despesas Correntes.

As Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios somaram R\$ 267.615 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e também a transferências voluntárias.

No gráfico se demonstra a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
1 – Pessoal e Encargos Sociais	221.981	204.502	18,2%	18,7%	8,5%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	40,79	40,49	0,0%	0,0%	0,7%
71 – Transferências a Consórcios Públicos		73,53	0,0%	0,0%	
90 – Aplicações Diretas	205.258,37	189.211,54	16,9%	17,3%	8,5%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.682,17	15.176,03	1,4%	1,4%	9,9%
2 – Juros e Encargos da Dívida	141.706	135.058	11,6%	12,3%	4,9%
90 – Aplicações Diretas	141.705,98	135.057,61	11,6%	12,3%	4,9%
3 – Outras Despesas Correntes	854.225	756.263	70,1%	69,0%	13,0%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	101.126,20	96.260,92	8,3%	8,8%	5,1%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	14.857,27	14.738,89	1,2%	1,3%	0,8%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	1.802,66	670,92	0,1%	0,1%	
40 – Transferências a Municípios	112.079,81	99.906,92	9,2%	9,1%	12,2%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	39.511,79	37.489,33	3,2%	3,4%	5,4%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios		13,51	0,0%	0,0%	
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.274,60	3.718,36	0,4%	0,3%	41,9%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	370,44	150,96	0,0%	0,0%	145,4%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	1,77	0,94	0,0%	0,0%	87,6%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	17,89	35,05	0,0%	0,0%	-48,9%
80 – Transferências ao Exterior	2.296,88	1.449,12	0,2%	0,1%	58,5%
90 – Aplicações Diretas	564.534,72	499.106,15	46,4%	45,5%	13,1%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	12.351,23	2.722,16	1,0%	0,2%	353,7%
			0,0%	0,0%	
<b>TOTAL</b>	<b>1.217.913</b>	<b>1.095.822</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,1%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

*“Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.”*

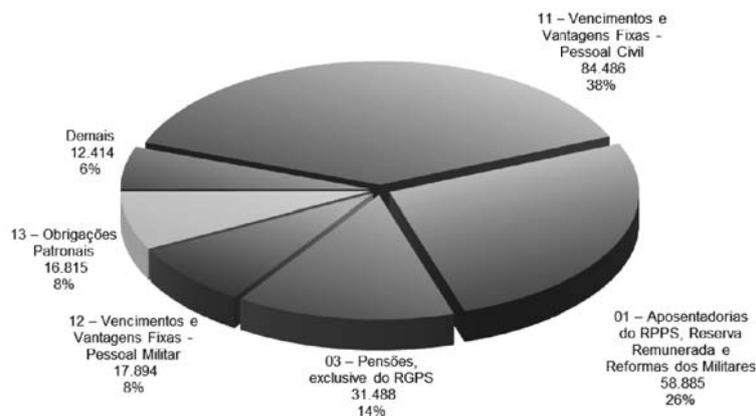
As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente 8,5% em relação a 2012. A tabela abaixo mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	84.486	76.452	38,1%	37,4%	10,5%
01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	58.885	52.929	26,5%	25,9%	11,3%
03 – Pensões, exclusive do RGPS	31.488	29.578	14,2%	14,5%	6,5%
12 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	17.894	16.461	8,1%	8,0%	8,7%
13 – Obrigações Patronais	16.815	15.290	7,6%	7,5%	10,0%
91 – Sentenças Judiciais	5.800	6.097	2,6%	3,0%	-4,9%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	2.252	3.001	1,0%	1,5%	-25,0%
17 – Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.184	1.562	0,5%	0,8%	-24,2%
16 – Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	968	1.053	0,4%	0,5%	-8,1%
04 – Contratação por Tempo Determinado	825	692	0,4%	0,3%	19,1%
96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	683	564	0,3%	0,3%	21,1%
94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	397	85	0,2%	0,0%	369,0%
07 – Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	262	331	0,1%	0,2%	-20,7%
41 – Contribuições	41	40	0,0%	0,0%	0,7%
05 – Outros Benefícios Previdenciários do RPPS	1	-	0,0%	0,0%	0,00%
67 – Depósitos Compulsórios	0	131	0,0%	0,1%	-99,9%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	-	160	0,0%	0,1%	-100,0%
09 – Salário-Família	-	1	0,0%		-100,0%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	-	74	0,0%	0,0%	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>221.981</b>	<b>204.502</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,5%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

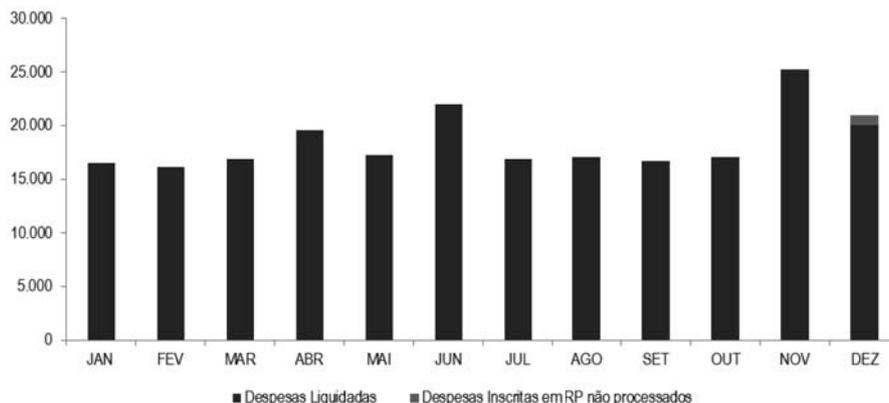
**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320/1964, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública. Tais despesas, consideradas executadas, mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

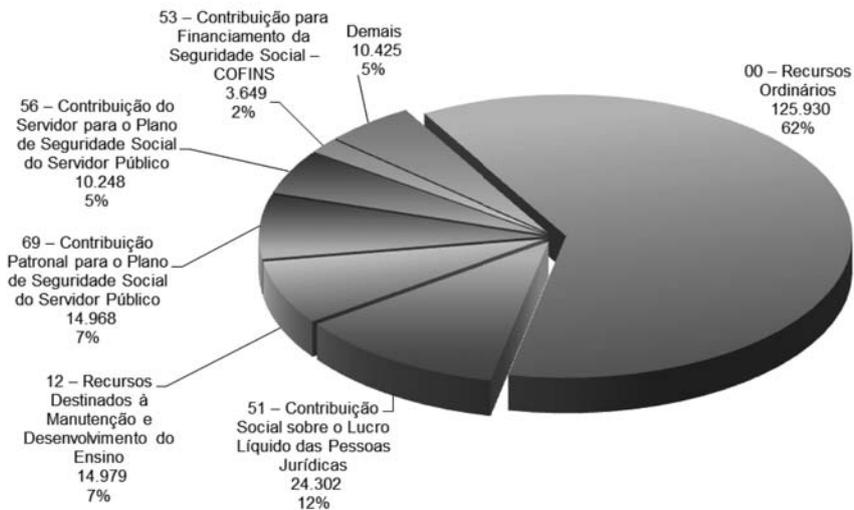
**DESPESAS DE PESSOAL LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de pessoal.

**DESPESAS DE PESSOAL – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Juros e Encargos da Dívida**

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

*"Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária."*

Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 141.706 milhões, o que representa 11,7% das despesas correntes da União. Esse valor é 4,9% superior ao de 2012. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

### DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012

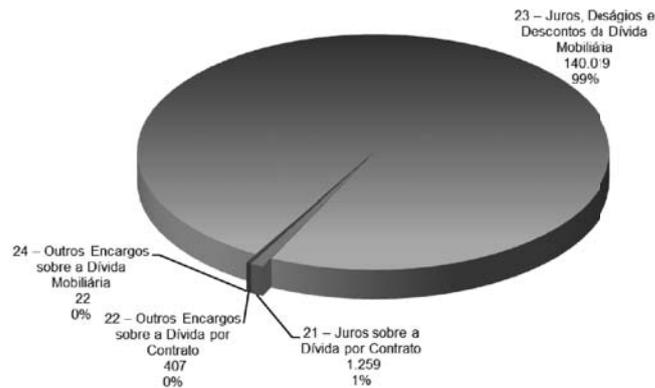
R\$ milhões

DESPESAS DE JUROS	VALOR		%		2013/2012
	2013	2012	2013	2012	
23 – Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	140.019	123.292	98,8%	91,3%	13,6%
21 – Juros sobre a Dívida por Contrato	1.259	11.665	0,9%	8,6%	-89,2%
22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	407	76	0,3%	0,1%	436,6%
24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	22	25	0,0%	0,0%	-14,4%
<b>TOTAL</b>	<b>141.706</b>	<b>135.058</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,9%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2013

R\$ milhões

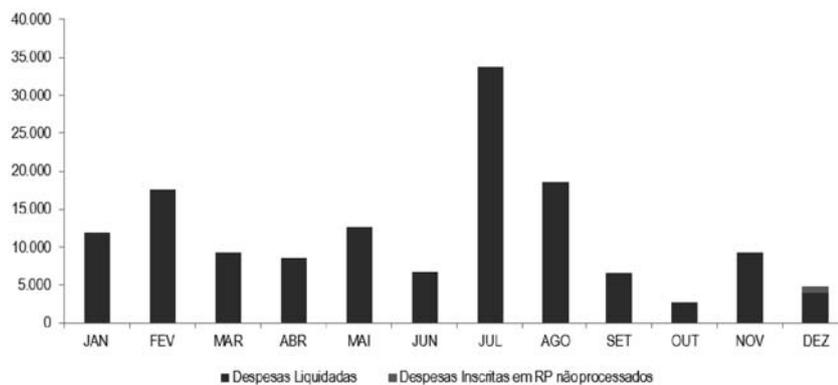


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada no gráfico a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

### DESPESAS DE JUROS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013

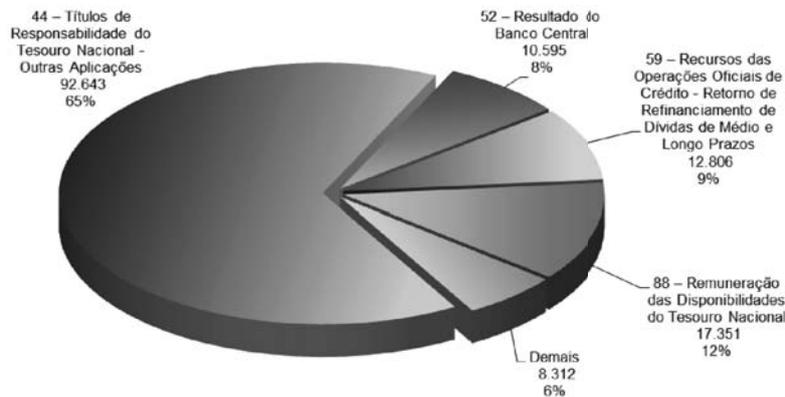
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

### DESPESAS DE JUROS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013 R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

#### Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

*“Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.”*

Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 854.225 milhões, o que representa 70,1% das despesas correntes da União. Esse valor foi 13% superior ao de 2012. A tabela abaixo mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012**

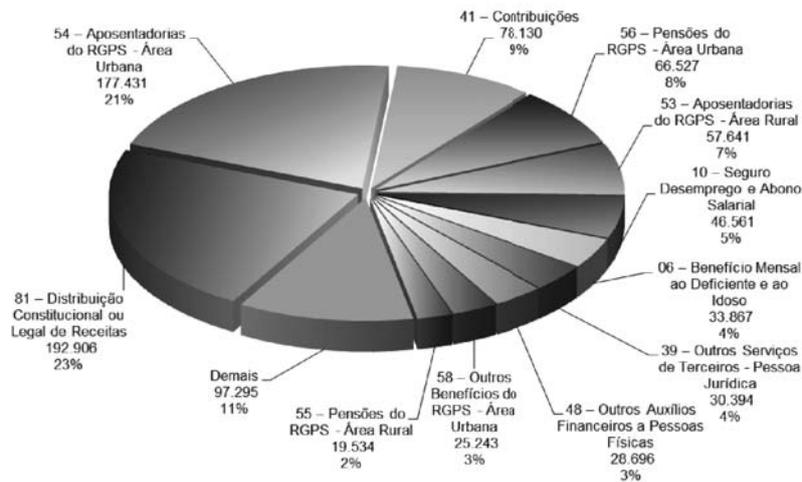
R\$ milhões

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
81 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	192.906	173.711	22,6%	23,0%	11,0%
54 – Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	177.431	159.003	20,8%	21,0%	11,6%
41 – Contribuições	78.130	73.876	9,1%	9,8%	5,8%
56 – Pensões do RGPS - Área Urbana	66.527	59.158	7,8%	7,8%	12,5%
53 – Aposentadorias do RGPS - Área Rural	57.641	49.851	6,7%	6,6%	15,6%
10 – Seguro Desemprego e Abono Salarial	46.561	39.950	5,5%	5,3%	16,5%
06 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	33.867	30.322	4,0%	4,0%	11,7%
39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.394	28.439	3,6%	3,8%	6,9%
48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	28.696	22.790	3,4%	3,0%	25,9%
58 – Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	25.243	21.804	3,0%	2,9%	15,8%
55 – Pensões do RGPS - Área Rural	19.534	17.975	2,3%	2,4%	8,7%
45 – Subvenções Econômicas	18.512	16.478	2,2%	2,2%	12,3%
30 – Material de Consumo	12.454	12.824	1,5%	1,7%	-2,9%
91 – Sentenças Judiciais	11.145	10.022	1,3%	1,3%	11,2%
98 – Compensações ao RGPS	11.132	1.790	1,3%	0,2%	521,9%
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	6.933	4.864	0,8%	0,6%	42,5%
37 – Locação de Mão-de-Obra	6.524	5.395	0,8%	0,7%	20,9%
93 – Indenizações e Restituições	6.474	8.301	0,8%	1,1%	-22,0%
46 – Auxílio-Alimentação	4.169	3.504	0,5%	0,5%	19,0%
32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.608	1.902	0,4%	0,3%	89,7%
36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.685	2.079	0,3%	0,3%	29,1%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	2.534	2.720	0,3%	0,4%	-6,9%
57 – Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	2.476	2.216	0,3%	0,3%	11,7%
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	1.405	1.116	0,2%	0,1%	25,9%
43 – Subvenções Sociais	995	930	0,1%	0,1%	7,0%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	946	728	0,1%	0,1%	29,8%
14 – Diárias - Civil	889	848	0,1%	0,1%	4,8%
49 – Auxílio-Transporte	786	780	0,1%	0,1%	0,8%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	724	475	0,1%	0,1%	52,5%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	626	356	0,1%	0,0%	75,6%
59 – Pensões Especiais	624		0,1%	0,0%	-
35 – Serviços de Consultoria	424	444	0,0%	0,1%	-4,4%
34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	385	349	0,0%	0,0%	10,4%
19 – Auxílio-Fardamento	298	25	0,0%	0,0%	1112,3%
04 – Contratação por Tempo Determinado	263	545	0,0%	0,1%	-51,8%
15 – Diárias - Militar	193	177	0,0%	0,0%	9,3%
31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	52	62	0,0%	0,0%	-16,9%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	18	35	0,0%	0,0%	-48,9%
95 – Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	11	9	0,0%	0,0%	20,9%
67 – Depósitos Compulsórios	5	11	0,0%	0,0%	-53,9%
27 – Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	5	5	0,0%	0,0%	3,2%
96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	2		0,0%	0,0%	-
03 – Pensões, exclusive do RGPS	0	398	0,0%	0,1%	-100,0%
38 – Arrendamento Mercanti		0	0,0%	0,0%	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>854.225</b>	<b>756.263</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

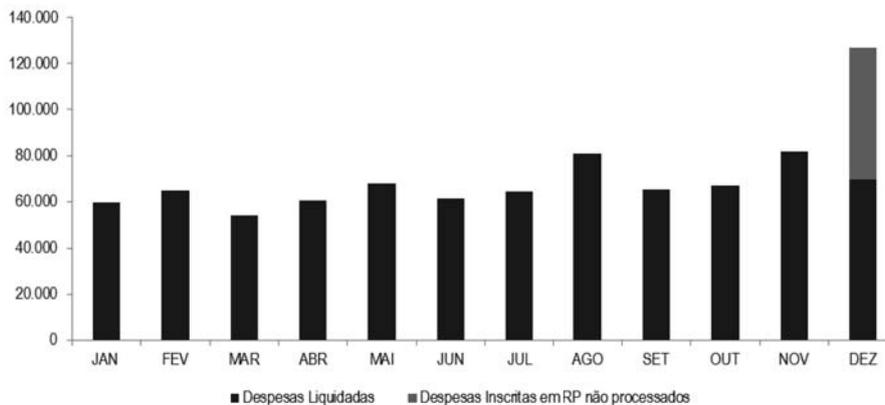
**COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada no gráfico a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013**  
R\$ milhões

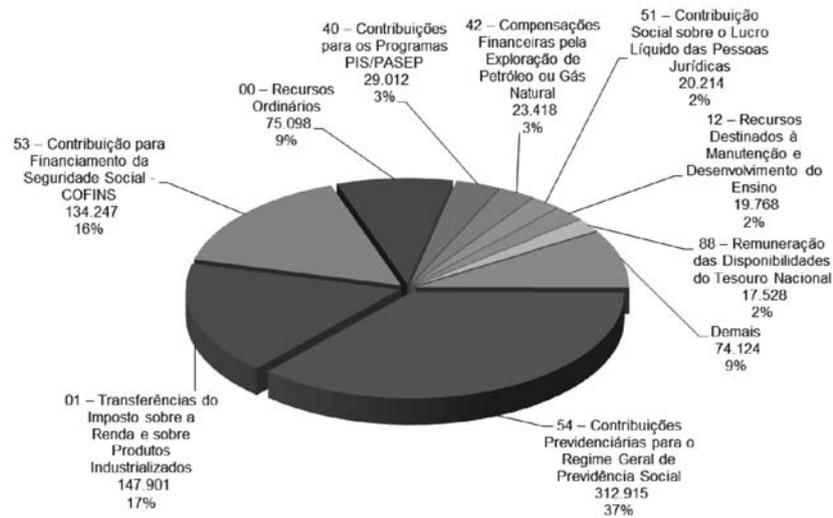


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das outras despesas correntes.

### OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013

R\$ milhões



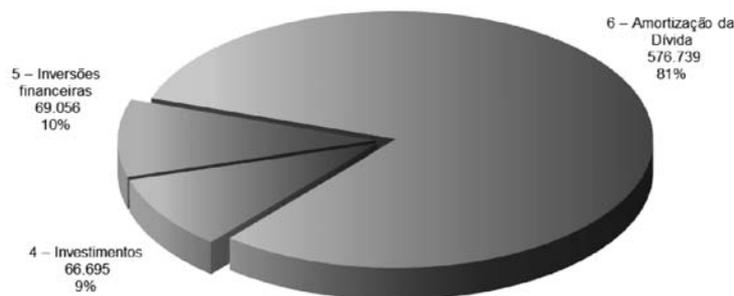
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

### Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 36,9% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. No gráfico a seguir, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos seus três grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2013

R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Na tabela a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em seus respectivos grupos de despesa e modalidades, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

**DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
<b>4 – Investimentos</b>	<b>66.695</b>	<b>66.663</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,0%</b>	<b>0,0%</b>
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	7.756	9.727	1,1%	1,3%	-20,3%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	328	350	0,0%	0,0%	-6,5%
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	995	1.858	0,1%	0,2%	-46,5%
40 – Transferências a Municípios	15.098	13.297	2,1%	1,8%	13,5%
41 – Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	2.105	1.590	0,3%	0,2%	32,4%
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios	389	211	0,1%	0,0%	84,4%
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.000	1.100	0,1%	0,1%	-9,1%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	7	9	0,0%	0,0%	-25,6%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	77	41	0,0%	0,0%	87,9%
80 – Transferências ao Exterior	22	11	0,0%	0,0%	100,8%
90 – Aplicações Diretas	38.869	38.410	5,5%	5,2%	1,2%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	49,71	57	0,0%	0,0%	-13,4%
<b>5 – Inversões financeiras</b>	<b>69.056</b>	<b>56.788</b>	<b>9,7%</b>	<b>7,6%</b>	<b>21,6%</b>
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	3	-	0,0%	0,0%	#DIV/0!
90 – Aplicações Diretas	67.163	53.509	9,4%	7,2%	25,5%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.890	3.279	0,3%	0,4%	-42,4%
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>576.739</b>	<b>620.523</b>	<b>80,9%</b>	<b>83,4%</b>	<b>-7,1%</b>
90 – Aplicações Diretas	576.739	620.523	80,9%	83,4%	-7,1%
<b>TOTAL</b>	<b>712.490</b>	<b>743.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4,2%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

#### Investimentos

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Investimentos são:

*“Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.”*

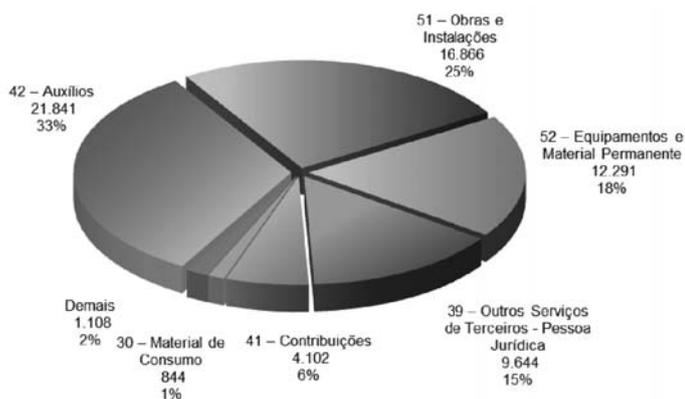
Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 66.695 milhões, o que representa 9,4% das despesas de capital da União. Esse valor foi praticamente o mesmo que o montante aplicado em 2012. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

DESPESAS DE INVESTIMENTOS	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
42 – Auxílios	21.841	22.461	32,7%	33,7%	-2,8%
51 – Obras e Instalações	16.866	17.204	25,3%	25,8%	-2,0%
52 – Equipamentos e Material Permanente	12.291	13.925	18,4%	20,9%	-11,7%
39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.644	8.350	14,5%	12,5%	15,5%
41 – Contribuições	4.102	2.869	6,2%	4,3%	43,0%
30 – Material de Consumo	844	820	1,3%	1,2%	2,9%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	252	201	0,4%	0,3%	25,7%
35 – Serviços de Consultoria	233	238	0,3%	0,4%	-1,7%
61 – Aquisição de Imóveis	195	242	0,3%	0,4%	-19,2%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	186	107	0,3%	0,2%	74,1%
70 – Rateio pela participação em Consórcio Público	77	29	0,1%	0,0%	166,2%
93 – Indenizações e Restituições	66	115	0,1%	0,2%	-42,4%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	25	30	0,0%	0,0%	-
04 – Contratação por Tempo Determinado	25	23	0,0%	0,0%	9,5%
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	16	13	0,0%	0,0%	17,8%
37 – Locação de Mão-de-Obra	11	27	0,0%	0,0%	-59,0%
36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9	3	0,0%	0,0%	151,6%
15 – Diárias - Militar	6	5	0,0%	0,0%	30,9%
14 – Diárias - Civil	6	3	0,0%	0,0%	118,4%
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0,0%	0,0%	-2,7%
<b>TOTAL</b>	<b>66.695</b>	<b>66.663</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões

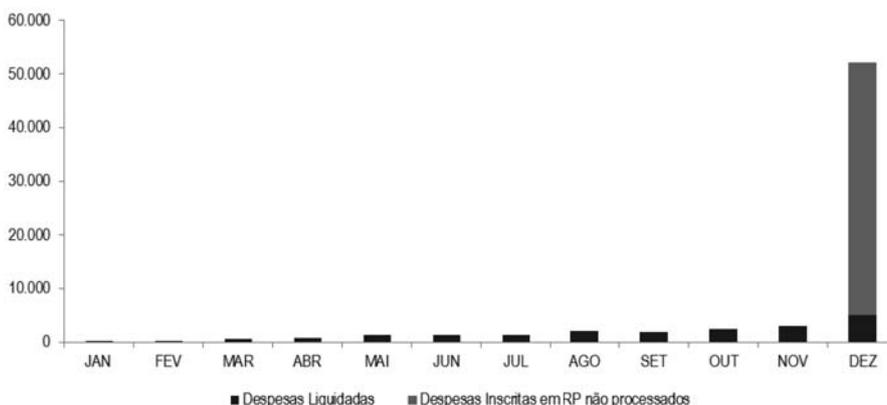


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada no gráfico seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto valor de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados, ou seja, despesas consideradas executadas, por terem sido empenhadas no exercício, mas não liquidadas até 31 de dezembro.

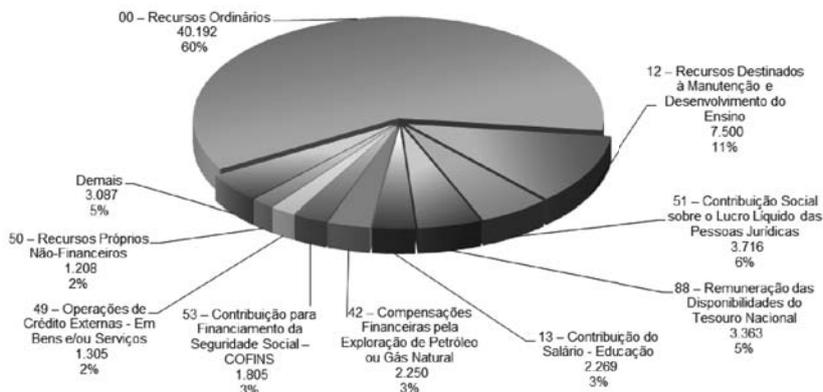
**DESPESAS DE INVESTIMENTOS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução dos investimentos.

**INVESTIMENTOS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

**Inversões Financeiras**

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Inversões Financeiras são:

*“Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.”*

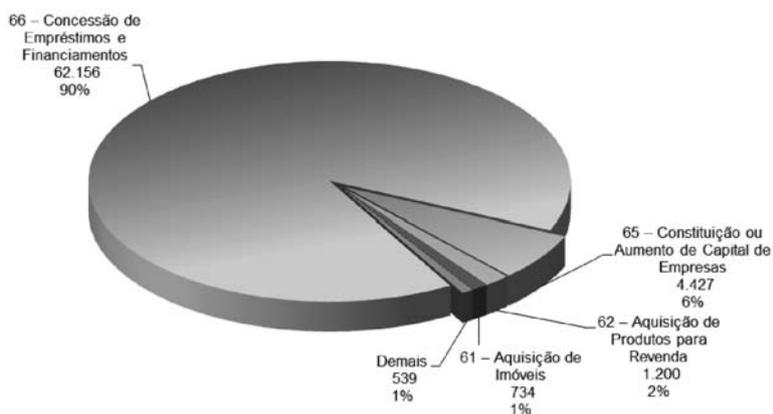
Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 69.056 milhões, o que representa 9,6% das despesas de capital da União. Esse valor foi 21,6% superior ao de 2012. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

**INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012**  
R\$ milhões

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
66 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos	62.156	51.802	90,0%	91,2%	20,0%
65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	4.427	2.890	6,4%	5,1%	53,2%
62 – Aquisição de Produtos para Revenda	1.200	802	1,7%	1,4%	49,6%
61 – Aquisição de Imóveis	734	885	1,1%	1,6%	-17,0%
91 – Sentenças Judiciais	536	403	0,8%	0,7%	32,9%
41 – Contribuições	3	-	0,0%	0,0%	-
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	0	-	0,0%	0,0%	-
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	-	5	0,0%	0,0%	-100,0%
93 – Indenizações e Restituições	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>69.056</b>	<b>56.788</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,6%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

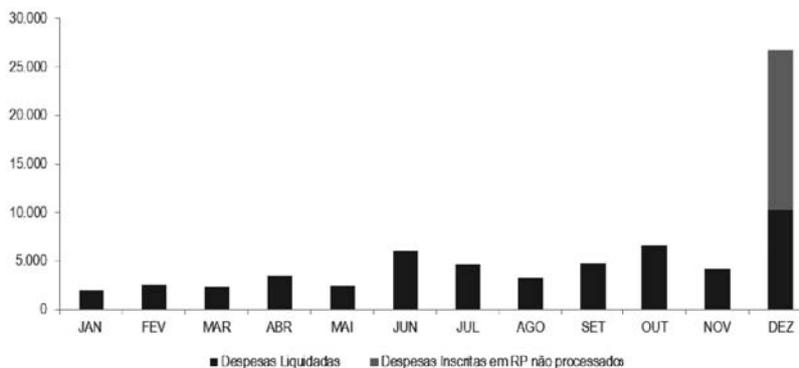
**COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada no próximo gráfico, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

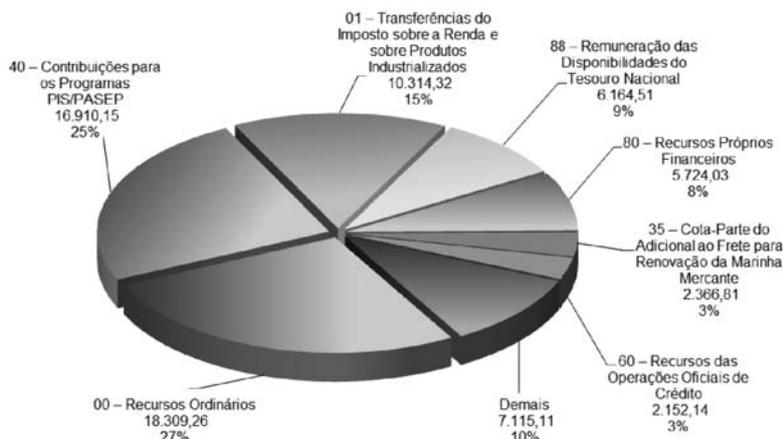
**DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

Por fim, o gráfico a seguir ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

**INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Nota: Inclui operações intraorçamentárias.

**Amortização da Dívida**

Conforme definição do MTO 2013, as despesas com Amortização da Dívida são:

*“Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.”*

Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 576.739 milhões, o que representa 80,9% das despesas de capital da União. Esse valor foi 7,1% inferior ao de 2012. A tabela seguinte mostra a composição das despesas desse grupo, e o gráfico seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

### AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2013 E 2012

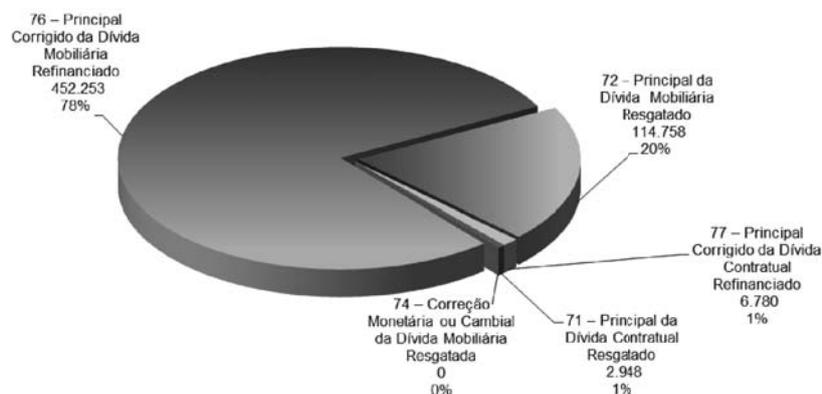
R\$ milhões

DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	VALOR		%		%
	2013	2012	2013	2012	2013/2012
76 – Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	452.253	297.165	78,4%	47,9%	52,2%
72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	114.758	211.291	19,9%	34,1%	-45,7%
77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	6.780	1.825	1,2%	0,3%	271,6%
71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.948	97.240	0,5%	15,7%	-97,0%
74 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada		13.002	0,0%	2,1%	-100,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>576.739</b>	<b>620.523</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,1%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2013

R\$ milhões

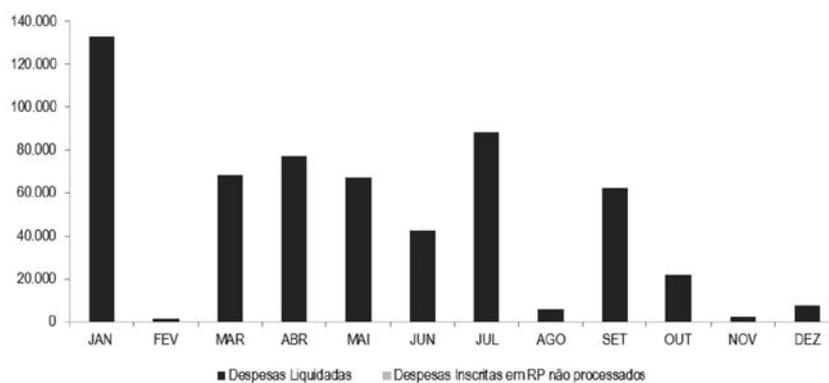


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada no gráfico a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

### DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2013

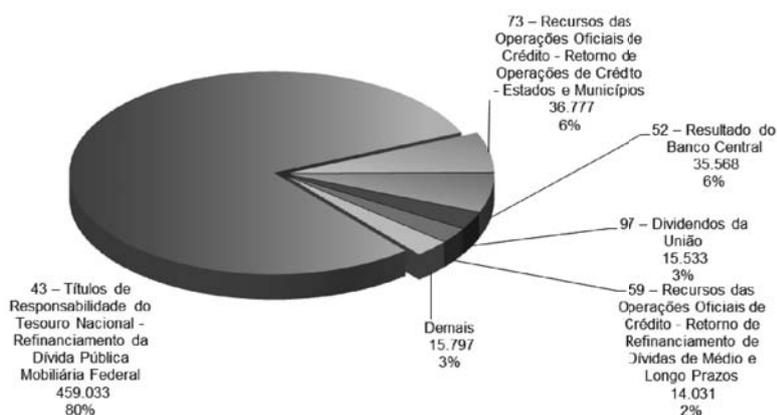
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o gráfico seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

### AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGENS DOS RECURSOS – 2013



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### 2.2.3. Resultado Orçamentário

A seguir, apresenta-se uma síntese da execução orçamentária do exercício de 2013.

### SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2013

R\$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOT. ATUALIZ.	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/ INSUF.
I – RECEITAS	2.165.911	1.884.566	281.344
Receitas Correntes	1.314.720	1.243.584	71.135
Receitas de Capital	851.191	640.982	210.209
II – DESPESAS	2.330.318	1.930.403	399.915
Despesas Correntes	1.302.756	1.217.913	84.843
Despesas de Capital	1.027.562	712.490	315.072
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.172	0	25.172
IV – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE		25.672	
V – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL		-71.508	
VI – SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II)		-45.836	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

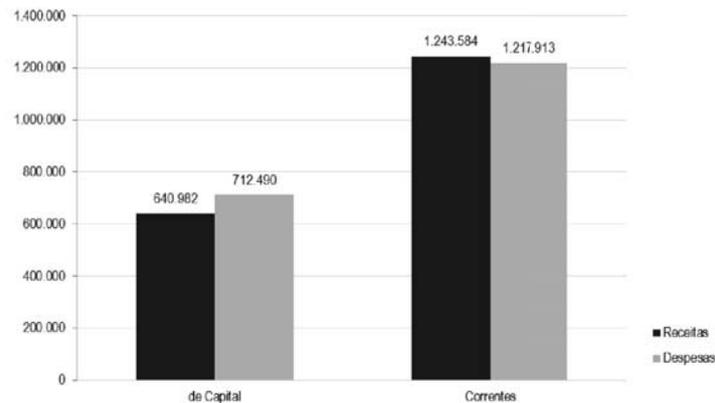
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O total da dotação atualizada das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício (às custas de superávit financeiro do exercício de 2012, por exemplo). Em 2013, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R\$ 281.344 milhões e uma economia na execução da despesa de R\$ 399.915 milhões.

A tabela demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi superior à execução das Despesas Correntes gerando um superávit corrente de R\$ 25.672 milhões, enquanto as Despesas de Capital superaram as Receitas de Capital em R\$ 71.508 milhões. No cômputo global da execução orçamentária, houve um déficit orçamentário de R\$ 45.836 milhões.

### SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2013

R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

#### 2.2.4. Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, tomou como base os valores fixados na Lei Orçamentária Anual e estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo, os limites de movimentação e empenho e de pagamento, em R\$ 272.088.848,6 mil<sup>5</sup> projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nos valores inicialmente disponibilizados, encerrando o exercício com os limites de movimentação e empenho e de pagamento, respectivamente, em R\$ 220.829.812 mil e R\$ 247.683.850 mil<sup>6</sup>.

5 Inclui valores relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

6 Inclui valores relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O total de despesas empenhadas, sujeitas ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, ao final de 2013, foi de R\$ 246.555.847 mil e o total pago foi de R\$ 170.078.193 mil, o que provocou um impacto de R\$ 76.477.654 mil no estoque de restos a pagar a serem inscritos para 2014.

Além disso, do montante de R\$ 98.711.139 mil de restos a pagar inscritos em 2012 e exercícios anteriores, sujeitas ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, apenas R\$ 48.968.950 mil foram pagos em 2013, sendo R\$ 6.368.720.224 mil cancelados, o que gerou a reinscrição de restos a pagar em R\$ 43.373.469 mil para 2014.

A tabela a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2013.

**EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2013, SUJEITOS A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA<sup>7</sup>**  
R\$ milhares

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	RP Inscritos e Reinscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar
20000 Presidência da República	321.252	58.133	216.941	46.178
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.599.215	95.321	979.204	524.690
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.802.243	240.300	1.336.121	1.225.822
25000 Ministério da Fazenda	1.483.915	193.123	728.687	562.104
26000 Ministério da Educação	12.468.395	655.670	7.165.611	4.647.113
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	190.358	24.263	126.583	39.511
30000 Ministério da Justiça	2.116.288	123.733	1.080.438	912.117
32000 Ministério de Minas e Energia	341.563	35.516	238.063	67.984
33000 Ministério da Previdência Social	475.274	29.064	346.116	100.093
35000 Ministério das Relações Exteriores	48.497	6.995	38.340	3.161
36000 Ministério da Saúde	14.255.194	1.181.008	6.626.359	6.447.827
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	724.541	101.326	366.052	257.163
39000 Ministério dos Transportes	13.476.704	1.036.257	7.164.910	5.275.536
41000 Ministério das Comunicações	406.137	27.961	273.026	105.150
42000 Ministério da Cultura	868.000	118.566	387.677	361.756
44000 Ministério do Meio Ambiente	226.753	33.895	119.200	73.658
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	166.283	49.977	85.975	30.330
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.197.590	172.968	1.031.639	992.974
51000 Ministério do Esporte	1.978.054	301.325	504.672	1.172.057
52000 Ministério da Defesa	6.012.109	141.271	4.776.148	1.094.690
53000 Ministério da Integração Nacional	5.118.065	565.218	2.217.451	2.335.396
54000 Ministério do Turismo	2.967.415	299.839	477.745	2.189.831
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.356.613	194.203	852.309	310.107
56000 Ministério das Cidades	24.165.758	594.056	9.991.157	13.580.546
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	203.229	27.898	60.225	115.105
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	1.122	75	676	372
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	4.623	367	3.527	729
62000 Secretaria de Aviação Civil	1.052.796	7.264	895.830	149.702
63000 Advocacia-Geral da União	47.050	2.901	40.919	3.231
64000 Secretaria de Direitos Humanos	120.163	10.111	82.013	28.039
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	69.456	12.275	34.866	22.316
66000 Controladoria-Geral da União	12.723	1.571	9.559	1.593
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	6.425	1.839	2.667	1.919
68000 Secretaria de Portos	579.713	20.173	212.647	346.893
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	-	-	-	-
71000 Encargos Financeiros da União	744.018	3.462	459.847	280.710
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	355	176	157	22
74902 Recursos sob Supervisão do FIEES	99.755	619	34.952	64.185
74912 Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	3.495	-	641	2.854
<b>TOTAL</b>	<b>98.711.139</b>	<b>6.368.720</b>	<b>48.968.950</b>	<b>43.373.466</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

7 Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

### 2.2.5. Parcelamento de Créditos

A redução considerável no valor de algumas modalidades de parcelamento é justificada pela migração dessas modalidades para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, intitulado "Reabertura do Refis da Crise", cujo prazo final de adesão foi o dia 31/12/2013. Em relação aos parcelamentos dos Órgãos do Poder Público, apesar do início da consolidação eletrônica dos parcelamentos da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, houve a publicação de uma nova modalidade de parcelamento voltada para esses contribuintes, por meio da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013. A consolidação eletrônica dos parcelamentos decorrentes da Lei nº 12.810/2013 está prevista ocorrer no final de ano de 2014.

#### ARRECAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB

Valores em R\$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	VALORES ARRECADADOS		VARIÇÃO % [(b-a)/a]	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL ( % )	
		2012 ( a )	2013 ( b )		2012	2013
Convencional e Ordinário*	Previdenciária	2.578.647.938	3.285.812.147	27,4%	20,90%	32,30%
	Fazendária	6.429.688.883	7.638.608.368	18,8%	31,22%	31,48%
	Total	9.008.336.821	10.924.420.515	21,3%	27,35%	31,72%
Refis (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	123.088.201	114.685.971	-6,8%	1,00%	1,13%
	Fazendária	205.118.555	227.516.520	10,9%	1,00%	0,94%
	Total	328.206.756	342.202.491	4,3%	1,00%	0,99%
Paex (MP nº 303/2009)	Previdenciária	136.756.608	121.880.192	-10,9%	1,11%	1,20%
	Fazendária	253.760.729	235.469.613	-7,2%	1,23%	0,97%
	Total	390.517.337	357.349.806	-8,5%	1,19%	1,04%
Paes (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	375.070.816	266.608.245	-28,9%	3,04%	2,62%
	Fazendária	827.500.347	611.508.909	-26,1%	4,02%	2,52%
	Total	1.202.571.163	878.117.154	-27,0%	3,65%	2,55%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	25.898.985	30.629.152	18,3%	0,21%	0,30%
	Fazendária	24.202.993	48.617.298	100,9%	0,12%	0,20%
	Total	50.101.978	79.246.449	58,2%	0,15%	0,23%
Simples (Lei Complementar nº 123/2006 e nº 128/2008)	Previdenciária	4.737.804	2.367.718	-50,0%	0,04%	0,02%
	Fazendária	135.637.374	148.548.241	9,5%	0,66%	0,61%
	Total	140.375.178	150.915.959	7,5%	0,43%	0,44%
Órgãos do Poder Público **	Previdenciária	1.147.829.019	795.721.657	-30,7%	9,30%	7,82%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	1.147.829.019	795.721.657	-30,7%	3,49%	2,31%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	4.320.860.297	3.498.970.979	-19,0%	35,02%	34,39%
	Fazendária	12.599.519.296	10.439.159.124	-17,1%	61,18%	43,02%
	Total	16.920.379.593	13.938.130.102	-17,6%	51,38%	40,47%
Lei nº 11.960/2009 e Parcelamento Ordinário ***	Previdenciária	3.623.980.913	1.973.011.289	-45,6%	29,37%	19,39%
	Fazendária	0	0	-	0,00%	0,00%
	Total	3.623.980.913	1.973.011.289	-45,6%	11,00%	5,73%
Lei nº 12.865/13 e Reabertura Lei nº 11.914/09	Previdenciária	0	83.065.602	-	0,00%	0,82%
	Fazendária	0	4.849.836.268	-	0,00%	19,99%
	Total	0	4.932.901.871	-	0,00%	14,32%
Outros ****	Previdenciária	625.331	590.436	-5,6%	0,01%	0,01%
	Fazendária	119.506.714	65.328.585	-45,3%	0,58%	0,27%
	Total	120.132.045	65.919.021	-45,1%	0,36%	0,19%
<b>TOTAL</b>	<b>Previdenciária</b>	<b>12.337.495.913</b>	<b>10.173.343.388</b>	<b>-17,5%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Fazendária</b>	<b>20.594.934.891</b>	<b>24.264.592.926</b>	<b>17,8%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Total</b>	<b>32.932.430.804</b>	<b>34.437.936.314</b>	<b>4,6%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: DW Arrecadação e Informar / \* Convencional Previdenciário Lei nº 8.212/91; Ordinário Fazendário e Previdenciário Lei nº 10.522/02. Ordinário Previdenciário consolidado

\*\* Lei nº 9.639/99 e Lei nº 11.196/05. / \*\*\* Lei nº 11.960/09 ainda não consolidado; Ordinário Previdenciário ainda não consolidados (código GPS 4103) / \*\*\*\* Previdenciária = Instituições de Ensino Superior (IES) (Lei nº 10.260/2001) e Parcelamento Clubes de Futebol (Lei nº 8.641/1993, art. 2º)

Fazendária = MP nº 449/2008, MP nº 470/2009, IES (Lei nº 10.260/2001) e Simples Federal.

Obs: Parcelamento convencional, Lei nº 11.941/2009 e outros (fazendários) = métrica: Arrecadação bruta classificada.

## 2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

#### Recursos Aplicados

No exercício de 2013, a União executou o montante de R\$ 53.890 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos, a qual atingiu o montante de R\$ 384.092 milhões. Para se chegar à base de cálculo do limite mínimo de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), foram deduzidos R\$ 145.021 milhões, referentes às transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R\$ 239.071 milhões. Ressalta-se que, a partir de 2011, por força da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, não são mais deduzidas da base de cálculo a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 22,54%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. A tabela a seguir demonstra as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

#### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2013

R\$ milhares

RECEITAS DO ENSINO RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (b)	
					(c) = (b/a) x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	415.379.586	415.379.586	71.552.003	384.092.019	92,47
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	33.718.989	33.718.989	6.554.378	37.138.811	110,14
Imposto sobre Importação - II	33.586.419	33.586.419	6.110.138	36.622.103	109,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	110.320	110.320	192.171	297.692	269,84
Dívida Ativa do II	8.103	8.103	262.330	266.336	3.286,79
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	14.146	14.146	3.323	10.059	71,11
(-) Deduções da Receita do II			-13.585	-57.379	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	49.540	49.540	31.893	156.160	315,22
Imposto sobre Exportação - IE	48.162	48.162	10.157	53.125	110,30
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	645	645	582	3.582	555,53
Dívida Ativa do IE	430	430	305	1.808	420,02
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	302	302	784	4.368	1.446,36
(-) Deduções da Receita do IE			20.065	93.277	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	281.952.301	281.952.301	51.449.375	272.232.036	96,55
Imposto sobre Rendas - IR	276.630.571	276.630.571	48.750.328	278.919.620	100,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	3.902.241	3.902.241	1.702.126	5.414.523	138,75
Dívida Ativa do IR	736.253	736.253	614.372	1.502.810	204,12
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	683.236	683.236	746.354	1.724.695	252,43
(-) Deduções da Receita do IR			-363.806	-15.329.612	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	724.469	724.469	145.398	843.731	116,46
Imposto Territorial Rural - ITR	634.458	634.458	113.473	752.920	118,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	42.432	42.432	17.543	57.516	135,55
Dívida Ativa do ITR	25.113	25.113	6.004	11.490	45,75
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	22.466	22.466	8.400	21.942	97,67
(-) Deduções da Receita do ITR			-22	-138	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	61.858.502	61.858.502	7.944.166	44.078.654	71,26
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	61.252.513	61.252.513	8.228.809	45.754.140	74,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	389.581	389.581	122.127	568.113	145,83
Dívida Ativa do IPI	112.361	112.361	187.224	481.313	428,36

RECEITAS DO ENSINO RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a) x100
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (b)	
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	104.048	104.048	64.926	304.391	292,55
(-) Deduções da Receita do IPI			-658.920	-3.029.302	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	37.068.082	37.068.082	5.423.966	29.629.865	79,93
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	36.957.900	36.957.900	5.325.057	29.173.842	78,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	107.254	107.254	120.086	220.896	205,96
Dívida Ativa do IOF	1.054	1.054	4.237	5.740	544,58
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	1.874	1.874	2.716	3.836	204,67
(-) Deduções da Receita do IOF			-28.131	225.550	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.703	7.703	2.828	12.762	165,67
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.703	7.703	2.572	11.355	147,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	256	1.407	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro			0	0	-

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS*		% (c) = (b/a) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	73.919.323	73.919.323	10.070.733	53.304.168	72,11
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS1 (23,5% de (1.3 + 1.5))	80.795.539	80.795.539	13.633.741	58.878.035	72,87
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	6.185.850	6.185.850	708.827	3.573.840	57,77
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB			5.417.716	28.721.003	
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS2 (1.7)	7.703	7.703	2.091	11.457	148,72
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	362.235	362.235	92.166	532.578	147,03
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	161.270.650	161.270.650	29.925.273	145.021.081	89,92
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	254.108.937	254.108.937	41.626.729	239.070.938	94,08
RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		% (c) = (b/a) x100
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	16.324.328	16.324.328	2.721.596	16.562.189	101,46
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0	-
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	0	0	527.082	0	-
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	16.324.328	16.324.328	3.248.678	16.562.189	101,46

Fonte - Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO - Dezembro/2013.

1 CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".

2 CF, art. 153 §5º.

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2013**  
**CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
 R\$ milhares

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	45.739.609	45.739.609	7.492.811	43.032.769	94,08	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g) = ((e+f)/d) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	3.213.822	3.213.822	451.694	2.563.749	650.073	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.404.927	2.350.782	285.171	604.394	1.454.103	87,57
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	0	0	0	0	0	0,00
18 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0	0	0,00
19 - ENSINO SUPERIOR	20.982.695	25.231.537	4.762.789	20.716.251	2.775.748	93,11
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	8.613.282	10.697.657	1.840.404	7.935.166	1.718.418	90,24
21 - OUTRAS	16.600.057	18.058.681	3.214.597	12.745.570	2.726.607	85,68
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	51.814.783	59.552.479	10.554.655	53.890.080		90,49
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37 p)**						567
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS						0
26 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24 + 25)*						0
27 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO3 [(22-26) / (9)] x 100%						22,54

Fonte – Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2013.

3 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

#### Aplicação por Programas

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação” que obteve 43,65% de todos os recursos aplicados, seguido dos programas “Educação Básica”, com 22,11% e “Educação Superior”, com 21,89%. A tabela a seguir demonstra os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

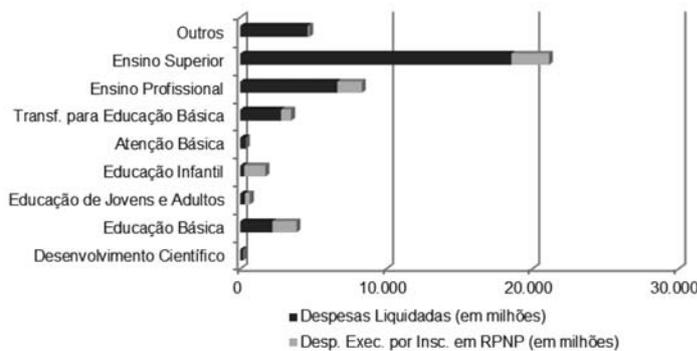
**DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2013**

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R\$ milhões) (*)	% do Total
2030	Educação Básica	10.029,73	22,11%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	5.607,05	12,36%
2032	Educação Superior	9.930,49	21,89%
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	19.805,85	43,65%
<b>TOTAL</b>		<b>45.373,12</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

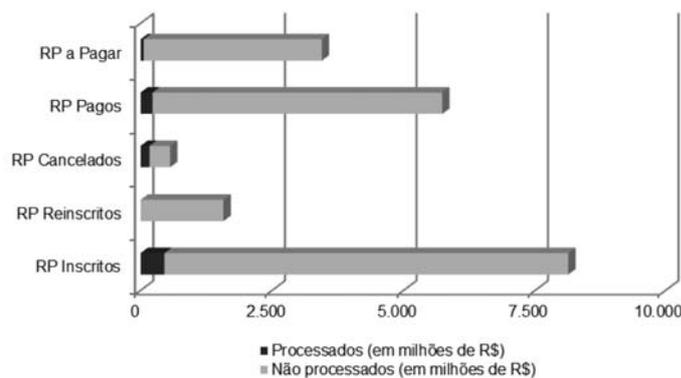
(\*) Valores compreendem as despesas liquidadas durante o exercício e as inscritas como restos a pagar não processados.

O gráfico a seguir demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não processados.



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

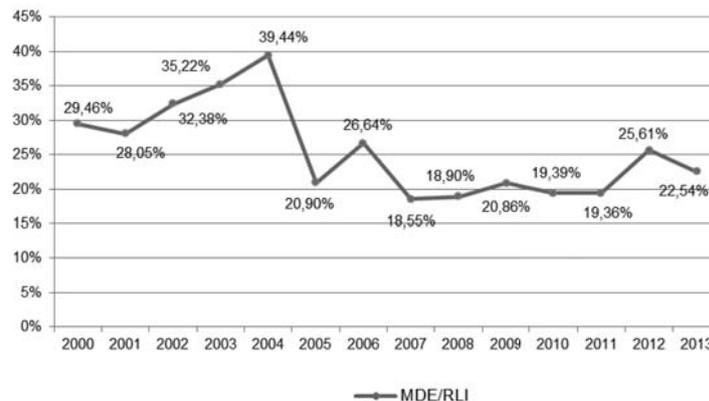
O gráfico a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No gráfico seguinte, nota-se que as despesas empenhadas com MDE não têm acompanhado de uma forma retilínea ou crescente a evolução da Receita Líquida de Impostos. A relação despesas com MDE/Receita Líquida de Impostos era de 29,46% no ano 2000, pulou para 39,44% em 2004, caiu para 18,55% em 2007 e voltou a subir nos últimos anos, chegando a 22,54% em 2013.

#### APLICAÇÃO MDE - PERCENTUAIS DE GASTOS COM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO À RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS



#### Execução dos Restos a Pagar Inscritos em 2013 e contabilizados para fins do cumprimento do limite com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) naquele Exercício

Em 2013, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R\$ 9.325 milhões, que foram inscritas, portanto, em restos a pagar não processados.

Por outro lado, computando-se apenas as despesas com indicador de Lei Calmon e Fonte 12 de Recursos, excluindo-se os elementos de despesa 1 e 3 (pensões e aposentadorias), chegamos ao valor de R\$ 9.290 milhões, conforme o gráfico abaixo.

Desse valor, R\$ 1.575 milhões foram reinscritos em 2013, enquanto R\$ 7.715 milhões foram inscritos efetivamente naquele ano. Do total, foram cancelados R\$ 394 milhões, foram pagos R\$ 5.510 milhões e ficaram a pagar R\$ 3.386 milhões.

A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2013 está prevista no Manual de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No entanto, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 2.316/08 TCU – Plenário, essa dedução não

foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. Ressalta-se que, para fins de transparência, a STN continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), publicado mensalmente.

Assim, dado que o valor total de despesas com ações típicas de MDE em 2013 foi de R\$ 53.890 milhões, é necessário descontar os valores cancelados de R\$ 394 milhões para averiguar se foi cumprida a exigência de investimento mínimo de 18% das receitas resultantes de impostos.

Como o total de receita líquida de impostos foi de R\$ 239.071 milhões, temos que foram investidos 22,38% das receitas em ações de MDE, apenas ligeiramente menos do que os 22,54% constantes dos demonstrativos resumidos de Execução Orçamentária, de modo que mesmo considerando os cancelamentos, a meta seria cumprida.

A execução desses restos a pagar encontra-se demonstrada na tabela abaixo.

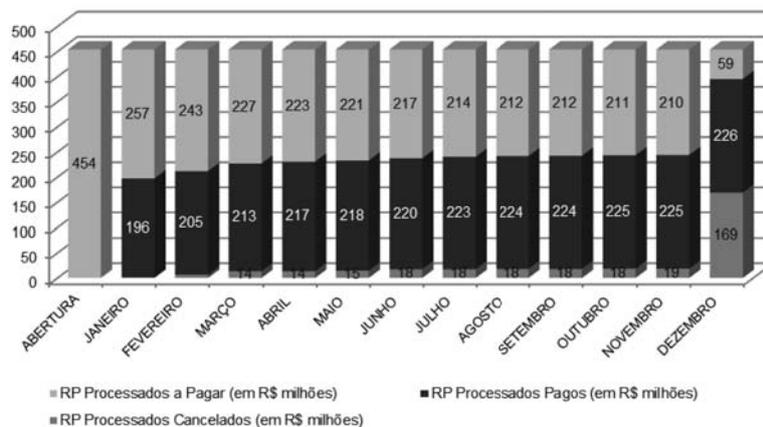
Deve ser reforçado que os valores estão ligeiramente diferentes dos publicados em RREO, já que além do filtro por Fonte 12 de Recursos, esses dados foram filtrados por indicador de Lei Calmon e exclusão de elementos de despesa referentes a aposentadorias e pensões.

**EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2013 E CONTABILIZADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO**

Restos a Pagar Processados	TOTAL (em milhões de R\$)	%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	453,97	100,00%
Restos a Pagar Processados Cancelados	168,90	37,20%
RP Processados Pagos	226,35	49,86%
RP Processados a Pagar	58,75	12,94%
Restos a Pagar Não Processados	TOTAL (em milhões de R\$)	%
RP Inscritos e Reinscritos	9.290,02	100,00%
Inscritos	7.715,21	83,05%
Reinscritos	1.574,80	16,95%
RP não-Processados Cancelados	394,16	4,24%
RP não-Processados Pagos	5.509,87	59,31%
RP não-Processados a Pagar	3.385,97	36,45%

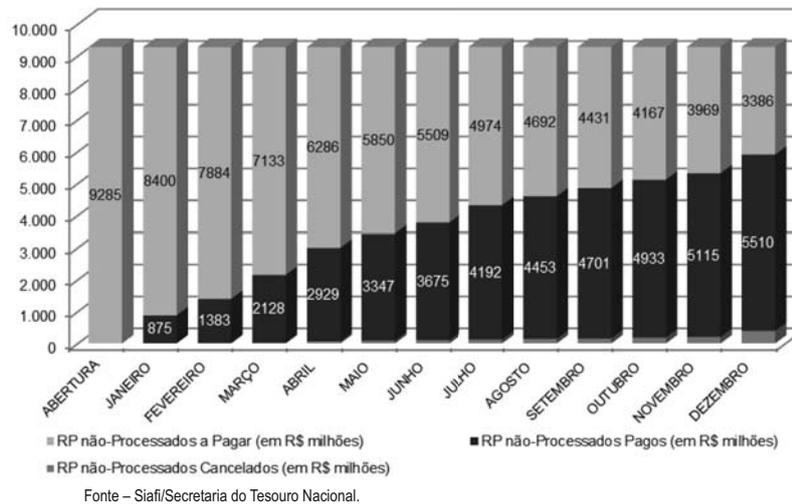
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 DOS RP NÃO-PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2012 – SALDOS ACUMULADOS**



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 DOS RP PROCESSADOS  
REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2012 – SALDOS ACUMULADOS**



### 2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198, da Constituição Federal, e do artigo 77, do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 12.465/2011 (LDO 2012), em seu artigo 48, §1º, define o conceito de “ações e serviços públicos”:

“Art. 48 [...]”

*§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, as transferências de renda a famílias e as despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3o, da Constituição.”*

Na tabela seguinte estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R\$ 92,7 bilhões no ano de 2013.

**DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
JANEIRO A DEZEMBRO – 2013**

Programa	Descrição do Programa	Despesas Empenhadas (em R\$ milhões)	%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	7.264,75	7,84%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	70,63	0,08%
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	7,93	0,01%
0910	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	64,75	0,07%
2015	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	71.938,86	77,60%
2055	Desenvolvimento Produtivo	365,92	0,39%
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1.025,69	1,11%
2067	Resíduos Sólidos	17,50	0,02%
2068	Saneamento Básico	1.248,92	1,35%
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	38,37	0,04%
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	10.658,66	11,50%
<b>TOTAL</b>		<b>92.701,98</b>	<b>100,00%</b>

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Execução em 2013 dos restos a pagar inscritos em 2012 e contabilizados para fins de cumprimento do mínimo objeto da Emenda Constitucional nº 29/2000, indicando se os cancelamentos porventura realizados comprometeriam o alcance do mínimo naquele exercício.**

No encerramento do exercício de 2013, do total da despesa orçamentária enquadrada no conceito de Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) para fins de cumprimento do mínimo constitucional com Saúde, R\$ 12.593 milhões correspondiam a valores empenhados e não liquidados – inscritos, portanto, em restos a pagar (RP) não processados. Desse montante, R\$ 808 milhões, ou 6,4%, foram cancelados ao longo de 2013, enquanto R\$ 6.332 milhões (50,3%) foram pagos e R\$ 5.453 milhões (43,3%) ainda não haviam sido pagos até o encerramento desse exercício.

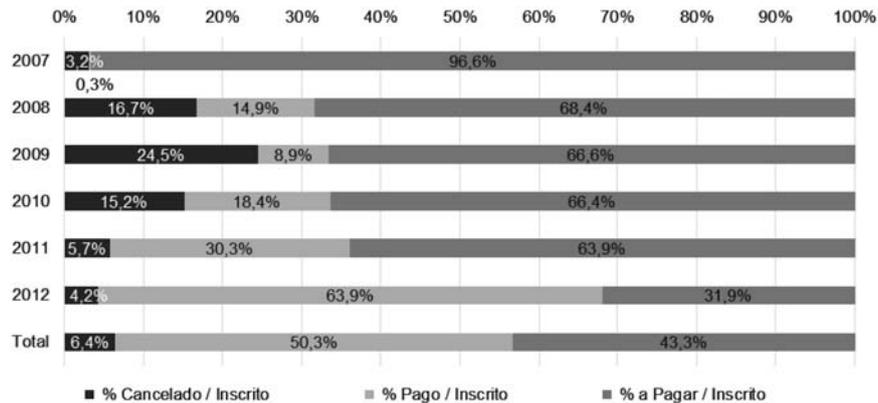
Além de despesas do exercício de 2013, inserem-se no conceito de restos a pagar não processados valores que já estavam na situação de restos a pagar na abertura desse exercício, ou seja, valores referentes a empenhos de exercícios anteriores que não haviam sido liquidados até o encerramento do exercício de 2012: são os restos a pagar não processados “reinscritos”, que alcançaram a soma de R\$ 4.295 milhões. Em 2013, desses restos a pagar não processados reinscritos, R\$ 480 milhões (11,1%) foram cancelados, R\$ 1.031 milhões (23,9%) foram pagos e R\$ 2.805 milhões (65,0%) permaneceram a pagar.

Todas essas informações podem ser inferidas da tabela a seguir. Em seguida, o gráfico ilustra os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2013 dos restos a pagar não processados, por ano do empenho.

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2013**  
R\$ milhões

Ano do Empenho	Inscritos em 2012	Reinscritos em 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar
2007		47,5	1,5	0,1	45,9
2008		103,7	17,3	15,4	70,9
2009		639,4	156,7	57,0	425,7
2010		883,5	134,1	162,7	586,6
2011		2.621,4	150,4	795,2	1.675,7
2012	8.297,2		348,1	5.301,2	2.647,8
<b>TOTAL</b>	<b>8.297,2</b>	<b>4.295,5</b>	<b>808,1</b>	<b>6.331,7</b>	<b>5.452,8</b>

Fonte: Siafi.

**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2013**

Fonte: Siafi.

Além disso, dentre os valores de ASPs do orçamento de 2013 que foram empenhados e liquidados, um montante de R\$ 2.298 milhões não foi pago até o encerramento de exercício, tendo sido, dessa forma, inscrito em restos a pagar processados. Em 2013, desse montante, R\$ 3,4 milhões foram cancelados (4,0%), R\$ 232 milhões foram pagos (97,9%) e R\$ 1,6 milhão restou a pagar (0,7%).

Também fazem parte do estoque de restos a pagar processados as despesas referentes a empenhos anteriores a 2012 já liquidadas, mas não pagas até o encerramento

desse exercício. Em 2013, esses restos a pagar processados de empenhos anteriores a 2012 somaram R\$ 2.061 milhões, dos quais R\$ 472 milhões (22,9%) foram cancelados, R\$ 269 milhões (13,0%) foram pagos, e R\$ 1.320 milhões permaneceram na situação de restos a pagar (64,1%).

Esses valores constam da tabela a seguir. Na sequência, o gráfico representa, para os restos a pagar processados de cada exercício, os percentuais de cancelamento, pagamento e não pagamento em 2013.

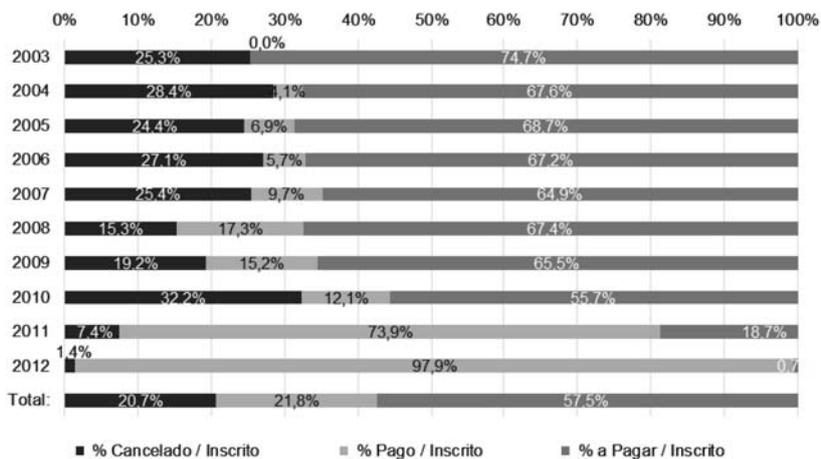
**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – UNIÃO – 2013**

R\$ milhões

Ano do Empenho	Inscritos em 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar
2003	22,8	5,8	-	17,1
2004	60,4	17,1	2,5	40,8
2005	91,2	22,3	6,3	62,6
2006	120,3	32,6	6,9	80,9
2007	550,2	139,8	53,4	357,0
2008	366,2	56,0	63,3	246,9
2009	529,0	101,8	80,4	346,8
2010	293,1	94,3	35,5	163,3
2011	27,9	2,1	20,6	5,2
2012	237,3	3,4	232,4	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>2.298,5</b>	<b>475,2</b>	<b>501,2</b>	<b>1.322,1</b>

Fonte: Siafi.

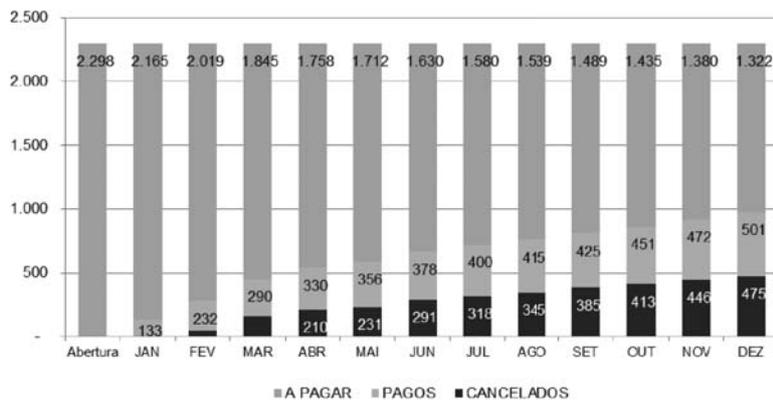
**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPs – UNIÃO – 2013**



Fonte: Siafi.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução dos valores acumulados dos cancelamentos, pagamentos e estoque a pagar dos restos a pagar não processados e processados mês a mês ao longo do exercício de 2013, a partir dos saldos da abertura.

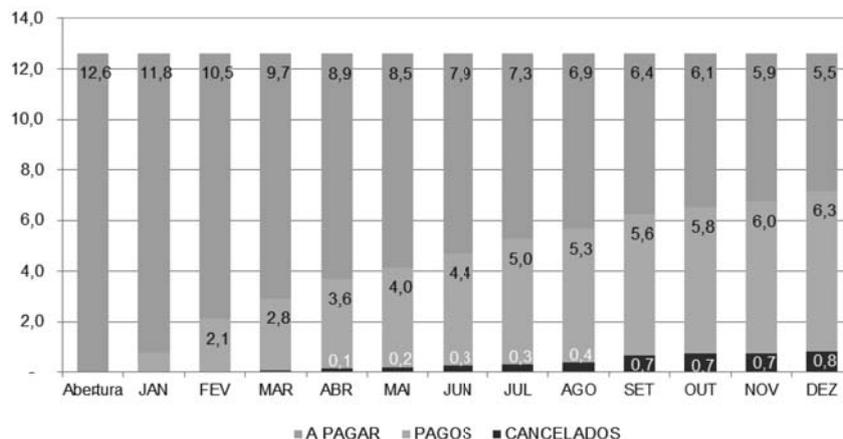
**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPs – VALORES ACUMULADOS – 2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi.

### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE DESPESAS COM ASPS – VALORES ACUMULADOS – 2013

R\$ bilhões



Fonte: Siafi.

Com relação ao impacto dos cancelamentos de restos a pagar no cumprimento do mínimo constitucional com ASPs em 2012, é preciso lembrar que esse mínimo é definido como a despesa empenhada no exercício anterior acrescida da variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ou seja, o valor mínimo para a despesa empenhada com ASPs em 2012 correspondia ao valor da despesa empenhada de 2011 acrescida da variação percentual do PIB.

Assim, como se trata de comparar despesas empenhadas, para verificar o impacto dos cancelamentos de restos a pagar – que, ressalte-se, foram computados como parte da despesa empenhada no exercício dos respectivos empenhos – é preciso considerar os cancelamentos referentes a

empenhos dos dois exercícios em questão: 2012 e 2011. Em outras palavras, deve-se ajustar tanto a despesa empenhada de 2012 pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2012, quanto a despesa empenhada de 2011 (que é a base de cálculo para definição do mínimo de 2012) pelos cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2011.

A tabela a seguir demonstra os cancelamentos de restos a pagar, conforme o exercício em que os respectivos empenhos foram emitidos (ou seja, o exercício em que o empenho inscrito em resto a pagar foi considerado despesa com ASPs), ocorridos ao longo dos exercícios de 2012 e 2013.

### CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM ASPS POR EXERCÍCIO DO EMPENHO – UNIÃO – 2012 E 2013

R\$ milhões

Exercício do Empenho	Cancelados em 2012	Cancelados em 2013	Total de cancelamentos de RP referentes a empenhos do exercício
2011	510,6	170,5	681,1
2012		348,1	348,1
<b>TOTAL</b>	<b>510,6</b>	<b>518,6</b>	<b>1.029,2</b>

Fonte: Siafi

Ou seja, das despesas empenhadas com ASPs em 2011 e inscritas em restos a pagar nesse exercício, R\$ 681,1 milhões foram cancelados em 2011 e 2012. Além disso, do montante empenhado com ASPs em 2012 que foi inscrito em restos a pagar, R\$ 348,1 milhões foram cancelados em 2013. Com essas informações, podemos verificar o cumprimento do mínimo constitucional com Saúde em 2012, atualizando as despesas empenhadas nos exercícios de 2012 e 2011 com os respectivos cancelamentos de restos a pagar ocorridos desde então:

**IMPACTO DOS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO LIMITE COM ASPS DE 2013 – UNIÃO**  
R\$ milhares

(A.I)	Despesa empenhada em 2011	72.356.648
(A.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2011	681.099
<b>(A.II) = (A.I) - (A.Canc)</b>	<b>Despesa empenhada de 2011 atualizada</b>	<b>71.675.549</b>
<b>(PIB)</b>	<b>Variação nominal do PIB</b>	<b>9,89%</b>
(M.I) = (A.I)*[1 + (PIB)]	Mínimo original para a Despesa empenhada de 2012	79.512.720
(M.II) = (A.II)*[1 + (PIB)]	Mínimo atualizado para a Despesa empenhada de 2012	78.764.261
(B.I)	Despesa empenhada em 2012	80.073.777
(B.Canc)	Cancelamentos de RP não processados referentes a empenhos de 2012	348.099
(B.II) = (B.I) - (B.Canc)	Despesa empenhada de 2012 atualizada	79.725.678
<b>(VAR.I) = (B.I) / (A.I)</b>	<b>Despesa empenhada de 2012 / Despesa empenhada de 2011</b>	<b>10,67%</b>
<b>(VAR.II) = (B.II) / (A.II)</b>	<b>Despesa empenhada de 2012 atualizada / Despesa empenhada de 2011 atualizada</b>	<b>11,23%</b>

Fonte: Siafi e Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União de dezembro de 2011, Anexo XV.

Da análise da tabela acima, percebe-se que os cancelamentos de restos a pagar das despesas com ASPS não prejudicaram o cumprimento do limite constitucional de que trata a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no exercício de 2012. Na verdade, levando-se em conta os cancelamentos de restos a pagar referentes a empenhos de 2011 e 2012 – que foram, à época, computados entre as despesas desses exercícios consideradas no cálculo do mínimo constitucional com Saúde em 2012 –, o cumprimento da aplicação mínima em Saúde em 2012 seria até mesmo mais amplo do que com os valores originais: a variação da aplicação, ou seja, o crescimento das despesas empenhadas com ASPS de 2011 para 2012 foi de 10,67% (o mínimo exigido era a variação do PIB, que foi de 9,89%), enquanto que a variação do valor das despesas empenhadas de 2011, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2011, para o das despesas empenhadas de 2012, descontado dos cancelamentos de restos a pagar de empenhos de 2012, foi de 11,23%.

Essa situação ocorre em razão de terem sido cancelados, no período considerado, mais restos a pagar referentes a empenhos de 2011 do que a empenhos de 2012.

### **2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização

do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a formação do Fundo atingiu o patamar de 20%.

O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, a título de complementação, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos Estados e Municípios de todo o país. Em 2013, esse valor atingiu R\$ 9,3 bilhões.

O total distribuído pelo Fundeb em 2013 foi de R\$ 116,7 bilhões, com um crescimento de 9,4% em relação a 2012. Desse total, 55% foram destinados aos Municípios e 45% aos Estados.

**VALORES DO FUNDEB, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS**  
R\$ mil

UF	Origem FPE	Origem FPM	Origem IPI	Origem COUN	Origem LC8796	Origem ITR	Origem ICMS	Origem IPVA	Origem ITCMD	TOTAL	Parcela destinada ao Estado	Parcela destinada aos Municípios	Parcela com origem nas transferências da União	Parcela com origem nos tributos Estaduais	Distribuição entre as UF
AC	455.884	73.717	41	-	355	69	159.469	9.083	331	688.950	64%	36%	76%	24%	0,6%
AL	554.377	331.607	1.401	425.126	3.277	276	542.712	34.178	1.369	1.894.321	29%	71%	69%	31%	1,6%
AM	371.850	213.078	5.644	545.074	3.931	212	1.483.394	49.117	1.325	2.673.625	46%	54%	43%	57%	2,3%
AP	454.685	64.130	1.888	-	1.585	103	157.902	10.617	127	681.038	70%	30%	75%	25%	0,6%
BA	1.252.142	1.272.506	46.364	2.251.919	14.495	5.579	3.116.737	174.397	14.956	8.149.094	32%	68%	59%	41%	7,0%
CE	977.718	691.828	5.901	1.092.076	6.352	469	1.659.774	106.753	12.579	4.553.452	26%	74%	61%	39%	3,9%
DF	91.976	23.349	1.132	-	3.158	209	498.396	23.260	8.178	649.657	100%	0%	18%	82%	0,6%
ES	199.891	241.915	50.405	-	16.627	631	1.768.059	81.526	7.745	2.366.798	36%	64%	22%	78%	2,0%
GO	378.873	508.525	16.340	-	5.205	11.701	2.423.830	159.610	31.978	3.536.062	46%	54%	26%	74%	3,0%
MA	961.900	579.574	8.904	1.984.168	6.547	603	832.754	56.379	1.278	4.432.107	24%	76%	80%	20%	3,8%
MG	593.609	1.826.345	131.225	-	50.326	16.730	7.272.046	677.674	107.881	10.675.836	55%	45%	25%	75%	9,2%
MS	177.503	212.174	13.035	-	4.815	20.662	1.258.003	57.906	18.753	1.762.851	45%	55%	24%	76%	1,5%
MT	307.552	257.284	11.066	-	7.569	13.977	1.288.727	85.148	11.237	1.962.561	56%	44%	30%	70%	1,7%
PA	814.488	512.408	55.534	1.976.203	17.018	2.073	1.544.915	73.744	2.871	4.999.254	31%	69%	68%	32%	4,3%
PB	638.171	450.266	1.044	153.598	1.121	241	765.074	37.714	3.044	2.050.273	41%	59%	61%	39%	1,8%
PE	919.524	686.707	6.619	431.527	5.794	729	2.325.697	132.182	12.336	4.521.114	40%	60%	45%	55%	3,9%
PI	575.872	369.345	172	399.056	1.176	1.598	539.071	33.507	2.409	1.922.206	33%	67%	70%	30%	1,6%
PR	394.216	940.111	68.048	-	39.322	12.788	4.187.683	390.047	57.112	6.079.328	55%	45%	24%	76%	5,2%
RJ	203.582	419.828	169.565	-	22.874	1.551	6.303.617	433.319	133.905	7.688.242	34%	66%	11%	89%	6,6%
RN	556.749	351.012	816	12.970	1.412	315	628.032	40.974	5.214	1.597.495	41%	59%	58%	42%	1,4%
RO	375.208	122.623	1.593	-	973	604	554.633	21.724	838	1.078.197	56%	44%	46%	54%	0,9%
RR	330.579	62.879	47	-	149	93	103.774	3.582	236	501.339	63%	37%	79%	21%	0,4%
RS	313.802	937.120	70.668	-	39.173	12.854	4.823.273	405.124	70.762	6.672.775	51%	49%	21%	79%	5,7%
SC	170.547	542.678	46.286	-	14.006	2.310	2.868.725	240.784	27.777	3.913.112	45%	55%	20%	80%	3,4%
SE	553.737	207.842	423	-	977	209	491.174	25.118	2.915	1.282.394	41%	59%	60%	40%	1,1%
SP	133.260	1.859.056	178.692	-	121.453	25.065	24.082.954	2.468.197	309.928	29.178.606	53%	47%	8%	92%	25,0%
TO	578.350	197.947	604	-	307	1.495	335.196	24.550	2.347	1.140.796	56%	44%	68%	32%	1,0%
<b>TOTALS</b>	<b>13.326.042</b>	<b>13.945.856</b>	<b>883.460</b>	<b>9.271.719</b>	<b>390.000</b>	<b>133.144</b>	<b>71.955.621</b>	<b>5.856.211</b>	<b>849.430</b>	<b>116.661.483</b>	<b>45%</b>	<b>55%</b>	<b>33%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>
<b>Partic.</b>	<b>11,4%</b>	<b>12,0%</b>	<b>0,8%</b>	<b>7,9%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>61,7%</b>	<b>5,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>45%</b>	<b>55%</b>	<b>33%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>

Obs.: Não contempla os valores da redistribuição do Fundeb no Estado da Bahia lançados em dezembro/2013

## 2.4. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE LEGAL (LRF)

O objetivo desta seção é analisar o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela LRF. Inicialmente será apresentado um panorama sobre o cumprimento dos limites legais e depois serão apresentadas informações específicas para cada um dos indicadores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu indicadores para monitorar a qualidade da gestão fiscal. Dentre os indicadores estão os limites legais para a despesa com pessoal, a dívida consolidada líquida, as garantias de

valores e as operações de crédito. Os limites são calculados a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), que em 2013 totalizou R\$ 656 bilhões.

Por exemplo, o Poder Executivo da União não pode comprometer mais que 37,90% da RCL com a despesa com pessoal, o que representou, em 2013, um teto de R\$ 248,6 bilhões para este tipo de despesa. A Tabela a seguir informa que a União obedeceu os limites legais em 2013.

### LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Poder Executivo - União 2013

Limites Legais em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)

	Limite Legal (% da RCL)	Realizado (% da RCL)	Obedeceu o Limite?
Despesa com Pessoal	37,90%	22,94%	sim
Dívida Consolidada Líquida	não há	170,72%	sim
Total das Garantias de Valores	60,00%	26,55%	sim
Operações de Crédito Externas e Internas	60,00%	0,00%	sim

Além dos limites legais, a LRF exige que o Poder Executivo da União tenha recursos financeiros suficientes para fazer frente aos valores inscritos em restos a pagar não processados do exercício. O Poder Executivo também cumpriu esta exigência, pois encerrou o exercício de 2013 com R\$ 445 bilhões de suficiência financeira após abater os valores necessários para fazer frente aos restos a pagar não processados do exercício. A seguir serão analisados individualmente os limites supracitados.

### 2.4.1. Despesa com Pessoal

O Poder Executivo da União cumpriu em 2013 o limite legal referente à despesa com pessoal. De acordo com a legislação vigente, o limite máximo para o Poder Executivo é de 40,9% da RCL, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. Logo, o limite de 40,9% é subdividido e o teto para a despesa com pessoal do Poder Executivo da União é de 37,9% da Receita Corrente Líquida.

### DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Poder Executivo - União 2006 a 2013 - Quanto a Despesa com Pessoal representa da Receita Corrente Líquida

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Realizado	21,5%	20,5%	21,9%	24,3%	24,2%	23,8%	21,7%	22,9%
Limite Legal	37,9%	37,9%	37,9%	37,9%	37,9%	37,9%	37,9%	37,9%

A despesa com pessoal atingiu o montante de R\$ 150,5 bilhões em 2013, o que representa um crescimento de 12,8% em relação a despesa de 2012. O aumento da despesa com pessoal é resultado da elevação dos gastos com servidores ativos (R\$ 7,8 bilhões) e com aposentados e pensionistas (R\$ 6,8 bilhões).

### DESPESA COM PESSOAL

Poder Executivo - União 2006 a 2013 - Despesa com Pessoal (valores nominais em R\$ bilhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa com Pessoal	74,0	79,1	93,7	106,4	121,1	133,2	133,5	150,5

## 2.42. Dívida Consolidada Líquida

Ainda não foi definido um limite legal para a Dívida Consolidada Líquida (DCL)<sup>8</sup>. Em 2013 a DCL atingiu o montante de R\$ 1,12 trilhão enquanto a Dívida Consolidada registrou o valor de R\$ 3,13 trilhões. A diferença R\$ 2,01 trilhões entre a DCL e a Dívida Consolidada é fruto das Deduções, ou seja, a DCL é igual à Dívida Consolidada menos Deduções. De 2008 a 2013 a Dívida Consolidada, a DCL e as Deduções cresceram em ritmos diferentes. Enquanto a DCL aumentou 47% no período (R\$ 360 bilhões), as deduções subiram 111% (R\$ 1.056 bilhões).

### DÍVIDA CONSOLIDADA Poder Executivo - União 2008 a 2013 - Dívida Consolidada (valores nominais em R\$ trilhões)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Consolidada	1,71	2,18	2,48	2,74	2,95	3,13
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,76	0,97	1,02	1,07	1,09	1,12
Deduções	0,95	1,21	1,46	1,66	1,87	2,01

Em 2013, a principal Dedução da Dívida Consolidada é decorrente dos recursos do Tesouro Nacional depositados no Banco Central do Brasil (R\$ 652 bilhões). As outras duas Deduções mais representativas são as dívidas que Estados e Municípios<sup>9</sup> têm junto à União (R\$ 481 bilhões) e os créditos bancários<sup>10</sup> (R\$ 437 bilhões).

### DEDUÇÕES DA DÍVIDA CONSOLIDADA Poder Executivo - União 2008 a 2013 - Deduções da Dívida Consolidada (valores nominais em R\$ bilhões)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Depósitos do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil	255	406	405	476	618	652
Dívida Renegociada Estados e Municípios*	370	367	406	429	457	481
Créditos Bancários	11	9	266	353	385	437
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	105	219	195	213	209	240
Disponibilidades do FAT	136	140	148	158	172	187
Demais	77	67	41	34	25	14

\* Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01

A principal dedução da Dívida Consolidada, o valor dos depósitos do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil (BCB), é obtida a partir do saldo da Conta Única<sup>11</sup>. É importante ressaltar que os recursos da União são organizados e classificados por fonte de recurso. A fonte de recurso permite identificar tanto a origem quanto uma eventual destinação do recurso. Por exemplo, a fonte de recurso 97 identifica, por um lado, que o recurso é proveniente de dividendos pagos pelas estatais à União e, por outro lado, que este recurso só pode ser utilizado para o pagamento da dívida pública. Os controles contábeis e orçamentários atuais não permitem segregar o saldo da Conta Única por fonte de recurso. Contudo, ao analisar o saldo da conta contábil "disponibilidade por fonte"<sup>12</sup> é possível ter um panorama aproximado do saldo da Conta Única por tipo de recurso. A tabela a seguir apresenta a disponibilidade de caixa por tipo de recurso.

8 A partir de 2010 houve uma importante alteração metodológica na elaboração desse demonstrativo, uma vez que sua apuração passou a ser feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, a partir dos dados do Siafi, em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara. Desse modo, os dados até 2009 têm por fonte o Banco Central do Brasil; a partir de 2010, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem nº 154/2000 e Aviso nº 1.354 - Casa Civil, de 2000.

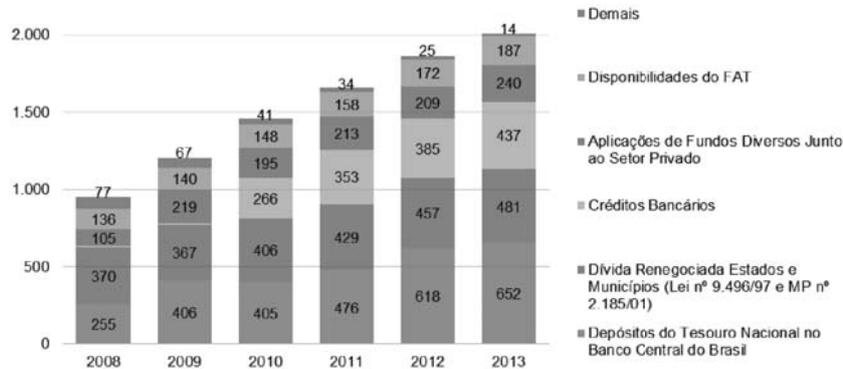
9 Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001

10 Na DCL Créditos Bancários está registrado com o título de "Outros Créditos Bancários".

11 A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações. Constitui importante instrumento de controle das finanças públicas, uma vez que permite a racionalização da administração dos recursos financeiros, reduzindo a pressão sobre a caixa do Tesouro, além de agilizar os processos de transferência e descentralização financeira e os pagamentos a terceiros.

12 Por sinal, esta é a nova metodologia para obter as informações utilizadas na elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.

**PODER EXECUTIVO - UNIÃO 2008 A 2013**  
**Dívida Consolidada: Deduções (valores nominais em R\$ bilhões)**



Devido à natureza das contas contábeis, o valor dos depósitos do Tesouro Nacional no BCB (R\$ 652 bilhões) não precisa ser igual ao saldo da disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício (R\$ 564,5 bilhões). Contudo, a disponibilidade de caixa indica que nem todos os recursos estão vinculados a despesas relacionadas com a Dívida Consolidada. Por exemplo, os Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados estão "marcados" e devem ser transferidos para os entes federativos em questão. Desta forma, apenas o montante de R\$ 227,6 bilhões de Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeira e os R\$ 83,7 bilhões de Recursos do Tesouro Nacional podem ser utilizados a qualquer momento para pagar despesas referentes à Dívida Consolidada. Os demais recursos, antes de poderem ser efetivamente utilizados para pagar a Dívida Consolidada, necessitam desde ajustes mais simples (um mero remanejamento de fonte) até alterações nas normas legais.

**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA**  
**Poder Executivo - União (2013)**  
**Disponibilidade de Caixa Líquida**

FONTE	R\$ Bilhões
<b>Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras</b>	<b>227,6</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	117,5
<b>Recursos do Tesouro Nacional</b>	<b>83,7</b>
Outros Recursos Vinculados a Fundos	35,6
Recursos vinculados à Seguridade Social	28,8
Recursos vinculados à Educação	13,8
Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	11,1
Recursos a Classificar	9,8
Recursos de Alienação de Bens e Direitos	0,6
Recursos de Doações	0,1
Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	-10,4
Demais Recursos	46,6
<b>TOTAL</b>	<b>564,5</b>

A segunda dedução mais importante, a Dívida Renegociada Estados (Lei nº 9.496/97)<sup>13</sup> e Municípios (MP nº 2.185/01), apresenta trajetória crescente e passou, em termos nominais,

<sup>13</sup> Os Estados pagarão os valores refinanciados em até 360 prestações mensais (trinta anos), atualizadas pela variação positiva do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), com juros mínimos de 6% a.a.. O Programa contou com a adesão de 26 Estados da Federação (somente o estado de Tocantins não aderiu ao Programa).

de R\$ 370 bilhões em 2008 para R\$ 481 bilhões<sup>14</sup> em 2013. Dadas as características dos contratos envolvendo a renegociação das dívidas (prazo para amortização, sistema price, indexador e a possibilidade do ente limitar o pagamento da dívida a um percentual da arrecadação/Receita Real

<sup>14</sup> A dívida dos Estados é de R\$ 410,4 bilhões e a dos Municípios é de R\$ 70,7 bilhões.

Líquida<sup>15</sup>), a tendência é que o estoque da dívida aumente ano após ano.

Esta dinâmica deve se manter pelos próximos 15 anos, quando se encerra o prazo para os estados quitarem a dívida. Após este prazo, caso um determinado estado não tenha quitado integralmente o débito, o ente terá um prazo adicional de 10 anos<sup>16</sup> para pagar o resíduo, mas sem o benefício de limitar os pagamentos a um percentual da RCL.

A terceira dedução mais importante, Créditos Bancários, teve o maior crescimento absoluto no período de 2008 a 2013. Em

valores nominais, os Créditos Bancários passaram de apenas R\$ 11 bilhões em 2008 para R\$ 437 bilhões em 2013.

O crescimento está diretamente associado a uma alteração, em 2010, nos critérios de reconhecimento dos crédito bancários. Até 2009 os créditos concedidos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 129,2 bilhões integravam a linha “Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado”, a partir de 2010 os créditos concedidos ao BNDES passaram a ser alocados na linha “Outros Créditos Bancários”.

Em 2008, dois anos antes da alteração do critério, os créditos junto ao BNDES totalizavam R\$ 37 bilhões. No ano da alteração do critério, 2010, os créditos junto ao BNDES somavam R\$ 253 bilhões (95% dos créditos bancários). Desde então os créditos junto ao BNDES cresceram e atingiram o montante de R\$ 421 bilhões em 2013.

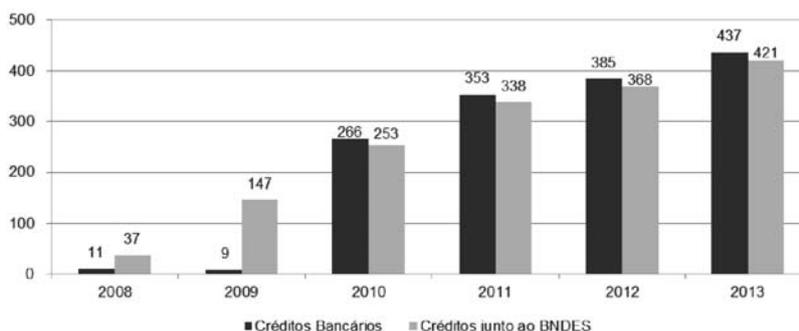
15

O teto só é válido para a dívida intra-limite.

16

O § 5º do Art. 6º da Lei nº 9.496/1997 estabelece que um “eventual saldo ... poderá ser renegociado nas mesmas condições previstas nesta Lei, em até 120 (cento e vinte) meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento”.

**PODER EXECUTIVO - UNIÃO 2008 A 2013**  
**Detalhamento das Deduções referentes aos Créditos Bancários (valores nominais em R\$ bilhões)**



Desta forma, a flexibilidade do Poder Executivo em utilizar os saldos registrados nas deduções para quitar a Dívida Consolidada depende, principalmente, do grau de vinculação da receita (fonte de recurso) e da qualidade dos créditos junto aos Estados, Municípios e BNDES.

**2.4.3. Garantias e Contragarantias de Valores**

O Poder Executivo da União cumpriu o limite legal referente às garantias. De acordo com as normas vigentes, o Poder Executivo pode conceder garantias até o limite de 60% da RCL. Em 2013 as garantias representaram 26,5% da RCL.

**GARANTIAS CONCEDIDAS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**Poder Executivo - União 2006 a 2013 - Quanto as Garantias Concedidas representam da Receita Corrente Líquida**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Realizado	22,6%	17,9%	21,7%	20,0%	17,5%	20,5%	21,6%	26,5%
Limite Legal <sup>1</sup>	-	-	60,0%	60,0%	60,0%	60,0%	60,0%	60,0%

Desde 2010 cresce o montante de garantias concedidas pelo Poder Executivo. Em 2013 as garantias atingiram um patamar de R\$ 174,2 bilhões. Em termos nominais houve um acréscimo de R\$ 86,9 bilhões entre 2010 e 2013, o que representa um aumento de 99,2%.

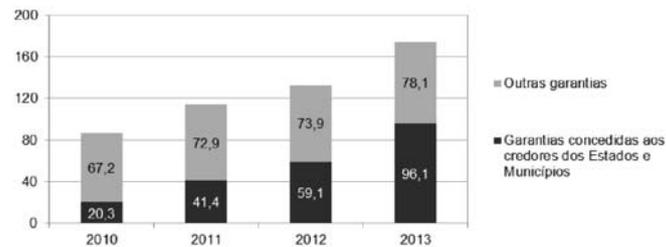
**GARANTIAS CONCEDIDAS****Poder Executivo - União 2006 a 2013 - Total das Garantias Concedidas (valores nominais em R\$ bilhões)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Garantias Concedidas	77,8	69,3	92,8	87,3	87,4	114,4	133,0	174,2

O Poder Executivo concede os mais variados tipos de garantias. Dentre elas destacam-se as garantias concedidas ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE) - R\$ 28,8 bilhões, Empresa Gestora de Ativos (Emgea) - R\$ 7,1 bilhões e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) - Itaipu Binacional (R\$ 11,1 bilhões). A partir de 2010 as garantias concedidas a Estados, Municípios e Entidades Controladas se tornaram as mais representativas entre todas as garantias concedidas pelo Poder Executivo da União.

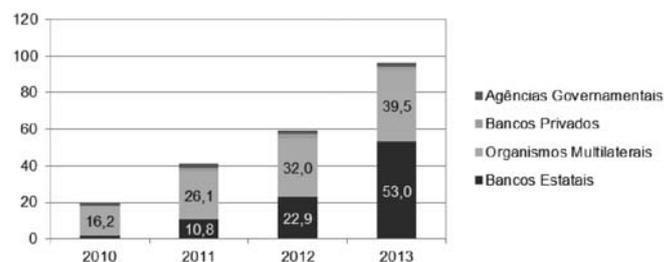
Em 2010 as garantias destinadas a Estados, Municípios e Entidades Controladas totalizavam R\$ 20,3 bilhões e representavam 23% do total das garantias. Em 2013 as garantias concedidas aos entes federados totalizavam R\$ 96,1 bilhões e representavam 55% do total das garantias.

**PODER EXECUTIVO - UNIÃO 2010 A 2013**  
**Total das Garantias Concedidas pela União (valores nominais em R\$ bilhões)**



As garantias concedidas a Estados, Municípios e Entidades Controladas são destinadas majoritariamente (55% do total em 2013) para cobrir operações de crédito junto a bancos estatais (por exemplo, Caixa e BNDES). Em 2013 esta modalidade de garantia atingiu a marca de R\$ 53,0 bilhões transformando os bancos estatais, com o aval e garantias do Poder Executivo, em importante fonte de financiamento dos entes subnacionais.

**PODER EXECUTIVO - UNIÃO 2010 A 2013**  
**Garantias Concedidas pelo Poder Executivo da União aos Credores dos Estados, Municípios e Entidades Controladas. Detalhado por tipo de credor (valores nominais em R\$ bilhões)**



Cabe ressaltar que a União exige contragarantias dos Estados, Municípios e Entidades Controladas de tal forma que cada Real dado em garantia pelo Poder Executivo Federal é coberto integralmente por contragarantias dos entes subnacionais. Por exemplo, a União poder avalizar um empréstimo de R\$ 100 concedido a um Estado, mas ao mesmo tempo exige como contragarantia R\$ 100 provenientes da arrecadação do Fundo de Participação dos Estados.

#### 2.4.4. Operações de Crédito

O Poder Executivo da União cumpriu o limite legal referente às Operações de Crédito. De acordo com as normas vigentes, o Poder Executivo pode realizar operações de crédito até o limite de 60% da RCL. Em 2013 as Operações de Crédito representaram 0,0% da RCL.

É importante ressaltar que a Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

a) ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do BCB, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;

b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no BCB\* e

das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

c) a assegurar ao BCB a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

A regra vigente permite a dedução das despesas relativas à Amortização / refinanciamento do principal de dívidas. Considerando o montante pago, ano após anos, para amortizar/refinanciar a dívida pública é provável que as operações de crédito representem, no futuro, algo próximo a 0% da RCL. Logo, após o novo critério para as deduções, este indicador deixou de trazer informação gerencial relevante.

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Poder Executivo - União 2008 a 2013 - Total das Operações de Crédito (valores nominais em R\$ bilhões)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Operações de crédito (I)	409,5	686,3	712,0	678,9	814,4	605,4
Deduções (II) = (III+IV)	243,7	597,8	562,4	630,7	800,4	615,1
Amortização / refinanciamento do principal de dívidas (III)	243,7	517,9	514,0	577,3	620,5	576,7
Outras (IV)	0,0	79,9	48,3	53,3	179,9	38,4
<b>Total considerado para fins da apuração* (V) = (I-II)</b>	<b>165,8</b>	<b>88,5</b>	<b>149,6</b>	<b>48,3</b>	<b>14,0</b>	<b>0,0</b>

\* zero, se o valor das deduções for maior que o valor das operações de crédito.

#### 2.4.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Em 2013 o Poder Executivo cumpriu a obrigação legal, pois foi apurado uma suficiência financeira de R\$ 445 bilhões

após o abatimento dos Restos a Pagar não Processados do Exercício. A metodologia para calcular a disponibilidade de caixa foi alterada em 2012, logo não é sensato fazer uma análise temporal.

#### DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Poder Executivo - União 2006 a 2013 - Disponibilidade de Caixa (valores nominais em R\$ bilhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Disponibilidade de Caixa (I)	232	271	254	416	425	464	581	565
Restos a Pagar não Processados do Exercício (II)	37	52	65	89	100	113	106	119
Suficiência financeira (I-II)	195	218	189	327	325	351	475	445

#### Considerações Finais

O Poder Executivo da União cumpriu os Limites Legais estabelecidos pela LRF. Alterações recentes na metodologia dificulta a análise temporal dos limites. Contudo, é importante olhar para o futuro e observar atentamente os seguintes pontos: Como as deduções da Dívida Consolidada podem afetar a Dívida Consolidada Líquida; avaliar permanentemente

a qualidade dos créditos junto aos entes subnacionais e ao BNDES; monitorar a expansão de garantias concedidas a Estados e Municípios, principalmente as garantias utilizadas para viabilizar operações de crédito junto a bancos estatais; e Avaliar o impacto das vinculações orçamentárias sobre fluxo de caixa e sobre os pagamentos da Dívida Consolidada e dos Restos a Pagar.

## 2.5. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA

### 2.5.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

A arrecadação da PGFN dos anos de 2012 e de 2013 encontra-se detalhada nas tabelas a seguir:

#### ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2012 - 2013

Natureza dos Créditos	Exercício 2012			Exercício 2013		
	Não Parcelado	Parcelado		Não Parcelado		Parcelado
				Não Ajuizado	Ajuizado	
Não Tributários	96.589.089,86	275.544.602,96	203.347.659,53	127.053.068,23	465.182.433,49	243.663.952,17
Tributários	265.873.571,39	1.017.882.760,47	8.819.955.849,95	359.164.430,79	2.924.103.023,88	18.321.194.110,19
Previdenciários	178.172.537,82	334.795.047,19	437.956.147,74	190.809.642,79	548.430.724,81	289.417.678,49
<b>TOTAL</b>	<b>540.635.199,07</b>	<b>1.628.222.410,62</b>	<b>9.461.259.657,22</b>	<b>677.027.141,81</b>	<b>3.937.716.182,18</b>	<b>18.854.275.740,85</b>

Verifica-se que a arrecadação da PGFN de 2013 teve um acréscimo significativo frente à registrada em 2012, notadamente em razão da reabertura do prazo para adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, promovido pela Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, bem como pela instituição de novas modalidades de parcelamento e pagamento à vista com descontos introduzidos também pela Lei nº 12.865/2013.

O quadro seguinte reflete o total arrecadado, em reais:

Total arrecadado em 2012 <sup>1</sup>	Total arrecadado em 2013
11.630.117.266,91	23.469.019.064,84

<sup>1</sup>Nota: O montante apresentado diverge daquele informado no relatório de 2013 em razão de que, naquele ano, a arrecadação apresentada somava o montante arrecadado com depósitos judiciais. Entendemos mais preciso, neste ano, apartar os dois valores.

A variação foi de R\$ 11.838.901.797,93, o que representa uma elevação de 101,80%.

Quanto à arrecadação com depósitos judiciais, é importante ressaltar que não mais persiste a sistemática usada até 2013, quando essa informação era extraída de dois relatórios de arrecadação do Sistema Integrado da Dívida Ativa (Sida), denominados "Dívida Ativa da União" e "Conversão de Depósito Judicial". Essa informação foi incorporada ao sistema de gestão DW, tornando sua extração mais fácil e segura.

Cabe esclarecer, porém, que a arrecadação registrada refere-se aos depósitos judiciais não previdenciários, pois a informação dos depósitos de créditos previdenciários não está sendo encaminhada à PGFN.

O apurado até o momento, fruto do trabalho de conciliação contábil que está em andamento, é que as informações de arrecadação, extraídas dos dados encaminhados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), contêm arrecadação de depósitos que foram

transformados em pagamento definitivo. Assim, vale o registro que os dados de arrecadação com depósitos constantes da coluna mencionada são exclusivamente os encaminhados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ao Sida, portanto, relativos a créditos tributários não previdenciários e aos não tributários.

Registre-se, a seguir, de maneira especificada, a arrecadação com os mencionados depósitos judiciais, em reais:

Total arrecadado com depósitos judiciais 2012	Total arrecadado com depósitos judiciais 2013
2.119.103.203,97	3.948.053.719,50

Como se depreende, os recolhimentos de depósitos judiciais em 2013 somaram R\$ 3.948.053.719,50, com acréscimo, portanto, de R\$ 1.828.950.515,53 em relação a 2012, o que significa incremento de 86,31% na arrecadação.

No que se refere às ações de recuperação de créditos e às medidas para incremento das receitas adotadas pela PGFN, cumpre registrar que durante 2013 trabalhou-se na implementação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União.

O primeiro lote de certidões foi encaminhado aos tabelionatos no mês de março/2013.

Em 2014, trabalha-se na expansão do projeto para todas as unidades da Federação, que já abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal, Amazonas (Capital) e Mato Grosso (Capital).

Foram protestadas, até dezembro/2013, 53.207 certidões de dívida ativa, tendo sido recuperado o montante de R\$ 32.707.807,18, o que representa um percentual de 15,6% de recuperação sobre o total protestado, em termos de inscrições de dívida ativa.

Registre-se, ainda, que os trabalhos de depuração continuaram a ser desenvolvidos pela PGFN durante 2013. Embora relativos ao estoque, há relação com a arrecadação, visto que a depuração dos créditos influencia positivamente a arrecadação, já que a procuradoria passa a cobrar, de forma mais consistente, os créditos que inscreve em DAU.

#### Dados de Estoque da PGFN

Quanto ao estoque de créditos previdenciários, verifica-se que houve acréscimo de R\$ 21.753.232.878,75, atingindo o montante de R\$ 275.302.815.019,08, o que corresponde a um incremento de 8,58% em relação a 2012.

#### ESTOQUE PREVIDENCIÁRIO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2012 - 2013

Natureza dos Créditos	Exercício 2012			Exercício 2013		
	Não Parcelado		Parcelado	Não Parcelado		Parcelado
	Não Ajuizado	Ajuizado		Não Ajuizado	Ajuizado	
Previdenciários	6.889.102.097,67	201.419.139.272,02	45.241.340.770,64	10.494.045.471,53	218.807.261.545,05	46.001.508.002,50
<b>TOTAL</b>	6.889.102.097,67	201.419.139.272,02	45.241.340.770,64	10.494.045.471,53	218.807.261.545,05	46.001.508.002,50
<b>TOTAL 2012</b>	253.549.582.140,33					
<b>TOTAL 2013</b>	275.302.815.019,08					

Relativamente ao estoque previdenciário parcelado, não foi possível a segregação em ajuizado e não ajuizado, pois o sistema Informar ainda não permite o cruzamento do indicativo de parcelamento com o indicativo de ajuizamento.

Quanto ao estoque não previdenciário, conforme demonstra a tabela a seguir, houve incremento de 9,09%, alcançando o montante total de R\$ 997.878.075.967,12.

**ESTOQUE NÃO PREVIDENCIÁRIO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2012 - 2013**

Natureza dos Créditos	Exercício 2012				Exercício 2013			
	Não Parcelado		Parcelado		Não Parcelado		Parcelado	
	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado	Não Ajuizado	Ajuizado
Não Tributários	5.644.261.876,38	68.510.333.678,81	183.043.893,79	351.450.223,69	7.564.254.156,95	78.718.991.157,40	239.739.061,17	3.46.699.507,67
Tributários	49.066.403.636,96	783.764.552.161,86	3.064.851.537,77	4.157.804.014,85	67.755.914.099,81	834.410.811.690,03	3.872.987.189,39	4.968.679.104,70
<b>TOTAL</b>	<b>54.710.665.513,34</b>	<b>852.274.885.840,67</b>	<b>3.247.894.931,56</b>	<b>4.509.254.238,54</b>	<b>75.320.168.256,76</b>	<b>913.129.802.847,43</b>	<b>4.112.726.250,56</b>	<b>5.315.378.612,37</b>
<b>TOTAL 2012</b>	<b>914.742.700.524,11</b>							
<b>TOTAL 2013</b>	<b>997.878.075.967,12</b>							

O estoque total inscrito em DAU atingiu os seguintes patamares nos anos de 2012 e 2013:

ESTOQUE TOTAL 2012	ESTOQUE TOTAL 2013
1.168.292.282.664,44	1.273.180.890.986,20

É imprescindível destacar que o Sida (que é fonte dos dados constantes do DW) apenas receberá informações de pagamento de prestações de parcelamentos especiais, controlados pela SRFB, quando da quitação ou da rescisão. Como a informação apenas chega ao Sida nos referidos momentos, o estoque em valores consolidados não é preciso, pois muitos pagamentos, no momento da extração dos dados, ainda não sensibilizaram as inscrições controladas

pelo referido sistema.

Da mesma forma, a informação do estoque de créditos previdenciários objeto de parcelamentos especiais também não é precisa, pois os parcelamentos especiais quitados por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) apenas são informados nos mesmos momentos expostos no parágrafo anterior.

Qualquer informação de estoque de créditos objeto de parcelamento especial tem de ser interpretada com ressalva, pois os pagamentos estão sendo feitos pelos devedores e apenas serão registrados nos sistemas de controle dos créditos em momento futuro.

#### Detalhamento da Arrecadação dos Parcelamentos

O detalhamento da arrecadação com parcelamentos está disposto na tabela a seguir. Trata-se de dados encaminhados pela SRFB e pela Dataprev.

## ARRECAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADO PELA PGFN

MODALIDADE	NATUREZA	ARRECAÇÃO		VARIÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2012 (A)	2013 (B)		2012	2013
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	48.035.907,41	25.338.355,26	-47,25%	10,97%	8,75%
	Fazendária	2.249.760.334,95	2.748.293.390,45	22,16%	24,93%	14,80%
	Total	2.297.796.242,36	2.773.631.745,71	20,71%	24,29%	14,71%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	4.833.732,58	2.339.573,77	-51,60%	1,10%	0,81%
	Fazendária	35.177.661,26	35.348.160,43	0,48%	0,39%	0,19%
	Total	40.011.393,84	37.687.734,20	-5,81%	0,42%	0,20%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	32.552.300,12	21.806.326,97	-33,01%	7,43%	7,53%
	Fazendária	109.482.788,87	106.564.831,48	-2,67%	1,21%	0,57%
	Total	142.035.088,99	128.371.158,45	-9,62%	1,50%	0,68%
PAES (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	95.157.212,78	58.070.507,68	-38,97%	21,73%	20,06%
	Fazendária	124.552.911,97	101.862.579,21	-18,22%	1,38%	0,55%
	Total	219.710.124,75	159.933.086,89	-27,21%	2,32%	0,85%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	19.839.842,29	30.108.335,45	51,76%	0,22%	0,16%
	Total	19.839.842,29	30.108.335,45	51,76%	0,21%	0,16%
Simples Nacional ( Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	45.215.435,98	29.256.900,11	-35,29%	0,50%	0,16%
	Total	45.215.435,98	29.256.900,11	-35,29%	0,48%	0,16%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	33.583,46	47.753,16	42,19%	0,01%	0,02%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	33.583,46	47.753,16	42,19%	0,00035%	0,00025%
Órgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	257.343.411,39	181.815.161,65	-29,35%	58,76%	62,82%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	257.343.411,39	181.815.161,65	-29,35%	2,72%	0,96%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	6.438.723.956,39	6.345.743.142,02	-1,44%	71,36%	34,18%
	Total	6.438.723.956,39	6.345.743.142,02	-1,44%	68,06%	33,66%
MP 449/2008	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-
Parc. Previdenciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	146.050,44	79.663,90	-45,45%	0,00162%	0,00043%
	Total	146.050,44	79.663,90	-45,45%	0,00154%	0,00042%
Pis/Cofins Inst. Financeiras e Cia de Seguros	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	4.406.485.550,58	-	-	23,74%
	Total	-	4.406.485.550,58	-	-	23,37%
Pis/Cofins - Exclusão do ICMS da BC	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	13.620.901,94	-	-	0,07%
	Total	-	13.620.901,94	-	-	0,07%
TBU - IRPJ E CSLL	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	4.735.148.773,61	-	-	25,51%
	Total	-	4.735.148.773,61	-	-	25,11%
Outros (MP 470)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	194.326,96	12.345.833,18	6253,12%	0,00215%	0,07%
	Total	194.326,96	12.345.833,18	6253,12%	0,00205%	0,07%
<b>TOTAL</b>	<b>Previdenciária</b>	<b>437.956.147,74</b>	<b>289.417.678,49</b>	<b>-33,92%</b>	<b>4,63%</b>	<b>1,54%</b>
	<b>Fazendária</b>	<b>9.023.093.309,11</b>	<b>18.564.858.062,36</b>	<b>105,75%</b>	<b>95,37%</b>	<b>98,46%</b>
	<b>Total</b>	<b>9.461.049.456,85</b>	<b>18.854.275.740,85</b>	<b>99,28%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados Previdenciários - Sistema Dardo da DataPrev / Dados Fazendários - Parcelamento convencional - Sida / Parcelamentos Especiais - Receita Federal

No último ano houve um incremento significativo na arrecadação com parcelamentos, na ordem de 99,28% em relação ao ano anterior, notadamente em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que trouxe, além da reabertura do parcelamento especial instituído pela Lei nº 11.941/2009, a possibilidade de pagamento à vista e parcelamento com descontos, nos termos dos art. 39, caput e §1º e art. 40 da lei.

Com efeito, quanto à hipótese do caput do art. 39, referente ao pagamento à vista e parcelamento de débitos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012, verificou-se uma arrecadação da ordem de R\$ 4.406.485.550,58. Na

hipótese do §1º, do mesmo art. 39 da Lei nº 11.941/2009, que viabilizou o pagamento à vista e parcelamento de débitos objeto de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o ingresso total alcançou R\$ 13.620.901,94.

No que tange ao pagamento à vista e parcelamento do art. 40 da Lei nº 12.865/2013, referente a débitos de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012, a arrecadação atingiu o montante de R\$ 4.735.148.773,61.

Contudo, a grande maioria das modalidades de parcelamento previamente existentes apresentaram significativos decréscimos em sua arrecadação.

**ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADO PELA PGFN**

MODALIDADE	NATUREZA	ESTOQUE		VARIÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2012 (A)	2013 (B)		2012	2013
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	133.170.629,59	133.170.629,59	-	0,31%	0,30%
	Fazendária	7.596.880.511,54	8.162.318.903,64	7,44%	6,92%	7,67%
	Total	7.730.051.141,13	8.295.489.533,23	7,31%	5,04%	5,52%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	2.065.626.409,30	2.065.626.409,30	-	4,74%	4,72%
	Fazendária	4.810.658.375,98	4.294.092.418,13	-10,74%	4,38%	4,04%
	Total	6.876.284.785,28	6.359.718.827,43	-7,51%	4,49%	4,24%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	66.401.502,04	66.401.502,04	0,00%	0,15%	0,15%
	Fazendária	916.932.005,16	840.479.350,97	-8,34%	0,84%	0,79%
	Total	983.333.507,20	906.880.853,01	-7,77%	0,64%	0,60%
PAES (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	632.494.908,50	632.498.131,33	-	1,45%	1,45%
	Fazendária	2.282.777.760,47	1.711.755.251,18	-25,01%	2,08%	1,61%
	Total	2.915.272.668,97	2.344.253.382,51	-19,59%	1,90%	1,56%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	786.670.923,84	568.939.328,55	-27,68%	0,72%	0,53%
	Total	786.670.923,84	568.939.328,55	-27,68%	0,51%	0,38%
Simples Nacional ( Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	7.376.383,16	7.376.383,16	0,00%	0,02%	0,02%
	Fazendária	275.776.898,15	315.364.434,37	14,35%	0,25%	0,30%
	Total	283.153.281,31	322.740.817,53	13,98%	0,18%	0,21%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	9.394.956,15	9.394.956,15	-	0,02%	0,02%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	9.394.956,15	9.394.956,15	-	0,01%	0,01%
Órgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	1.344.104.597,98	1.344.104.597,98	-	3,09%	3,07%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	1.344.104.597,98	1.344.104.597,98	-	0,88%	0,90%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	38.831.083.796,18	38.831.083.796,18	-	89,19%	88,72%
	Fazendária	89.676.689.618,30	87.229.664.230,14	-2,73%	81,72%	81,99%
	Total	128.507.773.414,48	126.060.748.026,32	-1,90%	83,84%	83,95%
MP 449/2008	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-
Parc. Previdenciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	439.119.222,30	670.394.261,98	52,67%	1,01%	1,53%
	Fazendária	-	-	-	-	-
	Total	439.119.222,30	670.394.261,98	52,67%	0,29%	0,45%
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	7.813.631,65	8.832.713,43	13,04%	0,02%	0,02%
	Fazendária	177.140.396,46	176.831.031,27	-0,17%	0,16%	0,17%
	Total	184.954.028,11	185.663.744,70	0,38%	0,12%	0,12%
Outros	Previdenciária	-	-	-	-	-
	Fazendária	3.208.350.515,49	3.092.499.487,55	-3,61%	2,92%	2,91%
	Total	3.208.350.515,49	3.092.499.487,55	-3,61%	2,09%	2,06%
<b>TOTAL</b>	<b>Previdenciária</b>	<b>43.536.586.036,85</b>	<b>43.768.883.381,14</b>	<b>0,53%</b>	<b>28,41%</b>	<b>29,15%</b>
	<b>Fazendária</b>	<b>109.731.877.005,39</b>	<b>106.391.944.435,80</b>	<b>-3,04%</b>	<b>71,59%</b>	<b>70,85%</b>
	<b>Total</b>	<b>153.268.463.042,24</b>	<b>150.160.827.816,94</b>	<b>-2,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados Previdenciários - Sistema INFORMAR  
Dados Fazendários - DW

**2.5.2. Procuradoria-Geral Federal – PGF****Dívida Ativa de Autarquias e Fundações Públicas Federais**

Nos termos do art. 10 da Lei nº 10.480/2002 e do art. 22 da Lei nº 11.457/2007, compete à Procuradoria-Geral Federal (PGF) apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades de autarquias e fundações públicas federais, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

**VALORES EM R\$**

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/ FUNDAÇÕES	2012				2013			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
UFAL	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
UFFS	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	59.307,23
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
IFG	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
IFBA	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
ANA	ARRECADACÃO	48.106,43	25.276,70	2.829.887,02	657.001,05	159.121,38	570.293,18	934.380,88	56.429.115,03
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		48.106,43	25.276,70	2.829.887,02	657.001,05	159.121,38	570.293,18	934.380,88	56.429.115,03
DNOCS	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
UFRGS	ARRECADACÃO	-	88.331,60	4.714.435,00	-	98.768,12	223.293,69	1.453.548,27	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	88.331,60	4.714.435,00	-	98.768,12	223.293,69	1.453.548,27	-
EMBRATUR	ARRECADACÃO	-	-	-	-	118.903,91	8.320,30	706,49	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	118.903,91	8.320,30	706,49	-
ANGINE	ARRECADACÃO	-	-	3.376.457,57	84.856,35	2.783,78	-	3.535.325,01	217.683,28
	ESTOQUE	-	-	491.670,17	240.820,15	-	-	-	-
TOTAL		-	-	3.376.457,57	84.856,35	2.783,78	-	3.535.325,01	217.683,28
FCRB	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
IFPE	ARRECADACÃO	-	515.613,54	-	89.301,78	2.158,54	351.552,53	-	41.695,46
	ESTOQUE	-	982.927,17	6.053.765,73	4.030.732,83	-	1.015.303,03	8.607.423,02	4.907.539,04
TOTAL		-	1.498.540,71	6.053.765,73	4.120.034,61	2.158,54	1.366.855,56	8.607.423,02	5.049.134,50
IFSul	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-
FUNASA	ARRECADACÃO	51.246,30	1.320.004,78	-	56.160,84	141.462,14	1.658.163,89	114.115,38	32.350,15
	ESTOQUE	-	-	-	-	180.530,86	1.031.579,09	6.281.283,88	4.716.637,63
TOTAL		51.246,30	1.320.004,78	-	56.160,84	141.462,14	1.658.163,89	114.115,38	32.350,15

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/ FUNDAÇÕES	2012				2013			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
CNPq	ARRECADACÃO	59.733,39	-	62.080,40	-	114.973,60	-	145.085,26	-
	ESTOQUE	326.585,41	-	16.530.172,92	15.142.285,69	274.069,15	-	6.003.278,60	7.034.215,52
TOTAL	ARRECADACÃO	11.944.206,00	3.263.984,00	36.422.498,00	1.473.391,00	1.601.123,70	935.966,53	1.490.599,79	2.813.408,50
IBAMA	ESTOQUE	34.721.291,00	8.830.830,00	2.367.136.260,00	691.981.411,00	3.508.403,38	2.888.976,66	310.617.381,66	166.502.835,56
TOTAL	ARRECADACÃO	333.314,79	-	-	-	461.831,39	1.305.252,99	276.526,20	-
FNDE	ESTOQUE	136.227.373,90	-	136.227.373,90	-	168.162.389,51	-	168.162.389,51	-
TOTAL	ARRECADACÃO	-	-	1.942.732,44	1.123.919,04	1.592.359,09	-	1.271.616,56	228.332,12
ANAC	ESTOQUE	-	-	20.014.440,30	2.978.042,49	5.455.683,69	3.195.845,03	25.896.757,02	4.181.759,33
TOTAL	ARRECADACÃO	-	5.061.276,22	-	4.318.657,48	-	7.772.106,59	-	3.894.411,47
DNPM	ESTOQUE	-	5.515.502,08	-	-	-	-	-	435.509.708,23
PREVIC	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	185.386,00
TOTAL	ESTOQUE	-	-	821.647,94	-	-	-	-	4.611.607,59
SUFRAMA	ARRECADACÃO	-	223.082,81	-	26.852,82	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	-	60.643,10	-	18.632,98	-	-	-	-
ICMBio	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL	ARRECADACÃO	-	33.421.782,20	-	2.770.191.377,24	35.202,58	48.073.329,71	5.127.775,26	2.792.439.073,52
TOTAL	ESTOQUE	46.820.175,12	-	14.577.998,29	141.654.131,69	-	-	-	-
SUSEP	ARRECADACÃO	60.360,38	-	63.764,13	-	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	-	-	7.152.859,53	8.355.514,10	-	-	-	-
ANS	ARRECADACÃO	-	-	13.850.024,14	-	6.714.948,10	-	27.089.389,91	-
TOTAL	ESTOQUE	-	-	720.816.392,20	-	151.657.953,10	-	1.059.623.296,55	-
CEFET - MG	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
ANP	ARRECADACÃO	58.000.000,00	-	18.850.000,00	40.660.000,00	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	186.820.000,00	-	171.780.000,00	-	-	-	-	-
ANATEL	ARRECADACÃO	1.843.499,20	784.851,80	3.226.415,16	840.755,32	1.701.389,31	1.615.370,02	131.680,56	3.547.253,79
TOTAL	ESTOQUE	5.502.106,72	2.461.851,01	1.307.502.230,85	228.137.776,78	5.057.231,48	4.095.886,26	2.738.684.928,90	219.604.684,88
ANVISA	ARRECADACÃO	338.679,16	735.362,15	43.462,00	138.972,99	183.454,37	52.671,92	155.527,31	291.280,13
TOTAL	ESTOQUE	543.272,36	833.079,76	3.493.847,22	4.018.418,75	19.680,58	216.610,49	50.024.782,65	5.289.701,50
ANTAQ	ARRECADACÃO	-	165.276,33	-	608.207,42	-	-	-	1.014.356,64
TOTAL	ESTOQUE	-	187.223,30	-	1.714.839,26	-	1.215,65	500,00	5.597.439,29
CVM	ARRECADACÃO	-	-	113.256,39	78.821,96	-	-	158.229,53	6.202,52
TOTAL	ESTOQUE	-	-	3.838.113,30	163.157.987,63	709.643,93	67.394,42	11.623.446,46	51.396.428,79
IPHAN	ARRECADACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	ESTOQUE	-	-	-	1.837,64	-	-	-	-

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/ FUNDAÇÕES	2012				2013			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
INMETRO	ARRECADACÃO	20.846.568,36	10.381.465,86	37.897.539,65	10.762.832,05				
	ESTOQUE	1.399.308,35	422.995,03	166.110.652,75	16.804.716,90				
UNIFEI	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE								
IPEA	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE							1.515.166,50	
IFBA	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE								
UFC	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE								2.812.368,00
ANTT	ARRECADACÃO							2.037.884,81	1.194.560,77
	ESTOQUE					498.905,50	6.535.353,98	16.324.984,51	25.931.480,03
UFSCar	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE								
UFES	ARRECADACÃO							1.161.476,88	56.064,49
	ESTOQUE								
IBGE	ARRECADACÃO							124.745,64	264.620,33
	ESTOQUE							31.726,58	1.911.835,64
CADE	ARRECADACÃO					2.483.347,00	12.231.705,26	2.703.674,26	18.464.447,87
	ESTOQUE					752.604,33	5.377.558,76	43.121.853,68	45.662.044,22
SUDENE	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE								
INEP	ARRECADACÃO								
	ESTOQUE							89.604.292,84	
TOTAL GERAL	PARCELADOS	2012		2013		2012		2013	
	AJUIZADOS	93.525.714,01	55.897.976,39	116.109.403,50	2.831.261.071,14	15.277.856,31	77.323.220,46	36.827.569,78	2.879.707.998,02
	ESTOQUE	412.360.112,86	19.383.383,05	4.950.462.131,50	2.036.833.952,52	336.411.066,21	42.826.117,67	4.546.312.582,90	992.109.759,01

1- O valor R\$ 1.592.359,09 (ANAC) apesar de ter sido lançado no campo ajuizado, se trata dos valores ajuizados e não ajuizados, pois não foi possível fazer a diferenciação.  
 2- Os valores apresentados pela PREVIC apesar de terem sido lançados no campo de não parcelado, se trata dos valores parcelados e não parcelados, pois não foi possível fazer a diferenciação.  
 3- O total geral do exercício de 2012 difere do total apresentado na Prestação de Contas da Presidente da República relativa ao exercício de 2012, tendo em vista atualização ocorrida no mês de maio de 2013.

Legenda:

Dados não informados.



### Ações Propostas e Expectativa de Ressarcimento

As atividades desempenhadas pela PGF, na área de cobrança e recuperação de créditos, podem ser demonstradas de forma resumida por meio da tabela, a seguir:

	AÇÕES	VALORES
EXECUÇÕES FISCAIS 2012	41421	R\$ 2.183.482.122,66
EXECUÇÕES FISCAIS 2013	34348	R\$ 2.114.913.450,11
EXECUÇÕES FISCAIS - TCU	1757	R\$ 997.282.202,36
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1800	R\$ 978.085.160,04
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - TCU	620	R\$ 839.988.808,92
PARCELAMENTOS PORTARIA - N° 419 (Pt 954 E 915)	21897	R\$ 445.586.413,79
PARCELAMENTOS - Lei n° 12.249/2010	3907	R\$ 97.641.403,45
AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS	3168	R\$ 164.812.619,81
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - INSS	4995	R\$ 283.841.789,15
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - OUTRAS	180	R\$ 26.804.299,56
INSCRIÇÕES DÍVIDA ATIVA - TCE	254	R\$ 6.279.791,74
EXECUÇÕES FISCAIS - TCE	51	R\$ 31.450.785,38

Fonte: Atualizado até novembro de 2013. Os dados foram extraídos de informações fornecidas pelos Órgãos de Execução da PGF em todo o País, por meio do preenchimento de planilhas mensais padronizadas instituídas pelo Memorando-Circular/AGU/PGF/CGCOB n° 020/2011.

### Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs)

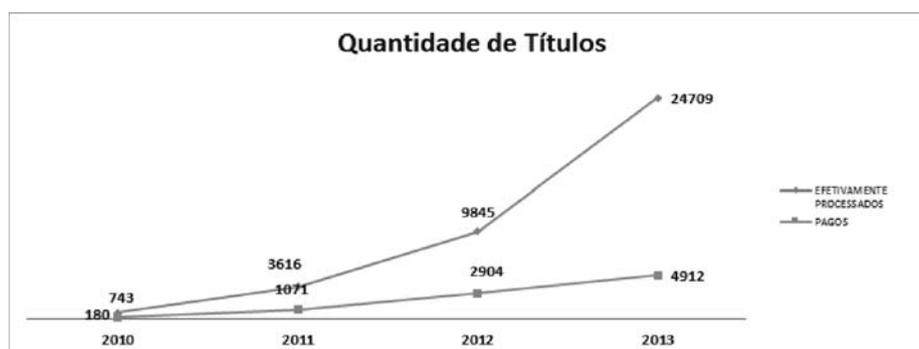
O protesto de certidões de dívida ativa (CDAs) consiste em, antes de ingressar com a execução fiscal, a procuradoria responsável pela análise e inscrição em dívida ativa encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais.

O referido procedimento encontra-se previsto na Lei n° 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei n° 12.767, de 27 de dezembro de 2012, para constar expressamente a possibilidade de protesto de CDAs. Uma vitória importante do ano de 2013 foi obtida no Superior Tribunal de Justiça, que superou jurisprudência anterior, admitindo expressamente

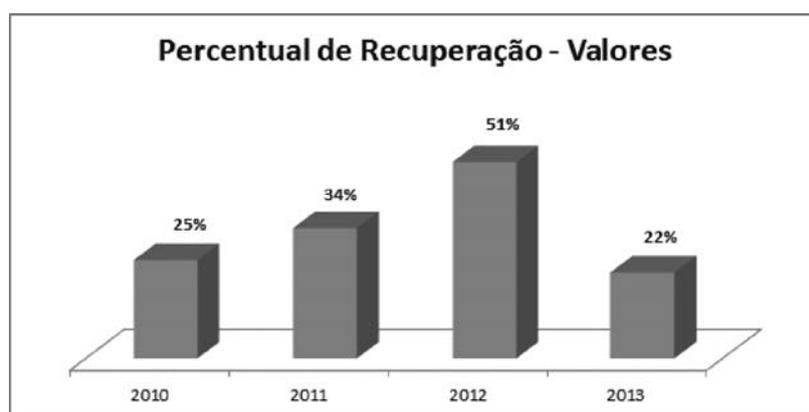
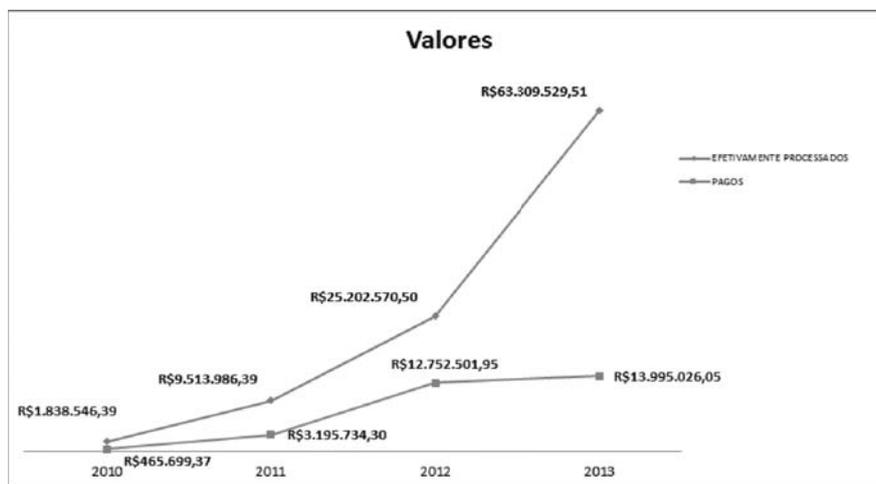
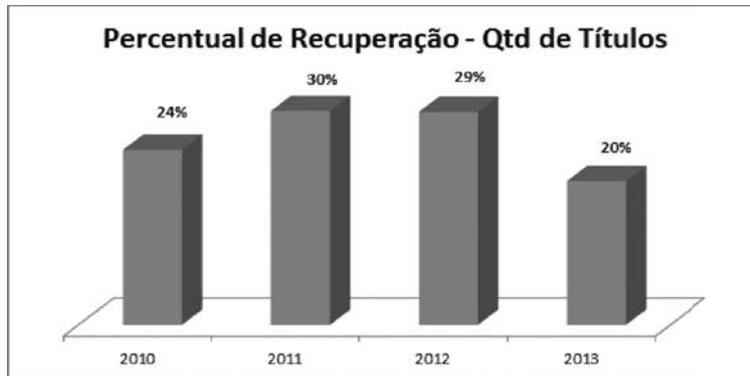
o protesto de CDAs, nos autos do Recurso Especial n° 1126515-PR.

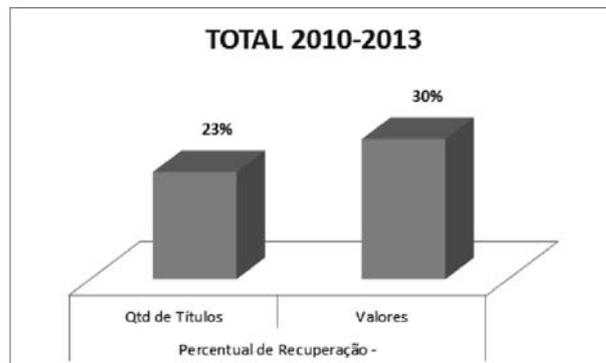
Cabe esclarecer que a PGF só realiza o protesto de CDAs junto aos tabelionatos que dispensam o pagamento de despesas por parte da entidade protestante. Dessa forma, o projeto do protesto é desenvolvido sem que haja qualquer custo adicional aos cofres públicos.

Em relação aos resultados obtidos, constata-se o sucesso da medida, sobretudo quando comparada com o meio tradicional de cobrança dos créditos públicos, que é a execução fiscal. Nesse sentido, seguem os dados de 2010 a 2013:



Fonte: Os dados são extraídos de informações fornecidas pelos Órgãos de Execução da PGF em todo o País, por meio do preenchimento de planilhas mensais padronizadas instituídas pelo Memorando-Circular/AGU/PGF/CGCOB n° 020/2011. Em relação aos Estados do Amazonas, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, as informações são obtidas em sites eletrônicos próprios: <https://craam.crabr.com.br/craam/site/admin.php>; <https://craedf.crabr.com.br/craedf/site/admin.php>; <https://craes.crabr.com.br/craes/site/admin.php>; <https://cramg.crabr.com.br/cramg/site/admin.php>; <https://craej.crabr.com.br/craej/site/admin.php>; <https://crasc.crabr.com.br/crasc/site/admin.php>.





Comparando esse percentual aos índices apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no estudo sobre o custo unitário do processo de execução fiscal, em que se conclui que um processo de execução fiscal dura, em média, oito anos e dois meses para ser concluído, além de ter um custo de aproximadamente R\$ 4.400,00 cada um, revela-se a opção pela via extrajudicial acertada, tendo em vista ser menos onerosa para os cofres públicos, fortalecendo o princípio da desjudicialização dos processos quando se tem outros meios mais eficazes para a recuperação dos créditos.

O projeto se iniciou em 2010, com a Procuradoria Regional Federal (PRF) de 2º e 3º Regiões, com os créditos do Inmetro e ANP. Em 2011, foram incluídas no projeto do protesto as PRFs da 1ª e da 5ª Região, bem como duas importantes entidades representadas pela PGF: a ANTT e a Anatel. Em 2012, foram incluídas outras unidades estaduais da PGF, tais quais, a PF/MG, PF/TO, PF/SC, PF/AM, PF/PB, PF/RR, PF/MA, PF/CE, PF/RN, PF/RO e PF/AC além do IBAMA e da ANTAQ. Em 2013, tal procedimento passou a ser realizado também pelas PF/PR, PF/PI, PF/BA, e foram englobados os créditos da CVM.

Em 2014, a meta é ampliar, ainda mais, o número de unidades da PGF a realizarem a atividade, bem como englobar créditos de outras autarquias e fundações públicas federais. O objetivo final é criar, dentro do sistema único de dívida ativa da PGF (Sisdat), o módulo de protesto, proporcionando o envio automático dos créditos inscritos em dívida ativa de todas as entidades representadas diretamente para as centrais dos tabelionatos de protesto dos Estados.

Assim sendo, com tais resultados, justifica-se a priorização na utilização dos meios alternativos de cobrança visando a recuperação dos créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais representadas pela PGF, tais como o protesto, que atualmente mostra-se a ferramenta mais célere e eficaz na recuperação dos valores devidos a tais entidades.

#### **Criação de Núcleos de Conciliação nas Unidades da PGF**

A Procuradoria-Geral Federal (PGF) vem desenvolvendo projetos que têm por escopo incrementar e sistematizar a

arrecadação de valores devidos às autarquias e fundações públicas federais, podendo-se destacar a iniciativa de se instaurar um procedimento de conciliação prévia. Afinal, observa-se que a adoção de medidas cooperativas para a recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais antes da propositura da ação de execução fiscal, tem-se mostrado um caminho bastante eficiente no que se refere à relação custo-benefício, evitando o dispêndio desnecessário com a movimentação do aparato judicial.

Dentro desse contexto, foi publicada no dia 4 de outubro de 2013, a Portaria PGF nº 595, de 23 de setembro de 2013, que disciplina o procedimento de conciliação prévia à propositura das execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações públicas federais.

Considera-se procedimento de conciliação prévia a notificação do devedor, antes do ajuizamento da execução fiscal, para que este efetue a liquidação dos valores devidos por meio de parcelamento ou pagamento à vista, sem que haja a possibilidade de renúncia total ou parcial ao crédito das autarquias e fundações públicas federais.

A vantagem para o devedor ao aderir a essa conciliação é a não incidência dos encargos legais nas hipóteses em que há o pagamento à vista antes da inscrição em dívida ativa, ou a sua incidência no percentual de 10% (dez por cento), na situação em que o crédito é inscrito em dívida ativa. Nesse ponto, cabe esclarecer que os encargos legais incidem no percentual de 20% (vinte por cento) quando há o ajuizamento da execução fiscal.

O procedimento de conciliação prévia e a incidência dos respectivos descontos sobre o valor do débito possui respaldo na Lei nº 10.480/2002, arts. 10 e 11, § 2º, VIII; no Decreto-Lei nº 1.569/1977, art. 3º e Lei nº 10.522/2002, arts. 37-A e 37-B.

Antes mesmo da edição da Portaria PGF nº 595/2013 a referida iniciativa já era adotada por parte da unidade da PGF em São José do Rio Preto, que alcançou resultados expressivos, conseguindo recuperar com o procedimento de conciliação prévia, apenas em 2013, o valor de R\$ 1.161.0541,02, em 203 processos. Tal procedimento, assim, tem o objetivo de

diminuir o número de execuções fiscais a serem ajuizadas e, conseqüentemente, a tramitação de ações dessa natureza, além de conferir maior efetividade na recuperação dos créditos de titularidade das autarquias e fundações públicas federais.

#### Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD)

Por meio da Portaria AGU nº 204, de 24/05/2012, foi criado o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), ao qual se atribuiu competência para monitorar a cobrança administrativa e judicial relativa aos grandes devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

Regulamentando dispositivos da Portaria AGU nº 204/2012, a Portaria PGF nº 469, de 08 de junho de 2012, instituiu, em todas as Procuradorias Regionais Federais, Representações do GCGD, vinculadas diretamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) e definiu as Autarquias e Fundações Públicas Federais que terão seus créditos monitorados pelo GCGD, quais sejam: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2013 procedeu-se à inclusão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre as entidades cujos maiores devedores já estavam submetidos ao monitoramento do grupo (Aneel, Anatel, Ibama e DNPM).

O GCGD vem apresentando resultados extremamente favoráveis no acompanhamento dos processos envolvendo os grandes devedores das entidades incluídas no projeto, sendo que, desde sua criação, já foram identificados R\$ 1.744.908.560,90 em depósitos judiciais efetuados, assim discriminados:

Representação do GCGD	Entidade	Depósitos Judiciais
1ª Região	Ibama	R\$ 1.640.405,18
1ª Região	Aneel	R\$ 71.707.108,52
1ª Região	DNPM	R\$ 8.206.444,50
2ª Região	Ibama	R\$ 22.101.497,80
2ª Região	Anatel	R\$ 1.492.917.016,92
2ª Região	Aneel	R\$ 32.210.266,33
3ª Região	Anatel	R\$ 484.172,43
3ª Região	Ibama	R\$ 23.706.704,57
3ª Região	DNPM	R\$ 28.882,07
3ª Região	Aneel	R\$ 4.111.093,95
4ª Região	Anatel	R\$ 82.408,79
4ª Região	Aneel	R\$ 43.543.458,29
4ª Região	Ibama	R\$ 16.951.617,83
5ª Região	Aneel	R\$ 27.217.483,72
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.744.908.560,90</b>

Atualmente constam da lista de grandes devedores 363 pessoas físicas e jurídicas, assim distribuídas por entidade e Região:

REGIÃO	ENTIDADE	Total
1ª	Anatel	5
	Aneel	6
	DNPM	15
	Ibama	24
<b>Total</b>		<b>50</b>
2ª	Anatel	60
	Aneel	2
	DNPM	5
	Ibama	13
	ANP	02 <sup>1</sup>
<b>Total</b>		<b>80</b>
3ª	Anatel	51
	Aneel	8
	DNPM	37
	Ibama	26
	ANP	3
<b>Total</b>		<b>125</b>
4ª	Anatel	7
	Aneel	6
	DNPM	8
	Ibama	30
<b>Total</b>		<b>51</b>
5ª	Anatel	4
	Aneel	4
	DNPM	17
	Ibama	31
	ANP	1
<b>Total</b>		<b>57</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>363</b>

<sup>1</sup>Nota: Os 2 (dois) devedores da ANP monitorados pelo GCGD da 2ª Região já eram considerados grandes devedores do IBAMA, de modo que não estão sendo considerados no total de pessoas físicas e jurídicas monitoradas pelo Grupo. Os créditos monitorados pelo GCGD totalizam R\$ 34.417.788.582,99, assim distribuídos por entidade credora:

Entidade	Valor da dívida
Anatel	R\$ 25.196.322.755,09 <sup>1</sup>
Aneel	R\$ 563.363.367,532 <sup>2</sup>
DNPM	R\$ 3.388.283.304,79 <sup>3</sup>
Ibama	R\$ 4.575.753.765,23 <sup>4</sup>
ANP	R\$ 694.065.390,35 <sup>5</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 34.417.788.582,99</b>

Nota: <sup>1</sup>Atualizados até novembro/2012.

<sup>2</sup>Atualizado até outubro/2012.

<sup>3</sup>Atualizado até fevereiro/2012.

<sup>4</sup>Atualizado até janeiro/2013

<sup>5</sup>Atualizado até outubro/2013.

São 1034 os processos judiciais acompanhados pelo GCGD, conforme abaixo discriminado:

Representação do GCGD	Total
1ª Região	100
2ª Região	615
3ª Região	127
4ª Região	155
5ª Região	37
<b>TOTAL</b>	<b>1034</b>

### 2.5.3. Dívida Ativa sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB)

#### ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R\$\*

Descrição dos Créditos	Exercício de 2012				Exercício de 2013			
	Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	37.786.860,97	443.238,26	51.139.280,84	0,00	499.804.526,77	268.925,87	3.938.890,39	0,00

\*Valores apropriados pela Autarquia

#### ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R\$\*

Descrição dos Créditos	Exercício de 2012**				Exercício de 2013***			
	Parcelados****		Não Parcelados		Parcelados****		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	512.204.921,42	89.581.581,54	38.661.188.695,22	79.399.172,57	12.092.616.597,57	92.771.414,19	27.531.894.455,22	96.865.420,17

\*\* Valores atualizados para dezembro de 2012.

\*\*\* Valores apurados até o final de novembro de 2013 com atualização pela Selic até o final de dezembro de 2013.

\*\*\*\* Saldo devedor apurado subtraindo-se os pagamentos do valor da dívida atualizado.

A Procuradoria-Geral, desde 2006, vem adotando medidas visando o incremento da eficiência da cobrança e da efetividade da arrecadação das multas inscritas em dívida ativa que estão sob sua responsabilidade. Entre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Recuperação de Créditos e o recente estudo elaborado sobre as rotinas de cobrança adotadas pela Procuradoria-Geral.

O Projeto Recuperação de Créditos (PRC) do Banco Central do Brasil, aprovado nos termos do Voto BCB nº 103/2006, de 31 de março de 2006, foi iniciado, em 14 de agosto daquele ano, com o objetivo de aprimorar a cobrança de valores devidos a esta Autarquia, contemplando inclusive o exame de todas as suas execuções fiscais e a adoção das providências administrativas e judiciais cabíveis em relação a cada uma delas.

Concluído em 14 de novembro de 2011, o projeto permitiu recuperar, como decorrência direta da sua execução, cerca de R\$ 300 milhões, de 2006 a 2011, com um investimento total de aproximadamente R\$ 3 milhões. Além disso, o legado da iniciativa, que otimizou, de modo permanente, os procedimentos de cobrança, contribuiu para a arrecadação de mais de R\$ 1,5 bilhão entre seu encerramento e o final de 2012. Para se ter uma ideia do salto evolutivo, o BCB havia arrecadado apenas R\$ 2 milhões, entre 2000 a 2005.

Ao longo do projeto, várias atividades foram desenvolvidas, com destaque para as seguintes:

visitas presenciais – foram visitadas todas as 316 comarcas da Justiça Federal, sede de execuções fiscais de responsabilidade do BCB. Todas as execuções fiscais (2.987, em data-base de 2006) foram examinadas, com especial

atenção àquelas dotadas de garantia, e, para cada uma delas, foram resumidas informações dos processos judiciais em formulário para subsidiar subseqüentes atividades do projeto;

adoção de diligências para a realização de citações pendentes em execuções fiscais, com prioridade para processos próximos de completar 5 anos de trâmite e ações com mais tempo de ajuizamento e impulso de processos parados por mais de 6 meses, com prioridade para execuções com maior probabilidade de retorno financeiro;

contato com outras Procuradorias arrecadadoras – foram visitados dirigentes de outras Procuradorias arrecadadoras, com reconhecida experiência na recuperação de créditos, para análise dos seus métodos e do sucesso de procedimentos que poderiam ser adotados pela PGBC;

criação de um componente com coordenação especializada, no âmbito da PGBC, para cuidar dos processos administrativos destinados à apuração da liquidez e da certeza de créditos a serem inscritos em dívida ativa, bem como para promover sua cobrança amigável ou judicial;

elaboração e adoção de manual de procedimentos para as execuções fiscais do Banco Central que estabeleceu diretrizes iniciais, discriminou diligências a serem adotadas nos processos de execução fiscal, e a par do referido manual, foram criadas rotinas aplicáveis ao pagamento e ao parcelamento da Dívida Ativa;

identificação de bens e localização de devedores – empresa especializada foi contratada para dar suporte à atuação da PGBC nesse particular; e

estabelecimento de regras para declaração de inexecuibilidade – regulamentação do art. 14 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006 definindo critérios para verificação do enquadramento de créditos em inexecuíveis ou considerados de pequeno valor.

Como resultado dos esforços decorrentes da execução do Projeto, obteve-se volume de arrecadação considerável, além dos ganhos permanentes relacionados à mudança no padrão de acompanhamento das execuções fiscais do Banco Central e de gestão de sua Dívida Ativa.

Em 2012 foi elaborado um estudo sobre os procedimentos atualmente adotados para a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos do Banco Central, o qual apontou algumas oportunidades de melhoria com a implantação de novas rotinas de trabalho e a alteração de outras já existentes.

Entre as principais propostas do mencionado estudo, destacam-se: i) centralização da cobrança dos créditos na PGBC, mesmo antes da eventual deliberação por sua cobrança em juízo; ii) adoção de rotina para protestar créditos extrajudicialmente e incluir o registro do devedor em cadastros como o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e o Serasa; iii) celebração de convênios com diversas instituições para acesso a bancos de dados visando a obter

informações sobre os devedores, sobretudo em relação a sua capacidade de pagamento do crédito; iv) ênfase na realização de pesquisas em momento anterior à propositura da execução fiscal, tal como hoje já previsto, em certa medida, no Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais do Banco Central do Brasil, visando à obtenção de informações que auxiliem a definição de estratégias processuais mais eficazes e a promoção de execuções fiscais somente quando houver potencial de resultado efetivo; e v) desenvolvimento de sistema para acompanhamento das novas rotinas de trabalho, integrando-se com sistemas externos para coleta de dados e automatização de procedimentos.

Cumprir pontuar que a adoção de algumas dessas novas práticas depende da aprovação de medidas pela Diretoria Colegiada desta Autarquia, consoante o especificado no mencionado estudo, com vistas a prover a PGBC da estrutura material e de pessoal necessária ao cumprimento dos consequentes encargos adicionais.

Em 23 de agosto de 2013 foi editada a Portaria Interministerial nº 1 por meio da qual o Ministro Presidente do Banco Central do Brasil e o Ministro Advogado-Geral da União autorizaram o protesto das certidões de dívida ativa do Banco Central, independentemente de valor. Para dar início ao referido protesto, é necessário ainda regulamentação interna na PGBC. Acredita-se que com o protesto de CDAs a PGBC incrementará sua arrecadação, sobretudo em relação à inscrição de pequenos valores.

Ainda na busca por melhores rotinas para a recuperação de créditos, em 2013 foi realizado o Projeto Piloto para Recuperação dos Créditos de Pequeno Valor, que analisou e entrou em contato com 43 (quarenta e três) devedores, para fins de cobrança dos créditos oriundos de multas inadimplidas, até R\$ 10.000,00<sup>17</sup>. O relatório final do piloto (Relatório 1531/2013-BCB/PGBC) concluiu que (1) grande parte dos devedores não foi localizada por encontrar-se em local incerto e não sabido e (2) ao não utilizar o protesto extrajudicial o credor tem reduzido seu poder persuasivo diante do devedor. O resultado do piloto em termos de arrecadação foram dois títulos quitados e cancelados em um universo de 43 débitos inicialmente selecionados.

Outra iniciativa em 2013 que merece destaque é a busca por banco de dados e a celebração de convênios para seu acesso direto, com o objetivo de localizar o devedor, bem como bens que sejam elegíveis e suficientes para satisfação do crédito. A modernização das diligências, além de possibilitar a celeridade na recuperação dos créditos desta Autarquia, e quando for o caso, instruir as execuções fiscais com informações seguras a respeito do devedor e seus bens, homenageia a eficiência e a responsabilidade ambiental, com economia de tempo e recursos. Em 2013, Procuradores do Banco Central passaram a ter acesso, diretamente de suas estações de trabalho, a diversos cadastros, tais como:

<sup>17</sup> Valor considerado irrisório para a cobrança judicial, segundo a Portaria nº 48.651, de 30 de dezembro de 2008.

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR	OBJETO	INFORMAÇÕES
CCS – CADASTRO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	BCB	Acessar relacionamento bancário.	<a href="https://www3.bcb.gov.br/ccs/dologin">https://www3.bcb.gov.br/ccs/dologin</a>
COMPROT	Ministério da Fazenda	Informa a respeito de processos administrativos instaurados no âmbito da Receita Federal.	<a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>
SINTEGRA	SINTEGRA	Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.	<a href="http://www.sintegra.gov.br">www.sintegra.gov.br</a>
INFOSEG INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA	SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	Integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, como dados de inquéritos, processos, armas de fogo, veículos, condutores, mandados de prisão, entre outros de todas as Unidades da Federação.	<a href="http://www.infoseg.gov.br">www.infoseg.gov.br</a>
CNE	MDIC – Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Acessar informações sobre atos jurídicos empresariais.	<a href="http://www.cne.mdic.gov.br">www.cne.mdic.gov.br</a>
ANAC	ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Acessar o banco de dados das aeronaves brasileiras (proprietários, aeródromos, aeronaves e pilotos)	<a href="http://www.sistemas.anac.gov/saci">www.sistemas.anac.gov/saci</a>
ARISP	Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo	Acessar cartórios de registro de imóveis, não só de São Paulo, mas de outros estados que estão aderindo ao sistema.	<a href="http://www.arisp.gov.br">www.arisp.gov.br</a>
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Acessar o banco de dados de titularidade de marcas e patentes.	<a href="http://www.inpi.gov.br">www.inpi.gov.br</a>
PORTAL TRANSPARÊNCIA		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas.</li> <li>• Informações sobre Convênios registrados no SIAFI e no SICONS firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996.</li> <li>• Informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas.</li> <li>• Informações sobre Participação e Controle Social Etc.</li> </ul>	<a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/">http://www.portaltransparencia.gov.br/</a>
JUCESP ONLINE	Junta Comercial do Estado de São Paulo	Acessar o banco de dados da Junta Comercial de São Paulo.	<a href="http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br">www.jucesp.fazenda.sp.gov.br</a>

Em andamento também estão os processos de cadastramento em outros sistemas, que poderão auxiliar na atividade persecutória. Os cadastros a seguir estão pendentes por questões formais e técnicas:

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR
SNCR – SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL	Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SISOBI – SISTEMA DE CONTROLE DE ÓBITOS	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

A PGBC estuda a utilidade e a viabilidade de acesso a outros bancos de dados, já utilizados pela Procuradoria Geral da União. São eles:

SISTEMA	ÓRGÃO GESTOR	OBJETO
SIMBA – SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	MPF – Ministério Público Federal	Dar maior celeridade aos procedimentos investigativos que envolvam o afastamento de sigilo bancário dos investigados e auxiliar nas quebras de sigilo bancário mediante a utilização de relatórios parametrizados
RAIS – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS		Acessar informações de empregados e empregadores
CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS	MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	Possibilitar a análise do quantitativo de empregados e desempregados de determinada empresa. Acessar dados cadastrais de empregados e empregadores
CEE – CADASTRO DE ESTABELECEMENTOS EMPREGADORES		Acessar dados cadastrais de estabelecimentos empregadores
CENSEC (CNJ/CNB) – CENTRAL NOTARIAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS	ANOREG – CNB/CNJ	Acessar a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Módulo Central de Escrituras e Procurações – CEP e Módulo Central de Separações, Divórcios e Inventários – CESDI)
SINAPSE – PORTAL CINETEPOL/DPF	DPF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	Acessar os seguintes sistemas de forma integrada: SINPA (Sistema Nacional de Passaportes), SINIV+C (Sistema Nacional de Informações Criminais), SISVIP (Sistema Nacional de Segurança e Vigilância Privada), SINCRE (Sistema de Cadastramento de Registros de Estrangeiros), SINPI (Sistema Nacional de Procurados e Impedidos), TRANSPSEXEC (Portal da Transparência do Executivo)
E-RIDF – SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	ANOREG/DF - ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO DISTRITO FEDERAL	Realizar consulta na base de dados dos Cartórios de Registro de Imóveis do DF por meio do nome, CPF/CNPJ ou matrícula do imóvel
RNTRC – REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS	ANTT – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	Acessar dados de empresas de transportes e veículos vinculados. Possibilitar a consulta ao transportador (fabricante, comerciante de caminhões, transportador de cargas, prestador de serviços de reboque) por CPF/CNPJ ou nome. A consulta informa os dados da empresa ou do proprietário (endereço, telefone, filiais, sócios, representantes legais, quantidade de veículos, placa, Renavan, etc)
SINCONV – PORTAL DOS CONVÊNIOS	MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	Acessar cadastro de transferências de recursos federais feita pela União a outras entidades por meio de convênios

Registra-se, ademais, que a PGBC também vem conduzindo projeto denominado BCJUR II, cujo escopo é o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCJUR 2) que substituirá o atual sistema utilizado, com módulos específicos, contendo mais recursos que o atual: a) Módulo Consultoria Legal; b) Módulo Feitos Judiciais, c) Provisão, Contabilidade e Atualização de Valores; d) Módulo Gestão de Créditos; e e) Módulo Precatórios.

Quando concluído o módulo de Gestão de Créditos, será possível apurar de modo consistente, preciso e atualizado os valores do estoque dos créditos do Banco Central inscritos em Dívida Ativa, inclusive aquelas inscrições provenientes de multas administrativas.

O módulo contemplará: (i) possibilidade de vincular a cada crédito, com a necessária flexibilidade, diante da heterogênea composição do estoque de Dívida Ativa desta Autarquia, a metodologia de cálculo de atualização correspondente ao respectivo regime de correção monetária, juros, encargos etc.; (ii) apuração consistente do saldo devedor de créditos pagos parcialmente, com vinculação da metodologia de amortização cabível; e (iii) sensibilização contábil eficaz em decorrência de eventos de inscrição, pagamento, parcelamento e cancelamento, mediante automatização de procedimentos e vinculação de ações do sistema à realização adequada de etapas do fluxo de trabalho relacionado àqueles eventos.

O Módulo de créditos está em fase de migração de dados e de acordo com o atual cronograma, a conclusão dele está prevista para fim de 2014.

#### 2.5.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União Exercício de 2013

Considerando os esclarecimentos anteriores, inferimos que as informações apresentadas pela PGFN, têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a Coordenação Geral Contabilidade (Ccont/STN/MF) procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

- Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;
- Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dividido em Dívida Ativa Não-tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) e Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) em 31 de dezembro de 2013;
- Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);
- Incorporação por fusão, cisão ou extinção – demonstra os valores absorvidos ou extintos por fusão, cisão ou extinção (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.34 e 5.2.3.1.7.10.34);
- Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e Não-tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00), a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00) e ainda as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de amortização de Empréstimos e Financiamentos (conta contábil 4.2.5.5.0.00.00) e as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de alienação de Estoques de Café - FUNCAFE (conta contábil 4.2.5.6.0.00.00);
- Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00) por meio das contas contábeis 5.1.3.1.2.02.00, 5.1.3.1.2.03.00, 5.1.3.1.2.11.01, 5.1.3.1.2.11.02, 5.1.3.1.2.11.03, 5.1.3.1.2.11.04 e 5.1.3.1.2.12.00, que registram a baixa da dívida devido a recebimento;
- Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2013 (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.10.33, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01.00 e 5.2.3.1.9.04.00);
- Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.04 e 6.2.3.2.3.04.11) e Não Tributária (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.2.3.04.01 e 5.2.3.2.3.04.01 e conta contábil 6.2.3.2.3.05.09);
- Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.2.02.00 e 5.2.3.8.2.02.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.7.10.09);
- Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.31, 5.2.3.1.7.01.32, 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13) e Não Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.8.02 e 5.2.3.1.8.03);
- Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00), extinção (conta contábil 5.2.3.1.9.06.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);
- Variações Extraordinárias da Dívida Ativa – compreende os ajustes que alteram o estoque da dívida ativa, decorrentes de variações extraordinárias negativas e positivas. São todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa que não são inclusões, exclusões ou variações ordinárias (diferença entre as contas 6.2.3.2.3.10.00 e 5.2.3.2.3.08.00), como, por exemplo, a transferência de unidade responsável pela administração da dívida; e
- Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2013, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00).

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS  
VALORES EM R\$ MIL**

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIACIONES EXTRAORD. DA DÍVIDA	SALDO ATUAL
12000 - JUSTICA FEDERAL	83,24	-	-	-	70,86	-	-	-	-	-	12,38
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	31.578,20	5.653,80	3.757,60	(710,16)	(541,41)	-	2.082,95	-	-	-	36.098,77
20113 - MIN DO PLANEJ., ORÇAM. E GESTAO	1.056,66	58,70	13,07	-	1,16	0,19	96,99	-	-	-	1.197,94
22000 - MINIST. AGRICUL. E PESQUISA RURAL	-	-	32,62	10,33	(32,62)	-	-	-	-	-	-
24000 - MIN DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INFORMATICA	-	-	46,66	(0,14)	(46,66)	-	-	-	-	-	-
25000 - MIN DA FAZENDA	1.284.238.339,49	61.691.297,96	13.587.856,48	7.746.780,38	(4.747.359,58)	11.039.843,69	66.980.166,25	158.242,48	967.773,50	(12.255,43)	1.391.891.191,70
26000 - MIN EDUCACAO	921.548,95	9.558,85	165,22	(0,04)	(41,73)	53,82	35.776,06	-	-	-	966.706,55
28000 - MIN DO	284.190,96	194,02	44.335,93	(173,78)	(44.316,70)	3,29	137,71	-	-	-	284.500,16
30000 - MIN DA JUSTICA	7.242,00	157,42	1.595,94	(133,07)	(1.595,94)	3,34	-	-	-	-	7.396,08
32000 - MIN MINAS E ENERGIA	506.948,82	168.525,07	42.634,25	(892,76)	(30.849,98)	1.283,01	4.933,63	-	-	-	667.340,25
33000 - MIN PREVIDENCIA SOCIAL	1.286.221,54	15.363,14	3.980.064,83	9.545,37	(3.977.753,05)	449,47	3.869.333,53	-	-	-	5.168.156,96
36000 - MIN SAUDE	735.851,07	355.030,06	550,83	38,65	(550,83)	2.013,54	159.361,49	-	-	-	1.248.229,07
39000 - MIN TRANSPORTES	18.887,00	82,83	58,34	(3,42)	1.213,37	26,61	14.411,82	-	-	-	32.083,35
41000 - MIN COMUNICACOES	24.849,84	2.617.380,37	4.222,77	(4,59)	(4.222,77)	24.849,84	-	-	-	-	2.617.380,37
42000 - MIN CULTURA	8.173,91	-	954,98	(304,44)	(954,98)	-	-	-	-	-	8.173,91
44000 - MIN DO MEIO AMBIENTE	3.202.057,35	518.450,97	3,58	(0,01)	5.958,36	5.949,49	110.734,30	-	-	-	3.819.341,19
48000 - MIN DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	33.489,33	6.931,94	87,93	-	(87,93)	-	-	-	-	-	40.421,27
52000 - MIN DEFESA	-	-	24,93	-	(24,93)	-	-	-	-	-	-
53000 - MIN DA INTEGRACAO NACIONAL	5.845,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.845,52
56000 - MIN CIDADES	-	-	3,07	-	(3,07)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.291.306.363,89</b>	<b>65.388.695,13</b>	<b>17.666.409,04</b>	<b>7.754.162,31</b>	<b>(8.801.138,44)</b>	<b>11.074.476,28</b>	<b>71.177.034,74</b>	<b>158.242,48</b>	<b>967.773,50</b>	<b>(12.255,43)</b>	<b>1.406.794.075,47</b>

Fonte: Siafi Gerencial

(1) Foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOUREIRO**  
VALORES EM R\$ MIL

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD	SALDO ATUAL
12000 - JUSTICA FEDERAL	83,24	-	-	-	70,86	-	-	-	-	-	12,38
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	-	-	4,34	(1,19)	(4,34)	-	-	-	-	-	-
22000 - MINIST. DA AGRICUL	-	-	32,62	10,33	(32,62)	-	-	-	-	-	-
24000 - MIN DA CIENCIA E TECNOLOGIA E	-	-	43,23	(0,14)	(43,23)	-	-	-	-	-	-
25000 - MIN DA FAZENDA	1.282.052.213,31	61.584.509,71	13.567.476,13	7.746.806,82	(4.732.838,03)	11.021.787,29	66.916.905,74	158.242,48	967.773,50	(12.255,43)	1.389.559.031,95
30000 - MIN DA JUSTICA	1,88	-	1.595,94	(133,07)	(1.595,94)	-	-	-	-	-	1,88
32000 - MIN DE MINAS E ENERGIA	1,21	1,21	-	-	-	-	-	-	-	-	2,42
36000 - MIN DA SAUDE	-	-	550,83	38,65	(550,83)	-	-	-	-	-	-
38000 - MIN DOS TRANSPORTES	-	-	0,02	(3,42)	(0,02)	-	-	-	-	-	-
42000 - MIN DA CULTURA	-	-	542,55	(111,37)	(642,55)	-	-	-	-	-	-
44000 - MIN DO MEIO AMBIENTE	-	-	0,46	-	(0,46)	-	-	-	-	-	-
52000 - MIN DA DEFESA	-	-	24,93	-	(24,93)	-	-	-	-	-	-
56000 - MIN DAS CIDADES	-	-	3.068,29	-	(3,07)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.282.052.299,64</b>	<b>61.584.510,92</b>	<b>13.573.339,36</b>	<b>7.746.606,61</b>	<b>(4.735.665,17)</b>	<b>11.021.787,29</b>	<b>66.916.905,74</b>	<b>158.242,48</b>	<b>967.773,50</b>	<b>(12.255,43)</b>	<b>1.389.559.048,63</b>

Fonte: Sisti Gerencial

(1) Foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

Valores em R\$ mil

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDA, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORD	SALDO ATUAL
AC	1.479.448,71	179.001,64	3.912,33	-	12.864,60	57.519,37	116.801,81	-	821,08	(256,54)	1.699.878,23
AL	9.150.021,94	595.727,47	27.966,65	-	28.154,34	62.848,38	674.271,80	165,85	6.923,58	(122.252,47)	10.171.709,94
AM	13.588.658,54	636.658,09	23.670,33	-	124.155,03	106.813,90	1.266.946,53	109,58	29.932,86	(13.015,29)	15.194.567,17
AP	1.721.923,34	66.239,45	4.518,31	-	16.753,04	5.408,90	159.150,05	-	519,52	(26.359,56)	1.893.753,51
BA	38.456.222,63	1.315.388,77	61.162,83	-	216.056,62	2.287.276,27	2.834.630,82	4.420,80	47.636,15	27.539,04	40.017.228,60
CE	20.450.759,99	1.047.463,77	24.254,74	-	117.314,67	95.154,11	1.927.691,94	1.653,40	2.929,41	3.384,06	23.187.993,43
DF	23.238.723,83	4.721.103,16	15.782.833,49	7.754.559,18	(15.274.085,50)	125.685,82	1.303.448,49	277,73	7.732,54	1.425,25	28.622.256,66
ES	18.711.940,90	1.825.722,07	42.241,40	-	240.208,11	296.311,94	1.373.957,03	-	43.069,29	(60.011,74)	21.229.777,52
GO	25.205.055,73	1.387.242,61	77.603,25	-	136.946,05	61.805,32	1.719.216,88	-	1.340,14	(9.175,31)	28.024.645,14
MA	9.995.352,79	393.316,81	22.332,51	-	59.871,11	41.204,12	682.929,14	-	10.829,43	(122.973,23)	10.784.689,34
MG	63.912.203,94	4.978.831,13	120.282,36	-	492.777,81	529.048,44	4.295.476,11	18.570,21	54.602,58	(86.796,86)	71.884.432,93
MS	9.333.475,42	560.194,31	13.310,15	-	78.364,33	49.236,95	576.491,97	4.066,89	61.320,75	(593.862,49)	9.670.000,14
MT	104.824.954,82	654.466,27	35.755,41	-	118.410,40	95.487,05	1.053.426,06	239,23	1.750,06	(6.486,31)	106.274.718,71
PA	18.647.722,51	1.203.151,87	40.658,04	-	97.002,25	117.636,66	1.730.404,01	-	11.433,49	(80.494,37)	21.234.053,58
PB	7.428.667,62	266.540,99	12.824,51	-	54.998,58	19.129,40	488.040,17	1.837,71	19.792,34	1.187,80	8.085.854,04
PE	32.637.685,69	1.663.809,54	72.234,68	-	124.229,03	527.521,79	2.072.135,89	2.971,93	16.335,50	3.269.243,41	38.899.581,60
PI	4.484.497,11	199.008,56	12.297,39	-	34.455,76	15.432,43	276.497,86	2.495,67	-	2.608,85	4.897.930,94
PR	46.925.003,42	3.481.288,16	153.808,97	-	396.820,54	383.168,33	3.311.379,63	18.228,83	62.174,89	390.265,51	53.094.035,17
RJ	205.797.571,41	7.099.447,65	221.374,26	(396,86)	1.281.841,01	677.849,05	10.606.259,31	3.220,68	314.116,08	(41.798,52)	220.963.078,79
RN	7.863.910,50	351.895,73	18.931,40	-	44.786,50	12.823,37	523.518,21	336,30	5.469,44	(1.487,15)	8.655.490,30
RO	5.505.675,78	384.527,05	12.002,35	-	24.760,10	36.757,63	349.470,69	170,32	1.975,14	(20.894,48)	6.143.113,51
RR	1.529.793,13	46.615,15	16.932,13	-	(1.630,09)	5.590,27	99.809,25	-	2.057,27	(440,34)	1.652.827,61
RS	58.983.399,10	3.919.423,17	146.170,39	-	315.328,17	1.188.911,49	4.525.889,73	5.030,76	89.602,09	(71.771,81)	65.611.897,29
SC	31.977.716,28	2.444.653,81	81.232,29	-	350.396,17	345.146,01	2.552.413,68	889,44	40.632,11	66.685,29	36.223.171,04
SE	4.649.272,36	299.475,47	7.869,08	-	54.560,97	58.591,15	282.912,37	399,26	11.220,34	(5.524,99)	5.053.494,41
SP	521.307.174,90	25.367.411,28	619.248,17	-	2.013.156,12	3.865.562,03	26.133.874,18	93.158,90	122.013,81	(2.112.265,79)	563.983.055,55
TO	3.499.531,50	340.091,15	10.981,62	-	40.665,85	6.554,13	259.991,31	-	1.843,62	(398.727,40)	3.640.841,33
<b>TOTAL</b>	<b>1.291.306.363,89</b>	<b>65.388.695,13</b>	<b>17.666.409,04</b>	<b>7.754.162,31</b>	<b>(6.801.138,44)</b>	<b>11.074.476,28</b>	<b>71.177.034,74</b>	<b>158.242,48</b>	<b>967.775,50</b>	<b>(12.255,43)</b>	<b>1.406.794.075,47</b>

Fonte: Staff Gerencial

(1) Foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOUREIRO**

Valores em R\$ mil

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBR. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAOR. DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC	1.416.681,67	130.457,93	-	-	15.310,04	57.519,37	116.512,26	-	821,08	(256,54)	1.589.744,84
AL	9.146.855,73	591.048,34	-	-	56.110,83	62.848,38	557.408,90	165,85	6.923,58	(122.252,47)	10.047.011,85
AM	13.286.778,64	592.608,98	-	-	147.580,98	105.367,23	1.242.846,88	108,58	29.932,86	(13.015,29)	14.826.229,55
AP	1.672.166,27	66.136,48	-	-	21.269,73	5.403,99	158.751,53	-	5.19,52	(26.359,56)	1.843.501,49
BA	38.207.047,88	1.289.931,75	-	-	277.095,01	2.286.370,04	2.766.688,15	4.420,80	47.636,15	27.539,04	39.675.664,81
CE	19.878.389,09	1.033.697,55	-	-	141.298,96	95.149,76	1.069.185,97	1.653,40	2.929,41	3.384,06	21.743.625,15
DF	21.625.238,10	1.880.838,98	13.570.230,89	7.746.610,18	(13.078.062,81)	99.293,72	1.222.028,96	277,73	7.732,54	1.425,25	24.130.059,23
ES	18.662.624,51	1.817.491,30	-	-	282.054,70	296.198,65	1.340.674,01	-	43.069,29	(60.011,74)	21.139.455,45
GO	25.068.402,98	1.383.775,52	-	-	214.241,87	61.736,57	1.647.540,35	-	1.340,14	(9.175,31)	27.813.224,96
MA	9.752.158,40	388.959,21	-	-	82.167,80	41.204,12	618.840,07	-	10.529,43	(122.973,23)	10.503.083,09
MG	63.510.335,39	4.959.644,80	-	-	612.474,20	528.127,95	4.135.555,12	18.570,21	54.802,58	(86.796,86)	71.304.963,50
MS	9.230.598,38	553.589,99	-	-	91.630,93	49.092,20	561.999,79	4.066,89	61.320,75	(593.862,49)	9.546.214,91
MT	104.630.665,93	563.797,03	-	-	154.090,63	94.997,47	981.459,58	239,23	1.750,06	(6.486,31)	105.918.358,85
PA	18.448.677,83	1.202.768,34	-	-	137.634,34	117.632,23	1.707.059,20	-	11.433,49	(80.494,37)	21.011.310,94
PB	7.364.731,47	254.536,91	-	-	67.713,45	18.913,45	412.981,12	1.837,71	19.792,34	1.187,80	7.925.180,35
PE	32.608.074,24	1.663.431,49	-	-	196.389,68	527.521,79	1.882.933,47	2.971,93	16.335,50	3.269.243,41	38.680.463,72
PI	4.446.597,87	197.132,42	-	-	46.656,42	15.432,43	266.901,19	2.495,67	-	2.608,85	4.848.655,82
PR	46.690.910,05	3.443.010,87	-	-	550.223,74	383.116,34	3.223.686,67	18.228,83	62.174,89	390.265,51	52.734.129,30
RJ	202.212.227,27	6.663.452,59	43,25	(3,57)	1.496.922,34	657.269,82	9.143.885,88	3.220,68	314.116,08	(41.798,52)	215.506.195,06
RN	7.823.029,46	348.599,92	-	-	63.447,68	12.823,37	454.998,54	336,30	5.469,44	(1.487,15)	8.543.064,00
RO	4.980.691,47	249.133,22	-	-	36.714,74	36.234,81	311.200,48	170,32	1.975,14	(20.894,48)	5.445.035,68
RR	1.499.121,30	46.613,52	-	-	15.302,04	5.590,27	99.369,60	-	2.057,27	(440,34)	1.621.714,50
RS	58.890.015,60	3.912.248,14	-	-	460.547,10	1.188.459,87	4.353.129,73	5.030,76	89.602,09	(71.771,81)	65.339.982,05
SC	31.841.246,84	2.395.800,93	-	-	430.014,37	345.148,01	2.422.946,10	889,44	40.632,11	66.685,29	35.909.995,22
SE	4.634.597,50	259.475,47	-	-	62.429,42	58.556,53	274.074,37	399,26	11.220,34	(5.524,99)	5.030.016,80
SP	521.096.753,94	25.356.286,25	-	-	2.631.493,92	3.865.394,81	25.696.452,89	93.158,90	122.013,81	(2.112.265,79)	563.265.163,04
TO	3.487.681,63	340.042,97	-	-	51.579,72	6.384,32	247.814,92	-	1.843,62	(398.727,40)	3.617.004,46
<b>TOTAL</b>	<b>1.282.052.299,64</b>	<b>61.584.510,92</b>	<b>13.570.274,13</b>	<b>7.746.606,61</b>	<b>(4.735.665,17)</b>	<b>11.021.787,29</b>	<b>66.916.905,74</b>	<b>156.242,48</b>	<b>967.773,50</b>	<b>(12.255,43)</b>	<b>1.389.559.048,63</b>

Fonte: Sijafi Gerencial

(1) Foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;



# PARTE III

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - EMPRESAS ESTATAIS

## PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

### 3.1. ASPECTOS GERAIS

Os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, são descritos no Orçamento de Investimento, conforme previsto no art. 165, § 5º, II da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 – LDO/2013), restringe a previsão constitucional, ao determinar, em seu art. 6º, que as empresas que recebam recursos do Tesouro Nacional terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme art. 6º, § 1º, III da LDO/2012, aquelas empresas que recebam recursos da União apenas em virtude de:

- participação acionária;
- fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e
- transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea “c”, e 239, § 1º, da Constituição.

Assim, o Orçamento de Investimento abrange todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 36, caput e § 5º da LDO/2013.

São considerados investimentos, nos termos do Art. 36, § 1º da LDO, as despesas com:

*I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado;*

*II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e*

*III - benfeitorias necessárias a infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.*

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2013 foi aprovado pela Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013 – Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 05 de abril 2013, com uma dotação inicial de R\$ 110.605.735.863,00, englobando as programações de 72 empresas estatais federais.

As Leis nº 12.936 e nº 12.947, de 27 de dezembro de 2013, inseriram, no Orçamento de Investimento de 2013, as dotações orçamentárias de seis empresas:

- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE;
- Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE;
- Uirapuru Transmissora de Energia S.A.;
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF;
- Araucária Nitrogenados S.A.; e
- Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. – PB-LOG.

Na Lei nº 12.951, de 27 de dezembro de 2013, foram canceladas dotações na sua totalidade em quatro empresas: Comperj Estirênicos S.A. - CPRJEST, Comperj Meg S.A. - CPRJMEG, Comperj Participações S.A. – CPRJPAP e Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL.

Com isso, passou para 74 o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento.

Após uma série de alterações, discriminadas no demonstrativo seguinte, houve um acréscimo de R\$ 12.624.029.969,00 ao valor inicialmente previsto, resultando em uma dotação final de R\$ 123.229.765.832,00.

**CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
<b>Dotação Inicial (Lei nº 12.798, de 04/04/13)</b>			<b>110.605.735.863</b>
Decreto de 23.01.13 (Reabertura de crédito extraordinário)	222.840.329	0	222.840.329
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	5.100.000	0	5.100.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	32.104.695	0	32.104.695
Companhia Docas do Pará - CDP	2.200.000	0	2.200.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	55.910.270	0	55.910.270
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	40.979	0	40.979
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	18.799.287	0	18.799.287
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	10.235.612	0	10.235.612
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	18.516.925	0	18.516.925
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	32.000.000	0	32.000.000
Empresa de Transmissora de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	25.000.000	0	25.000.000
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	11.456.014	0	11.456.014
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	3.500.000	0	3.500.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	7.976.547	0	7.976.547
<b>Decreto de 08/08/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>179.452.849</b>	<b>179.452.849</b>	<b>0</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	179.452.849	179.452.849	0
<b>Portaria DEST nº 20 de 21/08/13 (Adequação do identificação de Resultado Primário)</b>	<b>29.193.496</b>	<b>29.193.496</b>	<b>0</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	29.193.496	29.193.496	0
<b>Decreto de 26/08/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>270.623.051</b>	<b>0</b>	<b>270.623.051</b>
Companhia Docas do Ceará - CDC	52.009.341	0	52.009.341
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	48.455.993	0	48.455.993
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	39.930.950	0	39.930.950
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	69.723.874	0	69.723.874
Companhia Docas do Pará - CDP	26.077.850	0	26.077.850
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	34.425.043	0	34.425.043
<b>Decreto de 28/08/13 (Crédito especial)</b>	<b>12.199.043</b>	<b>0</b>	<b>12.199.043</b>
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	2.840.000	0	2.840.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	550.000	0	550.000
Companhia Docas do Pará - CDP	7.809.043	0	7.809.043
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	1.000.000	0	1.000.000
<b>Decreto de 03/09/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>13.450.000</b>	<b>140.780.000</b>	<b>-127.330.000</b>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	0	6.000.000	-6.000.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	0	2.000.000	-2.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	2.000.000	0	2.000.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	0	20.500.000	-20.500.000
Companhia Docas do Pará - CDP	0	3.700.000	-3.700.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	4.000.000	108.580.000	-104.580.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	7.450.000	0	7.450.000
<b>Decreto de 03/09/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>	<b>0</b>
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	150.000	150.000	0
<b>Portaria DEST nº 25 de 04/09/13 (Adequação do identificação de Resultado Primário)</b>	<b>12.564.602</b>	<b>12.564.602</b>	<b>0</b>
Companhia Docas do Pará - CDP	12.564.602	12.564.602	0
<b>Decreto de 12/12/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>16.000.000</b>	<b>16.000.000</b>	<b>0</b>
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	16.000.000	16.000.000	0
<b>Decreto de 12/12/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>119.199.579</b>	<b>0</b>	<b>119.199.579</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	119.199.579	0	119.199.579

(Cont.)

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
<b>Decreto de 12/12/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>34.827.000</b>	<b>256.042.255</b>	<b>-221.215.255</b>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	3.200.000	0	3.200.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	21.600.000	0	21.600.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	10.027.000	0	10.027.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	0	256.042.255	-256.042.255
<b>Decreto de 12/12/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>5.145.149.002</b>	<b>1.530.074.464</b>	<b>3.615.074.538</b>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	2.193.868	866.330	1.327.538
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	104.477.134	104.477.134	0
Innova S.A.	3.148.000	3.148.000	0
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	3.712.000	3.712.000	0
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	32.888.000	32.888.000	0
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	810.000.000	0	810.000.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	253.952.000	253.952.000	0
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	24.942.000	24.942.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	3.897.186.000	1.093.439.000	2.803.747.000
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	12.650.000	12.650.000	0
<b>Decreto de 12/12/13 (Crédito suplementar)</b>	<b>7.104.124.764</b>	<b>107.985.868</b>	<b>6.996.138.896</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	331.124.764	107.985.868	223.138.896
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	6.773.000.000	0	6.773.000.000
<b>Lei nº 12.906 de 18/12/2013 (Crédito suplementar)</b>	<b>8.207.509</b>	<b>24.880.202</b>	<b>-16.672.693</b>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	0	1.406.714	-1.406.714
Companhia Docas do Ceará - CDC	1.357.509	0	1.357.509
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	350.000	5.053.780	-4.703.780
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	0	15.590.129	-15.590.129
Companhia Docas do Pará - CDP	0	1.188.057	-1.188.057
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	0	1.641.522	-1.641.522
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	1.500.000	0	1.500.000
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	5.000.000	0	5.000.000
<b>Lei nº 12.936 de 27/12/2013 (Crédito especial)</b>	<b>986.053.775</b>	<b>0</b>	<b>986.053.775</b>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	10.000.000	0	10.000.000
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	2.018.776	0	2.018.776
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	429.017.311	0	429.017.311
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	545.013.688	0	545.013.688
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	4.000	0	4.000
<b>Lei nº 12.947 de 27/12/2013 (Crédito especial)</b>	<b>737.989.256</b>	<b>24.500.000</b>	<b>713.489.256</b>
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	2.000.000	0	2.000.000
Araucária Nitrogenados S.A.	66.015.000	0	66.015.000
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	1.283.256	0	1.283.256
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	24.300.000	24.300.000	0
IRB - Brasil Resseguros S.A.	200.000	200.000	0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	4.000.000	0	4.000.000
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	113.000	0	113.000
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	640.078.000	0	640.078.000
<b>Lei nº 12.949 de 27/12/2013 (Crédito Suplementar)</b>	<b>455.020.300</b>	<b>75.858.774</b>	<b>379.161.526</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	455.020.300	75.858.774	379.161.526
<b>Lei nº 12.951 de 27/12/2013 (Crédito Suplementar)</b>	<b>16.649.201.758</b>	<b>16.974.733.834</b>	<b>-325.532.076</b>
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	281.220.114	321.976.253	-40.756.139
Arembepe Energia S.A.	5.094.000	0	5.094.000
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	520.000	0	520.000
Banco da Amazônia S.A. - BASA	1.195.034	23.446.478	-22.251.444

(Cont.)

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	33.508.706	4.000.000	29.508.706
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	9.609.240	70.807.455	-61.198.215
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	3.708.048	14.180.166	-10.472.118
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	600.000	600.000	0
Caixa Econômica Federal - CAIXA	404.689.282	404.689.282	0
Casa da Moeda do Brasil - CMB	17.278.895	126.193.405	-108.914.510
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	587.897	3.625.146	-3.037.249
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	13.081.649	156.938.240	-143.856.591
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	1.000.000	212.507.850	-211.507.850
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	19.000.000	0	19.000.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	7.736.623	5.836.623	1.900.000
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	21.866.356	30.281.823	-8.415.467
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	20.660.148	106.973.148	-86.313.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	0	2.200.196	-2.200.196
Companhia Docas do Pará - CDP	8.300.000	8.300.000	0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	6.350.000	6.350.000	0
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	1.824.492	41.208.408	-39.383.916
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	2.414.650	62.483.237	-60.068.587
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	27.800.000	372.184.167	-344.384.167
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	0	1.194.261.000	-1.194.261.000
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	290.864.000	0	290.864.000
Comperj Estirenicos S.A. - CPRJEST	0	43.869.000	-43.869.000
Comperj Meg S.A. - CPRJMEG	0	25.291.000	-25.291.000
Comperj Participações S.A. - CPRJPAP	0	20.000	-20.000
Comperj Poliolefinas S.A. - CPRJPOL	0	375.204.000	-375.204.000
COBRA Tecnologia S.A.	700.000	0	700.000
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	4.000.000	1.344.283.086	-1.340.283.086
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	40.000.000	40.000.000	0
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	62.000.000	0	62.000.000
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	58.841.593	286.532.869	-227.691.276
Fronape International Company - FIC	17.052.000	0	17.052.000
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	97.514.450	148.740.192	-51.225.742
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD	7.598.000	0	7.598.000
Innova S.A.	21.622.000	109.796.000	-88.174.000
IRB - Brasil Resseguros S.A.	0	36.450.347	-36.450.347
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	7.130.000	7.130.000	0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	17.190.000	183.218.000	-166.028.000
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	36.766.000	143.199.000	-106.433.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	974.236.000	11.895.000	962.341.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	3.637.140.000	2.317.804.000	1.319.336.000
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	105.259.000	158.297.000	-53.038.000
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	9.201.876.000	8.310.398.000	891.478.000
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	1.124.851.000	0	1.124.851.000
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	0	6.000	-6.000
Stratura Asfaltos S.A.	49.000	50.000	-1.000
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	0	3.549.000	-3.549.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	39.755.581	105.095.463	-65.339.882
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	8.375.000	121.494.000	-113.119.000
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	8.337.000	33.369.000	-25.032.000

(Cont.)

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
<b>Decreto de 27/12/13 (Transferência dos saldos das dotações)</b>	<b>25.653.396</b>	<b>25.653.396</b>	<b>0</b>
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	0	14.688.074	-14.688.074
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	0	10.965.322	-10.965.322
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	25.653.396	0	25.653.396
<b>Resumo dos Créditos</b>	<b>32.021.899.709</b>	<b>19.397.869.740</b>	<b>12.624.029.969</b>
<b>Dotação Final</b>			<b>123.229.765.832</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento investiram R\$ 113.540.573.451,00, correspondentes a 92,1% do valor autorizado. Em comparação ao exercício anterior, os investimentos realizados pelas empresas estatais apresentaram alta de 15,9%. A execução do Orçamento de Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

### 3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 12 programas do Plano Plurianual 2012/2015, sendo que 82,1% dos valores dispendidos em 2013 estiveram concentrados em dois programas: "Petróleo e Gás" e "Combustível". A realização total dos investimentos ficou em 92,1% da dotação final, sendo que, apenas três programas executaram menos da metade dos valores disponibilizados.

#### ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013 DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA - R\$ mil

PROGRAMA	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Realização % (d/c)
Petróleo e Gás	50.746.534	13.873.195	64.619.729	63.253.896	97,9
Combustíveis	29.688.609	1.521.850	31.210.459	29.963.542	96,0
Energia Elétrica	10.520.173	-1.322.729	9.197.444	7.872.689	85,6
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	5.993.915	18.503	6.012.418	4.449.100	74,0
Desenvolvimento Produtivo	6.721.299	-1.897.960	4.823.339	3.876.951	80,4
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais	3.432.367	-164.733	3.267.634	1.803.902	55,2
Aviação Civil	1.414.090	413.482	1.827.572	1.508.998	82,6
Transporte Marítimo	1.380.650	222.551	1.603.201	460.771	28,7
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	607.605	-70.558	537.047	280.532	52,2
Política Nacional de Defesa	36.903	40.701	77.604	34.042	43,9
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	56.806	-10.273	46.533	33.858	72,8
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	6.786	0	6.786	2.293	33,8
<b>TOTAL</b>	<b>110.605.736</b>	<b>12.624.030</b>	<b>123.229.766</b>	<b>113.540.573</b>	<b>92,1</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Considerando o período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, em valores nominais, os investimentos das empresas estatais federais cresceram 59,6%. Vale registrar que os programas do PPA 2008 – 2011 foram reformulados, dando lugar, no PPA 2012 – 2015, aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A área de infraestrutura concentra a maior parte dos recursos dos Programas Temáticos, distribuídos, entre outros, em Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Combustíveis.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009 / 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROGRAMA - R\$ mil**

PROGRAMA	2009	2010	2011	2012	2013
Petróleo e Gás	0	0	0	48.720.980	63.253.896
Combustíveis	0	0	0	32.106.703	29.963.542
Energia Elétrica	0	0	0	6.104.175	7.872.689
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.893.508	3.015.925	2.648.784	4.406.562	4.449.100
Desenvolvimento Produtivo	0	0	0	3.125.375	3.876.951
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	987.793	1.254.855	1.256.060	1.590.499	1.803.902
Aviação Civil	0	0	0	1.132.963	1.508.998
Transporte Marítimo	0	0	0	382.938	460.771
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	0	0	0	135.151	280.532
Política Nacional de Defesa	0	0	0	51.590	34.042
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	0	0	0	144.652	33.858
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	0	0	0	2	2.293
Energia na Região Sul	1.001.493	1.061.038	1.023.408	41.779	0
Energia na Região Norte	273.260	422.601	1.191.989	23.882	0
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	359.562	529.943	1.045.327	759	0
Oferta de Petróleo e Gás Natural	29.720.965	35.567.672	32.940.707	0	0
Refino de Petróleo	12.485.803	18.581.354	20.713.940	0	0
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.730.895	4.700.972	4.456.490	0	0
Indústria Petroquímica	2.119.264	3.445.565	3.274.455	0	0
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	2.929.863	3.596.051	2.988.160	0	0
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.734.039	2.075.714	2.491.896	0	0
Brasil com Todo Gás	5.387.535	4.075.611	2.190.517	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2.012.953	1.786.896	2.060.298	0	0
Energia na Região Nordeste	1.018.689	921.399	1.270.891	0	0
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	587.880	799.076	880.588	0	0
Luz para Todos	336.180	633.547	503.234	0	0
Energia nos Sistemas Isolados	506.331	368.366	427.641	0	0
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	225.224	244.279	202.287	0	0
Aprimoramento dos Serviços Postais	179.756	183.170	149.055	0	0
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	43.856	103.885	139.741	0	0
Eficiência Energética	79.206	109.466	107.911	0	0
Vetor Logístico Centro-Norte	27.606	23.712	79.460	0	0
Inclusão Digital	0	0	72.372	0	0
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	6.724	13.649	66.038	0	0
Energia Alternativa Renovável	2.218	23.237	62.847	0	0
Gestão da Política de Previdência Social	98.635	96.130	53.051	0	0
Gestão da Política de Energia	47.211	52.638	43.240	0	0
Vetor Logístico Centro-Sudeste	52.746	130.352	34.345	0	0
Vetor Logístico Leste	43.316	20.051	29.666	0	0
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	25.452	28.950	21.961	0	0
Desenvolvimento da Agroenergia	203.442	68.377	21.233	0	0
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	9.603	28.556	15.306	0	0
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	1.648	2.078	2.601	0	0

(Cont.)

PROGRAMA	2009	2010	2011	2012	2013
Vetor Logístico Amazônico	451	2.023	1.238	0	0
Vetor Logístico Nordeste Meridional	12.285	6.030	614	0	0
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	775	2.735	562	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>71.146.164</b>	<b>83.975.903</b>	<b>82.467.913</b>	<b>97.968.010</b>	<b>113.540.573</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

O Grupo Petrobras obteve o maior nível de realização, com 87,4%.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE - R\$ mil**

Órgão / Unidade	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/Tb)	Realização % (b/a)
<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>	<b>26.810</b>	<b>16.080</b>	<b>0,0</b>	<b>60,0</b>
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.504	1.248	0,0	83,0
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	1.702	334	0,0	19,6
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	23.604	14.498	0,0	61,4
<b>MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	<b>28.578</b>	<b>544</b>	<b>0,0</b>	<b>1,9</b>
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	28.578	544	0,0	1,9
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>	<b>6.005.891</b>	<b>3.623.951</b>	<b>3,2</b>	<b>60,3</b>
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	2.000	2	0,0	0,1
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.070	583	0,0	54,5
Banco da Amazônia S.A. - BASA	31.919	23.170	0,0	72,6
Banco do Brasil S.A. - BB	3.096.647	1.549.861	1,4	50,0
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	102.356	69.857	0,1	68,2
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	2.800	1.581	0,0	56,5
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.343.283	1.754.288	1,5	74,9
Casa da Moeda do Brasil - CMB	171.085	54.579	0,0	31,9
COBRA Tecnologia S.A.	9.813	9.739	0,0	99,2
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	1.218	1.014	0,0	83,2
IRB - Brasil Resseguros S.A.	33.700	12.353	0,0	36,7
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	210.000	146.924	0,1	70,0
<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR</b>	<b>35.348</b>	<b>16.590</b>	<b>0,0</b>	<b>46,9</b>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	35.348	16.590	0,0	46,9
<b>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA</b>	<b>111.556.217</b>	<b>106.483.945</b>	<b>93,8</b>	<b>95,5</b>
GRUPO ELETROBRAS	8.731.263	7.259.057	6,4	83,1
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	1.181.232	1.044.628	0,9	88,4
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	24.917	17.899	0,0	71,8
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	191.354	173.323	0,2	90,6
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	448.129	359.690	0,3	80,3
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	76.865	24.065	0,0	31,3
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	21.250	15.037	0,0	70,8
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	115.017	62.655	0,1	54,5
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	129.035	61.622	0,1	47,8
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	142.726	112.382	0,1	78,7
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	260.769	207.085	0,2	79,4
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.641.696	1.388.017	1,2	84,5
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	18	17	0,0	97,0

(Cont.)

Órgão / Unidade	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/Tb)	Realização % (b/a)
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.795.762	1.651.471	1,5	92,0
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA (1)	19.135	19.135	0,0	100,0
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	130.170	68.507	0,1	52,6
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	398.342	321.550	0,3	80,7
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.142.222	944.710	0,8	82,7
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE (1)	18.162	18.162	0,0	100,0
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	20.426	12.137	0,0	59,4
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	429.017	416.002	0,4	97,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	545.014	340.962	0,3	62,6
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	4	0	0,0	0,0
GRUPO PETROBRAS	102.824.954	99.224.888	87,4	96,5
Araucária Nitrogenados S.A.	66.015	62.001	0,1	93,9
Arembepe Energia S.A.	5.892	4.587	0,0	77,8
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	1.090.017	930.255	0,8	85,3
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	301.664	221.203	0,2	73,3
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1	3.131	3.054	0,0	97,5
Fronape International Company - FIC	41.531	38.803	0,0	93,4
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD	21.254	12.601	0,0	59,3
Innova S.A. (2)	45.448	42.825	0,0	94,2
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	128.000	127.871	0,1	99,9
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	31.628	27.024	0,0	85,4
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	795.088	790.662	0,7	99,4
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	5.264.724	5.070.929	4,5	96,3
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	113	4	0,0	3,3
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	9.594.426	8.412.772	7,4	87,7
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.511.605	1.466.222	1,3	97,0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	74.459.466	72.678.889	64,0	97,6
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	8.994.265	8.852.803	7,8	98,4
Stratura Asfaltos S.A.	3.261	2.497	0,0	76,6
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda. (3)	747	412	0,0	55,1
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	391.773	418.997	0,4	106,9
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	74.906	60.477	0,1	80,7
<b>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>233.500</b>	<b>228.580</b>	<b>0,2</b>	<b>97,9</b>
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	233.500	228.580	0,2	97,9
<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>	<b>301.343</b>	<b>183.739</b>	<b>0,2</b>	<b>61,0</b>
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	301.343	183.739	0,2	61,0
<b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	40	0	0,0	0,0
<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>	<b>1.334.486</b>	<b>861.068</b>	<b>0,8</b>	<b>64,5</b>
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	831.010	574.901	0,5	69,2
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	503.476	286.167	0,3	56,8
<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>	<b>15.354</b>	<b>15.169</b>	<b>0,0</b>	<b>98,8</b>
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	15.354	15.169	0,0	98,8
<b>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL</b>	<b>2.029.668</b>	<b>1.640.116</b>	<b>1,4</b>	<b>80,8</b>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	2.029.668	1.640.116	1,4	80,8
<b>SECRETARIA DE PORTOS</b>	<b>1.662.532</b>	<b>470.792</b>	<b>0,4</b>	<b>28,3</b>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	176.116	38.665	0,0	22,0
Companhia Docas do Ceará - CDC	183.967	104.073	0,1	56,6
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	189.516	74.103	0,1	39,1

(Cont.)

Órgão / Unidade	Dotação Final (a)	Realizado Anual (b)	Compos. % (b/Tb)	Realização % (b/a)
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	471.847	189.061	0,2	40,1
Companhia Docas do Pará - CDP	108.463	8.548	0,0	7,9
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	409.352	19.585	0,0	4,8
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	123.272	36.757	0,0	29,8
<b>TOTAL</b>	<b>123.229.766</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>	<b>92,1</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

(1) As empresas PVTE e RS ENERGIA foram incorporadas pela ELETROSUL por resolução autorizativa nº 4018 da ANEEL, de 02/04/2013, e os saldos das dotações foram transferidos pelo decreto de 27/12/2013

(2) A empresa Innova foi vendida à Videolar S.A., por decisão da AGE realizada em 30/09/2013

(3) A empresa SFE foi incorporada pela Petrobras, por decisão da AGE realizada em 30/09/2013

Dentre os investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2013, 92,8% pertencem à função "Energia", com destaque para a subfunção "Combustíveis Minerais", que respondeu por 79,5% do realizado. As funções "Defesa Nacional", "Previdência Social" e "Energia" apresentaram as melhores realizações, com 100,0%, 97,9% e 95,6%, respectivamente. Das nove funções com realização no período, nenhuma ficou abaixo de 50%.

As seguintes subfunções apresentaram realização superior a 95,0%: "Defesa Nacional/Administração Geral", "Energia/Comercialização", "Previdência Social/Tecnologia de Informação", "Energia/Combustíveis Minerais", "Saúde/Tecnologia de Informação", "Previdência Social/Administração Geral" e "Energia/Transporte Hidroviário".

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - R\$ mil**

Função e Subfunção	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Realização % (d/c)
<b>Agricultura</b>	<b>29.806</b>	<b>-2.996</b>	<b>26.810</b>	<b>16.080</b>	<b>0,0</b>	<b>60,0</b>
Administração Geral	28.019	-2.760	25.260	15.595	0,0	61,7
Tecnologia da Informação	1.787	-237	1.550	485	0,0	31,3
<b>Comércio e Serviços</b>	<b>5.983.292</b>	<b>-84.561</b>	<b>5.898.731</b>	<b>3.586.507</b>	<b>3,2</b>	<b>60,8</b>
Administração Geral	708.335	182	708.518	447.654	0,4	63,2
Serviços Financeiros	3.432.367	-164.733	3.267.634	1.803.902	1,6	55,2
Tecnologia da Informação	1.842.589	79.990	1.922.579	1.334.951	1,2	69,4
<b>Comunicações</b>	<b>1.371.190</b>	<b>-66.621</b>	<b>1.304.569</b>	<b>859.372</b>	<b>0,8</b>	<b>65,9</b>
Administração Geral	310.276	76.349	386.626	325.043	0,3	84,1
Comunicações Postais	426.973	-104.477	322.496	132.426	0,1	41,1
Tecnologia da Informação	108.783	32.065	140.849	126.833	0,1	90,0
Telecomunicações	525.157	-70.558	454.599	275.070	0,2	60,5
<b>Defesa Nacional</b>	<b>7.620</b>	<b>7.019</b>	<b>14.639</b>	<b>14.635</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>
Administração Geral	7.620	7.019	14.639	14.635	0,0	100,0
<b>Energia</b>	<b>96.717.302</b>	<b>13.449.790</b>	<b>110.167.092</b>	<b>105.324.378</b>	<b>92,8</b>	<b>95,6</b>
Administração Geral	690.925	130.422	821.347	711.457	0,6	86,6
Biocombustíveis	190.200	-159.628	30.572	26.141	0,0	85,5
Combustíveis Minerais	76.964.791	15.243.370	92.208.161	90.246.489	79,5	97,9
Comercialização	856.531	-130.714	725.818	722.386	0,6	99,5
Conservação de Energia	96.839	-43.522	53.317	47.236	0,0	88,6
Energia Elétrica	10.641.369	-1.326.960	9.314.408	7.959.691	7,0	85,5
Produção Industrial	800.319	-127.322	672.997	413.343	0,4	61,4
Tecnologia da Informação	1.155.097	-126.611	1.028.486	852.395	0,8	82,9
Transporte Hidroviário	1.126.690	-56.426	1.070.264	1.033.628	0,9	96,6
Transportes Especiais	4.194.541	47.181	4.241.722	3.311.612	2,9	78,1
<b>Indústria</b>	<b>2.575.078</b>	<b>-1.012.312</b>	<b>1.562.766</b>	<b>1.206.037</b>	<b>1,1</b>	<b>77,2</b>
Administração Geral	60.000	597	60.597	27.960	0,0	46,1
Produção Industrial	2.485.078	-991.408	1.493.670	1.175.368	1,0	78,7
Tecnologia da Informação	30.000	-21.501	8.499	2.710	0,0	31,9
<b>Previdência Social</b>	<b>230.000</b>	<b>3.500</b>	<b>233.500</b>	<b>228.580</b>	<b>0,2</b>	<b>97,9</b>
Administração Geral	160.000	-35.000	125.000	121.168	0,1	96,9
Tecnologia da Informação	70.000	38.500	108.500	107.411	0,1	99,0
<b>Saúde</b>	<b>301.343</b>	<b>0</b>	<b>301.343</b>	<b>183.739</b>	<b>0,2</b>	<b>61,0</b>
Administração Geral	279	0	279	68	0,0	24,4
Suporte Profilático e Terapêutico	299.468	0	299.468	182.123	0,2	60,8
Tecnologia da Informação	1.596	0	1.596	1.548	0,0	97,0
<b>Transporte</b>	<b>3.390.105</b>	<b>330.210</b>	<b>3.720.315</b>	<b>2.121.247</b>	<b>1,9</b>	<b>57,0</b>
Administração Geral	82.522	9.828	92.350	46.794	0,0	50,7
Tecnologia da Informação	40.331	61.814	102.145	62.533	0,1	61,2
Transporte Aéreo	1.450.992	454.184	1.905.176	1.543.040	1,4	81,0
Transporte Hidroviário	1.380.650	222.551	1.603.201	460.771	0,4	28,7
Transportes Especiais	435.610	-418.166	17.444	8.109	0,0	46,5
<b>TOTAL</b>	<b>110.605.736</b>	<b>12.624.030</b>	<b>123.229.766</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>	<b>92,1</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

A tabela a seguir apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2009 e 2013, por função e subfunção, em valores nominais. Destaca-se o crescimento dos valores investidos na função "Saúde" (2.252,0%) e "Comunicação" (266,0%).

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009 / 2013**  
**INVESTIMENTO REALIZADO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - R\$ mil**

Função e Subfunção	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Administração</b>	<b>72.352</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Administração Geral	72.352	18	13	0	0
<b>Agricultura</b>	<b>6.918</b>	<b>7.167</b>	<b>14.569</b>	<b>18.914</b>	<b>16.080</b>
Administração Geral	6.848	5.513	11.715	17.964	15.595
Tecnologia da Informação	70	1.654	2.854	950	485
<b>Comércio e Serviços</b>	<b>2.150.681</b>	<b>2.582.893</b>	<b>2.353.668</b>	<b>3.347.709</b>	<b>3.586.507</b>
Administração Geral	430.653	346.816	327.250	480.886	447.654
Serviços Financeiros	987.793	1.254.855	1.256.060	1.590.499	1.803.902
Tecnologia da Informação	732.235	981.222	770.358	1.276.324	1.334.951
<b>Comunicações</b>	<b>234.805</b>	<b>243.998</b>	<b>269.319</b>	<b>542.703</b>	<b>859.372</b>
Administração Geral	24.193	27.344	8.935	113.399	325.043
Comunicações Postais	179.756	183.170	149.055	217.614	132.426
Tecnologia da Informação	30.856	33.484	38.956	81.785	126.833
Telecomunicações	0	0	72.372	129.906	275.070
<b>Defesa Nacional</b>	<b>8.495</b>	<b>7.188</b>	<b>0</b>	<b>6.330</b>	<b>14.635</b>
Administração Geral	8.495	7.188	0	6.330	14.635
<b>Energia</b>	<b>67.190.770</b>	<b>78.102.233</b>	<b>75.587.948</b>	<b>90.024.390</b>	<b>105.324.378</b>
Administração Geral	212.062	411.557	358.434	614.194	711.457
Biocombustíveis	203.442	96.283	52.160	24.310	26.141
Combustíveis Minerais	51.412.057	62.554.834	60.957.148	75.265.361	90.246.489
Comercialização	475.643	633.347	741.081	782.723	722.386
Conservação de Energia	79.206	109.466	107.911	57.370	47.236
Energia Elétrica	5.798.992	5.519.483	6.939.149	6.369.357	7.959.691
Irrigação	145.766	142.299	119.093	0	0
Produção Industrial	0	0	191.875	278.211	413.343
Tecnologia da Informação	1.303.574	1.025.034	951.642	996.969	852.395
Transporte Hidroviário	464.186	561.344	623.391	898.493	1.033.628
Transportes Especiais	7.095.843	7.048.584	4.546.064	4.737.402	3.311.612
<b>Indústria</b>	<b>751.813</b>	<b>1.965.856</b>	<b>2.566.806</b>	<b>2.087.312</b>	<b>1.206.037</b>
Administração Geral	17.521	15.047	29.622	22.616	27.960
Mineração	1.648	2.078	2.601	0	0
Produção Industrial	732.275	1.948.731	2.534.583	2.053.934	1.175.368
Tecnologia da Informação	368	0	0	10.762	2.710
<b>Previdência Social</b>	<b>111.277</b>	<b>101.441</b>	<b>59.427</b>	<b>122.977</b>	<b>228.580</b>
Administração Geral	12.641	5.311	6.377	21.566	121.168
Tecnologia da Informação	98.635	96.130	53.051	101.411	107.411
<b>Saúde</b>	<b>7.812</b>	<b>17.124</b>	<b>66.809</b>	<b>76.652</b>	<b>183.739</b>
Administração Geral	78	18	178	695	68
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	775	2.735	562	0	0
Suporte Profilático e Terapêutico	6.724	13.649	66.038	75.779	182.123
Tecnologia da Informação	236	722	31	178	1.548

(Cont.)

Função e Subfunção	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Transporte</b>	<b>611.241</b>	<b>947.986</b>	<b>1.549.354</b>	<b>1.741.023</b>	<b>2.121.247</b>
Administração Geral	9.068	37.576	46.657	79.403	46.794
Combustíveis Minerais	0	0	65.410	0	0
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0	0	570	0	0
Tecnologia da Informação	49.767	58.233	49.155	62.823	62.533
Transporte Aéreo	369.165	558.499	1.060.633	1.185.312	1.543.040
Transporte Hidroviário	180.260	285.753	284.438	382.938	460.771
Transportes Especiais	2.981	7.625	42.437	30.547	8.109
Vigilância Epidemiológica	0	300	55	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>71.146.164</b>	<b>83.975.903</b>	<b>82.467.913</b>	<b>97.968.010</b>	<b>113.540.573</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Os recursos próprios constituíram a principal fonte de financiamento do Orçamento de Investimento (85,3%), seguidos dos recursos para aumento de patrimônio líquido (11,7%). Houve necessidade de aporte do Tesouro para financiar apenas 1,9% do total investido.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - R\$ mil**

Fontes de Financiamento	Dotação Inicial (a)	Compos. % (a/Ta)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
<b>Recursos Próprios</b>	<b>77.408.505</b>	<b>70,0</b>	<b>22.235.150</b>	<b>99.643.655</b>	<b>80,9</b>	<b>96.823.292</b>	<b>85,3</b>
Geração Própria	77.408.505	70,0	22.235.150	99.643.655	80,9	96.823.292	85,3
<b>Recursos p/ aumento do PL</b>	<b>16.002.851</b>	<b>14,5</b>	<b>-761.381</b>	<b>15.241.470</b>	<b>12,4</b>	<b>13.240.128</b>	<b>11,7</b>
Tesouro	3.490.905	3,2	236.159	3.727.064	3,0	2.188.343	1,9
<i>Direto</i>	<i>2.382.982</i>	<i>2,2</i>	<i>55.833</i>	<i>2.438.815</i>	<i>2,0</i>	<i>1.540.091</i>	<i>1,4</i>
<i>Saldos de Exerc. Anteriores</i>	<i>1.107.923</i>	<i>1,0</i>	<i>180.326</i>	<i>1.288.249</i>	<i>1,0</i>	<i>648.253</i>	<i>0,6</i>
Controladora	12.511.946	11,3	-1.141.323	11.370.623	9,2	10.909.696	9,6
Outras Estatais	0	0,0	143.784	143.784	0,1	142.088	0,1
<b>Op. de Crédito de Longo Prazo</b>	<b>8.961.335</b>	<b>8,1</b>	<b>-1.271.825</b>	<b>7.689.509</b>	<b>6,2</b>	<b>3.018.663</b>	<b>2,7</b>
Internas	3.020.190	2,7	-4.276	3.015.914	2,4	2.457.751	2,2
Externas	5.941.145	5,4	-1.267.549	4.673.596	3,8	560.913	0,5
<b>Outros Rec. de Longo Prazo</b>	<b>8.233.045</b>	<b>7,4</b>	<b>-7.577.914</b>	<b>655.131</b>	<b>0,5</b>	<b>458.490</b>	<b>0,4</b>
Controladora	1.213.659	1,1	-558.528	655.131	0,5	458.490	0,4
Outras Estatais	7.019.386	6,3	-7.019.386	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>110.605.736</b>	<b>100,0</b>	<b>12.624.030</b>	<b>123.229.766</b>	<b>100,0</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Ao analisar o comportamento das fontes de financiamento entre os anos de 2009 e 2013, nota-se que os recursos próprios mais que dobraram. A maior parte do aumento na utilização de recursos pelo Tesouro é explicada pelo ciclo histórico de investimentos em infraestrutura aeroportuária por que passa o País (54,3% do total). Trata-se de investimentos em mobilidade, estratégicos na atual conjuntura.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009 / 2013**  
**FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR NATUREZA - R\$ mil**

Fontes de Financiamento	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Recursos Próprios</b>	<b>34.056.687</b>	<b>61.634.558</b>	<b>73.526.713</b>	<b>80.005.035</b>	<b>96.823.292</b>
Geração Própria	34.056.687	61.634.558	73.526.713	80.005.035	96.823.292
<b>Recursos para aumento do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.185.844</b>	<b>3.833.220</b>	<b>1.984.644</b>	<b>12.109.347</b>	<b>13.240.128</b>
Tesouro	235.721	350.893	346.129	621.250	2.188.343
<i>Direto</i>	<i>160.302</i>	<i>86.377</i>	<i>217.224</i>	<i>141.514</i>	<i>1.540.091</i>
<i>Saldos de Exercícios Anteriores</i>	<i>75.419</i>	<i>264.516</i>	<i>128.905</i>	<i>479.737</i>	<i>648.253</i>
Controladora	2.950.123	3.479.458	1.638.515	11.488.096	10.909.696
Outras Estatais	0	2.870	0	0	142.088
<b>Operações de Crédito de Longo Prazo</b>	<b>22.835.567</b>	<b>2.816.851</b>	<b>4.830.177</b>	<b>3.485.179</b>	<b>3.018.663</b>
Internas	16.673.811	2.816.851	3.295.243	1.438.795	2.457.751
Externas	6.161.755	0	1.534.934	2.046.384	560.913
<b>Outros Recursos de Longo Prazo</b>	<b>11.068.067</b>	<b>15.691.273</b>	<b>2.126.379</b>	<b>2.368.450</b>	<b>458.490</b>
Debêntures	0	0	105.609	49.042	0
Controladora	1.152.524	1.397.339	1.333.301	858.336	458.490
Outras Estatais	9.778.578	0	0	0	0
Outras Fontes	136.965	14.293.935	687.469	1.461.072	0
<b>TOTAL</b>	<b>71.146.164</b>	<b>83.975.903</b>	<b>82.467.913</b>	<b>97.968.010</b>	<b>113.540.573</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Das 74 empresas com Orçamento de Investimento, sete compõem o setor financeiro e 67, o setor produtivo. O setor produtivo é composto por 21 empresas do Grupo Petrobras, 22 do Grupo Eletrobras e 24 do Grupo das Demais Empresas, sendo três de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas; oito de administração portuária; uma de serviços postais; uma de administração da infraestrutura aeroportuária e segurança do tráfego aéreo; três da indústria de transformação; e oito de serviços.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR / GRUPO - R\$ mil**

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)
<b>Setor Produtivo</b>	<b>104.846.125</b>	<b>12.711.810</b>	<b>117.557.936</b>	<b>110.113.910</b>	<b>97,0</b>
Grupo Petrobras	89.303.406	13.521.548	102.824.954	99.224.888	87,4
Grupo Eletrobras e Federalizadas	10.124.584	-1.393.321	8.731.263	7.259.057	6,4
Demais Empresas do Setor Produtivo	5.418.136	583.584	6.001.719	3.629.966	3,2
<b>Setor Financeiro</b>	<b>5.759.611</b>	<b>-87.781</b>	<b>5.671.830</b>	<b>3.426.663</b>	<b>3,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>110.605.736</b>	<b>12.624.030</b>	<b>123.229.766</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Entre 2009 e 2013, o crescimento do valor realizado pelos setores financeiro e produtivo foi de 70,1% e de 59,3%, respectivamente.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009 / 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR SETOR / GRUPO - R\$ mil**

Setor / Grupo	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Setor Produtivo</b>	<b>69.131.188</b>	<b>81.512.943</b>	<b>80.259.131</b>	<b>94.839.119</b>	<b>110.113.910</b>
Grupo Petrobras	62.530.070	74.552.101	71.285.370	85.984.216	99.224.888
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	5.190.283	5.279.352	6.775.177	5.924.110	7.259.057
Demais Empresas do Setor Produtivo	1.410.835	1.681.491	2.198.583	2.930.793	3.629.966
<b>Setor Financeiro</b>	<b>2.014.977</b>	<b>2.462.960</b>	<b>2.208.782</b>	<b>3.128.891</b>	<b>3.426.663</b>
<b>TOTAL</b>	<b>71.146.164</b>	<b>83.975.903</b>	<b>82.467.913</b>	<b>97.968.010</b>	<b>113.540.573</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

Seguem tabelas e gráficos com a execução dos investimentos, por grupo e empresa, no período de 2009 a 2013.

**GRUPO PETROBRAS**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2009 / 2013 - R\$ mil**

EMPRESA	2009		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%								
Petrobras	41.818.998	66,9	47.382.143	63,6	45.895.590	64,4	58.526.602	68,1	72.678.889	73,2
Rnest	946.703	1,5	3.075.113	4,1	6.673.304	9,4	9.367.648	10,9	8.852.803	8,9
PNBV	6.942.181	11,1	9.389.548	12,6	6.934.934	9,7	6.138.017	7,1	8.412.772	8,5
PIB BV	4.716.098	7,5	4.693.044	6,3	4.427.039	6,2	5.067.244	5,9	5.070.929	5,1
Transpetro	776.304	1,2	1.081.674	1,5	916.180	1,3	1.311.522	1,5	1.466.222	1,5
Citepe	70.026	0,1	904.874	1,2	1.110.905	1,6	1.308.812	1,5	930.255	0,9
BR	508.781	0,8	672.732	0,9	791.245	1,1	842.207	1,0	790.662	0,8
TAG	4.258.009	6,8	3.657.968	4,9	1.952.244	2,7	1.846.808	2,1	418.997	0,4
Petroquímicasuape	454.152	0,7	814.624	1,1	1.251.012	1,8	544.576	0,6	221.203	0,2
Liquigás	117.644	0,2	173.341	0,2	145.201	0,2	184.938	0,2	127.871	0,1
Araucária	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	62.001	0,1
TBG	273.943	0,4	176.034	0,2	45.531	0,1	50.774	0,1	60.477	0,1
Innova (1)	0	0,0	0	0,0	15.876	0,0	9.718	0,0	42.825	0,0
FIC	14.797	0,0	7.928	0,0	29.451	0,0	310.368	0,4	38.803	0,0
Pbio	1.771	0,0	70.271	0,1	25.972	0,0	25.708	0,0	27.024	0,0
Gás Brasileiro GBD	0	0,0	0	0,0	2.349	0,0	24.231	0,0	12.601	0,0
Arembepe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	509	0,0	4.587	0,0
ECM 1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	31	0,0	3.054	0,0
Stratura Asfaltos	966	0,0	1.792	0,0	5.137	0,0	3.204	0,0	2.497	0,0
SFE (2)	440	0,0	2.163	0,0	3.278	0,0	3.825	0,0	412	0,0
PB-LOG	256.308	0,4	618.229	0,8	668.858	0,9	415.427	0,5	4	0,0
Termo Ceará	936	0,0	400	0,0	3.156	0,0	2.019	0,0	0	0,0
Petroquisa(3)	1	0,0	42.973	0,1	248	0,0	26	0,0	0	0,0
CPRJP (4)	0	0,0	0	0,0	28	0,0	1	0,0	0	0,0
CPRJPOL (5)	136.691	0,2	160.768	0,2	311.520	0,4	0	0,0	0	0,0
Mangue Seco 2	0	0,0	21.628	0,0	60.082	0,1	0	0,0	0	0,0
CPRJEST (6)	31.932	0,1	41.270	0,1	9.978	0,0	0	0,0	0	0,0
Fafen Energia(7)	4.875	0,0	3.322	0,0	3.895	0,0	0	0,0	0	0,0
PIFCo	653	0,0	199	0,0	1.035	0,0	0	0,0	0	0,0
Termomacacé	39	0,0	488	0,0	548	0,0	0	0,0	0	0,0
Termorio(8)	1.028	0,0	1.893	0,0	488	0,0	0	0,0	0	0,0
Utejf(9)	73	0,0	573	0,0	287	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJBAS(10)	1.011.001	1,6	1.188.392	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Breitener	0	0,0	199.084	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPET(11)	129.617	0,2	130.198	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJMEG (12)	39.932	0,1	33.869	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Brasoil	10.009	0,0	5.563	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Alvo(13)	5.398	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Triunfo(14)	763	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>62.530.070</b>	<b>100,0</b>	<b>74.552.101</b>	<b>100,0</b>	<b>71.285.370</b>	<b>100,0</b>	<b>85.984.216</b>	<b>100,0</b>	<b>99.224.888</b>	<b>100,0</b>

1) Innova vendida à Videolar em 30/09/2013 / 2) SFE incorporada pela Petrobras em 30/09/2013 / 3) Petroquisa incorporada pela Petrobras em 27/01/2012 / 4) CPRJP (4) incorporada pela Petrobras em 30/09/2013 / 5) CPRJPOL incorporada pela Petrobras em 30/09/2013 / 6) CPRJEST incorporada pela Petrobras em 30/09/2013 / 7) Fafen Energia incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 8) Termorio incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 9) Utejf incorporada pela Petrobras em 19/12/2011 / 10) CPRJBAS incorporada pela Petrobras em 31/01/2011 / 11) CPRJPET incorporada pela Petrobras em 31/01/2011 / 12) CPRJMEG incorporada pela Petrobras em 30/09/2013 / 13) Alvo incorporada pela BR em 31/01/2009 / 14) Triunfo Privatizada em 05/05/2009  
 Fonte: MP/DEST/SIOP

**GRUPO ELETROBRÁS**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2009 / 2013 - R\$ mil**

EMPRESA	2009		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%								
Eletronuclear	545.455	10,5	531.331	10,1	1.273.044	18,8	740.940	12,5	1.651.471	22,8
Chesf	749.310	14,4	789.568	15,0	1.145.713	16,9	1.152.264	19,5	1.388.017	19,1
AmE	311.332	6,0	489.909	9,3	503.822	7,4	750.954	12,7	1.044.628	14,4
Furnas	1.433.258	27,6	1.245.290	23,6	987.845	14,6	1.147.868	19,4	944.710	13,0
TSBE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	416.002	5,7
Eletronorte	491.258	9,5	418.341	7,9	391.742	5,8	348.011	5,9	359.690	5,0
TSLE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	340.962	4,7
Eletrosul	552.738	10,6	627.868	11,9	620.258	9,2	469.683	7,9	321.550	4,4
Cepisa (*)	144.154	2,8	275.916	5,2	299.974	4,4	314.648	5,3	207.085	2,9
Ceron (*)	148.611	2,9	144.881	2,7	154.359	2,3	209.704	3,5	173.323	2,4
Ceal (*)	132.999	2,6	138.032	2,6	86.110	1,3	104.962	1,8	112.382	1,5
ETE	0	0,0	0	0,0	503.914	7,4	300.705	5,1	68.507	0,9
Eletroacre (*)	176.613	3,4	58.112	1,1	39.786	0,6	52.904	0,9	62.655	0,9
CGTEE	422.700	8,1	438.159	8,3	258.775	3,8	64.861	1,1	61.622	0,8
Eletrobras	54.030	1,0	95.545	1,8	15.013	0,2	14.447	0,2	24.065	0,3
RS Energia (**)	0	0,0	0	0,0	31.484	0,5	81.560	1,4	19.135	0,3
PVTE (**)	0	0,0	0	0,0	297.431	4,4	59.340	1,0	18.162	0,3
BVenergia	9.893	0,2	10.266	0,2	32.680	0,5	26.727	0,5	17.899	0,2
Cepel	17.921	0,3	16.115	0,3	14.096	0,2	20.173	0,3	15.037	0,2
RBTE	0	0,0	0	0,0	119.119	1,8	64.348	1,1	12.137	0,2
Eletropar	14	0,0	18	0,0	13	0,0	11	0,0	17	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>5.190.283</b>	<b>100,0</b>	<b>5.279.352</b>	<b>100,0</b>	<b>6.775.177</b>	<b>100,0</b>	<b>5.924.110</b>	<b>100,0</b>	<b>7.259.057</b>	<b>100,0</b>

(\*) Empresas federalizadas

(\*\*) RS Energia e PVTE foram incorporadas pela Eletrosul em 02/04/2013

Fonte: MP/DEST/SIOP

**DEMAIS EMPRESAS DO SPE**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2009 / 2013 - R\$ mil**

EMPRESA	2009		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%								
Infraero	421.257	29,9	643.621	38,3	1.144.749	52,1	1.315.173	44,9	1.640.116	45,2
ECT	234.805	16,6	242.047	14,4	194.737	8,9	404.528	13,8	574.901	15,8
Telebras	0	0,0	3.883	0,2	76.195	3,5	138.649	4,7	286.167	7,9
Dataprev	183.615	13,0	101.441	6,0	59.427	2,7	122.977	4,2	228.580	6,3
Codesp	55.198	3,9	131.831	7,8	35.534	1,6	116.144	4,0	189.061	5,2
Hemobrás	7.812	0,6	17.124	1,0	66.809	3,0	76.652	2,6	183.739	5,1
Serpro	131.320	9,3	110.935	6,6	133.030	6,1	206.103	7,0	146.924	4,0
CDC	5.644	0,4	14.691	0,9	19.224	0,9	81.352	2,8	104.073	2,9
Codesa	886	0,1	8.528	0,5	17.931	0,8	95.254	3,3	74.103	2,0
CMB	225.224	16,0	244.279	14,5	202.287	9,2	233.923	8,0	54.579	1,5
Codeba	12.690	0,9	6.673	0,4	1.945	0,1	18.367	0,6	38.665	1,1
Codern	38.849	2,8	89.736	5,3	121.074	5,5	34.990	1,2	36.757	1,0
CDRJ	43.404	3,1	14.344	0,9	13.716	0,6	4.923	0,2	19.585	0,5
Emgepron	8.495	0,6	7.188	0,4	568	0,0	6.844	0,2	15.169	0,4
Ceagesp	568	0,0	3.457	0,2	7.400	0,3	10.808	0,4	14.498	0,4
Cobra	2.992	0,2	7.354	0,4	8.816	0,4	8.378	0,3	9.739	0,3
CDP	30.327	2,1	29.006	1,7	85.148	3,9	43.254	1,5	8.548	0,2
BB Turismo	542	0,0	1.025	0,1	1.925	0,1	1.171	0,0	1.581	0,0
Ceasaminas	6.248	0,4	3.026	0,2	6.967	0,3	7.796	0,3	1.248	0,0
Emgea	802	0,1	585	0,0	833	0,0	994	0,0	1.014	0,0
Ativos S.A.	49	0,0	33	0,0	59	0,0	2.172	0,1	583	0,0
Casemg	101	0,0	685	0,0	202	0,0	309	0,0	334	0,0
ABGF	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0
Codomar	6	0,0	0	0,0	6	0,0	31	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.410.835</b>	<b>100,0</b>	<b>1.681.491</b>	<b>100,0</b>	<b>2.198.583</b>	<b>100,0</b>	<b>2.930.793</b>	<b>100,0</b>	<b>3.629.966</b>	<b>100,0</b>

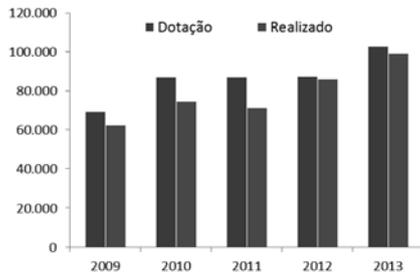
Fonte: MP/DEST/SIOP

**SETOR FINANCEIRO**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2009 / 2013 - R\$ mil**

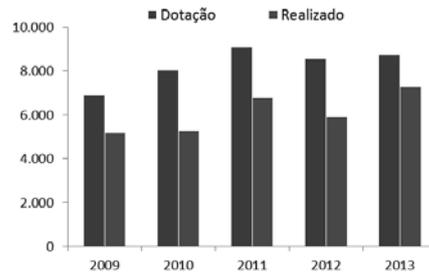
EMPRESA	2009		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%								
Caixa	462.342	22,9	584.621	23,7	498.563	22,6	930.052	29,7	1.754.288	51,2
BB	1.349.439	67,0	1.770.674	71,9	1.572.161	71,2	2.086.019	66,7	1.549.861	45,2
BNB	37.471	1,9	21.142	0,9	27.799	1,3	42.027	1,3	69.857	2,0
Basa	5.589	0,3	19.353	0,8	38.865	1,8	16.030	0,5	23.170	0,7
BNDES	17.408	0,9	52.873	2,1	47.938	2,2	29.259	0,9	16.590	0,5
IRB-Brasil Re	5.269	0,3	13.134	0,5	21.346	1,0	23.458	0,7	12.353	0,4
Finep	6.847	0,3	1.163	0,0	2.109	0,1	2.047	0,1	544	0,0
BNC(*)	130.611	6,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.014.977</b>	<b>100,0</b>	<b>2.462.960</b>	<b>100,0</b>	<b>2.208.782</b>	<b>100,0</b>	<b>3.128.891</b>	<b>100,0</b>	<b>3.426.663</b>	<b>100,0</b>

(\*) BNC incorporado pelo BB em 30/11/2009  
Fonte: MP/DEST/SIOP

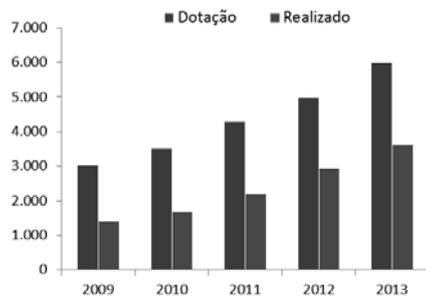
**GRUPO PETROBRAS**  
**INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2009 / 2013**  
 Realizado x Dotação - Valores em R\$ milhões



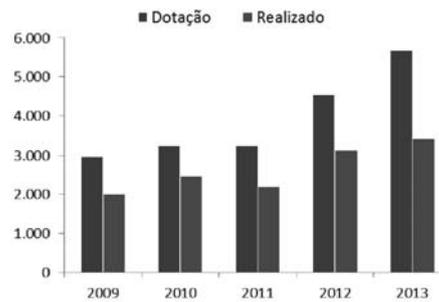
**GRUPO ELETROBRAS**  
**INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2009 / 2013**  
 Realizado x Dotação - Valores em R\$ milhões



**DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO**  
**INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2009 / 2013**  
 Realizado x Dotação - Valores em R\$ milhões



**SETOR FINANCEIRO**  
**INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2009 / 2013**  
 Realizado x Dotação - Valores em R\$ milhões



Os investimentos no País representaram 90,0% do total realizado em 2013. Os valores realizados em mais de um Estado, classificados como "Nacional", representaram 39,0%, seguidos pela Região Sudeste (29,8%) e pela a Região Nordeste (15,6%). Por Estados, os maiores investimentos ocorreram em Pernambuco e no Rio de Janeiro, com 9,0% e 10,2%, respectivamente, devido, em grande parte, a projetos do Grupo Petrobras.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - R\$ mil**

MACRO REGIÃO Região / Estado	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Compos. % (c/Tc)	Realizado Anual (d)	Compos. % (d/Td)	Realização % (d/c)
<b>Nacional</b>	<b>42.056.428</b>	<b>6.591.866</b>	<b>48.648.294</b>	<b>39,5</b>	<b>44.278.404</b>	<b>39,0</b>	<b>91,0</b>
<b>Exterior</b>	<b>10.491.485</b>	<b>1.895.582</b>	<b>12.387.067</b>	<b>10,1</b>	<b>11.335.669</b>	<b>10,0</b>	<b>91,5</b>
<b>Região Norte</b>	<b>3.813.994</b>	<b>-622.926</b>	<b>3.191.068</b>	<b>2,6</b>	<b>2.669.500</b>	<b>2,4</b>	<b>83,7</b>
Região Norte	1.335.604	-319.097	1.016.507	0,8	924.857	0,8	91,0
Acre	127.604	-5.157	122.448	0,1	68.477	0,1	55,9
Amapá	60.024	-39.776	20.249	0,0	14.504	0,0	71,6
Amazonas	1.562.514	-32.368	1.530.146	1,2	1.359.350	1,2	88,8
Pará	300.606	-152.206	148.400	0,1	27.798	0,0	18,7
Rondônia	380.487	-67.063	313.424	0,3	250.825	0,2	80,0
Roraima	40.116	-11.619	28.497	0,0	19.729	0,0	69,2
Tocantins	7.038	4.359	11.397	0,0	3.961	0,0	34,8
<b>Região Nordeste</b>	<b>18.338.996</b>	<b>726.992</b>	<b>19.065.988</b>	<b>15,5</b>	<b>17.674.986</b>	<b>15,6</b>	<b>92,7</b>
Região Nordeste	4.518.699	134.407	4.653.106	3,8	4.484.606	3,9	96,4
Alagoas	195.897	-30.444	165.454	0,1	121.739	0,1	73,6
Bahia	1.481.979	377.301	1.859.280	1,5	1.594.400	1,4	85,8
Ceará	425.782	14.861	440.642	0,4	319.184	0,3	72,4
Maranhão	532.644	-124.446	408.198	0,3	372.450	0,3	91,2
Paraíba	12.351	139	12.490	0,0	11.533	0,0	92,3
Pernambuco	10.488.478	261.525	10.750.003	8,7	10.236.012	9,0	95,2
Piauí	327.484	-57.628	269.856	0,2	214.893	0,2	79,6
Rio Grande do Norte	293.494	-7.205	286.289	0,2	120.886	0,1	42,2
Sergipe	62.186	158.483	220.670	0,2	199.283	0,2	90,3
<b>Região Sudeste</b>	<b>33.028.639</b>	<b>2.458.215</b>	<b>35.486.855</b>	<b>28,8</b>	<b>33.867.601</b>	<b>29,8</b>	<b>95,4</b>
Região Sudeste	12.437.643	3.607.265	16.044.909	13,0	16.818.262	14,8	104,8
Espírito Santo	274.536	290.240	564.776	0,5	405.205	0,4	71,7
Minas Gerais	1.566.243	-473.066	1.093.177	0,9	1.005.717	0,9	92,0
Rio de Janeiro	13.435.857	-342.787	13.093.070	10,6	11.582.137	10,2	88,5
São Paulo	5.314.360	-623.438	4.690.922	3,8	4.056.282	3,6	86,5
<b>Região Sul</b>	<b>2.452.224</b>	<b>1.504.799</b>	<b>3.957.023</b>	<b>3,2</b>	<b>3.370.923</b>	<b>3,0</b>	<b>85,2</b>
Região Sul	92.706	1.004.847	1.097.553	0,9	810.512	0,7	73,8
Paraná	857.067	405.789	1.262.855	1,0	1.164.642	1,0	92,2
Rio Grande do Sul	1.218.023	174.474	1.392.498	1,1	1.245.622	1,1	89,5
Santa Catarina	284.428	-80.311	204.117	0,2	150.148	0,1	73,6
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>423.970</b>	<b>69.502</b>	<b>493.472</b>	<b>0,4</b>	<b>343.490</b>	<b>0,3</b>	<b>69,6</b>
Região Centro-Oeste	24.513	26.946	51.459	0,0	37.314	0,0	72,5
Distrito Federal	152.606	28.323	180.929	0,1	115.427	0,1	63,8
Goiás	74.402	24.866	99.268	0,1	62.822	0,1	63,3
Mato Grosso	93.961	-20.778	73.182	0,1	50.757	0,0	69,4
Mato Grosso do Sul	78.488	10.145	88.633	0,1	77.169	0,1	87,1
<b>TOTAL</b>	<b>110.605.736</b>	<b>12.624.030</b>	<b>123.229.766</b>	<b>100,0</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>	<b>92,1</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

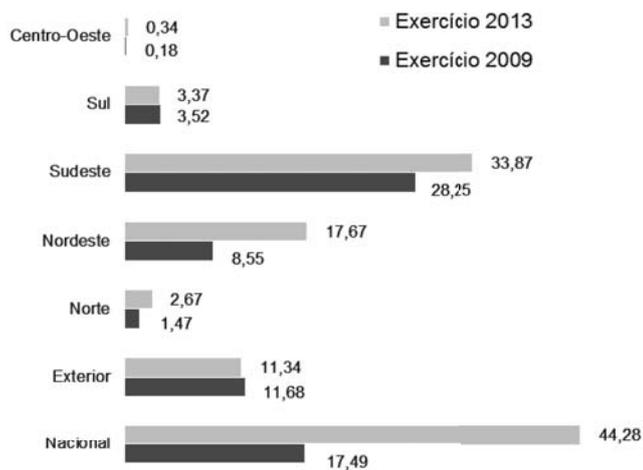
Entre os anos de 2009 e 2013, os investimentos realizados em mais de um Estado, classificados como "Nacional", ganharam maior relevância, com sua participação crescendo de 24,6% para 39,0%.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009 / 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS - R\$ mil**

MACRORREGIÃO Região / Estado	2009		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Nacional</b>	<b>17.485.295</b>	<b>24,6</b>	<b>19.260.296</b>	<b>22,9</b>	<b>22.130.251</b>	<b>26,8</b>	<b>34.150.559</b>	<b>34,9</b>	<b>44.278.404</b>	<b>39,0</b>
<b>Exterior</b>	<b>11.683.738</b>	<b>16,4</b>	<b>11.340.703</b>	<b>13,5</b>	<b>11.392.290</b>	<b>13,8</b>	<b>10.907.667</b>	<b>11,1</b>	<b>11.335.669</b>	<b>10,0</b>
<b>Região Norte</b>	<b>1.472.962</b>	<b>2,1</b>	<b>1.991.285</b>	<b>2,4</b>	<b>2.597.867</b>	<b>3,2</b>	<b>2.413.010</b>	<b>2,5</b>	<b>2.669.500</b>	<b>2,4</b>
Região Norte	568.942	0,8	585.510	0,7	762.162	0,9	744.183	0,8	924.857	0,8
Acre	177.325	0,2	62.200	0,1	41.924	0,1	56.406	0,1	68.477	0,1
Amapá	4.142	0,0	10.588	0,0	11.676	0,0	8.758	0,0	14.504	0,0
Amazonas	498.335	0,7	1.117.318	1,3	884.993	1,1	1.041.553	1,1	1.359.350	1,2
Pará	61.922	0,1	54.016	0,1	104.468	0,1	61.505	0,1	27.798	0,0
Rorônia	149.170	0,2	147.630	0,2	755.254	0,9	467.432	0,5	250.825	0,2
Roraima	12.058	0,0	12.275	0,0	34.845	0,0	29.949	0,0	19.729	0,0
Tocantins	1.068	0,0	1.749	0,0	2.545	0,0	3.223	0,0	3.961	0,0
<b>Região Nordeste</b>	<b>8.553.510</b>	<b>12,0</b>	<b>12.057.875</b>	<b>14,4</b>	<b>15.909.775</b>	<b>19,3</b>	<b>18.464.987</b>	<b>18,8</b>	<b>17.674.986</b>	<b>15,6</b>
Região Nordeste	4.649.166	6,5	4.089.666	4,9	3.585.315	4,3	4.134.855	4,2	4.484.606	3,9
Alagoas	134.660	0,2	140.169	0,2	86.907	0,1	113.008	0,1	121.739	0,1
Bahia	1.612.161	2,3	2.036.558	2,4	1.822.165	2,2	1.152.672	1,2	1.594.400	1,4
Ceará	237.616	0,3	75.572	0,1	168.751	0,2	347.641	0,4	319.184	0,3
Maranhão	155.004	0,2	230.626	0,3	494.925	0,6	783.691	0,8	372.450	0,3
Paraíba	771	0,0	1.650	0,0	2.205	0,0	6.674	0,0	11.533	0,0
Pernambuco	1.530.970	2,2	4.875.183	5,8	9.195.158	11,1	11.354.712	11,6	10.236.012	9,0
Piauí	157.374	0,2	279.356	0,3	303.957	0,4	320.999	0,3	214.893	0,2
Rio Grande do Norte	58.912	0,1	312.961	0,4	228.622	0,3	163.112	0,2	120.886	0,1
Sergipe	16.875	0,0	16.135	0,0	21.770	0,0	87.622	0,1	199.283	0,2
Região Sudeste	28.250.238	39,7	33.496.013	39,9	24.867.102	30,2	23.686.136	24,2	33.867.601	29,8
Região Sudeste	14.321.984	20,1	20.345.204	24,2	13.606.055	16,5	11.796.996	12,0	16.818.262	14,8
Espírito Santo	1.722.467	2,4	796.700	0,9	520.394	0,6	381.776	0,4	405.205	0,4
Minas Gerais	761.583	1,1	764.335	0,9	663.109	0,8	929.710	0,9	1.005.717	0,9
Rio de Janeiro	6.018.606	8,5	5.384.395	6,4	5.684.532	6,9	6.904.908	7,0	11.582.137	10,2
São Paulo	5.425.598	7,6	6.205.379	7,4	4.393.012	5,3	3.672.746	3,7	4.056.282	3,6
Região Sul	3.516.661	4,9	5.391.884	6,4	5.054.580	6,1	7.730.323	7,9	3.370.923	3,0
Região Sul	285.376	0,4	170.559	0,2	218.774	0,3	27.400	0,0	810.512	0,7
Paraná	2.368.850	3,3	4.009.396	4,8	3.495.053	4,2	1.822.062	1,9	1.164.642	1,0
Rio Grande do Sul	859.351	1,2	1.206.539	1,4	1.329.734	1,6	5.743.060	5,9	1.245.622	1,1
Santa Catarina	3.084	0,0	5.390	0,0	11.019	0,0	137.800	0,1	150.148	0,1
Região Centro-Oeste	183.760	0,3	437.846	0,5	516.048	0,6	615.328	0,6	343.490	0,3
Região Centro-Oeste	63.295	0,1	110.038	0,1	112.520	0,1	13.790	0,0	37.314	0,0
Distrito Federal	69.943	0,1	32.907	0,0	17.044	0,0	309.742	0,3	115.427	0,1
Goiás	3.080	0,0	8.593	0,0	13.568	0,0	33.805	0,0	62.822	0,1
Mato Grosso	2.065	0,0	2.813	0,0	9.129	0,0	15.656	0,0	50.757	0,0
Mato Grosso do Sul	45.378	0,1	283.495	0,3	363.787	0,4	242.335	0,2	77.169	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>71.146.164</b>	<b>100,0</b>	<b>83.975.903</b>	<b>100,0</b>	<b>82.467.913</b>	<b>100,0</b>	<b>97.968.010</b>	<b>100,0</b>	<b>113.540.573</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MP/DEST/SIOP

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS – 2009 / 2013**  
Valores em R\$ bilhões



Em 2013, das 616 ações do Orçamento de Investimento, 30 tiveram realização superior à dotação aprovada, no montante aproximado de 6,5%, conforme discriminado na tabela adiante:

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**  
**PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA - R\$ mil**

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Aprovada (a)	Realizado (b)	Excesso % (b/a)
<b>Araucária Nitrogenados S.A.</b>				
151F 0041	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN, em Araucária (PR) - No Estado do Paraná	31.351	40.735	29,9
<b>Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB</b>				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	7.486	7.561	1,0
<b>Caixa Econômica Federal - CAIXA</b>				
111U 0053	Instalação do Complexo Datacenter - Consórcio BB-CAIXA (DF) - No Distrito Federal	42.000	47.304	12,6
<b>Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS</b>				
4103 0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais	13	15	13,0
<b>Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE</b>				
105D 0012	Implantação da Subestação Taquari com 69/138 kV (AC) - No Estado do Acre	5.500	5.835	6,1
4103 0012	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Acre	4.591	5.162	12,5
<b>Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF</b>				
2D61 0020	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste - Na Região Nordeste	228.999	250.048	9,2
<b>COBRA Tecnologia S.A.</b>				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	862	1.695	96,7
<b>Petrobras Biocombustível S.A. - P BIO</b>				
124N 0023	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel, em Quixadá (CE) - No Estado do Ceará	9.580	12.316	28,6
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	554	742	33,9
<b>Petrobras Netherlands B.V. - PNBV</b>				
1172 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2020) - No Exterior	1.586.203	1.889.202	19,1
117Q 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2014) - No Exterior	1.455.080	1.481.779	1,8
<b>Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS</b>				
1C61 0028	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE) - No Estado de Sergipe	177.779	185.214	4,2
14KK 0033	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia - Bacia de Santos - No Estado do Rio de Janeiro	818.392	874.989	6,9
14LC 0030	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste - Na Região Sudeste	531.531	584.736	10,0
14LF 0001	Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar - Nacional	1.000	1.614	61,4
14VS 0032	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, em Barra do Riacho (ES), com Capacidade de Aproximadamente 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado - No Estado do Espir	1.992	5.623	182,3
151G 0010	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Norte - Na Região Norte	8.596	8.772	2,1
2D00 0010	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia - Na Região Norte	212.606	216.593	1,9
2D01 0020	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste - Na Região Nordeste	29.079	32.015	10,1
200Q 0030	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste	6.329.028	6.562.857	3,7
200R 0001	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa - Nacional	1.112.000	1.152.006	3,6

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Aprovada (a)	Realizado (b)	Excesso % (b/a)
200U 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste	7.246.842	7.814.546	7,8
2751 0010	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte - Na Região Norte	327.250	332.803	1,7
4109 0001	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - Nacional	2.483.221	2.539.980	2,3
4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	12.448	81.168	552,1
6597 0020	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - Na Região Nordeste	16.299	22.721	39,4
<b>Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG</b>				
146R 0001	Ampliação da Infraestrutura de Transporte Dutoviária de Gás Natural - Nacional	223.086	235.919	5,8
146S 0001	Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	93.000	104.523	12,4
4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	61.563	69.468	12,8

Fonte: MP/DEST/SIOP

### 3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2013, 61,8% foram destinados a microempresas ou pessoas físicas, 25,4% a grandes empresas, 8,0% a pequenas empresas, 3,5% a empresas de porte médio e 1,3% a empresas de porte médio grande.

#### EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2013 POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - R\$ milhões

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas					
		Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	57.923	70.885	46.718	6.664	3.409	403	13.691
Região Nordeste	182.855	211.918	146.113	22.894	11.897	2.209	28.806
Região Sudeste	712.280	763.618	408.188	41.149	19.121	7.096	288.063
Região Sul	305.986	318.661	221.895	37.301	14.615	6.219	38.631
Região Centro-Oeste	146.680	161.216	119.669	14.209	5.202	3.450	18.686
<b>TOTAL</b>	<b>1.405.723</b>	<b>1.526.299</b>	<b>942.583</b>	<b>122.218</b>	<b>54.244</b>	<b>19.377</b>	<b>387.877</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, "Outros Serviços" teve participação de 26,8%, seguido pelo setor "Habitação", com 17,7%.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2013**  
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas							
		Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Região Norte	57.923	70.885	4.001	5.318	7.340	6.408	20.970	11.143	15.704
Região Nordeste	182.855	211.918	9.131	20.647	27.551	11.677	54.787	44.244	43.880
Região Sudeste	712.280	763.618	21.022	82.801	45.943	156.163	196.727	135.417	125.545
Região Sul	305.986	318.661	21.167	37.655	43.852	36.335	81.788	48.484	49.379
Região Centro-Oeste	146.680	161.216	15.046	6.726	12.005	12.527	54.825	31.003	29.084
<b>TOTAL</b>	<b>1.405.723</b>	<b>1.526.299</b>	<b>70.367</b>	<b>153.147</b>	<b>136.693</b>	<b>223.109</b>	<b>409.098</b>	<b>270.293</b>	<b>263.593</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por recursos próprios (74,0%). A região Sudeste recebeu 50,0% do valor concedido, seguida pelas regiões Sul (20,9%) e Nordeste (13,9%).

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2013**  
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	57.923	70.885	51.880	7.832	11.173
Região Nordeste	182.855	211.918	155.676	16.607	39.635
Região Sudeste	712.280	763.618	572.057	43.996	147.565
Região Sul	305.986	318.661	228.651	8.124	81.886
Região Centro-Oeste	146.680	161.216	121.334	8.087	31.794
<b>TOTAL</b>	<b>1.405.723</b>	<b>1.526.299</b>	<b>1.129.598</b>	<b>84.647</b>	<b>312.053</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

Do total dos recebimentos em 2013, destacam-se os provenientes de microempresas e/ou pessoas físicas (64,3%) e os de grandes empresas (22,5%).

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2013**  
**POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas					
		Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	43.775	56.034	36.778	4.778	2.920	261	11.298
Região Nordeste	137.723	165.017	116.193	18.272	9.355	1.570	19.627
Região Sudeste	535.669	584.814	327.269	40.524	12.404	4.188	200.429
Região Sul	243.166	254.412	182.083	31.654	10.944	4.309	25.422
Região Centro-Oeste	96.623	122.232	98.037	10.145	3.304	1.604	9.141
<b>TOTAL</b>	<b>1.056.957</b>	<b>1.182.509</b>	<b>760.360</b>	<b>105.373</b>	<b>38.928</b>	<b>11.932</b>	<b>265.916</b>
- amortizações	781.265	908.408	565.863	82.980	31.039	9.256	219.270
- encargos	275.692	274.101	194.497	22.393	7.889	2.675	46.646

Fonte: MP/DEST/Siest

Dentre os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de "Outros Serviços", com 28,5%.

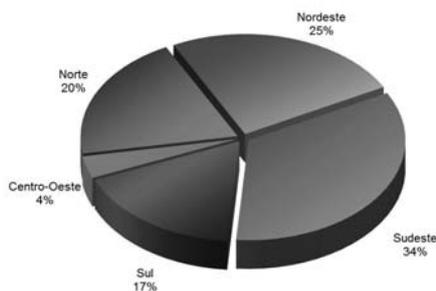
**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2013**  
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas							
		Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Região Norte	43.775	56.034	2.219	4.443	5.513	5.550	17.210	8.453	12.646
Região Nordeste	137.723	165.017	6.316	14.335	23.489	7.431	45.267	33.348	34.830
Região Sudeste	535.669	584.814	10.577	66.927	36.318	96.244	162.849	104.138	107.760
Região Sul	243.166	254.412	11.677	30.869	39.097	21.708	73.225	34.741	43.095
Região Centro-Oeste	96.623	122.232	9.042	5.276	9.353	7.121	38.924	23.067	29.449
<b>TOTAL</b>	<b>1.056.957</b>	<b>1.182.509</b>	<b>39.832</b>	<b>121.850</b>	<b>113.770</b>	<b>138.054</b>	<b>337.475</b>	<b>203.748</b>	<b>227.780</b>
- amortizações	781.265	908.408	32.627	93.059	84.862	122.925	265.223	142.628	167.084
- encargos	275.692	274.101	7.205	28.791	28.908	15.129	72.253	61.120	60.696

Fonte: MP/DEST/Siest

Dos recebimentos registrados em 2013, 76,8% foram destinados à amortização do principal. A Região Sudeste respondeu por 49,5% dos recebimentos, seguida pelas Regiões Sul (21,5%) e Nordeste (14,0%).

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2013**  
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R\$ milhões**



Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	43.775	56.034	40.543	7.552	7.940
Região Nordeste	137.723	165.017	122.934	14.209	27.874
Região Sudeste	535.669	584.814	426.928	53.957	103.929
Região Sul	243.166	254.412	187.439	9.108	57.865
Região Centro-Oeste	96.623	122.232	97.503	5.501	19.228
<b>TOTAL</b>	<b>1.056.957</b>	<b>1.182.509</b>	<b>875.347</b>	<b>90.327</b>	<b>216.836</b>
- amortizações	781.265	908.408	666.839	76.716	164.853
- encargos	275.692	274.101	208.507	13.611	51.983

Fonte: MP/DEST/Siest

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em 2013, 53,0% do valor total do fluxo das aplicações foram provenientes de operações com microempresas ou pessoas físicas e 35,5% com grandes empresas.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2013**  
**POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas					
		Total	Porte do Tomador				
			Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
Região Norte	14.147	14.851	9.940	1.886	489	142	2.394
Região Nordeste	45.131	46.902	29.920	4.622	2.542	639	9.179
Região Sudeste	176.611	178.804	80.919	625	6.717	2.908	87.635
Região Sul	62.819	64.249	39.812	5.647	3.671	1.910	13.209
Região Centro-Oeste	50.058	38.983	21.632	4.064	1.897	1.846	9.545
<b>TOTAL</b>	<b>348.766</b>	<b>343.789</b>	<b>182.223</b>	<b>16.844</b>	<b>15.316</b>	<b>7.445</b>	<b>121.961</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando o fluxo por setor de atividade, 24,7% foi proveniente de "Intermediações Financeiras", 20,8% de "Outros Serviços" e 19,4% de "Habitação".

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2013**  
**POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Operações Realizadas							
		Total	Setor de Atividade						
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros
Região Norte	14.147	14.851	1.782	875	1.827	858	3.760	2.690	3.059
Região Nordeste	45.131	46.902	2.815	6.312	4.062	4.246	9.520	10.896	9.050
Região Sudeste	176.611	178.804	10.445	15.874	9.625	59.919	33.878	31.279	17.785
Região Sul	62.819	64.249	9.490	6.786	4.755	14.627	8.563	13.743	6.284
Região Centro-Oeste	50.058	38.983	6.003	1.450	2.653	5.405	15.901	7.936	-365
<b>TOTAL</b>	<b>348.766</b>	<b>343.789</b>	<b>30.535</b>	<b>31.297</b>	<b>22.923</b>	<b>85.055</b>	<b>71.622</b>	<b>66.544</b>	<b>35.813</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

As operações financiadas com recursos próprios responderam por 73,9% do fluxo total. Por região, destaca-se o fluxo positivo para a Região Sudeste (52,0% do total), seguido pelas regiões Sul (18,7%) e Nordeste (13,6%).

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2013**  
**POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS - R\$ milhões**

Região Geográfica	Programação Anual	Origem dos Recursos Realizados			
		Total	Próprio	Tesouro Nacional	Outras Fontes
Região Norte	14.147	14.851	11.338	280	3.233
Região Nordeste	45.131	46.902	32.741	2.398	11.762
Região Sudeste	176.611	178.804	145.129	-9.961	43.636
Região Sul	62.819	64.249	41.212	-983	24.020
Região Centro-Oeste	50.058	38.983	23.831	2.586	12.566
<b>TOTAL</b>	<b>348.766</b>	<b>343.789</b>	<b>254.251</b>	<b>-5.679</b>	<b>95.217</b>

Fonte: MP/DEST/Siest

### 3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

A empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS é a responsável pela gestão de recursos setoriais que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico, representados por:

a) *Reserva Global de Reversão – RGR, que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, no Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e no Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos Municípios brasileiros.*

b) *Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos Estados que ainda não possuem rede canalizada.*

c) *Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis nos sistemas isolados situados, basicamente, na Região Norte do País.*

Os três fundos observam as seguintes características:

- a) foram constituídos com base em leis específicas;
- b) têm como finalidade o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica por meio da promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e

do desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;

c) a principal fonte de receitas decorre do recolhimento de quotas, cuja utilização é vinculada aos fins específicos previstos nas leis de criação dos referidos fundos;

d) a arrecadação dos recursos não observa o ano civil; e

e) são geridos pela ELETROBRAS, por determinação legal.

A Lei nº 12.783, de 11 de Janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, alterou a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e introduziu diversas modificações nas atribuições dos Fundos Setoriais.

No exercício de 2013 foram previstas receitas de R\$ 15,4 bilhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R\$ 22,7 bilhões.

O Plano de aplicação da RGR, da CDE e da CCC, para o exercício de 2013, previu investimentos da ordem de R\$ 31,4 bilhões, tendo sido aplicados R\$ 42,2 bilhões, cujas fontes de cobertura foram a arrecadação do exercício e a disponibilidade de caixa inicial.

#### FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS – 2013

Valores em R\$ mil

Discriminação	Fonte de Recursos			Uso dos Recursos		
	Previsto (a)	Realizado (b)	Realização (c = b/a)	Previsto (d)	Realizado (e)	Realização (f = e/d)
RGR	2.052.348,5	3.466.237,7	168,9	14.574.242,1	18.722.205,1	128,5
CDE	10.335.181,4	16.894.263,3	163,5	12.810.731,7	19.323.857,6	150,8
CCC	2.972.540,8	2.388.459,2	80,4	3.988.920,1	4.189.161,8	105,0
<b>TOTAL</b>	<b>15.360.070,7</b>	<b>22.748.960,2</b>	<b>148,1</b>	<b>31.373.893,9</b>	<b>42.235.224,5</b>	<b>134,6</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Sudeste recebeu 34,1% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 24,8%, a Região Norte com 20,2%, a Região Sul com 17,4% e a Região Centro-Oeste com 3,6%.

**DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS- 2013**  
Valores em R\$ mil

Discriminação Fundos	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
RGR	1.531.341,3	5.194.015,9	4.581.035,0	2.339.671,2	66.497,6	13.712.561,0
CDE	1.172.221,6	3.229.769,6	7.012.410,1	3.583.265,3	1.147.119,6	16.144.786,2
CCC	4.189.161,8	0,0	0,0	0,0	0,0	4.189.161,8
<b>TOTAL</b>	<b>6.892.724,7</b>	<b>8.423.785,5</b>	<b>11.593.445,1</b>	<b>5.922.936,5</b>	<b>1.213.617,2</b>	<b>34.046.509,0</b>

Fonte: ELETROBRÁS

### 3.4.1. RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Reserva Global de Reversão - RGR foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e tem seu prazo fixado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para o fim do exercício de 2035.

Tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço

de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual. A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, direcionou os recursos disponíveis na conta da RGR para cobrir as indenizações aos concessionários, por ocasião da reversão dos bens ligados à execução do objeto das concessões.

Dessa forma, a partir de janeiro de 2013, o fluxo de recursos da RGR será direcionado aos pagamentos decorrentes das renovações das concessões que irão vencer em 2015 e 2017.

Em função da Lei nº 12.783, a partir de janeiro de 2013 somente continuaram recolhendo o encargo da RGR as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica cujas concessões não foram afetadas pela lei e as concessionárias que não anteciparam a renovação de suas concessões, à luz da referida lei.

**RGR – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2013**  
Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Realização % (d=b/a)	Diferença (e=b-a)
Arrecadação de Quotas	530.000,0	574.218,3	16,6	108,3	44.218,3
Juros de Reversão	11.594,5	11.655,1	0,3	100,5	60,6
Parcelamentos	13.565,6	22.972,6	0,7	169,3	9.407,0
Amortizações Efetuadas pela ELETROBRÁS	1.044.998,5	1.302.698,0	37,6	124,7	257.669,5
Rendimento das Aplicações Financeiras	452.189,9	36.845,3	1,1	8,1	(415.344,6)
Transferência do Fundo CDE	0,0	1.517.180,9	43,8	0,0	1.517.180,9
Outras	0,0	667,5	0,0	0,0	667,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.052.348,5</b>	<b>3.466.237,7</b>	<b>100,0</b>	<b>168,9</b>	<b>1.413.889,2</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Foram arrecadados R\$ 3,5 bilhões em 2013, dos quais 43,8% oriundos da Transferência da CDE, 37,6% referentes às Amortizações efetuadas pela ELETROBRÁS, 16,6% à Arrecadação de Quotas e 1,1% aos Rendimentos das Aplicações Financeiras. Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a ELETROBRÁS aplicou, no exercício financeiro de 2013, o montante de R\$ 18,7 bilhões. Nas tabelas seguintes, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2013.

**RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2013 (APLICAÇÃO GLOBAL)**

Valores em R\$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Realização % (d=b/a)	Diferença (e=b-a)
Financiamentos	1.085.257,6	485.592,5	2,6	44,7	(599.665,2)
Programa LUZ PARA TODOS	148.568,8	41.961,4	0,2	28,2	(106.607,4)
Programa RELUZ	46.067,6	12.886,0	0,1	28,0	(33.181,6)
Obras em Geração de Energia	242.012,4	86.784,0	0,5	35,9	(155.228,4)
Obras em Transmissão de Energia	393.414,3	262.391,7	1,4	66,7	(131.022,6)
Obras em Distribuição de Energia	229.002,5	81.569,4	0,4	35,6	(147.433,1)
Recuperação de Parques Térmicos	26.192,1	0,0	0,0	0,0	(26.192,1)
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repases – MME	16.307,0	17.981,1	0,1	110,3	1.674,1
Transferência para CDE	0,0	4.991.000,0	26,7	0,0	4.991.000,0
Indenização das Concessões (Lei 12.783)	13.472.677,5	13.226.968,5	70,6	98,2	(245.709,0)
Outras Aplicações	0,0	663,0	0,0	0,0	633,0
<b>TOTAL</b>	<b>14.574.242,1</b>	<b>18.722.205,1</b>	<b>100,0</b>	<b>128,5</b>	<b>4.147.962,9</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Dentro das aplicações da RGR, destacam-se, em 2013, os pagamentos realizados a título de indenizações dos contratos de concessão dos ativos de geração e de transmissão de energia elétrica prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/13 e não amortizados até o momento da referida prorrogação, equivalente a 70,6% do total realizado. Em 2013, foram feitas transferências de recursos da RGR para a CDE, representando 26,7% das aplicações da RGR no ano. Os financiamentos concedidos pela Eletrobras com recursos da RGR representaram 2,6% dos recursos aplicados no exercício.

Em todas as regiões, destaca-se a aplicação dos recursos da RGR em indenizações referentes às prorrogações das concessões (Lei 12.783/2013). A região Nordeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações da RGR, 37,9% dos recursos, com ênfase nos financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia e nas Obras em Distribuição de Energia. Em seguida, encontra-se a região Sudeste, com 33,4% dos recursos aplicados em Obras de Geração de Energia e Transmissão de Energia.

**RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2013 (APLICAÇÃO REGIONAL)**

Valores em R\$ mil

Aplicação dos Recursos	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Financiamentos	220.003,9	104.563,7	80.188,2	68.754,0	12.082,7	485.592,5
Programa LUZ PARA TODOS	9.123,6	19.173,1	1.104,2	12.448,4	112,1	41.961,4
Programa RELUZ	4.345,2	0,0	1.584,5	4.322,6	2.633,6	12.886,0
Obras em Geração de Energia	19.212,4	0,0	50.968,6	15.120,1	1.482,9	86.784,0
Obras em Transmissão de Energia	142.212,1	69.344,1	26.530,9	16.450,5	7.854,1	262.391,7
Obras em Distribuição de Energia	45.110,6	16.046,4	0,0	20.412,4	0,0	81.569,4
Recuperação de Parques Térmicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indenizações das Concessões (Lei 12.783)	1.311.337,4	5.089.452,2	4.500.846,8	2.270.917,2	54.414,9	13.226.968,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.531.341,3</b>	<b>5.194.015,9</b>	<b>4.581.035,0</b>	<b>2.339.671,2</b>	<b>66.497,6</b>	<b>13.712.561,0</b>

Fonte: ELETROBRÁS

### 3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002 e alterada pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para cumprir as seguintes finalidades:

I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;

II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;

III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;

IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;

V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;

VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.

VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias à ELETROBRAS, que é a gestora dos recursos arrecadados.

Foram arrecadados R\$ 16,9 bilhões em 2013, com destaque para os Créditos Transferidos do Tesouro Nacional, que representam 58,3% desse montante, seguidos das Transferências da RGR referentes à subvenção para o Programa LUZ PARA TODOS (29,5%), da Arrecadação de Quotas (7,2%) e Quotas da UBP (2,9%).

### CDE – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2013

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão ( a )	Realização ( b )	Participação % ( c )	Realização % ( d=b/a )	Diferença ( e =b-a )
Arrecadação de Quotas	1.024.002,8	1.224.605,0	7,2	119,6	200.602,2
Quotas da UBP	673.965,2	487.260,8	2,9	72,3	(186.704,4)
Multas da ANEEL	177.213,4	191.269,1	1,1	107,9	14.055,7
Parcelamentos/Restituição LPT	0,0	100.290,3	0,6	0,0	100.290,3
Transferência da RGR - Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS	0,0	4.991.000,0	29,54	0,0	4.991.000,0
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	8.460.000,0	9.856.554,3	58,34	116,5	1.396.554,3
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	13.224,8	0,08	0,0	13.224,8
Outras fontes	0,0	30.059,0	0,18	0,0	30.059,0
<b>TOTAL</b>	<b>10.335.181,4</b>	<b>16.894.263,3</b>	<b>100,0</b>	<b>163,5</b>	<b>6.559.081,9</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Em 2013 foram liberados R\$ 19,3 bilhões, com destaque para:

a) R\$ 12,4 bilhões equivalentes a aplicações em Subsídios Tarifários, Repasse CCEE (Custos das Termelétricas) e Subvenção CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela de custos não gerenciáveis);

b) R\$ 2,1 bilhões para as concessionárias de energia elétrica

de todo o País, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda;

c) R\$ 866,5 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional; e

d) R\$ 548,1 milhões para universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS.

Do total dos recursos aplicados:

a) 64,1% são referentes às aplicações em Subsídios Tarifários, Repasse CCEE (Custos das Termelétricas) e Subvenção CVA;

b) 10,8% à aplicação no Programa BAIXA RENDA;

c) 4,5% à aquisição de Carvão Mineral, a fim de garantir a competitividade da energia produzida a partir dessa fonte de energia nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; e

d) 2,8% à aplicação no Programa LUZ PARA TODOS.

### CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2013

Valores em R\$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Realização % (d=b/a)	Diferença (e=b-a)
Subvenção para o Programa BAIXA RENDA	2.200.000,0	2.087.297,1	10,8	94,9	(112.702,9)
Carvão Mineral	1.003.800,0	866.542,9	4,5	86,3	(137.257,1)
Subvenção para Programa LUZ PARA TODOS	2.027.363,3	548.147,7	2,8	27,0	(1.479.215,6)
Subvenção para Equalização da Redução Tarifária	386.340,1	260.259,5	1,3	67,4	(126.080,6)
Subsídios Tarifários	4.461.007,9	2.845.659,6	14,7	63,8	(1.615.348,3)
Repasse CCEE – Custos Termelétricas	0,0	5.649.896,8	29,2	0,0	5.649.896,8
Subvenção CVA	0,0	3.886.982,6	20,1	0,0	3.886.982,6
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	2.732.220,4	1.656.701,7	8,6	60,6	(1.075.518,7)
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	0,0	1.517.181,0	7,9	0,0	1.517.181,0
Outras Fontes	0,0	5.188,7	0,0	0,0	5.188,7
<b>TOTAL</b>	<b>12.810.731,7</b>	<b>19.323.857,6</b>	<b>100,0</b>	<b>150,8</b>	<b>6.513.125,9</b>

Fonte: ELETROBRÁS

A aplicação dos recursos da CDE foi maior na Região Sudeste (43,4%), seguida da Região Sul (22,2%).

### CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2013

Valores em R\$ mil

Aplicação dos Recursos	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção para o Programa BAIXA RENDA	114.072,2	1.194.086,5	495.267,8	106.436,3	177.434,4	2.087.297,2
Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	866.542,9	0,0	866.542,9
Subvenção Econômica – Programa LUZ PARA TODOS	235.294,1	294.087,6	4.377,3	2.723,2	11.665,6	548.147,8
Subvenção para Equalização da Redução Tarifária	232.107,9	6.158,2	6.277,4	15.196,5	519,4	260.259,4
Subsídios Tarifários	85.287,7	478.645,3	1.125.751,5	867.555,0	288.420,0	2.845.659,5
Repasse CCEE – Custos Termelétricas	356.174,4	1.074.141,9	2.902.079,9	889.239,0	428.261,6	5.649.896,8
Subvenção CVA	149.285,3	182.650,1	2.478.656,2	835.572,4	240.818,6	3.886.982,6
<b>TOTAL</b>	<b>1.172.221,6</b>	<b>3.229.769,6</b>	<b>7.012.410,1</b>	<b>3.583.265,3</b>	<b>1.147.119,6</b>	<b>16.144.786,2</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Obs.: Na distribuição regional, estão excluídos do total da aplicações de recursos a Transferência para CCC, a transferência para RGR e Outras Fontes.

**3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC**

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada pelo Decreto nº. 73.102, de 07 de novembro de 1973.

Em 9 de dezembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.111, tida como marco regulatório do Fundo CCC, dispondo sobre toda sistemática de utilização dos recursos do Fundo, tendo alterado a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, bem como revogando dispositivos da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

A partir da publicação da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, o Fundo da Conta de Consumo de Combustíveis deixou de ter receita própria, passando a ser suprido com recursos

do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético.

Essa medida acarretou impacto nas liberações dos subsídios, notadamente a partir do 2º semestre, uma vez que o novo fluxo financeiro não manteve a linearidade esperada. Nos primeiros meses do ano as liberações foram regulares, uma vez que havia saldo de caixa, cerca de 1,8 bilhão de reais, e ainda ocorreram alguns recolhimentos residuais de quotas.

As receitas apresentaram realização de 80,4% da previsão orçamentária para o exercício de 2013, onde a principal fonte de receita foi a Transferência da CDE, com participação de 69,4% dos recursos realizados, seguida da Arrecadação de Quotas, com percentual de 24,7%. Juntas, as demais apresentaram participação de 5,9%.

**CCC – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2013**

Valores em R\$ mil

Fontes de Financiamento	Previsão ( a )	Realização ( b )	Participação % ( c )	Realização % ( d=b/a )	Diferença ( e =b-a )
Arrecadação de Quotas	240.320,4	590.855,1	24,7	245,9	350.534,7
Parcelamento	0,0	132.230,6	5,5	0,0	132.230,6
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	5.538,7	0,2	0,0	5.538,7
Transferência CDE	2.732.220,4	1.656.701,7	69,4	60,6	(1.075.518,7)
Outras Fontes	0,0	3.133,1	0,1	0,0	3.133,1
<b>TOTAL</b>	<b>2.972.540,8</b>	<b>2.388.459,2</b>	<b>100,0</b>	<b>80,4</b>	<b>(584.081,6)</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Cabe destacar que durante o exercício de 2013 a aplicação referente ao Custo Total da Geração superou a previsão orçamentária em 4,7%. O restante foi aplicado em Sub-rogação, com realização de 87,7%.

**CCC – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2013**

Valores em R\$ mil

Aplicação dos Recursos	Previsão ( a )	Realização ( b )	Participação % ( c )	Realização % ( d=b/a )	Diferença ( e =b-a )
Custo Total da Geração	3.900.474,8	4.082.284,2	97,4	104,7	181.809,4
Sub-rogação	88.445,3	77.567,3	1,9	87,7	(10.878,0)
Outros	0,0	29.310,3	0,7	0,0	29.310,3
<b>TOTAL</b>	<b>3.988.920,1</b>	<b>4.189.161,8</b>	<b>100,0</b>	<b>105,0</b>	<b>200.241,7</b>

Fonte: ELETROBRÁS

Obs.: Em virtude da Lei 12.111/09 o valor apresentado na linha de óleo combustível contempla os adiantamentos dos custos de geração dos beneficiários.

### 3.5. METODOLOGIA E PAPÉIS DE TRABALHO PARA QUALIFICAÇÃO DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

#### Empresa Estatal não Dependente – Conceito

Empresa estatal federal não dependente é aquela constituída para exploração de atividade econômica, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de empresa pública ou de sociedade anônima, que não recebe da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluído neste caso os aportes provenientes de aumento de participação acionária.

#### Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, onde são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos.

Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Para a apuração inicial do resultado primário das empresas estatais federais para 2013, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013), não foram considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas dos Grupos PETROBRAS e ELETROBRAS.

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2013, a programação orçamentária das empresas estatais federais indicou a geração de superávit primário em equilíbrio, ou seja, “zero real” (Tabela “Resultado Primário das Empresas Estatais para 2013”).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2013.

A rubrica “Materiais e Produtos” representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produto para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica “Tributos e Encargos Para-fiscais”, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também aos demais encargos fiscais.

Os “Demais Custeios” contemplam dispêndios com o pagamento de “royalties”, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante da Lei Orçamentária para 2013.

Na rubrica "Outros Dispendios de Capital" estão incluídos, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.

A rubrica "Ajuste Metodológico" além de registrar a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos - EMGEA no exercício de 2013 nas renegociações dos contratos imobiliários e as provisões para devedores duvidosos ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil

como despesas primárias, registra também as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional, que também não são captadas pela metodologia de apuração do resultado "abaixo da linha" do Banco Central, além do registro da exclusão do grupamento todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das "Demais Empresas", uma vez que o Banco Central considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais.

#### RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA 2013 CONSOLIDADO - INICIAL

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação R\$ milhões
<b>I - RECEITAS TOTAIS</b>	<b>46.932</b>
Operacionais	39.647
<i>Venda de Bens/Serviços</i>	<i>38.080</i>
<i>Demais Operacionais</i>	<i>1.567</i>
Financeiras	2.150
Demais não Operacionais	2.445
Outras Receitas	0
Transferências do Tesouro Nacional	2.690
<b>II - DESPESAS TOTAIS</b>	<b>50.752</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.238
Encargos Financeiros	3.428
Outros Custeios	21.008
<i>Materiais e Produtos</i>	<i>1.507</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>11.932</i>
<i>Utilidades e Serviços</i>	<i>828</i>
<i>Tributos e Encargos Para-fiscais</i>	<i>2.668</i>
<i>Demais Custeios</i>	<i>4.073</i>
Investimentos	5.477
Outros Dispendios de Capital	1.940
Ajuste Metodológico	5.661
<b>III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA</b>	<b>2.580</b>
Variação de Contas a Pagar (vencendo) (+)	2.942
Variação de Contas a Receber (vencendo) (-)	397
Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	35
<b>IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)</b>	<b>-1.240</b>
<b>V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)</b>	<b>-1.240</b>
<b>VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)</b>	<b>0</b>

Obs.: Valores positivos = superávit.

**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS PARA 2013**  
**CONSOLIDADO – FINAL**

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Reprogramação R\$ milhões
<b>I - RECEITAS TOTAIS</b>	54.327
Operacionais	44.024
<i>Venda de Bens/Serviços</i>	38.758
<i>Demais Operacionais</i>	5.266
Financeiras	2.354
Demais não Operacionais	1.605
Outras Receitas	0
Transferências do Tesouro Nacional	6.344
<b>II - DESPESAS TOTAIS</b>	57.264
Pessoal e Encargos Sociais	13.692
Encargos Financeiros	3.280
Outros Custeios	21.491
<i>Materiais e Produtos</i>	1.543
<i>Serviços de Terceiros</i>	11.797
<i>Utilidades e Serviços</i>	816
<i>Tributos e Encargos Para-fiscais</i>	3.075
<i>Demais Custeios</i>	4.260
Investimentos	6.055
Outros Dispendios de Capital	5.253
Ajuste Metodológico	7.493
<b>III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA</b>	1.469
Variação de Contas a Pagar (vencendo) (+)	1.934
Variação de Contas a Receber (vencendo) (-)	-77
Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	-542
<b>IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)</b>	-1.468
<b>V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)</b>	-1.468
<b>VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)</b>	0

Obs.: Valores positivos = superávit.



## PARTE IV

### ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

## PARTE IV – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

### 4.1. INTRODUÇÃO

#### Plano Plurianual - PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil

O PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, possui uma estrutura que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas de políticas públicas executadas no período recente, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na nova estrutura apresentada pelo Plano Mais Brasil, os 65 Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas.

Os 470 Objetivos dos Programas Temáticos, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

Associadas aos Objetivos há Iniciativas, que representam entregas de bens e serviços à sociedade, e Metas, que indicam compromissos técnico-políticos do Governo para as realizações buscadas ao longo dos anos de vigência do Plano.

No caso das iniciativas, existem as que são financiadas por recursos orçamentários e as que não dependem desses recursos para serem executadas.

No caso das financiadas por recursos orçamentários, as leis orçamentárias anuais trazem a vinculação entre elas e as ações do orçamento.

Dessa maneira, não foram perdidas as informações derivadas do orçamento e ao mesmo abriu-se espaço no PPA para um rico conjunto de informações sobre a implementação das políticas públicas, o que resultou no aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade, decorrentes dos gastos previstos no orçamento e outras medidas do Governo.

Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem.

#### O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 contempla uma forte agenda de participação social de caráter consultivo, que iniciou-se durante a sua elaboração com a realização do Fórum Interconselhos, onde

participaram representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade.

Durante o evento foram discutidos a dimensão estratégica do Plano, o novo modelo e sua estrutura programática. Além disso, foi iniciado o debate sobre a possibilidade de o Fórum Interconselhos ser um instrumento de monitoramento contínuo do Plano, oferecendo espaço para pactuações, com a participação de conselheiros e outros representantes de entidades da sociedade civil.

Atualmente já foram realizadas quatro edições do Fórum Interconselhos, onde foram pactuadas agendas transversais que são monitoradas diretamente por essa instância:

- políticas para as mulheres;
- igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- crianças e adolescentes;
- juventude;
- idosos; pessoa com deficiência;
- população LGBT;
- povos indígenas e população de rua.

O monitoramento consiste na apresentação ao Fórum Interconselhos de relatórios semestrais sobre a execução dos compromissos do PPA relacionados a essas temáticas. Além disso, os órgãos setoriais são orientados a organizar processos de prestação de contas da execução do Plano aos conselhos de políticas públicas.

Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015. Uma vez que o PPA passa a explicitar com maior clareza os compromissos de governo, o seu monitoramento também passa a ser referenciado na concretização desses compromissos, e não mais estritamente na execução financeira ou em metas físicas das ações orçamentárias.

Para respaldar e operacionalizar esse monitoramento, foi instituído o Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012 e a Portaria nº 16, de 31 de janeiro de 2013, que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e em particular à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), a competência para coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015; disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano.

Aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano cabe prestar informações sobre o seu andamento e alcance. Com isso, o monitoramento passa a produzir informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento dos principais compromissos de Governo.

Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, foi desenvolvido e colocado em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e elaborados instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual, como as publicações “Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública”, e o “Guia de Monitoramento Temático”.

De fato, com as mudanças metodológicas do PPA 2012-2015 na construção dos programas – com maior flexibilidade para revelação das especificidades das políticas públicas, destaque para os públicos-alvo das políticas e ampliação das possibilidades de territorialização – possibilitaram a estruturação do monitoramento e avaliação anual do Plano com maior efetividade.

O exercício constante de monitoramento se reflete em um relatório anual de avaliação, enviado ao Congresso Nacional e divulgado amplamente para a sociedade, baseado em análises situacionais aprofundadas sobre cada objetivo e meta dos Programas Temáticos do Plano.

Isso representou um avanço com relação ao modelo anterior, que se baseava apenas nas informações quantitativas, que muitas vezes não eram captáveis para o período da análise e não conseguiam transmitir os principais desafios e avanços de cada política.

Informações qualitativas agora se somam aos dados quantitativos, o que foi possível também por conta da

substituição do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

Além do monitoramento do plano, também é realizada anualmente a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para o período, a partir de uma leitura da estratégia de desenvolvimento em curso atualmente no Brasil, que destaca a busca pela universalização dos direitos sociais por um sistema de proteção social e a condução, no sentido de incrementar inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, de três frentes de expansão em operação na economia brasileira: investimentos em infraestrutura, recursos naturais e em atividades para atender o mercado de consumo de massas.

Essa estratégia, para dar conta dos macrodesafios do PPA, se desdobra em seis eixos estruturantes:

- i) inserção internacional soberana;
- ii) macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população;
- iii) infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística);
- iv) produção e consumo, com sustentabilidade e inovação;
- v) proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades;
- vi) fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

## 4.2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### 4.2.1. Casa Civil da Presidência da República

A Casa Civil é responsável pela assistência e assessoramento à Presidenta da República e atua na coordenação e na integração das ações do Governo.

Para cumprir tal função, a Casa Civil acompanha a formulação e a execução de programas e projetos governamentais, procede à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e projetos submetidos à Presidenta da República e executa a verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais e das matérias em tramitação no Congresso Nacional, sendo também responsável pela publicação e preservação dos atos oficiais.

Dentre suas diversas atividades e competências, vale ressaltar o monitoramento sistemático e periódico de ações, atividades, cronogramas e resultados de importantes projetos e programas do Governo Federal, alguns dos quais destacamos abaixo:

**Crack, é possível vencer:** Tem por objetivo aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas e promover ações de educação, informação e capacitação. O Programa é dividido em três eixos temáticos: Prevenção, Cuidado e Autoridade. Para viabilizar a execução das ações e o cumprimento das metas do programa, o Governo Federal disponibiliza recursos financeiros a Estados, Municípios e DF, que poderão aderir ao Programa assumindo contrapartidas e implementando os equipamentos e serviços.

**Viver sem Limite:** O programa tem por objetivo consolidar os avanços sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, por meio da implementação de políticas públicas articuladas e voltadas para a promoção da autonomia, a equiparação de oportunidades e o acesso a bens e serviços que assegurem o pleno exercício da cidadania.

**Ciência sem Fronteiras:** O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério da Educação, por intermédio de suas respectivas instituições de fomento – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O programa Ciência sem Fronteiras objetiva a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. As engenharias e demais áreas tecnológicas são as áreas prioritárias do programa.

**Mais Médicos:** O programa faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê mais investimentos em hospitais e unidades de saúde, o crescimento da oferta de vagas de graduação em medicina em universidades públicas e

privadas, o aprimoramento da formação médica no País, por meio da expansão das vagas em residência médica e a ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira, principalmente nas regiões onde há escassez e ausência de profissionais.

**SOS Emergências:** O programa SOS Emergências tem como objetivo melhorar a gestão, qualificar e ampliar o acesso aos usuários em situações de urgência, reduzir o tempo de espera e garantir atendimento ágil e humanizado à população. Para tanto, o programa se propõe a qualificar a gestão dos hospitais, por meio da implantação de novas tecnologias de informação, mecanismos de classificação de risco, monitoramento do tempo de permanência dos pacientes, controle, articulação e ampliação de leitos de retaguarda, além de reformar e equipar as unidades. Os hospitais que aderem ao programa recebem incentivo anual para custear a ampliação e qualificação da assistência nos prontos-socorros, além de recursos para aquisição de equipamentos e a realização de obras e reformas na área física do pronto-socorro.

**Plano Safra da Agricultura Familiar:** A Casa Civil participou da elaboração do Plano Safra 2013/2014. As medidas para a agricultura familiar visam estimular o crescimento da economia do País com estabilidade, aumento da produção, sustentabilidade e aumento da renda média no campo. No geral, são ações de crédito, seguro rural e assistência técnica aos agricultores familiares.

**Plano Agrícola e Pecuário:** O plano tem como objetivo apoiar o produtor rural por meio da melhoria das condições de infraestrutura produtiva e de estabilidade de preço dos alimentos, bem como pelo apoio à incorporação de novas tecnologias e à melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural. No geral, são ações de crédito ao custeio, comercialização e investimento, bem como de subvenção ao prêmio do seguro rural, além de ações voltadas para o aumento da capacidade de armazenamento dos produtos agrícolas e de ampliação e modernização dos laboratórios de pesquisa agropecuária.

**Programa de Investimentos em Logística (PIL):** O PIL abrange ações voltadas para ampliação e modernização da infraestrutura logística do País, por meio de parcerias entre o setor público e privado, através de concessões, parcerias público-privadas e obras públicas. O programa inclui construção, manutenção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. No setor rodoviário, já foram concedidos cinco lotes, totalizando 4,2 mil km de rodovias, que estarão totalmente duplicadas após cinco anos de concessão, representando uma estimativa de R\$ 32 bilhões em investimentos. No que tange às ferrovias, serão implantados 11 mil km de novas ferrovias por meio de concessão à iniciativa privada, o que representa investimentos em torno de R\$ 99 bilhões. No setor portuário, serão investidos cerca de R\$ 54 bilhões, que inclui arrendamentos em portos públicos, a autorização de terminais de uso privado, a execução do

segundo Plano Nacional de Dragagem, diversas intervenções em acessos portuários e ações visando à modernização da gestão portuária. Em relação aos aeroportos, foram concedidos os aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Belo Horizonte, nos quais são estimados cerca de R\$ 9,2 bilhões em investimentos. Paralelamente, o PIL inclui ações de fortalecimento da rede de aeroportos regionais por meio da readequação, ampliação, reforma ou criação de um conjunto inicial de 270 aeroportos, distribuídos por todo o território nacional.

**Plano Nacional de Banda Larga (PNBL):** O objetivo do Programa é expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

**Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC):** O SGDC atenderá às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), ao viabilizar a oferta do serviço em áreas remotas, como também a um amplo espectro de comunicações estratégicas brasileiras nos âmbitos civil e militar. Além disso, o projeto prevê a transferência de tecnologia a empresas brasileiras do setor, reduzindo a defasagem do País e possibilitando uma participação nacional relevante na elaboração e execução de projetos futuros na área.

**Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014:** Em conjunto com os Governos municipais e estaduais, o Governo Federal firmou compromissos para a entrega dos projetos relevantes para a realização da Copa e para o legado das cidades-sede. São projetos sociais e de melhorias na infraestrutura do País, como aeroportos, portos, mobilidade urbana e telecomunicações. Em preparação aos 64 jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, o Brasil sediou, entre 15 e 30 de junho de 2013, os 16 jogos da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, que aconteceram nas cidades de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Fortaleza/CE, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA.

**Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016:** Em conjunto com os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, o Governo Federal está organizando e executando os projetos para a realização dos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, além daqueles de infraestrutura que serão legados para as cidades do Rio de Janeiro e para as quatro sedes do futebol olímpico - Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, São Paulo/SP e Salvador/BA. Os projetos para os jogos olímpicos e paralímpicos envolvem a valorização do esporte de alto rendimento no País por meio de bolsas e equipamentos para os centros de treinamento, bem como projetos de mobilidade urbana e modernização de serviços públicos relacionados com os jogos.

**Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais:** O Plano prevê a expansão da rede de equipamentos de monitoramento meteorológico, com a instalação de novos radares, ampliação das redes de pluviômetros, sensores de umidade, estações hidrológicas e estações geotécnicas robotizadas, ampliação e

fortalecimento de dois centros especializados, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). Prevê ainda o aumento da rede de estoques estratégicos para distribuição de kits de assistência humanitária, a estruturação da força nacional do SUS, fortalecimento das defesas civis municipais, mapeamento de áreas de risco em Municípios mais vulneráveis, aumento da adesão de Municípios ao cartão de pagamento da Defesa Civil, implantação de salas de situação nos Estados, atualização e estabelecimento de protocolos de comunicação, definição de papéis e interações entre órgãos, tendo, como resultado final, um Sistema Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais estruturado e com capacidade de emissão de alertas prévios e resposta imediata.

**Política e Planos Nacionais sobre Mudança do Clima:** A Casa Civil coordena o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), responsável pela implementação da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Em 2013, foram concluídos os planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima da Indústria de Transformação, da Mineração, de Transporte e Mobilidade Urbana e de Serviços de Saúde. Iniciou-se também o processo de atualização do PNMC, com a realização de Diálogos Setoriais e Consultas Públicas. Foi ainda instalado o Núcleo de Articulação Federativa sobre Mudança do Clima, com o objetivo de estreitar o diálogo com Estados e Municípios para qualificar a atualização do Plano Nacional, estabelecer as bases para a criação de um Sistema Nacional de Registro de Emissões e Remoções por Sumidouros, para a elaboração de um plano de acompanhamento das políticas sobre mudança do clima e para planejamento e adoção dos inventários locais.

**Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu:** O PDRS do Xingu foi criado em 2010 pelo Governo Federal como contrapartida pela Construção de Usinas Hidrelétricas na região. Um Comitê Gestor e sete Câmaras Técnicas, uma para cada eixo, promovem as ações do Plano, que conta com recursos na ordem de R\$ 500 milhões. A Casa Civil coordena o Comitê Gestor do PDRS do Xingu, a quem compete articular e acelerar a implementação de políticas públicas federais na região do entorno da Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como definir a aplicação de recursos em 20 anos para projetos destinados a promover o desenvolvimento regional. Foram aprovados 63 projetos no ano de 2013, além de ter sido definido o novo modelo de gestão para acelerar a implementação dos projetos.

**Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG):** O PRO-REG tem por finalidade contribuir para a melhoria do sistema regulatório, coordenando as ações entre as instituições que participam do processo regulatório no âmbito federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados. Em 2013, destacaram-se o desenvolvimento de projetos-pilotos em Análise do Impacto Regulatório; seminários e cursos, em especial a 5ª edição do curso "Regulação – teoria e prática" com a participação de 80 servidores de diversos órgãos públicos; e apoio ao VIII

Congresso Brasileiro de Regulação. Além disso, o programa deu continuidade à realização de acordos de cooperação e de intercâmbio com diversos organismos internacionais e ao fortalecimento da parceria com a Rede Latino-Americana e do Caribe de Melhoria Regulatória e Competitividade. No âmbito do programa de intercâmbio e cooperação com o governo britânico foi realizada a análise de viabilidade da implantação do registro eletrônico em saúde. O impacto regulatório foi avaliado por meio da metodologia de análise custo-benefício, sendo o mesmo apresentado no II Seminário Internacional sobre Registro Eletrônico em Saúde. Foram concluídos três estudos contratados em 2012: contratos de gestão das agências reguladoras federais; diagnóstico da alocação dos quadros de pessoal das agências reguladoras federais; e diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados.

**Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB):** A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (Ceib), coordenada pela Casa Civil, recebeu e analisou em 2013 o relatório contendo a análise multicritério do PNPB. Dedicou-se à revisão e atualização da proposta técnica de aperfeiçoamento do marco regulatório do biodiesel, além de analisar as propostas de aperfeiçoamento e flexibilização do selo Combustível Social e dos leilões de compra de biodiesel, dando ainda continuidade à interlocução com as partes interessadas envolvidas na cadeia de produção, armazenagem e distribuição de biodiesel, colhendo subsídios para o aperfeiçoamento do marco regulatório.

A Casa Civil também acompanha a produção normativa federal e coordena o Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, que tem por objetivo aperfeiçoar e capacitar profissionais de Direito da Presidência da República.

O Centro realizou em 2013 a 9ª e a 10ª edição do Programa de Intercâmbio da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Foram selecionados para cada edição 10 estudantes de graduação e dois pesquisadores das áreas de Direito e outras Ciências Sociais Aplicadas.

Foram publicados os números 104, 105 e 106 da Revista Jurídica da Presidência, publicação eletrônica de artigos científicos sobre temas jurídicos relevantes para a Administração Pública.

Foram recebidos e analisados 161 artigos e publicados 30. O Centro também deu continuidade à atividade de disponibilização dos atos normativos federais publicados no Diário Oficial da União no Portal da Legislação.

A atuação da Casa Civil na produção normativa federal, que se dá em coordenação com os demais órgãos do Governo Federal e com o Congresso Nacional, resultou nos seguintes atos: encaminhamento ao Congresso Nacional de 31 Projetos de Lei Ordinária e dois Projetos de Lei Complementar; edição de 35 Medidas Provisórias; sanção de 172 Leis Ordinárias e duas Leis Complementares; além da expedição de 297 Decretos Presidenciais e 331 Decretos não numerados.

Vinculam-se à Casa Civil a Imprensa Nacional, que promove a divulgação dos atos oficiais do Governo Federal, bem como a publicação das leis e dos demais atos resultantes do processo legislativo, dos atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional - no âmbito do Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; e o Instituto de Tecnologia da Informação; responsável por assegurar, desenvolver, manter e prover a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), de forma a oferecer segurança, autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica a transações e documentos eletrônicos, formalizados com o uso de certificados digitais.

#### **4.2.2. Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)**

A participação social e o diálogo com a sociedade ganharam destaque no planejamento de longo prazo do Governo Federal com a inclusão, dentro do programa “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, do objetivo 0609, intitulado “ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade”. Ao longo de 2013, a SG/PR atuou diretamente para a concretização de seis metas estabelecidas para esse objetivo.

Com a finalidade de “Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social”, mereceu destaque a produção de informações sobre os mecanismos de participação social por meio do lançamento de publicações como o Guia dos Conselhos Nacionais, a Cartilha sobre Conselhos e Conferências Nacionais e, em parceria com o Ipea, os Fatores de Sucesso para Audiências Públicas e as Experiências de Monitoramento de Conferências Nacionais, além da edição da Nota Técnica sobre Órgãos Colegiados de Participação Social.

Ponto relevante foi o diálogo com as comissões organizadoras das 18 conferências nacionais previstas para 2013 e secretários-executivos e coordenadores dos 35 conselhos e das cinco comissões nacionais sobre os principais desafios de organização e de conteúdos debatidos nesses espaços.

As reuniões ocorreram com as comissões organizadoras de todas as conferências nacionais previstas para 2013 e 2014, com destaque para as Conferências das Cidades, da Cultura, do Meio Ambiente, do Juvenil pelo Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, da Defesa Civil e da Economia Solidária.

A articulação dessas comissões organizadoras com a equipe da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi fundamental para a cobertura dos eventos pela TV NBR, que, pela primeira vez, transmitiu em TV aberta, ao vivo, as Conferências Nacionais, dando transparência a todo o processo conferencial. A meta “Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais” teve sua operacionalização qualificada pela implantação, por meio de parceria da SG/PR com o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), do Sistema de Gerenciamento de Demandas (SGDoc).

O SGDoc, que é desenvolvido em software livre, permite tramitar as demandas para todos os órgãos de Governo, anexar documentos, emitir alertas de prazos e organizar as demandas e identificar os temas mais sensíveis trazidos pelos movimentos sociais, entre outras funcionalidades.

A consolidação das respostas, por meio do sistema, permite o desenvolvimento dos cadernos de respostas aos movimentos por ocasião das devolutivas, sendo que, em 2013, foram entregues oito cadernos de resposta.

Ao longo do ano, foram recebidas 16 pautas de 16 Movimentos Sociais e, em 31 de dezembro, o sistema registrava 915 demandas tramitadas pelos diversos órgãos, com 733 respostas, 40 trâmites cancelados e 142 aguardando respostas.

Três ações se destacaram, em 2013, no que diz respeito à meta “Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social”: o projeto WebCidadania Xingu e a Parceria para Governo Aberto (Open GovernmentPartnership – OGP).

O projeto WebCidadania Xingu, que está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Seva, é um concurso destinado à obtenção, por meio de plataforma digital de participação, de ideias e projetos de transformação de realidades locais na área de abrangência da bacia do Xingu, formuladas pelos próprios moradores, sejam cidadãos, Organizações não Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais, Sindicatos ou Governantes. Seus objetivos são a construção de agenda coletiva em torno de questões relevantes, a promoção da participação social e da colaboração além da incorporação da metodologia de participação social inovadora, proporcionada pela utilização de ferramentas digitais.

Este projeto está inserido no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu). O Concurso WebCidadania é uma ação do eixo “Inclusão Social e Cidadania”.

O processo de construção do 2º Plano de Ação brasileiro no OGP, capitaneado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por sua vez, envolveu diversos segmentos da sociedade e do governo na elaboração de propostas de compromissos a serem assumidos pelo País frente à Parceria para Governo Aberto.

No total, foram feitos 119 comentários por parte da sociedade civil, que recebeu 75 respostas de interlocutores do governo e mediadores do Diálogo Virtual.

A construção desse processo foi realizada em sintonia com o grupo da sociedade civil que acompanha a OGP no Brasil, por meio da intensa participação do GT da sociedade civil no Comitê Interministerial para Governo Aberto (Ciga).

O plano de mobilização e participação social para construção do 2º plano de ação brasileiro foi construído com esse GT desde a primeira versão, e diversas decisões de metodologia ao longo do processo foram tomadas em conjunto com esses

representantes da sociedade.

Por fim, merece destaque o desenvolvimento do portal de participação social – Participa.br.

Construído de forma colaborativa em linguagem aberta e auditável e software livre, o portal está desenhado para ser uma plataforma de interação entre governo e sociedade, em torno dos temas mais relevantes em debate. Estruturado em forma de comunidades, o Participa.br permite que o cidadão e a cidadã, sem a mediação de qualquer organização, possa integrar processos participativos e contribuir para as discussões sobre políticas públicas.

Foram hospedadas no portal da participação social duas consultas no segundo semestre de 2013: sobre a Política Nacional de Participação Social e sobre o Compromisso Nacional pela Participação Social.

Outras consultas públicas estão sendo realizadas na mesma plataforma, como a do Marco da Política Nacional de Educação Popular e a do Sistema Federal de Ouvidorias.

Dentro da proposta do Participa.br se constituir como um produto de participação social mediada por internet, assim como uma plataforma aberta de inovação, foi realizado no final de 2013 o primeiro desafio de ideias de aplicativos de participação, envolvendo diversos parceiros do Governo Federal e sociedade civil, com a premiação de três ideias que poderão ser integradas ao Participa.br ao longo de 2014.

Nos últimos dois anos, foram desenvolvidos muitos espaços de debates que formaram as bases de conhecimento e experiência para a Política e o Sistema de Participação Social, tendo em vista a meta de “Criar proposta de sistema nacional de participação social”.

Em abril de 2013, a SG/PR realizou a 2ª Reunião com Secretários Estaduais de Participação Social com o objetivo de aprofundar o debate sobre a Participação Social, especialmente sobre o Sistema e a Política de Participação Social.

No encontro, foram apresentadas propostas de articulação federativa das ações de participação social e foi deliberada, pelos participantes, a criação de um Grupo de Trabalho para definições e elaborações acerca de uma proposta de Compromisso Nacional pela Participação Social, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a promoção da participação social como método de Governo e para o fortalecimento dos mecanismos e instâncias de diálogo entre Estado e sociedade civil.

Foi constituído um Grupo de Trabalho, composto por Secretários Estaduais representantes dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Ainda com o objetivo de contribuir para a construção da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, foi promovido, em julho de 2013, o “Diálogos Governo e Sociedade: Novas Formas de Participação Social na Política”,

que permitiu o debate entre representantes de diferentes segmentos da sociedade sobre as recentes manifestações populares e sua relação com as demandas por novos mecanismos de exercício da democracia.

As análises tiveram como foco especial o significado e as potencialidades do uso da internet na efetivação de novas formas de articulação e ação política. Participaram do encontro professores universitários, agentes públicos, representantes de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e ativistas da área digital. Entre as questões debatidas estão a democratização do acesso aos meios de comunicação de massa e a aprovação do Marco Civil da Internet.

No âmbito da meta “Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas”, merece destaque a publicação do Guia dos Conselhos Nacionais, em formato impresso e eletrônico, com dados básicos de trinta e cinco conselhos e cinco comissões nacionais. Ademais, o documento também relaciona outros 57 órgãos colegiados de participação social. Sua finalidade é dar visibilidade a estes mecanismos e, ao mesmo tempo, proporcionar a interação e comunicação entre eles.

Por fim, a meta “Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual” contou com inovações importantes em 2013.

O processo de participação da sociedade civil no planejamento e orçamento público teve início no compartilhamento das propostas de agendas transversais elaboradas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a formação do grupo de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 com conselhos nacionais e entidades da sociedade civil.

Os debates sobre a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) 2014 foram realizados por meio de grupo virtual, mediados pela SG/PR, e contou com a

participação de mais de 100 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil.

Como resultado, 14 propostas do grupo de discussão foram encaminhadas para análise dos órgãos competentes, em conjunto com as recomendações originadas do grupo de trabalho que discutiu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com várias delas incorporadas ao projeto de lei enviado ao Congresso Nacional.

Conforme pactuado, os participantes do grupo virtual receberam um relatório com respostas específicas a cada proposta apresentada. Do ponto de vista histórico, foi a primeira vez que a sociedade civil participou da elaboração do PLDO.

Para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014 (PLOA) um grupo virtual reunindo 117 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil apresentou 47 propostas direcionadas a 17 Ministérios.

O encerramento da participação da sociedade civil neste processo foi realizado por meio da “Audiência Pública: Diálogos Governo-Sociedade sobre o Orçamento Federal” promovida pela SG/PR em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) em que foram discutidas as prioridades da sociedade civil em relação às ações e programas do PLOA 2014. Em setembro de 2013, a SG/PR e o MP divulgaram os Relatórios de Monitoramento das Agendas Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Plano Mais Brasil, durante o IV Fórum Interconselhos. Os documentos reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial como juventude, mulheres, igualdade racial, população LGBT, população de rua, criança e adolescente, idosos, deficientes e povos indígenas.

**PROGRAMA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA**  
R\$ milhões

PROGRAMA 2038	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	608	0,8	3,6
RPNP (2)		0	0,3
Gastos Tributários		0	0
No Exercício (1)	609	19,3	37
RPNP (2)		5,2	7,2
Gastos Tributários		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>55,9</b>	<b>310,8</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013.

### 4.2.3. Secretaria de Relações Institucionais

#### Articulação com o Poder Legislativo

Em 2013, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República desempenhou intenso trabalho de articulação política e acompanhamento legislativo, que resultou na conversão em lei de 32 medidas provisórias, sanção de 27 projetos de lei de autoria do Poder Executivo<sup>1</sup>, confirmação de 67 autoridades indicadas e aprovação de cinco acordos internacionais.

Convém mencionar, ainda, a apreciação periódica dos vetos presidenciais. No segundo semestre de 2013, foram apreciados e mantidos pelo Congresso Nacional, em cinco sessões conjuntas, os vetos referentes a 25 proposições, apostos sobre 247 dispositivos.

Na área social, destacam-se:

- a ampliação do número de famílias incluídas no Programa Bolsa Família e alcançadas pelo Benefício para Superação da Extrema Pobreza, decorrente das alterações promovidas no Plano Brasil Carinhoso pela Lei nº 12.817, de 5 de junho de 2013;
- a desoneração tributária dos produtos da cesta básica pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013; e
- o financiamento de bens de consumo duráveis para os participantes do Programa Minha Casa Minha Vida, autorizado pelo Programa Minha Casa Melhor, previsto na Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013.

O segundo semestre do ano trouxe iniciativas ainda mais significativas para a área social. A Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, estabeleceu os percentuais da participação no resultado pela exploração de petróleo e gás natural a serem aplicados em educação (75%) e na saúde (25%).

De outro lado, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, instituiu o Programa Mais Médicos, resultado de um amplo processo de negociação política junto ao Parlamento e às entidades de representação dos médicos, recebendo ampla aprovação da população brasileira.

Em relação ao apoio aos produtores rurais, merecem registro a Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que ampliaram os valores do Benefício Garantia-Safra e do Auxílio Emergencial, concedidos aos agricultores atingidos por desastres naturais.

A preocupação com os produtores do semiárido nordestino permeou ainda a citada Lei nº 12.844, que facilitou a renegociação de dívidas a partir da criação de linhas de crédito e da concessão de desconto para liquidação dessas dívidas.

<sup>1</sup>

1 Não foram contabilizados os projetos de lei referentes à abertura de créditos adicionais sancionados no ano.

Ainda nessa área, destaca-se a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), autorizada pela Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013.

As áreas de infraestrutura e logística também ocuparam lugar de destaque na agenda do Governo Federal e na produção legislativa de 2013. A Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, autorizou a concessão de subvenção ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de obras em rodovias e ferrovias, e para investimentos em bens de capital.

Por sua vez, a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, alterou o marco regulatório do setor portuário, viabilizando novos investimentos. No tocante à gestão dos aeroportos, aprovou-se a Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, que direcionou recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil para a modernização dos aeroportos públicos.

Com relação à ordem econômica e ao sistema financeiro, destacam-se a Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, que criou a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, bem como a Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, que alterou o regime de tributação da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.

São igualmente importantes a Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, que adequou as estruturas de capital das instituições financeiras aos Acordos de Basileia III, e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que incluiu a regulação de cartões e meios eletrônicos de pagamento entre as atribuições do Banco Central do Brasil (BCB).

No tocante ao auxílio aos Estados e Municípios, destaquem-se a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que estabeleceu o parcelamento de débitos previdenciários dos entes federados, suas autarquias e fundações públicas, e a Lei nº 12.859, de 10 de setembro 2013, que concedeu auxílio financeiro aos Municípios.

Na área de justiça e cidadania, releva registrar a aprovação da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que define as situações que configuram conflito de interesses durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal, e da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos de corrupção contra a administração pública.

Por fim, mencione-se a Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema e o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura.

O encerramento da última sessão legislativa foi marcado pela aprovação dos projetos de lei do Congresso Nacional referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2014.

Sobre a LDO, ressalta-se a previsão da execução obrigatória das emendas parlamentares individuais, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida realizada

no exercício anterior, sendo a metade deste percentual necessariamente destinada a ações e serviços públicos de saúde. Ainda no tocante ao orçamento de 2014, destacam-se, por fim, a elevação do investimento público em R\$ 900 milhões e o reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 724,00.

#### Articulação Federativa

Em 2013, o Governo promoveu o relacionamento com os entes federados em consonância com o Programa “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, com destaque à ambientação dos novos prefeitos como parceiros institucionais da Federação, em função das eleições municipais que ocasionaram a renovação de 72% dos executivos municipais.

Nesse contexto, o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, sob o lema Municípios fortes, Brasil sustentável, realizado no período de 28 a 30 de janeiro, em Brasília/DF, contribuiu para o fortalecimento da relação federativa ao reunir representantes de mais de cinco mil Municípios, em um total de 17 mil participantes.

No evento, foi lançada a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios 2013-2016, que visa a oferecer aos novos prefeitos um instrumento de gestão para avaliar o impacto das políticas públicas, de forma a promover o alcance de resultados dos principais programas do Governo Federal.

O apoio oferecido aos Municípios durante o Encontro Nacional teve continuidade com a promoção de um ciclo de encontros estaduais com prefeitos e prefeitas, realizados nos 26 Estados da Federação, em parceria com governos estaduais e associações municipais.

Esses encontros reuniram mais de 30 mil pessoas, das quais quatro mil prefeitos e prefeitas. Os participantes também contaram com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento, que perfizeram quase 30 mil atendimentos individualizados em todo o País.

A Secretaria de Relações Institucionais também organizou os fóruns dos gestores federais nos Estados, realizados na ocasião dos encontros estaduais de prefeitos, com a finalidade de ampliar os espaços de debate e cooperação dos órgãos federais nos estados.

No total, em 2013, foram instalados 27 Fóruns dos Gestores Federais, coordenados por 180 representantes do Governo Federal e com a participação de 1.252 gestores, de todos os Estados e do Distrito Federal.

As relações intergovernamentais por meio de instâncias permanentes foram fortalecidas em 2013. Cabe registrar que uma das principais agendas do Comitê de Articulação Federativa (CAF) desde 2012, a desburocratização do processo de transferências voluntárias, passou a ter caráter permanente, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação que envolvam a transferência de

recursos financeiros federais celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas.

Na esfera do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf), doze reuniões trataram de assuntos diversos, como o Programa Mais Médicos e o Pacto Nacional sobre Participação Cidadã, além dos encontros estaduais com prefeitos e prefeitas.

Durante a participação na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o Governo Federal anunciou, dentre outras iniciativas, o repasse aos Municípios de auxílio financeiro no valor de R\$ 3 bilhões, dividido em duas parcelas, sendo a primeira para setembro de 2013 e a segunda, para abril de 2014.

Merece ainda registro, no campo do aprimoramento das relações federativas, a elaboração conjunta de uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados, de forma a promover a articulação, a cooperação institucional e a criação de espaços de debates e de geração de soluções comuns e integradas, para o fortalecimento da governança pública.

Na esfera internacional, os Estados e os Municípios também participaram das ações do Mercosul, com a criação da Secretaria Permanente do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR). Foram realizadas, ainda, outras atividades, como o 4º Encontro da Cooperação Descentralizada Brasil-França, em novembro, na cidade de São Paulo. Por fim, tem-se a execução de quatro projetos de cooperação entre cidades brasileiras e suas contrapartes de países em desenvolvimento, quais sejam: i) Colaborando com a construção de uma cidade de sonho, Xai-Xai (Moçambique) – Vitória (Brasil); ii) Cidades “espertas” na América Latina: desenvolvimento integrado de serviços de atendimento ao cidadão, Rosário (Argentina) – Curitiba (Brasil); iii) Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço, Cerro Largo (Uruguai) – Bagé (Brasil); e iv) Apoio técnico para estruturação do observatório de segurança cidadã e violências do município, Morón (Argentina) – Canoas (Brasil). Desenvolvida no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, essa iniciativa contou com o apoio e financiamento do Governo Federal e deve durar até o final de 2014.

#### 4.2.4. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) é órgão que representa judicial e extrajudicialmente a União e suas autarquias e fundações, o que inclui os três Poderes e o Ministério Público da União, tendo ainda como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo por meio dos programas: Cidadania e Justiça; Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.

A AGU atuou no Poder Judiciário de forma a viabilizar as ações governamentais ligadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), aos leilões de infraestrutura do País, ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), à Copa do Mundo

FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ao Programa Mais Médicos, ao Campo de Libra, entre outros.

O trabalho realizado, em 2013, pela AGU logrou êxitos significativos no que se referem às atuações nos Tribunais Superiores, no que diz respeito à viabilização de políticas públicas, à arrecadação aos cofres públicos, às reclamações trabalhistas, ao combate a corrupção, aos acordos para pagamento em cobrança e recuperação de créditos da União entre tantas outras atividades institucionais.

No âmbito da defesa dos direitos e interesses da União e administração direta, foram economizados R\$ 7,6 bilhões, no contexto de ações movidas contra o ente, as quais foram julgadas improcedentes.

Noutra via, aponta-se a celebração de um total de 3.257 conciliações com economia efetiva de R\$ 5,48 milhões, decorrentes de descontos conseguidos em acordos judiciais que evitaram ou extinguiram processos judiciais contra a União, além de desistências/abstenções de recursos judiciais, provocando a extinção de 4.391 processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), obtendo uma economia de cerca de R\$ 3,3 milhões.

Em relação ao tema infraestrutura da União, incluindo aeroportos, ferrovias, rodovias, geração e transmissão de energia elétrica, portos e urbanização, foram acompanhadas 587 ações judiciais, possibilitando a continuidade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na área trabalhista, a União obteve uma economia superior a R\$ 1 bilhão nas reclamações trabalhistas de empresas públicas e de empresas de economia mista. No que diz respeito à atividade de combate à corrupção, defesa do patrimônio público e recuperação de créditos e ativos, a atuação proativa da Advocacia-Geral da União conduziu à propositura de 2.109 ações judiciais, em torno de mais de R\$ 1 bilhão.

O valor efetivamente arrecadado, depositado na conta única do Tesouro Nacional, foi de R\$ 154 milhões. Considerando todas as decisões judiciais proferidas em face da União no ano de 2013, o percentual de decisões totalmente favoráveis subiu de 38% para 47% em relação a 2012.

Entre as principais vitórias em ações judiciais, destacam-se: i) Mais Médicos - comprovada legalidade do registro provisório para atuação de profissionais estrangeiros no País; ii) Sucroalcooleiras - confirmada necessidade de comprovar por meio de perícia suposto prejuízo causado em virtude da fixação dos preços dos produtos do setor sucroalcooleiro pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. A decisão alcança outras 290 ações semelhantes e evitou a saída de R\$ 107 bilhões do erário; iii) Auxílio-alimentação - afastado o pagamento indevido de diferenças do auxílio-alimentação para servidores da Justiça Federal, evitando prejuízo de aproximadamente R\$ 100 milhões aos cofres públicos; iv) Sistema Único de Saúde (SUS) - derrubado pedido de pagamento indevido de aproximadamente R\$ 700 milhões da Federação Brasileira de Hospitais, referentes a convênios dos hospitais com o

SUS; v) Trem de Alta Velocidade (TAV) RJ-SP - evitada execução indevida de € 270 milhões contra a União e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. por empresa italiana pela apresentação de projetos para o TAV, ou trem-bala, que ligará as cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Campinas/SP; vi) Banco Morada - recuperados e recolhidos aos cofres públicos R\$ 21 milhões destinados ao programa "Minha Casa Minha Vida" os quais haviam sido retidos indevidamente pela instituição financeira que decretou falência sem devolver ao Ministério das Cidades os recursos destinados ao financiamento das casas a pessoas de baixa renda; vii) TRT/SP - recuperados e recolhidos aos cofres públicos R\$ 10,7 milhões.

No âmbito das autarquias e fundações públicas federais, foi gerada economia para a União de R\$ 49,6 bilhões em vitórias judiciais e R\$ 317,9 milhões na celebração de 104.252 acordos, com destaque nas seguintes ações: i) inscrição de 46.184 créditos, no valor de R\$ 976,3 milhões, e ajuizamento de 30.487 execuções fiscais, totalizando R\$ 1,9 bilhão; ii) arrecadação de R\$ 5,8 bilhões em contribuições sociais e imposto de renda, cobrados em execuções fiscais trabalhistas; iii) inscrição em dívida ativa e execução de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), totalizando 175 ações e expectativa de ressarcimento de R\$ 90,8 milhões; iv) ajuizamento de 519 ações regressivas acidentárias, representando o montante de R\$ 26,1 milhões; v) ajuizamento de 347 ações no Dia Nacional de Combate ao Acidente de Trabalho, pleiteando R\$ 98,1 milhões; vi) arrecadação, em 2013, decorrente de ações regressivas acidentárias, de R\$ 2,6 milhões; vii) concessão de 6.187 parcelamentos, cujos valores dos débitos representam R\$ 87,8 milhões; viii) ajuizamento ou ingresso de autarquias e fundações públicas federais na qualidade de litisconsorte em 155 ações de improbidade administrativa, com expectativa de ressarcimento de R\$ 188,8 milhões; ix) ajuizamento de 892 ações de ressarcimento aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com potencial de recuperação de R\$ 42,4 milhões; x) ajuizamento de 95 ações de ressarcimento aos cofres das demais autarquias e fundações públicas representadas pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), com expectativa de ressarcimento de R\$ 9,8 milhões; xi) encaminhamento de 20.325 créditos para protesto, com pagamento de 3.767 créditos, totalizando arrecadação de R\$ 10,2 milhões; xii) unificação das modalidades de parcelamento extrajudicial e judicial de créditos das autarquias e fundações públicas federais; xiii) criação do Grupo de Trabalho para desenvolvimento do Projeto de Defesa da Probidade, Ressarcimento ao Erário e Combate à Corrupção; xiv) prosseguimento à consolidação do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), criado em 2012, com a inclusão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre as entidades cujos maiores devedores estão submetidos ao monitoramento do grupo (Aneel, Anatel, Ibama e DNPM); xv) levantamento, junto aos órgãos de execução da PGF, de dados referentes à existência de bens penhorados no bojo das execuções fiscais de Acórdãos do TCU em curso. Conforme informações até agora obtidas, foram identificados bens penhorados (móveis, imóveis e dinheiro) no total de R\$ 32 milhões. A mesma providência vem sendo adotada em relação às ações

de improbidade administrativa e ações de ressarcimento ao erário, havendo sido identificados bens constritos no valor de R\$ 10,4 milhões; xvi) prosseguimento de atuação da PGF, por meio da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, no caso de desvio de recursos públicos dos valores decorrentes das fraudes perpetradas contra o INSS (no intuito de viabilizar a manutenção do patrimônio imobiliário nas ações judiciais, e garantir melhores resultados nas alienações judiciais, foi requerida pela PRF 2ª Região a administração dos bens sequestrados nas ações penais; especificamente no ano de 2013, foram realizadas diversas alienações de imóveis, destacando-se a alienação de dois apartamentos localizados no bairro Leblon do Rio de Janeiro, que geraram arrecadação de R\$ 14 milhões aos cofres do INSS, totalizando R\$ 145 milhões (em valores históricos) - contudo, ainda existem bens já avaliados judicialmente, aguardando alienação, no montante de R\$ 6 milhões); xvii) atuação diferenciada da PGF no Dia Internacional de Combate à Corrupção, por meio de ajuizamento simultâneo, em todo o País, de 87 ações de execuções fiscais de Acórdãos do TCU, ações de improbidade administrativa e ações de ressarcimento ao erário, com expectativa de recuperação aos cofres públicos do montante de R\$ 82 milhões.

No tocante à atividade consultiva, apontam-se a articulação interna e interinstitucional de diversos assuntos, entre esses estão: i) a análise da situação do fundo de pensão "Aerus"; ii) participação na instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), como membro do Conselho Deliberativo; iii) atualização da legislação do Programa Minha

Casa, Minha Vida; iv) nulidade dos contratos de créditos de Carbono em terras indígenas; v) titulação de terras ocupadas pelo Quilombo Comunidade Rio dos Macacos; vi) participação e coordenação na análise e propositura de alterações de projetos de leis no Congresso Nacional, inclusive o novo Código de Processo Civil.

Em relação ao quantitativo de processos, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (Sicau), no âmbito da AGU foram movimentados 9.673.236, sendo que 2.857.947 foram novos processos.

O ano de 2013 foi marcado por grandes desafios institucionais, entre eles a implantação do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), cujo principal objetivo consiste no gerenciamento eletrônico de documentos que possui avançados recursos de apoio à produção de conteúdo jurídico e controle de fluxos administrativos, focado na integração com os sistemas informatizados do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Esse novo sistema permitirá o cumprimento da missão institucional de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

Foi implantado em todas as unidades da AGU em 2013 o Projeto Esplanada Sustentável (PES), dando continuidade à execução de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais e materiais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica. A seguir a execução orçamentária dos programas.

#### PROGRAMA 2020 - CIDADANIA E JUSTIÇA R\$ milhões

PROGRAMA 2020	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	0876	0	0,27
RPNP (2)		6,1	14,5
Gastos Tributários		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>6,1</b>	<b>14,77</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.  
Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013.

#### PROGRAMA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA R\$ milhões

PROGRAMA 2038	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	0871	27,7	259,8
RPNP (2)		2,9	2,9
Gastos Tributários		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>30,6</b>	<b>262,7</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.  
Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013.

### Metas Quantitativas

Para 2013, foi estabelecida a meta de realizar 56 correções ordinárias nos órgãos jurídicos da AGU e vinculados, verificando-se a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados.

As correções possibilitaram a proposição de medidas e sugestões de melhorias, visando ao aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto foi concluído com êxito, sendo realizadas 62 correções no exercício de 2013, dessas 45 foram registradas eletronicamente no âmbito da 1ª e 3ª região.

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correccionados	%	10,00	100,00	62,00	620,00%	Advocacia-Geral da União

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (Siop), em 13/01/2014.

#### 4.2.5. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), por intermédio da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) e da Secretaria de Coordenação e Assessoramento Militar (SCAM), garantiu a Segurança Institucional da Presidência da República, atuando na segurança da Excelentíssima Senhora Presidenta da República e do Vice-Presidente e seus familiares, na segurança pessoal dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades, por determinação da Presidenta da República; e na segurança dos palácios presidenciais e das residências oficiais, cumprindo suas missões com eficiência e eficácia, em território nacional e estrangeiro.

Em 2013, o GSI completou a transferência da SPR para as novas instalações, propiciando melhores condições para o planejamento e condução das missões operacionais e para o aprimoramento da capacitação dos recursos humanos e das atividades administrativas.

A SCAM realizou, em coordenação com o Gabinete Pessoal da Presidenta da República, as ações necessárias para a execução de eventos presidenciais locais, viagens presidenciais nacionais e internacionais, efetivando com os demais órgãos envolvidos todas as articulações; e, supervisionou e coordenou a execução do transporte aéreo do Sumo Pontífice, Papa Francisco, na Jornada Mundial da Juventude; dos restos mortais do ex-presidente da República João Belchior Marques Goulart e do corpo do ex-governador de Sergipe Marcelo Deda.

Ademais, a SCAM assessorou a Excelentíssima Senhora Presidenta da República em assuntos relativos ao emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e coordenou as atividades relacionadas ao cerimonial militar nos Palácios Presidenciais.

No campo da Segurança da Informação e Comunicações, o

GSI priorizou a normatização, as boas práticas e a segurança das redes de Governo, com a melhoria e manutenção da infraestrutura de gerenciamento dos incidentes das redes governamentais em uso na Administração Pública Federal (APF).

Nesse contexto, o Núcleo de Segurança e Credenciamento finalizou, em julho de 2013, a normatização da estrutura de credenciamento de segurança do Governo Federal, garantindo desta forma a cadeia de confiança do Estado brasileiro no tratamento da informação classificada.

No segmento de tratamento de incidentes de redes, o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (CTIR Gov) promoveu o intercâmbio técnico, científico e tecnológico junto a outros Centros, apoiando órgãos e entidades da APF nas atividades de tratamento de incidentes, inclusive nos grandes eventos realizados em 2013, e monitorou e analisou tecnicamente cerca de 16 mil notificações de incidentes de segurança em redes da APF.

Em parceria com a Universidade de Brasília, o GSI deu continuidade ao programa iniciado em 2012 destinado à formação e ao aprimoramento de gestores, servidores públicos e militares, do Governo Federal, com 216 alunos em nível de especialização.

A Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional (SAAI) do GSI realizou o monitoramento diário de 695 "cenários" do Mosaico de Segurança Institucional, com inclusão das informações relevantes no Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR), com vistas a subsidiar a Excelentíssima Senhora Presidenta da República em seu processo decisório. Como Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN), a SAAI concedeu cerca de 220 anuências ou assentimentos prévios, para possibilitar a realização de atividades de exploração mineral, de radiodifusão, de

construção de aeródromos, de regularização fundiária e de pesquisas científicas com vistas ao fortalecimento do caráter estratégico da faixa de fronteira.

Foram iniciadas tratativas para celebração de termo de cooperação entre o GSI e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com o objetivo de alimentar o banco de imagens de satélite de alta resolução do GSI, que auxiliará na análise dos cenários institucionais e dos processos do CDN.

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), coordenado pela SAAI, com o objetivo de manter o elevado grau de segurança das atividades nucleares do País, realizou um exercício geral de emergência, com a simulação de acidente na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAAA), em Angra dos Reis/RJ.

Foram feitos, ainda, quatorze exercícios de comunicação no âmbito do Sistema para testar a pronta resposta a emergências nucleares e iniciado o desenvolvimento de um software para aprimorar o processo de decisão e análise da resposta a tais emergências.

Além disso, em busca de inovação e garantia de segurança, o Sipron supervisionou a organização e a realização, em Resende/RJ, do 1º Exercício de Emergência no Transporte de Material Nuclear e realizou um Jogo Seminário nas instalações da Escola de Guerra Naval (EGN) no Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de aprimorar o gerenciamento das ações previstas no Plano de Emergência Externo do Rio de Janeiro (PEE/RJ) para resposta a uma emergência nuclear na CNAAAA.

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) produziu conhecimentos e informações para assessorar o processo decisório do Governo Federal e, também, em apoio às viagens oficiais e visitas presidenciais. Foram monitorados, em parceria com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e a SAAI, os 695 “cenários” de segurança institucional, assegurando fluxo contínuo de informações estratégicas, por meio do GeoPR.

Na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, a Abin coordenou as atividades de Inteligência em apoio às áreas de segurança e defesa. Nesse contexto, foram elaboradas análises de risco, pesquisas de segurança para fins de credenciamento dos profissionais que atuaram nos grandes eventos e estruturados o Centro de Inteligência Nacional e parte dos Centros de Inteligência Regionais. Também foram mobilizados esforços operacionais para prevenir e monitorar eventuais ameaças, como atos terroristas e ações do crime organizado.

Em articulação com órgãos federais, e visando à defesa dos interesses da Sociedade e do Estado brasileiros, a Agência integrou a Operação Tapajós, em apoio às pesquisas no complexo hidrelétrico; a Operação Hiléia Pátria, contra o desmatamento de áreas federais protegidas na Amazônia; e, a Operação Ágata VII, contra ilícitos na faixa de fronteira.

#### 4.2.6. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

Uma das áreas de destaque na atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) foi o desenvolvimento sustentável. No agronegócio, uma parceria entre a SAE/PR, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e organizações responsáveis pela produção de informação no setor agrícola possibilitou a instalação do Núcleo de Inteligência Territorial (NIT), como meio de operacionalizar uma estratégia de política agrícola baseada em intensificação e otimização dos usos do território nacional.

Uma política de incentivo às Florestas Plantadas foi elaborada e está em vias de proposição por meio de projeto de lei, com vistas à expansão da área ocupada por este setor (cerca de sete milhões de hectares ou 1% da área florestada do País) e de sua importância econômica.

A SAE/PR contribuiu com a formação da visão de longo prazo sobre mudança do clima por meio da participação do Brasil no Fórum Global de Especialistas em Mudança do Clima, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, foi publicado o documento Adaptação à mudança do clima – perspectivas global e brasileira, para colaborar com a formulação de política nacional nesta área.

A fim de subsidiar órgãos setoriais afetos ao tema dos recursos hídricos, foram publicados estudos da Série Estudos Estratégicos: Água e Desenvolvimento Sustentável: i) recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços do Brasil, o qual aponta para uma cooperação em bacias hidrográficas compartilhadas, como as do Rio Madeira e do Paraná; ii) modelagem institucional para os usos múltiplos de recursos hídricos em bacias hidrográficas; e iii) cenários prospectivos para a gestão dos recursos hídricos para o horizonte de 2025.

Outra frente de atuação da SAE/PR foi o estímulo à inovação. O programa Pró-Estratégia apoiou a concessão de bolsas de estudo de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas em temas afetos à defesa nacional e outras áreas estratégicas.

Foram contemplados 19 projetos de todas as regiões do Brasil. Realizou-se, também, a quarta edição do Prêmio Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho, com o objetivo de estimular a produção de estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico estratégicos e o fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa.

A iniciativa reconheceu 12 trabalhos de excelência. Além disso, realizou-se o XIII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (ENEE), que tratou do tema O setor cibernético brasileiro: contexto atual e perspectivas.

Ademais, foi instituído na SAE/PR um Grupo de Trabalho Interministerial para avaliar e propor a gestão nacional da Política Nuclear Brasileira, incluindo avaliação da matriz energética, suprimento de produtos para a medicina nuclear,

aumento da eficiência das técnicas agrícolas e promoção do acesso autóctone a tecnologias mais modernas em áreas como a propulsão nuclear. Além disso, a SAE/PR, por meio de um Termo de Cooperação com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), vem investindo, desde 2010, em pesquisa e desenvolvimento na área da medicina nuclear para a produção de radiofármacos, empregando laser de pulsos ultracurtos, tecnologia que não gera rejeito radioativo.

O desenvolvimento da linha de pesquisa faz parte de um esforço para atender a toda demanda nacional desse tipo de medicamento.

No campo da política espacial, foram desenvolvidos os projetos estratégicos: i) Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial, com o objetivo de incentivar a indústria nacional na busca da sua inserção internacional, especialmente com produtos de alto valor agregado; e ii) Fortalecimento do Setor Espacial Brasileiro, visando a estabelecer metas de longo prazo para o desenvolvimento de atividades espaciais, bem como supervisionar sua execução.

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) foi integrada à estrutura da SAE/PR em 2013, com a missão de contribuir para a formulação de políticas e implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento, e realizou: i) um *workshop* especializado sobre projeções populacionais na América Latina; ii) a apresentação da agenda da CNPD no Seminário da Associação Latino-Americana de População (Alap); e iii) a preparação de documento de subsídio à delegação brasileira na primeira reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CRPD), que ocorreu em Montevidéu, em agosto.

Em 2013, a SAE/PR deu continuidade ao projeto de fortalecimento, consolidação e sustentabilidade da nova classe média. Nesse sentido, lançou duas edições dos cadernos *Vozes da Classe Média*, cobrindo os temas do pequeno empreendedorismo e do emprego formal.

Além disso, realizou a Conferência Internacional de Promoção e Sustentabilidade da Classe Média, quando foram tratados com altos representantes internacionais os fatores que afetam a produtividade do trabalho no País.

Tendo em vista o potencial brasileiro de atrair imigrantes nos próximos anos, foram conduzidos estudos e pesquisas sobre o tema. Um destaque é a pesquisa de opinião dos brasileiros sobre imigração encomendada pela SAE/PR ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que ajudou a conhecer melhor as percepções e a receptividade da população brasileira a estrangeiros que migram para o Brasil.

Em 2013, análises e pesquisas sobre a juventude buscaram compreender e avaliar o déficit das políticas públicas com os jovens. O fascículo *Juventude Levada em Conta*, abordando o tema da demografia, trouxe prospecções sobre o tamanho e as tendências do grupo formado pela juventude e suas implicações para as políticas públicas.

Ocorreu a conferência *Circulação ou Evasão*, com a finalidade de abordar o tema da evasão e do abandono de programas e atividades pelos jovens.

No eixo temático da primeira infância, documentou-se o acelerado progresso brasileiro na atenção prioritária a essa faixa etária, com destaque para a melhoria da distribuição de renda, a redução na taxa de mortalidade, a adoção de políticas nacionais mais efetivas nas áreas de saúde, educação e assistência social, a promoção de programas locais inovadores, os avanços institucionais e na legislação ocorridos no País, bem como os desafios e a necessidade de continuidade dessas políticas.

O Ipea realizou cerca de 400 estudos e pesquisas para avaliação de políticas públicas e formulação de ações governamentais.

Destaque-se a publicação *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a qual apresentou um panorama histórico da evolução do programa e analisou seu impacto nos indicadores de saúde, educação e proteção social e na redução da pobreza.

O Ipea desenvolveu propostas sobre o Pacto da Mobilidade e suas relações com a cidade sustentável. Publicou livros sobre a questão metropolitana, que auxiliaram a elaboração de substitutivo para o Estatuto das Metrôpoles.

Firmou 34 novos convênios de cooperação com instituições públicas e privadas, lançando 131 chamadas públicas, que resultaram na implementação de 213 bolsas de pesquisas e outros apoios.

Também merece destaque o levantamento realizado mediante o Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips), em parceria com o Ministério das Cidades, compreendendo beneficiários do programa *Minha Casa, Minha Vida*. A pesquisa mostrou que, em uma escala de zero a 10, os beneficiários do programa atribuíram média de 8,8 à satisfação com a moradia adquirida.

O Ipea gerenciou a publicação *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O documento apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios brasileiros, e outros indicadores socioeconômicos nacionais, percorrendo temas como saúde, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. Merece destaque, ainda, o lançamento da série "*Brasil em Desenvolvimento*", que analisou o desenvolvimento brasileiro recente sob a perspectiva do território e as políticas públicas indicadas para aprofundar e sustentar seu caráter inclusivo.

O Instituto também contribuiu com a análise das relações econômicas e políticas dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com destaque para a publicação *Os Brics na Organização Mundial do Comércio (OMC): Políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África*

do Sul. Importante papel do Ipea junto aos Brics em 2013 foi a coordenação da participação dos acadêmicos brasileiros no Fórum Acadêmico do bloco, realizado em março, previamente à realização da V Cúpula dos Brics, tendo como tema Brics e África: parceria para o desenvolvimento, integração e industrialização.

O Ipea venceu o prêmio “My World Outreach Award for Latin America & the Caribbean”, da Organização das Nações Unidas (ONU), pela maior contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa Meu Mundo, que ouve e registra as prioridades da população mundial para subsidiar a revisão da agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pós-2015.

No ano de 2013, que marcou uma década de atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em prol da participação social e do diálogo entre o Governo e sociedade, o Conselho assessorou a Presidência da República em temas importantes da agenda nacional e internacional e contribuiu para a implementação de projetos relevantes para o País. Além disso, retomou o debate do tema do desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões, tendo como foco o longo prazo.

Para celebrar os 10 anos, o CDES promoveu o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento e sediou a oficina da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e do Caribe (Cesalc).

Na ocasião, discutiu-se o contexto das novas transformações brasileiras e os pactos propostos para viabilizá-las (responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte público, educação, investimentos e acompanhamento dos grandes eventos).

Participou do 2º Encontro dos Conselhos Econômicos e Sociais Brasileiros, que discutiu a participação popular nas gestões governamentais e a necessidade de desenvolver métodos eficazes para acompanhar as recomendações emitidas pela sociedade.

No cenário internacional, apoiou e participou de atividades como VI Cúpula Brasil-União Europeia, Oficinas no Programa EUROSocial, Workshop O Impacto dos Conselhos Econômicos e Sociais na região da América Latina e do Caribe e Encontro Internacional da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis). Por fim, priorizou o fortalecimento da construção na cooperação continental por meio da Cesalc.

#### **4.2.7. Secretaria de Comunicação Social (Secom)**

O objetivo maior da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República é o de informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo Governo Federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado, e de tornar perceptíveis para a população os resultados das políticas de governo, em harmonia com a necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação.

As atividades de comunicação se realizam em consonância com o princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam a informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar sua qualidade de vida, e o acesso à informação sobre atos, obras e programas, metas e resultados, políticas públicas, direitos do cidadão e serviços colocados à sua disposição. A essas atividades se soma à de promoção do Brasil no exterior.

A ação orçamentária 2017 – Publicidade Institucional à disposição da Secom contou com dotação de R\$ 243 milhões, que contempla as despesas executadas basicamente com a contratação de empresas prestadoras de serviços de publicidade, de comunicação digital, de pesquisas de opinião e de assessoria de imprensa e relações públicas para promoção do Brasil no exterior.

Nas ações de comunicação, intensificou o uso de ferramentas (imprensa, publicidade, patrocínios, eventos) e canais (TV, rádio, internet, mídias sociais) sob sua gestão para garantir maior racionalização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos e estimular a convergência entre canais a partir da integração de procedimentos e das equipes envolvidas na produção e avaliação de conteúdo.

O objetivo é divulgar informações sobre direitos e orientações que levem o cidadão a buscar os benefícios sociais colocados à sua disposição, sobretudo os voltados à erradicação da pobreza extrema e à geração de oportunidades.

É assim que a TV Nacional Brasil (TV NBR) figura como opção de acesso às informações de governo em 30 milhões de residências. No rádio, as notícias são veiculadas no programa A Voz do Brasil, também transmitido ao vivo pela internet.

O relacionamento com a imprensa é baseado no constante aperfeiçoamento da transparência ativa e na igualdade de acesso às informações de natureza pública, observadas as especificidades de cada veículo.

O trabalho em busca de maior celeridade na divulgação espontânea de informações de interesse da sociedade, sobretudo na internet, fez aumentar o acesso às ferramentas sociais, via Blog do Planalto e perfis [twitter@imprensa/PR](#) e [twitter@blogplanalto](#).

O novo Portal Brasil tem como objetivo ser a principal fonte de informação pública na internet, porque agrega as notícias divulgadas pelas assessorias de comunicação dos ministérios. Conta, ainda, com conteúdos da TV NBR, com destaque para as transmissões ao vivo.

Estreando página no Facebook, o Portal pretende ser a porta de entrada da relação do cidadão com o Governo Federal, reunindo num único local informação, serviço, prestação de contas e participação social.

O perfil do Portal no Twitter registrou grande acréscimo de seguidores, o que também demonstra o avanço nas interações

digitais entre cidadão e Governo. No Portal Brasil, o cidadão poderá postar pergunta, sugestão ou crítica, e receberá uma resposta. Na comunicação social, o ano também foi marcado pela interatividade da Presidenta da República com a população brasileira.

Não apenas por meio das já consagradas ferramentas de comunicação – o rádio, no programa Café com a Presidenta, em que são abordados semanalmente temas mais relevantes para a sociedade, e a coluna Conversa com a Presidenta, canal de comunicação da Presidenta da República em que responde às perguntas de leitores de jornais de todas as regiões do País - as entrevistas às rádios locais de todas as Regiões do Brasil e a reativação do perfil da Presidenta no Twitter (@dilmabr) ilustram sua perseverança em estar o mais próximo possível das demandas da sociedade.

Dentre as campanhas publicitárias de utilidade pública, sobressaem as alusivas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, Juventude Viva e Mulher – Viver sem Violência, que objetiva realizar mudança de comportamento e atitude e realçar os canais de atendimento/denúncia e serviços especializados para enfrentamento à violência contra as mulheres.

No âmbito das campanhas institucionais, tiveram maior visibilidade as de redução do custo da energia elétrica, Copa do Mundo FIFA 2014, Programa Mais Médicos para o Brasil, Plano Brasil Sem Miséria, Comissão Nacional da Verdade, medidas para enfrentamento da seca no semiárido e a divulgação de informações regionais sobre ações, programas, obras e medidas do Governo Federal, reafirmando o compromisso de promoção de um País mais competitivo, inclusivo e com amplas oportunidades para todos.

As ações de mídia publicitária do Governo Federal continuam evoluindo por meio da prática e da recomendação aos órgãos e entidades para utilização de critérios técnicos de mídia em seus planejamentos.

Cerca de nove mil veículos de comunicação constam do cadastro do Governo Federal, ferramenta que permite avançar com qualidade e segurança na busca pela melhor visibilidade das ações governamentais e no processo de regionalização e desconcentração do investimento publicitário.

O ambiente digital passou a conferir maior agilidade e transparência no cadastramento de veículos de divulgação, pois eles mesmos podem consultar e atualizar seu cadastro. Como medida de ampliação, foram incluídas emissoras de rádio dos Municípios com mais de 5 mil habitantes. O cadastro mantém veículos presentes em mais de cinco mil Municípios.

Os eventos institucionais também contribuíram para a disseminação das informações de governo: expansão do Plano Brasil sem Miséria, 10 anos do Programa Bolsa Família, lançamento e sanção da lei do Programa Mais Médicos para o Brasil, comemoração de um milhão de financiamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), lançamento do Programa Minha Casa Melhor, dois anos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec),

sanção do projeto de lei de distribuição dos royalties do petróleo para educação e saúde, 10 anos do Programa Luz para Todos e o evento cívico de 7 de Setembro.

Outra realização foi a criação da Identidade Digital de Governo, que consolida seu posicionamento digital ao estabelecer diretrizes para a comunicação que incluem a definição de padrão visual e de navegabilidade para os sítios e portais.

Os portais Brasil e Planalto e o site Secom adotaram esses padrões, fazendo com que o cidadão tenha experiência comum ao navegar por esses sites. Além disso, eles são responsivos – se adaptam aos formatos de tela de smartphones e tablets.

As propostas de patrocínio das empresas estatais cada vez mais têm se alinhado às políticas públicas e diretrizes do Governo Federal, contemplando promoção e defesa dos direitos das minorias, geração de trabalho e renda, desenvolvimento ambiental, produtivo e econômico, incentivo ao esporte, infraestrutura e preservação, promoção e acesso à cultura.

No exercício, destaque para os investimentos na área de esporte, com os projetos alinhados ao Plano Brasil Medalhas.

A realização de pesquisas de opinião pública é a forma mais representativa e usual em diferentes democracias para que os governos respondam às expectativas dos cidadãos.

Em 2013, duas empresas especializadas foram contratadas com o objetivo de avaliar a percepção da população quanto aos programas e ações governamentais, conhecer as demandas da sociedade e subsidiar as ações de comunicação governamental.

Realizaram-se pesquisas abrangendo temas variados: avaliação de governo, serviços e políticas públicas disponibilizadas à população, avaliação da conjuntura econômica e social, manifestações públicas, copa do mundo, desigualdade econômica e hábitos de consumo de mídia.

No âmbito das ações de comunicação internacional e de relações públicas para a promoção do Brasil no exterior, foi executado plano de comunicação com vistas a estreitar o contato entre órgãos e entidades do Governo Federal e veículos da imprensa estrangeira por meio da realização de coletivas de autoridades com correspondentes estrangeiros, teleconferências, acompanhamento de viagens de jornalistas estrangeiros ao Brasil, publicação de artigos de autoridades em jornais estrangeiros de grande circulação, produção de pautas especiais para a mídia internacional e ações de mídias sociais por meio de conta institucional para público no exterior no Twitter e no Facebook (BrazilGovNews), entre outros.

Para além dos temas econômicos, foram objeto de particular interesse da mídia internacional:

- Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014;
- eleição do Embaixador brasileiro à Direção Geral da Organização Mundial do Comércio;
- celebração dos 10 anos de lançamento do Programa Bolsa Família e seus resultados em termos de redução da pobreza;
- lançamento do Programa Mais Médicos;
- realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil; anúncio da realização no Brasil da Cúpula Global s
- obre Governança na Internet, a ser realizada em abril de 2014;
- 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19).

**PROGRAMA 2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA**  
R\$ milhões

PROGRAMA 2025	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	964	123,2	95,5
RPNP (2)		35,8	33,9
Gastos Tributários		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>159</b>	<b>129,4</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013.

#### OUTRAS CONSIDERAÇÕES

O ano de 2013 representou importantes avanços para as políticas públicas de juventude, quando milhares de jovens saíram às ruas, buscando mais transformações sociais no País e ampliação de seus direitos.

A Política Nacional de Juventude vem sendo fortalecida ao longo dos últimos nove anos, com ampliação de investimentos e diversificação de ações, principalmente a partir do programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude, no Plano Plurianual 2011-2015. Nesta perspectiva, considerando o conjunto das reivindicações populares concatenado com o planejamento das políticas, muitos objetivos foram aprofundados em 2013, a partir da criação de novas ações, e fortalecimento de programas e instrumentos para aprimorar a participação e aumentar a inclusão social dos jovens brasileiros.

Com a sanção do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, tivemos o aprofundamento de direitos já previstos na Constituição e a criação de novos direitos com foco na emancipação do jovem brasileiro, além da criação de benefícios diretos para a sua formação.

A partir do Estatuto, a agenda governamental teve uma maior presença do tema juventude, impulsionando a criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), por meio do Decreto nº 8074, de 14 de agosto de 2013. O Coijuv passou a ser o órgão permanente de articulação e gestão interministerial das políticas de juventude, com a atribuição de regulamentar o Estatuto e elaborar o Plano Nacional de Juventude. No final de 2013, o Coijuv apresentou ao governo a proposta de regulamentação dos benefícios do Estatuto

da Juventude e propôs a criação do Sistema Nacional de Juventude, ainda em fase de finalização.

Como mais uma forma de promover participação e mobilização social e produção de conhecimento sobre a juventude, foi disponibilizado, em julho de 2013, em versão inicial, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude, ambiente virtual interativo que pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude.

**Objetivo 0989 – Promover a autonomia e emancipação do jovem, com ações de capacitação e apoio a microprojetos produtivos juvenis.**

Para a concretização do objetivo 0989 foi realizada parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) para a capacitação de jovens de áreas rurais, visando à inserção produtiva e ao desenvolvimento sustentável no campo, totalizando 200 horas/aula em 2013 para 300 jovens oriundos de diversos assentamentos rurais e comunidades quilombolas.

**Objetivo 0960 – Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.**

Em relação ao Objetivo 0960 houve avanços importantes em 2013, capitaneadas pelo Plano Juventude Viva. Articulando ações de 11 ministérios, o plano foi lançado na Paraíba, Distrito Federal, Bahia e no Município de São Paulo. Além disso, foi criado o Comitê Gestor do Plano, potencializando a articulação interministerial para a execução das metas

propostas. A campanha Juventude Viva, realizada por meio de recurso de publicidade de utilidade pública, tem tido uma receptividade importante na sociedade e no poder público local, algo significativo em um cenário no qual 139 Municípios, de 23 Estados, assumiram o compromisso do enfrentamento à violência contra os jovens negros e pobres.

**Objetivo 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas**

**de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.**

Em relação ao Objetivo 0988 cabe destacar a perspectiva de que mais 71 convênios sejam formalizados, podendo resultar em novas estações até o fim de 2014. As três primeiras unidades foram inauguradas no segundo semestre de 2013, em Minas Gerais e Vitória da Conquista, e outras 19 estão planejadas para iniciarem suas atividades no primeiro trimestre de 2014.

**PROGRAMA 2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE**  
R\$ milhões

PROGRAMA 2044	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	276	5,5	4,3
RPNP (2)		3,9	4,3
Gastos Tributários		0	0
No Exercício (1)	960	0	0
RPNP (2)		0	0,4
Gastos Tributários		0	0
No Exercício (1)	988	0	0,2
RPNP (2)		0	7,9
Gastos Tributários		0	0
No Exercício (1)	989	0	0,3
RPNP (2)		0	0
Gastos Tributários		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>9,4</b>	<b>17,4</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.  
 (2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.  
 Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013 e Siop 2013.

**OBJETIVO: 0276 - COORDENAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS E DA INTENSIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.**

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos	Órgãos estaduais e municipais de juventude	100	10	0,12	0,12%	SNJ/PR
Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude	Microprojetos	200	500	500	250%	Secretaria Nacional de Juventude

Fonte: Siop 2013.

**OBJETIVO: 0989 - PROMOVER A AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO CIDADÃ DO JOVEM, COM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E APOIO À MICROPROJETOS PRODUTIVOS JUVENIS.**

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo.	Jovens moradores de áreas rurais	2.000	600	600	0,00%	SNJ/PR

Fonte: Siop 2013.

### 4.3. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A missão institucional da CGU é "prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social".

A CGU atua na formulação, coordenação e fomento a programas, ações e normas voltados à prevenção da corrupção na administração pública e na sua relação com o setor privado. Entre suas principais atribuições, destacam-se a promoção da transparência, do acesso à informação, do controle social, da conduta ética e da integridade nas instituições públicas e privadas. Promove também a cooperação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuam no campo da prevenção da corrupção, além de fomentar a realização de estudos e pesquisas visando à produção e à disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação.

Na condição de órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, a CGU fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas a entes públicos e privados realizadas com recursos oriundos dos orçamentos da União; realiza auditorias e avalia os resultados da gestão dos administradores públicos federais; apura denúncias e representações; exerce o controle das operações de crédito; e, também, executa atividades de apoio ao controle externo.

A CGU também atua no combate à impunidade na Administração Pública Federal, promovendo, coordenando e

acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos.

Atua também capacitando servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar; e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR-PEF), exercendo as atividades de órgão central desse sistema.

Por fim, a CGU exerce a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito orienta a atuação das unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examina manifestações referentes à prestação de serviços públicos; propõe a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; e contribui com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos.

#### 4.3.1. Programa 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República

A Controladoria-Geral da União (CGU) integra o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República (2101), com a totalidade dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Para execução das suas atividades, a CGU detém uma ação orçamentária vinculada diretamente às suas competências institucionais, além daquelas ações de caráter essencialmente administrativo, cujos resultados estão consubstanciados na sequência deste relatório. A execução, no exercício de 2013, segue discriminada no quadro a seguir:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS PRINCIPAIS AÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – EXERCÍCIO 2013 Valores em R\$ 1,00

##### PROGRAMA 2101 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Programa "2101"	Ação	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício	2D58 - Controle Interno,	618.439.488,27	685.967.838,96
RPNP	Prevenção à Corrupção,	13.099.645,41	13.608.178,79
Gastos Tributários	Ouvidoria e Correição	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>631.539.133,68</b>	<b>699.576.017,75</b>

Fonte: Diretoria de Gestão Interna (DGI/CGU) - extraído do Siafi Gerencial em 07/01/2014.  
Obs.: Ações orçamentárias vinculadas diretamente às competências institucionais da CGU.

#### 4.3.2. Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Considerando ainda o PPA 2012-2015, a CGU detém, também, três iniciativas integrantes do Programa Democracia

e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (2038), cujo órgão responsável é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Importante salientar que para a execução das três iniciativas em 2013 não houve vinculação à ação orçamentária específica, conforme demonstrado a seguir:

#### INICIATIVAS SOB RESPONSABILIDADE DA CGU NO PPA 2012-2015 - PROGRAMA 2038

Objetivo	0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
Objetivo	0609 – Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.
Órgão Responsável	Presidência da República.
Iniciativa	02DK – Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação.
Objetivo	0605 – Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Iniciativa	02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

Executadas em sintonia com a missão institucional da CGU, as iniciativas incluídas no PPA alcançaram bons resultados no contexto da atuação governamental do órgão durante o ano de 2013.

A iniciativa 029V – Aprimoramento e Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ligada ao objetivo 0579, será executada mediante financiamento proveniente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do projeto denominado Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine).

Em dezembro de 2013 foi celebrado o contrato de financiamento entre as partes, União e BID, o que permitirá o início da execução do referido programa nos meses subsequentes, com cronograma previsto para os próximos cinco anos.

A iniciativa 02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação, inserida no contexto do objetivo 0609, teve seu destaque durante o exercício de 2013, ano da consolidação da Lei de Acesso à Informação (LAI), que instituiu um novo paradigma para a Administração Pública: o acesso se tornou a regra; o sigilo, a exceção.

No contexto da LAI, desafios importantes foram superados na preparação do Poder Executivo Federal para a entrada em vigor da lei, em apenas seis meses contados a partir de sua publicação, em 18 de novembro de 2011.

A CGU atuou na implantação de cronograma de providências

imediatas pelos órgãos e entidades, na regulamentação da Lei e no desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), que permite ao cidadão solicitar informações, acompanhar pedidos e entrar com recursos.

A ferramenta também possibilita aos órgãos responder e gerenciar por meio eletrônico os pedidos e recursos recebidos.

Com o propósito de conscientizar e capacitar os servidores públicos sobre a lei de acesso à informação, inclusive nas demais esferas de governo, foi confeccionada a cartilha “Acesso à Informação Pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”, que teve 7.020 exemplares distribuídos ao longo de 2013, totalizando uma distribuição de 267.620 exemplares desde a sua confecção.

Já as ações da CGU para educação à distância em acesso à informação e participação social no controle de gastos públicos alcançaram, em 2013, um total de 4.300 pessoas, representando incremento de 22,8% em relação ao exercício de 2012.

Após a implantação da Lei, esforços foram focados no monitoramento e mensuração de sua consolidação. Na transparência passiva (a transparência mediante demanda, mediante solicitação), os resultados podem ser quantificados. De 16 de maio de 2012 até dezembro de 2013, o Governo Federal recebeu mais de 140 mil solicitações de informação e respondeu a mais de 97% delas.

Das solicitações respondidas, 75,8% foram atendidas e 9,7% foram negadas. As demais, 14,5%, não puderam ser atendidas por tratarem de matéria de competência legal de outro órgão, por não serem solicitações de informação, por se tratar de pergunta duplicada ou pelo fato de a informação não existir. Embora a previsão legal para a resposta ao cidadão

seja de até 30 dias, em 2013 o tempo médio para resposta de cada pedido foi de 12 dias e meio. Isso demonstra que grande parte dos órgãos da Administração Federal tem superado as exigências da Lei. Seguem os quantitativos relacionados aos pedidos de informação do Poder Executivo Federal:

**E-SIC – BALANÇO MAIO 2012 A DEZEMBRO 2013**

INFORMAÇÃO	QUANTIDADE
Número de pedidos registrados	141.026
Numero de pedidos respondidos	137.310
Número de solicitantes	83.998
Número de SICs cadastrados	283

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), em 26/12/2013.

Para o avanço do acesso à informação no País, o Governo Federal ampliou de 193 para 283 o número de postos de atendimento presencial ao cidadão, denominados SIC - Serviço de Atendimento ao Cidadão.

em vigor, a criação de uma rede para intercâmbio de experiências entre os SICs, além do acesso público ao banco de dados contendo os pedidos de acesso à informação e respostas concedidas através do sistema eletrônico.

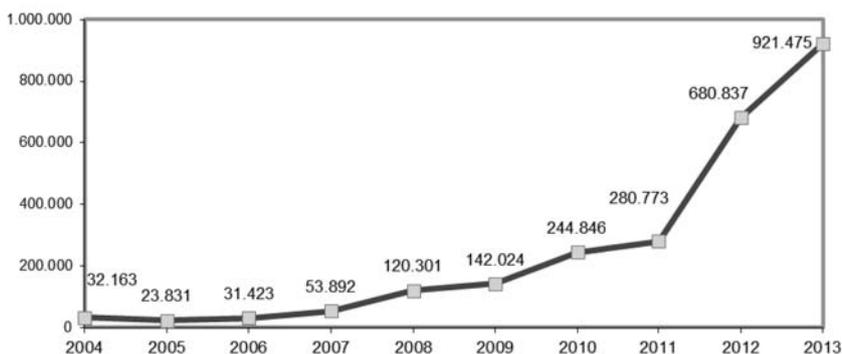
Para melhorar o atendimento eletrônico, a CGU implantou novas funcionalidades no e-SIC, publicou listas com as informações classificadas e já desclassificadas nos órgãos e entidades, além de desenvolver relatórios eletrônicos para o acompanhamento em tempo real das estatísticas de solicitações, respostas, recursos e reclamações recebidas.

Para o aperfeiçoamento da transparência ativa, a CGU investe fortemente na evolução contínua do Portal da Transparência do Governo Federal, criado em 2004. O Portal já é referência internacional, por divulgar todas as receitas e despesas do Poder Executivo Federal em base diária.

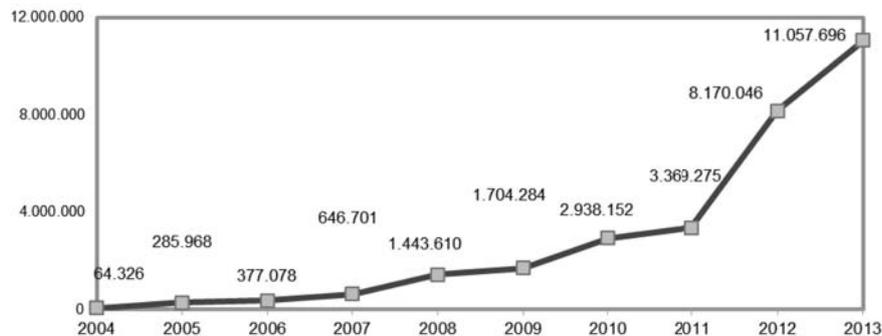
Em 2014, estão previstos o desenvolvimento de sistema web de monitoramento da implementação da LAI nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com base em indicadores de excelência e conformidade com a legislação

O volume de recursos apresentado até dezembro de 2013 superou os R\$ 12 trilhões e a média mensal de visitas ao portal atingiu 921 mil (incremento superior a 35% em relação à média mensal de acessos em 2012), superando onze milhões de acessos no ano.

**MÉDIA MENSAL DE VISITAS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – POR ANO**



Fonte: Google Analytics, em 13/01/2014.

**TOTAL DE VISITAS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – POR ANO**

Fonte: Google Analytics, em 13/01/2014.

Entre as principais funcionalidades que foram implementadas no Portal da Transparência em 2013 estão:

- a divulgação das verbas remuneratórias de servidores no exterior (valor em dólar);
- a disponibilização da nova versão de download de dados, facilitando a utilização das informações do Portal;
- a inclusão de novas modalidades de aplicação de recursos, abrangendo todas as modalidades de despesa inseridas no orçamento 2013 (a exemplo da transferência a organismos multigovernamentais e consórcios públicos); e
- a inserção da base de dados dos imóveis funcionais do Ministério da Defesa.

A fim de melhorar a usabilidade do Portal, a CGU lançou o edital para contratação da empresa que fará a reformulação do site. Isso deve permitir uso mais efetivo da ferramenta por parte da sociedade, adequando-a aos princípios de dados abertos e tornando-a mais interativa e acessível, com o compartilhamento de suas informações em redes sociais e acesso por meio de plataformas móveis como smartphone e tablets de modo a facilitar a navegação para seus diferentes públicos.

Considerando a exitosa experiência federal na consolidação da lei de acesso à informação, foi lançado, em janeiro de 2013, o programa Brasil Transparente, com o objetivo de transferir aos Estados e Municípios tecnologias e conhecimentos desenvolvidos pelo Governo Federal durante a implantação da lei e, dessa forma, garantir ao cidadão os instrumentos de acesso à informação também em nível local.

Entre as ações de cooperação federativa, o Programa oferece capacitações para agentes públicos na modalidade presencial e na modalidade à distância, disponibiliza o código fonte do e-SIC para os entes interessados, estimula a colaboração e

a troca de boas práticas em canais digitais especializados, assim como distribui materiais técnicos relacionados à transparência, ao governo aberto e ao acesso à informação.

No exercício de 2013, o Programa alcançou 1.303 entes públicos parceiros, entre prefeituras, governos estaduais e assembleias legislativas. Foram realizadas 172 ações nos diferentes estados, somando 6.839 servidores capacitados presencialmente pelas equipes técnicas da CGU.

Na modalidade à distância, 2.943 gestores municipais se inscreveram no curso a respeito da Lei de Acesso à Informação. Além disso, 64 entes públicos receberam o código fonte do e-SIC para disponibilizarem o sistema eletrônico de acesso à informação em sua localidade.

Na esfera internacional, em 2013, o Brasil permaneceu no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto (OGP, do inglês Open Government Partnership), iniciativa internacional lançada em 2011 sob a liderança brasileira e estadunidense, com o objetivo de difundir e incentivar práticas governamentais como a transparência orçamentária, o acesso público à informação e a participação social.

Em 2013, o País dirigiu o subcomitê de Critérios e Padrões da Parceria e apoiou a organização dos grupos de trabalho para acesso à informação e transparência fiscal, criados para promover o intercâmbio de experiências entre países.

No âmbito da parceria, a CGU lançou o Portal OGP Brasil, com informações gerais sobre a iniciativa, participação do Brasil, planos de ação e status dos compromissos assumidos, permitindo o acompanhamento da implementação da OGP por parte da sociedade.

Ainda em 2013, o Brasil apresentou seu segundo plano de ação para a OGP, com o envolvimento de 18 órgãos e entidades do Governo Federal e expressiva ampliação da participação da sociedade civil.

A CGU, juntamente com a Secretaria-Geral da Presidência da República, coordenou todo o processo de elaboração do segundo plano. Já em vigor, o documento contém 52 compromissos, dos quais 20 foram originados de propostas da sociedade, a partir de diálogos virtuais e de um encontro presencial que propiciaram o engajamento de mais de 500 pessoas e cerca de 80 organizações da sociedade civil.

Para 2014, será constituído um grupo de trabalho com a sociedade para o monitoramento do cumprimento das ações do plano corrente e a construção da metodologia que será utilizada para a elaboração do terceiro plano.

No ano de 2013, foram publicadas duas importantes leis para prevenir e combater a corrupção no Brasil. A primeira delas foi a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, que define as situações que configuram esse tipo de conflito durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal.

Em vigor desde 1º de julho de 2013, a referida lei estabelece formas de o agente público prevenir a ocorrência do conflito, prescrevendo a devida punição àquele que se encontrar em alguma dessas situações. Visando permitir a sua imediata implantação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013, que regulamentou a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada.

A partir da publicação dessa Portaria, a CGU iniciou o processo de implementação da lei em articulação com todos os órgãos e entidades do Executivo Federal, além de atuar, ainda, na orientação para a operacionalização desses mecanismos, no desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), que centralizará, a partir de 2014, a gestão das consultas e pedidos de autorização, bem como na regulamentação de outros aspectos da lei, tais como o recebimento de presentes de quem tenha interesse em decisão do agente público.

A outra medida consiste na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a administração pública.

Em vigor a partir de 28 de janeiro de 2014, representa importante ferramenta no combate a atos lesivos praticados em benefício ou interesse de empresas, ao prever a imposição de fortes penalidades, como multa que pode alcançar o valor de 20% do faturamento bruto da empresa e a dissolução compulsória da empresa infratora.

Essa lei também tem papel relevante na promoção da ética e integridade no setor privado, ao considerar, no momento de aplicação das sanções, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia. Para aprofundar tais avanços no marco legal brasileiro, foram desenvolvidos esforços para a regulamentação da Lei e capacitação de órgãos e instituições responsáveis pela investigação e persecução de atos de corrupção e suborno transnacional, incluindo a troca de

experiências com outros países, como os Estados Unidos, que atuam nesse tipo de atividade em razão da lei americana Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, a CGU mantém ainda o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética). Em 2013, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro.

Das nove instituições avaliadas, três foram admitidas no Pró-Ética, composto atualmente por 17 empresas de grande porte, tanto do setor público, quanto do setor privado, cuja lista se encontra disponível em [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br).

O último trimestre de 2013 foi marcado pelo avanço na parceria com o Sebrae Nacional para o fomento de projetos e ações voltados à integridade nas micro e pequenas empresas.

No plano internacional, a CGU manteve em 2013 o acompanhamento sistemático relativo ao cumprimento das três principais Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: i) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU)); ii) a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA)); e iii) a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)).

A Controladoria-Geral da União (CGU) responde pela coordenação da participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Corrupção em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (*working group on bribery*), responsável pelo monitoramento quanto à aplicação efetiva das obrigações internacionais assumidas pelos Estados-partes.

Em 2013, durante a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, o Brasil finalizou o processo de avaliação de Trinidad e Tobago, da qual participou como integrante do subgrupo de análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento (Mesicic). Em 2014, integrará o subgrupo de análise do Suriname, procedendo à avaliação do questionário e à visita in loco, juntamente com o Paraguai.

Ainda no âmbito internacional, a CGU participou da I Reunião Especializada de Ministros e Altas Autoridades de Prevenção e Luta contra a Corrupção da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), contribuindo na elaboração da declaração de Santa Cruz de la Sierra, a ser ratificada pelas partes, na qual estão previstas medidas importantes a exemplo do desenvolvimento de princípios comuns que impeçam o ingresso nos territórios de agentes públicos e particulares sancionados ou processados por corrupção. Na região Latino-americana e Caribenha, colaborou ainda com El Salvador na criação de portais de transparência e com a Colômbia para criação de cadastros de empresas comprometidas com relações éticas.

Por fim, o Brasil se fez representar na 5ª sessão dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Uncac), realizada em novembro de 2013 na Cidade do Panamá, e se prepara para finalizar a sua avaliação no marco do Mecanismo para a Revisão da Implementação da referida convenção.

Ainda no plano global da Uncac, o governo brasileiro esteve presente em cooperação com o governo da Tunísia a fim de compartilhar as experiências brasileiras com transparência de gastos e combate ao conflito de interesses, e em evento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para exposição do Cadastro Pró-Ética como ferramenta de estímulo à integridade no setor privado.

A CGU também investe nas gerações futuras por meio de ações de educação para a ética e a cidadania. O Concurso de Desenho e Redação da CGU, por exemplo, mobilizou mais de 1 milhão e setenta e oito mil alunos em suas cinco edições. Em 2013 foi lançada, em parceria com o UNODC, a sexta edição do concurso, cujo tema é "Acesso à Informação: um Direito de Todos".

A CGU também coordena o projeto "Um por todos e todos por um!" em parceria com o Instituto Maurício de Sousa, que promove a difusão de conceitos de ética e responsabilidade social por meio de materiais didáticos voltados a professores e alunos na faixa etária de seis a 10 anos contendo os personagens da Turma da Mônica.

Em 2013, foram iniciados os procedimentos licitatórios e estabelecidas parcerias com o Ministério da Educação (MEC), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Serviço Social da Indústria do estado do Mato Grosso (Sesi-MT) para ampliar o alcance do projeto em sua nova etapa.

Com o propósito de sensibilizar e instrumentalizar conselheiros, sociedade civil organizada, estudantes e cidadãos para o exercício do controle social a CGU criou, em 2003, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público.

A fiscalização cidadã sobre a aplicação dos recursos públicos é estimulada em capacitações técnicas presenciais, instrução para a participação social, estabelecimento de canais interativos e outros mecanismos que viabilizem a mobilização para a participação cidadã.

A atual fase do programa prevê a reformulação ou incorporação de ações, como o Encontro de Conselheiros e o Dia Internacional contra a Corrupção, além da criação de novas atividades, como a disseminação e distribuição de conteúdos multimídia.

Em 2013, foram realizados eventos piloto do Olho Vivo em Londrina/PR e Rio de Janeiro/RJ, alcançando 501 participantes. Estas ações contaram com programação reformulada, que inclui oficinas direcionadas à população e a servidores públicos, além de mesa redonda sobre a importância do controle social e vistorias para verificar a aplicação dos recursos públicos na localidade.

Já no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública (FGP), são realizadas ações de capacitação presencial e à distância para agentes públicos municipais, além de distribuição de acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública.

Apenas em 2013, o quantitativo de pessoas treinadas chegou a 3.926 em 328 localidades.

Desde o início do Programa, 17.907 agentes de 1.505 Municípios receberam as capacitações presenciais. Já em relação à educação a distância, foram 17.839 agentes capacitados entre 2011 e 2013, em cursos realizados pela Escola Virtual CGU e em parceria com outras escolas de governo.

#### CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA (FGP)

ANO	AÇÕES	MUNICÍPIOS	AGENTES CAPACITADOS	MUNICÍPIOS POR AÇÃO	AGENTES POR AÇÃO
2006	5	9	256	1,8	51,2
2007	22	94	1.115	4,3	50,7
2008	21	131	1.404	6,2	66,9
2009	40	342	3.711	8,6	92,8
2010	55	343	4.400	6,2	80,0
2011	25	96	1.214	3,8	48,6
2012	26	162	1.881	6,2	72,3
2013	33	328	3.926	9,9	119,0
<b>TOTAL</b>	<b>227</b>	<b>1.505</b>	<b>17.907</b>	<b>6,6</b>	<b>78,8</b>

Fonte: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção.

Por sua vez, a iniciativa 02D3 – Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, integrante do objetivo 0605 do PPA, foi executada, ao longo de 2013, com foco na integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal, por meio da execução de diversas ações em torno do tema, incluindo a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Assim, dando continuidade às ações de integração e coordenação das atividades das ouvidorias do Poder Executivo Federal, foi realizada em março de 2013, em Brasília, a Reunião Geral de Ouvidorias com a presença de 220 representantes de ouvidorias públicas.

O foco foi direcionado para a apresentação e discussão das diretrizes para a criação do marco legal para o Sistema Federal de Ouvidorias. Além do evento em plenário, os participantes foram direcionados para oficinas temáticas, onde foram debatidos os pontos sensíveis para a regulamentação do sistema.

Cabe ressaltar que, ao longo de 2013, a ação de Regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias foi desenvolvida com objetivo de aprimorar o marco legal que conforma o desempenho das atividades de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal.

Os esforços foram concentrados com vistas à criação de um sistema estruturador do Governo Federal, específico para o desempenho da função Ouvidoria, abarcando, inclusive, a confecção de uma minuta de decreto sobre o tema.

Os passos seguintes foram dados com a participação das ouvidorias de diversos órgãos no aprimoramento da referida minuta, sendo o documento preliminar divulgado à sociedade, em consulta pública, conduzida em parceria com o Ministério da Justiça, por meio da Internet, no período de maio a junho

de 2013. A proposta encontra-se em análise pelos órgãos competentes. Para a melhoria da interlocução entre o Estado e a sociedade, ao longo de 2013, foi executada a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco), cujo objetivo é a capacitação e formação em ouvidoria. Foram oferecidos cursos na modalidade Educação à Distância (EAD), com a disponibilização de dois módulos, totalizando 240 horas-aula. Ao longo do ano, foram realizadas 358 inscrições nos diversos cursos ofertados na modalidade a distância.

Na seara da política de capacitação, em 2013, foram também realizadas duas oficinas com a participação das ouvidorias. A primeira oficina, denominada “A Ouvidoria Pública como instrumento de participação social”, procurou atender aos questionamentos de ouvidores a respeito das manifestações populares que ocorreram em todo o País, em junho de 2013. A segunda, “Mediação em Ouvidoria”, debateu as diretrizes para a compreensão da mediação especificamente nas ouvidorias.

Ainda sob o tema ouvidoria, cabe ressaltar outra iniciativa importante, denominada Projeto Caravanas das Ouvidorias: Rumo ao Sistema Participativo. O evento foi realizado em cinco capitais representativas de todas as regiões do País, em parceria com Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR e com o apoio do Departamento de Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde (Doges/SUS) do Ministério da Saúde.

O objetivo foi proporcionar um ambiente de disseminação de informações, com foco na troca de experiências e em vivências acerca da realidade regional das ouvidorias públicas brasileiras, dos conselhos, das conferências e de outros institutos de participação social, bem como apresentar e debater a minuta de regulamentação do Sistema Federal de Ouvidorias, como resultado da Reunião Geral de Ouvidorias realizada em março de 2013.

#### PROJETO CARAVANAS: RUMO AO SISTEMA PARTICIPATIVO

Local	Período	Quant. participantes
Cuiabá/MT	24 e 25/07/2013	194
Porto Alegre/RS	4 e 05/09/2013	235
Salvador/BA	25 e 26/09/2013	182
São Paulo/SP	23 e 24/10/2013	155
Manaus/AM	27 e 28/11/2013	136

Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR – fevereiro de 2014.

Sob o aspecto da prevenção contra a inadequada prestação de serviço público, a CGU recebeu, mediante documentos eletrônicos e atendimentos presenciais, 11.505 demandas provenientes de pessoas naturais e jurídicas, sendo 9.676 (84,1%) foram classificadas como denúncias, notadamente relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social, e 1.829 (15,9%) como manifestações de ouvidoria, englobando reclamações, elogios e sugestões.

Adicionalmente, o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU recebeu e deu tratamento a 1.388 pedidos de acesso à informação, os quais foram respondidos no prazo médio de 16 dias.

Com o objetivo de apoiar a permanente melhoria dos processos de trabalho das unidades de ouvidorias públicas, a CGU disponibilizou, em 2013, o terceiro volume da Coleção Ouvidoria-Geral da União (OGU) – conjunto de publicações

elaboradas pela Controladoria e voltadas para a melhoria dos processos, que busca disseminar informações para o aprimoramento do atendimento nas unidades de Ouvidoria Pública, tendo em vista a excelência e a humanização do atendimento ao cidadão.

Com a vigência da Lei de Acesso a Informação, a Controladoria-Geral da União tornou-se competente para analisar e julgar recursos em face da negativa de acesso à informação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

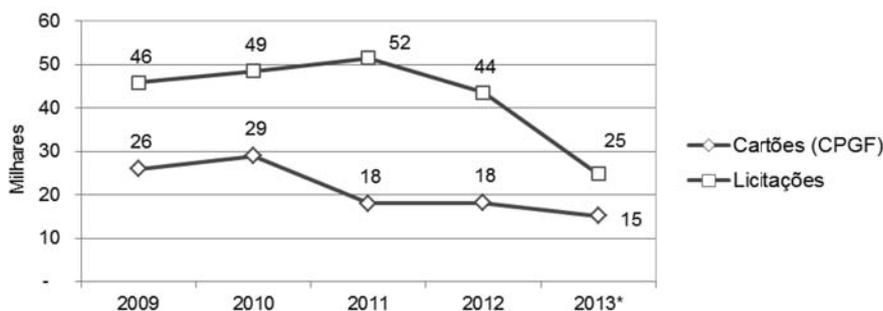
Do total de 1.223 recursos direcionados para a CGU em 2013, 390 tiveram solução favorável ao solicitante da informação, sendo 217 recursos atendidos antes do julgamento, por força da reconsideração do órgão recorrido, e os demais 173, julgados e providos.

De outro modo, 833 recursos tiveram solução desfavorável ao solicitante, sendo que, desses, 216 não ultrapassaram

o juízo de admissibilidade (recurso não reconhecido) por não atenderem os pressupostos recursais básicos e 617 foram julgados e desprovidos, mantendo-se a decisão do órgão recorrido porque suas razões de negativa estavam respaldadas pela Lei.

Em sintonia com sua missão institucional, a CGU trabalhou na prevenção da corrupção e no aprimoramento da gestão pública, em 2013, por meio do Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade especializada no monitoramento dos gastos públicos.

As atividades concentraram-se em projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com cartões de pagamento, diárias e passagens e terceirização. Para os dois primeiros temas, para efeito de exemplo, durante o ano foram gerados mais de 40 mil alertas de transações atípicas em mais de 40 trilhas de auditoria, conforme demonstra o gráfico seguinte:



Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas.  
\* dados até out/2013

Além dos monitoramentos sistemáticos, o ODP desenvolveu novos projetos que ganharam destaque ao longo do ano. O primeiro deles tratou de desenvolver uma ferramenta - o Portal ODP - para distribuir as análises de gastos produzidas pelo ODP para os gestores públicos como forma de apoiar as suas tomadas de decisão e de contribuir para a melhoria da gestão governamental.

Outro projeto - o Banco de Preços - consistiu em elaborar metodologia para cálculo dos preços médios pagos pela Administração Pública Federal em produtos de uso comum com o intuito de se identificar boas práticas de compra entre os Órgãos da administração pública e também compras de produtos por valores atípicos.

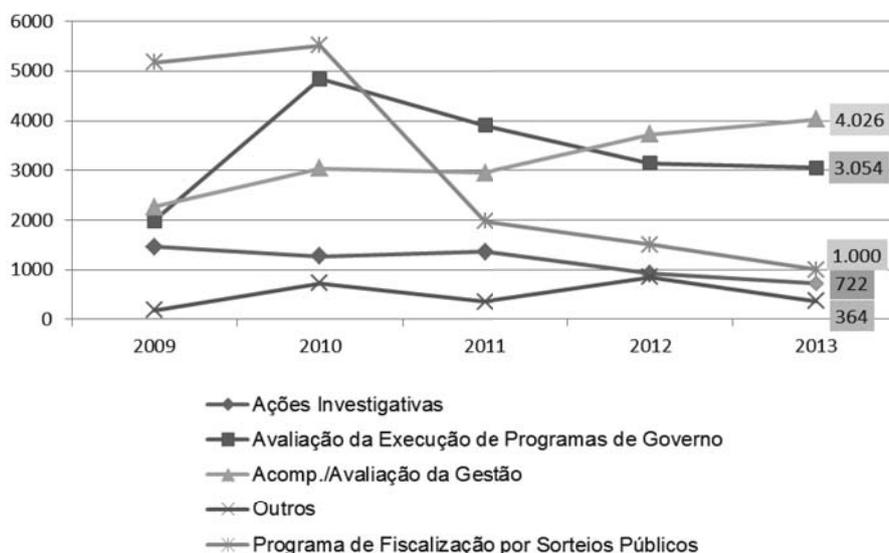
Esse projeto recebeu o Prêmio do Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública (Conip) 2013, na categoria de melhor Sistema de Informações Gerenciais e Geográficas. Também em 2013 foram concluídas as implantações de duas

unidades similares ao ODP (chamadas de ODP.nano) nos Estados de Santa Catarina e Bahia. O projeto, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pela CGU, previu a criação dessas unidades como forma de fortalecer o controle interno no nível dos governos estaduais.

Na seara do Controle Interno, visando fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação dos serviços públicos, a estratégia de atuação da CGU foi implementada sob quatro linhas de atuação: i) avaliação da execução de programas de governo; ii) avaliação da gestão dos administradores; iii) ações investigativas; e iv) orientação preventiva aos gestores públicos.

Ao longo do exercício de 2013, foram realizadas mais de nove mil auditorias e fiscalizações que contribuíram para o aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas. O gráfico a seguir, apresenta a evolução das ações de controle no período de 2009-2013.

**AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2009 A 2013**



Fonte: Secretaria-Federal de Controle Interno - Sistema Novo Ativa

Por meio da atividade de Avaliação da Execução de Programas de Governo, realizou-se 56 avaliações de políticas públicas. Foram publicados 17 Relatórios de Avaliação (disponíveis em [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)), abrangendo, dentre outras, as seguintes políticas públicas: Instalação, Reformulação e Reformas das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Gratuidade do Sistema S; Postos de Pesagem de Veículos; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Pagamento de Aposentadorias e Pensões; Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e Programa de Integração do Rio São Francisco.

Em 2013, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, o qual se encontra na 38ª edição, com 2.084 fiscalizações em Municípios envolvendo recursos federais de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

No âmbito da Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos, que envolve atividades relacionadas à comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram realizadas auditorias anuais de contas em 532 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e aproximadamente de 1.700 auditorias que permitiram o monitoramento constante da gestão, bem como o aprofundamento oportuno em pontos específicos por meio de 765 auditorias ou fiscalizações.

Destaca-se, também, o trabalho da CGU no acompanhamento de 62 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional, por meio da realização de 169 auditorias; na realização de auditoria em mais de dois mil processos de tomadas de contas especiais, em sua grande maioria

certificada e encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, com potencial retorno aos cofres do Tesouro na ordem de R\$ 2,5 bilhões; e na análise de mais de 98 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.

Importante ressaltar, também, as ações investigativas, realizadas ao longo de 2013, dentre as quais destacam-se :

- auditoria especial no Ministério das Comunicações;
- auditoria nos processos de credenciamento de empresas de vistoria e inspeção veicular no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito;
- auditoria especial em 25 termos de parceria firmados pelo Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); e
- investigação de mais de 600 denúncias e representações, nas quais foram fiscalizados 240 Municípios.

Ao longo de 2013, a partir de parcerias estabelecidas entre a CGU e diversos órgãos e entidades públicas, foram realizadas 16 operações especiais de investigação que contaram com a participação da CGU: Operação Paralelo 31-S (RS); Operação Pau-Brasil II (RO); Operação Premier (PB); Operação Cactus (CE); Operação Sangue Frio (MS); Operação Pronto-Socorro (PE); Operação Martelo (AM); Operação Queops (BA); Operação Confictus (AP); Operação 8.666 (RO); Operação Pau-Brasil (RO); Operação 1905 (SP); Operação Teto de

Vidro (MS); Operação Sinapse (PR); Operação Esopo (MG); Operação Cabipe (AL).

Por meio de procedimentos de orientação e capacitação, fortaleceu-se o controle preventivo, com valorização das iniciativas de interação com os gestores públicos federais de forma a promover a melhoria da gestão de recursos públicos. Na linha de orientação preventiva aos gestores públicos, foram distribuídos manuais e cartilhas sobre diferentes temas, e capacitados mais de 11 mil servidores públicos federais.

Embora muitos dos benefícios decorrentes das linhas de atuação do controle interno não possam ser quantificados, foi possível contabilizar, em 2013, benefícios financeiros na ordem de R\$ 2,7 bilhões e um quantitativo de 139 benefícios não financeiros.

Dentre os benefícios resultantes das recomendações expedidas pelo controle interno, destacam-se:

#### BENEFÍCIOS FINANCEIROS RESULTANTES DAS AÇÕES DE CONTROLE

Ministério	Valor do Benefício (R\$ milhões)	Benefício Financeiro
Ministério da Fazenda	805,0	Alteração da Portaria MF nº 479, de 29/12/2000, pela Portaria MF nº 393, de 19/12/2012, o que ensejou a redução no valor das tarifas pagas às instituições financeiras para prestação de serviços de arrecadação de receitas federais, proporcionando uma economia anual de cerca de R\$ 161 milhões (R\$ 805 milhões em 5 anos).
Ministério dos Transportes	753,1	Revogação do Edital DNIT nº 162/2011 para construção e operação de 161 novos postos de pesagem veicular, sendo 94 fixos e 67 móveis. A revogação do certame foi recomendada com base na identificação de irregularidades no edital; além disso, a modelagem proposta não atenderia ao Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem (PDNEP). A Autarquia reconheceu a falência do modelo de pesagem então proposto, portanto a licitação do objeto neste modelo não era necessária.
Diversos Ministérios	442,2	Suspensão de benefícios decorrente do acompanhamento da folha de pagamento do Poder Executivo Federal por trilhas de auditoria de pessoal.
Ministério da Previdência Social	426,9	Cessação do pagamento de benefícios apontados pela CGU com indícios de concessão ou manutenção irregulares.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

Dentre os benefícios não financeiros, destacam-se:

#### BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS RESULTANTES DAS AÇÕES DE CONTROLE

Ministério	Benefícios Não Financeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Elaboração do Plano Nacional de Fiscalização do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e de procedimentos de acompanhamento e supervisão do PAA pelas Superintendências Regionais.
Ministério da Ciência e Tecnologia	Cancelamento do Edital nº 2/2013, Processo Seletivo - CT 2/2013, publicado no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2013, referente à contratação de consultor modalidade produto na área de direito para execução de atividades de atribuição da Advocacia-Geral da União (AGU).
Ministério da Educação	Aprovação pelo Conselho de Administração da Universidade de Brasília (CAD) da Resolução nº 0050/2013 que regulamenta o processo de implementação e avaliação da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos-administrativos em educação da Universidade de Brasília, revogando a Resolução nº 07/2011.
Ministério da Fazenda	Estabelecimento de rotina pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para verificação de créditos ilegalmente baixados em processos de extinção da Dívida Ativa da União por adjudicação de bens, para sanear as irregularidades encontradas pela CGU.
Ministério da Integração Nacional	Publicação da Portaria MI nº 274, de 3 de julho de 2013, que altera a Portaria MI nº 607, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), tornando-se possível ao Ministério da Integração Nacional a abertura da conta do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), em nome dos entes federados, junto à agência bancária em que estes já mantenham conta de relacionamento com a instituição financeira oficial federal responsável pela operacionalização do CPDC.
Ministério da Justiça	Edição de Decreto que alterou a forma de cálculo da remuneração para fins de concessão da Bolsa-Formação, tornando-o mais objetivo e de fácil execução.
Ministério da Previdência Social	Conclusão do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), que permitirá a interoperabilidade com sistemas de diversos órgãos públicos, com o objetivo de identificar óbitos de titulares de benefícios previdenciários e assistenciais administrados pelo INSS e promover a devida cessação.
Ministério da Saúde	Publicação do Manual de Normas e Orientações para a Cooperação Técnica Internacional com a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde (Opas/OMS), em decorrência da identificação, obtida em Auditorias de Recursos Externos, de impropriedades e irregularidades nos projetos de Cooperação Técnica Internacional.
Ministério das Cidades	Introdução de mecanismos de transparência na Portaria MCidades nº 262/2013, que estabelece regras e procedimentos para propostas selecionadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Grandes Cidades) que pretendam utilizar Parceira Pública Privada (PPP).
Ministério das Comunicações	Publicação da nova versão do Manual do Correio Internacional (Manint), aprimorando os controles afetos aos acordos internacionais.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Desenvolvimento de indicadores de desempenho pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de forma a possibilitar o acompanhamento da Ação Fundo Garantia-Safra e auxiliar na tomada de decisões gerenciais.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Publicação da Portaria MDS nº 60, de 18/2/2013, que disciplinou a substituição dos titulares, quando de sua ausência, na elaboração dos pareceres e demais documentos formulados pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato (CFACC) referente à operacionalização do Programa Bolsa Família.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Publicação pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, buscando alinhar suas contratações de tecnologia da informação com seu plano estratégico, em atendimento à recomendação da CGU.
Ministério do Esporte	Publicação do Edital de Nova Chamada Pública para seleção de projetos a integrarem a Programação Oficial do Governo Federal na Promoção do Brasil pela realização da Copa de 2014 - Plano de Promoção do Brasil, por meio da Resolução Gecopa nº 05, de 11/04/2012, em substituição ao antigo edital com impropriedades constatadas.
Ministério do Meio Ambiente	Publicação da Instrução Normativa nº 10, de 07 de dezembro de 2012, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas, contendo a definição de parâmetros mais objetivos para definição dos valores das multas, em função do diagnóstico da CGU da existência de uma excessiva discricionariedade na mensuração do valor da multa pelo fiscal ambiental.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Atuação preventiva sobre o edital licitatório nº 25/2013, gerando correção de especificações incorretas que resultariam em contratação com prejuízo para a administração pública.
Ministério do Turismo	Elaboração e publicação de Manual de Procedimentos de Publicidade para aprimorar o controle primário dos contratos de publicidade firmados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).
Ministério dos Transportes	Aplicação de punição a quatro servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) por envolvimento em irregularidades contra a Administração Pública, após conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado em virtude das constatações identificadas em auditoria especial.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

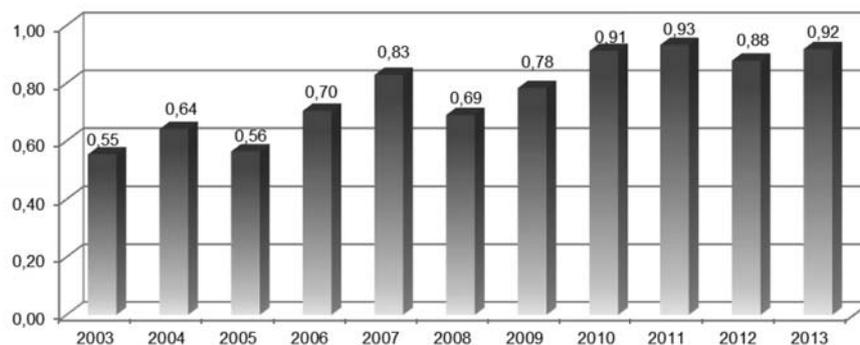
Cumprindo sua missão de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete à CGU, dentre outras atribuições, apurar diretamente ilícitos disciplinares, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, coibir atos ímprobos nas relações entre pessoas jurídicas e a Administração Pública e atuar nas áreas de normatização e orientação sobre direito disciplinar.

No ano de 2013, em todo o Poder Executivo Federal, as responsabilizações administrativas de agentes públicos estatutários por práticas irregulares culminaram com a

aplicação de 529 apenações expulsivas, traduzidas em 429 demissões, 51 cassações de aposentadoria e 49 destituições de cargos em comissão. No âmbito da CGU, que conduz os processos de maior relevância e criticidade, foram instaurados 46 procedimentos administrativos disciplinares e aplicadas 38 penalidades expulsivas.

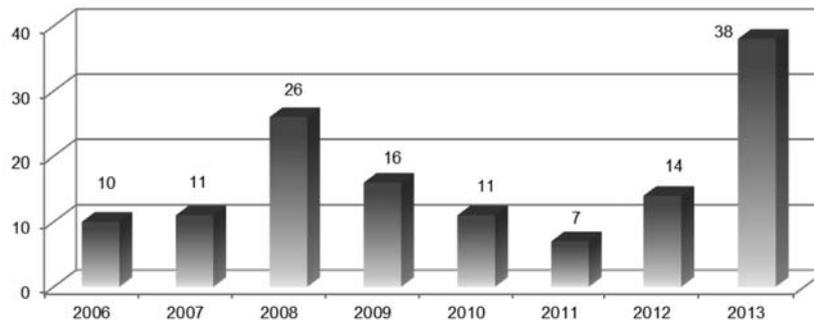
Nesse mesmo período, foram realizadas 32 inspeções correcionais e instaurados 330 processos de acompanhamento de procedimentos disciplinares conduzidos pelos órgãos da administração direta e indireta.

#### PENALIDADES EXPULSIVAS APLICADAS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL POR MIL SERVIDORES



Fonte: Corregedoria-Geral da União.

#### PENALIDADES EXPULSIVAS APLICADAS PELA CGU



Fonte: Corregedoria-Geral da União.

Com o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, a Corregedoria-Geral da União (CRG) foi contemplada com a criação de duas Coordenações-Gerais diretamente vinculadas à área de correição da CGU: a de Monitoramento de Processos Disciplinares (CMPAD) e a de Responsabilização de Entes Privados (Corep).

A CMPAD visa acompanhar a fase de inquérito dos feitos disciplinares, tendo como objetivo dar celeridade à condução processual mediante a segregação de funções finalísticas e intermediárias, padronização de procedimentos e ritos, e especialização das funções desenvolvidas pelos membros de Comissões Disciplinares.

Ao mesmo tempo, a ampliação do uso de videoconferência nos processos disciplinares conduzidos diretamente pela CGU, além de torná-los mais céleres, promoveu a economia estimada de R\$ 754.920,00 em 17 meses de utilização, considerando-se apenas o não desembolso de diárias e passagens para a realização de oitivas e interrogatórios em outras unidades da federação.

A Corep, por sua vez, é responsável por instaurar ou recomendar a instauração de processos administrativos que tenham por objeto a apuração de responsabilidade de entes privados decorrente de sua relação com a administração pública.

Registre-se que esta coordenação, desde dezembro de 2007, na sua configuração anterior como Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), já responsabilizou

administrativamente 26 empresas, subsidiando a imposição, pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por meio da Corep, a CGU é responsável pela gestão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis), que congrega informações sobre punições administrativas aplicadas a pessoas físicas e jurídicas, cujos registros até o final de 2013 totalizavam 5.584 penalidades aplicadas a empresas.

É oportuno ressaltar que no ano de 2013 cinco novos Estados aderiram ao CEIS, fazendo com que no aludido cadastro constem atualmente informações acerca de 21 unidades da federação. As informações estão disponíveis para consulta na Internet em [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br).

Visando o fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor-PEF) no que se refere à orientação sobre direito disciplinar, a CGU oferece anualmente dezenas de turmas presenciais do treinamento para membros de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar.

Em 2013, foram capacitados cerca de 1.500 servidores públicos federais. Outra medida que tem como escopo o fortalecimento do SisCor-PEF é o fomento à criação de novas unidades seccionais de corregedorias, como as dos Ministérios da Fazenda e da Saúde e a da Casa da Moeda do Brasil, que foram criadas em 2013.

#### 4.4. SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SMPE/PR)

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR), criada pela Lei n.º 12.792, de 28 de março de 2013, tem por finalidade precípua a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato.

Como primeiro compromisso institucional, a Secretaria tem como incumbência eliminar os entraves que impedem o crescimento das micro e pequenas empresas (MPE) no Brasil, segmento que corresponde a 99% do total de empresas do País e ocupa mais de 50% dos trabalhadores brasileiros. Para tal fim, a partir de suas competências e utilizando a metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES), foram fixados dois objetivos centrais para sua atuação: i) reduzir o custo para abertura e baixa de empresas; e, ii) apoiar o aumento da lucratividade dos pequenos negócios.

Buscando o alcance desses objetivos, a SMPE firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do Portal Empresa Simples. A implantação do Portal permitirá, entre outras funcionalidades, o estabelecimento de processo simplificado de abertura e legalização de empresas, com o qual será possível obter todas as autorizações necessárias mais rapidamente, efetivando, assim, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

A Redesim é um sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário.

Com a implantação do Portal Empresa Simples, também serão oferecidas soluções de apoio à competitividade empresarial, como a praça eletrônica de negócios, que auxiliará micro e pequenas empresas na catalogação de seus produtos, identificação de oportunidades de negócios, obtenção de crédito e acesso a mercados, à inovação e a certificações, bem como à justiça e a ferramentas de gestão.

Em 2013, foram abertas 522 mil empresas de todos os portes, exceto microempreendedores individuais, assim como processadas 1,7 milhão de alterações e 200 mil extinções, conforme registrado pelas Juntas Comerciais de todo o País. Importante ressaltar que houve redução de 7% nas extinções de empresas em relação a 2012.

O número de microempreendedores individuais (MEI), por sua vez, atingiu 3.659.781 beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, superando em 8,3% a meta de registros. Desses, 33% são pequenos negócios do comércio. Em relação a 2012, foi verificado o crescimento de 37% no número de MEI.

##### 4.4.1. Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas

A SMPE é responsável pelos Objetivos do Programa 2047 - Micro e Pequenas Empresas inserido no Plano Plurianual

- PPA 2012-2015, denominado de Plano Mais Brasil. As ações da SMPE no ano de 2013 foram direcionadas ao alcance de: i) melhorias nos mecanismos fiscais, creditícios e regulatórios; ii) uso do poder de compra do setor público; iii) apoio continuado à inovação e evolução tecnológica; iv) fortalecimento e aproveitamento das vocações regionais e locais.

**Objetivo 0836 – Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento**

A Lei Geral das MPE (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006) tornou realidade o tratamento favorecido e diferenciado para os pequenos negócios, previsto no artigo 179 da Constituição Federal. Além do Simples Nacional, criou diversos outros instrumentos de favorecimento, como o regime de inscrição e baixa simplificado e integrado, acesso às compras públicas, ao crédito, à inovação, ao associativismo, entre outros.

A SMPE participou de seminários regionais em vários Estados e na Câmara dos Deputados, a convite da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 237, de 2012, que altera a Lei Geral das MPE com o objetivo de debater as propostas de aprimoramento, que incluem a ampliação do alcance do Simples Nacional e medidas de racionalização.

**Objetivo 0837 – Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda**

Em 2013, os seguintes resultados foram obtidos no âmbito deste Objetivo:

- Celebração do contrato com o Serpro para o desenvolvimento do Portal Empresa Simples, que conforme exposto anteriormente, contemplará um conjunto de soluções de apoio à competitividade empresarial;
- Realização do III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada a proposta brasileira de criação

do Simples Internacional, proposta pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas;

- Realização de atividades de capacitação de empreendedores individuais que atenderam conjuntamente 4.000 pessoas;
- Apoio à participação de artesãos em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas 191 mil peças, com faturamento aproximado de 3,25 milhões;
- Realização de atividades do Plano Nacional de Capacitação de Artesãos/Multiplicadores em três unidades da federação, que promoveu a formação de 80 multiplicadores da metodologia;
- Aquisição e doação aos Estados de 27 impressoras da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual no âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e a Secretaria de Política para Promoção da Igualdade Racial com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola, durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Aquisição de 27 caminhões para doação às Coordenações Estaduais, dando continuidade ao processo de inclusão econômica e social do artesão brasileiro; e
- Celebração de parceria com o Ministério da Cultura, que viabilizará espaços de comercialização nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, que contarão com a participação de artesãos de todos os Estados.

**Objetivo 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais**

No âmbito do Objetivo 0838 foram concluídas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, sobre o tema pequenas empresas, que envolveram a produção de estudos dos

temas capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e “anjos de investimentos”, com a finalidade de identificar boas práticas na União Europeia que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas para o setor empresarial.

**Objetivo 0839: Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado**

Um acordo de cooperação técnica firmado entre a SMPE e o Senado Federal, por meio do Programa Interlegis/ILB, vai permitir o acesso ao amplo acervo do Portal LexML, que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil. Uma cartilha com normas e procedimentos, com exemplos prontos de proposições legislativas, foi lançada como parte do acordo.

O interesse da Secretaria em aproveitar a rede já montada pelo Programa Interlegis com Câmaras e Assembleias visa atingir um maior número de legisladores, que são corresponsáveis pela implementação dos mecanismos previstos no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e, ainda, criar, no âmbito do portal da Rede de Informação Legislativa e Jurídica, também conhecida como “LexML”, uma ferramenta que permita a indexação de endereços de toda a legislação brasileira sobre micro e pequenas empresas. A ideia é simplificar o acesso ao conjunto de leis aplicáveis aos pequenos empresários.

Quanto ao Programa 2023 (Comércio e Serviços), importante ressaltar que a formalização de empresas no País tem como porta de entrada o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e tem continuidade com inscrições nos órgãos fazendários federal, estaduais e municipais, obtenções de licenciamentos sanitário e ambiental, assim como de alvarás de localização e funcionamento municipal e do corpo de bombeiros, dentre outros.

Nesse contexto, o desafio é promover a integração dos serviços de registro com os dos órgãos responsáveis pelo processo de legalização de empresas, em especial com os daqueles integrantes da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), de forma que a abertura, alteração e encerramento de empresas seja um processo bastante acessível, ágil e fácil para os empreendedores. A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2047 – Micro e Pequenas Empresas:

**PROGRAMA 2047 – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Programa 2047 – Micro e Pequenas Empresas	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0836	0,00	537.470,00
	0837		
	0838		
	0839		
RPNP (2)		0,00	0,00
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>537.470,00</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi Gerencial, extração em 21/01/2014.

**4.4.2. Programa 2023 – Comércio e Serviços**

**Objetivo 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios**

Foi desenvolvida em diversas Juntas Comerciais do País uma etapa prévia aos novos sistemas que suportarão a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim): um módulo informatizado que permite a integração com os Municípios para a resposta de viabilidade de localização, ou seja, confirmar se a atividade da empresa pode ser exercida no local pretendido.

Em parceria com o Sebrae Nacional, foram iniciadas operações nos Estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná. Além de facilitar o processo de registro nas Juntas Comerciais, essas operações prepararam as equipes técnicas para a execução dos novos processos de trabalho associados aos sistemas de integração que serão disponibilizados com a criação do Portal Empresa Simples, em operação prevista para meados do segundo semestre de 2014.

A Junta Comercial do Distrito Federal, a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal, já unificou os processos de abertura de empresa e de alteração do contrato social com o de inscrição estadual e atualização cadastral perante a Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal.

Em outra frente, com a colaboração das Juntas Comerciais de todo o Brasil, foi atualizado o normativo vigente sobre registro de empresas, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas e revogação de 39 atos, alguns superados há muitos anos pela edição de nova legislação. A

iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários dos serviços das Juntas Comerciais, aprimorando, por seu turno, os serviços públicos de registro.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), a SMPE participou da elaboração de Instrução Técnica para agilizar o processo de licenciamento de atividades empresariais de baixo risco e fixar medidas padronizadas de segurança contra incêndio e pânico perante os Corpos de Bombeiros estaduais. Suas vantagens são determinar claramente as obrigações dos empreendedores e eliminar a necessidade de vistoria prévia na maior parte dos estabelecimentos.

No que tange à execução orçamentária, conforme demonstrado nos quadros a seguir, do total de despesas liquidadas de R\$ 4.917.125,18, cerca de 89% ocorreram à conta da Ação 2031 – Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins, do Programa 2023 (Comércio e Serviços), com manutenção dos serviços indispensáveis ao funcionamento do Departamento de Racionalização e Integração (DREI) e da Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e, ainda, com a manutenção dos Sistemas Informatizados que atendem as demais 23 Juntas do Brasil.

Importante ressaltar que, das dotações orçamentárias transferidas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, em decorrência da criação da Secretaria em 2013, os valores liquidados registrados nos quadros abaixo são aqueles referentes a parcelas financeiras dos objetivos executados na SMPE-PR. Não foram transferidos valores incluídos em restos a pagar pelo MDIC.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2023 – Comércio e Serviços:

**PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Programa 2023 – Comércio e Serviços	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0822	0,00	4.379.655,18
RPNP (2)		0,00	0,00
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>4.379.655,18</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi Gerencial, extração em 21/01/2014.

**4.5. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)**

A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR) foi criada pela Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, convertida na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011.

As principais atribuições são a formulação, coordenação e supervisão das políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a coordenação dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil e a articulação com o Ministério da Defesa no que se refere à política de navegação aérea civil.

A SAC-PR possui como entidades vinculadas a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, estabelece como principal propósito “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”.

A política pública de aviação civil se fortaleceu com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), o qual destina os recursos para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

**4.5.1. Programa 2017 – Aviação Civil**

O transporte aéreo é um importante vetor de desenvolvimento, haja vista ser elemento de integração regional, permitindo acesso rápido a regiões isoladas, além de ser o meio mais rápido de transporte de pessoas e cargas em longas distâncias, fator de incentivo na realização de negócios.

O transporte aéreo é, portanto, fundamental para a transformação da dinâmica produtiva do País. Ressalte-se que a redução do preço médio das passagens juntamente

com o aumento da renda média dos brasileiros permitiu o acesso de novos segmentos da sociedade aos benefícios do transporte aéreo na última década.

O indicador utilizado para mensurar o aumento da demanda pelo transporte aéreo doméstico de passageiros – número de passageiros pagantes multiplicado pela quilometragem voada – apresentou incremento de 238% no período de janeiro a novembro de 2013 quando comparado ao mensurado no mesmo período de 2003.

O índice de ocupação das aeronaves, por sua vez, passou de 60,05% em 2003 para 75,84% em 2013. O crescimento médio do transporte aéreo desde 2003 representou mais de 3,5 vezes o crescimento médio do PIB brasileiro e mais de 14 vezes o crescimento médio da população no mesmo período.

Sob esse contexto, a concepção do Programa 2017 - Aviação Civil no Plano Plurianual 2012-2015 procurou endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas de maneira a ampliar os impactos positivos do setor para a economia e sociedade do País.

O Programa 2017 - Aviação Civil possui cinco objetivos, sendo que se optou por destacar três deles no presente relatório, quais sejam:

**Objetivo 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.**

O objetivo prima pela expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária brasileira, de modo a ampliar a capacidade de processamento de passageiros e de cargas até 2015. Busca, ainda, estimular a aviação regional e o estabelecimento de critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos.

**Objetivo 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.**

Este objetivo visa a garantir a segurança do transporte aéreo, a qual pode ser dividida em dois tipos: i) segurança

operacional ou de voo (*safety*) e ii) proteção contra atos de interferência ilícita (*security*).

**Objetivo 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.**

O objetivo possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, a elaboração do planejamento estratégico de longo

prazo para o setor, a revisão do marco legal, a elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, a elaboração de diagnósticos e a capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como o desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2017 – Aviação Civil:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2017 – AVIAÇÃO CIVIL**  
**R\$ 1,00**

Programa 2017 - Aviação Civil	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0083	1.133.722.360,00	1.593.793.410,56
RPNP (2)		2.933.734,33	26.838,15
Gastos Tributários		0,0	0,0
No Exercício (1)	0085	33.263.042,82	29.799.767,83
RPNP (2)		2.821.122,20	7.425.798,11
Gastos Tributários		0,0	0,0
No Exercício (1)	0086	0,0	2.939.126,25
RPNP (2)		0,0	0,0
Gastos Tributários		0,0	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>1.172.740.241,35</b>	<b>1.633.984.940,90</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi Gerencial em 15/01/14 e Infraero.

Observa-se, no quadro acima, execução orçamentária do Programa Aviação Civil, em 2013, superior em cerca de 39,3% em relação a 2012. Evidenciam-se os investimentos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que encerrou 2013 com execução de R\$ 1,04 bilhão, que representa um acréscimo de 45% em relação ao exercício de 2012. Outros fatores relevantes que contribuíram para o bom desempenho da execução dos investimentos em 2013 foram a execução das desapropriações de áreas no aeroporto de

Campinas; a retomada das obras do aeroporto de Goiânia; e a conclusão de projetos básicos e executivos com início das obras com destaque para os empreendimentos dos aeroportos de Foz do Iguaçu, Manaus, Florianópolis, Galeão, Confins, Cuiabá, Curitiba e Salvador. Nos quadros a seguir, estão demonstrados os níveis de realização das metas quantitativas dos Objetivo 0083, 0085 e 0086 do Programa 2017 – Aviação Civil.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0083**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013		
Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela Anac	Unidade	305 milhões	247.400.000	264.348.500	87%	Infraero e Concessionários
Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	Tonelada	2,4 milhões de toneladas	1.529.265	1.581.596	66%	Infraero e Concessionários

Em 2013 houve um acréscimo de 7% na capacidade de processamento de passageiros em relação ao ano de 2012, atingindo-se 87% da meta prevista para 2015. Esse desenvolvimento foi possível graças ao crescimento dos investimentos que provêm do financiamento pelo PAC nos terminais de passageiros e de cargas nos aeroportos da Infraero, bem como dos investimentos privados nos aeroportos concedidos.

Quanto à capacidade de processamento de cargas da rede brasileira de aeroportos para o ano de 2013, a capacidade foi de 1.581.596 toneladas, incremento de 3% em relação a 2012, o que equivale a 66% da meta para o ano de 2015. Além dos investimentos privados nos aeroportos concedidos, a Infraero incrementou sua capacidade de processamento sem aumentar a área destinada à armazenagem e movimentação, por meio de ganhos nos processos operacionais.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0085**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013		
Realizar 1.224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	Unidade	1224	2491	3886	317%	Anac
Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	Unidade	0,46	0,21	0,21	219%	Anac

No ano de 2013 realizaram-se 1.395 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar 3.886 itens fiscalizados nos anos de 2012 e 2013, o que equivale a 317% da meta estabelecida para 2015. Cabe ressaltar que, com a proximidade de grandes eventos no Brasil, a Agência tem

intensificado suas atividades de inspeção. A Agência enviou esforços para o estabelecimento de um padrão de segurança operacional elevado em empresas aéreas de transporte regular de passageiros, tendo atingido o índice anual de acidentes aeronáuticos de 0,21, ou seja, uma redução de 219% em relação à meta estabelecida.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0086**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013		
Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	Unidade	1900	391	1991	105%	SENAV/SAC-PR e ANAC
Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	Unidade	8	1	6	75%	SEAP/SAC-PR e ANAC

Em 2013 foram capacitados 1,6 mil profissionais da aviação civil, como pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária, bombeiros de aeródromos e entidades do setor que, somados aos 391 em 2012, proporcionaram o atingimento da meta proposta para o período.

Os resultados alcançados proporcionarão aos aeroportos regionais atendidos a possibilidade de operação de voos regulares, haja vista os requisitos obrigatórios de números mínimos de bombeiros de aeródromo em exercício nos aeroportos.

Além disso, as capacitações em nível gerencial têm o fito de proporcionar a melhoria dos serviços prestados nos aeroportos do interior do País e de qualificar profissionais que possam contribuir para o crescimento sustentável da rede de aeroportos regionais brasileiros.

Quanto à meta "Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo", foram realizados cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber: indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros; estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros que operam voo regular; modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais; e estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais; e estimativa de mix e movimentação de aeronaves para aeroportos regionais.

**Análise das Metas Qualitativas**

**Objetivo 0083 – Instituir o Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária: Foi publicada a Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013, que aprovou o Plano Geral de Outorgas (PGO).**

O PGO caracteriza-se por estabelecer diretrizes e modelos para exploração de aeródromos civis públicos. No plano, foram definidos cinco modalidades de exploração: concessão, autorização, pela Infraero ou suas subsidiárias, pelo Comando da Aeronáutica e por delegação a governos estaduais ou municipais.

**Objetivo 0086 – Atualização Marco Legal e Planejamento Estratégico**

Com objetivo de avaliar a atual situação da concessão de uso de áreas nos aeroportos brasileiros administrados pela Infraero e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do marco regulatório relativo a essas áreas, foi editada, em 27 de novembro de 2013, a Portaria SAC-PR nº 228, que "estabelece diretrizes para o aperfeiçoamento das regras de alocação de áreas nos aeroportos, bem como para a elaboração da política comercial da Infraero."

Ainda, encontra-se em fase de concepção o planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um plano de ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

**Outras Considerações Relevantes**

É importante ressaltar os avanços do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos. Durante o primeiro semestre de 2013, foi estruturado o marco regulatório para viabilizar a execução dos investimentos nos aeroportos regionais, que culminou nos seguintes atos normativos:

- Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013;
- Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, que regulamenta o Fundo Nacional de Aviação Civil;
- Portaria Interministerial MF/SAC nº 360, de 19 de junho de 2013, que estabelece a remuneração do Banco do Brasil S.A.; e
- Contrato SAC/BB nº 11, de 20 de junho de 2013.

Após a assinatura desse Contrato, a SAC-PR elaborou a projeção de demanda de passageiros e aeronaves para cada uma das 270 localidades/aeroportos regionais, que se constitui como uma das principais diretrizes para a definição dos investimentos nestes aeroportos.

Ao longo do segundo semestre de 2013, a SAC-PR autorizou o Banco do Brasil S.A. a contratar estudos, anteprojetos, projetos e serviços de engenharia para 270 localidades/aeroportos regionais, com objetivo de definir o escopo dos investimentos para cada aeródromo regional e a viabilizar a contratação e execução das obras e aquisição dos equipamentos aeroportuários e aeronáuticos nesses aeroportos.

Um importante marco para o setor estabeleceu-se em 22 de novembro de 2013 com o leilão de concessão do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, no Rio de Janeiro-RJ, e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins-MG.

O valor adjudicado para o aeroporto do Galeão foi de R\$ 19,02 bilhões, e para Confins, de R\$ 1,82 bilhão, equivalente a 3,5 vezes acima do valor mínimo de R\$ 5,9 bilhões definido pelo Governo para as duas concessões.

Assim como na primeira rodada, as concessões foram feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) em que se estabeleceu participação de 49% da Infraero, estipulando-se como principais responsabilidades a ampliação da infraestrutura e a gestão dos aeroportos.

A nova rodada trouxe alguns aprimoramentos com relação às concessões anteriores: exigiu-se que o operador aeroportuário comprovasse experiência em pelo menos um aeroporto com movimentação mínima de 22 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para o Galeão; e 12

milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para Confins. Além disso, o operador deveria deter pelo menos 25% de participação societária no consórcio vencedor.

Os prazos de concessão serão de 25 anos para o Galeão e de 30 anos para Confins. Essas exigências garantiram a participação de operadores de destaque no cenário internacional.

Os investimentos esperados para os dois aeroportos são de R\$ 9,15 bilhões, dos quais, R\$ 5,65 bilhões para o Galeão e R\$ 3,5 bilhões para Confins.

Esses investimentos preveem a ampliação dos terminais de passageiros, incluindo construção de novas infraestruturas e expansão das existentes, melhorias e construção de novas pistas de pousos e decolagens, além de novos estacionamentos e pátios para aeronaves.

Merece destaque, também, a publicação do Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 por meio da coordenação da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero).

O Manual auxiliou na coordenação e harmonização dos agentes atuantes nos aeroportos, de maneira a aperfeiçoar o funcionamento do setor durante o evento.

O documento é constituído por informações sobre demandas relativas ao evento, capacidade dos aeroportos, legislação pertinente, gerenciamento da operação e da infraestrutura, segurança e defesa, recursos humanos entre outras.

O Manual serviu como base para o que será publicado em 2014 voltado especificamente à Copa do Mundo FIFA 2014.

## 4.6. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR)

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) é responsável pela articulação e fomento de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos.

Suas principais atribuições incluem:

- propor políticas e diretrizes que orientem a promoção dos direitos humanos, bem como articular parcerias com os demais Poderes, Estados e Municípios, com a sociedade civil e organizações internacionais;
- coordenar a Política Nacional de Direitos Humanos segundo as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); e
- receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos humanos de grupos sociais vulneráveis, exercendo as funções de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

Para a execução de suas políticas, a SDH/PR conta com os seguintes programas no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2012-2015: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência e 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

### 4.6.1. Programa 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Em sintonia com a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduziu um novo paradigma normativo, entendendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem ser protegidas integralmente e constituir prioridade absoluta na formulação e execução de políticas públicas.

No entanto, ainda persistem desafios relacionados à efetiva garantia de direitos e ao acesso e qualidade dos serviços e equipamentos destinados a esse público, o que demanda ações destinadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares, à reestruturação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), à implantação de sistemas de informação na área da infância e da adolescência e à implementação de planos e políticas nas áreas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e convivência familiar e comunitária.

**Objetivo 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.**

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0259 DO PROGRAMA 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2062	Código do Objetivo	Valores Liquidados <sup>1</sup>	
		2012	2013
No Exercício	0259	R\$ 5.034.300,97	R\$ 6.536.521,43
RPNP		R\$ 27.667.819,55	R\$ 34.333.072,64
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 32.702.120,52</b>	<b>R\$ 40.869.594,07</b>

Fonte: Siasi Gerencial em 31/01/2014. RPNP: Restos a Pagar Não Processados.

<sup>1</sup>Valores executados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

#### METAS QUALITATIVAS

**Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersectorial.**

De 2003 a 2013, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (Pair) teve seu processo de implantação desenvolvido em 73 Municípios com população acima de 300 mil habitantes. A implantação alcançou os 26 Estados mais o Distrito Federal, correspondendo a 100% da abrangência nacional. Importante destacar ainda que o Pair está implantado nas sete cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos os Municípios

contemplados são localidades que serão afetadas pelo fluxo (seja de turismo ou de grande deslocamento para a capital) relacionado à Copa do Mundo de FIFA 2014.

**Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo.**

Em 2012 e 2013, houve cinco reformas e ampliações (Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul), duas novas unidades construídas (São Paulo e Santa Catarina) e quatro novos convênios formalizados para a construção de unidades novas (Goiás e Ceará). Com os recursos orçamentários do Objetivo 0259, foram ainda executadas metas referentes ao Objetivo 0260 (Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade). São elas:

Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos mil Municípios com menos Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, computador, telefone e meio de transporte.

Até 31 de dezembro de 2013, 901 Municípios foram contemplados com 1.122 kits de equipagem (veículo, refrigerador, bebedouro, cinco computadores e impressora multifuncional).

A meta descrita no PPA 2012-2015 (restrita a Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com IDI e IDH baixos) foi reavaliada e ajustada em razão da liberação de emendas parlamentares destinadas a Municípios que não estavam originalmente contemplados na descrição da meta, além do atendimento a outros critérios como a priorização de cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014; e

**Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância.**

Atualmente, há 16 Escolas de Conselhos implantadas.

#### **4.6.2. Programa 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência**

O Programa visa o apoio a projetos e execução de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com foco na acessibilidade, na segurança e autonomia dessas pessoas, na implantação de serviços de atendimento, no fomento às políticas de tecnologia assistiva e no fortalecimento dos conselhos de direitos.

**Objetivo 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.**

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0568 DO PROGRAMA 2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

2063	Código do Objetivo	Valores Liquidados <sup>1</sup>	
		2012	2013
No Exercício	0568	R\$ 2.484.167,00	R\$ 3.706.913,64
RPNP		R\$ 4.841.906,83	R\$ 5.493.247,74
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 7.326.073,83</b>	<b>R\$ 9.200.161,38</b>

Fonte: Siafi Gerencial em 31/01/2014.RPNP: Restos a Pagar Não Processados.

<sup>1</sup>Valores executados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

#### **METAS QUALITATIVAS**

**Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia.**

Os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamento de cães-guia estão sendo implantados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conjuntamente com o Ministério da Educação (MEC). Um já está implantado e em funcionamento no Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú/SC. Em 2013, outros seis centros estavam em fase de elaboração do projeto técnico ou de construção nas seguintes localidades: Muzambinho/MG, Alegre/ES, Manaus/AM, Urutai/GO, Limoeiro do Norte/CE e São Cristóvão/SE.

**Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais.**

Em 2013, foram distribuídos 37 Kits para as Centrais de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais em 25 Estados brasileiros. O Kit é composto por mesas de trabalho, cadeiras, armários, computadores, webcam, impressora multifuncional, aparelhos de telefone fixo do tipo headset e um automóvel do tipo wagon de quatro portas.

Com os recursos orçamentários do Objetivo 0568, foi ainda executada a seguinte meta referente ao Objetivo 0442 (Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência): Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência - 13 conselhos apoiados em 2013, sendo nove estaduais e quatro municipais.

#### **4.6.3. Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

O Programa tem como foco viabilizar planos, programas e projetos relacionados aos centros de referência e às políticas de educação em direitos humanos, registro civil de nascimento e documentação básica, promoção e defesa dos direitos de idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), e população em situação de rua, bem como de outros grupos sociais vulneráveis, políticas de combate à tortura, proteção aos defensores de direitos humanos e testemunhas ameaçadas, fortalecimento de ouvidorias de polícia nos estados e promoção dos direitos humanos de agentes de segurança pública.

Objetivos:

*travestis e transexuais.**0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.**0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.**0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.**0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais,*

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA 2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
Valores em R\$ 1,00

2064	Código do Objetivo	Valores Liquidados <sup>1</sup>	
		2012	2013
No Exercício	0255	15.656.669,57	17.967.414,26
RPNP		14.917.392,81	2.473.932,35
Gastos Tributários		-	-
Total		30.574.062,38	20.441.346,61
No Exercício	0256	0,00	623.144,20
RPNP		1.137.418,62	2.099.566,00
Gastos Tributários		-	-
Total		1.137.418,62	2.722.710,20
No Exercício	0257	3.652,99	0,00
RPNP		766.016,95	569.645,07
Gastos Tributários		-	-
Total		769.669,94	569.645,07
No Exercício	0972	199.999,96	170.000,00
RPNP		1.295.166,71	1.744.946,40
Gastos Tributários		-	-
Total		1.495.166,67	1.914.946,40
No Exercício	0974	0,00	17.712.986,59
RPNP		10.808.272,96	833.401,89
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>10.808.272,96</b>	<b>18.546.388,48</b>

Fonte: Siafi Gerencial em 31/01/2014. RPNP: Restos a Pagar Não Processados.

<sup>1</sup>Valores executados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

**METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0974**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das informações
			2012	2013		
Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 05 estados (MT, AM, RN, CE e AC)	Programas ampliados	PPCAAM com abrangência nas 05 regiões do País	-	02	40%	SDH/PR

**Metas Qualitativas do Objetivo 0255****Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Em 2013, foi realizada a 8ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul. Nesta edição, além de todas as capitais, foram contemplados mais de 600 locais de exibição em todo o território brasileiro.

Ainda em 2013 foi iniciado o Projeto "Inventar com a Diferença", que irá realizar a formação de professores de escolas públicas, para produzir em salas de aula peças cinematográficas sobre direitos humanos.

**Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

A 19ª edição do Prêmio Direitos Humanos foi realizada em dezembro de 2013, a fim de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos Direitos Humanos.

Com os recursos orçamentários do Objetivo 0255, foram ainda executadas metas referentes ao Objetivo 0254 (Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica) e 0258 (Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos). São elas:

**Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS)**

1.014 Unidades Interligadas e postos de registro civil foram implantados até 2013.

**Implementar Centros de Direitos Humanos (CDRH) em todas as regiões metropolitanas e no campo, em todos os Estados brasileiros**

Há 34 CRDH nas 20 regiões Metropolitanas. Destes, seis atendem ao Campo. Além disso, foram financiados os serviços prestados pelo Disque Direitos Humanos.

Em 2013, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com o Disque Direitos Humanos – Disque 100,

realizou 228.866 atendimentos. Desse total, 182.877 foram denúncias de violações de direitos humanos, um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar a criação, no mês de maio, do módulo de pessoas em privação de liberdade no Disque Direitos Humanos – Disque 100, com o objetivo de qualificar as denúncias e compreender as violações ocorridas em espaços de privação de liberdade. Além disso, a Ouvidoria foi chamada atuar em diversos contextos de violações coletivas de direitos humanos e conflitos de repercussão nacional.

**Metas Qualitativas do Objetivo 0256****Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

Em 2012, foi formatada a matriz de 200 horas do curso de cuidadores de idosos. Em 2013, via Pronatec, o curso foi redesenhado para 160 horas e ofertadas 12 mil vagas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e pelo Sistema S - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

**Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Renadi) em todos os Estados brasileiros**

Em maio de 2013 foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa como marco para se alcançar a implantação da Renadi até 2015.

**Metas Qualitativas do Objetivo 0257****Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

Com a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento a Violência contra LGBT, que tem por objetivo efetivar políticas afirmativas, por meio da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos, investindo assim, na criação de órgãos executores da política LGBT, Conselhos LGBT e políticas públicas para LGBT nos Estados, Municípios e Distrito Federal, está se combatendo a homofobia e promovendo os direitos de LGBT.

Em 2013, foram implantados cinco Conselhos Municipais, em Itapipoca/CE, Cariacica/ES, São João Del Rei/MG,

Alagoínas/BA e em Teresina/PI. Além disso, foram instalados quatro Comitês de enfrentamento à homofobia, nos Estados do Piauí, Pará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

#### **Metas Qualitativas do Objetivo 0972**

##### **Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares**

A SDH/PR instituiu, por meio da Portaria nº 1.267, de 6 de novembro de 2013, o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense, que tem como objetivo adotar medidas visando à busca, localização, identificação arqueológica e antropológica de espaços e de ossadas de mortos e desaparecidos políticos. O Grupo vem realizando atividades preparatórias para a identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos em diferentes regiões do Brasil.

Além disso, por meio de uma parceria com o Instituto Nacional de Criminalística, firmada no ano de 2009, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos tem trabalhado na consolidação do banco de perfis genéticos dos familiares de desaparecidos políticos, investindo também em técnicas avançadas de investigação de DNA.

Atualmente, o banco reúne material genético de familiares de 118 desaparecidos políticos, dos quais aproximadamente 30% foi incluído no ano de 2013.

#### **Metas Qualitativas do Objetivo 0974**

##### **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está presente nos seguintes Estados: Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e, em 2013, foi implementado no Rio Grande do Sul. Os demais Estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) está presente em 16 Estados e no Distrito Federal. Os demais Estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Cabe ainda destacar que a proteção à vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte e de seus familiares é um serviço em expansão no País. Em 2013, foram protegidas 973 vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares; 414 defensores de direitos humanos ameaçados e seus familiares; 443 crianças e adolescentes ameaçados de morte e 717 familiares.

## 4.7. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEPPIR/PR)

À Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República:

- na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a Promoção da Igualdade Racial;
- na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da Promoção da Igualdade Racial;
- na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a Promoção da Igualdade Racial;
- no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica.

O Plano Plurianual – PPA 2012-2015 gerou maior inserção da questão racial em diferentes programas, que se desdobram em um amplo conjunto de objetivos, metas e iniciativas a cargo de ministérios e secretarias.

No Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial – constam 10 Objetivos, 25 Metas e 36 Iniciativas. Com exceção do Objetivo 0987, que se refere à regularização fundiária das Comunidades Quilombolas e Titulação dos Territórios Quilombolas, a Seppir é o órgão responsável por todos os outros Objetivos. Os três principais Objetivos do Programa 2034 estão detalhados a seguir.

### 4.7.1. Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

**Objetivo 0772 – Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, Estados e Municípios**

Neste Objetivo está expresso o desafio de dar concretude à natureza transversal e intersetorial da Promoção da Igualdade

Racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão; o monitoramento e a avaliação das políticas de Promoção da Igualdade Racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir); a qualificação da interlocução entre a Seppir e outros ministérios e órgãos governamentais no intuito de avançar na perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

Juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Seppir tem acompanhado as questões relacionadas às mulheres, atuando, inclusive, na pactuação, execução e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), assegurando a dimensão de gênero no sistema de monitoramento de políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR).

Registram-se avanços na implementação do Japer – Plano de Ação conjunto entre Brasil e Estados Unidos, assinado em março de 2008, para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica no Brasil – que envolve notadamente Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. O Japer insere-se no esforço de estímulo à inclusão de Políticas de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial nas áreas de Acesso à Justiça e Segurança Pública, Saúde, Trabalho e Empreendedorismo Negro, Educação, Meio Ambiente e Esportes.

No tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que tem como objetivo descentralizar as políticas de PIR, de forma articulada entre as esferas de governo e em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, destaca-se, em 2013, a publicação do Decreto Presidencial nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, que aprova o regulamento do Sinapir, viabilizando a adesão de Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Estes deverão assegurar o funcionamento de órgãos estaduais e municipais e instituir e apoiar os conselhos de Promoção da Igualdade Racial, além da participação no Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que será a principal instância de pactuação da política de Promoção da Igualdade Racial. Finalmente, a execução pela sociedade civil de projetos específicos de Promoção da Igualdade Racial e de enfrentamento ao racismo, financiados pelo poder público constituirão forma de participação no Sinapir.

Cabe registrar, ainda, os esforços de implementação do Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-C.Civil/PR/MP/Seppir, de 28 de dezembro de 2012, que determina a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros e cadastros do Executivo Federal que contenham

informações pessoais, inclusive do público externo, o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

**Objetivo 0778 – Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.**

Em relação ao Objetivo 0778, cabe destacar que, em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou o Plano Juventude Viva, em setembro de 2012 em Alagoas e, em 2013, nos Estados de Paraíba, Distrito Federal, Bahia e Município de São Paulo. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Seppir, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, as principais vítimas de homicídio no Brasil.

O Estado de Alagoas ocupa a primeira posição nacional em taxas de homicídios tanto com relação à população em geral quanto com relação à população negra. (Mapa da Violência 2012). Além de Maceió, estão sendo realizadas ações em Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares. Ao longo de 2013, o Plano já foi lançado em seis Municípios da Paraíba, no Distrito Federal e em quatro cidades do entorno e no Município de São Paulo e está em lançamento em 18 Municípios da Bahia.

O desempenho do Plano depende da articulação de ações no território. Cada Município seleciona, com base em dados estatísticos, os bairros com maior vulnerabilidade social e incidência de homicídios.

Os territórios selecionados são priorizados na implantação de equipamentos e serviços voltados aos jovens. Para fortalecer a gestão integrada, existem comitês gestores municipais e estadual, compostos por representantes das diferentes áreas de políticas públicas envolvidas.

Com o objetivo de estimular o controle social, são constituídos núcleos de articulação territorial, responsáveis por acompanhar a implementação das ações e identificar os jovens que mais precisam de oportunidades oferecidas no âmbito do Plano.

Em Alagoas, o Plano foi capaz de ampliar a percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência. As ações do Programa Brasil Mais Seguro - voltadas à repressão ao crime e combate à impunidade -, combinadas a investimentos em políticas sociais e aperfeiçoamento institucional - como a implantação de Centros Integrados de Economia Solidária, das Estações de Juventude e da Promotória de Combate ao Racismo e Intolerância em Alagoas -, são exemplos de como se efetiva a integração de políticas de combate à violência.

O Plano Juventude Viva tornou visível a alarmante violência contra jovens negros e aproximou gestores públicos para atuação em territórios profundamente vulneráveis.

É importante destacar que não são apresentados os resultados financeiros referentes ao Objetivo 0778 porque o Programa Juventude Viva, principal ação referente ao objetivo, não tem vínculo com o orçamento da Seppir. Sua execução depende, principalmente, de recursos disponibilizados e investidos pelos Estados e Municípios onde é implementado.

**Objetivo 0984 – Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.**

Cabe registrar os avanços na implementação do Plano Brasil Quilombola (PBQ), lançado em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: 1. Acesso à Terra; 2. Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4. Direitos e Cidadania.

No eixo Acesso à Terra, em 2013, houve a criação da Mesa Permanente de Regularização Fundiária Quilombola, liderada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e com participação de outros ministérios envolvidos com a pauta, tais como a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Seppir.

A primeira Mesa ocorreu em agosto de 2013 sendo seguida de encontros mensais com a participação da sociedade civil. Também foi aberta em cinco outros Estados, com a mesma periodicidade e dinâmica intersetorial. A Mesa tem se aproximado dos Estados para agilizar a regularização fundiária de quilombos. Uma das vantagens desta iniciativa reside na separação dos casos mais complicados daqueles que não apresentam maiores problemas de sobreposição como, por exemplo, com unidades de conservação ou áreas em disputa.

Entre os compromissos já assumidos estão a aceleração dos processos, a garantia dos R\$ 42,6 milhões já destinados para desintrusão em territórios quilombolas, as mudanças nos trâmites que contribuam para antecipar problemas recorrentes, conversas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sentenciar vários processos que já estão com imissão na posse, entre outros compromissos.

O Eixo de Infraestrutura e Qualidade de Vida dá ênfase aos serviços que proporcionam à população quilombola o acesso a Saneamento Básico, Habitação e Vias de Acesso. As ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos são coordenadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Em 2013, foram aportados R\$ 19,9 milhões, beneficiando 2.840 famílias quilombolas em 37 comunidades localizadas em 29 Municípios. Totalizam, assim, o investimento de R\$ 198,3 milhões, 347 Municípios, 577 comunidades e 53.522 famílias quilombolas no âmbito do PPA 2012-2015.

As ações de habitação estão presentes no PBQ desde 2004, a partir de Acordo de Cooperação Técnica entre Seppir, Funasa e Ministério das Cidades.

No ano de 2013, foram entregues 673 unidades habitacionais em territórios quilombolas. Dada a fragilidade das comunidades em elaborar projetos, está em construção um Acordo de Cooperação voltado para a capacitação técnica das associações para a elaboração de projetos de 10.000 unidades habitacionais (mais do que o dobro de unidades já contratadas desde 2010).

A Seppir também procurou qualificar o atendimento a ações de infraestrutura em vias de acesso – estradas, pontes e passarelas.

Em 2013, foi realizado o empenho para a recuperação de estradas nos Municípios de Candiota/RS, e Barra do Turvo/SP, com recursos na ordem de R\$ 500 mil e R\$ 700 mil respectivamente. As obras deverão ser realizadas em 2014 e beneficiarão comunidades quilombolas da região.

Por meio do Programa Luz para Todos, foram atendidos desde 2004, 117 mil quilombolas, tendo sido realizadas 29.297 ligações, com investimento de R\$ 235,27 milhões até outubro de 2013. Para o atendimento dos demais quilombolas, o Ministério de Minas e Energia (MME) garante que todas as comunidades poderão ser beneficiadas, a partir de diálogo com a Seppir.

No eixo Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva, a Seppir conseguiu articular com o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) uma portaria e a regulamentação que permitirão a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os quilombolas, através do sistema do MDA (DAP web).

Até o momento já foram emitidas 47 mil DAPs quilombolas. O MDA estabeleceu como meta para 2014 a emissão de 20 mil DAPs para quilombolas.

Uma das ações mais importantes lançadas neste Governo para os quilombolas são as chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) exclusivas para os quilombolas: na chamada 2011/2012 foram contempladas 4.480 famílias em 7 Municípios, totalizando 41 comunidades e R\$ 7,5 milhões investidos. Ainda em 2013 foi republicada a Chamada 02 de Ater Quilombola, iniciada em outubro.

O MDA fez capacitação para os agentes que atenderão comunidades de cinco Estados, totalizando cerca de 4.500 famílias. Está prevista nova chamada de Ater para cinco mil quilombolas. Esta chamada atenderá 25 Municípios, 119 comunidades e tem valor de R\$ 11,2 milhões.

Ainda no eixo “Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva”, 956 famílias quilombolas foram beneficiadas em 2013 pelo Programa Cisternas, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco.

O objetivo do Programa é viabilizar o acesso à água às famílias de baixa renda do semiárido brasileiro, por meio do sistema de armazenamento por cisternas. A Seppir e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estão realizando uma força-tarefa para mapear as famílias quilombolas que ainda não foram contempladas com cisternas na região em apreço.

A Seppir e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República firmaram um acordo de cooperação técnica que prevê a adoção de ações conjuntas e complementares visando à promoção do desenvolvimento do artesanato quilombola, em especial quanto à ampliação do acesso ao mercado para estes produtos.

No Eixo Direitos e Cidadania, cabe destaque para as ações nas áreas de Educação e Saúde, além do incremento do número de quilombolas no CadÚnico, público prioritário do Programa Brasil sem Miséria. Hoje são mais de 80 mil famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico, sendo cerca de três quartos em situação de extrema pobreza, o que revela a condição precária desta população historicamente marginalizada.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentário dos Objetivos 0772 e 0984 do Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2034 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Programa "2034"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0772	2.382.422,52	856.090,46
RPNP (2)		-	125.135,00
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2.382.422,52</b>	<b>981.225,46</b>

Programa "2034"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0984	2.921.414,12	2.867.219,33
RPNP (2)		-	681.984,50
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2.921.414,12</b>	<b>3.549.203,83</b>

Fonte: Siafi Gerencial.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

As metas definidas para o Programa 2034 são, em geral, qualitativas, em função da natureza das ações relacionadas ao enfrentamento ao racismo e o combate à discriminação racial. Trata-se de ações que, na maioria das vezes, têm sua efetividade quando há mudança de comportamento no âmbito da sociedade.

Por isso, os principais resultados referentes aos três objetivos estratégicos encontram-se descritos acima, com seus resultados mensurados de forma qualitativa.

A questão étnico-racial também está explicitamente contemplada em outros 25 Programas do PPA 2012-2015, contendo 63 Objetivos, 96 Metas, 52 Iniciativas e 10 ações orçamentárias.

O PPA 2012-2015 representa, assim, um avanço significativo em termos das ações governamentais no âmbito da Promoção

da Igualdade Racial, tendo em vista a natureza transversal da política e a ênfase na articulação intragovernamental. Tal avanço, no entanto,

impõe novas atribuições e novos desafios à Seppir. A Secretaria, como organismo responsável pelo desenho, gestão e acompanhamento das ações e programas governamentais de enfrentamento à questão racial, adquire assim maior gama de possibilidades da atuação.

Cabe ressaltar ainda que em 2013 foi realizada a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília nos dias 05 a 07 de novembro, com a participação de aproximadamente duas mil pessoas na etapa nacional e 50 mil nas etapas municipais, regionais, distrital e estaduais. Os resultados desta conferência vão orientar a Política de Igualdade Racial nos próximos anos no Brasil.

## 4.8. SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR)

A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em seus dez anos de existência e instituiu uma nova estrutura de coordenação das políticas para as mulheres, ampliando a visibilidade e fortalecendo as políticas públicas para a equidade de gênero.

As ações governamentais implementadas pela SPM/PR para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, promoção da autonomia e o enfrentamento à violência contra as mulheres convergiram com a visão estratégica de Governo de redução das desigualdades e promoção da igualdade aos setores discriminados na sociedade.

### 4.8.1. Programa 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

A política pública de enfrentamento à violência contra a mulher está respaldada no Plano Plurianual - PPA 2012-

2015 pelo Objetivo 0998. No enfrentamento à violência contra a mulher, o grande marco de 2013 foi o lançamento do Programa "Mulher, Viver sem Violência". O Programa, instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Programa 2016	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício	0998	14.013.406,76	20.257.130,09
RPNP		14.566.273,16	14.861.529,32
Gastos Tributários			
<b>TOTAL</b>		<b>28.579.679,92</b>	<b>35.118.659,41</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siga Brasil (SF), extraído em 05/03/2014. O objetivo 0998 contempla, em 2012, as ações 2C52, 6812, 8831, 8833 e 8932 e, em 2013, as ações 210B e 8831.

O Programa está estruturado em cinco eixos, que são: i) implantação da "Casa da Mulher Brasileira", nas capitais, e dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas; ii) ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; iii) organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; iv) promoção de campanhas continuadas de conscientização; e v) disponibilização de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

O investimento global, para os anos de 2014 e 2015, é estimado em R\$ 305 milhões. A implementação do Programa é realizada por meio da assinatura de termo de adesão com os Governos Estaduais e Municipais das capitais e das cidades localizadas nas regiões de fronteira seca, em parceria com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas estaduais.

Em 2013, o Distrito Federal e 17 Estados aderiram ao Programa, são estes: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A Casa da Mulher Brasileira é um projeto inovador que prevê a construção de 26 casas no Distrito Federal e em 25 capitais

da Federação, com o propósito de reunir, em um mesmo espaço físico, serviços de justiça, segurança, defensoria, atendimento psicossocial e autonomia econômica, bem como promover a articulação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, como preconiza a Lei Maria da Penha.

Serão investidos R\$ 116 milhões para a construção, reforma e aquisição de equipamentos, mobiliários e transporte. A execução do projeto ocorre por meio de uma parceria com o Banco do Brasil que administrará a etapa de construção, reforma e aquisição de equipamento para as casas.

O acesso a direitos e serviços de segurança pública, saúde e justiça para as mulheres ocorre com o acionamento do serviço Ligue 180, que conta com mais de 3,3 milhões de atendimentos desde a sua criação, em 2005, até o primeiro semestre de 2013.

Em média, há 300 mil atendimentos por semestre. Uma vez que a média de registros por dia alcança a marca de dois mil registros, o serviço será ampliado e possibilitará um aumento da capacidade técnica para triagem e distribuição das demandas, a partir de 2014.

Desta forma, está em curso a mudança de serviço de Ligue 180

para Disque 180, permitindo acionar de imediato as polícias militares de todo o País, como já ocorre com situações de tráfico de mulheres, com ativação de urgência para a Polícia Federal, e de cárcere privado, para o Ministério Público. Além disso, já existe o serviço que atualmente atende brasileiras na Espanha, Itália e Portugal, resultado de Acordo celebrado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça.

Quanto aos Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas, três centros foram negociados em 2013, localizados em Foz do Iguaçu/PR, Oiapoque/AP e Pacaraima/RR, prevendo o fortalecimento e ampliação dos serviços. Mais sete Centros serão construídos em Bonfim/RR, Brasília/AC, Corumbá/MS, Jaguarão/RS, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM. Seis novos núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana, Colômbia, Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai serão criados até o final de 2014.

Esses recursos serão aplicados para melhorar o atendimento a migrantes em situação de violência e enfrentar o tráfico de mulheres, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados. Esses centros e núcleos integram a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas que, lançado em 2013, objetiva a prevenção e repressão do tráfico de pessoas, a responsabilização dos autores e a atenção às vítimas, que, em sua maioria, são mulheres.

O "Programa Mulher, Viver sem Violência" busca organizar e humanizar o atendimento nos serviços de saúde, assim como melhorar a qualidade na coleta de vestígios de crimes sexuais. Nesse sentido, tem como objetivo a adequação de espaços especializados nos Institutos Médicos Legais e na rede hospitalar de referência, formada por 94 unidades que funcionam 24 horas nas capitais, a capacitação de profissionais da área de segurança pública e do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a adequação dos espaços para a guarda das provas.

Em 2013, foram veiculadas campanhas para conscientização da sociedade tendo em vista a prevenção da violência, a exemplo de filme publicitário em canais de televisão abertos e fechados, da campanha Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte, de caráter permanente. Em novembro teve início a veiculação do vídeo da campanha para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 2013, foram entregues 30 unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta, duas para cada uma das seguintes unidades federativas: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio

de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.

Os demais Estados também receberão as unidades, totalizando 54 veículos adaptados para o funcionamento de "escritórios móveis", com agentes da delegacia especializada, defensoria pública, operadores do direito e atendimento psicossocial, que circularão nas áreas rurais para apoiar a prestação de serviços de atendimento, acolhimento e orientação às mulheres em situação de violência.

O Fórum Estadual do Campo e da Floresta permitirá acompanhar e estabelecer diretrizes para atuação das unidades móveis, com vistas a ampliar o alcance e proteção da Lei Maria da Penha para as mulheres do campo, da floresta, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pescadoras.

Os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência que, em 2003, eram de aproximadamente 330, em 2013, ultrapassou o número de 1,2 mil, sendo: 382 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), 128 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 48 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 50 Juizados Especializados e 46 Varas Especializadas. Além desses, há mais de 200 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica e 15 serviços de educação e responsabilização dos agressores.

Foram estabelecidos convênios com entes federados para o fortalecimento de centros especializados, para a criação de novos serviços, além do fornecimento de equipamentos para DEAMs, Juizados, Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos e das Defensorias estaduais.

Os convênios visam também fortalecer políticas como, por exemplo, a Patrulha da Lei Maria da Penha, no Estado do Rio Grande do Sul, destinada a fiscalizar o cumprimento da medida protetiva e acompanhar mulheres que foram vítimas de agressão. No âmbito das parcerias com o setor privado, ressalta-se a adesão de empresas à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte.

**Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do País.**

Além das ações de enfrentamento à violência contra a mulher, a SPM/PR executa e articula ações de promoção à autonomia econômica para assegurar a igualdade de gênero de maneira sustentável, com base no Objetivo 0931 do PPA 2012-2015.

**PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA**

Programa 2016	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício	0931	2.267.563,05	2.984.014,07
RPNP		2.896.193,31	6.155.852,11
Gastos Tributários			
<b>TOTAL</b>		<b>5.136.756,36</b>	<b>9.139.866,18</b>

Fonte: Siasi Gerencial e Siga Brasil (Senado Federal), extraído em 5 de março de 2014. O objetivo 0931 contempla a ação 8843.

A 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, iniciada em setembro de 2013, conta com 86 organizações participantes, entre instituições e empresas públicas e privadas.

O público envolvido por estas instituições chega a quase um milhão de pessoas, possibilitando que as políticas de igualdade e a proposta de relações não discriminatórias no mundo do trabalho alterem as relações de trabalho no Brasil.

Nessa mesma direção merece destaque a inclusão da categoria de igualdade de gênero nos negócios no prêmio Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), que é concedido a cada dois anos para as empresas que se destacam pelas boas práticas de gênero.

Importante articulação foi promovida para a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos demais trabalhadores e trabalhadoras.

Outro ponto primordial para a igualdade de gênero e para a autonomia econômica é o melhor uso do tempo. Em 2013, foi realizada, no Brasil, a 35ª Conferência Internacional "O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais", revelando a liderança regional do País em pesquisas temáticas sobre o uso do tempo. O evento reuniu pesquisadores de 38 países.

Para estimular a autonomia econômica das mulheres rurais, 30 experiências inovadoras e sustentáveis de grupos de mulheres do campo e da floresta receberam o "Prêmio Mulheres Rurais que Produzem um Brasil Sustentável". Concorreram 517 trabalhos de grupos de extrativistas, agricultura familiar,

assentadas pela reforma agrária, quilombolas, indígenas, entre outros.

Ainda na área rural, a SPM/PR participou da articulação no âmbito do Plano Safra 2012/2013, para a ampliação do limite do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil, onde 35% do Programa Garantia-Safra foi acessado por mulheres.

Com relação ao crédito do Plano Safra 2012/2013 para as agricultoras familiares, 46,8% foi acessado pelas mulheres. Além disso, destacam-se como resultado dessas políticas, diversas ações integradas que beneficiaram organizações produtivas de mulheres e mais de 1 milhão de famílias. Além disso, atingimos a meta de 1 milhão de mulheres rurais com documentação expedida pelo Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR).

No âmbito das ações de busca ativa, o PNDTR realizou 1.005 mutirões, em 658 Municípios, alcançando 165,7 mil mulheres. No Programa Minha Casa Minha Vida Rural, desde sua criação, registra-se a assinatura de 78.924 contratos, tendo a mulher como participante principal.

Em 2013, foi realizado o seminário "Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade", onde foram discutidos temas como "Autonomia das mulheres no contexto da crise econômica" e "Mulheres no mundo do trabalho: um retrato atual".

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0931 do Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.

**METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0931**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho	Mulheres urbanas	20.000	0	16.695	83,48%	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos	Seminários	4	4	6	150%	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas	Campanhas	4	0	1	25%	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Fonte: Siop, extraído em 05/03/2014.

**Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.**

Para promover a gestão transversal das Políticas para as Mulheres, a SPM/PR respaldou-se no objetivo 0935 do PPA 2012-2015.

**PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA**

Programa 2016	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício	0935	3.495.619,25	4.720.409,42
RPNP		13.301.194,05	6.169.443,93
Gastos Tributários			
<b>TOTAL</b>		<b>16.796.813,30</b>	<b>10.889.853,35</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siga Brasil (SF), extraído em 5 de março de 2014. O objetivo 0935 contempla, em 2012, as ações 8834 e 8838 e, em 2013, a ação 210A.

O fortalecimento dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) foi a atividade primordial da articulação e da implementação de políticas públicas para as mulheres. Em outubro de 2013, foi realizado o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

Desde 2004, o número de OPM aumentou de 13 para 603. Estes Organismos têm um significado político, estratégico e de cidadania para as mulheres brasileiras.

A SPM/PR apoia a constituição de OPM selecionando projetos por meio de chamada pública. Em 2013, 22 projetos de OPM foram apoiados e receberam recursos financeiros para instalação e compra de equipamentos.

Além disso, em janeiro de 2013 a SPM/PR publicou um guia com orientações para a constituição de OPM.

Em 2013, foram realizadas premiações para ampliar a participação das mulheres em áreas específicas, a saber: 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões; Prêmio Mulheres Negras contam sua História, concurso nacional de redações e ensaios que contam a história e a vida de mulheres negras na construção do Brasil; Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais, voltado para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais; e Prêmio Carmem Santos de Cinema de Mulheres, que incentiva diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero.

Na área educacional, foi lançada a chamada pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação, para promover projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil.

Criado pela Lei nº 12.227, de 12 de abril, de 2010 e regulamentado pelo Decreto nº 8.131, de 24 de outubro de 2013, foi concluído o 1º Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, que reúne dados e indicadores demográficos e socioeconômicos, que retratam a realidade das mulheres brasileiras em sua multidimensionalidade, abordando temas

como demografia, educação, saúde, autonomia econômica, violência contra as mulheres e acesso aos espaços de poder.

Trata-se de um relevante instrumento para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres, promover a participação e o controle social, além de promover a garantia dos direitos das mulheres.

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0935 do Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência:

#### METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0935

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	%	50	565	236	14	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	Município	1.000	437	603	60,3	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	Município	1.000	219	86	21,9	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes	Mecanismo de gênero	10	7	11	110	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	Estados	27	25	25	92,59%	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	Estado	27	11	8	29,63%	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação	%	10	0	12,4	124	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Fonte: Slop, extraído em 24/01/2014.

## 4.9. SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEP/PR)

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), dada suas competências legais no âmbito do setor portuário, tem desenvolvido um conjunto de políticas públicas com vistas a incentivar a modernização da infraestrutura e da gestão portuária, a expansão dos investimentos privados no setor, a redução de custos e o aumento da eficiência portuária, além da retomada da capacidade de planejamento, mediante reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais. Essas medidas estão em consonância com o novo marco regulatório, na forma da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

### 4.9.1. Programa 2074 - Transporte Marítimo

O Programa 2074 - Transporte Marítimo, estruturado com vistas a tornar o sistema portuário marítimo e o transporte aquaviário brasileiro competitivos frente ao mercado internacional e sustentáveis ambientalmente, por meio do aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos, da ampliação do transporte de

cabotagem, da redução dos custos de movimentação portuária e da simplificação dos procedimentos administrativos e fiscais de desembaraço de mercadorias, é o que melhor representa a política pública desenvolvida pela SEP/PR. Dos sete objetivos de responsabilidade da SEP/PR que compõem o Programa, foram selecionados cinco que possuem maior aderência com as ações desenvolvidas pela SEP/PR em 2013.

#### **Objetivo 0177 – Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.**

A maior parte da variação verificada entre os exercícios de 2012 e 2013, no que concerne ao Orçamento Fiscal, decorre do pagamento dos valores inscritos em restos a pagar não processados em 2012 relativos às dragagens de aprofundamento dos Portos de Rio Grande/RS e de Santos/SP. Quanto aos valores inscritos em 2013, resultam da execução das obras de dragagem de aprofundamento do Porto de Vitória/ES, cujas medições se encontram pendentes de atesto.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0177 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO Valores em R\$ 1,00

Programa "2074"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0177		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		2.134.048,97	-
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais		55.145.558,00	22.414.696,00
RPNP (2)		74.809.491,65	13.672.257,04
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>132.089.098,62</b>	<b>36.086.953,04</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siop.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No que concerne à realização das metas quantitativas, destacam-se 16 empreendimentos de dragagem visando à melhoria operacional de 14 portos organizados e da Barra do Furado/RJ, dos quais as obras relativas à execução do Porto de Vitória/ES já se encontram em execução e os demais em fase de contratação e/ou estudos/projetos, conforme detalhado a seguir.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013		
Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade	Portos Marítimos	17	4	7	41%	SEP/PR

**Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)** - O objetivo da dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do porto de Cabedelo era atingir 11,00m de profundidade. Para tanto, foram iniciadas as obras em 19/05/2010, tendo estas sido interrompidas pela contratada no dia 10/08/2011. Durante este período foram finalizadas 87% do previsto em projeto. Posteriormente foram encaminhados, pelas Docas/PB, estudos geotécnicos que sugeriram a viabilidade de aprofundar o canal para até 14,00m. Estes estudos foram concluídos em 14/11/2013. Além disso, os estudos de modelagem SEP/EBP foram entregues em 30/11/2013 e os CDs com os planos de negócios dos arrendamentos em 13/01/14.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)** - A indefinição sobre o posicionamento do cais de passageiro "Y", fez com que fosse necessária a elaboração de 6 versões de anteprojeto. A nova versão possui objetivos diversificados de dragagens de aprofundamento no porto do Rio de Janeiro. Entre eles, destaca-se a implantação de novo traçado geométrico do canal de acesso ao cais da Gamboa, cuja dragagem prevê o aprofundamento de 11,0m. Prevê-se também a dragagem de aprofundamento e alargamento do trecho do canal principal de 15,0m para 17,0m, interno e externo, bem como o aprofundamento de 11,0m na área de atracação do cais para navios de passageiros. Este Anteprojeto de engenharia de Dragagem de Aprofundamento está previsto para ser entregue pelo INPH em 15/01/14 e a licitação para até 30/04/2014.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)** - O objetivo dessa ação é a dragagem de aprofundamento, em torno de 21 milhões de m<sup>3</sup>, e a manutenção pelo período de 02 anos, considerando o assoreamento de 8.000.000 m<sup>3</sup>/ano e o balizamento do canal. O Anteprojeto para Dragagem de Manutenção definitiva tem entrega prevista para 30/03/2014 e a licitação para 30/05/2014.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)** - Objetivando adequar à profundidade e a geometria do canal de acesso (externo e interno), da bacia de evolução, acessos a berços e berços a fim de comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto de Santos, estima-se o assoreamento de 6.600.000 m<sup>3</sup>/ano. Com base nisso, está prevista nessa ação a dragagem de manutenção pelo período de 03 anos. Foi publicada a consulta pública na data de 18/12/2013. E previsão de publicação de edital em fev/2014.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)** - Dragagem No Canal Externo: O Termo de Compromisso teve sua vigência expirada em 24/10/2013 sem que a obra estivesse concluída. Foi solicitado ao INPH a elaboração de novo projeto para a conclusão da obra do Canal Externo.

**Dragagem No Cais 6 e 7** - O anteprojeto foi elaborado pelo Porto de Suape, e encaminhado ao INPH para análise e parecer.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)** - A obra de dragagem de aprofundamento do porto de Vitória visa alcançar profundidades de até 14,0m em seu canal de acesso aquaviário. Foram executados até o momento o percentual de 42% de dragagem, 72% de detonação das rochas previstas e 17% da remoção do material fragmentado. Esta obra tem como característica um grande volume de derrocagem, sendo que seu estuário está inserido no contexto de duas cidades, dois centros urbanos Vitória e Vila Velha.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)** - Esta ação visa à execução de dragagem de aprofundamento com o objetivo de alcançar calado operacional de 15,00m. O contrato foi assinado em 05/12/2013, tendo já sido iniciados os levantamentos batimétricos e sísmicos prévios.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)** - As obras incluídas nesta ação são as de dragagem de aprofundamento no canal da Ilha das Cabras em Itaguaí e a de dragagem de aprofundamento no canal derivativo ao canal Principal de acesso aquaviário ao porto de Itaguaí. A obra de aprofundamento do canal da Ilha das Cabras prevê a dragagem e derrocamento para retificação, alargamento e aprofundamento de 20,0m do primeiro trecho do canal secundário de acesso ao Porto de Itaguaí - Trecho entre o canal Principal e a bacia de evolução da Ilha das Cabras. A execução da obra de dragagem de aprofundamento no canal da Ilha das Cabras foi autorizado pela SEP/PR. A obra de aprofundamento no canal derivativo ao canal Principal prevê a dragagem e derrocamento de áreas do porto de Itaguaí, visando o aprofundamento de 20,0m do canal de acesso principal, da rota preferencial entre as Ilhas Guaíba e Marambaia, no Município de Mangaratiba. Foi contratado o EIA-RIMA da obra de dragagem de aprofundamento do canal derivativo ao canal Principal ao porto de Itaguaí, conforme determinação do INEA, em 15/12/2013.

**Dragagem e Adequação de Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)** - O Licenciamento ambiental (Li) do Ibama foi condicionado à aprovação da Funai que solicitou a elaboração de estudos Etnoambientais. Tais estudos somente puderam começar a ser realizados em dezembro/2013 e tem previsão de seis meses de duração. O objetivo dessa ação é a realização da dragagem de aprofundamento de até 16,0m, nas áreas Alfa, Bravo Uno e Dois, e Charlie Uno, Dois e Três, sendo volumes diferenciados em cada um deles. Tudo isso a fim de adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, no intuito de comportar as operações das embarcações que frequentam o porto.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)** - Após nova versão do Projeto Executivo apresentada pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes e analisada pelo INPH verificou diversas alterações em relação ao Projeto Básico, alterando a composição de custos e o objeto do Termo de Compromisso 02/2010 firmado com a SEP/PR, expirado por decurso de prazo, devido a Prefeitura não ter apresentado o projeto básico exequível.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)** - A fim de adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso, visando melhorias nas operações das embarcações que frequentam o porto, foi prevista dragagem com o objetivo de alcançar 12,5m de aprofundamento, ao lado do molhe sul. A partir disso, foi contratado estudo pela Codesa para viabilizar o aprofundamento para 14m, já tendo sido publicado, em 22/11/2013, o edital para contratação do Projeto Básico.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)** - Esta ação tem como objetivo adequar a profundidade e a geometria do acesso aquaviário do porto de Maceió, a fim de comportar as operações e manobras das embarcações. Está prevista, portanto, o aprofundamento do segundo berço externo do Terminal de Granéis Líquidos (TGL) e do canal de acesso e bacia de evolução do porto para profundidades de até 10,5m. As sondagens SPT foram concluídas em 28/02/2013 e analisadas pelo INPH em 30/05/2013. Diante disso, o Anteprojeto foi concluído em 16/07/2013. Ademais, o Ibama manifestou-se favoravelmente à condução do licenciamento em 30/10/2013 e os estudos de modelagem SEP/EBP foram entregues em 30/11/2013.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)** - Estudos evidenciaram que não havia necessidade para tal obra. Sendo assim, a ação foi excluída.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís**

**Correia (PI)** - O porto de Luís Correia, no estado do Piauí, requer a respectiva obra de dragagem para aprofundamento de 12,5m da faixa de Cais, da bacia de evolução e do canal de acesso de forma que permita a sua operacionalização. O Projeto está condicionado à aprovação da execução de obras no Porto e estudos específicos da EBP.

**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (RJ)** - Visando atender à frota de embarcações previstas para frequentar o porto de Niterói, em especial o serviço de apoio às plataformas de petróleo, essa ação tem como objetivo a realização de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal de acesso. A licitação está prevista para o ano de 2014.

**Objetivo 0183 – Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação de infraestrutura e superestrutura nos portos marítimos organizados brasileiros.**

A execução financeira e orçamentária verificada no período, no âmbito do Orçamento Fiscal, decorre do pagamento dos valores liquidados em 2012, relativos às obras de construção do berço 108 do Porto de Itaqui/MA, e do pagamento da totalidade dos montantes inscritos em restos a pagar não processados, sendo R\$ 34,9 milhões do Porto de Itaqui e R\$ 33,5 milhões da obra de alinhamento e reforço do berço 4 do Porto de Itajaí/SC. Não se verificaram valores liquidados ou inscritos em RPNP durante 2013.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0183 DO PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Programa "2074"	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
		2012	2013
No Exercício (1)	0183		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		15.000.000,00	-
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais		191.590.881,00	120.966.027,00
RPNP (2)		68.500.000,00	-
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>275.090.881,00</b>	<b>120.966.027,00</b>

Fonte: Siasi Gerencial e Siop.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No que se refere às metas quantitativas, a despeito não constarem informações para esse Objetivo no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), consta do PPA vigente: "Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos". Dessa forma, destaca-se a conclusão das seguintes obras:

**Porto de Vitória/ES** - Recuperação e alargamento de 356 metros do Cais Comercial e ampliação de mais 100metros (em 30/06/2013).

**Porto de Santos/SP** - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Município de Guarujá (1ª fase), com 2,54 km, e

a reconstrução da Avenida Santos Dumont, com 1,94 km(em 31/10/2013).

**Porto de São Francisco do Sul/SC** - Recuperação do berço 201, com obras de novo alinhamento do berço com 279 metros de comprimento (em 31/10/2013).

E ainda, encontram-se em andamento os seguintes empreendimentos:

**Porto de Fortaleza/CE** - Construção de terminal de contêineres (1ª fase), com obras de adequação da pavimentação do pátio de estocagem com 150.000m², com 28% de meta física concluída.

**Porto de Salvador/BA** - Ampliação da estrutura de abrigo (quebramar norte) em 405 metros, abrigando os novos berços de atracação e bacia de manobra. A obra está contratada, aguardando licença ambiental para ser iniciada.

**Porto de Vitória/ES** - Construção de berço nos dolfinos do Atalaia com retroárea, cuja obra compreende construção de estrutura contínua com 270 metros de comprimento, construção do berço 207 com plataforma de 4.000 m² e ampliação de retroárea em 9.000 m². O empreendimento se encontra contratado, em fase de elaboração de projeto executivo.

**Porto de Santos/SP** - Reforço e restauração das estruturas do píer de acostagem na Alamoia, para permitir a realização de dragagem com profundidade para 15 metros, com 5% de meta física concluída.

**Porto de Itaqui/MA** - Construção do berço 108 (terminal para granéis líquidos) composto de ponte de acesso, plataformas de transição e operações, passarelas de ligação, píer para rebocadores e dolfinos de atracação e amarração, para navios de até 91.671 Tonelagem de Porte Bruto (TPB), com 46% de meta física realizada até 31/12/2013.

**Porto de Suape/PE** - Construção do acesso rodoviário ao

Porto, compreendendo terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, iluminação, obras complementares e obras de artes especiais, com 87% de meta física alcançada até 31/12/2013.

No que concerne à elaboração de estudos e projetos, destacam-se: i) o projeto e a modelagem para implantação do Porto de Águas Profundas no Porto de Vitória/ES, com 95% de conclusão; ii) os estudos para construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 no Porto de Santarém; e iii) o projeto para implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá/SP (2ª fase).

**Objetivo 0188 – Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração portocidade por meio da revitalização de áreas portuárias.**

No que concerne à execução orçamentária e financeira, no Orçamento Fiscal foram pagos os valores inscritos em restos a pagar não processados relativos ao terminal marítimo de passageiros do Porto de Recife, não se verificando valores liquidados ou inscritos em restos a pagar não processados em 2013. Cabe ressaltar que foram empenhados R\$ 226,7 milhões na forma de participação da União no capital das Companhias Docas do Estado de São Paulo, do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Estado da Bahia, responsáveis pela execução das obras nos terminais de passageiros de Santos/SP, Fortaleza/CE, Natal/RN e Salvador/BA, os quais constam do Programa 0909 – Operações Especiais e, portanto, suas dotações não estão contempladas no Objetivo em análise.

**PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO**

Programa "2074"	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
		2012	2013
No Exercício (1)	0188		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		16.640.000,00	-
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais		135.602.554,00	205.723.812,00
RPNP (2)		5.160.000,00	-
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>157.402.554,00</b>	<b>205.723.812,0</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siop.  
 (1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.  
 (2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Quanto aos resultados alcançados, destacam-se os seguintes empreendimentos:

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013		
Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos	Terminais de Passageiros	6	0	1	17%	SEP/PR

**Porto do Recife/PE** - Empreendimento concluído em 31/08/2013, cujos investimentos envolvem a adaptação do Armazém 7, a construção do Anexo Sala Pernambuco e a pavimentação e urbanização para implantação de estacionamento na área portuária.

**Porto de Manaus/AM** - Conjunto de obras que perfaz a recuperação estrutural dos cais flutuantes do *Roadway* e Torres; restauração das fachadas dos armazéns 20 e 23; requalificação dos armazéns 0,3 e 4 para Terminal Internacional de Passageiros; urbanização de pátio para

estacionamento e construção de passarela para pedestres climatizadas nas pontes de acesso, cuja execução física atingiu 9%.

**Porto de Fortaleza/CE** - As obras compreendem a implantação de terminal marítimo para passageiros, construção de 1 berço para múltiplo uso e pavimentação e urbanização de via interna de acesso e estacionamento e pátio, com 80% da meta física concluída até 31/12/2013.

**Porto de Natal/RN** - Empreendimento envolvendo a adaptação do antigo armazém frigorífico e construção de terminal marítimo para passageiros, ampliação do berço 1 de 209m para 236m, recuperação do Cais e ampliação de retroárea e dolphins de amarração, com 72% de atingimento da meta física até 31/12/2013.

**Porto de Salvador/BA** - Investimentos relativos à construção de terminal marítimo para passageiros e urbanização de área portuária, com 68% de meta física realizada até 31/12/2013.

**Porto e Santos/SP** - Obra de alinhamento do Cais de Outeirinhos, mediante construção de 1.320m de Cais com

larguras variáveis, para promover o alinhamento de Cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, terminais de grãos e de passageiros, cuja meta física atingiu 51%. O trecho de Cais que compõe a Copa do Mundo FIFA 2014, terminal de passageiros, é de 511 metros e está com execução física de 80% até 31/12/2013.

**Objetivo 0198 – Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas unidades responsáveis pela administração de portos marítimos.**

Da análise da evolução quantitativa do objetivo, destaca-se que foram pagos em 2013 os valores liquidados no exercício anterior e R\$ 50,5 milhões dos valores inscritos em restos a pagar não processados, esses relativos à implantação dos Sistemas de Atendimento Portuário Unificado e de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente. E ainda, foram inscritos R\$ 17,0 milhões, dos quais R\$ 13,7 relativos à implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado.

#### PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Programa "2074"	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
		2012	2013
No Exercício (1)	0198		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		7.047.221,00	10.558.331,00
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais		-	1.050.077,00
RPNP (2)		52.787.687,47	17.105.091,53
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>59.834.908,47</b>	<b>28.713.499,53</b>

Fonte: Siafi Gerencial e Siop.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No que tange ao alcance das metas físicas, cabe destacar a conclusão da implantação do Porto Sem Papel e o atual estágio em que se encontram os demais sistemas.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013		
Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	Modelo implantado	7	0	0	0%	SEP/PR
Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 6 portos	Sistema implantado	6	0	0	0%	SEP/PR
Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 7 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	Sistema implantado	7	0	0	0%	SEP/PR
Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos	Sistema implantado	35	29	35	100%	SEP/PR
Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos	Sistema implantado	12	0	0	0%	SEP/PR

**Modelo Gestão Portuária por Resultados (GPPR)** - Em implementação na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) e definida em 2013 a estratégia de implementação nas Companhias Docas do Estado de São Paulo (Codesp), do Rio de Janeiro (CDRJ) e do Pará (CDP), por meio do programa Modernização da Gestão Portuária.

**VesselTraffic Management Information System (VTMIS)** - Projeto em fase de ações preparatórias para licitação do sistema, cujo início da implantação está previsto para 2014.

**Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária** - O sistema de informação que ampara esse projeto, denominado Infraport, entrou em produção no ano de 2013. Para conclusão da sua implementação, faz-se necessária a aquisição de infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para dar suporte à sua utilização nas Companhias Docas, que ocorrerá em 2014.

**Porto Sem Papel** - Meta plenamente alcançada em 2013, uma vez que se somaram aos três portos implantados em 2011 e aos 26, em funcionamento desde 2012, mais seis portos: Itaqui/MA, Belém/PA, Santarém/PA, Vila do Conde/PA, Macapá/AP e Manaus/AM. E ainda, foram iniciados os trabalhos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), que visam à harmonização das atividades desenvolvidas nos portos organizados e nas instalações portuárias, para maior efetividade do sistema.

**Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos** - O projeto se encontra em fase de estudo conceitual em alguns portos e, em outros, em ações preparatórias para licitação.

**Objetivo 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o País.**

Nesse objetivo, destacam-se as medidas institucionais desenvolvidas para o setor portuário, em especial as decorrentes da implantação do marco regulatório, o qual redefiniu as competências institucionais da Agência Nacional

de Transportes Aquaviários (Antaq), incorporando à sua esfera de atuação a regulação dos arrendatários dos portos organizados e dos operadores portuários, totalizando agora 1013 entes regulados. Tal mudança ensejou a revisão dos normativos para o setor e, no segundo semestre de 2013, foram colocadas as seguintes propostas de normativos em audiência pública: i) Resolução nº 3.066-Antaq, que dispõe sobre a autorização para construção, exploração e ampliação de Terminal de Uso Privado, de Estação de Transbordo de Carga, de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte e de Instalação Portuária de Turismo; e ii) Resolução nº 3.093-Antaq, que estabelece procedimentos para a elaboração de Projetos de Arrendamentos e aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Arrendamentos de áreas e instalações portuárias nos Portos Organizados.

Foram realizadas no segundo semestre de 2013 duas Audiências Públicas para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das minutas jurídicas (editais de licitação, contrato de arrendamento e seus respectivos anexos), necessários à realização do certame licitatório nos portos organizados de Santos/SP, Belém/PA, Santarém/PA, Vila do Conde/PA e Terminais de Outeiro/PA e Miramar/PA, Paranaguá/PR, Salvador/BA e Aratu/BA e São Sebastião/SP.

Em relação aos Terminais de Uso Privado, houve mudanças significativas no processo de obtenção de outorga, com o fim da restrição de movimentação de cargas de terceiros, a instituição da figura do processo de Anúncio Público e Chamada Pública e a transferência da decisão pela concessão da outorga para o Poder Concedente, no caso a SEP/PR. Após a edição do novo marco regulatório, foram publicados no site da Antaq e no Diário Oficial da União, 46 Instrumentos Convocatórios de Anúncio Público para outorga de construção e exploração de terminais privados, tendo em vista o recebimento de 135 requerimentos de autorização.

Finalmente, destaca-se o Plano Anual de Fiscalização (PAF), o qual compõe uma das metas do planejamento estratégico da Antaq, cuja execução alcançou 87% na Navegação Interior e 93% das Instalações Portuárias.

## 4.10. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, de fomento ao agronegócio e de regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla pequenos, médios e grandes produtores rurais e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

O Mapa busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa preservar a segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

A agropecuária brasileira tem alcançado resultados positivos durante anos consecutivos, ampliando gradualmente a participação do setor na economia do País e estimulando os setores de serviços e de indústria.

A organização do setor e a capacidade técnica e gerencial dos agentes do agronegócio tornaram o Brasil o segundo maior exportador mundial de alimentos, em posição internacional estratégica, sob a ótica de política e de mercado.

Em 2013, o Brasil ampliou sua participação no mercado mundial agropecuário. As exportações do setor somaram US\$ 99,97 bilhões entre janeiro e dezembro 2013, 4,3% acima do valor registrado em 2012.

Esse resultado decorre do aumento das exportações de produtos vegetais, como a soja, que cresceu 18,6% e da ampliação das vendas externas de carne, segmento que rendeu US\$ 16,80 bilhões no período considerado.

O País produziu a maior parte dos produtos agropecuários necessários ao pleno abastecimento do mercado interno, ao mesmo tempo em que houve o crescimento das exportações. Desse modo, o superávit na balança comercial do agronegócio foi de US\$ 82,91 bilhões, que contribuiu para equilibrar o saldo da balança comercial total do País em 2013.

Em junho de 2013, o Governo Federal lançou o maior e mais abrangente Plano Agrícola e Pecuário, com R\$ 136 bilhões em crédito para financiamentos, desde o custeio do ciclo produtivo à aquisição de máquinas modernas e construção de silos nas propriedades rurais.

Foram adotadas medidas de apoio ao setor produtivo em diversas culturas, como a da laranja, com a manutenção

do preço mínimo, e a do café, cujos recursos alocados chegaram a R\$ 5,8 bilhões. Em relação à comercialização, foram definidos os preços mínimos de: i) Produtos de Inverno e Regionais (alho, canola, castanha de caju, casulo de seda, girassol, guaraná, leite, mamona, sisal, trigo, triticale, aveia e cevada); ii) Produtos da Sociobiodiversidade (açai, babaçu, baru, borracha extrativa, carnaúba, castanha-do-brasil, mangaba, pequi, piaçava, umbu, andiroba, cacau extrativo e juçara); iii) Produtos de Verão (algodão, amendoim, arroz, borracha natural cultivada, cacau, feijão, juta/malva, mamona, mandioca, milho, milho pipoca, soja e sorgo); e iv) café arábico.

As medidas de auxílio somaram-se planos setoriais, como os voltados ao semiárido e à produção agroecológica. Além disso, houve a mobilização nacional para o zoneamento epidemiológico da lagarta *Helicoverpa armigera* e as ações emergenciais para controle dessa praga por meio das agências de defesa agropecuária dos Estados, integradas ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Outras ações auxiliaram o escoamento de milho para os Municípios atingidos pela seca nos Estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Destaca-se também a revisão das normas de inspeção que facilitam a comercialização de queijo artesanal de Minas Gerais em todo o País.

Na safra agrícola 2013/2014, poderá ser alcançado novo recorde na produção de grãos, com a marca de 196,7 milhões de toneladas, o que representará aumento da ordem de 5,3% em relação ao período 2012/2013 (186,8 milhões de toneladas). A área plantada também deverá alcançar 55,4 milhões de hectares, expansão de 3,9% sobre a safra anterior.

### 4.10.1. Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização

O Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização objetiva contribuir para o desenvolvimento da atividade agropecuária, implementando instrumentos de apoio à produção, comercialização e abastecimento, de forma a preservar a evolução das funções da propriedade rural, quais sejam econômica, social e ambiental.

O setor agropecuário contribuiu nos últimos anos com quase 23% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, demonstrando importância crescente no mercado internacional de commodities agrícolas, e se constituindo em um dos pilares da economia brasileira, além de reforçar a visibilidade internacional do País, ao contribuir para a segurança alimentar mundial.

A expansão rápida e contínua do setor gerou mudança substancial na economia brasileira. Multiplicou a produção incorporando tecnologias e recursos humanos capacitados, contando com o amparo de pesquisa de ponta. O País tem obtido sucessivos recordes de safras, aumento progressivo

na produção de carnes, leite e derivados, frutas, e aumento da oferta de produtos agropecuários não alimentares.

O setor possibilitou ao Brasil oferecer alimentos com diversificação e qualidade, a preços acessíveis, geração de empregos e fortalecimento da garantia de segurança alimentar, aspectos fundamentais para a estabilidade social.

Projeções do Mapa indicam que o País também será, em pouco tempo, pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais como matérias primas. A estratégia é de extrema importância para mitigar impactos negativos das mudanças na estrutura climática mundial, e que geram riscos por problemas meteorológicos e climáticos, incidência de pragas e doenças, problemas sanitários, e de preços. Indicativos revelam que o setor continuará em expansão progressiva, pelo seu potencial de crescimento e perspectivas de aumento da demanda mundial por alimentos nos próximos anos.

Entretanto, dever-se-á fortalecer a produção florestal, tanto para fins energéticos e produtos madeireiros, quanto para composição de sistemas agroflorestais e recuperação de áreas de reserva ambiental. Junto a isso, deve-se garantir o desenvolvimento e a competitividade da agropecuária brasileira, elevando produção, produtividade, agregação de valor, qualidade e inocuidade de insumos e produtos agropecuários, rastreabilidade, desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas. Para tanto, se requer forte organização da base produtiva, por meio de cooperativas e associações; adequação da infraestrutura e logística e redução de custos no escoamento da produção.

A atuação do Governo nos mercados agropecuários pauta-se em argumentos, sobretudo, relacionados à minimização de riscos, melhoria na alocação de recursos, redução na flutuação da renda do produtor rural e garantia de segurança alimentar. Assim, previsão de tempo e prognósticos climáticos são instrumentos decisivos para o produtor rural e, também, para outros segmentos da sociedade. O monitoramento meteorológico e climático rotineiro é elemento de singular importância na gestão do risco na atividade agropecuária; os instrumentos de ação do governo visam minimizar esses riscos e os seus efeitos são: i) geração e difusão de informações agroclimáticas, ii) orientações do zoneamento agrícola de risco climático; e iii) concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é executada pelo Governo operacionalizando instrumentos de intervenção oficial no comércio de produtos agrícolas, tais como Aquisições do Governo Federal (AGF) ou Contratos com Opção de Venda, quando os preços dos produtos no mercado mostram-se inferiores aos fixados pelos preços mínimos. Quando necessário, podem ser utilizados instrumentos adicionais de subvenção econômica ou prêmios equalizadores e para o escoamento dos produtos agrícolas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) realiza aquisição de alimentos originários da Agricultura Familiar, distribuindo-os a pessoas em situação de insegurança

alimentar e nutricional. Também, atende-se a programa de Ajuda Humanitária Internacional para doação emergencial de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e afetados por calamidades públicas.

Para reduzir a flutuação da renda do produtor rural e garantir a segurança alimentar, o Governo Federal dispõe de instrumentos para o abastecimento de alimentos e de produtos não alimentares, distribuição, suprimento e comercialização dos produtos. A rede de armazéns para estocagem de produtos agropecuários atende, também, a programas sociais do Governo. A capacidade estática de armazenagem pública e privada, estimada em 145 milhões de toneladas, entretanto, é hoje considerada insuficiente para a safra nacional de grãos que, nesta safra de 2013/2014, se aproxima de 196,6 milhões de toneladas. Para ampliar e modernizar a rede armazenadora nacional, aprovou-se o Plano Nacional de Armazenagem.

Para fortalecer a participação do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do País, se requer atração de investimentos em infraestrutura e logística, visando configurar nova matriz de transportes que privilegie os modais ferroviário e hidroviário.

Juntamente com os mecanismos de apoio à comercialização, o crédito rural se constitui em um dos principais instrumentos de política agrícola, destinado a promover o desenvolvimento do setor, por meio do fomento à produção e da melhoria da infraestrutura produtiva. O crédito rural oficial representa, segundo estimativas, apenas cerca de 30% das necessidades de recursos da atividade; isso tem levado à reformulação de mecanismos e fontes de financiamento agropecuário, no sentido de ampliar a participação do setor privado. Exemplo disso são os títulos de crédito implementados pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, destinados especificamente ao financiamento das operações das cadeias produtivas do agronegócio.

No setor de café, a safra colhida em 2013 alcançou 49,15 milhões de sacas de 60 kg e as exportações brasileiras no ano, alcançaram 32,01 milhões de sacas, no valor de US\$ 5,27 bilhões. Destaca-se o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), cujos recursos destinados ao setor, mediante linhas de financiamento, foram de R\$ 3,16 bilhões para a safra 2013/2014, beneficiando produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras, indústrias de café solúvel e exportadores.

A cooperação técnica entre órgãos de pesquisa brasileiros, setor privado e organismos internacionais constitui importante ferramenta do agronegócio para negócios futuros e aproximação com outros países. A transferência de conhecimento aos setores agropecuários de outros países abre espaço à comercialização de produtos e serviços nacionais em todo o mundo.

A adaptação e a mitigação de problemas na agricultura frente ao cenário de mudanças climáticas é fator importante para cumprir compromisso do Governo Federal de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa até 2020, entre 36,1% e 38,9%. O Plano para Agricultura de Baixa Emissão

de Carbono (Plano ABC) vem ao encontro ao atendimento emergencial das demandas, nacional e internacional, pela sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária.

O incentivo à adoção de sistemas produtivos sustentáveis busca a elevação da capacidade de preservação quantitativa e qualitativa de utilização dos recursos das cadeias produtivas mediante processos de rastreabilidade e certificação, como produção integrada, boas práticas agropecuárias e agricultura orgânica.

Um marco importante para apoio e fomento à agropecuária sustentável foi a criação, em 2013, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que articulará as ações do Governo Federal para expansão e consolidação da agricultura orgânica e da agroecologia como opções sustentáveis de produção, tendo iniciativas previstas nos eixos de produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo.

Linha de ação a ser perseguida na agropecuária sustentável diz respeito ao desenvolvimento de ações estruturantes de fomento à propriedade intelectual e à inovação no agronegócio, bem como ao fomento e desenvolvimento de tecnologias de fronteira do conhecimento, poupadoras de recursos naturais visando competitividade e sustentabilidade para uma agricultura intensiva, respeitando, porém, ecossistemas e biomas.

Para que haja um desenvolvimento agropecuário sustentável, conta-se ainda com o associativismo e cooperativismo rural no papel de organizar a base produtiva, nos diversos segmentos sociais agropecuários, visando estruturar as cadeias produtivas para o desenvolvimento agropecuário sustentável.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) tem papel importante na execução de políticas públicas para o setor agropecuário, além da função de levar a inovação tecnológica para os produtores rurais. A Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que propiciará o fortalecimento e aprimoramento do serviço de assistência técnica no Brasil. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) terá a responsabilidade de definir a política de Ater para o médio produtor rural. A Anater trabalhará em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), aproximando a pesquisa agropecuária da extensão rural.

Reconhecido pela elevada participação das fontes renováveis em sua matriz energética (aproximadamente 45% nos últimos anos), o Brasil requer ações de forma que a produção agroenergética possa crescer de maneira sustentável e competitiva. Isso contribuirá para atender à demanda por energia limpa e renovável, gerando externalidades sociais, econômicas e ambientais positivas. Com instrumentos adequados de apoio aos produtores rurais, a agroenergia poderá consolidar-se como vetor de desenvolvimento local, de geração de empregos e de geração e distribuição de renda.

Considerando os cenários interno e externo, a gestão interna do Mapa tem desenvolvido esforços de forma a participar das mudanças necessárias. Desde 2005, o Ministério iniciou reestruturação e implantação de uma gestão estratégica. O Plano Estratégico em vigor identificou desafios que a instituição deverá superar no período 2006-2015 para que o Brasil possa alcançar as suas potencialidades.

Entre os objetivos estratégicos do Mapa se encontram desafios relacionados a: i) melhoria da eficiência e efetividade da estrutura administrativa e gerencial por meio do fortalecimento da gestão estratégica e da implantação da gestão por processos e gestão de projetos; ii) racionalização e melhor aproveitamento das competências humanas existentes; iii) implantação de um processo de comunicação social, interno e externo, integrado e alinhado às estratégias da organização; iv) adequação da infraestrutura física do Mapa e da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC); e v) melhoria da gestão da informação e do conhecimento visando prover informações e conhecimento às atividades do Mapa, do Governo Federal e dos agentes das cadeias produtivas agropecuárias.

Embora as ações e instrumentos de política agrícola abarquem uma quantidade significativa de ações e instrumentos, a análise do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização, a seguir, se restringirá aos elementos expostos nos seus objetivos específicos (0661 e 0618).

**Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.**

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, e o segundo maior consumidor do produto, e emprega direta e indiretamente mais de 8 milhões de trabalhadores. O País é líder em inovações tecnológicas, em mecanismos de comercialização e instrumentos de apoio aos produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras, beneficiadores e exportadores.

Nesse contexto, o Mapa é responsável pela formulação e gestão de políticas públicas para o sistema agroindustrial do café, que inclui promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais emanadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Também é de sua competência planejar, coordenar, executar e acompanhar a aplicação dos recursos do Funcafé, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização.

A operacionalização dos recursos do Funcafé no que tange a financiamentos para o setor cafeeiro depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), por proposição do Mapa, mediante Resoluções específicas que estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso.

Assim, são priorizadas, além do planejamento e execução

dos financiamentos por meio da liberação de recursos para operações de crédito, ações de desenvolvimento de pesquisas agrônômicas, capacitação e treinamento dos agentes do agronegócio café, de levantamento de safra, custos de produção, estoques privados, e promoção dos cafés do Brasil no País e exterior.

Desde 2011, o preço do café no mercado internacional vem sofrendo forte depreciação, motivada pela retração nos estoques nos países importadores e pela preferência por café de outras origens de preço e qualidade inferiores ao produto nacional.

Para dar sustentação ao cafeicultor, foram tomadas medidas de prorrogação de dívidas e alongamento de prazos para que se mantenha a produção em níveis desejados e os preços futuros se recuperem voltando a patamares remuneradores.

Em 2013, ampliou-se o volume de recursos destinados ao setor cafeeiro no Brasil para a safra 2013/2014, totalizando R\$ 5,824 bilhões. Desse total, as linhas de financiamento do Funcafé respondem por R\$ 3,160 bilhões, 53,33% do total.

Os recursos oriundos do Funcafé foram distribuídos para atendimento das linhas de financiamento de: Custeio - R\$ 650 milhões, Estocagem - R\$ 1,14 bilhão, Aquisição de Café (FAC) - R\$ 500 milhões, Contratos de Opções e de

Operações em Mercados Futuros - R\$ 50 milhões, Capital de Giro para Indústria de Café Solúvel - R\$ 150 milhões, Capital de Giro para Indústria de Torrefação - R\$ 200 milhões, Capital de Giro para Cooperativa de Produção - R\$ 450 milhões, e Recuperação de Cafezais Danificados - R\$ 20 milhões. Os beneficiários dessas linhas são produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

Como estratégia de aumento de consumo, o Mapa apoiou a participação de Associações de cafeicultores em feiras internacionais na América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, por meio da formalização de oito convênios para a ação de Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior. Outra ação que mereceu destaque foi a realização da Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte/MG, maior evento do setor, que comemorou o cinquentenário de fundação da Organização Internacional do Café (OIC). Também, foi promovida a 8ª Edição do Espaço Café Brasil - Feira Internacional de Café, que resultou em negócios que alcançaram valor de R\$ 24 milhões, gerados diretamente na feira e mais R\$ 50 milhões pós-feira, contribuindo de forma positiva para fomentar os negócios entre produtores e compradores. A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas do Objetivo 0661 do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS  
OBJETIVO 0661 DO PROGRAMA 2014 - AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulada 2013	Fonte das Informações
			2012	2013		
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	R\$ Bilhões / Ano	1,60	2,069	3,16	197,50%	DCAF/SPAE/ Mapa
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	Beneficiários /Ano	17.000,00	16.478,00	12.638	74,34%	DCAF/SPAE/ Mapa

**Meta: Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Para o exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 3,16 bilhões, entre as várias linhas de financiamento, com recursos do Funcafé (superando a meta em quase dois bilhões), este resultado deve-se aos retornos de financiamento.

**Meta: Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé.**

Os recursos do Funcafé, disponibilizados com base na LOA

2013, só foram liberados após a publicação da Resolução CMN nº 4.229, de 18 de junho de 2013. Em virtude da publicação tardia, os financiamentos efetivamente só começaram a ser liberados na segunda quinzena de agosto. Porém, conforme citado anteriormente, conclui-se que menos beneficiários tomaram um volume maior de recursos.

**Objetivo 0618: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.**

A política de crédito rural, entendida como um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária a taxas de juros e condições de pagamento diferenciadas, é um dos alicerces da política agrícola brasileira e constitui um dos principais instrumentos de apoio ao setor.

Estruturalmente, uma das prioridades da política agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio tem sido elevar a oferta e diminuir os custos do crédito para a produção.

É importante ressaltar que o crédito rural, em suas três modalidades - custeio, investimento e comercialização, vem incorporando diretrizes ou estratégias que se coadunam aos anseios da sociedade e a contextos cada vez mais dinâmicos relacionados ao meio ambiente; à sociedade e à economia mundial; e, paralelamente, a um expressivo aumento no volume de recursos disponibilizados ao agronegócio, incluso nessa classificação os agricultores de médio e grande porte.

As severas adversidades climáticas que atingiram importantes regiões produtoras do País não impediram que fosse alcançado novo recorde na produção de grãos de 186,8 milhões de toneladas.

Esse desempenho, baseado em ganhos de produtividade (4,2%) e secundariamente na expansão na área plantada (6,2%), reafirma a pujança da agricultura brasileira e o empreendedorismo do produtor rural, assegurando o fiel cumprimento das funções tradicionais da agricultura de maneira econômica e ambientalmente sustentável. Estas consistem em assegurar adequado abastecimento do mercado interno, contribuir para o superávit da balança

comercial e para a geração de energia, além da criação de emprego e renda.

Em relação ao crédito rural, a safra que se encerrou em junho de 2013, teve uma aplicação total no valor de R\$ 122,7 bilhões, sendo R\$ 91,7 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 30,9 bilhões para investimento.

O valor aplicado na safra foi 31,2% maior que a safra 2011/2012. Para a Safra 2013/2014 foram assegurados recursos 18% superiores aos da safra 2012/2013, ou seja, R\$ 136 bilhões, sendo R\$ 115,6 bilhões a juros controlados, inferiores aos de mercado, e R\$ 20,4 bilhões a juros livres, com destaque para o acentuado incremento (46%) nas disponibilidades de recursos para financiar investimentos, contribuindo, assim, para a capitalização e modernização do setor. No período de julho a dezembro de 2013, houve uma aplicação no crédito rural no valor de R\$ 91,2 bilhões, o que representa 67% do total disponibilizado para a safra. Do total aplicado, R\$ 67,6 bilhões foram destinados ao custeio e comercialização e R\$ 23,5 bilhões foram aplicados nos programas de investimento.

No ano de 2013, o total de contratos foi de 869.757, valor que já superou a meta estabelecida para 2015. No mesmo período da safra anterior, o total aplicado era de 53% do total disponibilizado. O aumento nas disponibilidades de recursos para o crédito rural, a redução nas taxas de juros e medidas adotadas para melhorar o acesso ao crédito, explicam em parte o bom desempenho no período.

A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas do Objetivo 0618 do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização:

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS OBJETIVO 0618 DO PROGRAMA 2014 - AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
		2012	2013		
Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.	R\$ Bilhão / ano	95,48	122,60	87%	Mapa /SPA/ Deagri
Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Contratos de Crédito Rural Oficial / ano	805.549,00	869.757,00	104%	Mapa /SPA/ Deagri

**Meta: Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de reais o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.**

Os dados acumulados ao longo do ano de 2013 exibem uma aplicação de recursos do crédito rural no montante de R\$ 122,6 bilhões. O Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 aumentou a oferta total de recursos para financiamento à agricultura em 18% em comparação ao Plano anterior.

O limite de crédito de custeio, por produtor, aumentou em

25%. O volume de recursos para financiar investimentos cresceu ainda mais, 46%.

Entre os investimentos priorizados, destacam-se aqueles destinados à armazenagem e à irrigação, que foram beneficiados, ainda, com uma redução de 36% na taxa de juros. Na mesma direção, deu-se apoio ao médio produtor rural, com redução de 10% na taxa de juros, e às cooperativas, cujos juros sofreram redução da ordem de 28%, nos empréstimos destinados a capital de giro. Essas medidas

deixam clara a determinação do Governo em manter níveis elevados de apoio creditício ao agronegócio, reconhecendo sua importância no contexto da economia brasileira.

Para a safra 2013/2014, foram destinados R\$ 136 bilhões para crédito à agricultura. Desses recursos, R\$ 97,6 bilhões foram destinados ao financiamento de custeio e comercialização, 9,8% superior ao da safra passada, e os R\$ 38,4 bilhões restantes destinados para investimentos.

**Meta: Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte).**

Os dados acumulados ao longo do ano de 2013 exibem um número de contratos de 869.757 unidades. Esse número já ultrapassa o valor estimado para o ano de 2015, refletindo o bom desempenho do crédito ofertado aos produtores rurais.

Do total de contratos, a região que apresentou maior procura foi a Região Sul, com destaque para o Rio Grande do Sul, com crédito para custeio da soja e do trigo.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização, para os Objetivos 0661 e 0618:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Programa "2014"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0661	2.086.768.787,05	2.441.281.761,59
RPNP (2)		137.861.579,48	196.935.054,34
Gastos Tributários		0	0
<b>Subtotal</b>		<b>2.224.630.366,53</b>	<b>2.638.216.815,93</b>
No Exercício (1)	0618	786.856.939,89	458.168.812,63
RPNP (2)		1.028.289.101,16	520.463.105,67
Gastos Tributários		0	0
<b>Subtotal</b>		<b>1.815.146.041,05</b>	<b>978.631.918,30</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.039.776.407,58</b>	<b>3.616.848.734,23</b>

Fonte: Siafi Gerencial.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Comentários acerca da execução orçamentária:

Objetivo 0661 - a execução orçamentária engloba três ações, a saber: 0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café, 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café e 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura. A variação, dos valores liquidados com o orçamento do próprio exercício em 2013 em relação a 2012, demonstra um acréscimo de R\$ 354.512.974,54 e vai ao encontro dos esforços para aumentar o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé e advém do retorno dos financiamentos realizados em 2012. Ressalte-se que foram disponibilizados R\$ 3,16 bilhões.

Objetivo 0618 - a execução orçamentária engloba as seguintes ações, sob a supervisão do Ministério da Fazenda: 006O; 0294; 0297; 0298; 0301; 0373; 0611, nos valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do exercício 2013, a redução frente a 2012, revela o atendimento aos limites impostos pelo Decreto de Programação Financeira.

## 4.11. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado pelo Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985. Sua área de competência está estabelecida no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

Como órgão da administração direta, o MCTI tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

Com a incorporação das duas mais importantes agências de fomento do País – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas unidades de pesquisa – o MCTI passou a coordenar o trabalho de execução dos programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O objetivo dessa política é transformar o setor em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade.

Além das agências de fomento, compõem o sistema MCTI o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); a Agência Espacial Brasileira (AEB); 19 unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e quatro empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás

Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec S.A.).

Por meio desse conjunto de instituições, o MCTI exerce suas funções estratégicas, desenvolvendo pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento e de novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015, foi concebida e vem sendo implementada em estreita articulação com a política industrial, consubstanciada no Plano Brasil Maior.

A prioridade dessa estratégia é traduzir o desenvolvimento científico e tecnológico em progresso material e bem estar social para o conjunto da população brasileira, o que passa pela convergência de dois macro-movimentos estruturais: a revolução do sistema educacional e a incorporação sistemática ao processo produtivo, em seu sentido amplo, da inovação como mecanismo de reprodução e ampliação do potencial social e econômico do País. Esse é o caminho para transformar a ciência, a tecnologia e a inovação em eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro.

### 4.11.1. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

**Objetivo 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade**

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até		% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013		
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	Unidade	10.000	8.557	9.312	93%	Coest/CNPq
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	Unidade	42	26	96 (85 + 11)*	229%	CGNAC/CNPq

\* Em 2013 foram firmados 85 novos convênios e 11 acordos (convênios sem repasse de recursos). Sem programação de novos convênios e acordos até o final do período previsto para o cumprimento da meta.

A consecução desse Objetivo em 2013 está relacionada principalmente a 11 Ações, sendo que algumas delas envolvem mais de duas unidades orçamentárias na execução e são compostas por um ou mais Planos Orçamentários, que pontuam com maior objetividade e clareza a aplicação dos recursos financeiros. Algumas dessas Ações receberam emendas parlamentares, sem, entretanto, terem sido executadas pela não liberação dos recursos.

O estabelecimento e a atuação para o alcance da meta relacionada à ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq/MCTI, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para a criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos, o que vem contribuindo para o desenvolvimento do País, de forma

regionalmente equilibrada, e com maior interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Em 2013, só no que diz respeito ao Edital Universal, destinado ao apoio individual à pesquisa, envolvendo todas as áreas de conhecimento, foram aprovados cerca de 4.600 projetos.

Em outra linha de atuação, a ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa, tem-se demonstrado uma estratégia e mecanismo essencial, e até imprescindível, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

Essas parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas: Programas de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, dentre outros.

Os dados de 2013 demonstram o sucesso dessa estratégia: foram firmados 96 novos convênios envolvendo todas as unidades da federação, o que resultou tanto na ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), como no número total de projetos apoiados.

Dentre outros resultados alcançados pela execução das Ações relacionadas a esse Objetivo, podemos destacar, no campo dos esforços para a inclusão social, integração regional e difusão de conhecimento, o apoio a implementação a projetos de Tecnologias Social e Assistiva que ganhou reforço neste ano com investimento através de ações interministeriais e dos Fundos Setoriais que resultou no montante de R\$ 174 milhões, sem chamadas públicas via Finep, CNPq e Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/MEC).

O valor recorde foi distribuído em treze editais e teve uma demanda que superou dois mil projetos submetidos. Entre as principais chamadas destaca-se a chamada MCTI/SECIS/CNPq N° 84/2013 com objetivo de selecionar propostas de consolidação e implantação de Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva, no valor global de R\$ 13 milhões.

O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) alcançou o número de 29 núcleos que compõem a rede de pesquisa em Tecnologia Assistiva, vinculados a universidades, institutos federais e unidades de pesquisa de todas as regiões do País.

Para os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), ambientes tecnológicos voltados ao desenvolvimento, promoção e oferta de serviços e produtos para o fortalecimento dos sistemas produtivos locais por meio da extensão tecnológica, em 2013, foi disponibilizado o valor de R\$ 30 milhões por meio de edital, voltados à criação de centros na área de agroecologia. Foram apoiadas 93 propostas no universo de 170 submetidas.

Atualmente, 255 CVTs estão em efetivo funcionamento e 115 em implantação em todo o País.

Com recursos de Ações desse Objetivo, foi realizada a décima edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) com o tema “Ciência, Saúde e Esporte”. O evento que tem como finalidade mobilizar a população, em especial crianças e jovens, sobre a importância da ciência e tecnologia (C&T) alcançou mais de 32.400 atividades, mobilizando cerca de 1.028 parceiros em 699 cidades.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), realizado pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa/MCTI), com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) contou, em 2013, com 19 milhões de participantes de 5.529 cidades.

Os Centros e Museus de Ciência e Tecnologia que contribuem para a democratização do acesso ao conhecimento, entre outros aspectos, receberam destinação de R\$ 20 milhões por meio de chamada pública (MCTI/CNPq/SECIS/FNDCT N° 90/2013) para apoio à criação de museus e centros de ciência. Foram submetidos 316 projetos, dos quais 62 foram contemplados.

Já no campo da Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, recursos financeiros foram repassados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para apoiar o Plano de Ação do Comitê conjunto Brasil-Canadá, para apoio a projetos na área de Biotecnologia e ciências da vida, tecnologia de oceanos, tecnologia da informação e da comunicação, energia limpa, tecnologias verdes e nanotecnologias.

Recursos também foram aplicados para apoio ao Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia e ainda ao Projeto Túnel da Ciência que é uma cooperação Brasil-Alemanha e para a consolidação da Cooperação entre Brasil-China na área de nanotecnologia.

Em 2013, não obstante a variação cambial que impactou os recursos previstos para o pagamento dos contratos para participação do Brasil na utilização nos telescópios Gemini, Soar e CFHT, as pesquisas relacionadas ao tema tiveram continuidade se verificando um aumento no número de artigos publicados em relação a 2012 e ao previsto inicialmente para 2013.

Reforçando a questão do fomento à pesquisa, foco principal do Objetivo, o apoio às pesquisas voltadas à inovação a partir do segundo semestre de 2013 ganharam impulso, principalmente nas áreas de nanotecnologia; para a incubação de empresas e parques tecnológicos, biocombustíveis, energias do futuro, capacitação tecnológica, Programa Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), além do apoio à capacitação de recursos humanos para pesquisa em eficiência energética em edificações.

Ocorreu também o apoio à realização de vários eventos tais como o X Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e VII Encontro da Rede Brasileira de Informação em Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral; do II Seminário Sobre Inovação em Geologia, Mineração e Transformação Mineral; do 9º Congresso Sobre Geração

Distribuída e Energia no Meio Rural; do XVI Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha do Brasil; do 3º Salão Nacional de Divulgação Científica; da XIII Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica; realização do Congresso Nacional de Inovação na Indústria.

**Objetivo 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para Ciência, Tecnologia e Inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas**

Descrição da Meta 2012-15	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-15	Meta Realizada até		% da Meta Total 2012-15 Realizada (acumulado)	Fonte das Informações
			2012	2013		
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	Unidade	26.000	15.503	17.417	67%	Coest/CNPq
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	Unidade	30.000	27.663	26.942*	90%	Coest/CNPq
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	Unidade	35.000	11.566	21.810	62%	CGCSF/CNPq
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	Unidade	49.500	38.613	43.706	88%	Coest/CNPq

\* A redução observada pontualmente no ano de 2013 em relação ao anterior não se caracteriza como significativa, considerando todo o período (2012-2015), levando-se em conta o percentual de 90% da meta já alcançado.

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capazes de se dedicar ao desenvolvimento de C,T&I e à produção e à incorporação de conhecimento na sociedade.

O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual – PPA 2012-2015, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e à ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas a pesquisa e desenvolvimento (P&D), e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

A ampliação no número de bolsas de iniciação à pesquisa, por exemplo, que alcança o patamar de 43.706 bolsas concedidas no período 2012/2013, demonstra que mais jovens estão sendo expostos à experiência da pesquisa, com uma melhor e mais consistente formação, e que está sendo ampliado e aperfeiçoado tanto o processo de identificação de vocações científico-tecnológicas como a formação de profissionais mais capacitados a acompanhar e se adaptar

às rápidas e crescentes mudanças de mercado do mundo globalizado. Por sua vez, o aumento do número de bolsas de produtividade em pesquisa tradicionalmente concedidas – 17.417 no período 2012/2013 - tem contribuído para o estímulo da atuação tanto de pesquisadores das áreas de pesquisa básica e aplicada, atuantes no âmbito de instituições de caráter preponderantemente acadêmico-científico, como de pesquisadores dedicados às questões tecnológicas e de inovação, atuando preferencialmente em institutos de pesquisa e em empresas.

As bolsas de pós-graduação em maior número têm fortalecido a base de pesquisadores comprometidos com a nova dinâmica de desenvolvimento e conseqüente superação das barreiras relacionadas ao desenvolvimento do Brasil.

O número de bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras, no período 2012/2013, só pelo CNPq, se aproximou de 22 mil bolsas concedidas (saindo de um patamar histórico de concessão de cerca de 700 bolsas-ano), já provocou mudanças significativas na dinâmica do setor acadêmico e empresarial brasileiro, especialmente no âmbito da graduação.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária dos Objetivos 0400 e 0497 do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação:

**PROGRAMA 2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Programa 2021	Código do Objetivo	Valores liquidados – R\$	
		2012	2013
No Exercício	0400	554.307.765,97	567.171.610,15
RPNP		13.119.668,71	152.565.114,80
<b>TOTAL OBJETIVO 0400</b>		<b>567.427.434,68</b>	<b>719.736.724,95</b>
No Exercício	0497	1.103.792.120,93	1.762.781.797,04
RPNP		109.597.283,51	-
<b>TOTAL OBJETIVO 0497</b>		<b>1.213.389.404,44</b>	<b>1.762.781.797,04</b>

Fonte: Siafi Gerencial.

## 4.12. MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC)

O Ministério da Cultura (MinC) foi criado em 1985, a partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura. A partir de então, começaram a ser desenvolvidas ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional.

O MinC é um órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Desenvolve políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura nacional, bem como preserva o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e nacional.

As políticas públicas de Cultura são pautadas por ações que atendem aos objetivos previstos no PPA 2012-2015 e às diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), em consonância com diretrizes orientadas para a inclusão social pela via da produção e fruição dos bens culturais, pela construção de pilares que permitam o desenvolvimento de bases sustentáveis para a economia da cultura, pelos incentivos à inovação, criação e diversidade cultural e pela proteção de nosso patrimônio cultural.

Por meio das metas do PNC, o MinC trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas, como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas e, também, nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão.

Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico.

A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.

### 4.12.1. Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

O programa finalístico de responsabilidade do MinC no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 é o 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso. Após a revisão do PPA ocorrida em

2013, sua atual configuração apresenta seis objetivos e 67 metas. Os atuais objetivos do programa temático retratam os macroprocessos desenvolvidos pelas unidades da administração direta (secretarias e diretorias) e pelas entidades vinculadas (fundações e autarquias) que compõem o Sistema MinC.

Os macroprocessos que deram origem aos objetivos do programa temático 2027 são:

- a formulação da política de Cultura; a preservação da memória e do patrimônio cultural; o fomento a projetos artísticos e culturais; a difusão cultural e de conhecimento;
- a fiscalização, regulação e fomento do setor audiovisual;
- a implantação, modernização e gestão de espaços culturais.

Por meio desses objetivos, identificados a seguir, as unidades da administração direta do MinC, bem como suas entidades vinculadas, articulam ações voltadas a investimentos específicos em projetos para áreas culturais, com reflexo em diversos segmentos, tais como:

- patrimônio histórico e cultural (material, imaterial e museológico);
- humanidades (bibliotecas, livros e literatura);
- artes cênicas (teatro e circo);
- artes visuais (artes plásticas e fotografia);
- música (erudita, instrumental e popular);
- audiovisual (produção cinematográfica e televisiva); e
- diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais e festas populares), dentre outros.

Os objetivos constantes do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 para o Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso são os seguintes:

**Objetivo 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura.**

**Objetivo 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.**

**Objetivo 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da**

*produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.*

**Objetivo 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior**

**Objetivo 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e**

*ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.*

**Objetivo 0788 - Produzir, fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira.**

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, por objetivo.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
PROGRAMA 2027 – CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO**

Programa "2027"	Código do Objetivo*	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0779	12.933.181,22	10.678.555,7
RPNP (2)		3.179.230,28	5.275.328,24
No Exercício (1)	0783	34.456.534,29	22.113.733,35
RPNP (2)		30.151.641,93	92.907.375,16
No Exercício (1)	0785	22.462.004,6	10.396.725,94
RPNP (2)		24.541.001,00	488.739.132,12
No Exercício (1)	0786	119.066.613,87	101.913.749,69
RPNP (2)		91.771.880,78	37.025.178,2
No Exercício (1)	0787	64.587.064,03	162.634.574,34
RPNP (2)		17.507.225,01	120.785.125,72
No Exercício (1)	0788	1.336.971,41	2.770.648,42
RPNP (2)		193.478,11	1.129.798,32
Gastos Tributários ANCINE e MinC		1.061.695.695,08	1.508.192.079,36
<b>TOTAL (NO EXERCÍCIO + RPNP)</b>		<b>422.186.826,53</b>	<b>1.056.369.925,20</b>

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (Siop).

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Objetivos a partir da revisão do PPA realizada em 2013.

O quadro de execução orçamentária do Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso traz dados dos exercícios 2012 e 2013. É importante observar que o volume de recursos deste Programa mais do que dobrou de 2012 para 2013. O detalhamento desses valores indica um crescimento de R\$ 254,8 milhões em 2012 para R\$ 310,5 milhões em 2013, em valores liquidados, relativos ao orçamento do próprio exercício.

No que tange aos valores liquidados relativos a restos a pagar não processados em exercícios anteriores, observa-se um salto de R\$ 167,3 milhões em 2012 para R\$ 745,8 milhões em 2013. Tal fato se deve a mudanças significativas no cadastro de ações do MinC a partir de 2012, que resulta em menor volume de recursos registrados em restos a pagar em 2012, devido à menor correspondência de ações (parâmetro estabelecido nas consultas ao Siafi) entre os exercícios.

O elevado patamar das despesas inscritas em restos a pagar decorre de fatores variados, tais como: atrasos e restrições na liberação dos limites orçamentários e financeiros dos órgãos responsáveis (Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP

e Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF); renovação das políticas públicas praticadas pelo MinC em 2012, que observaram um calendário de execução superior ao previsto inicialmente; grau de maturação de projetos superior ao exercício fiscal, a exemplo de programas como o CEUs das Artes, Cinema Perto de Você, PAC Cidades Históricas, dentre outros.

Analisando especificamente o ano de 2013, observa-se que os objetivos com maior volume de recursos investidos foram o 0785, do audiovisual, e o 0787, ligado à implantação e gestão de espaços culturais. Como exemplo de importantes resultados no setor audiovisual, podemos destacar a expansão da produção nacional no mercado cinematográfico brasileiro, que alcançou 17% do total, além da ampliação da exibição de obras brasileiras na programação das TVs por assinatura e do aumento da média de lançamento de filmes nacionais no circuito comercial de salas de exibição, totalizando 115 obras lançadas.

Com relação aos principais resultados no âmbito do objetivo de implantação e gestão de espaços, são exemplos exitosos

os prêmios no segmento de artes cênicas brasileiras consagrados nos espaços Funarte, o programa de modernização promovido nos museus do Governo Federal e a implantação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que agregam em um mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais e políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também provenientes de incentivo fiscal, por meio de mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet; na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 - Lei do Audiovisual; e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais. Estes recursos estão agregados no item Gasto Tributário, constante do quadro "Execução Orçamentária", visto que, no caso do Ministério da Cultura, os recursos de incentivo

fiscal são os únicos que se enquadram na citada categoria. Por oportuno, convém salientar que, dado o funcionamento dos mecanismos de incentivo fiscal previstos na legislação mencionada, os valores informados representam, em última instância, expectativa de incentivo fiscal. Ou seja, somente após as declarações anuais de rendimentos efetuadas por patrocinadores de projetos culturais, pessoas físicas e jurídicas, junto à Secretaria da Receita do Brasil, é que tais valores constituirão, de fato, incentivos fiscais.

Importante, por fim informar, que os valores constantes do item supramencionado referem-se ao saldo no último dia do ano de valores captados pelos proponentes dos projetos culturais patrocinados e, dado que a contabilização desses valores é efetuada em regime de competência, poderá este saldo variar no tempo, pela existência de uma lacuna temporal entre o recebimento dos recursos pelo proponente e a informação ao MinC para efetivo registro em seus sistemas de controle.

A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas dos objetivos do Programa 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso:

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura	%	100	85,2	92,59	92,59	Siop/SIMINC
30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura	%	30	25,3	35,9	119,67	Siop/SIMINC
Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura	%	20	24,1	31	155	Siop/SIMINC
Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União	unidade	1,2 milhão	287.094	443.616	36,97	Siop/SIMINC
Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU	unidade	360	2	20	5,55	Siop/SIMINC

Em termos gerais, o Ministério da Cultura tem avançado significativamente em direção ao alcance das metas previstas para o quadriênio 2012-2015.

Nesse sentido, merecem destaque os esforços realizados para a constituição de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) que permitirá maior integração e consistência na política nacional de cultura, evitando desperdício de recursos e perda de foco nos aspectos mais importantes para a preservação e desenvolvimento da riqueza e diversidade de nosso patrimônio cultural. Já integram o SNC, em 2013, 26 Estados e o Distrito Federal e 35,9% dos Municípios brasileiros.

Ainda nessa linha, é importante destacar o avanço na produção e difusão de obras audiovisuais nacionais, conforme é possível observar, entre outros aspectos, pela sintomática ampliação ocorrida na exibição da produção audiovisual no segmento de TV por assinatura.

O Ministério da Cultura também tem contribuído de forma eficaz para o acesso à fruição dos bens culturais de diversos segmentos, como bem ilustra a ampliação do público que tem frequentado os espaços culturais da União.

A Fundação Nacional das Artes (Funarte), instituição vinculada ao Ministério da Cultura, mantém 20 equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e espaços para projetos de residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF.

Para cada um dos espaços foi criada uma intensa programação, tendo sido realizadas diversas atividades artísticas: espetáculos, shows, oficinas, palestras, debates, exibição de vídeos, dentre outras atividades, proporcionando ao público espetáculos de excelência a preços populares. Ainda nessa direção, foi realizada a "Mostra Bola na Rede",

ocorrida em Brasília, durante a Copa das Confederações, apresentando obras de 24 artistas, incluindo pinturas, vídeo, fotografias, objetos, instalações e intervenções. O evento contribuiu para a difusão da arte brasileira junto ao público visitante e a instituições nacionais e internacionais.

Igualmente relevante tem sido a política de ampliação destes espaços culturais, por meio da criação dos novos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que deverão totalizar 360 unidades disponíveis até o final do ano de 2015. No ano de 2013, foram iniciadas 81 obras que, somadas às iniciadas em 2012, totalizaram 262 CEUs em construção. Projeções internas apontam para o alcance da meta antes da data prevista.

Dentre as metas propostas pelo MinC para o período 2012-2015, estão a criação e implantação de uma instituição pública para a regulação dos direitos autorais, bem como a modernização da legislação que rege a proteção destes Direitos. Ambas as iniciativas têm avançado, tendo sido elaboradas as respectivas propostas que estão em fase de validação junto aos representantes da sociedade civil e órgãos governamentais afetos.

Importante destacar a realização, em 2013, da III Conferência Nacional de Cultura, que teve como tema “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional

de Cultura”. Esta conferência teve como principal objetivo a discussão sobre a necessidade de consolidação e fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à Cultura.

A Conferência foi realizada em Brasília, no período de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2013, e contou com 1.745 participantes, entre delegados, convidados e observadores.

Vale mencionar os esforços que foram realizados em 2013 em torno da elaboração de uma cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural.

Por fim, merece destaque a iniciativa de criação da Rede Popular do Livro Acessível, que objetiva ampliar o número de instituições produtoras de livro em formato acessível, tendo em vista que praticamente uma única instituição lidera esse mercado, limitando, assim, a variedade e os conteúdos.

A fim de alcançar essa meta, foi lançado o Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível, com previsão de atender nove projetos desenvolvidos por instituições que atuam na área.

#### Outras considerações julgadas relevantes

Indicador	Unidade de Medida	Índice de Referência	Início da Apuração	Apuração atual	Valor Apurado
Expansão da participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil	%	100%	2011	2013	118,6%
Expansão do total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste	%	100% (397 salas)	2011	2013	122,7% (487 salas)

O Ministério da Cultura elegeu os indicadores acima para fornecer uma aproximação do impacto das políticas governamentais para o setor cultural, ao longo do quadriênio 2012-2015. A escolha recaiu sobre estes indicadores por refletirem modificações importantes na produção e difusão de bens culturais, particularmente, na área cinematográfica.

Importante observar que o segmento audiovisual tem sido um dos expoentes no consumo de bens culturais nos anos

recentes e que os dados acima confirmam a continuidade de expansão do setor, assim como o firme compromisso no sentido de buscar, conforme Objetivo 0785 do PPA 2012-2015, “Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população”.

#### 4.13. MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

O Brasil é um País de proporções continentais, cujas regiões geográficas são muito díspares quanto ao desenvolvimento, clima, vegetação, topografia, o que exige meios operativos de defesa os mais diversos.

Dessa forma, o País deve dispor de Forças Armadas adequadas ao seu perfil geográfico, com os necessários atributos de alta mobilidade e alcance, capaz de fazer-se presente, com rapidez e eficiência, em qualquer parte do território nacional.

O Ministério da Defesa (MD) exerce a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, que são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo MD.

O MD tem como missão: coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

##### A Política Nacional de Defesa

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção, vive em paz com seus vizinhos e defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscricção das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações.

Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, o País pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, por ameaça ao seu patrimônio ou interesses vitais.

Ao Ministério da Defesa compete promover a coordenação da Política Nacional de Defesa, que se dá pela atuação conjunta do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas defesas marítima, terrestre e aeroespacial.

No dia 12 de setembro de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Decreto Legislativo nº 818/2013, referente à atualização da Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A PND é voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o

emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, além de analisar os ambientes internacional e nacional e estabelecer os Objetivos Nacionais de Defesa.

A END trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da base industrial de defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Nesse cerne, cabe à Marinha do Brasil atuar na defesa das águas interiores (rios, lagos e canais) e em todo o mar, de forma a garantir a soberania nacional, tendo como prioridade assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza a estratégia de defesa marítima do Brasil.

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabeleceu atribuições subsidiárias de competência da Marinha, as quais estão relacionadas a orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional; prover a segurança da navegação aquaviária; contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Ao Exército Brasileiro (EB) cabe promover a defesa do País em operações eminentemente terrestres, e, no plano interno, a garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais, e deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

O EB, em sua tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro, atua como importante ferramenta de suporte a setores da sociedade, constituindo-se com frequência na única presença do Estado Brasileiro em determinadas áreas, contribuindo com as populações locais, influenciando na formação do sentimento nacional, tão importante para o êxito de qualquer estratégia de defesa, especialmente a da resistência.

A Força Aérea Brasileira (FAB) deve dispor de capacidade para cumprir as operações de defesa aeroespacial e tem por atribuições subsidiárias prover a segurança da navegação aérea; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária de interesse militar; cooperar

com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro; cooperar com os órgãos federais, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional, fomentando a indústria interna do setor.

Quatro objetivos estratégicos orientam a missão da FAB e fixam o lugar de seu trabalho dentro da Estratégia Nacional de Defesa: prioridade da vigilância aérea; poder para assegurar o controle do ar no grau desejado; capacidade para levar o combate a pontos específicos do território nacional, em conjunto com a Marinha e o Exército, constituindo uma única força combatente, sob a disciplina do teatro de operações; e domínio de um potencial estratégico que se organize em torno de uma capacidade, não em torno de um inimigo.

Na estrutura do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, o Ministério da Defesa é responsável pelos Programas: 2058 - Política Nacional de Defesa e 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida. Para efeito da prestação de contas relativa ao exercício de 2013 foram selecionados os três Objetivos do Programa 2058, relacionados à adequação dos meios operacionais dos Comandos das Forças.

#### **4.13.1 Programa 2058 - Política Nacional de Defesa**

##### ***Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.***

Esse objetivo orienta as ações de planejamento do Comando da Aeronáutica, no sentido de preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para a defesa aeroespacial do País. Neste sentido, os vetores precisam de autonomia de voo e capacidade de resposta rápida às demandas, em quantidade tal que permita a disponibilidade operacional máxima, em convivência com os períodos de manutenção desses equipamentos, ou seja, das aviações de asas rotativas, de caça, de patrulha, de reconhecimento, de transporte e de busca e resgate, dentre outros meios de apoio ao combate.

A manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa aérea e antiaérea, requer a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo brasileiro.

Nesse propósito, o Comando da Aeronáutica, no exercício de 2013, enviou esforços no intuito de investir na modernização e na aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha; no aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e na ampliação da capacitação científico-tecnológica.

A modernização e a aquisição de aeronaves, tais como: helicópteros, aviões de combate, de transporte e de patrulha integram as metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa e receberam tratamentos prioritários nos

planejamentos do Comando da Aeronáutica no exercício de 2013. Como resultado das referidas metas, destaque-se o recebimento de um helicóptero EC-725 (H-XBR), na versão VIP, adquirido do Consórcio Helibrás/Eurocopter, fruto de contrato em que se prevê a compra de 50 aeronaves, a serem distribuídas entre as forças singulares, na proporção de 16 para cada, e dois para a Presidência da República. Desde o início do Projeto, foram recebidos oito helicópteros pela FAB, dos quais quatro serão para uso da Força Aérea, dois do Exército e dois da Marinha.

Na mesma linha de atuação, a FAB, em continuidade a segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciado em 2012, que previa a adequação de 11 aeronaves, entregou mais cinco aviões à Embraer, totalizando sete unidades do citado modelo, em processo de execução dos serviços contratados.

No tocante ao Projeto A-1 (AM-X), que prevê a modernização de 43 aeronaves, no exercício de 2013 foram entregues à Embraer mais oito aviões, para fins de adequação, totalizando 22 unidades, considerando as remessas realizadas no ano anterior. Com relação à previsão, para o exercício de 2013, de conclusão dos serviços de seis aeronaves, por questão de restrição de recursos, bem assim atraso na linha de produção, apenas uma foi modernizada e entregue à FAB.

No tocante ao Projeto de Modernização P-3BR, a Força Aérea Brasileira, no exercício de 2013, recebeu três aeronaves, remanescendo uma, que, por exigir a utilização de considerável número de itens não disponíveis no mercado, tem a entrega prevista para o primeiro trimestre de 2014.

O Projeto relativo ao cargueiro KC-390 representa um marco na indústria aeronáutica brasileira, visto que, a partir do momento em que o País conseguir produzir e exportar um produto com a tecnologia que vem sendo desenhada, aumenta seu nível de representatividade, no segmento, perante o mercado internacional. A conclusão do projeto do cargueiro ocorreu em março de 2013, quando pôde ser iniciada a fase de construção dos protótipos.

Com a finalidade de propiciar suporte às missões de ajuda humanitária, bem assim as de busca e salvamento, foram adquiridas 16 aeronaves H-60 Black Hawk, de fabricação americana, tendo a última sido entregue no exercício de 2013, todas incorporadas ao acervo da FAB.

Dando continuidade as ações de aparelhamento da Força Aérea Brasileira, no ano de 2013, foi recebido um sistema composto de duas aeronaves remotamente pilotadas, conhecidas por Veículos Aéreos não Tripulados (Vant), capazes de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso e com baixo custo de operação, bem como de incrementar a capacidade da FAB em realizar ações de monitoramento de extensas áreas e apoiar as ações de cobertura de grandes eventos.

Com referência aos sistemas bélicos, em 2013, merece destaque o desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MAA-1B e de kits de guiagem laser para bombas BFG 230

e 460 kg, bem como a aquisição de kits de modificação de lançadores para operação dos mísseis Python 4.

Também merece destaque o recebimento de diversos itens de emprego bélico, tais como: dispositivos de pontaria do tipo imageadores termais, equipamento de contramedidas eletrônicas para a aeronave, mísseis de treinamento para a aeronave, dentre outras aquisições realizadas no exercício de 2013, além de dois micro-ônibus, destinados ao apoio das operações da Força Aérea.

A respeito das ações atinentes a adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira, voltadas a assegurar a capacidade de defesa aeroespacial, embora tenha havido avanços em determinados projetos, citando-se o desenvolvimento de alvo aéreo para míssil e de kits de guiagem laser para bombas, medida, inclusive, que visa nacionalizar os processos de fabricação, os resultados almejados para o exercício de 2013 ficaram muito aquém dos esperados, em face às limitações orçamentárias que caracterizaram o exercício financeiro.

***Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.***

A necessidade do fortalecimento do poder naval aumenta, ao se considerar que, atualmente, cerca de 92% do petróleo e de 70% do gás natural produzidos no Brasil são extraídos a partir de 764 poços marítimos e a província do Pré-sal, que começa a ser explorada, tem reservas estimadas em 12 bilhões de barris.

Além disso, o comércio internacional brasileiro é realizado, majoritariamente, por via marítima. Em 2013, por exemplo, transitaram por essa via mercadorias no valor de 442 bilhões de dólares, o que corresponde a, aproximadamente, 95% do comércio exterior do País.

Vale destacar a área conhecida como Amazônia Azul, denominação dada à área abrangida pela zona econômica exclusiva e plataforma continental brasileira, que detém, em seus milhões de quilômetros quadrados, riquezas biológicas e minerais, passíveis de ameaça pela exploração predatória e da cobiça internacional.

O Objetivo 0519 incorpora as iniciativas empreendidas pela Marinha do Brasil, relacionadas aos grandes projetos de investimento como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), bem assim as relativas à dotação do inventário de meios operativos da Força, com a aquisição, construção ou modernização, que abrangem os meios navais (navios de superfície e submarinos), aeronavais (asas fixa e móvel) e de Fuzileiros Navais (viaturas), e a obtenção, mediante aquisição ou desenvolvimento próprio, de sistemas de armas e de sensores.

O Prosub, decorrente de parceria estratégica celebrada em 2008, entre os Governos do Brasil e da França, envolvendo transferência de tecnologia, tem por objetivo viabilizar a

construção de quatro submarinos de propulsão convencional, da classe Scorpene, e o projeto e construção do primeiro submarino com propulsão nuclear da armada brasileira.

Em março de 2013, foi inaugurada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), localizada no Município de Itaguaí/RJ, em cujas instalações serão efetuadas a pré-montagem das seções dos cascos dos submarinos, onde se encontram em processo de fabricação as estruturas do primeiro submarino da nova frota convencional, tendo sido recebidas, naquelas instalações, as Seções 3 e 4 (de proa) do submarino, fabricadas na França.

No mês de julho foi iniciada a construção do segundo submarino convencional, com o corte da primeira chapa de aço do seu casco resistente. No mesmo mês, foi concluída a fase de concepção do projeto do submarino com propulsão nuclear e iniciada a fase preliminar desse projeto, com duração prevista de 27 meses.

Com relação aos meios navais, cabe ressaltar o recebimento do Navio-Patrolha Oceânico (NPaOc) Araguari, ocorrido em junho de 2013, terceiro e último dos NPaOc de 1800 toneladas da classe Amazonas, construídos no Reino Unido, adquiridos pelo País mediante compra de oportunidade realizada em 2012.

Ainda com relação aos meios aeronavais foi recebido em 2013 o segundo helicóptero Eurocopter EC-725 SuperCougar, de um total de 16 unidades, destinadas a Marinha do Brasil, no bojo do Projeto HX-BR.

A Marinha contratou a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) para promover a modernização de 12 aeronaves de asa fixa AF-1/1A Skyhawk, sendo que 6 foram encaminhadas para execução dos serviços. Em julho de 2013, foi realizado o voo de testes da primeira aeronave protótipo.

No que concerne aos meios de Fuzileiros Navais, a Marinha adquiriu da empresa suíça MOWAG, 30 Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 Piranha IIC, sendo que 26 unidades, até o final de 2013, foram recebidas.

Também em relação aos meios do Corpo de Fuzileiros Navais, encontra-se em processo de recebimento o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros 2020, que abrange viaturas e lançadores produzidos pela empresa Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., visando reforçar a capacidade de artilharia de campanha do corpo de fuzileiros navais.

No âmbito do subprojeto Cartografia Náutica, do Projeto Cartografia da Amazônia, a Marinha celebrou contrato com o estaleiro Inace, de Fortaleza/CE, para a construção de quatro Avisos hidroceanográficos fluviais de 140 toneladas, todos já recebidos, e de um navio hidroceanográfico fluvial de 560 toneladas.

No exercício de 2013, efetivou-se a conclusão da fase de conceituação, dando-se início a fase de desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), concebido com o objetivo de ampliar a capacidade de

monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras e das regiões de busca e salvamento que estão sob a responsabilidade do Brasil.

**Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.**

A adequação e a ampliação dos meios operacionais do Exército Brasileiro têm por objetivo o aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a evolução da Força Terrestre e necessidades do País, para que essa Força possa fazer-se presente, com prontidão, em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Em 2013, o Exército Brasileiro prosseguiu com o propósito de dotar suas organizações militares de equipamentos e materiais modernos, a fim de propiciar adequado suporte ao seu preparo e emprego, bem assim assegurar a capacidade operacional terrestre e contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

O plano de aparelhamento do Exército está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a ciência e tecnologia.

Visando ampliar a capacidade operacional da Força e proteger as estruturas estratégicas terrestres do País como instalações, serviços, bens e sistemas, encontram-se em fase de implementação, pelo Comando do Exército, os Projetos de Recuperação da Capacidade Operacional (Recop); Proteger; Defesa Antiaérea; Guarani e Astros 2020.

O Recop tem por objetivo dotar as organizações militares de material de emprego militar, cuja implantação possibilitou a aquisição de 175 estações de rádios para viaturas blindadas, de 175 intercomunicadores e equipamentos óticos diversos e de 12 lanchas de patrulhamento Guardian, das 25 previstas

para serem utilizadas por tropas das regiões norte e oeste do País.

O Projeto Proteger consiste em sistema destinado a ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio às atividades de defesa civil e na proteção ambiental, assim como nas operações contra agentes químicos, biológicos, radioativos e nucleares e contra atentados terroristas, de modo a contribuir para as operações realizadas em prol da garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea visa dotar a Força Terrestre da capacidade de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País e do Exército, protegendo-as de possíveis ameaças aéreas, mediante a integração de mísseis e canhões antiaéreos, radares, centro de comando e controle, comunicações e logística.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Para tanto, vêm sendo desenvolvidas novas famílias de viaturas blindadas média de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre dos meios necessários à ampliação do poder de dissuasão e defesa do território nacional.

A primeira viatura desenvolvida foi a de Transporte de Pessoal Média de Rodas - Guarani (VBTP-MR Guarani), que substituirá gradativamente as viaturas Urutu, fabricadas pela empresa Engenheiros Especializados S.A. (Engesa), em uso há mais de 40 anos.

O Sistema Astros 2020, concebido e elaborado pela empresa brasileira Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal, na versão MK-6, dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km. A seguir, apresenta-se a execução orçamentária dos Objetivos 0464, 0519 e 0532 do Programa 2058 - Política Nacional de Defesa:

Objetivo: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
	2012	2013
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	881.086.205,29	289.572.763,25
RPNP (2)	236.579.773,49	746.561.656,44
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.117.665.978,78</b>	<b>1.036.134.419,69</b>
Objetivo: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
	2012	2013
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.206.710.399,04	1.877.370.550,75
RPNP (2)	471.775.326,79	594.628.271,83
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.678.485.725,83</b>	<b>2.471.998.822,58</b>

Objetivo: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	Valores Liquidados (R\$ 1,00)	
	2012	2013
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	262.145.881,38	336.130.513,42
RPNP (2)	273.701.788,95	30.909.246,75
Gastos Tributários	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>535.847.670,33</b>	<b>367.039.760,17</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Obs.: os valores de Restos a Pagar relativos ao exercício de 2012, decorrentes de ações que deixaram de existir em 2013, foram considerados no montante de Restos a Pagar de 2013.

### Comentários sobre a Execução Orçamentária

#### **Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.**

O contingenciamento orçamentário imposto para o exercício de 2013 impactou o cronograma de aquisição e modernização de aeronaves e, conseqüentemente, obstruiu o cumprimento de obrigações contratuais do Comando da Aeronáutica.

No exercício de 2013, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 289.572.763,25, o que denota queda em comparação as realizadas no exercício de 2012, no montante de R\$ 881.086.205,29, motivada, basicamente, em função do contingenciamento no exercício.

A diferença mais significativa nas despesas liquidadas em 2012, em relação ao exercício de 2013, ocorreu na Ação de Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR). Nesse caso, enquanto no primeiro exercício a liquidação de despesas atingiu o montante de R\$ 503.502.936,04, em 2013 as liquidações totalizaram R\$ 3.798.485,43.

As limitações orçamentárias enfrentadas em 2013, seguidas da nova priorização dos projetos do Comando da Aeronáutica, em função do contingenciamento, contribuíram para que o Projeto HX-BR encerrasse o ano de 2013 com atraso em cerca de 13% na execução originalmente prevista no contrato.

No ano de 2013, comparativamente ao exercício de 2012, devido à queda no ritmo de execução dos contratos de modernização e revitalização de aeronaves, atinentes aos projetos F5-BR, A-1 (AM-X) e P-3BR, houve redução na liquidação da despesa. Registre-se que, enquanto 15 aeronaves foram entregues à Embraer, no ano de 2012, para modernização, em 2013, foram entregues apenas 13.

Em 2012, foram recebidas já modernizadas 5 aeronaves (P-3BR), enquanto, em 2013, apenas três do tipo P-3BR e uma do tipo A-1 (AM-X) foram entregues à Força Aérea para operação, quadro motivado pelas limitações orçamentárias enfrentadas no decorrer do exercício e da priorização dos projetos do Comando da Aeronáutica.

#### **Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.**

A dotação autorizada das ações orçamentárias que compuseram o Objetivo 0519, no exercício de 2012, foi de R\$ 3.043.926.735,00, quando o montante liquidado no exercício atingiu a quantia de R\$ 2.206.710.399,04, correspondendo a 72,49% comparativamente à dotação autorizada. Em 2013, o valor autorizado foi de R\$ 2.964.270.930,00, enquanto as despesas liquidadas atingiram o montante de R\$ 1.877.370.550,75, correspondente a 63,33%, em comparação a dotação autorizada.

As principais dificuldades enfrentadas na execução orçamentária em 2013 decorreram dos cortes e do contingenciamento, que impactaram a execução das metas físicas dos diversos programas e projetos e geraram a necessidade de renegociações contratuais visando alteração dos cronogramas físico-financeiros, resultando na postergação dos marcos contratuais, com conseqüente dilatação dos prazos de conclusão dos empreendimentos, notadamente os relativos à entrega de meios e sistemas operativos.

#### **Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.**

A execução de despesas relativas ao ano de 2012 totalizou R\$ 262.145.881,38, contra R\$ 336.130.513,42 incorridas em 2013, acarretando, portanto, um acréscimo de 28,22% em relação ao ano anterior, situação, em parte, justificada pelo fato de algumas atividades terem sido definidas em 2012, para execução em 2013.

Em 2012 o item de maior representatividade na execução diz respeito à logística de material e equipamento militar, no valor global de R\$ 90.420.512,62, seguido das despesas decorrentes da recuperação da capacidade operacional do Exército, no montante de R\$ 48.303.866,75, este último oriundo de crédito extraordinário.

Além disso, ocorreram despesas em função de aquisição de meios blindados, na importância de R\$ 45.526.886,76, e, também, por conta da logística de material de aviação, no montante de R\$ 34.345.129,46.

No exercício de 2013 as despesas mais expressivas decorreram da aquisição e modernização de meios do Exército, no valor de R\$ 111.846.344,34; da aquisição de sistemas de

artilharia antiaérea, na quantia de R\$ 93.468.964,49; e do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), da ordem de R\$ 77.113.150,45.

Aquisições importantes foram iniciadas no exercício de 2013, citando-se os sensores das Seções de Mísseis (radares Saber M60), do Sistema de Mísseis Telecomandados (RBS 70) e do Sistema Canhão Antiaéreo Autopropulsado (Gepard).

#### METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0464 DO PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Adquirir 45 aeronaves	Unidade	45	6	12	26,6%	Comaer
Modernizar 20 aeronaves	Unidade	20	5	21	105%	Comaer
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.	Percentual de execução	70%	(*)	1,47%	1,47%	Comaer

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Data: 30/11/2013.

#### Adquirir 45 aeronaves

Ao longo do exercício de 2013, a meta em comento avançou 13,33%, comparada a incorrida em 2012, em face ao recebimento de 6 aeronaves para operação pela Força Aérea Brasileira, das quais: duas Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), modelo Hermes - 450WE (mais conhecidas por Veículos Aéreos não Tripulados - VANT), uma aeronave H-60 Black Hawk (a última unidade adquirida no respectivo projeto), que foi destinada às missões de ajuda humanitária e de busca e salvamento, um helicóptero EC-725 (H-X BR), segunda aeronave recebida na versão VIP, e duas aeronaves Cessna 208 Caravan, destinadas às atividades de transporte.

Cabe registrar, que em 2013 também foi recebido mais um helicóptero EC-725 (H-X BR), o qual foi distribuído para o acervo da Marinha do Brasil, não sendo, portanto, computado no cálculo da evolução dessa meta.

#### Modernizar 20 aeronaves

Com 16 aeronaves modernizadas e recebidas pelo Comaer, em 2013, a meta em evidência atingiu o percentual de 105%, em comparação a meta de 20 aeronaves, previstas para o final

do PPA 2012-2015, considerando-se no cálculo o acumulado de 5 aeronaves, incorporadas nos exercícios anteriores.

Quanto às aeronaves recebidas no ano de 2013, citamos 3 do Projeto P-3BR, modernizadas pela empresa EADS - Construcciones Aeronáuticas S. A., além de 12 aeronaves do Projeto C-95, sendo 11 do tipo C-95M Bandeirante e 1 do tipo P-95M Bandeirante Patrulha, e 1 aeronave do Projeto AM-X, modernizadas pela Embraer.

#### Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015

O efetivo início da implantação da meta em referência ocorreu em 2013, com o desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MAA-1B e de kits de guiagem laser para bombas BFG 230 e 460 kg; da aquisição de kits de modificação de lançadores para operação dos mísseis Python 4, bem como 2 micro-ônibus; e do recebimento de diversos itens de emprego bélico, tais como: dispositivos de pontaria do tipo imageadores termais, equipamento de contramedidas eletrônicas e mísseis de treinamento para aeronave, dentre outros, o que corresponde ao percentual de 1,47.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0519 DO PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	unidade	1	0,15	0,26	26%	Marinha do Brasil
Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)	%	100%	3%	15%	15%	Marinha do Brasil
Construção de 27 Navios-Patrolha de 500t	unidade	27	2	2	7,4%	Marinha do Brasil
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)	%	20%	0%	0%	0%	Marinha do Brasil
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)	%	50%	0%	2,5%	2,5%	Marinha do Brasil
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)	%	80%	4%	30,66%	30,66%	Marinha do Brasil
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	%	100%	1%	28,00%	28,00%	Marinha do Brasil

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Data: 30/11/2013

**Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub**

No exercício de 2013, foi iniciado o trabalho de fixação das estacas para a fundação do prédio principal do estaleiro de construção e das escavações que permitirão a construção dos diques secos.

Além disso, foi inaugurada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), em Itaguaí/RJ; e concluídas as obras de abertura de um túnel, de 700m de extensão, interligando as áreas Norte e Sul do Estaleiro e Base Naval.

A Ufem integra o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e é uma das células de fabricação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro do tipo convencional diesel-elétrico.

**Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1)**

Em 2012, foi concluída a primeira parte da fase de concepção do submarino com propulsão nuclear, denominada de First General Design Study SN-BR - Phase A1, seguindo a sistemática de projeto adotada pela empresa francesa Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), contratada para a construção dos submarinos, com o uso do corpo técnico de Projetos da Marinha, que, para tanto, contou com a transferência de tecnologia, na forma de assistência técnica da DCNS.

Em fevereiro de 2013, ainda na fase de concepção do SN-BR, foi iniciada a Second General Design Study SN-BR Phase - A II, de acordo com a sistemática de concepção francesa, também com uso da mão de obra do corpo técnico da Marinha, com o apoio da DCNS. No segundo semestre, foi

dado início à fase preliminar do SN-BR, denominada de Third General Design Study SN-BR - Phase B.

Ao final da fase preliminar, prevista para 2016, será calculado o custo total do projeto, incluindo o detalhamento estimado dos custos de obtenção e de posse (manutenção e operação), com os respectivos perfis de desembolsos orçamentários, considerando a vida útil do SN-BR, prevista para trinta anos, e de acordo com o seu perfil de operação.

**Construção de 27 Navios-Patrolha (NP) de 500 toneladas**

A meta de construção dos 27 navios-patrolha (Npa) de 500 toneladas permaneceu em duas unidades em 2013. O segundo lote, composto de 5 navios, foi contratado com o Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro/RJ, e tem previsão de entrega de 2 unidades em 2014, 2 em 2015 e a última em 2016.

**Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)**

Não houve execução dessa meta em 2013. O início da construção do terceiro submarino convencional está previsto para janeiro de 2015, no Estaleiro e Base Naval, no Município de Itaguaí/RJ.

**Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)**

Conforme o cronograma estabelecido, a construção do segundo submarino convencional foi iniciada em julho de 2013, com o corte da primeira chapa de aço do seu casco resistente, nas instalações da Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., em Itaguaí/RJ.

#### Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

A meta está sendo executada conforme o cronograma estabelecido em contratos firmados entre a Marinha e as empresas DCNS e Itaguaí Construções Navais - ICN, tendo ocorrido o recebimento, procedentes da França: as seções de proa do primeiro Submarino convencional (S-BR1), executadas as atividades de posicionamento e nivelamento das seções, bem como a continuação da fabricação da seção de qualificação, iniciada em 2011, e das subseções de ré do S-BR1, iniciada em 2012. Foram recebidos os lotes de chapas de aço especial para a fabricação da estrutura do S-BR1.

#### Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha, no período de 2012 a 2015:

No decorrer de 2013, essa meta evoluiu em 27%, atingindo o percentual de 28% de execução. Cita-se como fatores que contribuíram para o resultado da meta as seguintes realizações:

- a aquisição de mais uma unidade do Navio NPaOc 1.800t, da empresa inglesa Bae Systems, sendo que duas já haviam sido recebidas em 2012;
- a continuidade da construção de cinco unidades do NPa 500t, no Rio de Janeiro-RJ, com previsão de entrega de duas unidades em 2014, duas em 2015 e uma em 2016;
- o prosseguimento das tratativas referentes ao Programa de Desenvolvimento de Meios de Superfície (Prosuper), contemplando a obtenção de 11 navios: cinco navios-patrolha de 1.800t de deslocamento;

cinco fragatas com deslocamento da ordem de 6.000t; e um navio de apoio logístico, com deslocamento de cerca de 23.000t. O Programa prevê transferência de tecnologia, apoio logístico, requisitos de nacionalização e compensações (Offset), devendo os navios ser construídos em estaleiros brasileiros, em parceria com estaleiro estrangeiro;

- a incorporação ao inventário da Marinha do Brasil, dos seguintes meios: o NPaOc Araguari, terceiro e último NPaOc 1800t Classe Amazonas; três AvHoFlu de 140t, concluindo o lote de quatro navios contratados; um helicóptero Eurocopter EC-725 Super Cougar, o segundo do lote de 16 aeronaves adquiridas no âmbito do Programa HX-BR e cinco viaturas blindadas especiais sobre rodas 8x8 Piranha IIC, do lote de 30 unidades adquiridas; e
- a continuidade da construção do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira, fruto de parceria formalizada, em 2012, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha e as empresas Vale do Rio Doce e Petrobras, com conclusão prevista para 2014.

O navio será um dos dez mais modernos do mundo, devendo contar com laboratórios e equipamentos científicos de última geração, incluindo capacidade de operar com helicóptero e será dotado de Remote Operated Vehicle capaz de operar a profundidades de até 4.000m, o qual atuará como uma importante plataforma científica e tecnológica para a realização de levantamentos geológicos do fundo do mar e permitirá ao Brasil desvendar novas fronteiras do conhecimento científico sobre os oceanos, em especial, da Amazônia Azul.

#### METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0532 DO PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual de execução	16%	4%	6%	6%	7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual de execução	40%	-	5%	5%	7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército
Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual de execução	20%	-	1%	1%	7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Data: 30/11/2013.

**Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados**

No âmbito do Projeto Guarani, foram adquiridos, equipamentos para desenvolvimento de sistemas de simulação da viatura blindada de transporte de pessoal Guarani; 102 sistemas de comando e controle; bem como o ferramental necessário à manutenção da viatura. Além disso, o Exército deu prosseguimento à nacionalização da munição 30mm. Para que os diversos meios adquiridos pudessem ser guardados, mantidos e prontos para operação foram executadas as obras de adequação e construção de instalações e apoio (garagem e manutenção) no Centro de Instrução de Blindados; e a construção de instalações de apoio no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado, em Cascavel/PR.

**Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea**

Em 2013, evoluiu em 5%, do seu percentual de realização, destacam-se como as principais realizações: a aquisição de três radares Saber M60 e de materiais de comunicações (rádios e acessórios) para doze centros de operações de

artilharia antiaérea, localizados em diversos Estados; a elaboração do projeto de construção da bateria de comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, situada no Guarujá-SP; o início da primeira fase da obra na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, localizada no Rio de Janeiro, para receber 37 viaturas antiaéreas Gepard adquiridas da Alemanha; e o início do processo licitatório para a aquisição de mísseis telecomandados.

**Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)**

Essa meta avançou em 1% o seu percentual de execução em 2013. Contribuiu com essa evolução, a continuidade das ações voltadas à proteção das estruturas estratégicas do País; a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamento e equipamento especializado para uso das tropas antiterror; a aquisição de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de Comando e Controle; e a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações terrestres interagências.

**INDICADORES DO PROGRAMA 2058 - POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÍNDICE APURADO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	FONTE
Adequação da Força Naval	Relação (%) entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha PAEMB.	38,90%	20,00%	Comando da Marinha
Taxa de acidentes náuticos	Número de acidentes náuticos registrados a cada 1.000 embarcações existentes	1,02%	1,31%	Comando da Marinha
Adequação da Força Terrestre	Relação (%) entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Necessidades Gerais do Exército.	23,25%	32,00%	Comando do Exército
Adequação da Força Aérea	Relação (%) entre o número de meios operativos existentes e a quantidade de meios previstos no Plano de Reparelhamento e Fortalecimento da Força Aérea Brasileira - Profab.	44,75%	20,00%	Comando da Aeronáutica
Índice de Acidentes Aeronáuticos	Relação(%) entre o número de acidentes ocorridos no ano e o número de aeronaves registradas: (ACD/ANV) x 100.	1,03%	0,70%	Comando da Aeronáutica
Monitoramento do espaço aéreo	Relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, tomando-se por referência a altitude de 20.000 pés.	92,86%	89,00%	Comando da Aeronáutica

Data base: 31/12/2013.

**Adequação da Força Naval**

A evolução do Indicador decorre da incorporação de novos meios, ao longo de 2013, além do esforço empreendido pela Marinha em prontificar tempestivamente os meios que se encontravam em processo de manutenção ou de reparos não programados. Apesar de os recursos destinados ao Comando da Marinha, nos últimos anos, terem sido aquém das reais necessidades da Força, a evolução positiva do Indicador evidencia a ampliação de sua capacidade operativa, mediante o emprego racional de recursos e, principalmente, pela agilidade na adequação aos diferentes cenários orçamentários enfrentados ao longo dos anos.

**Taxa de Acidentes Náuticos:**

A evolução positiva do Indicador decorre da prioridade estabelecida pela Marinha ao tema Segurança da Navegação e Salvaguarda da Vida Humana no Mar, compreendendo as atividades de controle e fiscalização de embarcações; preparo e instrução de aquaviários e portuários; e realização de campanhas públicas, visando elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros. Ao longo dos anos vem ocorrendo redução gradativa do índice, o que indica efetividade dos procedimentos adotados no âmbito da Força.

**Adequação da Força Terrestre:**

Quanto ao Indicador Adequação da Força Terrestre, em 2013, não houve uma evolução positiva do índice, em razão de não terem sido atendidas as necessidades de recursos do Exército, o que repercutiu, de forma negativa, na capacidade de prontidão da Força Terrestre. Ao final do PPA 2012-2015, espera-se atingir o índice de 37% de adequação da Força Terrestre.

**Adequação da Força Aérea:** Esse índice ficou aquém do esperado (53,44%) para o exercício de 2013, em decorrência das limitações orçamentárias, bem como da priorização de projetos, relacionados às Ações 2048 – Suprimento e Manutenção de Aeronaves, 20IH – Modernização de Aeronaves e 8969 – Aquisição de Aeronaves, dentre outras, que suportam as atividades aéreas, realizadas pelo Comando da Aeronáutica, para fazer frente ao contingenciamento do orçamento.

**Índice de Acidentes Aeronáuticos:** Embora, nos últimos anos, tenha havido um crescimento da atividade aérea brasileira, bem como da frota da aviação nacional e da quantidade de horas voadas, houve, em paralelo, uma concentração de esforços do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), direcionados às atividades de prevenção de acidentes aeronáuticos, que culminaram na evolução do índice positivo em 2013.

**Monitoramento do Espaço Aéreo:** Tomando-se como referência o nível de altitude de 20.000 pés e a extensão do território brasileiro, conclui-se que a evolução apresentada pelo indicador em 2013 foi positiva, em razão do crescimento de 2,17%, em relação a 2012, quando se obteve índice de 90,69%.

O crescimento verificado deveu-se à entrada em funcionamento de novos radares secundários, implantados em Teresina/PI e em Palmas/TO, ao longo do primeiro trimestre de 2013.

A perspectiva é de que o índice se mantenha estável até o ano de 2015, uma vez que todas as aerovias neste nível de voo encontram-se cobertas, não havendo previsão de crescimento de outras aerovias na referida faixa de altitude.

**Outras Considerações Relevantes**

Além dos resultados já mencionados, relativos ao Programa 2058, cabe demonstrar outros, de grande relevância para o País, a maioria deles em função das atividades finalísticas do Ministério da Defesa, tais como: Defesa Terrestre, Defesa Naval, Defesa Aérea, Ações Combinadas e Conjuntas das Forças Armadas, Proteção da Amazônia e Ações de apoio das Forças Armadas à Sociedade.

**Defesa Terrestre**

A fim de potencializar a capacidade de defesa terrestre do País, o Governo brasileiro, nos últimos anos, vem prosseguindo com o processo de transformação do Exército Brasileiro, com a adoção de um conjunto de ações necessárias ao

aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, com o objetivo de se fazer presente com prontidão e em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Em seu segundo ano de implantação, o Projeto Estratégico Defesa Cibernética destacou-se na coordenação e na integração da segurança e na defesa cibernética durante os grandes eventos ocorridos em 2013, tais como a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a XXVIII Jornada Mundial da Juventude. O Projeto é coordenado pelo Exército Brasileiro e conta com a participação das forças singulares, de órgãos públicos e de empresas nacionais da área de tecnologia da informação.

Em 2013, citam-se como avanços do Projeto Estratégico de Defesa Cibernética o início do funcionamento do simulador de operações cibernéticas, que é um dos principais produtos do setor; a aquisição de um computador de alto desempenho, a ser utilizado em pesquisas na área de defesa cibernética; e o Projeto Rádio Definido por Software, que vêm sendo desenvolvido sob a coordenação do Exército, contando com a participação da Marinha e da Aeronáutica e de empresas nacionais. Esse último contribuirá para a interoperabilidade das Forças e proporcionará relevante ganho na segurança das comunicações e nos contra-ataques de guerra eletrônica e cibernética, além de promover o desenvolvimento nacional no setor.

**Defesa Naval****Segurança da Navegação Aquaviária**

Ao longo de 2013, o Governo brasileiro empreendeu inúmeros eventos, por intermédio da Marinha do Brasil, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

Nesse contexto, merece destaque a realização da Operação Verão 2012/2013, cujas ações de fiscalização foram intensificadas devido ao aumento da movimentação de embarcações de esporte e recreio e de transporte de passageiros, no período de férias e feriados prolongados. Operações dessa natureza têm como finalidade a preservação do meio ambiente e a salvaguarda da vida humana. Também foram incrementadas as ações educativas e de prevenção da poluição hídrica em marinas, iates clubes, colônias de pesca, bem como a repressão ao uso de bebidas alcoólicas por condutores de embarcações.

**Programa Nuclear da Marinha (PNM)**

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica. Atualmente, o foco principal do Programa é estabelecer a competência técnica autóctone para projetar, construir, comissionar, operar e manter reatores do tipo reator de água pressurizada e produzir o seu combustível. Dominada essa tecnologia, ela poderá ser empregada na geração de energia

elétrica, tanto para iluminação de cidade, quanto na propulsão naval de submarinos.

Em continuidade às ações do PNM, foram comissionadas, em 2013, as unidades de produção de Nitrato de Urânio (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO<sub>3</sub>), importantes etapas intermediárias da obtenção do Hexafluoreto de Urânio (UF<sub>6</sub>).

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra e do Laboratório de Geração de Energia Elétrica (Labgene) foram iniciadas em 2013. Os sistemas e equipamentos principais como o motor elétrico principal, o simulador do Labgene e os turbo-geradores auxiliares e principais encontram-se em fase de teste de aceitação.

No que tange à implantação da usina de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), situada em Resende – RJ, o módulo I encontra-se integralmente em operação e 50% do módulo II entrou em fase de comissionamento.

Outro importante passo no desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha consiste na ativação, em 2013, da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A (Amazul), criada com o objetivo de desenvolver as ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

#### **Defesa Aérea**

##### **Defesa Antiaérea**

Em paralelo à aquisição e modernização de aeronaves, o Comando da Aeronáutica, deu continuidade à implantação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa, bem como à ativação de unidades militares de autodefesa, além da aquisição de quatro radares antiaéreos modelo Saber M-60, providências que permitiram o emprego do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa na proteção da Arena Fonte Nova de Salvador/BA, no decorrer dos jogos da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013.

##### **Programa Espacial Brasileiro**

No campo aeroespacial, destacam-se as seis missões de rastreamento, coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), dos foguetes lançados pela Agência Espacial Europeia (ESA).

Nesse contexto, inclui-se o rastreamento de veículos de transporte de satélites, para utilização nacional, tais como o Star One C3, Amazonas e seis Brasilsat's. O CLBI também participa do rastreamento de foguetes que levam sondas tecnológicas ou científicas para exploração da lua ou do espaço interplanetário.

Como importantes conquistas do Programa Espacial Brasileiro cite-se o término da construção da nova torre

móvel de integração do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que o capacitou para o lançamento de foguetes, e a conclusão da campanha de ensaios de separação em solo dos quatro propulsores do primeiro estágio do foguete VLS-1, com 100% de sucesso.

#### **Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo**

Com o objetivo de propiciar aos usuários dos serviços de transporte melhorias na fluidez e na segurança das operações aéreas, foi dada continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), bem como realizaram-se atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos.

Em benefício da segurança de voo e do controle do espaço aéreo brasileiro, foram implementados o conceito e os procedimentos de navegação baseada em performance, nas áreas terminais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas inovações proporcionam trajetórias de voo mais acuradas, que resultam na redução de distâncias a serem voadas e consequente economia de combustível e na diminuição da emissão de dióxido de carbono - CO<sub>2</sub>.

Foi concluído o processo de retificação das rotas nacionais e internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro, bem como o redimensionamento das regiões de informação de voo e de defesa aérea do País.

Acrescente-se como importante acontecimento na área do controle do espaço aéreo, a capacitação tecnológica instalada no laboratório de leitura e análise de dados de gravadores de voo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). Trata-se da única instalação desse tipo e finalidade na América do Sul, que permite a leitura dos gravadores de voo, conhecidos como "caixa preta", funcionalidade imprescindível na elucidação dos fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes, nos casos em que as aeronaves são seriamente danificadas ou que permaneceram submersas.

#### **Operações Combinadas / Conjuntas das Forças Armadas**

No âmbito das Operações Combinadas e Conjuntas das Forças Armadas estão as Operações Ágata. Essas operações são realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos federais e estaduais, para combater delitos transfronteiriços e ambientais. Dentre as ações realizadas estão o bloqueio de estradas; o patrulhamento naval e terrestre, o controle do espaço aéreo; a fiscalização aduaneira; e ações cívico-sociais em apoio à população fronteiriça.

A sétima Operação Ágata ocorreu no período de 18 de maio a 05 de junho de 2013. As ações de reforço na fiscalização integraram um efetivo de 25 mil militares. Durante os 19 dias em que a fiscalização foi intensificada foram apreendidas mercadorias contrabandeadas, tais como armas, cigarros, roupas, produtos eletrônicos, itens de informática, medicamentos, anabolizantes, pneus, explosivos em cordel, além de drogas como cocaína, maconha, haxixe e crack.

### Exercícios Conjuntos

No contexto internacional, os exercícios da série Felino, realizados no âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), têm como objetivo a preparação de uma força-tarefa conjunta e combinada para atingir, manter e otimizar a capacidade de apoio à manutenção da paz e de ajuda humanitária. No período de 16 a 27 de setembro de 2013, o exercício foi realizado no campo de instrução da Marinha do Brasil, na região de Itaoca/ES, sob a coordenação daquela Força e contou com a participação de 37 oficiais estrangeiros dos Estados-Membros da CPLP, exceto Guiné-Bissau.

Ainda no campo das operações conjuntas, a Marinha realizou em conjunto com a Armada da República Argentina (ARA), a Operação bilateral Fraternal-XXXI/2013, entre os meses de julho e agosto, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Puerto Belgrano.

Durante a operação foram visitados os portos de Rio Grande-RS e Puerto Belgrano-ARG, visando ao aprimoramento do nível de interoperabilidade e de adestramento das unidades navais no planejamento e na execução de operações conjuntas.

Essa atividade vem ocorrendo desde 1978 e, durante o ano de 2013, foram realizadas operações antissubmarino e de esclarecimento, incluídas ações de superfície, aéreas, de submarinos, defesa aeroespacial e guerra eletrônica, além de exercício de confronto de forças. No período de 19 a 23 de agosto, foi realizada, também, a Operação Fraternal Anfíbia/2013, que se constituiu em uma operação anfíbia combinada, com diversas atividades de intercâmbio entre os Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira e a Infantaria de Marinha da Armada da República Argentina.

### Atividades de Comunicação, Comando e Controle

As atividades de comunicação, comando e controle são imprescindíveis para a coordenação das ações integradas em que estejam operando contingentes militares brasileiros. Em situações de crise e conflito, na dimensão nacional ou externa, o Sistema Militar de Comando e Controle – (SismC2) integra as ações do Comando Supremo das Forças Armadas, ministérios, comandos militares e dos grandes comandos operacionais, colocando-os sob a direção e comando do Presidente da República.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), base física do SismC2, foi concebido em 1983 com a finalidade de prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, atendendo às necessidades da estrutura militar de guerra. Caberá ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) prover as comunicações para a ampliação do emprego do Siscomis, em Banda X e comunicações estratégicas, e expansão do Plano Nacional de Banda Larga, em Banda Ka, para o governo.

Após confecção dos requisitos técnicos, operacionais e

absorção e transferência de tecnologia pelo Grupo-Executivo do Projeto do SGDC, e sua aprovação, em 2013, pelo Comitê Diretor, a Visiona, instituição criada para a aquisição e integração do sistema, selecionou as empresas Thales Alenia Space e Arianespace, por melhor atenderem aos requisitos necessários à confecção e lançamento do satélite.

Nessa mesma linha, o Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) promove a padronização e parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas, no nível tático e operacional, permitindo que as ações em cenários de operações sejam conduzidas com eficiência, eficácia, segurança e sem interferência.

Ainda no campo aeroespacial, cita-se o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), resultante das diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa. Baseado em satélites de órbita baixa que agregam todas as necessidades de sistemas espaciais das Forças Armadas e da sociedade civil, inclui também a infraestrutura terrestre associada, que proverá serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais. Todos os sistemas propostos pelo Programa serão de uso dual (civil e militar), o que proporcionará benefícios diretos e indiretos para usuários do Governo e a sociedade brasileira como um todo.

O Pese prevê a infraestrutura espacial necessária ao funcionamento de diversos projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra), de Proteção da Amazônia (Sipam), entre outros. Essa infraestrutura também deverá ser intensamente utilizada em suporte a ações de combate aos desastres naturais, como também de polícia e fiscalização de variados ilícitos, contribuindo fortemente para a redução da violência no País.

Em 2013, as ações do Pese permitiram a realização da concepção do Centro de Operações Espaciais (Cope) para operação conjunta com a Telebrás do SGDC, primeiro satélite Geoestacionário Brasileiro, como também o início da concepção da primeira frota de satélites do Pese - Caronis, que fornecerá ao Brasil satélites ópticos de observação da Terra de alta resolução para emprego militar e civil.

### Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz

A participação de tropas brasileiras em missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) tem contribuído para a busca da paz e da segurança internacionais. Ao integrar essas missões, que se caracterizam pelo elevado grau de complexidade logística e operacional, o Brasil assume participação ativa na solução de problemas no âmbito internacional e, ao mesmo tempo, adquire melhores condições de preparo de suas Forças Armadas. O Brasil tem atuado com contingentes de tropa

em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Na primeira, atuam 1,4 mil militares das Forças Armadas Brasileiras, sendo um Batalhão de Infantaria de Força de Paz; uma Companhia de Engenharia e militares do Estado-Maior da Minustah. É o maior efetivo entre os países que participam dessa missão.

A Minustah, que está sob o comando militar do Governo brasileiro, é a 5ª maior Operação de Manutenção da Paz da ONU. Graças ao sucesso dessa operação, a estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis. A missão possibilitou a estabilização político-institucional do País e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Atualmente, é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas com significativo avanço em suas propostas.

O País lidera a Força-Tarefa Marítima que compõe a Força Interina das Nações Unidas no Líbano e contribui com a nau-capitânia da missão, a Fragata União. O contingente brasileiro empregado nessa Missão é de 254 militares da Marinha do Brasil, que atuam desde novembro de 2011. Atualmente, a Unifil está empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que reduzam as situações de confronto entre Israel e Líbano, com base em uma proposta do Comandante brasileiro da Força-Tarefa Marítima.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil participam de 11 diferentes missões de paz da ONU e, na condição de observadores, em missões de desminagem da OEA. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos, conduzidos pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

O Brasil manteve também importante presença em nove missões de paz e missões de desminagem da OEA, nos seguintes países: Sudão do Sul (UNMISS); Libéria (UNMIL); Costa do Marfim (Unoci); Chipre (UNFICYP); Líbano (Unifil); Guiné Bissau (UNIOB-GIS); Saara Ocidental (Minurso); Peru/Equador, Colômbia (Desminagem); Sudão (Unisfa) e no Haiti.

Em 31 de dezembro de 2013, foi encerrada a Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul – Marminas, realizada no Equador e no Peru. O Brasil participou dessa missão com o envio de três militares, incluindo o chefe da Missão.

### **Proteção da Amazônia**

#### **Projeto Cartografia da Amazônia**

As informações cartográficas são de grande valia para o conhecimento da Amazônia Brasileira e a geração das informações estratégicas necessárias ao monitoramento, segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras. Coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), o Projeto de Cartografia

da Amazônia é executado pelas Forças Armadas em conjunto com o Serviço Geológico do Brasil, tendo como finalidade a eliminação do vazio cartográfico na Amazônia Legal.

No âmbito do projeto de Cartografia da Amazônia, estão sendo mapeados 1,8 milhão de quilômetros quadrados de um total de 5,2 milhões existentes. Com esse objetivo, foram destinados, em 2013, recursos para a construção de embarcações, produção de cartas náuticas e modernização de aeronaves.

Esses investimentos resultaram no mapeamento de 180 mil quilômetros quadrados de áreas de não-floresta e na produção de cartas relativas à cartografia geológica.

#### **Programa Calha Norte (PCN)**

O Programa Calha Norte (PCN) foi instituído em 1985, com a finalidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Norte, bem como aumentar a presença do poder público em sua área de atuação, além de contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência às suas populações, a fim de fixar o homem na região, sem descaracterização regional e cultural.

Atualmente, o Programa abrange 194 municípios, 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A área de atuação do PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O esvaziamento demográfico das áreas mais remotas de atuação do PCN é um dos principais desafios enfrentados pelo Programa, na medida em que aumenta a necessidade de vigilância da fronteira, bem como de proteção das populações da região diante de novos fenômenos sociais.

A estratégia adotada pelo Programa, na busca do seu objetivo principal, visa atender a duas vertentes: Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa; e Desenvolvimento Regional (vertente civil), tendo por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, mediante recurso descentralizado ao amparo de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e as Prefeituras Municipais.

Na vertente civil, o Programa celebrou 461 convênios, sendo 67 no Acre, 65 no Amazonas, 60 no Amapá, 47 em Roraima e 222 em Rondônia, tendo sido empenhados trezentos e doze milhões, oitenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais.

Dentre as ações realizadas no exercício de 2013, no âmbito da vertente militar do Programa Calha Norte, foram empregados cerca de 68 milhões, destacando-se: a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distritos Navais, em apoio às ações de segurança do tráfego aquaviário; o início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém – PA e do Comando do 9º

Distrito Naval em Manaus – AM; a continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos – AM e a adequação dos Pelotões de Fronteira (PEF); a perfuração de poços artesanais; a instalação de laboratórios de análises clínicas; a reforma do Destacamento de São Salvador – AC; a aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte; a adequação e manutenção das pequenas centrais hidrelétricas, instaladas no PEF; a recuperação e pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus – AM; a recuperação do telhado e dos portões dos hangares da Base Aérea de Belém – PA; e a construção de uma lancha de apoio logístico que propiciará suporte às ações fluviais.

#### **Ações de apoio das Forças Armadas à Sociedade**

##### **Projeto Rondon**

O Projeto Rondon constitui-se em oportunidade de disseminação do conhecimento e prestação de trabalho voluntário para estudantes e professores universitários, que durante as férias escolares viajam para municípios isolados ou de menor índice de desenvolvimento humano, com a finalidade de desenvolver atividades voltadas à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável.

Desde a sua reativação, ocorrida em 2005, até o ano de 2013, participaram do Projeto 1.799 estudantes universitários, vinculados a 180 instituições de ensino superior, que realizaram atividades nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí.

Até o ano de 2013, participaram do Projeto Rondon 16.643 voluntários, que atenderam 753 Municípios, resultando na realização de 133 operações, envolvendo 265 instituições de ensino superior e prefeituras parceiras.

##### **Projeto Soldado Cidadão**

Nos seus dez anos de existência completados no exercício de 2013, o Projeto Soldado Cidadão oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar.

O Projeto, ao longo dos anos, vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios e contratos firmados entre os Comandos Militares e entidades, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Em 2013, Projeto Soldado Cidadão possibilitou a qualificação de 10.650 jovens, durante a prestação do serviço militar. Desde que foi instituído, em 2004, até o final de 2013, o Projeto Soldado Cidadão beneficiou cerca de 190.000 jovens, no âmbito das três Forças.

##### **O Projeto Forças no Esporte (Profesp)**

Em consonância com o Programa Segundo Tempo (PST), o Projeto Forças no Esporte (Profesp) conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes na faixa de 7 a 17 anos, da rede pública escolar, prioritariamente, e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

As doze mil crianças atendidas atualmente pelo Projeto participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho nas áreas de panificação, jardinagem e alfaiataria.

Além disso, o Programa tem apoiado e incentivado novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo, tornando-se, dessa forma, um veículo de oportunidade ao público assistido. O Profesp é atualmente uma das opções de encaminhamento ao Projeto Atleta na Escola.

#### 4.14. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

A educação tem papel fundamental na transformação social do País, na redução das desigualdades sociais e regionais, no desenvolvimento econômico e no fortalecimento da democracia. É direito de todos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal.

Isso significa que os brasileiros têm o direito de receber, ao longo da vida, uma educação de qualidade, que possibilite a formação de pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa perante o mundo, assim como de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Para promover educação de qualidade para todos, é necessário compartilhar competências em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e desenvolver uma visão estratégica e sistêmica do processo educacional.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na área da educação. No âmbito da educação básica, o Ministério da Educação (MEC) tem implementado importantes mudanças para elevar o atendimento escolar com qualidade, tais como: matrícula obrigatória no ensino fundamental, a partir de 6 anos completos duração do ensino fundamental ampliada para 9 anos e a obrigatoriedade de matrícula/frequência na escola dos 4 aos 17 anos, determinação essa que deverá estar implementada até 2016.

Tais mudanças, aliadas ao apoio à elevação e qualificação da oferta nas redes estaduais e municipais, contribuem para a melhoria de indicadores como, por exemplo, o aumento da taxa de frequência escolar de crianças de zero a três anos que, em 2007, era de 17,1% e, em 2012, atingiu 21,2%.

Já a taxa de frequência das crianças de 4 a 5 anos era de 70,1% em 2007 e, em 2012, passou para 78,2%. Na faixa dos 15 aos 17 anos, a taxa de frequência aumentou de 82,1%, em 2007, para 84,2%, em 2012, e a melhoria desse índice continua sendo um grande desafio.

Em relação ao ensino superior, os índices também apontam uma melhora como, por exemplo, a taxa bruta de matrícula, que saltou de 24,8%, em 2007, para 28,7%, em 2012, o que demonstra o sucesso das políticas de expansão do acesso a esse nível de ensino.

Destaca-se, ainda, a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que, em 2013, alcançou 5,5 milhões de matrículas.

Apesar destes avanços, há um longo caminho a percorrer. O MEC está trabalhando para superar o desafio de prover acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A integração das agendas estratégicas educacionais tem possibilitado maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros, com vistas ao alcance das metas educacionais propostas nessas agendas. Esta integração

potencializa o desempenho das políticas educacionais, condição fundamental para a melhoria da qualidade do ensino para todos, da creche à pós-graduação.

As principais diretrizes que regem o planejamento setorial em educação constam no Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional, quais sejam: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e a cidadania; gestão democrática na educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; valorização dos profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; e estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Além disso, dando continuidade às ações de expansão de uma educação pública de qualidade para todos os níveis, etapas e modalidades da educação, o Plano Plurianual 2012-2015 busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.

Para tanto, na área educacional, adota como Programas Temáticos: Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Ensino e Extensão, para os quais estabelece metas educacionais em consonância com os compromissos enunciados na proposta do PNE 2011-2020, correspondendo aos eixos estratégicos de atuação do Ministério da Educação.

##### 4.14.1. Programa 2030 - Educação Básica

Uma educação básica de qualidade deve contribuir para a redução das desigualdades sociais e dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e para a permanência do educando na escola.

A educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a União organiza o sistema federal de ensino, financia as instituições de ensino públicas federais e exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Cabe aos

Estados e ao Distrito Federal atuarem prioritariamente no ensino fundamental e médio e, aos Municípios, compete atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

A divisão de competências no Brasil estabelece atribuições concorrentes e descentralizadas, objetivando uma cooperação recíproca entre os entes federados, cada qual em sua área de atuação. Dessa forma, o MEC coordena a política nacional educacional, articulando os sistemas de ensino.

Nesse sentido, o número crescente de políticas e programas destinados à educação básica, bem como o incremento de recursos investidos, demonstra o reconhecimento, pelo MEC, do caráter estruturante e estratégico deste nível de ensino para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Os principais desafios envolvem acesso, permanência, igualdade de oportunidades e qualidade da oferta.

O levantamento nacional de dados educacionais realizado pelo Censo Escolar 2012 apurou que, em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Tendo em vista a diversidade que este universo representa, é importante implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos.

As ações do MEC para a educação básica podem ser divididas em quatro eixos de atuação: i) apoio à infraestrutura física; ii) formação e valorização de professores e profissionais; iii) apoio aos educandos, às escolas e aos entes federados com ações de desenvolvimento da educação; e iv) gestão e avaliação.

Perpassam os quatro eixos temáticas transversais como a educação especial, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, as políticas para a juventude, a educação do campo, indígena e quilombola, a alfabetização e a educação de jovens e adultos.

No programa 2030 - Educação Básica consta o Objetivo 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos, segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, bem como da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

O Objetivo 0598 contempla iniciativas que visam principalmente à prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica; ao apoio financeiro aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino; ao acesso a tecnologias de informação; ao uso de tecnologias educacionais e promoção

de certames e concursos nacionais; e à ampliação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos.

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o MEC implementa diversas ações de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica. Dentre elas, merecem destaque o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Mais Educação, o Atleta na Escola, o Ensino Médio Inovador, o Caminho da Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE).

O PDDE visa à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos.

O Programa destinou recursos financeiros, de forma suplementar, para aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação e, ainda, para o desenvolvimento de diversas atividades de educação para as unidades escolares. Foram apoiadas pelo PDDE ações voltadas: i) à realização de atividades de educação integral; ii) à adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo; iii) à realização de adequações arquitetônicas para promoção de acessibilidade a alunos público-alvo da educação especial; iv) ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; v) ao desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes; vi) ao desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental; e vii) ao apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio. Os investimentos no ano de 2013 foram de R\$ 2,6 bilhões, destinados a mais de 133 mil escolas. Destaca-se que 3.853 escolas do campo foram beneficiadas com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física; 851 escolas, com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas; e 9.036 escolas, com recursos para adequações arquitetônicas para acesso e permanência de alunos público-alvo da educação especial.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. A meta para o ano de 2013 era de 45 mil escolas, tendo sido superada com a adesão de mais de 49 mil escolas.

O Programa de Formação Esportiva Escolar - Atleta na Escola, voltado para jovens de 12 a 17 anos, surge com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. Em 2013, na realização da primeira edição do Programa, destaca-se o grande número de competições realizadas nas escolas públicas, que contaram com mais

de dois milhões de participações. Cerca de 23 mil escolas aderiram ao Programa.

O Programa Ensino Médio Inovador apoia os Estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, com foco nas seguintes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.

Em 2012, houve adesão de 25 Estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013/2014, houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de R\$ 3,7 milhões de alunos, com repasse de R\$ 169,4 milhões.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Programa: com recursos próprios, bastando aderir à ata de registro de preço; via assistência financeira, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Em 2013, foram adquiridos 3.663 ônibus escolares com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo 2.920 ônibus rurais e 743 ônibus urbanos acessíveis, além de 244 embarcações escolares, com investimento de R\$ 782,9 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 2.467 ônibus, sendo 2.340 rurais e 127 urbanos acessíveis.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Em 2013 foram atendidos 5.188 Municípios, com investimentos de R\$ 581,4 milhões.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) contribui para a oferta de alimentação adequada e saudável e para a educação alimentar e nutricional, com respeito à cultura, à tradição e aos hábitos alimentares saudáveis, pautando-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da localidade.

Ademais, o Programa aumentou em mais de 10% o montante de recursos financeiros repassados às entidades que aderiram ao Programa Mais Educação. Em 2013 o Pnae atendeu mais de 43 milhões de alunos, com investimentos de R\$ 3,5 bilhões. O valor per capita do ensino fundamental passou de R\$ 0,30 para R\$ 1,00 e o valor per capita da pré-escola passou de R\$ 0,50 para R\$1,00.

Como importante avanço do Pnae, destaca-se a aquisição de, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Nessa perspectiva, em 2013, o Programa promoveu capacitações alcançando mais de 1,5 mil Municípios e 7,3 mil atores sociais, visando compreender as peculiaridades da alimentação escolar em cada localidade.

As ações dos programas do livro envolvem a aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, encaminhando material de apoio didático e pedagógico acessível a todos os alunos e professores do ensino público. O acesso aos livros permite aos professores enriquecer o trabalho desenvolvido em sala de aula e, aos alunos, obter conhecimento e cultura.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, tem como objetivo prover as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura. Em 2013, foram adquiridos para distribuição 91,8 milhões de exemplares para estudantes do ensino fundamental, que envolveram um investimento de aproximadamente R\$ 751,7 milhões. Já para os alunos do ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de exemplares com recursos de R\$ 364,1 milhões. Adicionalmente, foram distribuídos versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Buscando ampliar o alcance das políticas educacionais e proporcionar a democratização da informação, bem como ampliar o universo de referências culturais dos professores, foram adquiridos, no âmbito do PNLD, os manuais dos professores em versão digital, com investimento de R\$ 19,1 milhões, para disponibilização nos tabletes educacionais que estão sendo adquiridos para todos os professores do ensino médio das escolas da rede pública nacional.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público, no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA), com obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica, compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica.

Em 2013, foram distribuídos 7,4 milhões de livros, com investimento em torno de R\$ 86,3 milhões, e 14,9 milhões de periódicos, com o investimento de R\$ 57 milhões. Finalizou-se em 2013 a seleção de 45 obras do PNBE-Temático, que contempla temas relativos à diversidade e inclusão, beneficiando 60 mil escolas públicas.

Com relação ao apoio financeiro aos entes federados, para manutenção e desenvolvimento do ensino, destacam-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a transferência de recursos financeiros aos

Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito da Política Nacional de Educação Infantil.

O Fundeb financia toda a educação básica brasileira e foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos visando à equidade, à redução de desigualdades, à valorização do magistério e à qualidade da educação.

A União complementa o Fundeb com recursos quando o valor por aluno em alguns estados não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2013, foram consideradas 41,9 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2012. A receita dos Estados e Municípios chegou a R\$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante de 117,6 bilhões.

No âmbito da Política Nacional de Educação Infantil, o MEC repassa recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil que tenham sido construídos com recursos do Governo Federal, que estejam em plena atividade e que ainda não são contemplados com recursos do Fundeb. Foram repassados em 2013 mais de R\$ 36 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, lançada em 2012, é a ação Brasil Carinhoso. Ela prevê o repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em 2013, houve um aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente, no repasse para os Municípios que atendam em creches públicas ou conveniadas com o poder público, crianças de zero a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em 2013, foram transferidos mais de R\$ 520 milhões para 3.299 Municípios. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, as prefeituras e o DF solicitam recursos para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil. Em 2013 foram liberados cerca de R\$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Com relação ao acesso a tecnologias de informação, é de grande relevância o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Em 2013, foram adquiridos 5 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas.

Além disso, no âmbito do Pronacampo, foram entregues 5 mil laboratórios rurais, no valor de R\$ 15,7 milhões, e disponibilizados recursos na ordem de R\$ 16,7 milhões para aquisição e distribuição de 47 mil laptops educacionais para

os estudantes. Acrescenta-se a estes, 30 mil computadores interativos, no valor de R\$ 54,8 milhões.

O uso de tabletes no ensino público é outra ação do ProInfo Integrado. Entre 2012 e 2013, foram adquiridos com recursos do Governo Federal mais de 460 mil tabletes, dos quais, aproximadamente, 400 mil já foram entregues aos Estados. Em relação à formação continuada de professores, em 2013 foram formados 34.322 professores para o uso das tecnologias na educação.

Com relação à promoção de certames e concursos nacionais e ao uso de tecnologias educacionais, merece destaque a 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep2013), dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio. O evento contou com a participação de 47.145 escolas públicas - municipais, estaduais e federais - e com a participação de 19 milhões de alunos na primeira fase.

Além disso, em reconhecimento das experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais conveniadas aos sistemas públicos de ensino, o Ministério da Educação (MEC) confere o Prêmio Professores do Brasil. A 7ª edição do Prêmio, em 2013, alcançou a marca histórica de 3,2 mil inscrições, tendo se tornado maior concurso de premiação para professores do Brasil.

No que se refere à ampliação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, é importante mencionar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O ProJovem Urbano objetiva elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sejam alfabetizados e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de EJA integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de cursos com 18 meses de duração. Na Edição de 2013, 77 mil jovens foram matriculados, em 109 Municípios e 14 Estados, em parceria com as secretarias de educação.

Destaca-se que esta edição priorizou o atendimento a jovens mulheres das unidades prisionais estaduais e integra o Plano Juventude Viva para atendimento a jovens negros em situação de vulnerabilidade social, em 55% dos Municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Em 2013, o PBA beneficiou mais de 1,1 milhão de alfabetizandos.

Em 2013 o MEC e o Ministério da Justiça (MJ) lançaram o "Plano de Implementação da Educação no âmbito do Sistema Prisional", contemplando os seguintes eixos:

Alfabetização e EJA; Educação Profissional e Tecnológica; Formação de Profissionais da Educação e dos Agentes Penitenciários; Aquisição de Equipamentos, Mobiliários, Materiais Pedagógicos e Literários e Infraestrutura Física. Para o período de 2013 e 2014 está prevista a oferta de 27

mil novas vagas de EJA e 10 mil novas vagas do Programa Brasil Alfabetizado nos estabelecimentos penais. No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2030 – Educação Básica, para o Objetivo 0598:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0598 DO PROGRAMA 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA**  
R\$ milhões

Programa "2030"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0598	17.899,0	17.274,2
RPNP (2)		2.386,4	2.958,8
Gastos Tributários (3)		66,8	70,9
<b>TOTAL</b>		<b>20.352,2</b>	<b>20.303,8</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

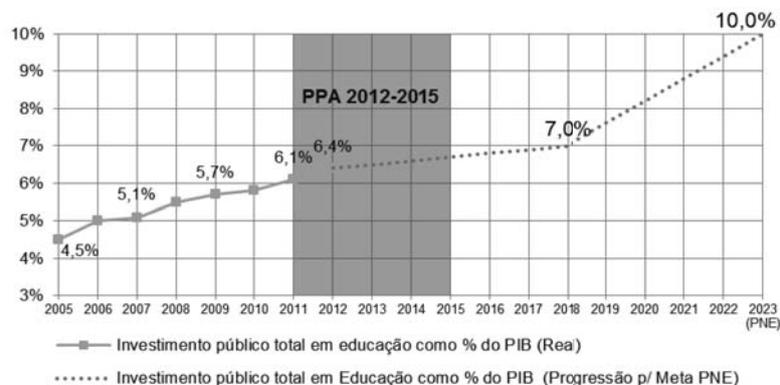
(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados, inscritos em exercício anteriores (para os RPNP liquidados em 2012, consideramos as mesmas ações que compõem o Programa/Objetivo, conforme foi criado em 2012, ainda que, quando da inscrição em exercícios anteriores, esses RPNP estivessem ligados a códigos de programa diferentes no PPA anterior).

(3) Renúncia tributária para transporte escolar.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados nas metas do Objetivo 0598 do Programa 2030 – Educação Básica:

**Meta: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020<sup>2</sup>.**

**INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO(% PIB)**



Fonte: STN/MFInep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC.

<sup>2</sup> Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Programa 2030.

A evolução do investimento público total em educação, de 4,5% do PIB em 2005, para 6,4% em 2012, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apresentou um importante incremento de 42%. Nesse período, substanciais recursos novos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb, em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU), entre 2009 e 2011, recuperando uma década de perdas sobre o investimento federal em educação, para todos os níveis.

O aumento proposto no investimento total em educação, em relação ao PIB, para 10% ao final do período de vigência do PNE 2011-2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos, tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que reserva para a educação (75%) e saúde (25%) todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012; bem como as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado.

A Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve, ainda, que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, prescritos constitucionalmente, decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações mínimas da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais, além da contribuição

social do Salário Educação, restrito à educação básica, e da Complementação da União ao Fundeb, que deve ter um valor mínimo correspondente a 10% da soma dos recursos depositados nas contas estaduais do Fundeb pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para Estados e Municípios, os mínimos constitucionais para aplicação em educação devem corresponder a 25% das receitas totais de impostos, inclusive transferências recebidas de outras esferas.

Para cada ente federado, deverão ser consideradas, em acréscimo a esses valores mínimos obrigatórios pela Constituição, as aplicações em educação oriundas da exploração do petróleo e gás natural. Cumpre à União o papel constitucional de atender a sua rede de ensino e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A esses, com 25% de seus impostos, mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a rede pública da educação básica, além de suas universidades e escolas técnicas.

Estados e Municípios são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%. Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federativos, com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino.

Nos últimos anos, houve um grande crescimento dos investimentos na educação básica e também da educação superior, ensejando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica.

O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante se reduzisse de 10,1, em 2002, para 4,8, em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690, entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267, no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

#### Metas:

**Elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.**

**Elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.**

**Elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino médio para 4,3.**

#### IDEB - RESULTADOS E METAS

Etapas da Educação Básica	2007		2009		2011	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,2	4,2	4,6	4,6	5,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,8	3,7	4,0	3,9	4,1
Ensino Médio	3,4	3,5	3,5	3,5	3,7	3,7

Fonte: Inep/MEC, em 22/01/2014.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica –, com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de zero a 10. Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, além de expressar em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. Como o cálculo do Ideb é feito bianualmente, não existem valores para 2012, enquanto o índice de 2013 tem publicação prevista para setembro de 2014.

Em 2011, o Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi 5,0 (superior à meta de 4,6 para aquele ano). Uma estratégia importante para a elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012, que tem como

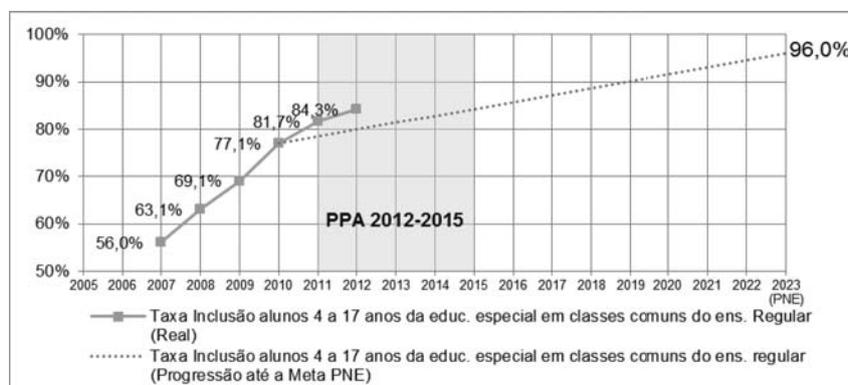
eixos estruturantes: a formação continuada de professores alfabetizadores; a orientação aos resultados das avaliações externas universais; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

Em 2011, o Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental foi 4,1, superando a meta de 3,9 para esse ano. Neste contexto, destaca-se o Programa Mais Educação, que induz a agenda da educação em jornada ampliada, tendo a adesão de 49 mil escolas em 2013.

Em 2011, o Ideb do Ensino Médio foi 3,7, mesmo valor da meta para aquele ano. Uma das estratégias implementadas pelo Ministério da Educação (MEC) para o alcance desta meta é o Programa Ensino Médio Inovador, que tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola. Além deste, destaca-se também o Programa Brasil Profissionalizado, que visa a fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, ampliando a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio.

**Meta: Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

#### INCLUSÃO DE ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR



Fonte: Censo escolar do Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC.

Obs.: Os dados do Censo Escolar 2013 somente estarão disponíveis após julho de 2014.

Em 2007, a Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos - público-alvo da educação especial - nas classes comuns do ensino regular era de 56%, chegando a 81,7%, em 2011, e a 84,3%, em 2012. Em relação aos beneficiários do Benefício da Prestação Continuada (BPC), na faixa de 4 a 17 anos verificou-se crescimento do percentual de matriculados, saindo de 51,6%, em 2007, e atingindo 75%, em 2012.

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, o Governo Federal ampliou os

investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva, transporte escolar acessível e adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda. Em 2013, foram atendidas 9.036 escolas pelo Programa Escola Acessível e adquiridos 743 veículos urbanos acessíveis. Além disso, foram implantadas 4 mil salas de recursos multifuncionais e atualizadas as 15 mil salas existentes.

**Meta: Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, quando atingiu o valor de 83,1%, alcançando em 2012 o percentual de 89,8%. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados.

O projeto tem como eixos estruturantes: a formação continuada

de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por 2 anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais, a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização.

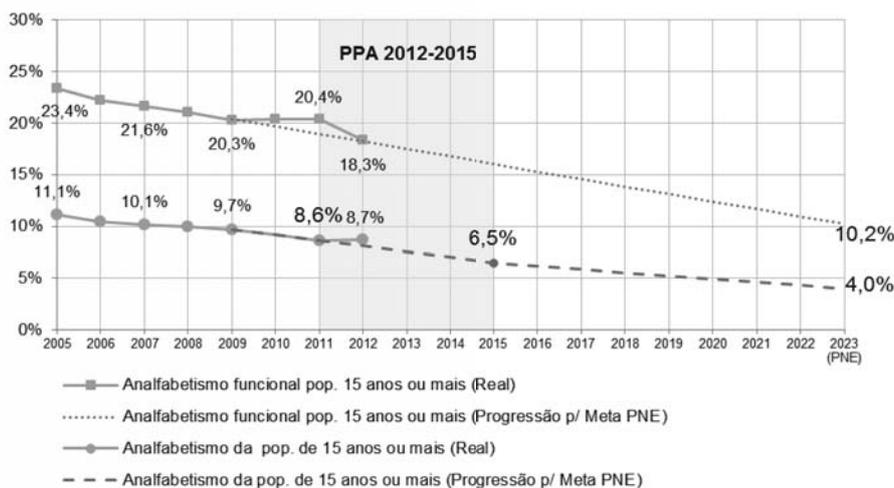
A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma que planejem as aulas e que utilizem, de modo articulado, os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. Em 2013, a ênfase foi em linguagem e, em 2014, será em matemática. O Pacto conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.420 Municípios, para a formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 mil professores alfabetizadores.

**Metas:**

**Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.**

**Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

**TAXAS DE ANALFABETISMO**



Fonte: Pnad/IBGE; Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC.  
Obs.: Os dados da Pnad 2013 somente estarão disponíveis a partir de set/2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, em 2009, era de 9,7% e atingiu o valor 8,7%, em 2012. Em relação às mulheres, em 2009 a taxa de analfabetismo era de 9,6% e, em 2012, o valor apurado foi de 8,4%.

Ainda conforme os dados da Pnad, a taxa de analfabetismo da população rural vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,8% e, em 2012, o índice apurado foi de 21,1%. Relativamente à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4%, em 2009, para 11,8%, em 2012.

Para o alcance da meta, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) buscou fortalecer a integração das políticas de alfabetização

com outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

O ciclo 2012 do PBA, executado no ano-exercício 2013, teve a adesão de 985 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 959 prefeituras, com uma meta total de atendimento de aproximadamente 1,6 milhão de alfabetizandos, sendo 48% na zona urbana e 52% na zona rural, com investimentos no valor de R\$ 180 milhões. No exercício de 2013, o PBA beneficiou mais de 1,1 milhão de alfabetizandos.

O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo esta

variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2012, foi de 18,3%.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos: i) ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente para egressos do PBA, populações do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas e pessoas em unidades prisionais; e ii) fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino.

Com a antecipação de recursos financeiros para a oferta de novas turmas de EJA, há a previsão de 240.542 novas matrículas com execução em 2013, entre as quais 178.264 matrículas nas redes municipais, abrangendo 1.196 Municípios, e 62.278 matrículas da rede estadual, em 19 Estados. A adesão para a oferta de novos cursos foi aberta em novembro de 2013.

**Meta: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do País ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era de 7,5 anos de estudo e, em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, apurou-se ], em 2009, 8,4 anos de estudo na região Nordeste e, em 2012, o índice de 8,9 anos na região Norte. Entre os 25% mais pobres, o índice era de 7,4, em 2009, alcançando 8 anos em 2012.

A partir da publicação da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, e da Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, mudanças foram introduzidas no âmbito da EJA, que passa a abranger o ensino fundamental e o ensino médio com qualificação. A referida Resolução aprova os procedimentos para a transferência de recursos financeiros pleiteados por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, a título de apoio à manutenção de novas turmas de EJA, oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2013, foram repassados mais de R\$ 175 milhões para 1.196 Municípios que solicitaram recursos.

**Meta: Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.**

Em 2013, houve o financiamento para 19 instituições de ensino desenvolverem cursos de Licenciaturas Interculturais, no âmbito do Programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind). Por meio desses cursos, 2.248 professores indígenas estão sendo habilitados para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em

três áreas de conhecimento: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Sociais. Além disso, foi instituído o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), um conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC) aos sistemas de ensino, voltados à organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena. O PNTEE se organiza em cinco eixos: i) gestão educacional e participação social; ii) pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas; iii) memórias, materialidade e sustentabilidade; iv) educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica; e v) educação superior e pós-graduação.

**Meta: Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros.**

A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 8 anos, em 2005, para 9 anos, em 2012, enquanto da população não negra passou de 9,6 anos, em 2005, para 10,4 anos, em 2012. Visando à equiparação de escolaridade média entre negros e não negros, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores e elaboração e distribuição de material didático, paradidático e instrucional para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, voltados à educação para as relações étnico-racial e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

No segundo semestre de 2013, foram aprovados 24 projetos de formação continuada para as Relações Étnico-Raciais, com previsão de abertura, no primeiro semestre de 2014, de 3.530 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. No mesmo período, foram formados 1.765 professores nos cursos de Educação para as Relações Étnico-Raciais, ofertados por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica (Renaform). Além disso, foram formados 250 professores quilombolas em cursos da Rede.

Destaca-se, também, para o alcance dessa meta, o lançamento, em 2013, no âmbito da educação superior, do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior. O público do Programa é aquele compreendido em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2013), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O combate ao racismo e a promoção da igualdade também são objetivos desta ação.

**Meta: Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. Visa aumentar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar,

por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Para a execução do Programa, são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), existindo, ainda, recursos para complementação da alimentação escolar, envio de equipamentos às escolas e formação específica para professores.

Em 2013, houve adesão de mais de 49 mil escolas e o atendimento de 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ressalta-se a adesão de mais de 19 mil escolas do campo, indígenas e quilombolas.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido por meio do Fundeb que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral, com percentual até 30% maior que o geralmente repassado para o ensino fundamental e também com acréscimo para o ensino médio. Os recursos são repassados com base no número de estudantes ou turmas em educação integral, conforme informado pelas próprias escolas ao preencherem o Censo Escolar.

**Meta: Fomentar programas de combate à violência e ao “bullying” na escola e promover educação em direitos humanos.**

Com relação à defesa dos direitos de crianças e adolescentes e ao enfrentamento das violências nas escolas, foram repassados recursos a 9 Instituições de Ensino Superior, que ofereceram o curso Escola que Protege (EqP), disponibilizando 2.385 vagas em 2013 para a formação continuada de professores e profissionais ligados à Rede de Proteção Integral. Nesses cursos, o tema do bullying tem destaque e é discutido ao longo de toda a formação.

Além disso, foi lançada, em 2013 uma série de quatro publicações sobre experiências exitosas nos sistemas de ensino, relacionadas ao tema. Foi publicado, também, o documento “Conversando sobre Violência e Convivência nas Escolas”, que será distribuído para gestores dos sistemas de ensino em 2014.

Ainda em 2013, o MEC acompanhou a articulação e a primeira etapa do Projeto de Pesquisa “Violência e Preconceito na Escola: contextualizando o problema”, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia. No âmbito do enfrentamento à violência e ao bullying nas escolas, o MEC disponibilizou para 45 mil escolas públicas os seguintes materiais: Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas: perspectivas interdisciplinares; e Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores.

**Meta: Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada, à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.**

Aos entes federados que aderem ao ProJovem Urbano, são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano/Simec. Na edição 2013, foram matriculados 77 mil jovens, em 109 Municípios e 14 Estados. Os estudantes matriculados no ProJovem Urbano, com o mínimo de 75% de frequência nas atividades presenciais do período, e que apresentem 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês. O auxílio tem o objetivo de apoiar a permanência do estudante nos 18 meses de curso e ampliar sua possibilidade de conclusão e certificação.

#### **Demais Resultados do Programa 2030 - Educação Básica**

Para além do Objetivo 0598, outros temas também merecem destaque por sua relevância na garantia de educação de qualidade, tais como infraestrutura, formação de professores e avaliação da qualidade da educação.

Em relação à infraestrutura, cabe destacar o apoio à Política Nacional de Educação Infantil, por meio da construção de creches e pré-escolas, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Também está prevista a aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças à educação infantil pública em condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos Municípios.

Planeja-se a aprovação da construção de 6 mil estabelecimentos até 2014, com investimento de R\$ 6,64 bilhões. Até 2012, foi aprovada a construção de 3.135 estabelecimentos de educação infantil, atendendo a mais de 1.600 Municípios. Em 2013, foi apoiada a construção de 2.131 creches e pré-escolas, em 1.018 Municípios, com valor superior a R\$ 3 bilhões.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, com o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e 4 mil para cobertura de quadras já existentes. Até 2012, foi aprovada a construção de 4.681 quadras e coberturas. Para o ano de 2013, foi aprovada a construção de 3.126 quadras, em 2.160 Municípios, no valor de R\$ 1,6 bilhão, bem como a cobertura de 1.376 quadras, com recursos de R\$ 263,6 milhões, beneficiando 1.203 Municípios.

Ainda em relação à infraestrutura, no que se refere ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, foram adquiridos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e atualização das 15 mil salas existentes, com investimento de R\$ 186,5 milhões. Para a

promoção da acessibilidade arquitetônica e aquisição de tecnologia assistiva, foram disponibilizados R\$ 99,6 milhões para atender 9.036 escolas. Cabe mencionar, ainda, os 743 ônibus escolares urbanos acessíveis adquiridos por meio do Programa Caminho da Escola.

A qualidade do ensino pressupõe a valorização dos profissionais do magistério. Para tanto, o MEC desenvolve políticas a fim de articular a formação inicial e a formação continuada de professores e profissionais da educação.

Nesse tocante, destaca-se a Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), com investimento na ordem de R\$ 110 milhões, que ofertou 82.631 vagas, por meio das quais foram abertas 185 novas edições de cursos presenciais, semipresenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, abrangendo as temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, História e Cultura dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação Ambiental.

No que se refere à formação inicial de professores, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, induz e fomenta a oferta de turmas especiais, em cursos de licenciatura, para professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuam grau em licenciatura na área, disciplina ou etapa em que exercem a docência.

Em 2013, o Parfor registrou 6.965 matrículas distribuídas em 215 turmas de 96 instituições formadoras. Até 2013 o Programa formou 2.189 professores.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas do Brasil.

Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 104 IES e 668 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Estão em andamento mais de 1,2 mil cursos, dos quais 370 de licenciatura e 700 de pós-graduação lato e stricto sensu. Em 2013, a UAB registrou 246 mil matrículas, sendo 119 mil em cursos de licenciatura. Desde 2006, mais de 35 mil professores da rede pública da educação básica já se formaram.

Outra importante política pública para a formação de professores é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), cuja finalidade é promover a equidade e a excelência nas licenciaturas, por meio de concessão de bolsas. Para o Edital 2013, foram aprovadas 45.130 bolsas.

Para incentivar a pesquisa em temáticas ligadas à educação, o Programa Observatório da Educação oferece bolsas para que sejam incluídos em grupos de pesquisa de formação de

mestres e doutores, alunos de licenciatura e professores da rede pública de educação básica.

Em 2013, foram apoiados 171 projetos, que alcançam 105 instituições de ensino superior, e 310 programas de pós-graduação, com a concessão de 2.590 bolsas.

Alguns programas também oferecem formação específica, como o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, lançado em 2013, com o objetivo de promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nas áreas rurais e urbanas nesse nível de ensino.

O Programa está em fase de adesão e início das formações, com previsão de ofertar bolsas de estudo a mais de 450 mil profissionais. Outra importante ação no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi a aquisição de 10,7 milhões de livros por meio do PNLD – Alfabetização na Idade Certa, com um investimento de R\$ 41,1 milhões.

No que diz respeito às avaliações educacionais, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que contribui para a melhoria da qualidade desse nível de ensino e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, a reformulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais. Este Sistema é composto por três avaliações de larga escala: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Educação Básica.

Em 2013, cerca de 7,6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio de todas as unidades da federação fizeram as provas do Saeb. A partir do resultado das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante no final da educação básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) visa contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de ensino. Desde 2009, também vem sendo utilizado como mecanismo para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Ciência sem Fronteiras. Em 2013, realizaram a prova 5 milhões de estudantes.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como objetivo avaliar se os estudantes, aos 15 anos de idade, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para uma participação plena em sociedades modernas. A avaliação acontece a cada três anos e abrange três áreas de conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências.

Em 2012, o Pisa foi aplicado a quase 20 mil estudantes de 767 escolas brasileiras, com ênfase em Matemática. Os

resultados, divulgados em 2013, demonstram que o Brasil é o País que mais avançou no resultado de Matemática entre todos os avaliados, passando de 356 para 391 pontos, no período entre 2003 e 2012.

O Brasil também teve destacado crescimento nas outras áreas avaliadas, como ciências e leitura. Além disso, a melhora no desempenho foi acompanhada da inclusão de mais de 420 mil estudantes com 15 anos.

O número de matrículas de alunos na educação básica nessa faixa etária saltou de 65%, da edição de 2003, para 78%, em 2012, sendo a segunda maior taxa de inclusão, atrás apenas da Indonésia.

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação, o MEC busca aperfeiçoar as relações federativas no campo da política educacional e estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados, a fim de viabilizar o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Em 2013, articulou-se com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) uma estratégia integrada que se constituiu na implantação de uma rede de apoio técnico nas 27 unidades da federação, atendendo 1.907 Municípios. Também foi prestada assistência técnica a Municípios e Estados para a avaliação, elaboração e reelaboração dos Planos de Cargos e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica de sua rede.

#### **4.14.2. Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

O Ministério da Educação (MEC) tem fomentado ações com vistas a expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional. Muitos avanços puderam ser observados nos últimos anos, com incremento importante no volume de investimentos.

Merecem destaque a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e a criação do Programa Brasil Profissionalizado e da Rede e-Tec Brasil.

Atualmente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é a principal estratégia do Governo Federal para ampliar a oferta de cursos de

educação profissional e tecnológica. Ele é composto de iniciativas já existentes e da Bolsa-Formação, que promove a oferta gratuita em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Os objetivos do Pronatec são: i) ampliar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada, presencial e a distância; ii) construir, reformar e ampliar escolas que ofertam educação profissional das redes estaduais; iii) aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores, por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; iv) aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e v) melhorar a qualidade do ensino médio.

No Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica consta o Objetivo 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.

Esse Objetivo contempla iniciativas que compõem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec; e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem.

O Pronatec atingiu, em 2013, a marca de 5,5 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Inicialmente, eram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos técnicos concomitantes. Por meio de Medida Provisória convertida na Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013, o Pronatec também passou a ofertar, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio.

Em relação à Expansão de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa é uma iniciativa de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, 116 já estão em funcionamento. Ao final da expansão, serão 562 unidades, em 512 Municípios.

Em 2013, 40 unidades da Rede Federal de 16 Estados e do Distrito Federal iniciaram suas atividades e, quando em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, em 2013, alcançaram a cifra de R\$ 825 milhões, e a meta de investimentos para 2014 é de R\$ 928 milhões.

Foram estabelecidas, ainda, as diretrizes para a estruturação dos Institutos Federais, bem como os parâmetros e as normas para sua expansão, por meio da Portaria MEC nº 1.291/2013.

A partir de 2014, os Institutos Federais poderão instalar Campi Avançados, que são unidades especializadas em

educação profissional e extensão, e Polos de Inovação, unidades especializadas em inovação e pesquisa aplicada, o que fortalecerá as políticas do Pronatec e da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Em relação aos servidores da Rede, foram contratados 3.471 docentes e 3.716 técnicos administrativos pelas instituições da Rede Federal e foram ofertados mestrados profissionais em Tecnologia da Informação, Educação e Administração, além de estágio de professores em instituições de educação profissional no Canadá.

Para garantir a permanência dos alunos nos cursos ofertados, houve um reforço considerável na política de assistência estudantil, com vistas a reduzir a evasão e possibilitar condições adequadas para a realização dos cursos. Os recursos para este fim foram disponibilizados diretamente aos Institutos Federais e o aporte saltou dos R\$ 42,9 milhões, em 2010, para R\$ 256,6 milhões, em 2013, o que representa um crescimento nominal de 498%.

Outra importante iniciativa do Pronatec é a Bolsa-Formação, que oferece vagas gratuitas em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, referente a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); e a Bolsa-Formação Estudante, referente a cursos técnicos de nível médio. Desde a criação dessa iniciativa, em 2011, foram totalizadas 2,28 milhões de matrículas, sendo 1,87 milhão em cursos FIC e 413 mil em cursos técnicos de nível médio. Somente em 2013, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, foram realizadas 1,57 milhão de matrículas, das quais 1,28 milhão em cursos FIC e 293 mil em cursos técnicos de nível médio.

Para o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado fornece apoio por meio de obras de infraestrutura, da aquisição de equipamentos, do desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas, bem como de ações para formação de professores. No âmbito do Brasil Profissionalizado, foram realizadas, desde 2011, 233 mil matrículas, sendo que, em 2013, o Programa permitiu que mais de 70 mil jovens ingressassem em cursos técnicos nas redes estaduais.

O MEC tem investido recursos na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, além da construção de 241 novas escolas técnicas estaduais, das quais 34 já estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 415 unidades, com 176 obras já finalizadas, sendo que, em 2013, foram concluídas 101 obras. Os investimentos do programa totalizaram R\$ 192 milhões em 2013.

A Rede e-Tec Brasil, outra iniciativa do Pronatec, promove a oferta de educação profissional e tecnológica a distância. Em 2013, foram matriculados 137 mil estudantes em cursos técnicos na modalidade a distância, em 1.346 polos de apoio presencial e-Tec, tendo sido criados 423 novos polos. O investimento em 2013 foi de R\$ 146 milhões e a meta para 2014 é a de criar mais 177 polos. Desde 2011, foram 347 mil matrículas e a meta para 2014 é chegar em 674 mil.

Ainda entre as iniciativas do Pronatec, o Acordo de Gratuidade com Sistema S possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda. Desde 2011, foram 2,35 milhões de matrículas, sendo 743,8 mil em 2013.

Ressalta-se, ainda, a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2013, foi criado o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), para o acesso de estudantes que concluíram o ensino médio, prioritariamente àqueles que realizaram o Enem, em vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente, em instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica.

As instituições participantes passam por um processo de habilitação perante o MEC, que leva em conta índices de qualidade acadêmica e a experiência da instituição em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, inclusive com possibilidade de avaliação in loco. Já na primeira edição, em 2013, o Sisutec teve 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 170 mil brasileiros em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 Municípios de 26 Estados.

A Inovação e a Pesquisa Aplicada foram duas importantes frentes do Ministério da Educação (MEC) no exercício de 2013, tendo sido apoiados 295 projetos cooperativos de pesquisa e extensão entre Institutos Federais e empresas, no valor de R\$ 19,3 milhões, e 22 projetos de pesquisa aplicada em agroecologia, todos em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, tem sido um importante instrumento estratégico na cooperação internacional e de grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Até 2013, foram concedidas 60.776 bolsas pela Capes e CNPq conjuntamente.

Em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o MEC atuou na qualificação da Embrapii como Organização Social, na qualidade de interveniente do Contrato de Gestão.

A Embrapii tem por objetivo promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para setores industriais, constituindo uma de suas ações a promoção do desenvolvimento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais. Em 2014, serão criados por meio de edital cinco Polos de Inovação dos Institutos Federais, entendidos como ambientes de cooperação nacional e formação de profissionais nos setores de base tecnológica.

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica, para o Objetivo 0582:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
R\$ milhões

Programa "2031"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0582	2.621,8	4.144,0
RPNP (2)		214,7	1.292,1
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2.836,5</b>	<b>5.436,1</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativo ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores (para os RPNP liquidados em 2012, consideramos as mesmas ações que compõem o Programa/Objetivo, conforme foi criado em 2012, ainda que, quando da inscrição em exercícios anteriores, esses RPNP estivessem ligados a códigos de programa diferentes no PPA anterior).

A variação significativa observada na execução orçamentária das ações vinculadas ao Objetivo 0582, quando comparados os exercícios de 2012 e 2013, é explicada principalmente pelo aumento na execução da ação 20RW – Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica.

Por meio desta ação orçamentária, são transferidos recursos para as instituições ofertantes da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec. Uma das metas do PPA é ofertar 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e em cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas. Em função da alteração da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Pronatec, e pela Lei nº 12.816,

de 5 de junho de 2013, a partir de 2013 passaram a ser ofertados no âmbito da Bolsa-Formação cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio. Também foram incorporadas à rede ofertante instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica de nível médio, devidamente habilitadas. Sendo assim, a oferta de cursos foi ampliada, superando as metas previstas para o ano de 2013 e elevando os recursos investidos por meio da ação 20RW.

A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas do Objetivo 0582 do Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Descrição da Meta 2012-2015	Meta prevista 2012-2015	Unidade de medida	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das informações
			2012	2013		
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	100.000	Mulheres	18.787	37.183	37,18%	MEC/ Setec
Elevar o nº de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562	562	Escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica	430	470	83,63%	MEC/ Setec
Oferecer oito milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de três milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes	8.000.000	Vagas	2.559.314	5.571.312	69,64%	MEC/Setec

Fonte: SPO/MEC, em 22/01/2014.

**Meta: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.**

Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, o Programa Mulheres Mil foi estendido para novos campi dos Institutos Federais. Desde 2011, já foram atendidas mais de 37 mil mulheres. Somente em 2013, foram quase 19 mil mulheres atendidas. A partir desse ano, o Mulheres Mil passou a ser executado no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, o que ampliará o acesso das mulheres à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada grupo e a vocação econômica das regiões.

**Meta: Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562.**

Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, 116 já estão em funcionamento. Dessas, 40 unidades da Rede Federal de 16 Estados e do Distrito Federal iniciaram suas atividades em 2013, totalizando 470 escolas em atividade. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, em 2013, alcançaram a cifra de R\$ 825 milhões. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios.

**Meta: Oferecer oito milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de três milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.**

O número total de matrículas realizadas pelo Pronatec, desde 2011, é de 5,5 milhões em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC). Somente por meio da Bolsa-Formação, já foram matriculados 2,28 milhões de beneficiários, contemplando 803 mil matrículas no Pronatec Brasil Sem Miséria. Em 2013, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, foi realizada 1,5 milhão de matrículas, sendo 1,28 milhão em cursos FIC e 293mil em cursos técnicos de nível médio. Para 2014, espera-se atingir 1,2 milhão de matrículas somente por meio da Bolsa-Formação.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados nas metas qualitativas do Objetivo 0582 do Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica:

**Meta: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

Essa meta está presente nos três Programas Temáticos do

PPA relacionados ao MEC e a análise já foi apresentada na parte que trata das metas do Programa Educação Básica.

**Meta: Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.**

Nos Termos de Acordo e Metas, assinados entre o MEC e os Institutos Federais, está previsto o alcance de uma relação mínima de 20 alunos por docente. A relação aluno/professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Ao analisar a evolução anual da relação aluno/professor, constata-se que as instituições da Rede Federal vêm ampliando sua capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga. No exercício 2013, a relação aluno/professor apurada foi de 20,40.

**Meta: Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.**

O Pronatec constitui o esforço mais representativo do governo federal para elevar o número de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica. Como mencionado anteriormente, foram realizadas, entre 2011 e 2013, 5,5 milhões de matrículas em cursos técnicos (Pronatec) e de formação inicial e continuada (FIC). Somente por meio da Bolsa-Formação, já foram matriculados 2,28 milhões de beneficiários, sendo 1,87 milhão em cursos FIC e 413 mil em cursos técnicos de nível médio.

**Meta: Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.**

De 2011 a 2013, por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, foram realizadas 1.660.144 matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo Sistema S e Rede Federal. Para o alcance desta meta, destaca-se o Sisutec, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. Já na primeira edição, em 2013, o Sisutec recebeu 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 170 mil pessoas em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 Municípios de 26 Estados.

#### **4.14.3. Programa 2032 - Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

Neste eixo de atuação, o principal objetivo do Ministério da Educação (MEC) é ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do País.

Proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das

desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Nos últimos anos, o MEC vem adotando uma série de medidas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos campi universitários, à redefinição das formas de ingresso, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, à reformulação da avaliação de cursos e instituições, ao desenvolvimento dos instrumentos de regulação e supervisão, bem como à ampliação da pós-graduação.

No Programa 2032 - Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão consta o Objetivo 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Este Objetivo contempla iniciativas que visam principalmente à expansão, reestruturação e interiorização da rede federal de educação superior; à ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes em instituições públicas e privadas de educação superior; ao desenvolvimento de políticas de inclusão; e à promoção da qualidade da educação, por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação.

No âmbito da expansão da rede federal de ensino superior, os objetivos são ampliar e democratizar o acesso e interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região.

Como resultado destes investimentos, o MEC espera atingir a meta de implantação de 47 novos campi até o final de 2014. Desses, 17 já estão em funcionamento, sendo que 13 iniciaram suas atividades em 2013. Ao final desta fase da expansão, a rede federal de educação superior contará com 321 unidades em 272 Municípios.

Ressalta-se ainda a criação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Universidade Federal do Cariri (UFCA), bem como a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Em 2013, foram investidos mais de R\$ 440 milhões na consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), R\$ 508,6 milhões na implantação de novos campi e R\$ 300,5 milhões na implantação de novas universidades,

totalizando R\$ 1,2 bilhão. Quanto ao desenvolvimento de políticas de inclusão, o Programa Incluir- Acessibilidade na Educação Superior, cujo objetivo é fomentar a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, investiu, em 2013, o montante de R\$ 11 milhões para o financiamento de projetos de acessibilidade em 55 Instituições de Ensino Superior (IES).

No âmbito da assistência estudantil, destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Em 2013, o Programa investiu aproximadamente R\$ 637,6 milhões para atender estudantes em todo o País. Também merece destaque a instituição do Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e estudantes quilombolas matriculados nas Ifes. Em 2013, o Programa Bolsa Permanência beneficiou 5.889 estudantes, totalizando o montante de R\$ 13,1 milhões.

Em relação à qualificação acadêmica, destaca-se o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que visa a induzir e incentivar ações de extensão universitária voltadas à promoção de políticas públicas. Em 2013, o Programa apoiou 780 propostas de extensão em todo o território nacional, com um orçamento de R\$ 80,3 milhões.

Como instrumento de ampliação do acesso à educação superior, destaca-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), que viabiliza, em contrapartida à isenção de impostos, a concessão de bolsas de estudo, em instituições privadas, a estudantes de baixa renda. Em 2013, o ProUni concedeu 177 mil bolsas, tendo alcançado a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para esses estudantes, pode ser ainda oferecida a concessão de Bolsa Permanência do ProUni, que em 2013 atingiu uma média mensal de 5.268 bolsas, totalizando recursos na ordem de R\$ 25,3 milhões.

Outra iniciativa que possibilita o acesso a instituições privadas de ensino superior é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em 2010, a forma de financiamento estudantil foi aprimorada, possibilitando desde então mais de 1,16 milhão de novos contratos firmados. Mais de 550 mil contratos foram celebrados em 2013.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também é uma iniciativa que possibilita a democratização do acesso ao ensino superior, ao selecionar estudantes para a educação pública superior do País, com base nas notas obtidas no Enem. Em 2013, o Sistema contou com a participação de 102 instituições e a oferta de 169.043 mil vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos.

O MEC também tem direcionado seus esforços para a promoção da qualidade da educação superior, por meio do

fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. Assim, merece destaque, em 2013, a publicação de um conjunto de normativos que explicitam os padrões decisórios aplicados aos processos regulatórios, contribuindo para o aperfeiçoamento e transparência dos procedimentos de regulação e supervisão realizados pelo MEC.

Em 2013, foram publicados 9.524 atos regulatórios, instaurados 476 procedimentos de supervisão e 40 processos

administrativos para aplicação de penalidades. Na expedição dos atos citados, destacam-se 6.728 reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior, 1.248 autorizações de cursos (deferimentos e indeferimentos) e 1.239 aditamentos.

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2032 – Educação Superior, Graduação, Pós-Graduação, ensino, Pesquisa e Extensão, para o Objetivo 0841:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMA 2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**  
R\$ milhões

Programa "2032"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0841	4.373,3	5.616,7
RPNP (2)		593,1	2.135,2
Gastos Tributários (3)		733,9	750,9
<b>TOTAL</b>		<b>5.700,3</b>	<b>8.502,9</b>

(1) Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores (para os RPNP liquidados em 2012 consideramos as mesmas ações que compõem o Programa/Objetivo conforme foi criado em 2012 ainda que, quando da inscrição em exercícios anteriores, esses RPNP estivessem ligados a códigos de programa diferentes no PPA anterior).

(3) Renúncia tributária para o ProUni.

A variação significativa observada na execução orçamentária das ações vinculadas ao Objetivo 0841, quando comparados os exercícios de 2012 e 2013, é explicada principalmente pelo aumento na execução das ações 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 20RK – Funcionamento das Universidades Federais e 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior. Por meio destas ações, são investidos recursos na expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Superior, além dos recursos para assistência estudantil.

O objetivo central, no âmbito da Expansão da Rede Federal de Educação Superior, é democratizar o acesso e interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região. A criação de quatro novas universidades federais e

a implantação de quatro instituições recentemente criadas justifica o aumento da execução das ações 8282 e 20RK.

Já o aumento da execução da ação 4002 é decorrente do aumento dos benefícios de assistência estudantil visando à permanência dos estudantes em função da expansão da rede federal de ensino e, conseqüentemente, do número de matrículas dos alunos em 2013. Nesse sentido, destaca-se o Pnaes, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas do Objetivo 0841 do Programa 2032 – Educação Superior, Graduação, Pós-Graduação, ensino, Pesquisa e Extensão:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Descrição da Meta 2012-2015	Meta prevista 2012-2015	Unidade de medida	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Fonte das informações
			2012	2013		
Elevar o n° de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324	324	Campi da Rede federal de educação superior	287	291	89,81%	MEC/Sesu
Elevar o n° de universidades federais para 63	63	Universidades federais	59	63	100%	MEC/Sesu

Fonte: Simec, em 22/01/2014.

**Meta: Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324.**

A Rede Federal de Educação Superior conta atualmente com 291 campi funcionando, sendo que 274 foram implantados até 2010.

A partir de 2011, destaca-se a meta de criação de 47 novos campi até 2014, dos quais 17 estão em funcionamento, incluindo os novos campi das quatro universidades federais recentemente aprovadas: Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob); Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

**Meta: Elevar o número de universidades federais para 63.**

No ano de 2013, com a criação da Universidade do Cariri (UFCA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o Brasil passou a contar com 63 Universidades Federais, com unidades distribuídas por todas as regiões do País.

As regiões Norte e Nordeste contam, respectivamente, com 10 e 18 instituições. O Sudeste, onde se concentra a maior parte da população, possui 19 Universidades Federais, o Sul possui 11 e a região Centro-Oeste conta com 5.

A seguir, apresenta-se a análise das metas qualitativas do Objetivo 0841 do Programa 2032 –Educação Superior, Graduação, Pós-Graduação, ensino, Pesquisa e Extensão:

**Meta: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

Essa meta está presente nos três Programas Temáticos do PPA, relacionados ao MEC, e a análise já foi apresentada na parte que trata das metas do Programa Educação Básica.

**Meta: Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020.**

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, previa outras ações, além do aumento de vagas, como ampliação ou abertura de cursos noturnos, melhora do índice relação aluno/professor, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão.

Como resultado dessas iniciativas, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2009, eram 186.984, em 2011, atingiu 231.530 e, em 2012, totalizou 239.942 vagas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta estratégias que estabelecem o direcionamento de esforços para ofertar um terço das vagas em cursos noturnos. Em 2011 foram ofertadas 72.618 e, em 2012, 74.342 vagas de graduação presencial em cursos noturnos, que correspondem a 31% do total de vagas ofertadas nesses anos.

**Meta: Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), em consonância com o PNE 2011-2020.**

A meta de elevar a Relação Aluno/Professor nas Ifes, em consonância com o PNE 2011- 2020, adota a quantidade estabelecida naquele plano de 18 alunos por professor.

Essa relação impacta na prática pedagógica e reflete a eficiência da gestão acadêmica, apontando os resultados do esforço empreendido na condução das ações no cotidiano da universidade.

Em 2009, a relação aluno/professor foi de 18,70 alunos por professor. Em 2012, o valor apurado para a relação aluno por professor foi de 18,26.

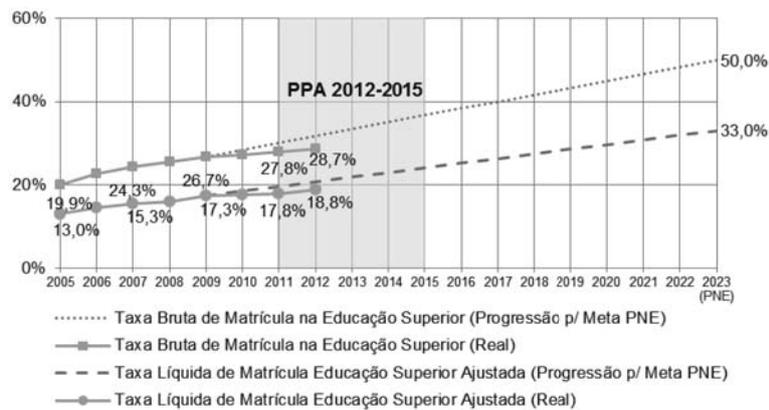
**Metas:**

**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

**Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.**

O gráfico a seguir aponta que, tanto a taxa bruta de matrícula na Educação Superior, como a taxa líquida de matrícula ajustada, vem apresentando, desde 2005, índices de crescimento.

## TAXAS DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Fonte: Pnad/IBGE; Inep/MEC. Elaboração: SPO/SE/MEC.

Obs.: Os dados da PNAD 2013 somente estarão disponíveis a partir de set/2014.

A taxa bruta de matrícula na educação superior refere-se ao percentual da população matriculada na educação superior, em relação ao total população na faixa etária de 18 a 24 anos. O PNE 2011-2020 propõe elevar essa taxa para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24, assegurando a qualidade da oferta. A taxa bruta de matrícula na Educação Superior evoluiu de 19,9% em 2005, para 28,7% em 2012. A taxa bruta de matrícula na Educação Superior para a população negra (pretos e pardos) evoluiu de 11,4%, em 2005, para 20,2%, em 2012.

Já a evolução do indicador que apura a taxa líquida de matrícula ajustada na Educação Superior evoluiu de 13%, em 2005, para 18,8%, em 2012. Para a apuração desse indicador, são consideradas as pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior ou já concluíram esta etapa de ensino, em relação à população total na mesma faixa etária.

**Meta: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Desde a sua criação, o Programa Universidade para Todos (Prouni) reserva bolsas de estudo para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com o percentual de cidadãos desses segmentos, na respectiva unidade da Federação, segundo os dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do total de 1,27 milhão de bolsas ocupadas, 49% foram para estudantes pretos e pardos, o que representa uma participação proporcional maior do que a prevista pela reserva de vagas. Em 2009, a taxa bruta de matrícula da população negra - que inclui pretos e pardos-, na Educação Superior era de 17,7% e, segundo os dados da Pnad no ano de 2012, o índice subiu para 20,2%.

Com a publicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, 50% das vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior federais devem ser destinadas, até 2016, a

estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo 25% para aqueles com renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Um percentual destas vagas é reservado para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, em proporção igual à destes segmentos em cada Unidade da Federação. No Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no ano de 2013, cerca de 30% das vagas ofertadas destinaram-se a este público alvo.

Também merece destaque a instituição, em 2013, do Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e quilombolas matriculados nas Ifes. O objetivo é minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação destes estudantes. Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, sendo 1.506 indígenas e 228 quilombolas, com recursos de R\$ 13,1 milhões em bolsas.

#### Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal.

O MEC, com o intuito de promover a melhoria da qualidade do ensino de graduação, bem como de auxiliar na modernização das Instituições não Federais de Ensino Superior, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), celebra convênios com as instituições que têm projetos aprovados. Em 2013, foram apoiadas mais de 30 instituições, com um montante de R\$ 34,9 milhões.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt), por sua vez, é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando a incentivar ações de extensão universitária voltadas à promoção de políticas públicas e a fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2013, foram apoiados 128 projetos

de extensão em Instituições não Federais de Ensino Superior, com recursos no valor de R\$ 12,2 milhões.

Por meio do Programa de Educação Tutorial (PET), que apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem, foram apoiadas 42 instituições não federais em 2013.

Demais Resultados da Política de Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Além do Objetivo 0841, cabe destacar outras ações de relevância na garantia do acesso e permanência à educação superior e expansão da rede federal deste nível de ensino.

Um importante instrumento estratégico na cooperação internacional e de grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil é o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011.

Seu principal objetivo é viabilizar a formação de profissionais brasileiros com qualidade, em um contexto de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do País, promovendo o intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com o seu campo de estudo. Até 2013, foram concedidas 60.776 bolsas de estudo.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem de idioma estrangeiro pelo público-alvo do CsF, foi criado, em 2013, o Programa Inglês sem Fronteiras, cuja vertente é o curso de língua inglesa *MyEnglish Online*, oferecido a distância por intermédio do Portal de Periódicos, tendo alcançado a marca de 550 mil matrículas.

Em 2013, foram credenciadas 58 universidades federais como centro de aplicação de 500 mil testes de proficiência na Língua Inglesa aos candidatos do Programa CsF e outros programas de intercâmbio. Além disso, 43 universidades federais ofertarão 14.760 vagas de cursos presenciais de inglês em 2014.

O Ministério da Educação (MEC) também investe em ações voltadas para o desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica, com o objetivo de formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Essas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, fomento e acesso à informação científica e tecnológica, incluindo a concessão de bolsas de estudos. Em 2013, o quantitativo de bolsas concedidas foi ampliado para 98.476 bolsas. Além disso, foram concedidas 10.886 bolsas de iniciação científica.

Com o objetivo de promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, destaca-se o Portal de Periódicos, que tem como missão a democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível. No ano de

2013, 422 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo, acessaram o Portal de Periódicos, que dispõe de mais de 36 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, mais de 250 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes. Por dia, são contabilizados cerca de 277 mil acessos ao Portal. Em 2013, foram investidos R\$ 173,9 milhões.

Destaca-se também, em 2013, o lançamento do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior, notadamente aqueles compreendidos em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2013), o ProUni e o Fies.

O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação destes estudantes. Outros pontos importantes são a promoção da igualdade racial, a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, além da acessibilidade e da inclusão no Brasil.

Na área de educação em saúde, destaca-se a edição da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, instituindo o Programa Mais Médicos, que visa à melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa prevê, igualmente, a expansão do número de vagas em cursos de Medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação desses profissionais no Brasil.

A edição da referida Lei levou à criação de 1.575 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 702 em instituições públicas e 873 em instituições privadas, bem como a pré-seleção de 49 Municípios para a instalação de cursos privados de Medicina, com previsão de oferta de mais 3.500 vagas, com início de funcionamento em 2015.

Destaca-se, ainda, no âmbito do Programa, a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Ifes, que prevê a oferta de 3.855 novas vagas até 2017, o que inclui a criação de 31 novos cursos. Em 2013, foi autorizada a oferta de 560 novas vagas para o primeiro semestre de 2014, em 9 cursos de universidades federais interiorizadas.

Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos e demais profissionais de saúde do País. Estão matriculados, atualmente, 30.407 médicos residentes, sendo que 7.906 recebem bolsas financiadas pelo MEC.

A residência multiprofissional ofertada em 13 áreas profissionais de saúde conta com 6 mil residentes matriculados, dos quais 3.602 são beneficiados com bolsas financiadas pelo MEC. O orçamento 2013 para pagamento de bolsas foi de R\$ 343 milhões.

Cabe destaque ao Programa Nacional de Reestruturação

dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que atende atualmente 47 hospitais universitários federais do País.

Financiado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, o Rehuf visa à criação de condições materiais e institucionais para que essas entidades possam desempenhar plenamente suas funções.

Em 2013, foram investidos, aproximadamente, R\$ 751,7 milhões para a aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde e ensino, pesquisa e extensão em hospitais universitários de 22 unidades da federação.

Não obstante as ações do Rehuf, o MEC, por meio da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vem estreitando sua relação com os hospitais universitários federais.

O principal objetivo é constituir mecanismos efetivos que permitam à EBSERH, por meio de uma relação contratual pré-estabelecida, colaborar com as instituições na melhoria da gestão hospitalar e nas ações voltadas para a reestruturação e revitalização das mesmas, sendo preservada a autonomia universitária.

Em 2013, aderiram à Empresa 23 universidades federais, que respondem por 34 hospitais universitários.

## 4.15. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)

A gestão da política econômica empreendida pelo Ministério da Fazenda (MF), no decorrer de 2013, guiou-se pela necessidade de dinamizar a economia doméstica e aumentar sua competitividade, face aos efeitos adversos decorrentes das mazelas que afetaram as economias dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, buscou-se o fortalecimento dos fundamentos em que se assenta o modelo de desenvolvimento brasileiro, de priorização da inclusão social, da redução da pobreza e do fortalecimento do mercado de trabalho, com base no regime de metas de inflação, de responsabilidade fiscal e de câmbio flutuante.

### 4.15.1. Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro

O Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional contempla as principais ações do MF com objetivo de assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

#### Acompanhamento de Atividades Econômicas e das Políticas de Investimento e de Infraestrutura.

O MF deu relevantes contribuições no exame de projetos de infraestrutura conduzidos por outras pastas do Governo, revisando e aprimorando os modelos de arrendamento de áreas portuárias, do leilão de ferrovias e das concessões rodoviárias, com a análise e desenho dos editais e contratos.

Os bons resultados puderam ser verificados ao longo do ano: o valor total de outorga de duas licitações aeroportuárias realizadas em 2013 (Galeão/RJ e Confins/MG) atingiu R\$ 20,8 bilhões; já os cinco leilões de rodovias realizados nos últimos quatro meses de 2013 envolveram um total de 4.247 km, e os deságios nas tarifas de pedágio ficaram entre 42,3% e 61,1%, demonstrando o alto grau de atratividade desses investimentos.

O novo marco regulatório para os portos permitirá a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.

O Ministério também cooperou intensamente para o aperfeiçoamento de medidas regulatórias e na promoção da concorrência nas áreas de infraestrutura urbana e de recursos naturais, analisando diversas iniciativas relacionadas aos setores de saneamento, mercado de táxi, mercado de funerária, fixação de preços por órgãos estaduais de trânsito e transporte coletivo urbano.

O Ministério também participou das discussões sobre o novo código da mineração, e deu apoio aos órgãos setoriais ambientais para projetos de parcerias público-privadas para parques nacionais e para a irrigação.

Contribuiu nas discussões de propostas legislativas e regulatórias relacionadas ao setor de energia, especialmente no acompanhamento dos projetos de energia previstos no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e no debate sobre a regulação do biodiesel.

Destaca-se ainda o leilão do Campo de Libra da camada do Pré-sal, cuja exploração trará diversos impactos na economia, que abrangerão o crescimento do emprego, do Produto Interno Brasileiro (PIB) e geração de efeitos positivos sobre a balança comercial, além da ampliação dos investimentos estrangeiros diretos.

Outra atuação importante deu-se na esfera da proteção da poupança popular e na tutela dos consumidores, tendo sido realizadas 23 ações de fiscalização ao longo do ano para coibir condutas empresariais de captação atípica da poupança popular, especialmente aquelas perpetradas a partir do esquema conhecido como “pirâmide financeira”, de alto potencial lesivo a um grande número de cidadãos.

No primeiro semestre de 2013, coordenou-se o Planejamento Estratégico do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), do qual resultou um acurado diagnóstico da realidade competitiva internacional na qual se inserem as exportações brasileiras apoiadas pelo SCE.

No projeto foram definidos os fundamentos e as diretrizes que orientarão a concessão das garantias e o aperfeiçoamento dessa política pública nos próximos cinco anos e estabelecidos objetivos e metas para a expansão do apoio do SCE às exportações brasileiras, bem como para a manutenção da solvência do FGE.

Adicionalmente também foi promovida, pelo Ministério, forte atuação na recuperação de créditos oficiais brasileiros ao exterior, em sua maioria, oriundos de operações inadimplidas nas décadas de 70 e 80, financiadas com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex), de operações do atual Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e de indenizações pagas pelo FGE. As iniciativas adotadas em 2013 envolveram a recuperação de US\$ 32 milhões.

Em 2013, foram emitidos 33 Certificados de Garantia de Cobertura e 67 Promessas de Garantia de Cobertura para operações de exportação de bens e/ou serviços, totalizando cerca de US\$ 9,1 bilhões de exportações cobertas pelo SCE, ao amparo do FGE, com destaque para vultosas operações de exportação de aeronaves.

Ainda cabe destacar a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa estatal que será responsável pela centralização dos instrumentos de garantias do Governo Federal e pelo desenvolvimento da política de crédito às exportações.

No que tange à Gestão dos Haveres da União, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais relativas aos contratos de refinanciamento e de reestruturação de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. No total, foi recebido, até dezembro/2013, o valor de R\$ 44,2 bilhões para uma previsão inicial de R\$ 46,1 bilhões orçados para todo o exercício.

No decorrer do ano de 2013, a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União,

no que diz respeito ao gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), teve como ponto de partida o montante de recursos a ser levantado em mercado para atendimento das necessidades de financiamento do Governo Federal, bem como o volume de emissões diretas de títulos a serem executados em cumprimento a leis específicas.

De posse dessas informações, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) norteou sua atuação de modo a garantir o melhor balanceamento entre custo e risco para a dívida pública, sem prejuízo do compromisso de contribuir para o desenvolvimento do mercado brasileiro de títulos, conforme delineado em seu Plano Anual de Financiamento (PAF).

Assim, tendo como base os valores de dezembro de 2013, os principais resultados da gestão da DPF no ano são apresentados na tabela a seguir:

#### PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO DA DPF<sup>3</sup>

INDICADORES	dez/12	dez/13	PAF-2013	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	2.008,0	2.122,8	2.100,0	2.240,0
<b>Composição do Estoque da DPF</b>				
Prefixado (%)	40,0	42,0	41,0	45,0
Índice de Preços (%)	33,9	34,5	34,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	21,7	19,1	14,0	19,0
Câmbio (%)	4,4	4,4	3,0	5,0
<b>Estrutura de Vencimentos</b>				
Prazo Médio (anos)	4,0	4,2	4,1	4,3
%vencendo em 12 meses	24,4	24,8	21,0	25,0

3 Os valores apresentados na tabela levam em conta o estoque apurado com base na taxa interna de retorno (TIR) média das emissões, que é usada como taxa de desconto para determinação do valor presente dos títulos. Esta metodologia é também utilizada para cálculo dos indicadores divulgados no Relatório Anual da Dívida. Por outro lado, os valores contábeis registrados no Siafi consideram a metodologia por apropriação. Neste caso, faz-se a demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados. Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93). Base: Lei 4.320/64.

Apesar da elevada volatilidade observada nos mercados financeiros globais em 2013, com repercussão no mercado doméstico de dívida, foi possível ao Tesouro Nacional seguir as diretrizes enunciadas no PAF, principalmente, a orientação de aumentar gradualmente a participação de instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços, em substituição aos títulos flutuantes. Assim, a posição desses títulos apresentou redução, em comparação com a do final de 2012, ainda que com participação um pouco acima da banda superior definida no Plano de Financiamento.

Quanto aos indicadores de prazo, o percentual de dívida vencendo em 12 meses ficou dentro dos limites do PAF e abaixo do limite prudencial de 25%. O prazo médio, por sua vez, apresentou mais um ano de avanço, sinalizando que a STN tem sido bem sucedida em sua diretriz de alongamento do endividamento público. Por fim, cabe destacar que o custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 11,55% ao ano, em dezembro de 2012, para 11,32% ao ano, em dezembro de 2013.

Com referência à execução financeira, em 2013, cerca de 75,6% dos valores empenhados e liquidados na função Encargos Especiais se referem à Gestão da DPF. Destaque para o percentual da Dívida Interna de 72,8%, sendo 46,7% relativos ao Refinanciamento da Dívida Interna e 26,1% ao Serviço da Dívida Interna. O Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna aumentou R\$ 151,4 bilhões em relação ao ano anterior e o Serviço da Dívida Interna diminuiu em R\$ 94,4 bilhões.

A redução da disponibilidade de outras fontes destinadas para pagamento da dívida pública em 2013 é um dos fatores significativos que explicam estas variações. Em 2012, o ingresso do resultado positivo do Banco Central do Brasil (BCB) apurado no segundo semestre de 2011, no montante de R\$ 148 bilhões, provocou um aumento de recursos no Serviço da Dívida Interna e uma redução na necessidade de financiamento, fato este que também ocorreu nas apurações do resultado do BCB em 2012 e 2013, porém em volume menor. Além disso, houve um volume maior de

vencimentos em 2013, gerando, com isso, necessidade maior de financiamento da dívida.

No tocante à Dívida Externa, os valores executados para o seu serviço e refinanciamento representaram apenas 2,8% do total de Encargos Especiais.

O refinanciamento aumentou R\$ 3,7 bilhões em 2013 em relação ao período anterior devido a um volume maior de recompras de títulos públicos federais externos, relativo ao principal. O Serviço da Dívida Externa aumentou R\$ 6,6 bilhões em 2013, ocasionado também pelo volume maior de recompras de títulos externos.

Houve ainda pré-pagamento de contratos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), efetuado pelo Tesouro Nacional em junho de 2013.

#### Contabilidade da União

Ao longo do exercício de 2013, o Ministério da Fazenda deu continuidade ao processo de reforma da contabilidade pública federal, visando a estabelecer padrões de comparabilidade das demonstrações brasileiras com as de outros países.

Nesse sentido, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Projeto Pcasp), com estrutura de Plano de Contas único para a Administração Pública, vai aproximar conceitualmente a contabilidade aplicada ao setor público à contabilidade patrimonial. Na fase de construção, o projeto está subdividido em três grandes módulos: i) adaptações do atual Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) Operacional e de suas fronteiras ao Pcasp, ii) desenvolvimento de novos demonstrativos e adaptação das funcionalidades existentes na plataforma Siafi Web (Novo Siafi), e iii) desenvolvimento de consultas gerenciais e de demonstrativos fiscais em plataforma *Data Warehouse* (DW).

#### Supervisão e Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, bem como dos Mercados de Valores Mobiliários e de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta

A supervisão e organização do sistema financeiro nacional é um dos pilares do programa de gestão da política Econômica e tem por objetivo o desenvolvimento das instituições financeiras e dos mercados de seguros e de valores mobiliários.

#### Supervisão e Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional

##### Basileia e estrutura de capital das instituições financeiras

Em 2013, foram editados normativos que disciplinaram aspectos ainda não contemplados da estrutura de capital das instituições financeiras recomendados pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, como as regras para uso de modelos internos para apuração do requerimento de capital para o risco operacional.

Foram também promovidos aprimoramentos na estrutura de capital segundo as recomendações e o cronograma de

implementação, em seu conjunto conhecidas por "Basileia III", referentes à definição do capital, ao requerimento de capital e à divulgação de informações.

Essencialmente, as recomendações de Basileia III objetivam aumentar a qualidade e quantidade do capital das Instituições Financeiras (IFs), a fim de tornar o sistema financeiro mais resiliente e reduzir riscos e custos para o setor público e para os demais setores da economia real decorrentes de eventuais crises bancárias.

O objetivo primário de Basileia III é aperfeiçoar a capacidade de as IFs absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia e ainda reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia.

Em última análise, as recomendações visam auxiliar a manutenção da estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável.

Além das emissões de instrumentos de capital a fim de subsidiar o crescimento das operações de crédito das instituições financeiras, o aumento deveu-se à influência significativa de alterações normativas promovidas no primeiro semestre de 2013, refletindo menores riscos assumidos pelo sistema. Essas alterações influenciaram a redução no fator de ponderação de risco médio e o avanço dos resultados das simulações da estrutura de capital das instituições financeiras.

Nesse sentido, o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou, em 2013, resultado de 99,99% de enquadramento para a data-base setembro/2013, desempenho superior à meta de 99,7% durante todos os meses do ano, que oscilou entre 99,98 e 99,99%.

O valor relativo ao desenquadramento é originado em algumas instituições de pequeno porte, sobretudo corretoras de títulos e valores mobiliários e pequenas cooperativas de crédito.

Verifica-se, assim, que é bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo de assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Relacionamento das instituições financeiras e clientes: Foram também adotadas diversas medidas com o propósito de aperfeiçoar a regulamentação que disciplina o relacionamento entre as instituições e seus clientes, com vistas a ampliar o acesso à informação, aumentar a transparência e fomentar a concorrência no mercado.

Destaca-se a edição da Resolução CMN nº 4.196/2013, que aprimorou as normas concernentes à oferta e à divulgação de pacotes de serviços relacionados à conta de depósitos, a fim de melhorar as condições para o cliente comparar as ofertas das diversas instituições integrantes do mercado.

Por sua vez, a Resolução CMN nº 4.197/2013, estabeleceu que as instituições financeiras, previamente à contratação de

operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, devem entregar ao cliente a planilha de cálculo do Custo Efetivo Total (CET) da operação pretendida e incorporar tal demonstrativo aos respectivos contratos, de forma destacada.

Esse demonstrativo deve explicitar o valor em reais de cada componente do fluxo da operação e os respectivos percentuais em relação ao valor total devido, permitindo a identificação e avaliação, pelo cliente, dos custos incorridos na operação.

Supervisão bancária: O BCB passou a adotar um novo modelo de supervisão, alinhado ao modelo internacionalmente denominado *Twin Peaks*, e passou a utilizar-se de ampla captura de dados junto ao universo fiscalizável e a outras fontes externas, para subsidiar a tomada de decisões a fim de assegurar a estabilidade do sistema e a garantir a solvência e liquidez de cada entidade supervisionada.

As ações de supervisão das instituições financeiras resultaram em 541 atividades de fiscalização e 168 atividades de suporte referentes a bancos e conglomerados bancários e 703 atividades de fiscalização e 145 atividades de suporte referentes a cooperativas e instituições não bancárias.

A atuação repressiva sobre as instituições financeiras conduzida pelo BCB resultou na instauração de 624 e conclusão de 571 processos, restando 496 processos em fase de análise ou de decisão, computando-se o estoque remanescente de anos anteriores.

As decisões proferidas resultaram na aplicação de 779 penalidades e em 271 arquivamentos.

#### **Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários**

A regulação do mercado de valores mobiliários concentrou-se, sob a perspectiva preventiva e repressiva, nos segmentos, produtos e entidades que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bial 2013-2014, e representam o integral alcance das duas metas de supervisão estabelecidas no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2012-2015.

A respeito das atividades de regulação do mercado, merece destaque a edição das Instruções CVM nº 541, 542, 543 e 544, que regulamentam a prestação de serviços relacionados à infraestrutura de mercado.

Tais normas foram editadas com a finalidade de modernizar e aprimorar o regime aplicável a importantes atividades de infraestrutura de mercado relacionadas à existência e detenção de ativos financeiros ofertados publicamente ou negociados em mercados organizados, e tem como principal

objetivo assegurar condições para o desenvolvimento seguro do mercado brasileiro, em linha com os princípios e padrões debatidos mundialmente como adequados a impedir novas crises financeiras.

Essas novas normas asseguram que os valores mobiliários negociados no mercado brasileiro – e seus respectivos lastros – de fato existam, e que se encontrem disponíveis para negociação e que, uma vez adquiridos, eles pertençam ao investidor que os tenha adquirido.

Tal modelo se apoia sobre uma cadeia de obrigações e de responsabilidades que envolvem os escrituradores, os custodiantes e os depositários centrais, estes últimos criados para conferir maior segurança às operações e garantias ao SFN.

Destaca-se, ainda, como importante medida para o fomento do investimento alcançada por meio da regulação de valores mobiliários, a edição da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que incluiu os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) no conjunto dos ativos sujeitos ao tratamento tributário especial.

Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, destaca-se a edição do livro “Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro”, que tem por finalidade apoiar o ensino de disciplinas sobre o mercado de valores mobiliários em instituições de ensino superior, disponibilizado ao público em geral pela internet.

Foi também editado, em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, o 5º Boletim de Proteção do Consumidor/Investidor, intitulado “O Acionista e o Direito à Informação”, com o objetivo de apresentar ao cidadão orientações gerais sobre as informações que as companhias abertas devem divulgar ao mercado e à sociedade.

Ainda no âmbito da proteção do investidor, a Instrução CVM nº 529 tornou obrigatório o estabelecimento de serviços de ouvidoria pelas instituições participantes do mercado de valores mobiliários, com o objetivo de aprimorar e agilizar o atendimento aos investidores.

De modo a garantir que a regra alcance a sua finalidade, a CVM realiza o monitoramento da qualidade dos serviços prestados pelas ouvidorias.

#### **Supervisão dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta**

As ações de supervisão do mercado segurador, de previdência privada aberta e de capitalização, conduzidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), também foram ajustadas aos padrões internacionais, com ênfase na eficiência, considerando dois focos bem definidos de atuação: a proteção do consumidor e o aperfeiçoamento das regras prudenciais e o seu acompanhamento.

Como resultado das ações desenvolvidas, que serão descritas a seguir, a meta traçada no PPA 2012-2015 do Objetivo

0895 – Desenvolver os mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e orientação à sociedade – encontra-se na iminência de ser alcançada cinco semestres antes do prazo final.

Referida meta busca incentivar a formação da poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, com o aumento de 30% das provisões técnicas das sociedades e entidades supervisionadas, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de 2012 a 2015.

Em junho de 2013 as provisões técnicas alcançaram o equivalente a R\$ 441 bilhões, o que representou um aumento de 25,64% (vinte e cinco vírgula sessenta e quatro por cento) em relação ao montante das provisões em janeiro de 2012 atualizado pelo IPCA.

Proteção do consumidor: No âmbito da proteção ao consumidor, tanto a regulação de produtos ofertados como das condutas dos agentes de mercado, foram elaboradas visando ao esclarecimento do consumidor e ao incentivo à provisão, pelo mercado supervisionado, de produtos adequados às novas demandas da população brasileira, principalmente da parcela que está adquirindo produtos de seguros, previdência complementar aberta e capitalização pela primeira vez.

Venda de seguros no varejo: Por meio das Resoluções CNSP nºs 296 e 297, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) disciplinou a venda de seguros pelos representantes de seguros, que são em sua maioria organizações varejistas, bem como aprovou nova regulamentação do seguro garantia estendida.

Ambas as normas tiveram como principal objetivo melhor proteger os interesses dos consumidores ao utilizar o canal de vendas varejista para a compra de seguros, cuja importância tem aumentado nos últimos anos, com destaque para a venda do seguro garantia estendida.

Como medida complementar, foram editadas a Resolução CNSP nº 297, de 25 de outubro de 2013, e a Circular Susep nº 480, de 18 de dezembro de 2013, que introduzem obrigações e limitações aos representantes das sociedades seguradoras para melhor resguardar os direitos do consumidor.

Com esse novo cenário regulatório, há expectativa de um grande crescimento dos ramos de microsseguros no Brasil.

Contratação de seguros por meio remotos: A Susep também regulou a utilização de meios remotos nas operações relacionadas a seguro e previdência complementar aberta, ampliando as formas de oferta de produtos, estabelecendo, em contrapartida, requisitos de transparência e segurança para o consumidor, tais como os elementos mínimos para a contratação através de bilhetes de seguro, o que permitirá a redução dos custos e, em consequência, a ampliação da concorrência.

Microsseguros: Alinhada com a política de inclusão financeira do Governo Federal, a Susep publicou a Circular Susep nº 479/2013, que excluiu a restrição para a contratação de planos de microsseguros de pessoas, até então limitados a dois planos por Cadastro de Pessoa Física (CPF). Esse esforço contínuo permitiu a oferta de produtos específicos para a população de baixa renda e para microempreendedores.

Seguro garantia para retomada de obras: Especificamente em relação aos grandes programas de infraestrutura do governo, a Susep apoiou o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda e a Casa Civil na elaboração de um produto padronizado de seguro garantia para retomada de obras.

Fiscalização: Na área de fiscalização direta, seguindo o princípio da transparência, o Plano de Fiscalização de 2013 foi executado de acordo com os critérios objetivos estabelecidos pela Autarquia e possibilitou a realização de 54 fiscalizações ordinárias, baseadas na análise da situação econômico-financeira das instituições financeiras supervisionadas, tendo como critério de seleção o tempo decorrido sem fiscalização contábil; 7 fiscalizações especiais voltadas a instituições financeiras com relevantes problemas de solvência; 43 diligências programadas, sobre as quais é necessário o acompanhamento de tabelas de deficiências de controles internos, dentre outros.

#### **Fiscalização e Arrecadação Tributária e Aduaneira e Recuperação de Créditos**

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), no ano de 2013, atingiu o montante de R\$ 1.100,18 bilhões, o que representa uma variação real acumulada de 4,36% quando comparada com o valor alcançado em 2012, atualizado pelo IPCA.

O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) adesão aos parcelamentos de débitos em conformidade com a Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013, que resultou em recolhimentos, até dezembro de 2013, de R\$ 21,79 bilhões; ii) redução nos valores recolhidos do ajuste anual do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nas empresas, do Lucro Real, que recolhem o tributo por estimativa; iii) recolhimentos extraordinários, de R\$ 6,6 bilhões, relativos ao Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) e CSLL e ao Programa de Integração Social e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins); iv) desonerações tributárias, em especial da folha de pagamentos e do PIS/Cofins; v) crescimento de 1,05% na produção industrial, no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013; vi) aumento nominal de 11,68% na massa salarial de dezembro de 2012 a novembro de 2013 em relação à igual período anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE); vii) crescimento de 3,57% no volume de vendas de bens e serviços, no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013; viii) crescimento, no período de fevereiro a dezembro/13, dos valores recolhidos do IRPJ/CSLL, pagos

na modalidade estimativa mensal, pelos contribuintes que apuram o Lucro na modalidade Lucro Real.

Monitoramento e fiscalização: Foram concluídas, até 01/12/2013, 328.760 ações fiscais, assim consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais.

O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou R\$ 185,3 bilhões, cifra esta que reflete um aumento significativo de 59,32% em relação ao ano passado. As ações de fiscalização foram intensificadas em alguns segmentos importantes, tais como: indústria, prestação de serviços e comércio, destacando-se lançamentos expressivos no segmento de serviços financeiros. Especificamente na área de revisão de declarações, ressalta-se o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos de cruzamento de dados com foco específico no aumento da agilidade na detecção e combate a fraudes, e a melhoria dos aplicativos de suporte ao trabalho fiscal, com ênfase nas funcionalidades necessárias à revisão, em grande escala, de informações relacionadas a Rendimentos Recebidos Acumuladamente, com possibilidade de lançamento de ofício dos valores não comprovados pelos contribuintes.

Em 2013, o esforço relacionado à análise de processos, débitos vinculados, declarações de compensação e de indícios de evasão tributária resultou na recuperação de créditos tributários superiores a R\$ 6,5 bilhões. Ainda no aspecto de monitoramento e recuperação de crédito tributário, foi identificada a mudança de comportamento tributário de contribuintes que passaram a ser monitorados pelo acompanhamento diferenciado, o que resultou num montante superior a R\$ 3,1 bilhões, materializados por recolhimentos relativos a débitos em atraso de exercícios anteriores, aumento da arrecadação espontânea de tributos ou adesão a novos processos de parcelamento convencional.

Tributação de lucros no exterior: Em referência à tributação de lucros no exterior, destaca-se a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente da participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas, e dos lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. No que concerne a este assunto, foram executados 133 procedimentos fiscais, resultando em crédito tributário lançado no valor de R\$ 8,5 bilhões.

Extinção do Regime Tributário de Transição (RTT): Outra mudança estruturante na tributação brasileira trazida pela MP nº 627, de 2013, foi a nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, cujo objetivo foi a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis e, assim, a extinção do RTT e que, além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

A partir da extinção do RTT, a RFB publicou a Instrução Normativa nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, regulamentando a apuração do IRPJ e da CSLL em

Escrituração Contábil Fiscal (ECF) integrada com a contabilidade societária. Com isso a RFB poderá dar continuidade ao seu plano de desburocratização, eliminando até três importantes obrigações acessórias atuais: o Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) em papel, o Controle Fiscal Contábil de Transição (Fcont) e a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Parcelamentos: A MP nº 627/2013 também alterou a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, no que diz respeito a criação de parcelamentos e a possibilidade de pagamentos à vista com reduções de multa e juros, além da reabrir o prazo para adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas ações incentivaram a redução de créditos tributários em contencioso judicial e administrativo e o incremento da arrecadação no último trimestre do ano de 2013. A arrecadação bruta de outubro a dezembro de 2013 decorrente dos códigos de receita relacionados à Lei 12.865/2013, instituídos pelo Ato Declaratório nº 55, de 18 de outubro de 2013 resultou num montante aproximado de R\$ 21,8 bilhões.

Portal ITR: A conclusão, em 08 de julho de 2013, do Portal Imposto Territorial Rural (ITR) para Municípios Conveniados, relacionado ao disposto na Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pela Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, possibilitou aos Municípios optantes pelo Convênio exercer as atribuições delegadas de fiscalização e cobrança do ITR. Até 20 de dezembro de 2013, havia 1.872 Municípios conveniados em todo o País.

Programa Alerta Simples Nacional: A ação conjunta da RFB e Secretarias de Fazenda dos Estados, Distrito Federal e Municípios, culminou no lançamento do Programa Alerta Simples Nacional, em setembro de 2013, oportunizando a autorregularização de contribuintes optantes do Simples Nacional. Na primeira emissão de comunicados do sistema Alerta, ocorreu a autorregularização de 8.590 contribuintes. A receita bruta declarada originalmente por esses contribuintes passou de R\$ 4,53 bilhões para R\$ 6,27 bilhões, acréscimo de R\$ 1,74 bilhão. O valor dos tributos totais declarados originalmente passou de R\$ 124,15 milhões para R\$ 253,75 milhões, gerando um acréscimo de R\$ 129,6 milhões de arrecadação.

Porto 24 horas: Para o aprimoramento da fiscalização aduaneira, a Receita Federal do Brasil implantou o funcionamento 24 horas em oito de suas unidades para todos os serviços aduaneiros, garantindo a prestação ininterrupta dos serviços públicos necessários à importação e exportação. Dessa maneira, tem sido dado atendimento não somente a liberação de cargas perecíveis e urgentes, como antes acontecia, mas também a outros serviços, como o desembaraço de mercadorias importadas ou exportadas e a conclusão ou autorização para trânsito aduaneiro.

Porto Sem Papel: Em relação à modernização das atividades e processos aduaneiros, diversas medidas trouxeram efetivos ganhos para a fiscalização aduaneira e para os próprios operadores de comércio exterior, traduzindo-se em agilidade e segurança. Com o propósito de facilitar a prestação de

informações referentes a cargas, evitando-se a duplicidade do envio/postagem de informações, a Receita Federal do Brasil e a Secretaria de Portos (SEP) promoveram o primeiro nível de integração entre os sistemas Siscomex Carga/Mercante e Porto Sem Papel (PSP).

Com a integração, que acarretou alterações mínimas de procedimentos, o PSP passou a receber diretamente do Sistema Mercante as informações relativas a cargas (Manifestos, Conhecimentos e itens) que eram registradas nos dois sistemas pelas agências de navegação. Antes da integração em questão, as informações de cargas eram enviadas em duplicidade, para o Mercante e para o PSP.

**Modernização dos processos aduaneiros:** Foi implantada a nova sistemática do fluxo do despacho de exportação. Esse novo modelo eliminou a necessidade de comparecimento do exportador à unidade aduaneira para a entrega dos documentos instrutivos do despacho de exportação, quando a declaração não for selecionada para canal de conferência. Cabe ressaltar que essa mudança significou a redução de cerca de 90 mil atendimentos mensais realizados pela Receita Federal do Brasil para a recepção de documentos apresentados pelo exportador.

Outros benefícios são esperados, tais como: redução média de aproximadamente um dia de permanência de carga de exportação em recinto alfandegado; redução do tempo médio desde o registro da Declaração de Exportação (DE) até o seu desembarço, de 3,19 dias para 2,12 dias.

**Declaração Eletrônica de Bens de Viajante:** Houve melhoria no processo de atendimento ao cidadão com a disponibilização da Declaração Eletrônica de Bens de Viajante – e-DBV que

substituiu a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) - formulário em papel e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV). Entre os benefícios gerados destacam-se a transmissão da declaração pela internet com passageiro ainda no exterior, o pagamento antecipado do imposto de importação por meio do home banking ou por cartão de débito, eliminando a necessidade de o viajante ficar com sua bagagem retida na alfândega aguardando o pagamento do imposto, que anteriormente era feito via Documento de Arrecadação da Receita Federal (Darf) e podia ensejar a perda de conexão ou a saída do viajante sem sua bagagem.

#### **Programa de Modernização do Ministério da Fazenda (Pmimf)**

O Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (Pmimf) consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério, à modernização da gestão e à busca por maior eficiência e eficácia no exercício de suas funções regimentais, estruturado em seis frentes simultâneas de trabalho: Planejamento Estratégico; Pessoas; Tecnologia; Processos e Projetos; Infraestrutura; e Segurança e Risco.

Em 2013, os principais resultados alcançados foram: i) realização do 2º Ciclo de Planejamento Estratégico do MF; ii) mapeamento e desenho da Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda; iii) disseminação da cultura de gestão de projetos e de processos no contexto do MF; iv) implantação da Metodologia de Gestão de Projetos do MF; v) melhoria nos processos de negócios modelados nos órgãos do MF; e vi) consolidação em base única e monitoramento das informações da Carteira de Projetos Estratégicos Corporativos do MF.

## 4.16. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)

O Ministério da Integração Nacional (MI) foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999; Atualmente, a pasta tem as seguintes competências estabelecidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003:

- I - formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- II - formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- III - estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- IV - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição;
- V - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- VI - estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- VII - acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- VIII - defesa civil;
- IX - obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- X - formulação e condução da política nacional de irrigação;
- XI - ordenação territorial; e
- XII - obras públicas em faixas de fronteiras.

Para auxiliar na execução de suas atividades, o MI conta com o apoio das seguintes Entidades Vinculadas: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim (Codevasf); Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs); Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco); Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Com vistas a atender à missão de "Promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população", foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o Ministério da Integração Nacional (MI):

- elevar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional à condição de política de Estado, de forma coordenada e articulada com a agenda de desenvolvimento do País;
- fortalecer cadeias e arranjos produtivos locais, articulando-os a investimentos estruturadores, nas regiões de menor dinamismo econômico e social;

- universalizar a oferta de água para diversos usos;
- fortalecer o programa de revitalização de bacias hidrográficas;
- reduzir a vulnerabilidade a desastres por meio de políticas de prevenção;
- ampliar e qualificar a capacidade de resposta a desastres;
- promover valorização e qualificação permanente dos servidores;
- assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão.

Contribuem para o atingimento desses objetivos as iniciativas e as ações dos Programas 2013 - Agricultura Irrigada, 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e 2051 - Oferta de Água.

### 4.16.1. Programa 2013 – Agricultura Irrigada

Por intermédio do Programa 2013 - Agricultura Irrigada, o Ministério da Integração Nacional (MI) espera ampliar e garantir a eficiência da irrigação, com o intuito de incentivar a ampliação da área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, a competitividade da agricultura brasileira e a geração de emprego e renda. Nesse contexto, insere-se o Objetivo 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão. Esse objetivo agrega iniciativas que preveem elaboração de estudos e projetos, aquisição de terras, execução de infraestrutura básica de uso comum, medidas de proteção ambiental, administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial com o intuito final de transferir a administração, a operação e a manutenção dos projetos de irrigação para os seus respectivos usuários.

A implantação de infraestrutura de irrigação visa proporcionar benefícios sociais e econômicos às populações, como a geração de empregos diretos e indiretos. Nessa linha de atuação, foi lançado pelo Governo Federal no final de 2012 o Programa "Mais Irrigação", sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, com vistas à valorização do agricultor familiar e ao desenvolvimento da economia regional de forma sustentável.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PROGRAMA 2013**  
R\$ milhões

Programa "2013"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0175	98,17	120,33
RPNP (2)		120,17	139,65
<b>TOTAL</b>		<b>218,34</b>	<b>259,98</b>

Fonte: Siafi. Data: 09/01/2014.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No exercício de 2013, foram liquidados 259,98 milhões para a irrigação, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, a saber: Perímetros de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN; Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú/CE; Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe/PI; Salitre, Baixo de Irecê, Mirorós e Formoso/BA; Nilo Coelho e Bebedouro/PE, Jacaré-Curitiba/SE, Marrecas-Jenipapo (PI) e Jaíba – 1ª parte (MG).

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0175 – PROGRAMA 2013**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	ha (hectare)	148.920	8.700	15.389	10,33	SENIR/MI
Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação	Unidade	44	0	0	0,00	SENIR/MI
Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação	Unidade	61	0	0	0,00	SENIR/MI
Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação	Unidade	61	0	0	0,00	SENIR/MI
Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha	ha (hectare)	117.234	0	0	0,00	SENIR/MI
Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação	Unidade	18	0	0	0,00	SENIR/MI

Fonte: Secretaria Nacional de Irrigação/MI. Data: 16/01/2014.

As metas do objetivo 0175 só podem ser aferidas quando da conclusão de todas as etapas que compõem as metas relacionadas aos perímetros, de modo que não é possível mensurá-las para a maioria dos perímetros que ainda estão em execução.

Os resultados apresentados a seguir discorrem sobre a análise da meta alcançada e demonstram o andamento das demais ações deste objetivo.

Os quantitativos das metas realizadas estão indicados a partir da conclusão dos serviços constantes de cada meta para os perímetros que se encontram em execução. Os perímetros com infraestruturas concluídas em 2013 contribuíram com 6.689 ha para ampliação da área irrigada no Brasil. São eles: Pontal Sul/PE (3.588 ha) e Tabuleiros de Russas/CE (3.101 ha).

Como infraestrutura de apoio à produção dos perímetros públicos de irrigação, foram realizadas as seguintes ações: i) aquisição e instalação da balança rodoviária e reabilitação de

25% do revestimento da estrada de acesso ao Projeto Mirorós/BA; ii) publicação de edital para o Estudo de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental e Anteprojeto de Engenharia Rodoviária da estrada que dá acesso ao projeto Baixo de Irecê/BA; iii) reabilitação e pavimentação de cerca de 85% das estradas principais no Projeto Nilo Coelho; iv) conclusão da primeira campanha dos Projetos Básicos Ambientais (PBAs) do Perímetro Luís Alves do Araguaia; v) 72% das obras do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú; vi) 100% das obras civis de implantação da infraestrutura do perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas; vii) 58% das obras do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos da Parnaíba; e viii) 13,8 km do trecho que margeia o canal principal e 37 Km de estradas vicinais de acesso aos lotes.

Quanto à implantação das infraestruturas hídricas para expansão da área irrigada, destacaram-se: i) Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de exploração agrícola e/ou agropecuária do Projeto Pontal (PE) e da 1ª Etapa do Baixo de Irecê/BA; ii) atualização/revisão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do

Projeto Pontal/PE; iii) início da implantação da infraestrutura hídrica do projeto Marraceas/Jenipapo, no Município de São João do Piauí; iv) conclusão da implantação do sistema de irrigação parcelar dos setores 0, 1 e 2 no perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba/SE; v) aquisição de 15.462,4 ha, sendo 3.730 ha para regularização fundiária da 2ª etapa do Projeto de Irrigação Salitre/BA; e vi) aquisição de áreas para regularização fundiária no Pontal Sul: 20.139,06 ha e para o Pontal Norte: 8.763,67 ha.

Para revitalizar as infraestruturas de uso comum, foram executadas as seguintes ações: i) reabilitação da rede de drenagem do Projeto Bebedouro; ii) realização de 80% da recuperação eletromecânica da estação de bombeamento do Projeto Curaçá; iii) fornecimento de três escavadeiras hidráulicas para reabilitação dos drenos coletores nos Perímetros de Curaçá, Maniçoba e Gorutuba; iv) reabilitação de 85% de canais de irrigação no Projeto Maniçoba; v) reabilitação de 120 km da rede de drenagem, das obras civis das estações de bombeamentos e de 80% da eletromecânica das estações de bombeamento no Projeto Formoso; vi) 55% de 35 km da rede de drenagem, 80% de obras civis das estações de bombeamento, 35% de canais de irrigação e 85% da construção de obras complementares do projeto Mirorós; vii) reabilitação de 70% da eletromecânica das estações de bombeamento, 85% da substituição de redes hidráulicas de distribuição de água, 60% da rede de drenagem e 37% da modernização do sistema de automação dos canais e das estações de bombeamento no projeto Nilo Coelho; e viii) conclusão da automação de 4 conjuntos motobombas da estação de bombeamento nº 2 no Projeto Jaíba.

Ainda, em 2013, foi instituído grupo de trabalho para estudar/ analisar os desafios da transferência de gestão e propor uma solução para a emancipação de projetos públicos de irrigação (Portaria Nº 87, de 12 de março de 2013).

#### **Outras Considerações referentes ao Objetivo 0175 – PROGRAMA 2013**

Foram envidados ainda esforços na gestão da Política Nacional de Irrigação (PNI) que obteve importantes avanços no desenvolvimento de ações para regulamentar a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Dentre elas destacam-se o II Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável, a conclusão do primeiro módulo do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (Sinir) e o I Seminário Nacional sobre Transferência de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação. Destacam-se

ainda as seguintes ações: i) o início do desenvolvimento de um selo que certificará irrigantes produtores em áreas irrigadas, cumpridores de critérios relacionados à eficiência no uso de água, à sustentabilidade e às condições de trabalho na lavoura; ii) o início das tratativas interinstitucionais para a elaboração do Termo de Cooperação Mútua para a gestão integrada do uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural, em parceria com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Agência Nacional de Águas para o desenvolvimento de projetos da agricultura irrigada; e iii) a continuidade das atividades visando à elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e da regulamentação do Conselho Nacional de Irrigação e a estruturação da proposta básica do edital do curso internacional de doutorado em irrigação e o início da elaboração do Termo de Referência para estruturação e disponibilização do curso de Especialização em Irrigação e Drenagem, com vistas à regulamentação do Plano de formação de recursos humanos e pesquisa científica e tecnológica voltada para a irrigação.

#### **4.16.2. Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**

No âmbito do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, que contempla diferentes abordagens territoriais, o Ministério da Integração Nacional (MI) tem papel fundamental para a dinamização do território e o estímulo de ações articuladas a partir de uma visão estratégica em escala nacional com vistas à redução das desigualdades regionais e à ordenação do território. Desse modo, as iniciativas do Objetivo 0789 – Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território buscam a institucionalização de uma Política de Estado que aponte caminhos para a superação das disparidades regionais brasileiras, amparada por um sistema nacional de desenvolvimento regional, por planos regionais de desenvolvimento, além de informação e capacitação.

Por sua vez, o Objetivo 0840 Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva abrange iniciativas que promovem, de maneira estruturada, o desenvolvimento e o fortalecimento da coesão socioeconômica, notadamente por intermédio de apoio em diversas dimensões a cadeias produtivas e a arranjos produtivos locais.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PROGRAMA 2029**  
R\$ milhões

Programa "2029"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0789	5,40	8,15
RPNP (2)		1,78	1,03
No Exercício (1)	0840	26,54	36,09
RPNP (2)		102,12	216,49
<b>TOTAL</b>		<b>135,82</b>	<b>261,76</b>

Fonte: Siafi. Data: 09/01/2014.

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0789 – PROGRAMA 2029**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR	Unidade	27	27	27	100	CGPE/SDR/MI
Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional	Unidade	19	5	15	79	CGPE/SDR/MI

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional/MI. Data: 17/01/2014.

Para promover o fortalecimento da governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a articulação realizada com os Estados no âmbito da organização das respectivas conferências estaduais, assim como a criação das 27 comissões organizadoras serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulse a criação e a consolidação de um sistema de governança que contribua para elevar a PNDR à condição de política de Estado.

A expectativa é que no ano de 2014 essas instâncias estaduais de governança da política regional sejam consolidadas.

Quanto à meta Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional, em 2013, foram publicados 10 planos de desenvolvimento da Faixa de Fronteira nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

**Metas Qualitativas do Objetivo 0789 – PROGRAMA 2029**

**Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR)**

Para reformular e aprovar o marco legal da PNDR, optou-se por trazer a questão para o centro da agenda política nacional mediante a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que teve como objetivo discutir,

de forma participativa, os princípios e as diretrizes que orientarão a reformulação da nova política, tendo participado dos debates conferenciais mais de 13 mil pessoas. Ao final do segundo semestre de 2013, o anteprojeto de Lei da nova PNDR foi formatado, com definição da tipologia, do sistema de governança e da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), e será submetido à apreciação presidencial em 2014.

**Outras Considerações referentes ao Objetivo 0789 – PROGRAMA 2029**

Para monitorar, avaliar e garantir o controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira, foi lançado, em março de 2013, o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) (<http://odr.integracao.gov.br>). Trata-se de um sistema de informações geográficas disponível à sociedade, que conta com um rol de mais de 405 indicadores obtidos junto a fontes oficiais do Governo e do setor privado, que engloba dimensões relevantes do desenvolvimento regional. Além disso, foi lançada em 2013 a Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, com a presença de representantes de treze países latino-americanos e diferentes organismos internacionais. A proposta da Rede busca um alinhamento político-institucional em torno da superação das desigualdades regionais, de modo a possibilitar soluções conjuntas, intercâmbio e produção de informações sobre a temática.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0840 – PROGRAMA 2029**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados	Unidade	106.770	24.872	66.954	62,71	CGSR/SDR/MI

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional/MI. Data: 17/01/2014.

Até o ano de 2013, o MI atendeu 66.954 beneficiários nos Arranjos Produtivos Locais (APL) apoiados, com destaque para os projetos centrais de inclusão produtiva da Rota do Mel – que atendeu 9.670 beneficiários diretos; da Rota do Peixe – que computou 11.880 beneficiários no Semiárido e nos Estados do Amazonas e Amapá; e da Rota da Fruta, com 10.840 produtores atendidos nos Estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Pará. Os projetos de apoio à Rota do Cordeiro beneficiaram 5.384 produtores locais nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. A mandiocultura e a palma forrageira beneficiaram 8.348 produtores dos Estados de Goiás, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Alagoas e Maranhão, número semelhante ao atingido pela estruturação da economia criativa que abrange os estados de Pernambuco e Sergipe, além do Distrito Federal. Também destaca-se, além do apoio às rotas, a realização de convênios diversos que beneficiaram 20.832 produtores, principalmente na região Sul do País.

**Meta Qualitativa do Objetivo 0840 – PROGRAMA 2029****Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva.**

Em 2013, o DNOCS realizou obras por execução direta e mediante 15 convênios com prefeituras nos Municípios de Pentecoste, Irauçuba, Independência, Parambu, Marco, Varjota, Catarina, Croatá, Milhã, Pedra Branca, dentre outros, no Estado do Ceará; Cajazeiras, no Estado do Piauí; Aracatu, no Estado da Bahia e com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará beneficiando populações de 95 municípios na implantação de projeto de fruticultura e pastagem irrigados, de perfuração e implantação de poços, de aquisição de equipamentos, construção de passagens molhadas, desassoreamento de açudes, dentre outros - que viabilizarão intervenções com a finalidade de promover os recursos hídricos e as condições de inclusão socioproductiva necessárias à melhoria da situação da população que vive em regiões atingidas pela seca.

A Codevasf, no ano de 2013, contribuiu para o alcance da meta, principalmente com a celebração de convênios para o fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas (tratores, grades aradoras, ensiladeiras, plantadeiras adubadeiras e pás carregadeiras, dentre outros), atendendo aos Estados de Minas Gerais (18 unidades), Bahia (9 unidades), Pernambuco (2 unidades) e Alagoas (1 unidade). Além disso, foram destinados recursos para obras de infraestrutura, notadamente para construção/recuperação de

29,8km de estradas no Estado do Maranhão.

Por sua vez, a Sudene, em 2013, firmou convênio com a Prefeitura de Saboeiro/CE para recuperação do Mercado Público da região.

A Sudam, no ano de 2013, por meio de recursos provenientes de emendas parlamentares, apoiou projetos de infraestrutura para Municípios do Estado do Mato Grosso, voltados para construção de centros de múltiplo uso, barracão comunitário, cobertura de feira livre, construção de casa de apoio aos agricultores familiares e pavimentação asfáltica e drenagem de vias, totalizando um valor de R\$ 5,78 milhões. Já com recursos próprios, a Superintendência apoiou a reforma e ampliação do Mercado Municipal na cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins e a Construção da feira coberta do Pequeno Agricultor na cidade de Augusto Correa no Estado do Pará, correspondendo a um valor total de R\$1,5 milhão.

**Outras Considerações referentes ao Objetivo 0840 – PROGRAMA 2029**

A Codevasf promoveu no ano de 2013 a implantação/fornecimento de 2.242 kits de produção familiares apícolas e construção/adequação de 10 Unidades de Extração de Mel. Desde 2012, a Companhia investiu cerca de R\$ 38 milhões, beneficiando aproximadamente três mil famílias de apicultores, com o objetivo de inseri-las na Rota do Mel.

Por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cajucultura foram atendidas cerca de 500 famílias com a implantação de mudas de caju, no Estado do Piauí, onde estão sendo aplicados aproximadamente R\$ 4,1 milhões. Com o objetivo de apoiar a produção de ovinos e caprinos no Nordeste e todas as atividades ligadas a esta cadeia produtiva, desde 2012 foram investidos R\$ 2,5 milhões nos Estados da Bahia, Piauí e Pernambuco. Em 2013, foram atendidas 43 famílias na produção de ovinos e caprinos.

**4.16.3. PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES**

Com as intervenções viabilizadas pelo Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, busca-se prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos e fortalecer a capacidade de respostas dos Municípios que se encontram em áreas de risco.

Além disso, atua-se na promoção do socorro e da assistência às pessoas afetadas por desastres, no restabelecimento das atividades essenciais e na recuperação de danos, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

Nesse Programa, o Objetivo 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando à prevenção de desastres aglutina iniciativas para a implementação e a estruturação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), com ações para a capacitação de técnicos e integrantes da sociedade; a modernização e a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, a doação de kits com equipamentos básicos de defesa civil aos municípios, tendo como contrapartida compromissos para fortalecimento do órgão local; além de elaboração e entrega de material didático específico sobre implantação e estruturação das coordenadorias municipais.

Já, o Objetivo 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional agrega iniciativas como a utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, utilizado para o pagamento de despesas que compreendem ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, promovidas por governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, com recursos transferidos pela União.

Outra ação de pronta resposta do Governo Federal é o Auxílio Emergencial Financeiro (AEF), destinado a socorrer e assistir famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, residentes em Municípios com reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade ocasionado por seca e/ou estiagem. Também a operação carro pipa, operacionalizada por meio de cooperação técnica com o Ministério da Defesa, visa a garantir a entrega de água de qualidade à população vitimada pela seca.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PROGRAMA 2040 R\$ milhões

Programa "2040"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0172	4,13	4,03
RPNP (2)		13,16	14,53
No Exercício (1)	0174	1.188,56	1.937,96
RPNP (2)		172,08	401,58
<b>TOTAL</b>		<b>1.377,93</b>	<b>2.358,10</b>

Fonte: Siafi. Data: 09/01/2014.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O incremento da execução no ano de 2013, notadamente no Objetivo 0174, deveu-se ao aumento do número de parcelas e de beneficiários do Auxílio Emergencial Financeiro (AEF). Dado o avanço da grave seca, iniciada em 2012, o benefício foi mantido durante todo o ano de 2013 e estendido até abril de 2014, atendendo mensalmente a mais de um milhão de famílias.

#### METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0172 – PROGRAMA 2040

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil	Pessoas	4.500	8.928	20.833	463	SEDEC/MI SUDAM
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil	Estado	27	3	4	14,81	SEDEC/MI
Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil	Unidade	5	0	0	0,00	SEDEC/MI
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil	Município	821	0	91	11,08	SEDEC/MI

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/MI. Data: 14/01/2014.

Com relação às metas quantitativas descritas no quadro acima, destaca-se o número de pessoas capacitadas pelo MI e pela Sudam, até 2013, com foco na prevenção e na preparação contra desastres naturais, que superaram a meta prevista para o PPA 2012-2015 em 487,69% em função da implementação de cursos na modalidade “à distância”.

Quanto à estruturação de órgãos estaduais de Defesa Civil, em 2013, o MI apoiou a melhoria da estruturação de defesas civis por meio da instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres (Ceped). Em 2012, já existiam Ceped em Santa Catarina/SC, Rio Grande do Sul/RS e Rio de Janeiro/RJ. Em 2013, foi criado um Ceped no Estado de São Paulo, a partir da assinatura de um acordo de cooperação entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), a Universidade de São Paulo (USP) e a Defesa Civil do Estado de São Paulo. Além deste Centro, sete universidades localizadas no Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Juiz de Fora e Paraná, em articulação com o MI, estão em processo avançado de constituição dos seus respectivos centros.

Ressalta-se que, embora não se tenha configurado a implementação e a estruturação de Coordenadorias Regionais de Defesa Civil nos anos de 2012 e 2013, já foram instaladas Regionais representando o Ministério em três Estados - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de já estar em elaboração portaria com a definição das funções das futuras Coordenadorias.

No que se refere à estruturação de órgãos municipais de defesa civil, em 2013, foram atendidos 91 Municípios habilitados, dos 106 autorizados, que receberam parte do kit composto de equipamentos e materiais necessários para assegurar uma estrutura mínima de funcionamento às defesas civis municipais.

#### **Metas Qualitativas do Objetivo 0172 – PROGRAMA 2040**

##### **Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

O projeto de reestruturação e modernização do Cenad está dividido em quatro fases. As duas primeiras foram concluídas em 2012. A fase três, executada no decorrer de 2013, compreendeu a contratação do Sistema de Gestão de Riscos de Desastre e de Solução Georreferenciada; aquisição de pacote de serviços de mensagens curtas (SMS – short message service); Internet e Telefonia Satelitais; reestruturação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener) e aquisição de licenças. A fase quatro, a executar, compreenderá treinamento e capacitação

dos agentes de Defesas Cíveis Estaduais e Municipais na operação da Solução Georreferenciada, realização de testes técnicos e operacionais e validação final da Solução Georreferenciada.

##### **Promover a participação brasileira nos fóruns e nas discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**

Em 2013, o Brasil se fez representar em uma série de fóruns, espaços de discussão e de capacitação internacionais, bem como em projetos de cooperação internacional em matéria de prevenção, gestão e recuperação de desastres. Nesse sentido destaca-se a participação na IX e na X sessões da Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercado Comum do Sul (REHU), na VI Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária.

Destacam-se, ainda, as contribuições brasileiras ao Escritório da Estratégia das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre, à Agência Caribenha para Gestão de Desastres e Emergências e à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para projetos ligados a prevenção, gestão e recuperação de desastres, principalmente em países da América Latina, Caribe e África.

Vale salientar a abertura de um Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, em parceria com as Nações Unidas (Estratégia Internacional para Redução de Desastres-UNISDR), sediado no Rio de Janeiro. Em 2013, o Brasil participou também da IV Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, na Suíça, com a maior delegação das Américas e uma das cinco maiores do mundo.

##### **Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil**

Em 2013, o MI contratou 14 consultores, na modalidade produto, por meio de Projeto de Cooperação Técnica Internacional firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para o desenvolvimento de metodologia, logística, comunicação social e texto de referência para mobilização da 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil (CNPDC). Em 29 de outubro de 2013, foram publicadas as Portarias 480, 481 e 482, que dispõem sobre a convocação para a Conferência, a constituição da Comissão Organizadora Nacional e do Comitê Ministerial. A Comissão Organizadora reuniu-se para aprovação do Regimento Interno, a definição das etapas e a mobilização dos atores para realizar as conferências municipais, estaduais, livres e virtuais.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0174 – PROGRAMA 2040**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios	Município	2.856	469	1.906	66,74	SEDEC/MI

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/MI. Data: 14/01/2014.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) é um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, mediante a abertura de conta corrente previamente à ocorrência de desastres, instituído como a forma exclusiva de execução de recursos repassados para ações de resposta, agilizando a transferência de recursos nas situações emergenciais. A universalização da implantação do CPDC possibilitará a sua disponibilização aos 5.575 Municípios brasileiros. A ferramenta proporciona também a transparência na aplicação dos recursos, por meio da publicação mensal dos dados no Portal da Transparência. De um total de 1.906 Municípios que já possuem o CPDC, 1.437 Municípios foram cadastrados no ano de 2013.

**Metas Qualitativas do Objetivo 0174 – PROGRAMA 2040****Assistir as populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres.**

Como contribuição a esta meta, o Ministério da Integração Nacional (MI) executa transferências de recursos aos entes afetados por desastres, mediante solicitação dos entes da Federação. Para isso, os entes devem cumprir alguns requisitos, conforme disciplina a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tais como decretar situação de emergência e ter o reconhecimento federal.

Nessas condições, a transferência de recursos é obrigatória, apesar de estar sujeita à disponibilidade orçamentária, e não tem como requisito a aprovação prévia dos projetos de engenharia. Em 2013, por meio da utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, para execução de ações de resposta, foram destinados R\$ 282,5 milhões a 16 Estados e R\$ 37,7 milhões a 31 Municípios, totalizando R\$ 320,2 milhões.

**Outras Considerações Referentes aos Objetivos 172 e 174 – PROGRAMA 2040**

No âmbito do Objetivo 0172, com vistas à prevenção de riscos e desastres, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) apoiou, em 2013, o Mapeamento e o Monitoramento Hidroclimático para Ações de Prevenção em Defesa Civil nos Estados do Pará, do Amapá, do Acre e do Amazonas; a implementação de Sistema de Transmissão de Alerta por intermédio de SMS nas cidades de Marabá, Santarém e Belém, no Estado do Pará; a construção de

77 unidades habitacionais, na cidade de Vitória do Jari, no Amapá, objetivando o remanejamento de famílias de área de risco e a proteção e a reabilitação ambiental da Microbacia do Rio Guamá, para monitoramento hidroclimatológico dessa Bacia.

No objetivo 0174, com o objetivo de garantir a entrega de água de qualidade à população vitimada pela seca, a Operação Carro Pipa, operacionalizada pelo MI com a cooperação técnica do Ministério da Defesa, teve gasto médio mensal, em 2013, de R\$ 54 milhões. Para fiscalizar a operação, foi contratada empresa que efetua rastreamento em tempo real dos veículos, de forma a se acompanhar o local de coleta e entrega da água. Durante o ano de 2013, estiveram em operação cerca de 4.800 carros por mês.

**4.16.4. Programa 2051 - Oferta de Água**

O Programa 2051 - Oferta de Água visa promover ações para o provimento da infraestrutura de oferta e uso múltiplo de recursos hídricos, de forma integrada com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, tendo como princípios assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade, a redução dos níveis de pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações locais.

O Programa baseia-se em dois eixos para o incremento da oferta hídrica: i) execução de obras de captação, adução e reservação nas regiões com déficit hídrico; e ii) recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas.

O programa articula ações integradas de gestão dos recursos hídricos e de expansão da disponibilidade de água, seja para suprir necessidades de abastecimento humano nas regiões com déficit hídrico, seja para contemplar os usos múltiplos de modo a atender as crescentes demandas da indústria, do turismo e da agricultura, importantes para o crescimento do País.

Dentre os objetivos do Programa, destaca-se o Objetivo 0479 Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica, em que iniciativas voltadas para a implantação e a ampliação de barragens, canais, sistemas adutores e sistemas de abastecimento contribuem para seu alcance.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
R\$ milhões

Programa "2051"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0479	413,68	1.044,63
RPNP (2)		840,86	1.165,24
<b>TOTAL</b>		<b>1.254,54</b>	<b>2.209,87</b>

Fonte: Siafi. Data: 09/01/2014.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

O incremento de 76,15% na execução orçamentária no exercício de 2013 em relação a 2012 deveu-se ao crescimento na celebração de Termos de Compromisso, resultando em maior volume de repasse de recursos ou descentralização de créditos orçamentários.

A alteração, por meio da Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, da forma de transferência de recursos federais, contribuiu significativamente para o aumento dos

repases. Cabe destacar, ainda, que as obras em andamento evoluíram do ponto de vista da execução física, o que também refletiu no crescimento da execução física e financeira.

Dentre as ações que apresentaram maior crescimento, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco, pois ao longo de 2013 foram concluídos os processo licitatórios das obras remanescentes, ocasionando a retomada da totalidade das obras.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0479 – PROGRAMA 2051**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	Município	297	25	33	11,11	SIH/MI

Fonte: Secretaria Nacional de Irrigação/MI. Data: 14/01/2014.

Em 2013, foram concluídas as obras do Sistema Adutor Piau com 104 km, composto por captação, Estação de Tratamento de Água, adutoras, estações elevatórias e reservatórios. O Sistema, que visa o abastecimento humano, beneficia 25 mil habitantes dos Municípios piauienses de São Julião, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí e Campo Grande do Piauí. Também em 2013, foi concluída a Barragem Figueiredo, executada no Rio Figueiredo, nos Municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama, que deverá acumular aproximadamente 520 milhões de m<sup>3</sup> de água, para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, com benefício a cerca de 32 mil pessoas.

**Outras Considerações Referentes ao Objetivo 0479 – PROGRAMA 2051**

Destaca-se o andamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), composto pelos Eixos Norte e Leste, com 52,2% de execução física. O Pisf possibilitará a garantia hídrica a 12 milhões de habitantes em Municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

No Eixo Norte, foram concluídos até o segundo semestre de 2013, o Canal de Captação, o Reservatório Tucutu, a concretagem de 90 km de canal, as escavações das três estações elevatórias e a escavação do Túnel Cuncas II com 4 km. A retomada das obras na totalidade do Eixo Norte

proporcionou a mobilização de 5,8 mil trabalhadores até dezembro de 2013 e a execução física alcançou 50%.

No Eixo Leste, foram concluídos, em 2013, o canal de captação, a concretagem de 95 km de canal, o Reservatório Areais, o Reservatório Muquém, as escavações das estações elevatórias nº 1 e nº 2, a concretagem do edifício da estação elevatória nº 1 e os Aquedutos Branco e Barreiro. A retomada das obras na totalidade do Eixo Leste proporcionou a mobilização de mais de 1,3 mil trabalhadores, alcançado 55% de execução física.

Além disso, apresenta-se a seguir a situação, até dezembro de 2013, de outras ações do Programa: i) Canal Sertão Alagoano que abrange 42 Municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca encontra-se com 51% da obra concluída; ii) Cinturão das Águas do Ceará – Trecho I, com 158 km, abrange 17 Municípios entre Jati e Orós e encontra-se com 86% do projeto executivo concluído; iii) Sistema Adutor Nova Camará, abrange 21 municípios do Planalto da Borborema e do Brejo Paraibano e encontra-se com 15% de execução física de obra concluída; iv) Adutora Chapecozinho, abrange os Municípios de Chapecô, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, em Santa Catarina e beneficia 450 mil habitantes, estando com 98% do projeto executivo concluído; v) Sistema Adutor Bocaina/Piau II, abrange os Municípios de Bocaina, Sussuapara, Picos, Alagoinha do Piauí, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos

e Sto. Antônio de Lisboa, no Estado Piauí, beneficia 100 mil habitantes e está com 26% de execução; vi) Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja (SIAA), iniciado em 30 de setembro de 2013; vii) Adutora Aroeiras, abrange os Municípios de Aroeiras, Riachão e Gado Bravo, na Paraíba e beneficia 21 mil habitantes, estando com 45% de execução física; viii) Sistema Adutor Pocinhos, abrange os Municípios de Campina Grande e Pocinhos, na Paraíba e beneficia 32 mil habitantes, estando com 35% de execução física; ix) Sistema Adutor Natuba, abrange os Municípios de Natuba, Umbuzeiro e Santa Cecília na Paraíba, beneficia 27 mil habitantes e está com 23% de realização; x) Sistema Adutor Camalaú, abrange os Municípios de Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê, na Paraíba, beneficia 16 mil habitantes e está com 5% de execução; (xi) Adutora Padre Lira, abrange os Municípios de Dom Inocêncio e São João do Piauí, no Estado do Piauí, beneficia 40 mil habitantes, e está com 8% de execução; e xii) Ampliação do SIAA Alto Sertão, abrange seis Municípios no Estado de Sergipe, beneficia 106 mil habitantes e está com 1% de execução.

A Codevasf, no ano de 2013, também realizou importantes contribuições ao objetivo, notadamente: i) continuidade da implantação da 2ª Etapa da Adutora do Algodão, com execução de 59,7 km de adutora do Sistema Integrado de Abastecimento de Água – trechos Caetité/Maniaçu, com

extensão prevista de 82,9 km e Caetité-Lagoa Real-Ibitira, com extensão prevista de 74,5 Km, totalizando 157,4 Km de adutoras, com investimentos previstos de R\$ 44,3 milhões; ii) contratação de estudos visando à implantação das adutoras de Dirceu Arcoverde, Queimada Nova, São Raimundo Nonato e Vila Nova, e licitação para a construção da Adutora Massapê e Lagoa do Barro, no Estado do Piauí, com investimentos previstos de R\$ 32,6 milhões; iii) início das obras de implantação da Barragem I do Sistema Jequitaiá, no Estado de Minas Gerais, com investimentos previstos de R\$ 316 milhões, incluindo estudos, aquisição de terras e obras; iv) continuidade dos estudos para a implantação do Canal do Sertão Pernambucano, compreendendo 45 mil hectares de área para irrigação, promovendo o abastecimento para a população de sua área de abrangência, tendo sido liquidados R\$ 1,3 milhões em 2013; v) em fase de conclusão a Barragem de Atalaia/PI, que beneficiará 29.265 habitantes dos Municípios de Sebastião Barros, Corrente, Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas, com investimentos previstos de R\$ 79,4 milhões, dos quais R\$ 12,8 milhões liquidados em 2013; e vi) contratação dos serviços de elaboração do projeto executivo e execução das obras do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) de Campo Alegre de Lourdes, Estado da Bahia, com investimentos previstos de R\$ 68 milhões, que atenderá a 71 localidades rurais dos Municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes, beneficiando uma população de 27 mil pessoas.

## 4.17. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

O Ministério da Justiça (MJ), com vistas a garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, elabora políticas e estratégias governamentais para uma atuação conjunta entre a sociedade e os diversos órgãos que o compõem.

Frente à ampla abrangência de suas competências organizacionais, o direcionamento estratégico da atuação do Ministério encontra alicerce no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, por meio dos seguintes programas temáticos: Segurança Pública com Cidadania; Cidadania e Justiça; Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas; e Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

No ano de 2013, visando ao alcance dos objetivos traçados, o MJ preocupou-se em oferecer à sociedade bens e serviços que pudessem contribuir decisivamente para: a melhoria da sua qualidade de vida por meio do enfrentamento à criminalidade e às drogas; a garantia de seu acesso à justiça e à cidadania; a reparação de direitos; o acesso à informação e documentos públicos; a melhoria da segurança pública; e, ainda, em razão de realização, em 2013 e nos anos subsequentes, de grandes eventos esportivos e sociopolíticos no País, o provimento de um arcabouço de ações, visando ao aparelhamento e preparação das Forças de Segurança Pública do País para atuação nesses eventos, que concentram um relevante volume de recursos geridos por esta Pasta.

### 4.17.1. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania

O programa Segurança Pública com Cidadania engloba a política de segurança pública adotada pelo Governo Federal visando à garantia do direito fundamental a serviço de todo cidadão, o que é obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de Governo, e sob a responsabilidade de toda a sociedade.

Sua concepção orienta-se pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Em busca disso, o MJ, tem envidado esforços para fortalecer a presença do Estado em regiões deflagradas pela violência, fortificando a integração de ações de prevenção da violência e combate de suas causas com ações de prevenção, repressão e ordenamento social.

A consolidação de um novo paradigma de Segurança Pública também exige o fortalecimento e a integração de suas instituições, especialmente as forças policiais, com ênfase na melhoria de suas condições de trabalho, na sua aproximação com a comunidade e na redução de sua letalidade, em especial, a partir de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, e na reestruturação das áreas de inteligência policial e das polícias técnico-científicas.

No Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania consta o Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança Pública para Grandes Eventos, o Governo Federal, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (Sesge/MJ) tem investido em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento de conhecimento dos profissionais de Segurança Pública que atuarão durante os grandes eventos.

A finalidade do Plano é dotar as diversas instituições e órgãos parceiros, como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), as Polícias Civis e Militares e os Corpos de Bombeiro dos Estados-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, de melhores condições operacionais. A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania, para o Objetivo 0832.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0832 DO PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Programa 2070	Código do Objetivo	Valores Liquidados (R\$)	
		2012	2013
No Exercício <sup>1</sup>	0832	13.495.991,19	126.043.496,26
RPNP <sup>2</sup>		-	322.588.024,86
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>13.495.991,19</b>	<b>448.631.521,12</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – Consulta em 14/01/2014.

<sup>1</sup>Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup>Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Destaca-se que não foi registrado saldo de restos a pagar para 2012, pois a Sesge/MJ foi instituída apenas no segundo semestre de 2011, por meio do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011. A Sesge/MJ só começou a executar a programação orçamentária específica para segurança dos grandes eventos no Orçamento de 2012 e em razão de que grande parte das contratações tinham entregas previstas para o exercício seguinte, os valores foram inscritos em restos a pagar não processados, ou seja, ainda não realizados. A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0832 do Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0832

Descrição	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012 – 2015	Meta Realizada até		% da meta Total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	Vagas	34.000	-	10.077	29,63	Ministério da Justiça
Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos	Policiais Rodoviários Federais	5.000	400	400	8,00	Ministério da Justiça
Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções	Centro Integrado Implantado	100	28	70	70,00	Ministério da Justiça

Fonte: Siop – Consulta em 14/01/2014.

Os valores alcançados na meta disponibilizar 34.000 vagas para capacitação e treinamento estão de acordo com o cronograma de execução estabelecido em função do prazo para a Copa do Mundo FIFA 2014.

O percentual de 70% alcançado na implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) também está de acordo com o cronograma de execução estabelecido em função do prazo para a Copa do Mundo FIFA 2014. É realizado minucioso monitoramento da execução dos contratos celebrados para garantir o cumprimento do calendário de entregas.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados com relação às Metas Qualitativas do Objetivo 0832:

As ações relacionadas à Segurança dos Grandes Eventos realizadas pelo MJ no ano de 2013 são atividades governamentais relacionadas aos projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa), seguindo as diretrizes do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA (CGCOPA), pela Matriz de Responsabilidades, pelo Caderno de Atribuições e pelos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014.

Os recursos públicos federais foram empregados nas ações de segurança, distribuídas em três eixos: i) Integração de Instituições e Sistemas; ii) Controle dos Pontos de Entrada no País; e iii) Segurança do Evento. Por um lado, o fortalecimento dos órgãos estaduais foi realizado diretamente pela Sesge/

MJ, com aquisições centralizadas com a posterior doação aos Estados. Por outro lado, a Sesge/MJ proporcionou o fortalecimento dos órgãos federais – Abin, DPF, DPRF, DFNSP e SRFB – por meio de termos de cooperação técnica para aquisição descentralizada por esses parceiros.

Com foco principal na integração operacional entre os órgãos de Segurança Pública e instituições envolvidas nos grandes eventos, o MJ teve como objetivo a adequação dos serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública visando ao aumento da demanda gerada em função da realização dos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, dotando as instituições de Segurança Pública de recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos visando à difusão da doutrina do SICC.

A doutrina de Comando e Controle trata do gerenciamento e da coordenação de operações complexas, sendo o processo de direção conduzido por autoridade legalmente investida, para efetiva utilização dos recursos colocados à disposição, possibilitando o acompanhamento, em tempo real, das ações em curso, nos níveis estratégicos, táticos e operacionais.

O conceito de Comando e Controle no contexto da Segurança Pública é inédito no Brasil para integração operacional envolvendo as esferas Federal, Estadual e Municipal. Os casos em que são detectadas falhas no conceito de comando e controle, como, por exemplo, excesso ou falta de informação entre os órgãos de Segurança Pública, fragilizam

a capacidade de resposta das instituições no momento de crise, podendo ocasionar ineficiência no atendimento de vítimas e dificuldade em otimizar o uso dos meios disponíveis.

Assim, o SICC, idealizado pelo MJ, coordenará de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visem à proteção do cidadão nas cidades-sede, a partir de uma visão privilegiada do aparelho urbano.

Câmeras, sensores, rádio comunicação, tecnologias embarcadas em viaturas e helicópteros, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecerão às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil ferramentas para uma atuação proativa, baseada em estatísticas e dados precisos, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária da atuação das Forças de Segurança, pois será possível prover imagem fiel e em tempo real do panorama geral e específico das cidades-sede.

O SICC tem como alicerce principal as soluções tecnológicas e de comunicação, seguindo uma doutrina de comando e controle produzida a partir de regulamentos, portarias, regimentos e protocolos táticos.

Esse planejamento operacional que foi incorporado ao SICC é produto do trabalho de 12 comissões estaduais nas cidades-sede, que resultou em 780 protocolos definidos com a participação de mais de cinco mil profissionais de segurança pública.

No nível operacional, cada cidade-sede será dotada de uma Matriz de Ações Operacionais, que visa sistematizar, padronizar e priorizar a sequência de atividades de segurança a serem realizadas nas áreas de interesse operacional e de inteligência policial.

O SICC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle Nacional (CICCNs) e Alternativo (CICCA), Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCRs), Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCs-Móveis) e Plataforma de Observação Elevada (POE), que visam à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único as informações necessárias no momento da ocorrência, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos.

Os CICCNs e CICCAs estão instalados nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro (alternativo). Os CICCRs e CICC-Móveis estão localizados em cada cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. As POEs ficarão em cada cidade-sede em número de duas, sendo que o total de vinte e duas foram entregues em 2013.

Na Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, foi possível testar, de forma embrionária, o funcionamento do SICC, com resultados reconhecidamente satisfatórios. De igual modo, foram colocados em funcionamento os protocolos táticos e

operacionais monitorados dentro dos CICCRs, iniciativa fundamental no planejamento das atividades de policiamento ostensivo e não ostensivo no período da realização dos eventos.

Com a transmissão de dados, imagens e voz, a atuação dos profissionais de segurança foi mais efetiva durante as manifestações que ocorreram durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013.

Com a atuação eficiente das Forças de Segurança Pública na contenção e controle da desordem e das ações dos indivíduos mais exaltados, buscou-se garantir efetivamente a segurança de autoridades, delegações atletas e corpos de arbitragem, atendidos por centrais de escoltas e batedores, além de torcedores e turistas, inclusive o acesso de cerca de 800 mil pessoas às arenas, possibilitando à organização do evento a manutenção do calendário dos jogos, cumprindo fielmente os horários planejados.

Nos CICCRs são destinados assentos à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros Militar, ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência, ao Trânsito Municipal, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao Departamento de Polícia Federal, ao Ministério da Defesa, à Força Nacional de Segurança Pública, entre outras instituições, facilitando a coordenação das atividades envolvidas na realização dos grandes eventos.

Em Fortaleza, as imagens captadas pelo CICC-Móvel e acompanhadas pela aeronave dotada com o Sistema de Imageamento Aéreo foram transmitidas, em tempo real, para o CICCR e CICC, as quais foram fundamentais para o planejamento e operação das equipes da Polícia Militar nas manifestações ocorridas na capital cearense.

Para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos, o MJ adquiriu kits antibombas que permitem a detecção e a resposta a tais situações.

Os agentes policiais selecionados para capacitação estiveram reunidos em Brasília com os profissionais que atuam em esquadrões antibombas.

Esta integração motivou os profissionais, os quais criaram fóruns de discussão de metodologias, técnicas e difusão de modus operandis, facilitando a disseminação do conhecimento na área de antibomba.

Diante disso, os equipamentos antibombas foram muito utilizados nas varreduras dos estádios, hotéis, ônibus de delegações, centros oficiais de treinamentos, entre outros. Mesmo após a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, estes materiais continuam sendo utilizados e mantidos pelas corporações para aplicação na Copa do Mundo FIFA 2014.

A distribuição da força de Segurança Pública utilizada para a execução operacional das atividades previstas nas Matrizes de Ações Operacionais nas seis cidades-sede e operações de fronteiras foi de quase 55 mil servidores, sendo 6.054

de órgãos federais, 40.983 de órgãos estaduais e 7.787 de órgãos municipais.

Em alguns Estados, a FNSP participou em escoltas das delegações e patrocinadores da FIFA, contenção de apoio junto às arenas, entre outras atividades.

Foram utilizados aproximadamente 600 profissionais da FNSP e 275 viaturas nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador durante a Copa das Confederações.

Considerando que o Poder Público deve prestar segurança baseada nos princípios da proporcionalidade, da discricionariedade e do respeito aos Direitos Humanos, o MJ realizou a compra de equipamentos menos letais visando oferecer condições para que o policial possa atuar, como primeira resposta, com armas dissuasórias de menor potencial ofensivo.

Os grupos que protagonizaram algum grau de violência e agressividade foram contidos com o uso de equipamentos e instrumentos de menor potencial ofensivo, fundamental para que não ocorresse nenhuma morte nos eventuais confrontos com as Forças de Segurança Pública.

Máscaras contra gases, armas de impulso elétrico, granadas de efeito moral e espargidores de pimenta foram equipamentos que propiciaram às tropas de choque das polícias militares a garantia da segurança dos jogos.

Para adequar os equipamentos dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados-sede, foram adquiridos modernos desencarceradores de grande impacto e almofadas pneumáticas para retirada de pessoas de veículos envolvidos em acidentes ou em estruturas colapsadas, diminuindo o tempo de resposta e aumentando as chances de vida do acidentado.

Dias antes do início dos jogos da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, no período de preparação, após um acidente automobilístico, uma criança foi salva, retirada das ferragens com a utilização desses desencarceradores na cidade de Salvador.

A capacitação profissional também é uma atividade de grande importância para o MJ.

Os servidores do DPF, DPRF, Abin, Força Nacional e os servidores dos Estados-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, sob a coordenação da Sesge/MJ, recebem instruções e treinamentos para atuarem como multiplicadores dos conhecimentos recebidos nas mais variadas áreas.

Quanto às capacitações realizadas, durante o exercício de 2013, ocorreram treinamentos nos Estados-sede, bem como no DPF e DPRF.

Toda essa gama de técnicas, métodos e conhecimentos adquiridos está contribuindo para o aprimoramento da atuação policial rotineira dos órgãos envolvidos.

Mantendo a preocupação com o estabelecimento de um legado que ofereça melhoria nos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos estados que sediarão os eventos, as Forças de Segurança Pública receberam equipamentos e modernas tecnologias que irão transformar a maneira como se previne e se combate o crime no Brasil.

O legado do Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela mudança do modo de atuação das instituições.

A partir dos grandes eventos, a segurança pública e a defesa civil passam a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação.

Isso significa dizer que, para cada situação passível de ocorrer, um protocolo pré-existente será acionado, fazendo com que cada instituição saiba exatamente o que fazer e com que apoio das demais forças poderá contar.

Isso feito por todas as instituições, em conjunto, garante o sucesso de um esforço que, em síntese, busca harmonizar as normas de segurança nos Estados, visando à padronização dos serviços ofertados à população e ainda gera economia de recursos públicos em razão do foco na atuação.

#### Outras Considerações Relevantes

Na Jornada Mundial da Juventude, o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP) empregou 1,3 mil profissionais, 150 viaturas e 60 motocicletas, para apoiar as operações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PME/RJ) e do Ministério da Defesa, durante a Missa de Abertura, Cerimônia de Acolhida, Via-Crucis e Sacra, Vigília de Oração e na Missa de Envio.

O efetivo do DFNSP foi utilizado principalmente como reserva técnica para apoio às Forças de Segurança Pública local.

Para atender o aumento da demanda em razão dos Grandes Eventos, o DPRF firmou Termos de Cooperação com a Sesge/MJ para melhor cumprir sua missão.

A atuação do DPRF ocorreu nas rodovias federais e em apoio às demais forças, sob coordenação da Sesge/MJ. Atuou como integrante nos SICC's dos Estados-sede.

Já na Polícia Federal, os grandes avanços que ocorreram durante os eventos testes serviram de base para o planejamento dos próximos grandes eventos, sempre buscando a integração entre as Forças de Segurança Pública, de seus sistemas tecnológicos e atuação conjunta das Forças de Segurança estaduais e federais.

Todos os investimentos realizados, tanto nas aquisições quanto nas capacitações, serviram de base para a elaboração de estratégias conjuntas para a segurança pública.

Com relação ao projeto de capacitação, vale destacar o treinamento de policiais federais para pronta resposta nos

casos de comprometimento da segurança desempenhada em prol das delegações e de dignitários, alinhando e atualizando os métodos e técnicas empregados, para o uso do sistema I24/7, que funciona em rede privada de internet em que estão interligados os órgãos de segurança de 187 países da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), que ajudou na repressão à entrada de pessoas procuradas e também em situações de alerta devidamente expedido pelas autoridades judiciais, o incremento do combate ao crime organizado, a atualização das técnicas de investigação e prevenção de ilícitos terroristas

O desempenho do DPF na função de polícia judiciária federal, nas áreas marítimas e fluviais de interesse dos grandes eventos, o reforço no efetivo das posições fronteiriças, a utilização do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant) em operações-teste de inteligência policial para sua utilização eficaz na Copa do Mundo FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o aumento no efetivo de policiais em operação de fiscalização e segurança aeroportuária, a fiscalização eficaz das empresas de segurança privada, a construção do Centro de Cooperação Policial Internacional, a aquisição de equipamentos policiais específicos para o Comando de Operações Táticas, a aquisição de veículos blindados com características especiais para segurança de dignitários, a execução de operações articuladas nas ações de inteligência operacional e de análises de riscos, e a experiência na coordenação das operações de segurança em grandes eventos, com presença nos centros integrados

de comando e controle regionais, também contribuíram para segurança dos eventos realizados em 2013.

A aquisição de equipamentos de segurança, mais modernos e mais eficazes, para sua utilização na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, com a garantia de legado de sua utilização após os grandes eventos para o desempenho de suas atividades ordinárias, também se mostrou eficaz na prevenção e repressão de ilícitos constantes nas atribuições constitucionais e legais dos órgãos de Segurança Pública do MJ.

Por fim, sob a coordenação da Sesge/MJ, aproximadamente 2,2 mil policiais (militares, federais, civis, rodoviários federais e bombeiros militares) atuaram na segurança do evento Final Draw – cerimônia do sorteio dos grupos da Copa do Mundo FIFA 2014, realizado na Costa do Sauipe/BA, evento que ocorreu sem intercorrência.

Com a utilização de dois veículos CICC-Móvel; uma POE; um Imageador Aéreo, equipamentos de inteligência, além do CICC/BA e CICC/N, foi realizada a segurança de autoridades, atletas, membros da imprensa e convidados VIPs, totalizando cerca de quatro mil pessoas.

O sucesso da segurança do Final Draw foi resultado do planejamento integrado do (MJ), com a participação das Forças de Segurança Pública e do Comitê Organizador Local (COL FIFA).

## 4.18. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA)

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) tem como área de competência a política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, o fomento, o monitoramento e o controle da produção pesqueira e aquícola e a implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado.

Ademais, fazem também parte da política pública da Pasta a organização e a manutenção do Registro Geral da Pesca (RGP), a sanidade pesqueira e aquícola, a normatização e fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências, a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca no território nacional.

Ainda está sob sua competência legal a autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel e a pesquisa pesqueira e aquícola.

No Brasil, a pesca e a aquicultura são pilares essenciais para a inclusão social, pois são atividades de grande potencial de desenvolvimento. Isso se deve ao fato de o setor absorver parcela importante da população que se encontra no limiar da exclusão social.

No setor pesqueiro, cerca de um milhão de trabalhadores têm no pescado o seu principal meio de vida, além de mais 3,5 milhões de empregos indiretos em toda a cadeia do pescado.

O Brasil tem condições de se transformar em grande produtor mundial de pescado, principalmente por meio da aquicultura, uma vez que os elementos essenciais para essa realidade estão disponíveis: água de boa qualidade, áreas potenciais, capacidade técnica, espécies promissoras, clima adequado em boa parte do território e, principalmente, um contingente de pessoas que podem atuar no setor, tanto na produção, como na comercialização e beneficiamento. Todas as vertentes sociais, econômicas e ambientais reconhecem que

a potencialidade de produção aquícola é subaproveitada, podendo atender à demanda crescente por pescado e incluir socioambientalmente comunidades tradicionais, agricultores familiares e outros empreendedores.

Destaca-se que o consumo médio per capita de pescado no Brasil, durante o ano de 2013 foi cerca de 15 Kg acima do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - 12,0kg/hab/ano, e alcançou quase o consumo médio mundial de 18 kg/hab/ano.

Além da produção sustentável, a recuperação dos estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais e o desenvolvimento da grande capacidade da aquicultura marinha e continental é política fundamental estabelecida pelo MPA.

Para isto o Ministério prevê importantes investimentos focados na superação dos entraves para o incremento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, de forma a estruturar a cadeia produtiva e garantir a regularidade e qualidade da oferta de pescado.

Apesar da existência de tais barreiras, em 2013 a produção da pesca e aquicultura ultrapassou 2,4 milhões de toneladas de pescado. Portanto, a meta de o Brasil produzir dois milhões de toneladas por ano de pescado a partir de 2014 já foi atingida em 2013.

### 4.18.1. Programa 2052 - Pesca e Aquicultura

Visando fortalecer a exploração desse potencial, o Programa 2052 - Pesca e Aquicultura aborda os seguintes pontos da cadeia produtiva: aumento da produção de pescados de forma sustentável; implementação de infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado; promoção da inclusão social, do acesso à cidadania e qualificação profissional dos trabalhadores da pesca e aquicultura; gestão da atividade pesqueira e inserção do mercado brasileiro no mercado nacional e internacional.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária dos Objetivos 0567 e 0572 do Programa 2052 - Pesca e Aquicultura.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2052**

Programa 2052	Código do objetivo	Valores liquidados	
		2012	2013
No exercício	0567	8.803.480,32	22.978.465,47
RPNP			11.238.824,81
Gastos tributários			
<b>TOTAL</b>		<b>8.803.480,32</b>	<b>34.217.290,28</b>

Programa 2052	Código do objetivo	Valores liquidados	
		2012	2013
No exercício	0572	9.110.279,48	10.158.972,46
RPNP			19.049.858,10
Gastos tributários			
<b>TOTAL</b>		<b>9.110.279,48</b>	<b>29.208.830,56</b>

Fonte: Sioip.

No âmbito do Programa 2052 – Pesca e Aquicultura, destaca-se a execução do Objetivo 0567, com um volume de empenho da ordem de R\$ 96.227.480,73 e liquidados de R\$ 22.978.465,47, relativos aos recursos do orçamento 2013.

No caso dos recursos de orçamentos anteriores, houve uma liquidação no valor de R\$ 11.238.824,81.

No citado objetivo, destacam-se os dispêndios realizados no apoio a estudos e pesquisas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura, na demarcação e implantação de parques aquícolas e em ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.

Quanto ao Objetivo 0572, o montante empenhado atingiu R\$ 61.419.292,00, sendo liquidados R\$ 10.158.972,46.

Com relação à execução dos recursos de orçamentos anteriores, foram liquidados R\$ 19.049.858,10. Tais gastos, alocados no Objetivo 0572, envolveram, principalmente, a implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém/PA, a manutenção de Terminais já em funcionamento, projetos relacionados à infraestrutura pesqueira e aquícola e a adequação de acessos aquaviários.

A seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas dos Objetivos 0567 e 0572 do Programa 2052 – Pesca e Aquicultura.

**OBJETIVO 0567 - PROMOVER A PRODUÇÃO AQUÍCOLA E PESQUEIRA DE FORMA SUSTENTÁVEL COM FOCO NO POTENCIAL BRASILEIRO E NOS RECURSOS SUBEXPLOTADOS E INEXPLOTADOS.**

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0567**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das informações
			2012	2013		
Atender 116.500 famílias pela extensão pesqueira e aquícola	Família atendida	116.500	9.822	14.064	12,07%	MPA - MDA
Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais	projeto	200	76	93	46,5%	MPA
Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura	pessoa atendida	750	210	236	31,46%	MPA
Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura	pessoa atendida	12.750	7.946	6.177	48,44%	MPA
Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado	pessoa atendida	2.500	0	0	0%	MPA
Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura	núcleo implantado	18	4	4	22,22%	MPA
Atender a 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional	polos	30	10	17	57%	MPA
Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton	toneladas	20.000	4.173	5.838	29,19%	MPA - PAA Data/MDS
Apoiar e desenvolver nove eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional	evento	9	5	8	89%	MPA
Atender a 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada, com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil Sem Miséria	Família atendida	3.500	0	2.500	71,4%	MPA - MDA
Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios	reservatórios	39	13	34	87,18%	MPA
Demarcar parques aquícolas marinhos em sete Estados Costeiros	Estados Costeiros	7	6	6	85,71%	MPA
Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios	reservatórios	21	3	10	47,62%	MPA
Implantar parques aquícolas marinhos em sete Estados Costeiros	Estados Costeiros	7	1	1	14,29%	MPA
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios	reservatórios	42	0	36	85,71%	MPA
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados Costeiros	Estados Costeiros	14	0	6	42,86%	MPA
Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios	reservatórios	27	0	10	37,04%	MPA
Regularizar parques aquícolas marinhos em seis Estados Costeiros	Estados Costeiros	6	0	2	33,33%	MPA

Fonte: Siop, consulta realizada em 21/1/2014.

Os recursos de assistência técnica e extensão foram direcionados prioritariamente em 2013 para a realização de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica no 03/2012 com o MDA. Foram lançadas três chamadas, que resultaram na contratação de 10 lotes, contemplando mais de cinco mil famílias. Além disso, realizou-se a seleção de entidades prestadoras de Ater para diversos outros lotes, cuja contratação ocorrerá em 2014.

Em relação à Assistência Técnica e Extensão Rural para 3,5 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, estão em atendimento 2,5 mil famílias do Território Sertão do São Francisco/BA. Em dezembro de 2013 foi concluído o processo de seleção da entidade a ser contratada para a realização das ações de Ater para atendimento de outras mil famílias do Território Transamazônica/PA, a partir de 2014.

A capacitação de extensionistas de instituições públicas de assistência técnica e extensão rural, estaduais ou municipais permite potencializar a atuação desses profissionais, disponibilizando a eles conhecimentos sobre a produção pesqueira e aquícola para que atuem como multiplicadores de conhecimentos em suas regiões de atuação. Em 2013, foram disponibilizados recursos para a capacitação de 460 profissionais, em seis Estados.

Já as capacitações de pescadores e aquicultores passaram, em 2013, a ser realizadas prioritariamente por convênios de assistência técnica e extensão aquícola e pesqueira, de forma a potencializar os resultados. As demandas de capacitação também estão sendo direcionadas para atendimento via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Assim, no ano de 2013, foram celebrados convênios que possibilitaram a capacitação de 2.720 pescadores e aquicultores, além da disponibilização de 621 vagas para esse público no Pronatec.

No que tange à capacitação de “manipuladores de alimentos” das escolas públicas sobre formas de preparo saudáveis e saborosas, a qual constitui uma estratégia de estímulo ao consumo de pescado, em 2013 disponibilizaram-se recursos para a capacitação de mais de três mil profissionais ao longo de 2013, em seis Estados (Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Amazonas) e no Distrito Federal.

Com o objetivo de assessorar a criação ou consolidação de cooperativas e associações do setor pesqueiro e aquícola, em 2013, o MPA celebrou Termo de Cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para apoiar ações nos Estados de Sergipe, Bahia e Santa Catarina visando à implantação de núcleos de apoio ao associativismo e cooperativismo.

Os projetos apoiados, tanto em pesquisa básica como aplicada, têm sido viabilizados, prioritariamente, por editais de Chamamento Público de demanda induzida, buscando atender às necessidades identificadas pelo MPA em conjunto com o setor produtivo. Em 2013, foi lançado edital conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e MPA, voltado à temática de agroecologia e produção orgânica. Ao total foram investidos R\$ 30 milhões para apoio a 93 projetos em universidade e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. No que se refere à pesca e aquicultura, foram aprovados 13 projetos distribuídos nas cinco regiões do País, com um investimento de R\$ 2 milhões. Vale destacar que tal iniciativa foi construída no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado pela Presidência da República em outubro de 2013, visando impulsionar a produção de alimentos em bases sustentáveis e agroecológicas.

Quanto ao financiamento de 100 projetos de pesquisa no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (CBPA), destaca-se que este ainda está em fase de estruturação, bem como de definições da sua composição, natureza jurídica e fonte de recursos financeiros. No exercício de 2013, as discussões foram intensificadas junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), co-gestora do CBPA, resultando na elaboração do modelo de funcionamento do citado Consórcio, o qual foi apresentado ao Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conape), conselho consultivo do MPA. Espera-se, com a conclusão desse processo, que seja possível dar início ao apoio a projetos de pesquisa, por meio de editais e/ ou encomendas, dentro das diretrizes definidas pelo Consórcio.

Em relação ao apoio a unidade de pesquisa, deu-se continuidade a três ações iniciadas no exercício anterior, uma no Estado de Santa Catarina e duas no Estado do Ceará.

O MPA tem articulado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na busca de ferramentas administrativas e políticas com vistas a aumentar a aquisição da pesca artesanal/aquicultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a fim de que o Programa seja um canal de escoamento do pescado nos locais que vêm apresentando excesso de produção. A aquisição de pescado pelo PAA em 2013 foi de 1,6 mil toneladas.

Em 2013, foram apoiados a Décima Semana do Peixe, a European Seafood Exposition 2013 e o Festival do Camarão da Costa Negra. Também foi celebrado Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Ceará para realização de estudo e prospecção de mercado da cadeia da lagosta viva.

Em maio de 2013, criou-se a Comissão de Avaliação do Programa Profrota Pesqueira para revisão dos normativos e procedimentos operacionais do Programa, o qual foi alterado pela Lei n.º 12.712, de 30 de agosto de 2012, tornando seus normativos carentes de regulamentação e revisão. Por esse motivo, não foi possível o lançamento de novos editais em 2012/2013, o que impediu a execução da meta.

No ano de 2013, foram concluídos estudos e zoneamentos em 25 reservatórios, sendo cinco no Centro-Oeste (São Simão, Serra da Mesa, Cana Brava, Manso e Jupιά), cinco no Nordeste (Armando Ribeiro, Boa Esperança, Sobradinho,

Itaparica e Xingó), um no Norte (Lajeado); cinco no Sudeste (Água Vermelha, Igarapava, Ilha Solteira/MS, Jaguará, Jurumirim) e nove no Sul (Canoas 1, Canoas 2, Capivara, Chavantes, Itá, Machadinho, Rosana, Salto Grande e Taquaruçu). Destes, foram demarcados parques aquícolas em 23 reservatórios.

Finalizaram-se seis estudos de zoneamento e ordenamento nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná.

Em 2013, demarcaram-se parques aquícolas em seis Estados Costeiros, sendo que na região Norte o Estado do Pará foi contemplado; na região Nordeste, os Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe; e na região Sul, o Paraná.

Em 2013, o MPA implantou 107 parques aquícolas em 10 reservatórios, nas modalidades onerosa e não onerosa. A implantação ocorre depois da obtenção das outorgas para cada parque aquícola, cessão das áreas por meio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP) e concordância da viabilidade em relação ao tráfego aquaviário pela Marinha do Brasil.

Foram implantados, em 2013, quatro parques aquícolas no

Estado Costeiro de Santa Catarina, após serem concluídas as etapas de estudo, demarcação, anuência dos órgãos envolvidos no processo de autorização, licenças ambientais, e licitação das áreas.

A regularização dos parques aquícolas, em especial a obtenção do licenciamento ambiental, é a etapa de maior dificuldade para consecução da política de desenvolvimento da aquicultura.

Contudo, em 2013, foram regularizados parques continentais em 10 reservatórios. Está sendo também articulada, junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, a adesão à Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama nº 459, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre o licenciamento único simplificado para parques aquícolas situados em reservatórios artificiais, conquista vitoriosa alcançada pela aquicultura.

Regularizaram-se parques aquícolas em 2013 em dois Estados Costeiros: PR e MA, os quais receberam a licença ambiental após a anuência dos seguintes órgãos: Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, SPU/MP, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e respectivos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

**OBJETIVO 0572 - IMPLEMENTAR INFRAESTRUTURAS INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA AQUÍCOLA E PESQUEIRA PARA PROMOVER A PRODUÇÃO, A AGREGAÇÃO DE VALOR E A QUALIDADE DOS PRODUTOS AQUÍCOLAS E PESQUEIROS NACIONAIS.**

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0572**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das informações
			2012	2013		
Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques-rede e tanques escavados) para atender 30.000 famílias	Famílias	30.000	13.311	19.004	63,35%	MPA
Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos	Unidade	15	0	1	6,66%	MPA
Implantar nove terminais pesqueiros públicos	Unidade	9	0	2	22%	MPA
Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – Uadaf)	Unidade	58	0	1	1,72%	MPA

Fonte: Siop, consulta realizada em 21/1/2014.

A implantação ou adequação de infraestrutura aquícola (viveiros, tanques-redes e tanques escavados) atendeu a um total de 5.693 famílias, atingindo o percentual de 63,35% da meta prevista, por meio da destinação de máquinas e convênios em 17 Estados, possibilitando, assim, incremento na produção de 95.020 toneladas/ano de pescado.

Também foi realizada a seleção de propostas para a ação de aquisição de patrulha mecanizada, por meio da Portaria nº

77, de 26 de fevereiro de 2013, habilitando 1.353 entidades, entre Prefeituras e Consórcios Intermunicipais.

Em 2013, foram concluídos os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) de Ilhéus e Salvador e ainda as obras de contenção nas margens do Rio São Lourenço, em São Lourenço do Sul/RS. Também foi construída uma unidade de beneficiamento de pescado no Município de Três Fronteiras/SP.

As obras civis de diversas unidades de beneficiamento de pescado estão em execução. As localidades atendidas são as seguintes: Pinhalão/PR, Anhembi/SP, Cássia/MG, Dois Irmãos do Buriti/MS, Dourados/MS, Saubara/BA, e Itacema/RR. Já a unidade de Abelardo Luz/SC encontra-se em fase de aparelhamento.

Permanecem em andamento os convênios para construção dos cais de Tubiacanga e Ribeira, ambos no Município do Rio de Janeiro (RJ), a fábrica de farinha de peixe e de ração no Município de Itauçu/GO e o Mercado de Peixe nos Municípios de Alenquer/PA, Cascavel/CE, Imperatriz/MA e Itajaí/SC. Está sendo elaborado o projeto executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em A&P e Ambientes Aquáticos, previsto para o Município do Rio de Janeiro/RJ.

#### Outras Considerações Relevantes

Foi publicado o primeiro Censo Aquícola Brasileiro, que apresentou e mapeou os principais empreendimentos comerciais da aquicultura. Essas informações são fundamentais, tanto para o Governo quanto para o setor no desenvolvimento da atividade.

Com o procedimento de Recadastramento Nacional dos pescadores profissionais, o MPA criou metodologias para coibir as fraudes ao Seguro-Defeso (pago durante a época de reprodução das espécies) e manter apenas o verdadeiro pescador de posse da Licença de Pescador Profissional.

No processo de atualização foram suspensas até dezembro, 221.000 licenças de pescador profissional. Tal suspensão, que até o momento representa 50% do total de pescadores que deveriam ser recadastrados, acarretou em economia no pagamento do Seguro-Defeso realizado pelo Ministério do Trabalho, Seguro e Emprego (MTE).

Cabe ressaltar que o Registro Geral da Pesca (RGP) do Pescador Profissional é apenas um dos itens verificados pelo MTE e não garante por si só o acesso ao benefício, devendo ser observados os demais critérios estabelecidos pelo órgão responsável.

Na categoria de aqüicultor, houve 13.255 inscritos, o que representa acréscimo de 460% em relação ao total de aqüicultores que possuíam registro em 2012.

O aumento se justifica pela implantação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, pelo programa de distribuição de patrulhas mecanizadas para Municípios e, ainda, pelo empenho dos órgãos estaduais.

Também foram expedidas 401.549 licenças de pesca amadora (novas inscrições e renovações anuais) – aumento de 16% em relação ao ano de 2012, e autorizada a realização de 165 competições nessa modalidade, significando um crescimento relevante dessa atividade.

No âmbito do Programa 2028 – Defesa Agropecuária, o MPA realizou ações para a estruturação do serviço veterinário oficial em todo o País. Para tanto, garantiu a transferência

de recursos para a celebração de convênios com órgãos executores de defesa agropecuária nos seguintes Estados: Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Foi dada continuidade à estruturação da Rede Nacional de Laboratórios do MPA (Renaqua), que implantou metodologias para o diagnóstico de mais de 40 doenças de peixes, camarões, moluscos, anfíbios e répteis, contemplando, assim, todas as doenças listadas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), além de outras doenças de importância para a sustentabilidade da cadeia produtiva nacional.

A estrutura também está capacitada a detectar biotoxinas marinhas que poderiam trazer prejuízos à saúde da população.

Ao longo de 2013, também houve avanços com a criação da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AquaEpi), que realizará estudos epidemiológicos com aplicabilidade direta na elaboração de políticas públicas relativas à sanidade pesqueira e aquícola, além de contribuir para com a segurança do alimento obtido de recursos pesqueiros.

Em outra frente, publicou-se a Instrução Normativa MPA/Mapa nº 32/2013, voltada para a regulamentação da importação de materiais de origem animal e organismos biológicos destinados à pesquisa ou diagnósticos, significando celeridade ao processo de autorização de importação de insumos biológicos utilizados em laboratórios, com ganho de competitividade para a pesquisa e inovação no País.

Vários pedidos de autorização de importação de animais aquáticos e pescado foram solicitados em 2013. Estabeleceram-se requisitos zoossanitários para importação de diversos outros produtos de organismos aquáticos, que foram dispensados da realização de Análise de Risco de Importação (ARI); realizados três atendimentos a focos de enfermidade com impacto na produção de pescado (Alagoas, Mato Grosso e Tocantins); e, com o objetivo de atender à crescente demanda de importação e exportação de animais aquáticos, ampliados o credenciamento de quarentenários, com seis novas unidades, totalizando 12 em todo o País.

No cenário internacional, o MPA realizou duas missões para avaliação do serviço veterinário oficial da Argentina e do Vietnã, com o objetivo de averiguar as garantias sanitárias oferecidas para a produção de pescado que é exportado ao Brasil. Ainda, o MPA participou de reuniões em eventos internacionais para consolidar o Brasil nas instâncias técnicas reconhecidas pela OIE e Organização Mundial do Comércio (OMC).

No campo do controle da pesca, fortaleceram-se ações para a recepção e sistematização dos Mapas de Bordo, instrumento que possibilita a coleta de dados e informações sobre a atividade pesqueira, por meio de formulários específicos que devem ser apresentados ao final de cada cruzeiro de pesca.

Com o intuito de melhorar a coleta desses dados, foi desenvolvido um projeto experimental de sistema para a

entrega online dos mapas de bordo, como uma referência para o desenvolvimento de um sistema que suporte a grande quantidade de informações geradas.

A instituição do Regime Nacional de Certificação de Captura (RCC) assegura que o produto da pesca extrativa marinha nacional destinado à exportação aos países da Comunidade Europeia não foi obtido mediante pesca ilegal, não declarada ou não regulamentada.

Cada remessa desses produtos à Comunidade Europeia deve ser acompanhada de um ou mais certificados de captura, cujos formulários modelos foram estabelecidos no Regulamento Operacional do RCC.

O ano de 2013 foi marcado pela ampliação do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais, que habilitou 1.937 embarcações, das quais 1.094 da pesca artesanal e 843 da pesca industrial. Isso representou aumento de 279% no número de embarcações artesanais habilitadas em relação ao ano anterior.

No Programa Pescando Letras, voltado para alfabetização de adultos pescadores, em 2013 foram matriculados 17.353 pescadores. Desde a sua criação, em 2003, o Pescando

Letras atendeu a mais de 200 mil pescadores.

Outra importante ação foi a implantação de Telecentros da Pesca Maré. Esses espaços, destinados a pescadores e aquicultores, dispõem de equipamentos de informática, internet e curso de capacitação de monitores. Em 2013, foram instalados 27 Telecentros e entregues equipamentos em outros 19.

O ano de 2013 marcou também a formação de aproximadamente 500 técnicos em pesca e aquicultura. Eles participaram de cursos à distância, apoiados pelos Telecentros da Pesca e ministrados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Merece ainda destaque a distribuição de 47.525 cestas de alimentos para famílias de pescadores.

As ações do Grupo Técnico de Trabalho dos Organismos Aquáticos Vivos com fins de Aquariorfilia e Ornamentação (GT Ornamentais) imprimiram importância ao ordenamento da atividade, ao estabelecerem critérios e procedimentos no setor. Regulamentou-se a venda de exemplares vivos de raias nativas, destinadas à ornamentação e aquariorfilia, e a redistribuição de cotas de venda de raias.

#### 4.19. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de previdência social possui três importantes papéis na sociedade: i) social: promove a proteção e dignidade, com redução da pobreza; ii) econômico: configurado com a participação em mais de 67% dos municípios brasileiros, onde os recursos pagos pela previdência são maiores do que os do Fundo de Participação dos Municípios; e iii) político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza-se em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios. O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: i) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e ii) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS).

A previdência complementar é um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo o território nacional e

desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 71,4% em 2012, com incremento em relação a 2011, quando foi de 70,7%.

Quanto ao indicador de Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras/Mulheres Ocupadas, também houve avanço: em 2012, alcançou 70,6%, contra 69,7% em 2011. Para os homens, a cobertura previdenciária aumentou de 71,4%, em 2011, para 71,9% em 2012. Cabe salientar que os dados da Pnad/IBGE de 2013 serão disponibilizados apenas em 2014. Ainda de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da Pnad/IBGE, a proteção social da população idosa (acima de 60 anos) foi de 81,9%, em 2012, mesmo patamar observado em 2011.

Teve continuidade a negociação de acordos bilaterais e multilaterais de previdência social, que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a totalização do tempo de contribuição no Brasil e no País de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios.

O Brasil possui 11 acordos em vigor. Em 2013 foram iniciadas negociações com Israel e Suíça, e finalizou-se a negociação da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, em 6 de dezembro o texto de futuro Acordo de Previdência Social entre o Brasil e a Suíça foi concluído pelas delegações dos dois países.

Dados de dezembro de 2013 apontam que foram inauguradas 71 novas unidades da Previdência Social, alcançando o total de 305 novas agências desde 2009, quando do início do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). O projeto tem como escopo consolidar o processo de criação de 720 novas agências até 2015. Em todo o País, estão em funcionamento 1.538 agências.

A execução do RPPS é orientada, acompanhada e supervisionada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) do Ministério da Previdência Social, abrangendo cerca de 10 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, nos três níveis de Governo. O Regime de Previdência dos Servidores Públicos, denominado RPPS, é compulsório, com teto e subtetos definidos pela Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003.

Excluem-se deste grupo os empregados das empresas públicas, os agentes políticos, servidores temporários e detentores exclusivamente de cargos de confiança, todos filiados obrigatórios do Regime Geral. A aposentadoria compulsória é concedida aos 70 anos para homens e

mulheres, e a aposentadoria por tempo de contribuição aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres. Os servidores que ingressaram desde 15/12/1998 estão sujeitos à idade mínima de aposentadoria de 60 anos para homens e de 55 para mulheres. A administração do sistema é pública.

No segmento operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), o Regime de Previdência Complementar constitui um mecanismo que proporciona aos cidadãos a acumulação de recursos para gozo, como renda adicional, na fase de inatividade. O RPC, de iniciativa privada e caráter contratual, tem organização autônoma em relação ao RGPS.

Cabe ao Estado atuar na regulação, supervisão e fiscalização, de forma a preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, compatibilizar as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro, formular a política de previdência complementar e promover a ampliação da cobertura do Regime.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é o órgão responsável pela fiscalização e monitoramento das EFPC, bem como pela autorização da constituição e funcionamento das citadas Entidades e de seus planos de benefícios e a aplicação dos respectivos estatutos e regulamentos.

A execução do Regime de Previdência Complementar (RPC) é gerenciada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que supervisiona e fiscaliza o mercado de previdência complementar fechado, compreendendo o licenciamento de novas entidades, a análise de alterações estatutárias e regulamentares dos planos e entidades, o monitoramento do sistema sob parâmetros atuariais, contábeis e de investimentos e a fiscalização direta.

O RPC contava, em janeiro de 2014, com 321 EFPC em atividade, que administram 1.093 planos previdenciários, e apresenta uma população de 2,44 milhões de participantes e 6,98 milhões de assistidos, gerindo cerca de R\$ 662 bilhões de ativos totais, montante equivalente a 14,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de R\$ 4,4 trilhões.

#### **4.19.1. Programa 2061 - Previdência Social**

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social.

O Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal está integralmente convergente com o Plano Estratégico da Previdência Social 2012-2015, reproduzindo exatamente a mesma orientação estratégica.

Os três objetivos estratégicos que compõem o Programa 2061 - Previdência Social, descritos a seguir, têm como propostas de valor a participação, a busca pela efetividade

e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como: a ampliação da cobertura previdenciária; ampliação da rede de atendimento; e Índice de Cobertura da Previdência Complementar.

Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária: tem como finalidade garantir a universalização da cobertura, promovendo a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro, por meio do conhecimento do perfil do cidadão e do fortalecimento da educação previdenciária.

Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários: busca fortalecer a credibilidade da previdência social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança.

Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários: tem como finalidade principal alcançar e manter o equilíbrio atuarial do RGPS e garantir a solvência dos Fundos e Entidades dos Regimes Próprios e das EFPC.

A seguir, apresenta-se análise do Objetivo 0252 do Programa 2061 – Previdência Social:

**Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de risco.**

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro-atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar). Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

Trata-se de desafio presente em todos os países com sistema consolidado de proteção social previdenciária, inclusive entre os países desenvolvidos, haja vista a ampliação da expectativa de vida e consequente envelhecimento da população, ampliando, com isso, o período de gozo dos benefícios após a aposentadoria.

O Objetivo 0252 é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2013:

**Iniciativa: Aprimorar a Prevenção de Riscos Ocupacionais e Mitigar os Efeitos da Incapacidade Laboral.**

De janeiro a dezembro de 2013, foram concedidos 2.581.402 benefícios por incapacidade.

Ações de gerenciamento visando à melhoria da qualidade do processo de reconhecimento de direito previdenciário foram empreendidas, resultando na diminuição do tempo de espera

para a realização da perícia médica, de 31 dias em janeiro para 29 dias em dezembro de 2013.

Iniciou-se, também, a implantação de um novo modelo de avaliação da capacidade laboral, que opera mediante a recepção dos atestados médicos pelos meios convencional e eletrônico.

Nesse mesmo período, foram reabilitados 16.672 segurados e concedidos 31.833 auxílios-acidente e 186.919 amparos sociais à pessoa com deficiência.

Em 2013, diante da necessidade de regulamentar os conceitos de deficiência leve, moderada e grave, para atendimento ao disposto no art. 3o, parágrafo único, da Lei Complementar no 142, de 8 de maio de 2013, elaborou-se instrumento de aplicação pela perícia médica da Previdência Social na avaliação do grau de deficiência para concessão de benefícios.

***Iniciativa: Otimizar a Supervisão, Fiscalização e licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios.***

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público, os mais de dois mil regimes próprios do servidor público, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, administram um patrimônio de mais de R\$ 180 bilhões, dos quais R\$ 80 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais, e R\$ 100 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras, dentre outros. A supervisão desses regimes é efetuada por meio de fiscalização in loco ou de ações de monitoramento interno.

Para intensificar a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) têm sido implementados novos processos de trabalho nas auditorias diretas visando ao seu alinhamento aos pressupostos de uma supervisão baseada em riscos, com o desenvolvimento de ferramenta vinculada ao planejamento e auditoria prévia e à modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência (Cadprev). Essa modernização visa, dentre outros: i) promover a melhoria da qualidade das informações dos Regimes Próprios; ii) eliminar a sobreposição dessas informações, que são produzidas pelos entes federativos; iii) proporcionar maior confiabilidade no acompanhamento e supervisão desses regimes; e iv) reduzir custos mediante a realização de levantamentos prévios às auditorias diretas.

Para a modernização do Cadprev foram aprimorados os módulos para informações relativas às aplicações dos recursos dos RPPS, às receitas e despesas previdenciárias e cadastramento de termos de acordos de parcelamento.

A intensificação da fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva do Estado.

***Iniciativa: Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional.***

Foram incorporados em 2013 o mapeamento de processos internos, o monitoramento de atividades e a realização de estudos inerentes à elaboração da metodologia de gerenciamento de riscos na Previdência Social.

Todas as iniciativas requerem investimentos em estudo e tecnologia, investimento no aperfeiçoamento dos processos internos com vistas a mitigar a materialização de erros administrativos e ilícitos contra a Previdência Social, permitindo, consequentemente, maior sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Quanto à Previdência Complementar, o número de fiscalizações em Planos de Benefícios administrados por EFPC alcançou a marca de 112, fato que representou um incremento de 11 planos ou de 10% em relação ao número de 2012. Esse aumento, previsto também no acordo de gestão da Previc, teve como pilar o aumento de produtividade de ações fiscais por auditor-fiscal, haja vista a manutenção do quantitativo de pessoal disponível para fiscalizações diretas, em 35 auditores, tanto em 2012 quanto em 2013.

***Iniciativa: Promover Políticas e Ações de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário.***

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público foram realizadas várias iniciativas para promoção da sustentabilidade dos RPPS. Entre estas, destaca-se o projeto Fortalecer os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) com perspectiva de equilíbrio e sustentabilidade, que possui como escopo a ampliação da estrutura de supervisão, o fomento ao desenvolvimento de política pública voltada à concretização do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, o aperfeiçoamento e o fortalecimento da legislação dos RPPS, o apoio e participação na reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União (RPPSU) e o incentivo à modernização da gestão dos RPPS.

Destacam-se como realizações os trabalhos de diagnóstico da atual situação dos RPPS dos Estados e capitais e a busca de alternativas para financiamento do sistema de previdência, equacionamento de déficits financeiros e atuariais e novas alternativas para investimento, das quais os acordos de cooperação técnica celebrados pela Previdência Social com os Estados são um expoente.

Estas iniciativas, aliadas ao aprimoramento das atividades de orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS, contribuíram para o incremento dos ativos garantidores dos planos de benefícios (de R\$ 170 bilhões em 2012, para os cerca de R\$ 180 bilhões em 2013).

Ao longo dos últimos anos, RPPS têm passado por mudanças estruturais decorrentes das reformas efetivadas pelas Emendas Constitucionais no 20, de 15 de dezembro de 1998, e pela Emenda Constitucionais nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que resultaram, além de um processo de contínua evolução legislativa, em expressivos avanços na sua gestão.

Porém, um dos fatores que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade dos RPPS é a necessidade de se efetivar a plena compensação financeira entre todos os regimes de Previdência Social, em decorrência da contagem recíproca do tempo de contribuição, prevista no art. 201, § 9º, da Constituição Federal.

Atualmente essa compensação vem sendo efetuada apenas entre o RGPS e os RPPS, na forma da Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999, pois a compensação entre os RPPS, embora prevista no artigo 8o dessa Lei, ainda não foi viabilizada.

A implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNIS/RPPS) permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo espaço para que se desenvolva projeto específico voltado à criação de uma Câmara de Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência Social, que permita a compensação financeira entre todos os RPPS e destes com o RGPS.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Objetivo 0252 do Programa 2061 – Previdência Social.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0252 DO PROGRAMA 2061 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

Programa 2061	Código do Objetivo	Valores liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0252	30.406.396,90	25.427.087,11
RPNP (2)		5.778.561,45	5.932.561,08
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>36.184.958,35</b>	<b>31.359.648,19</b>

Fonte: Siafi Gerencial.

Data da geração: 24/02/2014.

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os resultados alcançados, referentes ao Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários - estão descritos nas metas a seguir:

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0252 DO PROGRAMA 2061 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada Até		% da Meta Total 2012-2015 Realizada Acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013		
Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB.	%	5	3,17	3,59	71,80%	SPPS/MPS
Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.	%	13,5	30,78	58,01	23,27%	SPPS/MPS
Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB	%	0,40	0,31	0,15	37,50%	SPPS/MPS
Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	%	70	55,37	47,60	68,00%	INSS
Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB	%	0,80	0,82	0,84	95,23%	SPPS/MPS
Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB.	%	1,00	0,76	1,01	99,00%	SPPS/MPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB	%	30,00	-	26,25	114,28%	SPPS/MPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF para no máximo 50,0 % do PIB	%	50,00	47,7	48,82	102,41%	SPPS/MPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB	%	10,00	7,98	9,19	108,81%	SPPS/MPS

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançadas nas metas quantitativas do Objetivo 0252 do Programa 2061 – Previdência Social:

**Meta: Fomentar a Criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios.**

Na condução de ação, buscou-se dar um enfoque de maior abrangência à mesma, alargando o seu escopo para a “difusão dos regimes previdenciários – RPPS e RGPS” – numa perspectiva de sustentabilidade e atendimento aos preceitos legais e constitucional. Ao final de 2013, o número de Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) chegou a 2.020, incremento da ordem de 1,5% em relação a 2012, quando era de 1.990. Vale salientar que um fator crítico que dificulta melhor abrangência da ação é a ainda insuficiente estrutura da SPPS, medida que já vem sendo tratada junto aos órgãos competentes do Poder Executivo. A quantificação da meta depende do recebimento, no MPS, da legislação do ente federativo demonstrando a vinculação dos seus servidores titulares de cargos efetivos a RPPS, sendo que o descumprimento desta obrigação impacta nos dados constantes do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência (Cadprev) e conseqüente implicação na emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

**Meta: Aumentar os Ativos Totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB.**

Várias ações têm sido desenvolvidas pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) e coordenadas dentro do escopo do Projeto Sustentabilidade. Dentre estas, destaca-se a celebração de acordos de cooperação técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS), bancos estatais e os entes federados com o objetivo de planejar e avaliar a criação de fundos de investimento de interesse dos RPPS, sendo um marco desta iniciativa os acordos firmados com os Estados do Mato Grosso e do Acre, e a contratação, a ser realizada com recursos do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - Segunda Fase (PROPREV II), de estudos e diagnósticos da atual situação dos RPPS e o desenvolvimento de ferramenta e metodologias de acompanhamento das carteiras de investimento.

Registre-se também os acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Contas Estaduais, tem trazido relevantes reflexos na fiscalização e controle do patrimônio dos RPPS. Por outro lado, intensificaram-se as auditorias indiretas de investimentos, por meio do acompanhamento da evolução dos saldos das aplicações dos RPPS e do cumprimento da Política Anual de Investimentos (foram efetuadas mais de seis mil análises dos demonstrativos correspondentes). Quanto às auditorias diretas, foram 476 concluídas em 2013, que culminaram em diversas Representações Administrativas encaminhadas aos demais órgãos de fiscalização e controle: em 2012 foram mais de 190, e, em 2013, 129 comunicações. Como fator que dificultou a execução da meta, menciona-se a volatilidade do mercado financeiro em 2013, principalmente com os ativos atrelados aos títulos públicos de longo prazo. Também fica evidente a necessidade de ampliar a estrutura

da SPPS para o acompanhamento e fiscalização dos RPPS, especialmente pela ampliação do quadro de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil consoante lei art. 11, § 2º da Lei 11.457/2007.

**Meta: Reduzir o Déficit Atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.**

Foi editada a Portaria MPS nº 21/2013, adequando a Portaria MPS nº 403/2008, introduzindo diversos parâmetros a serem observados pelas avaliações atuariais dos RPPS, especialmente critérios para dificultar a redução dos elementos informativos do plano de custeio, para dar maiores garantias à implementação da segregação da massa de segurados, além de incentivar a constituição de fundos previdenciários integrados por bens, direitos e ativos. Menciona-se também a intensificação das atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, com 994 análises dos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) de 2013, além da emissão de 750 despachos referentes aos processos instaurados, que têm contribuído para os entes federados implementarem medidas para equacionamento dos déficits financeiro e atuarial dos seus RPPS, introduzindo mecanismos que indiquem perspectivas de sustentabilidade dos RPPS numa visão de perenidade no longo prazo.

A supervisão das demonstrações contábeis dos RPPS também contribui para a redução do déficit, uma vez que determinam o registro contábil das provisões matemáticas previdenciárias com a evidenciação dos déficits. Foram analisadas 4.430 demonstrações contábeis semestrais. Vários produtos, previstos no Projeto Sustentabilidade dos RPPS, têm por escopo promover a redução dos déficits, dentre os quais os estudos, realizados em conjunto com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), para identificar novas fontes de financiamento para os RPPS e os acordos de cooperação técnica para o planejamento e estruturação de fundos de investimento a partir de ativos aportados pelo ente federado, para viabilizar o equacionamento do déficit atuarial, permitir o cumprimento da meta atuarial e obter liquidez dos recursos garantidores.

O Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS) terá impacto decisivo para a sustentabilidade dos regimes, com vistas ao aprimoramento das bases de dados previdenciárias e o cruzamento com as informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Um fator limitador são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os entes federados que não asseguram o equilíbrio do regime. E, à medida que se aprimoram os mecanismos de controle e análise dos cálculos atuariais, os indicadores tendem a apresentar números mais negativos, uma vez que passam a demonstrar a real situação desses regimes. O índice referente aos Municípios alcançou 7,98% do PIB em 2012 e dos Estados e Distrito Federal, 47,70%, conforme Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), postados pelos entes federados no sítio do MPS na internet, extração em 21/03/2013. Em 2013, os números saltaram para 9,19% e 48,82%, total de 58,01% do PIB, extração realizada em 16/01/2014.

**Meta: Aumentar o Superávit Financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB.**

As atividades de acompanhamento do repasse das contribuições definidas nos planos de custeio dos RPPS, tanto das alíquotas correspondentes aos custos normais, quanto daquelas instituídas em planos de amortização dos déficits (alíquotas suplementares ou aportes) são essenciais para garantir o equilíbrio financeiro do regime. Destaca-se que, em decorrência das auditorias diretas realizadas, foram exaradas 630 decisões em Processos Administrativos Previdenciários (PAP). Além dessas auditorias, foram realizadas análises, em auditorias indiretas, de 3,8 mil termos de parcelamento de débitos e de oito mil comprovantes do repasse bimestrais. Foram também produzidas 460 informações para subsidiar a União em defesa de ações judiciais intentadas pelos entes federativos para obterem o CRP sem o cumprimento dos critérios previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, ou em resposta às solicitações de órgãos de fiscalização e controle. Foi desenvolvido o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) com o objetivo de aprimorar a supervisão do caráter contributivo. Entretanto, as atividades ressentem-se de número suficiente de auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil cedidos ao MPS para a fiscalização in loco, sendo que há Estados que não contam com nenhum auditor localizado, e outros que possuem grande quantidade de RPPS e significativos recursos acumulados, com poucos auditores, o que acarreta a impossibilidade de verificação de todas as denúncias e solicitações recebidas.

Os dados das receitas e despesas dos RPPS indicam que, no exercício de 2013, o superávit financeiro foi inferior ao de 2012 (0,31% para 0,15%) em função, principalmente, das perdas com investimentos e dos recursos que deixaram de ingressar e gerar rendimentos em decorrência dos parcelamentos de débitos.

**Meta: Reabilitar 70% dos Segurados Elegíveis para o Programa de Reabilitação Profissional.**

A Reabilitação Profissional (RP) vem realizando ações de capacitação, tanto na modalidade presencial como educação a distância, com o objetivo de aprimoramento das competências das equipes e uniformização dos processos de trabalho, como: Curso de Reabilitação Profissional, ocorrido no primeiro semestre de 2013 na modalidade educação a distância, com a participação de Peritos Médicos e Analistas do Seguro Social, e capacitação em Mercado de Trabalho, realizada em maio de 2013, envolvendo as Superintendências Regionais, com a participação de um representante da RP por Gerência-Executiva, que posteriormente atuaram como multiplicadores desta ação.

A RP tem encontrado dificuldades na execução dos processos licitatórios para aquisição de recursos materiais importantes ao desenvolvimento do processo de reabilitação, tais como: órteses, próteses, instrumento de trabalho e implemento profissional. Há necessidade de melhor qualificar as equipes para desenvolver tais processos. A restrição orçamentária

ocorrida no segundo semestre de 2013 acentuou a dificuldade para a aquisição desses recursos, gerando impacto na meta física referente ao número de reabilitados. Além disso, a quantidade de profissionais que atua na RP é insuficiente e reforça a demora do atendimento da alta demanda, impactando no cômputo do tempo médio.

Conforme dados do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional (BERP), no ano de 2013 foram reabilitados 16.711 segurados, porém a meta física prevista era de 35.147 reabilitados. A meta final do PPA 2012-2015 é de 70% de segurados reabilitados e foram executados 47,6%.

**Meta: Reduzir o Déficit Financeiro do RPPS da União para o Máximo de 0,80% do PIB.**

O projeto Sustentabilidade dos RPPS possui também como objetivo apoiar e participar da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social da União (RPPSU). Para alcançá-lo, a SPPS desenvolve estudos técnicos e projeções sobre a situação do RPPSU, tais como, cenários de segregação da massa de segurados, elaboração e participação em reuniões técnicas sobre o projeto de lei de reestruturação do regime, que contempla o conceito de capitalização solidária, criação de fundo previdenciário com bens, direitos e ativos de qualquer natureza, e a criação da unidade gestora única. Uma dificuldade a ser enfrentada é a interlocução com outros ministérios, com os demais poderes, associações representativas dos servidores e a sociedade. Em 2012, o déficit financeiro correspondeu a 0,82% do PIB e, em 2013, a 0,84%, equivalente a R\$ 39,9 bilhões.

**Meta: Reduzir o Déficit Financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o Máximo de 1,00% do PIB.**

Os RPPS dos Estados, em sua grande maioria, apresentam elevados déficits financeiros, ou seja, as contribuições mensais devidas são insuficientes para o pagamento das obrigações com os benefícios. Assim, o foco da SPPS tem sido a supervisão das segregações da massa já implementadas, algumas recentemente, sendo que, com o novo Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse (DIPR) será possível aprimorar o monitoramento do cumprimento do plano de segregação, no tocante à separação entre as receitas e despesas de cada plano. Tem também como diretriz, a construção, em conjunto com o Conaprev de novas fontes de financiamento, e, em conjunto com os entes federados e as instituições financeiras estatais, soluções que, considerando a situação econômico-financeira de cada ente, possam identificar oportunidades de investimento e promover o equilíbrio do regime.

A construção do cadastro dos servidores públicos SRPPS trará resultados bastante expressivos, reduzindo o risco de pagamentos indevidos de benefícios. Também possuem grande reflexo para a sustentabilidade dos RPPS dos Estados as alterações normativas em tramitação no Congresso Nacional, especialmente as propostas de emendas constitucionais, tendo sido elaborados, em 2013, 28 pareceres referentes a esses projetos. Os grandes fatores que dificultam a atuação da SPPS são as decisões judiciais,

que propiciam o descumprimento do equilíbrio financeiro e atuarial por importantes Estados da Federação e falta de estrutura para a supervisão. O déficit financeiro (total de receitas anuais menos as despesas dos RPPS estaduais) correspondeu, em 2011, a 0,59% do PIB; em 2012, a 0,76%; e, para 2013, a projeção é de 1,01%, conforme dados dos Demonstrativos Previdenciários e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

**Meta: Reduzir o Ritmo de Crescimento do Déficit Atuarial do RPPS da União para no Máximo 30,0% do PIB.**

A SPPS tem desenvolvido vários estudos para subsidiar propostas de reestruturação do RPPS dos servidores civis da União (RPPSU). As projeções de receitas e despesas do RPPS dos servidores civis da União e a avaliação atuarial do RPPS, contemplando dados dos órgãos e entidades de todos os poderes são povoados via Sistema Previdenciário de Gestão dos RPPS - Siprev/Gestão. Um fator que dificulta o dimensionamento das provisões é a inconsistência e ausência de vários dados dos servidores, aposentados e pensionistas, e a intempetividade no envio destas informações à SPPS, que impactam negativamente na elaboração da avaliação atuarial.

Na avaliação do exercício de 2012, que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte, déficit atuarial do RPPS da União, relativamente aos servidores ativos, aposentados e pensionistas civis dos poderes e órgãos autônomos da União, representava 26,72% do PIB do mesmo ano, num total R\$ 1,107 trilhão, considerando o compromisso previdenciário para os próximos 75 anos a valor presente. Com os resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2013, com data base dos dados em dezembro de 2012, o indicador foi para 26,25% (déficit atuarial de R\$ 1,251 trilhão). Assim, computou-se um aumento de R\$ 144,367 bilhões no déficit, no entanto, conforme premissas e metodologias utilizadas na Avaliação Atuarial em consonância com a Portaria MPS nº 403/2008, o percentual ainda se encontra dentro da meta proposta.

**Meta: Reduzir o Ritmo de Crescimento do Déficit Atuarial dos RPPS dos Estados e DF para no máximo 50,0% do PIB.**

Diversas ações encontram-se em curso, tais como a celebração de acordos de cooperação técnica, com o objetivo de planejar e avaliar a criação de fundos de investimento ou de oportunidades de investimento de interesse dos respectivos RPPS, além de estudos e propostas legislativas de novas fontes de financiamento dos regimes, como forma de promover a sua sustentabilidade financeira e atuarial. Outra ação tem sido a supervisão das avaliações atuariais.

Como fatores que dificultam a execução do objetivo, citam-se aqueles atinentes à estrutura da SPPS, insuficiente para as atribuições de elaborar e assessorar a confecção de projeções e simulações das receitas e despesas dos RPPS e para analisar a razoabilidade de todos os cálculos atuariais. O índice, que tem como propósito acompanhar a evolução do equilíbrio financeiro e atuarial medido em cada exercício dos diversos RPPS estaduais e do DF comparativamente com o PIB nacional do mesmo exercício, referente ao exercício de 2012 havia alcançado 47,70% do PIB (ante 33,16% em 2011), e em 2013, 48,82%, ainda dentro da meta proposta. Os RPPS, em função do cenário financeiro ao longo de 2013, com a volatilidade nos preços dos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, e dos índices a eles atrelados, não conseguiram atingir a meta atuarial, o que aprofundou o desequilíbrio. Foram efetuados ajustes em resultados de cálculos atuariais de alguns Estados que possuem decisão judicial e que foram elaborados sem atender aos parâmetros da Portaria MPS nº 403/2008.

**Meta: Reduzir o Ritmo de Crescimento do Déficit Atuarial dos RPPS dos Municípios para no Máximo 10,0% do PIB.**

Além das ações coordenadas no Projeto Sustentabilidade dos RPPS, o estabelecimento, por parte do MPS, de novos parâmetros para os cálculos atuariais e a intensificação das auditorias indiretas do Equilíbrio Financeiro e Atuarial dos Municípios, com planejamento focado naqueles cuja última análise decorreu há mais tempo, menciona-se, dentro do projeto de modernização do Cadprev, o início do desenvolvimento do novo Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) e, no projeto Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS), a construção do cadastro dos servidores públicos, que contempla o Siprev, o CNIS/RPPS e o Informe, que trarão resultados bastante expressivos tanto na gestão do passivo com a verificação de acumulações indevidas, óbitos e cumprimento do teto constitucional, quanto para o dimensionamento dos compromissos atuariais, por meio de uma base cadastral atualizada e completa.

Em 2013, foram aperfeiçoadas as auditorias dos cálculos atuariais, com foco nos compromissos e fluxos, para verificar a consistência dos resultados apresentados nos DRAA. Em 2012, o indicador, que tem como propósito acompanhar a evolução do equilíbrio financeiro e atuarial medido em cada exercício dos diversos RPPS municipais existentes comparativamente com o PIB nacional do mesmo exercício era de 7,98%, e, em 2013, foi para 9,19%, em função, principalmente, do não cumprimento da meta atuarial pelos RPPS, dado o cenário econômico desfavorável, tanto às aplicações em renda fixa, quanto em renda variável.

## 4.20. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

O Ministério da Saúde (MS) tem como missão institucional “promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania”.

A abrangência de competência da Pasta diz respeito aos seguintes temas que caracterizam as suas atribuições:

- I – política nacional de saúde;
- II – coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde (SUS);
- III – saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive de segmentos específicos da população a exemplo dos trabalhadores, negros, populações em situação de rua e dos índios;
- IV – geração e difusão de informações de saúde;
- V – produção e regulação de insumos críticos para a saúde;
- VI – ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
- VII – vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos, alimentos e outros produtos de interesse da saúde pública; e
- VIII – pesquisa científica e tecnológica na área de saúde.

A atuação pública em saúde, desenvolvida de forma descentralizada, resultante do desempenho integrado das esferas administrativas correspondentes aos três níveis da federação, operacionaliza-se por meio de áreas de atuação, norteadas por 16 objetivos estratégicos traçados para orientar a atual gestão federal.

Esses objetivos têm correspondência no Plano Plurianual 2012-2015 no Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade do MS, e nos Programas Intersectoriais 2055 - Desenvolvimento Produtivo, 2067 - Resíduos Sólidos, 2068 - Saneamento Básico e 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, todos sob gestão de outras Pastas.

As áreas técnicas do MS são responsáveis pela coordenação nacional da oferta de produtos e serviços de saúde no seu âmbito de atuação. Nesse contexto, alguns desafios orientaram as prioridades voltadas para a potencialização dos resultados obtidos no exercício de 2013, bem como a sustentabilidade do SUS.

Entre outros destaques de 2013, revela-se a busca da adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta às necessidades da população. Para regulamentar essa iniciativa, foi sancionada a Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013, que criou o Programa Mais Médicos.

Este Programa determina a melhoria da infraestrutura e equipamentos de saúde, a expansão de vagas de graduação na carreira de medicina, o aprimoramento da formação

médica e a alocação do pessoal com formação médica para fortalecerem a prestação de serviços de atenção básica em saúde no País, com alocação preferencial em territórios com maior carência de profissionais nas regiões prioritárias do SUS.

### 4.20.1. Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado a responsabilidade de implantar e manter as políticas sociais como direito do cidadão. Tal atribuição configura-se como paradigma estruturante de sistemas públicos setoriais de caráter permanente. Nessa perspectiva, o setor saúde tem a sua política operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios são a universalidade do acesso às ações e serviços, a integralidade da atenção e a equidade, ampliando, assim, a função social do Estado.

Esse novo papel do Estado na provisão de saúde é destacada pela efetiva articulação e participação dos entes federados, integrando União, Estados e Municípios no esforço de efetivar as responsabilidades de gestão e de viabilizar meios para o desenvolvimento das ações capazes de tornar factível a política de caráter nacional.

As dificuldades enfrentadas para a operacionalização do modelo descentralizado – diante de uma estrutura federativa e da diversidade de realidades regionais que caracterizam o Brasil – exigem aprimoramento da gestão como meio para a adequação das disponibilidades de recursos em face à extensão das necessidades.

Nesse cenário, seguindo o modelo preconizado para o SUS, a ação pública setorial operacionalizou uma estrutura de serviços que favoreceu o alcance de avanços detectados pelos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso e a extensão da atuação governamental. Favoreceu igualmente – e de forma expressiva – a evolução dos principais indicadores que apontam a melhoria das condições de saúde da população.

Entre outras linhas de atuação estruturantes que contribuíram para a sustentabilidade do Programa Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, destaca-se a Atenção Básica (AB) que contou com a ampliação do acesso e o aprimoramento da qualidade da prestação dos serviços básicos com a operacionalização do Programa Mais Médicos.

Foram mais 6.676 médicos atuando no território nacional, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade em regiões que apresentam vulnerabilidades sociais, beneficiando mais de 23,8 milhões de brasileiros. Dessa população, 61% vivem nas Regiões Norte e Nordeste.

Ainda nessa linha de atuação, a Estratégia de Saúde da Família alcançou, em 2013, uma cobertura de 56,4% da população brasileira, contando com 34.702 equipes em

5.343 municípios. Se comparados aos dados do início de 2013, esses números representam um crescimento de mais de 1.602 Equipes de Saúde da Família (ESF). Os 257.976 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em atuação no ano proporcionam uma cobertura de 64,76% da população brasileira.

A qualidade desses serviços foi potencializada por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), pelo qual 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas foram contratualizados para processos de qualificação em 2013, beneficiando 5.077 Municípios.

Para fortalecer a estrutura física da Atenção Básica (AB), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) tiveram as propostas municipais aceitas pelo Governo Federal para diversos tipos de habilitação: 5.438 propostas de construção em 2.625 Municípios, 2.808 propostas de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 propostas de reforma em 1.323 Municípios. No ano foram construídas 1.493 UBS anteriormente habilitadas.

O número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) foi ampliado para 23.902 equipes no ano, operando em 4.962 Municípios, dos quais 1.650 recebem recurso para produzir próteses dentárias. Destes, 299 foram credenciados em 2013.

Por meio da Rede Cegonha, foram contemplados, em 2013, 5.488 Municípios, beneficiando 2,5 milhões de gestantes. Nesse âmbito, foram criados, no mesmo ano, 439 novos leitos neonatais (192 de terapia intensiva e 247 de cuidados intensivos) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Atualmente, o Brasil conta com 4.384 leitos de terapia intensiva neonatal (Qualificados – Tipo I e II) e 2.305 leitos de terapia intensiva pediátrica.

Cerca de 163 mil litros de leite humano foram coletados em 2013, com certificação de qualidade, e distribuídos para 164.257 recém-nascidos, envolvendo a participação de 150.587 mães que integram, voluntariamente, o programa de doação.

Ainda no âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos aproximadamente 83,2 mil testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, em todo território nacional.

A atenção integral à saúde da população idosa tem ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Para tanto priorizou-se, no ano, a ordenação pela Atenção Básica e a articulação com áreas e programas estratégicos, como a ampliação do acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos como as quedas, violências e os acidentes domésticos.

Merece destaque a cobertura vacinal contra gripe, que alcançou 87,93% da população desse ciclo de vida, o que representou 18.367.866 idosos vacinados.

Em relação à atenção especializada, foi expandido o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada em 2013.

Nesse âmbito, foram realizados mais de 1,5 milhão de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo 377.712 cirurgias de catarata, além de outras diversas especialidades, incluindo ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, vascular e oftalmologia.

O Brasil conduz um dos maiores programas de transplantes do mundo. Atualmente, 95% das cirurgias de transplantes no País são realizadas pelo SUS. Em 2013, o registro de doadores de medula óssea contou com 3.247.204 doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea.

Registros até outubro desse ano apontam a realização de 21.072 transplantes, sendo 1.427 de medula óssea, 12.806 de córnea e 6.839 de órgãos sólidos. Outro avanço diz respeito à eliminação da fila de espera de transplantes de córnea em sete unidades da Federação.

Um dos componentes mais importantes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu192).

Em 2013, o Samu 192 operou com 3.091 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.295 (74%) são Unidades de Suporte Básico (USB), 560 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 223 (7%) Motolanchas, oito Equipes de Embarcação e cinco Equipes de Aeromédico, cuja mobilização é regulada por 182 Centrais de Regulação e apresenta uma cobertura populacional de 72,3%, o que corresponde a 139,9 milhões de habitantes.

A Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, fixou em até 60 dias o início do tratamento de neoplasia maligna pelo Sistema Único de Saúde (SUS), contado a partir do diagnóstico da doença. O primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia, cirurgia, ou cuidado paliativo conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Nesse contexto, e em consonância com a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer, no primeiro semestre de 2013 foram realizados 1.340.538 procedimentos quimioterápicos, o que corresponde a um acréscimo de 7% em relação ao primeiro semestre de 2012.

Para ampliar a prevenção ao câncer e fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, foram realizados mais de três milhões de exames de mamografia bilateral, além de cerca de 7,4 milhões de exames citopatológicos de colo de útero, até setembro de 2013.

As ações de promoção e vigilância em saúde constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados ao setor de planejamento e em implementação de medidas

de saúde pública para a proteção, a prevenção, a promoção e o controle de riscos relativos a agravos e doenças.

Em relação à dengue, no ano de 2013, detectou-se a entrada no País de um novo vírus em circulação (DEN4). Embora todos os esforços tenham sido feitos para controlar a dengue, ocorreu um aumento no número de casos e de óbitos no ano.

A notificação dos casos de dengue em 2013 foi de 6.437 casos graves, o que representa um aumento de 47% quando comparado com o mesmo período de 2012 (4.386). No entanto, quando se compara com o mesmo período dos anos de 2010 e 2011 (anos de surto), observa-se que em 2013 houve uma redução de 63% em relação a 2010 (17.451 casos graves) e de 39% em relação a 2011 (10.545 casos graves). No que diz respeito à mortalidade por dengue, nesse período foram confirmados 616 óbitos.

A campanha vacinal é uma das estratégias setoriais para combater determinados agravos de saúde. Nesse sentido, no período de 8 de junho a 5 de julho de 2013, realizou-se a etapa nacional de vacinação contra poliomielite, em que foram administradas, aproximadamente, 12,5 milhões de doses da vacina, representando uma cobertura de 96,6%. Foi realizada, no mesmo ano, a Campanha Nacional de vacinação contra a gripe, com distribuição de mais de 43 milhões de doses, resultando no alcance de 91,4% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis, ultrapassando a meta de 80%.

No ano de 2013, houve a introdução da vacina Tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) ao Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações, que substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças de 15 meses de idade. Houve, também, a ampliação da oferta de vacinas para determinadas faixas etárias ou grupos prioritários, sendo: Hepatite B, para a faixa etária de pessoas entre 30 e 49 anos; Tríplice viral, para faixa etária de até 49 anos de idade; e Influenza, para puérperas e grupos com comorbidades.

A adoção do tratamento como prevenção do HIV tem sido uma das estratégias adotadas para reduzir a transmissão desse agravo. Nesse sentido, o Brasil é pioneiro na adoção e no desenvolvimento dessa estratégia.

As novas recomendações de terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV estão alinhadas com fortes evidências científicas de redução, indicando queda de até 94% na transmissão do HIV em pessoas em tratamento com carga viral indetectável. Elas preconizam o estímulo ao início imediato de terapia antirretroviral para todas as pessoas infectadas pelo HIV, independente do comprometimento das defesas do organismo.

Foi realizada também uma campanha ampla de detecção da hanseníase e tratamento de parasitoses nas escolas. Em uma semana, cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes foram tratados com albendazol 400mg, 237.208 alunos foram encaminhados para a rede básica de saúde e unidades de referência e 283 casos novos de hanseníase foram confirmados em menores de 15 anos.

Adicionalmente, com o objetivo de produzir e fornecer informações relevantes sobre o perfil da saúde dos brasileiros, cobrindo temas amplos, diversificados e atuais, foi iniciada em agosto de 2013 a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Essa é parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil. A PNS é a mais completa pesquisa sobre as condições de saúde da população brasileira e terá seus resultados divulgados em 2014.

No contexto da vigilância sanitária, foi publicado em 2013 o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que aprimora o processo regulatório atual e harmoniza as disposições legais existentes para o controle sanitário de produtos, bens e serviços, tendo como base o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico na atualidade.

Em 2013, deu-se continuidade à ampliação do acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços de saúde. O Programa Aqui Tem Farmácia Popular, ampliou a rede credenciada mapeada pelo Programa Brasil Sem Miséria (BSM), abrangendo 1.464 Municípios, resultado que ultrapassa o dobro da meta prevista para o ano.

O Programa Saúde na Escola é uma ação intersetorial entre os setores saúde e educação que originou a atuação fora do ambiente doméstico. Foram envolvidas no Programa 30.076 equipes de Atenção Básica. Esse Programa foi expandido em 2013 alcançando creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, num total 80,4 mil unidades de ensino e 18,7 milhões de educandos beneficiados. Nos 4.864 Municípios que aderiram a esse Programa, pelo menos uma creche ou pré-escola foi selecionada.

Outras contribuições para a erradicação da extrema pobreza incluem a construção e a reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Foram concluídas 721 propostas do total de 2.436 propostas habilitadas em Municípios participantes do BSM nos anos anteriores. Foram também habilitadas 2.676 construções de UBS em Municípios do BSM. Em 2013, foram habilitadas 2.747 construções de UBS, 1.521 ampliações e 1.404 reformas em Municípios do BSM.

Atualmente, são custeadas pelo Ministério da Saúde quatro UBS fluviais em municípios da Região Norte e 101 Consultórios na Rua, equipes da atenção básica que atuam em Municípios com população superior a 100 mil habitantes.

A Política Nacional de Saúde Bucal ensejou em 2013 que 12.014 Equipes de Saúde Bucal estivessem em funcionamento nos Municípios do BSM, além da entrega de 370.876 mil próteses dentárias e a doação de 1.675 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes.

Para contribuir com a redução dos prazos de análise de produtos, foi disponibilizada no portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a lista de pedidos que aguardam análise e os prazos médios praticados por essas análises.

No contexto da função regulatória de inspeção de produtos em circulação no mercado e que são do interesse da saúde pública, destacam-se as seguintes realizações: analisadas 82.922 petições para autorização de funcionamento de empresas; inspecionadas 395 empresas; emitidos 1.810 certificados de boas práticas de fabricação, armazenamento e distribuição de medicamentos, produtos para saúde e insumos farmacêuticos; expedidas 313 resoluções para suspensão, interdição e apreensão de produtos; e 12 empresas interditadas parcial ou totalmente e 296.954 licenças de importação concedidas.

Ao exercer o papel institucional de regulação e fiscalização da saúde suplementar, em 2013 (4º ao 7º ciclo de avaliação), o Poder Público Federal recebeu 59.523 reclamações sobre a garantia de atendimento.

Devido aos problemas apontados pelos consumidores nas reclamações feitas no 7º ciclo, após devidamente averiguadas, 150 planos de 41 operadoras tiveram indicação de suspensão da comercialização, que apresentou ampliação de escopo, avaliando também a cobertura assistencial.

Essa é uma medida que protege 4,1 milhões de consumidores, beneficiários desses planos – o equivalente a 8,3% do total de beneficiários. Desde o primeiro ciclo, 700 planos de 89 operadoras foram atingidos pela medida regulatória.

Ainda com relação à regulação em saúde, o aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou no ano R\$ 175,62 milhões de inscrições em Dívida Ativa. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas no ano alcançaram R\$113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$167,74 milhões.

Outras áreas de atuação pública também são importantes meios para a sustentabilidade da atenção à saúde, a exemplo da política do sangue e hemoderivados; saúde mental e combate a drogas; assistência domiciliar; fomento à pesquisa e à expansão do complexo produtivo da saúde; abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com até 50 mil habitantes e em áreas rurais; gestão da Pasta e combate ao desperdício; além da qualificação do trabalho em saúde e da participação social, cuja atuação conjunta com as demais linhas de atenção, buscam a efetividade do SUS e o alcance dos objetivos traçados pela gestão central da política de saúde.

#### **Objetivo 0726 - Garantir Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS.**

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde (SUS) e corresponde ao suporte medicamentoso e aos demais insumos necessários a um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde. Tem como foco principal o fomento ao acesso aos medicamentos e o seu uso racional.

No âmbito do SUS essa atividade consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição,

distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos: (i) assistência farmacêutica básica; (ii) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (iii) assistência farmacêutica especializada.

O primeiro eixo visa à descentralização de recursos, no âmbito da Atenção Básica, mediante transferência regular a Estados e Municípios, além do custeio direto pelo MS das insulinas para tratamento dos portadores de diabetes. Os recursos federais transferidos com essa finalidade correspondem a R\$ 5,10 habitante/ano e devem ser aplicados no custeio das despesas com medicamentos constantes do elenco de referência nacional.

No segundo eixo, estão os programas de saúde estratégicos, referentes a agravos e doenças de impacto na saúde pública, cujo controle e tratamento possuam protocolo e normas estabelecidas e que tenham impacto socioeconômico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional; antirretrovirais (DST/Aids); sangue e hemoderivados; e imunobiológicos).

O componente especializado da assistência farmacêutica é caracterizado pela busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão definidas em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicadas pelo MS.

O Brasil possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos, cuja finalidade é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção. De acordo com a política nacional de medicamentos, a capacidade instalada desses laboratórios deve ser preferencialmente utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando ao tratamento das doenças objeto de programas estratégicos.

O Programa Farmácia Popular do Brasil (FPB) visa ampliar o acesso aos medicamentos considerados essenciais. Por intermédio das unidades próprias e de parcerias com Municípios e Estados, esses produtos são dispensados a preço de custo ao cidadão. Esse programa atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que não têm condições de custear o medicamento de que necessitam e, por isso, muitas vezes interrompem o tratamento. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela, ainda que as despesas com saúde sejam proporcionalmente similares em diferentes faixas de renda, que os gastos proporcionais com medicamentos são maiores entre a população de baixa renda.

O elenco de medicamentos do FPB foi definido mediante critérios epidemiológicos, considerando as principais doenças que atingem a população e cujos tratamentos geram maior impacto no orçamento familiar; atualmente, é composto por 107 itens. São, principalmente, medicamentos da AB que

atendem cerca de 80% das doenças que atingem a população, indicados para hipertensão, diabetes, úlcera gástrica, depressão, asma, infecções e verminoses, osteoporose, anticoncepcionais, doença de Parkinson, colesterol, além daqueles para os quadros de cólicas, enxaquecas, queimaduras e inflamações.

O programa Aqui Tem Farmácia Popular é a expansão do FPB, instituído em março de 2006, que o efetivou na rede privada de farmácias e drogarias. Inicialmente, contava com medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além dos contraceptivos, formando um elenco de 24 medicamentos, em centenas de apresentações, mais a fralda geriátrica. O Governo Federal subsidia parcialmente os medicamentos, exceto aqueles destinados ao tratamento de hipertensão, diabetes e asma, que são disponibilizados gratuitamente. Também são vendidos medicamentos para o tratamento de dislipidemia, asma, rinite, doença de Parkinson, osteoporose, glaucoma, além dos contraceptivos e fraldas geriátricas, disponíveis nas farmácias privadas cadastradas no programa, com preços até 90% menores daqueles cobrados.

Em relação ao referenciamento de fitoterápicos como prática terapêutica, o Governo Federal financia a implementação de ações estruturantes, como o financiamento do processo produtivo, com contrapartida municipal e estadual. Nesse sentido, foi instituída a "Farmácia Viva" no SUS, e tem sido realizadas ações de capacitação de gestores e profissionais de saúde.

Finalmente, destaca-se a importância do aprimoramento da regulação da Assistência Farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, em consonância com as prioridades do SUS.

**Objetivo 0727 - Fortalecer o Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde como Vetor Estruturante da Agenda Nacional de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, Reduzindo a Vulnerabilidade do Acesso à Saúde.**

No setor saúde, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde orienta as contribuições para o desenvolvimento econômico relacionando-o à produção de insumos e incorporação de novas tecnologias em saúde e à melhoria do desempenho da rede assistencial.

A implementação de políticas públicas setoriais que integrem ações de Ciência, Tecnologia e Inovação no seu campo de atuação, são fundamentais à consolidação do SUS e à ampliação das condições de saúde da população.

Contudo, o descompasso entre as necessidades do sistema, em termos de insumos e produtos, e a base produtiva e de inovação em saúde provoca vulnerabilidades que tornam o País dependente em setores estratégicos, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades da população, o que impacta na fragilização do acesso da população a produtos e serviços.

Nesse contexto, foi definido, como estratégia prioritária, o fomento ao desenvolvimento do Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, que requer a integração de programas transversais entre os órgãos do Governo, instituições de ensino e pesquisa e agências de fomento.

O Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) tem sido o principal instrumento adotado pelo Governo Federal para discutir, de forma integrada e articulada, um novo marco regulatório necessário para a concretização das estratégias e diretrizes previstas nas diversas políticas que abordam a questão do Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Essa nova conjuntura vem requerendo a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, por meio da ampliação significativa do financiamento destinado à pesquisa em saúde e do incremento do número de pesquisadores nas áreas de ciências da saúde e biológicas, bem como o aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, incluindo a revisão da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Somase a esta iniciativa o desenvolvimento da Plataforma Brasil, que representará um marco institucional ao Sistema CEP-Conep, conferindo celeridade e transparência às análises dos projetos de pesquisas a ele submetidas para avaliação.

O fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento são ações essenciais para integrar a política de produção e inovação em saúde com as necessidades do SUS.

As informações e os conhecimentos produzidos e sistematizados servem como base para a atualização dos temas prioritários e estratégicos dessa política, traduzindo as necessidades em saúde para o fomento à produção e inovação, assim como para a criação do marco regulatório sanitário e econômico.

O fomento tem como eixos norteadores a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde, alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pelo MS e discutidos com os gestores das esferas subnacionais de governo.

Um exemplo exitoso é a crescente participação das secretarias estaduais de saúde na gestão e no financiamento do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), implantado em todos os Estados.

O PPSUS visa reduzir as desigualdades regionais na produção de ciência, tecnologia e inovação em saúde, por meio de uma política de desconcentração de recursos para favorecer a democratização do conhecimento e das atividades de pesquisa em saúde em todas as unidades federadas.

O MS é o coordenador nacional do Programa PPSUS, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq/MCTI) é o responsável pelo gerenciamento

administrativo e, na esfera estadual, estão envolvidas as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) e as secretarias estaduais de saúde, responsáveis pelos editais.

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que derivam da contínua produção e consumo de bens e produtos. O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças no perfil epidemiológico das populações, tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando na necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

Em 2010, foi lançada a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, com o objetivo de maximizar os benefícios de saúde a serem obtidos com os recursos disponíveis, assegurando o acesso da população a tecnologias efetivas e seguras, em condições de equidade.

A utilização de evidências científicas para subsidiar a gestão de tecnologias em saúde, por meio da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), constitui uma das diretrizes dessa política.

AATS é o processo contínuo de análise e síntese dos benefícios para a saúde, das consequências econômicas e sociais do emprego das tecnologias, considerando os seguintes aspectos: segurança, acurácia, eficácia, efetividade, custos, custo-efetividade e aspectos de equidade, impactos éticos, culturais e ambientais envolvidos na sua utilização.

No âmbito da incorporação e manutenção de tecnologias em saúde, a aprovação da Lei 12.401, de 28 de abril de 2011, determinou a incorporação, a exclusão ou a alteração, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica.

O Ministério da Saúde (MS) conta com assessoria da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS para o acompanhamento do desenvolvimento do processo de geração e incorporação de tecnologias.

Essa determinação torna necessária a estruturação de um Departamento de Avaliação de Incorporação de Tecnologias em Saúde, o qual responderá pelo recebimento das demandas de incorporação de tecnologias vindas da sociedade, das empresas, de instituições de saúde e de áreas programáticas do MS, motivando, assim, as decisões sobre a incorporação ou exclusão de tecnologias.

**Objetivo 0728 - Aprimorar a Regulação e a Fiscalização da Saúde Suplementar Articulando a Relação Público-Privado, Gerando maior Racionalidade e Qualidade no Setor Saúde.**

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do País.

As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com o equilíbrio dos atores do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Os pilares da regulação da participação privada na oferta de serviços de saúde foram caracterizados tendo por base o modelo assistencial, a informação ao cidadão, a sustentabilidade do setor e a articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS). As principais iniciativas acordadas referem-se à garantia de acesso, à qualidade assistencial e ao cuidado continuado; a modelos sustentáveis de planos de saúde e à garantia de acesso à informação.

As estratégias de aperfeiçoamento da regulação da saúde suplementar enfatizarão o estímulo às operadoras para que busque a acreditação, qualificação dos serviços e promovam a melhoria de sua gestão; o aperfeiçoamento do programa de qualificação em relação à satisfação dos beneficiários e à atenção à saúde do idoso; e o incentivo aos prestadores para o monitoramento da qualidade de seus serviços.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS):

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2015 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)**  
R\$ milhões

Programa "2015"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0726	7.153	8.420
RPNP (2)		-	916
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>7.153</b>	<b>9.336</b>
No Exercício (1)	0727	129	156
RPNP (2)		-	84
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>129</b>	<b>240</b>
No Exercício (1)	0728	49	49
RPNP (2)		-	15
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>49</b>	<b>64</b>

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 20 de janeiro de 2014.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os restos a pagar apresentam-se zerados para o exercício de 2012, pois no momento da inscrição - exercício de 2011 – a ação orçamentária estava vinculada a programas do PPA 2008-2011, configuração diferente daquela dos programas existentes no atual PPA 2012-2015.

O nível de realização das Metas quantitativas dos Objetivos 0726, 0727 e 0728 está demonstrado na tabela a seguir:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS**

**Objetivo 0726**

Descrição da Meta	Unidade de medida	Produto	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2012	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)	Fonte de informações
Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.	unidade	Farmácia credenciada	2.365	1.278	1.464	61,90%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	unidade	Medicamento disponibilizado	16	12	12	75%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.	unidade	APL apoiado	20	14	23	115%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS

**Objetivo 0727**

Descrição da Meta	Unidade de medida	Produto	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2012	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)	Fonte de informações
Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.	%	CEP cadastrado	100	100	100	100%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.	unidade	Proposta aprovada	3	1	7	233%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde.	unidade	Acordo celebrado	15	25	25	167%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa.	unidade	Projeto contratado	200	0	457	229%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.	unidade	-	100	167	220	220%	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS

A seguir, apresenta-se a análise das metas qualitativas dos Objetivos 0726, 0727 e 0728 do Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Objetivo 0726 – Garantir Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS.**

**Meta: Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção**

Em 2013, o Componente Básico da assistência farmacêutica realizou processos que resultaram no fornecimento parcial de 18.188 milhões de blisters relacionados ao programa da Saúde da Mulher; 600 Kits de Medicamentos para a Calamidade Pública e 3.034 Kits para o Sistema Penitenciário; 200 mil comprimidos de Iodeto de Potássio; e 2.100.832 frascos de Insulina Regular e 5.269.800 de Insulina NPH. O Componente Estratégico, por sua vez, formalizou

12 contratos, oito termos de cooperação, seis convênios e cinco aditivos a termos de cooperação com organismo internacional, que resultaram na aquisição de mais de 258,4 milhões de unidades de medicamentos para tratamento de 19 doenças. Já o Componente Especializado, por meio de tais termos contratuais, adquiriu mais de 200 milhões de unidades de medicamentos para a continuidade do tratamento de 79 doenças.

**Objetivo 0727 - Fortalecer o Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde como Vetor Estruturante da Agenda Nacional de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, Reduzindo a Vulnerabilidade do Acesso à Saúde.**

**Meta: Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

O projeto do Instituto-Fundação Butantan (IFB) já obteve o resultado esperado pelo Decit por já encontrar-se na sua fase clínica do desenvolvimento de uma vacina contra a dengue com todos os testes pré-clínicos necessários já realizados. Quanto ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz, em parceria com a GlaxoSmithKline Biologicals, foram realizados os testes pré-clínicos e os ensaios clínicos encontram-se em planejamento.

**Objetivo 0728 - Aprimorar a Regulação e a Fiscalização da Saúde Suplementar Articulando a Relação Público-Privada, Gerando maior Racionalidade e Qualidade no Setor Saúde.****Meta: Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS:**

Foram concluídos, desde 2012, 439.919 processos. O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou R\$ 175,62 milhões de inscrições em Dívida Ativa até dezembro de 2013. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas, até dezembro de 2013, alcançaram R\$113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$167,74 milhões.

**Meta: Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional):**

O componente institucional do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar apresentou resultado parcial de 70%, com 77% de desempenho na dimensão da Sustentabilidade do Mercado, 63% de desempenho na dimensão do Aprimoramento Institucional e 68% na dimensão do Desenvolvimento Institucional, dimensionado a partir de um conjunto de 17 indicadores.

**Meta: Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias:**

Com relação à atualização da rede assistencial das operadoras, foi desenvolvido e implantado um novo módulo do sistema Registro de Planos de Saúde (RPS) que contemplou o envio eletrônico dos dados da rede prestadora de serviço pelas Operadoras. Até novembro de 2013, foram incluídos 308.310 prestadores pelas operadoras, alterados 1.393.365 e excluídos 1.172 prestadores não-hospitalares permitindo o seu controle. Esta manutenção da rede hospitalar de prestadores está prevista para ser suprida somente pelo novo sistema RPS. A disponibilização das redes georreferenciadas pelas operadoras foi monitorada nesse ano, em conformidade com a RN 285. Com o intuito de qualificação das informações, prevê-se conjunto de ações para melhoria do acesso das informações pelos beneficiários.

**Meta: Otimizar o Relacionamento Institucional entre a Agência Nacional de Saúde (ANS) e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania):**

Identificada a necessidade de repactuar o compromisso de articulação institucional ANS/órgãos e entidades de Defesa do Consumidor. Com relação ao Programa Parceiros da Cidadania, a operacionalização dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais, cuja meta é de 90% - alcançou 78,9% nacionalmente. Em termos regionais, o alcance foi de 50% na região Norte; 100% na região Sul e Nordeste e 57,1% na região Sudeste. O acordo de cooperação técnica prevê a realização de diversas atividades conjuntas para contribuir para a proteção e defesa dos direitos dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória.

## 4.21. MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCIDADES)

O Ministério das Cidades (MCidades) tem por missão garantir o direito à cidade a todos os seus habitantes, promovendo a universalização do acesso à terra urbanizada e à moradia digna, ao saneamento ambiental, à água potável, ao trânsito e à mobilidade com segurança, e ao meio ambiente saudável, por meio da gestão democrática.

O direito à cidade implica na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento urbano e regional, com a garantia de respeito aos direitos humanos relacionados à vida urbana, de forma sustentável para as gerações presentes e futuras.

As políticas públicas e ações do Governo Federal podem ser visualizadas na forma dos Programas do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). O MCidades participa do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e do Programa Moradia Digna, dentre outros.

### 4.21.1. Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

A política pública de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, regulamentada pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em situações de ameaça e de ocorrência de desastres naturais em todo o território nacional.

Visando à implementação da Lei nº 12.608/2012 e no exercício do dever do Estado de garantir a segurança da população face à ocorrência de desastres, o Governo Federal lançou, em 8 de agosto de 2012, o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que, no PPA 2012-2015, está contemplado no Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

O Plano prevê ações estruturadas em quatro eixos temáticos: i) prevenção; ii) mapeamento das áreas de risco; iii) monitoramento; e iv) alerta e resposta a desastres. Ao associar ações de resposta emergencial e pronto atendimento àquelas que objetivam evitar a ocorrência de desastres, o Plano se alinha a uma das diretrizes adotadas pela lei federal, de conferir prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de redução de riscos.

O Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres busca ampliar o conhecimento público sobre as áreas de risco nos Municípios mais críticos, por meio do mapeamento da suscetibilidade geológica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas; do mapeamento de riscos nas áreas ocupadas; da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura; e do monitoramento da ocupação urbana, permitindo o avanço do processo de controle e fiscalização urbanos que reduza o avanço da ocupação sobre áreas de maior fragilidade natural.

Também engloba investimentos em intervenções estruturais

de caráter preventivo, envolvendo a implantação de sistemas de drenagem urbana e de medidas que promovam adequadamente o manejo das águas pluviais; a implantação de parques, bosques e áreas de lazer em áreas de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas; e a execução de obras de estabilização e contenção de encostas, além da execução de intervenções emergenciais voltadas à proteção de infraestrutura e setores críticos sob risco de colapso iminente. As intervenções estruturais contemplam também a remoção criteriosa de moradias em áreas de risco, associada ao reassentamento em áreas próximas, de forma a permitir a manutenção das condições de emprego e renda e do acesso aos equipamentos públicos.

**Objetivo 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.**

O Objetivo concretiza as ações governamentais do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, relativas aos eixos de prevenção e mapeamento, buscando promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas.

Contempla a execução de intervenções estruturais que abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas majoritariamente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob gestão do MCidades e do Ministério da Integração (MI), voltadas à prevenção de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções estruturais de drenagem urbana, que reúnem grande parte do montante de recursos destinados ao Programa, consistem em obras de implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana, com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações e privilegiam, preferencialmente, a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, cujas soluções devem estar embasadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais, sob responsabilidade compartilhada entre o MI, que foca seus investimentos em intervenções de caráter regional, e o MCidades, que busca atuar, principalmente, nas áreas urbanas das cidades.

Ainda, para atingir o Objetivo, o MCidades apoia a elaboração de estudos, planos e projetos de engenharia de drenagem urbana, além de realizar ações de apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas e de planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas

e deslizamentos. Complementarmente, o MI persegue tal Objetivo por meio do apoio à elaboração de planos e projetos e execução de obras para implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca e

da promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente. A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Objetivo 0169 do Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0169 DO PROGRAMA 2040**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2040*	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0169	366.298.471,72	418.869.183,19
RPNP (2)		379.630.104,06	776.381.005,56
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>745.928.575,78</b>	<b>1.195.250.188,75</b>

Fonte: Siafi Gerencial (Base: 12/01/2014).

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Inclui a liquidação de restos a pagar referentes a ações que também constavam de PPAs anteriores.

Comparados os valores liquidados entre os exercícios de 2012 e 2013, houve ampliação de R\$ 449,32 milhões na execução do Objetivo 0169.

A ampliação se explica, principalmente, em razão do maior aporte de recursos aplicados em obras estruturais, de caráter preventivo, objetivando a implantação e a melhoria de sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais, a contenção de encostas em áreas urbanas, o controle de cheias e a realização de ações de combate aos efeitos da seca, dentre outras obras de prevenção de desastres. Tais empreendimentos têm sido realizados majoritariamente no âmbito do PAC 2, investimento classificado como prioritário pelo Governo Federal.

Este aumento ocorreu, também, com a liquidação de valores relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. A maior parte das obras apoiadas no âmbito do Objetivo 0169, dada a complexidade e o grande porte dos empreendimentos, é de natureza plurianual, exigindo prolongado processo de maturação, que inclui a adoção de significativo número de medidas preparatórias e se desenvolve por meio de procedimento de desembolso paulatino, em conformidade com a evolução física do empreendimento. Como a realização das obras ultrapassa, em sua maioria, o exercício financeiro de contratação, grande parte dos valores liquidados refere-se a orçamentos de exercícios anteriores.

Em relação à execução orçamentária dos exercícios de 2012 e 2013, cabe esclarecer que a maioria das obras de drenagem, contenção de encostas, contenção de cheias e combate aos efeitos da seca inseridas no PAC 2 foi contratada no final do exercício de 2011 e no decorrer de 2012, tendo sua execução físico-financeira intensificada no ano de 2013.

Cabe destacar, ainda, que durante os anos de 2012 e 2013, as ações de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de

Águas Pluviais; Contenção de Encostas e Apoio a Obras Preventivas de Desastres representaram cerca de 80% dos valores liquidados.

No caso dos empreendimentos contratados na ação de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais, foram liquidados R\$ 467,97 milhões em 2012 – 63% da liquidação total do exercício. Em 2013, esse valor ampliou-se para R\$ 656,89 milhões – 54% da liquidação total do exercício. Esta ação implementada pelo MCidades, contempla a implantação, complementação ou adequação de sistemas de macrodrenagem urbana com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações.

Ainda no âmbito do MCidades, foram liquidados na ação de Contenção de Encostas, em 2012, R\$ 64,12 milhões e em 2013, R\$ 152,6 milhões. Esta ação trata da execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, associada à remoção de moradias quando necessário para implantação das obras. A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas para as áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas.

Finalmente, na ação de Obras Preventivas de Desastres do MI, foram liquidados R\$ 90,05 milhões em 2012 e R\$ 179,60 milhões em 2013, que incluem recursos destinados a obras de amortecimento de cheias, de contenção de encostas e de implantação de sistemas de drenagem, além de investimentos em abastecimento de água para mitigação dos impactos da seca no semiárido nordestino inseridos no PAC Prevenção Seca.

## METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0169

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas.	R\$ bilhões	R\$ 9,00*	R\$ 7,29	R\$ 9,49	105%	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCidades

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCidades.

\* Para a definição desta meta, foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos (SPI/MP), as contratações previstas, desde 2011, para ações de Prevenção de Áreas de Risco, no âmbito do Eixo Cidade Melhor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

O MCidades contratou, no âmbito do PAC 2, R\$ 9,49 bilhões em 123 empreendimentos de drenagem urbana sustentável, beneficiando 71 Municípios situados em áreas suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes. Do valor total, R\$ 2,93 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R\$ 2,95 bilhões em 2012, para 29 empreendimentos; e R\$ 3,61 bilhões em 2011, para 73 empreendimentos. Assim, a meta prevista de R\$ 9 bilhões em contratações já foi superada em 5%.

Pode-se destacar que até 2013, consolidou-se a metodologia de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do Município, seus setores seguros para ocupação. Foram iniciados os trabalhos para que 39 Municípios tenham suas cartas geotécnicas.

Os Municípios beneficiados são Luis Alves, Gaspar, Ilhota, Navegantes, Nova Trento, Antônio Carlos, Palhoça, Itapema, Blumenau, Brusque, Botuverá, Rodeio, Timbó, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Alfredo Wagner, Taió, Ituporanga, Rio Fortuna, José Boiteux, Presidente Getúlio, Araranguá, Criciúma, Florianópolis, São José e Nova Veneza, Municípios de Santa Catarina; Juiz de Fora, Ervália, Ouro Preto e Nova Lima, Municípios de Minas Gerais; Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna, Municípios no Estado do Rio de Janeiro; Município de Caucaia/CE; Município de Ipojuca/PE; e Município de Igrejinha/RS.

Deste total, cinco cartas estão sendo elaboradas de forma autônoma, com recursos próprios, pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro (DRM) nos Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna; enquanto que as cartas de Ouro Preto/MG, São José/SC, Igrejinha/RS e Ipojuca/PE foram elaboradas no âmbito da Ação 8874 – Programa 2054 - Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

Em relação às metas qualitativas do Programa 2054, o MCidades é responsável pela apuração das duas metas relacionadas ao monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos:

a estruturação do sistema e o monitoramento em si. Para dar cumprimento às metas, o Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (Simou) em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos mantém-se sob estruturação, com previsão de funcionamento em 2014.

Como ações para a estruturação do Simou, até o ano de 2013, estavam em tramitação os processos para a realização das três licitações de estruturação física do sistema (aquisições de Estações de Trabalho, Programas Computacionais e Painel Vídeo Wall), e também a contratação de assessoria técnica para desenvolvimento e treinamento em metodologia de monitoramento da ocupação urbana.

Além das duas metas qualitativas referentes ao monitoramento da ocupação urbana, o MCidades também é responsável pela meta “investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano”, que contempla ações estruturais de prevenção previstas no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

No âmbito desta meta, foram alcançados resultados expressivos com 155 empreendimentos selecionados por intermédio do PAC 2, representando investimentos de R\$ 2,3 bilhões, em benefício de 89 Municípios em 10 Estados. Destes, 90 empreendimentos encontram-se em andamento, o que corresponde a 58% dos projetos e 30% dos recursos financeiros contratados. Cabe destacar, também, que 10 empreendimentos já foram concluídos, com desembolsos de R\$ 214,9 milhões.

Ainda no que se refere às ações estruturais de prevenção, além das metas de responsabilidade do MCidades, existem outras duas metas qualitativas sob a responsabilidade do MI, a saber: “executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em Municípios suscetíveis a inundações e enxurradas”; e “investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca”.

Em relação à primeira meta, até o fim de 2013, foram concluídas, nove intervenções. São elas: obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos Municípios de Ilhota e Luís Alves/SC; obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode/SC; obras de recuperação do sistema de drenagem na Baixada Campista/RJ; quatro obras de macrodrenagem em Bairros de Salvador/BA e obras de drenagem e canalização no Município de Paraíso do Tocantins/TO.

Existem ainda outras oito com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre de 2014. São elas: barragem Serro Azul/PE, recuperação da drenagem nas Bacias do Ribeirão da Velha, Ribeirão Garcia e Ribeirão de Itoupava, no Município de Blumenau/SC; obras de dragagem, desassoreamento, construção de canais, em Navegantes/SC; obras de redragagem, recuperação de diques, reforma de casas de bombas e desobstrução do canal central do rio dos Sinos, no Município de São Leopoldo/RS; obras de macrodrenagem na bacia hidrográfica do rio Paratibe em Paulista/PE e obras de macrodrenagem compostas por canalização na Rua Noruega, no Município de Joinville/SC. Ainda para esta meta, existem 25 obras de contenção de erosão fluvial em diversos Municípios do Amazonas, dos quais 18 já se encontravam em execução em 2013, com previsão de conclusão para o final de 2014.

Já em relação à meta referente à gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca, o MI gerencia, no âmbito do PAC, uma carteira formada por 44 empreendimentos, que somam R\$ 1,4 bilhão. Tais empreendimentos são voltados ao abastecimento de água para mitigação dos impactos da seca no semiárido nordestino.

A inclusão desse esforço no PAC deve-se, em grande medida, ao caráter emergencial do agravamento da seca em 2012, a qual, inclusive, avançou em 2013. Dos 44 empreendimentos, 16 já estão com as obras iniciadas e dois serão contratados ainda em 2014. Dos 44 empreendimentos, 20 estarão concluídos até o final de 2014.

Finalmente, em relação à meta "promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente", as intervenções em andamento no País são executadas pelo MI.

No MI, em 2013, foram celebrados 12 convênios para obras de contenção de cheias, de construção de galerias de águas pluviais, de contenção de encostas e drenagem com pavimentação, de estabilização de terreno, de construção de passagens molhadas e de muros de arrimo, com Municípios dos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

As medidas não estruturais executadas pelo MI estiveram focadas na capacitação, no mapeamento de áreas de risco, na composição de estoque estratégico e de logística de distribuição de kits de assistência humanitária, no fortalecimento dos órgãos municipais de proteção e defesa civil e em monitoramento, alerta e alarme.

Ainda em relação às intervenções emergenciais, cabe destacar que foi verificada a necessidade de aprimorar os instrumentos legais utilizados para o apoio a obras emergenciais que visam reduzir o risco eminente de desastres, pois os atuais instrumentos, ou não se adequam à urgência dessas intervenções (como os convênios), ou não permitem rapidez na liberação de recursos no momento pós-desastre (como as transferências obrigatórias).

Nessa perspectiva, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 631, de 24 de dezembro de 2013, alterando a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e às entidades estaduais, municipais e distrital para executar ações de prevenção, resposta e recuperação das áreas atingidas por desastres, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap).

AMP permite a inserção das ações de prevenção na sistemática das transferências obrigatórias, no modelo já realizado pelo MI para as ações pós-desastre. Dessa forma, possibilitou-se aos órgãos federais que atuam em ações preventivas a realização desse tipo de transferência, respeitadas as respectivas esferas de competência e observados os requisitos legais. Outro avanço foi a inclusão das obras preventivas no Funcap, que também foi redesenhado, excluindo a exigência de integralização de cotas pelos entes federados.

Cabe registrar, também, que além do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais foi aprovado, em dezembro de 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que aborda os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Plansab possui, como uma de suas metas, a redução do percentual de Municípios afetados por inundações e/ou alagamentos ocorridos na área urbana, além de projetar a inclusão de outros indicadores no curso de sua implementação. Durante a implementação, avaliação, monitoramento e revisão do Plansab está prevista a incorporação progressiva de elementos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. O Plansab apresenta, inclusive, estratégias no sentido de fortalecer a articulação intersetorial e o aprimoramento das ações previstas.

#### **4.21.2. Programa 2049 – Moradia Digna**

O MCidades é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH), em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia.

A universalização do acesso à moradia digna tem como desafios além da construção de moradias, medidas para urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade, mediante a provisão dos serviços básicos essenciais.

Ademais, como a moradia é considerada um bem essencial e que está sujeito a flutuações de mercado, a intervenção do Estado no mercado habitacional deve procurar orientar os processos de regulação, financiamento, promoção e produção da moradia.

A Política Nacional de Habitação estabelece o planejamento do setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda.

As orientações da ação governamental, objetivando a implementação da PNH, estão contidas no Programa Temático Moradia Digna integrante do Plano Plurianual - PPA 2012-2015. Este Programa tem como base os dois principais eixos da ação governamental para implementação da PNH: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Esses programas foram desenvolvidos a partir de fundamentos contidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

Objetivo 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Esse objetivo visa apoiar a efetivação da Política Nacional de Habitação (PNH) em sua finalidade precípua: promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. Os principais desafios para cumprir este objetivo são a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto custo do bem habitacional, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e investimento presentes no País e a necessidade de enfrentamento de um déficit habitacional e uma demanda futura de grande escala.

A produção de moradias dotadas de infraestrutura para as populações de baixa renda pertencentes aos grupos 1 e 2, definidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), apresenta dificuldades em relação à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo, dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias e de um passivo financeiro elevado.

Assim, as ações promovidas pelo MCidades buscam facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, atuando nas seguintes frentes: financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção em terreno próprio, reforma de unidade habitacional, construção na forma associativa; financiamento a pessoas jurídicas para construção de moradias; aluguel social; apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para produção de lotes urbanizados, construção e melhoria habitacional, com soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Para financiar essas ações são utilizados recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, apoiando o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna voltada à população de baixa renda, em localidades urbanas e rurais.

O MCidades também apoia a concessão de financiamento a pessoas físicas organizadas em cooperativas populares e associações autogestionárias voltadas à produção habitacional destinada à população de baixa renda, nas modalidades: aquisição de material de construção, aquisição de terreno e construção, construção em terreno próprio e conclusão, ampliação e reforma de unidade habitacional.

Cabe destacar outra ação do Governo Federal nesse objetivo: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), programa habitacional que objetiva incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos e a produção e a reforma de habitações rurais para famílias com baixa renda.

Tendo como foco o estímulo à produção de Habitação de Interesse Social (HIS) pelo mercado privado formal, o PMCMV apresenta-se como uma estratégia inovadora para recuperar o passivo social relacionado ao déficit habitacional acumulado, ao mesmo tempo em que gera emprego e renda, por meio do aumento do investimento no setor da construção civil. Desta forma, o programa insere uma parcela maior da população no mercado formal da habitação e promove distribuição de renda e inclusão social.

O programa atua a partir de estratégias diferenciadas de atendimento para as diversas faixas de renda. Para as famílias de baixa renda, classificadas nas faixas 1 e 2, o Governo incentiva a produção e aquisição de unidades habitacionais por meio da concessão de subsídios aos beneficiários. Para as famílias com renda média, classificadas na faixa 2 grupo 2, o incentivo é uma combinação de redução de juros, disponibilização de fundo garantidor e concessão de subsídio, em valor inversamente proporcional à renda.

Para as famílias com renda mensal que permite assumir compromisso de pagamento mensal, mediante acesso a financiamento imobiliário, mas nem sempre suficiente para obter uma moradia adequada, e com moderado risco de crédito (faixa 3 do PlanHab), o incentivo é a redução dos custos de seguro e o acesso ao Fundo Garantidor da Habitação Popular.

A forte demanda habitacional, aliada a uma necessidade de grandes aportes de subsídios nas faixas de renda mais baixa, torna imperativa a adoção de critérios de elegibilidade e de seleção de beneficiários, de forma a priorizar as famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Sendo assim, o Programa Minha Casa Minha Vida integra totalmente o modelo de desenvolvimento econômico do País em conjunto com distribuição de renda e inclusão social, e se constituiu em um importante impulso à implementação

do PlanHab, alinhando os conceitos e ações do plano, na medida em que: i) aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional; ii) prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda; iii) propõe a diferenciação de tratamento dos grupos de famílias conforme a renda; iv) estabelece um marco para a consolidação de uma política de subsídios integrados a financiamento; v) institui um marco regulatório para regularização fundiária de áreas ocupadas; vi) reduz as taxas de juros para financiamento habitacional; vii) articula investimentos de fontes de recursos e esferas de governo; e viii) cria estímulos à expansão do mercado privado para a população de baixa renda.

É importante destacar ainda, que o PMCMV busca como princípio a implementação dos instrumentos de reforma urbana que possibilitem melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa

e garantir acesso à terra urbanizada, fazendo com que a propriedade urbana cumpra sua função social.

Para tanto, o programa pressupõe articulação com Estados e Municípios, aspecto fundamental para garantir a adequada implantação dos empreendimentos de interesse social, em termos de integração urbana, conexão com a malha viária existente, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana.

A inserção urbana adequada inclui ligação física e contiguidade com a malha viária existente, além de viabilizar abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, boas condições de acessibilidade e mobilidade por meio de diferentes tipos de transporte público. Envolve, também, a proximidade com equipamentos básicos de educação, saúde, segurança pública e de lazer.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0383 DO PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2049*	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0383	2.483.092.219,88	6.655.375.760,25
RPNP (2)		8.299.288.813,01	7.417.378.515,79
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>10.782.381.032,89</b>	<b>14.072.754.276,04</b>

Fonte: Siafi Gerencial (Base: 17/01/2014).

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Incluso valor da ação 0648 - Apoio ao poder público para construção habitacional para famílias de baixa renda que foi substituída pela ação 10SJ - Apoio a provisão habitacional de interesse social.

\* Inclui a liquidação de restos a pagar referentes a ações que também constavam de PPAs anteriores.

Analisando os valores liquidados nos exercícios financeiros de 2012 e 2013 observa-se um incremento de aproximadamente 30,52% nos valores de 2013.

Verifica-se também que no exercício de 2012 houve uma maior execução dos valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Essa discrepância ocorreu principalmente devido ao andamento das obras contratadas entre 2009 a 2011.

É importante esclarecer que a reserva da dotação para assunção do compromisso (empenho) vem ocorrendo dentro

do planejado. Os altos valores apresentados na liquidação dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores decorre de questões ligadas ao modelo de operacionalização dos produtos disponibilizados no Programa Moradia Digna, que têm características de implementação plurianual.

Ou seja, o que se contrata em um exercício não se executa dentro do próprio exercício, fazendo com que empenho, liquidação e execução física não guardem necessariamente relação direta.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0383**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural.	Unidade Habitacional	200 mil	175.376	267.745	134%	Secretaria Nacional de Habitação/MCidades
Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e até R\$ 30 mil anuais na área rural.	Unidade Habitacional	600 mil	642.254	920.629	153%	Secretaria Nacional de Habitação/MCidades
Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural.	Unidade Habitacional	1,6 milhão	490.722	1.050.154	66%	Secretaria Nacional de Habitação/MCidades
Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.	Unidade Habitacional	1,2 milhão	295.942	817.737	68%	Secretaria Nacional de Habitação/MCidades

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidade

\* A meta promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes ocorre dentro da meta de Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural.

\* Na definição das metas, foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos (SPI/MP), as contratações previstas, desde 2011, para o Programa Minha Casa Minha Vida segunda etapa.

A segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançada em junho de 2011 com metas de contratação para até o fim de 2014.

Em 2013, o PMCMV atingiu a marca de 2.238.528 unidades habitacionais contratadas, superando a meta originalmente estabelecida de dois milhões de moradias para o período de 2011-2014.

Em 2012, a meta havia sido ampliada para 2,4 milhões e, em 2013, foi para 2,75 milhões de moradias. Dessa forma, as contratações no programa já superaram 80% da nova meta estabelecida.

As metas referentes às faixas 2 e 3 de renda (Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e até R\$ 30 mil anuais na área rural e Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural) já superaram o planejado no PPA 2012-2015.

O objetivo principal da Política Nacional de Habitação é promover a universalização do acesso à moradia, em especial para as famílias de baixa renda.

Dessa forma, o maior desafio do Objetivo 0383 é alcançar a meta de produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural (faixa 1).

O programa atingiu 66% da atual meta e ultrapassou a marca de um milhão de unidades habitacionais contratadas para famílias com essa faixa de renda.

Enquanto nas faixas 2 e 3 o ritmo de contratação seguiu estável, as contratações na faixa 1 do programa vêm apresentando elevado crescimento em todos os anos desde o lançamento da segunda etapa do programa.

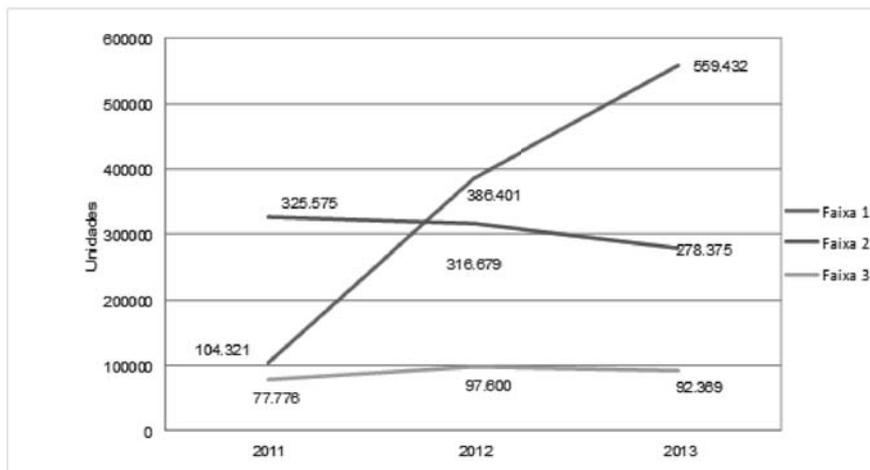
O quadro a seguir mostra a evolução das contratações do programa por faixa de renda.

**UNIDADES CONTRATADAS NO OBJETIVO 0383 (MINHA CASA MINHA VIDA II)**

MCMV II (Unidades Contratadas)				
Faixa de Renda	2011	2012	2013	Total Geral
Faixa 1	104.321	386.401	559.432	1.050.154
Faixa 2	325.575	316.679	278.375	920.629
Faixa 3	77.776	97.600	92.369	267.745
<b>TOTAL</b>	<b>507.672</b>	<b>800.680</b>	<b>930.176</b>	<b>2.238.528</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.

**EVOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO NO MCMV II POR FAIXA DE RENDA**



Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.

Comparando-se com o ano de 2012, houve redução de contratações nas faixas 2 e 3 de aproximadamente 12% e 5%, respectivamente, e na faixa 1 houve um aumento de 45%. Esse resultado é desejado, uma vez que as metas das modalidades do programa destinada a famílias integrantes da faixa 1 é a de maior dificuldade de alcance. Além de atingir a meta, um grande desafio do programa é garantir a sua correta distribuição pelas unidades da Federação que deve estar de acordo com o déficit habitacional. Ao comparar as contratações de unidades habitacionais para famílias integrantes da faixa 1 nas regiões do País com os respectivos déficits habitacionais de famílias com renda até três salários-mínimos, verifica-se que a distribuição vai ao encontro dos déficits regionais, exceto a região Sudeste que fica abaixo da média nacional, conforme mostra o quadro a seguir.

**DÉFICIT HABITACIONAL POR REGIÃO (FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SM) E UNIDADES CONTRATADAS (FAIXA 1)**

Região	Déficit Habitacional (famílias com renda até 3 SM)	Unidades Contratadas (Faixa 01)	% do Déficit
CENTRO OESTE	381.843	105.760	28%
NORDESTE	1.638.457	377.870	23%
NORTE	579.446	143.754	25%
SUDESTE	1.784.137	308.662	17%
SUL	496.151	114.108	23%
<b>TOTAL</b>	<b>4.880.034</b>	<b>1.050.154</b>	<b>22%</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.  
(SM) Salário Mínimo.

Ao analisar a distribuição das contratações de acordo com porte populacional, separando as capitais e suas respectivas Regiões Metropolitanas, constata-se menor cobertura do déficit nos Municípios com população até 50 mil habitantes e nas capitais, onde há maior dificuldade de contratação, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

#### UNIDADES CONTRATADAS (FAIXA 1) POR RECORTE POPULACIONAL

Recorte populacional	Déficit Habitacional (famílias com renda até 3 SM)	Unidades Contratadas (Faixa 01)	% do Déficit
<= 50 mil hab	1.585.140	245.836	15,5%
> 100 mil hab	826.963	268.336	32,4%
50 a 100 mil hab	504.594	161.767	32,1%
Capital	1.238.247	198.159	16,0%
RM Capital	725.090	176.056	24,3%
<b>TOTAL</b>	<b>4.880.034</b>	<b>1.050.154</b>	<b>21,5%</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.  
(SM) Salário Mínimo.

Nos Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, isso ocorre porque 75% de todo o déficit rural está nesses Municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), as contratações já ultrapassaram a marca de 100 mil unidades contratadas e aproximadamente 82% dessas unidades estão em Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes.

Portanto, verifica-se aderência entre o déficit habitacional rural com as contratações do programa.

Outro fator que impactou o desempenho de contratações

nesses Municípios foi a suspensão da modalidade Oferta Pública que contrataria mais de 100 mil unidades em 2013.

O programa foi reformulado e, no segundo semestre, foi criado uma nova modalidade destinada a esses Municípios. A expectativa é que as contratações sejam retomadas no primeiro semestre de 2014.

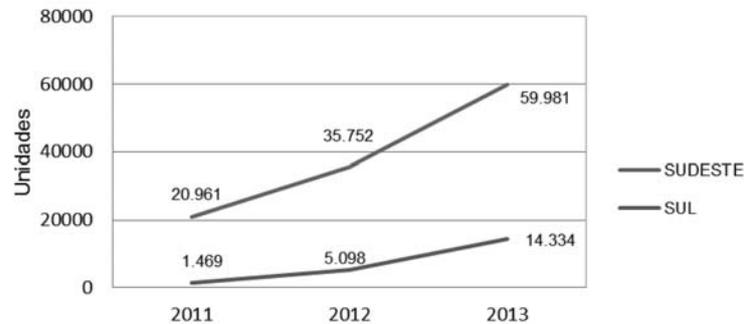
Ao comparar os dados de contratação nas regiões com o porte populacional dos Municípios, verifica-se que há uma baixa contratação relativa nas capitais das regiões Sul e Sudeste, 9% e 7%, respectivamente, conforme o quadro a seguir.

**CONTRATAÇÃO NAS REGIÕES DO PAÍS COM O PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS**

Região	Déficit Habitacional (famílias com renda até 3 SM)	Unidades Contratadas	% deficit
CENTRO OESTE	381.843	105.760	28%
<= 50 mil hab	118.881	25.792	22%
> 100 mil hab	46.141	17.426	38%
50 a 100 mil hab	32.346	13.386	41%
Capital	152.751	34.327	22%
RM Capital	31.724	14.829	47%
NORDESTE	1.638.457	377.870	23%
<= 50 mil hab	757.493	99.956	13%
> 100 mil hab	183.766	88.720	48%
50 a 100 mil hab	202.958	61.878	30%
Capital	331.063	77.211	23%
RM Capital	163.177	50.105	31%
NORTE	579.446	143.754	25%
<= 50 mil hab	227.114	28.327	12%
> 100 mil hab	66.500	27.432	41%
50 a 100 mil hab	96.486	27.847	29%
Capital	152.781	43.856	29%
RM Capital	36.565	16.292	45%
SUDESTE	1.784.137	308.662	17%
<= 50 mil hab	316.788	38.169	12%
> 100 mil hab	405.667	111.890	28%
50 a 100 mil hab	118.854	41.909	35%
Capital	528.987	36.456	7%
RM Capital	413.841	80.238	19%
SUL	496.151	114.108	23%
<= 50 mil hab	164.864	53.592	33%
> 100 mil hab	124.889	22.868	18%
50 a 100 mil hab	53.950	16.747	31%
Capital	72.665	6.309	9%
RM Capital	79.783	14.592	18%
<b>TOTAL</b>	<b>4.880.034</b>	<b>1.050.154</b>	<b>22%</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.  
(SM) Salário Mínimo.

Verifica-se que apesar do desempenho abaixo da média, a quantidade de unidades contratadas nesses Municípios apresentou constante crescimento, principalmente nas Regiões Metropolitanas das capitais dessas regiões que podem reduzir a necessidade de contratação nas capitais. A expectativa é que esse crescimento nessas localidades se mantenha em 2014.

**EVOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO NO MCMV II NAS REGIÕES SUL E SUDESTE (CAPITAIS E RMS)**

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação/MCidades.

O PMCMV já entregou mais de 1,5 milhão de unidades habitacionais, sendo 459 mil unidades da segunda etapa do programa (2011-2014).

A quantidade de unidades entregues pelo programa no ano de 2013 se manteve estável quando comparada com 2012.

Esse resultado já era esperado, tendo em vista que em 2011, período de transição entre as duas etapas dos programas, as contratações na faixa 1 do programa praticamente se iniciaram em outubro.

As unidades que seriam contratadas no primeiro semestre de 2011 estariam sendo entregues em 2013, por isso, já estava previsto que o número de entregas nesse ano seria mantido no mesmo padrão de 2012.

O Objetivo 0383 ainda possui a meta qualitativa de instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva. Foi instituído Grupo de Trabalho para discutir o tema, devido à complexidade do assunto.

Paralelamente à evolução quantitativa na contratação, o programa tem sido aperfeiçoado, incorporando melhorias no ano de 2013, nas quais se destacam:

Os agricultores familiares assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram incluídos entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do PMCMV;

Alterações nos normativos do PMCMV – Empresas, programa destinado a famílias com renda até R\$ 1,6 mil mensais, nos quais se destacam: ampliação da área de atuação do programa promovendo também o atendimento aos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes; previsão de aporte de recursos para edificação dos equipamentos públicos para atender as demandas geradas pelos empreendimentos do

programa; possibilidade de acréscimo de revestimento de piso nas áreas privativas da unidade habitacional e nas áreas de uso comum em edificações multifamiliares em todas as unidades do programa;

Mudanças na regulamentação do programa separaram o trabalho de gestão condominial e educação patrimonial do trabalho social visando melhorar a sustentabilidade do empreendimento;

Desde junho de 2013, todas as famílias que conquistaram sua casa ou apartamento pelo PMCMV e que estão em dia com as prestações do seu imóvel podem utilizar um crédito especial de até R\$ 5 mil para comprar diversos produtos, entre móveis e eletrodomésticos.

As famílias que já residem no imóvel recebido do Programa podem comprar os bens em mais de 13 mil lojas credenciadas pela Caixa Econômica Federal em todo o Brasil, com desconto de 5% sobre o preço à vista.

O crédito conta com prazo de 48 meses para pagamento, com juros de 5% ao ano.

As importantes conquistas sociais promovidas pelo programa não se restringem às famílias beneficiadas com a moradia.

O PMCMV tem impacto significativo na economia do País, gerando renda superior a R\$ 20 bilhões por ano, em média, e compras de materiais de construção e serviços na ordem de R\$ 13,7 bilhões por ano.

O programa gera, ainda, mais de 830 mil empregos diretos e indiretos por ano. Em 2013, a renda gerada pelo programa deve atingir R\$ 29,8 bilhões, o que equivale a 0,6% do PIB brasileiro no ano. Isto significa que se o programa não estivesse em plena atuação, a economia brasileira seria 0,6 ponto percentual menor.

O programa vem ainda alcançando resultados positivos sobre públicos específicos. Verifica-se que mais de 80%

dos contratos assinados são com mulheres e, desde 2011, o programa já contratou cerca de 815 mil unidades habitacionais adaptáveis ao uso por pessoa com deficiência, em 3.526 Municípios brasileiros.

O programa também já entregou cerca de 10 mil unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência. Por fim, mais de 40 mil beneficiários do programa para famílias com renda até R\$ 1,6 mil são idosos, o que corresponde a mais de 6% das famílias beneficiadas (o dobro do que é exigido pelo programa).

Ademais, é importante destacar as ações do MCidades voltadas para o Desenvolvimento Institucional que visam o aprimoramento do Programa Moradia Digna, em especial o Objetivo 0383.

Em 2013 foram iniciadas algumas atividades de caráter estruturante no desenvolvimento de pesquisas e avaliações na área habitacional de interesse social, assim como a

continuidade de processos de parcerias estabelecidos em anos anteriores, destacando-se: i) parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) para realizar pesquisa de pós-ocupação em empreendimentos habitacionais do PMCMV; ii) promoção de workshops e reuniões técnicas para aprimorar a sustentabilidade e a qualidade do PMCMV, contanto com a participação de especialistas de centros de excelência nacionais e internacionais; iii) apoio ao lançamento de Chamada Pública pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de subvenção econômica em apoio à inovação por empresas do setor da construção civil, ampliando o escopo da “inovação” para além de estritamente tecnológica para abarcar também inovações de projetos; iv) realização de parcerias para viabilizar o PMCMV + Sustentável, que visa demonstrar os ganhos em eficiência energética, sustentabilidade e qualidade do ambiente construído a partir de soluções de projetos adequadas ao contexto urbano e bioclimático dos empreendimentos; e v) realização de atividades de cooperação no âmbito do Grupo de Trabalho em Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul.

## 4.22. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MC)

O Ministério das Comunicações (MC) tem trabalhado para ampliar e melhorar as políticas públicas de comunicação, meio fundamental para o desenvolvimento econômico com inclusão social, assim como para o exercício pleno da cidadania e da democracia. Destacam-se várias ações de telecomunicações, inclusão digital e radiodifusão.

A transição da televisão analógica para a digital, cuja relevância decorre não apenas da melhoria da qualidade da imagem da TV aberta e gratuita, mas também das possibilidades de acesso a serviços públicos que podem ser ofertados por meio da tecnologia desenvolvida de aplicativos sobre a plataforma Ginga.

Ademais, a transição digital permitirá a melhor gestão do espectro no Brasil, permitindo que a faixa então ocupada pela TV possa ser utilizada para a expansão do acesso e da qualidade da internet, por meio de leilão da faixa de 700 Megahertz (MHz), a ser realizado no primeiro semestre de 2014.

A migração da TV analógica para a TV digital ocorrerá de forma escalonada a partir de 1º de janeiro de 2015, com encerramento em 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido no Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013.

O MC tem tomado providências para assegurar a toda população a capacidade de recepção do sinal digital, de modo a evitar a descontinuidade da prestação do serviço, e proporcionar a qualidade da TV Digital. Além disso, está em estudo uma política de subsídios destinado às famílias que não disponham das condições para adquirirem um aparelho de televisão que já transmita em sinal digital ou conversor digital.

Ainda em relação à radiodifusão, a migração das outorgas de serviço de ondas médias (OM) AM para o serviço de FM, autorizada por meio do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, possibilitará a sobrevivência de várias empresas.

Uma vez que, seja pela qualidade do sinal, seja pela opção dos fabricantes na produção de receptores sem possibilidade de acessar a faixa de transmissão do serviço OM, resulta em perda de audiência, compromete a sustentabilidade desses veículos e impacta a pluralidade dos meios de comunicação.

Para promover a inclusão digital de populações com baixo acesso à Internet, e também para fomentar o desenvolvimento de governo eletrônico nos pequenos municípios brasileiros, o MC está implementando o Projeto de Cidades Digitais, que prevê a instalação de uma rede de fibras óticas e de pontos

de conexão à Internet em órgãos e equipamentos de uso público, além de instalação de aplicativos e capacitação de servidores, com o objetivo de melhorar a gestão municipal e o atendimento aos cidadãos das cidades selecionadas.

A meta é alcançar 342 Municípios, com investimentos da ordem de R\$ 245 milhões até o final de 2014, beneficiando 10,1 milhões de pessoas.

Em telecomunicações, merece destaque o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), cuja principal meta é alcançar 70% dos domicílios brasileiros com acesso à Internet até 2015.

Em 2012, foi licitado espectro para a banda larga móvel de quarta geração (4G), lançada em marco de 2013e já está presente em 66 cidades. Nessa licitação foram incluídas obrigações de cobertura com voz e dados em um raio de 30 km a partir da sede de cada Município do País e cerca de 80 mil escolas rurais deverão ser atendidas gratuitamente.

Para incentivar os investimentos em telecomunicações, foi instituído o Regime Especial de Tributação do PNBL (REPBNL-Redes), que concede incentivos fiscais da ordem de 10% do investimento total para a construção, até 2016, de infraestrutura de telecomunicações.

O REPBNL-Redes conta com incentivos à indústria nacional, com vistas ao adensamento da cadeia produtiva do setor. No primeiro ano de vigência da iniciativa, foram submetidos 623 projetos, representando um investimento da ordem de R\$ 15 bilhões por parte das operadoras de telecomunicações, com destaque para as regiões Norte e Nordeste.

Para reforçar os serviços de telecomunicações nessas regiões, bem como aumentar a segurança de nossas comunicações, foi assinado, no final de 2013, o contrato de aquisição Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas e será construído um cabo submarino ligando o Brasil diretamente à Europa.

Destaca-se também a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei no 293/2012, a chamada "Lei Geral de Antenas", uniformizando as legislações locais que regem a matéria.

### 4.22.1. Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

A seguir, apresenta-se a execução do Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia:

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2025

Programa "2025"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0751	143.917,29	0,00
RPNP (2)		0,00	11.251,18
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>143.917,29</b>	<b>11.251,18</b>

Programa "2025"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0752	24.247.859,81	20.963.773,47
RPNP (2)		0,00	52.303.192,26
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>24.247.859,81</b>	<b>73.266.965,73</b>

Programa "2025"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0753	43.719.871,70	41.333.504,53
RPNP (2)		0,00	16.649.051,52
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>43.719.871,70</b>	<b>57.982.556,05</b>

Programa "2025"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0754	260.958.811,93	210.831.622,17
RPNP (2)		0,00	19.973,205
Gastos Tributários		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>260.958.811,93</b>	<b>230.804.827,58</b>

Fonte: SIOP

**Objetivo: 0751 – Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.**

Para atingir este objetivo e garantir a ampliação e melhoria das políticas públicas de comunicação, o MC tem atuado em quatro frentes: expansão dos serviços de comunicação social através da radiodifusão, expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações; regulação e fiscalização dos serviços de comunicações e expansão dos serviços postais.

#### Radiodifusão

Com relação à expansão dos serviços de comunicação eletrônica, o MC emvidou esforços no aumento da cobertura de televisão com utilização de tecnologia digital e nos estudos realizados para digitalização do rádio no Brasil.

A Portaria do MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013, promoveu a um só tempo a destinação da faixa de 698 MHz a 806 MHz para a aceleração do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e a conclusão da implantação da TV digital no Brasil,

determinando que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) conduzisse o replanejamento do espectro destinado à execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão na plataforma digital, para a faixa compreendida entre os canais 14 e o 51, inclusive considerando as retransmissoras em caráter secundário.

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul já foram submetidos aos procedimentos de replanejamento do espectro. Já o replanejamento dos demais Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste seguirá pela Anatel em 2014.

#### Expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações

No ano de 2013, os principais serviços de interesse coletivo contaram com aumento no número de acessos, totalizando mais de 350 milhões de acessos no País. Destacam-se o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com 12,2% de expansão, e os serviços de TV por assinatura, com 12,3% de novembro 2012 a novembro 2013. O número de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) contou com 3,5% de crescimento

de dezembro 2012 a dezembro 2013. No âmbito dos serviços de TV por assinatura, a regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) continua representando um importante papel.

A possibilidade de adaptação das antigas outorgas em SeAC simplifica a prestação do serviço por meio da uniformização das regras, tanto para as prestadoras já consolidadas como para as novas entrantes, o que também afeta positivamente os preços praticados.

Seus efeitos já puderam ser observados pelo aumento de 12,5% na quantidade de Municípios atendidos por rede cabeada, passando de 232 em dezembro de 2012 para 261 em dezembro de 2013.

No que se refere ao SCM, a nova regulamentação, aprovada em maio de 2013, promove a simplificação dos procedimentos necessários à obtenção de outorga, bem como a redução do seu valor. Deste modo, a oferta *triple play* (oferta tripla de acessos a serviços: banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura) tornou-se mais viável. As novas medidas buscam, ainda, ampliar a competição, força motriz da expansão da prestação dos serviços.

Neste viés, o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) já está produzindo resultados, com a entrada em funcionamento do Sistema de Negociação das Ofertas de Atacado (Snoa), plataforma por meio da qual são negociados insumos de atacado com base em ofertas de referência apresentadas pelas prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS) e homologadas pela Anatel.

Os preços das ofertas de referência homologados pela Anatel devem respeitar o critério de replicabilidade das ofertas de varejo, de modo a permitir que um comprador de insumo no atacado consiga oferecer o serviço de varejo pelo menos ao mesmo preço de varejo praticado pelo vendedor do insumo.

Assim, o Snoa facilita o acesso aos insumos de atacado por parte de empresas sem PMS e pequenos provedores de serviços de telecomunicações, contribuindo para aumentar a competição na oferta de serviços.

Ressalta-se ainda o aumento de 39,2% no número de acessos de banda larga móvel no período de novembro de 2012 a novembro de 2013, impulsionado pela disseminação do uso do smartphone e pelas inúmeras promoções voltadas para o tráfego de dados.

No que concerne à qualidade, um aspecto importante é a publicidade dos indicadores de qualidade de rede do SCM e do SMP, medidos diretamente em terminais de usuários e divulgados por Unidade da Federação segundo o Programa de Medição da Qualidade da Banda Larga.

Cabe destacar, também, que o ano de 2013 marcou a introdução no Brasil dos serviços móveis de quarta geração (4G). Em decorrência das obrigações assumidas pelas operadoras de telecomunicações na licitação das faixas de 2,5 GHz e de 450 MHz, que permitirá a ampliação da telefonia

celular 4G e a cobertura dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais, ocorrida em junho de 2012.

O serviço móvel de quarta geração foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. A implantação desse serviço vem superando as metas, de modo que em novembro de 2013 já estava presente em 93 Municípios, possuindo mais de 920 mil assinantes.

Foi aprovado pela Anatel o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Aice), que dispõe sobre o "telefone social" permitindo a ampliação do acesso à telefonia fixa, por preços mais baixos, para famílias integrantes do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

A Anatel aprovou também regulamentos sobre: i) a comunicação audiovisual de acesso condicionado - SeAC (novo marco legal da televisão por assinatura); ii) o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC); iii) a Exploração Industrial de Linha Dedicada (Eild); e iv) as Obrigações de Universalização, que estabelece regras e procedimentos para implementação do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU).

Sobre o projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), foi constituída a Visiona tecnologia Espacial, joint-venture entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), empresa responsável pela integração e coordenação do projeto e foram selecionadas as empresas encarregadas pela construção e lançamento do artefato, que deverá ocorrer em meados de 2016.

No âmbito internacional, em 2013 se deu continuidade às ações para concluir as conexões terrestres com Argentina, Uruguai e Paraguai, no âmbito do projeto de criação de um anel óptico sul-americano.

As parcerias firmadas com empresas da América Latina, da África e da Europa para viabilizar cabos ópticos submarinos, garantindo autonomia de comunicação internacional e o barateamento dos custos de Internet, foram intensificadas ao longo do ano.

Durante o ano de 2013, a Telebras deu continuidade às negociações para construção de novos cabos submarinos e para ampliação das saídas transoceânicas, sobretudo para os Estados Unidos e para a Europa.

Hoje, poucas empresas detêm o controle desse tipo de infraestrutura, dificultando a oferta de preços para o usuário final do serviço de Internet banda larga em patamares mais baixos. Além disso, muitos dos cabos existentes já operam perto dos limites de suas vidas úteis ou oferecem uma capacidade de tráfego limitada, demonstrando que a atual infraestrutura é insuficiente para suprir a crescente demanda do setor.

Vale ressaltar que, nos últimos três anos a infraestrutura de rede de fibra óptica da Telebras cresceu de 400 km para 25 mil km, interligando todas as regiões do País. Atualmente

a empresa possui 1.265 provedores cadastrados, que manifestaram interesse por 285 gigabits.

A rede da Telebras tem um potencial de atendimento de 1.938 municípios, englobando uma população de 125 milhões de pessoas.

A rede é estratégica, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, chegando aos Municípios mais distantes e, com isso, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos e reduzindo preços aos consumidores finais.

#### **Regulação dos Serviços de Comunicações**

No campo de regulação e fiscalização dos serviços de comunicações, cabe destacar a aprovação da regulamentação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPBNL-Redes), que visa a incentivar os investimentos em infraestrutura de telecomunicações e a expansão do acesso ao serviço de banda larga (tanto fixa quanto móvel).

No âmbito da atuação legislativa foi aprovada pelo Congresso Nacional a Medida Provisória nº 615/2013 (convertida na Lei nº 12.865, de 09/10/2013) sobre arranjos e instituições de pagamento, incluindo a regulamentação dos pagamentos móveis ("*mobile money*").

Durante 2013, o programa Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia contemplou ações relacionadas às principais atribuições da Anatel e resultou em avanços importantes na implementação das políticas públicas estabelecidas para o setor de telecomunicações, em especial àquelas voltadas ao PNBL. No ano, foram aprovadas 23 Resoluções.

Em cumprimento à política de universalização do acesso aos serviços, importante ressaltar a antecipação do cronograma de atendimento do Acesso Individual Classe Especial (Aice, mais conhecido como telefone popular) para todas as famílias

incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Originalmente, o cronograma previa o atendimento a todas essas famílias, independentemente da renda, apenas a partir de junho de 2014.

O Aice estava disponível desde junho de 2012 para famílias com renda de até um salário mínimo e desde junho de 2013 para aquelas com renda de até dois salários mínimos. Em novembro de 2013, 111.455 famílias possuíam o telefone popular.

Destaca-se, também, a aprovação do Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB), objeto da Resolução nº 622/2013, que instituiu a obrigatoriedade de oferta do serviço de telefonia fixa nas áreas rurais por meio de planos de serviços, em complemento ao disposto no Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU).

Como resultado dessa medida, os usuários vinculados aos acessos rurais terão suas chamadas tarifadas como locais dentro de toda a Área de Numeração na qual estão localizados.

A oferta dos Planos será obrigatória a partir da cobertura da faixa de 450MHz pelas prestadoras vencedoras do edital da banda larga urbana e rural.

Ainda em 2013, a Resolução nº 614/2013 revisou as regras do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), o qual dá suporte à oferta de conexão à internet em banda larga fixa.

As novas regras visaram reforçar a garantia do direito dos usuários, modernizar o modelo de oferta do serviço e reduzir o custo das outorgas com vista à ampliação do acesso em banda larga fixa.

## METAS 2012-2015

Descrição da Meta 2012 - 2015	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada		% da Meta total 2012 – 2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013		
90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)	90,00	%	18,24	33,83	37,59%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel	190,00	Minutos por mês	199,00	217,55	114,5%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico	100,00	%	69,33	80,10	80,10%	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Atender 85% da população com distribuição postal	85,00	%	80,70	83,00	97,65%	Secretaria de Telecomunicações.
Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil	32,00	%	27,20	28,80	90,00%	Secretaria de Telecomunicações
Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)	42,00	Milhões de Domicílios	16,13	25,33	60,30%	Secretaria de Telecomunicações
Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil	75,00	%	28,00	56,80	75,73%	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios	95,00	%	84,00	90,27	95,02%	Secretaria de Telecomunicações

**Meta: 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)**

Até 31 de dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações (MC) autorizou 33,83% das emissoras de TV e RTV com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 3.670 consignações de um universo de 10.847 entidades licenciadas.

**Meta: Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel.**

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio do Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede

Virtual (RRV-SMP) e o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Um dos resultados deste incremento na competição é o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que impacta no uso do serviço e proporcionou o alcance em 2013 de 217,55 minutos em média por mês trafegados por usuário de telefonia móvel. Além disso, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) definiu um cronograma de redução do valor da interconexão de redes fixas com móveis (VC) e do valor de remuneração de uso de rede do SMP (VU-M), potencializando as prestadoras a introduzirem novas ofertas de serviço com redução nos valores praticados e, conseqüentemente, aumento no uso dos celulares pelos usuários.

**Meta: Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico.**

Tendo por base a determinação do Ministério das Comunicações quanto ao estabelecimento de metas para a universalização dos serviços postais básicos no período

de 2012 a 2015, de forma a atender aos distritos com mais de 500 habitantes, constante da Portaria/MC nº. 566/2011, foi prevista, para o ano de 2013, a implantação de novas unidades de atendimento em mais 450 distritos, porém a ECT propiciou atendimento a 459 distritos cuja população estimada em um total de 3.130.747 habitantes, conforme informações do Censo IBGE 2010.

**Meta: Atender 85% da população com distribuição postal.**

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada a cada cinco anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contempla o quesito sobre população atendida pela distribuição postal. Os resultados finais da atualização da POF, para o ano de 2013, apontaram para o atendimento de 83% da população brasileira com distribuição postal externa, seja por meio de entrega domiciliária ou por Caixa Postal Comunitária, totalizando em torno de 165,9 milhões de habitantes atendidos com os serviços postais básicos. Tal resultado representa o alcance da meta para o ano de 2013.

**Meta: Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil.**

Em novembro de 2013 a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 28,8 assinaturas, um pequeno acréscimo em relação a 2012, quando havia 27,2 assinaturas por 100 domicílios. Mantida a taxa de crescimento observada no período, a meta prevista deverá ser alcançada em 2015.

**Meta: Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) 2012 do IBGE, 25,33 milhões de domicílios particulares permanentes possuem acesso à Internet. Esse indicador é o melhor disponível, mas tem duas limitações: considera domicílios que possuem somente conexões discadas e não contempla aqueles em que o acesso domiciliar é feito exclusivamente por meio de telefone celular. Em razão de cooperação firmada entre o Ministério das Comunicações (MC) e o IBGE, esses problemas serão corrigidos na Pnad 2013. A análise dos microdados da pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2012 do Cetic.br indica que em dezembro de 2012 havia cerca de 40% dos domicílios (base: 60,75 milhões de domicílios) conectados à Internet (aproximadamente 24,3 milhões de domicílios conectados) em contraste com os 36% dos domicílios conectados à Internet em 2011, segundo a mesma pesquisa para o ano anterior. Com o objetivo de acelerar a expansão dos acessos o MC tem trabalhado em uma proposta de revisão das ações do PNBL.

**Meta: Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB).**

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) será usado na prestação de serviços de telecomunicações para o Ministério da Defesa, especificamente para o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis),

para comunicações estratégicas do Governo Federal e para o PNBL.

O projeto envolve a aquisição (pela Telebras) e lançamento de um satélite geoestacionário contratado junto a uma empresa integradora nacional. Em 15 de fevereiro de 2013 a Visiona lançou o Request for Proposal (RFP, Pedido de Proposta) para a contratação do SGDC. Trata-se de contratação de "solução completa", incluindo o satélite e o lançamento. Em agosto/2013, como resultado do RFP, a Visiona definiu que a francesa Thales Alenia Space será a fornecedora do artefato satelital e que a Ariane Space será a companhia que lançará o satélite ao espaço. A escolha foi referendada pelas duas empresas que controlam a Visiona: a Telebras e a Embraer. Conforme contrato assinado entre a Visiona e a Thales, o SGDC começa ser construído em janeiro de 2014.

**Meta: Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9/ 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distritos-Sede de Municípios do Brasil.**

Até dezembro de 2013, foram disponibilizadas conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) de alta e média capacidade a 3.161 Municípios (56,8% do total). Observando-se um crescimento acelerado do valor do indicador no período entre setembro e dezembro de 2013 devido a inserção no cálculo do indicador dos Municípios da utilização pelas prestadoras de outras faixas de radiofrequências, além de 1,9 GHz e 2,1 GHz, para fornecimento de conexões de dados em alta e média velocidade.

**Meta: Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos Municípios.**

Estima-se que 90,27% dos Municípios possuem pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet banda larga fixa. Essa estimativa considera a quantidade de conexões do serviço de Internet banda larga (dados do Serviço de Comunicação Multimídia divulgados pela Anatel) em outubro de 2013 e o número de domicílios particulares permanentes em 2010 (Censo IBGE). Esse indicador não abrange conexões do serviço de banda larga móvel e, por isso, tende a subestimar a disponibilidade do acesso à Internet.

**Objetivo: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.**

O aumento do acesso à Internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação direta com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e disponibilização de mais de 13 mil pontos de presença, via programa Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac), para conexão de espaços públicos em áreas rurais, remotas e excluídas.

Esses pontos foram mantidos em 2013 e, em face do encerramento dos contratos firmados com as operadoras

que fornecem esse serviço e esgotados todos os limites de aditamento, foi realizada uma nova licitação para contratação de 21 mil conexões, que se destinarão a escolas, postos de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAs), prefeituras, postos de fronteira, reservas ambientais, terras indígenas, comunidades tradicionais, assentamentos, etc.

O MC deu andamento à ação iniciada em 2011, em parceria com a Secretaria da Juventude (SNJ), voltada ao apoio a projetos de inclusão digital para a juventude rural. Foram financiados 41 projetos em conjunto (SID/SNJ), os quais se encontram em andamento.

Com isso, vêm sendo desenvolvidas atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares, assentamentos da Reforma Agrária e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratupia, Potiguara e Fulni-ô.

O Projeto Inclusão Digital para a Juventude Rural capacitou, no total, 840 jovens em quatro Estados para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sendo que o Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFNMG) capacitou 120 jovens quilombolas; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) capacitou 60 jovens indígenas; a Universidade de Brasília (UnB) capacitou 630 jovens indígenas; e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) capacitou 30 jovens indígenas. Também foram implementados projetos em parceria direta com universidades federais para inclusão digital de cerca de 10 mil jovens residentes em comunidades rurais. Por meio do Gesac (atividade desenvolvida desde 2003), no período de referência, foram disponibilizadas 53 conexões à Internet para comunidades quilombolas.

O Projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à Internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade.

No âmbito desse projeto, em 2013 foi iniciada a implantação da infraestrutura das Cidades Digitais e a previsão é que até outubro de 2014 sejam entregues as 80 cidades digitais, envolvendo, além da infraestrutura física, a conexão de pontos de governo e de pontos de acesso gratuito, capacitação de servidores públicos e disponibilização de aplicativos de

governo eletrônico nas áreas tributária, financeira, de saúde e de educação.

Também em 2013 o projeto foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC-2) e, com isso, foi aberta uma nova chamada pública com adesão de quase dois mil Municípios, dos quais foram selecionados 262 a serem contemplados com o projeto de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações.

Além disso, foi estabelecida uma parceria com a Rede Nacional de Pesquisa para capacitação técnica e gerencial em redes avançadas, no âmbito das Cidades Digitais e acompanhamento da implantação para elaboração de um documento-base com a metodologia desenvolvida pelo MC de implantação de Cidades Digitais.

No âmbito da formação para as Cidades Digitais foi realizada uma mobilização dos ofertantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para oferta de vagas específicas nas Cidades Digitais selecionadas.

As Redes Digitais de Cidadania consistem em atividades de extensão e pesquisa em parceria com as fundações estaduais de amparo à pesquisa de oito unidades da Federação para apoio a projetos de inclusão digital com foco em: i) capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das TIC; ii) uso das TIC para o trabalho, emprego e renda; iii) TIC direcionadas para a preservação, promoção e acesso à cultura; iv) TIC direcionadas à gestão e comercialização da produção na agricultura familiar; v) qualificação do uso das TIC nos espaços públicos de uso da internet; e vi) capacitação de micro e pequenos empresários no uso das TIC.

Todas essas ações voltadas para atividades de extensão e pesquisa acadêmica têm caráter piloto e o objetivo é possibilitar a capacitação de um público estimado de 10 mil pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, e coletar informações e subsídios sobre o impacto das tecnologias da informação e comunicação para a melhoria de vida desses grupos populacionais.

A partir do material produzido e consolidado, tem-se como objetivo formular uma política sustentável, de longo prazo, para a inclusão digital com foco na formação em larga de escala da parcela da população que, na ausência do Estado, tende a ficar excluída das possibilidades abertas pelas TIC que se renovam a cada dia, em ritmo acelerado.

**METAS 2012-2015**

Descrição da Meta 2012 - 2015	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada		% da Meta total 2012 – 2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)	40,00	%	14,00	14,00	35,00%	Secretaria de Inclusão Digital
70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas	70,00	%	45,00	49,00	70,00%	Secretaria de Inclusão Digital
70% das populações da classe C fazendo da internet (acesso em banda Larga e discado)	70,00	%	45,00	47,00	67,14%	Secretaria de Inclusão Digital

**Objetivo: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.**

Nesse quesito, merece destaque a revisão dos regulamentos de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual, bem como dirimiram as dúvidas existentes em relação a esses procedimentos.

Ademais, visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, disponibilizando o acesso ao maior número de municípios brasileiros, foram implementados os planos nacionais de outorga (PNO).

Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos os interessados tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo.

Assim, as entidades dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

O PNO relativo a Serviço de Radiodifusão Comunitária, nos anos de 2012 e 2013, atendeu 1.425 cidades em 26 avisos, dos quais 14 no ano de 2013.

Adicionalmente, o MC publicou um último aviso de habilitação para execução do serviço de radiodifusão comunitária contemplando 30 Municípios com assentamentos ou atingidos pela BR-163.

Os PNOs lançados buscaram contemplar as localidades com canais disponíveis no Plano Básico da Anatel e a demanda registrada no Ministério das Comunicações.

Ainda, buscando estimular a diversidade, a pluralidade e a competição do setor de radiodifusão, foi assinado em 7 de novembro de 2013, mediante o Decreto nº 8.139, o qual permitiu a adaptação das emissoras de rádio que executam o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (OM) AM para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM).

Com essa ação, torna-se possível que as 1.772 emissoras, que operam na frequência de OM e que se encontram à margem do mercado, devido à constante queda de audiência do serviço, recuperem seu público, já que o serviço de FM possui cobertura similar com maior qualidade de transmissão, além de poderem ser sintonizadas por dispositivos móveis, como celulares e tablets, ou aparelhos mais modernos.

**METAS 2012-2015**

Descrição da Meta 2012 - 2015	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada		% da Meta total 2012 – 2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013		
100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos	100,00	%	17,00	56,00	56,00%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos	4,50	%	3,04	3,09	68,67%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários	48,00	%	40,18	40,43	84,23%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	51,00	%	48,21	50,04	98,12%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)	60,00	%	16,80	26,95	44,92%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)	65,00	%	57,14	57,27	88,11	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE
80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	80,00	%	68,01	69,00	86,25%	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE

**Meta: 100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos.**

No sentido de atingir a meta de 100% das emissoras de radiodifusão fiscalizadas, foi elaborado o Plano Anual de Fiscalização (PAF 2014); foi dada continuidade nos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão (SAR), que definiram os Municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão foram fiscalizadas; e na fiscalização das capitais.

A meta se refere às entidades autorizadas a executar os principais serviços de radiodifusão: i) sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); ii) radiodifusão de sons e imagens (em tecnologia analógica e digital); e iii) radiodifusão comunitária.

Estão excluídas as entidades detentoras apenas de outorgas para execução de Serviços Auxiliares (Sarc), tendo em vista que esses foram reconhecidos como serviços de telecomunicações pela Portaria MC nº 252/2013; e de Serviço

de Retransmissão de TV, já que este é serviço ancilar ao serviço de radiodifusão.

Para efeito de cumprimento da meta estão sendo consideradas as emissoras executantes dos serviços citados que já tenham licença definitiva ou possam funcionar de forma provisória (fases 2, 3 e P, no caso de radiodifusão comunitária).

As fiscalizações poderão ser de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) e/ou jurídica (competência exclusiva do MC).

**Meta: 4,5% dos Municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos.**

Até dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações já possibilitou a 3,09% dos Municípios brasileiros disporem de pelo menos uma geradora de televisão outorgada a executar os serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins não

comerciais. Este percentual corresponde a 153, dos 251 Municípios objeto da meta e nele não estão inseridas as emissoras comerciais.

**Meta: 48% dos Municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários.**

Até dezembro de 2013, o Ministério das Comunicações outorgou em 40,43% dos Municípios ao menos uma emissora de radiodifusão sonora (exceto com fins exclusivamente educativos ou comunitários).

Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de Municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 257 outorgas em relação aos 466 Municípios, que indica que 55,15% foram alcançados até o momento.

**Meta: 51% dos Municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária.**

Até dezembro de 2013, 50,04% dos Municípios brasileiros já dispunham de mais de uma emissora de radiodifusão outorgada. Este percentual corresponde a 2.785 de um montante de 2.839 municípios e nele não estão incluídas as rádios comunitárias. Assim, para que a meta seja alcançada faltam apenas 54 outorgas.

Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de Municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 304 outorgas em relação aos 466 Municípios, o que indica que 65,24% dos Municípios já foram alcançados até o momento.

**Meta: 60% dos Municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora).**

Até dezembro de 2013, 26,95% dos Municípios já possuíam ao menos uma emissora de TV Digital outorgada (geradora ou retransmissora). Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de Municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 209 Municípios outorgados de um total de 466, o que indica que 44,85% dos Municípios já foram contemplados até o momento.

**Meta: 65% dos Municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora).**

Até dezembro de 2013, 57,27% dos Municípios brasileiros já dispunham de pelo menos uma emissora de televisão outorgada, analógica e digital (geradora ou retransmissora). Este percentual corresponde a 1.267 de um total de 3.339 Municípios correspondente à meta. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de Municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por

exemplo, há 330 outorgas em relação aos 466 Municípios, o que indica que 70,82% dos municípios foram alcançados até o momento.

**Meta: 80% dos Municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada.**

Até dezembro de 2013, 69,00% dos Municípios estavam cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O cronograma estabelecido para cumprimento do Plano Nacional de Outorga (PNO) do Serviço de Radiodifusão Comunitária – 2013 foi respeitado e, foram publicados os 13 avisos de habilitação, contemplando 710 Municípios.

E houve, ainda, um aviso extra que contemplou 30 Municípios. Apesar de o Ministério das Comunicações ter, ao longo dos últimos três anos, contemplado com avisos de habilitação 1.885 Municípios (um terço dos existentes), observou-se que em 45% deles não houve entidades interessadas na execução do serviço e existem sérias dificuldades para o encaminhamento da documentação correta por parte das entidades interessadas.

**Objetivo: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.**

O Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga (REPBNL-Redes), criado pela Lei nº 12.715/2012, foi regulamentado, em 2013, por meio do Decreto nº 7.921, da Portaria MC nº 55 e da Instrução Normativa nº 1.355, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e a produção local, a lei do REPBNL-Redes estabeleceu que os projetos devem cumprir percentuais mínimos de equipamentos e componentes de redes produzidos e desenvolvidos no País.

Em 2013 foram submetidos cerca de 623 projetos no âmbito do REPBNL-Redes, correspondendo aproximadamente a R\$ 15 bilhões para a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam comunicação de dados em banda larga.

Além dessa ação, houve a inclusão dos terminais móveis do tipo smartphones e tablets na “Lei do Bem”, desonerando-os das contribuições para o Programa de Integração Social e para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), na venda a varejo, os equipamentos que se enquadram nas características técnicas determinadas pelo poder Executivo. A estimativa de redução no preço final desses dispositivos pode chegar a 30%, considerando a sinergia com os outros instrumentos vigentes – Lei de Informática – e pelo fato do mercado ser altamente competitivo.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) é um fundo de natureza contábil, instituído pelo governo brasileiro com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação

de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, conforme previsto pela Lei Geral de Telecomunicações. É um dos principais meios de acesso a recursos para a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do setor.

Sua atuação impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela indústria do segmento no país. Entre os projetos de relevante interesse para o setor e, por conseguinte, para o país, pode se mencionar o desenvolvimento da tecnologia LTE (4G), em especial operando na radiofrequência de 450 MHz, para atendimento de áreas rurais e urbanas com baixa densidade populacional e o desenvolvimento de tecnologias de vanguarda em tecnologias ópticas.

Em 2013, além de dar continuidade aos projetos já contratados, foram aportados valores da ordem de R\$ 252 milhões nas áreas demonstradas a seguir: lançamento do Edital do Inova Telecom, seleção pública conjunta com a Finep, BNDES, e Ministérios das Comunicações; da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Saúde, que objetiva o apoio à

pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas empresas brasileiras da cadeia de telecomunicações, incentivando seu adensamento e ampliando sua competitividade. Para essa seleção foram repassados R\$ 200 milhões à Finep, por meio de contrato de financiamento, para seleção dos projetos que serão apresentados em 2014. O Inova Telecom prevê, para o período de 2014/2018, investimento total da ordem de R\$ 1,5 bilhões.

Também foram realizados gastos de R\$ 50 milhões no estímulo à criação de tecnologias inovadoras visando a melhoria, eficiência e competitividade do setor de telecomunicações por meio do apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que possam aproveitar as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional no setor.

Cerca de R\$ 2 milhões, investidos por meio de Termo de Cooperação firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a capacitação de profissionais de diversos níveis de qualificação em TIC, apoiando programas governamentais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) - graduação e Ciência sem Fronteiras - pós-graduação.

#### METAS 2012-2015

Descrição da Meta 2012 - 2015	Meta Prevista 2012 - 2015	Unidade de Medida	Meta Realizada		% da Meta total 2012 – 2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação	70,00	%	64,80	64,80	92,57	ABINEE

**Meta: Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação (Abinee)**

Em 2012 a participação da produção de equipamentos de telecomunicações nacionais passou a representar 64,8% das aquisições no mercado nacional.

Em março de 2013, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria MC nº 55/2013 que definiu as regras necessárias para a submissão de projetos para o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPUBL-Redes). Dentre as contrapartidas exigidas para o enquadramento dos projetos de investimento em redes de telecomunicações em banda larga está a necessidade de aquisição de equipamentos que são produzidos no Brasil, segundo o Processo Produtivo Básico (PPB), e de

equipamentos que foram desenvolvidos no País.

Outra ação de incentivo a produção nacional foi a desoneração dos smartphones. Em abril de 2013, a Portaria MC nº 87 regulamentou as características técnicas para que os telefones portáteis que possibilitam o acesso à Internet em alta velocidade do tipo smartphone pudessem usufruir dos benefícios fiscais da "Lei do Bem". Desde então, todos os equipamentos que cumprirem essas características de hardware e possuam PPB passam a ter a desoneração de seu PIS/Cofinsem sua venda no varejo.

Essas duas ações do MC pretendem atrair investimentos com o intuito de reduzir a dependência nacional na produção de equipamentos de telecomunicações em território brasileiro e, conseqüentemente, gerar produção suficiente para o aumento das exportações desses produtos.

## 4.23. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem por missão institucional auxiliar a Presidenta da República na formulação da política externa, assegurar sua execução, manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses nacionais, articulando as ações do Governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não intervenção.

### 4.23.1. Programa 2057: Política Externa

O Programa 2057 – Política Externa engloba as ações mais importantes do MRE com vistas à realização de sua missão institucional.

Entre seus objetivos principais estão:

- aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais;
- aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o País é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha;
- desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras; e
- promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Estão compreendidos, ainda, nesse programa, os objetivos:

- aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior;
- ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países;
- expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros;
- ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira;
- diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais; e
- expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2057 – Política Externa, por objetivo.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2057 – POLÍTICA EXTERNA**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2057- Política Externa	Código do Objetivo	Valores Liquidados		
		2012	2013	
No Exercício (1)	0900	568.383.225,89	644.407.953,95	
	0901	37.810.418,23	63.380.929,15	
	0902	-	175.341.246,37	
	0905	463.451,14	2.499.809,45	
	0907	31.712.705,97	12.526.747,86	
	0909	218.518,26	340.020,92	
	0911	37.290.694,46	45.839.262,69	
	0913	1.820.688,51	1.598.018,13	
	0915	32.762.239,61	31.396.890,16	
	0916	7.231.705,29	9.446.483,44	
	0917	37.252.026,34	32.412.590,63	
	0918	-	7.922.105,81	
	RPNP (2)	0900	3.079.116,52	16.717.261,99
		0901	45.431,97	193.758,98
0905		404.621,26	-	
0907		378.125,10	-	
0911		-	4.803.690,08	
0913		1.558.123,84	1.752.466,32	
0915		466.500,05	159.620,81	
0916		354.092,77	198.423,81	
0917		441.828,58	1.282.941,70	
0918		50.414,57	-	
<b>TOTAL</b>		<b>761.723.928,36</b>	<b>1.052.220.222,25</b>	

Fonte: Siasi gerencial, grupo "VALORES LIQ-PCPR", em 07/01/2014.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

No quadro a seguir, apresenta-se o nível de realização das metas quantitativas dos objetivos do Programa 2057 – Política Externa:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015	Fonte <sup>1</sup>
			2012	2013		
<b>Objetivo 0900</b>						
Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados	Representações	22	-	2	9,09%	Siop
<b>Objetivo 0902</b>						
Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais	Conferências	2	-	2	100,00%	Siop
<b>Objetivo 0907</b>						
Ampliar em 20% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet.	%	20	-	16,00	80,00%	Siop
Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro	Atividades	15	12	87	580,00%	Siop

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015	Fonte¹
			2012	2013		
Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do MRE em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações	Participações	25	17	12	48,00%	Siop
Aumentar de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior	Eventos anuais	190	130	150	78,95%	Siop
Aumentar de 15 para 25 o número de roadshows para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação	Roadshows	25	21	50	200,00%	Siop
Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos	Contratações anuais	100	-	163	163,00%	Siop
Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)	Cidades sul-americanas	6	6	4	66,67%	Siop
Melhorar a qualidade dos serviços prestados em 78 dos 100 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) já em operação, em termos de disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura.	SECOMs	78	-	79	101,28%	Siop
Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema	Reuniões	8	-	11	137,50%	Siop
<b>Objetivo 0913</b>						
Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma	% ao ano	10	28	28	280,00%	Siop
Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%	% ao ano	7	2,90	9,38	134,00%	Siop
<b>Objetivo 0915</b>						
Expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior	Cursos	16	15	23	143,75%	Siop
Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior	Leitorados brasileiros no exterior	100	69	43	43,00%	Siop
Realizar 40 cursos de português como língua de herança no exterior.	Cursos	40	-	21	52,50%	Siop
<b>Objetivo 0916</b>						
Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira	Obras	120	109	180	150,00%	Siop
Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros	Cursos	10	3	7	70,00%	Siop
Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional	Debates	60	22	38	63,33	Siop
Objetivo 0917						

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015	Fonte <sup>1</sup>
			2012	2013		
Aumentar em 10% em relação a 2010 o quantitativo de projetos concluídos na Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.	Projetos concluídos	1482	-	533	36%	Siop
Objetivo 0918						
Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres	Operações internacionais humanitárias anuais	120	109	95	79,17%	Siop

<sup>1</sup> Dados extraídos do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (Siop) em 23/01/2014.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados nas metas dos objetivos do Programa 2057 – Política Externa:

**Objetivo 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.**

As relações bilaterais com os países da América do Sul, Central e Caribe continuaram a ocupar posição privilegiada na estratégia de inserção internacional do Brasil, que procurou aprofundar as relações bilaterais na região por meio de uma série de iniciativas concretas.

Nas relações com a Argentina, podem ser citados os seguintes avanços: i) realização de ampla reunião de trabalho, em nível de Vice-Chanceleres, para tratar dos projetos estratégicos de cooperação bilateral nos temas de cooperação nuclear, cooperação espacial, defesa, indústria aeronáutica, infraestrutura e comunicações; ii) aprovação de linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento das obras de soterramento da linha ferroviária “Sarmiento”, na Província de Buenos Aires, que contam com a participação de empresas brasileiras; e iii) realização da primeira reunião da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina (Codefro), em que foi aprovado Plano de Ação que contempla 16 ações em temáticas de interesse da população fronteiriça, como áreas de controle integrado, cooperação policial, defesa civil e micro e pequenas empresas.

Com a Bolívia, merece destaque a cooperação para combate a ilícitos internacionais, que possibilitou a devolução de 375 veículos brasileiros roubados que haviam sido levados para o território boliviano. Têm avançado também as iniciativas de integração fronteiriça, com a realização das reuniões inaugurais dos Comitês de Cáceres/San Matías e de Guajará-Mirim/Guayaramerín.

A Presidenta da República realizou visita ao Chile em janeiro de 2013, quando participou de reunião com o Presidente chileno, à margem da I Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Por ocasião da visita, foram analisados aspectos da integração física na região, e firmado Memorando de Entendimento sobre

cooperação educacional, além de Acordo de Cooperação Antártica. Em abril, realizou-se missão a Santiago, da Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL), que resultou na assinatura de Memorando de Entendimento para o fortalecimento de capacidades na área de Concessões.

O Governo brasileiro elaborou junto à Colômbia programa de cooperação para desenvolvimento rural, tema prioritário para o País vizinho em eventual fase pós-conflito.

Com relação ao desenvolvimento fronteiriço, foi realizada, em agosto, a XV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração, que ensejou oportunidade para contatos diretos entre autoridades locais e das capitais dos dois países. Em 2013 ocorreram, ainda, a retomada dos voos diretos entre Brasil e Equador, ocorrida em janeiro, e duas visitas da Presidenta da República à Venezuela, por ocasião das exéquias do ex-Presidente e da posse do atual Presidente venezuelano.

As relações com o Paraguai entraram em nova fase em 2013, com a posse do novo Governo, após eleições. O Brasil integrou Missão Eleitoral da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para acompanhamento das eleições no Paraguai, e os observadores brasileiros atestaram a lisura do pleito.

Desde então, o Brasil tem buscado incentivar a plena reintegração do Paraguai aos foros regionais e facilitar a sua reaproximação com outros países da região. A Presidenta da República compareceu à cerimônia de posse do Presidente paraguaio, recebeu-o em visita de Estado a Brasília e acompanhou o mandatário paraguaio na inauguração da linha de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes.

O Brasil iniciou com o Peru, por meio do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), programa de transferência de tecnologia para produção de medicamentos no país andino e para formação de profissionais peruanos em saúde pública e gestão hospitalar.

Em novembro, a Presidenta da República realizou visita oficial ao Peru, ocasião em que foram assinados acordo em matéria de telecomunicações e termo de cooperação entre os Ministérios da Educação para a transferência ao Peru do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

(Simec), que permite o acompanhamento online da gestão da rede escolar.

Os Chanceleres do Brasil e do Uruguai aprovaram Plano de Ação bilateral que contempla 40 ações em áreas como livre circulação de bens e serviços e integração produtiva. Figuram no Plano a implantação da hidrovía Uruguai-Brasil, a reativação da interconexão ferroviária Cacequi-Santana do Livramento-Rivera-Montevideú e a construção de nova ponte sobre o rio Jaguarão.

Foi assinado Acordo que estabelece mecanismo simplificado para a concessão da residência permanente a nacionais brasileiros e uruguaios que queiram fixar moradia no outro país. Firmou-se, igualmente, acordo na área de defesa civil na fronteira entre os dois países.

No âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 2013, os Estados Partes do bloco dedicaram particular atenção à normalização da participação do Paraguai no bloco. Nesse espírito, foi adotada, em 12 de julho de 2013, a "Decisão Presidencial sobre o fim da suspensão do Paraguai do Mercosul". Foi inaugurada a linha de transmissão elétrica de 500 kV entre a usina de Itaipu e a cidade de Villa Hayes (próxima de Assunção), o maior empreendimento a receber recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), até o momento.

Com valor total de aproximadamente US\$ 550 milhões, dos quais cerca de 400 milhões financiados pelo Fundo, a obra permitirá ampliar o acesso da população paraguaia à energia elétrica produzida em Itaipu, além de estimular a instalação de novas indústrias no país. Em seus seis anos de operação, o Focem consolidou-se como importante instrumento financeiro para seus principais beneficiários, em particular o Paraguai, com um total de 43 projetos aprovados, em valor total superior a US\$ 1 bilhão.

No âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) os Chefes de Estado sul-americanos convocaram, em abril, reunião extraordinária sobre a Venezuela. Em agosto, houve consenso na reincorporação do Paraguai à Unasul a partir da data da posse do Presidente Horacio Cartes.

A Unasul também atuou como espaço de coordenação regional no contexto das revelações de atos de espionagem contra países sul-americanos e seus nacionais. Em agosto de 2013, foi concluída a regulamentação do Foro de Participação Cidadã. O Foro será um canal permanente de informação, consulta e seguimento entre as instâncias da Unasul e a sociedade civil.

O relacionamento com os países da América Central continuou a estreitar-se, em 2013, com crescente aproximação política, cooperação técnica, assistência humanitária, comércio e financiamento a obras de infraestrutura.

Em 2013, Guatemala e Honduras adotaram o sistema nipo-brasileiro de TV digital, somando-se a Costa Rica e Nicarágua, que haviam feito o mesmo em anos anteriores. São crescentes os investimentos brasileiros no México, incluindo

financiamentos aprovados pelo BNDES por montante superior a US\$ 1 bilhão nos últimos anos.

No tocante à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em 2013, o Governo brasileiro apoiou a Presidência Pro Tempore cubana e organizou duas de suas reuniões no Brasil. A primeira foi a Reunião de Altos Funcionários sobre Ciência e Tecnologia, realizada no Parque Tecnológico Itaipu, em Foz do Iguaçu, no início de outubro.

O segundo evento abordou a questão da agricultura familiar. A I Reunião sobre Agricultura Familiar da Celac, realizada em Brasília, em novembro, promoveu maior intercâmbio sobre políticas públicas de desenvolvimento rural e apoio aos agricultores familiares.

Quanto às relações do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA), estão em funcionamento, atualmente, mais de trinta mecanismos institucionais de diálogo bilateral. Em 2013, foram realizadas as seguintes edições desses mecanismos: X Diálogo Comercial; VIII Fórum Brasil-EUA de Altos Dirigentes de Empresas (CEO Fórum); II Diálogo Estratégico em Energia; II Diálogo sobre o Desarmamento e Não-Proliferação; VII Reunião do Comitê Gestor do Plano de Ação Conjunta para Eliminação da Discriminação Étnico-Racial; II Reunião da Comissão do Diálogo Anual sobre Trabalho e Emprego; e o IV Diálogo Econômico-Financeiro.

Foram, também, concluídos diversos projetos previstos na Parceria em Aviação, nas áreas de certificação de aeroportos; serviço aeroportuário; aviação civil e meio ambiente; desenvolvimento da indústria aeronáutica; e aeronaves experimentais e aviação esportiva leve.

O Canadá, atualmente o principal destino de investimentos diretos brasileiros no exterior em termos de estoque acumulado, deverá tornar-se o segundo maior destino de estudantes brasileiros no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, absorvendo, nos próximos quatro anos, 12 mil bolsistas.

Em 2013, realizaram-se, entre outros, o II Diálogo de Parceria Estratégica e o III Diálogo Político-Militar com aquele País.

Ao longo de 2013, a meta de intensificar as relações com os países europeus cumpriu-se por meio de contatos nos mais diversos níveis, sobretudo presidencial e ministerial.

Destacam-se, nesse contexto, a realização da XI Cimeira Brasil-Portugal, em junho, com resultados importantes na área de reconhecimento de diplomas universitários, e a visita de Estado do Presidente da França, em dezembro, com a assinatura de importantes contratos entre empresas dos dois países em áreas como o desenvolvimento de satélite geoestacionário de uso civil e militar, produtos de defesa e produção de vacinas infantis e heptavalentes.

O Brasil também expandiu sua agenda de contatos com os países do Leste Europeu, com destaque para o aprofundamento das parcerias estratégicas com Rússia e Ucrânia, com a realização de encontros de alto nível e técnicos

para implementação de projetos de cooperação nas áreas econômico-comercial, C&T, espacial, defesa e educação.

No âmbito da parceria estratégica estabelecida em 2007, foi realizada a VI Cúpula Brasil-União Europeia, em janeiro, que reuniu a Presidenta da República, o Presidente do Conselho da União Europeia e o Presidente da Comissão Europeia.

A XV Comissão Mista ocorreu em novembro, em Bruxelas, tendo produzido avaliação detalhada dos diálogos estruturados que são mantidos entre Brasil e UE. A III Reunião do Mecanismo de Diálogo Político, na mesma cidade, possibilitou a troca de informações sobre o cenário internacional e a concertação de posições.

Dando prosseguimento à expansão e intensificação da agenda de relacionamento e da cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, a Presidenta da República participou, como convidada especial da América Latina, das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana, em Adis Abeba.

Participou da Cúpula América do Sul-África, em Malabo, e visitou Nigéria e África do Sul. O Vice-Presidente da República visitou Omã, Israel, Palestina e Emirados Árabes Unidos.

Brasil e China prosseguiram, ao longo deste exercício, com o aprofundamento da Parceria Estratégica Global entre os dois países. Em novembro, o Vice-Presidente do Brasil, acompanhado de delegação de alto nível, co-presidiu, em Cantão, a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) e manteve encontro com o Presidente e com o Vice-Presidente da China.

No âmbito da Parceria Estratégica com a Índia, teve lugar em Brasília, em 14 de outubro, a VI Reunião da Comissão Mista Ministerial bilateral, que passou em revista o desenvolvimento recente da cooperação e do intercâmbio bilaterais.

O Brasil recebeu, em setembro, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão e sediou a IV reunião do Grupo de Notáveis Brasil-Japão, que se destina a elaborar análises e propostas para as relações bilaterais, com foco em comércio e investimentos.

Foram também aprofundadas as relações do Brasil com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), à luz da adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação da entidade, em 2012.

Realizaram-se também reuniões de Consultas Políticas entre o Brasil e Coreia do Sul, Cazaquistão, Cingapura, Indonésia, Fiji, Samoa, Austrália, Brunei Darussalam, Malásia e Mongólia.

Com vistas a apoiar a implementação de programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma das principais metas no âmbito desse objetivo, foi mantido o apoio à participação de alunos dos países em desenvolvimento da CPLP no curso de formação do Instituto Rio Branco (um diplomata de Angola, um de Moçambique, um de Timor-Leste e dois de São Tomé

e Príncipe), no Programa de Incentivo à Formação Científica (115 bolsistas atendidos) e no Programa das Letras e dos Números (210 professores de Cabo Verde e 110 de Angola atendidos), de apoio à formação de professores do ensino básico e intermediário.

Com vistas a possibilitar que todos os membros da CPLP tenham representação diplomática em todos os países da CPLP, manteve-se o apoio brasileiro ao Programa de Instalação, Estruturação e Manutenção da Embaixada da Guiné-Bissau no Brasil.

Concluiu-se, por fim, o processo de aquisição de imóvel para abrigar a Residência Oficial da Embaixada do Brasil em Pretória.

O processo relativo à compra do imóvel que abriga a Chancelaria do Consulado-Geral em Rivera está sob análise da Secretaria de Patrimônio da União.

A Embaixada do Brasil em Berlim recebeu instrução para ratificar a avaliação do imóvel que se pretende adquirir para sua Chancelaria, pois houve oscilações de mercado importantes no período.

***Objetivo 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.***

Com vistas a aprofundar a participação, no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional (CDOT), o Brasil participou da primeira reunião ministerial do Conselho, realizada em agosto de 2013.

Na ocasião, aprovou-se o Plano de Ação do CDOT, que contém iniciativas de cooperação e fora elaborado pela Instância Executiva do Conselho, com ativa participação brasileira.

Intensificando sua participação no Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas da Unasul, o Brasil indicou pontos focais para todos os Grupos de Trabalho (GT) do Conselho, quais sejam: i) redução da demanda; ii) desenvolvimento alternativo, integral e sustentável, inclusive preventivo; iii) redução da oferta; iv) medidas de controle; v) lavagem de ativos; e vi) fortalecimento institucional e harmonização legislativa. Os pontos focais são representantes de órgãos do Governo brasileiro competentes pelos temas dos GTs e mantêm contato com os pontos focais dos demais Estados membros da Unasul.

Foram realizadas reuniões bilaterais na área de enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais com Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, Guiana, Peru, Rússia e União Europeia.

Além disso, o Brasil participou de reuniões multilaterais e regionais sobre o tema no âmbito da Unasul, das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, entre outros.

Deu-se prosseguimento ao processo de renegociação de Acordos sobre informações sigilosas, cuja tramitação fora sobrestada em razão da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Onze países contrapartes dos Acordos incompatíveis com a nova legislação nacional já foram informados sobre a necessidade de alteração de artigos. Estão em negociação acordos na área de segurança pública e combate a ilícitos transnacionais com países de todos os continentes. Foi elaborado modelo de acordo de cooperação para o combate a ilícitos transnacionais.

O Brasil tem, também, participado ativamente das discussões sobre o problema do crime cibernético, no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), tendo inclusive contribuído financeiramente para o processo.

Por ora, não há consenso internacional sobre a conveniência da celebração de convenção universal sobre o tema. O Brasil vem tratando do tema em reuniões bilaterais, bem como no âmbito dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China).

Por fim, os temas segurança em grandes eventos ou prevenção ao terrorismo foram tratados em mecanismos de cooperação bilateral com países como Colômbia, Estados Unidos e Guiana, bem como no âmbito do Brics.

**Objetivo 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.**

O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo para cooperação triangular, por meio de apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul (SSCTF). O Fundo iniciou suas atividades, a partir de contribuição brasileira, e tem financiado projetos demandados pelo BAD e por países membros. As perspectivas abertas pelo Fundo fizeram com que fosse superada a necessidade de assinatura do Memorando de Entendimento com o BAD.

Além disso, segue em curso a discussão sobre possível instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação (uma das metas do Objetivo 0905), que poderia suceder ao acordo atual, negociado no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na reunião realizada em Bruxelas, em 2012, a União Europeia (EU) e os EUA defenderam maior celeridade para as negociações, e a China reiterou posição mais cautelosa. As discussões têm-se concentrado no setor de construção naval e equipamentos médicos.

A candidatura brasileira ao Banco Asiático encontra-se em etapa de consultas informais. Entre os 67 membros do Banco,

47 já declararam apoio ao Brasil (o que supera o número mínimo de apoios necessários de membros).

O Governo brasileiro tem realizado gestões em encontros de alto nível com autoridades de EUA e Japão, com vistas ao cumprimento de requisito adicional (aprovação de membros que tenham ao menos 75% do poder de votos na instituição).

Na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), foi concluído, com êxito, em junho de 2013, o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso.

Um dos principais atores do processo negociador, o Brasil é signatário do acordo, cujo trâmite interno de ratificação está em curso. Seguem em negociação os instrumentos internacionais para bibliotecas e arquivos; usos educacionais; e pessoas com outros tipos de deficiência.

**Objetivo 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.**

Foi atingido nível de realização de 580% na meta de ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.

Em 2013, chegou-se à soma de 87 atividades de capacitação. Foram 12 as participações do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.

Quanto à ampliação de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior, foi computado, em 2013, o número de 150 eventos.

Foram realizados, ainda, apenas em 2013, 50 roadshows para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação. Este número representa 200% de realização da meta prevista.

Foram feitas, ainda, 163 contratações para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos, 63% a mais do que as 100 contratações previstas.

Ampliou-se em 16% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet e 4 cidades sul-americanas foram contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de

Importações (PSCI). Por fim, a meta de realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema foi igualmente superada, tendo sido realizadas 11 reuniões até 2013.

**Objetivo 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.**

Na área de TV Digital, o Brasil mantém esforço de aproximação com países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro, inclusive mediante o oferecimento de cursos e missões técnicas de capacitação. A partir da consolidação do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T) na América do Sul, o Brasil, em parceria com o Japão e os demais países que já adotaram o referido padrão, tem obtido importantes resultados na América Central e na África, com o anúncio da adesão, em 2013, dos governos da Guatemala, Honduras e Botsuana, este sendo o primeiro país africano a anunciar escolha pelo padrão ISDB-T.

Quanto à meta de capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (Sectec) para atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet, alguns postos do MRE no exterior – como as Embaixadas em Londres, Washington, Cingapura e Seul, e os Consulados-Gerais em Atlanta, São Francisco, Los Angeles e Boston – já atuam como observatórios de inovação, informando sobre a formulação de políticas públicas no setor em seus respectivos países e áreas de jurisdição; detectando oportunidades de investimento e associações entre setores empresariais de base tecnológica; e sugerindo parcerias entre laboratórios e instituições de pesquisa, nacionais e estrangeiros, em áreas de elevado impacto social, como saúde e meio ambiente.

Em 2013, continuaram a ser enviadas instruções para que os postos no exterior, e os Sectec em particular, atendem para as oportunidades de cooperação bilateral no campo da inovação. Tendo em vista a crescente importância da governança da Internet no cenário internacional, o Itamaraty vem envidando esforços para transmitir informações essenciais para que Postos relevantes tenham maior capacidade de monitorar desdobramentos nessa área.

A meta de expandir o número de Sectecs no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais, foi superada antes do prazo estimado. Em 2012, a rede de postos já contava com 23 Sectecs.

Em 2013, as Embaixadas em Havana, Estocolmo, Oslo e Helsinque e os Consulados-Gerais em Atlanta e Los Angeles consolidaram a operação na modalidade de Sectec, com resultados iguais ou semelhantes aos de outros Sectec anteriormente operantes e plenamente institucionalizados. Da mesma forma, a rede de Sectec tem passado paulatinamente a atuar, na prática, como setores de promoção e aprendizado para a inovação.

De modo a promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados, o Brasil buscou potencializar as políticas de inovação do Governo Federal – notadamente o Plano Brasil Maior e os programas Brasil Inova, TI Maior e Ciência sem Fronteiras – a partir da intensificação de parcerias internacionais para a inovação.

Em 2013, foram realizados diálogos bilaterais em ciência, tecnologia e inovação com Alemanha, Canadá, China, Itália, Países Baixos e União Europeia e diálogos específicos sobre inovação, com Estados Unidos, França, Portugal e Reino Unido. O Itamaraty também organizou o I Seminário sobre Diplomacia da Inovação.

Destaque-se a realização, pela primeira vez no País, da sexta edição do Fórum Mundial da Ciência (WSF), em novembro de 2013, no Rio de Janeiro/RJ, e a participação do Brasil como homenageado na Exposição Tecnópolis, de julho a novembro, em Buenos Aires.

Foram celebrados instrumentos de cooperação em áreas específicas de CT&I com a Noruega, a Ucrânia, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI/UNIDO) e o Japão, sendo que o acordo com este País foi implementado com a realização da expedição oceanográfica conjunta no Atlântico Sul, em abril.

Em 2013, o Brasil assumiu a liderança de Grupo de Trabalho sobre governança da Internet, no âmbito do Plano de Ação da América Latina e Caribe sobre Sociedade da Informação, e participou ativamente das reuniões do Fórum de Governança da Internet, da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) e do processo de revisão dos resultados Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação, pautado pela defesa do modelo multissetorial e democrático de governança.

**Objetivo 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.**

O intenso esforço de desenvolvimento de programas de treinamento de pessoal e investimentos em equipamentos permitiu atingir, já em 2013, a meta de 89,41% (prevista para 2015) no Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC), que acompanha o nível de automação e controle das atividades consulares, indicando a proporção dos serviços emitidos no Sistema Consular Integrado.

**Objetivo 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.**

A meta de alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação por turma do Instituto Rio Branco – IRBr, até 2015, foi cumprida e mesmo ultrapassada, tendo sido possível ao IRBr, no ano de 2013, formar 12 bolsistas estrangeiros, que representaram cerca de 28% da turma regular de 42 alunos, dos quais 30 eram brasileiros.

Dos 30 candidatos chamados a prestar os exames médicos finais no âmbito do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2013, três são afrodescendentes, o que indica possível aprovação de 10% de afrodescendentes no concurso desse ano, índice que supera a meta de 7% prevista.

Destes três, um beneficiou-se de bolsas de estudo no âmbito do Programa de Ação Afirmativa do IRBR e os outros dois, da determinação de assegurar 10% das vagas da 1ª fase do Concurso a candidatos afrodescendentes. O Programa de Ação Afirmativa do Instituto concederá, em 2013, 79 bolsas de estudo.

**Objetivo 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.**

Com os 23 cursos realizados até 2013, a meta de expandir de cinco para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior foi superada, atingindo o patamar de 143% de realização.

As restrições orçamentárias do período, entretanto, obrigaram à revisão da meta de expandir para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros.

Passou a ser de 24 o número de centros previsto para 2015, representando uma expansão de dois centros em relação ao número atual. Do mesmo modo, foram 43 os leitorados brasileiros em 2013, ante a meta de 100 estabelecida para o final do Plano Plurianual 2012-2015.

**Objetivo 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.**

Foram editadas e realizadas tiragens de 180 publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, tendo sido implementada 150% (cento e cinquenta por cento) da meta prevista para o período

2012 – 2015, que era de 120 (cento e vinte) publicações. Esse número representa uma superação da meta em cerca de 50% (cinquenta por cento).

Foram realizados sete dos 10 cursos para diplomatas estrangeiros previstos no Plano Plurianual 2012-2015, representando o cumprimento de 70% da meta prevista, sendo quatro referentes ao exercício de 2013, a saber: I Curso da Liga dos Estados Árabes-LEA; IV Curso para Diplomatas Africanos; I Curso para Diplomatas do Caribe; e XI Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Realizaram-se, ainda, diretamente ou em parceria com outras instituições, 38 (trinta e oito) dos 60 (sessenta) debates previstos sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, workshops, palestras, encontros e cursos, com um cumprimento de cerca de 63% desta meta. Ao todo foram realizados 16 debates em 2013.

**Objetivo 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.**

Dos 1.482 projetos que devem ser implementados até 2015 para que a meta de aumentar em 20% o quantitativo de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional entre Brasil e outros países em desenvolvimento seja cumprida, 816 já foram implementados, o que representa 55,06% da meta total.

Até novembro de 2013, o Brasil executou 141 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e Caribe, em benefício de 21 países, nos setores de agropecuária, educação, meio ambiente, defesa, segurança pública, trabalho e emprego, e desenvolvimento social. Na África, foram executadas 84 iniciativas de cooperação bilateral, em 27 países. Há, atualmente, 12 projetos de cooperação em andamento no Oriente Médio e na Ásia.

Foi assinado, em julho de 2013, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), projeto de cooperação técnica intitulado “Consolidação da Cooperação Técnica Internacional Brasileira”, que tem como componente a elaboração de diagnóstico e a apresentação de subsídios para a construção do marco regulatório da cooperação.

**Objetivo 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.**

Proposta de marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

No que tange especificamente à assistência alimentar, foi elaborada - em coordenação com a Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - minuta de projeto de lei que deverá ser encaminhado para o Congresso nos próximos meses.

Em 2013, o País empreendeu 95 iniciativas de cooperação humanitária, totalizando montante superior a 25 milhões de dólares e beneficiando cerca de 40 países na América Latina, África e Ásia.

Dessa forma, o País contribuiu para a garantia dos direitos humanos em situação de emergência, conciliando medidas emergenciais e estruturantes e pautando a cooperação humanitária brasileira pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Na dimensão emergencial, entre outras ações, o Brasil doou mais de 22 mil toneladas de alimentos ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), contribuindo para

garantia da segurança alimentar e nutricional de 17 países, em três Continentes, totalizando cerca de 10,5 milhões de dólares.

No que diz respeito às estratégias estruturantes, o Brasil reafirmou o compromisso com o Programa Purchase from Africans for Africa (PAA Africa), desenvolvido em cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal), com o objetivo de promover programas de compras locais de alimentos para assistência alimentar, por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas.

Ao final dos dezoito meses da primeira fase, foram beneficiados 5.187 agricultores, 434 escolas primárias e 124.468 estudantes, nos referidos cinco países.

## 4.24. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

O Ministério de Minas e Energia (MME) tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de oportunidades a novos investimentos produtivos.

Na esfera orçamentária a política energética é executada

na Função Energia, sendo detalhada nos Programas Temáticos Combustíveis, Energia Elétrica e Petróleo e Gás. Neste sentido cada programa temático se desagrega em objetivos que representam cada macroprocesso necessário à execução daquela política pública que vai desde a pesquisa geológica para a descoberta de bacias sedimentares (para o caso dos hidrocarbonetos) até o transporte e distribuição de derivados e no caso do setor elétrico desde os estudos de inventário e viabilidade (de aproveitamentos hidrelétricos) até a distribuição aos consumidores finais.

Paralelamente, cada setor (elétrico, petróleo e combustíveis) possui atividades voltadas para planejamento setorial, regulação e fiscalização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

### 4.24.1. Programa 2022 - Combustíveis

O Programa 2022 - Combustíveis articula um conjunto de objetivos e iniciativas nas áreas de refino de petróleo, produção de biocombustíveis, abastecimento, logística e transporte de petróleo e combustíveis, bem como sua devida regulação.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2022 – COMBUSTÍVEIS, PARA O OBJETIVO 0054

Programa Combustíveis	2012	2013
Objetivo 0054	22.819.139.540	25.943.711.904
<b>TOTAL</b>	<b>22.819.139.540</b>	<b>25.943.711.904</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

#### Etanol

Na atual safra (2013/14), o setor sucroenergético apresentou recuperação na produção de etanol e açúcar motivada pela expansão da área plantada da cana e pela consolidação da política de incentivo à renovação de canaviais, que gerou o aumento da produtividade.

A conjugação destes fatores proporcionaram aumento de 12% na produção de etanol, com um volume de 27 bilhões de litros, fruto do aumento da produtividade, que saltou de 69,41 ton/ha na safra 2012/13 para 74,89 ton/ha na média do País, e da expansão da área plantada na safra 2013/14.

Com este aumento na produção de etanol, o País superou o recorde de produção atingido na safra 2008/09 (27,5 bilhões de litros).

O setor produtivo ainda se recupera de uma retração na oferta de cana-de-açúcar, fruto de três safras desfavoráveis do ponto de vista climático e da perda de produtividade decorrente da redução dos investimentos nos canaviais, mas dá sinais claros de retomada tanto dos investimentos, quanto da produção. No entanto, algumas dificuldades persistem.

Mesmo com a desoneração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para o etanol, o setor ainda enfrenta os desafios da elevação dos custos de produção do setor sucroalcooleiro, que tem comprometido a competitividade deste biocombustível tanto no mercado interno quanto para as exportações.

Em 2013, o Governo Federal promoveu a alteração do percentual de mistura de etanol anidro na gasolina, de 20% para 25%, nos termos da Resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima) nº 1, de 28 de fevereiro de 2013.

Esta decisão contribuiu para o aumento da demanda por etanol combustível, que naquele ano aumentou para 23,7 bilhões de litros (crescimento de 24% em relação a 2012).

No campo normativo, cabe destaque às Resoluções do Banco Central do Brasil nºs 4.231 e 4.232, ambas de 18 de junho de 2013, que instituíram, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Industrial), destinado aos produtores de açúcar e etanol.

As citadas Resoluções institucionalizaram a Medida Provisória nº 615/2013, convertida na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autorizou o financiamento para a renovação e implantação de canais, com o objetivo de estimular a renovação e ampliação dos canais.

Para dar apoio aos produtores rurais de cana-de-açúcar e às usinas de etanol combustível nas regiões mais afetadas pela estiagem durante a safra 2011/2012, o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, concedeu subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar da região Nordeste, no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por tonelada de cana-de-açúcar, limitada a dez mil toneladas por produtor, considerando a quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e às destilarias da região Nordeste.

Da mesma forma, foi concedida subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolveram suas atividades na região Nordeste, na safra 2011/2012, destinada ao mercado interno, no valor de R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado na safra 2011/2012.

No que se refere à infraestrutura logística para o etanol, destaca-se a inauguração das operações do alcoolduto que interliga as cidades paulistas de Ribeirão Preto a Paulínia. Listado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o empreendimento faz parte do Sistema de Escoamento de Etanol da Logum Logística S.A. e se divide em nove fases que incluem a construção de dutos e terminais coletores de etanol.

O trecho em operação que liga a cidade de Ribeirão Preto/SP a Paulínia/SP tem extensão de 208 quilômetros, capacidade de movimentar 12 bilhões de m³ por ano e investimento da ordem de R\$ 1 bilhão na construção de um terminal coletor de Etanol em Ribeirão Preto/SP e de um duto ligando esse terminal a um parque de tanques na Refinaria de Paulínia/SP.

#### **Biodiesel**

De forma a atender ao suprimento regular de biodiesel para a mistura compulsória, determinada por Lei, foram realizados, desde o início do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, 34 leilões públicos.

Trata-se de um mecanismo transparente de negociação em que produtores de biodiesel vendem seu produto para produtores de diesel de petróleo. Em 2013, foram seis leilões, um para cada bimestre do ano.

Esses seis leilões asseguraram o atendimento à demanda obrigatória de aproximadamente 2,9 bilhões de litros de biodiesel para a mistura B5 (5% de biodiesel no diesel).

O forte avanço do biodiesel no mercado interno credenciou o Brasil, num curto espaço de tempo, como um dos três maiores produtores e consumidores no mundo, junto à Alemanha e Estados Unidos.

Até final de novembro de 2013, o Brasil contava com 58 unidades produtoras de biodiesel devidamente autorizadas a produzir e a comercializar esse biocombustível, totalizando uma capacidade de produção nominal instalada da ordem de 7,5 bilhões de litros por ano.

Essa capacidade se mantém nos últimos anos em mais do que o dobro da demanda do mercado interno. Por um lado, isso é um fator positivo, seja porque os investimentos foram estimulados por um ambiente de segurança regulatória, seja porque existe um potencial excedente para que o Brasil exporte biodiesel.

Por outro lado, promover e estimular um melhor equilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda interna coloca-se como um importante desafio que vem sendo trabalhado pelo Governo.

No ano de 2013, o Brasil deu mais um passo importante para melhorar a forma de comercialização de biodiesel no País. Com o objetivo de reduzir custos e melhorar a eficiência logística nos estoques de segurança de biodiesel, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 116, de 4 de abril de 2013, que instituiu novo modelo de negociação para os estoques de biodiesel.

A medida teve como foco os consumidores, assegurando estoques com preço competitivo, qualidade e regularidade. A norma também compatibiliza a logística para os estoques com as especificações de qualidade mais rígidas implementadas pela ANP.

No Programa 2022 - Combustíveis consta o Objetivo 0054 – Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Os desafios de processar a crescente produção de óleo brasileiro, de priorizar a produção em maior quantidade de derivados leves e médios e de aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos vêm sendo vencidos com investimentos e grandes avanços tecnológicos.

O parque nacional de refino se encontra em processo de expansão e modernização, e os investimentos de qualidade, conversão e modernização abrangem todas as refinarias brasileiras.

Além disso, encontra-se em avançado estágio de construção a Refinaria do Nordeste (RNEST) e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

A seguir, apresentam-se os resultados alcançados nas metas do Objetivo 0054 do Programa 2022 – Combustíveis.

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd.**

Em 2013, houve aumento de 6,5% (data de referência: 03/01/2014) no volume de petróleo processado pela Petrobras em relação ao ano anterior. Este aumento ocorreu em razão da maior utilização dos ativos existentes e de ações para elevação da produção de diesel, querosene de aviação e de gasolina. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a média de processamento em 2013 foi de 2.059.055 (Nov/2013) barris de petróleo por dia.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd	bpd	2.205.000	1.931.996	2.059.055 Obs.: Acumulado até Nov/13	93,38%	ANP

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).**

De acordo com a ANP, em 2013, a produção nacional de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), de 21,97x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013), apresentou declínio quando comparada ao ano anterior. O declínio se deu pela conjunção dos seguintes fatores: parada de produção de refinarias (Revap e Repar) e ajustes da Petrobras para otimização da gasolina (ex: unidade de FCC – Craqueamento Catalítico Fluido) produzindo mais gasolina do que GLP).

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	m <sup>3</sup> /dia	30x10 <sup>3</sup>	22,80	21,97 Obs.: Acumulado até Nov/13	73,25%	ANP

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de gasolina.**

Em 2013 houve aumento de produção de gasolina pela Petrobras, em função da maior utilização das unidades de craqueamento catalítico e da partida da unidade de Reforma da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em junho de 2012. Segundo informa a ANP, a produção de gasolina A atingiu 78,68 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013).

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de gasolina.	m <sup>3</sup> /dia	62x10 <sup>3</sup>	71,87	78,68 Obs.: Acumulado até Nov/13	126,91%	ANP

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel.**

Em 2013, houve aumento na produção de diesel em relação ao ano anterior, devido ao maior nível de processamento do produto, ao aumento da utilização de unidades de hidrotratamento (HDTs) e ao início da operação da unidade de coque da Repar, em agosto de 2012. Segundo a ANP, a média de produção de óleo diesel em 2013 alcançou 135,87 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013).

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de óleo diesel.	m <sup>3</sup> /dia	152x10 <sup>3</sup>	124,67	135,87 Obs.: Acumulado até Nov/13	89,39%	ANP

**Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de Querosene de Aviação (QAV).**

Segundo informações da ANP, a média de produção de QAV em 2013 foi de 15,14 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013). As refinarias da Petrobras apresentaram maior produção de QAV, decorrente do aumento de capacidade e de eficiência das unidades de processo.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de Querosene de Aviação (QAV).	m <sup>3</sup> /dia	21x10 <sup>3</sup>	14,85	15,14 Obs.: Acumulado até Nov/13	72,12%	ANP

**Meta: Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S-10; 18x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S- 500; 66x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de gasolina S-50.**

Merecem destaque as partidas das unidades de qualidade (HDS de nafta e HDT de diesel) ao longo de 2012 e 2013, produtoras do diesel e da gasolina adequados às novas especificações. Segundo a ANP, em 2013 foram produzidos 11,99 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013) de óleo diesel S-10, 61,96 x 10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia (Nov/2013) de óleo diesel S- 500.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de óleo diesel S-10	m <sup>3</sup> /dia	68x10 <sup>3</sup>	0,98	11,99 Obs.: Acumulado até Nov/13	18%	ANP
Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 18x10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /dia de óleo diesel S- 500	m <sup>3</sup> /dia	18x10 <sup>3</sup>	61,03	61,96 Obs.: Acumulado até Nov/13	344%	ANP

#### 4.24.2. Programa 2033 - Energia Elétrica

O Programa 2033 - Energia Elétrica articula um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e a execução dos processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo que se inicia com os estudos quanto às necessidades, abrange ainda

o planejamento e a pesquisa para se saber onde se pode construir (estudos de inventário e viabilidade), os leilões e as obras de geração, transmissão e distribuição.

São partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2033 – ENERGIA ELÉTRICA, PARA OS OBJETIVOS 0036 E 0436

Programa Energia Elétrica	2012	2013
Objetivo 0036	644.076.891	806.613.815
Objetivo 0436	713.645.468	687.157.970
<b>TOTAL</b>	<b>1.357.722.359</b>	<b>1.493.771.785</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

No Programa 2033 – Energia Elétrica consta o Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao SIN se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os Estados da região Norte e para os

complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, mediante contratação por certame licitatório, onde participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso do sistema de transmissão, dos 17.650 km de novas linhas de transmissão previstos para o período do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, em 2013 entraram em operação mais 9.928 km, o que equivale a 56,2% do total previsto para o período.

Assim, nos dois primeiros anos do PPA, o Objetivo 0036, no que tange à expansão de transmissão, já alcançou 72% de realização das suas metas previstas para o período totalizando cerca de 12.670 km, conforme apresentado no quadro a seguir.

Descrição da Meta	Unidade	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013		
Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão	km	17.650	2.744	12.672	72,0	Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico (DMSE)
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação	MVA	22.000	10.034	21.694	98,6	Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico (DMSE)

Contribuíram com destaque para essa alta realização de 2013 a conclusão e entrada em operação do sistema de transmissão para integração dos Estados do Amazonas e do Amapá (LT Tucuruí – Macapá – Manaus), com cerca de 3,4 mil km, e do primeiro circuito do sistema de integração das usinas do rio Madeira (Santo Antonio e Jirau), com cerca de 4,7 mil km de extensão. No caso da capacidade de transformação de subestações foram adicionados cerca de 11.660 MVA em 2013, montante equivalente a 53% do total previsto para o período 2012-2015.

Adicionando-se esse montante ao realizado em 2012 (10.034), concluímos que o alcance da meta ficou praticamente assegurado, com 98,6% de realização somente nos dois primeiros anos do PPA.

No Programa 2033 - Energia Elétrica consta também o Objetivo 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No caso das distribuidoras do Grupo Eletrobras, o perfil dos consumidores apresenta algumas peculiaridades, como a necessidade de um intenso programa de redução de perdas, principalmente comerciais, e a melhoria nos indicadores de qualidade dos serviços.

O processo de universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geoeletricas.

Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: i) a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos Estados ao SIN; ii) a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e iii) a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região.

Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizado com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção.

Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

No PPA 2012-2015 havia a previsão de implementar-se 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica. Foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 1.931 km, sendo 1.018 km em 2012 e 913 km em 2013, representando um percentual de 184% de realização.

No caso da expansão da capacidade de geração instalada, foram adicionados 56 MW em 2012, quando a previsão para o período do PPA é de adicionar-se 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados.

As perdas foram reduzidas em média em 2,19% no âmbito das empresas do Grupo, valor já superior à meta para o final do PPA, a qual deve ser mantida ou superada até o final do período.

Descrição da Meta	Unidade	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada		% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Fonte das Informações
			2012	2013		
Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica	km	1.050	1.018	1.931	184,0	Distribuidoras do Grupo Eletrobras
Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados	MW	150	56	56	37,0	Distribuidoras do Grupo Eletrobras
Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos	unid	1,25	3,24	2,19	175,0	Distribuidoras do Grupo Eletrobras

Mesmo com a adição de 56 MW em 2012, a meta de 150 MW prevista no período do PPA dificilmente será alcançada, considerando a tendência de integração de boa parte dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio dos sistemas de transmissão em implantação no norte do País, integrando os Estados do Acre, Rondônia, Amapá, Amazonas e Roraima ao SIN.

#### 4.24.3. Programa 2053 – Petróleo e Gás

O Programa Petróleo e Gás articula um conjunto de objetivos

e iniciativas afins e compreende além dos recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa, que envolve uma sequência complexa de etapas e de processos decisórios, envolve projetos de longa maturação e com investimentos e riscos elevados.

Os projetos enquadrados neste programa estão na área de pesquisa geológica, com o objetivo de ampliar as reservas desses energéticos, exploração e produção de petróleo e gás, bem como a regulação do setor.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2053 – PETRÓLEO E GÁS, PARA O OBJETIVO 0057

Programa Petróleo e Gás	2012	2013
Objetivo 0057	46.144.615.016	61.549.388.019
<b>TOTAL</b>	<b>46.144.615.016</b>	<b>61.549.388.019</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

No Programa 2053 – Petróleo e Gás consta o Objetivo 0057 – implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Em relação a este Objetivo houve um aumento significativo nos investimentos efetuados pelo Grupo Petrobras (33,4%), o que se deveu a maiores investimentos em exploração de petróleo e gás natural em bacias marítimas, desenvolvimento e manutenção da produção na Bacia de Campos e construção de plataformas.

A produção média de óleo ficou dentro das previsões, com o início de operação das plataformas/FPSOs Cidade de São Paulo, Cidade de São Vicente, Cidade de Itajaí e Cidade de Paraty, da interligação de 15 novos poços e da crescente produção do Pré-sal. Destacando-se o aumento de produção por eficiência operacional em 62 mil barris por dia no segundo trimestre de 2013 na Bacia de Campos.

Apesar de não estar contabilizada até a presente data, a produção no segundo semestre foi incrementada a partir da entrada em produção das plataformas P-55 e P-63, nos campos de Roncador e Papa-Terra, respectivamente.

A seguir, apresenta-se os resultados alcançados nas metas do Objetivo 0057 do Programa 2053 – Petróleo e Gás:

**Meta: Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação.**

A produção média diária de gás natural até nov/2013 foi de 76,8 milhões de m<sup>3</sup>, cerca de 11% a mais que o mesmo período de 2012, principalmente devido a entrada em operação de 5 novas plataformas: FPSOs Cidade de São Paulo, Cidade de Itajaí, Cidade de Paraty, P-63 e Plataforma Semissubmersível P-55 e ao aumento de produção na área do Pré-sal.

**Meta: Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados.**

Devido à operação das quatro FPSOs supracitadas, da interligação de 15 novos poços e da crescente produção do Pré-sal, até novembro de 2013, a produção média diária de petróleo (óleo, mais líquido de gás natural – LGN) no Brasil foi de 2,093 milhões de barris, superando a produção média do mesmo período em 2012.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Aumentar a produção de petróleo e LGN, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados	milhões de barris por dia	3,07	2,023	2,102	67,78%	ANP e Petrobras

**Meta: Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis.**

Destaca-se que, ao longo de 2013, foram registradas 132 descobertas, sendo 62 em mar e 70 em terra.

#### Outras Considerações

##### Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

No setor de exploração e produção (E&P), a produção de petróleo, até novembro de 2013, alcançou a média diária de 2,093 milhões de barris, enquanto que a de gás natural atingiu a média diária de 76,8 milhões de m<sup>3</sup>. Tais volumes, em conjunto, perfazem a média diária de 2,499 milhões de barris de óleo equivalente (boe).

Destaca-se, por outro lado, a produção petrolífera no Pré-sal, que atingiu a média diária de 412 mil boe, mais que dobrando em relação ao início de 2012, e cujos poços estão entre os maiores produtores do País.

Para cumprimento das metas previstas no PPA 2012-2015, foram realizadas, em 2013, a 11<sup>a</sup> e a 12<sup>a</sup> rodada de licitações de blocos exploratórios, na modalidade de concessão. Tais rodadas aconteceram nos meses de maio e novembro, respectivamente.

Também foi realizada a primeira rodada de licitações de blocos no regime de partilha da produção, em outubro do mesmo ano. A expectativa, após assinatura dos contratos da 12<sup>a</sup> rodada, é que para as três rodadas de licitações sejam arrecadados R\$ 17,646 bilhões a título de bônus de assinatura, dos quais R\$ 17,480 bilhões já foram pagos, sendo R\$ 15 bilhões referentes à 1<sup>a</sup> rodada no regime de partilha de produção e R\$ 2,48 bilhões referentes à 11<sup>a</sup> rodada, com o compromisso de investimentos de R\$ 5,76 bilhões em pesquisa exploratória.

Ainda sobre o setor de E&P, foi instituído o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) por meio do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013.

Este Plano trata das responsabilidades, estabelece uma estrutura organizacional e define as diretrizes, procedimentos e ações com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e

privadas para ampliar a capacidade de resposta, minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional.

#### Gás Natural

No que se refere aos incentivos à implantação de projetos de infraestrutura no setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis é relevante ressaltar que foi publicada, em 12 de junho de 2013, a Portaria MME nº 206 que define os procedimentos para aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, geridos e implementados por Sociedade de Propósito Específico (SPE), concessionária autorizadas, constituídas sob a forma de sociedade por ações.

Tal iniciativa permitirá que projetos de infraestrutura na área de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis que visem à implantação, ampliação, adequação ou modernização de suas atividades possam ser considerados prioritários para a emissão de debêntures.

Poderão ser incentivados projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural, transferência e transporte de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis, escoamento da produção de petróleo e gás natural, tratamento e processamento de gás natural, refino de petróleo e projetos destinados à prestação dos serviços locais de gás canalizado, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda na área de gás natural, em 2013, destacou-se a proposição, pelo Ministério de Minas e Energia, da construção do Gasoduto de Transporte entre os Municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Portaria MME nº 317, de 13 de setembro de 2013.

#### Derivados de Petróleo

No que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, a partir de janeiro de 2013, todo o diesel S50 (50 ppm de enxofre), destinado ao consumo dos veículos a diesel fabricados a partir de 2012, foi substituído pelo diesel S10 (10 ppm de enxofre), menos poluente.

Além disso, concluiu-se a substituição total do diesel rodoviário S1800 (1800 ppm de enxofre), destinado ao consumo do restante da frota nacional, pelo diesel S500 (500 ppm de

enxofre). Essas ações resultam da implantação da fase P-7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

Em relação à gasolina automotiva, merece destaque o planejamento realizado em 2013 para garantir a melhoria da qualidade do combustível.

A partir de 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina automotiva produzida no País passará a conter, no máximo, 50 ppm de enxofre, em substituição ao limite anterior vigente, de 800 ppm.

Segundo dados da ANP, até novembro de 2013, o mercado de combustíveis cresceu 5,2%, em relação ao mesmo período de 2012. Em que pese o relevante crescimento do consumo de combustíveis, principalmente de óleo diesel, a demanda foi plenamente suprida pela sensível elevação da produção nacional de derivados associada às importações.

Alinhada com a política de desenvolvimento nacional, a área

de Refino mantém a preocupação com o conteúdo nacional, cujos índices planejados para novos empreendimentos vêm sendo monitorados, de forma a contribuir para o desenvolvimento da indústria brasileira de bens e serviços.

Além disso, a qualificação da mão-de-obra para a indústria do petróleo, que é uma das molas propulsoras de suas atividades, também vem sendo incentivada mediante ações específicas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp).

Ainda encontra-se em vigor a fruição dos benefícios tributários concedidos pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repeneq), para os nove projetos enquadrados na área de refino e petroquímica.

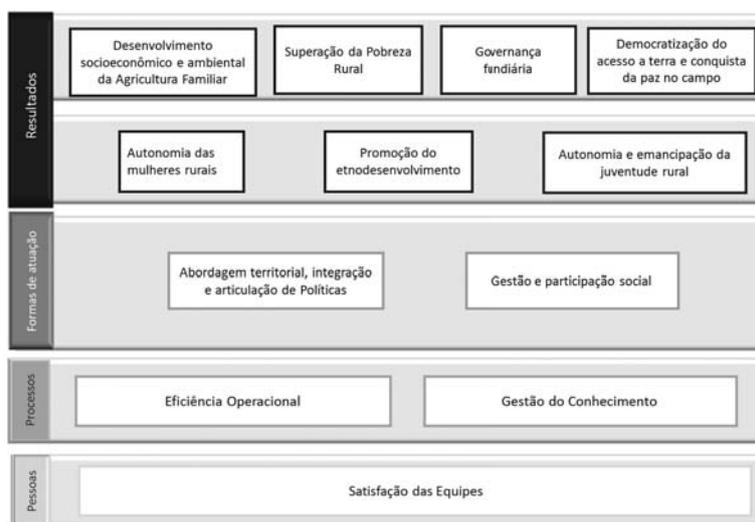
Já no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), no ano de 2013, foram entregues quatro navios, sendo dois Suezmax e dois de Produtos, acrescentando 416 mil toneladas de porte bruto à capacidade atual brasileira.

## 4.25. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem seu foco de atuação na agricultura familiar brasileira, que é representada por 84% dos estabelecimentos agropecuários do País e ocupa diretamente mais de 12 milhões de pessoas (74% da mão de obra no campo). Apesar de os agricultores e agricultoras familiares ocuparem apenas 24% da área agrícola do País, respondiam por 33% do valor total da produção no campo, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

O MDA elaborou o planejamento estratégico 2013/2014, o qual prevê a missão de “Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.”

MAPA ESTRATÉGICO DO MDA



### Objetivos estratégicos

- Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade;
- Contribuir para a superação da pobreza rural nos diferentes segmentos da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, priorizando a inclusão produtiva com abordagem territorial;
- Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais;
- Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiárias, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e da violência no campo;
- Promover a autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e participação social;
- Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento;
- Promover a autonomia e emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural;
- Consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento, fortalecendo a integração das políticas agrícolas, agrárias, de serviços, de infraestrutura rural e a articulação interfederativa;
- Consolidar a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento territorial, aprimorando processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas;

- Aumentar a eficiência operacional aprimorando a gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoando a comunicação interna e incentivando práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas;
- Fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico-científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário;
- Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras do MDA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Estes objetivos foram desmembrados em 48 estratégias, 177 ações estratégicas e 254 indicadores e metas que, diretamente vinculados ao Plano Plurianual - PPA 2012-2015, norteiam as ações do MDA.

#### Plano Safra 2013/2014

As ações do MDA são organizadas em planos safra que vão de julho de um ano a junho do ano seguinte. Do Plano Safra 2013/2014, destacamos:

- ampliação do crédito disponibilizado para R\$ 21 bilhões, dos quais R\$ 12,5 bilhões já estavam contratados em dezembro de 2013;
- criação de instrumentos que facilitam e ampliam o acesso ao crédito;
- estímulo à agroindustrialização com a manutenção de seguro especial da previdência para agricultores com empreendimentos de agroindústria e turismo rural;
- ampliação do investimento de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil no Programa Mais Alimentos com aumento de limite de crédito e redução das taxas de juro;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) com microcrédito orientado;
- criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater);
- ampliação do Garantia Safra para 1,2 milhão de famílias de agricultores familiares; e
- ampliação da proteção de preços para determinados produtos da agricultura familiar no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); e
- ampliação do limite de comercialização, em operações individuais e coletivas, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

#### 4.25.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar

O Programa 2012 – Agricultura Familiar visa qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Nesse programa, destacam-se o Crédito Rural, por meio do Pronaf, as Ações de Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais e Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais.

**Objetivo 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

Cabe observar que, com exceção da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, as demais ações vinculadas ao Objetivo 0411 e que contribuem para sua consecução têm as seguintes particularidades: Ações 0A81, 0281, 00GW e 00GZ - tratam-se de operações especiais (financiamento e encargos decorrentes), com recursos sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

A Ação 20GI está consignada na unidade orçamentária da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), entidade pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Isto posto, passa-se a seguir aos comentários gerais sobre as políticas nas quais as referidas ações estão inseridas:

#### **Ação Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf e Ação Equalização de Juros para a Agricultura Familiar.**

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o crédito rural do Governo Federal já está presente em mais de 5,3 mil Municípios brasileiros. No ano-safra 2012/2013, período compreendido entre 1º de julho de 2012 e 30 de junho de 2013, foram disponibilizados R\$ 18 bilhões para o Pronaf, e pela primeira vez na história do Programa, o volume contratado superou o disponibilizado inicialmente: foram financiados R\$ 18,6 bilhões em mais de 2,2 milhões de contratos. Contribuiu com este montante o crédito emergencial para agricultores afetados pela seca na região Sul e no Nordeste. Para o ano-safra 2013/2014 estão disponíveis R\$ 21 bilhões, para as diversas linhas de crédito do Pronaf.

O Pronaf Mais Alimentos vem contribuindo para a modernização da estrutura de produção das unidades familiares. Desde o ano-safra 2008/2009, quando foi lançado, financiou aproximadamente R\$ 17 bilhões, atendendo mais de 370 mil agricultores familiares. Na safra 2012/2013, foram 208 mil operações de crédito nesta linha, no valor de 5,7 bilhões.

Para o Plano Safra 2013/2014, foram adotadas medidas para ampliar o acesso ao crédito, dentre as quais estão: i) a mudança da renda bruta anual familiar para fins de enquadramento para até R\$ 360 mil, provenientes de atividades desenvolvidas na unidade familiar; ii) a ampliação dos limites de crédito para custeio de R\$ 80 mil para até R\$ 100 mil por agricultor; iii) a elevação do limite das linhas de investimento do Pronaf Agroindústria de R\$ 130 mil para até R\$ 150 mil por agricultor e para as cooperativas de R\$ 30 milhões para até R\$ 35 milhões; iv) elevação do limite por operação para investimentos em avicultura, suinocultura e fruticultura, para até R\$ 300 mil; v) a elevação do limite do microcrédito rural (Pronaf B) dirigido aos agricultores de baixa renda, de R\$ 2,5 mil para R\$ 3,5 mil por operação; vi) redução nas taxas de juros nas linhas de custeio para 3,5% ao ano; vii) para os agricultores familiares da região semiárida do Brasil, as taxas de juros foram reduzidas a no máximo 3% ao ano nas linhas de custeio e 1,5% ao ano no investimento.

No Plano Safra 2013/2014 foi criado o Pronaf Inovação, que visa incentivar a adoção de tecnologias inovadoras, especialmente para cultivos protegidos em hortifruticultura, pecuária de leite, suinocultura e avicultura.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), até final de dezembro de 2013 foram registrados 644.104 contratos de financiamentos de custeio, perfazendo o montante de R\$ 9.072.572.497. Em relação aos financiamentos de investimento foram 1.464.357 contratos, perfazendo o montante de R\$ 11.344.092.847, totalizando, portanto, 2.108.461 contratos e montante de R\$ 20.416.665.344.

**Ação Equalização para a Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar; Ação Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos; e Ação Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF/AF).**

Em 2013 os preços de mercado pagos aos agricultores familiares estiveram, de maneira geral, acima do Preço Mínimo (PM) estipulado pelo Governo, não sendo necessária a utilização deste instrumento para a maioria das culturas.

Emanada das diretrizes do Plano Safra 2011/2012, a Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF) passou a ser implementada pelo MDA em 2012. Esta ação possibilita o uso de instrumentos de comercialização para garantia de renda do agricultor familiar (garantindo-lhe o preço mínimo do seu produto de acordo com normas definidas em conjunto entre MDA e Conab).

Levando em conta o bom comportamento dos preços de mercado da maioria dos produtos da agricultura familiar e sua manutenção acima dos preços mínimos, foram demandadas apenas duas operações em 2013:

O escoamento de derivados de uva (vinho e destilado), realizada por meio de Prêmio de Equalização Pago ao Produtor Rural (Pepro). A Ação visou assegurar o preço mínimo aos agricultores familiares de uva e suas cooperativas, garantindo-lhes subvenção para beneficiarem a produção. Foram negociados 25 milhões de quilos de uva (que equivalem a 19 milhões de litros de vinho), que procurou garantir a renda dos viticultores familiares gaúchos (cerca de 20 mil famílias);

Aquisição de cerca de 1,3 milhão de quilos de café arábica, beneficiando cerca de mil cafeicultores familiares, utilizando-se do instrumento de Aquisição do Governo Federal da Agricultura Familiar (AGF/AF) - como forma de garantir aos produtores um apoio frente à queda dos preços do café no mercado externo.

**Ação Contribuição ao Fundo Garantia-Safra e Seguro da Agricultura Familiar**

As lavouras financiadas pelo Pronaf podem ter o amparo do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que oferece cobertura para seca, chuva excessiva e outros eventos climáticos. Mais de 440 mil agricultores contratam o Seaf, com um valor segurado superior a R\$ 7 bilhões. Na safra 2013/2014, foi reduzida para 1% a alíquota de adesão na região semiárido nordestino e as lavouras irrigadas também passaram a ter a alíquota de 1%.

O Programa Garantia-Safra, ação permanente de proteção à agricultura familiar, beneficiou 769.023 famílias em 1.015 Municípios na safra 2011/2012. Com o prolongamento da estiagem, o Governo, Federal decidiu garantir aos agricultores afetados a continuidade do recebimento do benefício enquanto perdurar a seca. Até o mês de dezembro de 2013, o dispêndio para o pagamento do Programa Garantia-Safra chegou ao valor de R\$ 1.800 por família. Para a safra 2012/2013, foram disponibilizadas 1,072 milhão de cotas, com um aproveitamento de 977.552 adesões em 1.118 Municípios. Até o mês de dezembro/2013, 704.395 famílias foram beneficiadas pelo Programa em 691 Municípios, com o pagamento no valor total de R\$ 760,00. Para a safra em implementação - 2013-2014, foram disponibilizadas 1,2 milhões de cotas.

Além das ações permanentes de proteção ao agricultor e agricultora familiar, foram desencadeadas ações emergenciais para reduzir os impactos de secas prolongadas ou cheias ocorridas em 2012, com destaque para a liberação de R\$ 2,2 bilhões para concessão de crédito de investimento e de custeio agrícola e pecuário aos produtores e produtoras rurais prejudicados pela estiagem no Nordeste, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com taxa de juros de 1% ao ano e rebate de 40% do valor contratado se o pagamento for realizado dentro do prazo estipulado.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Objetivo 0411 do Programa 2012 – Agricultura Familiar.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0411 DO PROGRAMA 2012 - AGRICULTURA FAMILIAR**  
R\$ milhões

Programa "2012"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0411	411,80	980,33
RPNP (2)		-	215,33
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>411,80</b>	<b>1.142,66</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores  
Fonte: Siafi Gerencial 2012 e 2013. Data Base 2013: 16/01/2014.

Os valores inseridos no quadro acima referem-se exclusivamente à execução da ação orçamentária 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) por tratar-se da única ação orçamentária do objetivo 0411 consignada ao MDA. As demais ações contribuintes desse Objetivo, quais sejam, 0A81, 0281, 00GW, 00GZ, e 20G1, tratam-se, em resumo, de operações especiais sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, as quatro primeiras, e da Companhia Nacional de Abastecimento Conab/Mapa, a última. Cabe, ainda, salientar, que o Objetivo em pauta, em 2012, era também suportado pelas ações orçamentárias 4266 e 2C76 do MDA; no entanto, com a nova conformação do orçamento 2013, essas ações se configuraram Planos Orçamentários (POs), que, por sua vez, ficaram vinculados ao Objetivo 0413. Desta forma, embora tenha havido execução em 2013 de restos a pagar referentes a essas ações, seus valores também não constaram no quadro em questão, específico ao Objetivo 0411.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0411**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)	ton	2.700.000	78.000	104.304	4%	Conab
Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	Agricultor Familiar	750.000	438.016	844.966	113%	BCB/BNB. Cerca de 48% de contratos com mulheres (Fonte: BNB).
Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar	Pessoas jurídicas da agricultura familiar	5.000	2050	2350	47%	Nº de DAP Jurídicas ativas no Sistema DAP/MDA.
Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar	Famílias da agricultura familiar	750.000	468.394	908.370	121%	Nº de contratos de custeio agrícola pelo Pronaf (Fonte: BCB).

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas	Mulheres integrantes de organizações produtivas	48.000	Não há estratificação sobre a quantidade de mulheres e suas organizações produtivas que acessaram o crédito antes de 2013. Devido à implantação do Sicor/BCB em 2013, ao final de cada ano civil, há a expectativa que será possível quantificar o sexo do mutuário e o nº de pessoas jurídicas que acessam o Pronaf.			
Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	Agricultor aderido	1.000.000	771.343	977.552	97%	Coordenação-Geral do Garantia Safra
Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos.	Equipamentos	110.000	178.546	379.011	345%	BCB.
Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo	Famílias da agricultura familiar	3.000.000	1.823.210	2.511.039	83%	BCB. Cerca de 18% de contratos com mulheres.
Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar	Famílias da agricultura familiar	650.000	468.394	902.521	139%	BCB, posição em 27/11/2013.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), Conab; BCB; Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e MDA.

Todas as metas do crédito de custeio e investimento foram superadas ou estão perto de atingir a meta prevista para até 2015.

Em relação ao percentual de mulheres rurais que acessam o microcrédito, a meta foi expressivamente superada. Apenas a meta de mulheres rurais no total de contratos ainda não foi atingida.

Com relação à Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM/AF), considerando que em 2013 os preços de mercado pagos aos agricultores familiares estiveram, de maneira geral, acima do Preço Mínimo (PM) estipulado pelo Governo Federal, constata-se que a política foi pouco acionada. As operações desta ação só são acionadas por demanda dos segmentos produtivos, quando o preço de mercado de seus produtos encontram-se abaixo do PM.

#### **Análise das Metas Qualitativas do Objetivo 0411**

Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.

No plano safra 2013/2014, o limite do Pronaf Mulher foi ampliado de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil.

Nessa safra, agricultora familiar passa a receber orientação e acompanhamento financeiro. A linha do Pronaf Mulher, até R\$ 30 mil e em atividades específicas, será operada pela metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) em todo o Brasil. Inovações do Pronaf Jovem: na safra 2013/2014, o jovem também terá orientação e acompanhamento financeiro.

Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.

O MDA em conjunto com as representações sociais das comunidades quilombolas e indígenas está implementando estratégias com a finalidade de ampliar o conjunto das unidades familiares de produção rural dos indígenas e quilombolas. Em relação aos indígenas, o MDA desenvolveu e testou um protótipo de aplicativo que observa as características antropológicas, culturais e sociais desse grupo.

Em relação aos quilombolas, a estratégia consiste na execução de mutirões envolvendo todos os órgãos e entidades que emitem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como forma de ampliar significativamente o número de famílias quilombolas identificadas e qualificadas.

Ademais, foi editada a Portaria nº 90, de outubro de 2013, que amplia a abrangência da atuação do Incra para emissão

de DAP para integrantes de comunidades de remanescentes de quilombos rurais devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Junto aos assentados e assentadas da reforma agrária os trabalhos em conjunto MDA/Incrá têm produzido progressos significativos, em especial neste ano de 2013, com ajustes nos instrumentos que regulam a emissão de DAP.

#### **Outras Considerações Relevantes**

A seguir, apresenta-se ações de destaques do MDA realizadas em 2013:

- A Lei nº 12.987, de 18 de dezembro de 2013, autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
- 1 milhão de famílias atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, jovens, mulheres e famílias em situação de extrema pobreza na área rural;
- Participação de 1.118 Municípios e adesão de 977.552 agricultores ao programa Garantia Safra, consistindo num acréscimo de 10% do número de participação dos municípios e 27% dos agricultores em relação ao período anterior;
- Aquisição de 10.184 toneladas de alimentos, de 2.786 agricultores familiares por meio do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA);
- Criação de 139 assentamentos da reforma agrária;
- Assentamento efetivo de 30.359 famílias em assentamentos novos;
- Publicação de 100 decretos, declarando 100 imóveis de interesse social para fins de reforma agrária, abrindo possibilidade de atender a 4.611 famílias;
- Construção ou recuperação de 10.123 habitações para famílias assentadas;
- Apoio a 84 Municípios, por meio de 132 projetos de infraestrutura e serviços;
- Reconhecimento de 74 novos territórios rurais;
- Apoio a 15 mil famílias no semiárido nordestino, atendidas por ações de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento, no âmbito do projeto Dom Helder Câmara;
- Financiamento de aquisição de terras para 1,2 mil famílias de trabalhadores rurais, perfazendo uma área de 25 mil hectares;
- Certificação de 18.713 propriedades particulares em

todo o País, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares;

- Georreferenciamento de 35.133 ocupações e glebas correspondentes a uma área de 7,6 milhões de hectares (Amazônia Legal);
- Tituladas 5.002 famílias com a área de 295 mil hectares (Amazônia Legal);
- Emissão de 378.460 documentos civis e jurídicos para 185.286 trabalhadoras rurais;
- Celebração de 14 contratos para fortalecimento de 427 organizações econômicas atendendo 4.275 mulheres rurais;
- Ampliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) voltado à agricultura familiar, com universalização de motoniveladoras e caminhões caçamba aos municípios de até 50 mil habitantes e aquisição de caminhões pipa e pás carregadeiras aos Municípios do semiárido em situação de emergência;
- Lançamento do 1º Plano Safra Semiárido; e
- Lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), elaborado pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), composta por representantes de 10 ministérios, sob coordenação do MDA.

#### **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**

De 14 a 17 de outubro de 2013, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com 1,2 mil delegados, distribuídos de forma paritária entre gêneros (50%), e com representação da juventude (20%). O objetivo da Conferência foi a construção, de forma participativa, de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Desde maio, mais de 42 mil pessoas ligadas à agricultura familiar – dentre elas, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens rurais – debateram os temas em conferências territoriais, intermunicipais, municipais, setoriais, temáticas, estaduais e distrital. A conferência nacional foi antecedida por 453 conferências em todo o País, que resultaram em 11,3 mil proposições. Estas foram amplamente discutidas e resultaram em 100 propostas, que estão servindo de base para a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual norteará o futuro do desenvolvimento rural e sustentável brasileiro.

As 100 propostas estão distribuídas em quatro eixos: i) desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural com fortalecimento da agricultura familiar; ii) acesso à terra e aos recursos naturais; iii) abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida; e iv) gestão e participação social.

## 4.26. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado pela Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, sendo originário de três estruturas governamentais extintas: Ministério da Assistência Social (MAS), Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família e Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa).

O objetivo central dessa mudança foi o aperfeiçoamento da intersetorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social e erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. Assim, o MDS tornou-se responsável pelas políticas de assistência social, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional.

Em 2011, a coordenação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) também passou a fazer parte das competências do órgão.

Para efetivar as suas políticas e atender aos objetivos do BSM, o MDS encontra-se organizado em cinco secretarias: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) e Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep).

Além das estruturas de assistência direta e imediata ao Ministro – Gabinete do Ministro e a Secretaria-executiva –, compõem a estrutura do Órgão o Conselho Nacional de Assistência Social; o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; o Conselho de Articulação de Programas Sociais e o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família.

A estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do MDS foram aprovados pelo Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011; e o Regimento Interno foi estabelecido pela Portaria nº 120, de 12 de junho de 2012.

Desde a criação do MDS, ocorreram várias transformações nas políticas da pasta, com importantes repercussões, tanto em termos de volume de recursos quanto na forma de financiamento.

Fortalecendo e inovando o campo da proteção social, o Ministério vem se consolidando ao longo dos últimos 11 anos a partir da implantação de diversos planos voltados para o combate à pobreza, às vulnerabilidades e à desigualdade social, que deram origem a novos instrumentos normativos e estruturas administrativas, com destaque para a criação do Programa Bolsa Família (PBF), do Sistema Único de Assistência Social (Suas), da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

O impacto mais evidente que as políticas do MDS trouxeram para a sociedade foi a redução dos índices de pobreza e, principalmente, de extrema pobreza no Brasil. Adicionalmente, as políticas de transferência de renda realizadas no âmbito do MDS foram em grande parte responsáveis pela redução da desigualdade social observada ao longo dos últimos 11 anos.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>4</sup>, duas políticas de transferência de renda a cargo do MDS, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, são, nessa ordem, aquelas que apresentam os maiores efeitos marginais em termos de redução da desigualdade social quando comparadas às rendas do trabalho, da previdência social e demais rendas.

Os gráficos a seguir demonstram a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil ao longo dos últimos anos como consequência do crescimento do Programa Bolsa Família.

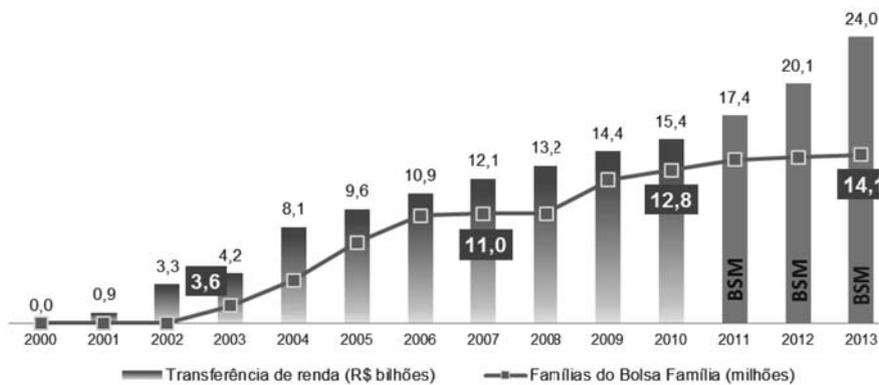
No primeiro, verifica-se que a extrema pobreza, nos limites oficialmente considerados no Brasil (renda familiar per capita de até R\$ 70,00) foi erradicada entre os beneficiários do PBF, totalizando mais de 22 milhões de pessoas.

<sup>4</sup> Comunicados do Ipea nº 159, "Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE", de 1º de outubro de 2013.

**EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).  
Elaboração: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/SE/MDS.

O gráfico a seguir demonstra o crescimento físico-financeiro do Programa Bolsa Família, onde fica evidenciado aumento real de 55% nas transferências com o Brasil Sem Miséria. Para os mais pobres, o benefício cresceu 102%.

**FORTELECIMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).  
Elaboração: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/SE/MDS.

O desenho institucional do MDS reflete as frentes de atuação do Órgão que, em linhas gerais, se constituem nas políticas de Transferência de Renda, Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional.

A política de Transferência de Renda, coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), se faz presente, sobretudo, no Programa Bolsa Família (PBF).

Tendo completado 10 anos em 2013, o PBF beneficia famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), por meio de transferência direta de renda com condicionalidades, e integra o eixo garantia de renda do BSM.

Na última década, o PBF assegurou que 36 milhões de brasileiros saíssem dos limites da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função das mudanças estabelecidas com o BSM.

A evolução crescente da execução orçamentária do Programa Bolsa Família está relacionada ao aumento da cobertura e aos reajustes dos benefícios, sendo que em 2013 o PBF atendeu 14,1 milhões de famílias, com um volume de recursos da ordem de R\$ 24 bilhões.

Ainda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>5</sup>, o PBF apresenta impacto positivo não só na diminuição da desigualdade social e de renda, mas no incremento do crescimento econômico, uma vez que cada R\$ 1,00 gasto no programa aumenta em R\$ 1,78 o PIB e em R\$ 2,40 o consumo final das famílias.

Com um investimento que representa cerca de 0,46% do PIB brasileiro, o Programa influi na melhoria das condições de vida da população para além dos beneficiários diretos, irradiando impactos macroeconômicos positivos para toda a sociedade.

No que tange às condicionalidades do PBF, que são os compromissos assumidos pela família beneficiária, seus impactos positivos são cada vez mais reconhecidos, destacando-se: inclusão das crianças na escola com melhoria na taxa de aprovação na rede pública (no ensino médio, a taxa

5

NERI, Marcelo Côrtes; MONTEIRO, Fábio Monteiro et al. Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa das Transferências Sociais. In: Campello, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea: 2013.

de aprovação é de 79,9% para os alunos com PBF, ao passo que a média nacional é de 75,2%), bem como a redução do abandono escolar.

No âmbito da saúde, pesquisas concernentes ao atendimento pré-natal apontam que entre 165 mil gestantes acompanhadas, a cobertura já chega a 99%. Entre as 5,2 milhões de crianças acompanhadas no âmbito do Programa, 99,2% estavam com a vacinação em dia. O PBF está diretamente associado à redução do baixo peso ao nascer e, também, do percentual de crianças que nascem prematuras.

Outra frente de atuação do MDS, a política de Assistência Social organiza de forma descentralizada, por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os benefícios e serviços socioassistenciais no Brasil.

Conduzida pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), é também um importante componente da estratégia para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

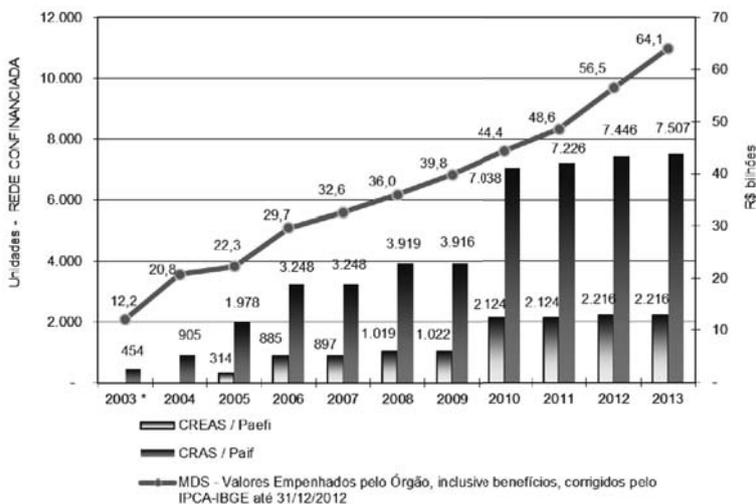
O Sistema se organiza em dois níveis de proteção social, a básica e a especial, e atua por meio das unidades de referência na prestação de serviços, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), nos quais são ofertados ou referenciados os serviços socioassistenciais, entre os quais se destacam os de Atenção Integral à Família (Paif), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi).

Para aperfeiçoar e fortalecer a gestão municipal e estadual do Suas, foi instituído um mecanismo de incentivo financeiro, tendo como base o Índice de Gestão Descentralizada (IGD Suas).

Além disso, o Suas passará a contar, a partir de 2014, com o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (Cneas), que apoiará a concessão da certificação de entidades beneficentes de assistência social e servirá como suporte à consolidação da rede de serviços socioassistenciais em cada território.

O gráfico a seguir mostra o crescimento dos recursos do MDS e da rede cofinanciada de Cras e Creas, no período de 2003 a 2013.

### EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO MDS E EQUIPAMENTOS COFINANCIADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2003-2013



Notas: (\*) Dotação 2003: soma das dotações dos ministérios que o antecederam.  
Fontes: Secretaria Nacional de Assistência Social e Siafi.  
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação/SPO/MDS.

O Suas engloba também a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

Este é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

Em 2013, a cobertura do BPC alcançou cerca de 3,9 milhões de beneficiários, representando um investimento de R\$ 32 bilhões (valor liquidado).

Visando promover o acesso e a participação dos beneficiários nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, os programas BPC Escola e BPC Trabalho vêm representando relevante iniciativa de inclusão social para pessoas com deficiência.

Já a Renda Mensal Vitalícia (RMV) viabiliza o pagamento de um salário mínimo vigente, às pessoas com invalidez ou com 70 ou mais anos, amparadas pela Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

A RMV é um benefício de origem previdenciária, extinto desde 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC, sendo

mantidos apenas aqueles benefícios então existentes, com base no pressuposto do direito adquirido. Em 2013, foram atendidos 224,5 mil beneficiários, o que demandou recursos de R\$ 1,7 bilhão (valor liquidado).

Fechando a tríade das políticas finalísticas sob a responsabilidade do MDS, a política de Segurança Alimentar e Nutricional, a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), é composta por ações que visam garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, e se compõe de atividades e projetos estruturantes que objetivam romper o círculo da miséria e gerar condições de emancipação socioeconômica para a população em situação de vulnerabilidade social, mediante incentivos à produção, aquisição e distribuição de alimentos e à expansão de atividades de desenvolvimento local.

Esta Política se estrutura no âmbito do PPA 2012-2015 no Programa Segurança Alimentar e Nutricional, que compõe o eixo inclusão produtiva do BSM, cujas ações buscam incentivar a produção e o acesso aos alimentos, assim como a promoção da pequena agricultura e o enfrentamento da pobreza rural.

As principais ações são Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA), Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural, por meio da qual se executa a construção de cisternas (Primeira Água), e Acesso à Água para a Produção de Alimentos (Segunda Água).

Destacam-se também os equipamentos públicos

(Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e Feiras e Mercados Populares), além das ações específicas para comunidades tradicionais.

A consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) conta com a adesão de 25 estados e vem representando um avanço na concretização da política de segurança alimentar e nutricional.

Seu objetivo é formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional; estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil; e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no País, fortalecendo seu papel de articulação e promovendo a participação social e a intersetorialidade.

Avançando no objetivo de enfrentamento da pobreza no País, o Plano Brasil sem Miséria (BSM) vem sendo coordenado pelo MDS, sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep). O Plano, envolvendo 22 ministérios, apoia e consolida investimentos na área social com o objetivo ampliar as oportunidades, elevar a renda e ampliar as condições de bem-estar da população em extrema pobreza considerando-se as realidades distintas do campo e da cidade. Com o Plano, o Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo as desigualdades e promovendo inclusão social.

O público prioritário são os brasileiros que ainda se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) quando do lançamento do Plano, em 2011.

O BSM se organiza em três eixos: i) garantia de renda, que consiste nas transferências monetárias para combater a situação de extrema pobreza; ii) inclusão produtiva, com a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo, no meio urbano ou no rural; iii) acesso a serviços públicos, para provimento ou ampliação de ações de cidadania e de bem-estar social, inclusive a reavaliação da oferta de serviços e a busca do atendimento prioritário a quem mais precisa.

O BSM promoveu aperfeiçoamentos no Programa Bolsa Família (PBF), com a ação Brasil Carinhoso, uma estratégia voltada para o desenvolvimento da primeira infância que envolve iniciativas de saúde, educação e renda. Em sua vertente renda, a principal mudança introduzida foi a criação do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), que estabelece que os valores pagos pelo programa variem de acordo com a severidade da pobreza das famílias, complementando a renda de modo a permitir que todos os beneficiários superem a linha da extrema pobreza. Para os referidos 22 milhões de brasileiros que superaram a extrema pobreza desde o início do BSM, foi o fim da miséria.

Além disso, concentram-se esforços na estratégia da Busca Ativa para que o Bolsa Família chegue a todas as famílias que dele necessitam. Como consequência, desde o início do BSM,

mais de 1,03 milhão de famílias extremamente pobres foram incorporadas ao Cadastro Único para que tenham acesso aos vários programas e serviços destinados aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

A criação de 1.195 equipes volantes da assistência social auxilia na busca ativa das famílias que vivem em locais de difícil acesso ou muito dispersas no território, bem como a utilização das 30 lanchas da assistência social entregues a vários municípios da região norte.

No eixo de inclusão produtiva nas áreas urbanas, em 2013, foram efetuadas 580.195 matrículas em cursos profissionalizantes no âmbito do Pronatec/Brasil Sem Miséria. Do lançamento da iniciativa em novembro de 2011 a dezembro de 2013, o total de matrículas foi de 841.986.

Dos cerca de 3,78 milhões de empreendedores que já se formalizaram por meio do Programa Microempreendedor Individual (MEI), aproximadamente 23% são de pessoas inscritas no Cadastro Único e 10% de beneficiários do Programa Bolsa Família. Quanto ao microcrédito produtivo, das 3,3 milhões de operações realizadas desde o início do programa, em setembro de 2011, 42% foram com pessoas inscritas no Cadastro Único.

Já na área rural, para apoiar a estruturação da produção familiar no campo, o Governo Federal promove a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) para agricultores extremamente pobres registrados no Cadastro Único. Desde o início do BSM, já foram contratados serviços para atender 286,3 mil famílias de agricultores.

Em 2013, 55,2 famílias foram atendidas pelo Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, tornando-se aptas a receber recursos do Programa para financiar a implantação dos projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de Ater.

No tocante ao Água para Todos, desde o começo do BSM, já foram entregues 481 mil cisternas e instalados 741,1 mil sistemas voltados à produção. Só em 2013, foram 237,9 mil cisternas de consumo e 28,8 mil tecnologias de produção.

No eixo de acesso a serviços, o BSM estimula a expansão de serviços públicos à população de baixa renda e aos territórios mais vulneráveis. Merece destaque a ampliação dos serviços e equipamentos da Assistência Social. Em 2013, os destaques são os 139 novos Centros Pop, que atendem a pessoas em situação de rua com serviços cofinanciados, e a ampliação dos serviços de acolhimento, com criação de 6 mil novas vagas.

Na área da educação, a ação Brasil Carinhoso abrange serviços voltados especialmente à primeira infância – fase crucial para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, que influencia o restante de suas vidas. Visando reduzir a desigualdade no acesso das crianças do Programa Bolsa Família à creche, instituiu-se suplementação de 50% sobre o valor transferido pelo Governo Federal aos Municípios por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em 2013, 3.451 Municípios identificaram 453,5 mil crianças do PBF em suas redes de creches, ampliando os recursos recebidos para mantê-las. No caso da escola em tempo integral, a expansão do Programa Mais Educação prioriza regiões com maior incidência de pobreza e escolas com maior proporção de alunos do PBF – em 65% dessas escolas, equivalente a 31,7 mil estabelecimentos, a maioria dos alunos são beneficiários do PBF.

Na saúde, o Governo Federal lida com os males que mais acometem as crianças na primeira infância. Assim, em 2013 expandiu a distribuição de doses de vitamina A para crianças entre seis meses e cinco anos (3,5 milhões de crianças atendidas); aumentou a oferta de sulfato ferroso (1,2 milhão de frascos, atendendo cerca de 400 mil crianças); e iniciou a distribuição gratuita de medicamento para asma nas unidades do Aqui Tem Farmácia Popular (700 mil pacientes já retiraram o medicamento desde o início da oferta gratuita). Os esforços recentes para ampliação e reforma da rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) também privilegiaram localidades com maior incidência de extrema pobreza que ainda não contavam com essas Unidades – mais de dois mil estão sendo construídas seguindo essa orientação.

#### 4.26.1. Programa 2019 – Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Os principais objetivos desta política de transferência de renda com condicionalidades são: i) combater a pobreza entre as famílias beneficiárias; ii) reforçar o acesso dos beneficiários a direitos sociais básicos, tais como educação, saúde e assistência social, por meio das condicionalidades e iii) promover articulação do programa com outras iniciativas, desta forma reforçando a atuação intersetorial do Poder Público, na busca da melhoria das oportunidades e condições de vida das famílias beneficiadas.

Desde sua criação, com a unificação de diversos benefícios que o precederam, o Programa, que atendia três milhões de famílias em 2003, passou a atender cerca de 14,1 milhões de famílias em 2013. Por isso, o Bolsa Família se constitui no principal segmento de políticas públicas, no Brasil, voltado para o combate à pobreza e à desigualdade. Contribui para esse papel destacado o fato de o programa alcançar efetivamente as crianças e as famílias que, via de regra, mais necessitam da proteção social.

No Programa Bolsa Família, consta o Objetivo 0619 – Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

O público-alvo do Programa Bolsa Família, fixado por ocasião do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria em meados de 2011, foi de 13,8 milhões de famílias.

Seu dimensionamento foi feito considerando-se dois aspectos: as estimativas de renda das famílias produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do levantamento amostral do Censo Demográfico de 2010 e um coeficiente de volatilidade de renda aplicado à estimativa. Utilizando-se esses dois parâmetros, pretende-se obter melhor cobertura do público-alvo, uma vez que variação de renda, de acordo com diversos estudos, afeta sobremaneira as famílias mais pobres do País.

Em setembro de 2013 o número de famílias inseridas no CadÚnico alcançou 26,7 milhões. Deste contingente, o número de famílias abaixo da linha de extrema pobreza era de 13,4 milhões.

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2019 - Bolsa Família, para o Objetivo 0619:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO DO OBJETIVO 0619 DO PROGRAMA 2019 – BOLSA FAMÍLIA R\$ milhões

PROGRAMA "2019"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício	0619	20.530,0	23.997,5
RPNP		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>20.530,0</b>	<b>23.997,5</b>

Fonte: Siafi. / Data da Extração: 14 de janeiro de 2014.

Evidencia-se aumento de 17% do valor executado, relacionado, basicamente, ao crescimento do número de famílias beneficiadas, de 13,9 para 14,1 milhões, ao longo do ano de 2013, associado à criação do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) em 2012, no âmbito do Brasil Carinhoso, mas que entrou em operação em três etapas, a última delas em fevereiro do corrente ano. Desta forma, cerca de 4,9 milhões de unidades familiares recebem o bolsa família, mensalmente, a título de benefício extraordinário, o que corresponde, em termos de gastos, a aproximadamente R\$ 400 milhões mensais. O quadro a seguir detalha a realização das metas quantitativas associadas ao Objetivo 0619:

### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0619 DO PROGRAMA 2019 – BOLSA FAMÍLIA

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando a Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade.	Unidade	13.800.000	13.902.155	14.086.199	102,1%	Senarc/MDS

O PBF transferiu renda a mais de 14 milhões de famílias no mês de dezembro de 2013, o que supera a meta prevista e representa crescimento de 1,3% sobre dezembro de 2012, enquanto o dispêndio no exercício de 2013 foi de aproximadamente R\$ 24 bilhões (valor liquidado). Esse resultado é reflexo sobretudo da sistemática da Busca Ativa, estratégia de cadastramento que visa atingir as famílias mais vulneráveis e, por isso, mais difíceis de serem alcançadas pelo Poder Público.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados nas metas do Objetivo 0619 do Programa 2019 – Bolsa Família:

Com relação a garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R\$ 70,00, verifica-se que, atualmente, todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, inscritas no Cadastro Único, superam a linha de extrema pobreza.

De acordo com a folha de pagamentos do mês de dezembro de 2013, 4.898.601 de famílias receberam o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), que é exatamente o complemento financeiro às famílias que, mesmo recebendo os benefícios do PBF, ainda permaneceriam com renda per capita inferior ou igual a R\$ 70,00.

Em 2011, ainda restavam 22 milhões de brasileiros beneficiários do Bolsa Família que continuavam na extrema pobreza. Medidas tomadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, em 2011, incluindo reajuste dos valores pagos pelo Bolsa Família, aumento da quantidade de benefícios para crianças e adolescentes e início do pagamento de adicionais para gestantes e bebês em fase de amamentação, diminuíram esse total para 19 milhões.

Em 2012, o benefício denominado Brasil Carinhoso, destinado às famílias com pelo menos um filho de até 15 anos, modificou, em parte, a lógica de funcionamento do Bolsa Família ao introduzir uma transferência variável de acordo com a severidade da pobreza, o que garantiu que cada beneficiário superasse o patamar de R\$ 70,00 mensais de renda. Como consequência, o Brasil Carinhoso retirou mais 16,4 milhões de pessoas da miséria. Desde então, o Programa passou a

contar com dois tipos de benefícios, a saber: i) os benefícios fixos (básico, variável, variável jovem e gestante); ii) benefício de caráter variável, estipulados de acordo com o necessário para superação do hiato de extrema pobreza.

Em março de 2013, o Brasil Carinhoso foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família que ainda estavam na extrema pobreza. Neste contexto, 2,55 milhões de pessoas superaram a miséria, totalizando 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família que superaram essa condição desde o começo do Plano Brasil Sem Miséria, em junho de 2011. Pode-se afirmar, portanto, que o principal resultado do Programa Bolsa Família em 2013 foi a superação da extrema pobreza entre os seus beneficiários

Com relação à metade ampliar a articulação do Programa com outras políticas públicas promotoras de emancipação, o Bolsa Família produziu avanços em termos de racionalidade administrativa pela superação das ações fragmentadas e por vezes sobrepostas que existiam até a sua criação.

Um dos aspectos que mais contribuiu para a sua rápida consolidação e expansão foi o fato de o CadÚnico ter se tornado a porta de entrada de milhões de famílias em diversas iniciativas focadas no público de baixa renda, além do Programa Bolsa Família. Atualmente se utilizam do cadastro os programas Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, Passe Livre do Idoso, Minha Casa Minha Vida, dentre outros.

No que se refere à integração do PBF com os programas dos Estados e Municípios, cabe ressaltar que, em alguns deles, existem programas locais que atuam por meio de Acordo de Cooperação Técnica em estreita colaboração com o Programa Bolsa Família<sup>6</sup>.

Em outubro de 2013, a pactuação entre programas estaduais e municipais de transferência de renda somavam mais de 384 mil famílias beneficiadas, alavancando os resultados de redução da pobreza e mostrando a capacidade do Programa e do Cadastro Único em oferecer tecnologias de gestão e de

<sup>6</sup> Distrito Federal, os Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e os Municípios de Manaus (AM) e Nova Lima (MG). Fonte: Senarc/MDS.

desenho de políticas públicas, com forte impacto local e baixo custo orçamentário, tanto nas ações finalísticas, quanto nas despesas administrativas.

As condicionalidades também ocupam um papel importante no Programa e se traduzem por compromissos que as famílias beneficiárias assumem nos campos da educação e da saúde, a saber: matrícula e frequência escolar das crianças e jovens; acompanhamento da vacinação e situação nutricional das crianças de zero a seis anos; e no acompanhamento de pré-natal para as mulheres grávidas, o que permite a elas receberem um dos benefícios fixos do programa, o Benefício Variável Gestante.

O acompanhamento da frequência escolar das crianças e jovens beneficiários é feito por meio do Sistema Presença, cujo gestor em nível federal é o Ministério da Educação, que conta com o apoio da rede de escolas públicas e do operador do sistema em cada Município para a coleta de dados de frequência, feita a cada bimestre letivo. Para as crianças de seis a 15 anos, é exigida frequência de pelo menos 85% das aulas. Para os jovens de 16 e 17 anos, o mínimo exigido é de 75% das aulas.

Conforme dados do último bimestre de 2013, referente aos meses de outubro/novembro, das cerca de 16,1 milhões de crianças e adolescentes acompanhadas na faixa etária de seis a 17 anos, 95,7% cumpriram com o percentual mínimo de frequência estipulado.

Esse acompanhamento constante da frequência à escola e as condições cumpridas pelas famílias explicam alguns indicadores positivos alcançados. Em 2012, por exemplo, os estudantes do Bolsa Família matriculados no ensino fundamental apresentaram taxa de aprovação igual à média nacional e menor taxa de abandono. A defasagem idade-série também foi menor do que a média registrada pelas crianças não beneficiadas pelo Programa.

No ensino médio, a taxa de aprovação dos beneficiados pelo Bolsa Família é de 79,9%, enquanto a média nacional é de 75,2%. Já a taxa de abandono escolar é de 7,4% pelos jovens estudantes beneficiários do Programa, contra 11,3% pelos demais da rede pública.

Os dados mais atuais de acompanhamento das condicionalidades em saúde têm por referência o primeiro semestre de 2013. Para este período, o público acompanhado efetivamente foi de 8.742.304 famílias. Deste contingente, 98% das famílias cumpriram com os compromissos relativos ao calendário de vacinação e acompanhamento nutricional de suas crianças.

No que tange à meta de incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família, desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, em junho de 2011, a estratégia de Busca Ativa passou a ocupar um papel central para a inclusão de famílias extremamente pobres no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. A Busca Ativa, resumidamente, significa que o Poder Público passa a ter a iniciativa no sentido de localizar as famílias extremamente pobres e cadastrá-las. No ano de

2013, foram incluídas novas 204,5 mil famílias no CadÚnico e no Programa.

O Bolsa Família acumulou, desde junho de 2011 até dezembro de 2013, a concessão de benefícios a 1,03 milhão de novas famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso.

Os números indicam que, a disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e os mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios asseguraram a continuidade do fluxo a novas famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que busca identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social, em articulação com outros órgãos e entidades.

#### **4.26.2. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)**

A partir de 2005, as ações socioassistenciais foram estruturadas em um novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), que organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais. O Suas fundamenta em distintos níveis de proteção social (básica e especial), conforme a complexidade das situações envolvidas, na centralidade da família, na territorialização, na participação social, no financiamento e responsabilidade compartilhada pelas três esferas de governo. Caracteriza-se como instrumento que marcou o esforço do País nos anos recentes para fins de redução das desigualdades e inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

O Suas conta com a adesão de todas as Unidades Federadas e praticamente a totalidade dos Municípios brasileiros. Constitui atualmente uma rede composta por 7.939 Cras e 2.361 Creas (dos quais 7.507 e 2.216, respectivamente, recebem cofinanciamento federal), o que permite a cobertura de aproximadamente 22,5 milhões de famílias na proteção social básica e o atendimento mensal a 200 mil famílias e indivíduos na proteção social especial.

Conta também com 291 unidades Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), com capacidade de atendimento individual de 100 a 200 casos e 27 unidades Centro-Dia, com capacidade de 30 atendimentos/dia por unidade, com o objetivo de ofertar, durante o dia, cuidados pessoais a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência como forma de complementar o trabalho dos cuidadores familiares.

Na esfera federal, o Suas também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2013, com um salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,1 milhões de pessoas com deficiência e idosos, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Para que esse resultado fosse alcançado, o cofinanciamento federal das ações passou a ser realizado de forma regular e automática, com base em critérios universais aprovados pelo controle social (Conselho Nacional de Assistência Social) e pactuados com representações das demais esferas federadas (Comissão Intergestores Tripartite), resultando na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede e serviços.

Deve-se salientar a crescente integração da gestão do Suas com outras políticas de proteção social: os órgãos gestores da assistência social também são responsáveis pela gestão local do CadÚnico (em 96,4% dos Municípios) e da política de segurança alimentar (em 26,8% dos municípios). Da mesma forma, vem sendo continuamente aprofundando o diálogo intersetorial com as demais políticas sociais.

As entidades privadas de assistência social também integram o Suas como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, além de participarem nos conselhos de assistência social. Essas entidades não possuem fins lucrativos e desenvolvem de forma permanente, continuada e planejada, atividades de atendimento e assessoramento, na defesa e na garantia de direitos.

Levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apontou a existência, em 2012, de 16.839 entidades privadas com algum tipo de inscrição deferida pelos conselhos de assistência social, distribuídas em 2.414 Municípios em todo o País. Cabe ao MDS certificar as entidades que tenham atuação preponderante na área da assistência social, para que elas usufruam de isenção de contribuições para a seguridade social.

Dentro do esforço para aprimorar os serviços e a gestão do Suas, foi criado o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do Suas (Capacita Suas), que apoia os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos de capacitação, na perspectiva de atender as agendas prioritárias de âmbito nacional.

Em 2013, foram empenhados recursos para a capacitação de 44 mil pessoas, conforme pactuações estabelecidas com Estados e Municípios, beneficiando gestores, trabalhadores e conselheiros da área, com prioridade para os integrantes

dos serviços expandidos em razão dos Planos Brasil Sem Miséria, Viver Sem Limite e Crack, é Possível Vencer. Para sua execução, foi instituída, no âmbito do MDS, uma Rede Nacional formada por 101 Instituições de Ensino Superior, presentes nas cinco regiões do País, habilitadas e credenciadas pelo MDS por meio de chamamento público.

No Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) constam os Objetivos 0282 e 0370, a seguir:

**Objetivo 0282 – Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Este objetivo articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de Proteção Social Básica (Ação 2A60), o Acessuas Trabalho (Ação 20V5) e a Estruturação da Rede de Proteção Social Básica (Ação 2B30).

**Objetivo 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Este objetivo articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidades (ações 2A65 e 2A69, respectivamente) e à estruturação da rede de proteção social especial (ação 2B31).

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas):

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2037 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)  
R\$ milhões**

PROGRAMA "2037"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício	0282	1.038,8	1.270,3
	0370	460,7	489,9
RPNP	0282	24,3	56,5
	0370	11,8	40,6
<b>TOTAL</b>		<b>1.535,5</b>	<b>1.857,3</b>

Fonte: Siafi. / Data da Extração: 14 de janeiro de 2014.

Em 2012, as ações do Objetivo 0282 apresentaram liquidação dos recursos do exercício de R\$ 1.038,8 milhões, destinados ao cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica (R\$ 1.015,6 milhões) e à construção de Lanchas da Assistência Social (R\$ 23,2 milhões) pela Marinha do Brasil.

Em 2013, os valores liquidados relativos ao orçamento do exercício dos serviços socioassistenciais evoluíram para R\$ 1.156,8 milhões, para o Acesso Trabalho foi de R\$ 107,9 milhões, e foram direcionados à estruturação da rede de unidades de assistência social o valor de R\$ 5,6 milhões. Além disso, também foi liquidado, a título de Restos a Pagar do exercício anterior, o montante de R\$ 56,5 milhões, sendo estes relativos a serviços (R\$ 29 milhões) e a convênios para estruturação da rede (R\$ 27,5 milhões).

O Objetivo 0370 apresentou em 2012 liquidação, referente ao orçado no exercício, no valor de R\$ 460,7 milhões, destinados ao cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade (Paefi, MSE, Abordagem Social e serviços especializados para pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua), que alcançou R\$ 377,6 milhões, bem como aos serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, (PSE de alta complexidade), representando gastos de R\$ 83,1 milhões.

Em 2013, a liquidação dos serviços de média complexidade evoluiu para R\$ 390,7 milhões, enquanto na alta complexidade o liquidado foi de R\$ 99,3 milhões, totalizando R\$ 489,9 milhões. Além disso, também foram liquidados Restos a Pagar do exercício anterior, no montante de R\$ 40,6 milhões, relativos a serviços de média complexidade (R\$ 0,7 milhão), serviços de alta complexidade (R\$ 2,5 milhões) e convênios para estruturação da rede (R\$ 37,4 milhões).

Em síntese, os recursos executados (liquidados) na Proteção Básica e Especial evoluíram de R\$ 1.535,5 para R\$ 1.857,3 milhões no período considerado, uma variação de 21% que reflete a prioridade e os esforços despendidos no fortalecimento da rede de proteção social, visando à inclusão social e à redução da pobreza e das desigualdades.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados alcançados nas metas qualitativas dos Objetivos 0282 e 0370.

#### **Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0282**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possuía regras distintas de cálculo e cofinanciamento, conforme a faixa etária do público usuário, e grande parte dos Municípios não o ofertavam aos variados públicos. Para ampliar a cobertura a todas as faixas etárias, contemplando as crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil, foi implementado o reordenamento do serviço, com o aceite de 5.036 Municípios.

Para aprimorar a gestão territorial dos Cras que compreende a articulação da rede socioassistencial de Proteção Social

Básica referenciada, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, o MDS promoveu cinco encontros regionais e uma oficina intersetorial (com os Ministérios da Saúde e Educação) orientando os Estados e Municípios quanto à inclusão nos serviços socioassistenciais, das famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades.

Para elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está cofinanciando a oferta de serviços por 1.195 equipes volantes vinculadas a unidades Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que atuam em áreas isoladas ou de difícil acesso. Para regiões do País onde são necessários meios de acesso diferenciados, o Ministério providenciou a aquisição de 30 lanchas, para as equipes do Pará e do Amazonas, permitindo o acesso das famílias aos serviços assistenciais.

Para fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, em 2013 o MDS ofertou o cofinanciamento para implantação do Paif em todos os municípios que até então ofertavam os serviços. Dos 148 municípios, 112 (75,6%) aceitaram a oferta. Além disso, o reordenamento do SCFV propiciou a expansão do serviço para novos municípios, ampliando a cobertura dos serviços de Proteção Social Básica.

Visando integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, o Acesso Trabalho, que funciona de forma articulada ao Pronatec Brasil Sem Miséria, foi expandido para 739 municípios, o que representa uma meta de mobilização de aproximadamente 1,4 milhão de usuários que resultou em aproximadamente 578 mil matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica.

Com o objetivo de qualificar os serviços de Proteção Social Básica, em 2013 foram elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sobre o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acesso Trabalho) e sobre o trabalho com mulheres egressas do sistema penal. Também foi iniciada a elaboração de orientações técnicas sobre equipes volantes e a oferta de serviços para indígenas e quilombolas.

Em 2013 foi disponibilizado o Módulo de Acompanhamento dos Estados, onde a partir das visitas realizadas aos Municípios, os Estados podem inserir pareceres sobre o funcionamento regular dos serviços e das unidades. Para apoiar os entes, além de participar de reuniões nos Estados e Municípios, o MDS tem promovido reuniões bimestrais de apoio técnico aos Estados para acompanhamento e orientações.

#### **Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0370**

Para ampliar a cobertura dos serviços da proteção social especial de média complexidade, em 2013 foi iniciada a implantação do serviço destinado a pessoas com deficiência (Plano Viver sem Limite), ofertado em 27 unidades Centro-

Dia, presentes em todas as unidades federadas, das quais seis estão em funcionamento e as demais em organização para início do atendimento.

Para qualificar os serviços de Proteção Social Especial, foram elaboradas, em 2013, orientações técnicas sobre o Paefi, Abordagem Social (incluindo orientações específicas para usuários de substâncias psicoativas, em atendimento integrado às redes de saúde no território), Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE) e Serviços de Proteção Social para Pessoas com Deficiência em situação de dependência ofertados no Centro Dia.

Para elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para a população em situação de rua, o quantitativo de unidades Centro Pop passou de 152 (2012) para 291 (2013). Quanto ao serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, foi ofertado o cofinanciamento federal para a oferta de seis mil novas vagas, totalizando 24.925 vagas. Priorizou-se a inclusão de Municípios de médio porte localizados em regiões metropolitanas.

Em relação à Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, no âmbito da Assistência Social, foi realizada a regulação desse serviço (Resoluções CIT nº 7/2013 e CNAS nº 12/2013), com a definição de parâmetros e critérios para transferência de recursos federais (Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013). Em 2013, um conjunto de 54 entes (um Estado e 53 Municípios) aceitaram a pré-habilitação ao Serviço. Dentre estes, sete (um Estado e seis Municípios) já receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

A inclusão dos Serviços de Acolhimento no Censo Suas resultou em expressivo ganho de informações sobre a Proteção Social de alta complexidade. O Censo registrou em 2012 a existência de 4.389 unidades distribuídas por todas as unidades da federação, com capacidade de atender 137.791 usuários.

Para induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo Programa Crack, É Possível Vencer, em 2013 o MDS ofereceu o cofinanciamento federal para 530 novas equipes ofertarem o Serviço Especializado em Abordagem Social, das quais 464 (87,5%) foram aceitas pelos Municípios.

Em 2013 foram estabelecidos parâmetros e critérios para a expansão qualificada e o reordenamento dos Serviços de Acolhimento (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras e

repúblicas) para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos de idade.

Em 2013, com os recursos do Plano Brasil sem Miséria, a rede Creas (municipais e regionais) totalizava 2.216 unidades cofinanciadas que cobriam 2.303 Municípios de todas as unidades da Federação, com atendimento de aproximadamente 130 mil famílias e indivíduos.

Foram desenvolvidas medidas de aperfeiçoamento da inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que registrava, no final de 2013, 13.197 famílias cadastradas em Municípios com população acima de 100 mil habitantes.

O Censo 2012 mostra que, das 2.167 unidades Creas que responderam ao levantamento, 1.561 (72%) unidades ofertam o serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE), independentemente do repasse do cofinanciamento federal, o que representa incremento de 9% em relação ao ano anterior (1.431 unidades). O Censo 2012 também registrou que em 2011 os Creas atenderam 88.022 crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

#### **Outras considerações relacionadas aos Objetivos 0282 e 0370**

Importante destacar o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ocorrido em 2013. Esse serviço organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e riscos, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência.

O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado no Cras, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao Cras. Até o reordenamento do SCFV, em novembro de 2013, esse serviço possuía regras distintas de cálculo e repasse do cofinanciamento, conforme a faixa etária do público usuário, além de que grande parte dos Municípios não o ofertava aos variados públicos.

O reordenamento do SCFV, visando à universalização da oferta e à equalização do cofinanciamento, foi aceito por 5.036 Municípios.

## 4.27. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no cumprimento de sua missão institucional, colaborou com as políticas adotadas pelo Governo para manter e promover o desenvolvimento industrial do País, realizando, assim, diversas ações no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM).

O PBM constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal para o período de 2011 a 2014 e é o principal instrumento de política setorial do MDIC.

Sua concepção é fundada na inovação tecnológica, a partir da criação e fortalecimento de competências críticas da economia nacional, adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor e ampliação do mercado externo e interno às empresas nacionais.

Por ser uma política de governo, dialoga com outras políticas públicas e cria um espaço de interação entre vários órgãos.

### 4.27.1. Programa 2023 – Comércio e Serviços

O Programa 2023 - Comércio e Serviços estabelece objetivos, metas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento do setor terciário por meio de ações coordenadas entre o setor público e privado que viabilizem: i) o fortalecimento das relações comerciais entre os elos das cadeias produtivas brasileiras; ii) o estímulo às melhores práticas de comércio de bens e serviços; iii) o atendimento excelente, que se traduz no ciclo virtuoso de capacitação de mão de obra e registro positivo das relações de consumo; iv) as melhores ofertas, por meio de maior acesso a bens e serviços diversificados e com crescente qualidade; e v) a inserção das empresas de comércio e serviços no cenário do comércio internacional.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos três primeiros trimestres de 2013, o setor de serviços respondeu por 68,74% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) indicam que os setores de Serviços e de Comércio, criaram, respectivamente, 794,9 e 383,5 mil novos

postos de trabalho, representando uma variação positiva de 5,17% e 4,34% em relação ao ano anterior.

Em 2013, a atuação do MDIC continuou pautada pelas diretrizes do Programa Comércio e Serviços e do PBM. As medidas focaram principalmente nas políticas de fortalecimento do mercado interno, no estímulo ao investimento, na ampliação e diversificação da pauta e do destino das exportações de serviços e na internacionalização de empresas de capital brasileiro.

**Objetivo 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.**

Neste objetivo foram incorporados legados de ampliação do diálogo entre o poder público e o empresariado, dos quais se destacam a realização da segunda edição do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), da Rodada de Atração de Investimentos e a publicação da terceira edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil.

Em decorrência dos trabalhos de revisão realizados pela Comissão da NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio), composta por representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF) e da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC), foram publicadas, por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.820, de 17 de dezembro de 2013, as versões 1.1 da NBS e das suas Notas Explicativas (NEBS).

Para fazer frente aos desafios do comércio exterior de serviços, foi concluída a implantação dos Módulos Venda e Aquisição do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). O Sistema foi apresentado na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, Suíça, para mais de 150 países-membros que elogiaram o ineditismo da iniciativa.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0824 - PROGRAMA 2023

Valores em R\$ 1,00

Programa 2023	Código do Objeto	Valores Liquidados*	
		2012	2013
No Exercício (1)	0824	-	8.398.614,52
RPNP (2)		-	83.469,37
	<b>TOTAL</b>	-	<b>8.482.083,89</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\*\* Dados extraídos do Siafi Gerencial – Consulta Valores Liquidados PCPR.

Quanto à execução orçamentária de 2012, apenas a ação 20JC – Desenvolvimento e Melhoria da Competitividade do Setor de Comércio e Serviços estava vinculada ao Objetivo 0824, a qual, por sua vez, não teve execução orçamentária.

Em 2013, a execução orçamentária do Objetivo 0824 alcançou cerca de 60% do valor total previsto em LOA, de R\$ 14,1 milhões, em decorrência da contratação da segunda etapa dos serviços de produção do Siscoserv executados de 1º/07/2013 a 31/12/2013, mediante o Contrato MDIC/Serpro nº 03/2013, uma vez que a contratação da primeira etapa dos serviços de produção do Sistema coube à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), ao amparo do Contrato RFB/

Copol nº 03/2013 com o Serpro, realizada de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013.

O valor liquidado de restos a pagar em 2013 refere-se a ação 20J5 – Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras operações que produzam variações no Patrimônio – Siscoserv, que em 2012 estava vinculada ao Objetivo 0820 do Programa 2024 – Comércio Exterior.

O nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0824 do Programa 2023 - Comércio e Serviços está demonstrado na tabela a seguir.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0824 - PROGRAMA 2023

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv)	Unidade	1	1	1	100%	Meta cumprida em 2012.
Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis	Percentual	100%	0	30%	30%	Em novembro de 2013 foram divulgadas as primeiras estatísticas parciais do Siscoserv.
Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços	Unidade	4	2	4	100%	Realizado o SIMBRACS 2013; Realizado o Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (ENAServ 2013).
Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio	Unidade	4	1	2	50%	Realizado o SIMBRACS 2013

Fonte: Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC).

#### 4.27.2. Programa 2024 - Comércio Exterior

A política de comércio exterior teve como diretrizes o aumento da competitividade das exportações brasileiras e o fortalecimento das ações de defesa comercial.

Nesse sentido, são relevantes as ações de: i) desenvolvimento da cultura exportadora; ii) implantação, manutenção e aprimoramento dos sistemas de informação e gestão do comércio exterior; iii) ampliação do acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e administração dos acordos existentes; iv) fortalecimento do sistema de defesa comercial; e v) simplificação de normas, procedimentos e exigências relativas às operações de comércio exterior.

Em 2013, o comércio exterior brasileiro registrou a cifra de US\$ 481,8 bilhões, implicando em incremento de 3,4% sobre o ano anterior, cujo valor atingira US\$ 465,8 bilhões.

O referido crescimento deu-se pelo avanço de 7,4% das importações, que passaram de US\$ 223,2 bilhões para US\$

239,6 bilhões. As exportações, por sua vez, registraram recuo de 0,2%, caindo de US\$ 242,6 bilhões para US\$ 242,2 bilhões.

Tais resultados implicaram superávit de US\$ 2,6 bilhões em 2013 ante o superávit de US\$ 19,4 bilhões registrados em 2012.

As principais causas para essa redução do superávit na balança comercial brasileira foram o déficit na "conta petróleo" e os reflexos negativos da crise financeira dos países europeus na demanda mundial, que comprometeu o desempenho das exportações brasileiras.

**Objetivo 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.**

Com relação aos mecanismos de incentivo à exportação, cabe dar ênfase especial ao *drawback*, regime aduaneiro especial. Em 2013, foram analisados 30.333 atos concessórios de

*drawback* suspensão e 225 atos concessórios de *drawback* isenção.

Os atos concessórios de *drawback* integrado e suspensão autorizados representam um montante de US\$ 61,9 bilhões em exportações.

Em termos de sistemas de informação e gestão do comércio exterior destacamos as seguintes atividades em 2013:

- desenvolvimento do Sistema *Drawback* Integrado Isenção Web, com a aprovação da documentação de requisitos e início da fase de homologação. A previsão é a de que o novo sistema entre em produção em 2014;
- implantação da versão 2 do Módulo Anuência LI, sistema auxiliar que visa aperfeiçoar o processo de trabalho dos anuentes com a criação de filtros de deferimento de Licenças de Importação, de acordo com parâmetros pré-definidos e análise de risco;
- desenvolvimento do Siscomex-Importação Web (Projeto LI Web), cuja implantação se dará em duas fases: na primeira, prevista ainda para 2014, entrarão

em operação os novos módulos Anuente e Importador; e na segunda, o módulo Tratamento Administrativo de Importação; e

- o Siscomex Exportação Web – Novoex continuou a operar satisfatoriamente enquanto sistema responsável pelo registro de todas as operações de exportação, efetivadas por intermédio dos Registros de Exportação (RE) e dos Registros de Crédito (RC). O desenvolvimento do sistema Gerencial Registro de Exportação está suspenso, aguardando a definição da solução tecnológica mais adequada para sua implementação.

Com o objetivo de promover a facilitação de comércio, reduzindo custos e aumentando a competitividade das empresas brasileiras, iniciou-se, em 2013, a construção do “Portal Único do Comércio Exterior”.

Trata-se de iniciativa que visa criar uma interface única entre os operadores de comércio exterior e o Governo, por meio da integração dos múltiplos sistemas informatizados atualmente existentes.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0820 - PROGRAMA 2024**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2024	Código do Objetivo	Valores Liquidados *	
		2012	2013
No Exercício (1)	0820	40.312.653,49	34.358.647,56
RPNP (2)		-	
<b>TOTAL</b>		<b>40.312.653,49</b>	<b>34.358.647,56</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Dados extraídos do Siafi Gerencial – Consulta Valores Liquidados PCPR.

Ao longo de 2013, foram gastos R\$ 34.358.647,56 na ação orçamentária vinculada a esse objetivo, o que representou uma redução de 15% em relação ao que foi gasto em 2012 (R\$ 40.312.653,49). Essa redução de gastos se deve à renegociação de contratos com o Serpro. O nível de realização das metas quantitativas do Objetivo 0820 do Programa 2024 - Comércio Exterior está demonstrado na tabela a seguir.

**METAS QUANTITATIVAS OBJETIVO 0820 - PROGRAMA 2024**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Desenvolver o módulo <i>Drawback</i> Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações	Percentual	100%	20%	65%	65%	A previsão é de que o Sistema <i>Drawback</i> Integrado Isenção Web entre em funcionamento ainda em 2014.
Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do Siscomex e dar maior agilidade às operações de importação	Percentual	100%	35%	60%	60%	A implantação desse projeto se dará em duas fases: na primeira, prevista ainda para 2014, entrarão em operação os novos módulos Anuente e Importador; na segunda, o módulo Tratamento Administrativo de Importação
Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos	Unidade	48	6	12	25%	As maiores dificuldades para o cumprimento da meta foram: i) no primeiro ano, a necessidade de consolidar o formato ideal do evento; ii) no segundo ano, a prioridade dada pelo MDIC ao Portal Único de Comércio Exterior
Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema Alice Web	Unidade	5	7	6	83,3%	A expectativa de reduzir para 5 dias úteis depende de aperfeiçoamento da infraestrutura e do sistema de carga dos dados utilizado.

Fonte: Secretária de Comércio Exterior – Secex/MDIC.

No que concerne ao atingimento das metas qualitativas do Objetivo 0820 destaca-se:

Por intermédio do serviço denominado “Comex Responde”, foram recebidas 2.898 consultas (crescimento de 12,5% em relação a 2012), provenientes de 49 países, de todas as Unidades da Federação e de 487 Municípios brasileiros, com o tempo médio de resposta de quatro dias. Quanto ao índice de satisfação, o resultado foi de 77,6%; e

Quanto à criação de um ambiente-usuário, com disponibilização de ferramentas de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior, foi concluído novo processo licitatório em agosto de 2013 para contratação de empresa para dar continuidade ao projeto. Entretanto, a assinatura aguarda liberação orçamentária.

#### 4.27.3. Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo

Os projetos e as atividades ligadas à formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento produtivo no MDIC estão pautados pelo objetivo fundamental de aumentar a competitividade e o desenvolvimento produtivo. As ações do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) estão ligadas ao Mapa Estratégico do órgão e estão refletidas nas Agendas do Plano Brasil Maior (PBM). Dessa forma, o Programa

2055 – Desenvolvimento Produtivo, no âmbito deste órgão, é a internalização do PBM em objetivos e metas do MDIC pactuadas no PPA.

Em busca do desenvolvimento produtivo, o MDIC atua em discussões técnicas sobre a execução das medidas de apoio ao setor produtivo e essa atuação está calcada no apoio ao Governo na tomada de decisões para a solução de gargalos legais e infralegais que promovam a competitividade do País.

**Objetivo 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.**

O MDIC desempenha a função de coordenação e articulação do PBM, além do papel central na gestão, execução e monitoramento de um aparato de instrumentos de política industrial, com concessão de benefícios e estímulos de competitividade diretos ao setor produtivo, como o Processo Produtivo Básico (PPB), o Ex-Tarifário, o InovarAuto e o Barracão Industrial.

Um instrumento inovador, de competência exclusiva do MDIC, foi a instituição da Habilitação Provisória, por meio do Decreto nº 8.072, de 14 de agosto de 2013. A Habilitação Provisória

de empresas aos benefícios da Lei de Informática é um procedimento sumário que permite o acesso mais rápido e simplificado aos incentivos da Lei, enquanto o processo de habilitação definitiva de empresas ou de inclusão de novos produtos tramita sem interrupção.

Nesse contexto, foram publicadas 51 portarias com tempo médio de habilitação de 21 dias, substancialmente inferior ao tempo verificado na habilitação definitiva, superior a 12 meses.

Também foram publicadas 282 portarias de habilitação definitivas contra 149 no exercício de 2012, e 51 portarias de habilitação provisória, totalizando 333 portarias de habilitação.

Destaca-se que o fluxo de concessão do Processo Produtivo Básico (PPB) foi redesenhado e está sendo implementado, bem como o incremento de controles internos, a fim de observar os prazos previstos e dar maior transparência às empresas que participam do processo.

No caso de Arranjos Produtivos Locais, para alavancar as discussões em torno do assunto, o MDIC instituiu em 2012 o Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL), que gerencia um banco de dados com o registro completo de 167 Instituições de Apoio aos APLs, 27 Núcleos Estaduais de APLs, 57 APLs

de todo o País e 246 empresas dos APLs registrados.

O OBAPL também conduz diversas ações de apoio aos APLs e, em 2013, foi concluída uma sequência de quatro turmas de treinamento para os Núcleos Estaduais utilizarem o OBAPL, de forma que todos os Estados encontram-se aptos a gerir as suas próprias informações.

A partir de agora, o foco de treinamento passa a ser os próprios APLs com quatro treinamentos-piloto em Alagoas, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O MDIC também realizou, em Brasília, a sexta conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – Sustentabilidade dos APLs: Governança, Conhecimento e Inovação. Evento de caráter nacional, a 6ª Conferência propôs um debate voltado ao aprimoramento da atuação das instituições relacionadas ao tema.

O objetivo central foi mobilizar os segmentos produtivos e as principais instituições governamentais e não-governamentais, para aprimorar as políticas de desenvolvimento regional e de apoio aos APLs. Participaram mais de 600 pessoas, com a realização de oficinas, palestras, encontros de negócios, casos de sucesso, reuniões, parcerias e minicursos.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0847 - PROGRAMA 2055

Valores em R\$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados*	
		2012	2013
No Exercício (1)**	0847	2.253.636,71	8.851.745,06
RPNP (2)**		1.777.859,65	94.415,99
<b>TOTAL</b>		<b>4.031.496,36</b>	<b>8.946.161,05</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Dados extraídos do Siafi Gerencial – Consulta Valores Liquidados PCPR.

A discrepância na execução orçamentária entre os exercícios 2012 e 2013 se verifica em virtude da fusão de ações ocorrida em 2013.

Em 2012, apenas as ações orçamentárias 2692 – Fiscalização do Processo Produtivo Básico (PPB) e 2768 – Gestão da Política Industrial faziam parte do Objetivo 0847.

Em 2013, as ações vinculadas ao Objetivo 0857 - Fortalecer os

empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), excluído do PPA 2012-2015, foram incorporadas ao Objetivo 0847, dando origem à ação 210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial, fruto da fusão das ações: 20R6 - Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais; 6659 - Extensionismo Industrial e Empresarial; 2374 - Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte; e 2768, aumentando, consideravelmente, a dotação orçamentária do Objetivo.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0847 - PROGRAMA 2055**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no País	Unidade	80	273	273	341%	Atualmente o GTP APL foca sua atuação em 273 APLs Prioritários, indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio, buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional.
Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs	Percentual	100%	30%	40%	40%	Foi feita a opção de implementar inicialmente o módulo de controle do Ex-tarifário. Em consequência, o módulo de concessão e acompanhamento de PPB só deverá estar implementado no final do primeiro semestre de 2014.

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP/MDIC).

**Objetivo 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.**

O Governo Federal, intensificando sua atuação no incentivo à inovação, lançou o Plano Inova Empresa, o qual consiste em um investimento em inovação a fim de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

O plano, com investimento total previsto de R\$ 32,9 bilhões em 2013 e 2014, é um novo modelo de fomento à inovação que atua na descentralização do crédito e da subvenção econômica para médias e pequenas empresas, na articulação entre as instituições de fomento para o uso coordenado dos diferentes instrumentos e, ainda, na redução de prazos e na simplificação administrativa.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de outros órgãos como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), trabalham juntos no Plano Inova Empresa para o financiamento público de projetos, apoiando setores considerados prioritários pelo Governo, como Saúde, Aeroespacial, Energia, Petróleo e Gás, Tecnologia Assistiva e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

O MDIC, em parceria com a *Endeavor* e a *McKinsey & Company*, realizou o programa InovAtiva Brasil. O objetivo do programa é gerar capacitação em larga escala para empreendedores de negócios de alto impacto (startups).

Além disso, o programa oferece oportunidades e fomenta o networking entre os empreendedores.

Em 2013, o programa foi realizado em três etapas. A primeira, 100% online, oferece vídeos gratuitos com conteúdo de empreendedorismo. Nessa etapa, os empreendedores têm acesso à capacitação e podem enviar seus projetos de negócio. Dentro dos cerca de 1,6 mil projetos recebidos, com mais de três mil candidatos inscritos, foram selecionados os 50 melhores para participar da segunda fase que, conta com um workshop presencial em que os empreendedores têm acesso a uma rede de mentores da *Endeavor* e a *McKinsey*.

Os 20 melhores projetos foram selecionados para participar da última fase, em que os empreendedores apresentam seus negócios para uma banca de investidores e especialistas.

No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, foi apoiada a primeira Edição do Congresso de Investimento Anjo, realizado pela organização Anjos do Brasil.

Os investidores anjos são pessoas físicas, tipicamente ex-empresários que provêm capital financeiro e sua rede de contatos a negócios nascentes e com alto potencial de crescimento. Em troca desse apoio, esses investidores recebem uma participação na empresa. Tais investidores são fundamentais para fomentar o surgimento e o desenvolvimento de novos negócios inovadores. Além desse evento, apoiou-se o 5º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o XXIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC).

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0850 - PROGRAMA 2055**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados *	
		2012	2013
No Exercício (1)	0850	975.000,00	401.000,00
RPNP (2)		-	891.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>975.000,00</b>	<b>1.292.000,00</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Dados extraídos do Siafi Gerencial – Consulta Valores Liquidados PCPR.

A execução orçamentária do ano de 2013, considerando apenas os valores empenhados e liquidados no exercício, apresentou uma diminuição. Isso ocorreu em função, principalmente, do projeto de “Atração de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para o Brasil”, que está sendo conduzido pela Secretaria de Inovação (SI/MDIC) em conjunto com a APEX-Brasil.

No fim de 2012, foram empenhados R\$ 550 mil para esse projeto, e os recursos foram repassados para uma conta bancária do convênio, que é administrada pela APEX-Brasil.

No momento da transferência do dinheiro para a conta do convênio, o recurso foi contabilizado como liquidado em 2012.

No entanto, na prática o projeto foi executado e efetivamente pago ao longo de 2013. Esse projeto continuará até o fim de 2015 e serão necessários novos aportes de recursos para atingir seu objetivo.

Nesse sentido, foi destinado o valor de R\$ 598 mil para o mesmo convênio, na forma de um Termo Aditivo. Destaca-se que, como a primeira parte do projeto foi executada em 2013, só foi possível realizar o planejamento das atividades e empenhar novos recursos no fim de 2013, após a entrega de algumas das etapas.

Por isso, os R\$ 598 mil para a segunda parte do projeto serão executados como Restos a Pagar ao longo de 2014.

**METAS QUANTITATIVAS OBJETIVO 0850 – PROGRAMA 2055**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a Pintec	Unidade	5.328	5.299	5.299	99,5%	Números apurados pela Pesquisa de Inovação (Pintec 2011), publicada pelo IBGE em dez/2013 com dados referentes ao período 2009-2011. Estudo publicado a cada 3 anos.
Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários	Unidade	100	100	100	100%	Por meio de parceria com Centro de Design do Paraná e foi possível viabilizar a participação de 100 produtos brasileiros no <i>IF Product Design Award</i> . Desses, 18 foram premiados e participaram da exposição em Hannover, durante a feira CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.
Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design	Unidade	2	0	1	50%	Um canal de comercialização articulado é a rede MUJI, conglomerado de venda ao varejo japonês que já realiza venda de produtos de design brasileiros.

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulada	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior	Unidade	5	2	4	80%	Promoção internacional do design brasileiro na Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design, no evento Brazil S.A., em Milão - Itália e na Exposição Casa Brasileira (2012 e 2013) e no Evento Be Brasil, em Nova Iorque.
Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014	Unidade	2	1	1	50%	A IV Bienal ocorreu em 2012, a bienal de 2014 está prevista para 2015.

Fonte: Secretaria de Inovação (SI/MDIC).

**Objetivo 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.**

Destaca-se o lançamento do Programa Servir, que consiste em uma metodologia para avaliação, pelos cidadãos, da qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores de diversos setores.

A avaliação é realizada em tempo real por avaliadores previamente selecionados, treinados e cadastrados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) por meio de software desenvolvido para smartphones.

Foi publicada a Resolução Conjunta entre a ANP e o Inmetro, aprovando regulamento técnico para medição de petróleo e gás natural, condição essencial para suporte técnico ao novo regime de licitações para exploração de petróleo brasileiro por meio de leilões.

Os instrumentos de medição regulamentados no âmbito dessa Resolução serão objeto de aprovação de modelo e de verificação inicial do Inmetro.

Com o objetivo de subsidiar o Inmetro nas suas decisões sobre novas certificações, aperfeiçoamentos em regulamentos, recomendações de recalls ou até mesmo no desenvolvimento de campanhas educativas com foco em segurança, foi criado o Sistema Inmetro de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac).

Foi iniciada a implantação de sistema de avaliação da conformidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para aumentar a confiança, economicidade, imparcialidade e transparência.

Esse processo poderá ser replicado para outros exames administrados pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Prova Brasil.

O Inmetro tem realizado avaliação da qualidade técnica, desempenho e verificação das características técnicas de diversos equipamentos comercializados no País para o Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque aos ensaios em próteses de quadril e joelho; às avaliações de próteses mamárias; às calibrações de equipamentos de aplicações terapêuticas e às diagnósticas de ultrassom na área médica.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0859 - PROGRAMA 2055**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores liquidados*	
		2012	2013
No Exercício (1)	0859	546.325.832,04	464.830.727,67
RPNP (2)		5.173.951,24	29.960.523,83
<b>TOTAL</b>		<b>551.499.783,28</b>	<b>494.791.251,50</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Dados extraídos do Sifii Gerencial - Consulta Valores Liquidados PCPR.

O desempenho orçamentário do Objetivo 0859 no exercício de 2013 foi satisfatório. Em relação a 2012, houve um crescimento na receita própria de 7% e uma redução na despesa em torno de 17,5%.

**METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0859 – PROGRAMA 2055**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Comentário sobre os resultados alcançados
			2012	2013		
Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao Inmetro para inovação na empresa	Unidade	10	0	1	10%	Com a solução dos entraves burocráticos para criação de laboratórios associados, a expectativa é que a meta seja alcançada em 2015.
Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO	Unidade	1.180	1.158	1.407	119%	A meta foi superada devido a publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos acreditados e outros órgãos regulamentadores terem aumentado a demanda por acreditação

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro/MDIC).

***0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.***

O alcance desse objetivo tem suporte nas iniciativas a ele associadas e que estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Em 2013, o INPI recebeu cerca de 163 mil pedidos de registro de marca, 9% a mais que no mesmo período de 2012. Para atender a demanda corrente e processar o estoque de 507 mil pedidos, investiu-se na informatização dos processos e na contratação de pessoal. Em junho de 2013, lançou-se o novo sistema interno de gestão de marcas, denominado IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O sistema possibilitou a informatização de todas as etapas do processo de registro e maior controle gerencial dos fluxos de trabalho. Além disso, os 14 novos examinadores de marcas que tomaram posse em julho de 2013 elevaram a capacidade de processamento para cerca de 135 mil pedidos de registro de marca por ano.

Em comparação ao exercício de 2012, o volume total de depósitos de pedidos de patentes se manteve estável em 33 mil, interrompendo a taxa de crescimento de 10% ao ano verificada desde 2010. A iniciativa de implementar o sistema de depósito de patentes on-line foi concluída com êxito. No mês de dezembro de 2013, 53% dos documentos apresentados ao INPI foram feitos de forma totalmente eletrônica. Ações de enfrentamento do backlog de pedidos de patentes, que

termina o ano em aproximadamente 184 mil pedidos, e de melhoria na eficiência do processo de concessão têm buscado reduzir o tempo de decisão final de patentes.

Em 2013, o prazo médio de decisão técnica dos pedidos, contado a partir do pedido de exame, foi de 7,8 anos, com expectativa de atingir cinco anos em 2014. A virtualização dos processos de patentes, incluindo a digitalização e a adoção de sistemas para o trâmite digital dos processos, é uma das iniciativas que deverá prover maior eficiência e redução desse prazo.

No contexto da missão de disseminar e promover a geração, proteção e a comercialização de ativos de propriedade intelectual, o INPI alcançou cerca de 17 mil pessoas no último ano, por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País.

Em 2013, a Academia de Propriedade Intelectual e Inovação do INPI iniciou sua primeira turma de Doutorado. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) elevou o conceito do Mestrado Profissional de três para quatro, o que torna gratuito o acesso ao seu Portal de Periódicos, com economia de R\$ 1 milhão/ano para o Instituto.

Têm prioridade na agenda internacional a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Cooperação Regional em PI na América do Sul (Prosul). Foi desenvolvida pelo INPI e já está disponível para uso a ferramenta e-Pec (Plataforma de Exame Colaborativo), um instrumento eletrônico que permite a colaboração em exames de patentes entre os nove países-membros do Prosul.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0881 - PROGRAMA 2055**  
Valores em R\$ 1,00

Programa 2055	Código do Objetivo	Valores Liquidados*	
		2012	2013
No Exercício (1)	0881	4.264.874,63	3.393.254,78
RPNP (2)		902.944,79	1.722.685,56
<b>TOTAL</b>		<b>5.167.819,42</b>	<b>5.115.940,34</b>

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

\* Dados extraídos do Siafi Gerencial – Consulta Valores Liquidados PCPR.

**METAS QUANTITATIVAS OBJETIVO 0881 - PROGRAMA 2055**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta 2012-2015 realizada acumulada	Comentário sobre os Resultados Alcançados
			2012	2013		
Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	Unidade	5.000	3.168	4.027	81%	A restrição orçamentária para diárias e passagens ocorrida em 2013 reduziu a realização dos cursos nos Estados e Instituições.
Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	Unidade	60	56*	65	108%	Apesar da restrição à participação em eventos internacionais, a intensa participação em eventos nacionais incrementou o resultado da meta.
Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	Unidade	6.250	4.334*	2.656	42%	Problemas de processamento e digitalização dos pedidos de registro impactaram os exames.
Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem	Unidade	150	21*	28	19%	O atendimento da meta está na dependência do depósito de novos pedidos de registro e da reestruturação da área.
Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras	Unidade	123	39*	74	60%	O corte orçamentário de 25% afetou diretamente as ações de fomento.
Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	Meses	9	50	74,4	(826,67%)	O baixo número de examinadores e o aumento da fila de espera pela análise dos pedidos de registro aumentou o tempo de análise.
Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.	Meses	57	-	90,3	(158%)	Problemas de virtualização dos processos, a não digitalização dos pedidos e o baixo número de examinadores aumentaram o prazo.

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI/MDIC).

\* Atualização de dados no Siop realizada no Monitoramento de 2013.

## 4.28. MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)

O Ministério do Esporte (ME) é responsável por implantar a Política Nacional de Esporte, e a desenvolve em todas as suas dimensões, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

O esporte, conforme preconiza o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão, e constitui dever do Estado garantir à sociedade acesso a ele.

Contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumento de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde, a inclusão social, o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

O Governo Federal busca garantir à população brasileira o acesso ao conhecimento e à prática esportiva, seja no âmbito do alto rendimento, seja no âmbito do esporte recreativo e de lazer, seja como componente educacional, o que possibilita a elevação do nível da cultura esportiva.

O esporte tem recebido cada vez mais atenção como componente formador da cidadania e do desenvolvimento do País, expresso pelo aumento significativo e a diversidade de iniciativas de alta complexidade, como o fato de o Brasil sediar grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O ingresso do Brasil no circuito internacional de grandes eventos abre um leque significativo de oportunidades, inserindo o esporte na agenda do desenvolvimento nacional, regional e local, com investimentos em infraestrutura urbana, em serviços e na modernização de arenas esportivas. A cadeia produtiva do esporte é alavancada por geração de empregos, negócios e renda, além de contribuir com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, proporciona a elevação da autoestima do povo brasileiro consolidando a imagem do Brasil como um País moderno e diverso, com manifestações culturais ricas, e alta capacidade de organização e realização.

O ME tem a preocupação de garantir que a realização dos grandes eventos esportivos resultem em benefícios para o País como um todo, visando o pleno aproveitamento dos legados proporcionados pelos eventos.

### 4.28.1. Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Considerado o esporte como um direito social garantido pela constituição brasileira, este tem recebido na última década, cada vez mais atenção. Nessa perspectiva, o País se estrutura para alcançar níveis de alto desenvolvimento como potência esportiva.

O esporte, além de promover a saúde, atua como instrumento de formação integral dos indivíduos e, como consequência,

contribui com o desenvolvimento da convivência social, com a construção de valores e com o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

A articulação entre as dimensões esportivas, a integração de programas, a ampliação do atendimento à população, os investimentos na infraestrutura, bem como o aproveitamento da capilaridade existente para o desenvolvimento das atividades do alto rendimento, a diversificação do financiamento com a Lei de Incentivo, os esforços tecidos para a realização do Diagnóstico Nacional do Esporte, a acuidade dada à governança e à gestão das entidades e clubes, combinadas às iniciativas para a segurança dos torcedores, são medidas que expressam a extensão da temática esportiva no Brasil.

Estamos em um momento bastante propício e, para assegurar a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o Governo Federal apresentou à Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 11 Garantias Governamentais, traduzidas como as medidas necessárias para a realização com sucesso dos eventos condizentes à Copa.

Para organizar e gerir este trabalho, o Governo Federal definiu um modelo de governança onde se destacam os instrumentos de coordenação e acompanhamento – entre eles a Matriz de Responsabilidades, o Comitê de Responsabilidades e as Câmaras Temáticas. O Comitê de Responsabilidades e as Câmaras Temáticas são braços do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014, que é integrado por 23 órgãos, e coordenado pelo Ministério do Esporte, com o objetivo de definir, aprovar e supervisionar todas as ações relacionadas à competição.

Na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a garantia do melhor planejamento e da melhor governança dos Jogos caberá à Autoridade Pública Olímpica (APO), um consórcio público interfederativo, que coordenará as ações de governos e cancelará os projetos acordados com o Comitê olímpico e Paralímpico Internacional, estabelecendo um novo modelo de cooperação e relacionamento interfederativo e interministerial.

Nessa perspectiva podemos inferir que, considerando o papel transformador do esporte para a sociedade e para o País, devem-se envidar esforços concentrados para impulsionar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, educacional, recreativo e de lazer, que promovam a inclusão social, por meio da ampliação e qualificação do acesso ao esporte, otimizando os investimentos na área que propiciem o alcance de seus resultados e aumentem a interação entre o poder público e a sociedade civil.

### Evolução da Execução Orçamentária do Programa 2035

Nos Objetivos em foco do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, a execução das despesas de 2013, empenhadas no âmbito Ministério do Esporte, atingiu o montante de R\$ 2,2 bilhões, ou seja, 56% quando comparada à dotação autorizada constante

na Lei Orçamentária 2013 no valor de R\$ 3,9 bilhões. O percentual de execução de despesas empenhadas, nos Objetivos do PPA, foi o reflexo do valor disponibilizado para empenho, pelo Anexo I do Decreto nº 7.995, de 02 de maio de 2013 e suas alterações, no valor de 2,3 bilhões, diante de uma dotação autorizada na LOA 2013 (exceto obrigatórias) de R\$ 4 bilhões, o que determinou um contingenciamento em torno de 44%.

O total liquidado no exercício de 2013 foi de R\$ 303,7 milhões, o que representou 14% das despesas empenhadas pelo Ministério do Esporte, considerando que as ações

orçamentárias relacionadas à implantação de infraestrutura esportiva, que representaram 68% dos empenhos, possuem a maior parte do empenhado (mais de 90%) inscrito em Restos a Pagar Não-Processados, para posterior liquidação e pagamento em exercícios subsequentes.

O quadro a seguir registra a execução orçamentária em cada Objetivo Governamental, no âmbito do Ministério do Esporte, no que se refere à liquidação, para as dotações alocadas dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos, no período de 2012 a 2013.

#### PROGRAMA 2035 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Programa 2035	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No Exercício (1)	0669	29.360.949,00	55.204.906,17
RPNP (2)		354.542.766,13	353.327.237,90
Gastos Tributários(3)			
<b>TOTAL</b>		<b>383.903.715,13</b>	<b>408.532.144,07</b>
No Exercício (1)	0676	78.891.650,71	140.854.960,90
RPNP (2)		94.964,80	
Gastos Tributários(3)			
<b>TOTAL</b>		<b>78.986.615,51</b>	<b>140.854.960,90</b>
No Exercício (1)	0686	11.966.290,01	38.081.711,37
RPNP (2)		10.751.575,04	9.954.729,57
Gastos Tributários(3)			
<b>TOTAL</b>		<b>22.717.865,05</b>	<b>48.036.440,94</b>
No Exercício (1)	0687	24.208.678,78	69.525.123,53
RPNP (2)		47.132.281,88	92.108.422,72
Gastos Tributários(3)			
<b>TOTAL</b>		<b>71.340.960,66</b>	<b>161.633.546,25</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>556.949.156,35</b>	<b>759.057.092,16</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício;

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores;

(3) Não foi possível apurar a informação de valores liquidados para gastos Tributários.

Importa destacar que os números apurados indicam evolução de investimentos no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na preparação de eventos internacionais de grande magnitude, como a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Os maiores montantes liquidados no período 2012-2013, totalizando Exercício e Restos a Pagar Não-Processados, se evidenciaram nos seguintes Objetivos do PPA: "0669" que é relacionado ao acesso para o esporte e lazer para a promoção da cidadania, inclusão social e qualidade de vida, com uma liquidação de R\$ 792,4 milhões; e "0687", relacionado à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com montante de despesa liquidada de R\$ 232,9 milhões.

Se considerados apenas os números apurados de liquidação "No Exercício" a maior evolução, de 2012 para 2013, na execução de despesas ocorreu no Objetivo do PPA "0686"

relacionado à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 com 218% de crescimento nominal na liquidação de despesas. Entretanto, se considerarmos o montante liquidado no Exercício e em Restos a Pagar Não-Processados, teremos que destacar o Objetivo "0687" como a evolução mais relevante, com um crescimento nominal de 127% na liquidação.

A execução orçamentária por objetivos indica que as despesas voltadas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 continuam com tendência de elevação dos gastos, iniciada no período de 2011 a 2012, e mantendo essa tendência em 2013.

Este fato resulta do acréscimo de recursos destinados ao apoio e incentivo às equipes e aos atletas, financiados pelas ações "Preparação de Atletas" e "Concessão de Bolsa a Atletas" e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com as ações "Apoio à Implantação de Infraestrutura para os

Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016” e “Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”.

Com relação aos números apresentados de liquidação em Restos a Pagar Não-Processados, é importante ressaltar que as ações orçamentárias 09HW, 126V, 20D8, 20DB e 5450, em 2011, foram computadas em separado como ação, pois não pertenciam ao Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos, que passou a vigorar em 2012, porém a liquidação de seus respectivos Restos a Pagar Não-Processados estão sendo agregadas nos valores presentes do quadro acima.

**Objetivo 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

#### Esporte e Inclusão Social

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece às crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde e, para o desenvolvimento humano e a inclusão social. Beneficiou, em 2013, cerca de 4,5 milhões de pessoas distribuídas em 3.969 núcleos, e em 25.171 escolas, em mais de 3,6 mil municípios brasileiros.

Há um esforço para tornar este Programa uma política estruturante, dessa forma, do público atendido, 4,1 milhões deescolares são atendidos pela parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Mais Educação, e mais 400 mil são atendidas pelas parcerias com os Estados e Municípios.

Foi instituída uma articulação para a implementação de parcerias voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas cidades-sede e regiões Metropolitanas da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com o PST foram realizadas parcerias para atender 68.550 beneficiados, em 490 núcleos que estão em processo de formalização junto às prefeituras e governos estaduais, utilizando-se da oportunidade dos grandes eventos para potencializar essa ação nestas localidades.

Este movimento, incluindo a parceria com o Mais Educação/ MEC, poderá constituir-se num processo de universalização do acesso ao esporte e lazer para crianças, adolescentes e jovens no País.

Em consonância com o PST, o Programa Forças no Esporte (Profesp), conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes de sete a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

As 12 mil crianças atendidas pelo Projeto participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. Este programa tem ainda apoiado e incentivado

novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), que objetiva garantir o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, de forma lúdica, participativa e comunitária. Em 2013, beneficiou 213.800 jovens e adultos, em 597 núcleos distribuídos em Municípios de diferentes regiões do Brasil.

O Programa Vida Saudável, que promove acesso de pessoas com idade acima de 60 anos à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, alcançou a marca de 167 núcleos para atendimento de 42,2 mil beneficiados, por meio de parcerias com Municípios e Instituições Federais de Ensino Superior, distribuídas pelas cinco regiões do País.

Também foram formalizados 427 núcleos do Pelc- todas as idades e três núcleos de Pelc- Comunidades Tradicionais, direcionados aos grupos culturalmente diferenciados, como indígenas e quilombolas, totalizando 171,6 mil beneficiados. O Pelc está inserido na parceria que promove o Legado Social Esportivo e de Lazer nas cidades-sede e regiões Metropolitanas da Copa do Mundo FIFA 2014, para atender a 243.610 beneficiados em 761, núcleos, todos em fase de formalização.

O Plano Juventude Viva é o resultado da parceria da Secretaria Nacional da Juventude (Sejuv) da Presidência da República, com diversos Ministérios, inclusive o do Esporte, e incorpora a dimensão preventiva à violência, articulando políticas sociais nos campos da educação, do trabalho, da cultura, do esporte, da saúde, do acesso à justiça e à segurança pública, para ampliação dos direitos da juventude, combate às desigualdades raciais e garantia dos direitos humanos, objetivando enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Nesse sentido, em 2013, o ME atendeu 70.426 alunos com o Programa Esporte na Escola, em Alagoas, e ainda pactuou 8 núcleos do Pelc, com 3,2 mil beneficiados e três núcleos do Programa Segundo Tempo/Navegar (PST Navegar) que é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico, de forma a promover o desenvolvimento integral de adolescentes, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, com 300 beneficiados.

No Estado da Paraíba são cinco núcleos do Pelc, com 2 mil beneficiados, mais 170.722 alunos no Esporte na Escola e um núcleo do PST Navegar. Nos demais Estados, o Plano está em processo de articulação.

O exercício de 2013, teve em pauta o apoio à realização de eventos escolares e universitários com o objetivo de incentivar, desenvolver e ampliar a oferta de oportunidades de prática esportiva na área educacional, representando e divulgando o esporte escolar e universitário brasileiro de forma destacada, em âmbito nacional e internacional. Além disso, definiu uma política de fomento e difusão de eventos participativos em conjunto com o Ministério da Defesa, com

Universidades federais e estaduais e governos estaduais e municipais.

Vale destacar, quanto às competições esportivas no âmbito escolar, o apoio à realização do Calendário da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE 2012/2013), com diversos eventos, como a Reunião Técnica do Conselho Sul-Americano do Esporte (Consude); Campeonatos Brasileiros Escolares de Basquete, Vôlei de Praia, Karatê, Futebol de Campo; Seminário do Desporto Escolar; Mundiais Escolares de Basquete, Natação, Tênis, Futebol de Campo, Orientação e Vôlei de Praia, envolvendo 2.694 atletas; Seletiva Nacional da Gymnasiade - Jogos Escolares Mundiais na cidade de Brasília/DF, com 2,5 mil atletas participantes; e a realização do XIX Jogos Sul-Americanos Escolares 2013, com 194 participantes.

Também foram apoiadas as Competições dos Colégios Militares, com 1,8 mil participantes, a XIX Edição dos Jogos dos Povos Indígenas na cidade de Cuiabá em novembro de 2013, com 1,6 mil atletas indígenas nacionais e 32 representantes de etnias internacionais com cerca de 16 países.

Quanto ao esporte universitário, foram apoiados eventos nacionais e internacionais, com destaque para a participação da delegação brasileira na 27ª Universíade de Verão, realizada na cidade de Kazan/Rússia, com 455 participantes, e na 26ª Universíade de Inverno, com a participação de 125 países, sendo que o Brasil teve 15 participantes, na cidade de Tretina/Itália.

Foram realizados, também, com apoio do ME, a Cavalgada da Independência e a II Cavalgada da Liberdade, em parceria com o Ministério da Defesa, o 2º Encontro Internacional de Pesquisadores em Esporte, Psicologia e Bem-estar, o V Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte, mediante parceria com a Unimontes, com 1,3 mil participantes, o II Congresso Internacional de Educação Física e Esporte Olímpico e Paralímpico, com 600 participantes, em parceria com Universidade Estadual de Maringá/PR, e o apoio à realização do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel), por meio da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 700 participantes.

No âmbito da Ciência e Tecnologia, em 2013, foi reestruturada a Rede Cedes, tendo sido mantidas 12 parcerias de pesquisas na área de Política Pública de Esporte e Lazer, publicações e eventos científicos.

Foram apoiados eventos científicos em parceria com a Universidade de Brasília, para a realização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) e Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conice) envolvendo cerca de 3.000 participantes, e o Seminário Nacional Rede Cedes, envolvendo cerca de 90 pesquisadores. Este último teve como objetivo avaliar os 10 anos de existência da Rede Cedes e propor novos caminhos, além da divulgação e organização dos pesquisadores para a participação do edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Importante parceria também para financiamento de pesquisas foi estabelecida junto ao Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext). O Proext 2014 – MEC/Sesu é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

Para fomentar a produção acadêmica da área do esporte, o ME estabeleceu parceria com o CNPq, no valor de R\$ 18 milhões, com a finalidade de executar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do esporte em suas diferentes dimensões.

Essa parceria tem como objetivos específicos: i) estimular a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do esporte em todas as suas dimensões; ii) incentivar a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa; iii) estimular o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas ao esporte como instrumento de desenvolvimento social; iv) apoiar projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de esporte; v) estudar o impacto da realização dos megaeventos esportivos na perspectiva da compreensão do legado social, educacional e econômico; e vi) contribuir para o avanço científico, tecnológico e de inovação do esporte nacional.

#### **Infraestrutura Esportiva**

O investimento do Governo Federal em infraestrutura esportiva, em 2013, foi de R\$ 1,5 bilhão, aplicados na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, em mais de 1,5 mil Municípios. Para equipamentos na área de esporte educacional e de lazer, foram destinados R\$ 701,5 milhões do referido montante. Com esses investimentos serão disponibilizadas ou melhoradas diversas áreas para ampliar o acesso à prática de esporte e lazer, contribuindo para redução da exclusão social e com a melhoria da qualidade de vida da população. Foram ainda investidos R\$ 423 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento com vistas à preparação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. E, ainda, foram destinados R\$ 124,7 milhões para a melhoria de Centros de Treinamentos para Seleções localizados em áreas públicas.

#### **Centro de Iniciação ao Esporte**

Em 10 de dezembro de 2013, o Ministério do Esporte anunciou a lista de 163 Municípios selecionados para receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal. O CIE integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com orçamento de R\$ 967 milhões para as 285 unidades, e compõe o legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Os Centros farão parte da Rede Nacional de Treinamento, na base da estrutura, e se destinam à descoberta de talentos. Cada localidade pôde

escolher entre três modelos de projeto apresentados pelo Ministério do Esporte. Os três modelos do CIE têm padrões oficiais, dentro das especificações para cada esporte, e terão foco em até 13 modalidades olímpicas (atletismo, basquete, boxe, handebol, judô, lutas, tênis de mesa, taekwondô, vôlei, esgrima, ginástica rítmica, badminton e levantamento de peso), seis paralímpicas (esgrima de cadeira de rodas, judô, halterofilismo, tênis de mesa, vôlei sentado e goalball) e uma não-olímpica (futsal).

**Objetivo 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.**

#### Esporte de Alto Rendimento

O ME assumiu o compromisso de tornar e manter o Brasil uma potência esportiva reconhecida mundialmente, vislumbrando, já para 2016, a classificação do País entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos. Em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), confederações esportivas, clubes, universidades e outras instituições ligadas ao esporte de alto rendimento, o Ministério vem trabalhando no planejamento das modalidades que têm a responsabilidade de executar tal meta.

#### Plano Brasil Medalhas 2016

A principal medida do Governo Federal para assegurar as condições do País se classificar entre os primeiros países nos Jogos Olímpicos Rio 2016 é o Plano Brasil Medalhas 2016, lançado oficialmente em setembro de 2012. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as tem e garantir outras medalhas em novas modalidades. É importante salientar que o Plano Brasil Medalhas é um acréscimo ao que já é feito pelo Governo e pela iniciativa privada, com vistas a complementar a preparação de atletas e equipes com chances de pódio nos Jogos de 2016.

O Plano prevê investimento adicional de R\$ 1 bilhão para incrementar 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Dois terços desse montante serão provenientes do Orçamento Geral da União e um terço de patrocínio de empresas públicas federais – recursos adicionais aos já aportados por essas empresas nas diversas modalidades. Serão destinados R\$ 690 milhões para preparação de atletas e seleções; e R\$ 310 milhões para construção, reforma e equipagem de 21 centros de treinamento olímpicos e um paralímpico, para 15 modalidades.

O Plano Brasil Medalhas começou a ser executado no início de 2013, com a assinatura de contratos de empresas estatais com diversas modalidades. A Caixa Econômica Federal assinou contrato de patrocínio com as confederações de Atletismo, Lutas Associadas, Ciclismo e Ginástica e com o CPB. A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) ficou responsável

por apoiar o Judô, Taekwondô e Boxe, o Banco do Brasil pelo apoio ao Handebol, Vela e Vôlei (quadra e praia). Os Correios assinaram contratos com as modalidades de Handebol, Desportos Aquáticos e Tênis. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) patrocina a Canoagem.

Outros contratos estão em fase de negociação com outras modalidades. Além disso, o Plano também conta com recursos de convênios do Ministério do Esporte com diversas confederações e com o CPB – convênios celebrados no início de 2013. E há também contratos com governos municipais e estaduais para construção, reforma e operação de centros de treinamento, como o Centro Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, sendo construído em parceria com o governo do Estado; o Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas, parceria com o governo baiano; e o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza, parceria com o governo estadual.

Os atletas das modalidades coletivas contempladas pelo Plano Brasil Medalhas recebem ajuda de custo por meio dos contratos com as empresas estatais, já os de modalidades individuais passaram a ser apoiados pelo Programa Atleta Pódio, que contém a Bolsa Atleta Pódio, nova categoria da Bolsa Atleta. Somando modalidades individuais e coletivas, serão cerca de 300 atletas recebendo apoio direto, além dos demais apoios para viagens, treinamentos, competições, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares e compra de materiais e equipamentos.

As modalidades não abarcadas pelo Plano continuam recebendo apoio do Governo Federal pelas formas tradicionais (convênios, Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa Atleta e estruturação de centros de treinamento, entre outras formas de suporte).

#### Bolsa Atleta

O programa Bolsa Atleta, em vigor desde 2005, tem como prioridade o investimento em atletas de esportes de alto rendimento, com prioridade para modalidades que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, com objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País. No exercício 2013, foram contemplados 5.691 atletas de esportes olímpicos e paralímpicos e 866 de esportes não-olímpicos.

Além da Bolsa Atleta tradicional, em 2013 se iniciou a execução da nova categoria Bolsa Atleta Pódio, que teve 157 planos esportivos aprovados, com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. Esta bolsa, que integra o Programa Atleta Pódio e o Plano Brasil Medalhas 2016, está prevista na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e se destina a atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de 2016. Cabe ressaltar que os atletas não incluídos na categoria Bolsa Pódio continuam recebendo a Bolsa Atleta, desde que se mantenham em treinamento e competição e alcancem bons resultados.

### Rede Nacional de Treinamento

A Rede Nacional de Treinamento tem por objetivo organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede vai integrar centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade. Para isso, a Rede Nacional requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

A estruturação da Rede deu os primeiros passos em 2013, articulando projetos esportivos e instalações físicas já existentes em diversos locais, entre as quais as estruturas construídas para os Jogos Pan-americanos de 2007 no Complexo Esportivo de Deodoro, que abarcam cinco modalidades (hipismo, tiro esportivo, hóquei sobre grama, pentatlo moderno e judô), e o Centro Olímpico do Espírito Santo (Coes), parceria com o governo capixaba, que desenvolve atividades para 400 atletas de base e de ponta em sete modalidades (boxe, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondô e vôlei de praia).

### Futebol

Em 2013, durante o período de realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, o Governo Federal realizou as seguintes ações: i) reeditou a Exposição do Cinquentenário da Copa do Mundo de 1962, em Brasília/DF; ii) promoveu a realização da Copa Libertadores de Futebol Feminino com a participação das delegações de Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile e Peru, em Foz do Iguaçu/PR; iii) estabeleceu parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) visando à realização da I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub-17, em Aracajú/SE; iv) lançou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, o primeiro em 11 anos, com a presença de 20 equipes de 15 unidades da Federação; v) realizou o "Torneio Internacional de Brasília Futebol Feminino Seleções 2013", no Estádio Nacional de Brasília/DF; vi) pagou prêmio aos campeões das Copas Mundiais Masculinas de 1958; 1962 e 1970, conforme determinam os artigos 37 a 47 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012; vii) lançou o livro "A Pátria de Chuteiras", uma coletânea de crônicas de Nelson Rodrigues e viii) realizou Oficina de Treinamento em El Salvador de futebol feminino, com a participação de aproximadamente 450 meninas.

Em relação à Defesa dos Direitos do Torcedor, foi dada continuidade ao projeto de classificação de estádios de futebol, incluindo 297 novos estádios, visando a identificação das melhorias necessárias à sua adequação aos padrões de aceitabilidade nos aspectos de segurança, conforto, higiene e acessibilidade; foram realizadas vistorias em 154 estádios em todas as unidades da Federação para a classificação dos referidos estádios de futebol e aperfeiçoamento dos laudos técnicos, exigidos pelo Estatuto de Defesa do Torcedor.

Ressalta-se também a realização do seminário Sul-Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol, em São Paulo/SP; do 2º Seminário Norte Nordeste das Torcidas Organizadas, em Recife/PE; do 1º Seminário Centro Oeste de Torcidas Organizadas, em Goiânia/GO; do 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas, em São Paulo/SP, além de ter desenvolvido sistema informatizado para cadastramento das torcidas organizadas.

### **Objetivo 0686 - Coordenar, monitorar, e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.**

Um importante desafio do Governo em 2013 foi a preparação e a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. O sucesso desse evento deveu-se em grande parte ao esforço de governança que incluiu o trabalho integrado das três esferas governamentais em todas as cidades-sede, para alinhamento dos planos operacionais das diversas áreas envolvidas com o evento, com destaque para a coordenação das ações, em nível federal, por parte do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa).

As ações foram muito além daquelas estruturais do primeiro ciclo de planejamento e incluíram também avanços nas áreas de telecomunicações e tecnologia da informação, turismo, segurança, promoção e comunicação, saúde, energia e cultura, bem como a preparação das estruturas temporárias demandadas para a realização do evento.

O Governo Federal deu continuidade, em 2013, aos investimentos públicos que viabilizarão a infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, referentes aos três ciclos de planejamento das ações prioritárias para o evento, incorporadas à Matriz de Responsabilidades dos Governos federal, estadual e municipal. Também foram promovidas diversas atividades e iniciativas visando à aceleração, integração e consolidação de ações de curto e médio prazo que comporão os legados econômico, urbano, esportivo, de infraestrutura, de direitos de cidadania, educacional, sociocultural e ambiental da Copa do Mundo FIFA 2014 no País.

Em 2013, seis estádios foram entregues para a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Em Brasília/DF, o Estádio Nacional Mané Garrincha; em Belo Horizonte/MG, o Estádio Mineirão; em Fortaleza/CE, a Arena Castelão; em Recife/PE, a Arena Pernambuco; no Rio de Janeiro/RJ, o Estádio Maracanã e, em Salvador/BA, a Arena Fonte Nova. Juntos, eles receberam 804 mil pessoas, nesse que é considerado um evento teste para a Copa do Mundo da FIFA. De acordo com pesquisa do Ministério do Turismo e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômica (Fipe), 93,3% dos torcedores aprovaram a qualidade e o conforto nessas arenas. As obras dos estádios das cidades-sede de Cuiabá, Curitiba, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo tiveram grandes avanços em 2013 e serão concluídas no início de 2014.

No contexto do legado, iniciou-se o processo de inventário junto aos entes governamentais envolvidos com o evento,

também capitaneado pelo Gecopa. Foi adotada a seguinte definição de legado: as estruturas e resultados produzidos, direta ou indiretamente, pela realização de grandes eventos esportivos, em nível nacional e regional, tangíveis ou intangíveis, planejados ou não, que transformam de forma positiva e duradoura a sociedade que os sedia. O processo de inventariação do legado também será incrementado e permanecerá ativo após o evento, de forma a permitir a aferição dos resultados gerados ao País.

O trabalho de coordenação do Gecopa vem sendo intensificado, para a preparação do País em termos de infraestrutura, operações e serviços. No que diz respeito à infraestrutura, mantém-se o foco no cumprimento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades, com a necessidade de entrega de todos os produtos até o mês de maio/2014. Um Grupo de Trabalho monitora os Planos Operacionais de Mobilidade para o evento, desenvolvidos pelas 12 cidades-sede.

Esses planos, avaliados em seis localidades durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, apresentaram resultados positivos referentes ao uso do transporte coletivo como principal meio de locomoção, e indicaram pontos a serem aprimorados para a Copa do Mundo FIFA 2014. Durante o Mundial, os planos serão implementados de modo a oferecer aos expectadores locais e turistas deslocamento seguro e confiável, por transporte coletivo, reduzindo-se o impacto no trânsito da cidade.

As obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, que utilizam exclusivamente recursos de financiamento, têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivo, sistemas viários e equipamentos. Em 2013, estas obras passaram a integrar o rol de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Também em 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte/MG – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana de maneira geral e facilitou a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Ainda em Belo Horizonte, outros quatro empreendimentos estão com execução superior a 70%, incluindo a implantação de BRT (Bus Rapid Transits) e adequações de vias arteriais de grande capacidade e abrangência metropolitana.

Um empreendimento em Fortaleza/CE, o BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Corredor Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 90% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha e duas novas estações do Metrô ultrapassam os 40% de execução.

No Rio de Janeiro/RJ, o BRT TransCarioca está com mais de

60% de execução e, quando concluído, irá interligar bairros importantes do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Penha, Olaria e Ramos. Este será o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife/PE, os sete empreendimentos previstos estão com execução superior a 40%, dos quais dois BRTs e um corredor ultrapassam 60% realizados. A obra do entorno da Arena Pernambuco (viaduto da BR 408) também foi concluída.

Na cidade de Curitiba/PR, vêm sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade.

Em Cuiabá/MT, o Corredor Mario Andreazza apresenta aproximadamente 70% de execução. Em Brasília/DF, as obras de ampliação do acesso ao aeroporto, que inclui uma obra de arte especial, encontram-se com 40% de execução.

No que se refere às telecomunicações, foi implantado, durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, backbone nacional de fibras ópticas. Mais de dois mil km de redes metropolitanas atenderam as demandas do evento, que alcançou uma audiência de mais de 60 milhões de telespectadores. As seis cidades-sede foram conectadas por infraestrutura com capacidade de transmissão de dados de 30 Gbps, dadas as características do evento, com transmissão de imagens em altíssima definição e exposição internacional do País por meio da mídia televisiva. Para tal, foram utilizados equipamentos desenvolvidos e produzidos no Brasil com tecnologia de ponta na transmissão de informações por fibra ótica. Essa infraestrutura permanecerá como legado para as cidades-sede com abrangência nos Municípios localizados próximos a elas.

A oferta de telefonia móvel sobre a faixa de 2,5 GHz para a utilização de tecnologias conhecidas como de quarta geração (4G) também entrou em plena operação durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, permitindo a elevação da qualidade e da velocidade na transmissão de dados. Os compromissos estabelecidos na licitação desta faixa foram cumpridos, com o atendimento, em abril de 2013, da cobertura de 50% da área de cada Município que sediou o evento.

Para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, as 12 cidades-sede estarão conectadas por uma infraestrutura de telecomunicações muito mais complexa e robusta, para atender as demandas de qualidade do evento. Essa suportará a transmissão das imagens dos jogos até o ponto central da FIFA, de onde serão distribuídas para um público previsto de metade da população mundial.

Os compromissos de expansão da telefonia móvel 4G permitirão a plena operação deste serviço nas 12 cidades-

sede, bem como em todas as capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes até maio de 2014. Destaca-se que, nos 12 estádios, haverá investimentos privados de aproximadamente R\$ 200 milhões para a implantação da infraestrutura necessária aos serviços de telefonia móvel e banda larga.

Em maio de 2013 foi instituído o plano operacional com as medidas de segurança a serem adotadas pelo setor elétrico para prover maior segurança elétrica às seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013.

Com o foco em garantir o suprimento de energia elétrica às doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o Grupo de Trabalho – GT Copa 2014 vem realizando reuniões de monitoramento naquelas cidades para acompanhar as obras de transmissão e distribuição definidas pelo setor elétrico como necessárias para prover maior segurança elétrica.

Para permitir maior fluxo de turistas, o Governo Federal vem realizando investimentos nos terminais de passageiros nos portos de Recife/PE, Natal/RN, Fortaleza/CE, Salvador/BA e Manaus/AM. Também a infraestrutura aeroportuária vem sendo modernizada. Foram realizadas quatro concessões

de aeroportos, com previsão de ampliação e melhorias para atendimento dos usuários. Na área da saúde pública, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) vem atuando nos processos de detecção, monitoramento e avaliação das situações de riscos e emergências em saúde pública nos locais dos grandes eventos.

Com relação à segurança, foram empregados 6.054 policiais integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, além dos policiais civis e militares dos Estados e do Distrito Federal que somaram 40.893 na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Para a Copa das Confederações foram concluídos os dois Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) nacionais que vão compor o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC). Para a Copa do Mundo FIFA 2014 serão concluídos os CICC regionais nas doze cidades-sede. O SICC é dotado de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global, eventos associados e recursos envolvidos, permite ainda que as decisões sejam tomadas mediante a utilização de informações centralizadas fornecidas pelos distintos órgãos envolvidos como segurança pública.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30.000 voluntários.	Un.	30.000	----	4.285	14,28%	SNELIS

O Programa de Voluntariado teve início em 2013. Durante o referido exercício foram sensibilizadas 43 mil pessoas para participar do programa, com a seleção de 13 mil candidatos para participar dos cursos de capacitação à distância. Destes, sete mil se mostraram aptos a participar da capacitação presencial. Ao final de todo o processo de capacitação, foram convocados 4.285 voluntários para atuar na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013.

Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supre a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

#### Análise das Metas Qualitativas

**Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas.**

O modelo de Governança continua sendo viabilizado por meio

dos Fóruns Técnicos para as atividades do Governo Federal na preparação da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014: (i) Câmaras Temáticas, que têm como objetivo a proposição de políticas públicas associadas aos temas relacionados às Competições; (ii) Grupos de Trabalho, para a definição dos planos operacionais dos eventos. A Resolução Gecopanº 21, de 22 de novembro de 2012, aprovou os referidos fóruns técnicos, e seus respectivos coordenadores:

• *Câmaras Temáticas:* a) *Meio Ambiente e Sustentabilidade:* Ministério do Meio Ambiente; b) *Saúde:* Ministério da Saúde; c) *Transparência:* Controladoria-Geral da União; d) *Desenvolvimento Turístico, Acomodações e Cultura:* Ministério do Turismo; e e) *Educação, Trabalho e Ação Social:* Ministério da Educação.

• *Grupos de Trabalho:* a) *Acomodações e Receptivos:* Ministério do Turismo; b) *Transporte e Mobilidade:* Ministério dos Transportes e Ministério das Cidades; c) *Telecomunicações:* Ministério das Comunicações; d) *Aeroportos:* Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; e) *Energia:* Ministério de Minas e

*Energia; f) Segurança: Ministério da Justiça e Ministério da Defesa; g) Comunicação e Promoção: Ministério do Esporte e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; h) Saúde: Ministério da Saúde; i) Voluntariado: Ministério do Esporte; e j) Monitoramento da Venda de Ingressos e Acesso aos Estádios: Ministério do Esporte.*

**Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento.**

No âmbito do Gecopa, o Plano de Comunicação Integrada articulou Órgãos do Governo Federal, cidades-sede e a FIFA/COL (imprensa nacional, imprensa internacional, comunicação digital e redes sociais, publicidade, promoção e patrocínio), com os seguintes objetivos: i) Projetar a imagem do Brasil como País competitivo e inovador, com grande potencial de negócios e capacidade de realização, que se desenvolve de maneira sustentável e com inclusão social; ii) Reforçar a imagem do Brasil como País hospitaleiro, criativo, alegre, unido, trabalhador, aguerrido, que valoriza a diversidade e rico em belezas naturais; e iii) Divulgar o legado da Copa: da valorização da Marca Brasil ao investimento no capital intelectual e humano e às obras de infraestrutura, abrindo espaço para a comunicação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

**Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.**

O Governo Federal realiza análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo FIFA 2014 com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. As decisões do Gecopasão publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Uma das etapas do monitoramento da Matriz de Responsabilidades é a reunião presencial com representantes das cidades-sede, quando são atualizadas as datas, valores e debatidos os resultados de ações, restrições e providências para a conclusão tempestiva das obras, esse conjunto de informações é parte integrante do Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Os Balanços são publicados periodicamente no Portal da Copa ([www.copa2014.gov.br](http://www.copa2014.gov.br)), sendo o V Balanço o mais atual, o qual foi disponibilizado em dezembro de 2013.

**Objetivo 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerando**

**a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.**

O cenário Olímpico e Paralímpico nacional passa atualmente por uma de suas fases de maior importância na história: o Ciclo Rio 2016, que se encerra com a realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro/RJ. Coube ao Ministério do Esporte a atribuição de coordenar e integrar a atuação governamental em nível federal na preparação, promoção e realização dos dois eventos, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Conforme compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional (COI) à época da candidatura do Rio de Janeiro, caberia ao Governo Federal, entre outras tarefas, o financiamento da construção e ampliação de todas as instalações esportivas dos parques olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Porém, a prefeitura do Rio de Janeiro viabilizou parte das obras da Barra da Tijuca por meio de Parceria Público-Privada (PPP) reduzindo o montante de recursos que seria aportado pelo Governo Federal. Dessa forma, no caso das obras do parque olímpico da Barra, restou ao ente federal financiar quatro das instalações que ali serão erguidas sob a responsabilidade da prefeitura: Centro de Tênis, Velódromo, Arena de Handebol e Centro de Esportes Aquáticos. Outras obras para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 na Barra da Tijuca também estão em andamento o Centro Principal de Imprensa (MPC), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a Vila dos Atletas e três pavilhões esportivos.

No parque olímpico de Deodoro foi realizada a licitação do projeto conceitual de todas as instalações esportivas e as obras estão previstas para começar em 2014. Ali serão realizadas competições de 11 modalidades olímpicas e quatro paralímpicas. As instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007, como o Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, o Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes e a piscina do pentatlo moderno passarão por adequações para sua utilização nos Jogos Olímpicos.

Três novas instalações permanentes serão construídas: a Arena Deodoro (esgrima e basquete), a pista de BMX e o circuito de canoagem slalom. Os campos de hóquei sobre grama serão substituídos, em atendimento aos requisitos da Federação Internacional da modalidade. O circuito de mountain bike e a arena de pentatlo moderno (hipismo, corrida e tiro) e rúgbi serão temporários. Todas as instalações de Deodoro e da Barra vão compor o futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT) para atletas de alto rendimento, principal legado esportivo dos Jogos para a cidade e o País.

## 4.29. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

Em 2013, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e suas entidades vinculadas, em articulação com outros órgãos do Governo Federal, deu continuidade ao desenvolvimento de políticas públicas que visam um meio ambiente equilibrado e benefícios múltiplos para a sociedade. Dessa forma, focou sua atuação em ações voltadas para a promoção do conhecimento, da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica brasileira.

As ações implementadas pelo MMA estão em harmonia com os compromissos assumidos pelo Brasil a partir da Décima Conferência das Partes (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esses compromissos fazem parte do Plano Estratégico da CDB - 2011 a 2020 - e das 20 metas globais, conhecidas como "Metas de Aichi". Por meio da iniciativa conhecida como "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020", o Governo Federal realizou um processo de consulta pública, com o principal objetivo de construir, de forma participativa, as metas nacionais de Biodiversidade para 2020. Os subsídios desse processo constituíram o documento intitulado "Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020", encaminhado à Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), que o aprovou em setembro de 2013.

Ainda, em relação aos avanços na área de biodiversidade, é importante destacar a criação de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, de modo a identificar as principais causas de perda de diversidade biológica e as ações que estão sendo desenvolvidas pelos diferentes órgãos e instituições do Governo Federal capazes de mitigar essas causas. O Plano está em processo de estruturação, identificação de lacunas e insuficiências, e definição de prioridades, as quais deverão estar relacionadas às Metas Nacionais.

Além das questões relacionadas à biodiversidade, o MMA priorizou suas iniciativas ligadas à gestão de resíduos sólidos; à prevenção e ao combate do desmatamento na Amazônia Legal; à ampliação do processo de regularização ambiental rural; e ao planejamento do uso e da ocupação do território nacional.

Destaca-se a realização, em 2013, da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), cujo tema foi a gestão de resíduos sólidos. A 4ª CNMA, maior conferência de meio ambiente já realizada, mobilizou mais de 200 mil pessoas. As etapas preparatórias somaram 643 conferências municipais e 179 regionais, com um total de 3.652 Municípios envolvidos, ou seja, 65,61% dos Municípios brasileiros participaram do processo. Todos os 26 Estados e o Distrito Federal realizaram as suas etapas estaduais, consolidando suas propostas em quatro eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; e Educação Ambiental.

Em relação à prevenção e ao combate ao desmatamento, destaca-se que a taxa anual de desmatamento na Amazônia

Legal, considerando o último levantamento de 2013, foi de 5.843 km², segunda menor taxa da história. O dado, quando comparado ao de 2004, 27.772 km², representa uma redução de 79%.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, é um importante instrumento para a regularização ambiental rural. O CAR constitui-se em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Em 2013, foi finalizada a construção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que integrará informações ambientais dos imóveis rurais de todo o território nacional. O módulo de inscrição encontra-se disponibilizado a todos os Estados, mediante acordo de cooperação técnica.

Ainda no que concerne a iniciativas relevantes na área ambiental, ressalta-se que, para assegurar a inclusão social das famílias que exercem atividades de conservação dos recursos naturais em áreas com cobertura vegetal, vivendo em situação de extrema pobreza, o Governo Federal instituiu, por meio da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Programa Bolsa Verde (PBV). O Programa está inserido no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, cujo objetivo é retirar da extrema pobreza 16,2 milhões de pessoas com renda mensal per capita de até setenta reais.

Com um investimento total da ordem de R\$ 70 milhões em 2013, o PBV beneficiou em 2013 43,4% do público potencial atual, 118 mil famílias, o que corresponde à inclusão de 51.072 famílias no Programa.

A instituição do PBV é um diferencial por aliar aspectos sociais e ambientais, procurando reconhecer e compensar os serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares.

### 4.29.1. Programa 2018 – Biodiversidade

O Brasil é considerado o País detentor da maior biodiversidade do planeta, com aproximadamente 20% do número total de espécies reconhecidas pela ciência. Nesse contexto, foi instituída a Política Nacional de Biodiversidade, por meio do Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que instituiu os princípios e diretrizes para a sua implementação. Desde então, projetos e iniciativas foram implementados para que os objetivos traçados pela Política fossem atingidos.

Entre as iniciativas, destaca-se a formulação do Programa 2018 – Biodiversidade, instituído no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o qual compõe um dos instrumentos de coordenação da implementação da Política Nacional de Biodiversidade, mediante a promoção de sinergias entre o Poder Público e a sociedade civil. Tem como objetivo a manutenção da diversidade biológica, de forma a estruturar

uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Dessa forma, o programa teve seus objetivos e metas formulados a partir dos marcos legais que regem a agenda, com destaque para:

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – tratado internacional, que teve origem na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, contemplando um rol de diretrizes para o desenvolvimento das políticas relacionadas à biodiversidade para todos os estados signatários da Convenção. Seus principais objetivos são: i) conservação da diversidade biológica; ii) utilização sustentável dos seus componentes; iii) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do acesso aos recursos genéticos.

Política Nacional de Biodiversidade (PNB) – em consonância aos compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar e ratificar a CDB, o Decreto nº 4.339/02, instituiu os

princípios e as diretrizes para a implementação da política, fundamentada nos seguintes componentes: i) conhecimento da biodiversidade; ii) conservação da biodiversidade; iii) utilização sustentável dos componentes da biodiversidade; iv) monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade; v) acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios; vi) educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade; e vii) fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade; e Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

O Programa Biodiversidade foi elaborado em uma lógica transversal e intersetorial, de modo que seus objetivos e metas sejam implementados por diferentes atores do Governo Federal. O programa possui sete objetivos com sessenta e uma metas correlatas, dos quais seis objetivos e cinquenta e sete metas estão sob a ação direta do MMA.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2018 - BIODIVERSIDADE R\$ milhões

PROGRAMA "2018"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No Exercício (1)	0506	34,08	55,25
RPNP (2)		0,34	2,36
Gastos Tributários		-	-
No Exercício (1)	0508	3,51	3,52
RPNP (2)		0,19	0,22
Gastos Tributários		-	-
No Exercício (1)	0509	7,66	3,87
RPNP (2)		0,09	-
Gastos Tributários		-	-
No Exercício (1)	0510	91,40	114,94
RPNP (2)		12,74	1,67
Gastos Tributários		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>150,01</b>	<b>181,84</b>

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siasi Gerencial, em 15/01/2014.

O Programa 2018 – Biodiversidade apresentou um crescimento nos valores liquidados referentes ao período 2012-2013, conforme demonstra o quadro acima. Isso foi possível devido à otimização na gestão do Programa e à ampliação no aporte de dotação orçamentária, necessários à execução das ações estratégicas do governo.

No que tange ao objetivo 0506, ressaltam-se as ações 20VP e 20N1. Na ação 20VP – Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde, foram liquidados R\$ 54,18 milhões no exercício de 2013, sendo que, em 2012, nas ações 20GF e 20TK, que foram aglutinadas e deram origem à ação 20VP, foram liquidados um montante de R\$ 31,60 milhões.

No exercício de 2013, em razão do repasse financeiro a dois

dos quatro projetos selecionados para a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os Estados de Rondônia e Maranhão que integram as Bacias dos Rios Amazonas e Tocantins, respectivamente, foram liquidados R\$ 2,05 milhões na Ação 20N1-Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade.

Além desse valor, foram liquidados R\$ 314.379,53 inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2012, referente a dois projetos de manejo da flora e da fauna. Em 2013, foram empenhados R\$ 32.912 para a execução de um Termo de Cooperação. A baixa execução orçamentária no exercício de 2013 refletiu o limite para empenho estabelecido no âmbito do MMA.

No objetivo 0510 destacou-se a ação 20WM – Apoio à

Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação Federais. Os valores liquidados foram ampliados, passando de um montante de R\$ 80,22 milhões em 2012 para 94,17 milhões de reais em 2013. Isto porque, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é o responsável pela gestão e implementação das 313 Unidades de Conservação sob a responsabilidade da União, tem realizado grandes esforços para disponibilizar os recursos necessários ao bom funcionamento dessas Unidades. Os esforços realizados são para suprir os recursos necessários, como: água, energia elétrica, telefonia, internet, apoio administrativo, vigilância, limpeza, combustível, manutenção de veículos, suprimento de material de expediente, com destaque para as melhoras na estrutura física das Unidades (projetos e reformas estruturais).

Para que pudessem ser disponibilizados os materiais e serviços para as Unidades, em 2013, o ICMBio realizou de uma série de novas licitações de âmbito nacional. Essas novas contratações foram necessárias porque em 2008, que foi o primeiro ano em que o ICMBio fez a gestão de seus recursos orçamentários, foram celebrados vários contratos para atendimento das Unidades, muitos dos quais entraram em vigência apenas no ano de 2009, e, conforme rege a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o prazo máximo de prorrogação de contratos é de sessenta meses.

Portanto, houve a necessidade de substituir os contratos firmados em 2009 que não possuíam mais a possibilidade de prorrogação, o que refletiu em um incremento do valor gasto. Os recursos orçamentários necessários para atender a ampliação das despesas foram supridos, em parte, com o

aumento da arrecadação de recursos próprios.

O empenho do Instituto Chico Mendes em prover os meios para o bom funcionamento das Unidades de Conservação permitiu que sua missão, que é a conservação da biodiversidade brasileira, fosse alcançada, principalmente nas áreas mais remotas do País, mas que em termos de potencial ambiental, são também as mais importantes, a exemplo da região amazônica.

A seguir, apresenta-se análise dos resultados alcançados nos Objetivos 0506, 0508, 0509 e 0510 do Programa 2018 – Biodiversidade:

**Objetivo 0506 - promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.**

O MMA buscou, entre as estratégias envolvidas na implementação deste objetivo, maior reconhecimento e valorização dos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais. Assim, foi instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde).

Este programa tem o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0506

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano	Filhotes de quelônios ao ano	40.000.000	10.000.000	12.948.998	32%	Ibama/Dbflo
Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica	Sub-bacias da região amazônica	3	0	2	67%	MMA/SBF/DBA
Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas	Espécie de fauna silvestre nativa	5	0	1	20%	Ibama/Dbflo
Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Planos de Desenvolvimento Sustentável	6	0	1	17%	MMA/SEDR/DEX

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade	Projetos	200	5	35	17,5%	MMA (SEDR, FNMA, FNMC)
Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade	Arranjos produtivos locais	30	12	12	40%	MMA/SEDR/DEX
Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa	Espécies subutilizadas da flora nativa	12	0	0	0%	MMA/SBF/DCBio
Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	Cadeias de produtos da sociobiodiversidade	17	11	12	70,58%	MMA/SEDR/DEX
Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado	Famílias de Povos das Comunidades Tradicionais e Agricultores	100.000	16.769	32.064	32,06%	MMA/SEDR/DEX
Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação	Unidades de conservação	44	19	45	102%	ICMBio
Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)	Famílias em situação de extrema pobreza	73.000	34.400	51.072	69,96%	MMA/SEDR/DEX

#### Comentários sobre os Resultados Alcançados

##### Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano.

O Ibama desenvolveu atividades em 10 Estados brasileiros (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins), dois a mais em relação aos anos anteriores, compartilhando no período 12,948 milhões de quelônios.

##### Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica.

Por meio dessa meta, foram realizados estudos para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos nas sub-bacias do Tapajós e do Juruena (bacia do Amazonas). Os estudos foram concluídos e os resultados estão sendo analisados pelos dirigentes do Ministério do Meio Ambiente.

##### Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para cinco espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas.

Para desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para cinco espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa de manejo do Jacaré-do-pantanal e da Tartaruga-da-amazônia. Foi também publicada a portaria Ibama nº15/2013 de institucionalização do Programa Quelônios da Amazônia (PQA).

Como resultado principal dessa meta, destaca-se a normatização do plano de manejo de javali. Ressalta-se a importância da iniciativa para regulação do setor. Também foram desenvolvidos estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman yacaré e Podocnemis SP e elaborado o plano de manejo do Minhocuçul.

##### Elaborar seis Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Lançado em janeiro de 2013, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que tem como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil, sendo composto por um conjunto de políticas públicas que objetivam principalmente a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e o enfrentamento à extrema pobreza,

com a implementação de ações emergenciais e de fomento à inclusão produtiva.

**Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Em 2013, o FNMA aprovou sete projetos de conservação e manejo da biodiversidade, sendo quatro de instituições públicas e três de Organizações Não Governamentais. Também foram apoiados cinco projetos pelo FNMC, totalizando, no período 2012/13, 25 projetos apoiados e mais sete projetos aprovados.

É importante destacar que foi solicitada a revisão da redação desta meta, uma vez que seu propósito é fomentar projetos em 200 Municípios, de forma a fomentar projetos robustos e estratégicos, que de fato gerem impactos significativos para o uso e conservação da biodiversidade.

**Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade.**

Em 2013, foram implantados 10 Arranjos Produtivos Locais (APLs), os quais envolvem 11 espécies de produtos da sociobiodiversidade: babaçu, castanha-do-Brasil, pequi, piaçava (BA), piaçaba (AM), umbu, licuri, andiroba, copaíba, Buriti, açai.

**Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa.**

No primeiro semestre de 2013, foram revisados e finalizados diversos portfólios referentes aos grupos de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais com vistas à publicação do livro Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste.

Da mesma forma, foram iniciadas as ações relativas à organização e sistematização das informações para a publicação do livro referente à Região Norte. Nesse contexto, foram realizadas reuniões com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, para dar continuidade às ações referentes à publicação do livro Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Norte. Nessas reuniões, foram avaliadas a qualidade dos portfólios já elaborados e as possíveis espécies que deverão compor os diferentes grupos de plantas.

**Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional.**

Em 2013, permaneceu o apoio à articulação de 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com exceção do pinhão, por meio de 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs): pequi e outros frutos do cerrado (no APL do Norte de Minas Gerais), umbu e licuri (no APL da região de Paulo Afonso – Bahia), piaçava (no APL do baixo Sul da Bahia), pequi e babaçu (no APL da região da Serra do Araripe – Ceará), babaçu (no APL da região do médio Mearim – Maranhão), buriti (no APL do Piauí), castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (no

APL da região da BR 163 – Pará), açai e óleo de copaíba (no APL da região do baixo amazonas - Oriximiná - Pará), açai (no APL da região da Ilha do Marajó – Pará), piaçaba (no APL do Alto e médio Rio Negro – Amazonas) e carnaúba no APL do Rio Grande do Norte.

**Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado.**

Os instrumentos para atingimento dessa meta foram a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013 foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açai, pequi, fibra de piaçava, castanha-do-Brasil, amêndoa de babaçu e borracha – R\$ 10,4 milhões.

As operações de subvenção induziram o aumento significativo na quantidade produzida desses produtos, colaborando para formalização de negócios, formação de preços e estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre 2012 e 2013, investiu R\$ 40,4 milhões em aquisição de produtos da sociobiodiversidade.

**Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação.**

Foi realizado o cadastramento em 33 unidades de conservação, ainda com os formulários antigos. Esses formulários estão sendo sistematizados e analisados pela Universidade Federal de Viçosa para verificação e validação das informações para inclusão no banco de dados.

**Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria).**

Até dezembro de 2013, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde já atingiu um total de 51.072 famílias beneficiadas, das quais 32% residem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável geridas pelo ICMBio, 62% em 767 Projetos de Assentamento do Incra e 6% em 54 Municípios com áreas públicas da União (territórios de ribeirinhos) reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, com um total de 3.367 famílias. Ainda em 2013, foram celebrados termos de cooperação para elaboração de metodologia para o programa de capacitação ambiental de beneficiários do Programa Bolsa Verde e para o monitoramento amostral. Também estão sendo contratadas empresas que prestarão assistência técnica para o público beneficiário do programa em 11 unidades de conservação (UCs) e 90 assentamentos, beneficiando um total de 26.597 famílias, conforme edital de ATER Extrativista lançado pelo Incra em maio de 2013.

**Análise das Metas Qualitativas do Objetivo 0506**

**Disponibilizar banco de dados das organizações existentes**

**de Povos e Comunidades Tradicionais.**

O portal YPADÊ ([www.caa.org.br/ypade](http://www.caa.org.br/ypade)) é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. Foi desenvolvido por meio de contratação pelo MMA e Programa BRA 08/012/PNUD, com seu lançamento oficial na 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, realizada durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em junho de 2012. Em 2013, foi lançado o edital 21548/2013/PNUD BRA08012, com o objetivo de ampliar o banco de dados existente, bem como atualizar e manter o portal Ypadê.

**Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ.**

O MMA vem empenhando esforços para que o País realize um inventário nacional das coleções que mantenha recursos genéticos, tanto nas condições ex situ, quanto in situ e on farm. Dentro desse contexto, o MMA tem realizado reuniões

internas para a definição de estratégias a fim de que seja realizado um diagnóstico nacional das instituições envolvidas na conservação dos componentes da agrobiodiversidade. A partir de um levantamento dessa natureza, o país terá condições de definir uma estratégia para a manutenção desses recursos em âmbito nacional.

**Objetivo 0508 - recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.**

Atualmente, as listas oficiais reconhecem a ocorrência de 627 espécies da fauna e 472 espécies da flora ameaçadas de extinção. A partir da análise dos dados, constatou-se que no Bioma Mata Atlântica ocorre o maior número de espécies ameaçadas, o que justificou a celebração de importantes parcerias, inclusive com outros países, para a sua conservação. O MMA promoveu, em articulação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e o ICMBio a normatização da gestão das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, visando à incorporação de padrões reconhecidos globalmente para a identificação do estado de conservação e ameaça das espécies.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0508**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES	Espécies	20	10	11	55	Ibama e Siop
Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção	% de espécies	40	12,1	15,6	39	JBRJ e Siop
Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)	Espécies	4722	4616	4616	98	JBRJ e Siop
Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados	% de espécies	100	51	76	76	ICMBio e Siop
Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção	% de espécies	100	44	48	48	ICMBio e Siop
Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção	Espécies	500	44	49	9,8	ICMBio e Siop
80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação.	% de espécies	80	58,8	58,8	58,8	ICMBio e Siop

### Comentários sobre os Resultados Alcançados

#### **Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.**

Foram avaliadas 11 espécies durante os anos de 2012 e 2013, todas apresentadas em forma de projeto na 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – Cites. Para estas 11 espécies, foram elaborados projetos com justificativa para cada uma.

#### **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção.**

O Centro Nacional de Conservação da Flora do JBRJ realizou avaliação com relação à conservação ex situ das espécies ameaçadas de extinção, que indicou que 101 espécies, (21,4%) das espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008) são conservadas em condições ex situ (fora da sua área natural de ocorrência).

Com relação à conservação in situ, a estimativa é de que 269 espécies (57%) das 472 espécies constantes na Lista Oficial (IN 06/2008) tenham pelo menos a metade de suas extensões de ocorrência dentro de unidades de conservação federais e estaduais.

#### **Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**

Foram avaliadas 4.616 espécies (98% da meta estabelecida) quanto ao risco de extinção (estado de conservação).

#### **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados.**

Em 2013, foram realizadas 14 oficinas com a participação de mais de 270 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira, para avaliação do risco de extinção de 3.016 espécies. Ao todo, já foram avaliadas 7.635 espécies em 55 oficinas de trabalho com participação de mais de 800 especialistas da comunidade científica.

Neste universo, estão 6.909 animais vertebrados, o que representa 76% de todos os vertebrados descritos para o

Brasil. Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente para que sejam discutidos na Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) e subsidiem a atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

#### **Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção.**

Foi coordenada a elaboração de três novos Planos de Ação Nacional (PAN) em 2013 (Aves do Cerrado e Pantanal, Pequenos Felinos e Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco), contemplando 21 novas espécies, totalizando 307 espécies ameaçadas (49%), além de outras 383 espécies não ameaçadas de extinção que também foram contempladas nos Planos. Ao todo, 42% das ações previstas em PAN estão em andamento ou concluídas.

#### **Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção.**

Em 2013, foram elaborados dois planos de ação contendo cinco espécies constantes na lista oficial. Um plano de ação está sendo elaborado contendo 63 espécies do bioma cerrado, criticamente ameaçadas, de modo a avaliar o novo modelo de plano de ação propostos para a flora.

80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação.

Em 2012, foi apurado que 58,8% das espécies da fauna ameaçadas de extinção tinham registro de ocorrência em UC federais. Com bases nas informações de distribuição de espécies coletadas em 2013, estima-se que 482 espécies ameaçadas devem ocorrer nas UC federais (77%), dado que será validado em 2014.

#### **Objetivo 0509 - aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.**

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Objetivo 0509 permitiram a condução de estudos para o aperfeiçoamento e modernização dos instrumentos de biossegurança. Há pelo menos 32 unidades de conservação federais com ações em curso voltadas ao controle de espécies exóticas.

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0509**

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras	Unidades de Conservação Federais	30	25	32	106,67%	ICMBio e Siop
Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco	Espécies	10	11	12	120%	DBFLO/Ibama e Siop

**Comentários sobre os Resultados Alcançados****Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras.**

Foram implementadas medidas em pelo menos 32 unidades de conservação, as quais estão em curso por meio de ações relativas ao controle de espécies exóticas, de unidades com planos prontos para iniciar a execução a algumas unidades com programas de manejo bem estruturados.

**Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco.**

No ano de 2013, com base nos dados levantados pelo grupo de trabalho, o Ibama publicou a Instrução Normativa nº 03/2013, referente ao manejo para fins de controle da população de javali europeu no território brasileiro. A partir desta IN, foi inaugurado o Comitê de Monitoramento da População de Sus scrofa (javali europeu), com a participação do Ibama (coordenador), Embrapa, Mapa, ICMBio, Exército e OEMA's.

**Análise das Metas Qualitativas do Objetivo 0509****Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas.**

Em 2013, foram publicados normativos importantes propostos pelo Ibama, sendo a Instrução Normativa MPA nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá e a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a Portaria Ibama nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins.

Paralelamente, o Ibama, na condição de autoridade

administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção (Cites) propôs, com o apoio do MMA, ICMBio e MRE, a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.

**Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre.**

Em 2013, a partir dos estudos feitos em 2012, o Ibama publicou a Instrução Normativa nº 03/2013 referente ao manejo do javali, objetivando a conservação dos ecossistemas brasileiros.

Com relação ao uso direto de fauna nativa, o Ibama publicou a Portaria 15/2013 relativa ao Programa Quelônios da Amazônia, e está em fase final de elaboração a lista de animais a serem criados e comercializados com a finalidade de estimação, baseada na Resolução Conama 394/2007.

**Objetivo 0510 - promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.**

O MMA trabalha com um conjunto de programas e projetos que fomentam, junto às entidades vinculadas (Ibama e ICMBio) e parceiros públicos e privados, iniciativas que buscam a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Dos projetos em execução, pode-se destacar o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o Projeto Terra do Meio e o Projeto Corredores Ecológicos.

Adicionalmente, o MMA teve êxito na captação de recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) para fomentar importantes projetos de conservação (ex: GEF Terrestre, GEF Marinho e Life Web).

Ainda neste objetivo, ressalta-se a manutenção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), no qual estão inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as unidades de conservação (UCs).

O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as UCs.

Visando melhorar esse sistema, o MMA trabalha em uma nova plataforma (Novo CNUC), de forma a apoiar ações de planejamento, gestão e coordenação de todo o Sistema Nacional de UCs. De acordo com os últimos dados do CNUC, cerca de 17% do território continental brasileiro e 1,5% da área marinha encontram-se protegidos por unidades de conservação.

#### NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0510

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais	Contratos	20	3	0	15	Disat e Siop
Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	Centros Nacionais de Pesquisa	11	0	2	18,18	Dibio/ICMBio e Siop
Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40	6	11	27,5	Dibio/ICMBio e Siop
Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar	Sítios de Zonas Úmidas	5	0	1	20	GBA/SBF e Siop
Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público	Unidades de Conservação Federais	30	17	22	73,33 %	Diman e Siop
Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais	Projetos de Pesquisa	90	49	119	132,22%	Dibio/ICMBio e Siop
Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	20	0	5	25	Dibio/ICMBio e Siop
Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação	Unidades de Conservação Federais	4	0	0	0	DCBio/SBF, Dibio/ICMBio e Siop

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais	Instrumentos de Gestão de conflitos	40	3	0	7,5	Disat e Siop
Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Hectares	10.000.000	139.574	139.837	1,39837	DAP/SBF, Diman e Siop
Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	Conselhos Gestores	131	28	36	27,48	Disat e Siop
Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica	Planos de Manejo	58	21	38	65,52	Diman e Siop
Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas	Unidades de Conservação Federais	10	5	7	70	Disat e Siop
Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio	Hectares	200.000	16.400	27.133	13,57	Disat e Siop
Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40	3	22	55	Disat e Siop

#### Comentários sobre os Resultados Alcançados

##### Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio.

Atualmente, o ICMBio dispõe de 15 centros, pois foram transferidos em 2013 quatro centros que estavam sediados anteriormente no Ibama: Cepnor, Cepene, Cepsul e Ceperg.

Esses quatro novos centros encontram-se em fase de redesenho de escopo, com foco na conservação e manejo da biodiversidade marinha. São chamados de Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte/Nordeste/Sul e do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Em relação aos demais centros, houve reforma da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap), Atibaia/SP e término da obra da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia (Cepam), Manaus/AM.

##### Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais.

Em relação ao monitoramento in situ, tem-se atualmente, além das iniciativas pontuais nas 313 UCs, o monitoramento coordenado em cinco UCs marinhas (Resex Corumbau, Parna Fernando de Noronha, Parna Abrolhos, APA Costa dos Corais e Rebio Atol das Rocas), com o protocolo Reef Check, além do segundo ano do monitoramento em três UCs da Caatinga (Esec Raso da Catarina, Parna Serra da Capivara e Flona Contendas do Sincorá).

Está, ainda, em fase de implantação em campo o monitoramento em seis UCs no Cerrado (Parnas Emas, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Serra do Cipó, Bodoquena e Esec Serra Geral do Tocantins), UCs na Mata Atlântica (Parnas Serra dos Órgãos, Superagui, Iguazu, Bocaina, Rebios Una e Guaribas) e UCs amazônicas (Parna Montanhas do Tumucumaque, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Arapiuns, Resex Unini + Parna Jaú, Flona Jamari e REBIO Uatumã). Está em desenvolvimento o conjunto de

protocolos mais específicos, com ênfase em UCs amazônicas, com enfoque fortemente participativo.

**Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.**

Foram celebrados os contratos de cessão de direito real de uso com as associações dos extrativistas em quatro áreas, sendo duas na Amazônia (Resex Chico Mendes/AC) e outras duas na zona costeira, Resex Corumbau/BA e Resex Canavieiras/BA. Outras seis áreas foram entregues pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP) ao MMA e deste ao ICMBio, a saber: três áreas na Resex Chico Mendes/AC, uma na Resex Baía do Iguape/BA, uma na Flona Pau Rosa/AM e mais uma na Resex Canavieiras, BA. No caso desta última, o ICMBio está finalizando o processo com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (AMEX) para celebração do contrato de cessão de direito real de uso da UC. Outras duas áreas foram entregues ao MMA pela SPU: uma na Resex Lagoa do Jequiá/AL e outra na Flona Macauã/AC.

**Designar cinco sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar.**

O Parque Nacional do Cabo Orange foi designado como Sítio Ramsar pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas, nos termos da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional. Encontram-se em elaboração seis novas fichas de indicação de Sítios que serão submetidas ao Secretariado da Convenção. Será realizada uma oficina ampliada entre MMA e ICMBio para os gestores dos 12 Sítios Ramsar.

**Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público.**

Dentro das ações do ICMBio para a estruturação da visitação, destacam-se: diversificação do conjunto de atividades oferecidas aos visitantes; melhoria da infraestrutura; e delegação de serviços de apoio à visitação. A construção de infraestrutura demanda tempo maior de execução e também considerável aporte de recursos financeiros. Em 2013 foram estruturadas cinco UCs, totalizando 22 unidades estruturadas entre 2012 e 2013, incluindo Parques Nacionais e outras categorias de UC.

**Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais.**

Entre 2012 e 2013, foram apoiados 16 projetos com duração de dois anos, por meio de edital junto ao CNPq, com recursos de compensação ambiental.

Com essa composição de recursos, em 2012 foram apoiados 49 projetos de pesquisa e em 2013 foram apoiados 70, totalizando 119 no biênio. Os projetos tratam de espécies ameaçadas, uso direto de recursos, manejo de impactos, serviços ambientais, inventários em áreas remotas, dentre outros.

**Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais.**

Foram reformadas quatro UCs em 2013 para que se tenham estruturas adequadas de apoio à pesquisa, a saber: Parnas Serra dos Órgãos, Itatiaia, Viruá e Flona de Açungui. Também foi inaugurada a base flutuante no Parna Juruena/MT.

**Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em quatro Unidades de Conservação.**

Em 2013, foram conduzidas reuniões com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, com vistas à definição das espécies prioritárias. Atualmente, um plano de trabalho está sendo elaborado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Embrapa de modo a subsidiar um termo de cooperação para apoiar o mapeamento e a identificação de populações viáveis de parentes silvestres e espécies nativas.

**Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais.**

Para avanço dos instrumentos de gestão, em 2012 foi implementado um instrumento de gestão de conflito territorial com comunidades tradicionais e um termo de conciliação com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que versa sobre sobreposições de unidades de conservação (UCs) e terras indígenas (TIs).

**Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.**

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) vem sendo continuamente alimentado e monitorado, com a inclusão de 263 mil hectares em 2013, totalizando 1.783 unidades cadastradas e certificadas. Atualmente, o cadastro encontra-se em revisão. Sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de novas UC.

**Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.**

Em 2013 foram instituídos mais oito conselhos gestores. A meta é a universalização desse instrumento a todas as 313 UCs até 2015. Ao final de 2011, existiam 217 unidades com conselhos formados; em 2012, chegou-se a 245; e em 2013, tem-se 253 unidades de conservação federais com conselhos gestores formados.

**Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica.**

No ano de 2013, foram publicados 17 Planos de Manejo, sendo 11 de unidades de domínio privado

(APA e RPPN) e seis de domínio público (Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva extrativista).

**Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas.**

O procedimento de transferência destas áreas da União para o ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº 436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por meio das Superintendências Regionais do Patrimônio da União, seu repasse ao MMA, mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas áreas ao ICMBio, possibilitando a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Em 2013, foram concedidas para o ICMBio duas unidades de conservação federais, no bioma Amazônia. No biênio 2012-2013, já foram regularizadas por este instrumento sete UCs.

**Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio.**

Há três tipos de processos de incorporação de terras privadas nas UCs ao patrimônio do ICMBio: por doação de terras, por desapropriação amigável ou por desapropriação judicial.

A desoneração de Reserva Legal permitiu que proprietários pudessem regularizar seu passivo de reserva legal por meio de doação ao poder público de área localizada no interior da UC de domínio público pendente de regularização fundiária.

As doações por compensação de reserva legal no Parque Nacional de Ilha Grande/PR e no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG, já atingiram a 11,9 mil ha de terras, o que representou uma economia de recursos da ordem de R\$ 29,3 milhões.

**Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais.**

Em 2013, foram demarcadas 12 Resex situadas na Amazônia e uma no Cerrado com recursos oriundos de doação do Governo da Noruega/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); em parceria com a SPU/MP e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram demarcadas outras quatro Unidades da Amazônia; além de uma UC no Cerrado e outra no Bioma Mata Atlântica.

**Análise das Metas Qualitativas do Objetivo 0510**

**Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha.**

As áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do

cerrado e do pantanal foram atualizadas. A atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade para a caatinga foi iniciada em 2013 e será finalizada em 2014. As áreas prioritárias do pampa serão revistas em uma parceria entre o MMA e o ICMBio.

O início da atualização das áreas da Amazônia ocorreu durante o primeiro semestre de 2013, bem como as áreas prioritárias marinhas e costeiras.

**Elaborar o Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral e de Ecossistemas Marinhos.**

O Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral e de Ecossistemas Marinhos está em reestruturação, e conta com diversas ações, incluindo o monitoramento do ecossistema, a capacitação de gestores e a identificação das medidas de conservação necessárias.

O programa adota a metodologia *Reef Check*, um protocolo de monitoramento de base comunitária apresentado pela ONU em 1996, que teve início no Brasil em 2001, por meio do Probio-MMA.

O programa cobre recifes distribuídos ao longo de mais de dois mil km de costa, com o envolvimento de voluntários e gestores locais, gerando informações úteis também para o manejo das UCs com recifes de coral.

Desde 2011, o programa tem sido desenvolvido pelo ICMBio, garantindo continuidade na capacitação de pessoas e expedições em cinco unidades de conservação no nordeste brasileiro.

Em novembro de 2013 houve uma oficina de avaliação para identificar oportunidades do programa e informações adicionais necessárias para a melhor gestão das UC com presença de recifes de coral.

O Programa de Monitoramento de Costões Rochosos está em fase de elaboração, sob coordenação do ICMBio. Em novembro de 2013 houve reunião técnica para discussão sobre metodologias e indicadores para monitoramento deste ecossistema marinho.

A metodologia, baseada no *Reef Check*, será testada em unidades que apresentam envolvimento com atividades de monitoramento de costões rochosos, como a Esec Tupinambás, Esec Tupiniquins e Rebio Arvoredo.

Para atender o proposto do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, deu-se continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, o que inclui expedições para o inventário de cavidades subterrâneas.

Esses dados obtidos diretamente e outros oriundos de outras fontes são sistematizados por meio do Caniê, sistema de informações espeleológicas lançado em 2013.

Também em 2013 foram inventariadas pelo ICMBio 129 cavernas, com realização de 13 expedições em que foram

prospectados 180 ha de áreas com alta potencialidade espeleológica.

Tendo em vista que em 2012 foram inventariadas 389 cavidades, tem-se o total de 747 cavernas acrescentadas ao cadastro no biênio, a partir de dados primários, além de informações oriundas do processo de licenciamento.

#### Outras Considerações Relevantes

Em 2013, o MMA empenhou esforços na formulação de seu primeiro planejamento estratégico, o qual tem horizonte temporal 2014-2022.

Além disso, deu continuidade e aperfeiçoou seu sistema de monitoramento de metas prioritárias, conhecido como Sistema de Gestão para a Governabilidade (Sigob), e elaborou a versão-piloto do Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA).

Em relação à gestão de suas metas prioritárias, é importante destacar que houve um amadurecimento institucional na gestão de suas metas e na organização interna para o uso do Sigob. Entre as metas prioritárias do MMA constam duas diretamente ligadas ao programa Biodiversidade, a saber: i) qualificar e atualizar informações sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; e ii) ampliar o número de autorizações de acesso a amostras do patrimônio genético.

Esse monitoramento prevê uma gestão diferenciada, mais próxima às instâncias de coordenação e com subsídios que auxiliem diretamente a tomada de decisão tempestiva.

Outra importante iniciativa refere-se ao projeto-piloto, denominado Painel Nacional de Indicadores (PNIA), baseado na elaboração de macroindicadores ambientais, sendo a primeira versão produzida em dezembro de 2013. Dentre esses indicadores, destacam-se os que estão relacionados aos objetivos de biodiversidade, conforme quadro abaixo:

#### INDICADORES QUE COMPÕEM O PNIA 2013

CÓDIGO	NOME DO INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
BFL 1.3	Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção Representadas nas UCs Federais	ICMBio
BFL 1.4	Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação para Recuperação e Conservação	ICMBio
BFL 2.1	Cobertura Vegetal Nativa Remanescente	SBF
BFL 2.4	Desmatamento Anual por Bioma	Ibama
BFL 2.5	Focos de Calor	Ibama
BFL 3.1	Cobertura Territorial das Unidades de Conservação da Natureza	SBF
BFL 3.2	Cobertura Vegetal das Áreas Utilizadas pelas Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Verde	SEDR
BFL 4.2	Área de Florestas Públicas Destinadas para Uso e Gestão Comunitários	SBF

### 4.30. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) atua na gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e de pessoal civil; na organização e modernização do estado; na administração de recursos da informação, de informática e serviços gerais; na gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; na administração patrimonial; na coordenação e definição de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; na coordenação da gestão de parcerias público-privadas e nas negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais e na gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

#### 4.30.1. Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Com a economia estabilizada e as instituições democráticas consolidadas, faz-se necessário direcionar a ação do Estado para resultados, buscando o efetivo atendimento das demandas e expectativas da sociedade brasileira, alcançar maior qualidade na prestação dos serviços e melhor ambiente de negócios, capazes de alavancar a competitividade do País e atrair investimentos.

Para alcançar esses objetivos é necessário adotar novas tecnologias de gestão, ampliar o uso das tecnologias de informação, incorporar indicadores de resultado às políticas públicas, aprimorar a coordenação intersetorial e intergovernamental e continuar valorizando, de forma sustentável e responsável, os servidores públicos federais.

Houve, nos últimos anos, avanços importantes no campo da gestão pública no âmbito federal, destacando-se, dentre outros:

- recomposição da força de trabalho, que buscou adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e às áreas estratégicas de Governo;
- construção de capacidade para a gestão de programas fundamentais para o processo de inserção social, como o Bolsa Família e o Luz Para Todos;
- avanços importantes na democratização das relações do trabalho e na profissionalização dos quadros públicos;
- aumento da transparência e do combate à corrupção;
- melhor uso dos recursos públicos e aumento dos investimentos;
- aprimoramento das licitações eletrônicas, por meio do pregão eletrônico, e das contratações conjuntas;
- aperfeiçoamento do processo de gerenciamento

intensivo, com inovação dos mecanismos de gestão para enfrentar os desafios colocados pelos projetos estratégicos de Governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento;

- ampliação dos mecanismos de participação social (conferências, conselhos, consultas públicas, ouvidorias e mesas de negociação);
- maior atenção aos temas transversais, como juventude, mulheres, igualdade racial e direitos humanos;
- nova forma de perceber e tratar as agendas de políticas públicas, como o desenvolvimento social e o combate à fome; a pesca; os portos; o controle interno e a prevenção da corrupção;
- ampliação do uso do Governo Eletrônico; e
- valorização do pacto federativo, como requisito presente em várias agendas do governo.

Além da manutenção desses avanços, é preciso mais para que o Estado democrático cumpra sua função precípua de garantir a igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentável, com a otimização do uso dos recursos públicos e a produção de melhores resultados para a sociedade.

Para isso, é mister investir no aperfeiçoamento da gestão pública. Melhorar a gestão pública significa atuar nas questões de governança e estruturais, no marco legal e nos grandes processos de governo, bem como na dimensão da gestão das organizações públicas. Significa também contribuir para a construção de um modelo de atuação em bases integradas e cooperativas, orientado para a execução e com foco no bem estar do povo brasileiro.

Para que o Estado possa cumprir adequadamente o seu papel diante da atual dinâmica da sociedade faz-se necessário continuar investindo nas abordagens para a formulação e a implementação das políticas públicas, com novas habilidades da força de trabalho, novas culturas organizacionais e novas práticas de gestão. A administração pública precisa e continuará avançando na simplificação da relação com a sociedade, tornando os serviços públicos cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, simplificando procedimentos burocráticos e aperfeiçoando a qualidade do serviço público.

#### **0579 - Fortalecer a Governança e Ampliar a Capacidade Institucional da Administração Pública, Visando a Melhor Organização e Funcionamento do Estado.**

Com vistas a prover o Governo Federal e a sociedade brasileira com informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas e o acompanhamento das ações governamentais, especialmente no plano local, foi concluída

a divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010, com a disponibilização de três publicações e vários estudos temáticos, além de outros produtos, como o “Atlas do Censo Demográfico 2010” e a “Malha das Áreas de Ponderação: Municípios acima de 190 mil habitantes”.

No campo das Pesquisas e Estudos Estatísticos, a elaboração das projeções da população do Brasil e das Unidades da Federação passou a incorporar os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos.

Essas projeções têm fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos, bem como alimentam as bases de informações de ministérios e secretarias estaduais de diversas áreas para a implantação de políticas públicas e a posterior avaliação de seus respectivos programas, além de constituírem o principal parâmetro para a distribuição das quotas relativas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Ademais, a publicação dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) possibilitou suprir a lacuna de estudos que focalizam as esferas estaduais, notadamente no que diz respeito às suas administrações, e de oferecer elementos para análises sobre como são governadas as unidades da Federação e como são definidas e implantadas suas políticas públicas.

No âmbito do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), foi desenvolvida a primeira etapa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), que visa produzir indicadores socioeconômicos e demográficos sobre domicílios, famílias e pessoas. Foram publicados os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que tem como objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho conjuntural dos serviços no País, por Unidades da Federação e segmentos de atividade.

No campo das geociências, o Brasil expandiu cerca de 15% da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC), que possibilita maior apoio a projetos científicos nacionais e globais, georreferenciamento de imóveis rurais, geração e transmissão de energia, controle de frota viário, aéreo e marítimo.

No que se refere à gestão do patrimônio da União, foi elaborado o Plano Nacional de Caracterização (PNC), com o objetivo de identificar em sua totalidade as linhas já demarcadas no litoral brasileiro e ao longo dos rios federais.

Destacaram-se, também, ações de caracterização de imóveis para apoio aos programas de regularização fundiária, provisão habitacional, demarcação das áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais em situação de conflito fundiário e projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em uma área de 28,07 km<sup>2</sup>, caracterizada como nacional, interior e de terrenos marginais e 216,7 km lineares de extensão de linhas de preamar média

demarcados, localizados em terrenos de marinha.

No âmbito da política de Provisão Habitacional de Interesse Social, foram destinados cerca de 3,2 milhões de m<sup>2</sup> para atendimento de aproximadamente treze mil famílias e entregues 6.661 Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus) a famílias ribeirinhas e de pescadores. Foi ainda regularizada a ocupação de 50 imóveis para construção de Terminais de Uso Privado (TUP), medida que aumentará a capacidade portuária.

Foram ainda destinados 180 imóveis da União a Estados e Municípios, priorizando projetos voltados à educação, saúde, assistência social, à geração de emprego e renda e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Em apoio ao programa “Mulher sem Violência”, foram cedidos oito imóveis aos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Distrito Federal, num total de 62.358,80 m<sup>2</sup>, nos quais serão construídos centros “Casa da Mulher Brasileira”.

No intuito de prover melhorias na forma de cobrança dos ocupantes dos imóveis da União, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.627, de 2013. O montante da arrecadação de receitas patrimoniais foi de R\$ 977,5 milhões, correspondendo a um aumento de 17,6% em relação ao mesmo período do ano de 2012.

***0605 – Ampliar a Oferta de Serviços Públicos de Excelência ao Cidadão, às Empresas e às demais Organizações da Sociedade, mediante a Melhoria dos Marcos Legais, dos Processos de Trabalho e da Tecnologia da Informação.***

Com o intuito de facilitar o acesso aos serviços, assim como possibilitar, por meio de vídeos, infográficos, textos e aplicativos, que as informações sejam facilmente compreendidas, foi criada a Identidade Digital de Governo com o Novo portal Brasil, Guia de Serviços e Guia de Aplicativos e Portal do Servidor, sendo previsto o alinhamento de todos os sites institucionais. Esta Identidade busca padronizar os portais dos Órgãos Públicos Federais e alinhar as informações com foco no cidadão.

De modo a acompanhar a evolução da resolutividade dos pedidos de acesso à informação, do ponto de vista do cidadão, foi desenvolvido instrumento de pesquisa no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que concentra o atendimento a esse tipo de manifestação no Poder Executivo Federal. Somente no primeiro semestre de 2013 foram cadastrados 63.469 pedidos de acesso no e-SIC, dos quais 94,51% foram respondidos.

Merece destaque a implementação, no Portal de Compras do Governo Federal, de um sistema de atendimento aos usuários (órgãos e entidades da Administração Pública e fornecedores), o que permite a obtenção mais célere de respostas mais requentes e a conseqüente redução do tempo médio das respostas. Tais informações permitem o aprimoramento da qualidade do atendimento ao cidadão, órgão público ou empresa.

No Portal do Software Público Brasileiro foi publicada uma nova solução (aplicativo Guarux), totalizando 65 disponíveis para uso por órgãos públicos e pela sociedade, todas desenvolvidas em plataforma livre. Além desta solução publicada, outras 23 estão em processo de avaliação. Foi realizado o levantamento de necessidades junto às comunidades para a construção de nova versão da plataforma.

O portal conta com o acesso de mais de 170 mil usuários, o que sinaliza um aumento considerável de adesões ao modelo.

Outra iniciativa é a Massificação do uso da Certificação Digital (ICP – Brasil) que vem registrando crescimento nos últimos anos, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital.

Os números comprovam os avanços: no período entre julho/2012 e julho/2013 foram emitidos 2.329.074 certificados digitais da ICP – Brasil. O número de entidades credenciadas na ICP – Brasil também apresentou crescimento significativo: de 1.354 em 2012 para 1477 em 2013.

Para reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia da informação e comunicações e melhorar o planejamento das necessidades dos entes federais, em 2013 foi realizado o pregão de contratação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel) para as cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, com participação de 70 órgãos.

O processo gerou uma economia real de 49,55% em relação às médias dos contratos em vigor nos órgãos partícipes.

A Infovia Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. Existem até o momento 90 órgãos conectados à rede em mais de 180 pontos, distribuídos em 130 km de fibras óticas passadas na cidade de Brasília, o que permite maior segurança nas ligações telefônicas entre entes do Governo.

Em 2013, foi dada continuidade à manutenção da Rede e o compartilhamento dos dutos da Companhia Energética de Brasília (CEB) e alterado o modelo de negócios que proporcionou a redução dos preços dos serviços disponibilizados na Infovia, em torno de 35%.

Outro serviço ofertado aos órgãos por intermédio da Infovia Brasília é o serviço de videoconferência. Atualmente existem 112 pontos conectados, em 25 órgãos. Para 2014, estão previstas a ativação de 20 novos pontos de videoconferência na rede e a incorporação de mais 18 centrais telefônicas dos órgãos ao serviço de voz da Infovia.

Para aprimorar a segurança da informação e comunicações o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013. A norma dispõe sobre as comunicações de dados nos órgãos públicos e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

No âmbito da gestão de logística do Governo Federal, várias iniciativas foram tomadas em 2013, tanto para a desburocratização, quanto para a melhoria da gestão e a promoção da transparência na gestão dos recursos públicos.

Foram editados atos estabelecendo regras e procedimentos, dentre os quais se destacaram:

- a regulamentação do Sistema de Registro de Preços (SRP), instituindo a Intenção de Registro de Preços (IRP), tanto na sistemática da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no Regime Diferenciado de Contratações (RDC);
- a definição de regras e critérios para elaboração de orçamento de referência para contratação de obras e serviços de engenharia; a alteração de regras para pagamento de fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);
- alteração do Decreto do RDC, para esclarecer a possibilidade de utilização do SRP para obras;
- elaboração de um Regime Especial para contratação de bens, serviços e obras para ações de inovação e pesquisa;
- foram editados 27 atos para atualização de valores-limites de serviços de vigilância, limpeza e conservação.

Foi reformulado o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), ferramenta eletrônica que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens em território nacional ou ao exterior, de uso obrigatório para os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A nova versão foi implantada como piloto no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e adaptações foram implementadas para atender ao programa “Mais Médicos”. As melhorias do sistema poderão ser percebidas por todos os órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional a partir de janeiro de 2014.

Referente ao Siconv é válido destacar que a melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão ocorreu com a publicação dos dados dos convênios em formato aberto e com o módulo de acesso livre onde o cidadão pode acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos em seu Município.

Foram realizadas capacitações presenciais e à distância, abrangendo questões operacionais e técnicas relacionadas às transferências da união por meio do Siconv. Foram capacitados aproximadamente 3,5 mil usuários presencialmente. Durante o ano foi implantada a Escola Virtual do Siconv já capacitando 370 usuários.

**0606 – Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal, Orientada por Competências e pela Democratização das Relações de trabalho, Visando**

***Aumentar a Capacidade do Governo na Implementação de Políticas Públicas.***

Visando à melhoria da capacidade do Governo Federal na execução de políticas públicas, e dando continuidade à política de gestão de pessoas e recomposição da força de trabalho, que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de Governo, foram autorizados concursos para 26.976 cargos e o provimento de 28.475 cargos efetivos. Dentre os provimentos autorizados, destacaram-se os destinados à implementação das políticas prioritárias, como as de economia, seguridade social e educação.

Com o objetivo de dotar a Administração Pública Federal de ferramenta informatizada de gestão de pessoas, foi concluída a 1ª fase do Projeto Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe) que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

Foram desenvolvidos os módulos de ações judiciais, a migração das funcionalidades do Siapenet Servidor para a nova estrutura do Sigepe e a implantação dos serviços dos Portais do Servidor, de informações gerenciais e de gestão de pessoas. Foi executada, ainda, a fase piloto do projeto Assentamento Funcional Digital (AFD) em vinte Unidades Pagadoras (Upag), que prevê a digitalização das pastas funcionais dos servidores e permitirá uma gestão automatizada desses documentos.

Foram implementadas melhorias na gestão da folha de pagamento de pessoal, com a obtenção de economia substancial de recursos, merecendo destaque a automatização da elaboração e publicação do cronograma da folha de pagamento do Siape no Siapenet, com controles automáticos de abertura e fechamento dos processos.

Além disso, foram implementadas trilhas de auditoria nas rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do Siape; realizado batimento mensal entre o Siape e a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi); e implantada uma nova sistemática de cadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União.

Para viabilizar a implementação do novo Regime de Previdência Complementar, de forma a reduzir as necessidades de financiamento do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos, foram realizadas, em apoio à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), diversas ações, como: capacitação de 700 servidores das áreas de gestão de pessoas; edição de orientações normativas para a operacionalização do novo Regime; desenvolvimento de funcionalidades no Siape, Siapenet e programa gerador de arquivos de integração com o sistema da Funpresp.

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), desde a sua instituição pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, contribuiu para a sistematização dos resultados de capacitação e no mapeamento de competências

dos órgãos públicos. Por meio do Sistema de Escolas de Governo da União (Segu), foram ofertados cursos presenciais e à distância, nacionais ou em parceria com instituições estrangeiras, fortalecendo esse grupo de instituições como Escolas de Governo, que visam à implementação das políticas públicas e a disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Dentro da perspectiva de consolidação e aprofundamento do processo de democratização das relações de trabalho, no período de janeiro a dezembro de 2013, foram realizadas 156 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que se apresenta como um instrumento de gestão com papel de tratamento dos conflitos inerentes às relações de trabalho.

O processo de negociação na MNNP envolveu cerca de 50 mil servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas) e 1.243 servidores anistiados, resultando em cinco Termos de Acordos. Os reajustes negociados foram parcelados para 2014 e 2015, de forma a promover a recomposição dos salários destes servidores. O impacto orçamentário na despesa primária será de R\$ 342,3 milhões, em 2014, e de R\$ 496,0 milhões, em 2015.

***0607 – Aperfeiçoar o Processo de Alocação e de Gestão dos Recursos Públicos Mediante o Fortalecimento e a Integração das Funções de Planejamento, Orçamento, Execução, Monitoramento, Avaliação e Controle de Políticas Públicas.***

O alcance do objetivo pautou-se no monitoramento e avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e no encaminhamento do Relatório de Avaliação do PPA, ano-base 2012, ao Congresso Nacional. Nesse escopo, foi realizado o IV Fórum Interconselhos – Agendas Transversais, um espaço para monitoramento dos compromissos estabelecidos pelo Governo no Plano para públicos específicos, como quilombolas, jovens, crianças, idosos, povos indígenas, nos quais os setores organizados da sociedade reforçam suas expectativas sobre o andamento das políticas públicas relacionadas às respectivas áreas.

O Congresso Nacional também recebeu o relatório atualizado dos atributos do PPA face à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA 2013). Vale citar o Projeto de Lei de Revisão do PPA 2012-2015, aprovado pelo Congresso Nacional na forma da Lei nº 12.953, de 5 de fevereiro de 2014, que atualiza parâmetros do Plano e incorpora políticas relevantes do Governo Federal.

No âmbito do planejamento territorial, foram intensificados os trabalhos de construção das Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT), iniciativa que busca a articulação dos PPA federal, estadual e municipal, visando ampliar a sinergia entre os instrumentos. Até o momento, cerca de 20 Estados aderiram a essa iniciativa, e mapearam os desafios não contemplados nos PPA federal e estaduais, com o fim de ampliar a efetividade dos Planos. Foi também oferecido apoio

à elaboração dos PPA municipais, por meio da capacitação de agentes multiplicadores oriundos de 15 Estados da Federação e 309 Municípios.

Considerando a relevância da geoinformação como instrumento estratégico para o Estado, a Comissão Nacional de Cartografia (Concar) vem atuando no fortalecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde) e na incorporação de novas camadas de informação à plataforma, totalizando 314 camadas e mais nove mil metadados publicados de trinta instituições públicas.

Sobre o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destaca-se a assinatura do projeto de integração do saneamento básico dos Municípios de Aceguá (Brasil) e Aceguá (Uruguai) no valor de US\$ 7,6 milhões e a contratação de outros três projetos no valor de US\$ 160 milhões, que beneficiam Uruguai e Argentina. A carteira total soma 39 projetos em execução no valor de US\$ 956 milhões.

A respeito da gestão dos recursos públicos, vale citar a alteração ocorrida na dimensão econômica do Projeto Esplanada Sustentável (PES), iniciativa que tem por objetivo incentivar órgãos públicos federais a adotarem ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, que atualmente monitora onze despesas administrativas nos órgãos federais aderentes.

No que tange à modernização da gestão pública, foi publicada a quarta edição do "Orçamento Federal ao Alcance de Todos", também chamado de "orçamento-cidadão", com dados relativos ao orçamento proposto ao Congresso Nacional para o ano de 2014.

No intuito de dar continuidade à promoção da articulação federativa, o Governo iniciou tratativas com as áreas de planejamento e orçamento dos Estados e, por meio da

instituição da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP), ofertou assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais.

Em relação à evolução das políticas e contratações públicas, o Sistema Eletrônico de Compras Governamentais foi o instrumento utilizado para alavancar as compras governamentais. Ademais, o Comprasnet trouxe agilidade e economia de 20% a 30% nos processos licitatórios do Governo. Quanto à eficiência, os dados apontam em torno de oito a 15 dias para encerrar uma licitação (o que antes levaria em torno de dois meses). Ainda merecem destaque o sigilo nas licitações eletrônicas e a transparência no procedimento.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Governo Federal atua no monitoramento intensivo do Programa junto aos ministérios executores, efetuando intervenções e intermediações nas situações com criticidade no andamento.

Para o monitoramento das obras, foi implantado sistema informatizado em ambiente amigável que armazena e exibe informações quantitativas e qualitativas sobre as ações e empreendimentos do PAC. Atualmente, o sistema acompanha o monitoramento de 106 ações e empreendimentos de Aeroportos, 30 de Ferrovias, 83 de Hidrovias, 343 de Recursos Hídricos e 179 de Rodovias, obras estruturantes e importantes para o País.

A respeito da articulação e da integração das políticas das empresas estatais, foram realizados seminários sobre Destinação do Lucro, Participação nos Lucros e Resultados de diretores e Planilha de Remuneração dos Dirigentes.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA R\$ milhões

Programa 2038	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No exercício (1)	0579	96.726.052,26	108.609.801,41
RPNP (2)		12.941.141,38	3.262.902,30
No exercício (1)	0605	2.345.345,43	2.694.550,79
RPNP (2)		1.732.632,42	2.002.918,82
No exercício (1)	0606	20.473.125,97	33.755.851,49
RPNP (2)		9.293.310,48	3.173.454,53
No exercício (1)	0607	8.095.498,81	197.527.739,47
RPNP (2)		5.820.977,49	696.120,84

Fonte: Siafi.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Vale consignar que, comparativamente ao exercício anterior, no Objetivo 0607, houve um significativo incremento no valor liquidado, que se deu em decorrência de Ações que compunham, em 2012, o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2125), terem sido transformadas em planos orçamentários, que passaram, em 2013 a ser vinculados às ações do Objetivo 0607 do Programa 2038 do MP.

Tem-se como exemplo a ação 2C03 – Sistemas Estruturantes e Corporativos transformada em plano orçamentário (PO), cujas despesas liquidadas atingiram 93,48% do total do objetivo, com investimentos em aquisições em tecnologia da informação, hospedagem, desenvolvimento e manutenção dos sistemas estruturantes (Siape, Siapa, Comprasnet, Siconv, Siop, Sispac, entre outros) e corporativos no âmbito do Ministério.

#### METAS QUANTITATIVAS

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada		% da Meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos	%	95%	93,3	97,7	Meta não acumulável	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

Em 2013, foram cadastrados 86.661 pedidos de acesso no e-SIC, sendo atendidos (respondidos) 97,66% (84.634) desse total.

Desses atendimentos, foram preenchidos pelos cidadãos 9.122 instrumentos de pesquisa de forma espontânea, das quais 5.388 (59%) manifestaram satisfação com a informação disponível fornecida pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

#### Metas Qualitativas

##### Aprimorar a Gestão do Patrimônio da União

Os principais resultados foram: a demarcação de 216,7 km da Linha Preamar, a avaliação de 300 áreas para apoio a Políticas Públicas, o cadastramento de 25.323 novos imóveis no Siapa e SpiuNet, a outorga de oito imóveis (62.358,80 m²) para o programa “Mulher, Viver sem Violência”, a fiscalização e o controle do uso em 1.681 unidades, a destinação de 2,7 milhões de m² para regularização fundiária, a provisão habitacional com destinação de 536 mil m². Houve também a ampliação da arrecadação de receitas patrimoniais em 17,6% em relação a 2012, totalizando R\$ 977 milhões.

##### Implementar e Disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à Sociedade

A Agenda Brasil Digital foi retomada em 2013 e está em construção, tendo sido reformulada a Agenda de Governo Eletrônico.

O foco está na melhoria da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, alinhados aos objetivos da Agenda de Gestão Pública, ao Decreto Cidadão nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e à Lei de Acesso à Informação. A Agenda de Governo

Eletrônico compreende aspectos de interoperabilidade e acessibilidade, bem como de dados abertos, relacionando-os às questões que envolvem a prestação de serviços públicos por meios eletrônicos.

##### Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais

Os itens padrões do e-MAG foram incorporados à identidade digital padrão do Governo Federal.

Os seguintes sítios já foram adequados ao padrão: Portal Brasil, Portal de Dados Abertos, Portal do Servidor, Guia de Serviços e Secretaria de Direito Humanos. Foram realizadas capacitações e entregas preliminares do software de verificação de acessibilidades de sítios. E ocorreu a segunda edição do Prêmio Todos@Web do escritório do W3C Brasil.

##### Massificar o Uso de Certificados Digitais ICP – Brasil

A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil cresceu, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital.

Os destaques ficaram por conta das seguintes aplicações: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que estabeleceu a obrigatoriedade de uso de certificação digital no padrão ICP-Brasil, nova carteira nacional estudantil que passou a ser emitida no formato smart card e a utilização de um certificado digital no padrão ICP-Brasil para a transmissão da declaração de aplicação de verbas na saúde, exigidas na Constituição Federal, entre outros.

**Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão**

Houve a regulamentação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br), a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), Compras Net, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a realização de compromissos do Brasil na Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership).

**Fomentar Inovações de Gestão no Âmbito da Administração Pública Federal**

Foi realizado o 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, cujos objetivos principais são a promoção da melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade e o estímulo à disseminação de soluções inovadoras em organizações do Governo Federal.

Foi também lançada a 18ª edição do Concurso, com a divulgação, em março de 2014, da classificação das dez iniciativas selecionadas para premiação.

**Fortalecer a Gestão por Resultados e a Capacidade Institucional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal**

Foram reestruturados 33 órgãos e entidades da APF, com priorização dos estratégicos, e criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, para o apoio à expansão e formalização de Micro e Pequenas Empresas.

Foi elaborada, ainda, proposta de implementação das Unidades de Gestão Estratégica nos ministérios e revisão do funcionamento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Contratos de Gestão das Organizações Sociais.

**Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas**

Foram capacitados aproximadamente 40 mil servidores públicos, visando à melhoria da gestão das políticas públicas da APF. Desse total, foram capacitados 27.402 servidores em cursos a distância e 8.927 em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento técnico e gerencial, contemplando os sistemas estruturantes da APF.

Foram finalizadas a Especialização em Gestão Pública (8ª ed.), com 31 concluintes, e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (2ª ed.), com 29 concluintes.

**Aperfeiçoar o Planejamento e a Gestão da Força de Trabalho do Poder Executivo Federal**

Dentre o provimento de 28.997 cargos efetivos, destacaram-se 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, priorizando áreas da saúde, desenvolvimento social e combate à fome, bem como foram convocados 64 novos

Analistas de Infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC.

Foram implantadas 113 Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) beneficiando cerca de 429 mil servidores federais (72%).

**Democratizar as Relações de Trabalho do Âmbito da Administração Pública Federal**

Foram realizadas 156 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), envolvendo cerca de 50 mil servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas) e 1.243 servidores anistiados, resultando em cinco Termos de Acordos.

Os reajustes negociados gerarão um impacto orçamentário na despesa primária de R\$ 342,3 milhões, em 2014, e de R\$ 496,0 milhões, em 2015.

**Modernizar o Arcabouço Jurídico na área de Planejamento, Orçamento e Execução**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com os demais órgãos de governo, tem aprimorado os instrumentos de planejamento, orçamento e execução das políticas públicas, com destaque para a elaboração anual da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovadas pelo Congresso Nacional.

A modernização jurídica teve a participação da sociedade civil na elaboração da LDO-2014 e da LOA-2014 por meio de audiências públicas coordenadas pela Secretaria Geral da Presidência da República.

**Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais**

O Ministério do Planejamento, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Cartografia (Concar), atua no fortalecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde) e no prosseguimento das atividades do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG) para iniciar as discussões sobre a criação de uma Política Nacional de Geoinformação.

**Construir Cenários de Desenvolvimento Nacional para Orientar a Alocação Estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União**

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi contratado para auxiliar na elaboração de cenários sobre "Dinâmica Demográfica Brasileira até 2040: necessidades de adequação das políticas sociais".

A avaliação dos resultados servirá de parâmetro para consolidação das metodologias que serão utilizadas na elaboração de cenários em 2014, visando subsidiar a elaboração e monitoramento do PPA 2016-2019 e dos respectivos orçamentos anuais.

**Ampliar a Quantidade de Serviços Atualmente Utilizados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública, Através da Rede Infovia Brasília, Acrescentando 60 Serviços Contratados até 2015**

A Infovia Brasília possui hoje 90 órgãos conectados em mais de 180 pontos distribuídos em 130 km de fibras óticas e uma internet corporativa, que é o principal serviço da rede.

Os preços dos serviços prestados tiveram uma redução de 35%, o que possibilitará aos 90 órgãos participantes aumentar suas adesões aos serviços disponibilizados. Foi concluída a instalação dos servidores de rede que atualizam o serviço de voz da Infovia.

**Desenvolver Conhecimentos Específicos, na Área de Gestão de Despesas, Voltados para a Melhoria da Qualidade do Gasto**

A melhoria da qualidade do gasto público passa pelo Projeto Esplanada Sustentável (PES), que estimula o uso racional de recursos naturais para geração de benefícios socioambientais; pela identificação, correção de pagamentos indevidos e outras inconsistências na folha de pagamentos do Poder Executivo Federal e também pelo saneamento da base de dados e melhorias no sistema informatizado que gerencia a folha (Siape).

## 4.31. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atua no planejamento e execução de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda, concessão de crédito ao financiamento do microcrédito produtivo orientado e às atividades produtivas; fomento à Economia Solidária e de políticas que assegurem ao trabalhador o direito ao trabalho decente, como a inspeção do trabalho, ações de segurança e saúde laboral e democratização das relações do trabalho. Em sua maioria, tais políticas estão vinculadas, de acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, ao Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda.

O Programa Trabalho, Emprego e Renda é composto por três objetivos e 23 metas que, na sua totalidade, expressam os desafios da inserção social, por meio do acesso ao trabalho, da proteção social no mercado de trabalho e do cumprimento das normas constitucionais e legais.

Nesse sentido, a auditoria trabalhista configura-se como um dos mais eficazes indutores do trabalho decente, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias.

O MTE atua no mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), intermediando a inserção dos trabalhadores nas vagas ofertadas pelos empregadores.

Com o pagamento do abono salarial, complementa-se a renda dos trabalhadores com menor rendimento e, com o benefício do seguro-desemprego, propiciam-se melhores condições de vida aos trabalhadores em situação de desemprego.

A emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é imprescindível, uma vez que retrata a vida profissional do seu portador e garante o acesso aos benefícios assegurados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além das necessárias ações para o crescimento da formalidade, para o cumprimento da legislação trabalhista e para a expansão de vias alternativas de geração de renda, a ampliação do diálogo social é um desafio a ser enfrentado.

É por meio do diálogo democrático que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho, bem como a extensão de benefícios dos trabalhadores urbanos, aos domésticos, temporários, trabalhadores rurais, migrantes e trabalhadores associados e cooperados, a fim de que não haja subcategorias laborais em condições de trabalho inferiores.

Ante o exposto, torna-se imprescindível o acompanhamento sistemático e consolidado de informações sobre o trabalho, em seu sentido mais amplo, com análises de indicadores e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda que funcionem como instrumentos permanentes para o realinhamento das

ações que levem tais políticas a serem indutoras do processo de desenvolvimento e do progresso do País.

A participação em outros programas do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) demonstra a transversalidade das políticas públicas executadas pelo MTE: Autonomia e Emancipação da Juventude (2044), Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (2062), Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (2064), Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2029) e Resíduos Sólidos (2067).

Em tais programas, encontram-se iniciativas como as políticas da Economia Solidária e suas diversas formas organizativas, de acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda direcionada à população entre 15 e 29 anos, assim como as ações para erradicação do trabalho infantil e do trabalho análogo ao de escravo.

### 4.31.1. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

A seguir, apresenta-se a análise dos Objetivos 0287, 0289 e 0869 do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda.

**Objetivo 0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território Nacional, Ampliando o Alcance da Promoção de Políticas Públicas que Visem ao Aumento da Inserção do Trabalhador no Mundo do Trabalho.**

Com o intuito de consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, o Programa do Seguro-Desemprego articula medidas de proteção ao trabalhador dispensado sem justa causa, de intermediação de mão de obra e de oferta de cursos de qualificação social e profissional.

As ações de qualificação social e profissional são disponibilizadas, dentre outros públicos prioritários, para trabalhadores em busca do benefício do seguro-desemprego e para inscritos no Sistema Nacional de Emprego (Sine), como forma de facilitar sua (re)inserção no mercado de trabalho.

A CTPS reproduz com tempestividade a vida funcional do trabalhador e garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Já os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) objetivam tanto servir como ferramenta para controle da atividade trabalhista no País quanto produzir dados estatísticos para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre mercado de trabalho formal. Avaliando o comportamento do mercado de trabalho formal

mostrado pelo Caged, no ano de 2013, foram gerados 1,1 milhão empregos formais, representando um crescimento de 2,82% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2012. A seguir, apresenta-se a execução orçamentária dos Objetivos 0287 e dos Gastos Tributários do Objetivo 0869, do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVOS 0287 E DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS DO OBJETIVO 0869,  
DO PROGRAMA 2071 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA  
R\$ milhões**

Programa "2071"	Código do Objetivo	Valores Liquidados	
		2012	2013
No exercício (1)	0287	39.668,15	45.506,31
RPNP (2)		0,00	426,99
Gastos Tributários (3)	0869	746,89	841,68
<b>TOTAL</b>		<b>42.457,69</b>	<b>46.774,98</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, atualizado em 14/02/2014.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

(3) Corresponde às renúncias tributárias. Valor realizado em 2012 e valor previsto em 2013.

Em 2013, a execução orçamentária do Objetivo 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho aumentou 14,7% em relação ao ano anterior.

Destaca-se a ação orçamentária pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico, que obteve uma execução 18,9% superior ao ano de 2012. Tal desempenho pode ser considerado como reflexo do aumento do salário mínimo e de um movimento de antecipação à nova legislação, dada pela Emenda Constitucional n° 72, de 2 de abril de 2013, que assegurou ao trabalhador doméstico direitos já conquistados por outras categorias profissionais: salário mínimo, jornada de trabalho, 13° salário, hora extra, licença-maternidade, férias, feriados civis e religiosos, vale-transporte e estabilidade em razão de gravidez.

Isso resultou no aumento da quantidade de trabalhadores com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) recolhido (pré-requisito para o seguro-desemprego trabalhador doméstico).

No mesmo período, dos R\$ 426,99 milhões relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, 17,5% (R\$ 74,6 milhões) correspondem à execução da ação orçamentária manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do programa do seguro-desemprego, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Tal participação deve-se à particularidade dos convênios plurianuais firmados no âmbito do Sine, que são assinados, em sua grande maioria, no mês de dezembro. Com isso, o repasse de recursos teve seu início somente no ano subsequente.

O Objetivo 0287 não prevê ações que resultem em realização de gastos tributários, entendido como decorrentes de renúncia fiscal. A despesa liquidada nesse âmbito ocorre no Objetivo 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente, também do Programa 2071.

A seguir, apresenta-se o nível de realização e a análise das metas quantitativas do Objetivo 0287 do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda, está demonstrado a seguir:

**NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0287 DO PROGRAMA 2011 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

Descrição da Meta 2012 – 2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012- 2015	Meta realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa	%	80	71,4	71,3	89,1%	Sistema Mais Emprego
Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial	%	97	95,7	94,9	97,8%	Departamento de Emprego e Salário/SPPE
Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho <sup>1</sup>	%	5	3,3	3,8	75,9%	Sistema Mais Emprego
Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego	trabalhador	100.000	46.436	65.144	111,58%	Sistema Mais Emprego/ Sistec
Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho.	%	30	24	27	84,4%	Sistema Mais Emprego Caged
Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.	Vagas ofertadas	97.746	38.085	14.551	26,5%	Sistema Mais Emprego

A meta de ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa apresentou um percentual de 71,3%, o que indica que a taxa deve alcançar o valor proposto até 2015.

É importante sinalizar que, por meio de medidas de integração de programas que visem ao aumento da recolocação imediata do trabalhador demitido sem justa causa, essa meta provavelmente apresentará redução do seu valor.

Em 2013, o total de segurados foi de 8,1 milhões, representando um dispêndio total de R\$ 32,7 bilhões, 3,5% a mais do que no ano de 2012, em que o total de segurados foi de 7,8 milhões.

No que tange a meta ampliar para 97% a taxa de cobertura do abono salarial, dados de 2013 indicam que 94,9% dos abonos identificados foram pagos.

Para o alcance da meta prevista, foram realizadas, ao longo do ano, campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência para os trabalhadores com direito ao benefício.

Em 2013 foram pagos 21,3 milhões de abonos salariais, representando um crescimento de 7,6% em relação ao ano

de 2012, em que foram pagos 19,8 milhões.

Em 2013, a taxa de cobertura do SPETR na reinserção no mercado formal de trabalho foi de 3,8%. Esse resultado foi alcançado, em grande medida, pela atuação das unidades de atendimento do Sine.

A padronização do atendimento e a utilização de serviço público de emprego por outros programas governamentais são medidas essenciais para atingir a meta em 2015.

Em 2012, 724,6 mil trabalhadores foram colocados. Em 2013, até novembro, foram 838,8 mil trabalhadores, representando um aumento de 15,7%.

No que se refere à capacitação de beneficiários do seguro-desemprego em 2013, houve 65,1 mil matrículas e 117,9 mil pré-matrículas em cursos do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para alcançar esses resultados, foram elaboradas as etapas de integração entre o Portal Mais Emprego e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), do Ministério da Educação (MEC), e de alteração da condicionalidade, permitindo que trabalhadores requerentes do benefício seguro-desemprego possam ser

encaminhados aos cursos do Pronatec a partir da segunda reincidência no benefício.

Essa medida indica público potencial para o Pronatec de 3,2 milhões de trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego.

Em referência aos convênios de qualificação profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em vigência no exercício de 2013, foram inscritos 15 mil trabalhadores, dos quais, com base nos dados do Caged, 4,2 mil foram admitidos, correspondendo a 27% de inserção no mercado de trabalho formal. A meta estipulada para o período 2012-2015 é de 30%.

Ressalte-se que o Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, trouxe um novo cenário para a qualificação profissional no Brasil, na medida em que organiza uma rede de ofertantes formada por entidades públicas e privadas, especializadas em educação profissional e tecnológica, e que autoriza uma nova modalidade de transferência de recursos para as entidades que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional (Sistema S).

A partir dessa Lei, a Casa Civil da Presidência da República orienta todos os órgãos da administração pública federal a adaptarem suas políticas de educação profissional a esse novo programa, e, nesse contexto, o PNQ passou a não mais ter a totalização do orçamento que é aprovado anualmente no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

Desse modo, o formato de execução do PNQ foi redesenhado e trazido para os parâmetros estabelecidos, resultando em um Acordo de Cooperação entre MEC e MTE, de forma a viabilizar a execução dos cursos de qualificação do PNQ por meio do Pronatec.

Tal acordo foi celebrado no dia 17 de dezembro de 2013, com vistas à inclusão do MTE como demandante do Pronatec, cuja nova modalidade constará de tal termo.

O presente Acordo visa à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

A partir da inclusão do MTE como demandante do Pronatec, o papel de mapeamento da demanda local foi descentralizado aos Estados e Municípios com os quais este Ministério já possui convênios plurianuais.

Esse mapeamento foi feito por meio de formulários de demandas destinados às Secretarias de Trabalho ou similares, solicitando a definição das localidades, ocupações e metas, assim como um diagnóstico da realidade local do mercado de trabalho, para as quais direcionar os cursos do Pronatec a serem disponibilizados pelo Sine.

Com isso, preconiza-se que as propostas tenham sido elaboradas com base nas demandas reais do mercado de trabalho local.

#### **Outras Considerações Relevantes acerca do Objetivo 0287 do Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda**

No decorrer do ano de 2013, o MTE procurou empreender iniciativas que visaram à melhoria da política pública de emprego, com foco em novas formas de gestão e operacionalização do Sine, utilizando também como subsídio a experiência obtida em visita técnica ao México, a fim de conhecer o serviço público de emprego e a abordagem de oferta de ações integradas.

Nesse sentido, foram realizadas várias ações de articulação com demais órgãos para desenhar o papel do Sine frente a demandas do próprio Governo Federal, na execução de ações integradas, como a intermediação do público do Benefício de Prestação Continuada (no qual o MTE é participe junto a MEC e à Secretaria de Direitos Humanos); definição do papel do MTE na execução do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a viabilização de recursos orçamentários e financeiros para a manutenção adequada da rede de atendimento, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil.

Ainda nessa linha de atuação, o MTE criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente.

O grupo, instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, conta com a participação de representantes de unidades do MTE, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios convenentes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), enquanto assessoria técnica.

Visando melhor conhecer a estrutura de custos envolvida na operacionalização da Rede de Atendimento do Sine, o MTE celebrou Termo de Cooperação para descentralização de crédito com a Universidade de Brasília, para realização de estudo dos custos associados ao atendimento no Sine.

O objetivo principal do estudo é possibilitar ao Ministério melhor conhecimento da estrutura de custos existente na manutenção da rede de atendimento do Sine. Em 2013, o estudo foi finalizado com a realização de seminário e edição e distribuição de livro.

Ao mesmo tempo, a partir dessa pesquisa/estudo, foram propostos ao Codefat novos critérios para a distribuição dos recursos da ação orçamentária destinada à manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Programa Seguro-Desemprego no âmbito do Sine, resultando na aprovação da Resolução nº 721, de 30 de outubro de 2013. Espera-se, também, que esse estudo possa subsidiar ações relacionadas à normatização do modelo operacional do Sine.

Ainda para a concretização do objetivo 0287, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, o MTE está desenvolvendo o projeto Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego, em especial das ações de pagamento do benefício do seguro-

desemprego, de intermediação de mão de obra no âmbito do Sine e da emissão da CTPS.

Espera-se que o SMA subsidie o acompanhamento e aprimoramento das ações e parcerias realizadas no âmbito do MTE, a fim de retratar a realidade das unidades de atendimento.

Na avaliação, foram aplicados questionários de pesquisa de opinião (tipo survey) a trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego (5.400), empregadores usuários da rede conveniada (5.400) e trabalhadores usuários da rede conveniada (1.000).

Em 2013, o Ministério buscou consolidar o sistema MTE Mais Emprego. Alguns frutos desses esforços foram a normatização das atividades da intermediação de mão de obra (em fase de finalização); web-service para realizar pré-matricula no Pronatec, por meio do Sistema Mais Emprego, voltado aos segurados do seguro-desemprego; proposta de novo layout para o portal; desenvolvimento do sistema de controle de patrimônio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e aumento da segurança na concessão do benefício de seguro-desemprego, na modalidade pescador artesanal, cujo controle de acesso passou a ser via protocolo de internet (IP) do computador.

Em 2014, a certificação digital passa a ser obrigatória para a transmissão de declarações da RAIS (estabelecimentos a partir de 11 vínculos empregatícios) e do Caged (a partir de 20 vínculos).

Esse mecanismo tem como função garantir a autenticidade, integridade, segurança e confidencialidade dos dados constantes da declaração, uma vez que legitima e assegura a identidade e as informações transmitidas por determinado usuário.

Em 2013, o processo de certificação digital contou com diversas atividades desenvolvidas pelo Ministério, tais como a elaboração de um manual para os declarantes, comunicado ao Conselho Federal de Contabilidade, divulgação no portal do MTE e elaboração de um cronograma gradual de obrigatoriedade.

A nova CTPS é emitida por meio de um sistema informatizado que permite a integração nacional dos dados, impedindo as emissões em duplicidade.

Tal sistema forma um banco de dados que contém informações sobre a qualificação civil do trabalhador e outros dados complementares como endereço, número do Cadastro de Pessoa Física, Título de Eleitor, Carteira Nacional de Habilitação, fotografia, impressão digital, assinaturas digitalizadas, Número de Inscrição Social e Programa de Integração Social.

Em 2013, foi aprofundado o processo de implementação do sistema informatizado de emissão tanto nas unidades descentralizadas do MTE quanto na rede conveniada.

Foram emitidas 3,4 milhões de CTPS informatizadas em 2013, 2,8% a mais do que em 2012.

#### **Objetivo 0289 – Estimular a Inclusão Produtiva e Contribuir para a Geração de Trabalho e Renda.**

Este Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O Proger tem o propósito de estimular o investimento produtivo por meio da concessão de crédito, contribuindo para a geração e/ou manutenção de emprego e renda.

Os investimentos são direcionados para micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, autoemprego, trabalho não assalariado, cooperativas e associações, empreendimentos do setor de turismo, industrial, exportação, infraestrutura, inovação e difusão tecnológica, cada qual com sua linha de crédito.

Em 2013, o Programa beneficiou, até o mês de novembro, 637,7 mil trabalhadores que, somados à execução de 2012, representa um alcance de 40% da meta para o período de 2012 a 2015. Até outubro de 2013, registrou-se a contratação de 71,8 mil operações, sendo investidos R\$ 6,4 bilhões nos setores produtivos.

Os financiamentos destinados a micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total de contratos firmados, representando 50% do volume total investido. Os financiamentos com essa destinação concentraram-se nas regiões Sudeste e Sul do País, com predomínio de atuação no setor de comércio e serviços, com 73%.

Em decorrência da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, a linha de crédito FAT Turismo teve 2,6 mil operações, tendo sido investidos, até setembro de 2013, R\$ 266 milhões.

A participação por atividade econômica na modalidade investimento foi de 24% no setor do comércio, 62% no setor de serviços e 14% na indústria. Já na modalidade capital de giro, 65% comércio, 24% serviços e 11% indústria. A linha de crédito FAT Taxista, criado em 2009, já beneficiou cerca de 11 mil profissionais.

O PNMPO desempenha papel relevante no compromisso assumido pelo Governo Federal com relação às políticas transversais e multissetoriais de estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda.

As operações de crédito realizadas no âmbito do Programa são direcionadas às pessoas físicas, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, para valores de financiamento até R\$ 15 mil destinados a capital de giro ou investimento, com prazos de pagamento estabelecidos entre as instituições de microcrédito e o tomador do recurso.

Os dados mais recentes sobre a oferta de microcrédito dizem respeito ao período de janeiro a setembro de 2013, no qual o volume total de crédito concedido atingiu R\$ 5,7 bilhões,

montante 38,79% superior ao observado no mesmo período de 2012.

O PNMPO cresce em patamares elevados.

Tal impacto foi resultado da estratégia do Governo Federal em conceder subvenção econômica aos bancos oficiais, por meio do Programa de Microcrédito Orientado Crescer, para que ofertassem microcrédito a juros consideravelmente mais baixos, hoje em torno de 5% ao ano.

Entre janeiro e setembro de 2013, foram concedidos R\$ 5,5 bilhões pelo Crescer, correspondendo a 87,93% da concessão total de microcrédito no âmbito do PNMPO, que no mesmo período concedeu R\$ 6,2 bilhões.

**Objetivo 0869 – Assegurar ao Trabalhador o Direito ao Emprego e Trabalho Decente.**

No que se refere à meta de analisar 10,8 mil acidentes do trabalho, em 2013, foram analisados 2,5 mil acidentes do trabalho graves e fatais, 95,73 % da meta para o ano, acumulando 4,4 mil acidentes analisados, o que corresponde a 40,66% da meta para o quadriênio.

Das 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura programadas, o MTE realizou 53 operações de fiscalização da construção civil pesada, superando a meta para o ano. Com isso, foram concluídas 97 ações, 80,83% da meta quadrienal.

Além disso, foram realizadas 143,3 mil inspeções de normas de segurança e saúde no trabalho, superando a meta anual de 130 mil ações e totalizando 297,6 mil inspeções no período de apuração (59,52% da meta quadrienal).

Cabe destaque o fortalecimento das ações em setores com piores índices de acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho, bem como a ação de grupos especiais, como o que atua no transporte rodoviário de cargas.

Em 2013, foram realizadas 84 ações fiscais com verificação da regularidade do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Assim, o resultado parcial para o monitoramento do PPA 2012-2015 é de 276 ações, 55,2% da meta quadrienal.

Observa-se que houve ampliação do número de beneficiários do PAT, em relação ao ano de 2012, passando de 16 milhões para 17,4 milhões de trabalhadores, o que representa um aumento de 8,5%.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, realizou-se a elaboração e/ou revisão de dez Normas Regulamentadoras (NR), merecendo destaque a publicação da nova NR36, que dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, e do Anexo 3 da NR16 – Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Em 2013, a inspeção do trabalho conseguiu inserir, sob ação

fiscal, 160,3 mil aprendizes e 40,9 mil pessoas com deficiência. Em relação ao quadriênio, os resultados alcançados expressam 46,75% e 47,69% da meta, respectivamente, o que gera a expectativa de que os resultados para os dois próximos anos sejam plenamente alcançados.

Em 2012, foram realizadas 269 mil ações fiscais, enquanto em 2013 este número sofreu leve subida, alcançando 275,1 mil.

Ainda que a realização das ações fiscais no meio urbano, portuário ou aquaviário não tenha sofrido um aumento relevante e que as metas não tenham alcançado 50% do total da meta do PPA, deve-se levar em conta que a fiscalização alcançou, em 2013, quase 39 milhões de trabalhadores, mais do que três milhões, se comparado a 2012. Vale dizer, ainda, que o valor do FGTS notificado e recolhido sob ação fiscal teve um incremento nominal de quase 27% de 2012 para 2013, passando de R\$ 1,6 para R\$ 2,03 bilhões.

Nas fiscalizações dos empregadores rurais, houve um leve decréscimo do valor absoluto de ações fiscais, tendo sido realizadas 12,5 mil ações em 2013, 200 ações a menos que em 2012. No acumulado, as metas alcançadas atingiram 43,4%, dentro do previsto para o quadriênio 2012-2015.

Em 2013, o MTE e a Secretaria Geral da Presidência da República conduziram as discussões quadripartites para fechamento da proposta de projeto de lei que regula a terceirização no País, contando com a participação de representantes do legislativo federal, trabalhadores e empregadores.

No primeiro semestre de 2013 foi publicada a Portaria n.º 326, de 1º de março de 2013, normatizando os novos procedimentos de solicitação e de concessão do registro sindical às entidades de primeiro grau (sindicatos).

O objetivo é conferir maior segurança e transparência ao processo de concessão do registro sindical, criando mecanismos que possibilitem que a vontade da base (trabalhador) seja o fator preponderante no processo de fundação do sindicato.

No âmbito do Conselho de Relações de Trabalho (CRT), na Câmara Bipartite, composta por representação do Governo e das centrais sindicais, deu-se continuidade ao debate sobre Atos Antissindicais, com vistas à elaboração de minuta de anteprojeto de lei. Finalizadas as discussões na Câmara, a proposta será levada à apreciação do Pleno do Conselho.

Em 2013 foram realizadas em torno de 12,7 mil mediações coletivas, com acordo firmado em 87% dos casos.

O MTE reestruturou o Sistema Mediador, atualizando a sua plataforma de desenvolvimento e criando o Módulo II do sistema que acompanhará, a partir de 2014, os pedidos de mediação de conflitos em relações trabalhistas em todo o País, subsidiando as ações para democratização e avanços nas relações de trabalho.

Também foi implementada a certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), em caráter obrigatório para elaboração de solicitações no sistema, e no Sistema HomologNet, em caráter facultativo.

#### **4.312. Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude**

A seguir, apresenta-se a análise do Objetivo 0967 do Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude.

##### **Objetivo 0967 – Ampliar o Acesso às Oportunidades de Trabalho, Emprego e Geração de Renda da População Jovem.**

O instituto da aprendizagem profissional, previsto na Lei nº 10.097, de 19 de novembro de 2000, constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal, de forma qualificada e protegida.

Essa política proporciona aos maiores de 14 e menores de 24 anos, bem como às pessoas com deficiência, sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial - ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

Verifica-se que, desde a publicação do Decreto nº 5.598, de 1 de dezembro de 2005 até dezembro de 2013, foram admitidos nessa modalidade de contratação um total de 1,7 milhão de aprendizes.

Nota-se neste período uma ascendente evolução no número de contratos.

O MTE expressa no PPA 2012-2015 a meta de inserção de 1,2 milhão de adolescentes e jovens aprendizes. Entre os anos de 2012 e 2013 foram admitidos 646,1 mil, representando 59,2% da meta atingida.

Em 2013, registrou-se o total de 335,8 mil aprendizes, representando um aumento de 8% se comparados aos dados de 2012, quando foram celebrados 310,3 mil contratos. Dos admitidos em 2013, 176,6 mil aprendizes foram homens (52,6%) e 159,2 mil foram mulheres (47,4%).

Os setores da Indústria de Transformação e Comércio foram os líderes no ranking de contratações (170,1 mil) e, juntos, representam 50,65% do total de admissões.

A escolaridade predominante nos contratos de aprendizagem foi o ensino médio incompleto (60%), seguido pelo médio completo (25,9%).

Em consonância com a legislação vigente, a preferência nessa modalidade de contratação é a adolescência, contando com 227,7 mil aprendizes na faixa etária de 14 a 17 anos. No mesmo período de referência, foram verificadas 2,8 mil admissões de pessoas com deficiência como aprendizes.

O ProjovemTrabalhador tem como objetivo promover a criação de oportunidade de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação socioprofissional, com vistas à inserção em atividades produtivas.

O Programa beneficia jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo. Em 2013, foram atendidos 1,7 mil jovens, por meio de três parcerias.

#### **4.313. Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**

A seguir, apresenta-se a análise dos Objetivos 0982 e 0983 do Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária:

##### **Objetivo 0982 – Fortalecer a Institucionalidade da Política Nacional de Economia Solidária, a Articulação Federativa e a Integração das Políticas de Promoção das Iniciativas Econômicas Solidárias nos Processos Territoriais Sustentáveis e Solidários de Desenvolvimento.**

Na promoção do desenvolvimento local, territorial e regional sustentável, as iniciativas econômicas solidárias vêm apontando soluções estruturantes para dinamização de cadeias produtivas e de arranjos econômicos setoriais, com o adensamento e a verticalização da produção a partir da integração dos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em redes de cooperação.

Em 2013, as políticas públicas de fomento e fortalecimento da economia solidária beneficiaram diretamente 81 mil pessoas em iniciativas de trabalho e renda, por meio de quatro mil empreendimentos, contribuindo com o esforço nacional de superação da pobreza extrema, no âmbito das ações de inclusão produtiva urbana do Brasil Sem Miséria.

Essas iniciativas também refletem os esforços do Governo Federal na realização dos objetivos estratégicos delineados no PPA 2012-2015.

Em relação ao Objetivo 0982, houve superação de 10% na meta “Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária”, uma vez que em 2013 foram atendidos 33 mil empreendimentos.

Além disso, superou-se em 33% a meta “Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento”, com 133 territórios abrangidos nas ações de economia solidária.

Em 2013, foi assinado o Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacoop Social), com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos EES sociais.

O Programa será desenvolvido pela União, em parceria com

Estados, Distrito Federal e Municípios, iniciativa privada e pessoas em situação de desvantagem, seus familiares e entidades de representação, nos termos do art. 3º da Lei n.º 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Em 2013 foram divulgados os novos números da economia solidária no Brasil. Desde 2005, já foram identificados 33,5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), em todas as regiões brasileiras.

Além de mapear novos empreendimentos econômicos, foram realizadas visitas em EES constantes na base anterior. Ao todo, foram identificados mais 11,6 mil novos empreendimentos.

Para promover a integração das políticas de economia solidária em processos territoriais de desenvolvimento, foram celebrados 23 novos convênios com governos estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos, com atuação em 33 territórios.

**Objetivo 0983 – Fomentar e Fortalecer Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação em Cadeias de Produção, Comercialização e Consumo por Meio do Acesso ao Conhecimento, Crédito e Finanças Solidárias e da Organização do Comércio Justo e Solidário**

Em 2013, foram certificados os produtos e serviços de 870 empreendimentos, de um total de 2,7 mil desde 2012, o que representa 30% da meta do PPA 2012-2015.

No mesmo período, 3,1 mil pessoas foram beneficiárias da ação de formação e capacitação profissional para a economia solidária. Para promover essa ação, consolidou-se a implantação da Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária (Rede CFES), com o objetivo de (i) promover a disseminação metodológica da educação em economia solidária, (ii) fortalecer a rede de educadores e (iii) promover a formação dos agentes que atuam diretamente com os projetos de apoio ao desenvolvimento da economia solidária, tanto nos territórios como junto aos setores econômicos e populacionais prioritários.

No que se refere à meta de “Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a cinco mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização”, foram apoiados 1,7 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com um total de 20 mil pessoas associadas, representando um acumulado de 49,9% de execução da meta para o quadriênio. Para isso, em 2013, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 23 milhões.

Em continuidade ao Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), foi estabelecida parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária, para a incubagem de mais de 650 EES em todo o País.

Em 2013, o Brasil foi a sede da I Semana Mundial de Comércio Justo e Solidário e do Salão Mundial do Comércio Justo e Solidário, ambos promovidos pelo Governo Federal, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Plataforma Brasileira de Comércio Justo (FACES do Brasil) federal e a World Fair Trade Organization (WFTO).

Os eventos tiveram como objetivo promover intercâmbios políticos e comerciais e estabelecer plataformas do comércio justo, que envolvem 2,5 milhões de pequenos produtores e trabalhadores de aproximadamente três mil organizações globais.

O evento contou com a participação de produtores de 30 países e de todas as regiões brasileiras. O Brasil é o único País no mundo com política pública de promoção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Com a finalidade de ampliar as iniciativas locais de finanças solidárias, foram selecionados e apoiados, em 2013, novos projetos de fomento e fortalecimento de 191 bancos comunitários de desenvolvimento, 605 fundos solidários e 195 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do governo federal. Ao todo, foram empenhados R\$ 12,5 milhões para beneficiar diretamente 18,7 mil pessoas.

#### **PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS TEMÁTICOS**

##### **4.314. Programa 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Objetivo 0829 – Ampliar, Qualificar e Articular Programas, Ações e Serviços para a Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Identificados em Situação de Trabalho.**

Em 2012, foram realizadas 7.393 ações fiscais com foco no trabalho infantil, com o afastamento de 7.124 crianças e adolescentes do trabalho proibido. Já em 2013, o número de ações fiscais subiu para 8,3 mil, com o afastamento de 7,4 mil meninos e meninas. A meta do quadriênio já foi alcançada em 59,3%.

Ao se deparar com uma criança ou adolescente em situação de trabalho irregular, é dever do auditor fiscal do trabalho não apenas afastá-lo desse trabalho, mas também encaminhar as informações sobre a ação fiscal aos integrantes da rede de proteção, para que seja conferida a atenção devida àquela criança ou adolescente e para que suas famílias possam ser incluídas em programas do governo.

Com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas sobre a luta mundial contra o trabalho infantil, o MTE, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério das Relações Exteriores, e com apoio da Organização Internacional do Trabalho, organizou a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que contou com a representação de 148 países.

**4.31.5. Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

*Objetivo 0973 – Erradicar todas as Formas de Trabalho Análogo a de Escravo, por meio da Ampliação, Qualificação e Articulação de Ações e Serviços Focados no seu Enfrentamento e na Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Submetidos a esta Condição.*

A meta para o quadriênio 2012-2015 é realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo ao de escravo. Em 2012, foram concluídas 258 ações, quando foram resgatados 2,6 mil trabalhadores.

Tratando-se de maneira específica dos resultados relativos ao ano de 2013, a meta materializada no PPA, de 225 estabelecimentos fiscalizados, foi superada, posto que foram realizadas 257 ações fiscais, com o resgate das condições análogas às de escravo de 1,6 mil trabalhadores. Com relação aos resultados dos primeiros dois anos do PPA, tem-se 515 ações concluídas, o que corresponde a 54,5% da meta do quadriênio.

**4.31.6. Programa 2067 – Resíduos Sólidos**

*Objetivo 0319 – Ampliar o Acesso aos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos de forma Ambientalmente Adequada, Induzindo a Gestão Consorciada dos Serviços e a Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Recicláveis.*

Em 2013, o Governo Federal investiu R\$ 52,2 milhões para beneficiar diretamente 250 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com a formalização de 35 redes solidárias de catadores de materiais recicláveis, as quais terão acesso a formação, assessoria técnica, infraestrutura, equipamentos de proteção individual e apoio para estruturação da comercialização.

O Programa Cataforte - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias prevê, entre 2013 e 2015, investimentos de aproximadamente R\$ 200 milhões para beneficiar empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.

O Cataforte destinará recursos para a estruturação de cooperativas e associações, possibilitando que esses empreendimentos solidários se tornem aptos a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.

Para implantação do programa, foram selecionadas 33 Redes de Cooperação com 400 cooperativas e associações que, durante três anos, receberão apoio da Secretaria Geral da Presidência da República, da Fundação Banco do Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Nacional de Saúde, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Petrobras e do Banco do Brasil.

Em 2013, o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, destinou R\$ 9 milhões para assistência técnica no âmbito do Projeto Cataforte III.

## 4.32. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR)

O Ministério do Turismo (MTur) foi criado pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

É composto pelas: Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e Secretaria-Executiva. Conta, ainda, com um órgão colegiado, o Conselho Nacional de Turismo e com uma entidade autárquica vinculada, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Em conformidade com a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a Lei Geral do Turismo, o Ministério do Turismo é o Órgão Central do Sistema Nacional de Turismo. O Sistema Nacional de Turismo, é composto, além dos órgãos e entidade citados, pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, pelos fóruns e conselhos estaduais de turismo, pelos órgãos estaduais de turismo e pelas instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

Ao MTur competem os assuntos relacionados à política nacional de desenvolvimento do turismo, à promoção e divulgação do turismo nacional no Brasil e no exterior, o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas, o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo, a gestão do Fundo Geral de Turismo e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação (SBClass) das atividades, empreendimentos e equipamentos prestadores de serviços turísticos.

Os objetivos da Política Nacional de Turismo estão previstos na Lei Geral do Turismo. A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo (PNT).

O PNT, por sua vez, é inserido na política macrogovernamental por meio do Plano Plurianual, o PPA. A gestão desse planejamento é organizada por meio do Planejamento Estratégico do Turismo e, a execução, por sua vez, se dá por meio de Planos de Ação anuais. Assim, os documentos básicos de planejamento do Ministério do Turismo para o exercício de 2013 foram o PNT 2013-2016, o PPA 2012-2015 (com um único Programa Temático, o 2076 – Turismo), o Planejamento Estratégico 2012-2015 e o Plano de Ação 2013.

### 4.32.1. Programa 2076 - Turismo

O Programa 2076 - Turismo foi formulado tendo por base o Documento Referencial - Turismo no Brasil 2011/2014, documento este que trata dos fundamentos para o Plano Nacional de Turismo 2013-2016. O Programa consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil. É uma síntese do esforço integrado do Governo Federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do MTur.

O Programa alinha as contribuições do setor para o desenvolvimento social e econômico e, também, para a erradicação da pobreza no Brasil.

Destacam-se, ainda, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Este planejamento ocorreu em meio à iminência dos megaeventos esportivos, Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, entre outros, com expectativas de todas as formas e matizes para o setor turismo, principalmente para as ações de Estado.

No cenário internacional, a crise financeira, ainda sem claros horizontes, não permitia que vislumbrasse uma recuperação das economias centrais no curto e médio prazos, sem, contudo, também, apresentar sinais de recrudescimento.

A essas expectativas somaram-se as demandas internas para o setor – que se torna pujante na economia brasileira e bate recordes seguidos em função de parcela expressiva da população brasileira que vem se agregando à classe média. Outra variável que foi levada em conta foi a segurança jurídica, pela importância que se confere à questão, como fator para a construção de um ambiente favorável, que viabilize as iniciativas e os investimentos no setor, por parte dos empreendedores nacionais e estrangeiros. Isso em função da característica intrínseca ao setor turismo, cujos empreendimentos para oferta de bens e serviços, em sua totalidade, serem da iniciativa privada.

**OBJETIVO 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.**

Este objetivo contou com 11 Iniciativas e sete Ações. As Iniciativas são:

- 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- 02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros;
- 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- 02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo;
- 02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro;
- 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de

- serviços e equipamentos turísticos;*
- 02VC - *Fiscalização dos serviços turísticos;*
  - 02VD - *Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos;*
  - 02VF - *Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo;*
  - 02VH - *Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos; e*
  - 02VJ - *Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo.*

Em infraestrutura, principalmente por meio da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, houve avanços substanciais. Foram celebrados novos contratos de repasse envolvendo implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura turística em mais de 1,5 mil destinos turísticos, incluindo-se obras de acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, pavimentação e urbanização de orlas marítimas e fluviais, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, dos quais, R\$ 700 milhões no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

No âmbito das ações de preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos, foram celebrados 23 novos contratos de repasse, envolvendo recursos da ordem de R\$ 79 milhões, para obras de acessibilidade em atrativos turísticos, sinalização turística e implementação de centros de atendimento ao turista, em dez cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Foi identificado aumento substancial da demanda visando à implementação de centros de convenções e de eventos, centros de atendimento ao turista, sinalização turística, parques de exposições e de lazer, mercados e feiras, terminais de passageiros, praças e obras de acessibilidade para deficientes físicos.

Algumas tipologias de obras apoiadas no exercício de 2013, em diferentes estágios: i) Centros de Eventos, Convenções, Culturais: 97 obras, no valor de R\$ 80 milhões; ii) Centros de Atendimento ou de informação aos turistas: 08 unidades, com custo da ordem de R\$ 3 milhões; iii) Sinalização Turística: 61 obras apoiadas com recursos da ordem de R\$ 43 milhões; iv) Portais e Pórticos: 134 obras apoiadas no valor de R\$ 50 milhões; v) Infraestrutura Viária (pavimentação): 237 obras no valor de R\$ 167 milhões; e vi) Construção/Reforma de Praças: 507 obras no valor de R\$ 240 milhões.

Exemplos de obras apoiadas no exercício de 2013, em diferentes estágios: i) Construção do Centro de Convenções de Arapiraca/AL – R\$ 10 milhões; ii) Implantação do Teleférico de Ribeirão Pires/SP – R\$ 9, milhões; iii) 5ª Etapa da Revitalização da Avenida Borges de Medeiros – Gramado/RS – R\$ 3,5 milhões; iv) Pavimentação Asfáltica da Rodovia da Integração – 4ª Etapa – Coronel Freitas/SC – R\$ 5,8 milhões; v) Urbanização da Avenida Celso Ramos – Praia do Perequê – Porto Belo/SC – R\$ 12,7 milhões; vi) 6ª Etapa

da Construção do Teatro Municipal de Boa Vista/RR – R\$ 6,8 milhões; e vii) Construção do Centro de Convenções de Nova Iguaçu/RJ – 1ª Etapa – R\$ 7,3 milhões.

Recursos financeiros liberados para obras em andamento: O Ministério do Turismo registrou, em 2013, volume substancial de pagamento de obras em execução, destinando R\$ 483 milhões para o pagamento de 2.959 contratos de repasse. Os dados referem-se às obras que tiveram medição pela Caixa Econômica Federal, sendo que algumas já foram concluídas e outras ainda estão em execução.

Tipologias de obras beneficiadas com a liberação de recursos financeiros por meio de Contrato de Repasse: i) Centros de eventos e similares: 235 contratos de repasse; ii) Sinalização turística em 54 contratos de repasse; iii) Acessibilidade mediante requalificação de atrativos turísticos em 3 contratos de repasse; iv) Portais e Pórticos: 166 contratos de repasse; v) Praças: 8 contratos de repasse; vi) Centros de Atendimento ao Turista: 7 contratos de repasse; e vii) Orla Fluvial ou Marítima: 62 contratos de repasse.

Exemplos de obras beneficiadas com a liberação de recursos financeiros: i) Implantação da Avenida Agamenon Magalhães no Município de Recife/PE – R\$ 7,84 milhões; ii) Requalificação dos Mercados do Paripê e do Rio Vermelho no Município de Salvador/BA – R\$ 5,69 milhões; iii) Implantação do Parque da Cidadania no Município de Teresina/PI – R\$ 2,0 milhões; iv) Pavimentação da Rodovia Trancitrus – Trecho Pareci Novo/RS – R\$ 3,5 milhões; e v) Construção do Centro de Convenções do Estado do Amazonas – 3ª Etapa – Manaus/AM – R\$ 1,6 milhões.

Com o objetivo de padronizar as ações atendidas pelo Ministério do Turismo e disponibilizar projetos de qualidade para o desenvolvimento dos destinos turísticos serão desenvolvidos novos projetos para ações estruturantes. Esses novos projetos contribuirão para a consolidação de banco de projetos em desenvolvimento no Ministério.

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento das regiões turísticas.

Nesse âmbito tem-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - Prodetur Nacional, com vistas à obtenção de crédito de financiamento externo.

O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Para cumprir os objetivos deste programa, no exercício de 2013, foi dada continuidade ao aporte de recursos para o desenvolvimento das ações do Prodetur Nacional, sendo apoiada a realização de estudos, planos, projetos, fortalecimento institucional e infraestrutura (projetos e obras),

além do apoio técnico à preparação das propostas estaduais e municipais de financiamento.

Nesse contexto, destaca-se o empenho de cerca de R\$ 74 milhões, sendo R\$ 2,1 milhões destinados à realização de planos e avaliação ambiental e R\$ 71,9 milhões para a elaboração de projetos de engenharia e para a execução de obras.

A qualificação e certificação em turismo tem na qualidade do produto turístico, mais do que uma vantagem competitiva, um pressuposto para o desenvolvimento e a consolidação dos destinos.

Em face dessa premissa, as ações de qualificação priorizam os profissionais, os gestores e os destinos turísticos, como estratégia para a elevação da qualidade da oferta turística nacional, além de inserir o Brasil como destino turístico no cenário internacional de forma competitiva.

O Pronatec Copa, instituído no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), contribuirá para melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas, especialmente visando os grandes eventos esportivos nas cidades-sede, entorno e cidades consideradas destinos turísticos consolidados.

Com a reformulação, no final de 2012, o Programa foi renomeado como Pronatec Turismo e passou a trabalhar de forma descentralizada, com os órgãos parceiros como demandantes adjuntos. Foram definidas três linhas de ação, que beneficiaram 120 cidades. Essas linhas são:

i) Pronatec Copa – tem como parceiros (demandantes adjuntos) do MTur os órgãos municipais de turismo que identificam a demanda por novos profissionais em cada um dos Municípios participantes do Programa, de maneira a suprir a necessidade de mão de obra mediante a qualificação de pessoas interessadas em entrar para o setor (21 cursos do eixo tecnológico Turismo, hospitalidade e lazer);

ii) Pronatec Copa na Empresa – tem como parceiros (demandantes adjuntos) do MTur as secretarias estaduais de turismo, os órgãos municipais de turismo das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e a Infraero, que articulam com os empresários do setor para proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores. As aulas são ministradas preferencialmente dentro do estabelecimento e em horários mais convenientes aos empresários, empregados e colaboradores (54 cursos). Além de trabalhadores do setor, participam trabalhadores dos aeroportos que não sejam das companhias aéreas (12 cidades). Também são ministrados cursos de idiomas para os profissionais de segurança pública; e

iii) Pronatec Copa Social, em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), no âmbito do Projeto ViraVida, que procura oferecer oportunidade de qualificação aos jovens egressos do Projeto e seus familiares, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor (37 cursos dos eixos tecnológicos Turismo, hospitalidade

e Lazer, Gestão e Negócios e Idiomas). Foram realizadas no exercício 124.965 matrículas dos cursos ofertados pelo Pronatec Turismo para aperfeiçoar e inserir pessoas no mercado de trabalho do turismo.

Além das ações do Pronatec Turismo, o Governo Federal está desenvolvendo a Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, com intuito de repensar a atividade turística enquanto ferramenta de desenvolvimento do País, elevando a competitividade mediante a qualificação profissional e com a valorização dos trabalhadores do setor. Nesse sentido, iniciou-se uma série de ações visando à institucionalização dessas políticas, para posterior implementação, como forma de impulsionar o setor.

Foram distribuídas em três fases, complementares e subsequentes. São elas: fase preparatória, com a realização de diagnósticos e reuniões com os representantes do setor de turismo e hospitalidade e órgãos governamentais envolvidos (fase iniciada em 2013 e com conclusão prevista para 2014); a realização de um seminário e de oficinas, para traçar as diretrizes gerais da política, em 2014 e, por fim, também para 2014, a institucionalização da Política Nacional de Qualificação Profissional.

Investimentos e Financiamentos para o Turismo, executado a partir da Ação Orçamentária 2C01. As ações de fomento à iniciativa privada mantiveram foco na promoção e estímulo aos investimentos e também no fortalecimento e constante adequação das linhas de crédito ao setor produtivo do turismo.

Para promoção de investimentos foi elaborado, em parceria com Estados, Municípios e outros órgãos do Governo Federal, um catálogo dinâmico de oportunidades de negócios, de forma a apoiar a tomada de decisões, por parte dos investidores, oferecendo informações seguras, organizadas e de qualidade sobre projetos, de forma a facilitar a interlocução consistente e transparente entre os agentes públicos e privados.

No que diz respeito às ações de fortalecimento ao crédito, foi mantida parceria com instituições financeiras federais, promovendo a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Em 2013, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 9,2 bilhões em operações de capital de giro e investimento (posição set/2013), incremento de 18% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior (R\$ 7,8 bilhões).

Quanto ao financiamento de projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas, em função da Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, os agentes financeiros federais têm contratadas 234 operações de crédito, no montante de R\$ 1,8 bilhão, com investimentos totais da ordem de R\$ 2,6 bilhões, no período de 2010 até o terceiro trimestre de 2013 (Posição: Banco do Brasil - ago/2011; Banco do Nordeste - set/2013; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Out/2013; Banco da Amazônia - jun/2013; Caixa Econômica Federal - mar/2013). Os valores investidos viabilizaram a

reforma de 7,4 mil unidades habitacionais e promoveram o acréscimo de 11,6 mil quartos na capacidade hoteleira do País, em 2013.

O objeto do Fundo Geral do Turismo (FungeTur) é o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo MTur como de interesse turístico, a partir dos objetivos e metas traçados no Plano Nacional de Turismo (PNT). A atuação do FungeTur está concentrada no fomento e provisão de recursos voltados à infraestrutura do setor turístico.

Em 2013, foram formalizadas pela Caixa Econômica Federal, agente financeiro do Fundo, operações de financiamento da ordem de R\$ 81,2 milhões, que visam à renovação do aparelhamento turístico existente, mediante processos de reforma, modernização e ampliação, dos meios de hospedagem, centros de convenções, parques temáticos, e empreendimentos destinados a feiras, exposições e assemelhados. Para 2014 há expectativa de que deverão ser postos à disposição do setor recursos estimados em R\$ 35,9 milhões.

No âmbito da promoção da sustentabilidade (social, ambiental e cultural) e da qualidade do turismo brasileiro, destaca-se a continuidade do Programa Passaporte Verde. Trata-se de uma iniciativa de estímulo à adoção de práticas sustentáveis pelos turistas. Uma das ações é a distribuição de cartilhas que estimulam o turista a reconhecer seu papel como agente de contribuição para a conservação do meio ambiente.

O programa busca um relacionamento saudável com a natureza, com as comunidades e com a cultura dos destinos turísticos visitados. Iniciado em 2012, durante a Conferência Rio+20, o Passaporte Verde teve continuidade no ano corrente e concentrou suas ações junto aos albergues do País, sobretudo na alta temporada.

Em relação à sustentabilidade social e ao combate a situações de vulnerabilidade humana, foi realizada, antes e durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, uma grande campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de grande circulação de turistas. Foram distribuídos materiais publicitários nas seis cidades-sede do Evento: Salvador/BA, Brasília/DF, Fortaleza/CE, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG.

Além dos turistas, o material também chegou a hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens e empresas de transportes. A campanha do Governo Federal, sob o slogan "Proteja – não desvie o olhar" estimula a população a denunciar abusos pelo telefone, o "Disque 100".

As ações de combate à exploração sexual também ocorreram no período do carnaval e no fim do ano, quando começa a temporada de verão no País.

No âmbito da normatização da atividade turística foram dados passos importantes no compromisso de trabalhar em parceria com a cadeia produtiva para melhorar a competitividade do turismo brasileiro por meio da redução de impostos. As

operadoras e as agências de viagem poderão ser beneficiadas com isenção do Imposto de Renda em remessas efetuadas ao exterior para pagamento de despesas com a venda de pacotes.

O dispositivo consta da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013. Em outro normativo, os parques aquáticos ganharam isenção de tarifas para importação de equipamentos, o que contribui para incentivar a instalação e a modernização destes empreendimentos no Brasil. Estas novas situações somam-se às conquistas do setor turístico brasileiro já obtidas em 2012, quando da inclusão de categorias econômicas da cadeia turística no Plano Brasil Maior.

Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado e relançado em maio de 2013, após a realização inclusive de consultas públicas com representantes de todas as regiões do País. No desenho atual, o PRT promoverá um amplo diagnóstico das necessidades e potencialidades turísticas dos Municípios e regiões.

O diagnóstico será realizado tendo como base oito eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: 1) gestão descentralizada (visando à participação social e ao fortalecimento das entidades locais); 2) planejamento e posicionamento de mercado, (identificação da oferta de produtos); 3) qualificação profissional; 4) empreendedorismo e promoção de investimento; 5) infraestrutura (obras e instalações necessárias); 6) informação ao turista; 7) promoção e apoio à comercialização; e 8) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha "Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes", acessíveis pelo sítio institucional do Ministério do Turismo.

O Projeto Segmentação do Turismo é fundamental para dotar de maior qualidade os diferentes produtos turísticos ofertados pelo País. A iniciativa principal da Segmentação no primeiro semestre/2013 foi o apoio a Projetos de fortalecimento do Turismo Religioso.

Em abril, foi aberto processo seletivo para a apresentação de projetos relacionados ao tema, sendo selecionados cinco projetos voltados para a elaboração de planos de posicionamento de mercado para o produto turístico religioso.

O Segmento religioso assume grande importância para o País, inclusive com a realização, no segundo semestre, da Jornada Mundial da Juventude.

Outros assuntos correlatos à Segmentação e desenvolvidos no ano foram o Programa Turismo Acessível (pacote de incentivos à estruturação e promoção da acessibilidade); e as atividades do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico.

Significativa iniciativa correlata ao segmento da melhor idade foi o relançamento do Viaja Mais - Melhor Idade. O objetivo do projeto é movimentar o mercado brasileiro de turismo especialmente nos períodos de baixa temporada, por meio

da oferta de pacotes turísticos promocionais ao público da terceira idade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 23,5 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que corresponde a 12,1% da população brasileira. Por meio de parceria com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, os pacotes poderão ser parcelados pelo público em até 48 vezes com juros reduzidos.

Para participar do Viaja Mais - Melhor Idade, as operadoras precisam estar inscritas regularmente no Cadastur (sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turismo, executado pelo MTur em parceria com os órgãos oficiais de turismo dos 26 Estados e DF) e oferecer benefícios ou vantagens exclusivas para o público-alvo.

O projeto estuda ainda a possibilidade de ampliação dos benefícios para os trabalhadores e profissionais da cadeia do turismo, também com a oferta de linhas de financiamento especiais e descontos em pacotes.

Em relação ao cadastramento de prestadores turísticos brasileiros, foi publicada a Portaria MTur nº 197/2013, que tornou o Cadastur mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade.

Eles também passam a se beneficiar de diversas ferramentas oferecidas pelo Governo Federal para aumento da competitividade, como linhas de crédito em condições diferenciadas e programas de qualificação profissional. Além disso, os prestadores garantem a participação em ações promocionais do Ministério do Turismo.

O Cadastur é uma garantia para o consumidor, já que funciona como um guia de consulta que permite identificar os prestadores formalizados no País. Para algumas modalidades de serviço turístico, tais como meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo, o registro é obrigatório, conforme a Lei Geral do Turismo – Lei nº 11.771/2008.

Quanto às atividades de classificação dos prestadores de serviços turísticos, foram desenvolvidas em 2013 ações de estímulo à adesão dos empreendimentos ao Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass).

O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama e café. O processo de classificação, conduzido pelo Ministério do Turismo, consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade.

Já em relação às atividades de fiscalização dos prestadores turísticos, importante passo foi dado com a publicação da

Portaria MTur nº 311/2013. Por meio desta, o Ministério do Turismo vai poder advertir, multar, interditar e até solicitar o cancelamento do registro dos prestadores que estiverem atuando sem o cadastro no MTur, e que não apresentarem informações referentes ao exercício de suas atividades ou deixarem de fornecer dados sobre o perfil dos hóspedes, como taxa de ocupação, permanência média e número de hóspedes por unidade habitacional. A fiscalização dos estabelecimentos será feita por órgãos delegados como, por exemplo, secretarias estaduais de turismo, que serão treinadas em 2014.

O conjunto de projetos, ações e iniciativas tem o propósito de dotar o País de maior competitividade turística internacional e posicioná-lo como uma das três principais economias turísticas do mundo.

Em âmbito interno, o desafio é aumentar o Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos Indutores, nas 13 dimensões que o compõem (Infraestrutura Geral; Acesso; Serviços e equipamentos turísticos; Atrativos Turísticos; Marketing e promoção do destino; Políticas Públicas; Cooperação regional; Monitoramento; Economia Local; Capacidade Empresarial; Aspectos sociais; Aspectos Ambientais; e Aspectos Culturais). O Índice de Competitividade foi implementado em 2008 para avaliar o estágio de desenvolvimento e a evolução dos destinos indutores nestas 13 dimensões.

Os resultados do ano de 2013 já foram divulgados e encontram-se disponíveis para consulta no sítio do Ministério do Turismo. No fim do ano, o MTur ainda premiou as quatro melhores experiências identificadas durante o processo de coleta de informações do Índice. O objetivo é destacar ações que contribuam para o desenvolvimento do turismo e compartilhá-las com os demais destinos do país.

**Objetivo 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.**

Este objetivo conta com uma Iniciativa, 02W3 - Promoção, marketing e apoio à comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, vinculada ao combate à exploração sexual infanto-juvenil - Plano Aquarela e à Ação 20Y5 - Promoção Turística do Brasil no Exterior.

O ano de 2013 foi bastante profícuo para o turismo estrangeiro no Brasil, que cresceu a taxas acima da média mundial. De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), enquanto em todo o mundo, o turismo cresceu 5%, no Brasil o crescimento foi de 6%. Foi praticamente o triplo dos 2% verificados na média dos demais países da América do Sul. Com isso, o Brasil superou a marca inédita de seis milhões de turistas estrangeiros.

Outro fator que mostra o bom desempenho das políticas de promoção e divulgação do Brasil, realizadas pela Embratur, atarquia vinculada ao Ministério do Turismo, foi o aumento

da entrada de divisas por meio do turismo. Os turistas estrangeiros deixaram US\$ 6,7 bilhões na economia brasileira ano passado, consolidando crescimento de mais de 170% nos últimos 10 anos.

A realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude proporcionaram a estes destinos destaque nos principais meios de comunicação internacionais e atraíram milhares de turistas de todo o mundo. Esses dois megaeventos foram realizados com sucesso e demonstraram a capacidade do País em realizar eventos internacionais de todos os portes.

O mesmo ocorreu com a promoção turística internacional do Brasil realizada pela Embratur de 187 ações, entre as quais a participação em 22 feiras internacionais de turismo, garantindo uma grande exposição para a imagem do País no exterior.

A captação e realização desses megaeventos demonstram ainda que o Brasil tem se consolidado como um importante destino para a realização de eventos internacionais e que o turismo de eventos é um segmento estratégico para a economia do País, seja na captação de divisas, seja na geração de emprego e renda. Prova disso foi a divulgação, em maio de 2013, pela International Congress & Convention Association (ICCA) do último ranking mundial (de 2012) de países que mais realizam eventos internacionais no mundo.

O Brasil aparece em 5º lugar na realização de eventos internacionais, passa de 304 para 360 eventos internacionais realizados em território brasileiro. Isso significa que, em média, o País recebeu, praticamente, um evento internacional por dia do ano.

Outro fator positivo é a continuidade do movimento de interiorização dos eventos internacionais em diferentes cidades brasileiras. Alguns municípios tiveram um amplo crescimento, como Bento Gonçalves/RS (150%), Belo Horizonte/MG (117%), Foz do Iguaçu/PR (100%) e Búzios/RJ (80%). As capitais também tiveram crescimento vigoroso, como Brasília/DF (69%), Fortaleza/CE (60%), São Paulo/SP (27%) e Rio de Janeiro/RJ (20%). Esses resultados mostram que o aumento do número de eventos tem beneficiado diferentes regiões do País, o que é extremamente positivo para a economia local, já que cada turista de evento gasta, em média, três vezes mais que o turista de lazer.

A gastronomia das seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 (Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ) teve destaque em um evento exclusivo, paralelo ao Madrid Fusión, considerado o maior evento gastronômico do mundo, realizado no Mercado San Antón, e que contou com a participação de seis renomados chefs brasileiros.

O evento, realizado pela Embratur, foi voltado para formadores de opinião e jornalistas estrangeiros, com o objetivo de promover o turismo cultural do Brasil, apresentando diferentes destinos turísticos por meio de sua culinária.

O GOAL TO BRASIL, ação desenvolvida pela Embratur, teve parceria com o Ministério do Esporte, o Ministério da Cultura, o Ministério das Relações Exteriores e as Embaixadas Brasileiras, os governos dos Estados (secretarias municipais e estaduais de turismo de cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014), percorreu em 2013 as cidades de Bogotá, Madrid, Frankfurt, Londres, Lima, Montevidéu, Cidade do México, Los Angeles, Nova York e Amsterdam.

Voltado aos profissionais de turismo estrangeiros, este projeto contempla a realização de eventos que visam intensificar a promoção turística internacional do Brasil e contribuir para a ampliação da comercialização dos produtos e destinos turísticos brasileiros no exterior, destacando a diversidade natural e cultural do País.

A projeção do Brasil como destino turístico no exterior, além de contribuir para o aumento do fluxo de turistas estrangeiros, tem como objetivo incentivá-los a permanecer mais tempo no Brasil, visitando os destinos apresentados em um período (2012-2016) de grande exposição midiática, deixando como herança uma imagem fortalecida, ampliada e consolidada do País no mercado internacional.

O Seminário Turismo e Competitividade, realizado pela Embratur em 2013, reuniu empresários, associações ligadas ao turismo, parlamentares, representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. Foi pautado pela discussão de medidas que permitam ampliar a atratividade do turismo brasileiro frente a outros destinos turísticos internacionais, principalmente no quesito preços, potencializando os retornos financeiros para o país com a exposição dos megaeventos.

Além disso, em reunião da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur), um dos pontos altos da exposição foi o anúncio da proposta de lançamento de câmaras técnicas municipais para a defesa do consumidor, com o intuito de planejar ações rápidas relacionadas a questões que envolvam turistas estrangeiros durante viagens ao Brasil, vez que ele precisa de uma solução rápida e imediata e isso depende de um alinhamento, tanto de discurso como das atuações entre os diversos órgãos e áreas relacionadas ao turismo. E este alinhamento faz parte da imagem que o Brasil vai passar ao mundo. Assim, é tão importante que o produto Brasil, além da qualidade, tenha efetiva proteção ao consumidor.

Em 2013 foram promovidas as ações de comunicação voltadas à promoção turística do Brasil, por meio da realização de campanhas publicitárias, de press trips e do atendimento à imprensa internacional, além de diversas iniciativas de mídia digital.

Entre as ações realizadas, destaca-se a veiculação em sete países (Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, México, Argentina, Chile e Colômbia) do filme "Casa", voltado para os turistas que desejam visitar o Brasil em 2014, especialmente por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014. O filme faz uma analogia entre a beleza das paisagens brasileiras com os cômodos de uma casa, convida o turista a vir ao Brasil

e a sentir como se estivesse em sua própria casa, além de mostrar a preparação do Brasil para realizar os megaeventos e as melhorias que isso gerará para a população brasileira.

O portal Visit Brasil, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, reúne toda a promoção turística do Brasil, apresentada na forma de experiências que podem ser vivenciadas no País por turistas interessados em sol e praia, ecoturismo e aventura, cultura e esportes.

Com imagens e informações dos principais destinos turísticos brasileiros é um excelente canal de contato com os usuários (www.visitbrasil.com). Para marcar a data dos 500 dias para a Copa do Mundo FIFA 2014, foram finalizados os vídeos para divulgação internacional das 12 cidades-sede. Além disso, criou-se o aplicativo Brasil 360°, pensando nos turistas estrangeiros que virão ao Mundial. Os vídeos em 360° estão disponibilizados no site www.braziltour.com/360.

Outra importante iniciativa foi o lançamento do Brasil Home, um hotsite que promove o Brasil por meio das experiências naturais, gastronômicas, artísticas, literárias e esportivas que podem ser vivenciadas no País, demonstradas em vários ambientes de uma casa virtual. O conteúdo de cada cômodo é sensorial e rotativo, renovando-se continuamente com o propósito de despertar o interesse em conhecer o País.

Com vistas à sensibilização e informação ao turista foi lançado também o aplicativo "Câmbio Legal". Voltado ao turista

estrangeiro, é, também, importante fonte de informação aos prestadores de serviços turísticos brasileiros. Este aplicativo para aparelhos celulares foi desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BCB), com apoio do Ministério do Turismo, e lançado às vésperas da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude. O aplicativo localiza os pontos de câmbio em todo o País e indica ao usuário o local mais próximo (endereço, telefones, horário de funcionamento e demais serviços) para se comprar e vender moeda estrangeira.

As ações de relações públicas voltadas ao relacionamento com a imprensa internacional, por meio da prestação de informações, sugestão de pautas, distribuição de press releases, entrega de material promocional, realização de entrevistas e coletivas de imprensa, e da realização de press trips, trouxeram ao Brasil mais de 100 jornalistas, de 17 países. Essas ações resultaram em mais de 3.000 matérias publicadas em importantes veículos de comunicação no exterior.

#### Execução orçamentária do Programa 2076 – Turismo

A seguir, apresenta-se a Execução orçamentária do Programa 2076 – Turismo, dos exercícios de 2012 e de 2013 por Objetivos e por Ação. Em razão de mudanças no número de ações, de 26 em 2012 para 11 em 2013, não é possível analisar comparativamente a execução orçamentária por Objetivos, tampouco por Ações.

#### PROGRAMA TEMÁTICO/OBJETIVOS Valores em R\$ 1,00

Órgão Superior da UO: 54000					
Projeto/Atividade		Objetivo	2012	2013	
			Despesas Liquidadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar Não Processados Liquidados
0454	Financiamento da infraestrutura turística nacional	0737	32.119.487,00		
10V0	Apoio a projetos de infraestrutura turística		9.908.719,91	7.707.988,93	33.255.062,53
14TJ	Participação da União na implantação do programa de desenvolvimento do turismo - Prodetur			11.926.555,64	
2658	Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos		14.942,00	47.463,30	10.118,25
2C01	Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo		879.219,37	291.395,76	
4590	Qualificação, certificação e produção associada ao turismo		1.487.378,54	163.055,78	500.895,22
14KP	Adequação da infraestrutura turística pública para os grandes eventos esportivos	0738	2.668.222,80		1.705.481,98
20Y3	Promoção e marketing do turismo no mercado nacional	0739		39.133.478,09	
20Y4	Articulação e ordenamento turístico	0741		8.588.535,74	
20Y5	Promoção turística do Brasil no exterior	0740		93.795.054,84	

Fonte: Siafi.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA**  
Valores em R\$ 1,00

PROGRAMA: 2076	Valores Liquidados	
	2012	2013
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	187.012.461,17	161.653.528,08
RPNP (2)	0	95.528.894,85
Gastos Tributários	-	-

Fonte: Sistema Siop – obtido por soma dos Objetivos.

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Para que se possa traçar uma análise comparativa entre os exercícios de 2012 e 2013, para a totalidade do Programa 2076 – Turismo foi tomado o quadro “Orçamento Fiscal e da Seguridade Social” do Sistema Siop, da aba “Monitoramento”, item “Visão Programática”, subitem “Programa Temático”. Por este demonstrativo a Dotação Orçamentária cresceu 4,57% (LOA + Créditos) de 2012 para 2013; pelo lado da Execução Orçamentária, entre estes dois anos, o Empenho evoluiu 84,66%, enquanto os valores Liquidado e Pago retrocederam, em percentuais similares, em 13,56% e 13,37%, respectivamente.

**METAS QUANTITATIVAS**

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta Realizada até		% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013		
Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	1	33.852	7.959	17.601	52%	CGCI/MTur
Classificar 2.000 empreendimentos turísticos	1	2.000	23	51	2%	CGCI/MTur
Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo	1	186.750	39.392	124.965	67%	DCPAT/MTur
Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros	1	11,5 milhões	9,2 milhões	3,2 (*) milhões	-65% (*)	Infraero

Fonte: MTur.

(\*) Não estão computados os dados dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, por não mais participarem da estatística da Infraero. Guarulhos é o maior do Brasil, Brasília é o terceiro maior. Conclusão: a permanecer esta situação o indicador não terá mais validade (nos termos e metodologia que vinha sendo considerado).

**Análise das Metas Qualitativas****Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos**

A meta refere-se à quantidade de novos cadastros para os quatro anos do PPA 2012-2015.

Com o advento da Portaria nº 197, de 31 de julho de 2013, a inscrição e renovação dos prestadores de serviços turísticos tornaram-se mais ágeis e descomplicadas, desobrigando a apresentação do alvará de funcionamento, e também proporcionando benefícios aos guias de turismo como, por exemplo, o aumento da validade do cadastro de dois para cinco anos. Espera-se que a meta (33.852) seja superada no quadriênio.

**Classificar 2.000 empreendimentos turísticos**

O SBClass tem demonstrado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem. Com o acordo de cooperação Sebrae/MTur, o Sebrae torna-se o captador e disseminador do sistema. Espera-se que a meta do período seja superada.

O SBClass foi desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor de meios de hospedagem. Ainda assim, pelo caráter voluntário do sistema, a grande maioria dos meios de hospedagem ainda não aderiu ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões: i) O SBClass é um sistema pago, ao Inmetro, pelos custos da auditoria; ii) Ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os

benefícios em se classificar; iii) Muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema.

**Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo**

O Ministério realinhou as ações de qualificação e inseriu novo modelo de execução, como é o caso do Pronatec Turismo, estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao Pronatec Turismo, regulamentados pela Portaria nº 112, de 23 de maio de 2013. Ademais, o Ministério está trabalhando na concepção de uma Política Nacional de Qualificação em Turismo, com intuito de repensar o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento do País, elevando a competitividade mediante a qualificação profissional, com a valorização dos trabalhadores do setor.

**Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros**

Os dados de desembarques internacionais apurados junto à Infraero estão comprometidos, pois não estão computando os movimentos aeroportuários de Guarulhos, Campinas e Brasília, que tiveram suas gestões terceirizadas. Guarulhos é o primeiro aeroporto nos desembarques internacionais, Brasília é o terceiro nesse tipo de desembarque. Uma apuração sem esses aeroportos é completamente irreal. Ou seja, excluí-los do levantamento compromete a meta e não permite uma análise razoável.

### 4.33. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (MT)

O Brasil é um País de dimensões continentais, característica que impõe desafios para o equacionamento do volume de investimentos necessários para dotar o País de infraestrutura adequada, apoiada em uma matriz de transportes equilibrada.

A política pública atual para o setor está fundamentada no resgate do planejamento e no fortalecimento da capacidade de gestão para atender a demanda por transportes imposta pelo crescimento econômico nacional e internacional.

Dessa forma, o Ministério dos Transportes busca alcançar um novo patamar de investimentos em transportes por meio de aportes de capital público e do setor privado que visa ações no sentido de: i) estruturar corredores para escoamento da produção; ii) estimular a participação dos modos hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade; iii) reduzir os níveis de ineficiência quanto a custos, tempo de viagens e segurança; e iv) consolidar a integração territorial do Brasil e sua interligação com os países limítrofes, fortalecendo a integração da América do Sul.

O Governo continua investindo para proporcionar uma infraestrutura de transporte rodoviário de melhor qualidade para o usuário.

Atualmente, estão em execução contratos de manutenção em 52.235,8 km da malha rodoviária federal pavimentada.

Em 2013, foi consolidado o Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), que consiste em implantar e manter a sinalização horizontal, vertical e suspensa, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito.

O referido programa substituiu o Programa de Sinalização nas Rodovias Federais (Prosinal) e o Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas), inovando com contratos de manutenção por desempenho. As empresas que atuam no BR-Legal têm contratos com vigência de cinco anos e desempenho constantemente avaliado para que padrões de excelência sejam alcançados.

Como estratégia para aumentar a participação do modal hidroviário, foi concluído o Plano Hidroviário Estratégico (PHE). O plano contempla propostas de caráter institucional e intervenções em infraestrutura.

Este plano inclui as seguintes hidrovias, que apresentam fluxo de carga igual ou superior a 50 mil toneladas anuais: Solimões/Amazonas, Negro, Madeira, Tapajós, Tocantins, São Francisco, Paraguai, Tietê/Paraná e Hidrovias do Sul.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos programas de concessão no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL), o patamar de investimentos está sendo ampliado com participação do setor privado.

Assim, o Governo Federal, em 2013, aprimorou os programas

de concessão rodoviário e ferroviário, com adoção de nova modelagem que tem como principais diretrizes a provisão de uma malha ampla, segura e de maior capacidade, moderna e integrada, capaz de atender com modicidade tarifária, cadeias de suprimentos eficientes e competitivas.

Dentre os Programas Transporte Rodoviário e Ferroviário que compõem o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), destacam-se os Objetivos 0130, 0149 e 1002, referentes a concessões e fiscalizações rodoviárias e ferroviárias, analisados a seguir:

#### 4.33.1. Programa 2075 – Transporte Rodoviário

A malha constituída pelas rodovias nacionais, por seu grande alcance e capilaridade dentro do território nacional, permite distinguir o Transporte Rodoviário como um importante fator para o crescimento econômico e social do País.

Assim, as rodovias devem ser constantemente mantidas, para estarem sempre em condições adequadas para o transporte.

Em 2013 novas concessões rodoviárias foram consolidadas como mais uma alternativa para a expansão de investimentos neste importante Programa. Busca-se ampliar a disponibilidade do Transporte Rodoviário nacional, com segurança e conforto para seus usuários com modicidade tarifária.

**Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.**

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários.

Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos. O programa de concessão rodoviário está estruturado em três etapas.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.482,4 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrangeu 2.600,8 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Para as concessões da Segunda Etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) (Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Regis Bitencourt, Autopista Fernão Dias, Rodovia do Aço, Autopista

Fluminense, Transbrasiliana e ViaBahia) para execução das obras com cronogramas em atraso.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais.

Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012, portanto não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento

ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como devem orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais.

Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

A seguir, quadro com os valores liquidados do Objetivo 0130 do Programa 2075 – Transporte Rodoviário, relativo aos exercícios de 2012 e 2013:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0130 DO PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO**  
R\$ milhões

PROGRAMA "2075"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No exercício	0130	34,3	19,8
RPNP		3,9*	5,1
Gastos Tributários**		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>38,2</b>	<b>24,9</b>

Fonte: Siafi, janeiro de 2014.

\*Restos a pagar não processados (RPNP) se referem a programa anterior ao PPA 2012-2015, cuja ação migrou para o programa 2075.

\*\* Não é possível vincular o gasto tributário a um objetivo específico.

O Objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R\$ 38,2 milhões liquidados correspondem a 72,5% dos recursos disponíveis no exercício de 2012 (R\$ 43,9 milhões empenhados no exercício somados aos R\$ 8,8 milhões inscritos em restos a pagar não processados, totalizando R\$ 52,7 milhões).

Já em 2013, foram liquidados R\$ 24,9 milhões, correspondente a 75,5% dos recursos disponíveis em 2013 (R\$ 25,2 milhões empenhados no exercício acrescidos de R\$ 7,8 milhões inscritos em RPNP, totalizando R\$ 33,0 milhões).

Destaca-se que os recursos disponibilizados para os anos de 2012 e 2013 foram suficientes para o cumprimento das metas de fiscalização anuais propostas.

Ressalta-se que a meta física prevista para 2013 foi de 1.170

vistorias e o resultado alcançado foi de 1.982, superando a previsão em 69,40%. É importante apontar que houve alteração da metodologia de fiscalização, com consequente mudança no escopo do plano de fiscalização no ano de 2013. O Plano Anual de Fiscalização passou a considerar como completa a vistoria quando o trecho rodoviário foi percorrido e verificado integralmente.

A seguir, apresenta-se análise das metas do Objetivo 0130 do Programa 2075 – Transporte Rodoviário.

**Meta: Conceder 8.044 km das rodovias.**

A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa 2075 - Transportes Rodoviários abarca todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

Fase I compreende as rodovias BR-040/MG/GO/DF, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ.

Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES a Mucuri/BA.

Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre Entroncamento da BR-163/MG a Betim/MG; BR-101/BA, no trecho entre Feira de Santana/BA a Mucuri/BA; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO a Divisa MG/SP; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original acima descrito evoluiu com as seguintes considerações:

- No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
- Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km

com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;

- Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) a Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) e TO-080, entre Paraíso de Tocantins a Palmas (189,2 km);
- Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia;
- No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG;
- Com relação às BR-101/BA, BR-262/ES/MG e BR-116/MG estão sendo realizadas revisões de modelagem a serem submetidas ao Tribunal de Contas da União.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 4.723,9 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - TERCEIRA ETAPA							
RODOVIA - BR	ESTADO	KM	FASE	SITUAÇÃO ATUAL	EMPRESA VENCEDORA	DESÁGIO	TARIFA R\$/100 KM
040	MG/GO/DF	936,8	I	Leilão realizado em dezembro de 2013	Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - Invepar	61,13%	3,787
116	MG	816,7	I	Em estudo	-	-	-
101	ES/BA	475,9	II	Contrato assinado em abril de 2013	Consórcio Rodovia Capixaba	45,63%	3,391
163	MS	847,2	III	Leilão realizado em dezembro de 2013	Companhia de Participações em Concessões - CPC	52,74%	4,381
163	MT	850,9	III	Leilão realizado em novembro de 2013	Odebrecht Transport S/A	52,03%	2,638
153	TO/GO	624,8	III	Em estudo	-	-	-
060/153/262	DF/GO/MG	1.176,50	III	Leilão realizado em dezembro de 2013	Triunfo Participações e Investimentos	52,00%	2,851
101	BA	772,3	III	Em estudo	-	-	-
050	GO/MG	436,6	III	Contrato assinado em dezembro de 2013	Consórcio Planalto	42,38%	4,534
262	ES/MG	375,6	III	Em estudo	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>7.313,3</b>					

Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0130 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA* 2012 - 2015	META REALIZADA**		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Conceder 7.313,3 km das rodovias	Km	7.313,3	0	912,5	12,50%	Slp, janeiro de 2014.

\*Considera-se meta prevista a meta readequada

\*\*Considera-se meta realizada o contrato assinado

Pode-se concluir que houve redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicial prevista para as concessões rodoviárias.

Ressalta-se que a extensão de 912,5 km (12,50%) se refere somente aos contratos assinados. No entanto, com os leilões já realizados em 2013, estão em fase de contratação outros 3.811,4 km, totalizando a concessão de 4.723,90 km, que corresponde a 64,6% da meta readequada prevista para o período de 2012 a 2015.

Com o efetivo cumprimento da meta, os benefícios esperados em prol da sociedade são eliminação de gargalos, ampliação da capacidade de transporte e redução dos custos operacionais dos veículos, integração da malha viária estratégica, aumento da competitividade nacional, crescimento sustentável, geração de empregos e arrecadação de tributos.

#### 4.33.2. Programa 2072 – Transporte Ferroviário

O modo de transporte ferroviário se destaca ao possibilitar o deslocamento de um grande volume de cargas por percursos terrestres mais longos, com maior eficiência energética. Assim, a ferrovia é capaz de gerar economia no transporte para setores importantes de nossa economia, como o agronegócio e a indústria de base, nacionais.

Configura, portanto uma opção segura e estratégica para a busca por maior desenvolvimento econômico e social do País.

Com a atualização em 2013 do PPA 2012-2015, foi criado dentro do Programa 2072 o Objetivo 1002 que contempla as atividades referentes às concessões ferroviárias.

É importante destacar que o Objetivo foi elaborado a partir da instituição do Programa de Investimentos em Logística (PIL). A meta referente à implantação do novo modelo de concessão ferroviária migrou do Objetivo 0149 para o Objetivo 1002.

**Objetivo 0149: Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.**

O transporte intermodal e multimodal é uma atividade básica que trata da movimentação de mercadorias, caracterizada pela utilização de mais de uma modalidade de transporte, da origem até o destino final.

A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela

divisão de responsabilidade entre os transportadores. Na multimodalidade existe a emissão de apenas um documento de transporte (conhecimento de transporte) cobrindo o trajeto total da carga. Este documento é emitido pelo Operador de Transporte Multimodal (OTM), que é a pessoa jurídica responsável pela realização do transporte de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

O OTM assume a responsabilidade pelos prejuízos resultantes de perda, por danos ou avaria nas cargas sob sua custódia, assim como por aqueles decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo acordado.

Seus serviços incluem, além do transporte, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.

Dessa forma, um único operador multimodal e um único conhecimento de transporte podem ser considerados como elementos facilitadores da operação de transporte, ao eliminar os entraves burocráticos das transferências intermodais, possibilitando, assim, uma maior dinamização na contratação dos serviços por parte do cliente, propiciando menor custo e maior eficiência.

Em 2013, foram habilitados 63 operadores de transporte multimodal, totalizando 447 OTM que obtiveram prévia habilitação e registro no órgão regulador.

A implantação de pátios intermodais contribui para incentivar a entrada de novos operadores de transporte multimodal devido à facilidade de integração entre os vários modais de transporte, otimizando a escolha do meio mais eficiente.

A seguir, apresenta-se análise das metas do Objetivo 0149 do Programa 2072 – Transporte Ferroviário:

**Meta: Construção de nove integrações intermodal e multimodal.**

Uma das medidas adotadas para fortalecer a competitividade no sistema ferroviário é a implementação de nove pátios intermodais, que são complexos logísticos que facilitam a integração entre diversos modais, reduzindo custos de transportes e agilizando a circulação de mercadorias.

Foi prevista na meta do PPA 2012-2015 a construção de nove pátios, sendo cinco no trecho Palmas/TO – Anápolis/GO e dois no trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP,

na Ferrovia Norte-Sul, um em Campo Grande/MS e um em Serrana/SP, conforme a seguir:

INTEGRAÇÃO INTERMODAL	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Pátio de Palmas/Porto Nacional/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída
Pátio de Gurupi/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída
Pátio de Anápolis/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 26% de execução
Pátio de Uruaçu/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 20% de execução
Pátio de Porangatú/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 50% de execução
Pátio de São Simão/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra iniciada em 2013, com 60% de execução
Pátio de Estrela D'Oeste/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra ainda não iniciada
Terminal de Campo Grande/MS	Campo Grande/MS	91% de execução *
Polo de Serrana/SP	Serrana/SP	Obra ainda não iniciada **

Fonte: Valec e DNIT, janeiro de 2014.

\*A construção do Terminal Intermodal de Campo Grande/MS é uma obra conveniada com Prefeitura Municipal de Campo Grande. Em 2012, foram executados 10,6% do empreendimento. Já no exercício de 2013 não houve execução física, tendo em vista que o projeto em fase de obra está em processo de revisão para posterior retomada dos serviços.

\*\* Em 2012, foi publicado o edital de licitação para a execução das obras de construção do Polo Intermodal de Cargas de Serrana/SP. Já em 2013, foi concluído o certame licitatório, entretanto, a assinatura do contrato depende da emissão da Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de desapropriação da área necessária para a implantação da obra.

As metas previstas e realizadas para o Objetivo 0149 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Construção de nove integrações intermodal e multimodal	Unidade	9	0	2	22,2%	Siop, em janeiro de 2014.

Pode-se concluir que foram construídos dois pátios de integração intermodal correspondentes a 22,2% da meta proposta. Ainda está em andamento a construção de mais cinco pátios (55,6%), o que totalizará 77,8% da meta a ser alcançada até 2015.

Dada a sua importante função logística e com o efetivo cumprimento da meta até 2015, a implantação dos pátios trarão grandes benefícios econômicos e sociais para as regiões onde serão implantados.

Além dos empregos e da renda gerados diretamente por sua construção e posterior operação, os pátios serão indutores de desenvolvimento regional, estimulando investimentos em localidades próximas.

Não houve execução orçamentária e financeira em 2012 e 2013, tendo em vista que os recursos aplicados nos pátios estão contidos nos trechos referentes às obras do Tramo Sul e Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, conforme ações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com relação ao pátio intermodal de Campo Grande/MS, os valores foram repassados, anteriormente a 2012, à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, por meio de convênio. Quanto ao pátio de Serrana/SP, a obra ainda não foi iniciada.

**Objetivo 1002 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.**

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias.

Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o

desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes. Em agosto de 2012, foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que contemplou um novo modelo de concessão para o setor ferroviário. A seguir, quadro dos valores liquidados do Objetivo 1002 do Programa 2072 – Transporte Ferroviário, relativo aos exercícios de 2012 e 2013.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 1002 DO PROGRAMA 2072 – TRANSPORTE FERROVIÁRIO**  
R\$ milhões

PROGRAMA "2072"	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS	
		2012	2013
No exercício	1002**	8,6	7,2
RPNP		1,7*	1,3
Gastos Tributários***		0	0
<b>TOTAL</b>		<b>10,3</b>	<b>8,5</b>

Fonte: Siafi, janeiro de 2014.

\*Restos a pagar não processados (RPNP) se referem a programa anterior ao PPA 2012-2015, cuja ação migrou para o programa 2072.

\*\*O Objetivo 1002 foi criado com a atualização do PPA 2012 - 2015, no ano de 2013, a partir do desmembramento do Objetivo 0149.

Dessa forma, os valores liquidados no exercício de 2012, bem como os restos a pagar não processados (RPNP), migraram do Objetivo 0149 para o Objetivo 1002.

\*\*\*Não é possível vincular o gasto tributário a um objetivo específico

O objetivo 1002 contempla uma única ação (2348) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura ferroviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R\$ 10,3 milhões liquidados correspondem a 74,6% dos recursos disponíveis no exercício de 2012 (R\$ 10,8 milhões, empenhados no exercício, somados aos R\$ 3,0 milhões inscritos em restos a pagar não processados, totalizando R\$ 13,8 milhões).

Já em 2013, foram liquidados R\$ 8,5 milhões, correspondente a 64,4% dos recursos disponíveis em 2013 (R\$ 11,5 milhões empenhados no exercício acrescidos de R\$ 1,7 milhão inscritos em RPNP, totalizando R\$ 13,2 milhões).

Ressalta-se que os recursos disponibilizados para os anos de 2012 e 2013 foram suficientes para o cumprimento das metas de fiscalização anual propostas.

Em 2013, o desempenho físico da ação alcançou o quantitativo de 12 concessionárias fiscalizadas, que correspondeu a 100% da meta. É importante apontar que houve alteração da metodologia realizada, com conseqüente mudança no escopo do plano de fiscalização no ano de 2013.

O novo plano objetiva orientar as atividades de fiscalização no sentido de acompanhar a prestação dos serviços de transportes de cargas outorgados definiu um novo conceito para as inspeções, de maneira que, via de regra e para determinado trecho de linha, tais atividades passaram a contemplar as verificações relativas ao estado de conservação e de segurança das vias férreas, juntamente com as observações do estado de conservação de todos os ativos

arrendados (edificações, vagões, locomotivas e outros), das operações dos trens, e, ainda, das condições das oficinas de manutenção do material rodante.

A seguir, apresenta-se análise das metas do Objetivo 1002 do Programa 2072 – Transporte Ferroviário.

**Meta: Implantar novo modelo de concessão ferroviária.**

O novo modelo de concessão ferroviária, denominado horizontal, integra as ações do PIL e objetiva garantir livre acesso de transportadores aos trilhos para promover a competitividade, com esperada queda de preço no transporte de cargas no País.

Constitui-se de um modelo que visa separar as atividades de gestão de infraestrutura (manutenção de via e licenciamento de trens) das operações de transporte (operação dos trens), diferentemente do modelo vertical, em que a empresa responsável pela concessão controla a infraestrutura, a operação e a comercialização dos serviços de transporte ferroviário na sua área de atuação.

O Governo Federal será peça importante do novo modelo, tendo a função de gerir e planejar a alocação da capacidade de transporte das ferrovias.

Por meio da celebração de contratos com as concessionárias, adquirirá 100% da capacidade operacional da ferrovia, como forma de assumir o risco de demanda. Posteriormente, venderá essa capacidade a operadores independentes, aos quais serão outorgadas autorizações para o transporte de cargas, desvinculados da exploração da infraestrutura ferroviária, com base em critérios objetivos, transparentes e isonômicos.

Para implantar o novo modelo de concessões, um conjunto de ações foram estabelecidas.

Essas ações envolvem aperfeiçoamentos da legislação vigente, expedição de decretos presidenciais e de resoluções regulamentárias.

O processo se iniciou com a expedição de resoluções regulamentárias, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2011, com o objetivo de estabelecer o marco regulatório para que as antigas concessões, denominadas de verticais, possam conviver com as concessões horizontais, em regime de operação integrada do Subsistema Ferroviário Federal (SFF), parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV).

Dessa forma, destaca-se: Resolução nº 3.694, a qual aprova o regulamento dos usuários de serviço de transporte ferroviário de cargas; Resolução nº 3.695, a qual aprova o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo e Resolução nº 3.696, a qual aprova o regulamento para a pactuação de metas de produção por trecho e acidentes das concessionárias ferroviárias.

Posteriormente, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, foi alterada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012, de forma a possibilitar a outorga, sob a modalidade de autorização, dos serviços de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura ferroviária, por operador ferroviário independente.

Com a publicação do Decreto nº 8.134/2013 houve a reestruturação da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa do Governo Federal que irá gerenciar a capacidade da malha ferroviária concedida.

Para viabilizar a implantação do novo modelo será necessária a edição de novos regulamentos que deverão abordar regras de segurança para a circulação de trens, padronização dos sistemas de sinalização e comunicações ferroviárias e a atuação do operador ferroviário independente.

**Meta: Realizar estudos para a concessão de 10.417 km em trechos ferroviários federais.**

A Meta em questão abrange os estudos dos seguintes trechos ferroviários:

LOTE DE ESTUDO - PIL		EXTENSÃO (KM)	SITUAÇÃO DO ESTUDO	AÇÕES REALIZADAS
1	Açailândia - Barcarena	457	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
2	Estrela D'Oeste - Dourados	659	Concluído	Tomada de subsídio e audiência pública.
3	Lucas do Rio Verde - Campinorte	883	Concluído	Tomada de subsídio, audiência pública e envio ao TCU.
4	Maracaju - Lapa	989	Concluído	Tomada de subsídio.
5	Nova Iguaçu - Vila Velha	572	Concluído	Tomada de subsídio.
6	Feira de Santana - Ipojuca	882	Concluído	Tomada de subsídio.
7	Corinto - Campos	-	Em andamento	-
8	Anápolis - Corinto	775	Concluído	-
9	Mairinque - Rio Grande	1653	Concluído	Tomada de subsídio.
10	Belo Horizonte - Candeias	1102	Concluído	Tomada de subsídio.
11	Lapa - Paranaguá - Pontal do Paraná	198	Concluído	Tomada de subsídio.
12	Ferroanel Sul	-	Em andamento	-
13	Ferroanel Norte (Perus - Jundiá; Perus - Manoel Feio)	-	Em andamento	-
14	Feira de Santana - Juazeiro - Parnamirim	621	Em andamento	-
15	Ferrovia Norte Sul (Ouro Verde - Estrela D'Oeste; Porto Nacional - Anápolis)	1536	Concluído	-

Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

Até o momento, foram realizados estudos de viabilidade em 10.327,0 km do total proposto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), conforme quadro acima.

Vale ressaltar que os trechos Ouro Verde/GO - Estrela d'Oeste/SP (681 km) e Porto Nacional - Anápolis/GO (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram reestudados visando

a sua readequação ao novo programa.

É importante destacar que se encontram em andamento outros estudos, como demonstrado no quadro acima, que após conclusão, poderão compor o mencionado Programa.

Com os estudos concluídos até o momento, os trechos que comporão o programa de concessões ferroviárias são os descritos no quadro a seguir.

TRECHOS A SEREM CONCEDIDOS - PIL		EXTENSÃO (KM)
1	Açailândia - Barcarena	457
2	Estrela D'Oeste - Dourados	659
	Ouro Verde - Estrela D'Oeste	681
3	Lucas do Rio Verde - Campinorte	883
	Porto Nacional - Anápolis	855
4	Maracaju - Lapa	989
5	Nova Iguaçu - Vila Velha	572
6	Feira de Santana - Ipojuca	882
7	Anápolis - Corinto	775
8	Mairinque - Porto Amazonas	532
9	Lapa - Vacaria	508
10	Vacaria - Rio Grande	613
11	Belo Horizonte - Guanambi	607
12	Manoel Vitorino - Candeias	495
13	Lapa - Paranaguá	154
	Ramal Pontal do Paraná	44
14	Feira de Santana - Juazeiro - Parnamirim	621

Fonte: ANTT, janeiro de 2014.

As metas previstas e realizadas para o Objetivo 1002 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013		
Realizar estudos para a concessão de 10.417 km em trechos ferroviários federais	Km	10.417	0	10.327	99%	Siop, janeiro de 2014.

Até 2013, foram estudados 10.327 km de ferrovias que correspondem a 99% da meta estipulada para os quatro anos do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Com a consolidação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), objetiva-se implantar no Brasil um sistema de transporte integrado, e de maior capacidade, com articulação entre os modais logísticos e as cadeias produtivas.

**ANEXO - INDICADORES DOS PROGRAMAS DO PPA 2012-2015**

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2012	Agricultura Familiar	Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	Censo Agropecuário	Decenal	31/12/2006	80.250.453,00	31/12/2006	80.250.453,00	31/12/2006	80.250.453,00	0,00
2012	Agricultura Familiar	Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R\$ bilhão	Plano Safra 2011/2012	Anual	30/06/2011	16,00	04/07/2012	18,00	06/06/2013	39,00	116,67
2012	Agricultura Familiar	Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R\$/ha	Censo Agropecuário	Decenal	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89	0,00
2012	Agricultura Familiar	Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R\$	IBGE/PNAD	Anual	01/09/2009	337,07	30/09/2011	414,28	30/09/2012	441,30	6,52
2012	Agricultura Familiar	Valor bruto da produção da agricultura familiar	R\$	Censo Agropecuário	Decenal	31/12/2006	54.367.701,00	31/12/2006	54.367.701,00	31/12/2006	54.367.701,00	0,00
2013	Agricultura Irrigada	Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	Censo Agropecuário	A cada censo ou contagem	30/12/2006	4.453.925,00	31/12/2006	4.453.925,00	30/12/2006	4.453.925,00	0,00
2013	Agricultura Irrigada	Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	Ministério da Integração Nacional	Anual	30/12/2010	51,00	17/01/2012	59,00	31/12/2012	61,60	4,41
2013	Agricultura Irrigada	Porcentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	IBGE - Censo Agropecuário	A cada censo ou contagem	30/12/2006	11,19	31/12/2006	11,19	30/12/2006	11,19	0,00
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	Entidades Públicas, Privadas e Laboratório Virtual Multinstitucional para as Ações de Monitoramento, Reporte e Verificação-MRV	Anual	01/01/2011	0,00	31/12/2012	0,00	31/12/2013	0,00	
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Área plantada com grãos	ha	CONAB - Relatórios de Levantamento de Safra	Anual	31/10/2010	47.415.700,00	31/12/2012	50.885.200,00	30/11/2013	53.870.000,00	5,87

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

564

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	Deagro/SPAM/MA	Anual	31/12/2010	3.148,00	31/12/2012	3.177,00	31/12/2012	3,18	-99,90
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	Entidades públicas (Cadastro nacional da produção Orgânica) e privadas (APDC)	Anual	01/01/2011	40,00	31/12/2012	43,00	30/12/2013	43,58	1,35
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Evolução da produção de carnes	%	CONAB	Anual	30/06/2010	2,83	31/08/2012	-1,75	30/11/2013	0,30	-117,14
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Evolução da produção nacional de grãos	%	CONAB - Relatórios de levantamento de safra	Anual	31/12/2010	10,45	31/12/2012	2,07	30/11/2013	12,45	501,45
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	MAPA/SRI	Anual	31/12/2009	5,04	20/12/2012	5,55	20/12/2013	5,65	1,80
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	DEGER/SPAM/MA e IBGE	Anual	31/12/2010	7,83	31/01/2013	7,89	19/12/2013	4,17	-47,15
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Produção nacional de grãos	tonelada	CONAB Relatórios de Levantamento de Safra	Anual	31/10/2010	149.254.900,00	31/12/2012	166.172.100,00	30/11/2013	186.864.100,00	12,45
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	Balanco Energético Nacional (BEN) - Calculado pela EPE/MME	Anual	31/12/2009	79,00	31/12/2011	80,00	31/12/2011	80,00	0,00
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	MAPA/ SDA / Cosafia	Anual	31/12/2010	13,19	31/12/2011	12,19	27/12/2013	11,45	-6,07

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	CONAB	Anual	31/12/2010	11,35	31/12/2012	1,95	30/11/2013	6,61	238,97
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	IBGE	Anual	31/12/2010	3,67	31/12/2012	3,58	18/12/2013	3,83	6,98
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	SR/MAPA	Anual	31/12/2010	10,00	31/12/2012	1,97	20/12/2013	2,32	17,77
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	DEAGRI/SPA/MAPA	Trimestral	31/12/2010	3,37	31/01/2013	0,96	30/09/2013	1,57	63,54
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	MDIC / SECEX	Anual	31/12/2010	4,68	31/12/2012	6,21	31/12/2012	6,21	0,00
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); DAB e base demográfica do IBGE.	Anual	01/01/2010	63,17	30/11/2012	65,04	31/12/2013	64,70	-0,52
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura das equipes de saúde bucal	%	Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); DAB e base demográfica do IBGE.	Anual	01/01/2010	34,30	30/11/2012	36,70	31/12/2013	38,00	3,54

566 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura das equipes de saúde da família	%	Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); Departamento de Atenção Básica (DAB) e base demográfica do IBGE.	Anual	01/01/2010	52,75	30/11/2012	54,84	31/12/2013	56,40	2,84
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular.	unidade	DAF/SCTIEMS	Anual	01/01/2010	2.467,00	31/12/2012	3.790,00	31/12/2013	4.119,00	10,43
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); Departamento de Atenção Básica (DAB)	Anual	01/01/2010	33,00	31/12/2012	39,67	31/12/2013	51,70	30,33
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Cobertura vacinal contra gripe	%	SI-FNI/CGPNI/Devep/ SVS	Anual	01/01/2010	82,77	31/12/2012	82,14	31/12/2013	87,96	7,09
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Coefficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	Sinar/ SVS/MS	Anual	21/12/2011	1,54	31/12/2012	1,51	31/12/2013	1,30	-13,91
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Esperança de vida ao nascer	ano	IBGE - projeções populacionais para o Brasil e grandes regiões (1991-2020)	Trienal	01/01/2008	73,00	31/12/2010	73,40	31/12/2012	74,50	1,50
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Incidência de Sífilis Congênita	unidade	Sinar/SVS/MS.	Anual	31/12/2009	5.093,00	31/12/2011	9.393,00	31/12/2012	11.314,00	20,45

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	Programa de Qualificação da Saúde Suplementar (componente operadoras) através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GSS/DIDES. Bases de dados: CADOP.	Anual	01/01/2010	60,00	31/12/2012	68,46	31/12/2013	65,86	-3,80
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); DAE e base demográfica do IBGE.	Anual	01/01/2010	44,00	31/12/2012	44,00	31/12/2013	110,00	150,00
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	Cnes/Dape/SAS.	Anual	01/01/2010	88,00	31/12/2012	80,40	31/12/2013	84,50	5,10
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	Sisagua/SVS	Anual	31/12/2010	0,00	21/12/2012	67,00	31/12/2012	67,22	0,33
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice de realização de transplantes	1/1.000.000	Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); DAE e Sistema Nacional de Transplante (SNT) e base demográfica	Anual	01/01/2010	122,70	31/12/2012	128,30	31/12/2013	120,50	-6,08
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice Implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	DAB/SAS.	Anual	31/12/2011	67,95	31/12/2012	72,70	31/12/2013	76,10	4,68

568 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Índice parasitário anual (IPA) da malária	1/1.000	Sivep-Malária/SVS/MS; Sinar/SVS/MS e bases de dados demográficos do IBGE	Anual	01/01/2008	18,70	31/12/2012	9,20	31/12/2013	7,12	-22,61
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	SVS	Anual	01/01/2010	0,00	31/12/2012	155,00	31/12/2013	305,00	96,77
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Razão de mortalidade materna	1/100.000	Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS); Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)	Anual	31/12/2009	72,00	31/12/2010	68,20	31/12/2011	64,80	-4,99
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Regiões de Saúde com Contratos Organizacionais de Ação Pública - COAP assinado	%	SGEP CIT	Anual	01/01/2010	0,00	31/12/2012	5,50	31/12/2013	5,50	0,00
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de incidência de Aids	1/100.000	Sinar/ SVS/MS e dados demográficos do IBGE.	Anual	31/12/2009	20,60	31/12/2011	21,10	31/12/2012	20,20	-4,27
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	Sinar/ SVS/MS	Anual	31/12/2009	38,07	31/12/2011	38,26	31/12/2012	37,28	-2,56
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	SIM/SVS/MS	Anual	01/01/2007	84,00	31/12/2010	92,40	31/12/2011	94,40	2,16

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	Ministério da Saúde; Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e para o cálculo direto. IBGE. Diretoria de Pesquisas (DPE). Coordenação de P	Anual	31/12/2009	16,80	31/12/2010	16,00	31/12/2011	15,30	-4,38
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	Direto: SIM e Sinasc. Indireto: IBGE. Diretoria de Pesquisas (DPE). Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis). Projeções de população do Brasil, 1991-2030.	Anual	01/01/2007	11,00	31/12/2010	8,50	31/12/2011	8,10	-4,71
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	Direto: SIM e Sinasc. Indireto: IBGE. Diretoria de Pesquisas (DPE). Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis). Projeções de população do Brasil, 1991-2030.	Anual	01/01/2007	3,30	31/12/2010	2,80	31/12/2011	2,50	-3,85
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	SIM/SVMSMS	Anual	01/01/2007	162,90	31/12/2010	171,10	31/12/2011	174,20	1,81
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa de prevalência de excesso de peso	%	Sisvat/ DAB/SAS. POF-2003/IBGE.	Anual	01/01/2003	42,70	31/12/2009	48,60	31/12/2012	50,60	4,12

570 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Taxa incidência de dengue	1/100.000	Sinan/ SVS/MS	Anual	01/01/2009	299,35	31/12/2011	400,50	31/12/2012	301,47	-24,73
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	SPM	Bianual	31/12/2010	81,69	31/12/2012	70,40	31/12/2013	68,70	-2,41
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	SPM	Anual	31/05/2011	44,40	31/12/2012	40,74	30/11/2013	72,70	78,45
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	Munic/IBGE	Bianual	30/09/2009	3,50	30/09/2009	3,50	30/09/2009	3,50	0,00
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	SPM	Anual	31/05/2011	28,50	31/12/2012	21,88	31/12/2013	39,00	78,24
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	SPM	Anual	31/05/2011	81,50	31/12/2012	92,60	31/12/2013	92,60	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	SPM	Anual	31/05/2011	5,30	31/12/2012	7,50	31/12/2013	10,40	38,67
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	SPM	Anual	30/04/2011	499,00	31/12/2012	584,00	31/12/2013	531,00	-9,08
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	SPM	Anual	31/12/2010	8.719,00	31/12/2012	1.673,00	31/12/2013	7.989,00	377,53
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	SPM-Ouvidoria da Mulher	Anual	31/12/2012	20,00			31/12/2013	18,00	
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	SPM	Anual	31/05/2011	886,00	31/12/2012	973,00	31/12/2013	1.000,00	2,77
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	IBGE/PNAD	Anual	26/09/2009	66,50	30/09/2011	69,80	30/09/2012	69,40	-0,57

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

572

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	SPM	Anual	31/12/2010	14,77	31/12/2012	12,11	30/06/2013	12,28	1,40
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	SPM-Ouvidoria da Mulher	Anual	31/12/2012	52,63			31/12/2013	43,11	
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	IBGE/PNAD	Anual	26/09/2009	1,39	30/09/2011	1,42	30/09/2012	1,42	0,00
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	IBGE/PNAD	Anual	30/09/2009	9,60	30/09/2011	8,40	30/09/2012	8,40	0,00
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	IBGE/PNAD	Anual	30/09/2009	27,01	30/09/2011	29,90	30/09/2012	28,45	-4,85
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	IBGE/PNAD	Anual	30/09/2009	18,40	30/09/2011	20,80	30/09/2012	21,20	1,92

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	MS/Coordenação Nacional de DST/ Aids	Anual	31/12/2008	14,24	30/06/2011	13,20	30/09/2012	14,50	9,85
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	SPM-Ouvidoria da Mulher	Anual	31/12/2011	11,10	31/12/2012	46,45	31/12/2013	89,66	93,02
2017	Aviação Civil	Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	AliceWeb	Anual	31/12/2010	1,40	31/12/2012	1,36	31/12/2013	1,30	-4,41
2017	Aviação Civil	Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US\$ FOB	AliceWeb	Anual	31/12/2010	45,80	31/12/2012	50,05	31/12/2013	52,80	5,49
2017	Aviação Civil	Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	Anac	Anual	31/12/2007	1,48	31/12/2012	0,19	31/12/2013	0,21	10,53
2017	Aviação Civil	Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	Infraero	Anual	31/12/2010	2,60	31/12/2012	3,00	0013/12/31	2,90	-3,33
2017	Aviação Civil	Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	Infraero, Relatório Boletim Estatístico de Movimentação das Cargas.	Anual	31/12/2010	1,14	31/12/2012	1,00	0013/12/31	1,20	20,00
2017	Aviação Civil	Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	Infraero	Anual	31/12/2010	155,00	31/12/2012	193,12	0013/12/31	193,10	-0,01
2017	Aviação Civil	Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	Anac	Anual	31/12/2010	70,20	31/12/2012	86,98	31/12/2013	88,23	1,44
2017	Aviação Civil	Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	Anac	Anual	31/12/2010	23,50	31/12/2012	26,40	31/12/2013	27,78	5,23
2017	Aviação Civil	Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	Anac	Mensal	31/12/2010	13,70	31/12/2012	10,73	31/12/2013	8,30	-22,65
2017	Aviação Civil	Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	Anac	Mensal	31/12/2010	5,20	31/12/2012	3,73	31/12/2013	3,20	-14,21

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

574

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2017	Aviação Civil	Percentual de Cancelamento	%	Anac	Mensal	31/12/2010	10,30	31/12/2012	8,62	31/12/2013	8,50	-1,39
2017	Aviação Civil	Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	Anac	A definir	31/12/2011	130,00	31/12/2012	124,00	31/12/2013	120,00	-3,23
2017	Aviação Civil	Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GC)	posição em listagem de países	Fórum Econômico Mundial	Anual	31/12/2010	93,00	31/12/2012	134,00	31/12/2013	123,00	-8,21
2017	Aviação Civil	Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	Fórum Econômico Mundial	Anual	31/12/2010	58,00	31/12/2012	48,00	31/12/2013	56,00	16,67
2017	Aviação Civil	Tarifa aérea média nominal	R\$	Anac / Relatório de Tarifas Aéreas	Anual	31/12/2009	315,43	30/09/2012	273,32	31/12/2013	302,98	10,85
2017	Aviação Civil	Taxa de ocupação (load factor)	%	Anac	Indisponível	31/12/2009	62,50	31/12/2012	72,95	31/12/2013	76,42	4,76
2017	Aviação Civil	Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	Anac	Anual	31/12/2010	1.110,79	31/12/2012	1.439,13	31/12/2013	1.688,00	17,29
2017	Aviação Civil	Yield tarifa aérea nominal	R\$	Anac / Relatório de Tarifas	Anual	31/12/2009	0,47	30/09/2012	0,35	31/12/2013	0,37	8,09
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	25,50	12/12/2012	26,20	30/08/2013	26,10	-0,38
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Catinga	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2011	7,40	12/12/2012	7,40	30/08/2013	7,40	0,00
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	8,10	12/12/2012	8,20	30/08/2013	8,20	0,00
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	1,50	12/12/2012	1,50	30/08/2013	1,50	0,00
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	9,20	12/12/2012	8,90	30/08/2013	8,90	0,00
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	3,30	12/12/2012	2,70	30/08/2013	2,70	0,00
2018	Biodiversidade	Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	CNUC/MMA	Anual	01/12/2010	2,90	12/12/2012	4,60	30/08/2013	4,60	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2018	Biodiversidade	Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Catinga	%	PMDBS/IBAMA (Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite)	Anual	01/12/2008	53,38	20/06/2011	53,38	20/06/2011	53,38	0,00
2018	Biodiversidade	Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	PMDBS/IBAMA (Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite)	Anual	01/12/2008	51,16	31/08/2011	50,84	31/08/2011	50,84	0,00
2018	Biodiversidade	Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	PMDBS/IBAMA (Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite)	Indisponível	01/12/2008	22,25	01/02/2012	22,23	01/02/2012	22,23	0,00
2018	Biodiversidade	Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	PMDBS/IBAMA (Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite)	Anual	01/12/2008	36,06	08/07/2011	35,89	08/07/2011	35,89	0,00
2018	Biodiversidade	Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	PMDBS/IBAMA (Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite)	Anual	01/12/2008	83,14	21/11/2011	83,07	21/11/2011	83,07	0,00
2018	Biodiversidade	Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	MMA	Anual	01/08/2011	25,00	31/12/2012	34,00	17/12/2013	68,00	100,00

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

576

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2018	Biodiversidade	Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	SIGPLANWMP (alimentado pelo coordenador nacional do Programa 0508)	Anual	01/12/2010	33,67	31/12/2012	46,00	16/12/2013	50,00	8,70
2019	Bolsa Família	Grau de focalização do Cadastro Único	%	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	Anual	31/12/2010	94,00	31/12/2012	90,61	31/12/2013	88,56	-2,26
2019	Bolsa Família	Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	Anual	31/12/2010	88,55	30/11/2012	87,31	31/12/2013	92,20	5,60
2019	Bolsa Família	Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	Anual	31/01/2011	69,82	31/12/2012	72,78	31/12/2013	73,07	0,40
2019	Bolsa Família	Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	Anual	31/01/2011	34,50	31/12/2012	37,11	31/12/2013	39,70	6,98
2019	Bolsa Família	Taxa de atendimento às famílias pobres	%	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Anual	31/12/2010	98,33	31/01/2013	100,70	31/12/2013	102,53	1,82
2020	Cidadania e Justiça	Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	Defensoria Pública da União	Anual	31/12/2010	378.176,00	31/12/2012	565.215,00	30/11/2013	629.192,00	11,32
2020	Cidadania e Justiça	% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	Justiça em Números - 2009. Conselho Nacional de Justiça	Indisponível	31/12/2009	31,06	31/12/2011	35,00	31/12/2011	35,00	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, 2009	Indisponível	31/12/2008	32.044,00	31/12/2008	32.044,00	31/12/2013	255.308,00	696,74
2020	Cidadania e Justiça	Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ	Anual	31/12/2010	88,00	31/12/2012	335,00	31/12/2013	547,00	63,28

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2020	Cidadania e Justiça	Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	CADE - MJ	Anual	31/12/2010	71,00	31/12/2012	69,00	29/12/2013	77,00	11,59
2020	Cidadania e Justiça	Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ	Anual	31/12/2010	39,00	31/12/2012	292,00	31/12/2013	348,00	19,18
2020	Cidadania e Justiça	Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	27,60	31/12/2009	27,60	31/12/2009	27,60	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	Justiça em Números - 2009. Conselho Nacional de Justiça	Indisponível	31/12/2009	90,00	31/12/2011	90,00	31/12/2011	90,00	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	41,10	31/12/2009	41,10	31/12/2009	41,10	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	55,60	31/12/2009	55,60	31/12/2009	55,60	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	43,50	31/12/2009	43,50	31/12/2009	43,50	0,00

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

578

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2020	Cidadania e Justiça	Taxa de resolvidade de conflitos - Procons	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vilimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	69,40	31/12/2009	69,40	31/12/2009	69,40	0,00
2020	Cidadania e Justiça	Taxa geral de resolvidade de conflitos	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Características da vilimização e do acesso à justiça no Brasil 2009 - IBGE	Indisponível	31/12/2009	49,20	31/12/2009	49,20	31/12/2009	49,20	0,00
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	Anual	31/12/2008	529,00	31/12/2011	725,00	31/12/2012	654,00	-9,79
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE)	Anual	31/12/2010	0,55	31/12/2010	0,55	31/12/2011	0,57	3,64
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	Produto Interno Bruto (PIB); IBGE; MCT	Anual	31/12/2009	1,60	31/12/2010	1,62	31/12/2011	1,64	1,23
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	IBGE; MCT	Anual	31/12/2009	1,17	31/12/2010	1,16	31/12/2011	1,21	4,31
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R\$ milhão	SEPIN / MCT	Anual	31/12/2010	800,00	31/12/2010	800,00	31/12/2010	800,00	0,00
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus	unidade por ano	SJR, SCImago Journal & Country Rank. <a href="http://www.somajournal.com">http://www.somajournal.com</a>	Anual	31/12/2011	46.933,00	31/12/2009	32.100,00	31/12/2012	53.083,00	65,37

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Número de cursos de doutorado	unidade	CAPEES, Geocapes ( <a href="http://geocapes.capes.gov.br">http://geocapes.capes.gov.br</a> )	Anual	31/12/2009	1.421,00	31/12/2011	1.606,00	31/12/2012	1.717,00	6,91
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Número de cursos de mestrado	unidade	CAPEES, Geocapes ( <a href="http://geocapes.capes.gov.br">http://geocapes.capes.gov.br</a> )	Anual	31/12/2009	2.679,00	31/12/2011	3.044,00	31/12/2012	3.289,00	8,05
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica, PINTEC 4, IBGE	A cada censo ou contagem	31/12/2008	3.425,00	31/12/2008	3.425,00	31/12/2011	5.609,00	63,77
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica, PINTEC 4, IBGE	A cada censo ou contagem	31/12/2008	58.046,00	31/12/2008	58.046,00	31/12/2011	94.646,00	63,05
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	SJR, SCImago Journal & Country Rank <a href="http://www.scmaggl.com">http://www.scmaggl.com</a> .	Anual	31/12/2011	2,28	31/12/2009	2,69	31/12/2012	2,45	-8,92
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Pesquisa Industrial de Inovação T	Anual	31/12/2008	47,67	31/12/2010	47,34	31/12/2011	47,21	-0,27
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	Anual	31/12/2008	7.873,00	31/12/2011	7.764,00	31/12/2011	7.773,00	0,12

## 580 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Verificação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	SIATI, Elaboração: Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais / ASCOF/SEXC/MCT	Anual	31/12/2010	27,30	31/12/2012	32,10	31/12/2012	32,10	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	2.909.999,00	31/12/2012	2.909.617,00	31/12/2012	2.909.617,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	153.542,00	31/12/2012	147.686,00	31/12/2012	147.686,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	325.961,00	31/12/2010	325.961,00	31/12/2010	325.961,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	11.860.032,00	31/12/2010	11.860.032,00	31/12/2010	11.860.032,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	Transpetro	Anual	31/05/2011	544.835,00	31/05/2011	544.835,00	31/05/2011	544.835,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	Transpetro	Anual	31/05/2011	40.171,00	31/05/2011	40.171,00	31/05/2011	40.171,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	Transpetro	Anual	31/05/2011	1.449.843,00	31/05/2011	1.449.843,00	31/05/2011	1.449.843,00	0,00
2022	Combustíveis	Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Trimestral	31/12/2009	2,10	31/12/2012	2,10	31/12/2012	2,10	0,00
2022	Combustíveis	Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	2,40	31/12/2012	2,76	31/12/2012	2,76	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Verificação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2022	Combustíveis	Consumo de etanol hidratado	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	15,07	31/12/2012	9,85	31/12/2012	9,85	0,00
2022	Combustíveis	Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	12,56	31/12/2012	12,93	31/12/2012	12,93	0,00
2022	Combustíveis	Consumo de gasolina C	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	29,85	31/12/2012	39,70	31/12/2012	39,70	0,00
2022	Combustíveis	Consumo de óleo diesel	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	49,24	31/12/2012	55,90	31/12/2012	55,90	0,00
2022	Combustíveis	Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	6,25	31/12/2012	7,28	31/12/2012	7,28	0,00
2022	Combustíveis	Exportações de biocombustíveis	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	1,76	31/12/2012	3,05	31/12/2012	3,05	0,00
2022	Combustíveis	Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	11/07/2011	7.179,00	11/07/2011	7.179,00	31/12/2012	7.517,00	4,71
2022	Combustíveis	Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Mensal	31/12/2010	87,50	31/12/2012	41,67	31/12/2012	41,67	0,00
2022	Combustíveis	Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m <sup>3</sup> por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	3,12	31/12/2012	2,52	31/12/2012	2,52	0,00

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

582

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2022	Combustíveis	Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	9,01	31/12/2012	7,97	31/12/2012	7,97	0,00
2022	Combustíveis	Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	1,92	31/12/2012	1,66	31/12/2012	1,66	0,00
2022	Combustíveis	Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	97,64	31/12/2012	97,80	30/09/2013	97,91	0,11
2022	Combustíveis	Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Anual	31/12/2010	100,371,00	31/01/2013	90,164,00	05/09/2013	92,673,00	2,78
2022	Combustíveis	Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	21,40	31/12/2012	12,60	31/12/2012	12,60	0,00
2022	Combustíveis	Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	2,40	30/11/2012	2,50	31/12/2012	0,00	-99,99
2022	Combustíveis	Produção de etanol	milhão de m³ por ano	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	27,96	31/12/2012	23,54	31/12/2012	23,54	0,00
2022	Combustíveis	Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Anual	31/12/2010	27,33	31/12/2012	46,70	31/12/2012	46,70	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2023	Comércio e Serviços	Número de empregos formais no setor terciário	unidade	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Anual de Comércio e Pesquisa Anual de Serviços)	Anual	31/12/2010	26.814.510,00	15/02/2013	29.538.498,00	31/12/2012	29.538.498,00	0,00
2023	Comércio e Serviços	Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Anual de Comércio)	Anual	31/12/2008	1.402.075,00	15/02/2013	1.526.174,00	31/12/2012	1.526.174,00	0,00
2023	Comércio e Serviços	Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Anual de Serviços)	Anual	31/12/2008	848.970,00	15/02/2013	992.808,00	31/12/2012	992.808,00	0,00
2023	Comércio e Serviços	Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Anual	31/12/2010	67,40	30/12/2012	69,77	30/06/2013	68,58	-1,71
2023	Comércio e Serviços	Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Anual	31/12/2010	3,21	08/05/2013	8,25	30/06/2013	8,37	1,44
2024	Comércio Exterior	Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	SECEX/MDIC	Anual	01/01/2011	9,70	31/12/2012	10,77	31/12/2012	10,77	0,00
2024	Comércio Exterior	Corrente de comércio de bens	US\$ bilhão	Sistema de Comércio Exterior - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Mensal	01/01/2011	383,56	31/12/2012	465,73	30/06/2013	470,33	0,99

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

584

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2024	Comércio Exterior	Exportação total de bens	US\$ bilhão	Sistema de Comércio Exterior - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Mensal	01/01/2011	201,92	31/12/2012	242,58	30/06/2013	239,79	-1,15
2024	Comércio Exterior	Exportação total de serviços	US\$ bilhão	Banco Central	Mensal	01/01/2011	30,07	31/12/2012	39,86	30/06/2013	38,04	-4,58
2024	Comércio Exterior	Participação brasileira no comércio mundial	%	SECEX/MIDIC e FMI	Anual	01/01/2011	1,36	31/12/2012	1,36	31/12/2012	1,36	0,00
2024	Comércio Exterior	Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	SECEX/MIDIC	Anual	01/01/2011	35,50	31/12/2012	33,90	31/12/2012	33,90	0,00
2024	Comércio Exterior	Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	Secex	Anual	01/01/2011	22,70	31/12/2012	-3,35	30/06/2013	-2,16	-35,52
2024	Comércio Exterior	Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	Bacen	Anual	01/01/2011	15,43	31/12/2012	26,77	30/06/2013	-0,47	-101,76
2024	Comércio Exterior	Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	Secex	Anual	01/01/2011	25,50	31/12/2012	22,33	31/12/2012	22,33	0,00
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Déficit anual da balança comercial do setor eletrônico na área de telecomunicações	US\$ milhão	Secretaria de Telecomunicações/MC	Anual	31/12/2012	1.970,00	31/12/2012	1.970,00	30/09/2013	1.758,90	-10,72
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	Sinditelebrasil	Mensal	31/12/2012	199,00	30/06/2012	199,00	30/09/2013	127,00	-36,18

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	ANATEL	Mensal	30/06/2012	16.188.957,00	31/12/2012	16.188.957,00	30/06/2013	16.960.933,00	4,77
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	PNAD/IBGE	Anual	31/01/2012	100.250.000,00	31/01/2012	100.250.000,00	28/02/2013	98.490.000,00	-1,76
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	ANATEL	Mensal	31/12/2012	24.375,00	31/12/2012	24.375,00	16/12/2013	38.000,00	55,90
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	ANATEL	Mensal	31/12/2012	92.926,00	31/12/2012	92.926,00	30/11/2013	105.183,00	13,19
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	ANATEL	Mensal	31/12/2012	56.953,80	31/12/2012	56.953,80	30/11/2013	66.689,00	17,09
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	ANATEL	Mensal	31/12/2012	14.728,00	31/12/2012	14.728,00	30/11/2013	20.695,00	40,51
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	EBC / ANATEL	A cada censo ou contagem	31/12/2012	66,27	31/12/2012	66,27	19/09/2013	85,52	29,05

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

586

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	NIC.br	Anual	31/12/2012	76,00	31/12/2012	76,00	30/12/2012	80,00	5,26
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	NIC.br	A cada censo ou contagem	31/01/2012	38,00	31/01/2012	38,00	30/12/2012	40,00	5,26
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	NIC.br	Anual	31/01/2012	25,00	31/01/2012	25,00	30/12/2012	10,00	-60,00
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	Anatel	A cada censo ou contagem	31/12/2012	58,00	31/12/2012	58,00	30/12/2012	44,00	-24,14
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de domicílios com telefone fixo	%	IBGE-PNAD	Anual	31/12/2012	40,01	31/12/2012	40,01	31/12/2012	39,08	-2,32
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	Secretaria de Comunicação Eletrônica/MC	Anual	31/10/2012	90,00	31/10/2012	90,00	30/12/2012	93,00	3,33
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	SCE/MC	Anual	30/11/2012	14,30	30/11/2012	14,30	30/08/2013	22,77	59,23

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	SCE / MC	Anual	30/11/2012	47,80	30/11/2012	47,80	31/08/2013	49,31	3,16
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	SCE / MC	Anual	30/11/2012	67,90	30/11/2012	67,90	31/08/2013	68,52	0,91
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Percentual populacional com distribuição postal	%	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Anual	31/12/2012	80,70	31/12/2012	80,70	31/12/2013	83,00	2,85
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	Anatel e IBGE / PNAD	Indisponível	30/12/2012	6,12	30/12/2012	6,12	01/11/2013	4,25	-30,57
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Proporção de conexões de Banda Larga dentro o total de domicílios com acesso à Internet	%	NIC.br	A cada censo ou contagem	31/01/2012	86,00	31/01/2012	86,00	31/12/2012	88,00	2,33
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Proporção de domicílios com computador	%	CETIC/NIC.br- Anatel	A cada censo ou contagem	31/01/2012	45,00	31/01/2012	45,00	31/12/2012	63,00	40,00
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	IPEA / TELECO	A definir	30/12/2012	52,87	30/12/2012	52,87	31/12/2013	52,87	0,00

## 588 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e a Democracia	Satisfação com os serviços postais	%	ECT / NDA.	A cada censo ou contagem	31/12/2012	90,00	31/12/2012	90,00	31/12/2012	90,00	0,00
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e a Democracia	Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	Anual	31/12/2012	69,80	31/12/2012	69,80	31/12/2013	80,10	14,76
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Livros lidos por habitante/ano	unidade	Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, conduzida pelo Instituto Pró-Livro e publicada em 2009	A definir	31/12/2008	4,70	31/12/2008	4,70	03/07/2011	4,00	-14,89
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	Tabela Nº 84 do Perfil de Municípios Brasileiros elaborado pelo IBGE	Anual	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19	0,00
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	Tabela 1.1.11 da Pesquisa de orçamentos familiares - POF, realizada pelo IBGE	Bianual	31/12/2009	2,00	31/12/2009	2,00	31/12/2009	2,00	0,00
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	100,00	13/02/2013	100,00	31/12/2011	100,00	0,00
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	2,20	13/02/2013	2,20	31/12/2011	0,00	-100,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	62,77	13/02/2013	62,77	31/12/2011	47,70	-24,01
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	26,36	13/02/2013	26,36	31/12/2011	4,60	-82,55
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	0,00	13/02/2013	0,00	31/12/2011	0,00	
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	Ministério do Meio Ambiente	Anual	31/12/2010	100,00	13/02/2013	100,00	31/12/2011	100,00	0,00
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	IBGE	Anual	31/12/2008	8,56	31/12/2010	8,49	09/11/2011	8,04	-5,27
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84	31/12/2010	17,84	0,00

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

590

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Maior PIB per capita Microrregional/ Menor PIB per capita Microrregional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84	31/12/2010	22,84	0,00
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	Sistema de Gestão Estratégica -SGE	Anual	30/06/2011	76,00	31/12/2012	156,00	16/01/2014	191,00	22,44
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)	Trienal	01/01/2008	1.687.035,00	31/12/2011	2.100.000,00	31/12/2013	1.423.631,00	-32,21
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	9,20	31/12/2010	9,30	31/12/2011	9,57	2,88
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	PIB Nordeste/PIB Nacional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	13,11	31/12/2010	13,46	31/12/2011	13,40	-0,42
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	PIB Norte/PIB Nacional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	5,10	31/12/2010	5,34	31/12/2011	5,40	1,04

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	PIB Sudeste/PIB Nacional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	56,03	31/12/2010	55,89	31/12/2011	55,41	0,04
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	PIB Sui/PIB Nacional	%	IBGE	Anual	31/12/2008	16,56	31/12/2010	16,51	31/12/2011	16,22	-1,75
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	9,40	30/09/2011	9,50	31/12/2012	9,60	1,05
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	8,30	30/09/2011	8,70	31/12/2012	8,90	2,30
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	7,30	30/09/2011	7,70	31/12/2012	8,00	3,90
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	7,40	30/09/2011	7,70	31/12/2012	8,00	3,90
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	PNAD	Anual	01/01/2009	8,70	30/09/2011	7,80	31/12/2012	7,90	1,28
2030	Educação Básica	Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	8,60	30/09/2011	8,90	31/12/2012	9,00	1,12
2030	Educação Básica	IDEB do ensino médio	unidade	Inep	Bianual	01/01/2009	3,60	31/12/2011	3,70	31/12/2011	3,70	0,00
2030	Educação Básica	IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	Inep	Bianual	01/01/2009	4,00	31/12/2011	4,10	31/12/2011	4,10	0,00
2030	Educação Básica	IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	Inep	Anual	01/01/2009	4,60	31/12/2011	5,00	31/12/2011	5,00	0,00
2030	Educação Básica	Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	42,00	30/09/2011	46,00	31/12/2012	46,70	1,52
2030	Educação Básica	Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	79,30	30/09/2011	80,90	31/12/2012	81,50	0,74

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

592

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2030	Educação Básica	Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	77,10	30/09/2011	80,10	31/12/2012	81,20	1,37
2030	Educação Básica	Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	Inep / MEC.	Anual	31/12/2011	6,10			31/12/2011	6,10	
2030	Educação Básica	Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	50,20	30/09/2011	48,90	31/12/2012	49,70	1,64
2030	Educação Básica	Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	58,20	30/09/2011	61,30	31/12/2012	62,00	1,14
2030	Educação Básica	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	9,70	30/09/2011	8,60	31/12/2012	8,70	1,16
2030	Educação Básica	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	20,40	30/09/2011	20,40	31/12/2012	18,30	-10,29
2030	Educação Básica	Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	Inep, a partir de dados da PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	52,70	30/09/2011	72,40	31/12/2012	81,40	12,43
2030	Educação Básica	Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	PNAD/IBGE	Indisponível	01/01/2009	50,90	30/09/2011	51,60	31/12/2012	54,00	4,65
2030	Educação Básica	Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	18,40	30/09/2011	20,80	31/12/2012	21,20	1,92
2030	Educação Básica	Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	85,20	30/09/2011	83,70	31/12/2012	84,20	0,60
2030	Educação Básica	Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	PNAD	Anual	01/01/2009	74,80	30/09/2011	77,40	31/12/2012	78,20	1,03
2030	Educação Básica	Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	01/01/2009	97,60	30/09/2011	98,20	31/12/2012	98,20	0,00
2030	Educação Básica	Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	Inep	Anual	01/01/2010	77,00	30/09/2011	81,70	31/12/2012	84,30	3,18
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	Inep/MEC	Anual	01/01/2010	1.140,40	31/12/2012	1.362,20	31/12/2012	1.362,20	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação	milhar	Inep/Mec.	Anual	31/12/2011	870,50			31/12/2012	944,90	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	milhar	Sistec / MEC.	Anual	31/12/2012	2.999,10			31/12/2013	1.971.692,00	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	Inep/MEC	Anual	01/01/2009	250,90		31/12/2011	335,98	335,98	0,00
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	unidade	Setec / Mec.	Anual	31/12/2010	354,00			31/12/2012	470,00	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	Inep / MEC.	Anual	31/12/2011	6,10			31/12/2011	6,10	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	Inep / Mec.	Anual	31/12/2010	1,30			31/12/2012	1,53	
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	Geocapes e IBGE	Anual	01/01/2009	5,94		31/12/2011	6,47	7,17	10,82
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	Geocapes, IBGE	Anual	01/01/2009	20,26		31/12/2011	22,47	24,30	8,14
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	Inep / MEC.	Anual	31/12/2011	6,10			31/12/2011	6,10	

## 594 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	Pnaad/IBGE	Anual	01/01/2009	26,70	30/09/2011	27,80	31/12/2012	28,70	3,24
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	Pnaad/IBGE	Anual	01/01/2009	3,70	30/09/2011	6,70	31/12/2012	6,40	-4,48
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	Pnaad/IBGE	Anual	01/01/2009	18,40	30/09/2011	21,40	31/12/2012	22,40	4,67
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	Pnaad/IBGE	Anual	01/01/2009	17,70	30/09/2011	19,50	31/12/2012	22,20	13,65
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	Censo da Educação Superior/INEP	Anual	01/01/2009	26,40	31/12/2011	29,90	31/12/2012	31,70	6,02
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	Censo da Educação Superior/INEP	Anual	01/01/2009	36,20	31/12/2011	38,40	31/12/2012	38,90	1,30

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	Pnaed/IBGE	Anual	01/01/2009	14,40	30/09/2011	14,80	31/12/2012	15,10	3,42
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	Pnaed/IBGE	Anual	01/01/2009	17,30	30/09/2011	17,80	31/12/2012	18,80	5,62
2033	Energia Elétrica	Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	25/05/2011	114.859,46	30/01/2013	129.400,19	31/12/2013	134.700,47	4,10
2033	Energia Elétrica	Capacidade instalada de geração - Hidráulica	MW	MME	Anual	31/12/2012	82.458,03			31/01/2014	85.949,51	
2033	Energia Elétrica	Capacidade instalada de geração - Renováveis	MW	MME	Anual	31/12/2012	10.800,93			31/01/2014	2.256,72	
2033	Energia Elétrica	Capacidade instalada de geração - Termelétricas	MW	MME	Anual	31/12/2012	24.357,77			31/01/2014	38.356,31	
2033	Energia Elétrica	DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Anual	31/12/2010	18,35	31/12/2011	18,40	02/12/2013	18,65	1,36
2033	Energia Elétrica	FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Anual	31/12/2010	11,29	31/12/2011	11,15	02/12/2013	11,10	-0,45
2033	Energia Elétrica	Rede Básica do SIN - linhas de transmissão	km	MME	Anual	31/12/2012	105.768,00			30/11/2013	115.262,70	
2033	Energia Elétrica	Rede Básica do SIN - transformação	MVA	MME	Anual	31/12/2012	261.642,00			30/11/2013	278.314,00	
2033	Energia Elétrica	Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	RS/MWh	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	30/04/2011	272,41	31/12/2012	298,39	31/12/2013	302,62	1,42
2033	Energia Elétrica	Taxa de importação de energia elétrica	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	7,80	30/01/2013	6,31	31/12/2013	6,06	-3,96

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

596

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	6,42	30/01/2013	7,82	31/12/2013	8,47	8,31
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	1,58	30/01/2013	1,78	31/12/2013	2,52	41,57
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	0,75	30/01/2013	1,46	31/12/2013	1,67	14,38
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	10,57	30/01/2013	10,18	31/12/2013	10,31	1,28
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	65,53	30/01/2013	65,23	31/12/2013	63,79	-2,21
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	5,71	30/01/2013	5,66	31/12/2013	5,69	0,53
2033	Energia Elétrica	Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Mensal	31/01/2011	1,63	30/01/2013	1,55	31/12/2013	1,48	-4,52
2033	Energia Elétrica	Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Anual	31/12/2009	98,91	31/12/2011	99,70	30/09/2012	99,50	-0,20
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	INCRA	Anual	14/06/2011	987.935,00	02/01/2013	994.351,40	31/12/2013	1.007.827,87	1,36
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	PNAD/ IBGE	Anual	30/09/2009	1,70	30/09/2011	1,63	30/09/2012	1,66	1,84
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	Fundação Cultural Palmares	Anual	31/12/2011	1.863,00	31/12/2012	2.024,00	31/12/2013	2.007,00	-0,84

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	INCRA	Anual	14/06/2011	189,00	02/01/2013	206,00	31/12/2013	217,00	5,34
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	SEPP/IR	Anual	31/01/2011	9,00	14/02/2013	11,00	31/01/2014	11,00	0,00
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	MDS	Anual	31/12/2011	65.779,00	31/12/2012	80.621,00	31/07/2013	89.004,00	10,40
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	SEPP/IR	Anual	01/06/2011	175,00	13/02/2013	201,00	31/01/2014	166,00	-17,41
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	INCRA	Anual	14/06/2011	1.067,00	02/01/2013	1.229,00	31/12/2013	1.281,00	4,23
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	IBGE/PNAD	Decenal	01/08/2010	51,00	30/09/2011	51,30	30/09/2012	53,00	3,31
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,51	30/09/2011	0,54	30/09/2012	0,52	-3,70
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	MS/SVS/DASIS/-SIM e PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	2,35	01/08/2010	2,56	31/12/2011	2,59	1,17
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,92	30/09/2011	0,98	30/09/2012	0,93	-5,10

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

598

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,75	30/09/2011	0,78	30/09/2012	0,79	1,28
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	PNAD/IBGE e MS/SVS/DASIS-/SIM	Anual	26/09/2009	1,54	01/08/2010	1,55	31/12/2011	1,61	3,87
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76	0,00
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,98	30/09/2011	0,98	30/09/2012	0,98	0,00
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,39	30/09/2011	0,43	30/09/2012	0,43	0,00
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	Censo Demográfico 2000, IBGE e Fichário das Desigualdades Sociais, LAESER/UFRJ)	Decenal	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87	0,00
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	0,57	30/09/2011	0,58	30/09/2012	0,56	-3,45
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	IBGE / Pesquisa de Informações Básicas Municipais	A definir	31/12/2009	88,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	IBGE / Pesquisa de Informações Básicas Municipais	A definir	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	0,00
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais	A definir	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20	0,00
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	IBGE/Pesquisa de Informações Básicas Municipais	A definir	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	0,00
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	Ministério do Esporte / Ministério da Educação	Anual	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,40	31/12/2013	54,08	-36,67
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	SLIE/Ministério do Esporte	Anual	31/12/2010	185,10	30/03/2012	221,00	31/12/2013	213,80	-3,26
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	Censo SUAS/CRAS (MDS/SNAS e SAGI)	Anual	31/12/2009	53,16	31/12/2011	58,48	31/12/2012	66,75	14,14
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	MDS/SNAS e Censo SUAS	Anual	31/12/2010	31,00	31/12/2011	67,82	31/12/2013	70,83	4,44
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	MDS/SNAS e Censo SUAS	Anual	31/12/2010	77,00	31/12/2011	79,00	31/12/2013	73,85	-6,52
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	MDS/SNAS - Censo SUAS	Anual	31/12/2010	63,00	31/12/2011	61,00	31/12/2013	51,84	-15,02

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

600

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	MDS/SNAS	Anual	31/12/2010	35,00	31/12/2012	42,05	31/12/2013	80,56	91,58
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	MDS/SNAS	Anual	31/12/2010	62,00	31/12/2012	62,99	31/12/2013	75,00	19,07
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Percentual de Municípios com CREAS	%	MDS/SNAS e Censo SUAS	Anual	31/12/2010	26,00	31/12/2011	41,38	31/12/2013	43,00	3,91
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	Dataprev/INSS	Anual	31/12/2010	9,39	31/12/2012	5,99	31/12/2013	5,94	-0,63
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	Dataprev/INSS	Anual	31/12/2010	5,32	31/12/2012	3,69	31/12/2013	4,13	11,92
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	Censo SUAS/CRAS (MDS/SNAS e SAGI)	Anual	31/12/2010	42,80	31/12/2011	53,32	31/12/2012	61,24	14,85
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Taxa de trabalho infantil	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	5,63	30/09/2011	4,70	30/09/2012	4,06	-13,62
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Variação anual da concessão do BPC	%	Dataprev/INSS	Anual	31/12/2010	3,97	31/12/2012	-4,17	31/12/2013	8,55	-305,04
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	Balanco do PAC 2	Quadrimestral	31/10/2012	38,50			30/06/2013	69,00	

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	% de empreendimentos com índices de irregularidade grave no PAC	%	Balanco do FACZ, Relatório Fiscombras 2012 (TCU)	Anual	31/10/2012	2,43		31/10/2013	0,01		
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	% de servidores públicos com curso superior	%	Boletim Estatístico de Pessoal (SEGEP/MP)	Anual	31/10/2012	66,00		30/11/2013	68,33		
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB. Obs.: A despesa com pessoal atende o somatório previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 2000.	%	Boletim estatístico de pessoal: BC	Anual	29/09/2013	4,06					
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA-Créditos)	%	SIAFI	Anual	31/12/2012	77,00		31/12/2013	64,08		
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	Banco Central do Brasil	Anual	31/12/2010	40,00	35,20	31/12/2012	34,48	-2,05	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	SUSEP	Anual	31/12/2010	85,00	94,70	31/10/2012	96,00	1,37	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Formação bruta de capital fixo (% PIB)	%	IBGE	Anual	31/12/2010	19,50	18,14	31/12/2012	18,10	-0,22	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	PIB (Crescimento)	%	IBGE	Anual	31/12/2010	7,50	0,90	31/12/2012	0,90	0,00	

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

602

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	Ministério da Fazenda	Anual	31/12/2010	35,00	31/12/2012	60,00	30/06/2013	18,00	-70,00
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	BIRD	Anual	31/12/2010	78,74	15/01/2013	64,80	30/06/2013	62,17	-4,06
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Quota do Brasil no FMI	%	FMI	Anual	31/12/2010	55,06	15/01/2013	59,18	30/06/2013	58,26	-1,55
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Resultado Primário anual do Governo Central	R\$ bilhão	STN	Anual	31/12/2010	79,00	31/12/2012	86,10	30/06/2012	83,70	-60,86
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	CVM	Anual	31/12/2010	30,80	31/12/2012	9,08	30/06/2013	17,00	87,22
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	CVM	Anual	31/12/2010	69,92	31/12/2012	57,34	30/06/2013	49,00	-14,54

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	SUSEP	Anual	31/12/2010	3,24	31/12/2012	3,66	30/06/2013	3,73	1,92
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Varição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	IBGE	Anual	31/12/2010	5,91	31/12/2012	5,84	31/12/2012	5,84	0,00
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	SEDEC/MI	Mensal	21/03/2013	237,00			31/12/2013	1.151,00	
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	Ministério das Cidades - SNPU	Anual	31/12/2012	0,00			30/01/2014	0,12	
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	Serviço Geológico do Brasil - CPRM	Anual	31/12/2012	35,00			29/01/2014	59,07	
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	Serviço Geológico do Brasil - CPRM	Anual	31/12/2012	0,00			31/01/2014	0,00	
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	Ministério da Integração Nacional/SEDEC/CENAD	Anual	31/12/2012	0,00			30/01/2014	0,73	
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	RAIS/IMTE	Anual	31/12/2010	201.097,00	31/12/2012	286.287,00	31/12/2013	334.274,00	16,76
2044	Emancipação da Juventude	Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	PNAD/IBGE/Calculado pelo IPEA	Anual	26/09/2009	23,00	30/09/2011	25,00	30/09/2013	24,40	-2,40

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

604

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	58,50	30/09/2011	58,00	30/09/2013	60,20	3,79
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	26/09/2009	2,49	30/09/2011	2,00	30/09/2013	1,80	-10,00
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	Munic/IBGE	Anual	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44	0,00
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	Rais/MTE	Anual	31/12/2010	16,10	31/12/2012	23,21	31/12/2012	14,99	-35,42
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	19,48	30/09/2011	21,79	30/09/2013	20,87	-4,22
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	15,26	30/09/2011	13,81	30/09/2013	13,23	-4,20
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	9,44	30/09/2011	8,07	30/09/2013	7,12	-11,77
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	Anual	31/12/2009	55,36	31/12/2010	54,75	30/09/2012	54,75	0,00
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	Caged/MTE e comprovantes das fontes alternativas geradoras de renda.	Anual	31/12/2010	30,00	31/12/2012	30,00	31/12/2013	30,00	0,00
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	Rais/MTE	Anual	31/12/2010	45,00	31/12/2012	47,26	31/12/2013	47,36	0,21

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e MSISYS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	Anual	31/12/2009	25,16	31/12/2010	28,01	30/09/2012	28,01	0,00
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude	Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFTT); Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE.	Anual	31/12/2010	44,00	31/12/2011	47,20	31/12/2012	50,03	6,00
2047	Micro e Pequenas Empresas	Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	Sebrae/SP	Mensal	01/01/2011	102,10	31/12/2012	108,10	30/06/2013	103,60	-4,16
2047	Micro e Pequenas Empresas	Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras	unidade	Prontec/IBGE	Trienal	31/12/2008	37.100,00	31/12/2008	37.100,00	31/12/2008	37.100,00	0,00
2047	Micro e Pequenas Empresas	Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	RAIS/CAGED/MTE	Anual	31/12/2010	48,51	31/12/2011	48,47	31/12/2011	48,47	0,00
2047	Micro e Pequenas Empresas	Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	ALICEWEB/SECEX/MDIC	Anual	31/12/2009	0,86	31/12/2011	0,79	31/12/2011	0,79	0,00
2047	Micro e Pequenas Empresas	Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	SEBRAE	Semestral	31/12/2010	55,20	06/02/2013	76,03	06/02/2013	76,03	0,00
2047	Micro e Pequenas Empresas	Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	Sebrae/NA	Anual	31/12/2007	71,90	31/10/2011	73,10	31/07/2013	75,60	3,42
2049	Moradia Digna	Assentamentos subnormais	unidade	Censo IBGE	Decenal	31/12/2010	3.224,53	31/12/2010	3.224,529,00	31/12/2010	3.224,529,00	0,00
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional absoluto	unidade	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Bianual	30/09/2008	5.572.313,00	30/09/2008	5.572.313,00	31/12/2010	6.490.000,00	16,47
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Bianual	30/09/2008	942.481,00	30/09/2008	942.481,00	31/12/2010	1.055.163,00	11,96
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Bianual	30/09/2008	4.629.832,00	30/09/2008	4.629.832,00	31/12/2010	5.885.528,00	27,12

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

606

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Bianual	30/09/2007	1.500.709,00	30/09/2007	1.500.709,00	31/12/2010	1.583.763,00	5,53
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Bianual	30/09/2007	543.066,00	30/09/2007	543.066,00	30/09/2007	543.066,00	0,00
2049	Moradia Digna	Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional	unidade	PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	Bianual	30/09/2007	10.454.874,00	31/12/2010	13.007.952,00	31/12/2010	13.007.952,00	
2049	Moradia Digna	Oferta de moradias	%	Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, Contas Nacionais (IBGE), PAIC, Rais/CAGED do MTE	Bianual	31/12/2011	1,00	31/12/2011	1,00	31/12/2011	1,00	
2051	Oferta de Água	Quilometragem de Adução de Água	km	Secretaria de Infraestrutura Hídrica/Ministério da Integração Nacional	Anual	28/05/2013	2.039,00	31/01/2014	2.343,84	31/01/2014	2.343,84	
2052	Pesca e Aquicultura	Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	MDS-CONAB	Anual	31/12/2010	4.060,85	31/12/2011	3.785,83	12/12/2013	4.060,93	7,27
2052	Pesca e Aquicultura	Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indiv/duo/ano	MPA	Anual	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,60	31/12/2013	0,00	-100,00
2052	Pesca e Aquicultura	Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	MPA	Anual	31/12/2009	9,03	31/12/2010	9,75	30/11/2013	14,50	48,72
2052	Pesca e Aquicultura	Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	MPA, MCT, FINEP e CNPq	Anual	31/12/2010	93,00	31/12/2012	76,00	12/12/2013	18,00	-76,32
2052	Pesca e Aquicultura	Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	MPA	Anual	31/12/2010	938.478,00	31/12/2012	1.033.124,00	09/12/2013	960.935,00	-6,99
2052	Pesca e Aquicultura	Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	MPA	Anual	31/12/2010	7.545,00	31/12/2012	8.843,00	09/12/2013	7.747,00	-12,39
2052	Pesca e Aquicultura	Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplorados ou ameaçados de sobreexploração	%	MPA - MMA	Quadrienal	31/12/2009	40,00	31/12/2012	32,00	31/12/2012	32,00	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2052	Pesca e Aquicultura	Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	MPA	Anual	31/12/2010	6,29	31/12/2012	5,99	09/12/2013	5,57	-7,01
2052	Pesca e Aquicultura	Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	MPA	Anual	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39	09/12/2013	0,00	-100,00
2052	Pesca e Aquicultura	Percentual do número de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração	%	MPA - MMA	Quadrienal	31/12/2009	23,00	31/12/2009	23,00	31/12/2012	23,00	0,00
2052	Pesca e Aquicultura	Produção de Aquicultura	tonelada	MPA	Anual	31/12/2009	415.649,00	31/12/2012	628.704,30	31/12/2012	710.376,90	12,99
2052	Pesca e Aquicultura	Produção de pesca	tonelada	MPA	Anual	31/12/2009	825.164,00	31/12/2012	803.270,10	31/12/2012	842.989,80	4,94
2052	Pesca e Aquicultura	Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor	US\$	SECEX	Indisponível					30/11/2013	-1.090.270.667,00	
2052	Pesca e Aquicultura	Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume	tonelada	SECEX	Anual					30/11/2013	-350.500.247,00	
2052	Pesca e Aquicultura	Valor exportado	US\$	MPA/MDIC	Anual	31/12/2010	189.374.163,00	31/12/2012	248.613.243,00	30/11/2013	228.779.703,00	-7,98
2052	Pesca e Aquicultura	Volume exportado	tonelada	MPA/MDIC	Anual	31/12/2010	28.454,02	31/12/2012	46.680,01	30/11/2013	39.689.923,00	84.925,52
2053	Petróleo e Gás	Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	61,70	30/11/2012	73,68	31/10/2013	90,15	22,35
2053	Petróleo e Gás	Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m³ por dia	Ministério de Minas e Energia	Anual	31/12/2010	24,00	31/12/2012	39,65	31/12/2012	39,65	0,00
2053	Petróleo e Gás	Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	Ministério de Minas e Energia	Anual	31/12/2010	1,96	31/12/2012	0,87	31/12/2012	0,87	-0,30
2053	Petróleo e Gás	Extensão de Gasodutos	km	ANP	Anual	31/12/2010	11.373,00	31/12/2012	11.696,00	31/12/2012	11.696,00	0,00
2053	Petróleo e Gás	Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	34,65	31/12/2012	35,83	31/10/2012	47,10	31,45
2053	Petróleo e Gás	Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R\$ mil por ano	Ministério de Minas e Energia	Anual	31/12/2009	80.200,00	31/12/2012	0,00	31/10/2013	2.480.170,00	
2053	Petróleo e Gás	Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	Ministério de Minas e Energia	Anual	31/12/2010	11,67	31/12/2012	15,86	31/12/2013	13.275,23	83.628,45

## 608 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2053	Petróleo e Gás	Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	Ministério de Minas e Energia	Anual	31/12/2010	9,93	31/12/2012	15,64	31/12/2013	16.308,71	104.202,32
2053	Petróleo e Gás	Produção de Gás Natural (excluído reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Indisponível	31/12/2010	34,53	31/12/2012	46,51	31/10/2013	52,14	12,10
2053	Petróleo e Gás	Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	2.137,42	31/12/2012	2.149,02	31/12/2012	2.139,51	-0,44
2053	Petróleo e Gás	Reservas de Gás Natural	milhão de m³	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Indisponível	31/12/2010	423.003,02	31/12/2011	459.259,00	31/12/2012	436.430,28	-4,97
2053	Petróleo e Gás	Reservas Provasdas de Petróleo	milhão de barris	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	14.246,33	31/12/2012	15.314,00	31/12/2012	14.524,23	-5,16
2053	Petróleo e Gás	Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	230,49	31/12/2012	200,53	31/12/2012	200,65	0,06
2053	Petróleo e Gás	Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	ANP - Agência Nacional de Petróleo	Anual	31/12/2010	123,65	31/12/2012	113,95	31/12/2012	113,80	-0,13
2055	Desenvolvimento Produtivo	Idade média da frota - apoio marítimo	ano	Antaq	Anual	31/12/2010	14,67	31/12/2011	13,12	31/12/2012	11,38	-13,26
2055	Desenvolvimento Produtivo	Idade média da frota - apoio portuário	ano	Antaq	Anual	31/12/2010	22,49	31/12/2011	17,93	31/12/2012	18,30	2,06
2055	Desenvolvimento Produtivo	Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	Antaq	Anual	31/12/2010	18,32	31/12/2011	17,43	31/12/2012	16,54	-5,11
2055	Desenvolvimento Produtivo	Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	Antaq	Anual	31/12/2010	16,00	31/12/2011	18,00	31/12/2012	17,00	-5,56
2055	Desenvolvimento Produtivo	Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB indústria)	tep/R\$ milhão	Empresa de Pesquisa Energética (EPE)/MME	Anual	31/12/2010	150,70	31/12/2011	142,50	31/12/2011	142,50	0,00
2055	Desenvolvimento Produtivo	Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	Pesquisa Anual do IBGE	Anual	31/12/2009	44,30	31/12/2010	44,10	31/12/2010	44,10	0,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2055	Desenvolvimento Produtivo	Participação da indústria de alta e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Bianual	31/12/2009	32,90	31/12/2010	33,80	31/12/2010	33,80	0,00
2055	Desenvolvimento Produtivo	Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	IBGE	Anual	01/12/2010	19,50	31/12/2012	18,14	30/06/2013	18,28	0,78
2057	Política Externa	Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	Monitor da Percepção Internacional do Brasil - IPEA	Trimestral	26/05/2011	11,00	12/03/2012	35,00	12/03/2012	35,00	0,00
2058	Política Nacional de Defesa	Adequação da Força Aérea	%	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando da Aeronáutica.	Anual	31/12/2010	20,00	10/01/2013	44,32	31/12/2013	44,75	0,97
2058	Política Nacional de Defesa	Adequação da Força Naval	%	Estado-Maior da Armada / Comando da Marinha.	Anual	01/07/2011	20,00	31/12/2012	35,91	31/12/2013	38,90	8,33
2058	Política Nacional de Defesa	Adequação da Força Terrestre	%	Estado-Maior do Exército / Comando do Exército.	Anual	31/12/2010	32,00	10/01/2013	27,75	31/12/2013	23,25	-16,22
2058	Política Nacional de Defesa	Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando da Aeronáutica	Anual	31/12/2010	0,70	10/01/2013	1,72	31/12/2013	1,03	-40,12
2058	Política Nacional de Defesa	Monitoramento do espaço aéreo	%	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando da Aeronáutica	Anual	31/12/2010	89,00	10/01/2013	90,89	31/12/2013	92,86	2,39
2058	Política Nacional de Defesa	Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	Estado-Maior da Armada / Marinha do Brasil / Diretoria de Portos e Costas	Anual	31/12/2010	1,31	31/12/2012	1,12	31/12/2013	1,02	-8,93
2061	Previdência Social	Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPIS	Anual	31/12/2011	-26,72			31/12/2013	-26,25	

## 610 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2061	Previdência Social	Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS	Anual	31/12/2011	-33,16			31/12/2013	-48,82	
2061	Previdência Social	Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS	Anual	31/12/2011	-7,44			31/12/2013	-9,19	
2061	Previdência Social	Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	SPPC/MPS	Anual	31/12/2012	43,46			30/01/2014	48,84	12,38
2061	Previdência Social	Índice de Resolutividade (IRES)	%	INSS/SUIBE	Mensal	31/01/2011	52,26			31/12/2013	56,44	-2,47
2061	Previdência Social	Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	Previc.	Anual	31/12/2010	1,21			30/09/2013	1,12	-5,88
2061	Previdência Social	Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS e IBGE.	Anual	31/12/2010	1,17			31/12/2012	0,90	0,00
2061	Previdência Social	Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPC/MPS e IBGE	Anual	31/12/2010	16,35			30/09/2013	14,36	-3,82
2061	Previdência Social	Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	DAIR - SPPS/MPS	Anual	31/12/2010	1,40			31/12/2012	3,59	13,25
2061	Previdência Social	Taxa de cobertura previdenciária	%	PNAD/IBGE.	Anual	31/12/2009	67,00			30/09/2012	71,40	0,99
2061	Previdência Social	Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	Previc.	Anual	31/12/2010	3,23			30/01/2014	3,52	458,73
2061	Previdência Social	Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS e IBGE	Anual	31/12/2011	-0,84			31/12/2012	-0,84	

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2061	Previdência Social	Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS e IBGE	Anual	31/12/2011	-0,59			31/12/2012	-1,01	
2061	Previdência Social	Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	SPPS/MPS e IBGE	Anual	31/12/2011	0,31			31/12/2012	0,15	
2061	Previdência Social	Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	INSS/SUIBE	Mensal	31/01/2011	26,00	10/01/2013	30,00	31/12/2013	27,00	-10,00
2061	Previdência Social	Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	INSS/SIGMA	Mensal	31/01/2011	19,00	10/01/2013	35,00	31/12/2013	29,00	-17,14
2061	Previdência Social	Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	INSS/SIGMA	Mensal	31/01/2011	19,00	10/01/2013	20,00	31/12/2013	20,00	0,00
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil - SITI/MIITE	Anual	31/12/2010	5.611,00	31/12/2012	6.363,00	31/12/2013	7.423,00	16,66
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	Base de dados em unidades federadas com Programa implantado/relatórios mensais do PPCAAM	Anual	31/12/2010	1.490,00	31/12/2012	442,00	31/12/2013	443,00	0,23
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	2.060.503,00	30/09/2011	1.666.750,00	30/09/2013	1.428.962,00	-14,27
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	Relatório do IHA	Anual	31/12/2010	2,67	31/12/2012	2,88	31/12/2012	2,98	0,00
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	Levantamento Anual do Atendimento Socioeducativo a Adolescentes em Conflito com a Lei (SDH)	Anual	31/12/2010	17.703,00	31/12/2011	19.595,00	31/12/2013	22.481,00	14,73

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

612

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	SISPETI (MDS/SNAS) e SIBEC (MDS/SENARC)	Anual	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35,00	31/12/2012	35,00	0,00
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/fechado	unidade	Levantamento Anual do Atendimento Socioeducativo a Adolescentes em Conflito com a Lei (SDH)	Anual	31/12/2010	0,50	31/12/2011	3,55	31/12/2013	3,91	10,14
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	PNAD/IBGE	Anual	01/09/2009	24,00	30/09/2011	31,39	30/09/2013	30,81	-1,85
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	PNAD/IBGE	Anual	01/09/2009	26,60	30/09/2011	34,72	30/09/2013	33,22	-4,32
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	PNAD/IBGE	Anual	01/09/2009	88,40	30/09/2011	90,85	30/09/2013	91,52	0,74

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	Ministério da Saúde; Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e para o cálculo direto, IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de P	Anual	31/12/2007	21,40	16,00	31/12/2010	15,30	31/12/2013	-4,38
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Escolas públicas acessíveis	%	Censo Escolar/ MEC-INEP	Anual	31/12/2010	8,30	13,25	31/12/2012	26,00	31/12/2012	96,23
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	Ministério da Educação	Anual	31/12/2010	43,00	36,71	31/12/2011	45,00	31/12/2012	22,58
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	Ministério da Educação	Anual	31/12/2010	68,93	74,20	31/12/2011	70,60	31/12/2012	-4,85
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Percentual de aprendizagens com deficiência	%	Relatório Anual de Informações Sociais e RAIS/MTE	Anual	31/12/2010	0,58	0,62	31/12/2011	0,85	08/01/2014	37,10
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SRH	Indisponível	31/12/2010	0,76	0,76	31/12/2010	0,59	28/01/2014	-22,37

## ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

614

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Base BPC) e Ministério da Educação (Censo Escolar)	Anual	31/12/2010	59,00	31/12/2012	70,16	31/12/2012	70,16	0,00
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Governo Eletrônico	Indisponível	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96	31/12/2012	6,96	0,00
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE	Anual	31/12/2009	41,80	31/12/2011	39,90	31/12/2012	39,40	-1,25
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFTI); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Anual	31/12/2010	29,00	31/12/2011	27,72	31/12/2012	31,00	11,83
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	Estatísticas do Registro Civil - IBGE	Anual	31/12/2010	6,60	31/12/2010	6,60	31/12/2012	6,60	0,00
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	SDH/PR	Anual	30/06/2011	21,00	31/12/2012	21,00	31/12/2013	21,00	0,00
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	SDH/PR	Anual	21/07/2011	9,00	31/12/2012	14,00	31/12/2013	14,00	0,00
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	SDH/PR	Anual	21/07/2011	7,00	31/12/2012	7,00	31/12/2013	7,00	0,00
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	SDH/PR	Anual	21/07/2011	17,00	31/12/2012	18,00	31/12/2013	17,00	-5,56

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	IBGE/PNAD	Anual	26/09/2009	12,06	30/09/2011	12,58	30/09/2012	12,80	1,75
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	IBGE/PNAD	Anual	30/09/2009	27,69	30/09/2011	24,84	30/09/2012	24,36	-1,93
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	Datasus/SIM	Anual	31/12/2008	29,53	31/12/2010	30,80	31/12/2011	29,35	-4,71
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	Datasus/SIM	Anual	31/12/2008	28,74	31/12/2010	33,03	31/12/2011	33,43	1,21
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	relatórios de inspeção/MTE	Anual	31/12/2010	2.828,00	31/12/2012	2.573,00	31/12/2012	2.750,00	6,88
2067	Resíduos Sólidos	Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	30.390,00	31/10/2008	30.390,00	31/10/2008	30.390,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	1.175,00	31/10/2008	1.175,00	31/10/2008	1.175,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	8,00	31/10/2008	8,00	31/10/2008	8,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	17,80	31/10/2008	17,80	31/10/2008	17,80	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	40.695,00	31/10/2008	40.695,00	31/10/2008	40.695,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	167.636,00	31/10/2008	167.636,00	31/10/2008	167.636,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	PNSB/IBGE	Indisponível	31/10/2008	45.710,00	31/10/2008	45.710,00	31/10/2008	45.710,00	0,00
2067	Resíduos Sólidos	Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rio+ rpu) coletada	%	SNIS/MCidades	Anual	31/12/2008	0,96	31/12/2010	2,30	31/12/2008	0,96	-58,26

## 616 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2070	Segurança Pública com Cidadania	Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen	Semestral	31/12/2010	197.976,00	30/06/2012	240.503,00	31/12/2013	237.316,00	-1,33
2070	Segurança Pública com Cidadania	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	NUJEST/Polícia Rodoviária Federal - Ministério da Justiça	Anual	31/12/2010	8.623,00	31/12/2012	7.601,00	14/12/2013	8.375,00	10,18
2070	Segurança Pública com Cidadania	População carcerária	unidade	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen	Mensal	31/12/2010	496.251,00	30/06/2012	549.577,00	31/12/2013	548.003,00	-0,29
2070	Segurança Pública com Cidadania	Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	Indisponível	01/12/2009	50,50	31/12/2009	50,50	31/12/2009	50,50	0,00
2070	Segurança Pública com Cidadania	Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	Suplemento da PNAD 2009	Indisponível	01/12/2009	52,80	31/12/2009	52,80	31/12/2009	52,80	0,00
2070	Segurança Pública com Cidadania	Taxa de Homicídio	1/100.000	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade e Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - IBGE	Anual	31/12/2009	26,90	31/12/2010	27,40	31/12/2011	27,10	-1,09
2070	Segurança Pública com Cidadania	Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade e Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - IBGE	Anual	31/12/2009	134,10	31/12/2010	133,40	31/12/2011	135,10	1,27
2070	Segurança Pública com Cidadania	Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade e Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - IBGE	Anual	31/12/2009	104,40	31/12/2010	101,40	31/12/2011	103,50	2,07

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012	
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil - SIFT/IMTE	Anual	31/12/2010	5.611,00			31/12/2013	7.423,00		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Número de empresas fiscalizadas	unidade	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFTT	Anual	08/01/2013	273.185,00			31/01/2013	275.139,00		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas	unidade	DOU	Anual	31/12/2012	7,00			31/01/2013	10,00		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	Relatórios de Inspeção/MTE	Anual	31/12/2010	2.628,00			31/12/2013	1.559,00		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias	%	GPRODWEB e CAEPI	Anual	31/12/2012	100,00			21/12/2013	100,00		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	Relatórios gerenciais do Abono Salarial e RAIS.	Anual	31/12/2010	96,32		31/07/2012	95,08	31/12/2013	94,90	-0,19
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	Base de Gestão do Seguro-desemprego e Caged.	Anual	31/12/2010	78,12		30/11/2012	76,20	31/12/2013	71,30	-6,43
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	Infogem e Base de Gestão da IMO e Caged.	Anual	31/12/2010	6,50		30/11/2012	3,60	31/12/2013	3,80	5,56
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de formalização	%	PNAD/IBGE	Anual	31/12/2009	53,58		30/09/2011	57,13	30/09/2012	56,90	-0,40
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho e Anuário Estatístico da Previdência Social	Anual	31/12/2011	49,96			31/12/2012	41,99		
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho e Anuário Estatístico da Previdência Social	Anual	31/12/2011	15,58			31/12/2012	14,47		

## 618 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFTI); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Anual	31/12/2010	29,00			31/12/2012	31,00	
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de inserção dos beneficiários de qualificação no mundo do trabalho	%	DEQ/SPPE/MTE.	Anual	31/12/2009	52,89	30/11/2012	12,67	31/12/2013	27,00	113,10
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFTI) e Rais.	Anual	31/12/2010	2,40	31/12/2011	1,83	31/12/2012	1,40	-23,50
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFTI; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE	Anual	31/12/2010	44,00			31/12/2012	50,03	
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho e Anuário Estatístico da Previdência Social	Anual	31/12/2011	26,44			31/12/2012	24,15	
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito (PROGER)	unidade	Sistema de acompanhamento da execução do Proger, Rais e Caged.	Anual	31/12/2010	1.860.082,00	31/12/2012	952.048,00	31/12/2013	721.791,00	-24,19
2071	Trabalho, Emprego e Renda	Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R\$	Banco de dados do PNIMPO/MTE.	Anual	31/12/2010	#####	31/12/2011	3.755.106.085,62	31/12/2013	9.379.616.479,43	149,78
2072	Transporte Ferroviário	Índice de acidentes ferroviários	acidentes/ (milhão.trens.km)	ANTT	Anual	31/12/2010	15,00	30/11/2012	12,00	31/12/2013	11,95	-0,42
2072	Transporte Ferroviário	Malha ferroviária	km	ANTT / DNIT	A definir	31/12/2010	29.785,00	31/12/2012	28.692,00	31/12/2013	28.978,00	1,00

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2072	Transporte Ferroviário	Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	ANTT / DNIT	Bianual	31/12/2010	18.900,00	31/12/2012	5.544,00	31/12/2013	7.012,00	26,48
2072	Transporte Ferroviário	Número de acidentes ferroviários	quantidade	ANTT	Anual	31/12/2010	951,00	31/12/2012	946,00	31/12/2013	866,00	-8,46
2072	Transporte Ferroviário	Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	ANTT e ANAC	Anual	31/12/2010	2,00	31/12/2010	2,00	31/12/2013	2,00	0,00
2072	Transporte Ferroviário	Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	ANTT	Anual	31/12/2010	7,36	30/11/2012	8,64	31/12/2013	8,39	-2,89
2072	Transporte Ferroviário	Produto médio anual do transporte ferroviário	R\$/mil TKU	ANTT	Anual	31/12/2010	50,00	31/12/2012	35,44	31/12/2013	36,18	2,09
2072	Transporte Ferroviário	Ranking de Qualidade das Ferrovias (GC)	posição em listagem de países	Fórum Econômico Mundial	A cada censo ou contagem	31/12/2010	87,00	31/12/2011	100,00	05/09/2013	103,00	3,00
2072	Transporte Ferroviário	Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	ANTT	Anual	31/12/2010	279,00	30/11/2012	275,00	31/12/2013	299,00	8,73
2072	Transporte Ferroviário	Total de carga geral transportada	milhão de tu	ANTT	Anual	31/12/2010	103,10	30/11/2012	34,00	31/12/2013	27,00	-20,59
2072	Transporte Ferroviário	Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	ANTT	Anual	31/12/2010	497,00	30/11/2012	421,00	31/12/2013	463,00	9,98
2072	Transporte Ferroviário	Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	ANTT	Anual	31/12/2010	2.484.930,00	31/12/2010	2.484.930,00	31/12/2013	1.187.773,00	-52,20
2072	Transporte Ferroviário	Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	MDIC	Anual	31/12/2010	818.844,00	31/12/2012	627.026,00	31/12/2013	609.000,00	-2,87
2072	Transporte Ferroviário	Velocidade média comercial dos trens	km/h	ANTT	Anual	31/12/2010	25,00	30/11/2012	15,63	31/12/2013	15,95	2,05
2074	Transporte Marítimo	Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	119,54	31/12/2012	132,38	31/12/2012	132,38	0,00
2074	Transporte Marítimo	Movimentação anual de graneis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	208,46	31/12/2012	217,15	31/12/2012	217,15	0,00
2074	Transporte Marítimo	Movimentação anual de graneis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	505,89	31/12/2012	554,23	31/12/2012	554,23	0,00

## 620 ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2074	Transporte Marítimo	Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	188,01	31/12/2012	201,02	31/12/2012	201,02	0,00
2074	Transporte Marítimo	Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	616,40	31/12/2012	670,25	31/12/2012	670,25	0,00
2074	Transporte Marítimo	Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	Antaq	Anual	31/12/2010	74,63	31/12/2012	87,28	31/12/2012	87,28	0,00
2074	Transporte Marítimo	Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	Abremar	Anual	31/12/2010	720.621,00	31/12/2010	720.621,00	30/04/2013	732.163,00	1,60
2074	Transporte Marítimo	Ranking do índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	Fórum Econômico Mundial	Anual	30/08/2010	58,00	31/12/2012	48,00	30/08/2013	48,00	0,00
2074	Transporte Marítimo	Ranking do índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	Banco Mundial	Anual	31/12/2010	41,00	31/12/2012	45,00	29/11/2013	45,00	0,00
2074	Transporte Marítimo	Tempo médio de desembarco de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	Banco Mundial	Anual	31/12/2010	5,47	31/12/2012	5,00	31/12/2012	5,00	0,00
2075	Transporte Rodoviário	Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	DNIT/DPRF	Anual	31/12/2009	7.376,00	31/12/2011	7.008,00	31/12/2013	6.872,00	-1,94
2075	Transporte Rodoviário	Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	DNIT/DPRF	Anual	31/12/2009	158.893,00	31/12/2011	188.925,00	31/12/2013	186.407,00	-1,33
2075	Transporte Rodoviário	Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	DNIT/ANTT	Anual	31/12/2010	57,00	31/12/2010	57,00	31/12/2013	58,80	3,16
2075	Transporte Rodoviário	Malha rodoviária federal pavimentada	km	DNIT	Anual	29/10/2010	62.093,00	31/12/2012	64.721,00	31/12/2013	65.920,00	1,85
2075	Transporte Rodoviário	Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	FIPE	Anual	31/12/2010	47,00	31/12/2010	47,00	31/12/2010	47,00	0,00
2075	Transporte Rodoviário	Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	ANTT/ANAC	Anual	31/12/2010	48,00	31/12/2010	48,00	31/12/2010	48,00	0,00
2075	Transporte Rodoviário	Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	DNIT	Anual	29/10/2010	81,86	31/12/2012	83,50	31/12/2013	84,00	0,60
2075	Transporte Rodoviário	Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	ABCR/ANTT	Anual	25/02/2011	4,80	31/12/2012	4,80	05/12/2013	5,68	18,33

Programa	Título	Indicador	Unidade de Medida	Fonte	Periodicidade	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Variação % em relação a 2012
						Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	
2075	Transporte Rodoviário	Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	Fórum Econômico Mundial	A cada censo ou contagem	31/12/2010	105,00	31/12/2011	123,00	05/09/2013	120,00	-2,44
2075	Transporte Rodoviário	Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	FIPE	Anual	31/12/2010	1.170,74	31/12/2010	1.170,74	31/12/2010	1.170,74	0,00
2075	Transporte Rodoviário	Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	MDIC	Anual	31/12/2010	11.303,14	31/12/2012	11.298,00	31/12/2013	11.373,00	0,66
2076	Turismo	Chegadas de turistas internacionais	milhão	Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo - DPP/MTur	Anual	31/12/2010	5,16	31/12/2011	5,43	31/12/2012	5,68	4,55
2076	Turismo	Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE	Anual	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53	0,00
2076	Turismo	Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	Fundação Getúlio Vargas	Anual	31/12/2010	56,00	31/12/2011	57,50	31/12/2013	58,80	2,26
2076	Turismo	Receita cambial gerada pelo turismo	US\$ bilhão	Banco Central - BACEN	Anual	31/12/2010	5,70	06/02/2013	6,65	30/06/2013	6,65	0,12
2076	Turismo	Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE	Quadrienal	31/12/2010	186,00	30/09/2012	190,88	30/09/2012	190,88	0,00



# PARTE V

## BALANÇO GERAL DA UNIÃO

## PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

Nesta parte, apresenta-se o Balanço Geral da União (BGU), que agrega as informações dos órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e dos fundos, bem como consolida as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2013 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei nº 4.320/64, e complementado pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas explicativas, que têm a finalidade de apresentar o regime e os critérios contábeis usados na preparação e outras informações que facilitem a sua compreensão.

### 5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO

#### 5.1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
R\$ milhares			
ATIVO			
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>			
Disponível	1	690.952.547,63	675.212.752,40
Créditos em Circulação	2	58.334.470,04	54.990.783,34
Ativo Financeiro a Longo Prazo		29.953,10	30.401,55
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>749.316.970,78</b>	<b>730.233.937,28</b>
<b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>			
Realizável a Curto Prazo	3	284.317.890,81	203.501.597,61
Realizável a Longo Prazo	4/ 5/ 6	2.589.294.777,16	2.207.538.842,61
		2.873.612.667,97	2.411.040.440,22
Permanente			
Investimentos	7	295.162.235,93	286.189.940,55
Imobilizado	8	661.797.004,01	536.184.785,40
Intangível	9	1.528.756,11	921.587,14
Diferido		17.571,08	19.384,55
		958.505.567,13	823.315.697,64
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>		<b>3.832.118.235,10</b>	<b>3.234.356.137,86</b>
<b>ATIVO REAL</b>		<b>4.581.435.205,88</b>	<b>3.964.590.075,14</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	16	<b>1.396.981.149,28</b>	<b>1.139.093.980,34</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.978.416.355,16</b>	<b>5.103.684.055,48</b>

(CONTINUAÇÃO)

BALANÇO PATRIMONIAL			
R\$ milhares			
PASSIVO			
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>			
Depósitos	10	18.975.204,04	16.138.737,29
Obrigações em Circulação	11	236.420.163,97	189.308.770,80
Valores Pendentes a Curto Prazo	12	1.413.794,66	974.663,95
Passivo Financeiro a Longo Prazo		24.575,90	16.307,70
<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>256.833.738,57</b>	<b>206.438.479,74</b>
<b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>			
Obrigações em Circulação	13	656.607.743,49	525.234.453,17
Exigível a Longo Prazo	14	2.482.383.433,84	2.469.545.009,79
Resultado de Exercícios Futuros		3.141.234,04	2.021.666,81
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>		<b>3.142.132.411,37</b>	<b>2.996.801.129,77</b>
<b>PASSIVO REAL</b>			
		3.398.966.149,94	3.203.239.609,51
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social/Capital Social	15	1.183.412.766,68	762.532.775,60
Reservas		8.247.154,69	7.545.449,94
Ajustes de Avaliação Patrimonial		263.254,36	109.201,46
Resultados Acumulados		(9.454.119,78)	(8.836.961,38)
Resultado do Exercício		(835.668,95)	(1.828.132,03)
Resultados de Exercícios Anteriores		(8.618.450,83)	(7.008.829,34)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.182.469.055,94</b>	<b>761.350.465,63</b>
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>			
	16	1.396.981.149,28	1.139.093.980,34
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.978.416.355,16</b>	<b>5.103.684.055,48</b>

**5.12. Demonstrações das Variações Patrimoniais**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
R\$ milhares			
VARIAÇÕES ATIVAS			
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
ORÇAMENTÁRIAS	1		
RECEITAS CORRENTES	2/7		
Receita Tributária		398.154.602,89	374.230.594,14
Receita de Contribuições		635.640.172,75	592.692.507,85
Receita Patrimonial	3	88.004.005,16	81.327.735,80
Receita Agropecuária		27.413,95	25.386,99
Receita Industrial		925.727,91	756.186,50
Receita de Serviços		50.846.065,70	48.159.435,58
Outras Transferências Correntes		773.681,24	863.117,50
Outras Receitas Correntes		58.401.937,36	71.352.934,51
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		1.232.773.606,96	1.169.407.898,87
RECEITAS DE CAPITAL	7		
Operações de Crédito	5	508.993.964,57	551.443.458,58
Alienação de Bens	6	2.290.272,07	14.221.009,93
Amortização de Empréstimos/Financiamentos		36.908.739,89	36.442.285,18
Outras Transferências de Capital		118.100,09	242.300,19
Outras Receitas de Capital		90.877.346,07	196.503.975,70
Receita de Capital entre Órgãos do OFSS	4	817.643,85	-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		640.006.066,53	798.853.029,59
DEDUÇÕES DA RECEITA	8	(14.085.465,82)	(36.905.829,75)
MUTAÇÕES ATIVAS			
Incorporação de Ativos		93.669.602,44	78.421.417,74
Desincorporação de Passivos		832.972.292,30	851.404.664,65
TOTAL DAS MUTAÇÕES ATIVAS		926.641.894,74	929.826.082,39
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		2.785.336.102,42	2.861.181.181,09
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		2.546.950,81	3.078.562,95
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos	9	1.266.065.190,89	1.373.238.414,86
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	10	270.528.229,16	387.582.667,22
Desincorporação de Passivos	9	833.762.741,87	897.715.201,62
Ajustes de Obrigações	11/20	405.500.884,77	92.515.811,89
Ajustes Monetários do Balanço		87.234,20	1.809,89
Resultado da Equivalência Patrimonial	13	25.273.154,51	30.029.220,86
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	8.076.084,20
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		2.801.217.435,41	2.789.159.210,54
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		2.803.764.386,22	2.792.237.773,49
RESULTADO PATRIMONIAL	21		
Déficit		-	113.990.700,33
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS</b>		<b>5.589.100.488,64</b>	<b>5.767.409.654,92</b>

(CONTINUAÇÃO)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
R\$ milhares			
VARIAÇÕES PASSIVAS			
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
ORÇAMENTÁRIAS	1		
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais		205.299.154,85	189.325.586,09
Juros e Encargos da Dívida		141.705.984,85	135.057.607,41
Outras Despesas Correntes	12	841.874.033,91	753.541.076,39
Despesas entre Órgãos do OFSS		5.100.806,10	2.349.887,99
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		1.193.979.979,71	1.080.274.157,88
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	13	66.645.298,54	66.605.218,32
Inversões Financeiras		67.166.319,32	53.508.973,36
Amortização/Refinanciamento da Dívida	14	576.738.984,05	620.522.695,42
Despesas entre Órgãos do OFSS		-	942.586,67
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		710.550.601,90	741.579.473,76
MUTAÇÕES PASSIVAS			
Desincorporação de Ativos		85.694.484,98	87.972.468,87
Incorporação de Passivos		519.193.865,91	558.835.890,92
TOTAL DAS MUTAÇÕES		604.888.350,90	646.808.359,79
TOTAL DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		2.509.418.932,51	2.468.661.991,44
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		5.547.014,50	5.263.926,06
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Desincorporação de Ativos	15	1.128.735.009,21	1.307.900.318,46
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	16	211.087.854,93	221.735.977,62
Incorporação de Passivos	17	704.339.953,31	1.322.159.281,09
Ajustes de Obrigações	18/20	717.243.303,40	411.854.305,37
Ajustes Monetários do Balanço		52.070,30	327.398,03
Resultado da Equivalência Patrimonial	19	30.879.349,52	20.682.230,65
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	8.824.226,21
TOTAL DOS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		2.792.337.540,68	3.293.483.737,42
TOTAL DAS VARIAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS		2.797.884.555,17	3.298.747.663,48
RESULTADO PATRIMONIAL	21		
Superávit		281.797.000,95	-
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS</b>		<b>5.589.100.488,64</b>	<b>5.767.409.654,92</b>

**5.13. Balanço Financeiro**

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>RS milhares</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	<b>NOTA</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>VARIAÇÃO %</b>
<b>ORÇAMENTÁRIOS</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Receitas Tributárias		398.154.602,89	374.230.594,14	6%
Receitas de Contribuição		635.640.172,75	592.692.507,85	7%
Receitas Patrimoniais		88.004.005,16	81.327.735,80	8%
Receitas Agropecuárias		27.413,95	25.386,99	8%
Receitas Industriais		925.727,91	756.186,50	22%
Receitas de Serviços		50.846.065,70	48.159.435,58	6%
Transferências Correntes		773.681,24	863.117,50	-10%
Outras Receitas Correntes		58.401.937,36	71.352.934,51	-18%
		<b>1.232.773.606,96</b>	<b>1.169.407.898,87</b>	<b>5%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
Operações de Crédito		508.993.964,57	551.443.458,58	-8%
Alienação de Bens		2.290.272,07	14.221.009,93	-84%
Amortização de Empréstimos		36.908.739,89	36.442.285,18	1%
Transferências de Capital		118.100,09	242.300,19	-51%
Outras Receitas de Capital		90.877.346,07	196.503.975,70	-54%
Receitas de Capital Intraorçamentárias	1	817.643,85	-	-
		<b>640.006.066,53</b>	<b>798.853.029,59</b>	<b>-20%</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>				
		<b>(14.085.465,82)</b>	<b>(36.905.829,75)</b>	<b>-62%</b>
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO</b>		<b>1.858.694.207,68</b>	<b>1.931.355.098,70</b>	<b>-4%</b>
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>				
	2			
Valores em Circulação		525.961.911,58	309.030.015,28	70%
Valores a Classificar		1.413.717,24	974.586,53	45%
Valores Pendentes a Curto Prazo		289.292.261,05	284.946.765,43	2%
Depósitos		18.975.204,04	16.138.737,29	18%
Obrigações em Circulação		669.275.779,52	680.166.349,52	-2%
Receita Extraorçamentária		2.076.083,80	1.419.841,77	46%
Ajustes de Direitos e Obrigações		727.107.426,21	643.209.744,49	13%
<b>TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>		<b>2.234.102.383,44</b>	<b>1.935.886.040,31</b>	<b>15%</b>
<b>DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>				
Conta Única do Tesouro Nacional		323.685.048,10	292.947.252,57	10%
INSS		14.151.381,92	9.598.171,05	47%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		257.750.411,37	155.248.054,07	66%
Aplicações Financeiras		48.248.765,26	42.308.989,24	14%
Outras Disponibilidades		31.377.145,75	30.157.373,25	4%
		<b>675.212.752,40</b>	<b>530.259.840,18</b>	<b>27%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.768.009.343,52</b>	<b>4.397.500.979,19</b>	<b>8%</b>

(CONTINUAÇÃO)

BALANÇO FINANCEIRO				
R\$ milhares				
DISPÊNDIOS				
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	VARIAÇÃO %
ORÇAMENTÁRIOS				
DESpesas Correntes				
Pessoal e Encargos Sociais		205.299.154,85	189.325.586,09	8%
Juros e Encargos da Dívida		141.705.984,85	135.057.607,41	5%
Outras Despesas Correntes		841.874.033,91	753.541.076,39	12%
Despesas Correntes Intraorçamentárias	1	5.100.806,10	2.349.887,99	117%
		1.193.979.979,71	1.080.274.157,88	11%
DESpesas de Capital				
Investimentos		66.645.298,54	66.605.218,32	0%
Inversões Financeiras		67.166.319,32	53.508.973,36	26%
Amortização da Dívida		576.738.984,05	620.522.695,42	-7%
Despesas de Capital Intraorçamentárias	1	-	942.586,67	-100%
		710.550.601,90	741.579.473,76	-4%
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO</b>		<b>1.904.530.581,62</b>	<b>1.821.853.631,65</b>	<b>5%</b>
EXTRAORÇAMENTÁRIOS				
Valores em Circulação	3	474.221.551,24	525.941.839,44	-10%
Valores a Classificar		974.586,53	1.490.361,25	-35%
Valores Pendentes a Curto Prazo		289.292.261,05	284.946.765,43	2%
Depósitos		16.138.737,29	31.490.265,13	-49%
Obrigações em Circulação		661.032.870,37	416.743.950,64	59%
Despesa Extraorçamentária		6.552.460,05	5.434.282,29	21%
Ajustes de Direitos e Obrigações		724.313.747,73	634.387.130,97	14%
<b>TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>		<b>2.172.526.214,27</b>	<b>1.900.434.595,14</b>	<b>14%</b>
DISPONIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
Conta Única do Tesouro Nacional		410.271.117,90	323.685.048,10	27%
INSS		5.129.341,46	14.151.381,92	-64%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		208.198.789,65	257.750.411,37	-19%
Aplicações Financeiras		41.825.898,03	48.248.765,26	-13%
Outras Disponibilidades		25.527.400,60	31.377.145,75	-19%
		690.952.547,63	675.212.752,40	2%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.768.009.343,52</b>	<b>4.397.500.979,19</b>	<b>8%</b>

## 5.1.4. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO													
RS milhares													
RECEITAS													
	NOTA	31/12/2013					31/12/2012					VARIACÃO REALIZAÇÃO	
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO/ INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO/ INSUFICIÊNCIA ARRECADAÇÃO				
RECEITAS CORRENTES	1												
Receitas Tributárias		418.840.506,69	418.840.506,69	376.042.540,90	42.787.965,79	403.725.569,58	403.725.569,58	347.752.488,52	55.973.101,05				8%
Receitas de Contribuição		676.550.179,48	676.550.179,48	657.093.091,65	19.457.087,83	622.808.976,75	622.808.976,75	603.802.280,07	18.906.696,68				9%
Receitas Patrimoniais		109.790.242,21	109.790.242,21	85.204.025,09	24.586.217,12	67.483.216,14	67.483.216,14	81.061.148,91	(13.577.932,78)				5%
Receitas Agropecuárias		23.831,30	23.831,30	26.494,29	(2.662,99)	26.317,44	26.317,44	24.733,40	1.584,04				7%
Receitas Industriais		1.235.805,18	1.235.805,18	1.120.490,00	115.315,18	973.032,30	973.032,30	917.708,42	55.323,88				22%
Receitas de Serviços		49.223.627,60	49.223.627,60	49.833.085,77	(609.458,17)	47.435.937,38	47.435.937,38	47.974.788,28	(538.820,90)				4%
Transferências Correntes		995.930,52	995.930,52	732.972,77	262.957,75	683.472,51	683.472,51	844.444,86	(160.972,34)				-13%
Outras Receitas Correntes		58.059.422,80	58.059.422,80	73.531.478,43	(15.472.055,63)	47.066.822,29	47.066.822,29	67.775.944,07	(20.709.121,78)				8%
		1.314.719.545,78	1.314.719.545,78	1.243.564.178,91	71.135.366,87	1.190.203.344,40	1.190.203.344,40	1.150.253.486,54	39.949.857,86				8%
RECEITAS DE CAPITAL	1												
Operações de Crédito		737.332.503,51	737.332.503,51	511.751.334,97	225.581.168,54	846.789.428,04	846.789.428,04	553.826.976,76	292.962.451,28				-8%
Alienação de Bens		10.182.730,03	10.182.730,03	2.288.059,87	7.894.670,16	5.376.244,58	5.376.244,58	14.217.901,69	(8.841.657,10)				-84%
Amortização de Empréstimos		35.324.399,77	35.324.399,77	35.959.969,95	(634.570,18)	28.916.861,82	28.916.861,82	34.287.203,53	(5.370.341,71)				5%
Transferências de Capital		99.114,05	99.114,05	111.560,34	(12.446,29)	680.847,44	680.847,44	219.863,43	460.984,01				-49%
Outras Receitas de Capital		68.252.512,53	68.252.512,53	90.872.420,59	(22.619.908,05)	78.492.141,23	78.492.141,23	196.491.596,72	(117.999.415,49)				-54%
		851.191.259,89	851.191.259,89	640.982.345,71	210.208.914,19	960.255.523,11	960.255.523,11	799.043.502,14	161.212.020,98				-20%
SUBTOTAL I	3/4	2.165.910.805,67	2.165.910.805,67	1.894.566.524,61	281.344.281,05	2.150.458.867,51	2.150.458.867,51	1.949.296.988,67	201.161.878,84				-9%
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores		-	183.232.321,20	-	183.232.321,20	-	57.021.664,73	-	57.021.664,73				
Excesso de Arrecadação		2.165.910.805,67	6.346.189,55	1.894.566.524,61	470.922.791,81	2.150.458.867,51	2.150.458.867,51	1.949.296.988,67	307.420.249,06				-9%
SUBTOTAL II		2.165.910.805,67	2.355.489.316,42	1.894.566.524,61	425.086.417,87	2.150.458.867,51	2.256.717.237,73	1.949.296.988,67	307.420.249,06				-9%
DÉFICIT		-	-	45.836.373,94	(45.836.373,94)	-	-	-	-				
<b>TOTAL</b>		<b>2.165.910.805,67</b>	<b>2.355.489.316,42</b>	<b>1.930.402.898,56</b>	<b>425.086.417,87</b>	<b>2.150.458.867,51</b>	<b>2.256.717.237,73</b>	<b>1.949.296.988,67</b>	<b>307.420.249,06</b>				<b>-1%</b>

(CONTINUAÇÃO)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (R\$ milhares)													
DESPESAS													
NOTA	31/12/2013						31/12/2012						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA/ EXCESSO EXECUÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA/ EXCESSO EXECUÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA/ EXCESSO EXECUÇÃO	
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES													
DESPESAS CORRENTES	2												
Pessoal e Encargos Sociais	225.883.061,15	226.311.838,80	221.981.323,88	4.330.614,92	203.240.358,16	207.125.716,26	204.401.342,63	2.724.373,63					9%
Juros e Encargos da Dívida	152.888.097,22	186.471.286,64	141.705.984,85	44.765.271,79	140.572.105,99	151.572.538,57	135.057.607,41	16.514.931,16					5%
Outras Despesas Correntes	858.638.752,23	881.952.272,11	847.850.071,54	34.102.200,56	777.279.350,43	784.572.140,07	751.280.922,78	33.291.217,29					18%
	1.237.507.910,60	1.294.735.467,55	1.211.537.380,27	83.198.087,28	1.121.091.814,58	1.143.270.394,91	1.090.739.872,82	52.530.522,08					11%
DESPESAS DE CAPITAL	2												
Investimentos	86.555.836,16	86.183.483,63	63.602.457,50	22.581.026,12	80.332.821,10	82.865.422,79	58.019.830,68	24.845.592,11					10%
Inversões Financeiras	62.858.840,47	67.103.544,23	62.751.132,78	4.352.411,45	48.178.362,78	60.707.322,88	53.848.504,95	6.858.817,93					17%
Amortização da Dívida	747.165.760,44	863.059.339,45	576.738.984,05	286.320.355,40	874.165.738,46	888.318.282,32	620.522.695,42	267.795.586,90					-7%
Reserva de Contingência	31.822.458,00	25.171.883,23	-	25.171.883,23	26.690.130,59	18.873.775,77	-	18.873.775,77					-4%
	928.402.895,07	1.041.518.250,54	703.082.574,33	338.425.676,20	1.029.387.052,93	1.050.564.803,76	732.391.031,05	318.173.772,71					
CRÉDITOS ESPECIAIS													
DESPESAS CORRENTES	2												
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	72,97					-100%
Juros e Encargos da Dívida	-	630,00	-	630,00	-	630,00	-	630,00					
Outras Despesas Correntes	-	672.080,25	614.882,38	57.197,86	-	2.642.519,08	2.337.481,26	305.037,82					-74%
	-	672.710,25	614.882,38	57.827,86	-	2.743.449,08	2.437.708,29	305.740,79					-75%
DESPESAS DE CAPITAL	2												
Investimentos	-	482.021,97	43.917,25	438.104,72	-	730.210,28	513.885,63	216.324,65					-91%
Inversões Financeiras	-	917.750,64	19.183,89	898.566,75	-	332.607,92	93.070,19	239.537,73					-79%
	-	1.399.772,61	63.101,14	1.336.671,47	-	1.062.818,20	606.955,82	455.862,38					-90%
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS													
DESPESAS CORRENTES	2												
Pessoal e Encargos Sociais	-	0,90	-	0,90	-	904,44	17,10	887,34					-100%
Outras Despesas Correntes	-	7.347.716,16	5.760.307,45	1.587.408,71	-	4.577.273,34	2.644.829,31	1.932.444,03					118%
	-	7.347.717,06	5.760.307,45	1.587.409,61	-	4.578.177,78	2.644.846,42	1.933.331,38					118%
DESPESAS DE CAPITAL	2												
Investimentos	-	3.500.288,28	3.048.635,50	461.652,78	-	31.185.205,57	8.128.920,62	23.056.284,95					-62%
Inversões Financeiras	-	6.286.017,48	6.286.017,48	(0,00)	-	23.912.388,43	2.846.186,60	20.466.201,84					121%
	-	9.816.285,76	9.334.652,98	481.632,78	-	54.497.594,00	10.975.107,21	43.522.486,79					-15%
SUBTOTAL	3/4	2.165.910.805,67	2.355.490.203,76	1.930.402.898,56	425.087.305,20	2.150.458.867,51	1.839.795.951,62	416.921.716,12					5%
SUPERÁVIT		-	-	-	-	-	109.501.467,06	(109.501.467,06)					
<b>TOTAL</b>		<b>2.165.910.805,67</b>	<b>2.355.490.203,76</b>	<b>1.930.402.898,56</b>	<b>425.087.305,20</b>	<b>2.150.458.867,51</b>	<b>1.949.296.986,67</b>	<b>307.420.249,06</b>					<b>-1%</b>
		-	-	-	-	<b>203.240.358,16</b>	<b>204.401.342,63</b>	<b>2.724.373,63</b>					<b>9%</b>

## 5.15. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ milhares)										
Exercício de 2013										
NOTA	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO	OUTRAS RESERVAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2012	-	17.376.537,91	4.770.253,51	601.859,87	96.013,64	16.714,40	19.991,29	859.601.469,56	(776.884,56)	881.705.955,62
Variação Cambial - Saldo Inicial	0,00	-	-	(3,93)	-	-	-	621.374,89	-	621.370,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	(10.030.908,66)	(0,02)	(157,02)	(66.686,29)	(51,65)	-	40.979,28	(136.337.980,83)	-	(146.394.815,18)
Correção Monetária do PL	-	(1.815,44)	76.649,81	56.166,54	663,57	-	-	185.756,04	-	317.420,33
Reavaliação de Ativos	-	-	283,03	(30.404,04)	-	-	85.496,11	131.555.778,31	-	131.611.153,41
Aumento de Capital	-	-	2.677.042,13	-	-	-	-	6.004,80	-	2.683.046,93
Resultado do Exercício	(111.904.681,68)	-	-	-	-	-	-	(2.071.795,46)	-	(113.976.477,14)
Constituição / Reversão de Reservas	867.247.818,99	622.709,07	(645.525,84)	(34.152,55)	28.784,96	-	(7.566,98)	(862.381.323,48)	-	4.828.744,17
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(16.563,15)	-	(16.563,15)
Saldos de Integração	-	-	-	-	-	-	-	702,96	-	702,96
Provisão sobre o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(270,89)	-	(270,89)
Eros/Omissões/Mudança de Critério Contábil	-	-	-	-	-	-	-	(2,00)	-	(2,00)
Provisão para CSLL	-	-	-	-	-	-	-	(102,13)	-	(102,13)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	-	-	-	-	-	-	(29.698,24)	-	-	(29.698,24)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2012	745.312.228,65	17.997.431,51	6.878.545,62	526.779,40	123.410,52	16.714,40	109.201,46	(9.836.861,38)	(776.884,56)	781.350.465,63
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2013	-	17.997.431,51	6.878.545,62	526.779,40	123.410,52	16.714,40	109.201,46	736.475.267,27	(776.884,56)	781.350.465,63
Variação Cambial - Saldo Inicial	(0,00)	-	-	(9,26)	-	-	-	834.531,86	-	834.522,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	134.464.679,09	-	(143.284,92)	(7.435,08)	-	(1.064,88)	(602,73)	82.834.305,54	-	217.146.597,01
Correção Monetária do PL	-	5.000,00	30.536,81	152,79	10,99	-	-	(70.435,56)	-	(34.674,97)
Reavaliação de Ativos	-	-	955,53	-	-	-	157.145,94	49.528.210,73	-	49.686.312,20
Aumento de Capital	-	-	2.113.918,04	-	-	-	-	(9,75)	-	2.113.908,29
Resultado do Exercício	283.154.357,05	-	-	-	-	-	-	604.720,06	-	283.759.077,10
Constituição / Reversão de Reservas	746.029.424,61	2.538.758,97	(3.291.086,40)	(6.584,82)	4.448,84	-	(2.480,31)	(879.626.937,91)	-	(134.354.469,02)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Integração	-	-	-	-	-	-	-	(2.692,96)	-	(2.692,96)
Provisão sobre o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(436,12)	-	(436,12)
Eros/Omissões/Mudança de Critério Contábil	-	-	-	-	-	-	-	(30.479,87)	-	(30.479,87)
Provisão para CSLL	-	-	-	-	-	-	-	(163,08)	-	(163,08)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>1.163.648.460,75</b>	<b>20.541.190,48</b>	<b>7.590.733,80</b>	<b>512.903,02</b>	<b>127.868,35</b>	<b>15.649,52</b>	<b>263.254,36</b>	<b>(9.454.119,78)</b>	<b>(776.884,56)</b>	<b>1.182.469.055,94</b>

## 5.2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da União (DCON) foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e compõem a Prestação de Contas da Presidenta da República, que é integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União.

Tem sua abrangência nas entidades da administração direta e indireta de todos os poderes que sejam integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme § 5º, artigo 119 da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013: §5º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no Siafi, conforme estabelece o caput do art. 6º.

Em 25 de agosto de 2008, foi publicada a Portaria MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa diretriz.

Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público. Tais ações contribuíram para a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na Gestão do Patrimônio Público. Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas ações vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais objetivos:

A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standard – Ipsas), publicadas pelo International Federation of Accountants (Ifac);

A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008 foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC-T-16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não

só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio; e

A adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), publicado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 e pela Portaria STN nº 437/2012.

As DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), Manual Siafi e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Nbcasp - NBC-T 16).

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que é um instrumento utilizado para evidenciar as variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente o patrimônio líquido. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2013. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos da União no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos no grupo intitulado Compensado.

A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 14, estabelece a estrutura do Balanço Patrimonial, destacando os grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Real, Saldo Patrimonial (Passivo Real Descoberto), Ativo Compensado e Ativo Total, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Passivo Real, Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido), Passivo Compensado e Passivo Total.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por competência e em função da estrutura do Plano de Contas da administração federal, adotou nova metodologia e promoveu alterações na estrutura do Balanço Patrimonial, atualmente disponibilizada no Siafi, em que o Ativo Permanente e o Passivo Permanente passaram a se chamar Ativo não Financeiro (dependente de autorização legislativa) e Passivo não Financeiro (dívida fundada e demais passivos que

dependem de autorização legislativa para serem amortizados ou resgatados), e o saldo patrimonial passou a ser o Patrimônio Líquido constante da coluna do Passivo.

O Balanço Patrimonial demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial. Em 2013, por exemplo, os procedimentos de contabilização da depreciação, amortização e exaustão que vêm acontecendo desde 2010, em atendimento ao Manual Siafi, impactaram o patrimônio da União, com valores mais fidedignos, objeto de nota explicativa específica.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial.

A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 15, estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extraorçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais.

O Balanço Orçamentário está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerado os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

A análise do Balanço Orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão

orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

O Balanço Financeiro tem sua estrutura definida no Anexo 13 da Lei nº 4.320/1964, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as funções. No entanto, no Siafi, o Balanço Financeiro vem sendo elaborado com a estrutura de categoria econômica para a receita e para a despesa orçamentárias, em aderência à estrutura do Plano de Contas e devido à inviabilidade do desdobramento por função nesse demonstrativo.

Os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

Nas demonstrações contábeis consolidadas da União, utiliza-se critério de exclusão de itens, que elimina dos demonstrativos as transações entre os órgãos e entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, uma vez que esses valores são compensáveis dentro da nova unidade contábil.

## **5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis**

### **Depreciação, Amortização, Exaustão, Redução ao Valor Recuperável e Reavaliação de Itens do Imobilizado**

Em 2010, para fiel evidenciação do Patrimônio da União, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou a macrofunção "02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações" do Manual Siafi, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado.

Conforme quadro a seguir, ficou estabelecido, na citada norma, um cronograma para o período de transição que determina os prazos máximos para o início da contabilização da depreciação dos ativos adquiridos em exercícios anteriores. Esse cronograma estabeleceu prazos máximos até 2013, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais foram impactados pelas reavaliações e ajustes a valor recuperável até o exercício de 2013.

GRUPOS DE ATIVOS	PRAZO MÁXIMO
Aeronaves	2011
Embarcações	2011
Equipamentos de Processamento de Dados	2011
Veículos de Tração Mecânica	2011
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012
Máquinas e Equipamentos Industriais	2012
Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	2013
Mobiliário em Geral	2013

Fonte: Manual Siafi Web, disponível no endereço eletrônico <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br>.

### Reconhecimento e Atualização dos Créditos Tributários da União

Em 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil passou a registrar em seu ativo, os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa. Anteriormente esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição. Apesar de tal registro não significar a adoção completa do regime de competência, expressa um avanço nesse sentido. A STN publicou, em 2011, a macrofunção "02.03.33 – Crédito Tributário a Receber e Provisão" do Manual Siafi, que trata dos procedimentos para registro da apropriação de créditos tributários a receber e constituição da respectiva provisão, na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações.

No Manual Siafi, foi estabelecido um cronograma para o registro dos créditos tributários e a constituição da sua correspondente provisão para perdas, com prazo iniciando em 2012, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais sofrerão impacto até que se conclua de forma completa o reconhecimento, a mensuração e o registro. Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

### 5.2.3. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos

Em 1º de abril de 2013, foi publicada a Lei nº 12.792/2013 que promoveu alterações na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE/PR), órgão 69000, vinculado à Presidência da República, órgão 20000. Segundo a Lei nº 12.792/2013, compete à SMPE assessorar direta e imediatamente o Presidente da República, especialmente:

I - na formulação, coordenação e articulação de:

- a) políticas e diretrizes para o apoio à microempresa,

empresa de pequeno porte e artesanato e de fortalecimento, expansão e formalização de Micro e Pequenas Empresas;

b) programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte e de promoção do desenvolvimento da produção;

c) programas e ações de qualificação e extensão empresarial voltadas à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato; e

d) programas de promoção da competitividade e inovação voltados à microempresa e empresa de pequeno porte;

II - na coordenação e supervisão dos Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte custeados com recursos da União;

III - na articulação e incentivo à participação da microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços e sua internacionalização.

O Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013 criou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), órgão 25289, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e tendo por objeto: i) a concessão de garantias contra riscos; ii) a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores; e iii) a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros.

A Lei nº 12.798/2013, Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, alterou a classificação institucional de alguns órgãos pertencentes à estrutura da Presidência da República. Assim, a codificação dos órgãos e unidades orçamentárias da Presidência da República no Siafi foi modificada para ficar conexa com a LOA, conforme quadro a seguir:

ÓRGÃOS CRIADOS	
60000	Gabinete da Vice-Presidência da República
61000	Secretaria de Assuntos Estratégicos
62000	Secretaria de Aviação Civil
62901	Fundo Nacional de Aviação Civil
63000	Advocacia-Geral da União
64000	Secretaria de Direitos Humanos
64901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
64902	Fundo Nacional do Idoso
65000	Secretaria de Políticas para as Mulheres
66000	Controladoria-Geral da União
67000	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
68000	Secretaria de Portos
61201	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
62201	Agência Nacional de Aviação Civil
68201	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ÓRGÃOS EXTINTOS	
20102	Gabinete da Vice-Presidência da República
20125	Controladoria-Geral da União
20114	Advocacia-Geral da União
20115	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
20929	Fundo Nacional do Idoso
20214	Agência Nacional de Aviação Civil
25206	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

No âmbito do Ministério da Educação (MEC) foram criados em 2013, os seguintes órgãos:

Órgão 26.449 – Universidade Federal do Cariri – Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA), por desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC), e dá outras providências;

Órgão 26.447 – Universidade Federal do Oeste da Bahia – Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e dá outras providências;

Órgão 26.450 – Universidade Federal do Sul da Bahia – Lei nº 12.818, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), e dá outras providências; e

Órgão 26.448 – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), e dá outras providências.

## 5.2.4. Procedimentos Especiais

### Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidades em

moeda estrangeira são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício.

A taxa utilizada é a oficial do Banco Central do Brasil do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

Desde o exercício de 2011, foram criados procedimentos que demonstram a variação cambial como causa dessa aparente desconformidade, sendo estes procedimentos evidenciados nas contas contábeis do grupo “29225.00.00 Créditos Descentralizados – Variação Cambial”.

### Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai) – Patrimônio Indígena

Cinco entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não têm seus patrimônios e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União, aplicadas às entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou das participações permanentes (investimentos).

Quatro utilizam o Siafi, em sua modalidade parcial, integrando seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes, pois utilizam outros sistemas para registro de seus atos e fatos contábeis. Por sua vez, a Funai – Patrimônio Indígena, que também não pertence aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, processa toda sua execução orçamentária e financeira por meio do Siafi, não necessitando, portanto, submeter-se ao procedimento de integração de balancetes.

Em 2013, o Banco Central do Brasil (BCB) – Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), a Fundação Habitacional do

Exército (Órgão 27201/16201), a Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992), que não utilizam o Siafi na modalidade total, tiveram seus saldos contábeis integrados ao Siafi, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas nas demonstrações pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual Siafi, código 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

O próximo quadro demonstra os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais com os cinco órgãos que não participam do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que não têm seus patrimônios evidenciados nas demonstrações consolidadas da União por meio do procedimento de consolidação ou das participações permanentes (investimentos) da União.

### ÓRGÃOS QUE FAZEM A INTEGRAÇÃO DE BALANCETES E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO R\$ milhares

DEMONSTRATIVO	ITENS DOS DEMONSTRATIVOS	ÓRGÃOS PERTENCENTES AO OFSS	ÓRGÃOS QUE FAZEM A INTEGRAÇÃO DE BALANCETES E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Funai)					TOTAL
			(NÃO PERTENCENTES AO OFSS)					
			25280 /17280	27201 /16201	30205 /19209	32991 /32991	32992 /32992	
			Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária)	Fundo Habitacional do Exército	Fundação Nacional do Índio	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenvolvimento Energético	
Balanço Patrimonial	Ativo Financeiro (1)	749.316.970,78	70.959.338,09	193.234,59	22.772,27	1.846.762,06	-8.623.628,74	813.715.449,05
	Ativo não Financeiro (2)	3.832.118.235,10	1.836.726.584,11	2.409.917,51	27.501,80	20.026.865,78	824.328,71	5.692.133.433,00
	Ativo Real (1) + (2)	4.581.435.205,88	1.907.685.922,20	2.603.152,10	50.274,07	21.873.627,84	-7.799.300,03	6.505.848.882,05
	Ativo Compensado (3)	1.396.981.149,28	508.367.840,95	3.003.311,13	13.025,99	0	0	1.908.365.327,35
	<b>Ativo (1) + (2) + (3)</b>	<b>5.978.416.355,16</b>	<b>2.416.053.763,15</b>	<b>5.606.463,22</b>	<b>63.300,06</b>	<b>21.873.627,84</b>	<b>-7.799.300,03</b>	<b>8.414.214.209,40</b>
	Passivo Financeiro (4)	256.833.738,57	1.054.225.139,94	64.963,46	2.587,81	19.985.461,02	-10.824.188,39	1.320.287.702,41
	Passivo não Financeiro (5)	3.142.132.411,37	820.593.434,81	46.960,10	-2.551,75	2.498,47	0,00	3.962.772.753,01
	Passivo Real (4) + (5)	3.398.966.149,94	1.874.818.574,75	111.923,56	36,06	19.987.959,49	-10.824.188,39	5.283.060.455,42
	Patrimônio Líquido (6)	1.182.469.055,94	32.867.347,45	2.491.228,53	50.238,01	1.885.668,35	3.024.888,36	1.222.788.426,63
Passivo Compensado (7)	1.396.981.149,28	508.367.840,95	3.003.311,13	13.025,99	0	0	1.908.365.327,35	
	<b>Passivo (4) + (5) + (6) + (7)</b>	<b>5.978.416.355,16</b>	<b>2.416.053.763,15</b>	<b>5.606.463,22</b>	<b>63.300,06</b>	<b>21.873.627,84</b>	<b>-7.799.300,03</b>	<b>8.414.214.209,40</b>
Demonstração das Variações Patrimoniais	Variações Ativas Orçamentárias (8)	2.785.336.102,42	0	0	6.339,74	0	0	2.785.342.442,16
	Variações Ativas Extraorçamentárias (9)	2.803.764.386,22	266.635.906,82	465.005,24	1.732,84	2.087.081,87	5.333.972,43	3.078.288.085,43
	Variações Passivas Orçamentárias (10)	2.509.418.932,51	0	0	5.147,88	0	0	2.509.424.080,39
	Variações Passivas Extraorçamentárias (11)	2.797.884.555,17	252.922.287,46	244.520,74	3.951,62	5.209.915,09	3.453.882,67	3.059.719.112,75
	<b>Resultado Patrimonial (8) + (9) - (10) - (11)</b>	<b>281.797.000,95</b>	<b>13.713.619,36</b>	<b>220.484,51</b>	<b>-1.026,92</b>	<b>-3.122.833,22</b>	<b>1.880.089,77</b>	<b>294.487.334,45</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Resultado do Banco Central do Brasil (BCB)**

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN), efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BACEN – Custos das Reservas, gerando saldo de R\$ 9,9 bilhões em 31/12/2012, tendo em vista o registro e a liquidação dos Resultados da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, apurado no exercício de 2012, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta MF/BCB nº 125/2008. Este valor permaneceu inalterado até 31/12/2013 que, conforme a legislação retro mencionada, determina que o Resultado Negativo deve ser pago até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da apuração, ou seja, deverá ser pago em janeiro de 2014.

Por sua vez, o Resultado BACEN – Custos das Reservas no 1º e 2º semestre de 2013 foram positivos em R\$ 15,7 e 15,9 bilhões respectivamente, registrados na conta contábil 11221.05.02 – Resultado Positivo BACEN – Custos das Reservas, sendo o valor do 1º semestre atualizado em R\$ 295,7 milhões, totalizando cerca de R\$ 16 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2013 e para o 2º semestre a previsão de crédito é em março/2014.

Os resultados negativos se constituem em obrigação da União com o Banco Central do Brasil, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Por sua vez, os resultados positivos são obrigação do BCB com a União, devendo ser objeto de crédito na Conta Única até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação das demonstrações pelo CMN.

Para um melhor entendimento, seguem abaixo as definições constantes do art. 6º, §1º da Lei nº 11.803/2008:

“I – resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil: o produto

entre o estoque de reservas cambiais, apurado em reais, e a diferença entre sua taxa média ponderada de rentabilidade, em reais, e a taxa média ponderada do passivo do Banco Central do Brasil, nele incluído seu patrimônio líquido; e

II – resultado financeiro das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central do Brasil no mercado interno: a soma dos valores referentes aos ajustes periódicos dos contratos de derivativos cambiais firmados pelo Banco Central do Brasil no mercado interno, apurados por câmara ou prestador de serviços de compensação, liquidação e custódia.”

No que se refere ao Resultado Patrimonial do Banco Central do Brasil, apurado semestralmente, os lançamentos ocorrem nas seguintes contas contábeis:

Se positivo: 11221.05.01 – Resultado Positivo do BACEN – Balanço Apurado;  
Se negativo: 21221.04.01 – Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado

O Resultado BACEN – Balanço Apurado no 2º semestre de 2012 e 1º semestre de 2013 foram positivos em cerca de R\$ 12,3 e 15,5 bilhões respectivamente, sendo atualizados em R\$ 246,2 milhões, totalizando cerca de R\$ 12,6 bilhões e atualizado em R\$ 290,1 milhões totalizando cerca de R\$ 15,8 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março e setembro/2013 respectivamente. O resultado patrimonial referente ao 2º semestre de 2013 está sendo apurado pelo BCB, e será disponibilizado quando da aprovação das respectivas Demonstrações Contábeis pelo CMN.

**Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Intraorçamentárias**

No exercício de 2013 foi identificada uma diferença de R\$ 2,5 bilhões entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**  
R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	VALOR
Despesas – Valores Pagos, Inclusive RP (a)	29.224.546.198,14
Receitas – Valores Brutos Arrecadados (b)	26.689.960.787,21
Deduções das Receitas Intraorçamentárias (c)	5.779.462,20
<b>DIFERENÇA (a) – (b) – (c)</b>	<b>2.528.805.948,73</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

As rotinas estabelecidas para as Receitas Intraorçamentárias e Despesas Intraorçamentárias não permitem a compatibilização de seus valores, devido a várias diferenças conceituais e operacionais.

A seguir são descritas as principais divergências encontradas ao longo dos exercícios anteriores, que explicam a maior

parte das diferenças apresentadas.

Os regimes contábeis da despesa e receita orçamentárias são diferentes, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho – e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto, não há como conciliar os

valores dentro de um mesmo exercício. Com base nesse conceito, o quadro acima foi elaborado demonstrando apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para chegar a um valor mais próximo do que deveria ser, caso todas as rotinas fossem conciliadas.

No âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão 37202, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias.

Outras rotinas peculiares dizem respeito ao registro de despesas com Salário-Educação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária e o registro, pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de apenas 20% dos valores recebidos como receita intraorçamentária.

Na distribuição de dividendos das empresas estatais dependentes também ocorre o registro da receita intraorçamentária sem a correspondente despesa intraorçamentária nas unidades que fazem a distribuição.

Além das rotinas citadas, outras também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, tais como:

- Pagamento de multa e juros pela Unidade Gestora (UG)

como substituto tributário;

- Eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho, em que o Siafi não registra como despesa intraorçamentária, mas que poderá dar origem a uma receita intraorçamentária;
- Imposto de renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) sobre o lucro das empresas estatais dependentes, quando o recolhimento de tributos não guarda compatibilidade com os registros de receita intraorçamentária;
- Diferentes códigos de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) na fita da Receita Federal, que classificam as receitas como intraorçamentárias ou não, independente da natureza da despesa;
- Possíveis problemas da rotina da folha de pagamento, decorrentes de reclassificação de despesa, devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, dentre outros.

**5.2.5. Composição dos Principais Itens das Demonstrações**

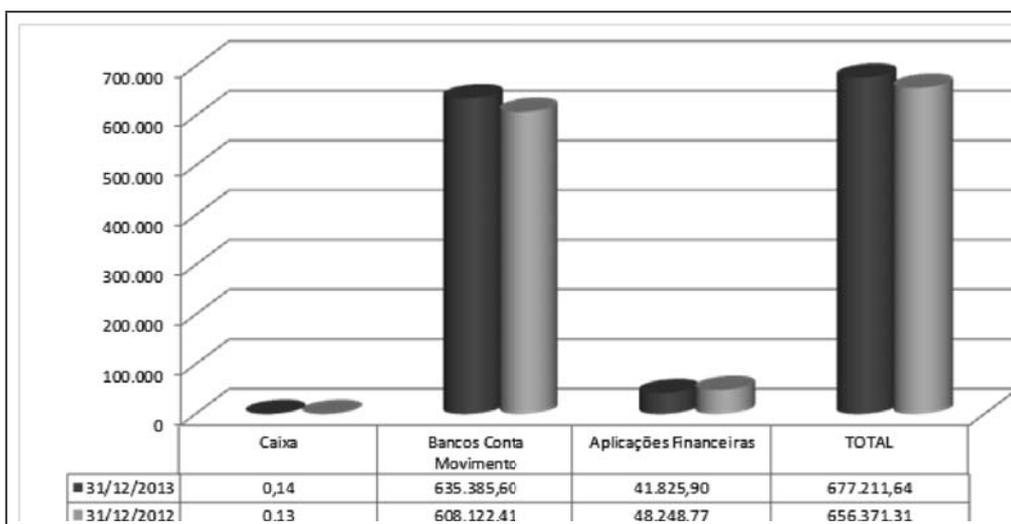
**Balanco Patrimonial**

**Nota 1 – Ativo Financeiro – Disponível**

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira.

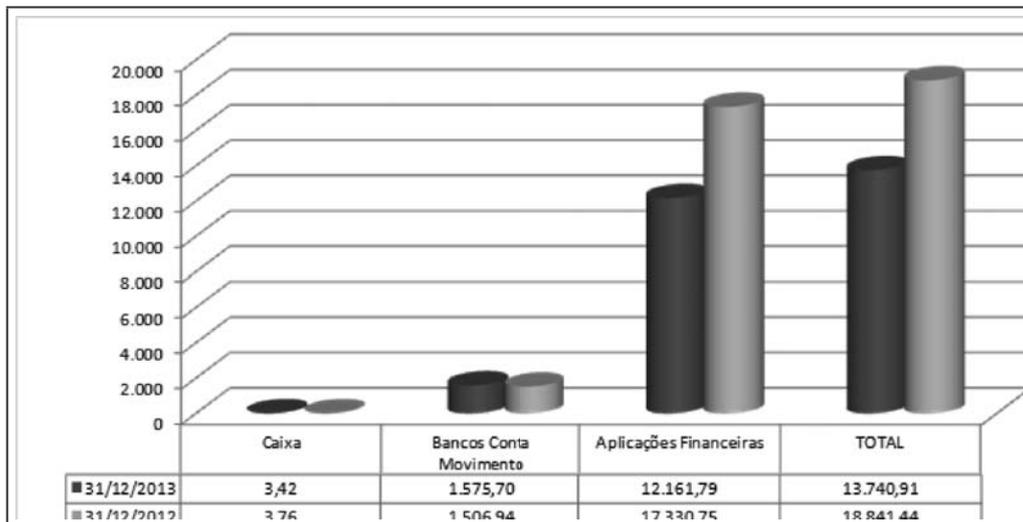
Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA**  
R\$ milhões

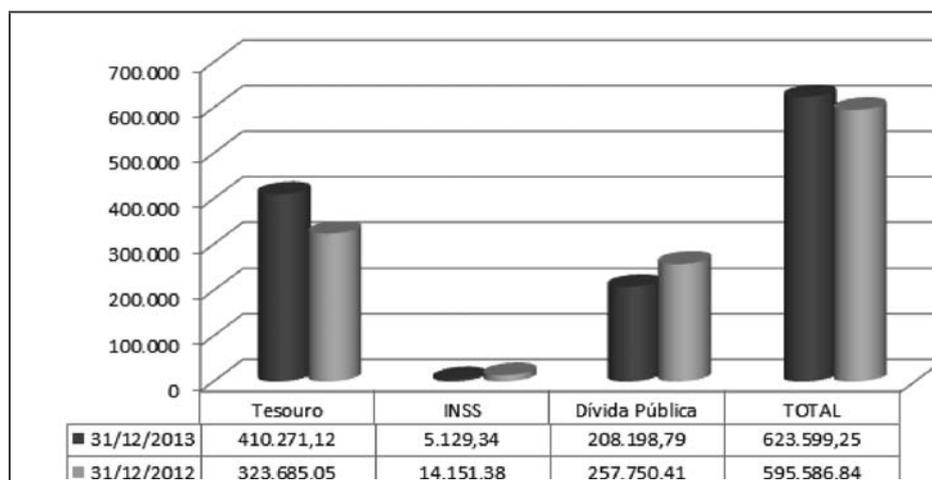


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica "Bancos Conta Movimento" em "Disponível em Moeda Nacional". Atualmente, a conta única é subdividida em três

segmentos: a destinada à administração da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional. A seguir, gráfico com os montantes por segmento.

**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do "Tesouro" e as destinadas à administração da "Dívida Pública" ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União. Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta "Tesouro", e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta "Dívida Pública", o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas.

Além dos valores apresentados acima, integram Bancos conta Movimento as disponibilidades dos Fundos Constitucionais no valor de cerca de R\$ 10,9 bilhões e outras contas no valor de R\$ 0,9 bilhão.

Os valores disponíveis para as movimentações gerais do "Tesouro" no final do exercício (R\$ 410,2 bilhões) apresentam diferenças em relação aos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB) (R\$ 442,6 bilhões) em função dos seguintes fatos:

Contabilização no Siafi de ordens bancárias para pagamento no dia útil seguinte. Tais ordens bancárias são contabilizadas no Siafi, mas a baixa efetiva na conta única e sua respectiva atualização no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) ocorrerão somente no dia posterior. Dessa forma, os dados do Sisbacen em relação à disponibilidade do tesouro apresenta normalmente um saldo maior do que o apresentado pelo Siafi. Essa diferença representou aproximadamente o valor de R\$ 28,8 bilhões, no final do exercício.

Utilização de diferentes amostras de dados. Os dados apresentados nestas demonstrações contábeis consideram apenas os valores referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), enquanto que os valores considerados pelo Sisbacen não se limitam a este orçamento. Essa diferença representou um valor de pouco mais de R\$ 3,5 bilhões em 31/12/2013 e R\$ 2 bilhões em 31/12/2012.

A tabela a seguir demonstra a formação dos saldos disponíveis no Siafi na Conta Única da União, partindo dos saldos disponíveis no Sisbacen:

**RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**  
R\$ milhões

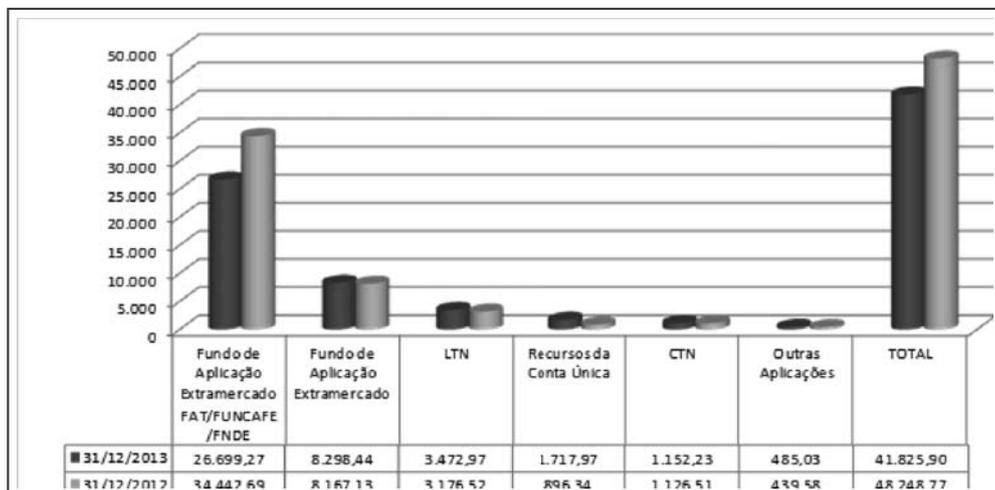
DISPONÍVEL NA CONTA ÚNICA DA UNIÃO	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo disponível no Sisbacen	442.637,20	348.499,50
– OB para pagamento no dia seguinte	(28.808,80)	(22.789,08)
– Saldo não pertencente ao OFSS	(3.557,28)	(2.016,72)
– OB de pagamento de pessoal	-	(8,64)
<b>= SALDO DISPONÍVEL NO SIAFI</b>	<b>410.271,12</b>	<b>323.685,05</b>

Fonte: Sisbacen/Banco Central do Brasil - Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No "Disponível em Moeda Nacional", enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que compõe a

rubrica "Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE", sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R\$ 34,4 bilhões em 2012 e R\$ 26,7 bilhões em 2013. A seguir, pode-se vislumbrar a evolução das aplicações financeiras da União.

**DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS**  
R\$ milhões

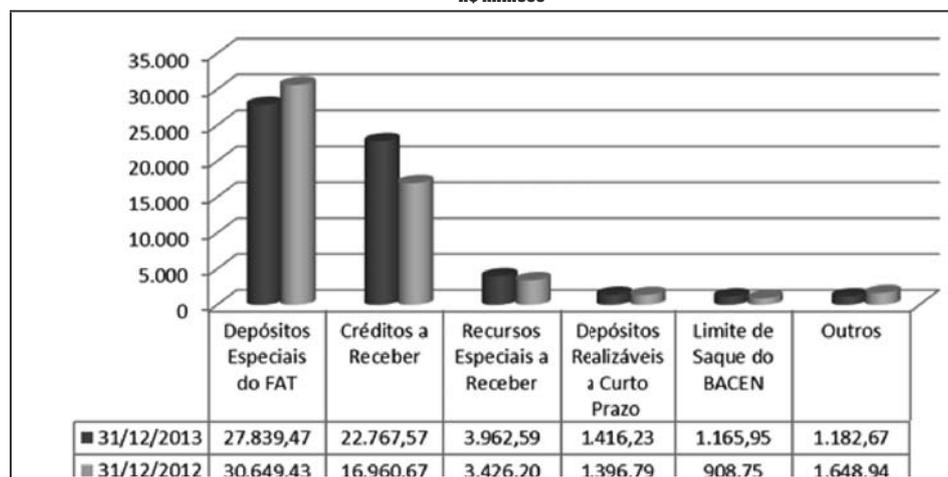


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 2 – Ativo Financeiro – Créditos em Circulação**

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada no gráfico a seguir:

**CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item mais significativo se refere a depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, recolhidos ao Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste S.A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. As aplicações são realizadas em conformidade com

a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, sendo os recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

A maior parte do item “Créditos a Receber” se refere a direitos a receber de diversas origens, como receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à conta única; créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados

a recuperar por se tratar de gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); entre outros.

Os valores restantes no item "Créditos a Receber" são basicamente recursos a receber por transferência, e correspondem aos saldos remanescentes nas unidades que não receberam os recursos financeiros ou não baixaram o crédito correspondente quando do recebimento dos recursos do acordo de cooperação técnica ou convênio.

Nota 3 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da SRFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, acrescido pela Lei Complementar

nº 131/2009.

Os créditos tributários efetivamente devidos, registrados nos sistemas da SRFB e contabilizados no Siafi no "Realizável a Curto Prazo" apresentaram uma variação negativa de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões. Tais créditos, apesar de considerados os registros até dezembro de 2013, são referentes à atualização de créditos tributários a receber até novembro de 2013.

Os fatores que mais influenciaram a variação do item "Créditos em Circulação" em 2013 foram o acréscimo de R\$ 28,8 bilhões no item "Empréstimos e Financiamentos" e de quase R\$ 38 bilhões no item "Diversas Provisões".

O quadro a seguir evidencia as variações sofridas pelos itens do grupo "Créditos em Circulação".

**ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO**  
R\$ milhões

ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ			VARIÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	
	(a)	(b)	(a) / (b) %	
Empréstimos e Financiamentos	107.531,28	78.673,79	28.857,49	36,7%
Créditos Tributários a Receber	105.713,34	108.500,23	(2.786,89)	-2,6%
Adiantamentos Concedidos	34.892,89	25.643,40	9.249,49	36,1%
Resultado Positivo do BACEN	15.918,93	12.172,45	3.746,48	30,8%
Diversos Responsáveis	15.324,04	13.850,57	1.473,47	10,6%
Créditos Administrativos	1.810,08	1.202,94	607,14	50,5%
Fornecimentos a Receber	991,73	1.040,77	(49,04)	-4,7%
Outros Créditos em Circulação	1.553,52	722,79	830,73	114,9%
Diversas Provisões	(20.672,79)	(58.670,47)	37.997,68	-64,8%
<b>TOTAL</b>	<b>263.063,03</b>	<b>183.136,48</b>	<b>79.926,55</b>	<b>43,6%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 4 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) iniciou a contabilização da provisão para perdas dos créditos tributários federais lançados sob sua administração. Em 2013, houve aumento de R\$ 210,9 bilhões na contabilização do "Crédito Tributário a Receber (LP)", mas como a "Provisão para Crédito Tributário a Receber (LP)" teve uma redução de

R\$ 2,8 bilhões, observa-se um aumento líquido no crédito tributário recebível da ordem de quase R\$ 214 bilhões.

Como acontece com os "Créditos de Curto Prazo", os "Créditos Tributários a Receber (LP)", administrados pela SRFB, apesar de considerados os registros até dezembro de 2013, são referentes à atualização de créditos tributários a receber até novembro de 2013.

**CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**  
R\$ milhões

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	a  -  b	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Créditos da União, Estados e Municípios	36.725,78	29.999,00	6.726,79	22,4%
Devedores - Entidades e Agentes	382,84	366,20	16,64	4,5%
Empréstimos e Financiamentos	1.329.776,63	1.225.461,71	104.314,92	8,5%
Provisão para Devedores Duvidosos - LP	(70.499,53)	(74.688,84)	(4.189,31)	-5,6%
Créditos a Receber	18.411,00	17.559,19	851,81	4,9%
Provisão para Perdas Prováveis	(8.321,67)	(7.018,12)	1.303,55	18,6%
Dívida Ativa (LP)	1.406.777,45	1.291.294,80	115.482,65	8,9%
Provisão para Dívida Ativa (LP)	(1.027.990,16)	(965.705,71)	62.284,45	6,4%
Crédito Tributário a Receber (LP)	1.036.843,50	825.869,41	210.974,09	25,5%
Provisão para Crédito Tributário a Receber (LP)	(133.284,25)	(136.072,56)	(2.788,31)	-2,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.588.821,60</b>	<b>2.207.065,07</b>	<b>381.756,53</b>	<b>17,3%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Dívida Ativa**

O item "Dívida Ativa (LP)", está detalhado no quadro a seguir, em conjunto com a respectiva provisão para perdas:

**DÍVIDA ATIVA**  
R\$ milhões

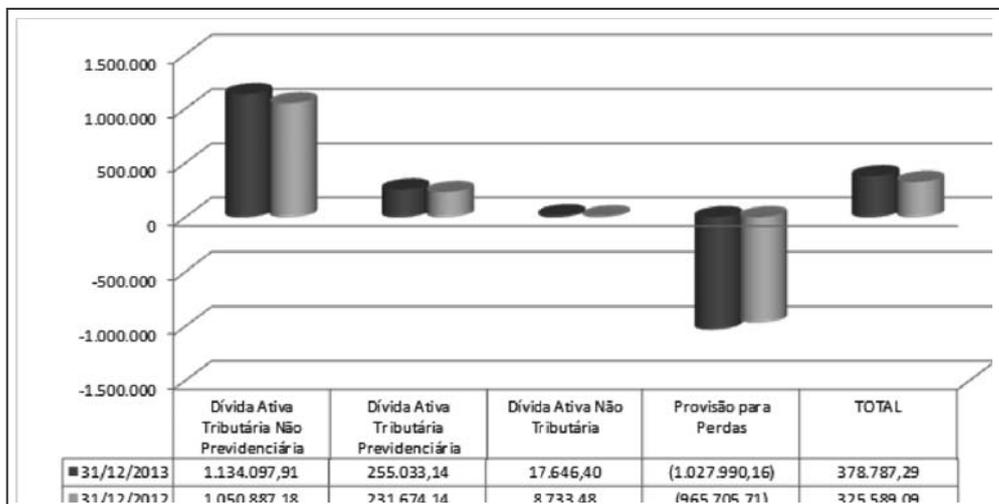
DÍVIDA ATIVA	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	a  -  b	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Créditos Inscritos	1.406.777,45	1.291.294,80	115.482,65	8,9%
Provisão para Perdas	(1.027.990,16)	(965.705,71)	62.284,45	6,4%
<b>TOTAL</b>	<b>378.787,29</b>	<b>325.589,09</b>	<b>53.198,20</b>	<b>16,3%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A maior parte do aumento observado na inscrição de novos créditos foi devida aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R\$ 84

bilhões, não computada a provisão. A composição da dívida ativa está distribuída da seguinte forma:

**COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Conforme determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a contabilidade do Banco Central do Brasil (BCB) é elaborada de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Em função da adoção dessas normas, os créditos com baixa expectativa de realização não são registrados como ativo na contabilidade. Assim, os créditos inscritos em Dívida Ativa impactam a contabilidade

do BCB nos casos em que foram objeto de parcelamento ou quando do efetivo recebimento.

O Departamento de Contabilidade e Execução Financeira do Banco Central do Brasil (Deafi/BCB) informou os valores registrados nos sistemas gerenciais do BCB e as eventuais divergências entre os valores informados no Siafi, conforme quadros a seguir.

DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS	ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R\$ (a)			
	SISTEMA DA PGBCB			
	Parcelados (b)		Não Parcelados	
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Multas, contratos e outros	12.092.616.597,57	92.771.414,19	27.531.894.455,22	96.865.420,17

Fonte: Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBCB).

(a) Valores apurados até o final de novembro de 2013 com atualização pela Selic até o final de dezembro de 2013.

(b) Saldo devedor apurado subtraindo-se os pagamentos do valor da dívida atualizado.

RELATIVO AO BANCO CENTRAL - ESTOQUE REGISTRADO NA CONTABILIDADE - CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010		
CONTA 1650.04.01-3 - Créditos Parcelados Inscritos Em Dívida Ativa		Correspondente Siafi - 1.2.2.3.1.00.00
Banco Banorte - Titular 05420.0000-1	455.528.501,29	
Banco Nacional - Titular 05415.0008-3	8.250.363.556,42	
Banco Econômico - Titular 05334.0014-6	2.541.732.738,75	
Banco Econômico - Titular 05334.0015-3	38.530.348,90	
Banco Econômico - Titular 05334.0016-0	102.610.410,02	
<b>TOTAL REGISTRADO AO FINAL DE 2013</b>	<b>11.388.765.555,38</b>	<b>25.962.414.044,93(c)</b>

Fonte: Deafi/BCB.

(c) Diferença decorre de a conta Siafi englobar outras contas Banco Central do Brasil.

RELATIVO A REDI-BC - ESTOQUE REGISTRADO NA CONTABILIDADE - CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010		
CONTA 9710.43.01-7 – REDI-BC - Créditos Parcelados Inscritos em Dívida Ativa de Instituições em Regime Especial	Não Possui Correspondente no Siafi (d)	
Banco Econômico - Titular 05334.0017-7	486.742.362,25	
<b>TOTAL REGISTRADO AO FINAL DE 2013</b>	<b>486.742.362,25</b>	

Fonte: Deafi/BCB.

(d) As contas relacionadas a Fundos e Programas administrados pelo BCB não são integradas ao Siafi.

A Procuradoria-Geral Federal (PGF) controla os registros de dívida ativa das demais autarquias e fundações, os quais apresentam divergências de saldo entre os sistemas próprios das entidades e o Siafi pelos seguintes motivos:

#### Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

O relatório do Sistema Informatizado de Gestão de Crédito (Sigec) (sistema próprio da ANAC) apresenta estoque de R\$ 38.730.045,07 contra R\$ 34.583.604,80 do Siafi, isto devido ao fato de o Sigec apresentar o valor original dos processos parcelados, sem o abatimento das parcelas pagas.

#### Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Utiliza o Sigec para registro de inscrições, inclusive multas. Informa que não há divergência, pois não registra as inscrições em dívida ativa no Siafi.

#### Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

O valor constante no Siafi será sempre menor que o constante no sistema próprio de dívida ativa (Sicom), pois considera apenas os créditos executados, enquanto o Sicom apura

também os créditos já inscritos, mas que ainda estão na fase prévia à execução. Informa, ainda, que o Sicom continua incluindo os inscritos e os parcelamentos.

#### Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Não tem um sistema único de registro e controle da dívida ativa. São contabilizados apenas os créditos recebidos pela Procuradoria Federal Especializada junto à CVM – PFE/CVM no ano indicado.

#### Nota 5 - Haveres Financeiros juntos a Estados e Municípios

Dos empréstimos e financiamentos da União, destacam-se os créditos decorrentes dos refinanciamentos das dívidas de Estados e Municípios, geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN), os quais se referem aos programas amparados pelas Leis nº 8.727, de 5 de novembro de 1993 e 9.496, de 11 de setembro de 1997 e pela MP nº 2.185, de 24 de agosto de 2001 e se encontram distribuídos nas contas contábeis de curto prazo e longo prazo, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO			
Conta	2012	2013	Variação %
Empréstimos Concedidos	33.677.478.263,05	59.895.070.091,06	77,8%
Resíduos de Empréstimos Concedidos	6.681.180.465,93	7.619.583.525,67	14,0%
Juros a Receber	710.252,23	18.810,47	-97,4%
<b>TOTAL</b>	<b>40.359.368.862,00</b>	<b>67.514.672.427,20</b>	<b>67,3%</b>

Fonte: Coafi/STN.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO - 2012-2013			
Conta	2012	2013	Variação %
Empréstimos Concedidos	282.980.255.139,23	252.475.779.096,75	-1,0%
Resíduos de Empréstimos Concedidos	184.234.304.338,52	208.466.612.155,30	9,9%
<b>TOTAL</b>	<b>467.214.559.477,75</b>	<b>507.100.806.348,19</b>	<b>3,2%</b>

Fonte: Coafi/STN.

Ao final de cada exercício a Coafi/STN verifica os saldos restantes no curto prazo e os compara com a previsão de recebimentos da proposta orçamentária para o exercício subsequente. Caso haja a necessidade de saldos adicionais no curto prazo para quitação das amortizações subsequentes, a Coafi/STN realiza transferências dos saldos das contas de longo prazo. As significativas variações dos saldos dos programas no ativo de curto e longo prazo são consequência

de tais transferências de saldos, conforme é possível observar nas tabelas anteriores. A variação mais significativa ocorreu na conta 11231.00.00 (77,8%), tendo em vista que a maior parte das amortizações dos créditos geridos pela Coafi/STN ocorre em tal conta. Ressalta-se que, devido ao mecanismo vigente nesses programas, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos

refinanciamentos. A variação de 10,6% apresentada para o saldo de resíduo na conta de longo prazo ocorreu devido ao acúmulo anual do estoque de resíduo observado para os programas da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, ao passo que a variação de 14,0% observada no saldo de resíduos de curto prazo decorre da transferência de saldos de

longo para curto prazo, efetuada pela Coafi/STN em 2013, em virtude da expectativa de quitação de parcela do estoque de resíduo por parte dos mutuários. Por sua vez, a distribuição dos saldos dos créditos por programa pode ser evidenciada por meio das tabelas a seguir:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO			
PROGRAMA	2012	2013	Variação %
Lei nº 9.496/97	22.826.224.363,30	49.752.952.838,59	118,0%
MP nº 2.185/01	3.843.819.105,82	8.083.661.755,52	110,3%
Lei nº 8.727/93	10.112.411.309,66	4.203.623.451,90	-58,4%
BACEN-BANERJ	479.416.876,48	2.245.770.227,82	368,4%
ROYALTIES	2.172.397.709,61	2.210.892.907,26	1,8%
DMLP	387.176.383,15	527.578.471,01	36,3%
CART. DE SANEAMENTO	426.643.819,83	373.902.812,16	-12,4%
PNAFE	93.501.486,69	111.457.853,57	19,2%
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.314.507,65	4.832.109,37	45,8%
BIB	14.463.299,81	-	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>40.359.368.862,00</b>	<b>67.514.672.427,20</b>	<b>67,3%</b>

Fonte: Coafi/STN.

As significativas variações observadas nos saldos de curto prazo dos programas da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, são consequência da transferência de valores do longo para o curto prazo, em virtude da previsão de amortizações para o exercício de 2014, inclusive eventuais amortizações extraordinárias. No caso da Lei nº 8.727/1993, a redução no saldo de curto prazo em 2013 se deu em virtude de aproximar-se o encerramento do programa e, por tal motivo, são esperados recebimentos menores em 2014 do que aqueles observados em anos anteriores.

Em relação ao BCB-Banerj, os recebimentos ao longo de 2013 foram superiores ao esperado, de forma que o saldo de curto prazo restou reduzido ao final do exercício, o que foi solucionado mediante transferência de saldo do longo prazo, com vista a atender à expectativa de recebimentos em 2014.

Quanto às variações nos saldos do Pnafe, da DMLP e do Acordo Brasil-França, trata-se de transferências de saldo do longo prazo com vista a atender às amortizações previstas para o exercício de 2014. O saldo da Carteira de Saneamento apresentou redução tanto no curto como no longo prazo devido ao elevado número de contratos quitados durante o exercício de 2013.

A variação negativa no saldo de longo prazo dos Contratos de Cessão (Royalties) ocorreu em decorrência da finalização dos recebimentos dos royalties do Estado do Espírito Santo em 2013, e da previsão de recebimentos em 2014, o que exigiu transferência de saldo do longo para o curto prazo.

Por fim, o programa BIB foi liquidado em setembro/2013.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO			
PROGRAMA	2012	2013	Variação %
Lei nº 9.496/97	369.710.450.890,00	360.661.196.974,11	-2,4%
MP nº 2.185/01	61.118.157.919,39	62.616.445.496,68	2,5%
Lei nº 8.727/93	11.196.641.363,73	10.884.144.505,12	-2,8%
BACEN-BANERJ	11.919.455.805,38	10.318.961.619,51	-13,4%
ROYALTIES	5.572.636.910,12	4.213.766.482,72	-24,4%
DMLP	4.672.097.298,54	4.656.986.306,95	-0,3%
BNDES-CONTRATO 517	1.629.629.403,20	1.719.042.617,50	5,5%
CART. DE SANEAMENTO	1.156.677.027,23	977.567.925,11	-15,5%
PNAFE	219.857.126,45	167.938.091,46	-23,6%
ACORDO BRASIL-FRANÇA	18.955.733,71	18.267.847,42	-3,6%
BIB	-	-	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>467.214.559.477,75</b>	<b>456.234.317.866,58</b>	<b>-2,4%</b>

Fonte: Coafi/STN.

A tabela a seguir apresenta os saldos consolidados de curto e longo prazos de todos os programas geridos pela Coafi/STN. A maior variação em 2013 foi observada para a Lei nº 8.727/1993, que apresentou redução de saldo de -29,2% na comparação com 2012, tendo em vista que a parcela de dívidas vencidas do programa se encontra em processo de

encerramento. Os Royalties e a Carteira de Saneamento também apresentaram reduções significativas, graças ao final do contrato do Estado do Espírito Santo e ao elevado vencimento de contratos da Carteira de Saneamento em 2013.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 2012-2013			
PROGRAMA	2012	2013	Variação %
Lei nº 9.496/97	392.536.675.253,30	410.414.149.812,70	4,6%
MP nº 2.185/01	64.961.977.025,21	70.700.107.252,20	8,8%
Lei nº 8.727/93	21.309.052.673,39	15.087.767.957,02	-29,2%
BACEN-BANERJ	12.398.872.681,86	12.564.731.847,33	1,3%
ROYALTIES	7.745.034.619,73	6.424.659.389,98	-17,0%
DMLP	5.059.273.681,69	5.184.564.777,96	2,5%
BNDES-CONTRATO 517	1.629.629.403,20	1.719.042.617,50	5,5%
CART. DE SANEAMENTO	1.583.320.847,06	1.351.470.737,27	-14,6%
PNAFE	313.358.613,14	279.395.945,03	-10,8%
ACORDO BRASIL-FRANÇA	22.270.241,36	23.099.956,79	3,7%
BIB	14.463.299,81	-	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>507.573.928.339,75</b>	<b>523.748.990.293,78</b>	<b>3,2%</b>

Fonte: Coafi/STN.

#### Provisão para Perdas Prováveis

A provisão para perdas de créditos realizáveis a longo prazo é atualizada semestralmente, em atenção à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante o Acórdão nº 1.800/2003/TCU-Plenário, o qual recomendou à STN a constituição dessas provisões. A variação positiva de 21,6% na comparação de 2012 com 2013, conforme pode ser observado na tabela a seguir, deveu-se à atualização realizada semestralmente dos saldos provisionados.

PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS			
CONTA	2012	2013	VARIAÇÃO %
Provisão p/ Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.	6.032.563.597,33	7.333.727.342,61	21,6%

Fonte: Coafi/STN.

#### Nota 6 - Créditos de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

Dos empréstimos e financiamentos, destacam-se também os geridos pela Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis/STN). O saldo desses créditos perfaz o montante de R\$ 569 bilhões. A tabela a seguir apresenta os saldos dos principais contratos.

CONTRATO	SALDO 30/11/2013 EM R\$
BNDES - Capital Principal - CT 867 - PGFN/CAF	14.999.999.927,73
BNDES - Contrato de Cessão de Crédito - CT 390 PGFN/CAF	2.857.734.110,46
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 408/PGFN/CAF	8.632.913.117,06
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 412/PGFN/CAF	2.156.769.750,36
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 477/PGFN/CAF - 1ª Tranche	7.860.986.323,73
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 477/PGFN/CAF - 2ª Tranche	26.958.346.398,62
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 485/PGFN/CAF	16.330.745.217,63

CONTRATO	SALDO 30/11/2013 EM R\$
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 488/PGFN/CAF	36.736.741.614,96
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 530/PGFN/CAF	91.499.086.346,67
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 544/PGFN/CAF (BIRD)	1.862.794.599,36
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 577/PGFN/CAF	27.862.259.997,95
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 590/PGFN/CAF (BIRD)	1.164.246.624,60
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 619/PGFN/CAF	5.793.929.931,11
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 652/PGFN/CAF	32.809.917.696,82
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 703/PGFN/CAF	26.769.269.423,66
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 738/PGFN/CAF	10.509.328.579,72
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 755/PGFN/CAF	20.776.617.919,07
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 807/PGFN/CAF	15.471.091.059,43
BNDES - Contrato de Recompra de Créditos - CT 389/PGFN/CAF	2.564.807.420,28
BNDES - Contrato de Renegociação - CT 897/PGFN/CAF	5.179.575.514,23
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF	10.760.076.797,86
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 896/PGFN/CAF	14.464.988.511,71
BNDES - FCVS	1.178.309.571,51
BNDES - Instrumento Híbrido - CT 500 - PGFN/CAF	8.106.871.123,45
BNDES - Instrumento Híbrido - CT SNU - PGFN/CAF	8.106.871.123,45
CAIXA - Capital Principal - CT 348/PGFN/CAF	7.402.167.035,09
CAIXA - Capital Principal - CT 504/PGFN/CAF - 1ª Tranche	2.601.443.218,51
CAIXA - Capital Principal - CT 504/PGFN/CAF - 2ª Tranche	5.144.399.909,36
CAIXA - Capital Principal - CT 752 - PGFN/CAF	7.052.684.978,29
CAIXA - Capital Principal - CT 754 - PGFN/CAF	6.523.950.067,94
CAIXA - Capital Principal - CT 868 - PGFN/CAF	2.999.999.913,59
CAIXA - Capital Principal - CT 869 - PGFN/CAF	4.999.999.968,73
<b>TOTAL</b>	<b>440.190.829.163,02</b>

Fonte: Cofis/STN.

A tabela a seguir apresenta os contratos celebrados pela União em 2013 com partes relacionadas.

CONTRATOS COM PARTES RELACIONADAS					
Parte	Natureza Contratual	Data	Tipo	Valor Contratado	Legislação
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 845/PGFN/CAF (FMM)	09/05/2013	Contrato de Financiamento	1.999.999.223,58	Lei 12.249/2010 (R\$ 15 B)
BNDES	BNDES - Capital Principal - CT 867 - PGFN/CAF	28/06/2013	Basiléia III - Capital Principal	14.999.999.927,73	Lei 12.872/2013 (R\$ 15 B)
BNDES	BNDES - Instrumento de Desmembramento - CT 897/PGFN/CAF	17/09/2013	Contrato de Renegociação	4.993.875.091,30	MP 618/2013, convertida na Lei 12.872/2013 (Renegociação)
BNDES	BNDES - Contrato de Renegociação - CT 895/PGFN/CAF	17/09/2013	Contrato de Renegociação	10.387.025.701,53	MP 618/2013, convertida na Lei 12.872/2013 (Renegociação)
BNDES	BNDES - Contrato de Renegociação - CT 896/PGFN/CAF	17/09/2013	Contrato de Renegociação	14.435.612.166,59	MP 618/2013, convertida na Lei 12.872/2013 (Renegociação)
BNDES	BNDES - Contrato de Financiamento - CT 904 PGFN/CAF	05/12/2013	Contrato de Financiamento	24.000.000.000,00	MP 628/2013 (R\$ 24 B)
CAIXA	CAIXA - Capital Principal - CT 868 - PGFN/CAF	28/06/2013	Basiléia III - Capital Principal	3.000.000.000,00	Lei 12.868/2013 (R\$ 8 B)
CAIXA	CAIXA - Capital Principal - CT 869 - PGFN/CAF	28/06/2013	Basiléia III - Capital Principal	5.000.000.000,00	Lei 12.833/2013 (R\$ 7 B)

Fonte: Cofis/STN.

### Provisão para Devedores Duvidosos

Anualmente, é efetuado o lançamento de valor a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD), conta Provisão p/Perdas de Empréstimos e Financiamentos, de forma a retificar o saldo da conta Empréstimos Concedidos, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão. No exercício de 2013, a provisão apresentou o valor de cerca R\$ 70 bilhões.

De forma geral, o cálculo da provisão baseia-se na inadimplência incorrida nos três últimos exercícios, observados os seguintes critérios: (a) média percentual da inadimplência passada e (b) saldo devedor total dos haveres. Ademais, cabe observar, também, que a provisão total resulta do somatório do saldo devedor em aberto dos créditos oriundos de empresas extintas mantidos no Ativo Realizável

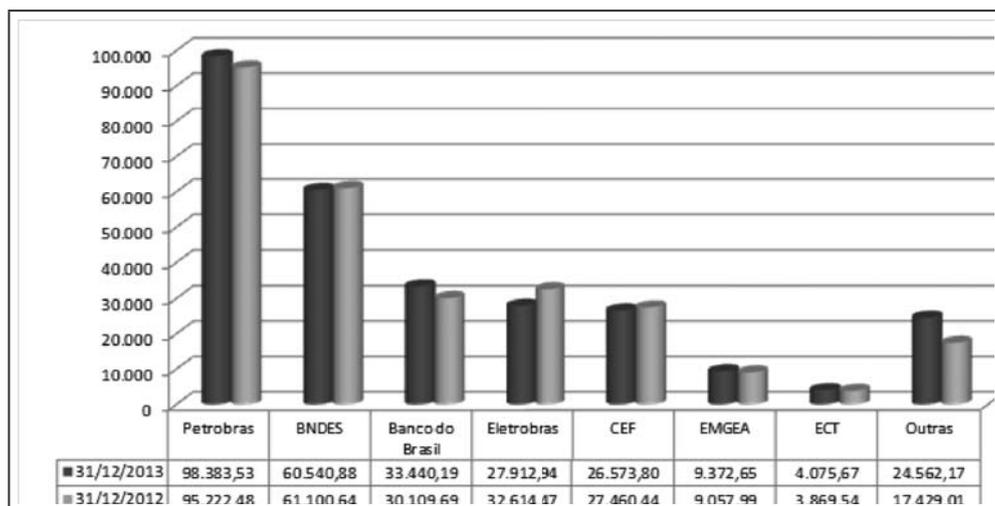
a Longo Prazo e do valor obtido pela aplicação do percentual médio de inadimplência sobre o saldo devedor total dos haveres com fluxo vencido e a vencer.

Vale ressaltar que os haveres que possuem maior participação na PDD são os contratos relacionados ao INSS e à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), uma vez que eles apresentaram alto nível de inadimplência, além dos valores ajuizados do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que não possuem provisão de recebimento.

### Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não dependentes, estão demonstradas no gráfico a seguir:

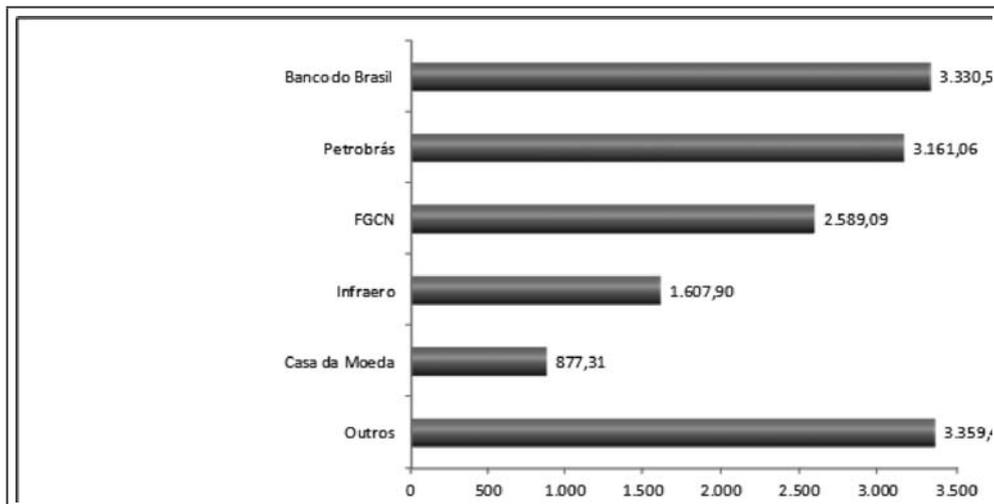
### PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO - MEP R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

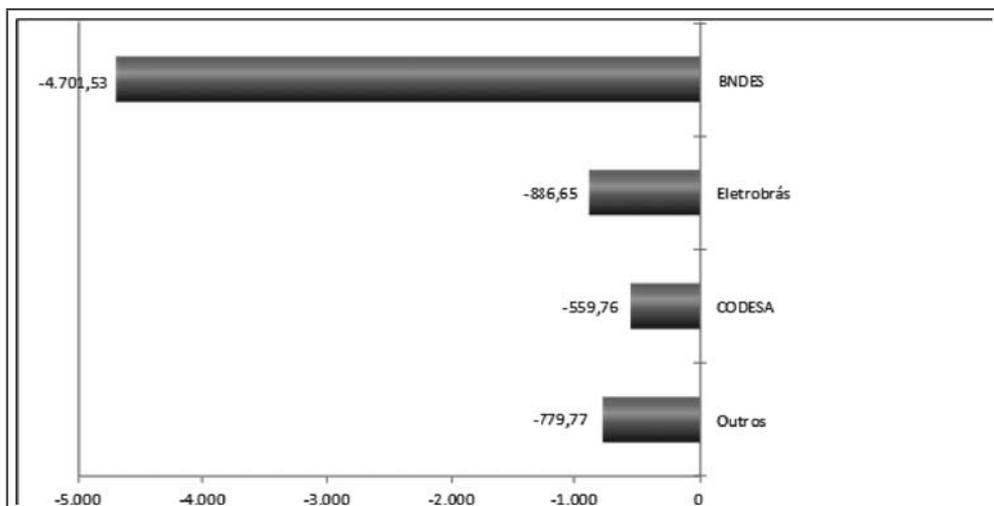
Os maiores acréscimos e decréscimos nas participações societárias da União, conforme controle da Coordenação-geral de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional (Copar/STN), podem ser visualizados no gráfico abaixo.

**MAIORES ACRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**MAIORES DECRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2013**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item "Investimentos" apresentou variação positiva da ordem de R\$ 8,9 bilhões, decorrente, em grande parte, da avaliação das participações societárias da União, por meio do Método da Equivalência Patrimonial (MEP). O aumento deveu-se, principalmente, às operações de aumento de capital da CAIXA e do BNDES, ambas realizadas ao final de 2012,

porém com registro no Siafi no início de 2013. Tais operações resultaram no montante de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 6,7 bilhões, respectivamente. As participações societárias da União são controladas pela Coordenação-Geral de Participações (Copar/STN) e estão registradas no Siafi, conforme as datas dos balanços constantes do quadro a seguir:

EMPRESA	SIGLA	Porcentagem Participação Capital Empresa (%)	Atualização Investimento (R\$)	Data Base último Balanço Utilizado
BANCO DO BRASIL S.A.	BB	50,73	4.380.824.003	30/Set/2013
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	ELETROBRAS	54,45	(4.948.005.642)	30/Set/2013
CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (1)	NOVACAP	43,88	5.439.604	31/Dez/2012
CIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	CPRM	98,08	(858.381.297)	30/Jun/2013
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.	TELEBRAS	90,79	165.924.340	30/Jun/2013
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMBRAPA	100,00	42.983.042	30/Jun/2013
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA S.A.	INFRAERO	97,31	(604.523.868)	30/Jun/2013
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	TERRACAP	49,00	98.673.218	30/Jun/2013
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA	100,00	(7.786.647.987)	30/Set/2013
CIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	CODEVASF	100,00	(282.155.281)	31/Jul/2013
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	IMBEL	100,00	22.259.011	30/Jun/2013
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS	EMGEA	100,00	314.657.000	30/Jun/2013
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.	BASA	86,38	(380.292.436)	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO PARA	CDP	100,00	123.229	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO CODOMA	CODOMAR	99,97	0	30/Jun/2013
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	EPE	100,00	(2.146.335)	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	CDC	99,92	(1.638.308)	30/Jun/2013
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	BNB	96,10	177.749.105	30/Jun/2013
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS	HEMOBRAS	100,00	172.125.461	30/Jun/2013
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.	EMBRAER	0,07	2	30/Jun/2013
ALCANTARA CYCLONE SPACE (EMPRESA BINACIONAL)	ACS	51,18	(26.202.192)	30/Jun/2013
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO	EBC	100,00	29.066.831	30/Jun/2013
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA	CEITEC	100,00	(19.607.000)	30/Jun/2013
FUNDO GARANTIDOR DA HABITACAO POPULAR	FGHAB	84,78	159.146.286	30/Nov/2013
FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTO	FGI	84,75	18.417.522	30/Nov/2013
FUNDO DE GARANTIA PARA A CONSTRUÇÃO NAVAL	FGCN	98,57	2.589.091.219	30/Nov/2013
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	CODEBA	98,36	846.223	30/Jun/2013
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA	EPL	100,00	14.060.997	30/Jun/2013
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGROINDUSTRIAL (2)	BRASAGRO	35,17	406.786	31/Dez/2011
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB	100,00	67.638.604	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO	CODESA	99,45	107.515.620	30/Jun/2013
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	EMGEPRON	100,00	19.563.442	30/Jun/2013
PETROLEO BRASILEIRO S.A.	PETROBRAS	50,26	3.169.721.483	30/Set/2013
VALE S.A. (3)	VALE	-	29	30/Jun/2013
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	BNDES	100,00	(681.263.000)	30/Set/2013
SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	SERPRO	100,00	92.576.184	30/Jun/2013
FINANCIADORA DE ESTUDOS PROJETOS	FINEP	100,00	149.581.000	30/Jun/2013
EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	ECT	100,00	206.136.000	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	CODERN	99,99	77.936.966	30/Jun/2013
CASA DA MOEDA DO BRASIL	CMB	100,00	877.308.718	30/Jun/2013
VALEC ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E FERROVIAS	VALEC	100,00	(1.725.937.703)	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO	CDRJ	99,99	139.197.739	30/Jun/2013
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CBTU	100,00	(659.564.011)	30/Jun/2013
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVID. SOCIAL	DATAPREV	51,00	107.227.034	30/Jun/2013
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	CODESP	99,96	151.826.855	31/Dez/2012
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	100,00	9.132.935	30/Jun/2013
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.	TRENSURB	99,86	(156.237.274)	30/Jun/2013
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. (4)	HNSC	99,99	(799.436.958)	31/Dez/2012

Fonte: Copar/STN.

Observações:

(1) Não foi utilizada a informação de 30/06/2013 em virtude de divergências encontradas nas informações apresentadas pela empresa. Portanto, a posição aqui apresentada foi a de 31/12/2012.

(2) As contas de 2012 somente foram encaminhadas para apreciação do Ministério da Fazenda em 16/01/2014. Desse modo, a posição utilizada foi a de 31/12/2011.

(3) A participação da União na Vale S.A. é de apenas 12 ações preferenciais especiais.

(4) A posição de 31/12/2012 foi a mais recente disponibilizada pela empresa. Registre-se ainda que as empresas Hospital Fêmeina (HF) e Hospital Cristo Redentor (HCR) foram incorporadas pelo HNSC.

Observa-se do quadro anterior que a União obteve perdas da ordem de R\$ 5,6 bilhões em seus investimentos em participações societárias no exercício de 2013.

#### Nota 8 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado

A composição do “Ativo Imobilizado” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

#### IMOBILIZADO R\$ milhões

IMOBILIZADO	POSIÇÃO ATÉ			VARIÇÃO SOBRE 2012	
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %	
	(a)	(b)			
Bens Imóveis	602.163,61	479.265,15	122.898,46	25,6%	
Bens Móveis	74.630,77	63.335,71	11.295,06	17,8%	
Títulos e Valores	9,07	9,07	(0,00)	0,0%	
Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(15.006,44)	(6.425,14)	(8.581,30)	133,6%	
<b>TOTAL</b>	<b>661.797,00</b>	<b>536.184,79</b>	<b>125.612,21</b>	<b>23,4%</b>	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam um valor inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador deveria passar a aplicar a depreciação aos bens adquiridos em outros exercícios, após realizar o ajuste dos valores.

Em 2011, deu-se início aos processos de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão de aeronaves, embarcações, equipamentos de processamento de dados e veículos de tração mecânica. Em 2012, tais processos se estenderam para aparelhos e equipamentos de comunicação e máquinas e equipamentos industriais. Em 2013 está ocorrendo a inclusão dos seguintes grupos de ativos: “Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares” e “Mobiliário em Geral”. O incremento no item “Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas” neste ano foi da ordem de R\$ 8,6 bilhões.

A partir do exercício de 2012, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em obediência às Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e com o intuito de evidenciar o patrimônio público atribuído à sua administração, passou a registrar as rodovias e estradas

federais.

Por rodovias federais entendem-se as vias rurais pavimentadas e por estradas, as vias rurais não pavimentadas, conforme define o Anexo I do atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Quanto aos critérios de mensuração das rodovias e estradas federais esclarece-se que os valores evidenciados no exercício de 2013, tiveram como base as mesmas premissas utilizadas no exercício anterior, ou seja, para a definição dos valores patrimoniais a serem contabilizados, o Dnit adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando as condições em que determinados trechos rodoviários se encontram, os quais necessitam de outros gastos com o intuito de colocá-los em condições ideais de uso. Nos casos de vias não pavimentadas, ou seja, estradas, o critério utilizado foi de utilizar-se como parâmetro os valores necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplanagem, dentre outros.

O critério utilizado para a mensuração dos referidos ativos, considerando a magnitude dos aspectos que envolvem tal mensuração, teve por base o custo corrente das rodovias e estradas, ou seja, foram registrados pelos montantes de caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se aqueles mesmos ativos fossem adquiridos na data do balanço, conforme preceitua a alínea “b” do item 4.55 do Capítulo 4 da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – por meio da Resolução nº 1.374/2011.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), especificamente na sua Parte II – Procedimentos Contábeis

Patrimoniais, no item 02.07.03, subitem 4.1, dispôs o seguinte sobre o reconhecimento inicial dos ativos de infraestrutura:

“Para os casos de reconhecimento inicial, para ajustes ou reclassificações, em atendimento às novas práticas contábeis, não havendo nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado pelo fato de sua natureza especializada, o valor justo pode ser estimado usando-se o custo de reposição depreciado.

O custo de reposição de um ativo é o custo para repor seu potencial de serviço bruto. Este custo é depreciado para refletir o ativo na sua condição de usado. Um ativo pode ser repostado por meio da reprodução do ativo existente ou por meio da reposição do potencial de serviço bruto. O custo de reposição depreciado é mensurado como a reparação ou o custo de reposição do ativo, o que for mais baixo, menos a depreciação acumulada calculada com base neste custo para refletir o potencial de serviço já consumido ou esgotado do ativo.

Em diversos casos, esse custo de reposição depreciado pode ser estabelecido com referência ao preço de compra

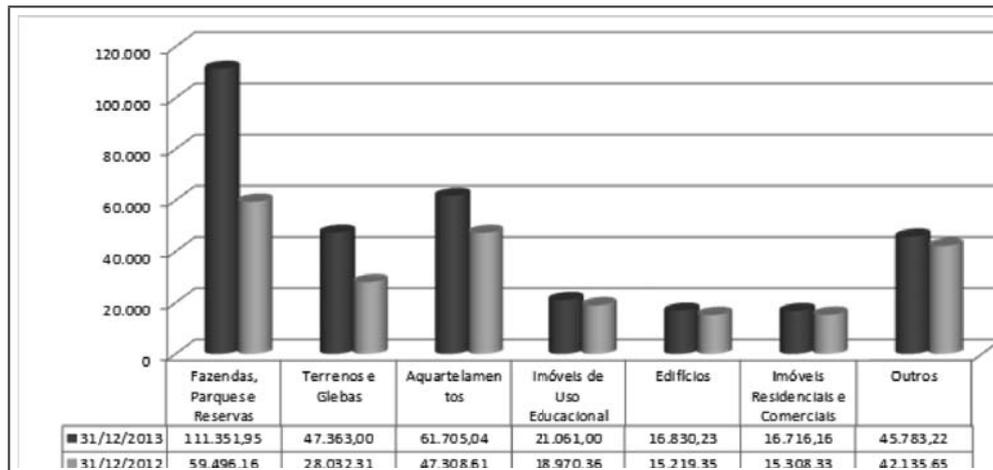
dos componentes usados para produzir um ativo similar, com semelhante potencial de serviços remanescentes.

Dessa forma, para se determinar o valor desses ativos, deve-se determinar a condição e o estado físico desses bens, para que se possa aplicar um percentual como fator de depreciação de períodos anteriores a fim de se refletir seu valor justo.”

Assim, os cálculos realizados pelo Dnit levaram em consideração as ponderações necessárias à determinação do valor depreciado, uma vez que naqueles cálculos foram considerados o estado de conservação daquelas vias (bom, regular, ruim). Com relação à estimativa de uma depreciação das rodovias e estradas federais, os cálculos realizados pelo Dnit já contemplaram o desgaste daqueles ativos decorrentes de seu uso e da ação da natureza, uma vez que uma das premissas utilizadas seria o estado atual de conservação daquelas vias.

A respeito dos bens imóveis, as variações mais relevantes ocorridas nos imóveis de uso especial da União, estão demonstradas no gráfico a seguir:

#### IMÓVEIS DE USO ESPECIAL R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Este sistema está integrado com o Siafi. Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no Siafi denominado Nota de Lançamento (NL), o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Após o registro, os valores dos dois sistemas passam a

ser idênticos. No exercício de 2012, foram identificadas algumas divergências de valores entre os dois sistemas, as quais foram sanadas em 2013, devido a trabalho conjunto da STN e SPUMP. Após as correções dos valores, foi criado procedimento de conferência dos valores realizado pelas equipes da STN e SPU/MP, o qual efetua as correções necessárias. Assim, eventuais diferenças causadas por falhas técnicas no processo de integração são corrigidas pelo procedimento de conciliação.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados no Siafi em confronto com os valores do SPIUnet, e possíveis diferenças.

**TIPO DE IMÓVEL**  
**R\$ milhares**

TIPO DE IMÓVEL	SIAFI	SIAFI	SPIUNET	DIFERENÇA
	OFSS	Não Pertencentes ao OFSS		
Imóveis residencial/comercial	16.716.160,65	138,69	16.716.435,67	(136,32)
Edifícios	16.830.226,89	-	16.830.226,89	-
Terrenos/Glebas	47.363.002,07	5.761,10	47.368.763,17	-
Armazéns/Galpões	1.723.142,63	-	1.723.142,63	-
Aquartelamentos	61.705.035,87	-	61.705.035,87	-
Aeroportos/Estações/Aeródromos	15.077.307,73	-	15.077.307,73	-
Imóveis de uso Educacional	21.060.995,09	-	21.060.995,09	-
Represas/Açudes	301.006,27	-	301.006,27	-
Fazendas, Parques e Reservas	111.351.954,05	-	111.351.954,05	-
Imóveis de uso Recreativo	630.943,03	-	630.943,03	-
Ilhas	1.739.199,35	-	1.739.199,35	-
Faróis	449.464,48	-	449.464,48	-
Embaixadas e Consulados	563.068,58	-	563.068,58	-
Museus/Palácios	851.840,57	-	851.840,57	-
Laboratórios/Observatórios	684.035,35	-	684.035,35	-
Hospitais	2.883.293,30	-	2.883.293,30	-
Hotéis	120.325,89	-	120.325,89	-
Presídios/Delegacias	357.415,81	-	357.415,81	-
Portos/Estaleiros	312.939,16	-	312.939,16	-
Complexos/Fábricas/Usinas	17.127.165,34	719.291,92	17.846.457,26	-
Cemitérios	2.399,93	-	2.399,93	-
Estacionamentos e Garagens	238.747,13	-	238.747,13	-
Lojas	36.069,21	-	36.069,21	-
Salas	274.148,59	-	274.148,59	-
Alfândegas	67.624,70	-	67.624,70	-
Autorquias/Fundações	1.394.632,72	-	1.394.632,72	-
Postos de Fiscalização	156.905,22	-	156.905,22	-
Bens de Infraestrutura	678,06	-	678,06	-
Outros	790.869,90	-	790.869,90	-
<b>TOTAL</b>	<b>320.810.597,59</b>	<b>725.191,71</b>	<b>321.535.925,62</b>	<b>136,32</b>

Fonte: Siafi – Secretaria do Tesouro Nacional/SPIUnet – Secretaria de Patrimônio da União.

Os valores das diferenças apresentados na última coluna se justificam em função de registros efetuados em dezembro de 2013, os quais foram objeto de conciliação e acerto em janeiro de 2014.

**Nota 9 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Intangível**

A composição do “Ativo Intangível” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

**INTANGÍVEL**  
R\$ milhares

INTANGÍVEL	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Softwares	1.306.354,71	735.390,25	570.964,46	77,6%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	190.345,45	127.330,35	63.015,10	49,5%
Direito de Uso de Imóveis	3.225,82	3.139,51	86,31	2,7%
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	115.021,46	92.193,82	22.827,64	24,8%
Direitos Autorais	836,78	7,73	829,05	10725,1%
Ativo Intangível em Fase de Desenvolvimento	7.341,06	2.707,78	4.633,28	-
Adiantamentos para Transferência de Tecnologia	5.081,32	27.621,81	(22.540,49)	-81,6%
Amortizações	(99.450,48)	(66.804,10)	(32.646,37)	48,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.528.756,11</b>	<b>921.587,14</b>	<b>607.168,97</b>	<b>65,9%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No "Intangível", destaca-se o item "Softwares", que representa cerca de 85% do grupo e sua variação em 2013 em relação a 2012 representou mais de 90% das variações do grupo no mesmo período. Os maiores saldos no exercício de 2013 encontram-se registrados nos seguintes órgãos:

- Ministério da Fazenda: R\$ 345 milhões;
- Presidência da República: R\$ 99 milhões;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: R\$ 83 milhões;
- Ministério da Educação: R\$ 80 milhões; e
- Ministério da Saúde: R\$ 78 milhões.

**Nota 10 – Passivo Financeiro – Depósitos**

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

**DEPÓSITOS**  
R\$ milhares

DEPÓSITOS	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Consignações	625.081,86	96.372,98	528.708,87	548,6%
Recursos do Tesouro Nacional	52.289,72	374.485,27	(322.195,56)	-86,0%
Depósitos de Diversas Origens	18.177.974,24	15.547.889,19	2.630.085,04	16,9%
Depósitos Compulsórios	91.496,61	91.473,68	22,93	0,0%
Bloqueio de Transferência Constitucional	28.361,62	28.516,16	(154,54)	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>18.975.204,04</b>	<b>16.138.737,29</b>	<b>2.836.466,75</b>	<b>17,6%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Destaca-se o item "Depósitos de Diversas Origens", que representa quase a totalidade do grupo. A maior variação pode ser observada no item "Consignações", com um incremento de 548% em relação ao final de 2012.

**Nota 11 – Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação**

As "Obrigações em Circulação", no valor aproximado de R\$ 236 bilhões, representam 92% de todo o Passivo Financeiro e são constituídas pelos seguintes itens:

**PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO**  
R\$ milhões

PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Restos a Pagar Processados	29.324,61	23.789,23	5.535,37	23,3%
Restos a Pagar Não Processados	185.131,72	150.401,34	34.730,37	23,1%
Credores Diversos	4.235,49	2.731,17	1.504,32	55,1%
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	15.595,31	10.561,72	5.033,59	47,7%
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	548,79	380,88	167,91	44,1%
Recursos Vinculados - Entidades com Termo de Coop. Técnica	523,89	781,61	(257,72)	-33,0%
Outras Obrigações a Pagar	1.060,36	662,82	397,55	60,0%
<b>TOTAL</b>	<b>236.420,16</b>	<b>189.308,77</b>	<b>47.111,39</b>	<b>24,9%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela importância, destacam-se os valores dos restos a pagar, que representam 90% das obrigações em circulação em dezembro de 2013. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em “Restos a Pagar”, que podem ser de dois tipos:

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento; e

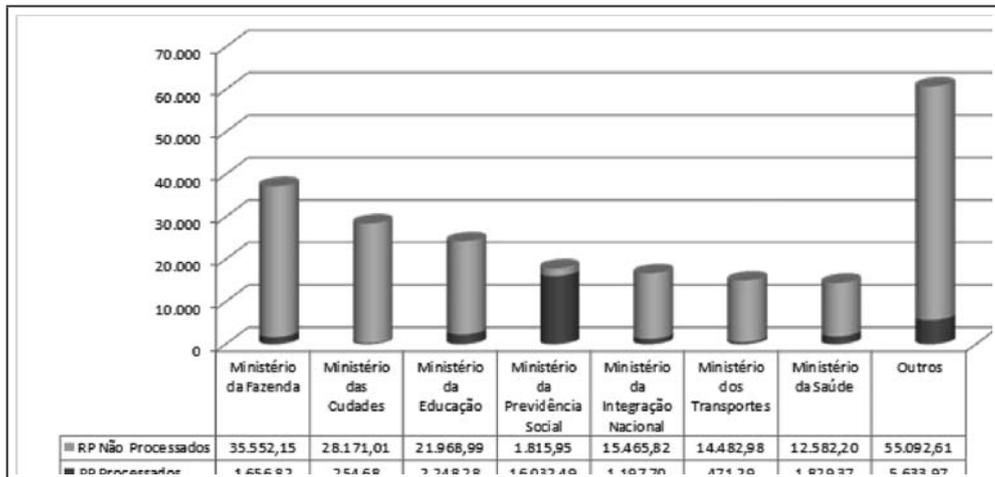
Os “Restos a Pagar Não Processados”, que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos

termos dos art. 36 e 103 da Lei nº4320/1964. No exercício de 2012 foi criada rotina de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme descrito no tópico “Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis”, item “Restos a Pagar”.

Os procedimentos e conceitos para operacionalização dos “Restos a Pagar Não Processados em Liquidação” foram descritos na Macrofunção 02.03.17 – Restos a Pagar.

No gráfico a seguir, notam-se os montantes de restos a pagar inscritos por órgão superior.

**PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o Ministério da Previdência Social (MPS), apesar de ser apresentado no quadro acima com aproximadamente R\$ 17,8 bilhões de restos a pagar inscritos, apresenta como processados a maior parte do total de seus restos a pagar (cerca de 90%).

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente maior porque ocorre a inscrição dos saldos de empenhos a liquidar em restos a pagar não processados e dos saldos de empenhos liquidados e não pagos em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

O item "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento" se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", registrados no "Ativo Financeiro", subgrupo "Créditos em Circulação". Esse item, juntamente com o item "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no "Passivo" e no "Ativo", respectivamente. Porém, após tal modificação, restou ainda uma diferença no "Passivo", devido ao fato de que algumas entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) utilizam a conta "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento" dentro do OFSS, mas a sua contrapartida, a conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" é utilizada fora do OFSS.

#### Nota 12 – Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo

O item "Valores Pendentes a Curto Prazo" tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Ao longo do ano, esse item pode apresentar saldo invertido, porque, algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de Darf, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

#### Nota 13 – Passivo Não-Financeiro – Obrigações em Circulação

No início do exercício, o item "Obrigações em Circulação" aumenta, em grande parte, devido à transferência do longo para o curto prazo, de obrigações contraídas por meio de operações de crédito. Ao longo do exercício os valores vão decrescendo em função dos pagamentos que forem efetuados.

A análise das "Obrigações em Circulação" em conjunto com o próximo item, "Exigível a Longo Prazo", permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

### PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO R\$ milhões

PASSIVO NÃO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2012	
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Operações de Crédito	729.312,26	573.572,15	155.740,12	27,2%
Resíduos de Contratos Liquidados - FCVS	58.555,40	58.555,40	-	0,0%
Resultado Negativo do BACEN	9.900,59	9.900,59	-	0,0%
Provisões	9.422,73	5.224,97	4.197,76	80,3%
Precatórios a Pagar (a partir de 05/05/2000)	7.865,98	5.865,15	2.000,83	34,1%
Benefícios Previdenciários a Pagar	7.071,52	3.408,32	3.663,20	107,5%
Outros Débitos a Pagar	4.537,29	1.772,79	2.764,50	155,9%
Outros Credores - Entidades e Agentes	4.165,06	7.112,40	(2.947,34)	-41,4%
Operações Especiais	2.208,06	2.910,55	(702,49)	-24,1%
Pessoal a Pagar	2.022,72	2.061,81	(39,09)	-1,9%
Outras Obrigações	1.402,18	1.397,99	4,19	
Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(179.856,04)	(146.547,66)	(33.308,38)	22,7%
<b>TOTAL</b>	<b>656.607,74</b>	<b>525.234,45</b>	<b>131.373,29</b>	<b>25,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A retificação de RP não processados a liquidar apresenta aumento da ordem de 22,7% em relação ao exercício anterior. Em 2012, com a separação dos Restos a Pagar Não Processados (a Liquidar e em Liquidação), o registro desse novo lançamento ocorre somente para os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, tendo em vista que sua execução ainda não havia sido iniciada. Esse procedimento é explicado a seguir:

No final do exercício, a inscrição de "RP Não Processados a Liquidar" gera um "Passivo Financeiro" para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial;

Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do "Passivo Não Financeiro", para que o "Passivo" como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado;

Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os "RP Não Processados a Liquidar" vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no

"Passivo Não Financeiro".

Ressalta-se que, pela sua natureza, os RP não processados não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que constituem verdadeiros passivos exigíveis, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora. Isso ocorre devido a questões administrativas ou operacionais, como, por exemplo, no caso em que o bem é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado. Em função disso, foi implementada, no exercício de 2012, rotina para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados que configurem verdadeiras exigibilidades. Maiores detalhes estão disponíveis no item "Restos a Pagar" do tópico "Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis".

Nota 14 – Passivo Não-Financeiro – Exigível a Longo Prazo

A análise do "Exigível a Longo Prazo" em conjunto com o item anterior, "Obrigações em Circulação", nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas.

Para um melhor entendimento, segue abaixo a tabela com a composição das "Obrigações Exigíveis a Longo Prazo", principal componente do "Exigível a Longo Prazo"

#### OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO R\$ milhões

OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Operações de Crédito Internas	2.320.138,78	2.312.271,97	7.866,81	0,3%
Operações de Crédito Externas	88.853,06	85.192,41	3.660,65	4,3%
Obrigações Legais e Tributárias	8.628,78	8.230,30	398,47	4,8%
Obrigações a Pagar	6.840,02	8.002,76	(1.162,73)	-14,5%
Diversas Provisões	24.103,86	24.103,86	-	0,0%
Subvenções e Doações para Investimentos	176,24	115,88	60,36	52,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2.448.740,74</b>	<b>2.437.917,18</b>	<b>10.823,56</b>	<b>0,4%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Dos valores constantes das Operações de Créditos apresentados nos quadros anteriores, a maior parte está sob a gestão do Ministério da Fazenda, sendo a Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN) a responsável pelo registro e controle das operações.

#### Dívida Mobiliária Federal Interna:

a. Saldos (em valores reais) do Exigível a Longo Prazo, discriminado por tipo de títulos da dívida.

Abaixo são apresentados os saldos das operações de crédito sob a gestão do Ministério da Fazenda. Maiores informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras, relativas à Dívida Pública Federal, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no Relatório Mensal da Dívida, disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/divida-publica-federal/relatorio-mensal-da-divida>.

**DÍVIDA INTERNA - 2013**  
R\$ milhões

DÍVIDA INTERNA - 2013		
DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
LFT (VL + CM + ENC) BACEN	102.637,42	72.253,16
LFT (VL + CM + ENC) MERCADO	112.034,36	282.628,49
LTN (VL + CM + ENC) BACEN	115.827,81	208.637,70
LTN (VL + CM + ENC) MERCADO	259.986,81	385.619,82
NTN-B (VL + CM + ENC) BACEN	20.248,49	296.343,02
NTN-B (VL + CM + ENC) MERCADO	46.206,81	623.987,29
NTN-C (VL + CM + ENC) MERCADO	235,02	70.483,39
NTN-F (VL + CM + ENC) BACEN	21.745,11	119.293,80
NTN-F (VL + CM + ENC) MERCADO	42.063,85	195.964,17
OUTROS - Mercado e Bacen	1.384,61	35.007,77
<b>TOTAL</b>	<b>722.370,30</b>	<b>2.290.218,62</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN).

**DÍVIDA EXTERNA (MOBILIÁRIA) - 2013**  
R\$ milhões

DÍVIDA EXTERNA (MOBILIÁRIA) - 2013		
DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
DP1300003 - GLOBAL	2.504,02	65.836,31
DP1300004 - GLOBAL BRL	672,57	12.982,33
DP1300005 - EURO	163,78	2.601,76
DP1300006 - A-BOND	332,63	998,45
<b>TOTAL</b>	<b>3.672,99</b>	<b>82.418,86</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN).

**DÍVIDA EXTERNA (CONTRATUAL) - 2013**  
R\$ milhões

DÍVIDA EXTERNA (CONTRATUAL) - 2013		
DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Dívida Externa Contratual	1.908,98	7.627,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.908,98</b>	<b>7.627,20</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN).

Nos valores da Dívida Externa Contratual estão incluídos os contratos dos demais Ministérios. Considerando apenas os contratos da Codiv, os valores são: R\$ 573,56 milhões (CP) e R\$ 2.529,52 milhões (LP).

Destaca-se que estes valores já consideram, na atualização dos títulos até o dia 31.12.2013, os índices oficiais do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 08.01.2014, e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 10.01.2014. Em razão do fechamento do Siafi ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste

sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

b. Metodologias utilizadas na apuração dos valores informados de estoque da Dívida Mobiliária Federal Interna, detalhando as divergências residuais entre o Sistema Integrado da Dívida (SID) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com a indicação do montante da divergência, do motivo e dos seus efeitos para análise da evolução e da composição dessas obrigações.

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores

arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei nº 4.320/1964, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos princípios de Contabilidade (Resolução nº 1.111/2007, atualizada pela Resolução nº 1.367/2011). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de

Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela TIR). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos. Os estoques apurados em 31/12/2013, no âmbito da Codiv/STN e suas respectivas metodologias são:

#### ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL R\$ milhões

MÉTODO	VALOR
Estoque por Apropriação (DPMFI e DPFe - Mercado)	2.151.230,19
Estoque pela TIR (DPMFI e DPFe - Mercado)	2.122.808,67
<b>DIFERENÇA</b>	<b>28.421,52</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv/STN).

#### Nota 15 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real” O quadro abaixo apresenta a estrutura atual do PL:

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Patrimônio/Capital Social	1.183.412,77	762.532,78	420.879,99	55,2%
Reservas	8.247,15	7.545,45	701,70	9,3%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	263,25	109,20	154,05	141,1%
Resultados Acumulados	(9.454,12)	(8.836,96)	(617,16)	7,0%
Resultado do Exercício	(835,67)	(1.828,13)	992,46	-54,3%
Resultados de Exercícios Anteriores	(8.618,45)	(7.008,83)	(1.609,62)	23,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.182.469,06</b>	<b>761.350,47</b>	<b>421.118,59</b>	<b>55,3%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Até o exercício de 2010, o subgrupo “Patrimônio Social/Capital Social” continha a conta “Patrimônio”, que representava os valores dos resultados acumulados da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, que compõem o patrimônio social da União. Em 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do “Resultado do Exercício”, juntamente com as demais entidades. Porém, considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcas), em 2012, a contabilização dos resultados do período das Administrações Direta, Fundos, Autarquias e Fundações ocorreu na conta Patrimônio.

Período” representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). No processo de encerramento o resultado apurado no período, dentre outros valores, é transferido para os itens “Patrimônio” ou “Resultado do Exercício”, conforme o caso.

Ao longo do exercício, o item chamado “Resultado do

**Nota 16 – Compensado – Ativo e Passivo**

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir:

**ATIVO COMPENSADO**  
R\$ milhões

ATIVO COMPENSADO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	181.968,04	150.449,76	31.518,27	20,9%
Garantias de Valores	337.761,54	248.563,41	89.198,13	35,9%
Direitos e Obrigações Conveniados	266.882,22	162.954,86	103.927,36	63,8%
Direitos e Obrigações Contratuais	312.348,32	291.207,18	21.141,15	7,3%
Outras Compensações	298.021,04	285.918,77	12.102,27	4,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.396.981,15</b>	<b>1.139.093,98</b>	<b>257.887,17</b>	<b>22,6%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**PASSIVO COMPENSADO**  
R\$ milhões

PASSIVO COMPENSADO	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	181.968,04	150.449,76	31.518,27	20,9%
Valores em Garantia	337.761,54	248.563,41	89.198,13	35,9%
Direitos e Obrigações Conveniados	266.882,22	162.954,86	103.927,36	63,8%
Direitos e Obrigações Contratadas	312.348,32	291.207,18	21.141,15	7,3%
Compensações Diversas	298.021,04	285.918,77	12.102,27	4,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.396.981,15</b>	<b>1.139.093,98</b>	<b>257.887,17</b>	<b>22,6%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Demonstração das Variações Patrimoniais****Nota 1 – Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias**

Na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), as receitas e despesas orçamentárias têm o seu reconhecimento baseados no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. O mesmo critério de reconhecimento é adotado nos balanços Financeiro e Orçamentário.

**Nota 2 – Receitas Correntes**

O aumento total da arrecadação das receitas correntes de 2013 em relação a 2012 foi da ordem de R\$ 63 bilhões (5%).

Considerando apenas a arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e de outras receitas recolhidas por Darf ou Guia da Previdência Social (GPS) (administradas por outros órgãos) o

aumento foi de cerca de R\$ 109 bilhões (10,9%). Registrou-se aumento no montante de um bilhão na arrecadação administrada por outros órgãos, e aumento de R\$ 108 bilhões na arrecadação das receitas administradas pela RFB, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, e, segundo a Receita Federal<sup>1</sup>, decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

1. adesão aos parcelamentos de débitos, em conformidade com a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 que, em síntese, estabeleceu as seguintes situações:

a. reabertura, até 31/12/2013, do prazo previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

b. os débitos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de que trata o capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras, poderão ser:

<sup>1</sup> <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analismensaldez13.pdf>

- pagos à vista com redução de 100% das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do valor do encargo legal;
  - parcelados em até 60 prestações, sendo 20% de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% das multas de mora e de ofício, de 80% das multas isoladas, de 40% dos juros de mora e de 100% sobre o valor do encargo legal (art. 39);
- c. os débitos, objetos de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, poderão ser pagos nos prazos e condições estabelecidos no item anterior (art. 39, § 1º).
- d. os débitos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) decorrentes de lucros de controlada ou coligada no exterior, relativos a fatos geradores ocorridos até 31/12/2012, poderão ser:
- pagos à vista com redução de 100% do valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do valor do encargo legal;
  - parcelados em até 180 prestações, sendo 20% de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% das multas de mora e de ofício, de 80% das multas isoladas, de 50% dos juros de mora e de 100% sobre o valor do encargo legal (art. 40).
2. O valor total, pago até dezembro/13, foi de R\$ 21,8 bilhões;
  3. redução de 49,79% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012;
  4. arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 4 bilhões referente à Cofins/PIS (R\$ 1,0 bilhão) e ao IRPJ/CSLL (R\$ 3,0 bilhões) em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente;
  5. arrecadação extraordinária, em dezembro de 2013, relativa a lançamentos de ofício e acréscimo legal de IRPJ/CSLL (R\$ 2,5 bilhões); e
  6. desonerações tributárias.

VARIÇÃO DOS INDICADORES	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO		
	MACROECONÔMICOS	JAN-OUT/2013	JAN-NOV/2013
EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	JAN-OUT/2012	JAN-NOV/2012	JAN-DEZ/2012
Produção Industrial (PIM/IBGE)	1,12%	1,09%	1,05%
Vendas de Bens e Serviços (PMC/IBGE)	3,83%	3,58%	3,57%
Massa Salarial	11,58%	11,62%	11,68%
Valor em Dólar das Importações	4,58%	3,88%	3,74%

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

**Nota 3 – Receitas Correntes – Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados pela União.**

A arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) pelo Tesouro Nacional, pelo critério de caixa, em 2013, atingiu o montante de R\$ 16,91 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 85% do total arrecadado.

O Banco do Brasil S.A. recolheu para a União o montante de R\$ 3,45 bilhões. Desse total, R\$ 1,70 bilhão referem-se à JCP, e o restante, R\$ 1,75 bilhão, a Dividendos. Destaca-se o montante recebido em agosto, no valor de R\$ 1,13 bilhão, fruto do significativo resultado obtido pelo Banco no 2º trimestre, notadamente em função da receita auferida em decorrência da oferta pública de distribuição de ações da controlada BB Seguridade Participações S.A.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) efetivou o pagamento de R\$ 6,99 bilhões, sendo R\$ 5,29 bilhões sob a forma de Dividendos e R\$ 1,70 bilhão de JCP.

Já a Caixa Econômica Federal (CAIXA) recolheu à União o montante de R\$ 4 bilhões. Somente após o encerramento do exercício, a empresa confirmará a quantia paga sob a forma de Dividendos e/ou JCP.

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) recolheu à União a importância de R\$ 1,01 bilhão, sob a forma de JCP.

No intuito de aprimorar o controle gerencial e, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), em especial o item XVII do Acórdão TCU n.º 1274/2013, foi criado novo código de recolhimento a ser utilizado na Guia de Recolhimento da União (GRU), com vistas a recepcionar, de forma apartada, os valores pagos à União sob a forma de JCP. As novas contas contábeis criadas foram as seguintes:

41322.00.03 – Juros sobre Capital Próprio - para aquelas empresas que não integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; e  
 47322.00.03 – Juros sobre Capital Próprio - para aquelas empresas que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

As empresas foram comunicadas das alterações promovidas por esta Secretaria e que, a partir de janeiro de 2014, o recolhimento de JCP em conta específica já poderá ser efetivado.

#### Nota 4 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que, na consolidação, as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante do confronto de saldos devedores e credores.

Especialmente no que se refere às receitas e despesas intraorçamentárias, foram criadas regras de exclusão de valores comuns entre estes itens para a consolidação da Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Financeiro.

#### Nota 5 – Receitas de Capital – Operações de Crédito

As operações de crédito sofreram uma variação negativa de aproximadamente R\$ 42 bilhões em relação ao exercício de 2012. Tais operações são contratadas pelo Tesouro Nacional, principalmente, com a finalidade de refinar a dívida pública, e seguem, basicamente, o seguinte procedimento:

- Visando ao pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma “operação de crédito”: emite e vende títulos públicos no mercado;
- Esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado

negativo do Banco Central do Brasil (BCB);

- Os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no “Caixa”, na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por “Colchão da Dívida”;
- O “Colchão da Dívida” aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;
- A “receita para refinanciamento” é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida, por isso, o nome refinanciamento. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada;
- Apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a “receita para refinanciamento” não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do “Colchão da Dívida”, que contém, além das receitas arrecadadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

#### Nota 6 – Receitas de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O demonstrativo abaixo, conforme preceitua o art 4º, § 2º, inciso III da LRF, demonstra, em 2013, a receita de capital oriunda da alienação dos ativos, na quase totalidade referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas em inversões financeiras no valor de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e em investimentos no valor de R\$ 200 milhões, em consonância com a chamada “Regra de Ouro” da LRF, restando ainda recursos para serem aplicados (cerca de R\$ 500 milhões).

**RECEITAS DE CAPITAL DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
R\$ milhares

RECEITAS DE CAPITAL DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR
	(a)	(b)	(a) – (b)
Alienação de Bens Móveis	1.921.592	2.090.650	(169.058)
Alienação de Bens Imóveis	8.261.139	197.410	8.063.728
<b>TOTAL</b>	<b>10.182.730</b>	<b>2.288.060</b>	<b>7.894.670</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS (1)	SALDO A EXECUTAR
	(c)	(d)	(c) – (d)
Despesas de Capital	10.182.730	1.735.064	8.447.666
Investimentos	6.187.921	204.376	5.983.545
Inversões Financeiras	3.976.403	1.512.330	2.464.073
Amortização/Refinanciamento da Dívida	18.406	18.358	48
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>10.182.730</b>	<b>1.735.064</b>	<b>8.447.666</b>
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012	2013	SALDO ATUAL
	(e)	(f) = (b) – (d)	(e) + (f)
<b>TOTAL</b>	<b>11.771.866</b>	<b>552.995</b>	<b>12.324.862</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Exercício de 2013.

(1) Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/1964.

Destacam-se as receitas com alienação de bens que diminuíram quase R\$ 12 bilhões em relação ao exercício de 2012, retornando ao patamar de 2011. Salienta-se que o incremento das receitas em 2012 deu-se principalmente com a alienação de títulos mobiliários (R\$ 12,4 bilhões) registrados pelo Fundo Soberano do Brasil.

**Nota 7 – Receitas de Dívida Ativa – Conciliação entre os valores constantes dos Sistemas Gerenciais dos Órgãos**

**e os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)**

**Banco Central do Brasil (BCB)**

A dívida ativa do BCB, segundo informado pela Procuradoria-Geral do BCB, registrado nos sistema gerencial do BCB e no Siafi tem a correspondência estabelecida nos quadros a seguir.

RELATIVOS AO BANCO CENTRAL - ESTOQUE NÃO REGISTRADO NA CONTABILIDADE		
CONTA 8910-0 - Receitas de Dívida Ativa		
DATA	R\$	
1º semestre/2013	1.650.164,21	Correspondente SIAFI - 4.1.9.3.2.99.01 Órgão 25201
2º semestre/2013	4.947.440,20	
Total de recebimentos em 2013	6.597.604,41	
<b>TOTAL</b>	<b>7.162.342,43</b>	
CONTA 8986.02-3 - Receitas de Multa de Mora sobre Dívida Ativa		
DATA	R\$	
1º semestre/2013	358.648,77	Correspondente SIAFI - 4.1.9.3.2.99.01 Órgão 25201
2º semestre/2013	206.089,25	
Total de recebimentos em 2013	564.738,02	
<b>TOTAL</b>	<b>7.162.342,43</b>	

CONTA 8416.10-8 - Receitas de Juros sobre Créditos de Dívida Ativa		Correspondente SIAFI - 6.2.1.1.1.99.00 Órgão 25280
DATA	R\$	
1º semestre/2013	-2.475.308,48	
2º semestre/2013	1.626.691,95	
<b>TOTAL DE RECEBIMENTOS EM 2013</b>	<b>-848.616,53(a)</b>	<b>446.615.817,91(b)</b>
CONTA 8990.15.01-7 (c) - Receitas de Honorários Advocatícios		Correspondente SIAFI-4.1.9.9.0.02.01 Órgão 25201
DATA	R\$	
1º semestre/2013	5.366.566,93	
2º semestre/2013	451.976,16	
<b>TOTAL DE RECEBIMENTOS EM 2013</b>	<b>5.818.543,09</b>	<b>5.818.543,09</b>
RELATIVOS AO BANCO CENTRAL - ESTOQUE REGISTRADO NA CONTABILIDADE - CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010		
CONTA 1650.04.01-3 (d) - Créditos Parcelados Inscritos Em Dívida Ativa		Correspondente SIAFI - 1.2.2.3.1.00.00 Órgão 25280
Banco Banorte - Titular 05420.0000-1	36.149.042,08	
Banco Nacional - Titular 05415.0008-3	333.446.395,07	
Banco Econômico - Titular 05334.0014-6	102.726.578,44	
Banco Econômico - Titular 05334.0015-3	1.557.241,18	
Banco Econômico - Titular 05334.0016-0	4.147.098,64	
<b>TOTAL DE RECEBIMENTOS EM 2013</b>	<b>478.026.355,41</b>	
RELATIVOS A REDI-BC - ESTOQUE REGISTRADO NA CONTABILIDADE - CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OBJETOS DE PARCELAMENTO NO ÂMBITO DA LEI 12.249/2010		
CONTA 9710.43.01-7 (e) - REDI-BC - Créditos Parcelados Inscritos em Dívida Ativa de Instituições em Regime Especial		Não Possui Correspondente no SIAFI (f)
Banco Econômico - Titular 05334.0017-7	19.672.161,72	
<b>TOTAL DE RECEBIMENTOS EM 2013</b>	<b>19.672.161,72</b>	

Fonte: Banco Central do Brasil.

(a) Saldo negativo decorrente de ajustes nos valores arrecadados de juros de dívida ativa no 1º semestre de 2013.

(b) Diferença decorre do fato de a conta SIAFI englobar outras contas Bacen. (c) Esta conta inclui honorários advocatícios em geral, relacionados ou não com a dívida ativa.

(c) Esta conta inclui honorários advocatícios em geral, relacionados ou não com a dívida ativa.

(d) A conta registra os valores a receber de Instituições em Regime Especial, relativos à dívida ativa, parcelados no âmbito da Lei 12.249/2010. Na arrecadação da dívida (recebimento) ocorre a baixa do crédito registrado na contabilidade, e não o reconhecimento de receita.

(e) A conta registra os valores a receber de Instituições em Regime Especial, relativos à dívida ativa, parcelados no âmbito da Lei 12.249/2010. Na arrecadação da dívida (recebimento) ocorre a baixa do crédito registrado na contabilidade, e não o reconhecimento de receita.

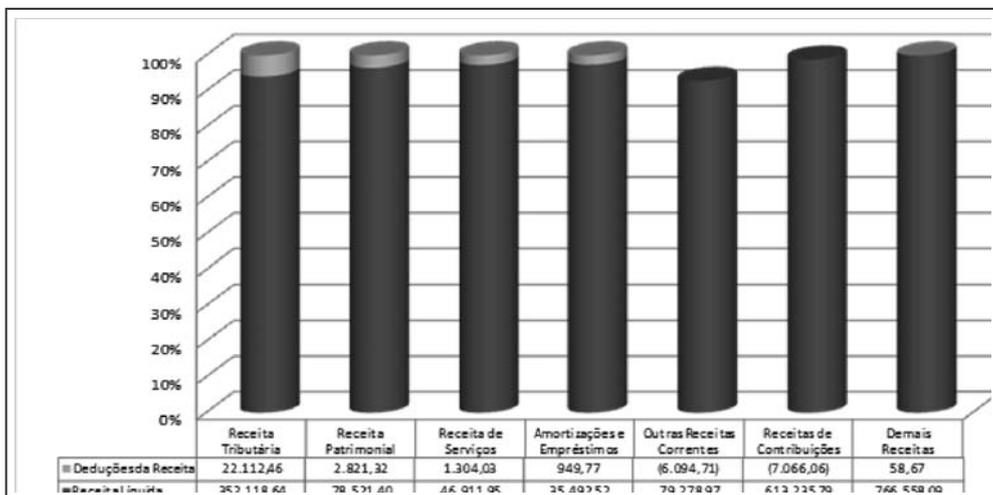
(f) As contas relacionadas a Fundos e Programas administrados pelo Bacen não são integradas ao SIAFI.

### Nota 8 – Deduções da Receita

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as receitas orçamentárias são demonstradas separadamente por sua origem, pelo valor bruto; e as deduções são consolidadas em uma única linha destacada na demonstração, enquanto que, no Balanço Orçamentário, as receitas orçamentárias

são demonstradas pelo valor líquido, ou seja, já consideradas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações e os descontos, bem como as próprias deduções da receita. O gráfico abaixo detalha as maiores deduções, por origem de receita.

**DEDUÇÕES DA RECEITA POR ORIGEM ATÉ 31/12/2013**  
R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício de 2013, as “Deduções da Receita” sofreram um decréscimo de 62% (cerca de R\$ 22,8 bilhões) em relação a 2012.

Nesse ano, do total contabilizado de R\$ 14.085 milhões, as maiores deduções foram registradas nos seguintes órgãos, assim especificadas:

- R\$ 9,5 bilhões no Ministério da Fazenda, dos quais R\$ 6,5 bilhões na SRFB, (UG 170010/00001), R\$ 1,7 bilhão na Cofis/STN, (UG 170705/00001), R\$ 606 milhões na Coafi/STN (UG 170512/00001) e R\$ 611 milhões na Copar/STN, (UG 170510/00001);
- R\$ 1,7 bilhão no órgão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego; e
- R\$ 1,3 bilhão no órgão Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vinculado ao Ministério da Previdência Social.

**Nota 9 – Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores**

Os acréscimos patrimoniais, em sua totalidade, apresentaram um aumento da ordem de R\$ 12 bilhões em relação a 2012, o que representa uma variação percentual inferior a 1%.

Não são apresentados ajustes de exercícios anteriores e as “Incorporações de Ativos” e “Desincorporações de Passivos” tiveram reduções de R\$ 107 bilhões (8%) e R\$ 63,9 bilhões (7%), respectivamente.

Dentre as incorporações de ativos, destaque para as incorporações de títulos e valores e em especial as operações de aumento de capital da CAIXA e do BNDES, ambas

realizadas ao final de 2012, porém com registro no SIAFI no início de 2013. Tais operações resultaram no montante de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 6,7 bilhões, respectivamente.

Ademais, foi realizada em 2012 e lançada em 2013 a integralização de R\$ 550 milhões em cotas do Fundo Garantidor da Habitação (FGHAB).

Das operações efetivamente realizadas em 2013, merece destaque as seguintes capitalizações: i ) Fundo de Garantia de Operações (FGO), no montante de R\$ 250 milhões, mediante a transferência de 312.500.000 ações ordinárias (ON) do Banco da Amazônia S.A. (Basa) e de 6.250.000 ações ON do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); e ii ) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no valor de R\$ 200 milhões, mediante a transparência de 32.316.006 ações ON da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e 1.449.254 ações ON do BNB.

Além disso, foram integralizadas cotas nos Organismos Internacionais a seguir:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – R\$ 77 milhões
- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – R\$ 145 milhões
- Corporação Andina de Fomento (CAF) – R\$ 49,4 milhões
- Fundo de Operações Especiais (FOE) – R\$ 24,6 milhões
- Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) – R\$ 11,9 milhões
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) – R\$ 9,5 milhões
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) – R\$ 4,3 milhões
- Fundo Multilateral de Investimento (Fumin) – R\$ 11,35 milhões

**Nota 10 – Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos**

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” apresentou, em 2013, em relação a 2012, uma variação negativa de 30,2% (aproximadamente R\$ 117 bilhões), conforme tabela a seguir.

**ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS**  
R\$ milhões

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	SOBRE 2012
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Reavaliações de Bens	113.125,90	50.467,06	62.658,84	124,2%
Reavaliações de Títulos e Valores	5.790,73	9.110,97	(3.320,24)	-36,4%
Ajustes de Créditos	151.369,16	327.332,66	(175.963,50)	-53,8%
Outros	242,44	671,98	(429,54)	-63,9%
<b>TOTAL</b>	<b>270.528,23</b>	<b>387.582,67</b>	<b>(117.054,44)</b>	<b>-30,2%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Os “Ajustes de Créditos” influenciaram significativamente os Acréscimos Patrimoniais, com variação negativa de cerca de R\$ 176 bilhões (53,8%) em relação a 2012.

Nesse item destacamos dois eventos, ficando o restante da diferença diluída em diversos órgãos:

Decreto, na ordem de R\$ 170 bilhões, refere-se às variações que provocam aumento no estoque da dívida ativa (inscrição e reativação de inscrição), no Ministério da Fazenda.

Nos acréscimos patrimoniais relativos a ajustes de bens, valores e créditos, o item “Reavaliações de Bens” apresentou saldo de R\$ 113 bilhões com uma variação de 124% (cerca de R\$ 62 bilhões) em relação a 2012, decorrente da reavaliação de imóveis de uso constantes do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUNet), dos seguintes órgãos:

- R\$ 51 bilhões – Fundação Nacional do Índio (órgão 30202);
- R\$ 15 bilhões – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (órgão 39252);
- R\$ 7 bilhões – Comando da Aeronáutica (órgão 52111);
- R\$ 28 bilhões – Comando do Exército (órgão 52121); e
- R\$ 1,7 bilhão - Comando da Marinha (órgão 52131).

No item “Reavaliações de Títulos e Valores”, verificou-se uma redução da ordem de 36%. Este valor refere-se, em grande

parte, à atualização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento (FFIE) e Estabilização pelo Fundo Soberano do Brasil. Outra grande parte está concentrada no Ministério da Fazenda e refere-se a ajustes de valores relativos a aumento de capital.

**Nota 11 – Acréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações**

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das “Variações Ativas” representam a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajustes de Obrigações” teve um aumento de R\$ 312,9 bilhões ao se comparar 2013 com 2012, o que se deve, principalmente, ao aumento registrado na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv), da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado a seguir:

**VARIAÇÃO ATIVA DAS OBRIGAÇÕES**  
R\$ milhões

VARIAÇÃO ATIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) - (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Obrigações Internas	396.446,09	83.021,76	313.424,33	377,5%
Atualização Monetária	5.304,06	10.008,32	(4.704,26)	-47,0%
Juros e Encargos	391.142,03	73.013,45	318.128,59	435,7%
Obrigações Externas	8.493,37	9.060,41	(567,04)	-6,3%
Variação Cambial	8.493,37	9.060,41	(567,04)	-6,3%
<b>TOTAL</b>	<b>404.939,46</b>	<b>92.082,18</b>	<b>312.857,28</b>	<b>339,8%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv), do Tesouro Nacional.

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

- Redução de R\$ 4,7 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma redução na desvalorização monetária da dívida;
- Aumento de R\$ 318 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
- Redução de R\$ 567 milhões na variação cambial negativa da dívida externa, ou seja, a dívida diminuiu menos em 2013 por efeito da variação cambial do que em 2012.

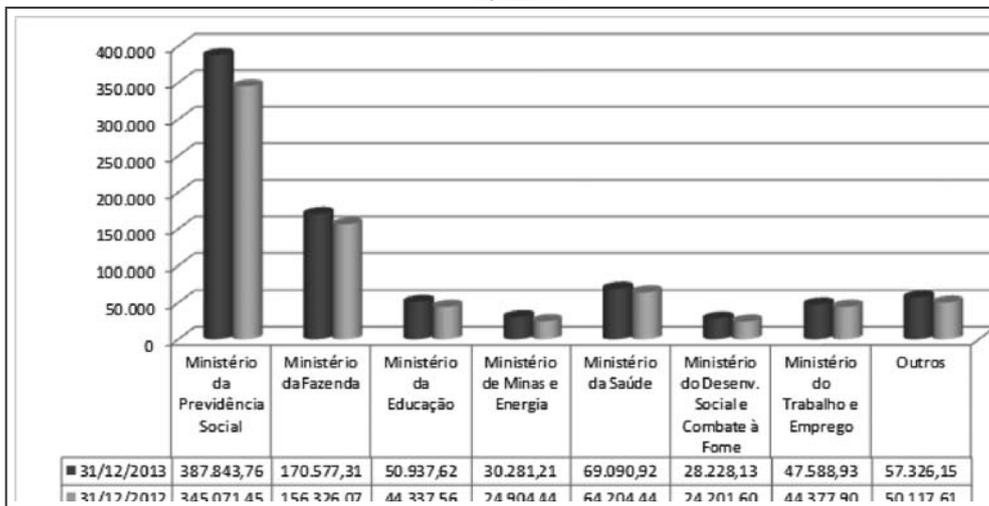
A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Ativas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajustes

de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

**Nota 12 – Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes**

Em 2013, as despesas correntes sofreram um aumento de R\$ 113,7 bilhões em relação a 2012, principalmente em função do aumento ocorrido no item “Outras Despesas Correntes”, o qual aumentou pouco mais de R\$ 88 bilhões. No gráfico a seguir é possível visualizar as maiores alterações nesse item por órgão.

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A tabela a seguir apresenta as principais variações positivas e negativas do item “Outras Despesas Correntes”, por elemento da despesa, e incluindo os valores referentes às operações intraorçamentárias.

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**  
R\$ milhões

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) - (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	177.431,28	159.002,94	18.428,34	11,6%
Distribuição de Receitas aos Municípios	98.738,40	86.900,30	11.838,10	13,6%
Compensações ao RGPS	11.131,54	1.790,00	9.341,54	521,9%
Aposentadorias do RGPS - Área Rural	57.640,97	49.851,12	7.789,85	15,6%
Pensões do RGPS - Área Urbana	66.526,88	59.157,51	7.369,36	12,5%
Distribuição de Receitas aos Estados	94.167,94	86.810,97	7.356,97	8,5%
Seguro Desemprego e Abono Salarial	46.560,75	39.950,25	6.610,50	16,5%
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	28.696,11	22.790,47	5.905,64	25,9%
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	33.866,97	30.321,52	3.545,45	11,7%
Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	25.243,40	21.803,94	3.439,46	15,8%
Auxílio Financeiro a Estudantes	6.917,65	4.830,69	2.086,95	43,2%
Subvenções Econômicas	18.141,88	16.381,00	1.760,88	10,7%
Contribuições - Fundo a Fundo - Municípios	38.472,40	36.717,16	1.755,24	4,8%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	28.540,76	26.818,96	1.721,79	6,4%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.608,27	1.901,65	1.706,62	90%
Pensões do RGPS - Área Rural	19.533,84	17.974,54	1.559,30	8,7%
Contribuições a Entidades Sem Fins Lucrativos	3.192,23	1.922,50	1.269,72	66,0%
Locação de mão-de-obra	6.524,02	5.394,65	1.129,37	20,9%
Sentenças Judiciais	11.133,15	10.021,45	1.111,70	11,1%
Contribuições a Municípios	13.341,41	12.262,34	1.079,07	8,8%
Material de Consumo	12.096,83	11.216,76	880,07	7,8%
Contribuições - Exterior	1.766,62	1.072,30	694,32	64,8%
Auxílio-Alimentação	4.168,58	3.503,64	664,95	19,0%
Outros Benefícios Assistenciais do Servido e do Militar	625,93	-	625,93	-
Pensões Especiais	623,69	-	623,69	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.642,97	2.028,51	614,46	30,3%
Passagens e Despesas com Locomoção	1.396,59	1.109,76	286,82	25,8%
Auxílio-Fardamento	298,49	24,62	273,87	
Subvenções Econômicas	370,44	96,62	273,82	
Despesas de Exercícios Anteriores - Fundo a Fundo - Municípios	1.039,39	772,16	267,23	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	993,75	729,80	263,95	
Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	2.476,00	2.216,39	259,62	
Contribuições - Fundo a Fundo - Estados	14.397,03	14.149,97	247,06	
Despesas de Exercícios Anteriores - Fundo a Fundo - Municípios	6.460,18	6.750,44	(290,26)	
Contratação por Tempo Determinado	251,38	542,51	(291,13)	
Despesas de Exerc. Anteriores	984,11	1.291,64	(307,52)	
Outros Benefícios Assistenciais	-	356,38	(356,38)	-100,0%
Pensões, Exceto RGPS	0,00	397,64	(397,63)	-100,0%
Material de Consumo	0,53	1.411,51	(1.410,98)	-100,0%
Contribuições	6.958,26	7.696,72	(738,46)	-9,6%
Indenizações e Restituições	0,00	739,50	(739,50)	-100,0%
Indenizações e Restituições	-	1.540,96	(1.540,96)	-100,0%
Material de Consumo	0,00	843,13	(843,13)	-100,0%
Outras	7.262,95	6.750,95	511,99	7,6%
<b>TOTAL</b>	<b>854.223,55</b>	<b>756.263,23</b>	<b>97.960,32</b>	<b>13,0%</b>

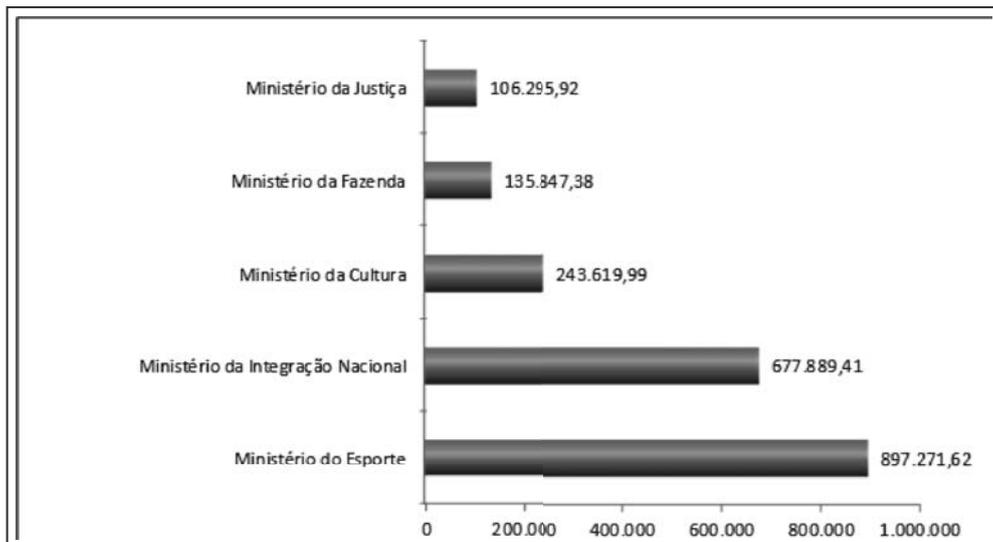
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 13 – Despesas de Capital – Investimentos**

Comparando o valor investido em 2013 em relação a 2012, percebe-se um aumento de pouco mais de R\$ 40 milhões.

No gráfico a seguir, estão demonstrados os aumentos mais relevantes em investimentos, por órgão.

**MAIORES ACRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2013**  
R\$ milhares

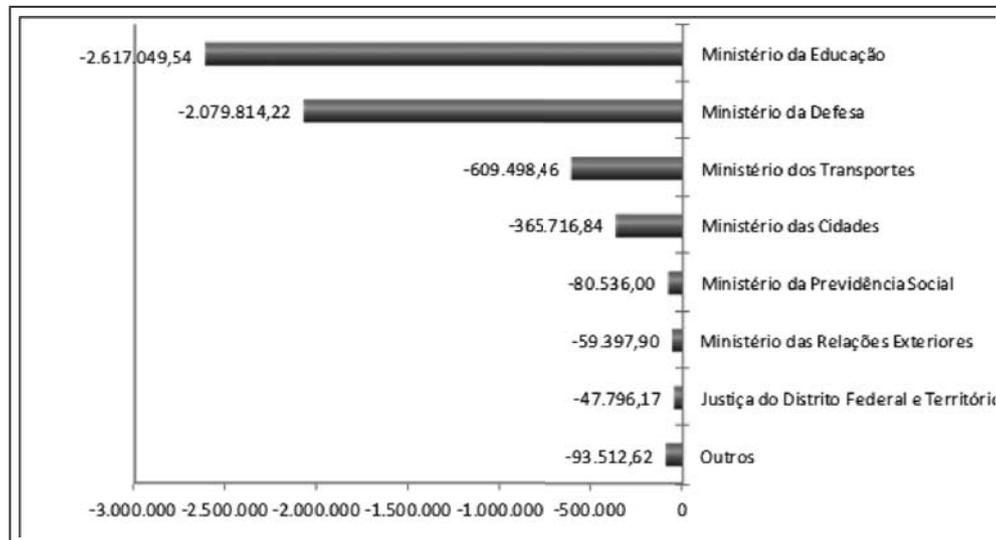


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

No que se refere aos valores aplicados em 2013, no Ministério da Educação, destaca-se o investimento de cerca de R\$ 6 bilhões no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Ministério dos Transportes, os investimentos de cerca de R\$ 11,3 bilhões no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e no Ministério da Defesa, investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões no Comando da Aeronáutica, R\$ 2 bilhões no Comando do Exército e R\$ 3,7 bilhões no Comando da Marinha.

No gráfico abaixo, estão demonstradas as reduções mais significativas nos investimentos, por órgão.

**MAIORES DECRÉSCIMOS ATÉ 31/12/2013**  
R\$ milhões

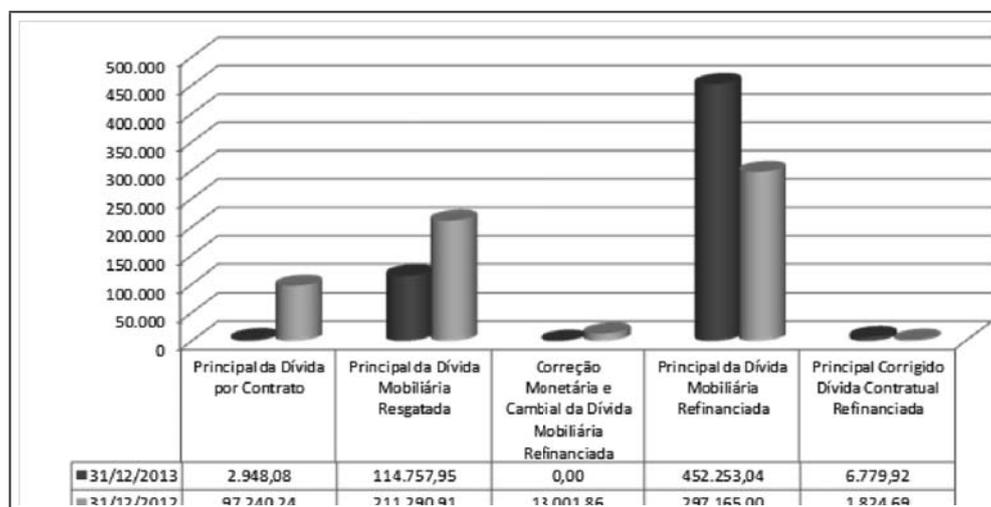


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 14 – Despesas de Capital – Amortizações**

A diferença total das despesas realizadas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial de operações de crédito contratadas, mais o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, foi da ordem de R\$ 43,7 bilhões a mais em 2013. O gráfico abaixo demonstra a composição dessa despesa, entre o valor de amortização do principal da dívida, valores referentes a correções monetárias e cambiais e os valores atinentes ao refinanciamento.

**AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 15 – Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos e Ajustes de Exercícios Anteriores**

A diferença ocorrida nos decréscimos patrimoniais da ordem de R\$ 500 bilhões teve como uma de suas causas a redução observada no item Desincorporações de Ativos, se comparados os valores de 2013 em relação a 2012.

Nesse item houve uma redução da ordem de R\$ 179 bilhões, devido principalmente à Baixa de Direitos, que apresentou saldo de R\$ 1 trilhão em 2013 contra R\$ 1,2 trilhão em 2012.

O item Desincorporações de Ativos também sofreu impacto pelo movimento do item Dívida Ativa Tributária, que, em 2013, apresentou o montante de R\$ 10 bilhões contra R\$ 59 bilhões em 2012, fechando uma variação negativa de R\$ 49 bilhões nesse período.

Convém destacar ainda a variação decorrente da operação realizada em 2012 para efetivar os aumentos de capital da CAIXA, conforme já mencionado no item Incorporação de Títulos e Valores. A capitalização se deu via transferência de ações de propriedade da União, dentre as quais ações ON da Petrobras, bem como de ações de sociedades anônimas.

Além disso, conforme o disposto no Decreto n.º 7.731, de 25 de maio de 2012, foram transferidas 105.663.567 ações

ON de emissão do Banco do Brasil e de titularidade da União para o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), o que resultou na capitalização do referido Fundo em R\$ 2,5 bilhões.

Das operações realizadas em 2013, destacam-se as operações de capitalização do FGO e da Finep, detalhadas no item anterior. Para tanto, foram utilizadas ações ON do Basa, BNB e da Telebras, o que representou a baixa de tais ativos do patrimônio da União.

Ademais, em conformidade ao disposto no Decreto s/n, de 16 de maio de 2013, a União alienou 212.421 ações ordinárias representativas do capital social do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil Re) ao BB Seguros Participações S.A. Ademais, foram vendidas 2.238 ações ordinárias aos empregados do IRB-Brasil Re, nos termos do Edital PND n.º 1/2013, publicado no Diário Oficial da União de 23/01/13. Em decorrência dessas operações, a União arrecadou o montante de cerca de R\$ 552,46 milhões.

**Nota 16 – Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos**

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” encontra-se detalhado na tabela a seguir:

**DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS**  
R\$ milhões

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	POSIÇÃO ATÉ			VARIÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	(a)	(b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Desvalorização de Bens	26.125,48	16.041,77	10.083,70	62,9%
Desvalorização de Títulos e Valores	1.360,00	7.123,59	(5.763,59)	-80,9%
Ajustes de Créditos	174.789,55	196.581,68	(21.792,13)	-11,1%
Outros Ajustes Patrimoniais	-	21,94		
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.812,83	1.966,99	6.845,84	348,0%
<b>TOTAL</b>	<b>211.087,85</b>	<b>221.735,98</b>	<b>(10.648,13)</b>	<b>-4,8%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item “Desvalorização de Bens”, teve um alto incremento em função de desvalorização de imóveis no SPIUnet, em especial da Unidade Gestora 194063 - Coordenação Regional do Alto Solimões/ AM, do Órgão 30202 – Funai, no valor de cerca de R\$ 17,3 bilhões.

A “Depreciação, Amortização e Exaustão” continua apresentando variação positiva em relação ao exercício anterior (348%), em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macrofunção “02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações”.

**Nota 17 – Decréscimos Patrimoniais – Incorporações de Passivos**

O item “Incorporação de Passivos” apresentou redução de R\$ 617 bilhões no exercício de 2013 em relação a 2012, e as principais variações foram verificadas nos seguintes itens:

- Registro de recursos a liberar para pagamento de restos a pagar – R\$ 384 bilhões;
- Emissão de títulos da dívida interna – R\$ 95 bilhões;

**Nota 18 – Decréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações**

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação

cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das “Variações Passivas” representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida

pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Passivas”, o item “Ajustes de Obrigações” teve um aumento de pouco mais de R\$ 300 bilhões ao se comparar o exercício de 2013 com o de 2012, e esse aumento está evidenciado, principalmente, na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv), da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstram os números abaixo:

**VARIAÇÃO PASSIVA DAS OBRIGAÇÕES**  
R\$ milhões

VARIAÇÃO PASSIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	
	(a)	(b)	(a) / (b) %	
Obrigações Internas	683.291,53	386.418,86	296.872,67	76,8%
Atualização Monetária	154.534,38	205.443,01	(50.908,63)	-24,8%
Juros e Encargos	528.757,16	180.975,85	347.781,31	192,2%
Obrigações Externas	29.488,50	22.274,30	7.214,20	32,4%
Variação Cambial	18.481,63	14.897,22	3.584,40	24,1%
Juros e Encargos	11.006,87	7.377,08	3.629,79	49,2%
<b>TOTAL</b>	<b>712.780,03</b>	<b>408.693,16</b>	<b>304.086,87</b>	<b>74,4%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv) do Tesouro Nacional.

Do quadro anterior, infere-se o seguinte:

- Redução de R\$ 51 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, um aumento na valorização monetária da dívida em comparação a 2012. Dessa forma, enquanto a dívida interna, no exercício de 2012, sofreu atualizações monetárias de R\$ 205 bilhões, no exercício de 2013, esse valor foi de R\$ 154 bilhões;
- Aumento nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R\$ 347,7 bilhões). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes do procedimento utilizado para atualização da dívida;
- Aumento de cerca de R\$ 3,5 bilhões na variação cambial positiva da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou mais no exercício de 2013 por efeito da variação cambial do que no exercício de 2012;
- Aumento de R\$ 3,6 bilhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Passivas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos

Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 19 – Resultado da Equivalência Patrimonial: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Os acréscimos patrimoniais relacionados ao Resultado da Equivalência Patrimonial (MEP) registram os aumentos no ativo permanente decorrentes de ajustes e ganhos das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, os decréscimos patrimoniais relacionados ao MEP registram as baixas no ativo permanente decorrentes de ajustes e perdas das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como os registros de perdas e ganhos impactam os dois lados na DVP, para uma melhor evidência do que realmente ocorreu com os ativos permanentes que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os valores foram consolidados, por tipo de ajuste, no quadro abaixo:

**RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**  
R\$ milhões

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Ganho/Perdas na Apuração da Equivalência	(3.957,44)	11.257,45	(15.214,89)	-135,2%
Variações Ativas (Ganhos)	22.507,55	26.589,61	(4.082,06)	-15,4%
Variações Passivas (Perdas)	(26.464,99)	(15.332,16)	(11.132,83)	72,6%
Ajuste para Consolidação das Participações	(1.648,75)	(1.910,46)	261,71	-13,7%
Variações Ativas (Ajustes Positivos)	2.765,60	3.439,61	(674,01)	-19,6%
Variações Passivas (Ajustes Negativos)	(4.414,36)	(5.350,07)	935,71	-17,5%
<b>TOTAL</b>	<b>(5.606,20)</b>	<b>9.346,99</b>	<b>(14.953,19)</b>	<b>-160,0%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 20 – Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais**

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida.

As variações das dívidas sofrem impacto dos dois grupos

devido à metodologia de cálculo dos ajustes, que podem, ao longo do exercício, aumentar ou diminuir o valor total das obrigações.

Nos quadros abaixo, as obrigações foram segregadas em “Internas” e “Externas”, e foram demonstrados os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais.

**OBRIGAÇÕES INTERNAS**  
R\$ milhões

OBRIGAÇÕES INTERNAS	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Atualização Monetária	149.230,32	195.434,70	(46.204,37)	-23,6%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(5.304,06)	(10.008,32)	4.704,26	-47,0%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	154.534,38	205.443,01	(50.908,63)	-24,8%
Juros e Encargos	137.615,12	107.962,40	29.652,72	27,5%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(391.142,03)	(73.013,45)	(318.128,59)	435,7%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	528.757,16	180.975,85	347.781,31	192,2%
<b>TOTAL</b>	<b>286.845,45</b>	<b>303.397,10</b>	<b>(16.551,65)</b>	<b>-5,5%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv) do Ministério da Fazenda.

**OBRIGAÇÕES EXTERNAS**  
R\$ milhões

OBRIGAÇÕES EXTERNAS	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Juros e Encargos	11.006,87	7.377,08	3.629,79	49,2%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	-	-	-	0,0%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	11.006,87	7.377,08	3.629,79	49,2%
Varição Cambial	9.988,25	5.836,81	4.151,44	71,1%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(8.493,37)	(9.060,41)	567,04	-6,3%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	18.481,63	14.897,22	3.584,40	24,1%
<b>TOTAL</b>	<b>20.995,12</b>	<b>13.213,89</b>	<b>7.781,23</b>	<b>58,9%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.  
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (Codiv) do Ministério da Fazenda.

A partir das informações apresentadas, é possível chegar às seguintes conclusões:

- a dívida interna aumentou menos no exercício de 2013 do que no exercício de 2012, devido principalmente à redução do montante de atualização monetária; e
- a dívida externa, por outro lado, aumentou mais no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012, devido tanto à variação cambial de R\$ 4,1 bilhões, quanto aos juros e encargos de R\$ 3,6 bilhões.

**Nota 21 – Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial negativo do exercício de 2012, no valor de R\$ 113,9 bilhões, é resultado tanto das variações

orçamentárias quanto das variações extraorçamentárias. Por outro lado, o resultado patrimonial positivo de R\$ 281,7 bilhões no exercício de 2013, foi fortemente influenciado pelas variações extraorçamentárias ativas, que sofre um acréscimo de R\$ 512 bilhões em relação ao exercício anterior.

Comparando-se os resultados patrimoniais em ambos os exercícios, observa-se um aumento significativo de cerca de R\$ 395,7 bilhões. Porém, ao se comparar os resultados orçamentário e extraorçamentário separadamente, nota-se uma variação orçamentária negativa de R\$116 bilhões e uma variação extraorçamentária positiva de R\$ 512 bilhões, o que demonstra um comportamento bastante distinto na variação patrimonial.

O quadro abaixo evidencia essas alterações:

**RESULTADO PATRIMONIAL**  
R\$ milhões

RESULTADO PATRIMONIAL	POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE 2012
	31/12/2013	31/12/2012	(a) – (b)	(a) / (b) %
	(a)	(b)		
Resultado Orçamentário	275.917,17	392.519,19	(116.602,02)	-29,7%
Variações Ativas	2.785.336,10	2.861.181,18	(75.845,08)	-2,7%
Variações Passivas	(2.509.418,93)	(2.468.661,99)	(40.756,94)	1,7%
Resultado Extraorçamentário	5.879,83	(506.509,89)	512.389,72	-101,2%
Variações Ativas	2.803.764,39	2.792.237,77	11.526,61	0,4%
Variações Passivas	(2.797.884,56)	(3.298.747,66)	500.863,11	-15,2%
<b>TOTAL</b>	<b>281.797,00</b>	<b>(113.990,70)</b>	<b>395.787,70</b>	<b>-347,2%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Balanco Financeiro**

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se

transferem para o exercício seguinte.

No Balanço Financeiro da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados na demonstração saldos iniciais e finais do ativo e do passivo. Assim, para se chegar ao

movimento de saldos líquidos entre os ingressos e dispêndios é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

Para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial encontra-se do lado dos ingressos e o final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso;

Para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial encontra-se do lado dos dispêndios e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme descrito acima.

As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica deste relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

#### Nota 1 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que na consolidação as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante dos saldos excluídos.

#### Nota 2 – Ingressos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

- Valores em Circulação (cerca de R\$ 525,9 bilhões);
- Recursos Especiais a Receber (cerca de R\$ 486 bilhões) – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem;

- Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - (cerca de R\$ 30,6 bilhões).
- Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R\$ 289 bilhões):
- Valores Diferidos (cerca de R\$ 289 bilhões) – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse no exercício seguinte.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacam-se as “Obrigações em Circulação” (cerca de R\$ 670 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

- Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar (cerca de R\$ 361 bilhões) – registra o valor do recurso financeiro concedido pelo Tesouro Nacional aos órgãos e entidades, para fazer face aos pagamentos de restos a pagar inscritos no final do exercício anterior;
- Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (cerca de R\$ 180 bilhões) – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2012, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000;
- Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R\$ 69 bilhões).

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os “Ajustes de Direitos e Obrigações” (cerca de R\$ 727 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

- Incorporação de Direitos (cerca de R\$ 416 bilhões) – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;
- Desincorporação de Obrigações (cerca de R\$ 307 bilhões) – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;
- Ajustes de Créditos (cerca de R\$ 3,5 bilhões) – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

#### Nota 3 – Dispêndios Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, aos saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os valores dos direitos mais relevantes, destacam-se os grupos abaixo:

- Valores em Circulação (cerca de R\$ 474 bilhões);
- Recursos Especiais a Receber (cerca de R\$ 436 bilhões) – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;

- Depósitos Especiais do FAT (cerca de R\$ 28 bilhões) – são os valores dos depósitos especiais do FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº 8.352/1991.
- Valores Pendentes a Curto Prazo (cerca de R\$ 289 bilhões):
- Valores Diferidos (cerca de R\$ 289 bilhões) – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros no exercício seguinte.

Dentre as obrigações com maior relevância, destacam-se as “Obrigações em Circulação” (cerca de R\$ 661 bilhões), com os seguintes desdobramentos:

- Restos a Pagar Não Processados – Inscrição (cerca de R\$ 150 bilhões) – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2013, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103 da Lei nº 4320/1964;
- Recursos a Liberar para Pagamento de RP (cerca de R\$ 408 bilhões) - representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;
- Recursos a Liberar por Transferência (cerca de R\$ 69 bilhões) – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os “Ajustes de Direitos e Obrigações” (cerca de R\$ 724 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

- Recursos Diversos a Liberar (cerca de R\$ 397 bilhões) – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato;
- Créditos Diversos a Receber (cerca de R\$ 319 bilhões) – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações
- Ajustes Financeiros a Débito (cerca de R\$ 2,5 bilhões);
- Variação Cambial (cerca de R\$ 2,8 bilhões).

## Balanço Orçamentário

### Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

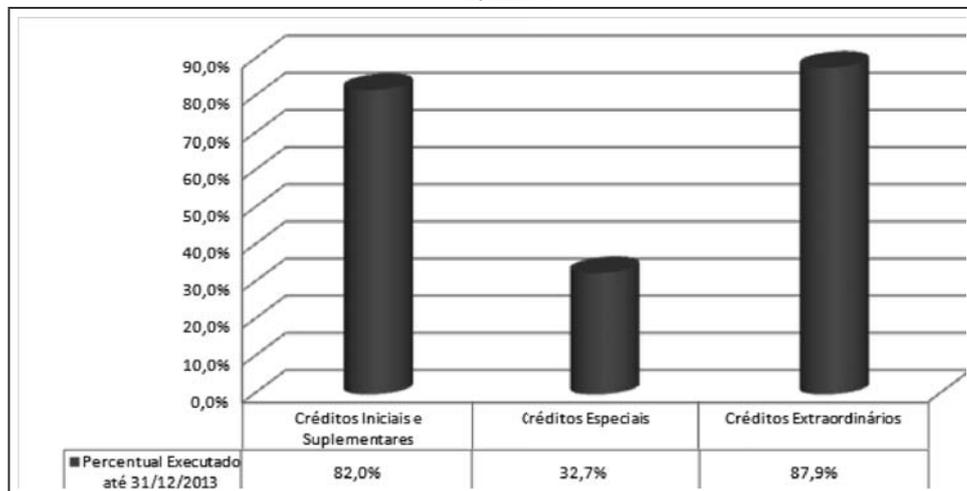
- Receitas administradas pela RFB – Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e fiscalizados pela RFB. A classificação da receita é apropriada decencialmente com base no Sistema de Arrecadação da RFB. Considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social (GPS), e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev;
- Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos – São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU). O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de Darf, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no Siafi, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das operações de crédito decorrentes de emissão de títulos do tesouro. O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais, sendo apresentada, no Balanço Orçamentário, pelos seus valores líquidos.

### Nota 2 – Despesas Orçamentárias

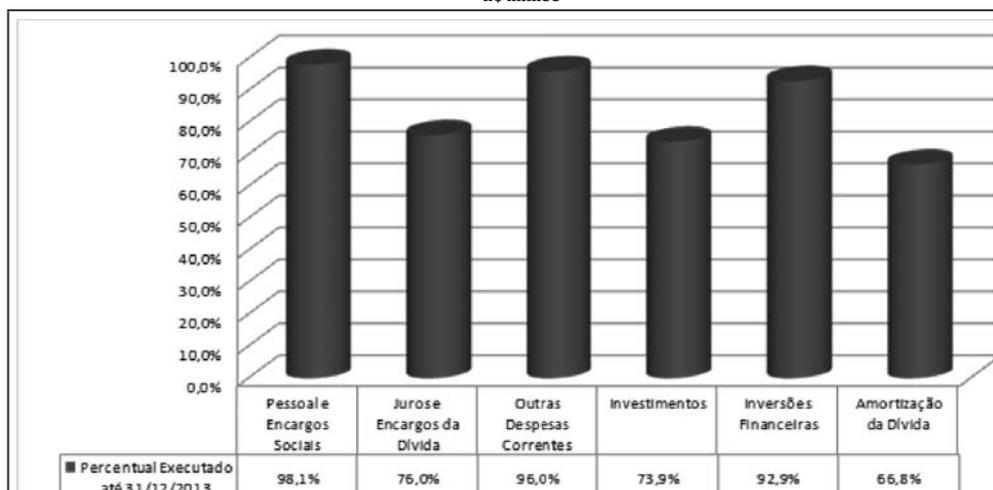
A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Não obstante, os gráficos a seguir demonstram os percentuais de execução da despesa em relação à dotação por tipo de crédito e por grupo de natureza de despesa.

**EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE CRÉDITO**  
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA**  
R\$ milhão



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

**Nota 3 – Deduções da Receita**

O Balanço Orçamentário, diferentemente da DVP e do Balanço Financeiro, apresenta a receita realizada pelo seu valor líquido de deduções.

**Nota 4 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias**

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos

das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no Siafi. Esse procedimento é realizado no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Financeiro, mas não existem regras de exclusão no Balanço Orçamentário. Assim, o Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas intraorçamentárias pelo total executado líquido das respectivas deduções.

#### Nota 5 – Movimentação de Créditos

Até 2010, o Balanço Orçamentário, no lado das despesas, apresentava uma divisão em duas partes, de forma que a segunda – “MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO” – evidenciava a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário, ou seja, a execução por unidades distintas daquelas consignadas na Lei Orçamentária Inicial (LOA), que receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento.

A partir do exercício de 2011, a segunda parte (movimentação de créditos) foi retirada e os valores foram somados à primeira, de forma que a execução total da despesa orçamentária passou a constar de forma integral em apenas uma parte. Essa alteração foi feita após análise e definição pela Coordenação-geral de Contabilidade e Custos da União, na qualidade de Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e devidamente acordada junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

##### Nota 1 – Variações ocorridas no Patrimônio Líquido

Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é possível se observar, dentre outros aspectos, a movimentação ocorrida, ao longo do exercício, em cada conta que integra o Patrimônio Líquido. Embora a sua elaboração não seja obrigatória pela Lei nº 4320/1964, essa demonstração é de extrema importância para a análise contábil, uma vez que permite se avaliar a evolução do PL.

No exercício de 2013, o Patrimônio Líquido da União somou R\$ 1,18 trilhão, compatível com o Balanço Patrimonial. Se comparado com o exercício de 2012, o PL apresentou uma variação positiva da ordem de R\$ 421 bilhões, o que teve impacto no superávit patrimonial de R\$ 281,7 bilhões, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais da União (DVP).

#### 5.2.6. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

##### Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

As despesas orçamentárias são registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária.

Dessa forma, ao longo do exercício, são reconhecidas e contabilizadas, no momento da liquidação. Ao final do exercício, por força do referido princípio, somam-se àquelas os valores das despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados, o que aumenta, de forma significativa, os valores executados das despesas orçamentárias.

Destaca-se que as despesas orçamentárias não são compatíveis com o regime de competência contábil, mas perseguem o momento do efetivo pagamento das contratações e despesas assumidas, e não a ocorrência do fato gerador.

##### Entradas e Saídas Independentes da Execução Orçamentária

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

##### Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade.

Em 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no art. 119, §4º, inciso II da Lei nº 12.708/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), à Lei nº 4.320/1964 e aos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a

sua liquidação não poderia ser efetuada. Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimoniais e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

#### Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#### Créditos em Circulação

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os referidos créditos estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo

valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

Está sendo adotado, de modo gradual, o procedimento de redução do valor do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

#### Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original.

Os referidos bens e valores estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

#### Provisão da Dívida Ativa

Para constituição da provisão, à exceção da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, conforme consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e ao Manual Siafi.

Em relação aos créditos sob a gestão da PGFN, a Coordenação-Geral da Dívida Ativa (CDA/PGFN) formulou levantamento sobre o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), tendo encontrado o seguinte cenário:

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA PGFN CLASSIFICADO POR SITUAÇÃO				
Situação do Estoque	2013		Total	%
	Não previdenciário	Previdenciário	Valor Consolidado	
1. Sem decisão judicial, garantia ou parcelamento	757.269.978.060,00	190.863.936.069,59	948.133.914.129,59	74,24%
1.1. Não ajuizado e inscrito até 5 anos	50.812.815.527,83	7.876.334.252,23	58.689.149.780,06	4,60%
1.2. Não ajuizado e inscrito há mais de 5 anos	8.557.150.752,08	3.149.077.696,39	11.706.228.448,47	0,92%
1.3. Ajuizado até 10 anos	523.046.373.846,04	121.790.731.686,63	644.837.105.532,67	50,49%
1.4. Ajuizado há mais de 10 anos	174.853.637.934,05	58.047.792.434,34	232.901.430.368,40	18,24%
2. Parcelado	119.219.311.119,22	46.001.508.002,50	165.220.819.121,72	12,94%
3. Garantido	41.747.933.664,46	28.392.330.257,88	70.140.263.922,34	5,49%
4. Suspenso por Decisão Judicial	79.642.144.523,62	14.066.981.535,27	93.709.126.058,89	7,34%
<b>TOTAL</b>	<b>997.879.367.367,30</b>	<b>279.324.755.865,24</b>	<b>1.277.204.123.232,54</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CDA/PGFN.

Conforme análise da CDA/PGFN, do estoque de créditos tributários e não tributários não previdenciário, 11,95% encontram-se parcelados (em suas diversas modalidades). Quanto ao crédito previdenciário esse percentual é de 16,47%. Esse montante não foi considerando no ajuste para perdas, tendo em vista que o parcelamento tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito, assim o contribuinte não pode ser considerado inadimplente. Caso, posteriormente, o sujeito passivo deixe de quitar a moratória, o saldo devedor

restante será transferido para os créditos detalhados na situação 1 (um) da planilha anterior e, portanto, entrará na rotina de cobrança.

Do total inscrito em DAU, 4,18% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 10,16% do crédito previdenciário está garantido, seja por depósito em dinheiro, seguro-garantia, carta-fiança ou penhora. Esses valores serão convertidos em renda para a União ou cancelados em razão

de decisão judicial, logo, não constam da base de cálculo do ajuste para perdas.

Do crédito tributário e não tributário não previdenciário, 7,98% tem sua exigibilidade suspensa em razão de ordem judicial. Nos créditos previdenciários o percentual é de 5,04%. A PGFN não pode prosseguir a execução nesses casos, assim, os referidos valores não constaram da base de cálculo do ajuste para perdas, devendo-se aguardar o fim da discussão que fundamentou a suspensão para que a PGFN possa efetuar a cobrança ou cancelar o crédito por ordem do juízo.

Além disso, 52,42% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 43,60% do crédito previdenciário está ajuizado e o respectivo processo de cobrança está em curso há menos de 10 anos. Destaque-se que, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA<sup>2</sup>), os processos de execução fiscal da PGFN têm duração média de nove anos, nove meses e 16 dias. Ou seja, estatisticamente, este é o tempo médio de cobrança judicial do crédito.

Por fim, apenas 5,95% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 3,95% do crédito previdenciário não está ajuizado, sendo que, desse montante, 5,09% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 2,82% do previdenciário tem menos de 5 anos de inscrição, logo, não se encontra prescrito e pode ser cobrado. Vale dizer que, por determinação legal, apenas os créditos de valor maior ou igual a R\$ 20.000,00 devem ser ajuizados, os que não se enquadram nesse critério são cobrados por outros mecanismos, como a nova medida de protesto extrajudicial, que no ano de 2013 apresentou índice de recuperação de 15,86%.

O aperfeiçoamento do cálculo de ajuste para perdas depende da realização de um estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e de critérios de classificação de créditos que espelhem, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular, sua real possibilidade de recuperação.

O Mcasp apresenta duas metodologias para constituição do ajuste para perdas:

- com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste; e
- baseada no histórico de recebimentos passados.

O Mcasp reitera que a metodologia com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste é a que melhor reflete a situação patrimonial da entidade, mas reconhecendo a maior dificuldade de sua implementação, apresenta como alternativa a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

O objetivo da PGFN é a implementação de uma classificação de créditos, projeto que se encontra no planejamento da instituição, o que permitirá a evidenciação, de modo mais preciso, a composição do estoque da DAU, permitindo assim um cálculo ainda mais adequado do ajuste para perdas.

<sup>2</sup> IPEA. Custo e Tempo do Processo de Execução Fiscal Promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/111230\\_notatecnicadest1.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/nota_tecnica/111230_notatecnicadest1.pdf)>

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda (MF) está constituindo Grupo de Trabalho composto por representantes da PGFN, STN, SRFB e Secretaria Executiva do MF para em conjunto proporem melhorias na forma de contabilização da dívida ativa, incluindo a discussão sobre o cálculo do ajuste para perdas prováveis.

Assim, devido à falta desse detalhamento mais criterioso da DAU utilizou-se para a constituição da provisão para perdas o critério de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a metodologia do histórico de recebimentos passados do Mcasp para as demais situações.

#### Provisão dos Créditos Tributários

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcasp), Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

#### Investimentos

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

#### Imobilizado

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), a avaliação obedece aos seguintes critérios:

- As reavaliações dos imóveis cadastrados no SPIUnet que integram estas demonstrações são elaboradas pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário;
- Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas Unidades Gestoras – UG.

#### Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

#### Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos Concedidos

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-

Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação.

Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

#### **Dívida a Pagar**

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) – foi avaliada pelo valor a pagar ao final do exercício, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
- Dívida Pública Federal Externa (DPFe) – foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação ao final do exercício

#### **Depreciação, Amortização e Exaustão**

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando-se o cronograma indicado no Manual SIAFI, sob o código "02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta Da União, Autarquias e Fundações".

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada grupo de bens a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

GRUPOS DE ATIVOS	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Aeronaves	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20%
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
Armamentos	20	15%
Bandeiras, Flâmulas e Insignias	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Embarcações	-	-
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Equipamento de Processamento de Dados	5	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas/Agropecuários e Rodoviários	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%
Veículos Diversos	15	10%
Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
Veículos Ferroviários	30	10%
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Carros de Combate	30	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%
Acessórios para Automóveis	5	10%
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%

#### Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS da União

Considerando a necessidade de evidenciação do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União no Balanço Patrimonial, em conformidade com os procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), em atendimento à Portaria STN nº 634/2013 e Portaria MPS nº 509/2013, apresentamos, de forma discriminada, os valores das provisões nas contas do subgrupo 2.2.7.2.0.00.00 – PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO, a partir da estrutura contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcas) válido para o exercício de 2013:

2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.251.470.709.504,71
2.2.7.2.1.01.00	PLANOFINANCEIRO-PROVISOES DEBENEFICIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO-PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIARIO-PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	480.806.440.870,30
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	503.969.012.712,55
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-19.120.843.849,38
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-4.041.727.992,87
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.03.06	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANOPREVIDENCIARIO-PROVISOESDEBENEFICIOSA CONCEDER	770.664.268.634,41
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.170.499.585.672,91
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-239.532.537.708,27
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-160.302.779.330,23
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.05	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	0,00
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	0,00
2.2.7.2.1.06.00	PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	0,00
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIARIO	0,00
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	0,00
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	0,00
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	0,00
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIALPARACONTINGÊNCIASDEBENEFÍCIOS	0,00
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	0,00

Fonte: Ministério da Previdência Social - MPS

Os valores evidenciados decorrem do cálculo atuarial do RPPS da União (servidores civis) elaborado pelo Ministério da Previdência Social, relativo ao exercício de 2013, considerando a hipótese de taxa real de juros de 6% ao ano e o rol de benefícios limitado à pensão por morte e aposentadoria, a partir dos dados cadastrais dos servidores

civis, aposentados e pensionistas fornecidos pelos órgãos e entidades dos Poderes da União posicionados em 31 de dezembro de 2012 (Data-base dos dados cadastrais).

O subgrupo 2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias apresenta, de acordo com o resultado da

avaliação atuarial, o somatório das reservas matemáticas do RPPS, dos benefícios concedidos e a conceder, significando os compromissos líquidos do plano de benefícios com projeção para 75 anos. Como não foi implementada em lei a segregação da massa dos participantes do RPPS utilizam-se somente as contas relativas às provisões do Plano Previdenciário (2.2.7.2.1.03.00 e 2.2.7.2.1.04.00).

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do Plano Previdenciário (2.2.7.2.1.03.00) correspondem ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios já concedidos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada na data da avaliação atuarial. Para sua apuração, utiliza-se a conta Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano (2.2.7.2.1.03.01) para registro do valor presente das prestações futuras dos benefícios já concedidos, e as contas Contribuições do Ente (redutora) (2.2.7.2.1.03.02), Contribuições do Inativo (redutora) (2.2.7.2.1.03.03), Contribuições do Pensionista (redutora) (2.2.7.2.1.03.04), que registram o valor presente das contribuições futuras, por prazo de vigência indeterminado, para financiar os benefícios já em fase de pagamento.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (2.2.7.2.1.04.00) referem-se ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios a conceder para a geração atual (servidores ativos). De forma simétrica as dos benefícios concedidos, correspondem à diferença dos valores presentes

das Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano (2.2.7.2.1.04.01), e das Contribuições do Ente (redutora) (2.2.7.2.1.04.02) e Contribuições do Ativo (redutora) (2.2.7.2.1.04.03) incidentes sobre as remunerações da geração atual.

Como o Pcasp não contempla contas específicas para o registro dos valores presentes das Contribuições dos Aposentados e Pensionistas - Benefícios a Conceder, o montante de R\$ 40,5 bilhões relativos à estas contribuições, foi somado ao de R\$ 119,8 bilhões, correspondentes à contribuição de 11% do servidor ativo (geração atual e futura) sobre o seu salário de contribuição, que assim, aparentemente, deixou de corresponder à metade do valor presente da contribuição do ente (22%). Portanto, os valores da conta CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS - 2.2.7.2.1.04.03 correspondem ao somatório das contribuições do servidor ativo e das contribuições sobre o valor dos benefícios de aposentadoria e pensão a conceder.

Comparando os resultados do Cálculo Atuarial de 2013 do RPPS da União (servidores civis) com aqueles apurados no exercício anterior, observa-se a elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (conta 2.2.7.2.1.03.00) em R\$ 38,6 bilhões e dos Benefícios a Conceder (2.2.7.2.1.04.00) em R\$ 105,7 bilhões, o que impactou no déficit atuarial apurado (de R\$ 1,107 trilhão, em 2012, para R\$ 1,251 trilhão, em 2013).

BALANÇO ATUARIAL RESUMIDO					
R\$ milhões					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
Valor Presente Atuarial das Contribuições	422.997,89	556.285,45	Valor Presente Atuarial dos Benefícios concedidos	503.969,01	465.651,60
Déficit Atuarial	1.251.470,71	1.107.103,38	Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	1.170.499,59	1.197.737,23
<b>TOTAL</b>	<b>1.674.468,60</b>	<b>1.663.388,83</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.674.468,60</b>	<b>1.663.388,83</b>

BALANÇO PATRIMONIAL		
R\$ milhares		
PASSIVO	EXERCÍCIO	
	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO FINANCEIRO		
Depósitos	18.975.204,04	16.138.737,29
Obrigações em Circulação	236.420.163,97	189.308.770,80
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.413.794,66	974.663,95
Passivo Financeiro a Longo Prazo	24.575,90	16.307,70
<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>256.833.738,57</b>	<b>206.438.479,74</b>
PASSIVO NÃO FINANCEIRO		
Obrigações em Circulação	656.607.743,49	525.234.453,17
Exigível a Longo Prazo	3.733.854.143,34	3.576.648.394,18
Passivo Atuarial do RPPS	1.251.470.709,50	1.107.103.384,39
Outras Exigibilidades de Longo Prazo	2.482.383.433,84	2.469.545.009,79
Resultado de Exercícios Futuros	3.141.234,04	2.021.666,81
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>4.393.603.120,87</b>	<b>4.103.904.514,16</b>
PASSIVO REAL	4.650.436.859,45	4.310.342.993,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social/Capital Social	1.183.412.766,68	762.532.775,60
Reservas	8.247.154,69	7.545.449,94
Ajustes de Avaliação Patrimonial	263.254,36	109.201,46
Resultados Acumulados	(1.261.143.339,83)	(1.115.940.345,76)
Resultado do Exercício	(145.202.994,06)	(1.108.931.516,42)
Ajuste do Passivo Atuarial	(144.367.325,12)	(1.107.103.384,39)
Resultado Exceto Passivo Atuarial	(835.668,95)	(1.828.132,03)
Resultados de Exercícios Anteriores	(1.115.940.345,76)	(7.008.829,34)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(69.220.164,11)</b>	<b>(345.752.918,76)</b>
PASSIVO COMPENSADO	1.396.981.149,28	1.139.093.980,34
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.978.197.844,62</b>	<b>5.103.684.055,48</b>



## PARTE VI

**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS  
RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
CONTAS DE 2012  
(Acórdão nº1274/2013 – TCU – Plenário)**

## PARTE VI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2012 (Acórdão nº 1274/2013 – TCU – Plenário)

Apresentam-se nesta parte, as providências adotadas pelos órgãos/entidades da Administração Pública Federal quanto às recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2012.

### 6.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES / CONTAS 2012

Em 29 de maio de 2013, o Tribunal de Contas da União emitiu pronunciamento sobre as Contas de Governo relativas ao exercício de 2012, ocasião em que o Ministro-Relator expediu 25 (vinte e cinco) recomendações a órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo Federal, em decorrência das ressalvas apontadas e das informações evidenciadas no texto do respectivo Relatório Prévio. A par dessas recomendações, as unidades do Poder Executivo encaminharam os esclarecimentos transcritos a seguir.

*I. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Desenvolvimento Social, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em conjunto, certifiquem-se de que as alterações ocorridas na identificação das despesas do Plano Brasil Sem Miséria, por meio do plano orçamentário, sejam suficientes para propiciar a correta identificação da sua execução orçamentária; caso contrário, que providenciem outro mecanismo para assegurar a referida identificação no exercício de 2013 (item 3.2).*

#### Casa Civil

A Casa Civil da Presidência da República informou que, em entendimento à solicitação, enviou Avisos da Ministra da Casa Civil dirigidos aos Ministros da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para atendimento ao Acórdão nº 1.274/2013 - TCU - Plenário.

#### Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi instituído pelo Decreto Nº 7.492, de 02 de junho de 2011, e é coordenado pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), unidade vinculada à estrutura organizacional deste Ministério.

O PBSM é composto por ações já existentes e consolidadas, assim como por iniciativas inéditas, que possuem em comum a aderência ao objetivo da erradicação da extrema pobreza.

No âmbito das ações que já estavam em curso quando da instituição do PBSM, algumas passaram por inovações e foram reorientadas com vistas a contribuir de maneira mais

efetiva para retirar, em um prazo relativamente curto, milhões de pessoas de extrema pobreza.

Com intuito de simplificar o acompanhamento da execução orçamentária das ações do PBSM, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) atribuiu Planos Orçamentários (PO-24) para identificar as ações do PBSM dentro do Orçamento Geral da União (OGU), considerando valores parciais ou integrais das ações orçamentárias.

Cabe mencionar, no entanto, que em razão do seu caráter universal, algumas ações do Brasil Sem Miséria não foram identificadas como tal no OGU. Isso se verifica, principalmente, nas ações de Saúde e Educação, cujo alcance abrangente e irrestrito garante o atendimento ao público em extrema pobreza, tendo ou não um componente desenhado especificamente para esse segmento universal e não somente a tal público.

De maneira inversa, há programas que constam do Orçamento com marcação PBSM, ainda que o público beneficiário não seja exclusivamente da extrema pobreza. É o caso do Programa Bolsa Família, que atende a famílias pobres e extremamente pobres. A marcação como BSM da totalidade da ação, justifica-se pela volatilidade da renda do público-alvo do Programa que frequentemente transita entre as situações de pobreza e extrema pobreza.

Vale mencionar ainda as políticas, os programas e as ações que, embora desenvolvidos e executados paralelamente ao PBSM, têm efeitos importantes em termos de redução da extrema pobreza. A partir de uma interpretação mais ampla, portanto, devem ser considerados como parte do esforço para superação da pobreza extrema. São exemplos do conjunto de políticas o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Luz para Todos.

O acompanhamento dessas ações paralelas é restrito à avaliação e ao acompanhamento da execução física, através de informações obtidas com os próprios órgãos executores e/ou coordenadores. Nesse caso, os dados de interesse para o PBSM constituem-se da relação de famílias contempladas por essas ações, o que permite verificar se estão sendo atendidas parcelas da população em extrema pobreza.

Dessa forma, diante do exposto acima, o orçamento do PBSM

pode ser acompanhado a partir da soma das ações marcadas com o PO 24 acrescido das ações descritas abaixo:

Ação 2A65 – Serviços de Proteção Social de Média Complexidade – parte marcada com PO 01 (Viver sem Limites) e PO 23 (Crack é Possível Vencer); e

Ação 2A69 – Serviços de Proteção Social de Médias Complexidade – parte marcada com PO 01 (Viver sem Limites).

Finalizando, o MDS considera que as providências adotadas são suficientes para propiciar a correta identificação da execução orçamentária do Plano, a partir dos Planos Orçamentários com pequenos ajustes referidos no item precedente.

**II. à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Controladoria-Geral da União que façam constar anualmente na Prestação de Contas do Presidente da República os valores arrecadados e os valores dos créditos em estoque referentes aos parcelamentos autorizados pelas leis 11.941/2009 e 11.960/2009, com as devidas justificativas caso esses dados venham a ser apresentados por estimativa e/ou agregados a outras categorias de parcelamento (item 3.3.2.3).**

#### **Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB)**

A SRFB informou que encaminhou demonstração dos valores arrecadados e do montante de créditos em estoque relativos a cada programa de parcelamento (inclusive os parcelamentos autorizados pelas Leis nº 11.941/2009 e 11.960/2009) para compor a PCPR 2013.

Foi informado, também, a disponibilização do valor efetivo do estoque do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, referente ao exercício 2012. Portanto, na prestação de informações para a PCPR/2012, os valores dessa modalidade de parcelamento não estavam informados por estimativa.

No entanto, o valor do estoque de créditos da Lei nº 11.960/2009 foi apresentado na PCPR 2013 de forma agregada a outras categorias de parcelamento. Para que esta SRFB possa atender à recomendação do TCU, é necessária a conclusão do sistema de consolidação do parcelamento da Lei nº 11.960/2009.

**III. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria-Geral do Banco Central, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Controladoria-Geral da União, que faça constar anualmente em nota explicativa do Balanço Geral da União a conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa extraídos dos sistemas gerenciais dos órgãos gestores/arrecadadores e os saldos contábeis de arrecadação líquida da receita da dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais (item 3.3.2.3).**

#### **Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**

A STN informou que solicitou informações à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil sobre o estoque da Dívida Ativa. As informações relativas aos saldos contábeis de arrecadação líquida da receita da dívida ativa do Banco Central do Brasil (BCB) foram objeto de nota explicativa específica (Nota 8) na Demonstração das Variações Patrimoniais sob o título “Receitas de Dívida Ativa – Conciliação entre os valores constantes dos Sistemas Gerenciais dos Órgãos e os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)”.

Também a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que será criado no âmbito do Ministério da Fazenda, um grupo de trabalho com o objetivo de propor melhorias na forma de contabilização dos créditos tributários e não tributários e de dívida ativa, bem como dos respectivos ajustes para perdas prováveis. O Grupo deverá atuar nos acertos da integração do sistema da dívida ativa da PGFN com o Siafi.

Enviou Ofício para a Procuradoria-Geral Federal (PGF) que se pronunciou informando que as divergências entre os dados informados nos sistemas próprios dos órgãos e o Siafi serão sanadas quando da implantação do Sistema de Dívida Ativa (Sisdat). Sem o referido sistema, todo o acompanhamento do crédito ocorre de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades, ou ainda de forma manual por meio do contato direto com as Autarquias e Fundações Públicas Federais.

Com o Sisdat, todos os créditos serão inscritos e acompanhados por um só sistema de Dívida Ativa, o qual será integrado com os Sistemas Integrados de Cobrança (SIC) da RFB e da PGFN, que possibilitará a centralização numa só base de dados de todos os créditos da Administração Federal Direta e Indireta inscritos em Dívida Ativa.

Algumas das possíveis divergências foram evidenciadas na nota explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

#### **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

Referente à conciliação dos valores de arrecadação, impõe salientar que, conforme consta da PGFN/CDA 1517/2012, foi criado um plano de ação conjunta, envolvendo a PGFN, a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vistas a cumprir a recomendação da Corte de Contas. Contou-se também com a colaboração da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As fontes de informação dos dados de arrecadação da PGFN são múltiplas, cabendo analisar cada uma das fontes e encontrar as informações correspondentes no Siafi.

O sistema Sida, que armazena dados da Dívida Ativa, abrange os créditos tributários não previdenciários e créditos não tributários, além dos depósitos relativos a tais créditos. São

também registrados neste sistema a arrecadação oriunda de parcelamento ordinário e de parcelamentos especiais por ele controlados.

Verificou-se que houve relativa convergência entre os valores obtidos por meio do relatório "Dívida Ativa da União", gerado pelo Sida, e aqueles constantes do Siafi, registrados por código de receita na conta de controle nº 293510101. Restou, assim, demonstrado no Siafi, onde está registrada a informação de arrecadação prestada pela PGFN que é extraída pelo relatório "Dívida Ativa da União". Não foi possível, no entanto, determinar qual a causa dessa divergência remanescente, devendo ser solicitada demanda específica nesse sentido ao Serpro.

No que tange aos valores referentes aos depósitos judiciais não previdenciários, destacou-se que o Sida emite relatório denominado "Conversão de Depósito Judicial", o qual registra os recolhimentos feitos pelos contribuintes por meio do Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa (DJE). O relatório leva em consideração os depósitos efetivados, sem que a posterior devolução ao contribuinte ou a transformação em pagamento definitivo tenham relevância para o registro da arrecadação.

O relatório "Conversão de Depósito Judicial" registra diversos códigos de receita, dentre eles os códigos nº 7525 – referente aos depósitos judiciais relativos a processos em curso na Justiça Federal – e nº 7961 – referente a depósitos judiciais relativos a processo em curso na Justiça Estadual. Tais códigos refletem somente depósitos tributários não previdenciários e não tributários efetuados relativamente a uma inscrição em DAU definida, de modo que são estes códigos que interessam à PFGN.

Comparando, no Siafi, os depósitos efetuados sob os códigos de receita supramencionados na conta 293510101, constatou-se relativa convergência entre os valores constantes do sistema Siafi e o relatório "Conversão de Depósito Judicial", emitido pelo Sida. Da mesma forma, não foi possível, no entanto, determinar qual a causa da divergência remanescente, devendo ser solicitada demanda específica nesse sentido ao Serpro.

No que tange aos parcelamentos especiais contratados pela RFB e recolhidos em Darf, cabe ressaltar que tais valores são consolidados com base em dados recebidos periodicamente da RFB. Para tais valores, foi realizado o mesmo procedimento, extraindo-se da conta de controle 293510101 do Siafi a arrecadação bruta de cada um dos códigos de receita dos referidos parcelamentos. Para aqueles parcelamentos cuja informação de arrecadação é líquida, o trabalho consistiu em encontrar no Siafi a arrecadação registrada nos códigos de decomposição dos parcelamentos. Observou-se que os dados assim obtidos no sistema Siafi são quase idênticos àqueles informados pela PGFN com base nos dados encaminhados pela RFB.

Quanto aos créditos previdenciários arrecadados, cabe realizar uma distinção entre recolhidos por meio de Guia

da Previdência Social (GPS) e os demais. Os primeiros são encaminhados pela Dataprev por meio de mídia eletrônica remetida mensalmente à PGFN. No entanto, parcela significativa da arrecadação previdenciária é oriunda de recolhimento por meio de Darf. Trata-se da arrecadação de parcelamentos especiais que são recolhidos por meio dessa guia de pagamento e que, também, têm por objeto créditos tributários previdenciários, além de não previdenciários e não tributários, como é o caso do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Assim, as informações provenientes da Dataprev só abrangem aqueles valores arrecadados por meio de GPS. Além disso, tais dados somente se referem àqueles valores arrecadados que foram alocados a inscrições em DAU. Aqueles outros valores arrecadados, pendentes de referida alocação, não são enviados enquanto não se realizar tal operação. Destarte, as informações encaminhadas pelo Serpro, referentes a determinado período, não irão refletir a arrecadação nele realizada, uma vez que não contabilizará aqueles valores nele arrecadados, mas pendentes de alocação.

Observa-se, portanto, que há inaptidão das informações de arrecadação no que tange aos créditos previdenciários, vez que não representa, de fato, tudo o que foi recolhido em GPS e que é de interesse da DAU. É demandada, pois, uma melhor compreensão de como a arrecadação destes créditos é registrada no Siafi.

#### Procuradoria-Geral do Banco Central

Importa ressaltar alguns pontos sobre os procedimentos envolvidos nas recomendações, quais sejam: i) a Procuradoria-Geral registra em sistema próprio (BCJUR) e no sistema de contabilidade do Banco Central (CBC) os recebimentos de créditos, na forma definida pelo Manual de Serviços Financeiro (itens MSF 16-05 a 10), bem como tem controle gerencial de todo o estoque de créditos inscritos em dívida ativa; ii) no entanto, quem detém a competência para integrar informações da contabilidade do Banco Central do Brasil com o Siafi é o Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi); iii) assim, cabe à PGBC disponibilizar as informações gerenciais sobre arrecadação e estoque de dívida ativa e ao Deafi evidenciar os reflexos destas informações no Siafi.

A propósito, em reunião conduzida pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União (CCONT), realizada em 4 de setembro de 2013, ficou estabelecido um fluxo de informações entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional que visa atender as recomendações do TCU para os próximos exercícios.

Definiu-se, portanto, que a CCONT enviará ofício ao Deafi, considerando sua competência regimental prevista no art. 41 do RI<sup>1</sup>, especificando todas as informações necessárias à elaboração das notas explicativas do Balanço Geral da União de 2013, incluindo-se aquelas relativas às recomendações envolvendo registros de dívida ativa, de responsabilidade da

<sup>1</sup> Compete ao DEAFI: I. Administrar a contabilidade e o orçamento de receitas e encargos das operações de autoridade monetária; II. Efetuar pagamentos e recebimentos em moeda local. (NR)

Procuradoria-Geral. Impulsionada por tal solicitação, a PGBC prestará as informações gerenciais necessárias para que o Deafi evidencie os seus reflexos no Siafi, o que será suficiente para o atendimento das recomendações oriundas do TCU.

Posicionamento do Deafi em relação à solicitação da prestação das informações abaixo discriminadas, relativas ao exercício de 2013, até o dia 20 de janeiro de 2014:

- Conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa extraídos de sistema gerencial e os saldos contábeis de arrecadação líquida da receita da dívida ativa registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais; e
- Conciliação entre os valores de estoque da dívida ativa extraídos de sistema gerencial e os saldos contábeis de créditos inscritos da dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais.

Com relação ao item "a", informamos que este Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi) encaminhará no prazo solicitado a conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa registrados no sistema gerencial sob sua gestão (sistema contábil) e no Siafi, com as devidas justificativas em caso de divergências.

No que se refere ao item "b", informamos que o Deafi não dispõe das informações referentes ao estoque da dívida ativa, cabendo à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC) a prestação das informações referentes aos valores registrados no sistema gerencial sob sua gestão (sistema BCJUR).

Esclarecemos ainda que, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) pelo Banco Central do Brasil (BCB), os créditos com baixa expectativa de realização não são registrados como ativo na contabilidade.

#### **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

Não foram apresentadas informações pela SRFB.

**IV. à Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), vinculada ao ministério da Previdência e Assistência Social; à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), vinculada ao Ministério das Comunicações; e às empresas Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) (GP), Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Sociedade Fluminense de Energia Ltda. (SFE) e Termoceará Ltda., vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal; bem assim ao Ministério da Previdência e Assistência Social, ao Ministério das**

**Comunicações e ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de garantir a efetivação de tal cumprimento, com vistas a evitar a perda de controle dos gastos dessas entidades (item 3.3.4).**

#### **Ministério das Comunicações (MC)**

O MC informou que foram implementadas as seguintes providências:

- Envio de Ofício para a empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), solicitando a adoção de medidas que busquem atender à recomendação do TCU. Em resposta, a Telebras informou, em 31/07/2013, que novos controles já foram implementados na Empresa, de modo a garantir a observância dos mencionados limites.
- Envio de Memorando, em 06/08/2013, para o Conselho Fiscal da Telebras, para conhecimento do fato e acompanhamento do assunto.
- Envio de Memorando, em 05/08/2013, para a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério, para monitoramento da execução da Telebras. De igual sorte foi emitido Memorando, em 06/08/2013, para a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças que passará a monitorar mensalmente a execução do orçamento de investimento da Telebras, consoante modelo instituído via Sistema de Orçamento e Planejamento/Siop.

#### **Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)**

O Departamento de Planejamento e Controle Financeiro (DFF) mantém os controles das execuções orçamentárias dentro dos limites aprovados, através do Sistema de Controle Orçamentário disponibilizado no processo de planejamento e controle de orçamento. É sabido, na empresa, que todas as aquisições e/ou contratações, seja de custeio ou de investimento, devem passar pelo setor de orçamento para verificação das disponibilidades orçamentárias e este, por sua vez, só libera qualquer documento se estiver com a devida cobertura orçamentária.

Para melhorar ainda mais esses controles, está sendo implementada uma nova versão do Sistema de Orçamento, através da plataforma Protheus, onde o fluxo de documentos, que hoje tramita pelo Setor de Orçamento, será reduzido, pois, as parametrizações de vinculações com outros módulos e acesso direto pelos usuários, permitirá um controle mais eficiente e eficaz. Não é de conhecimento do Setor de Orçamento, qualquer ultrapassagem dos valores aprovados, que tenha sido registrado pelo Setor de Orçamento.

#### **Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)**

O levantamento relativo ao que foi aprovado no orçamento e os montantes efetivamente realizados no exercício de 2012, divididos por regiões geográficas do País, foi o seguinte:

- Norte:	Aprovado: R\$ 5.590.735; Realizado: R\$ 21.012.989;
- Nordeste:	Aprovado: R\$ 33.640.803; Realizado: R\$ 58.442.375;
- Sul:	Aprovado: R\$ 18.892.829; Realizado: R\$ 3.939.935;
- Sudeste:	Aprovado: R\$ 32.387.706; Realizado: R\$ 7.223.215;
- Centro-Oeste:	Aprovado: R\$ 15.237.505; Realizado: R\$ 13.786.774;
- Valores Totais:	Aprovado: R\$ 105.749.548,00 Realizado: R\$ 104.408.288,00

Como se pode aferir, a Telebras manteve-se dentro do limite realizado estabelecido em termos de valores totais, considerado o orçamento do exercício em questão.

As regiões Norte e Nordeste, porém, tiveram a realização orçamentária acima do previsto. Isso ocorreu em virtude de uma priorização social, com maiores investimentos em regiões carentes, já que por todos é sabido que tais regiões demandam maior investimento.

Nas demais regiões, a execução do orçamento pautou-se pelas definições do planejamento interno.

Para aumentar a precisão da programação orçamentária regionalizada e com suas respectivas metas físicas, a Diretoria Técnico-Operacional implantou o sistema integrado para planejamento, monitoramento e controle, Simec, cedido pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Neste, todas as etapas do ciclo de uma obra de telecomunicação (planejamento, projeto, implantação, aceitação, operação) são contempladas.

O sistema disponibiliza informações para a Alta-Gestão, Diretores, Gerentes, Gerentes de Projetos, Coordenadores, Equipes de Apoio, Colaboradores, Diretoria Técnica-Operacional, Diretoria Comercial, Diretoria Administrativa.

Acrescente-se que está em processo de implantação o sistema de gestão integrada ASP, com previsão de entrada e produção no segundo semestre de 2013. Esse sistema proporcionará a integração dos processos organizacionais da Empresa e a emissão de relatórios gerenciais em tempo mais próximo ao real.

Acrescente-se que, com o objetivo de guiar o planejamento de comercialização e ativação da empresa, a Diretoria Comercial elaborou o Indicador Telebras de Ativação (ITA), baseando-se na análise: i) do ambiente interno; ii) ambiente externo – considerando a influência direta de elementos externos, tais como econômicos, sociais, ambientais, legais e iii) análise setorial da concorrência.

A tendência é que com a implementação de tais instrumentos, os controles internos permitam melhor gerenciamento da execução orçamentária, evitando discrepâncias entre o planejado e o executado.

#### **Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Termoceará Ltda. e Petrobras Netherlands B.V. (PNBV)**

A Petrobras vem aperfeiçoando as suas práticas contidas na Sistemática Corporativa de Projetos de Investimentos do Sistema Petrobras e assim esta se encontra na sua 5ª versão. A Sistemática proporciona diretrizes para aprovação, planejamento e monitoramento dos projetos de investimento, estabelecendo padrões de procedimento para estas práticas.

Desta forma e para permitir melhor controle sobre os mesmos, os projetos de investimento das Áreas passaram a ter tratamento diferenciado no Plano de Negócios e Gestão, sendo separados em carteiras de Projetos em Fase de Implantação e de Avaliação.

Para efeito da manutenção da disciplina de capital, os projetos da Petrobras são analisados sob a ótica da viabilidade técnica e econômica tanto nas Fases de Planejamento como de Execução, verificando-se ainda a disponibilidade de recursos para fazer frente a estes investimentos. Esta prática permite, tanto selecionar os melhores projetos como controlar sua execução.

Como meio complementar de controle do andamento dos projetos, recentemente foi estabelecida uma nova estrutura de governança para acompanhamento dos investimentos no Sistema Petrobras. Baseando-se em um modelo integrado de gestão, que abrange todos os níveis hierárquicos envolvidos nos projetos de investimentos, são realizadas Reuniões de Análise Crítica (RAC) que vão se desdobrando de modo a permitir que a Administração Superior possa acompanhar a evolução dos principais projetos de investimento.

Esse processo permite aos gestores das Áreas de Negócio o monitoramento contínuo de Projetos e a adoção de Planos de Ação, quando da ocorrência de desvios, visando recuperar o seu desempenho de modo a atingir as metas físicas e financeiras estabelecidas para os mesmos.

As RACs monitoram periodicamente a execução dos investimentos, sendo analisados, de um modo geral: i) o acompanhamento do avanço físico e financeiro dos Projetos de Investimento, através das Curvas S; ii) análise e explicações para eventuais desvios; iii) acompanhamento dos planos de ação, quando da ocorrência de desvios; iv) acompanhamento dos principais marcos.

O conjunto de informações levantadas para as RACs irão compor as fichas de acompanhamento dos projetos de investimento. As informações devem ser validadas para garantirem a consistência do relatório mensal de investimentos.

A adoção desta nova governança de acompanhamento é bastante recente, iniciou-se tal metodologia durante o ano de

2012 com a aprovação do novo Plano de Negócios e Gestão 2012-2016. E neste ano, este modelo de acompanhamento está se tornando mais maduro. Com isso o acompanhamento dos projetos de investimentos torna-se mais eficaz no atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no PNG 2013-2017.

Ressalte-se que apesar da implantação recente, esse novo modelo de acompanhamento já apresentou resultados no ano de 2012, onde o nível de execução do Grupo Petrobras no Orçamento de Investimentos superou os 98%, sendo considerado o Grupo Petrobras como o de melhor execução do Orçamento de Investimento (conforme tabela da página 147 do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República).

Com a melhora do acompanhamento dos investimentos, os eventuais desvios na execução serão melhor tratados e reconhecidos, possibilitando uma sintonia mais refinada durante a fase de programação do Orçamento de Investimentos da Companhia, bem como o uso mais eficiente dos instrumentos legais para revisão dos créditos orçamentários.

Não obstante a procura constante na melhora do acompanhamento da execução dos investimentos, bem como sua programação, a própria dinâmica envolvida na atividade empresarial da Companhia pode acarretar fatores supervenientes imprevistos que afetem a execução do nosso orçamento de investimentos. Em nossas atividades, muitas vezes, apresentam-se como fatores não gerenciáveis os riscos geológicos, a variação cambial (com forte impacto em parte relevante dos custos envolvidos em projetos de investimento), necessidade de recursos críticos, contingências socioambientais entre outros. Desta forma, a despeito da observância da dotação autorizada, a ocorrência de fatores não totalmente gerenciáveis acarreta, em alguns casos, execuções além dos limites aprovados.

Saliente-se que, no caso da Termoceará, o orçamento de investimentos programado para 2012 era de R\$ 2.016.402,00 (dois milhões, dezesseis mil, quatrocentos e dois reais), havendo realização de R\$ 2.018.695,97 (dois milhões,

dezoito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos). O valor excedente realizado, R\$ 2.293,97 (dois mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos), representou 0,11% em relação ao programado.

Adicionalmente a tais informações, e especificamente a respeito da PNBV, acrescentamos informações anteriormente enviadas para o TCU, com o objetivo de antecipar demanda recebida pela PNBV no final de agosto deste ano, por meio do Ofício nº 0289/2013 – TC 006.617.2013-1, relativo a execução orçamentária:

A despeito do estrito acompanhamento exercido pela PNBV sobre sua execução orçamentária, em virtude da dinâmica de sua atividade de adquirir, vender, arrendar, locar ou afretar materiais e equipamentos para a exploração e produção de petróleo e gás, bem como da natureza empresarial dessa atividade, tais valores podem ser alterados, seja em virtude de algum fator superveniente imprevisto, seja em virtude de nova oportunidade de negócio vislumbrada.

Fato inequívoco é que grande parte dos equipamentos e serviços tem seus preços estipulados em dólar ou euros. Assim, a eventual apreciação do dólar sobre o real resultará em impacto significativo nos custos, sendo certo que não é possível estimar exatamente de quanto será a variação no período.

Assim, pela análise do caso concreto, resta demonstrada a superveniência do fato causador do excesso de gasto.

Acreditamos que tais informações ressaltam que as causas ensejadoras da extrapolação orçamentária pela PNBV em 2012 não estavam sob o seu controle, além de reforçar o esforço da PNBV na melhoria contínua dos seus controles.

#### **Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev)**

A composição global da realização orçamentária dos programas e ações de investimento, de responsabilidade da Dataprev, está demonstrada na tabela, a seguir.

Programa/atividade	Orçamento Reprogramado	Total Realizado 2012	Saldo	
			R\$	%
Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social	105.000.000	101.410.704	3.589.296	3,42
Ação 4117 – Manutenção e Adequação da Infraestrutura de TI para a Previdência Social	105.000.000	101.410.704	3.589.296	3,42
Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	25.000.000	21.566.496	3.433.504	13,73
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	20.000.000	20.098.796	(98.796)	(0,49)
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	5.000.000	1.467.700	3.532.300	70,65
<b>TOTAL</b>	<b>130.000.000</b>	<b>122.977.200</b>	<b>7.022.800</b>	<b>5,40</b>

A análise da situação de investimentos de 2012, considerada no acompanhamento da execução orçamentária é apresentada na tabela a seguir.

Análise da situação de investimentos
A dotação global dos investimentos de responsabilidade da Empresa foi observada, restando-se ainda um saldo orçamentário de 5,4% da dotação, equivalentes a R\$ 7.022.800,00. No histórico de realização percentual, trata-se da melhor performance de realização de investimentos da Empresa registrada até o momento.
A única ação em que ocorreu extrapolação foi a 4101, correspondente a 0,49% do total orçado para a mesma.
A Ação 4101 juntamente com a Ação 4102 compõem o Programa 0807.
O Programa 0807 contemplou uma sobra orçamentária de 13,73% de sua dotação, equivalentes a R\$ 3.433.504,00.

A situação apontada decorreu do entendimento de que deveria ser respeitada a verba do programa, o que de fato ocorreu conforme demonstrado pelos números expostos nos quadros anteriores deste documento. Contudo, tendo em vista a recomendação exarada pelo TCU, passaremos a considerar o limite do orçamento aprovado por Ações (subtítulos de programa) e não por Programa. Diante do exposto, salientamos que a área de orçamento da Dataprev tem controles confiáveis para garantir o efetivo acompanhamento dos gastos da Dataprev, em consonância com os dispositivos legais que regulamentam a gestão do orçamento público.

#### Petróleo International Braspetro B.V. (PIB BV)

A Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) adota, nos processos decisórios de suas sucursais e subsidiárias, práticas reconhecidas como excelentes ferramentas de gestão e usadas em empresas de equivalente nível de complexidade de processos e abrangência de atividades. Adicionalmente, as empresas do grupo PIB BV possuem um quadro de pessoal técnico e administrativo qualificado e em permanente estado de atualização acadêmica, com larga experiência nos processos que administra e com iniciativas de gestão do conhecimento de forma a garantir a continuidade deste importante ativo imaterial, fundamental para a boa gestão das empresas do grupo.

Como exemplo de algumas das ferramentas utilizadas pelas sucursais e subsidiárias dentro das práticas adotadas para gestão dos negócios, relacionamos:

- Processo de definição da Estratégia e Tática de atuação nos negócios – segundo o qual as empresas do grupo PIB BV identificam e definem onde e de que forma atuarão no desenvolvimento de suas atividades;
- Processo de elaboração da carteira de projetos de investimentos – segundo o qual as empresas do grupo PIB BV submetem os projetos candidatos a receberem investimentos a uma análise estratégica, lastreada nas definições estabelecidas no processo anterior;

Processo de análise de risco e retorno – segundo o qual as empresas do grupo PIB BV submetem os projetos candidatos a receberem investimentos e que foram aprovados nos processos anteriores, a rigorosos testes de simulação de cenários com diversas variáveis econômicas e não econômicas, além de testes de sensibilidade, de forma a selecionar aqueles projetos mais robustos e com risco

adequado aos objetivos que as empresas buscam atingir;

Processo de gestão de projetos de investimentos – segundo o qual, os projetos aprovados nos processos anteriores e que entram na carteira de investimentos das empresas do grupo PIB BV, passam a ser acompanhados de forma individual através de ferramentas de gestão específicas para tal fim, como a curva “S”;

Processo de gestão orçamentária – segundo o qual as empresas do grupo PIB BV estabelecem fóruns específicos, em diferentes níveis de hierarquia, para avaliação de diferentes aspectos de gestão vinculados as atividades nas quais os projetos se desenvolvem, com o objetivo de acompanhar o desenrolar dos negócios e caso necessário, tomar as ações corretivas possíveis, que possibilitem melhor uso dos recursos disponíveis às empresas do grupo PIB BV. Como exemplo destes fóruns, podem-se relacionar as RACs (Reuniões de Análises Críticas), bem como os diversos Comitês existentes (de Gestão e de Projetos de Investimentos), além das reuniões dos Diretores das empresas.

Entretanto, mesmo a adoção dos processos listados acima, a implementação de ferramentas de gestão, o controle de responsabilidades e funções, além do estabelecimento de padrões de ação e conduta, bem como do permanente desenvolvimento técnico do capital humano, as empresas do grupo PIB BV continuam sob influência de variáveis que não estão sob seu controle, cabendo ações para mitigar os impactos.

A influência de várias destas variáveis tem estado presente em todos os orçamentos das empresas do grupo PIB BV e as principais são: i) a variação cambial sobre os recursos financeiros alocados nas atividades; ii) preço do petróleo e seu impacto sobre os preços dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades; iii) a imprevisibilidade técnica intrínseca aos projetos, a qual gera, por vezes, desafios maiores do que aqueles previstos durante a fase de planejamento do projeto; e iv) riscos de negócio vinculados a atuação de sócios, em projetos onde não controlamos a gestão;

Cabe, desta forma, à empresa, o aprimoramento constante de tais mecanismos, mantendo-se sempre próxima à fronteira do conhecimento, nas áreas das quais se serve, para implementar modificações e adaptar sua gestão de forma a antecipar-se aos riscos, sejam eles quais forem e assim, minimizar os impactos que as diversas variáveis e atores

envolvidos no complexo ramos de energia, especialmente o de petróleo e gás, podem trazer.

[...]

Os critérios internos, padrões de processos, ferramentas e métodos de gestão implementados pela Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), apesar de em permanente estado de aprimoramento, não descartam, nem eliminam os riscos aos quais a empresa está submetida, ao decidir desenvolver suas atividades de exploração e produção de petróleo e gás, para a qual necessita adquirir, vender, arrendar, locar ou afretar materiais e equipamentos em diferentes países, portanto, submetido a diferentes moedas, níveis de inflação e diferentes padrões de competitividade e disponibilização de recursos, que impactam diretamente nos preços dos insumos, trazendo variações nos orçamentos previamente planejados para serem alocados aos projetos em desenvolvimento.

Sendo o risco, uma variável intrínseca a qualquer atividade empresarial, cabe a PIB BV manter-se em permanente estado de atenção quanto à gestão dos diversos aspectos que envolvem o dia-a-dia da empresa e este esforço segue presente de forma renovada, rotineira e rigorosamente em constante aprimoramento ano após ano, através dos ciclos de elaboração dos Planos de Negócios e Gestão (PNGs) da empresa, bem como do acompanhamento da execução dos mesmos.

Desta forma, apesar da inevitabilidade de anular os riscos de todas as variáveis às quais está submetida, a empresa renova nesta resposta o compromisso de manter-se em busca de aprimorar seus métodos de planejamento e acompanhamento dos gastos e investimentos, bem como da boa gestão dos recursos necessários para financiar tais usos, de forma a manter a eficiência e eficácia financeira, econômica e de gestão.

Especificamente quanto às fontes de financiamentos das empresas do grupo, a PIB BV se capitaliza principalmente com empresas do mesmo grupo da acionista controladora Petrobras, sendo a Área Financeira da Petrobras responsável por identificar a forma mais eficiente para disponibilizar os recursos financeiros para que a PIB BV financie o seu plano de investimento para as suas sucursais e subsidiárias.

**V. à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e às empresas Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Sociedade**

**Fluminense de Energia Ltda. (SFE), Termoceará Ltda. e Furnas – Centrais Elétricas S.A., vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem o valor aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária ou promovam a adequação desses valores de acordo com o disposto na lei de diretrizes orçamentárias; bem assim à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Ministério de Minas e Energia para que orientem suas supervisionadas no sentido de garantir a efetivação de tal cumprimento (item 3.3.4).**

#### Infraero

A Infraero encaminhou à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República o Ofício nº 9.483/PRA(AIPD)/2013, em 25/07/2013, comunicando a adoção das seguintes providências efetivas:

Classificação dos itens do Plano de Investimento da Empresa por Ação e por Fontes de Financiamento de forma que durante a execução do Orçamento de Investimentos (OI) seja observado o montante aprovado para as respectivas fontes, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal;

Acompanhamento da execução mensal do OI, por Ação e por Fontes de Financiamento, de modo a evitar que seja extrapolada a dotação prevista por fonte. Da mesma forma, será possível identificar a necessidade de correção para que sejam adotadas as devidas providências no decorrer do exercício, caso necessário; e

Acompanhamento mensal da execução física e financeira do OI, inclusive com a apresentação e análise das justificativas.

Salientou, ainda, que tais medidas foram implementadas e proporcionaram melhores condições para atingir os objetivos da instituição, minimizando os riscos inerentes às suas atividades e maior controle no acompanhamento da execução no acompanhamento da execução do Orçamento de Investimentos.

#### Furnas – Centrais Elétricas S.A.

Com relação às fontes de financiamento indicadas para a realização do Orçamento de Investimentos, foi aprovada a seguinte distribuição de recursos:

Fontes de Recursos	LOA 2012 Lei nº 12.595/12	Revisão 2012 MP 598/12	Valores Realizados	Variação Realizado / Rev. MP 598/12
Geração Própria	154.788.068	849.939.417	851.059.685	1.120.268
Fontes Internas	1.200.267.256	156.916.021	0	(156.916.021)
Fontes Externas	57.982.750	72.450.521	116.514.914	44.064.393
Controladora	103.789.816	197.533.729	180.293.817	(17.239.912)
<b>Total</b>	<b>1.516.827.890</b>	<b>1.276.839.688</b>	<b>1.147.868.416</b>	<b>(128.971.272)</b>

Fonte: Sies/Dest.

O item "Operações de Longo Prazo – Fontes Externas" foi o que apresentou uma realização superior à prevista, em razão das liberações de recursos do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento programadas para o exercício de 2011 só terem ocorrido em 2012, uma vez que o contrato de financiamento só foi assinado nos últimos dias de 2011.

A realização das demais fontes situou-se abaixo do autorizado, sendo que a Geração Própria, ou seja, os recursos de geração de caixa de Furnas, excederam ao orçado em tão somente 0,13%. Por sua vez, cabe ressaltar que o total de recursos de terceiros utilizados para suportar os investimentos em 2012 foi inferior ao montante aprovado para esse fim.

Como se sabe, a proposta orçamentária (PDG) é preparada com muita antecedência em relação ao exercício a que se refere, verificando-se, via de regra, a necessidade de revisão em alguns de seus itens de forma a permitir a realização adequada dos dispêndios.

É importante esclarecer que os recursos indicados para garantir a realização dos investimentos são planejados em função de variáveis econômicas que, durante o exercício orçamentário podem se alterar, ensejando a necessidade de revisão na estratégia da captação de recursos, implicando assim em alteração na composição das rubricas.

Por fim, ressaltamos que a Diretoria Financeira vem aperfeiçoando permanentemente seus processos internos de planejamento e atuando junto à Controladora Eletrobrás no sentido de realizar as captações de recursos alinhadas com as fontes aprovadas e, no caso de alteração das condições de mercado, promover as necessárias adequações do orçamento.

Em 04/07/2012, a Furnas encaminhou à Eletrobrás seus dados da Revisão do PDG 2012, cujo valor de Recursos de Financiamento de Longo Prazo – Operações Externas montava em R\$ 88.001.000,00 (oitenta e oito milhões e mil reais). Valor este, suficiente para a liberação de recursos previstas no contrato de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tinha por objeto o financiamento das obras de Modernização das Usinas de Furnas e Luiz Carlos Barreto.

Em 20/07/2012, a Divisão de Empréstimos e Financiamento de Furnas, encaminhou à Gerência de Orçamentos e Planejamento Financeiro a solicitação de revisão dos valores passando este para R\$ 130 milhões, visto que havia sido assinado o Aditamento do Contrato de Obras da Modernização de Furnas, nº 14.892, aumentando o seu valor em R\$ 53 milhões, cujos serviços estavam parcialmente prestados e foram pagos no exercício 2012, ensejando nova liberação por parte do BID. Ocorre que não havia mais tempo hábil para alteração da Revisão do PDG 2012. Em contato com a Eletrobrás, Furnas foi orientada a tratar esta alteração como um remanejamento entre rubricas.

A empresa, adicionalmente, encaminhou o Ofício nº 1.179/2012/MP/SE/DEST, de 30/11/2012, autorizando o remanejamento de valores entre rubricas do PDG 2012, tendo em vista o disposto no artigo 4º, inciso II do Decreto 7.628/2011 e considerando, ainda, que os ajustes solicitados não implicaram em alteração dos limites globais do PDG aprovado para a Empresa.

#### **Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República**

A Secretaria de Aviação Civil informou que solicitou à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) que se manifestasse a respeito das providências tomadas para o aprimoramento dos processos de acompanhamento da execução do Orçamento de Investimentos referentes aos resultados das ações adotadas e eventuais desdobramentos em relação às recomendações constantes ao Acórdão n.º 1.274-TCU Plenário, de 29 de maio de 2013.

#### **Petróleo Internacional Braspetro B.V. (PIB BV)**

A Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) informou que adotou as providências já descritas na recomendação IV.

***VI. às Companhias Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Docas do Estado da Bahia (Codeba), Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Docas do Pará (CDP), Docas do Ceará (CDC) e Docas do Espírito Santo (Codesa), vinculadas à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, e à Companhia Docas do Maranhão (Codomar), vinculada ao Ministério dos Transportes, para que aprimorem seus processos de planejamento no intuito de espelhar a real possibilidade de execução dos investimentos programados, bem assim à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e ao Ministério dos Transportes, para que promovam intervenções de suas alçadas no sentido de assegurar a eficácia na consecução da programação orçamentária, em atendimento ao inciso III do art. 26 do Decreto-Lei 200/1967, e em observância ao princípio da eficiência estabelecido no caput do art. 37 da Constituição Federal (item 3.3.4).***

#### **Secretaria Especial de Portos**

De acordo com as recomendações constantes do Acórdão nº 1.274/2013-Plenário-TCU, foi encaminhado para as Companhias Docas vinculadas à SEP o Ofício-Circular nº 939/SEP/PR, de 2 de julho de 2013, por meio do qual foi convocada reunião com representantes das referidas Companhias, realizada no dia 8 de julho, com vista a identificar os principais entraves encontrados durante a execução orçamentária.

Nesse sentido, verificou-se uma tendência de baixa execução das programações contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as quais perfazem a maior parte dos recursos empenhados e aportados financeiramente em favor das Companhias Docas, uma vez que não existem limitações de empenho e/ou pagamento quando da execução da

Participação da União no Capital (PUC) dessas empresas, no âmbito do Orçamento Fiscal. Todavia, a execução efetiva desses empreendimentos, no âmbito do Orçamento de Investimentos, tem sido sobrestada por fatos alheios à vontade e/ou conhecimento daquelas Empresas, tais como a existência de pendências na obtenção de licenças ambientais, de instalação e de funcionamento, necessidade de cumprimento de condicionantes, a existência de demandas jurídicas que paralisam processos licitatórios, entre outras situações.

Isso posto, esta Secretaria adotará medidas com vistas a empenhar os recursos das PUCs contempladas no PAC em favor das Companhias Docas, tão logo ocorra a publicação do Decreto que autoriza o aumento de capital dessas empresas, na forma preconizada no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, e no art. 11 do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013. Todavia, diferentemente da prática adotada nos últimos exercícios, a execução financeira somente se dará em relação às obras que não apresentem empecilhos à sua execução.

No que se refere às programações orçamentárias não contempladas no PAC, classificadas como "demais" e financiadas à conta de recursos do Tesouro Nacional, verificou-se que sua baixa execução decorre da insuficiência do repasse financeiro por parte da SEP, uma vez que esse repasse resta condicionado aos limites de pagamento atribuídos a esta Secretaria nos decretos anuais de programação financeira, os quais, historicamente, são concedidos em patamares inferiores aos limites de movimentação e empenho, corroborando a inscrição dos empenhos efetuados em Restos a Pagar.

Finalmente, cabe destacar a pretensão de serem realizadas futuras reuniões para tratar da execução orçamentária dessas empresas, de forma a identificar oportunidades que possam concorrer para a maior eficácia da execução orçamentárias das Companhias Docas.

#### **Companhia Docas do Rio de Janeiro**

Foi realizada reunião na SEP/PR, em 08 de julho de 2013, na qual estiveram presentes representantes da SEP/PR, das Companhias Docas, do Dest/MP e da STN/MF para avaliar melhor os motivos da baixa execução apresentada no Orçamento de Investimentos das Companhias Docas.

Após troca de informações e alguns esclarecimentos, ficou constatado que os principais motivos da execução abaixo da média são:

1 – As ações do Orçamento de Investimentos são divididas em dois grandes grupos – PAC e Demais. As ações do grupo PAC envolvem projetos de grandes obras, com valores elevados e duração de até cinco anos;

2 – O repasse dos recursos é realizado no início de tais projetos, gerando um grande valor disponível no caixa das Companhias que não será imediatamente utilizado em sua totalidade, pois sua execução depende do cronograma de

realização de cada obra;

3 – Especificamente no caso da CDRJ, as ações integrantes do PAC totalizam 85% dos valores aprovados para o Orçamento de Investimentos, dos quais, 91% dos recursos estão concentrados em apenas duas grandes ações (Reforço do Cais da Gamboa e Construção do Pier em "Y"). No caso das duas ações mencionadas, foram repassados 100% do valor dos recursos disponíveis antes mesmo que o processo licitatório fosse iniciado;

4 – O tempo decorrido entre o início de um processo de licitação, efetuar a contratação e chegar à fase final de execução depende – além do tempo, dos trâmites legais – de fatores externos, quais sejam: eventuais impugnações, eventuais processos por parte do MPU e/ou TCU. Para exemplificar: a Ação para a Construção do Pier em "Y" teve seu processo licitatório iniciado em 2010 e, após impugnações, intervenções do MP e TCU, teve seu contrato assinado para execução das obras somente em fevereiro/2013;

5 – Na metodologia de elaboração do orçamento de investimentos utilizada pelas Companhias Docas, ainda não há instrumentos de planejamento nem diretrizes definidas pela SEP/PR que norteiam a definição de Ações;

Com base no exposto acima, foi acordada a adoção das seguintes providências no âmbito SEP/PR e Companhias Docas:

O repasse de recursos da SEP/PR será administrado de forma a evitar aumentar ainda mais o valor já disponibilizado no caixa das Companhias Docas;

No que tange à definição de diretrizes – com base no disposto na Lei nº 12.815/2013 – o planejamento orçamentário poderá ser embasado nos diversos instrumentos de planejamento do setor portuário nacional que vem sendo elaborados pela SEP/PR, evitando que ações sejam definidas sem um estrito embasamento;

No âmbito da CDRJ o acompanhamento da execução orçamentária vem sendo aprimorado e relatórios que detalham a execução de cada ação encontram-se disponíveis bimestralmente.

#### **Companhia Docas do Espírito Santo**

Tomamos conhecimento do Ofício nº 544/2013/ASSES-CISET-SG-PR, com a recomendação relativa aos processos de planejamento, que visa uma real possibilidade de que o mesmo espelhe a execução dos investimentos orçamentários programados.

Por conseguinte, cabe informar que a Codesa dispõe de órgão responsável por planejar, conduzir, orientar e acompanhar a elaboração e consolidação do orçamento anual, inclusive controlando as dotações aprovadas, conforme disposições contidas no Estatuto Social e Regimento Interno.

Particularmente, quanto ao trabalho de planejamento, cabe

informar que se realiza anualmente, mediante consulta as diversas áreas da empresa, visando estimar dispêndios e receitas, inclusive demandas atinentes a investimentos com recursos próprios ou da União. Passo seguinte, o documento é apresentado à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Adiante, é submetido à Secretaria de Portos da Presidência da República, órgão vinculante da Codesa, e demais órgãos do Governo Federal, via sistema e observando-se os exíguos prazos determinados para inserção de dados, objetivando aguardar a respectiva legislação de aprovação orçamentária.

As demais ações de gestão do orçamento, especificadas acima, transcorrem normalmente ao longo do ano, entretanto, eventualmente, tem-se prejudicada a governança sobre a execução orçamentária, quando surgem fatores determinantes, como:

Atraso na aprovação do orçamento ou mesmo da sua reformulação anual.

Necessidade de reformulação de uma ação a ser licitada pela empresa, por força de norma/legislação alterada ou meta reavaliada pela administração das empresas.

Contratação de estudos complementares, trâmite de autorizações ambientais ou atendimento a prazos e determinações de recursos administrativos, demandas judiciais ou órgãos de controle/fiscalização, atinentes a licitação sob andamento.

Atraso no repasse de recurso para pagamento de medição de contrato, que envolve investimento.

Como exemplos recentes, podemos enumerar a obra de contenção e ampliação do cais comercial de Vitória, obra de construção da plataforma operacional no dolphins do Atalaia, entre outras, as quais representam parcelas significativas do orçamento da Codesa.

Finalizando, cabe informar que as recomendações exaradas no documento em tela, já tramitaram para conhecimento e providências das áreas envolvidas.

#### **Companhia Docas do Ceará**

Em atenção as solicitações requeridas no Ofício circular nº 09/2013/COAVA/CISSET-SG-PR, de 31 de julho de 2013, referente a Nota Informativa (HMGJ) nº 6/2013 e em atendimento às recomendações constantes do Acórdão nº 1274/2013 - Plenário – TCU de 29/05/2013, apresenta-se os principais entraves encontrados durante a execução orçamentária, conforme se segue.

A execução das programações contempladas no PAC, não atingiram suas metas de execução orçamentária, notadamente nas obras de Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros, assim como nas obras de Substituição da Pavimentação, inserida na ação do Terminal de Contêineres, face a ocorrência de fatos alheios à vontade administrativa da CDC, tais como a ação da natureza (elevação de marés – ondas de swell), mudança da metodologia de trabalho na execução das obras do Cais, grande movimentação de cargas registrada no Porto, o que impossibilitou a liberação de áreas

para a realização da pavimentação conforme estabelecido em cronograma e, por último, contingenciamento dos recursos para aguardar a elaboração dos Termos de Referência que subsidiarão as licitações das ações do VRMS, cadeia logística e gerenciamento da infraestrutura portuária.

Em referência as programações orçamentárias não contempladas no PAC, classificadas como “demais”, que são financiadas com Recursos do Tesouro, informa-se que a baixa execução decorre da insuficiência do repasse financeiro por parte da SEP. E, em consequência da demora no repasse, e quando se dá a efetiva liberação dos recursos para as Companhias, que acontece geralmente nos últimos dias do Exercício, colaborando com a inscrição em Restos a Pagar.

#### **Companhia das Docas do Estado da Bahia**

Informa-se que a Codeba, juntamente com outras Cias Docas, foi convocada para reunião com a Secretaria de Portos (SEP), no dia 08/07/2013. Neste fórum, a orientação do Dest/MP foi que, caso possível, fossem realizados remanejamentos para executar os recursos disponíveis em caixa nas empresas ainda em 2013.

Assim sendo, a Codeba encaminhou à SEP uma solicitação de remanejamentos de saldos de exercícios / “Demais”, para uma ação em andamento. Esclarece-se que, no pedido de suplementação, além dos recursos remanejados há um acréscimo de R\$ 1,9 milhões de fonte de geração própria. Este remanejamento já pode ser identificado na execução, pois, conforme uma segunda orientação do Dest/MP na reunião citada acima, a execução física e financeira deve ser informada via Sistema Siop, e no campo das justificativas do mesmo, deve ser inserida informação relativa ao crédito em andamento.

A Codeba está, a cada ano, mais empenhada em fazer uma programação que se aproxime da realidade, as propostas encaminhadas à SEP são cada vez mais assertivas, muito em função de uma maior interação entre as equipes da Codeba e da Secretaria. Apesar disso, a execução ainda não tem refletido completamente os tais esforços.

Frente às observações da Ciset e das orientações da SEP e do Dest/MP, a Codeba está comprometida em ajustar o orçamento de 2014, após sua aprovação, com o intuito de melhor espelhar sua realidade. Assim sendo, para as ações de “Demais”, no momento oportuno, serão adotadas três condutas: i) avaliação da redução dos valores programados com geração própria; ii) cobrança de celeridade para o início das obras das ações com recursos inscritos em RAP e, por fim; iii) execução do pequeno saldo de exercícios anteriores que restar deste exercício.

Para as ações de PAC, a execução seguirá as diretrizes da SEP e as obras seguirão de acordo com os seus cronogramas.

#### **Companhia Docas do Maranhão**

O Ministério dos Transportes esclareceu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que, diferentemente das outras companhias

docas que têm por delegação a atribuição de administrar os portos marítimos, a Codomar tem por objeto social realizar a administração, manutenção e melhoria das vias navegáveis e portos fluviais e lacustres, mediante delegação do Governo Federal, efetivada depois da assinatura de termo de convênio ou outro instrumento congênere.

Dessa forma, a recomendação em comento, mostra-se inaplicável, pois a Lei Orçamentária nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, para o exercício de 2012, aprovou para a Codomar recursos no valor de R\$ 90 mil para atender a despesas administrativas eventuais para manutenção e adequação de bens imóveis, de bens móveis e de ativos de informática. Desse montante, foi necessária a utilização de 35%, para aquisição de utensílios de escritório e de equipamentos de informática, ou seja, a baixa execução, neste caso, mostra-se uma medida de economia.

Houve a aprovação de R\$ 300 mil (recursos da União) na rubrica "Aquisição de bens móveis para atender a Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia - AHITAR", integrante do orçamento do Dnit, mas não houve a disponibilidade financeira para tal finalidade.

Com base no exposto, o Ministério dos Transportes solicitou ao TCU que a ressalva fosse desconsiderada, por entender que a utilização parcial do orçamento de investimentos não constituía impropriedade.

**VII. à Secretaria da Receita Federal do Brasil que identifique, para cada concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária constante do demonstrativo anual encaminhado à Controladoria-Geral da União para compor a Prestação de Contas do Presidente da República, a medida de compensação adotada, em conformidade com o inciso II do art. 14 da Lei Complementar 101/2000 (item 3.4).**

A SRFB, quando do levantamento de informações para compor a PCPR/2012, encaminhou duas tabelas contendo as desonerações instituídas nos anos de 2011 e 2012. Tais tabelas apresentam as desonerações discriminadas por base legal e por tributo, contém a descrição da medida, seu prazo de vigência e a estimativa do impacto na arrecadação federal.

Nessas tabelas foram incluídas, também, duas colunas com os títulos "Medida de Compensação" e "Fonte", que são preenchidas com a medida de compensação adotada ou a hipótese de dispensa de compensação, e a fonte dessa informação.

Quando a SRFB não dispõe de informação sobre a medida de compensação adotada ou a dispensa de compensação, a tabela apresenta um asterisco (\*), indicando essa situação de falta de informação.

A SRFB não possui atribuição regimental para instituir medidas de compensação. Por essa razão, as informações contidas na tabela referem-se aos dados públicos disponíveis coletados pela área de acompanhamento das renúncias na SRFB.

A edição da Portaria MF nº 453, de 08/08/2013, posterior à recomendação do TCU, estabelece que a SRFB deve "indicar as medidas de compensação passíveis de serem adotadas", cabendo à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda comunicar à SRFB a medida de compensação a ser adotada.

**VIII. à Casa Civil e à Secretaria de Relações Institucionais, ambas da Presidência da República, que adotem providências, em suas respectivas esferas de sua competência, com vistas à instituição do Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar 101/2000 (item 3.5.1.1).**

#### Casa Civil

Informou que enviou Avisos da Ministra da Casa Civil à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para atendimento ao Acórdão nº 1.274/2013-TCU-Plenário.

#### Secretaria de Relações Institucionais

Por meio do Ofício nº 129/2013/SRI-PR, de 11 de setembro de 2013, comunicou à Secretaria de Controle Interno/PR que o assunto em pauta é objeto do Projeto de Lei nº 3.744/2000, que institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF) e é relacionado à sua composição e forma de funcionamento, conforme Exposição de Motivos Interministerial nº 299/MP/MF, de 25 de outubro de 2000, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

Informou também que em relação ao assunto referente ao subitem 3.5.1.1 do Acórdão 1274/2013-TCU, encaminhou expediente ao Ministério da Fazenda solicitando a adoção das providências cabíveis.

**IX. à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei 10.180/2001, que apure, discrimine e evidencie, em item específico do relatório "Resultado do Tesouro Nacional", o efeito fiscal decorrente de receitas extraordinárias, de quaisquer naturezas, que vierem a ser arrecadadas durante o exercício, com vistas a minimizar a assimetria de informação entre a sociedade, os órgãos de controle e o governo federal, e em observância aos pressupostos do planejamento e da transparência na gestão fiscal, insculpidos no art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (item 3.5.1.1).**

A Secretaria do Tesouro Nacional não apresentou as providências adotadas com relação à recomendação em questão.

**X. ao Conselho Nacional de Política Energética que, conforme competência a ele atribuída pela Lei 9.478/1997, de assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques Estratégicos de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, tome providências no sentido de que o**

**Poder Executivo encaminhe, anualmente, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis como parte integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme previsão insculpida no art. 4º, § 1º, da Lei 8.176/1991 (item 4.3.14).**

O Ministério de Minas e Energia, considerando a complexidade do tema abordado, por intermédio da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está realizando estudos, em face do atual cenário de oferta e demanda de combustíveis, sobre o Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis.

O resultado desse trabalho será submetido ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), na 27ª Reunião Ordinária, prevista para 17/12/2013.

O MME criou o Grupo de Trabalho Permanente (GTP/SINEC), formado por representantes do MME, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o objetivo de fornecer subsídios para as decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no que concerne ao cumprimento de sua obrigação legal de assegurar o adequado funcionamento do Sinec e de encaminhar ao Congresso Nacional, dentro de cada exercício financeiro, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis para o exercício seguinte. Concluiu-se que: i) não é necessária a formação de reserva estratégica de petróleo e etanol no Brasil; ii) é necessária a formação de estoques de operação para óleo diesel A e gasolina A, por meio de regulamentação da ANP, conforme Resolução ANP nº 45/2013; iii) as indicações da Análise Qualitativa de Riscos apontam baixa relevância para risco de descontinuidade e/ou restrição no suprimento de petróleo (produzido ou importado); iv) o Brasil consolidará, nos próximos 10 anos, a sua posição de exportador líquido de petróleo; e v) a capacidade de produção de etanol total é suficiente para garantir o abastecimento do mercado de etanol anidro nos próximos 10 anos.

**XI. ao Ministério da Saúde que (item 6.3):**

**a) publique a Programação Anual de Saúde (PAS) para o ano de 2013, de forma a se dar transparência e permitir o acompanhamento anual das ações, metas, indicadores e recursos orçamentários que irão garantir o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Saúde 2012-2015, em conformidade ao que dispõe o art. 36, § 2º, da Lei Complementar 141/2012;**

**b) revise a Portaria 3.085/2006 e a Portaria 3.332/2006, de forma a compatibilizar a data de realização das Conferências Nacionais de Saúde, para que sejam realizadas em data anterior à elaboração do PPA e do Plano de Saúde e suas recomendações possam ser incorporadas a estes documentos, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 165, c/c o art. 198, todos da Constituição Federal;**

**c) em articulação com o Conass e Conasems, revise a Portaria 2.198/2009 para definir critérios de priorização das propostas encaminhadas por estados, Distrito Federal e municípios; especificação de equipamentos; e prazos para execução dos projetos aprovados, em observância ao art. 17 da lei Complementar 141/2012;**

**d) altere, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o indicador destinado ao acompanhamento do Programa Saúde na Escola no programa temático Aperfeiçoamento do SUS, no PPA 2012-2015, em virtude do disposto no inciso I, § 5º, do art. 21 da Lei 12.593/2012; e**

**e) incorpore, no monitoramento das metas do PPA 2012-2015, informações relativas à implantação de complexos reguladores, além das centrais de regulação, haja vista a divergência encontrada na forma de acompanhamento do processo regulatório do SUS e aquela proposta no programa temático Aperfeiçoamento do SUS.**

As providências adotadas pelo Ministério da Saúde encontram-se divulgadas no sítio eletrônico do Ministério da Saúde sob o endereço [HTTP://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/area.cfm?id\\_area=379](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/area.cfm?id_area=379).

a) Em relação à PAS 2013, já está disponível na Página do Ministério da Saúde em dois ambientes virtuais. Com link na página da Secretaria Executiva e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) sendo mais facilmente acessível no seguinte endereço:  
[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PAS\\_2013.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PAS_2013.pdf).

b) Em atenção à alínea “b”, que versa sobre a revisão das Portarias nº 3.085 e 3.332/2006, informa-se que a Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013, a qual estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi publicada no D.O.U., no dia 26/09/2013.

c) Quanto à alínea “c”, foi discutida na 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Intergestores Tripartite, ocorrida em 26 de setembro de 2013, minuta de Portaria que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de medicamentos e material permanente para a expansão e consolidação do sistema Único de Saúde (SUS).

d) Quanto ao acompanhamento do indicador do Programa Saúde na Escola dentro do Programa Aperfeiçoamento do SUS, aparentemente houve equívoco na informação de que não ocorre monitoramento da cobertura do PSE por parte do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. De fato, o monitoramento é realizado pelo Departamento de Atenção Básica, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). O indicador, inclusive, já apresenta o resultado de 2013, com uma cobertura de 39,7%, conforme consta no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, módulo monitoramento.

e) A respeito dos Complexos e Centrais Reguladores, cabe esclarecer que de fato, houve um problema no momento da elaboração da meta do PPA 2012-2015, o que gerou a inconsistência. A meta corresponde ao número de "187", constante do PPA, de fato se referia a Centrais de Regulação e não a Complexos Reguladores, motivo pelo qual foi solicitada alteração da redação da meta do Plano. Essa alteração foi efetivada na atualização do PPA realizada em 2013, tendo sido incorporada a nova redação: De Implantar 187 Complexos reguladores – (Meta original) para Implantar 187 Centrais de Regulação – (Meta alterada).

**XII. ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, com vistas a contribuir com os processos de planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados da inclusão social no PNPB, que (item 6.6.1):**

**a) elabore uma peça de planejamento formal contendo as metas de inclusão social do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em que haja detalhamento das metas em conformidade com as informações extraídas do monitoramento do Selo Combustível Social, para que se tenha referencial de avaliação anual dos resultados; e**

**b) realize estudos que visem a mudanças nas diretrizes**

ANO	2012*	2013**	2014***
Meta (nº famílias)	125.000	100.000	110.000
Realizado (nº de famílias)	92.673	72.087	-
Realizado (%)	74%	72%	-

\*Os dados referentes ao ano de 2012 são consolidados

\*\*O Realizado referente ao ano de 2013 é parcial de setembro/2013 (3 primeiros trimestres). Considerando a expectativa de informações a serem prestadas ao MDA referentes ao último trimestre de 2013 (que ocorrerá até o primeiro trimestre de 2014), espera-se que o realizado fique muito próximo da expectativa de 100 mil famílias.

\*\*\* O ano de 2014 ainda não possui monitoramento.

Em relação à recomendação "b", cabe destacar que esta já vem sendo atendida a partir do mesmo entendimento desta Secretaria de que há desequilíbrios em relação aos objetivos iniciais do PNPB.

A necessidade de mudanças e as propostas de alteração já vêm sendo avaliadas e construídas a partir dos seguintes instrumentos:

Reuniões e audiências com os atores diretamente envolvidos no PNPB, a partir de convites desta Secretaria: 03 em 2011 (empresas, cooperativas e sindicatos e federações da agricultura familiar), 03 em 2012 (empresas, cooperativas e sindicatos e federações da agricultura familiar), e 03 em 2013 (empresas, cooperativas e sindicatos e federações da agricultura familiar);

Materiais resultantes de duas consultas públicas realizadas por esta Secretaria com os setores mais diretamente envolvidos no PNPB. A 1ª, feita no decorrer do ano de 2012, realizou-se a partir do Aviso de Consulta Pública publicado no DOU em 13 de dezembro de 2011 (Seção 3, página 137), e a 2ª no decorrer deste ano de 2013 a partir do Aviso de Consulta Pública publicado no DOU em 17 de junho de 2013

**e políticas públicas do programa mencionado no item anterior, de forma a contribuir para o fomento do desenvolvimento tecnológico, aumento da produtividade e maturidade das cadeias produtivas das oleaginosas alternativas, levando-se em conta as peculiaridades de cada região.**

Em relação à recomendação 'a', ressalta-se que já existe um processo interno de planejamento e controle por parte da Coordenação-Geral de Biocombustíveis, baseado nas avaliações anuais de concessão e manutenção da concessão do Selo Combustível Social, e nas observações e relatos de campo verificados pela equipe técnica. Este processo interno é o que subsidia o estabelecimento de metas (e sua revisão contínua) no atual PPA 2012-2015, assim como o estabelecimento de metas no âmbito dos trabalhos da Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB).

Buscando suprir a ausência de uma peça de planejamento formal, em atendimento à recomendação, entende-se como oportuno que a sua devida elaboração e registro formal se dê anualmente nos documentos de Prestação de Contas da Presidência da República a partir deste ano. Como marco zero e início do planejamento formal na PCPR/2013, seguem as informações constantes na tabela a seguir. A tabela apresenta as metas e/ou o número realizado para os anos de 2012, 2013 e 2014.

(Seção 3, página 121);

Estudo de Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) realizado no âmbito da CEIB em 2012, com participação ativa desta Secretaria no que diz respeito a suas atribuições no PNPB – inclusão social e acesso a mercado para a agricultura familiar. O estudo foi coordenado pela Casa Civil da Presidência da República;

Estudos sobre o tema gerados a partir dos Projetos de Cooperação Técnica PNUD/SAF-BRA 11/009 e FAO/UTF/BRA/083/BRA. Destaque para os estudos realizados no âmbito do projeto PNUD/SAF-BRA 11/009, contrato nº 2012/631, intitulados: "Documento contendo levantamento da carga tributária incidente nas cadeias de produção de óleos e coprodutos e comparativo com a carga tributária da cadeia da soja" e "Documento contendo proposta de desoneração tributária para as cadeias de oleaginosas visando a estimular a cadeia produtiva e ampliar a inserção da agricultura familiar", que propõem modelo de benefício tributário para oleaginosas relevantes para a agricultura familiar, em alternativa ao modelo tributário do PNPB que se mostrou inócuo para a diversificação e inclusão social;

Proposição feita por esta Secretaria em outubro de 2013, no âmbito da CEIB e na oportunidade da construção e proposição à Casa Civil da Presidência da República de Projeto de Lei (PL) ou Medida Provisória (MP) como novo marco regulatório do biodiesel, da criação de um Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Selo Combustível Social. A proposta objetiva criar um espaço formal e oficial de debate contínuo e dinâmico com o setor, dos desafios, oportunidades e perspectivas deste instrumento, com desdobramentos diretos e mais ágeis nas atualizações dos normativos do MDA, e outros normativos do PNPB sobre o tema.

Não obstante os instrumentos citados, entende-se que os seus esforços de melhoria e adequação do PNPB e do Selo Combustível Social continuarão a ser feitos continuamente, sejam eles específicos de suas atribuições e competências dentro da CEIB e do PNPB – relativos à inclusão social e acesso a mercado para a agricultura familiar - seja acompanhando e apoiando outras pastas e entidades com suas atribuições dentro do Programa, com destaque para as atribuições específicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) dentro do PNPB – relativos à diversificação de matérias primas e desenvolvimento e fortalecimento e outras oleaginosas.

**XIII. ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que somente proponha o pagamento de dividendos para resultados apurados nas demonstrações contábeis levantadas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, conforme dispõe o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto 4.418/2002 (item 5.3.2.1).**

O Departamento Jurídico da Área Financeira expediu a Nota AF/DEJUR nº 15/2013, de 04/07/2013, com as seguintes conclusões:

“(i) O BNDES somente poderia pagar dividendos à conta dos balanços de 31/12 e 30/06, eis que o estatuto prevê o levantamento de balanço apenas em tais datas; (ii) Ainda assim, embora, em princípio, o TCU admita o pagamento de dividendos com base no balanço de 30/06, a Lei nº 6.404/76, em seu art.204, estabelece a necessidade de autorização estatutária específica para o uso do balanço semestral, o que não se verifica em relação ao BNDES; (iii) Para permitir o pagamento de dividendos com base no balanço de 30/06 ou em outro balanço apurado em data distinta, que não o de 31/12 (encerramento do exercício) será necessária a edição de novo decreto alterando o estatuto do Banco”.

**XIV. ao Conselho Monetário Nacional que (item 5.3.2.2):**

**a) em face da ausência de motivação razoável para a adoção dos procedimentos excepcionais previstos no art. 2º da Resolução-CMN 4.175/2012, reestabeleça, para os exercícios seguintes, o procedimento contábil estatuído pela Circular-Bacen 3.068/2001, no que tange às perdas de caráter permanente observadas em valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda;**

**b) reforce a transparência sobre os motivos para edição de normas de contabilidade voltadas para instituições ou segmentos específicos;**

**c) adote como início de vigência das normas contábeis publicadas pelo Conselho o exercício seguinte àquele em que a norma foi publicada.**

#### **Banco Central do Brasil**

A propósito, informo que foi ultimada a análise preliminar por parte do Banco Central do Brasil, na qualidade de Secretaria do Conselho Monetário Nacional. Entretanto, tendo em vista a relação da matéria com as Contas do Governo da República e considerando que as recomendações foram dirigidas ao CMN, informamos que os pareceres técnicos e jurídicos, elaborados no âmbito do BCB serão encaminhados ao Ministro da Fazenda, para subsidiar manifestação formal do CMN a essa Egrégia Corte de Contas.

**XV. ao Ministério da Previdência Social que realize estudos sobre a adequação da taxa de juros utilizada no cálculo das provisões matemáticas previdenciárias, visando aproximar tanto quanto possível o número resultante desse cálculo da realidade atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores federais civis (item 5.3.1.1).**

Conforme definido pela Portaria MPS nº 403/2008, que trata das regras gerais a serem aplicadas às avaliações atuariais dos RPPS da União, Estados, DF e Municípios, avaliação atuarial é o estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Os elementos mínimos que devem ser observados na elaboração de uma avaliação atuarial são: a base normativa, que contém as regras do plano de benefícios e de custeio; a base cadastral, que corresponde ao cadastro com informações dos segurados, tais como, identificação, sexo, estado civil, data de nascimento, data de admissão no ente atual, na carreira, no cargo, no serviço público, bem como data de vinculação do sistema previdenciário, valor da remuneração que servirá de base para o cálculo do benefício e da contribuição, dentre outros; e a base atuarial representada pelos parâmetros, bases técnicas e formulações utilizadas no cálculo atuarial.

A base normativa busca regulamentar o plano de benefícios e custeio e demais direitos e obrigações dos provedores de recursos, que em geral é o segurado e seu empregador, mediante contribuições e em alguns casos por aporte de ativos, e da entidade de previdência, que no caso do serviço público se denomina “Unidade Gestora”, sempre em consonância com as regras constitucionais e as normas gerais da Lei nº 9.717/1998. No caso da União, não obstante o artigo 40 da Constituição da República assegure o regime de previdência social aos servidores públicos titulares de cargos efetivos civis e estabelece as premissas para o seu funcionamento,

a lei nº 8.112/90, que trata da relação jurídica dos servidores com o Estado brasileiro, onde se enfoca, também, os direitos previdenciários, não contempla aspectos de modelagens de plano de benefícios e custeio, este definido na Lei nº 10.887/2004, tão somente quanto a definição da base de cálculo e fixação das alíquotas de contribuição de 11% para o servidor e 22% para o Tesouro, contudo sem orientação para questões que direcionem para o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

Portanto, as avaliações atuariais do regime previdenciário dos servidores públicos civis federais veem sendo concebidas seguindo os preceitos constitucionais e as normas gerais para a montagem da estrutura da base cadastral, do processamento da avaliação, bem como de definições de hipóteses e premissas.

A base atuarial da avaliação da União é composta de parâmetros tais como taxa de juros, o valor do teto do RGPS, o teto remuneratório para o servidor público federal, o salário mínimo, as estimativas de crescimento da remuneração e do benefício, fator que busca aferir o percentual de manutenção do poder de compra da remuneração e do benefício com base na expectativa da inflação de longo prazo, tábua de mortalidade geral do IBGE, tábua de entrada em invalidez, tábua de mortalidade de inválidos, etc., além de bases técnicas construídas com referências nesses parâmetros e as formulações para o cálculo das provisões.

Dentre os principais produtos de processamento da avaliação atuarial encontram-se os valores atuais das séries de benefícios futuros e de contribuições futuras, do qual se extrai o custo total de cada benefício para o estabelecimento do custo a ser cobrado no ano e o valor atual das reservas matemáticas, que na linguagem da codificação contábil são denominadas de provisões matemáticas, encontrando-se evidenciadas nas planificações contábeis orientadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, até o exercício de 2013 no grupo passivo 2.2.2.5.0.00.00 – “Provisões Matemáticas Previdenciárias” e no Pcasp a ser aplicado a partir de 2014 no grupo 2.2.7.2.0.00.00 – “Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo”.

A síntese dos principais resultados das avaliações atuariais da União é apresentada, anualmente, em relatório padronizado, para atendimento ao disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea “a” da Lei Complementar nº 101/2000, para constituir o anexo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Avaliação Atuarial do RPPS dos servidores civis da União tem sido elaborada pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, em decorrência da competência regimental, conferida a este Departamento pelo art. 9º do Decreto nº 7.078, de 2010, seguindo os parâmetros anteriormente explicitados entre os quais a taxa de juros cujo art. 9º da Portaria MPS nº 403, de 2008 estabelece que “a taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo de 6% (seis por cento) ao ano”.

**XVI. à Presidência da República que não autorize as empresas estatais federais a declararem dividendos intermediários em condições não previstas em seus respectivos estatutos (item 5.3.2.1).**

A Casa Civil informou que foi editado o Decreto nº 8.085, de 29 de agosto de 2013, que alterou o Anexo ao Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, relativo ao Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, o estatuto do BNDES foi alterado, ficando autorizado ao Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral. Restando, portanto, corrigida, no caso concreto, a questão levantada pelo TCU.

**XVII. à Secretaria do Tesouro Nacional que:**

**a) informe, em notas explicativas, as metodologias utilizadas na apuração dos valores informados de estoque da Dívida Mobiliária Federal interna, detalhando as divergências residuais, mesmo após a implementação do Sistema Integrado da Dívida, com indicação do montante da divergência, suas razões e seus efeitos para a análise da evolução e da composição dessas obrigações (item 5.3.1.5);**

**b) registre de forma tempestiva todo e qualquer ato ou fato da administração pública federal passível de contabilização segundo as normas contábeis aplicáveis ao governo federal, a exemplo dos aportes para aumento de capital efetuados na Caixa Econômica Federal em agosto e dezembro, em observância ao princípio contábil da oportunidade (item 5.3.1.6);**

**c) sejam apresentadas em notas explicativas as seguintes informações: defasagem entre a data do Balanço Geral da União e a data das demonstrações contábeis das empresas estatais investidas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial; valor das participações societárias calculadas a partir das demonstrações contábeis das empresas estatais investidas de 31 de dezembro do ano a que se referir o BGU; e, os efeitos da defasagem existente para a análise da situação financeira dos investimentos permanentes do governo federal (item 5.3.1.7);**

**d) explicitamente detalhadamente, na nota explicativa sobre a divergência entre o saldo da conta única constante do BGU e aquele divulgado pelo Banco Central do Brasil, toda e qualquer informação adicional que seja relevante para total compreensão dessa diferença (item 5.3.1.9);**

**e) inclua em notas explicativas: a natureza dos relacionamentos com partes relacionadas; os tipos de transações ocorridas no exercício com essas entidades; bem como os elementos necessários para esclarecer a significância destas transações para suas operações e permitir, suficientemente, que as demonstrações contábeis forneçam informações relevantes e confiáveis para o processo de decisão e para fins de prestação de contas (item 5.3.1.10);**

*f) evidencie em notas explicativas toda e qualquer transação não rotineira que tenha efeitos materialmente relevantes nas finanças federais, inclusive antecipações de dividendos (item 5.3.2.1);*

*g) contabilize receitas decorrentes de Juros sobre Capital Próprio em conta específica (item 5.3.2.3); 601*

*h) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a não emitir Declaração Plena caso não haja evidências suficientes e adequadas de que não há erros materialmente relevantes na contabilidade de suas respectivas unidades jurisdicionadas (item 5.5.1);*

*i) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a justificar a permanência das restrições contábeis ao final do exercício, por meio da Declaração do Contador, com o objetivo de estimular a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e de esclarecer os motivos daqueles remanescentes (item 5.5.2); e*

*j) crie setorial contábil específica para a Secretaria do Tesouro Nacional com vistas a realizar a conformidade contábil de seus registros e também emitir Declaração do Contador sobre suas demonstrações (item 5.5.3).*

A STN informou as seguintes providências:

a) Foram apresentadas as metodologias utilizadas na apuração dos valores informados de estoque da Dívida Mobiliária Federal interna, detalhando as divergências residuais, as quais foram incluídas na Nota 14 – Passivo Não-Financeiro – Exigível a Longo Prazo do Balanço Patrimonial.

b) Segundo a Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar/STN), os aportes para aumento de capital efetuados na Caixa Econômica Federal (CAIXA), em agosto e dezembro de 2012, já foram registrados no Siafi no exercício de 2013 e evidenciados nas seguintes notas explicativas: i) Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos (Balanço Patrimonial); e ii) Nota 10 – Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores (Demonstração das Variações Patrimoniais).

c) A Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar/STN) informou os valores de equivalência patrimonial e as respectivas datas-base dos balanços patrimoniais utilizados no cálculo, que se encontram evidenciados em tabela específica na Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos (Balanço Patrimonial).

d) A Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin/STN) encaminhou as informações solicitadas. As divergências entre saldo da Conta Única constante do BGU e aquele divulgado pelo Banco Central do Brasil estão devidamente conciliadas e justificadas em quadro específico constante da Nota 1 – Ativo Financeiro – Disponível (Balanço Patrimonial).

e) Inclusão de nota explicativa sobre Créditos de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Nota 6 do Balanço Patrimonial), onde consta quadro elaborado pela Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais com os relacionamentos entre a União e suas partes relacionadas (BNDES e CAIXA).

f) A Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar/STN) informou os valores relativos a Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados no exercício de 2013, evidenciando as principais operações. As informações foram evidenciadas em nota explicativa específica na Demonstração das Variações Patrimoniais - Nota 3 – Receitas Correntes – Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados pela União.

g) A Coordenação-Geral de Participações Societárias – Copar/STN informou os valores relativos a Juros sobre Capital Próprio arrecadados no exercício de 2013, os quais constam de nota explicativa específica na Demonstração das Variações Patrimoniais - Nota 3 – Receitas Correntes – Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados pela União.

Informou, ainda, que como intuito de aprimorar o controle gerencial, foi criado novo código de recolhimento a ser utilizado na Guia de Recolhimento da União (GRU), com vistas a recepcionar, de forma apartada, os valores pagos à União sob a forma de JCP. As novas contas contábeis criadas foram as seguintes:

41322.00.03 – Juros sobre Capital Próprio - para as empresas que não integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; e

47322.00.03 – Juros sobre Capital Próprio - para aquelas empresas que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

As empresas foram comunicadas das alterações promovidas por esta Secretaria e que, a partir de janeiro de 2014, o recolhimento de JCP em conta específica já poderá ser efetivado.

h) Alteração do Manual Siafi com a Norma de Encerramento do Exercício.

i) Alteração do Manual Siafi com a Norma de Encerramento do Exercício.

j) O assunto está em estudo na STN.

***XVIII. ao Ministério da Previdência Social que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional: contabilize, ainda em 2013, as provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio dos servidores públicos civis federais, com dados de informação atuarial referente a 31/12/2012; assim como as variações dessas provisões tão logo estejam concluídas as atualizações atuariais anuais (item 5.3.1.1).***

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Considerando a necessidade de evidenciação do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União no Balanço Patrimonial, em conformidade com os procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), em atendimento à Portaria STN n.º 634/2013 e Portaria MPS n.º 509/2013, encontram-se evidenciados na Parte V da PCPR 2013, nota explicativa 1.6.16 Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS da União, os valores das provisões nas contas do subgrupo 2.2.7.2.0.00.00 – PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO, a partir da estrutura contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcas) válido para o exercício de 2013.

#### Ministério da Previdência Social

Conforme verificado em reuniões realizadas por representantes deste MPS, da STN e, também da SOF, a informação a ser incluída no Balanço Patrimonial da União referente à “avaliação atuarial do RPPS” necessita de avaliação aprofundada em razão da complexidade e repercussões sobre a administração financeira, orçamentária e contábil, para que se possa definir o tratamento a ser conferido aos valores que serão despendidos futuramente pela União.

Trata-se, portanto, de uma decisão que envolve a possibilidade da estruturação de um fundo para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis federais ou, alternativamente, da manutenção do conceito de regime administrativo/financeiro para essas futuras obrigações, até a regulamentação do dispositivo constitucional que rege a matéria.

A hipótese de conferir uma estrutura para o RPPS implica, obrigatoriamente, alterações legislativas que demandariam discussão no âmbito do Poder Legislativo. Essas alterações compreenderiam, também, a organização de uma Unidade Gestora Única no âmbito da União, nos termos do parágrafo 20, do art. 40, da CF/88; a criação de um fundo financeiro para fazer frente aos futuros pagamentos beneficiários; a definição de novas tábuas biométricas para servidores públicos e, possivelmente, a denominada “segregação de massas”, em momento ainda por definir.

Nesse sentido, já vêm sendo tomadas algumas importantes medidas para equacionar a questão, valendo registrar especialmente a instituição do Funpresp, por meio da Lei n.º 12.618, de 30 de abril de 2012. Com isso, estima-se uma significativa redução da projeção de déficit no RPPS, o que poderia recomendar a manutenção do tratamento dessas despesas futuras como um regime administrativo/financeiro.

Dessa forma, para o cumprimento das disposições previstas no inciso IV, do art. 50, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), a informação referente ao cálculo dessas obrigações futuras trazidas a valor presente, com premissas devidamente identificadas, permaneceria sendo apresentada por intermédio de Nota Explicativa ao Balanço Geral da União, uma vez que

ainda se discute o tratamento a ser conferido ao denominado “passivo atuarial” do RPPS.

A conclusão constante no Ofício n.º 0235/2013 – TCU/Semag de que “já é possível que a União reconheça em sua contabilidade o passivo atuarial resultante do RPPS de seus servidores civis” deve ser, portanto, ponderada, uma vez que importantes decisões de Estado, incluindo o Poder Legislativo, deverão ser adotadas antes que se possa concluir pela existência de um regime próprio já estruturado, que possua um passivo atuarial sujeito a provisões matemáticas previdenciárias.

Para as Notas Explicativas ao Balanço Geral da União referente ao exercício de 2013, será informado o valor obtido por intermédio de avaliação atuarial realizada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), devidamente atualizada, com a exposição das premissas utilizadas, conforme orientação dessa Corte de Contas.

Destarte, considerando que ainda não existe uma definição no âmbito do Estado sobre tratamento a ser conferido ao denominado “passivo atuarial” do RPPS, rogo a esse Tribunal de Contas da União que pondere a possibilidade de deixar de incluir no relatório e parecer sobre as Contas de Governo recomendações a respeito da contabilização das provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio dos servidores civis federais, bem como a contabilização nos exercícios seguintes das variações das referidas provisões, tendo em vista as razões, ora apresentadas, e uma vez que, para o atendimento do disposto na LRF, as informações irão constar de Nota Explicativa do Balanço Geral da União, com os cálculos efetuados pela SPPS/MPS.

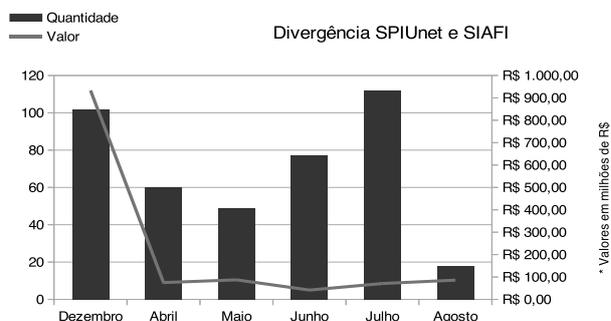
***XIX. à Secretaria do Patrimônio da União que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e as setoriais contábeis da administração pública federal, efetue com regularidade a conciliação entre os sistemas Siafi e Sipiunet, a fim de se evitar divergências de saldos entre esses sistemas, em observância ao princípio contábil da oportunidade (item 5.3.1.8).***

#### Secretaria do Patrimônio da União

Durante o exercício de 2013, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para que as divergências dos valores contábeis entre os sistemas Siafi e Sipiunet fossem identificadas e sanadas.

Para tanto, desde que foi tomada ciência do Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo da República - exercício 2012, em 29 de maio de 2013, estabeleceu-se uma agenda periódica junto à STN para conferência dos valores apresentados nos sistemas. Com esta ação foi possível identificar os imóveis objetos de divergência e traçar um plano de ação para a correção dos problemas encontrados.

Este trabalho já apresenta resultados positivos no exercício de 2013. Do universo dos 102 registros divergentes encontrados em dezembro de 2012, 84 já foram resolvidos, restando casos pontuais, que são objeto de análise por parte das Secretarias. O gráfico abaixo mostra a evolução deste trabalho:



Como evidenciado, as divergências encontradas entre os sistemas passaram do volume de R\$ 933.144.729,22, em dezembro de 2012, para R\$ 86.041.758,62 em agosto de 2013. Cabe destacar que, embora significativa, tais divergências representam atualmente 0,05% do quantitativo total de registros, ou 0,03% em valores financeiros.

Apesar de ser pequeno o universo ainda existente, ocasionado em sua maioria por falha de comunicação dos sistemas, reafirmamos que existem ações em curso para solucionar os casos identificados e mitigar a possibilidade de ocorrência de tais falhas futuramente. Espera-se que até o final do exercício de 2013 tais pendências sejam solucionadas, não gerando mais a divergência de saldo entre os sistemas.

#### **Secretaria do Tesouro Nacional**

Reuniões mensais da STN e SPU. Os valores entre os dois sistemas foram conciliados, tendo sido incluso quadro que demonstra os valores do SIAFI e SPIUNet na Nota 8 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado.

**XX. à Secretaria do Patrimônio da União que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, estude e implante mecanismos de controle dos lançamentos referentes aos imóveis de uso especial diretamente no SIAFI, a fim de se evitar a ocorrência de novas divergências entre o Spiunet e o SIAFI (item 5.3.1.8).**

#### **Secretaria do Patrimônio da União**

Inicialmente nos cumpre informar que o SPIUnet já possui uma rotina de sincronização de dados online com o SIAFI. Assim, qualquer evento de lançamento, cancelamento ou alteração de valores de um imóvel é automaticamente enviado ao SIAFI. Esta implementação elimina o risco de divergências entre os sistemas, salvo em casos de falha de comunicação.

Para tratar os casos de falha de comunicação, ainda no ano de 2010, foi disponibilizada a funcionalidade que permite

às Unidades Gestoras (UG) verificarem suas pendências contábeis e solicitar o reenvio da informação ao SIAFI, a fim de garantir a sincronia dos dados.

No entanto, apesar da existência de tais mecanismos, a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União evidenciou casos de divergência entre os dois sistemas e que, portanto, tais mecanismos de controle não seriam suficientes para garantir a correta contabilização entre o SPIUnet e o SIAFI.

Uma primeira causa de divergência identificada foi a possibilidade de lançamento de valores relativos à imóveis de uso especial diretamente pelos usuários das Unidades Gestoras no sistema SIAFI. Em tais casos as UG lançavam valores diretamente na conta 14.211.10.00 – Imóveis de Uso Especial sem que tais imóveis tivessem sido devidamente registrados no SPIUnet, ou ainda manipulavam os dados informados pelo SPIUnet fazendo transferências entre contas.

Para evitar que tais problemas ocorram novamente, a STN implantou um novo mecanismo de controle no SIAFI, que impossibilita a manipulação manual de valores na conta 14.211.10.00 – Imóveis de Uso Especial. Além disso, todas as UG estão sendo orientadas para que os valores de bens imóveis de uso especial sejam lançados exclusivamente pelo sistema SPIUnet.

Outra divergência encontrada foi devido a identificação de casos em que ocorreu falha de comunicação entre os sistemas, e as UG não acionaram no SPIUnet a funcionalidade de sincronização das pendências com o SIAFI.

A forma encontrada para evitar que tais casos voltem a ocorrer foi alterar as rotinas de sincronização do SPIUnet com o SIAFI para que, em caso de falha na comunicação por indisponibilidade dos sistemas, o SPIUnet automaticamente tente fazer a sincronização em momento posterior, sem a necessidade de intervenção do usuário.

Para tanto está em curso junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) uma solicitação de mudança no sistema SPIUnet para implantar tal mecanismo de controle. Com essa ação entendemos que, s.m.j., eliminaremos as possibilidades de falhas de integração.

Outra causa de divergência entre os sistemas refere-se a contabilização de moedas estrangeiras, que são tratadas de maneira diversa pelos sistemas. Enquanto o SPIUnet só aceita valores informados em moeda nacional (Real), o Siafi, ao recepcionar dados de imóveis de Unidades Gestoras que possuem sua conta em moeda estrangeira, automaticamente interpreta que o valor informado pelo SPIUnet é na moeda da conta da UG, e não em Real.

Foram identificados seis casos em que existe essa divergência, e enquanto o SPIUnet contabiliza o valor total de R\$ 33.993.964,24 para tais imóveis, o Siafi interpreta tal valor como dólar, contabilizando portanto U\$ 33.993.964,24, ou R\$ 80.650.680,16 na extração referente ao mês de agosto, quando foi adotado a taxa de conversão de R\$ 2,3725 para cada U\$ 1,00.

Para solucionar tal problema as Secretarias estão estudando a possibilidade de intervenção nos sistemas, a fim de garantir que ambos possuam a mesma forma de contabilização do valor dos imóveis em casos de Unidades Gestoras que possuem sua conta em moedas diferente do Real.

Por fim, ao longo do exercício de 2013, a SPU desenvolveu uma aplicação que faz a comparação entre os valores existentes nos dois sistemas, a partir da extração de dados do SPIUnet e do Siafi, e emite relatórios de divergência.

Esta aplicação encontra-se em fase de homologação, e espera-se que ainda em 2013 seja disciplinada a troca constante das bases de dados e o compartilhamento dos relatórios emitidos por tal ferramenta, de forma que, em caso de divergência, os atores envolvidos saibam da ocorrência de forma tempestiva e possam tomar ações para sua correção.

Para tratar disciplinar tais mecanismos de controle a Secretaria do Patrimônio da União, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, está propondo a formação de um Grupo de Trabalho, com previsão de término até fevereiro de 2014, que terá como um dos produtos a elaboração de "portaria conjunta estabelecendo os mecanismos de controle dos lançamentos referentes aos bens imóveis de uso especial diretamente no Siafi"

#### Secretaria do Tesouro Nacional

Foi criado Grupo de Trabalho STN/SPU que está estudando o assunto.

**XXI. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, inclua em notas explicativas do BGU os critérios de mensuração das rodovias reconhecidas como ativos de infraestrutura da União (item 5.3.1.11).**

#### Secretaria do Tesouro Nacional

A STN informou que o Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) apresentou as informações sobre os critérios de mensuração das rodovias reconhecidas como ativos de infraestrutura da União, os quais constam da Parte V da PCPR 2013, Nota 8 do Balanço Patrimonial, denominada Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado.

#### Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit)

Em relação ao item "XXI", a Coordenação de Contabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio de mensagem eletrônica, nota explicativa acerca dos critérios de mensuração das rodovias registradas sob a conta contábil nº 14211.23.01 – Rodovias, contendo considerações sobre alguns aspectos qualitativos do registro efetuado.

Em síntese, para a definição dos valores patrimoniais a serem contabilizados, o Dnit adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando as condições em que determinados trechos rodoviários se encontram, os quais necessitam de outros gastos com intuito de colocá-los em condições ideais de uso. No caso de vias não pavimentadas o critério utilizado foi os gastos necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplenagem, dentre outros.

**XXII. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria-Geral do Banco Central e a Controladoria-Geral da União, que faça constar anualmente em nota explicativa do Balanço-Geral da União a conciliação entre os valores de estoque da dívida ativa extraídos dos sistemas gerenciais dos órgãos e entidades gestoras e os saldos contábeis de créditos inscritos em dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais (item 5.3.1.3).**

#### Secretaria do Tesouro Nacional

A STN informou que, através de documentos enviados à PGF/AGU, PGFN e BCB solicitou informações às providências adotadas em relação à recomendação do TCU.

A AGU encaminhou o MODELO III – Estoque da Dívida Ativa – Registros em Sistemas Próprios, bem como justificativas para as divergências constatadas entre os dados extraídos dos sistemas interno e o Siafi. Segundo a Procuradoria-Geral Federal (PGF), as divergências entre os dados informados nos sistemas próprios dos órgãos e o Siafi serão sanadas quando da implantação do Sistema de Dívida Ativa (Sisdat). Sem o referido sistema, todo o acompanhamento do crédito ocorre de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades, ou ainda de forma manual por meio do contato direto com as Autarquias e Fundações Públicas Federais. Com o Sisdat, todos os créditos serão inscritos e acompanhados por um só sistema de Dívida Ativa, o qual será integrado com os Sistemas Integrados de Cobrança (SIC)

da RFB e da PGFN, que possibilitará a centralização numa só base de dados de todos os créditos da Administração Federal Direta e Indireta inscritos em Dívida Ativa. Algumas das possíveis divergências foram evidenciadas na nota explicativa nº 4 do Balanço Patrimonial – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

#### Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Atinente à conciliação dos valores referentes ao estoque, conforme consta do Memorando 2257/2013/PGFN/DGC/CGA, de 21 de junho de 2013, endereçado ao Coordenador-Geral de Contabilidade da STN, restou consignado em reunião realizada em 22/05/2013, que parte da divergência verificada pelo TCU reside na criação da conta do Siafi nº 122110201 “Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária”. Na oportunidade, asseverou-se que há fundadas dúvidas quanto à origem desta conta, entendendo-se, numa análise superficial, que a mesma não diz respeito a créditos inscritos da PGFN, mas sim de outros órgãos. Desta forma, foram solicitados fundamentos esclarecimentos quanto ao objeto, especificações, natureza e origem da mencionada conta, a fim de identificar se há correlação com débitos da PGFN, o que possibilitará dar continuidade ao trabalho de conciliação do estoque da dívida ativa, em cumprimento à recomendação do TCU.

Segundo informações obtidas por relatório do Siafi, a conta 122110201, que deveria se referir aos créditos inscritos em dívida ativa não tributária, foi criada em Janeiro de 2011, sem estoque, razão pela qual os valores não correspondem aos apurados atualmente. Já a conta de nº 122110301, que faz referência à “dívida ativa tributária (não previdenciária)” continuou com o estoque da dívida ativa não tributária, não obstante a criação da conta nº 122110201. Assim, há suspeitas de que a conta 122110201 não seja de titularidade da PGFN, razão pela qual foi efetuada consulta à STN para informações mais detalhadas acerca de sua criação.

#### Procuradoria-Geral do Banco Central

Ressalta-se alguns pontos sobre os procedimentos envolvidos nas recomendações, quais sejam: i) a Procuradoria-Geral registra em sistema próprio (BCJUR) e no sistema de contabilidade do Banco Central (CBC) os recebimentos de créditos, na forma definida pelo Manual de Serviços Financeiro (itens MSF 16-05 a 10), bem como tem controle gerencial de todo o estoque de créditos inscritos em dívida ativa; ii) no entanto, quem detém a competência para integrar informações da contabilidade do Banco Central do Brasil com o Siafi é o Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi); iii) assim, cabe à PGBC disponibilizar as informações gerenciais sobre arrecadação e estoque de dívida ativa e ao Deafi evidenciar os reflexos destas informações no Siafi.

A propósito, em reunião conduzida pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União (CCONT), realizada em 4 de setembro de 2013, ficou estabelecido um fluxo de informações entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria

do Tesouro Nacional que visa atender as recomendações do TCU para os próximos exercícios.

Definiu-se, portanto, que a Ccont enviará ofício ao Deafi, especificando todas as informações necessárias à elaboração das notas explicativas do Balanço Geral da União de 2013, incluindo-se aquelas relativas às recomendações envolvendo registros de dívida ativa, de responsabilidade da Procuradoria-Geral. Impulsionada por tal solicitação, a PGBC prestará as informações gerenciais necessárias para que o Deafi evidencie os seus reflexos no Siafi, o que será suficiente para o atendimento das recomendações oriundas do TCU.

Posicionamento do Deafi em relação à solicitação da prestação das informações abaixo discriminadas, relativas ao exercício de 2013, até o dia 20 de janeiro de 2014: i) conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa extraídos de sistema gerencial e os saldos contábeis de arrecadação líquida da receita da dívida ativa registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais; e ii) conciliação entre os valores de estoque da dívida ativa extraídos de sistema gerencial e os saldos contábeis de créditos inscritos da dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais.

Com relação ao item “a”, informamos que este Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi) encaminhará no prazo solicitado a conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa registrados no sistema gerencial sob sua gestão (sistema contábil) e no Siafi, com as devidas justificativas em caso de divergências.

No que se refere ao item “b”, informamos que o Deafi não dispõe das informações referentes ao estoque da dívida ativa, cabendo à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC) a prestação das informações referentes aos valores registrados no sistema gerencial sob sua gestão (sistema BCJUR).

Esclarecemos ainda que, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) pelo Banco Central do Brasil (BCB), os créditos com baixa expectativa de realização não são registrados como ativo na contabilidade.

**XXIII. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União, inclua a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal, contemplando a depreciação dos bens de infraestrutura (item 5.3.1.13).**

#### Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2013 foram realizadas reuniões entre a STN e a SPU com o objetivo de propor adequações nas funcionalidades do SPIUNet, visando o reconhecimento, mensuração, depreciação e baixa do valor contábil dos bens imóveis da União, registrados no SPIUNet, com foco nas rotinas específicas da depreciação a ser efetuada diretamente nos sistemas de controle patrimonial dos bens imóveis da SPU.

Para viabilizar as ações necessárias à implantação de novas funcionalidades no SPIUNet, foi publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, em 23 de janeiro de 2014, a Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, que designou servidores das duas Secretarias para comporem Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação da SPU, com o objetivo de desenvolver estudos e apresentar soluções visando ao atendimento das recomendações exaradas no Acórdão TCU nº 1.274/2013.

#### Secretaria do Patrimônio da União

Para tratar de tal tema a Secretaria do Patrimônio da União, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, propôs a formação de um Grupo de Trabalho, com previsão de término até fevereiro de 2014, que terá como um dos produtos a elaboração de “proposta de norma contemplando critérios, procedimentos e soluções técnicas para depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, fundações públicas e estatais federais dependentes”.

**XXIV. que, enquanto não haja o registro contábil da depreciação dos bens imóveis e de infraestrutura da União, seja preparada uma estimativa de depreciação para bens imóveis de uso especial, pela Secretaria do Patrimônio da União, e das rodovias, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União em decorrência da falta do registro da depreciação dos bens imóveis e de infraestrutura (item 5.3.1.13).**

#### Secretaria do Patrimônio da União

Para tratar de tal tema a Secretaria do Patrimônio da União, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, propôs a formação de um Grupo de Trabalho, com previsão de término até fevereiro de 2014, que terá como um dos produtos a elaboração de relatório contendo a “estimativa de depreciação para bens de uso especial para avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União em decorrência da falta do registro da depreciação dos bens imóveis e de infraestrutura”.

#### Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit)

Quanto ao item “XXIV”, o Dnit esclareceu que os valores registrados foram gerados a partir de fatores que levaram em conta o grau de conservação das vias, resultando em um valor contábil descontado dos efeitos de seu uso, ação da natureza e obsolescência. O Departamento informou ao TCU que foi realizada reunião com a Coordenação Geral de Contabilidade e Custo da União, no dia 26 de setembro de 2013, com o objetivo de analisar a viabilidade de incluir a depreciação nos bens de infraestrutura, com alteração dos Manuais Contábeis. Verificou-se, então, a necessidade da realização de estudos pela área de engenharia do Dnit, visando diagnosticar o tempo de vida útil das rodovias, e assim, calcular a cota de depreciação anual e o valor residual, bem como o ganho econômico gerado pelas rodovias.

**XXV. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria de Política Econômica e setoriais contábeis que julgar pertinentes, elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação com as medidas necessárias ao registro contábil das renúncias de receita sob responsabilidade dos órgãos gestores da administração pública federal, visando ao efetivo cumprimento do disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009 (item 5.3.2.4).**

#### Secretaria do Tesouro Nacional

Foram realizadas inúmeras reuniões em 2013, com vistas ao estabelecimento de procedimentos para evidenciação contábil das renúncias de receitas, dos órgãos e entidades federais, e, em cumprimento ao disposto no item XXV do Acórdão nº 1.274/2013-TCU Plenário.

No exercício em curso, foi expedida a Nota Técnica nº 4/2013/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, de 24 de setembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para evidenciação contábil. O documento, concluído após várias reuniões realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria de Política Econômica, representa a consolidação dos textos propostos e enfatiza o aspecto contábil e a abordagem operacional da renúncia de receita.

#### Secretaria da Receita Federal do Brasil

Essa recomendação foi tratada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em conjunto com a RFB e a Secretaria de Política Econômica (SPE). Foram realizadas diversas reuniões entre os representantes de cada Secretaria envolvida.

A RFB produziu a Nota Coget nº 108/2012 para subsidiar as discussões. Nessas reuniões, o tema foi debatido e foi gerada uma minuta de documento para atender a essa recomendação.

Tal documento contém: (i) exposição dos procedimentos de contabilização de renúncias constantes do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; (ii) explicação do processo de mensuração das renúncias tributárias, bem como da sua natureza; (iii) mensuração dos benefícios creditícios e financeiros; e (iv) conclusão.

Esse documento foi transformado em minuta de Nota Técnica Conjunta STN/RFB/SPE, porém ainda não foi aprovado por todas as Secretarias.

## **ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI**



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013**

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação (%) (e/a)	REALIZADA (f)	% (f/e)
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)				
05 Defesa Nacional	7.620.000	5.000.000	2.018.776	0	14.638.776	92,1	14.634.994	100,0
09 Previdência Social	230.000.000	0	0	3.500.000	233.500.000	1,5	228.579.590	97,9
10 Saúde	301.343.052	0	0	0	301.343.052	0,0	183.738.769	61,0
20 Agricultura	29.806.251	-3.037.249	0	40.979	26.809.981	-10,0	16.080.128	60,0
22 Indústria	2.575.078.000	-1.012.311.510	0	0	1.562.766.490	-39,3	1.206.037.003	77,2
23 Comércio e Serviços	5.983.291.620	-87.843.762	3.283.256	0	5.898.731.114	-1,4	3.586.506.581	60,8
24 Comunicações	1.371.190.185	-66.620.717	0	0	1.304.569.468	-4,9	859.371.876	65,9
25 Energia	96.717.301.649	11.649.541.061	1.684.240.999	116.007.838	110.167.091.547	13,9	105.324.377.901	95,6
26 Transporte	3.390.105.106	204.719.743	22.199.043	103.291.512	3.720.315.404	9,7	2.121.246.609	57,0
<b>TOTAIS</b>	<b>110.605.735.863</b>	<b>10.689.447.566</b>	<b>1.711.742.074</b>	<b>222.840.329</b>	<b>123.229.765.832</b>	<b>11,4</b>	<b>113.540.573.451</b>	<b>92,1</b>



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação(%) (e/e)	Valores em R\$ 1,00	
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)			REALIZADA (f)	% (f/e)
122 Administração Geral	2.047.977.791	130.997.666	2.625.776	53.013.640	2.234.614.873	9,1	1.710.372.460	76,5
126 Tecnologia da Informação	3.250.182.597	172.452	52.010.000	11.838.762	3.314.203.811	2,0	2.488.866.725	75,1
303 Suporte Profilático e Terapêutico	299.463.289	0	0	0	299.463.289	0,0	182.122.688	60,8
662 Produção Industrial	3.285.397.000	-1.118.729.953	0	0	2.166.667.047	-34,0	1.568.710.966	73,3
692 Comercialização	856.531.000	-130.713.500	0	0	725.817.500	-15,3	722.386.171	99,5
694 Serviços Financeiros	3.432.366.796	-166.016.001	1.283.256	0	3.267.634.051	-4,8	1.803.902.040	55,2
721 Comunicações Postais	426.973.463	-104.477.134	0	0	322.496.329	-24,5	132.426.089	41,1
722 Telecomunicações	525.157.191	-70.558.136	0	0	454.599.055	-13,4	275.069.867	60,5
751 Conservação de Energia	96.839.000	-43.522.000	0	0	53.317.000	-44,9	47.235.783	88,6
752 Energia Elétrica	10.641.368.657	-2.444.418.427	1.009.784.999	107.672.962	9.314.408.191	-12,5	7.959.690.515	85,5
753 Combustíveis Minerais	76.964.791.000	15.137.973.000	105.397.000	0	92.208.161.000	19,8	90.246.488.672	97,9
754 Biocombustíveis	190.200.000	-163.628.000	4.000.000	0	30.572.000	-83,9	26.141.454	85,5
781 Transporte Aéreo	1.450.992.377	443.273.437	0	10.910.270	1.905.176.084	31,3	1.543.040.019	81,0
784 Transporte Hidroviário	2.507.339.702	104.521.162	22.199.043	39.404.695	2.673.464.602	6,6	1.494.398.917	55,9
785 Transportes Especiais	4.630.151.000	-885.427.000	514.442.000	0	4.259.166.000	-8,0	3.319.721.085	77,9
TOTAIS	110.605.735.663	10.689.447.566	1.711.742.074	222.840.329	123.229.765.832	11,4	113.540.573.451	92,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação (%) (e/a)	REALIZADA (f)	% (f/e)
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)				
05 Defesa Nacional	7.620.000	5.000.000	2.018.776	0	14.638.776	92,1	14.634.994	100,0
122 Administração Geral	7.620.000	5.000.000	2.018.776	0	14.638.776	92,1	14.634.994	100,0
09 Previdência Social	230.000.000	0	0	3.500.000	233.500.000	1,5	228.579.590	97,9
122 Administração Geral	160.000.000	-35.000.000	0	0	125.000.000	-21,9	121.168.115	96,9
126 Tecnologia da Informação	70.000.000	35.000.000	0	3.500.000	108.500.000	55,0	107.411.475	99,0
10 Saúde	301.343.052	0	0	0	301.343.052	0,0	183.738.769	61,0
122 Administração Geral	279.263	0	0	0	279.263	0,0	68.240	24,4
126 Tecnologia da Informação	1.595.500	0	0	0	1.595.500	0,0	1.547.841	97,0
303 Suporte Profilático e Terapêutico	299.468.289	0	0	0	299.468.289	0,0	182.122.688	60,8
20 Agricultura	29.806.251	-3.037.249	0	40.979	26.809.981	-10,0	16.080.128	60,0
122 Administração Geral	28.019.321	-2.796.733	0	37.093	25.259.681	-9,8	15.594.697	61,7
126 Tecnologia da Informação	1.786.930	-240.516	0	3.886	1.550.300	-13,2	485.431	31,3
22 Indústria	2.575.078.000	-1.012.311.510	0	0	1.562.766.490	-39,3	1.206.037.003	77,2
122 Administração Geral	60.000.000	597.153	0	0	60.597.153	1,0	27.959.815	46,1
126 Tecnologia da Informação	30.000.000	-21.500.710	0	0	8.499.290	-71,7	2.709.682	31,9
662 Produção Industrial	2.485.078.000	-991.407.953	0	0	1.493.670.047	-39,9	1.175.367.506	78,7
23 Comércio e Serviços	5.983.291.620	-87.843.762	3.283.256	0	5.898.731.114	-1,4	3.586.506.581	60,8
122 Administração Geral	708.335.398	-317.663	500.000	0	708.517.735	0,0	447.653.627	63,2
126 Tecnologia da Informação	1.642.589.426	78.489.902	1.500.000	0	1.922.579.328	4,3	1.334.950.914	69,4
694 Serviços Financeiros	3.432.366.796	-166.016.001	1.283.256	0	3.267.634.051	-4,8	1.803.902.040	55,2
24 Comunicações	1.371.190.185	-66.620.717	0	0	1.304.569.468	-4,9	859.371.876	65,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			Valores em R\$ 1,00			
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)	APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação (%) (e/a)	REALIZADA (f)	% (f/e)
122 Administração Geral	310.276.415	76.349.100	0	0	386.625.515	24,6	325.042.505	84,1
126 Tecnologia da Informação	108.783.116	32.065.453	0	0	140.848.569	29,5	126.833.415	90,0
721 Comunicações Postais	426.973.463	-104.477.134	0	0	322.496.329	-24,5	132.426.089	41,1
722 Telecomunicações	525.157.191	-70.558.136	0	0	454.599.055	-13,4	275.069.867	60,5
25 Energia	96.717.301.649	11.649.541.061	1.684.240.999	116.007.838	110.167.091.547	13,9	105.324.377.901	95,6
122 Administração Geral	690.924.976	130.314.726	107.000	0	821.346.702	18,9	711.456.543	86,6
126 Tecnologia da Informação	1.155.097.016	-185.455.738	50.510.000	8.334.876	1.028.486.154	-11,0	852.395.054	82,9
662 Produção Industrial	800.319.000	-127.322.000	0	0	672.997.000	-15,9	413.343.460	61,4
692 Comercialização	856.531.000	-130.713.500	0	0	725.817.500	-15,3	722.386.171	99,5
751 Conservação de Energia	96.839.000	-43.522.000	0	0	53.317.000	-44,9	47.235.783	88,6
752 Energia Elétrica	10.641.368.657	-2.444.418.427	1.009.784.999	107.672.962	9.314.408.191	-12,5	7.959.690.515	85,5
753 Combustíveis Minerais	76.964.791.000	15.137.973.000	105.397.000	0	92.208.161.000	19,8	90.246.488.672	97,9
754 Bicomcombustíveis	190.200.000	-163.628.000	4.000.000	0	30.572.000	-83,9	26.141.454	85,5
784 Transporte Hidroviário	1.126.690.000	-56.426.000	0	0	1.070.264.000	-5,0	1.033.627.856	96,6
785 Transportes Especiais	4.194.541.000	-467.261.000	514.442.000	0	4.241.722.000	1,1	3.311.612.393	78,1
26 Transporte	3.390.105.106	204.719.743	22.199.043	103.291.512	3.720.315.404	9,7	2.121.246.609	57,0
122 Administração Geral	82.522.418	-43.148.917	0	52.976.547	92.350.048	11,9	46.793.924	50,7
126 Tecnologia da Informação	40.330.609	61.814.061	0	0	102.144.670	153,3	62.532.913	61,2
781 Transporte Aéreo	1.450.992.377	443.273.437	0	10.910.270	1.905.176.084	31,3	1.543.040.019	81,0
784 Transporte Hidroviário	1.380.649.702	160.947.162	22.199.043	38.404.695	1.603.200.602	16,1	460.771.061	28,7
785 Transportes Especiais	435.610.000	-418.166.000	0	0	17.444.000	-96,0	8.108.692	46,5
TOTAIS	110.605.735.863	10.689.447.566	1.711.742.074	222.840.329	123.229.765.832	11,4	113.540.573.451	92,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

Posição em  
31/12/2013

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação(%) (e/a)	REALIZADA (f)	% (f/e)
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)				
0781 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais	3.432.366.796	-166.016.001	1.283.256	0	3.267.634.051	-4,8	1.803.902.040	55,2
0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	5.993.915.050	-100.994.967	54.635.776	64.852.402	6.012.418.361	0,3	4.449.100.454	74,0
2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	6.785.837	0	0	0	6.785.837	0,0	2.292.637	33,8
2017 Aviação Civil	1.414.089.812	402.572.153	0	10.910.270	1.827.572.235	29,2	1.508.997.804	82,6
2022 Combustíveis	29.688.609.000	1.439.493.500	82.356.000	0	31.210.458.500	5,1	29.963.542.163	96,0
2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	607.604.818	-70.558.136	0	0	537.046.682	-11,6	280.531.792	52,2
2033 Energia Elétrica	10.520.173.171	-2.437.303.026	1.007.598.999	106.975.131	9.197.444.275	-12,6	7.872.688.920	85,6
2053 Petróleo e Gás	50.746.534.000	13.383.041.000	480.154.000	0	64.619.729.000	27,3	63.253.896.169	97,9
2055 Desenvolvimento Produtivo	6.721.299.452	-1.981.475.000	63.515.000	0	4.823.339.452	-28,2	3.876.950.613	80,4
2058 Política Nacional de Defesa	36.902.565	40.701.284	0	0	77.603.849	110,3	34.042.215	43,9
2074 Transporte Marítimo	1.380.649.702	160.947.162	22.199.043	39.404.695	1.603.200.602	16,1	460.771.061	28,7
2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	56.805.660	-10.970.503	0	697.831	46.532.988	-18,1	33.857.553	72,8
TOTAIS	110.605.735.663	10.889.447.566	1.711.742.074	222.840.329	123.229.765.832	11,4	113.540.573.451	92,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL (a)	CRÉDITO			APROVADA FINAL (e=a+b+c+d)	Variação(%) (e/a)	REALIZADA (f)	% (f/e)
		Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)				
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	29.806.251	-3.037.249	0	40.979	26.809.981	-10,0	16.080.128	60,0
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	28.577.500	0	0	0	28.577.500	0,0	544.199	1,9
25000 Ministério da Fazenda	6.138.168.217	-135.560.057	3.283.256	0	6.005.891.416	-2,2	3.623.951.239	60,3
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	96.545.903	-61.198.215	0	0	35.347.688	-63,4	16.590.210	46,9
32000 Ministério de Minas e Energia	89.427.989.649	10.327.978.061	1.684.240.999	116.007.838	111.556.216.547	12,2	106.483.944.529	95,4
33000 Ministério da Previdência Social	230.000.000	0	0	3.500.000	233.500.000	1,5	228.579.590	97,9
36000 Ministério da Saúde	301.343.052	0	0	0	301.343.052	0,0	183.738.769	61,0
39000 Ministério dos Transportes	40.000	0	0	0	40.000	0,0	0	0,0
41000 Ministério das Comunicações	1.391.849.185	-65.339.882	0	7.976.547	1.334.485.850	-4,1	861.068.288	64,5
52000 Ministério de Defesa	8.335.154	5.000.000	2.018.776	0	15.353.930	84,2	15.168.919	98,8
62000 Secretaria de Aviação Civil	1.508.300.000	465.457.746	0	55.910.270	2.029.668.016	34,6	1.640.115.654	80,8
68000 Secretaria de Portos	1.444.780.952	156.147.162	22.199.043	39.404.695	1.662.531.852	15,1	470.791.926	28,3
TOTAIS	110.605.735.863	10.689.447.566	1.711.742.074	222.840.329	123.229.765.832	11,4	113.540.573.461	92,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria Executiva - SE  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em  
31/12/2013

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2013

Título : Subtítulo : Gestão :	ESTIMATIVA E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS											Valores em R\$ 1,00	
	DISCRIMINAÇÃO	ESTIMADA INICIAL (a)	CRÉDITO			ESTIMADA FINAL (e=a+b+c+d)	Verificação (%) (e/a)	REALIZADA (f)	%	(f/e)			
			Suplementar (b)	Especial (c)	Extraordinário (d)								
6.1.0.0.0.0.0	Recursos Próprios	77.408.505.339	21.438.164.045	721.512.032	75.474.045	99.643.655.461	28,7	96.823.292.365	97,2				
6.1.1.0.0.0.0	Geração Própria	77.408.505.339	21.438.164.045	721.512.032	75.474.045	99.643.655.461	28,7	96.823.292.365	97,2				
6.2.0.0.0.0.0	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	16.002.850.949	-1.305.809.348	433.518.432	110.910.270	15.241.470.303	-4,8	13.240.127.974	86,9				
6.2.1.0.0.0.0	Tesouro	3.490.905.124	145.049.310	12.199.043	78.910.270	3.727.063.747	6,8	2.188.343.487	58,7				
6.2.1.1.0.0.0	Direto	2.382.982.340	-29.017.374	5.940.000	78.910.270	2.438.815.236	2,3	1.540.090.971	63,2				
6.2.1.3.0.0.0	Saldos de Exercícios Anteriores	1.107.922.764	174.066.684	6.259.043	0	1.288.248.511	16,3	648.252.516	50,3				
6.2.2.0.0.0.0	Controladora	12.511.945.825	-1.450.858.658	277.535.511	32.000.000	11.370.622.678	-9,1	10.909.696.446	96,0				
6.2.3.0.0.0.0	Outras Estatais	0	0	143.783.878	0	143.783.878	0,0	142.088.041	98,8				
6.3.0.0.0.0.0	Operações de Crédito de Longo Prazo	8.961.334.654	-1.864.992.891	556.711.610	36.456.014	7.689.509.387	-14,2	3.018.663.277	39,3				
6.3.1.0.0.0.0	Internas	3.020.189.629	-597.443.645	556.711.610	36.456.014	3.015.913.608	-0,1	2.457.750.692	81,5				
6.3.2.0.0.0.0	Externas	5.941.145.025	-1.267.549.246	0	0	4.673.595.779	-21,3	560.912.585	12,0				
6.9.0.0.0.0.0	Outros Recursos de Longo Prazo	8.233.044.921	-7.577.914.240	0	0	655.130.681	-92,0	458.489.935	70,0				
6.9.2.0.0.0.0	Controladora	1.213.658.921	-558.528.240	0	0	655.130.681	-46,0	458.489.935	70,0				
6.9.3.0.0.0.0	Outras Estatais	7.019.386.000	-7.019.386.000	0	0	0	-100,0	0	0,0				
TOTAIS		110.605.735.863	10.689.447.566	1.711.742.074	222.840.329	123.229.765.832	11,4	113.540.573.451	92,1				

## **Anexos - Demonstrativos Contábeis - OFSS**


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		2012	2013	2014	EXERCÍCIO 2013	MES DEZEMBRO		
	UNIAO - ADM. DIRETA							EMISSAO	PAGINA
	ORGÃO SUPERIOR								
<b>PASSIVO</b>									
<b>ATIVO</b>									
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>									
DISPONIVEL	939.211.996.078,78	1.159.149.890.392,48	566.347.950.107,69	579.765.887.775,36	585.370.249.602,05	768.309.889.930,65			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	566.235.218.097,73	547.842.952.745,64	18.504.997.362,05	13.510.669.677,63	190.494.069,37	7.595.626.754,19			
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	13.510.669.677,63	380.846.971.036,58	9.535.453.814,20	298.674.429.259,31	25.177.170,98	17.370.956,87			
CREDITOS EM CIRCULACAO	11.001.691.274,92	17.749.679.000,62	344.596.259.697,97	265.331.916.719,08	9.378.600.812,66	44.148.978,78			
CREDITOS A RECEBER	16.405.750.869,03	3.070.727.575,79	80.981.283,28	151.459.288,01	1.512.017.054,81	91.473.684,45			
LIMITE DE SAQUE C/VINCD. DE PAGAMENTO	265.331.916.719,08	0,00	4.488.749.473,24	86.519.790,76	28.361.615,00	28.516.158,67			
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.502.068.239,82	0,00	104.675.720,59	1.046.603.480,58	527.188.155.243,31	561.291.996.063,73			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	151.459.288,01	80.981.283,28	1.220.538.653,03	60.771.679.044,11	6.066.811.507,64	3.267.068.710,26			
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24	211.954.969.248,21	60.771.679.044,11	1.157.828.332,08	602.022.674,24			
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	86.519.790,76	104.675.720,59	2.292.877.652.885,16	-26.304.387.454,27	1.157.828.332,08	3.267.068.710,26			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.046.603.480,58	1.220.538.653,03	-182.409.872.546,46	-39.402.203.664,88	1.512.017.054,81	631.060.885,44			
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	60.771.679.044,11	211.954.969.248,21	344.665,01	748.288,57	83.825.232,64	47.575.363,96			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	60.771.679.044,11	211.954.969.248,21	344.665,01	748.288,57	83.825.232,64	47.575.363,96			
VALORES DIFERIDOS	2.838.297.040.717,10	2.292.877.652.885,16	-344.596.259.697,84	-26.304.387.454,27	122.893.558,40	33.069,85			
ATIVO NAO FINANCEIRO	-26.304.387.454,27	-182.409.872.546,46	-3.070.727.575,79	-39.402.203.664,88	4.459,14	3.889,80			
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-39.402.203.664,88	-182.409.872.546,46	-3.070.727.575,79	-39.402.203.664,88	830,85	5.262,66			
CREDITOS EM CIRCULACAO	748.288,57	344.665,01	6.988.902.964,73	7.004.699,87	225,00	0,00			
FORNECIMENTOS A RECEBER	-265.331.916.719,07	-344.596.259.697,84	-3.070.727.575,79	-3.070.727.575,79	650.477.728,55	47.930.881,55			
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.070.727.575,79	-3.070.727.575,79	4.362.705,48	7.004.699,87	152.427,37	152.427,37			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	7.004.699,87	4.362.705,48	6.988.902.964,73	7.004.699,87	236.094.103,51	89.006.113,56			
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	7.195.354.449,77	63.224.841.876,20	15.931.252.062,42	9.135.380,13	738.725.212,01	581.809.313,08			
DIVERSOS RESPONSAVEIS	90.874.764.259,46	15.931.252.062,42	108.452.010.324,44	105.673.528.062,27	855.712.271,45	430.401.643,09			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.597.261.747,08	15.931.252.062,42	50.236.448.886,44	13.589.615.708,80	663.322,19	1.075.822,19			
ADJUNTAMENTOS CONCEDIDOS	9.135.380,13	5.213.862,79	12.172.450.768,17	3.727.151.432,54	47.430,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS	105.673.528.062,27	108.452.010.324,44	-50.236.448.886,44	-13.589.615.708,80	116.538.106.631,42	93.331.783.325,65			
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	-13.589.615.708,80	-50.236.448.886,44	12.172.450.768,17	-13.589.615.708,80	113.486.432.178,46	90.327.903.599,72			
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	15.918.930.577,15	12.172.450.768,17	1.767.889.994,37	3.727.151.432,54	3.051.674.452,96	3.003.879.725,93			
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	3.727.151.432,54	1.767.889.994,37	6.005.802.107,02	4.982.481.893,43	1.665.511.789,68	1.142.611.470,85			
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	-4.982.481.893,43	-6.005.802.107,02	12.949.618.812,00	13.094.487.905,53	2.628.118,50	2.252.486,27			
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	13.094.487.905,53	12.949.618.812,00	12.949.618.812,00	13.094.487.905,53	11.959.432.036,17	8.495.529.596,40			
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	12.818.673.120,12	12.726.619.932,01	74.029,57	191.759,07	53.720.509.610,39	58.375.159.019,73			
ESTOQUES	191.759,07	74.029,57	222.924.850,42	275.623.026,34	335.463.828.541,24	390.875.493.791,92			
TITULOS E VALORES	275.623.026,34	222.924.850,42	2.476.685,02	3.328.305,08	0,00	5.817,86			
MATERIAIS EM TRANSITO	3.328.305,08	2.476.685,02	1.942.431.070.352,81	3.328.305,08	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.328.305,08	2.476.685,02	1.942.431.070.352,81	3.328.305,08	523.889.252,29	781.606.654,54			
DESPESAS ANTECIPADAS	3.328.305,08	2.476.685,02	1.942.431.070.352,81	3.328.305,08	99.018.159,47	531.735.717,01			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	10.194.497,17	10.195.378,94	10.195.378,94	10.194.497,17	48.453.068.081,54	199.407.440.694,69			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	10.194.497,17	10.195.378,94	10.195.378,94	10.194.497,17	1.302.967.613,18	783.891.843,65			
RECURSOS VINCULADOS	2.273.979.742.192,90	1.942.420.874.973,87	1.942.420.874.973,87	2.273.979.742.192,90	47.150.100.468,36	198.613.548.851,04			
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.273.979.742.192,90	1.942.420.874.973,87	1.942.420.874.973,87	2.273.979.742.192,90					


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	UNIÃO - ADM. DIRETA		2013	2012	2013	2012
SUBTÍTULO					EMISSÃO 31/01/2014	
ORGÃO SUPERIOR					PÁGINA 2	
<b>PASSIVO</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
CREDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	35.608.060.971,25	28.902.151.141,23			14.895.995,37	14.826.418,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	102.143.178,68	227.131.741,83			14.895.995,37	14.826.418,04
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.043.385.403.704,67	984.115.800.029,63			2.727.728.862,686,89	2.525.814.486,699,72
CREDITOS A RECEBER	729.946.484,97	845.017.718,95			309.829.415,972,53	118.222.031.282,10
PROVISÃO PARA PERDAS PROVAVEIS	-7.333.727.342,61	-6.032.563.597,33			164.563,974,73	156.018.699,68
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUIDOSOS - LP	-70.459.846.439,96	-74.408.155.442,93			130.005.143,97	162.482.572,99
DÍVIDA ATIVA (LP)	1.389.559.048.630,24	1.282.052.299.641,92			2.013.158.899,60	2.052.979.416,28
PROVISÃO PARA DÍVIDA ATIVA (LP)	-1.020.751.997.477,79	-963.075.931.533,05			3.939.157.224,71	973.372.938,31
CREDITO TRIBUTÁRIO A RECEBER (LP)	1.036.424.960.393,02	825.867.688.696,42			-335.463.828.539,56	-390.875.493.791,74
PROVISÃO PARA CREDITO TRIB. A RECEBER (L)	-133.284.249.906,57	-136.072.563.422,80			-335.463.828.539,56	-390.875.493.791,74
PERMANENTE	590.611.491.481,30	532.856.456.078,81			729.074.498,944,44	573.329.746.375,78
INVESTIMENTOS	287.602.171.272,87	280.766.908.249,80			722.309.000,185,67	566.041.473.140,61
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	287.601.970.566,22	280.766.705.309,15			6.765.498.758,77	7.288.273.235,17
OUTROS INVESTIMENTOS	200.706,65	202.940,65			2.032.223.360,29	6.219.887.081,10
IMOBILIZADO	301.903.234.418,39	251.441.741.973,20			2.032.223.360,29	135.593.191,13
BENS MOVEIS E IMOVEIS	305.657.381.347,04	253.769.045.681,93			22.542,34	210.910,91
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.754.146.928,65	-2.327.303.708,73			147.758.899,34	630.885.495,05
INTANGIVEL	1.106.085.790,04	647.805.855,81			7.864.147.248,55	5.863.657.424,07
ATIVO REAL	3.777.509.036.795,88	3.452.027.544.277,64			-113.486.432.178,46	-90.327.903.599,72
<b>PASSIVO</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO					14.895.995,37	14.826.418,04
DEPOSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO					2.727.728.862,686,89	2.525.814.486,699,72
PASSIVO NÃO FINANCEIRO					309.829.415,972,53	118.222.031.282,10
OBRIGACOES EM CIRCULACAO					164.563,974,73	156.018.699,68
FORNECEDORES A PAGAR					130.005.143,97	162.482.572,99
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER					2.013.158.899,60	2.052.979.416,28
PESSOAL A PAGAR					3.939.157.224,71	973.372.938,31
PROVISOES					-335.463.828.539,56	-390.875.493.791,74
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR					-335.463.828.539,56	-390.875.493.791,74
RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETTIFIC					729.074.498,944,44	573.329.746.375,78
OPERACOES DE CREDITO					6.765.498.758,77	7.288.273.235,17
INTERNAS					2.032.223.360,29	6.219.887.081,10
EXTERNAS					2.032.223.360,29	135.593.191,13
OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES					2.032.223.360,29	135.593.191,13
OUTROS DEBITOS A PAGAR					22.542,34	210.910,91
OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR					147.758.899,34	630.885.495,05
PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)					7.864.147.248,55	5.863.657.424,07
PRECATÓRIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)					-113.486.432.178,46	-90.327.903.599,72
RETTIFICACAO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID					9.900.594.568,26	9.900.594.568,26
EXIGIVEL A LONGO PRAZO					2.417.899.446,714,36	2.407.592.455.417,62
DEPOSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO					33.642.689.929,38	31.627.830.054,31
OBRIGACOES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO					2.384.256.756.784,98	2.375.964.625.363,31
OPERACOES DE CREDITO - INTERNA					2.289.229.091.250,46	2.283.467.796.255,32
OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA					6.178.645.893,63	85.128.060.907,58
OBRIGACOES A PAGAR					3.313.099.112.288,94	7.368.768.200,41
PASSIVO REAL					464.409.924.506,94	3.294.124.376.630,37
PATRIMONIO LIQUIDO					464.356.164.861,72	157.903.167.647,27
PATRIMONIO/CAPITAL					464.356.164.861,72	157.849.398.738,72
PATRIMONIO					464.356.164.861,72	157.849.398.738,72
RESERVAS					53.759.645,06	53.768.908,09
RESULTADOS ACUMULADOS					0,16	0,46
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES					0,16	0,46
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL					0,00	0,00
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA					3.777.509.036.795,88	3.452.027.544.277,64
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA					-3.777.509.036.795,88	-3.452.027.544.277,64
PASSIVO COMPENSADO					776.803.101.562,78	671.490.260.160,66
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS					776.803.101.562,78	671.490.260.160,66
VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA					3.680.688.128,37	3.592.505.655,92
VALORES EM GARANTIA					273.812.024.737,17	199.129.307.697,13
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS					83.832.071.041,33	65.466.893.700,61
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS					203.866.689.787,00	200.795.870.831,48



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - ADM. DIRETA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

ATIVO		PASSIVO	
	2013	2012	TÍTULOS
TÍTULOS			
OUTRAS COMPENSAÇÕES	211.611.627.868,91	202.505.682.275,52	COMPENSAÇÕES DIVERSAS
ATIVO	4.554.312.138.358,66	4.123.517.804.438,30	PASSIVO
			2012
			2013
			2012
			202.505.682.275,52
			211.611.627.868,91
			4.554.312.138.358,66
			4.123.517.804.438,30



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO 2013	2012	TÍTULOS	EXERCÍCIO 2013	2012	MÊS DEZEMBRO
	UNIAO - DIRETA, INDIRÉTA E FUNDOS	ORGÃO SUPERIOR						
<b>ATIVO</b>								
ATIVO FINANCEIRO	749.316.970.781,75	730.233.937.283,04	256.833.738.573,28	206.438.479.744,88	PASSIVO FINANCEIRO	256.833.738.573,28	206.438.479.744,88	
DISPONÍVEL	690.952.547.634,29	675.212.752.397,64	18.975.204.039,70	16.138.737.291,42	DEPOSITOS	18.975.204.039,70	16.138.737.291,42	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	677.211.638.074,79	656.371.310.371,92	625.081.857,12	59.372.983,32	CONSIGNACOES	625.081.857,12	59.372.983,32	
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	13.740.909.559,50	18.841.442.025,72	18.841.442.025,72	52.289.715,81	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	52.289.715,81	374.485.270,91	
CREDITOS EM CIRCULACAO	58.334.470.042,47	54.990.783.335,63	54.990.783.335,63	15.547.889.194,07	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.547.889.194,07	15.547.889.194,07	
CREDITOS A RECEBER	22.767.566.751,86	16.960.669.765,91	16.960.669.765,91	91.473.684,45	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.473.684,45	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.962.590.730,73	3.426.204.320,54	3.426.204.320,54	28.516.158,67	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONAL	28.516.158,67	28.516.158,67	
LIMITE DE SAQUE BACEN	1.165.947.143,59	908.730.982,87	908.730.982,87	189.308.770.802,13	ORIGACOES EM CIRCULACAO	189.308.770.802,13	189.308.770.802,13	
RECURSOS DA UNIAO	100.494.899,50	400.736.547,87	400.736.547,87	23.789.233.982,01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.789.233.982,01	23.789.233.982,01	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.416.228.220,47	1.396.788.795,50	1.396.788.795,50	3.431.643.637,29	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	3.431.643.637,29	3.431.643.637,29	
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	30.649.432.803,44	864.150.950,00	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	864.150.950,00	864.150.950,00	
BANCO DO BRASIL S/A	5.289.849.348,70	6.023.412.532,87	6.023.412.532,87	1.609.255.658,93	CONVENIOS A PAGAR	1.609.255.658,93	1.609.255.658,93	
BANCO DO NORDESTE S/A	520.240.352,67	661.009.034,96	661.009.034,96	326.644.175,06	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	326.644.175,06	326.644.175,06	
BANCO NACIONAL DO DESENV. ECONOMICO E SOC	19.553.388.493,57	20.648.396.848,68	20.648.396.848,68	102.083.623,53	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	102.083.623,53	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.794.679.079,66	2.450.151.729,04	2.450.151.729,04	639.251.118,74	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	639.251.118,74	273.455.370,92	
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	645.917.874,03	834.766.797,86	834.766.797,86	4.402.786,70	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	4.402.786,70	4.402.786,70	
BANCO DA AMAZONIA	35.391.754,86	31.695.860,03	31.695.860,03	84.978.792,18	PRECATORIOS	84.978.792,18	48.728.923,50	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.082.175.392,83	1.248.200.119,50	1.248.200.119,50	311.577.463,29	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	311.577.463,29	4.976.275,69	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	29.953.104,99	30.401.549,77	30.401.549,77	1.158.393,47	PROVISOES DIVERSAS	1.060.012,65	1.158.393,47	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	683.448,02	653.264,68	653.264,68	870.015,53	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.136.511,61	870.015,53	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.433.429,01	28.912.057,13	28.912.057,13	15.925.141.538,37	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	15.805.499,914,13	15.925.141.538,37	
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	836.227,96	836.227,96	836.227,96	547.191.258,54	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.242.918.184,75	547.191.258,54	
ATIVO NAO FINANCEIRO	3.832.118.235.099,34	3.234.356.137.861,51	3.234.356.137.861,51	1.084.750,84	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.084.750,84	1.084.750,84	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	284.317.890.809,51	203.501.597.611,33	203.501.597.611,33	1.154.754.253,46	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.048.305.552,00	1.154.754.253,46	
CREDITOS EM CIRCULACAO	263.063.034.644,39	183.136.483.140,96	183.136.483.140,96	29.737.100,17	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17	
FORNECIMENTOS A RECEBER	991.734.993,30	1.040.774.163,22	1.040.774.163,22	983.685.332,54	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.218.140.707,89	983.685.332,54	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDADOS	-25.126.045,69	-24.973.581,48	-24.973.581,48	432.824.573,98	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	866.045.640,22	432.824.573,98	
RECURSOS A RECEBER	116.290.859,34	59.077.375,56	59.077.375,56	1.389.450,99	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	976.950,99	1.389.450,99	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-4.310.870.792,73	-3.426.204.320,54	-3.426.204.320,54	5.887.328,60	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.887.328,60	0,00	
CREDITOS PARCELADOS	46.111.042,67	51.251.424,79	51.251.424,79	150.401.343.046,88	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	185.131.715.286,47	150.401.343.046,88	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.810.078.036,34	1.202.936.261,78	1.202.936.261,78	146.547.658.788,45	A LIQUIDAR	179.856.040.802,93	146.547.658.788,45	
DIVERSOS RESPONSABILIDADES	15.324.037.861,04	13.850.567.396,06	13.850.567.396,06	3.853.684.258,43	EM LIQUIDACAO	5.275.674.483,54	3.853.684.258,43	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	107.531.282.168,20	78.673.790.706,69	78.673.790.706,69	2.731.165.596,12	CREDITOS DIVERSOS	4.235.485.378,67	2.731.165.596,12	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	34.892.891.285,25	25.643.404.463,79	25.643.404.463,79	3.971.332,77	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	5.558.472,92	3.971.332,77	
RECURSOS VINCULADOS	81.687.251,46	114.946.815,79	114.946.815,79	10.561.724.887,99	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	15.595.310.648,78	10.561.724.887,99	
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PREC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	-1.578.282,32	380.878.669,79	RECURSOS A LIBERAR P/VINC. DE PAGAMENTO	548.791.858,87	380.878.669,79	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	105.713.344.277,79	108.500.234.635,51	108.500.234.635,51	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1,72	0,00	
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-13.589.774.798,15	-50.236.607.975,79	-50.236.607.975,79	781.606.654,54	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	523.889.252,29	781.606.654,54	
RESULTADO POSITIVO DO BACEN	15.918.930.577,15	12.172.450.768,17	12.172.450.768,17	658.846.632,03	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	1.054.805.804,72	658.846.632,03	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	5.620.304.590,23	3.923.720.616,73	3.923.720.616,73	974.663.954,84	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.413.794.663,59	974.663.954,84	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVELIS CURTO PRA	-101.901.975,47	-95.287.112,30	-95.287.112,30	793.891.843,65	RESTITUICOES E COMPENSAOES	1.302.967.613,18	793.891.843,65	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDADOS	-6.954.406.374,02	-8.312.020.216,70	-8.312.020.216,70	180.694.685,54	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUINTE	110.749.624,76	180.694.685,54	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS		2013		DEZEMBRO	
	ORGAO SUPERIOR	SUBTÍTULO	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	Z
<b>PASSIVO</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	20.344.631.661,32	20.344.631.661,32	OUTROS VALORES PENDENTES	77.425,65	77.425,65	77.425,65
ESTOQUES	17.675.655.775,21	17.675.655.775,21	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	24.575.896,66	24.575.896,66	16.307.696,49
TÍTULOS E VALORES	1.407.916.588,79	1.407.916.588,79	DEPOSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	24.575.896,66	24.575.896,66	16.307.696,49
MATERIAS EM TRANSITO	1.263.948.630,83	1.263.948.630,83	PASSIVO NAO FINANCEIRO	3.142.132.411.370,04	3.142.132.411.370,04	2.996.801.129.769,86
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.889.333,51	-2.889.333,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	656.607.743.489,95	656.607.743.489,95	525.234.453.167,91
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	20.482.809,05	20.482.809,05	FORNECEDORES A PAGAR	668.606.961,47	668.606.961,47	251.571.295,10
DESPESAS ANTECIPADAS	9.036.511,77	9.036.511,77	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	130.858.610,75	130.858.610,75	163.336.039,77
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.108.767,76	PESSOAL A PAGAR	2.022.718.240,83	2.022.718.240,83	2.061.811.506,02
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	16.622.867,91	11.563.597,69	PROVISOES	9.422.725.864,74	5.224.966.143,16	5.224.966.143,16
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.589.294.777.156,40	2.207.538.842.611,72	OPERACOES DE CREDITO	729.312.260.364,68	729.312.260.364,68	573.572.145.010,12
DEPOSITOS REALIZAVEL A LONGO PRAZO	473.175.426,27	473.770.616,34	INTERNAS	722.546.683.957,62	722.546.683.957,62	566.282.001.791,77
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.455.317,99	2.370.760,51	EXTERNAS	6.765.576.407,06	6.765.576.407,06	7.290.143.218,35
RECURSOS VINCULADOS	470.720.108,28	471.399.855,83	ADANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	443.067.452,75	443.067.452,75	339.161.696,79
CREDITOS REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.588.821.601.730,13	2.207.065.071.995,38	OUTROS CREDITOS - ENTIDADES E AGENTES	4.165.060.224,75	4.165.060.224,75	7.112.400.377,26
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	36.725.784.282,07	29.998.998.526,80	OUTROS DEBITOS A PAGAR	4.537.286.554,92	4.537.286.554,92	1.772.787.453,31
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	382.841.218,66	366.197.658,14	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	1.279.834,50	1.279.834,50	3.458.189,22
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.329.776.632.361,69	1.225.461.712.332,30	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	148.036.457,85	631.163.053,56	631.163.053,56
CREDITOS A RECEBER	18.411.000.242,01	17.559.190.367,23	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	7.865.978.111,14	5.865.145.523,99	5.865.145.523,99
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-8.321.670.584,93	-7.018.123.223,94	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-179.856.040.802,93	-179.856.040.802,93	-146.547.658.788,45
PROVISAO PARA DEVEDORES DUIDOSOS - LP	-70.499.525.029,73	-74.688.835.229,15	ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	12.188,98	12.188,98	0,00
DIVIDA ATIVA (LP)	1.406.777.452.602,30	1.291.294.800.291,56	OPERACOES ESPECIAIS	2.208.062.164,26	2.208.062.164,26	2.910.549.179,90
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-1.027.990.160.801,52	-965.705.713.957,02	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	10.315.139,70	9.296.340,12	9.296.340,12
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	1.036.843.497.346,15	825.869.408.052,26	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	7.071.518.167,08	3.408.322.193,56	3.408.322.193,56
PROVISAO PARA CREDITO TRIB. A RECEBER (L	-133.284.249.906,57	-136.072.563.422,80	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	9.900.594.568,26	9.900.594.568,26	9.900.594.568,26
PERMANENTE	958.505.567.133,43	823.315.697.638,46	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
INVESTIMENTOS	291.486.171.954,40	285.720.229.534,63	DEPOSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	2.482.383.433.840,19	2.482.383.433.840,19	2.469.545.009.788,75
PARTICIPACAO SOCIETARIA	291.486.171.954,40	285.720.229.534,63	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	33.642.689.929,38	33.642.689.929,38	31.627.830.054,31
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.980.693.455,50	2.853.616.101,91	OBRIGACOES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	2.448.740.740.310,81	2.448.740.740.310,81	2.437.917.179.734,44
OUTROS INVESTIMENTOS	695.405.365,37	616.094.911,17	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.320.138.780.823,28	2.320.138.780.823,28	2.312.271.968.639,21
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-34.841,49	536.184.795.402,77	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	88.853.063.563,71	85.192.411.248,71	85.192.411.248,71
IMOBILIZADO	661.797.004.011,51	542.600.861.068,72	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	8.628.775.689,27	8.230.303.558,39	8.230.303.558,39
BENS MOVEIS E IMOVEIS	676.794.374.706,27	542.600.861.068,72	OBRIGACOES A PAGAR	6.840.023.682,98	6.840.023.682,98	8.003.756.857,84
TÍTULOS E VALORES	9.068.858,61	9.068.858,62	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-15.006.439.553,37	-6.425.144.524,57	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	176.243.030,94	115.882.309,66	115.882.309,66
INTANGIVEL	1.528.756.112,95	921.587.142,26	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	3.141.234.039,90	2.021.666.813,20	2.021.666.813,20
DIFERIDO	17.571.075,19	19.384.545,72	RECEITA DIFERIDA	3.155.725.851,97	2.030.365.337,13	2.030.365.337,13
ATIVO REAL	4.581.435.205.881,09	3.964.590.075.144,55	CUSTO DIFERIDO	-14.491.812,07	-14.491.812,07	-8.698.523,93
<b>PASSIVO REAL</b>						
PATRIMONIO LIQUIDO	3.998.966.149.943,32	3.239.609.514,74	PATRIMONIO LIQUIDO	1.182.469.055.937,77	761.350.465.629,81	761.350.465.629,81
PATRIMONIO/CAPITAL	1.183.412.766.676,02	762.532.775.603,73	PATRIMONIO	1.183.412.766.676,02	762.532.775.603,73	762.532.775.603,73
PATRIMONIO	1.163.648.460.752,91	745.312.228.650,49	CAPITAL REALIZADO	19.764.305.923,11	17.220.546.953,24	17.220.546.953,24
CAPITAL REALIZADO	19.764.305.923,11	17.220.546.953,24				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS	ORGÃO SUPERIOR	2013	2014	DEZEMBRO	PAGINA
SUBTÍTULO			EMISSÃO			
ORGÃO SUPERIOR			31/01/2014			3
<b>PASSIVO</b>						
<b>ATIVO</b>						
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
ATIVO COMPENSADO			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	20.708.504.294,30	18.164.745.324,43	
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	1.396.981.149.280,53	1.139.093.980.340,19	CAPITAL A REALIZAR	-167.313.810,00	-167.313.810,00	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	1.396.981.149.280,53	1.139.093.980.340,19	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-776.884.561,19	
GARANTIAS DE VALORES	181.968.035.986,26	150.449.764.261,76	RESERVAS	8.247.154.686,56	7.545.449.941,66	
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	337.761.535.025,71	248.563.406.807,29	RESULTADOS ACUMULADOS	-9.454.119.781,56	-8.836.961.375,88	
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	266.882.216.462,50	162.954.859.479,40	RESULTADO DO EXERCÍCIO	-835.668.947,81	-1.828.132.031,08	
OUTRAS COMPENSAÇÕES	298.021.039.584,17	285.918.772.830,67	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-8.618.450.833,75	-7.008.829.344,90	
ATIVO	5.978.416.355.161,62	5.103.684.055.484,74	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	263.254.356,75	109.201.460,40	
			AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	4.704.408.047.920,56	4.247.944.930.286,94	
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-4.704.408.047.920,56	-4.247.944.930.286,94	
			PASSIVO COMPENSADO	1.396.981.149.280,53	1.139.093.980.340,19	
			COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	181.968.035.986,26	150.449.764.261,76	
			VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	337.761.535.025,71	248.563.406.807,29	
			VALORES EM GARANTIA	266.882.216.462,50	162.954.859.479,40	
			DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	312.348.322.221,89	291.207.176.961,07	
			DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	298.021.039.584,17	285.918.772.830,67	
			COMPENSAÇÕES DIVERSAS	5.978.416.355.161,62	5.103.684.055.484,74	
			PASSIVO			


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
ÓRGÃO SUPERIOR		31/01/2014		1	
BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS					
UNIAO - AUTARQUIAS					
ÓRGÃO SUPERIOR					
		<b>PASSIVO</b>			
		<b>TÍTULOS</b>			
		<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>			
ATIVO FINANCEIRO		79.901.872.851,11	93.275.822.305,59	75.270.444.449,25	
DISPONIVEL		3.784.159.130,77	5.183.902.830,41	4.565.459.686,19	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		3.784.159.130,77	205.428.105,62	16.028.317,60	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.600,00	20.640.567,17	263.867.908,13	
CREDITOS EM CIRCULACAO		72.815.869.318,25	4.957.834.157,62	4.283.563.460,46	
CREDITOS A RECEBER		3.730.159.356,01	75.598.280.932,22	63.989.479.899,83	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		29.452.410.924,79	18.978.806.825,62	17.293.286.155,20	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		37.193.242.694,61	774.416.826,48	396.258.090,51	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		355.748.070,27	280.389.820,36	122.735.558,01	
LIMITE DE SAQUE BACEN		908.760.982,87	202.652.802,25	231.064.983,10	
RECURSOS DA UNIAO		10.105,18	134.808.607,20	102.083.623,53	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		1.176.242.623,07	156.578.735,01	79.568.714,29	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		2.200,00	156.106,70	908.971,19	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		6.185.206.362,05	1.153.559,54	1.153.559,54	
VALORES DIFERIDOS		6.185.206.362,05	77.587.648,99	1.008.392,37	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		27.546.384,43	10.155,13	10.249,89	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		26.744.411,50	269.062,57	103.004,67	
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		801.972,93	15.805.499.689,13	15.925.138.923,54	
CREDITOS A RECEBER		254.389.627.957,18	1.227.829.667,87	221.878.360,13	
ATIVO NAO FINANCEIRO		-43.491.415.954,01	924.015.981,53	5.359.402,12	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-23.051.644.504,50	224.015.523,13	205.687.530,90	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-25.745.109.887,17	52.010,93	0,00	
FORNECIMENTOS A RECEBER		379.260.459,04	313.628,80	313.628,80	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-46.606.149.003,69	37.110.282.459,93	34.412.053.278,84	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-58.657.607.121,19	1.590.316.718,14	178.313.211,29	
RECURSOS PARCELADOS		-684.191.339,18	747.213.753,82	70.892.331,07	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		41.030.984,29	935.431,74	1.292.757,33	
DIVERSOS RESPONSAVEIS		1.800.780.700,02	783.860.909,58	538.998.952,71	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		4.685.546.431,77	16.234.053.070,88	11.590.935.221,32	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		148.413.771,24	151.459.288,01	80.881.283,28	
RECURSOS VINCULADOS		5.349.537.946,83	1.352.474,50	1.139.920,08	
RECURSOS VINCULADOS A RECEBER		6.260.670,40	12.492.827.483,14	6.714.761.947,11	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		37.975.667,44	12.423.417.063,90	6.586.451.092,21	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		335.259.999,49	69.409.899,61	128.310.335,27	
PROVISAO PARA DEDUÇÕES DUVIDOSAS		-48.465.318,77	811.059,82	742.916,12	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		-1.681.777.489,85	519,63	519,63	
ESTOQUES		3.096.570.351,24	811.059,82	742.916,12	
TÍTULOS E VALORES		426.746.115,41	-14.110.424.577,38	-13.068.061.391,91	
MATERIAIS EM TRANSITO		1.394.142.903,33	66.817.005,78	78.650.777,90	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.275.681.332,50	853.466,78	853.466,78	
VALORES PENDENTES A LONGO PRAZO		18.162.698,44			
DESPESAS ANTECIPADAS		1.565.629,93			
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		16.597.068,51			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		48.223.097.882,24			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		12.222.709,44			
		<b>ATIVO</b>			
		<b>TÍTULOS</b>			
		<b>PASSIVO</b>			
		<b>TÍTULOS</b>			
		<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>			
ATIVO FINANCEIRO		79.901.872.851,11	93.275.822.305,59	75.270.444.449,25	
DISPONIVEL		3.784.159.130,77	5.183.902.830,41	4.565.459.686,19	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		3.784.159.130,77	205.428.105,62	16.028.317,60	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.600,00	20.640.567,17	263.867.908,13	
CREDITOS EM CIRCULACAO		72.815.869.318,25	4.957.834.157,62	4.283.563.460,46	
CREDITOS A RECEBER		3.730.159.356,01	75.598.280.932,22	63.989.479.899,83	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		29.452.410.924,79	18.978.806.825,62	17.293.286.155,20	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		37.193.242.694,61	774.416.826,48	396.258.090,51	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		355.748.070,27	280.389.820,36	122.735.558,01	
LIMITE DE SAQUE BACEN		908.760.982,87	202.652.802,25	231.064.983,10	
RECURSOS DA UNIAO		10.105,18	134.808.607,20	102.083.623,53	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		1.176.242.623,07	156.578.735,01	79.568.714,29	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		2.200,00	156.106,70	908.971,19	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		6.185.206.362,05	1.153.559,54	1.153.559,54	
VALORES DIFERIDOS		6.185.206.362,05	77.587.648,99	1.008.392,37	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		27.546.384,43	10.155,13	10.249,89	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		26.744.411,50	269.062,57	103.004,67	
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		801.972,93	15.805.499.689,13	15.925.138.923,54	
CREDITOS A RECEBER		254.389.627.957,18	1.227.829.667,87	221.878.360,13	
ATIVO NAO FINANCEIRO		-43.491.415.954,01	924.015.981,53	5.359.402,12	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-23.051.644.504,50	224.015.523,13	205.687.530,90	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-25.745.109.887,17	52.010,93	0,00	
FORNECIMENTOS A RECEBER		379.260.459,04	313.628,80	313.628,80	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-46.606.149.003,69	37.110.282.459,93	34.412.053.278,84	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-58.657.607.121,19	1.590.316.718,14	178.313.211,29	
RECURSOS PARCELADOS		-684.191.339,18	747.213.753,82	70.892.331,07	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		41.030.984,29	935.431,74	1.292.757,33	
DIVERSOS RESPONSAVEIS		1.800.780.700,02	783.860.909,58	538.998.952,71	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		4.685.546.431,77	16.234.053.070,88	11.590.935.221,32	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		148.413.771,24	151.459.288,01	80.881.283,28	
RECURSOS VINCULADOS		5.349.537.946,83	1.352.474,50	1.139.920,08	
RECURSOS VINCULADOS A RECEBER		6.260.670,40	12.492.827.483,14	6.714.761.947,11	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		37.975.667,44	12.423.417.063,90	6.586.451.092,21	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		335.259.999,49	69.409.899,61	128.310.335,27	
PROVISAO PARA DEDUÇÕES DUVIDOSAS		-48.465.318,77	811.059,82	742.916,12	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		-1.681.777.489,85	519,63	519,63	
ESTOQUES		3.096.570.351,24	811.059,82	742.916,12	
TÍTULOS E VALORES		426.746.115,41	-14.110.424.577,38	-13.068.061.391,91	
MATERIAIS EM TRANSITO		1.394.142.903,33	66.817.005,78	78.650.777,90	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.275.681.332,50	853.466,78	853.466,78	
VALORES PENDENTES A LONGO PRAZO		18.162.698,44			
DESPESAS ANTECIPADAS		1.565.629,93			
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		16.597.068,51			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		48.223.097.882,24			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		12.222.709,44			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - AUTARQUIAS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	ATIVO		PASSIVO	
	2013	2012	2013	2012
DEPOSITOS COMPULSORIOS	907.832,08	865.722,23	791.559.841,35	93.712.450,68
RECURSOS VINCULADOS	11.314.877,36	11.326.613,67	-16.234.053.070,88	-11.590.935.221,32
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.210.875.172,80	29.886.643.506,02	-16.234.053.070,88	-11.590.935.221,32
CREDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICIPIOS	447.942.342,14	431.771.378,04	231.120.110,22	223.831.317,32
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	218.975.612,66	61.750.937,37	231.120.110,22	223.831.317,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	27.891.847.356,39	13.631.432.895,65	0,00	30.830,55
CREDITOS A RECEBER	9.336.391.702,58	9.167.489.987,08	52.260.961,54	39.754.235,54
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-2.118,00	37.955,99	9.951,98
DIVIDA ATIVA (LP)	17.134.769.416,66	9.221.885.561,01	215.039,37	215.039,37
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-7.237.588.210,76	-2.629.404.490,97	95.245,92	95.245,92
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)	418.536.953,13	1.719.355,84	-37.110.282.459,93	-34.233.740.067,55
PERMANENTE	249.657.946.028,95	223.942.237.357,16	7.071.518.167,08	3.408.322.193,56
INVESTIMENTOS	404.493.586,20	283.157.306,49	30.999.433.159,80	28.911.138.387,36
PARTICIPACAO SOCIETARIA	404.417.163,94	283.080.884,23	30.999.433.159,80	28.911.138.387,36
OUTROS INVESTIMENTOS	76.422,26	76.422,26	30.763.951.201,60	28.674.831.395,70
IMOBILIZADO	249.079.454.677,70	223.583.475.502,55	235.481.958,20	236.306.991,66
BENS MOVEIS E IMOVEIS	250.082.726.657,34	224.183.777.027,23	79.165.397.728,21	62.202.383.057,34
TITULOS E VALORES	274.666,56	274.666,57	277.555.448.647,06	248.488.918.488,35
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.003.546.646,20	-600.576.191,25	277.370.922.755,47	248.304.392.596,76
INTANGIVEL	174.154.016,66	75.605.983,16	277.370.922.755,47	248.304.392.596,76
DIFERIDO	-156.251,61	-1.435,04	184.525.891,59	184.525.891,59
ATIVO REAL	356.720.846.375,27	310.691.301.545,69	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	215.795.391.336,44	147.945.860.338,88	356.720.846.375,27	310.691.301.545,69
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	215.795.391.336,44	147.945.860.338,88	-356.720.846.375,27	-310.691.301.545,69
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	1.366.650.962,35	1.326.137.423,24	215.795.391.336,44	147.945.860.338,88
GARANTIAS DE VALORES	33.970.777.763,40	24.994.528.419,74	215.795.391.336,44	147.945.860.338,88
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	97.340.457.923,65	54.914.013.418,86	1.366.650.962,35	1.326.137.423,24
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	80.436.399.047,71	64.617.479.027,74	33.970.777.763,40	24.994.528.419,74
OUTRAS COMPENSACOES	2.681.105.639,33	2.093.702.049,30	97.340.457.923,65	54.914.013.418,86
ATIVO	572.516.237.711,71	458.637.161.884,57	80.436.399.047,71	64.617.479.027,74
PASSIVO			2.681.105.639,33	2.093.702.049,30
TITULOS			572.516.237.711,71	458.637.161.884,57
PROVISOES				
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR				
RECURSOS A LIBERAR P/PACTO DE RP-RETIFIC				
OPERACOES DE CREDITO				
INTERNAS				
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS				
OUTROS DEBITOS A PAGAR				
OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR				
PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)				
PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)				
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID				
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR				
EXIGIVEL A LONGO PRAZO				
OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO				
OPERACOES DE CREDITO - INTERNA				
OBRIGACOES A PAGAR				
PASSIVO REAL				
PATRIMONIO LIQUIDO				
PATRIMONIO CAPITAL				
PATRIMONIO				
RESERVAS				
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL				
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA				
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA				
PASSIVO COMPENSADO				
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS				
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA				
VALORES EM GARANTIA				
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS				
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS				
COMPENSACOES DIVERSAS				


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO		
	SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDACOES	2013	2012	EMISSAO		
					31/01/2014	PAGINA	
ORGÃO SUPERIOR							1
<b>PASSIVO</b>							
<b>TÍTULOS</b>							
ATIVO FINANCEIRO	11.722.303.990,03	9.286.120.368,24	11.840.431.897,85	9.357.096.362,99			
DISPONIVEL	410.503.881,01	464.953.905,26	118.349.112,53	30.025.761,48			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	320.037.184,69	258.730.490,82	86.653.231,63	4.354.838,20			
CREDITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	90.466.696,32	206.223.414,44	1.384.691,99	5.594.276,26			
CREDITOS EM CIRCULACAO	10.984.732.633,00	8.647.554.973,10	28.311.188,91	20.076.647,02			
CREDITOS A RECEBER	2.276.844.165,60	1.442.638.231,26	10.455.529.128,03	8.951.493.296,14			
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.271.459.082,50	950.112.866,13	1.985.339.029,89	1.931.916.904,21			
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	7.393.380.878,74	6.254.660.213,33	461.423.961,32	141.058.882,36			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	42.904.843,78	0,00	55.030.037,63	37.994.793,20			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	143.662,38	143.662,38	212.874.780,61	404.993.364,57			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	327.066.858,49	173.610.872,35	134.591.160,28	4.759.415,50			
VALORES DIFERIDOS	327.066.858,49	173.610.872,35	37.386,80	24.009,62			
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	617,53	0,00	43.323.939,25	1.001.117,60			
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	617,53	0,00	537.625,65	0,00			
ATIVO NAO FINANCEIRO	89.674.567.278,65	43.121.812.682,84	350.520.008,25	241.612.876,09			
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.806.947.240,95	-1.550.895.508,28	681.564.176,60	1.055.499.830,33			
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.553.227.420,38	-2.936.976.710,99	45.435.953,50	44.970.000,11			
FORNECIMENTOS A RECEBER	2.136.781,44	2.115.709,58	6.841.291.748,99	5.889.184.810,79			
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-7.393.380.878,72	-6.254.660.213,32	6.795.925.087,54	5.857.220.324,83			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICACAO	-42.904.843,78	0,00	45.366.661,45	31.964.485,96			
CREDITOS PARCELADOS	4.901.549,45	4.567.597,91	248.645,70	218.984,63			
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.912.083,83	1.873.214,16	317.223.900,60	368.176.919,45			
DIVERSOS RESPONSABILIS	1.889.074.622,72	1.707.552.170,60	1.311.284.328,71	761.358.394,87			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.964.850.458,93	1.584.792.951,10	141.474,14	637.282,19			
RECURSOS VINCULADOS	7.095.758,45	7.095.758,45	1.266.460.212,09	375.497.882,64			
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	13.327.106,35	9.985.156,61	1.225.120.486,94	323.113.532,37			
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-240.059,05	-299.056,08	41.339.725,15	52.384.350,27			
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.746.224.269,87	1.386.070.541,37	93.445,20	79.422,73			
ESTOQUES	1.745.306.569,49	1.385.603.152,50	93.445,20	79.422,73			
TÍTULOS E VALORES	917.700,38	467.388,87	7.901.641.567,35	6.526.241.489,16			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	55.909,56	10.661,34	-7.928.147.907,28	-6.549.984.380,27			
DESPESAS ANTECIPADAS	30.110,16	10.179,98	73.526,51	324.594,20			
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	25.799,40	481,36	0,00	0,00			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	24.955.144,77	24.240.640,06	175.909.491,77	66.461.847,27			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.977.011,73	2.781.869,90	-1.311.284.328,65	-761.358.394,87			
DEPOSITOS COMPULSORIOS	117.352,98	110.324,96	-1.311.284.328,65	-761.358.394,87			
RECURSOS VINCULADOS	2.859.658,75	2.671.544,94	371.694,32	0,00			
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	21.978.133,04	21.458.770,16	908.660,50	352.524,82			
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	143.574,14	128.619,77	62.519,14	62.519,14			
CREDITOS A RECEBER	1.578.975,46	1.353.089,53	1.735.616,67	1.392.854,00			
DIVIDA ATIVA (LP)	20.830.696,41	20.354.993,86	1.735.616,67	1.392.854,00			
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)	-575.112,97	-377.933,00	-6.795.925.087,54	-5.857.220.324,83			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDACÕES	2013	DEZEMBRO
ORGAO SUPERIOR		EMISSÃO	PÁGINA
		31/01/2014	2

TÍTULOS	ATIVO			PASSIVO		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
PERMANENTE	91.456.559.374,83	44.648.467.551,06	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	26.506.339,93	23.742.891,11	
INVESTIMENTOS	774.233,02	708.823,24	OBRIÇACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	26.506.339,93	23.742.891,11	
PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA	676.171,73	610.735,67	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	3.815.922,50	3.328.710,68	
OUTROS INVESTIMENTOS	98.061,29	98.087,57	OBRIÇACOES A PAGAR	22.690.417,43	20.414.180,43	
IMOBILIZADO	91.405.021.228,26	44.611.083.195,79	PASSIVO REAL	3.938.790.330,50	2.830.854.873,83	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	98.202.499.394,53	44.966.464.858,46	PATRIMONIO LIQUIDO	97.458.080.938,18	49.577.078.177,25	
TÍTULOS E VALORES	73,29	73,29	PATRIMONIO/CAPITAL	97.394.429.840,19	49.513.427.079,22	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-6.797.478.239,56	-355.381.735,96	PATRIMONIO	97.394.429.840,19	49.513.427.079,22	
INTANGIVEL	50.763.913,55	36.675.532,03	RESERVAS	63.651.098,01	63.651.098,01	
ATIVO REAL	101.396.871.268,68	52.407.933.051,08	RESULTADOS ACUMULADOS	-0,02	0,02	
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-0,02	0,02	
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	
ATIVO COMPENSADO	33.029.330.375,86	28.321.617.426,12	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	101.396.871.268,68	52.407.933.051,08	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	33.029.330.375,86	28.321.617.426,12	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-101.396.871.268,68	-52.407.933.051,08	
RESPONSABILIDADES POR VALORES; TÍTULOS E B	3.921.277.676,38	3.420.904.051,05	PASSIVO COMPENSADO	33.029.330.375,86	28.321.617.426,12	
GARANTIAS DE VALORES	21.525.077,86	312.931.793,10	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.921.277.676,38	3.420.904.051,05	
DIREITOS E OBRIÇACOES CONVENIADOS	23.464.266.867,00	20.356.427.513,22	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	215.525.077,86	312.931.793,10	
DIREITOS E OBRIÇACOES CONTRATUAIS	5.222.333.306,79	4.065.698.533,98	DIREITOS E OBRIÇACOES CONVENIADOS	23.464.266.867,00	20.356.427.513,22	
OUTRAS COMPENSACOES	205.927.447,83	165.655.535,77	DIREITOS E OBRIÇACOES CONTRATADAS	5.222.333.306,79	4.065.698.533,98	
ATIVO	134.426.201.644,54	80.729.550.477,20	COMPENSACOES DIVERSAS	205.927.447,83	165.655.535,77	
			PASSIVO	134.426.201.644,54	80.729.550.477,20	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		2013	2014	DEZEMBRO	PAGINA
	2013	2014	31/01/2014	31/01/2014	1	
ATIVO	PASSIVO					
TÍTULOS	TÍTULOS					
ATIVO FINANCEIRO	7.457.505.263,21	6.597.942.165,05	PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL	178.830.053,97	163.320.017,39	DEPOSITOS			
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	177.891.843,91	162.804.662,98	CONSIGNAÇÕES			
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	938.210,06	515.354,41	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL			
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	7.261.333.311,26	6.411.182.971,32	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
CREDITOS A RECEBER	1.319.607.140,58	397.327.427,06	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO			
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	312.275.903,24	542.705.064,10	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	5.491.638.480,76	5.070.373.760,61	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	37.326.495,11	0,00	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES			
RECURSOS DA UNIAO	100.484.794,32	400.726.442,69	CONVENIOS A PAGAR			
DEPOSITOS REALIZAVELIS A CURTO PRAZO	497,25	50.276,86	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.341.897,98	23.439.176,34	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES			
VALORES DIFERIDOS	17.341.897,98	23.439.176,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER			
ATIVO NAO FINANCEIRO	11.920.331.710,03	9.922.122.378,53	PROVISOES DIVERSAS			
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.836.852.778,91	-1.140.327.894,18	OBRIGACOES TRIBUTARIAS			
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-4.565.689.341,01	-4.100.996.955,66	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR			
FORNCEIMENTOS A RECEBER	174.251.010,29	231.192.073,44	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR			
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-139.815,34	-885.094,11	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR			
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-5.491.638.480,76	-5.070.373.760,61	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS			
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICADO	-57.163.088,20	0,00	A LIQUIDAR			
CREDITOS PARCELADOS	178.508,93	304.407,45	EM LIQUIDACAO			
DIVERSOS RESPONSABILIS	2.989.192,33	3.002.160,66	CREDORES DIVERSOS			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	20.412,72	553.706,50	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	621.819.958,79	542.597.165,44	RECURSOS ESPECIAIS A LIB. P/TRANSFERENCIA			
RECURSOS VINCULADOS	7.440.103,90	5.814.025,41	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP			
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PREC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR			
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.840.548,08	1.876.599,70	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-159.089,35	-159.089,35	VALORES DIFERIDOS			
OUTROS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	186.213.526,62	197.211.433,65	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO			
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-9.763.846,70	-10.552.301,52	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO			
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.722.580.887,24	2.955.170.109,77	PASSIVO NAO FINANCEIRO			
ESTOQUES	2.615.855.418,19	2.850.934.510,34	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO			
TÍTULOS E VALORES	103.319.440,47	93.112.803,76	FORNECEDORES A PAGAR			
MATERIAIS EM TRANSITO	8.104.881,77	14.012.129,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER			
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVELIS	-4.698.853,19	-2.889.333,51	PROVISOES			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.255.674,86	5.488.951,71	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR			
DESPESAS ANTECIPADAS	3.146.907,10	1.905.841,23	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC			
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.593.110,48	OPERACOES DE CREDITO			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	620.658.743,58	670.383.865,90	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS			
DEPOSITOS REALIZAVELIS A LONGO PRAZO	200.299.739,30	219.943.922,62	EXTERNAS			
DEPOSITOS COMPULSORIOS	1.430.132,93	1.344.083,37	OUTROS CREDITORES - ENTIDADES E AGENTES			
RECURSOS VINCULADOS	198.869.006,37	218.599.839,25	OUTROS DEBITOS A PAGAR			
			6.908.058.453,73			
			71.641.002,48			
			37.888.624,02			
			3.727.986,48			
			30.024.391,98			
			6.795.895.605,55			
			1.033.608.168,30			
			702.487.569,41			
			69.172.418,71			
			23.007.105,63			
			2.765.433,21			
			13.564,74			
			13.564,74			
			2.786.888,30			
			1.144.253,78			
			1.147.914,32			
			5.651.799,36			
			9.384.129,67			
			153.250.307,36			
			4.025.924.509,98			
			4.019.667.935,56			
			6.256.574,42			
			869.820,37			
			1.149.327,99			
			151.353,51			
			2.979.190,07			
			1.250.897.015,75			
			850.785,27			
			202.435.114,43			
			39.539.009,22			
			35.743.619,34			
			35.743.619,34			
			982.836,48			
			274.298,81			
			982.836,48			
			-521.547.036,90			
			-1.994.493.285,31			
			-885.512.951,72			
			91.561.442,80			
			0,00			
			0,00			
			495.255.556,46			
			-1.250.897.015,75			
			-1.455.816.179,05			
			-1.455.816.179,05			
			77.648,29			
			77.648,29			
			1.869.983,18			
			55.633.480,17			
			59.919.190,73			
			626.556.668,68			
			3.831.679,66			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA
ORGAO SUPERIOR				2

	ATIVO		PASSIVO	
	2013	2012	2013	2012
<b>TÍTULOS</b>				
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	420.359.004,28	450.439.943,28	-4.019.667.935,56	-4.058.030.571,35
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	5.078.029,34	5.068.575,63	12.188,98	0,00
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	21.687.194,22	40.414.319,53	2.208.062.164,26	2.910.549.179,90
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.211.060,31	23.942.746,17	587.306.132,92	329.216.247,15
CREDITOS A RECEBER	409.801.229,14	407.006.973,15	587.306.132,92	329.216.247,15
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-26.403.900,94	-20.695.253,36	228.000,32	61.021.630,45
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-14.014.607,79	-5.297.417,84	534.273.543,47	197.251.298,17
PERMANENTE	13.136.525.745,36	10.392.066.406,81	22.167.573,21	41.114.024,60
INVESTIMENTOS	649.951.169,53	254.219.486,14	30.637.015,92	29.829.283,93
PARTICIPACAO SOCIETARIA	602.916.510,48	202.367.997,24	48.428.526,40	34.749.667,67
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	59.962,45	59.962,45	62.920.338,47	43.448.191,60
OUTROS INVESTIMENTOS	47.009.538,09	51.791.526,45	-14.491.812,07	-8.698.523,93
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-34.841,49	0,00	5.549.299.827,74	5.270.665.739,72
IMOBILIZADO	12.366.302.078,13	10.048.830.960,05	13.828.537.145,50	11.249.398.803,86
BENS MOVEIS E IMOVEIS	14.249.633.046,07	11.763.648.597,01	9.810.914.989,21	7.741.836.098,12
TITULOS E VALORES	8.794.118,76	8.794.118,76	9.810.914.989,21	7.741.836.098,12
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.892.125.086,70	-1.723.611.755,72	9.855.914.989,21	7.786.836.098,12
INTANGIVEL	120.272.497,70	88.348.152,45	-45.000.000,00	-45.000.000,00
DIFERIDO	0,00	667.808,17	6.848.726.548,29	6.122.353.235,17
ATIVO REAL	19.377.836.973,24	16.520.064.543,58	-2.881.135.320,25	-2.667.311.766,13
			-363.813.187,82	-922.833.233,66
			-2.517.322.132,43	-1.744.478.532,47
			50.030.928,25	52.521.236,70
			0,00	0,00
			19.377.836.973,24	16.520.064.543,58
			-19.377.836.973,24	-16.520.064.543,58
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	20.440.859.397,42	17.618.686.015,99	20.440.859.397,42	17.618.686.015,99
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	20.440.859.397,42	17.618.686.015,99	20.440.859.397,42	17.618.686.015,99
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.644.241.435,95	3.821.267.937,29	3.644.241.435,95	3.821.267.937,29
GARANTIAS DE VALORES	791.419.973,22	754.040.765,02	791.419.973,22	754.040.765,02
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	4.158.479.491,57	2.244.698.441,80	4.158.479.491,57	2.244.698.441,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	11.817.613.765,18	10.706.881.278,56	11.817.613.765,18	10.706.881.278,56
OUTRAS COMPENSACOES	29.104.731,50	91.787.593,32	29.104.731,50	91.787.593,32
<b>ATIVO</b>	39.818.696.370,66	34.138.750.559,57	39.818.696.370,66	34.138.750.559,57
<b>TÍTULOS</b>				
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID				
ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR				
OPERACOES ESPECIAIS				
EXIGIVEL A LONGO PRAZO				
OBRIGACOES EXIGIVEL A LONGO PRAZO				
OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA				
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS				
OBRIGACOES A PAGAR				
SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS				
RECEITA DIFERIDA LIQUIDA				
RECEITA DIFERIDA				
CUSTO DIFERIDO				
PASSIVO REAL				
PATRIMONIO LIQUIDO				
PATRIMONIO/CAPITAL				
CAPITAL REALIZADO				
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO				
CAPITAL A REALIZAR				
RESERVAS				
RESULTADOS ACUMULADOS				
RESULTADO DO EXERCICIO				
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES				
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL				
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL				
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA				
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA				
PASSIVO COMPENSADO				
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS				
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA				
VALORES EM GARANTIA				
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS				
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS				
COMPENSACOES DIVERSAS				
<b>PASSIVO</b>				






**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/01/2014		PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR					
BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS					
UNIAO - FUNDOS					
ÓRGÃO SUPERIOR					
		<b>PASSIVO</b>			
		<b>TÍTULOS</b>			
		2012	2013	2012	2013
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	165.158.175.825,39	42.254.302.757,41	37.648.721.948,87	37.648.721.948,87
DISPONÍVEL	DEPOSITOS	104.346.394.039,95	3.869.481.949,37	3.833.075.703,62	3.833.075.703,62
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	CONSIGNACOES	104.216.689.745,13	9.011.922,15	49.566.178,87	49.566.178,87
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	129.704.294,82	8.029,88	1.648.289,17	1.648.289,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	55.446.682.253,97	3.776.461.997,34	3.781.859.235,58	3.781.859.235,58
CREDITOS A RECEBER	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.768.000.859,87	30.732.440.746,66	18.587.389.860,52	18.587.389.860,52
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	9.232.351.561,22	1.111.840.844,90	811.639.188,06	811.639.188,06
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	13.768.811.449,94	241.156.754,68	71.761.180,28	71.761.180,28
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	426.313,03	27.609.778,28	6.374.498,40	6.374.498,40
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	CONVENIOS A PAGAR	30.649.432.803,44	338.230.060,25	329.372.080,20	329.372.080,20
BANCO DO BRASIL S/A	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	6.023.412.532,87	125.964.402,76	124.666.499,32	124.666.499,32
BANCO DO NORDESTE S/A	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	661.009.034,96	0,00	0,00	0,00
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	20.648.396.848,68	2.254.220,50	174.571.900,93	174.571.900,93
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.450.151.729,04	172.595,64	39.495,27	39.495,27
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	834.766.797,86	498.225,92	34.930.582,02	34.930.582,02
BANCO DA AMAZONIA	TERMO DE PARCERIA A PAGAR	31.695.860,03	932.323,47	932.323,47	932.323,47
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	27.659.266,47	1.015.385,94	294.128,04	294.128,04
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	5.365.099.531,47	37.938.472,31	29.737.100,17	29.737.100,17
VALORES DIFERIDOS	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	5.365.099.531,47	56.713.711,89	33.079.240,97	33.079.240,97
ATIVO NAO FINANCEIRO	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	243.844.526.070,31	10.281.357,84	2.422.930,89	2.422.930,89
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	4.280.769.266,15	5.839.898,60	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.182.431.297,88	17.807.305.481,73	11.306.543.072,87	11.306.543.072,87
FORNECIMENTOS A RECEBER	A LIQUIDAR	358.672.062,03	17.427.508.024,10	10.934.602.537,07	10.934.602.537,07
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	EM LIQUIDACAO	-13.768.811.449,92	379.797.457,63	371.940.535,80	371.940.535,80
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICACAO	CREDORES DIVERSOS	-426.313,03	1.822.759.835,17	1.516.512.466,21	1.516.512.466,21
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	259.835,07	1.641.322,17	51.430,91	51.430,91
DIVERSOS RESPONSABILIS	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA	1.285.929.429,38	2.456.780.766,12	1.156.040.229,36	1.156.040.229,36
EMPRESITIMOS E FINANCIAMENTOS	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	15.322.146.341,96	6.781.079.036,76	3.678.656.712,29	3.678.656.712,29
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	1.678.139.788,76	751.033.459,81	117.946.760,82	117.946.760,82
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.642.899.905,53	7.651.827.437,62	15.227.871.743,94	15.227.871.743,94
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVELIS CURTO PRA	VALORES DIFERIDOS	-94.361.837,66	7.651.750.531,60	15.227.794.837,92	15.227.794.837,92
PROVISAO PARA D EVIDORES DUVIDOSOS	OUTROS VALORES PENDENTES	-2.242.016.464,24	76.906,02	76.906,02	76.906,02
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	98.331.799,67	552.623,76	384.640,79	384.640,79
ESTOQUES	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	81.138.674,18	552.623,76	384.640,79	384.640,79
TITULOS E VALORES	PASSIVO NAO FINANCEIRO	228.716,03	71.389.095.851,39	78.762.714.267,97	78.762.714.267,97
MATERIAIS EM TRANSITO	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	16.964.409,46	36.540.500.427,61	45.070.194.585,26	45.070.194.585,26
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	FORNecedores A PAGAR	6.168,60	318.759.630,43	1.140.793,32	1.140.793,32
DESPESAS ANTECIPADAS	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.168,60	0,00	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	PROVISOES	234.047.643.612,55	891.088.683,83	884.452.580,88	884.452.580,88
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	38.698,39	-6.781.079.036,73	-3.678.656.712,31	-3.678.656.712,31
RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	38.698,39	-6.781.079.036,73	-3.678.656.712,31	-3.678.656.712,31
CREDTOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	265.939.417.496,73	73.669.292,10	85.091.475,93	85.091.475,93



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	ATIVO		PASSIVO	
	2013	2012	2013	2012
CREDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.175.522,06	477.284.106,82	910.166.495,86	157.365.598,29
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.454.112,54	1.471.408,04	-17.427.508,024,10	-10.934.602.537,07
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	258.457.128,037,60	227.675.851.214,96	58.555.403.386,22	58.555.403.386,22
CREDITOS A RECEBER	7.925.725.865,38	7.130.434.011,86	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-959.236.205,91	-962.708.015,35	31.758.829.909,61	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-25.633.693,93	-274.987.906,94	7.652.975.310,26	7.652.975.310,26
DIVIDA ATIVA (LP)	62.803.858,99	260.094,77	1.997.478,72	1.997.478,72
PERMANENTES	7.200.871.930,23	5.516.113.191,61	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
INVESTIMENTOS	6.496.496.150,15	4.884.638.293,19	3.089.765.514,17	1.933.689.773,10
PARTICIPACAO SOCIETARIA	2.869.425.553,49	1.467.179.590,51	3.089.765.514,17	1.933.689.773,10
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.980.633.493,05	2.853.556.139,46	113.643.398.608,80	116.411.436.216,84
OUTROS INVESTIMENTOS	646.437.103,61	563.902.563,22	327.473.198.738,56	292.591.265.678,86
IMOBILIZADO	701.372.922,41	629.913.756,98	327.457.541.294,05	292.575.608.234,31
BENS MOVEIS E IMOVEIS	710.025.723,19	635.102.850,80	324.526.943.295,53	289.645.010.235,79
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-8.656.800,78	-5.189.093,82	2.930.597.998,52	2.930.597.998,52
INTANGIVEL	3.002.857,67	1.561.141,44	3.707.482.559,71	3.707.482.559,71
ATIVO REAL	441.116.597.347,36	409.002.701.895,70	-776.884.561,19	-776.884.561,19
			15.657.444,51	15.657.444,51
			0,00	0,04
			0,00	0,04
			0,00	0,00
			0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO			441.116.597.347,36	409.002.701.895,70
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	345.500.408.922,53	267.803.747.071,47	-441.116.597.347,36	-409.002.701.895,70
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	345.500.408.922,53	267.803.747.071,47	345.500.408.922,53	267.803.747.071,47
GARANTIAS DE VALORES	169.355.031.086,65	138.288.873.859,05	169.355.031.086,65	138.288.873.859,05
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	28.915.666.468,27	23.323.320.127,45	28.915.666.468,27	23.323.320.127,45
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	57.206.912.320,83	18.386.523.949,83	57.206.912.320,83	18.386.523.949,83
OUTRAS COMPENSACOES	6.533.749.320,34	6.747.317.838,54	6.533.749.320,34	6.747.317.838,54
	83.489.049.816,44	81.057.711.296,60	83.489.049.816,44	81.057.711.296,60
ATIVO	786.617.006.269,89	676.806.448.967,17	786.617.006.269,89	676.806.448.967,17


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIÃO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		2013		DEZEMBRO	
	SUBTÍTULO	2013	2013	31/01/2014	PÁGINA	
ORGAO SUPERIOR					1	
<b>PASSIVO</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
ATIVO FINANCEIRO	123.310.072.991,60	97.636.116.644,87	PASSIVO FINANCEIRO	113.554.408.578,50	92.190.113.445,06	
DISPONIVEL	5.600.141.762,73	4.518.408.250,00	DEPOSITOS	5.391.591.808,50	4.710.034.833,61	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	5.508.735.256,35	4.311.667.881,15	CONSIGNACOES	341.575.865,60	29.433.847,58	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	91.406.506,38	206.740.368,85	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	27.104.514,95	328.688.002,96	
CREDITOS EM CIRCULACAO	111.150.363.005,36	89.616.437.406,87	RECURSOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.022.911.427,95	4.351.912.983,07	
CREDITOS A RECEBER	7.971.072.698,12	5.657.215.091,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	94.343.544.944,66	80.348.692.239,67	
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO	27.425.366.988,50	31.012.249.788,10	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.145.954.916,35	19.710.526.083,69	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	72.720.448.293,56	49.990.319.289,56	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	2.032.658.550,53	802.699.535,05	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	437.322.702,38	355.050.431,72	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	421.165.166,60	226.715.566,16	
LIMITE DE SAQUE BACEN	1.165.947.143,59	908.750.982,87	CONVENIOS A PAGAR	438.534.688,49	660.972.863,91	
RECURSOS DA UNIÃO	100.494.899,50	400.736.547,87	COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA	134.808.607,20	102.083.623,53	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.329.708.429,71	1.292.113.074,91	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	294.017.991,51	84.981.172,69	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.850,00	2.200,00	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	208.403,28	947.890,59	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.529.615.118,52	3.470.869.438,23	PRECATORIOS	1.153.559,54	1.153.559,54	
VALORES DIFERIDOS	6.529.615.118,52	3.470.869.438,23	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	188.511.309,25	4.903.710,57	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	29.953.104,99	30.401.549,77	PROVISOES DIVERSAS	1.055.553,51	1.154.503,67	
CREDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICIPIOS	683.448,02	653.264,68	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.135.680,76	864.752,87	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	28.433.429,01	28.912.057,13	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	15.805.499.689,13	15.925.141.538,37	
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	836.227,96	836.227,96	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.591.942.230,28	464.329.794,97	
ATIVO NAO FINANCEIRO	362.472.340.785,72	289.278.567.468,73	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	811.196.062,55	1.065.454.011,86	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-47.586.247.207,39	-26.724.689.545,67	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	422.701.783,99	368.796.778,49	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-55.646.641.055,55	-34.039.370.550,75	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOVN	52.010,93	0,00	
FORNECIMENTOS A RECEBER	615.931.233,79	681.757.436,18	TERMS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	313.628,80	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-25.126.045,69	-24.973.581,48	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	50.786.303.173,32	45.763.016.648,36	
RECURSOS A RECEBER	116.290.859,34	59.077.375,56	A LIQUIDAR	48.942.100.600,37	45.285.152.651,66	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-72.720.448.293,54	-49.990.319.289,55	EM LIQUIDACAO	1.844.202.572,95	477.863.996,70	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAO	-785.602.764,38	-355.030.431,72	CREDITOS DIVERSOS	747.213.753,82	72.041.659,06	
CREDITOS PARCELADOS	46.111.042,67	51.251.424,79	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.289.032,25	1.667.415,59	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.802.692.783,85	1.198.313.721,23	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	1.179.097.846,49	910.155.062,23	
DIVERSOS RESPONSABILIS	6.579.230.712,70	5.575.735.001,95	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	19.127.472.748,98	13.801.239.933,26	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	148.434.183,96	126.802.490,51	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	151.459.288,01	80.881.283,28	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	7.983.848.373,74	8.034.011.612,61	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	204.754.185,44	9.164.154,20	
RECURSOS VINCULADOS	72.551.871,33	109.732.953,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.810.144.547,81	7.130.289.734,12	
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PREC	-1.578.282,32	-1.578.282,32	VALORES DIFERIDOS	13.699.394.403,42	6.949.594.528,95	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	39.816.215,52	48.224.311,07	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUINTE	110.749.624,76	180.694.685,54	
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS A REC	-159.089,35	-159.089,35	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	543.439.186,76	512.930.716,83	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	9.127.277,53	1.096.637,66	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-925.274,64	-925.274,64	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	9.127.277,53	1.096.637,66	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-61.147.769,29	-64.201.645,44	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-18.357.927.493,45	-16.131.461.635,14	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	8.034.964.825,20	7.296.681.049,65	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-51.134.553.235,40	-46.413.163.136,76	
ESTOQUES	5.256.694.257,70	4.867.897.169,02	FORNECEDORES A PAGAR	185.283.356,31	94.411.802,10	
TÍTULOS E VALORES	1.499.183.206,42	1.407.613.843,19	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	853.466,78	853.466,78	





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	LÍQUIDO - INDIRÉTA (EXCETO FUNDOS)	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	ATIVO			PASSIVO		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
ATIVO COMPENSADO						
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	274.677.638.795,22	199.799.973.108,06	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-485.782.413.777,32	-386.914.684.113,60	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	274.677.638.795,22	199.799.973.108,06	PASSIVO COMPENSADO	274.677.638.795,22	199.799.973.108,06	
GARANTIAS DE VALORES	8.932.316.771,24	8.568.384.746,79	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	274.677.638.795,22	199.799.973.108,06	
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	35.033.843.820,27	26.110.778.982,71	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	8.932.316.771,24	8.568.384.746,79	
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	125.843.233.190,34	79.101.441.828,96	VALORES EM GARANTIA	35.033.843.820,27	26.110.778.982,71	
OUTRAS COMPENSAÇÕES	101.947.883.114,55	83.663.988.291,05	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	125.843.233.190,34	79.101.441.828,96	
	2.920.361.898,82	2.355.379.258,55	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	101.947.883.114,55	83.663.988.291,05	
ATIVO	760.460.052.572,54	586.714.657.221,66	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2.920.361.898,82	2.355.379.258,55	
			PASSIVO	760.460.052.572,54	586.714.657.221,66	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2013	2013	DEZEMBRO	PAGINA
ORGAO SUPERIOR			31/01/2014		1	
			PASSIVO			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
ATIVO FINANCEIRO	159.078.287.519,53	155.456.230.492,96	PASSIVO FINANCEIRO	30.497.998.146,44	28.209.931.058,10	
DISPONIVEL	105.410.950.985,12	104.246.590.131,07	DEPOSITOS	3.869.481.949,37	3.833.075.703,62	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	105.272.117.609,63	104.116.885.836,25	CONSIGNACOES	93.011.922,15	49.568.178,87	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	138.833.375,49	129.704.294,82	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.029,88	1.648.289,17	
CREDITOS EM CIRCULACAO	52.467.385.293,66	45.844.540.830,42	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.776.461.997,34	3.781.859.235,58	
CREDITOS A RECEBER	140.656.507,99	85.224.929,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	21.651.083.735,29	11.823.546.569,35	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	6.343.543.645,80	6.356.030.684,15	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.111.758.261,44	811.556.604,60	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	18.084.948.385,60	8.725.766.833,65	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	241.156.754,68	71.761.180,28	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	23.199.788,53	426.313,03	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	27.609.778,28	6.374.498,40	
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	CONVENIOS A PAGAR	338.230.060,25	329.372.080,20	
BANCO DO BRASIL S/A	5.289.849.348,70	6.023.412.532,87	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	125.964.402,76	124.666.499,32	
BANCO DO NORDESTE S/A	520.240.352,67	661.009.034,96	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	265.487.877,32	174.571.900,93	
BANCO NACIONAL DO DESENV.ECONOMICO E SOC	19.553.388.493,57	20.648.396.848,68	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	0,00	2.254.220,50	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.794.679.079,66	2.450.151.725,04	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	172.595,64	39.495,27	
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	645.917.874,03	834.766.797,86	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	415.642,46	34.847.998,56	
BANCO DA AMAZONIA	35.391.754,86	31.695.860,03	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	932.323,47	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	35.570.062,25	27.659.266,47	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.015.385,94	294.128,04	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.199.951.240,75	5.365.099.531,47	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17	
VALORES DIFERIDOS	1.199.951.240,75	5.365.099.531,47	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	56.713.711,89	33.079.240,97	
ATIVO NAO FINANCEIRO	265.919.120.345,23	241.295.866.936,20	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOVY	10.281.357,84	2.422.930,89	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	2.032.194.189,41	9.166.740.347,63	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.839.898,60	0,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.935.548.083,06	9.068.402.379,36	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	9.544.978.556,27	6.052.720.623,37	
FORNECIMENTOS A RECEBER	375.055.470,94	358.672.062,03	A LIQUIDAR	9.165.181.098,64	5.680.780.087,57	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-18.084.948.385,58	-8.725.766.833,63	EM LIQUIDACAO	379.797.457,63	371.940.535,80	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-23.199.788,53	-426.313,03	CREDORES DIVERSOS	1.003.812.332,72	6.574.208,00	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	380.552,62	259.835,07	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.641.322,17	51.430,91	
DIVERSOS RESPONSABILIS	1.549.452.698,57	1.285.929.429,38	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.456.780.766,12	1.156.040.229,36	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.469.065.841,81	15.165.072.807,15	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.781.079.036,76	3.678.656.712,29	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.311.781.134,43	1.678.139.788,76	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	751.033.459,81	117.946.760,82	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.349.713.970,93	1.642.899.905,53	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.976.879.838,02	12.552.924.144,34	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-100.976.700,83	-94.361.837,66	VALORES DIFERIDOS	4.976.802.932,00	12.552.847.238,32	
PROVISAO PARA DVEDORES DUIDOSOS	-1.910.776.711,30	-2.242.016.464,24	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	96.635.286,95	98.331.799,67	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	552.623,76	384.640,79	
ESTOQUES	94.421.595,02	81.138.674,18	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	552.623,76	384.640,79	
TÍTULOS E VALORES	294.186,80	228.716,03	PASSIVO NAO FINANCEIRO	79.651.422.776,85	84.016.536.717,47	
MATERIAS EM TRANSITO	1.919.505,13	16.964.409,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	44.802.827.353,07	50.324.017.034,76	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.819,40	6.168,60	FORNecedores A PAGAR	318.759.630,43	1.140.793,32	
DESPESAS ANTECIPADAS	10.819,40	6.168,60	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	256.686.054.225,59	226.613.013.398,96	PROVISOES	891.088.683,83	884.452.580,88	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-6.781.079.036,73	-3.678.656.712,31	
RECURSOS VINCULADOS	38.698,39	38.698,39	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.781.079.036,73	-3.678.656.712,31	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	256.686.015.527,20	226.612.974.700,57	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	73.669.292,10	85.091.475,93	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2013	2014	DEZEMBRO	PAGINA
SUBTÍTULO			31/01/2014		2	
ORGAO SUPERIOR						
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	477.175.522,06	477.284.108,82	OUTROS DEBITOS A PAGAR	910.166.495,86	157.365.598,29	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.454.112,54	1.471.408,04	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-9.165.181,098,64	-5.680.780,087,57	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	249.266.529,927,06	220.241.481,096,14	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403,386,22	58.555.403,386,22	
CREDITOS A RECEBER	7.925.725,865,38	7.130.434,011,86	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829,909,61	31.758.829,909,61	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVELIS	-959.236,205,91	-962.708,015,35	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829,909,61	31.758.829,909,61	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-25.633,693,93	-274.987,908,94	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652,975,310,26	7.652,975,310,26	
PERMANENTE	7.200,871,930,23	5.516,113,191,61	OBRIGACOES A PAGAR	1.997,478,72	1.997,478,72	
INVESTIMENTOS	6.496,496,150,15	4.884,638,293,19	DIVERSAS PROVISOES	24.103,857,120,63	24.103,857,120,63	
PARTICIPACAO SOCIETARIA	2.869,423,553,49	1.467,179,590,51	RECEITA DIFERIDA LIQUIDA	3.089,765,514,17	1.933,689,773,10	
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	2.980,633,493,05	2.853,556,139,46	RECEITA DIFERIDA	3.089,765,514,17	1.933,689,773,10	
OUTROS INVESTIMENTOS	646,437,103,61	563,902,563,22	PASSIVO REAL	110.149,420,923,29	112.226,467,775,57	
IMOBILIZADO	701,372,922,41	629,913,756,98	PATRIMONIO LIQUIDO	314,847,986,941,47	284,525,629,655,59	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	710,029,723,19	635,102,850,80	PATRIMONIO/CAPITAL	314,832,329,496,96	284,509,972,211,04	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-8,656,800,78	-5,189,093,82	PATRIMONIO	311,901,731,498,44	281,579,374,212,52	
INTANGIVEL	3.002,857,67	1.561,141,44	CAPITAL REALIZADO	2.930,597,998,52	2.930,597,998,52	
ATIVO REAL	424,997,407,864,76	396,752,097,431,16	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707,482,559,71	3.707,482,559,71	
			COTAS EM TESOUREARIA	-776,884,561,19	-776,884,561,19	
			RESERVAS	15,657,444,51	15,657,444,51	
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	0,04	
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,04	
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	424,997,407,864,76	396,752,097,431,16	
ATIVO COMPENSADO	345,432,227,091,56	267,739,181,585,62	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-424,997,407,864,76	-396,752,097,431,16	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	345,432,227,091,56	267,739,181,585,62	PASSIVO COMPENSADO	345,432,227,091,56	267,739,181,585,62	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	169,355,031,086,65	138,288,873,859,05	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	345,432,227,091,56	267,739,181,585,62	
GARANTIAS DE VALORES	28,915,666,468,27	23,323,320,127,45	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	169,355,031,086,65	138,288,873,859,05	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	57,206,912,230,83	18,386,523,949,83	VALORES EM GARANTIA	28,915,666,468,27	23,323,320,127,45	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6,533,749,320,34	6,747,317,838,54	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	57,206,912,230,83	18,386,523,949,83	
OUTRAS COMPENSACOES	83,420,867,985,47	80,993,145,810,75	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6,533,749,320,34	6,747,317,838,54	
			COMPENSACOES DIVERSAS	83,420,867,985,47	80,993,145,810,75	
ATIVO	770,429,634,956,32	664,491,279,016,78	PASSIVO	770,429,634,956,32	664,491,279,016,78	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(INDIRETA)	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	ATIVO		PASSIVO		2012	2013	2012
	2013	2012	TÍTULOS	2013			
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO				
DISPONIVEL	12.061.836.556,52	9.701.945.332,43	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.756.304.610,97	9.438.790.890,77	9.081.357.011,37	6.763.843.291,17
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	175.567.111,08	99.803.908,88	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	82.583,46	82.583,46	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	11.886.269.445,44	9.602.141.423,55	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	0,00
CREDITOS A RECEBER	3.654.146.270,83	1.682.775.930,19	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	82.583,46	82.583,46	82.583,46	82.583,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	2.997.056.248,19	2.876.320.877,07	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	8.262.326.925,46	8.262.326.925,46	8.262.326.925,46	5.253.822.449,50
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	5.235.066.926,42	5.043.044.616,29	A LIQUIDAR	8.262.326.925,46	8.262.326.925,46	8.262.326.925,46	5.253.822.449,50
ATIVO NAO FINANCEIRO	4.057.352.926,08	2.548.659.132,11	CREDITORES DIVERSOS	818.947.502,45	1.509.938.258,21	818.947.502,45	1.509.938.258,21
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-5.196.049.043,45	-4.885.971.081,48	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	-5.196.049.043,45	-4.885.971.081,48	VALORES DIFERIDOS	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-5.235.066.926,42	-5.043.044.616,29	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-8.262.326.925,46	-8.262.326.925,46	-8.262.326.925,46	-5.253.822.449,50
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	39.017.882,97	157.073.534,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	9.253.401.969,53	7.434.630.213,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	0,00
CREDITOS REALIZAVEL A LONGO PRAZO	9.253.401.969,53	7.434.630.213,59	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-8.262.326.925,46	-8.262.326.925,46	-8.262.326.925,46	-5.253.822.449,50
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.190.598.110,54	7.434.370.118,82	PASSIVO REAL	3.493.977.685,51	4.184.968.441,27	3.493.977.685,51	4.184.968.441,27
DIVIDA ATIVA (LP)	62.803.858,99	260.094,77	PATRIMONIO LIQUIDO	12.625.211.797,09	8.065.636.023,27	12.625.211.797,09	8.065.636.023,27
ATIVO REAL	16.119.189.482,60	12.250.604.464,54	PATRIMONIO/CAPITAL	12.625.211.797,09	8.065.636.023,27	12.625.211.797,09	8.065.636.023,27
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	16.119.189.482,60	12.250.604.464,54	16.119.189.482,60	12.250.604.464,54
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-16.119.189.482,60	-12.250.604.464,54	-16.119.189.482,60	-12.250.604.464,54
ATIVO COMPENSADO	68.181.830,97	64.565.485,85	PASSIVO COMPENSADO	68.181.830,97	64.565.485,85	68.181.830,97	64.565.485,85
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	68.181.830,97	64.565.485,85	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	68.181.830,97	64.565.485,85	68.181.830,97	64.565.485,85
OUTRAS COMPENSAÇOES	68.181.830,97	64.565.485,85	COMPENSAÇOES DIVERSAS	68.181.830,97	64.565.485,85	68.181.830,97	64.565.485,85
ATIVO	16.187.371.313,57	12.315.169.950,39	PASSIVO	16.187.371.313,57	12.315.169.950,39	16.187.371.313,57	12.315.169.950,39


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	UNIAO - ADM. DIRETA	ORGÃO SUPERIOR	2013	2012	EMISSÃO	
					31/01/2014	PÁGINA 1
<b>VARIÁVEIS ATIVAS</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
ORÇAMENTÁRIAS	5.304.654.361.524,72	5.510.253.836.917,94	5.090.931.263.954,90	5.484.131.547.222,33		
RECEITAS CORRENTES	874.644.670.804,92	840.366.475.694,86	633.399.018.699,08	578.957.179.181,79		
RECEITA TRIBUTÁRIA	393.242.311.717,15	368.722.141.105,56	137.843.171.253,52	128.827.266.655,49		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	317.544.207.102,87	300.892.700.476,41	141.699.158.670,00	135.049.686.381,13		
RECEITA PATRIMONIAL	69.096.233.627,85	61.101.456.041,33	333.081.720.617,62	304.271.214.300,67		
RECEITA AGROPECUÁRIA	201.716,92	717.143,03	20.774.968.157,94	10.809.011.844,50		
RECEITA DE SERVIÇOS	36.590.783.933,82	35.688.763.800,86	627.061.147.189,13	664.596.963.729,39		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	283.676.015,57	476.603.698,84	35.218.358.909,09	31.330.755.271,24		
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	99.601,39	0,00	14.974.330.455,09	12.470.719.331,04		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.448.519.203,76	59.928.176.573,29	576.729.298.614,88	620.506.275.800,71		
RECEITA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	14.438.637.885,59	13.554.916.895,54	139.159.210,07	289.213.326,40		
RECEITAS DE CAPITAL	637.260.524.805,19	784.887.491.130,15	3.240.619.473.518,51	3.607.932.944.587,88		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	508.993.964.568,74	551.443.458.584,75	3.239.755.035.523,27	3.592.042.962.629,87		
ALIEAÇÃO DE BENS	2.138.199.244,60	1.602.369.007,97	1.756.342.281.598,11	1.707.448.884.515,95		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/ FINANCIAMENTO	32.459.375.918,43	32.834.573.140,20	647.472.053.863,60	596.164.435.045,94		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.086.395,26	179.521.912,63	1.043.048.546.306,83	1.039.643.924.812,14		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	90.873.528.280,53	196.443.948.158,59	254.257.946.713,63	50.172.056.865,95		
RECEITA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	2.757.370.397,63	2.383.620.325,91	47.150.100.468,36	198.613.661.389,89		
DEBITOS DA RECEITA	-9.709.795.670,96	-34.980.055.673,36	864.437.995,24	15.889.981.958,01		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.981.788.501.983,32	3.084.315.838.039,61	589.851.624.546,18	632.644.459.723,27		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.980.924.063.988,08	3.068.425.856.081,60	77.593.661.943,44	79.733.647.877,73		
COTA RECEBIDA	1.756.342.281.598,11	1.707.448.884.515,95	16.456.858,10	229.941,00		
REPASSE RECEBIDO	75.673.267.247,63	68.796.437.778,19	77.577.178.365,73	79.733.417.936,73		
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.043.027.284.174,34	1.039.643.924.812,14	26.719,61	0,00		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	45.109.551.923,94	40.581.630.491,60	512.257.962.604,74	552.910.811.845,54		
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	60.771.679.044,06	211.954.978.483,72	4.221.433.268.430,21	4.992.519.063.198,90		
CORRESPONDÊNCIA DE DEBITOS	864.437.995,24	15.889.981.958,01	1.596.191.565,23	1.297.921.176,55		
MUTUAÇÕES ATIVAS	820.670.459.602,25	835.664.087.726,68	1.596.191.565,23	1.297.921.176,55		
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	34.270.505.182,08	29.128.765.160,72	1.780.497.533.963,82	1.983.569.701.269,18		
AQUISIÇÕES DE BENS	14.134.168.713,04	14.202.968.719,21	13.335.328.207,79	9.056.319.694,28		
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	20.131.418.868,72	14.920.221.318,68	122.617.442.748,04	99.795.200.848,06		
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	84.970,85	103.978,18	1.644.544.763.007,99	1.874.718.180.726,84		
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	4.832.629,47	3.471.144,65	2.439.339.542.901,16	3.007.651.440.753,17		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	786.399.954.420,17	806.537.322.565,96	898.006.571.257,97	1.127.311.282.783,72		
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.499.427.636.357,41	4.776.834.821.586,01	22.399.296.962,91	4.376.756.679,54		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.117.477.181.836,99	2.290.875.710.278,83	17.469.913.277,75	14.159.477.941,09		
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	13.616.906.321,52	9.345.816.803,43	57.140.584,35	1.589.756,46		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	417.281.443.439,90	373.206.037.358,38	12.282.230.513,13	1.514.091.094,93		
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.686.578.832.075,57	1.908.323.856.117,02	1.146.401.108,40	228.515.824,27		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.381.950.454.520,42	2.485.959.111.307,18	833.797.848.265,14	1.048.230.159.684,58		
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	989.144.210.539,76	1.175.789.838.491,64	10.853.740.546,29	58.800.691.802,85		
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	29.379.347.419,56	10.074.452.311,06	177.135.769.155,42	209.237.550.064,02		
<b>VARIÁVEIS PASSIVAS</b>						
<b>TÍTULOS</b>						
ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSOES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA						
DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO						
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS						
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS						
COTA CONCEDIDA						
REPASSE CONCEDIDO						
SUB-REPASSE CONCEDIDO						
VALORES DIFERIDOS - BAIXA						
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO						
CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS						
MUTUAÇÕES PASSIVAS						
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS						
ALIEAÇÃO DE BENS						
LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS						
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA						
INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS						
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO						
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS						
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO						
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS						
MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO						
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS						
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS						
BAIXA DE BENS IMOVEIS						
BAIXA DE BENS MOVEIS						
BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS						
BAIXA DE TÍTULOS E VALORES						
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS						
BAIXA DE DIREITOS						
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA						
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS						



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TITULOS	2013	2012	TITULOS
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	13.820.644.645,28	8.739.935.772,97	DESVALORIZACAO DE BENS
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	269.703.965,80	155.476.748,37	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	19.358.349.809,93	841.864.928,11	AJUSTES DE CREDITOS
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	1.023.449.960,75	225.035.730,25	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS
INCORPORACAO DE DIREITOS	925.292.703.883,63	1.155.752.933.260,61	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	10.854,81	239.740,27	INCORPORACAO DE PASSIVOS
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	182.340.932.108,59	351.071.305.168,48	AJUSTES DE OBRIGACOES
REAVALIACOES DE BENS	41.619.726.409,59	29.370.455.866,29	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	4.231.356.259,74	2.666.958.383,88	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES
AJUSTES DE CREDITOS	136.285.318.481,27	318.411.798.461,77	AJUSTES FINANCEIROS
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	204.530.957,99	622.092.456,54	AJUSTES NAO FINANCEIROS
DESDINCORPORACAO DE PASSIVOS	779.708.854.015,47	829.999.613.438,83	RESULTADO PATRIMONIAL
AJUSTES DE OBRIGACOES	405.483.291.346,03	92.482.534.353,72	SUPERAVIT
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	11.999,13	24.361,92	
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	25.273.154.511,44	30.029.220.860,47	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	6.586.574.632,12	
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	6.584.694.702,47	
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	1.879.929,65	
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	189.561.951.917,28	
DEFICIT	0,00	189.561.951.917,28	
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>9.804.081.997.882,13</b>	<b>10.476.650.610.421,23</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>
			<b>9.804.081.997.882,13</b>
			15.224.389.637,58
			42.512.563,69
			192.724.844.951,91
			21.878.810,37
			1.213.924.100,47
			1.231.408.339.363,51
			411.176.770.882,85
			20.682.230.647,64
			7.835.267.011,43
			7.308.149.401,39
			527.117.610,04
			0,00
			0,00


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MÊS DEZEMBRO
	UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS	ORGÃO SUPERIOR	EMISSÃO		
			31/01/2014		
		PÁGINA		1	
<b>VARIÁVEIS ATIVAS</b>					
<b>TÍTULOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>TÍTULOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
ORÇAMENTÁRIAS	2.785.336.102.418,25	2.861.181.181.090,64	ORÇAMENTÁRIAS	2.509.418.932.511,57	2.468.661.991.437,52
RECEITAS CORRENTES	1.232.773.606.962,10	1.169.407.898.865,45	DESPESAS CORRENTES	1.193.979.979.712,50	1.080.274.157.884,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	398.154.602.886,26	374.230.594.140,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	205.299.154.851,68	189.325.986.093,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	635.640.172.749,25	592.692.507.848,09	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	141.705.984.850,19	135.057.607.411,00
RECEITA PATRIMONIAL	88.004.005.163,29	81.327.735.801,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	841.874.033.913,94	753.541.076.389,29
RECEITA AGROPECUÁRIA	27.413.952,78	25.386.994,11	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS	5.100.806.096,69	2.349.887.990,79
RECEITA INDUSTRIAL	925.727.912,28	756.186.497,36	DESPESAS DE CAPITAL	710.550.601.904,02	741.579.473.762,73
RECEITA DE SERVIÇOS	50.846.065.702,56	48.159.435.577,00	INVESTIMENTOS	66.645.298.542,85	66.605.218.318,26
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	773.681.239,18	863.117.498,21	INVERSOES FINANCEIRAS	67.166.319.315,58	53.508.973.357,06
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	99.601,39	0,00	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	576.738.984.045,59	620.522.695.417,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.401.837.755,11	71.352.934.508,15	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS	0,00	942.586.670,16
RECEITAS DE CAPITAL	640.006.066.530,06	798.853.029.590,03	MUTUOES PASSIVAS	604.888.350.895,05	646.808.359.790,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	508.993.964.568,74	551.443.458.584,75	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	85.694.484.983,03	87.972.468.867,25
ALIEAÇÃO DE BENS	2.290.272.067,39	14.221.009.928,52	ALIENACAO DE BENS	124.007.050,08	111.718.965,21
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	36.908.739.886,43	36.442.285.180,24	LIQUIDACAO DE CREDITOS	80.528.032.312,31	82.005.794.648,32
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	118.100.088,71	242.300.191,54	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	3.478.925.573,11	3.932.563.374,44
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	90.877.346.070,60	196.503.975.704,98	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.394.416.257,24	1.674.736.282,88
RECEITA ENTRE ORÇAMENTOS DO ORÇAMENTO	817.643.848,19	0,00	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	169.103.790,29	247.655.596,40
DEDUÇÕES DA RECEITA	-14.085.465.817,12	-36.905.829.751,02	INCORPORACOES DE PASSIVOS	519.193.865.912,02	558.835.890.923,18
MUTUOES ATIVAS	926.641.894.743,21	929.826.082.386,18	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	2.797.884.555.171,70	3.298.747.663.477,87
INCORPORACOES DE ATIVOS	93.669.602.444,51	78.421.417.738,56	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	5.547.014.495,48	5.263.926.058,14
AQUIZIÇÕES DE BENS	27.127.812.768,16	23.732.598.902,30	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.552.611.607,72	4.064.308.454,97
INCORPORACAO DE CREDITOS	65.821.009.824,57	54.010.343.691,50	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	994.402.887,76	1.199.617.603,17
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	697.873.390,76	666.732.675,06	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.792.337.540.676,22	3.293.483.737.419,73
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	22.906.461,02	11.742.469,70	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.128.735.009.211,41	1.307.900.318.459,90
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	832.972.292.298,70	851.404.664.647,62	BAIXA DE BENS IMOVEIS	46.845.171.262,73	14.367.102.518,35
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	2.803.764.386.220,00	2.792.237.773.492,67	BAIXA DE BENS MOVEIS	22.875.183.416,36	19.191.203.911,32
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	2.546.950.813,62	3.078.562.954,20	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	63.365.644,23	17.495.383,95
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.355.786.305,26	2.838.911.219,25	BAIXA DE TITULOS E VALORES	12.707.648.797,52	17.436.436.919,92
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	191.164.508,36	239.651.735,05	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.297.861.259,76	309.401.525,25
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.801.217.435.406,38	2.789.159.210.538,37	BAIXA DE DIREITOS	1.034.092.038.284,52	1.197.777.986.398,26
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.266.065.190.894,41	1.373.238.414.857,16	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	10.853.740.546,29	58.800.691.802,85
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	75.620.485.285,37	19.917.841.128,02	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	211.087.854.927,18	221.735.977.623,31
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	19.387.104.178,20	13.586.655.880,20	DESVALORIZACAO DE BENS	26.125.475.086,24	16.041.773.853,22
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	329.610.873,28	203.612.526,94	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.359.999.309,78	7.123.592.054,09
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	20.336.713.964,41	1.935.988.248,69	AJUSTES DE CREDITOS	174.789.548.667,68	196.581.680.956,88
INCORPORACAO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	80.881.283,28	85.332.724,75	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	0,00	21.939.503,95
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	14.788.418.507,49	13.407.895.643,34	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	8.812.831.863,48	1.966.991.255,17
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.135.348.890.855,68	1.323.941.112.666,11	INCORPORACAO DE PASSIVOS	704.339.953.307,95	1.322.159.281.085,17
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	167.292.658,56	153.963.787,06	AJUSTES DE OBRIGACOES	717.243.303.402,09	411.854.305.365,97
DIFERIDO	5.793.288,14	6.082.252,05	AJUSTES MONETARIOS DO BALANÇO	52.070.304,64	327.398.027,09
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	270.528.229.159,94	387.582.667.221,28	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	30.879.349.522,95	20.682.230.647,64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
REAVALIACOES DE BENS	113.125.897.665,03	50.467.059.600,25	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	8.824.226.210,65	
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	5.790.734.902,41	9.110.972.226,61	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	7.679.322.511,62	
AJUSTES DE CREDITOS	151.369.158.205,14	327.332.659.437,56	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	1.144.903.699,03	
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	242.438.387,36	671.975.956,86	RESULTADO PATRIMONIAL	281.797.000.954,98	0,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	833.762.741.871,23	897.715.201.620,29	SUPERAVIT	281.797.000.954,98	0,00	
AJUSTES DE OBRIGACOES	405.500.884.769,06	92.515.811.892,19				
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	87.234.200,30	1.809.888,63				
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	25.273.154.511,44	30.029.220.860,47				
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	8.076.084.198,35				
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	7.559.908.940,63				
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	516.175.257,72				
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	113.990.700.332,08				
DEFICIT	0,00	113.990.700.332,08				
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>5.589.100.488.638,25</b>	<b>5.767.409.654.915,29</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>5.589.100.488.638,25</b>	<b>5.767.409.654.915,29</b>	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES DEZEMBRO	
	SUBTÍTULO	UNIAO - AUTARQUIAS	EMISSÃO			PÁGINA
			31/01/2014			
ORGÃO SUPERIOR					1	
<b>VARIÁÇÕES ATIVAS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	2013	2012		
ORÇAMENTARIAS	588.945.003.745,21	810.962.520.635,33	561.798.440.867,99	502.207.681.192,09		
RECEITAS CORRENTES	343.651.283.282,93	308.147.490.075,79	481.342.320.249,93	428.942.540.130,18		
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.862.904.854,56	5.036.159.428,78	40.459.455.513,80	36.362.653.150,29		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.808.856.215,28	285.227.653.488,26	965.980,71	496.433,37		
RECEITA PATRIMONIAL	5.700.600.066,40	5.913.016.514,83	435.547.502.926,00	387.918.367.585,47		
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.328.903,23	7.165.784,91	5.334.395.829,42	4.661.022.961,05		
RECEITA INDUSTRIAL	88.064.201,06	87.407.127,32	31.435.517.135,85	33.131.397.361,70		
RECEITA DE SERVIÇOS	2.542.011.203,61	2.126.437.313,25	22.750.600.222,41	26.086.254.668,36		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.471.531,21	81.655.284,33	6.887.321.634,84	4.007.994.720,35		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.486.590.810,17	7.864.776.409,89	742.620,45	389.859,13		
RECEITA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	9.051.455.497,41	1.803.215.724,22	1.796.832.658,15	3.036.758.113,86		
RECEITAS DE CAPITAL	678.519.850,60	289.566.590,78	46.503.832.468,76	37.479.987.725,86		
ALIENAÇÃO DE BENS	77.017.756,09	91.660.893,89	46.503.832.468,76	37.479.987.725,86		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/ FINANCIAMENTO	583.970.254,66	148.379.123,70	925.543.889,36	974.020.825,07		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.524.915,56	1.411.915,13	30.084.952.529,60	26.864.538.319,10		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.924,29	48.114.659,06	3.054.977.489,48	3.054.977.489,48		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.223.244.366,86	-1.568.214.841,39	137.494,95	135.965,66		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	206.372.306.806,85	465.180.317.653,69	2.516.771.013,45	2.653.755.974,35		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	206.372.306.806,85	465.180.317.653,69	427.046.339,48	451.509.020,75		
REPASSE RECEBIDO	476.561.529.861,24	431.426.137.606,22	79.736.679,99	87.031.261,76		
SUB-REPASSE RECEBIDO	30.084.952.529,60	26.864.538.319,10	257.257.055,42	274.161.361,27		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	-306.459.381.946,04	3.615.822.338,83	137.494,95	135.965,66		
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.185.206.362,05	3.273.819.389,54	555.400,90	884.645,79		
MUTUAÇÕES ATIVAS	40.466.138.171,69	38.913.361.156,46	89.359.708,22	89.295.786,27		
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	14.973.001.976,25	10.916.191.584,28	2.089.724.673,97	2.202.246.953,60		
AQUISICOES DE BENS	5.329.167.151,89	4.842.908.105,38	829.616.559.808,95	723.887.301.741,14		
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	9.642.288.908,18	6.073.945.211,55	658.887.847.789,74	585.559.447.367,45		
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	5.437,70	4.003,00	952.993.056,58	590.446.494,35		
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.540.480,48	234.264,35	342.479.517.793,13	310.242.376.522,53		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	25.493.136.193,44	27.997.169.572,18	315.455.336.940,03	274.726.624.350,57		
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	512.004.371.500,32	432.777.115.988,02	170.728.712.019,21	138.327.854.373,69		
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	91.026.876,63	89.810.566,62	113.484.450.961,79	82.324.611.529,37		
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	91.026.876,63	89.810.566,62	9.822.369.651,37	3.881.094.958,94		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	323.125.945.157,57	285.390.249.744,09	2.152.751.450,80	1.443.993.886,21		
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	953.006.141,18	590.398.399,38	1.904.578,50	3.193.382,92		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	36.028.269.557,34	34.655.082.530,02	232.673.008,02	452.198.352,32		
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	286.144.669.459,05	250.144.768.814,69	151.459.288,01	80.881.283,28		
AGRECIOS PATRIMONIAIS	188.787.399.466,12	147.297.055.677,31	101.123.292.985,09	76.463.289.665,78		
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	131.440.644.972,36	100.927.012.398,86	1.182.714.211,68	939.063.865,78		
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	12.739.307.675,23	3.045.948.574,25	729.121.071,87	624.001.225,36		
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	2.616.040.976,26	1.783.777.956,32	165.108,17	33.265,06		
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	29.952.621,62	17.678.051,24	55.027.375,00	62.306.563,59		


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	UNIAO - AUTARQUIAS		2013	2012	31/01/2014	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR						
			VARIACOES PASSIVAS			
			VARIACOES ATIVAS			
TÍTULOS	2013	2012	2013	2012	2013	2012
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	86.526.032,55	317.482.624,32	0,00	0,00	398.400.656,64	60.693,58
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	80.881.283,28	85.332.724,75	0,00	0,00	56.054.015.218,86	252.662.105,19
INCORPORACAO DE DIREITOS	115.887.936.381,42	95.676.792.467,98	0,00	0,00	7.531.626,88	54.784.082.035,58
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	23.352.730.265,42	3.976.173.534,37	0,00	0,00	0,00	7.567.138,83
REAVALIACOES DE BENS	18.470.991.294,60	3.030.468.383,71	0,00	0,00	0,00	272.529.814,13
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	171.569,72	637.278,41	0,00	0,00	0,00	241.551.340,85
AJUSTES DE CREDITOS	4.873.986.686,61	944.195.880,57	0,00	0,00	0,00	30.978.473,28
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	7.580.714,49	871.991,68	0,00	0,00	0,00	17.644.653.690,12
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	33.993.351.896,56	41.604.448.524,27	0,00	0,00	0,00	17.644.653.690,12
AJUSTES DE OBRIGACOES	672.331,78	698.156,13	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	788.723.053,68	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	779.663.254,80	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	9.055.798,88	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	290.465.625.431,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT	290.465.625.431,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACOES ATIVAS	1.391.415.000.676,94	1.243.739.636.623,35	1.391.415.000.676,94	1.243.739.636.623,35	1.391.415.000.676,94	1.243.739.636.623,35
VARIACOES PASSIVAS						


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MÊS DEZEMBRO	
	SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDACÕES	EMISSÃO			PÁGINA
			31/01/2014			
ÓRGÃO SUPERIOR					1	
<b>VARIACÕES ATIVAS</b>						
<b>TÍTULOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>TÍTULOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
ORÇAMENTARIAS	40.424.146.172,09	33.062.332.136,98	ORÇAMENTARIAS	39.881.356.621,73	31.491.347.146,16	
RECEITAS CORRENTES	1.217.552.502,60	1.059.942.764,33	DESPESAS CORRENTES	27.946.385.510,19	22.601.570.852,73	
RECEITA PATRIMONIAL	80.049.621,09	60.926.285,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.982.021.799,04	10.471.529.499,01	
RECETA AGRPECUÁRIA	108.277,82	224.129,50	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	79.241,97	61.107,13	
RECETA INDUSTRIAL	1.098.407,69	3.143.494,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.118.759.733,93	10.594.036.520,00	
RECETA DE SERVIÇOS	316.082.519,82	398.237.460,22	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.845.524.735,25	1.535.943.766,59	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.045.908,45	261.319.829,86	DESPESAS DE CAPITAL	3.012.259.621,57	2.729.642.639,48	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	221.995.899,01	314.768.926,95	INVESTIMENTOS	3.007.083.224,69	2.720.994.469,60	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	243.171.868,72	21.322.637,77	INVERSOES FINANCEIRAS	5.137.436,00	2.177.647,00	
RECEITAS DE CAPITAL	14.707.463,90	7.658.336,25	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	38.960,88	6.470.522,88	
ALIENACAO DE BENS	1.949.321,51	2.906.961,26	INTERFERENCIAS PASSIVAS	8.252.118.931,71	5.542.756.058,19	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.758.142,39	4.751.375,49	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	8.252.118.931,71	5.542.756.058,19	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-19.380.935,28	-48.347.497,69	REPASSE CONCEDIDO	209.886.079,56	187.946.473,40	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	32.092.852.103,23	26.402.285.630,13	SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.704.941.146,77	4.995.212.758,55	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	32.092.852.103,23	26.402.285.630,13	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	112.171.218,44	36.483.293,87	
REPASSE RECEBIDO	24.902.370.545,96	21.174.692.487,18	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.225.120.486,94	323.113.532,37	
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.704.941.146,77	4.995.212.758,55	MUTACOES PASSIVAS	670.592.558,26	617.377.595,76	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	158.473.552,01	58.769.512,05	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	29.004.111,04	12.894.418,85	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	327.066.858,49	173.610.872,35	ALIENACAO DE BENS	9.138.114,46	7.603.064,66	
MUTACOES ATIVAS	7.118.415.037,64	5.640.792.903,46	LIQUIDACAO DE CREDITOS	629.747.384,01	587.740.931,36	
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.381.783.384,05	1.815.664.220,59	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	2.244.727,35	3.069.763,87	
AQUISICOES DE BENS	1.675.015.108,63	1.231.055.055,84	BAIXA DE FORNECA. RECEBER - ENT.COMERCIA	458.221,40	6.069.417,02	
INCORPORACAO DE CREDITOS	685.880.526,58	554.458.078,79	BAIXA DE FORNECA. RECEBER - ENT.INDUSTRI	61.971.874.963,47	29.651.679.895,34	
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	12.715.815,30	27.133.328,16	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	298.744.707,59	756.913.719,39	
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	8.171.933,54	3.017.757,80	INTERFERENCIAS PASSIVAS	49.671.835,42	80.364.916,90	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.736.631.653,59	3.825.128.682,87	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	65.121.023,55	389.123.838,23	
AQUISICOES DE BENS	109.295.780.583,09	48.411.458.520,54	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	183.951.848,62	287.424.964,26	
INCORPORACAO DE CREDITOS	3.299.740,83	8.899.606,91	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	61.673.130.255,88	28.894.766.175,95	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	2.489.073,23	3.564.058,62	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	30.406.073.639,89	18.559.994.260,59	
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	810.667,60	5.335.548,29	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	13.959.628.104,46	5.609.747.481,17	
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	204.868.799,16	652.099.033,36	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.101.196.143,31	1.106.812.087,77	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	49.671.835,42	80.413.916,90	BAIXA DE BENS MOVEIS	35.592,96	3.487.138,34	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	62.040.078,69	317.911.852,84	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.601,28	6.281,02	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	93.156.885,05	253.773.263,62	BAIXA DE TITULOS E VALORES	15.345.212.197,88	11.839.941.272,29	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	109.087.612.043,10	47.750.459.880,27	BAIXA DE DIREITOS	25.258.700.929,49	515.635.568,67	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	52.616.963.504,28	22.967.174.066,48	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	18.412.648.583,67	135.041.859,69	
INCORPORACOES DE ATIVOS	31.799.593.680,03	5.793.934.101,09	DEVALORIZACAO DE BENS	110.138,16	1.375.882,47	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.166.386.018,35	1.317.029.631,78	DEVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	432.908.018,38	184.615.584,92	
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	4.393.516,58	4.515.360,38	AJUSTES DE CREDITOS	6.413.034.189,28	194.602.241,59	
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	415.229,29	540,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	6.006.735.618,36	9.388.652.369,72	
INCORPORACAO DE DIREITOS	19.536.825.945,19	15.745.787.075,57	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.620.068,14	619.494,58	
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	109.349.114,84	105.907.357,66	AJUSTES DE OBRIGACOES			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TITULOS	VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS	
	2013	2012	TITULOS	2013	2012
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	53.572.203.842,56	18.196.739.587,97	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	429.864.482,39
REAVALIACOES DE BENS	52.999.931.051,28	17.965.783.836,31	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	30.294.500,93
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	90.002,62	1.780.034,67	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	399.569.981,46
AJUSTES DE CREDITOS	571.859.169,04	210.861.814,68	RESULTADO PATRIMONIAL	47.866.695.169,98	20.330.763.616,02
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	323.619,62	18.313.902,31	SUPERAVIT	47.866.695.169,98	20.330.763.616,02
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.896.656.574,99	6.148.973.049,56			
AJUSTES DE OBRIGACOES	1.788.121,27	8.724.835,02			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	428.848.341,24			
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	82.851.813,12			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	345.996.528,12			
DEFICT					
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>149.719.926.755,18</b>	<b>81.473.790.657,52</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>149.719.926.755,18</b>	<b>81.473.790.657,52</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		2013		DEZEMBRO	
	2013	2012	2013		2012	
ORÇAMENTARIAS	23.731.776.105,75	21.479.457.772,44	25.783.047.458,93	23.455.576.046,35		
RECEITAS CORRENTES	437.169.167,58	401.998.171,54	7.007.266.869,12	5.901.042.687,49		
RECEITA TRIBUTÁRIA	200,00	381,19	3.980.931.873,79	2.998.709.732,08		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.223.737,14	3.183.554,85	15.361,45	1.331.773,87		
RECEITA PATRIMONIAL	26.896.385,39	37.370.393,51	2.546.651.405,19	2.177.995.146,86		
RECEITA AGROPECUÁRIA	17.775.054,81	17.279.936,67	879.668.228,69	723.006.034,68		
RECEITA INDUSTRIAL	37.793.307,98	38.444.966,33	5.427.297.499,03	3.823.069.609,47		
RECEITA DE SERVIÇOS	177.620.863,02	135.533.542,25	3.824.868.212,77	3.005.308.664,56		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.067.699,74	6.740.830,90	1.598.701.923,58	809.465.952,78		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	139.146.307,19	123.530.344,43	63.866,34	5.012.505,84		
RECEITA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	31.645.612,31	39.914.221,41	3.663.496,34	3.282.486,29		
RECEITAS DE CAPITAL	65.647.601,48	93.383.727,73	6.753.162.919,51	7.529.287.570,33		
ALIEAÇÃO DE BENS	20.563.141,91	21.244.995,31	6.753.162.919,51	7.529.287.570,33		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	45.084.270,05	51.761.936,50	132.138.240,04	17.885.250,31		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	189,52	10.376.795,92	6.581.388.637,07	7.474.173.845,06		
RECEITA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	10.000.000,00	97.033,18	11.263.186,81		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-23.899.339,93	-20.755.346,15	39.539.009,22	35.743.619,34		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	15.266.937.284,31	14.216.085.539,75	6.595.320.171,27	6.202.176.179,06		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.266.937.284,31	14.216.085.539,75	2.362.631.257,99	3.198.571.783,46		
REPASSE RECEBIDO	8.661.173.377,54	6.711.823.634,96	18.549.458,77	11.263.186,81		
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.581.388.637,07	7.474.173.845,06	5.739.102,29	6.096.557,71		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.033.371,72	6.648.883,39	1.214.187.489,28	1.821.932.370,75		
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	17.341.897,98	23.439.176,34	1.078.291.265,04	1.283.763.933,34		
MUTACÖES ATIVAS	7.985.921.392,31	6.788.745.679,57	45.863.942,61	75.515.734,85		
INCORPORACÖES DE ATIVOS	3.779.781.595,85	2.806.283.682,35	4.232.688.913,28	3.003.604.395,60		
AQUIZICÖES DE BENS	3.536.461.023,51	2.075.652.791,79	29.771.816.310,27	31.346.584.602,77		
INCORPORACAO DE CREDITOS	236.586.742,65	226.882.998,71	735.383.271,91	962.273.045,31		
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	0,00	720,00	735.383.271,91	962.273.045,31		
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	6.733.829,69	3.747.171,85	10.879.907.507,44	11.848.844.790,37		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.206.139.796,46	4.482.461.997,22	43.826.628,09	199.992.959,40		
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	30.937.587.331,39	32.371.421.204,47	3.665.992.080,41	4.283.103.661,86		
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.972.839.095,95	2.489.128.548,03	7.170.088.798,94	7.365.748.169,11		
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.900.832.862,03	2.421.483.724,70	18.156.525.530,92	18.535.466.767,09		
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	72.006.533,92	67.644.823,33	11.801.057.425,40	10.814.639.468,68		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.837.812.990,20	11.865.603.636,30	541.065.771,64	361.952.689,92		
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	43.826.628,09	200.130.126,50	1.544.577.355,58	1.617.957.732,63		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.634.085.539,40	4.313.736.339,06	1.728.897,96	746.994,51		
Movimento de Fundos a Débito	7.159.900.822,71	7.351.737.170,74	34.205.116,73	47.924.572,75		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	18.126.935.245,24	18.016.689.020,14	9.679.480.283,19	8.786.057.478,87		
INCORPORACÖES DE ATIVOS	14.394.961.835,03	12.508.039.351,51	242.157.696,30	320.822.833,49		
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.503.789.552,25	808.434.757,29	4.631.423,29	47.785.620,52		
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.145.815.150,55	1.278.371.468,54	264.874,77	0,00		
DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES						



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TITULOS	VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
	2013	2012	2013	2012
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	25.468.463,50	18.972.829,75	34.343.000,72	94.890.853,55
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	40.575.552,50	33.057.584,47	202.918.397,52	178.146.359,42
INCORPORACAO DE DIREITOS	11.673.519.828,09	10.364.746.400,61	5.693.039.433,89	6.823.207.226,07
DIFERIDO	5.793.288,14	4.456.310,89	409.471.580,27	286.609.414,50
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	53.973.035,51	96.170.208,17	10.799.395,06	95.545.075,64
REAVALIAÇÕES DE BENS	12.834.227,35	61.392.874,05	0,00	194.642.748,71
REAVALIAÇÕES DE TITULOS E VALORES	808.588,50	9.251,20	0,00	74.039.555,09
AJUSTES DE CREDITOS	18.887.885,31	19.371.648,01	0,00	120.603.193,62
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	21.442.334,35	17.396.434,91	0,00	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.602.254.196,56	5.271.560.424,39		
AJUSTES DE OBRIGACOES	4.686.067,20	7.063.729,96		
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	71.060.110,94	675.975,30		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	131.179.330,77		
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	34.800.945,11		
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	96.378.385,66		
RESULTADO PATRIMONIAL	885.500.332,06	951.281.672,21		
DEFICIT	885.500.332,06	951.281.672,21		
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>55.554.863.769,20</b>	<b>54.802.160.649,12</b>	<b>55.554.863.769,20</b>	<b>54.802.160.649,12</b>
		<b>VARIACOES PASSIVAS</b>		
		TITULOS		
		AJUSTES DE CREDITOS		
		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
		INCORPORACAO DE PASSIVOS		
		AJUSTES DE OBRIGACOES		
		AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO		
		AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		
		AJUSTES FINANCEIROS		
		AJUSTES NAO FINANCEIROS		
		SUPERAVIT		



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIÃO - SOC ECONOMIA MISTA		2013		DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA	
				31/01/2014		1	
<b>VARIÁVEIS ATIVAS</b>							
TÍTULOS		2013	2012	TÍTULOS		2013	2012
ORÇAMENTARIAS		4.558.557.381,54	4.948.593.294,33	ORÇAMENTARIAS		4.223.264.512,07	5.000.175.351,85
RECEITAS CORRENTES		1.036.283.079,90	811.045.766,53	DESPESAS CORRENTES		2.942.602.885,84	2.766.512.185,06
RECEITA PATRIMONIAL		19.179.680,24	15.636.267,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.580.234.302,41	1.495.359.021,48
RECEITA INDUSTRIAL		725.299.522,28	568.979.183,26	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		5.765.596,06	6.031.715,50
RECEITA DE SERVIÇOS		252.735.031,11	217.414.306,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.191.101.478,61	1.143.552.843,14
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		275.643,84	169.760,42	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		165.501.508,76	121.568.604,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		38.652.992,96	8.712.015,80	DESPESAS DE CAPITAL		341.335.918,78	1.230.746.296,25
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		140.209,47	134.233,05	INVESTIMENTOS		332.456.974,86	1.219.257.927,26
RECEITAS DE CAPITAL		166.716,17	44.097,39	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA		8.878.943,92	11.017.251,57
ALÍQUOTA DE BENS		166.716,17	44.097,39	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		0,00	473.117,42
DEDUCÍVEIS DA RECEITA		-4.187.527,64	-4.655.481,18	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		178.198.872,78	149.230.874,30
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		2.380.515.852,76	2.293.500.053,20	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		178.198.872,78	149.230.874,30
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.380.515.852,76	2.293.500.053,20	REPASSE CONCEDIDO		17.105.067,51	11.215.947,81
REPASSE RECEBIDO		2.230.739.890,85	2.159.661.411,74	SUB-REPASSE CONCEDIDO		149.775.961,91	133.728.641,46
SUB-REPASSE RECEBIDO		149.775.961,91	133.728.641,46	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		11.317.843,36	4.286.285,03
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		0,00	110.000,00	MUTUAÇÕES PASSIVAS		76.112.834,67	853.683.996,24
MUTUAÇÕES ATIVAS		1.145.779.260,35	1.848.658.858,39	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		227.668.601,53	293.499.101,92
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		744.039.805,30	874.295.390,17	ALIENAÇÃO DE BENS		114.157,74	276.352,49
AQUISIÇÕES DE BENS		435.579.811,57	605.074.687,93	LÍQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS		583.427,72	579.256,82
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS		252.847.622,85	202.508.170,04	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		36.997.218,93	64.939.699,23
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO		53.984.783,04	65.440.401,15	BAIXA DE FORNECA. RECEBER - ENT.COMERCIA		158.362.212,52	153.163.047,49
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		1.627.587,84	1.272.131,05	BAIXA DE FORNECA. RECEBER - ENT.INDUSTRI		31.611.584,62	74.540.745,89
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		401.739.455,05	974.363.468,22	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS		533.458.233,14	560.184.894,32
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		5.089.264.896,48	7.149.550.738,39	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		5.896.413.525,94	8.232.705.656,81
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		185.086.950,10	228.746.788,01	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		197.758.910,88	2.184.320.630,77
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		159.416.764,38	153.958.112,90	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		86.097.869,69	44.032,57
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		25.670.185,72	74.788.675,11	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		15.405,87	2.366.546,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		162.120.122,88	2.177.853.389,22	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		111.645.635,32	2.181.910.051,95
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		86.097.869,69	44.032,57	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		5.698.654.615,06	6.048.385.028,04
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	329.095,18	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		2.901.511.387,85	2.820.973.535,11
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		76.022.253,19	2.177.480.261,57	BAIXA DE BENS IMOVEIS		23.724.131,31	2.004.475,53
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		4.742.057.823,50	4.742.950.561,06	BAIXA DE BENS MOVEIS		246.181.684,99	510.065.135,15
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		3.095.457.850,29	2.715.100.946,53	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS		3.400,00	1.627.086,92
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS		92.507.216,51	94.389.158,74	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES		54.521.797,52	35.330.592,87
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS		305.980.244,11	194.235.845,02	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		863,35	4.417,70
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		30.131,89	2.613.521,72	BAIXA DE DIREITOS		2.577.079.510,68	2.271.941.826,94
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES		54.009.636,81	58.337.495,59	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS		154.769.295,77	131.144.732,12
INCORPORAÇÃO DE DISPONIBILIDADES		0,00	1.451.118,04	DEVALORIZAÇÃO DE BENS		2.075.268,45	316.156,76
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS		2.585.388.576,43	2.315.073.033,29	DEVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES		175.195,52	63.317,63
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA		57.542.042,54	47.374.832,97	AJUSTES DE CRÉDITOS		3.711.539,84	5.771.017,94
DIFERIDO		0,00	1.625.941,16	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		148.807.291,96	124.994.239,79
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS		46.961.776,56	52.239.304,84	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.160.127.110,17	2.442.585.489,42



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS	
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
REAVALIAÇÕES DE BENS	19.292.649,66	37.113.090,26	AJUSTES DE OBRIGACOES	440.975.911,69	382.738.435,21
REAVALIAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES	6.320.969,12	72.552,73	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	41.270.909,58	231.852.951,45
AJUSTES DE CREDITOS	13.785.387,26	6.848.162,76	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	39.089.884,73
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	7.562.770,52	8.205.499,09	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	245.913,07
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.573.029.203,64	1.888.115.206,78	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	38.843.971,66
AJUSTES DE OBRIGACOES	10.446.902,78	16.790.807,36	SUPERAVIT	0,00	0,00
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	16.162.090,23	1.109.551,41			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	69.594.744,14			
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	6.734.128,73			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	62.860.615,41			
RESULTADO PATRIMONIAL	471.855.759,99	1.134.736.977,94			
DEFICIT	471.855.759,99	1.134.736.977,94			
VARIACOES ATIVAS	10.119.678.038,01	13.232.881.010,66	VARIACOES PASSIVAS	10.119.678.038,01	13.232.881.010,66


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	UNIAO - FUNDOS	ORGÃO SUPERIOR	2013	2012	EMISSÃO	
					31/01/2014	
VARIÁVEIS ATIVAS			VARIÁVEIS PASSIVAS			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	PÁGINA
ORÇAMENTÁRIAS	256.027.661.912,33	278.342.985.791,51	ORÇAMENTÁRIAS	219.806.963.519,34	220.244.209.936,63	
RECEITAS CORRENTES	35.719.238.513,75	34.169.216.034,03	DESPESAS CORRENTES	65.274.975.887,92	56.653.582.488,74	
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.386.114,55	472.293.225,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.853.340.109,12	9.170.066.074,93	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.283.885.693,96	6.568.970.328,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.388.297.752,59	47.435.909.993,15	
RECEITA PATRIMONIAL	13.081.045.782,32	14.199.330.299,45	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS	33.338.026,21	47.604.420,66	
RECEITA INDUSTRIAL	73.472.473,27	58.211.725,90	DESPESAS DE CAPITAL	45.212.771.089,10	38.461.272.452,35	
RECEITA DE SERVIÇOS	10.966.832.151,18	9.593.049.153,59	INVESTIMENTOS	1.511.930.999,03	2.242.647.317,24	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.144.440,37	36.628.133,86	INVERSOES FINANCEIRAS	43.700.827.866,07	36.218.615.705,89	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.066.932.542,02	3.111.970.237,79	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS	12.224,00	9.429,22	
RECEITA ENTRE ORÇAMENTOS	167.539.316,08	128.762.929,64	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	104.826.300.773,10	121.292.448.673,79	
RECEITAS DE CAPITAL	3.926.226.642,16	15.968.506.033,14	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	104.818.462.474,78	121.287.127.795,11	
ALIEAÇÃO DE BENS	52.375.887,11	12.502.783.972,70	REPASSE CONCEDIDO	36.165.680.396,28	32.225.953.591,81	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMO/ FINANCIAMENTO	3.865.393.713,34	3.459.332.916,24	SUB-REPASSE CONCEDIDO	55.696.610.991,68	69.017.383.008,39	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.646.365,45	4.853.051,79	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	0,00	20.435.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.810.676,26	1.536.092,41	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	5.304.420.555,22	4.795.561.356,99	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.104.957.976,45	-288.800.911,25	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	7.651.750.531,60	15.227.794.837,92	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	169.231.973.453,90	187.518.628.573,97	CORRESPONDÊNCIA DE CREDITOS	7.838.298,32	5.320.878,68	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	169.224.135.155,58	187.513.307.695,29	MUTACÖES PASSIVAS	4.492.915.769,22	3.836.906.321,75	
REPASSE RECEBIDO	96.893.326.613,13	99.312.704.216,05	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	4.412.884.282,33	3.677.863.487,63	
SUB-REPASSE RECEBIDO	55.717.873.124,17	69.017.383.008,39	ALIEAÇÃO DE BENS	11.781,02	23.804,30	
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	20.435.000,00	LIQUIDAÇÃO DE CREDITOS	2.658.270.250,11	1.983.936.471,13	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	15.412.984.177,48	13.797.582.636,04	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	1.597.829.266,33	1.457.814.407,44	
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.199.951.240,80	5.365.202.834,81	BAIXA DE FORNEC. A RECEBER - ENT. COMERCIA	154.962.651,43	233.854.892,39	
CORRESPONDÊNCIA DE DEBITOS	7.838.298,32	5.320.878,68	BAIXA DE FORNEC. A RECEBER - ENT. INDUSTRI	1.810.333,44	2.233.912,37	
MUTACÖES ATIVAS	49.255.181.278,97	40.870.436.061,62	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	80.031.486,89	159.042.834,12	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	37.520.490.498,98	33.382.217.700,45	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	122.849.069.584,56	127.905.662.592,92	
AQUIZIÇÕES DE BENS	2.017.420.959,52	774.939.542,15	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	3.215.439.658,34	3.003.731.836,28	
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	34.871.987.155,59	32.033.227.913,73	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.956.420.042,49	2.766.387.278,42	
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	631.082.383,87	574.050.244,57	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	259.019.615,85	237.344.557,86	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	11.734.690.779,99	7.588.218.361,17	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	22.892.654.572,23	30.876.106.434,85	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	120.664.193.003,01	109.488.739.667,25	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.000.060.142,73	450.815.636,05	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	294.698.150,11	261.977.444,73	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	548.135.899,74	902.693.480,90	
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	293.047.905,62	259.905.323,03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	20.110.063.560,57	29.327.146.922,19	
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	1.650.244,49	2.072.121,70	OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	234.394.969,19	195.448.395,71	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	21.846.518.544,90	23.833.818.130,11	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	96.740.975.353,99	94.025.824.321,79	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.718.468.944,40	161.180.454,77	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	72.135.344.538,51	66.068.816.882,43	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.370.386.335,41	3.121.767.722,55	BAIXA DE BENS IMOVEIS	99.086.641,04	135.586.233,25	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	7.523.268.295,90	20.355.421.557,28	BAIXA DE BENS MOVEIS	360.563.503,63	352.897.128,47	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	234.394.969,19	195.448.395,71	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	2.552.590,46	6.851.024,80	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	98.522.976.308,00	85.392.944.092,41	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	104.016.760,84	15.386.886.026,03	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	75.372.952.192,69	58.331.249.602,10	BAIXA DE DIREITOS	71.569.125.042,54	50.186.596.469,88	
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	105.939.741,79	100.682.225,59	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	7.113.743.638,52	10.591.760.569,23	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

		VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TITULOS		2013	2012	TITULOS	2013
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		332.237.141,65	273.405.205,57	DESVALORIZACAO DE BENS	876.810,52
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS		62.173,89	4.356.015,48	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.342.283.642,15
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES		796.837.701,33	685.245.076,20	AJUSTES DE CREDITOS	5.767.007.851,61
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES		13.764.968.546,74	13.181.338.795,05	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.575.334,24
INCORPORACAO DE DIREITOS		60.372.516.240,92	44.085.780.428,05	INCORPORACAO DE PASSIVOS	17.491.880.351,46
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA		390.646,37	441.856,16	AJUSTES DE OBRIGACOES	6.825,50
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		11.161.428.131,30	14.188.039.417,45	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
REAVALIACOES DE BENS		3.122.032,55	1.845.549,63	AJUSTES FINANCEIROS	0,00
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES		1.551.987.512,71	6.441.514.725,72	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00
AJUSTES DE CREDITOS		9.605.320.595,65	7.739.583.469,77	RESULTADO PATRIMONIAL	34.035.821.811,44
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT		997.990,39	5.095.672,33	SUPERAVIT	34.035.821.811,44
DEINCORPORACAO DE PASSIVOS		11.988.595.984,01	12.802.490.976,46		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	71.164.096,40		
AJUSTES FINANCEIROS		0,00	71.164.096,40		
DEFICIT					
<b>VARIACOES ATIVAS</b>		<b>376.691.854.915,34</b>	<b>387.831.725.458,76</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>376.691.854.915,34</b>
					<b>387.831.725.458,76</b>


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	SUBTÍTULO	UNIÃO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)	EMISSÃO		PÁGINA	
			31/01/2014		1	
ÓRGÃO SUPERIOR						
<b>VARIÁVEIS ATIVAS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS			
ORÇAMENTÁRIAS	657.659.483.404,59	870.452.903.839,08	ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	346.342.288.033,01	310.420.476.778,19	DESPESAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.862.905.054,56	5.036.159.809,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.812.079.952,42	285.230.837.043,11	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
RECEITA PATRIMONIAL	5.826.725.753,12	6.026.949.460,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
RECEITA AGROPECUÁRIA	27.212.235,86	24.669.851,08	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			
RECEITA INDUSTRIAL	852.255.439,01	697.974.771,46	DESPESAS DE CAPITAL			
RECEITA DE SERVIÇOS	3.288.449.617,56	2.877.622.622,55	INVESTIMENTOS			
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	459.860.783,24	349.885.705,51	INVERSOES FINANCEIRAS			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.886.386.009,33	8.311.787.697,07	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	9.326.413.187,91	1.864.589.816,45	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			
RECEITAS DE CAPITAL	759.041.632,15	390.652.752,65	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			
ALIEVAÇÃO DE BENS	99.696.935,68	115.856.947,85	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO	583.970.254,66	148.379.123,70	REPASSE CONCEDIDO			
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.367.328,00	57.925.227,12	SUB-REPASSE CONCEDIDO			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.113,81	58.491.453,98	VALORES DIFERIDOS - BAIXA			
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	10.000,00,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO			
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.270.712.169,71	-1.641.973.166,41	MUTUACÕES PASSIVAS			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	256.112.612.047,15	508.093.188.876,77	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	256.112.612.047,15	508.093.188.876,77	ALIEVAÇÃO DE BENS			
REPASSE RECEBIDO	512.355.813.675,59	461.472.315.140,10	LÍQUIDACÃO DE CREDITOS			
SUB-REPASSE RECEBIDO	43.521.058.275,35	39.467.653.564,17	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA			
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	-306.293.875.022,31	3.681.350.734,27	BAIXA DE FORNEC. A RECEBER - ENT.COMERCIA			
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.529.615.118,52	3.470.869.438,23	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI			
MUTUACÕES ATIVAS	56.716.253.861,99	53.191.558.597,88	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS			
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	21.878.606.763,45	15.912.434.877,39	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO			
AQUISICIONES DE BENS	10.976.223.095,60	8.754.690.640,94	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS			
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	10.817.603.800,26	7.056.894.459,09	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS			
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	66.706.036,04	92.578.452,31	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	18.073.831,55	8.271.325,05	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	34.837.647.098,54	37.279.123.720,49	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	657.327.004.311,28	520.709.546.451,42	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO			
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	2.252.732.663,51	2.816.585.509,57	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS			
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.062.738.399,64	2.579.005.896,22	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	189.514.263,87	237.579.613,35	BAIXA DE BENS IMOVEIS			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	334.330.747.069,81	300.085.805.803,07	BAIXA DE BENS MOVEIS			
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.132.602.474,38	870.986.475,35	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	39.724.395.175,43	39.287.059.817,10	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES			
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	293.473.749.420,00	259.927.759.510,62	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	320.744.004.577,96	217.807.155.138,78	BAIXA DE DIREITOS			
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	201.548.028.161,96	139.117.326.763,42	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	46.135.198.124,02	9.742.706.591,37	DESVALORIZAÇÃO DE BENS			
			631.686.109.460,72			
			519.238.575.515,08			
			57.602.643.489,04			
			6.826.180,19			
			7.921.029,87			
			401.833.952.095,47			
			8.225.090.302,12			
			40.216.410.175,23			
			29.915.008.634,73			
			8.491.160.994,42			
			4.819.638.320,13			
			9.685.430,71			
			16.419.616,54			
			3.046.984.240,45			
			50.701.262.228,68			
			61.687.313.192,76			
			50.701.262.228,68			
			1.191.068.496,59			
			39.467.653.564,17			
			3.092.945.638,97			
			6.949.594.528,95			
			10.326.993.745,41			
			4.560.957.501,89			
			111.465.219,91			
			288.440.240,46			
			2.474.748.967,00			
			1.440.881.390,49			
			245.421.684,03			
			5.766.036.243,52			
			793.118.271.898,06			
			962.273.045,31			
			962.273.045,31			
			600.349.526.507,98			
			1.132.589.389,78			
			870.848.403,22			
			314.916.970.568,87			
			346.210.646.302,96			
			322.921.023.222,91			
			284.561.707.535,89			
			256.257.022.421,07			
			111.806.472.344,77			
			154.520.218.793,75			
			158.593.093.414,93			
			24.346.787.658,78			
			9.854.759.605,56			
			5.044.706.634,98			
			4.678.828.841,76			
			3.672.469,42			
			9.054.602,69			
			321.401.523,55			
			535.459.798,96			
			151.460.151,36			
			80.885.700,98			
			99.361.230.243,80			
			128.725.064.976,84			
			26.838.342.133,24			
			1.906.666.990,06			
			19.148.476.347,28			
			807.144.862,33			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	2012
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.234.222.391,27	4.573.414.901,66	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	715.316,62	1.472.468,16	1.472.468,16
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	59.844.733,59	43.779.763,09	AJUSTES DE CREDITOS	525.989.933,94	347.584.020,00	347.584.020,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	181.526.453,15	408.878.244,38	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	0,00	60.693,58	60.693,58
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	80.881.283,28	85.332.724,75	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	7.163.160.535,40	750.404.945,99	750.404.945,99
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	0,00	1.451.118,04	INCORPORACAO DE PASSIVOS	69.913.917.381,28	73.438.527.120,79	73.438.527.120,79
INCORPORACAO DE DIREITOS	149.683.670.731,13	124.102.398.977,45	AJUSTES DE OBRIGACOES	859.599.186,98	677.534.483,12	677.534.483,12
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	166.891.157,38	153.282.190,63	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	52.070.304,64	327.398.027,09	327.398.027,09
DIFERIDO	5.793.288,14	6.082.252,05	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	77.025.868.920,05	22.323.322.635,35	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	346.131.309,94	346.131.309,94
REAVALIACOES DE BENS	71.503.049.222,89	21.094.758.184,33	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	589.995.620,02	589.995.620,02
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	7.391.129,96	2.499.117,01	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	35.889.398.655,99	35.889.398.655,99
AJUSTES DE CREDITOS	5.478.519.128,22	1.181.277.506,02	SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	36.909.438,98	44.787.827,99				
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	42.065.291.871,75	54.913.097.205,00				
AJUSTES DE OBRIGACOES	17.593.423,03	33.277.538,47				
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	87.222.201,17	1.785.526,71				
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	1.418.345.469,83				
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	904.050.141,76				
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	514.295.328,07				
RESULTADO PATRIMONIAL	243.956.286.353,48	0,00				
DEFICIT	243.956.286.353,48	0,00				
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>1.558.942.774.069,35</b>	<b>1.391.162.450.290,50</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>1.558.942.774.069,35</b>	<b>1.391.162.450.290,50</b>	<b>1.391.162.450.290,50</b>


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MÊS	
	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		2013			DEZEMBRO
	2013	2012	EMISSÃO			
ORGAO SUPERIOR			31/01/2014		PÁGINA	
VARIÁVEIS ATIVAS						
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS			2012
ORÇAMENTÁRIAS	246.634.914.098,82	270.360.331.241,23	ORÇAMENTÁRIAS			214.287.884.040,29
RECEITAS CORRENTES	33.979.418.236,09	32.227.386.835,02	DESPESAS CORRENTES			56.653.582.488,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.386.114,55	472.293.225,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.170.066.074,93
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.272.680.193,94	5.592.566.118,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			47.435.909.993,15
RECEITA PATRIMONIAL	12.419.786.227,90	13.367.868.675,89	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO			33.338.026,21
RECEITA INDUSTRIAL	73.472.473,27	58.211.725,90	DESPESAS DE CAPITAL			40.358.786.114,10
RECEITA DE SERVIÇOS	10.965.856.176,18	9.592.230.403,59	INVESTIMENTOS			1.511.930.999,03
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.144.440,37	36.628.133,86	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS			38.846.842.891,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000.674.585,80	2.978.904.669,97	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO			12.224,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	167.418.024,08	128.683.882,36	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			102.151.353.173,50
RECEITAS DE CAPITAL	3.801.758.612,57	15.866.174.099,20	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			102.143.514.875,18
ALIEAÇÃO DE BENS	52.375.887,11	12.502.783.972,70	REPASSE CONCEDIDO			36.165.680.396,28
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/ FINANCIAMENTO	3.740.925.683,75	3.357.000.982,30	SUB-REPASSE CONCEDIDO			55.696.610.991,68
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.646.365,45	4.853.051,79	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS			20.435.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.810.676,26	1.536.092,41	VALORES DIFERIDOS - BAIXA			5.304.420.555,22
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.104.484.908,11	-265.371.315,16	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO			4.976.802.932,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	166.557.025.854,30	184.843.083.857,29	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS			7.838.298,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	166.549.187.555,98	184.837.762.978,61	MUTUACÕES PASSIVAS			4.492.915.769,22
REPASSE RECEBIDO	96.893.326.613,13	99.312.704.216,05	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			4.412.884.282,33
SUB-REPASSE RECEBIDO	55.717.873.124,17	69.017.383.008,39	ALIEAÇÃO DE BENS			11.781,02
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	20.435.000,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS			2.658.270.250,11
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	12.738.036.577,88	11.122.037.919,36	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA			1.983.936.471,13
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.199.951.240,80	5.365.202.834,81	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA			1.457.814.407,44
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS	7.838.298,32	5.320.878,68	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI			233.854.892,39
MUTUACÕES ATIVAS	44.401.196.303,97	37.689.057.764,88	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS			1.810.333,44
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	37.520.490.498,98	33.382.217.700,45	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO			80.031.486,89
AQUISIÇÕES DE BENS	2.017.420.959,52	774.939.542,15	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS			107.581.828.579,39
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	34.871.987.155,59	32.033.227.913,73	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			3.003.731.836,28
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	631.082.383,87	574.050.244,57	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS			2.956.420.042,49
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	6.880.705.804,99	4.306.840.064,43	DESPESAS DE INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			259.019.615,85
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	294.698.150,11	261.977.444,73	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO			21.177.911.847,12
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	293.047.905,62	259.905.323,03	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			2.000.060.142,73
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	1.650.244,49	2.072.121,70	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO			548.135.899,74
TRANSFERÊNCIAS ATIVAS	21.845.480.691,04	23.082.827.369,26	OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			18.395.320.835,46
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.718.468.944,40	161.180.454,77	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS			234.394.969,19
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.370.103.988,64	3.121.767.722,55	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			83.188.477.073,93
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	7.522.512.788,81	19.604.430.796,43	BAIXA DE BENS IMOVEIS			60.428.609.104,26
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	234.394.969,19	195.448.395,71	BAIXA DE BENS MOVEIS			99.086.641,04
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	80.561.012.621,78	71.537.922.969,52	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES			360.563.503,63
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	59.190.108.619,56	47.576.751.618,35	BAIXA DE DIREITOS			104.016.760,84
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	105.939.741,79	100.682.225,59	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS			59.862.389.608,29
						7.113.743.638,52
						10.591.086.920,75



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCICIO	2013		MES	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		EMISSAO	31/01/2014		PAGINA	2	
ORGAO SUPERIOR								

TÍTULOS	VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
	2013	2012	2013	2012
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	332.237.141,65	273.405.205,57	876.810,52	239.353,31
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	62.173,89	4.356.015,48	1.342.283.642,15	7.079.607.022,24
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	796.837.701,33	685.245.076,20	5.767.007.851,61	3.508.578.336,49
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	13.764.968.546,74	13.181.338.795,05	3.575.334,24	2.662.208,71
INCORPORACAO DE DIREITOS	44.189.672.667,79	33.331.282.444,30	15.646.117.505,65	12.157.614.920,97
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	390.646,37	441.896,16	6.825,50	0,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.320.600.613,93	13.597.865.366,19	0,00	52.832.269,26
REAVALIACOES DE BENS	3.122.032,55	1.845.549,63	0,00	25.041.800,29
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	1.551.987.512,71	6.441.514.725,72	0,00	27.790.468,97
AJUSTES DE CREDITOS	8.764.493.076,28	7.149.409.418,51	29.476.246.037,62	38.621.690.589,01
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	997.990,39	5.095.672,33	29.476.246.037,62	38.621.690.589,01
DESNICORPORACAO DE PASSIVOS	11.050.303.388,29	10.292.141.888,58	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	71.164.096,40	0,00	0,00
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	71.164.096,40	0,00	0,00
DEFICIT				
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>349.336.105.561,75</b>	<b>365.243.059.024,74</b>	<b>349.336.105.561,75</b>	<b>365.243.059.024,74</b>
<b>VARIACOES PASSIVAS</b>				
<b>TITULOS</b>				
DESVALORIZACAO DE BENS				
DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES				
AJUSTES DE CREDITOS				
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO				
INCORPORACAO DE PASSIVOS				
AJUSTES DE OBRIGACOES				
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES				
AJUSTES FINANCEIROS				
RESULTADO PATRIMONIAL				
SUPERAVIT				


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)	2013		DEZEMBRO	
			2013	2012	EMISSAO	PAGINA
ORGAO SUPERIOR		31/01/2014				1
<b>VARIACOES ATIVAS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>			
ORÇAMENTARIAS	9.392.747.813,51	7.982.654.550,28	TÍTULOS	2013	2012	
RECEITAS CORRENTES	1.739.820.277,66	1.941.829.199,01	ORÇAMENTARIAS	7.528.932.574,60	5.956.325.896,34	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.011.205.500,02	976.404.210,35	DESPESAS DE CAPITAL	4.853.984.975,00	3.281.378.296,74	
RECEITA PATRIMONIAL	661.259.554,42	831.461.623,56	INVERSOES FINANCEIRAS	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	
RECEITA DE SERVIÇOS	975.975,00	818.750,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.257.956,22	133.065.567,82	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	121.292,00	79.047,28	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	15.267.241.005,17	15.572.178.197,48	
RECEITAS DE CAPITAL	124.468.029,59	102.331.933,94	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	1.714.742.725,11	2.674.185.664,73	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/ FINANCIAMENTO	124.468.029,59	102.331.933,94	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	597.117,08	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-473.068,34	-18.429.596,09	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.714.742.725,11	2.673.588.547,65	
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	13.552.498.280,06	12.897.992.532,75	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	11.706.735.434,25	7.742.519.204,37	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.853.984.975,00	3.281.378.296,74	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	673.648,48	
MUTACOES ATIVAS	4.853.984.975,00	3.281.378.296,74	BAIXA DE DIREITOS	0,00	673.648,48	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	17.963.001.540,08	14.606.011.883,74	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00	5.154.799.679,90	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	1.037.853,86	750.990.760,85	AJUSTES DE CREDITOS	1.845.762.845,81	1.060.162.340,20	
INTERFERENCIAS ATIVAS	282.346,77	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	4.559.575.773,82	1.060.162.340,20	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	755.507,09	750.990.760,85	RESULTADO PATRIMONIAL	4.559.575.773,82	1.060.162.340,20	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	17.961.963.686,22	13.855.021.122,89	SUPERAVIT			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	16.182.843.573,13	10.754.497.983,75				
INCORPORACOES DE ATIVOS	16.182.843.573,13	10.754.497.983,75				
INCORPORACAO DE DIREITOS	840.827.517,37	590.174.051,26				
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	840.827.517,37	590.174.051,26				
AJUSTES DE CREDITOS	938.292.595,72	2.510.349.087,88				
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS						
DEFICIT						
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>27.355.749.353,59</b>	<b>22.588.666.434,02</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>27.355.749.353,59</b>	<b>22.588.666.434,02</b>	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	EXERCÍCIO	2012
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2013	TÍTULOS	2013
RECEITAS CORRENTES	860.206.032.939,33	DESPESAS CORRENTES	618.960.380.813,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	393.242.311.717,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.843.171.253,52
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	317.544.207.102,87	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	141.699.158.670,00
RECEITA PATRIMONIAL	69.096.233.627,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.081.720.617,62
RECEITA AGROPECUÁRIA	201.716,92	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	237.507.508.690,06
RECEITA DE SERVIÇOS	36.590.783.933,82	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	2.244.533.102,53
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	283.676.015,57	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	99.601,39	OUTRAS DESPESAS	93.329.678.825,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.448.519,203,76	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	6.336.330.272,35
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	626.921.987.979,06
RECEITAS DE CAPITAL	637.121.365.595,12	INVESTIMENTOS	35.218.388.909,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	508.993.964.568,74	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	14.974.330.455,09
ALIEAÇÃO DE BENS	2.138.199.244,60	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	576.729.298.614,88
AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMOS/ FINANCIAMENTO	32.834.573.140,30	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.086.395,26	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.976.633.517.552,92
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	90.873.528.280,53	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	3.239.755.035.523,27
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	2.618.211.187,56	COTA CONCEDIDA	1.756.342.281.598,11
DEDUÇÕES DA RECEITA	-9.709.795.670,96	REPASSE CONCEDIDO	647.472.053.863,60
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.055.284.441.320,39	SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.043.048.546.306,83
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	2.980.924.063.988,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	1.043.048.546.306,83
COTA RECEBIDA	1.756.342.281.598,11	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	-254.257.946.713,63
REPASSE RECEBIDO	75.673.267.247,63	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	47.150.100.468,36
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.043.027.284.174,34	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	864.437.995,24
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.043.027.284.174,34	INCORPORAÇÃO DE RECEITA	864.437.995,24
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	45.109.551.923,94	TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	60.771.679,044,06	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.736.014.044.034,41
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO	864.437.995,24	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	13.353.195.125,13
DESINCORPORAÇÃO DE RECEITA	864.437.995,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13.313.441.926,80
TRANSFERÊNCIA DE DÉBITOS FINANCEIROS	0,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	39.753.198,33
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.073.495.939.337,07	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.722.660.848.909,28
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	1.276.494.884,46	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.761.466.354.792,40
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	951.749.164,94	VALORES EM CIRCULAÇÃO	298.689.255.677,35
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	324.745.719,52	REDE BANCÁRIA-ARRECADAO	6.743.155.494,91
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.072.219.444.452,61	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	290.644.314.704,26
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.455.777.142.655,93	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.046.603.480,58
VALORES EM CIRCULAÇÃO	380.858.347.965,27	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2.007.704,22
REDE BANCÁRIA-ARRECADAO	6.016.052.612,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	368.796,57
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	373.420.249.464,44	OUTROS CRÉDITOS	307.008,48
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.220.538.653,03	RECURSOS VINCULADOS	101.338.553,12
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	747.228,08	RECURSOS DA PREVIDÊNCIA A RECEBER	151.459.288,01
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	307.008,48	RECURSOS MAO VINCULADOS	7.655,68
OUTROS CRÉDITOS	307.008,48	VALORES A CLASSIFICAR	793.891.843,65
			1.304.806.408,11


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MÊS DEZEMBRO	
	SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSÃO			PÁGINA
			31/01/2014			
ÓRGÃO SUPERIOR					2	
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
RECURSOS VINCULADOS	119.564.060,28	122.962.387,46	RECEITA A CLASSIFICAR	793.891.843,65	1.304.806.408,11	
RECURSOS DA PREVIDÊNCIA A RECEBER	80.881.283,28	85.332.724,75	RESTITUIÇÕES DA GR	-333.725,29	0,00	
RECURSOS NÃO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68	COMPENSAÇÕES	131.647.513,35	644.365.566,04	
VALORES A CLASSIFICAR	1.302.967.613,18	793.891.843,65	RETIFICAÇÕES DARF	662.578.055,59	660.440.842,07	
RECEITA A CLASSIFICAR	1.302.967.613,18	793.891.843,65	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	259.111.669.888,57	257.634.806.239,46	
RESTITUIÇÕES DA GR	0,00	-333.725,29	VALORES DIFERIDOS	259.111.669.888,57	257.634.806.239,46	
COMPENSAÇÕES	140.179.233,66	131.647.513,35	DEPOSITOS	7.595.626.754,19	27.077.394.327,72	
RETIFICAÇÕES DARF	1.162.788.379,52	662.578.055,59	CONSIGNAÇÕES	17.370.956,87	12.418.835,88	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	259.105.069.716,57	254.571.440.276,32	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.414.116.975,42	26.631.530.998,55	
VALORES DIFERIDOS	259.105.069.716,57	254.571.440.276,32	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.473.684,45	91.459.215,46	
DEPOSITOS	9.714.130.281,83	7.595.626.754,19	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	44.148.978,78	313.307.204,07	
CONSIGNAÇÕES	190.494.069,37	17.370.956,87	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA	28.516.158,67	28.678.073,76	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.378.600.812,66	7.414.116.975,42	OBRIGACÕES EM CIRCULAÇÃO	561.761.082.594,25	333.932.383.563,18	
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.496.613,82	91.473.684,45	FORNECEDORES	3.156.417.269,53	3.104.701.698,02	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	25.177.170,98	44.148.978,78	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.233.083.559,68	1.117.837.902,16	
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA	28.361.615,00	28.516.158,67	CONVENIOS A PAGAR	618.910.714,82	803.480.527,28	
OBRIGACÕES EM CIRCULAÇÃO	225.063.593.274,50	575.279.578.488,25	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	201.977.675,74	342.991.069,78	
DO EXERCÍCIO	5.118.252.905,85	3.156.417.269,53	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	152.427,37	1.914.144,83	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.157.828.332,08	602.022.674,24	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	89.006.113,56	107.068.034,69	
CONVENIOS A PAGAR	1.512.017.054,81	631.060.885,44	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	581.809.313,08	504.748.849,66	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	458.124.074,82	618.910.714,82	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	430.401.643,09	226.661.169,62	
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.888.677,61	201.977.675,74	TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FIN. A PAGA	62.711.406,72	46.436.688,27	
TERMO DE PARCERIA A PAGAR	152.427,37	152.427,37	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	93.067.144.508,83	72.368.462.121,16	
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	236.094.103,51	89.006.113,56	RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	1.063.001.962,00	1.151.510.233,42	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	738.725.212,01	581.809.313,08	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.252.486,27	1.369.920,85	
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	855.712.271,45	430.401.643,09	VALORES EM TRANSITO	5.262,66	3.398,42	
TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FIN. A PAGA	663.322,19	1.075.822,19	OBRIGACÕES TRIBUTARIAS	66.813.704.697,21	44.005.119.443,40	
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR	47.430,00	0,00	RECURSOS A LIBERAR POR PAGAMENTO DE RP	390.875.493.791,92	203.547.516.106,89	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	298.075.358,25	62.711.406,72	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	5.817,86	27.513,53	
RESTOS A PAGAR	126.893.276.587,30	100.090.535.797,12	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	4.488.749.473,24	1.061.251.982,38	
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	113.486.432.178,46	90.327.903.599,72	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	781.606.654,54	614.978.812,80	
NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	3.051.674.452,96	3.003.879.725,93	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	46.601.779,18	74.186.028,86	
CANCELADO	10.355.169.955,88	6.758.752.471,47	OUTROS DEBITOS	790.709.266,26	7.728.429.038,73	
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.628.118,50	2.252.486,27	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.889,80	0,00	
VALORES EM TRANSITO	830,85	5.262,66	PROVISÕES FINANCEIRAS	612.674.328,23	228.388.596,45	
OBRIGACÕES TRIBUTARIAS	65.679.941.646,56	66.870.688.616,13	OUTRAS OBRIGACÕES	2.546.469.385,93	1.676.528.376,11	
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	225,00	0,00	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.596.191.565,23	1.297.921.176,55	
BENEFÍCIOS A PAGAR	335.463.828.541,24	390.875.493.791,92	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	950.277.820,70	378.607.199,56	
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	5.817,86	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	630.968.358.648,46	534.341.171.994,09	
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACÕES	263.296.213.527,16	82.543.937.087,03	
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	523.889.252,29	781.606.654,54	BAIXA DE DIREITOS	262.142.243.479,38	82.315.421.262,76	
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
OUTROS DEBITOS	190.022.726,74	46.601.779,18	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.153.970.047,78	228.515.824,27	
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-312.479.731.924,69	7.228.829.953,05	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	364.767.338.444,08	443.045.711.890,30	
PROVISOES FINANCEIRAS	4.459,14	3.889,80	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	364.671.867.143,79	442.968.859.472,70	
OUTRAS OBRIGACOES	612.224.395,14	612.674.328,23	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	95.471.300,29	76.852.417,60	
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	635.370.827,37	321.515.748,20	AJUSTES DE OBRIGACOES	2.904.806.677,22	8.751.523.016,76	
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERANS	635.370.827,37	321.515.748,20	VARIACAO CAMBIAL	2.411.315.806,26	1.112.866.095,13	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	579.097.662.977,21	509.249.959.983,98	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	493.490.870,96	7.638.656.921,63	
INCORPORACAO DE DIREITOS	284.282.230.676,31	366.047.250.053,89				
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	283.251.202.083,93	365.737.020.275,71				
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	1.031.028.592,38	310.229.778,18				
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	291.850.765.238,71	135.261.817.028,50				
EXERCICIOS ANTERIORES	236.045.427,40	293.583.281,48				
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	291.101.619.964,50	134.724.307.181,32				
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	513.099.846,81	243.926.565,70				
AJUSTES DE CREDITOS	2.964.667.062,19	7.940.892.901,59				
VARIACAO CAMBIAL	2.964.088.955,60	1.239.248.523,30				
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	578.106,59	6.701.644.378,29				
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	565.068.942.093,42	445.740.293.743,64	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	579.765.887.775,36	566.347.950.107,69	
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	273.651.252.889,99	259.620.912.399,05	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	352.354.372.615,36	274.930.260.904,26	
INSS	14.151.381.921,22	9.598.171.046,49	INSS	5.129.341.455,23	14.151.381.921,22	
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	257.750.411.369,27	155.248.054.066,40	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	208.198.789.653,83	257.750.411.369,27	
APLICACOES FINANCEIRAS	29.198.049,04	29.165.878,28	APLICACOES FINANCEIRAS	31.457.937,58	29.198.049,04	
OUTRAS DISPONIBILIDADES	19.486.697.863,90	21.243.990.353,42	OUTRAS DISPONIBILIDADES	14.051.926.113,36	19.486.697.863,90	
INGRESSOS	8.563.748.128.913,23	8.817.209.842.709,62	DISPÊNDIOS	8.563.748.128.913,23	8.817.209.842.709,62	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - DIRETA, INDIRÉTA E FUNDOS		2013		DEZEMBRO	
	ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO INFERIOR	EMISSÃO	ENCERRAMENTO	PÁGINA	1
			31/01/2014			
<b>INGRESSOS</b>						
RECEITAS CORRENTES	1.232.773.606.962,10	1.169.407.898.865,45		1.193.979.979.712,50		1.080.274.157.884,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	398.154.602.886,26	374.230.594.140,76		205.299.154.851,68		189.325.586.093,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	635.640.172.749,25	592.692.507.848,09		141.705.984.850,19		135.057.607.411,00
RECEITA PATRIMONIAL	88.004.005.163,29	81.327.735.801,77		841.874.033.913,94		753.541.076.389,29
RECEITA AGRPECUÁRIA	27.413.952,78	25.386.994,11		269.377.729.080,11		249.080.494.325,17
RECEITA INDUSTRIAL	925.727.912,28	756.186.497,36		2.296.884.067,35		1.449.122.119,30
RECEITA DE SERVIÇOS	50.846.065.702,56	48.159.435.577,00		348.852.366.900,01		310.404.066.755,91
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	773.681.239,18	863.117.498,21		221.347.054.266,47		192.607.391.188,91
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	99.601,39	0,00		5.100.806.096,69		2.349.887.990,79
RECEITAS CORRENTES	58.401.837.755,11	71.352.934.508,15		710.550.601.904,02		741.579.473.762,73
RECEITAS DE CAPITAL	640.006.066.530,06	798.853.029.590,03		66.645.298.542,85		66.605.218.318,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	508.993.964.568,74	551.443.458.584,75		5.100.806.096,69		53.508.973.357,06
ALIEENACAO DE BENS	2.290.272.067,39	14.221.009.928,52		67.166.319.315,58		62.502.695.417,25
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	36.908.739.886,43	36.442.285.180,24		576.738.984.045,59		942.586.670,16
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	118.100.088,71	242.300.191,54		0,00		1.900.434.595.142,29
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	90.877.346.070,60	196.503.975.704,98		2.172.526.214.266,25		525.941.839.436,15
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	817.643.848,19	0,00		474.221.551.240,61		6.030.646.391,31
DEDUÇÕES DA RECEITA	-14.085.465.817,12	-36.905.829.751,02		6.756.658.636,09		485.737.985.652,63
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.234.102.383.444,38	1.935.886.040.306,73		436.439.087.572,20		1.248.200.119,50
VALORES EM CIRCULAÇÃO	525.961.911.579,21	309.030.015.276,77		1.082.175.392,83		348.880.912,00
REDE BANCÁRIA-ARRECADACAO	6.030.646.391,31	6.050.768.837,52		366.523.722,93		400.736.547,87
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	485.737.985.652,63	266.402.047.316,52		100.494.899,50		13.381.627,25
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.248.200.119,50	1.065.648.701,05		23.195.803,61		13.381.627,25
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	348.880.912,00	333.486.382,54		1.432.528.261,28		1.401.284.893,42
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.736.547,87	282.964.077,33		27.839.466.903,49		30.649.432.803,44
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	13.381.627,25	14.779.796,64		151.459.288,01		80.881.283,28
OUTROS CREDITOS	13.381.627,25	14.779.796,64		7.655,68		7.655,68
RECURSOS VINCULADOS	1.421.357.036,48	1.348.891.935,67		29.953.104,99		30.401.549,77
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	30.649.432.803,44	33.362.111.215,50		974.586.529,19		1.490.361.251,00
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	80.881.283,28	85.332.724,75		974.586.529,19		1.490.361.251,00
RECURSOS NAO VINCULADOS	7.655,68	7.655,68		-333.725,29		0,00
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	30.401.549,77	83.976.633,57		180.694.685,54		185.554.842,89
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	1.413.717.237,94	974.586.529,19		131.647.513,35		644.365.566,04
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	1.413.717.237,94	974.586.529,19		662.578.055,59		660.440.842,07
RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	-333.725,29		289.292.261.046,94		284.946.765.431,32
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	110.749.624,76	180.694.685,54		289.292.183.621,29		284.946.688.005,67
RECEITA A CLASSIFICAR	140.179.233,66	131.647.513,35		77.425,65		77.425,65
RESTITUICOES DA GR	1.162.788.379,52	662.578.055,59		16.138.737.291,42		31.490.265.126,97
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	289.292.261.046,94	284.946.765.431,32		96.372.983,32		150.952.498,86
COMPENSAÇÕES	289.292.183.621,29	284.946.688.005,67		15.547.889.194,07		30.634.382.088,37
RETIFICACOES DARF	77.425,65	77.425,65		91.473.684,45		91.459.215,46
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	18.975.204.039,70	16.138.737.291,42		374.485.270,91		584.793.250,52
VALORES DIFERIDOS						
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO						
DEPOSITOS						
RECURSOS DO TESOUREIRO NACIONAL						

ANEXOS - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - OFSS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	EXERCÍCIO	2012	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS	EMISSÃO	31/01/2014				
ÓRGÃO SUPERIOR							PÁGINA 2

INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	
CONSIGNAÇÕES	625.081.857,12	96.372.983,22	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONAL	28.516.158,67
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	18.177.974.237,95	15.547.889.194,07	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	661.032.870.374,37
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.496.613,82	91.473.684,45	FORNECEDORES	6.983.309.419,29
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	52.289.715,81	374.485.270,91	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.340.634.339,58
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONAL	28.361.615,00	28.516.158,67	CONVENIOS A PAGAR	1.609.255.658,93
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	669.275.779.524,17	680.166.349.518,97	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	326.644.175,06
FORNECEDORES	10.225.365.550,96	6.983.309.419,29	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	102.083.623,53
DO EXERCÍCIO	3.431.643.637,29	1.476.483.389,58	TERMO DE PARCERIA A PAGAR	5.310.537,83
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.960.791.999,69	864.150.950,00	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.154.754.253,46
CONVENIOS A PAGAR	1.234.888.823,56	1.609.255.658,93	CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	29.737.100,17
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	284.853.080,37	326.644.175,06	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	983.685.332,54
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	134.808.607,20	102.083.623,53	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	432.824.573,98
TERMO DE PARCERIA A PAGAR	1.084.750,84	1.084.750,84	TERMOS DE CONCESSÃO DE APOIO FIN. A PAGA	1.389.450,99
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.048.305.552,00	1.154.754.253,46	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR	1.216.160,21
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	37.938.472,31	29.737.100,17	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	331.563.356,81
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.218.140.707,89	983.685.332,54	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	150.401.343.046,88
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	866.045.640,22	432.824.573,98	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	70.890.550,00
TERMOS DE CONCESSÃO DE APOIO FIN. A PAGA	976.950,99	1.389.450,99	EM CONTRATOS	70.890.550,00
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR	5.887.328,60	0,00	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	2.579.516.209,28
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.047.627.094,79	331.563.356,81	VALORES EM TRANSITO	3.971.332,77
RESTOS A PAGAR	201.422.575.162,19	162.225.282.085,69	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	870.015,53
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	179.856.040.802,93	146.547.658.788,45	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	68.936.883.907,72
NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	5.275.674.483,54	3.853.684.258,43	BENEFÍCIOS A PAGAR	15.831.544.474,93
CANCELADO	16.290.859.875,72	11.823.939.038,81	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	408.355.390.437,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	59.533.250,00	70.890.550,00	RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTREG	5.817,86
EM CONTRATOS	59.533.250,00	70.890.550,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28
EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	4.123.200.894,81	2.579.516.209,28	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	85.332.724,75
VALORES EM TRANSITO	5.558.472,92	3.971.332,77	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	27.513,53
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	2.136.511,61	870.015,53	OUTROS DEBITOS	1.061.251.982,38
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	69.315.820.259,17	68.936.883.907,72	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	219.822.474,33
BENEFÍCIOS A PAGAR	15.699.767.717,25	15.831.544.474,93	PROVISÕES FINANCEIRAS	8.640.088.970,99
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	361.372.380.326,98	408.355.390.437,47	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.158.393,47
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTREG	0,00	5.817,86	DESPEAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.073.479.898,09
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	151.459.288,01	80.881.283,28	DESPEAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	6.552.460.050,32
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.148.419.596,51	4.488.749.473,24	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	4.552.611.607,72
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	523.889.252,29	781.606.654,54	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	734.896.040,98
OUTROS DEBITOS	590.013.396,04	306.913.892,76	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	1.264.952.401,62
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	720.778.713,82	8.114.332.316,24	BAIXA DE DIREITOS	724.313.747.733,40
PROVISÕES FINANCEIRAS	1.060.012,65	1.158.393,47	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	321.022.125.004,56
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.866.194.024,17	1.073.479.898,09	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	319.044.063.864,18
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	2.076.083.804,47	1.419.841.773,84	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.978.061.140,38
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	811.131.402,85	1.012.132.956,10	EXERCÍCIOS ANTERIORES	397.852.939.320,62
				0,00
				35,76



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2013	2012	2013	2012
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	1.264.952.401,62	407.708.817,74	397.395.398.048,80	492.397.177.012,13
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	727.107.426.211,95	643.209.744.485,22	457.541.271,82	320.540.340,03
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	416.577.505.699,81	488.750.387.435,84	5.438.683.408,22	9.391.416.857,88
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	401.250.135.318,31	444.302.256.115,30	9.026,86	218.771,61
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	15.327.370.381,50	14.448.131.320,54	2.876.530.180,47	1.324.430.418,00
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	306.944.952.393,35	175.306.158.174,35	2.562.144.200,89	8.066.767.668,27
EXERCÍCIOS ANTERIORES	950.467.124,74	900.506.371,99		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	305.480.719.204,04	174.161.570.224,00		
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	513.766.064,57	244.081.578,36		
AJUSTES DE CREDITOS	3.584.968.118,79	9.153.188.875,03		
ATUALIZAÇÃO MONETARIA FINANCEIRA	292.449,99	265.557,23		
VARIACAO CAMBIAL	3.539.795.922,23	1.448.872.788,41		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	44.879.746,57	7.704.060.529,39		
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	675.212.752.397,64	530.259.840.175,83	690.952.547.634,29	675.212.752.397,64
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	323.685.048.096,12	292.947.252.573,14	410.271.117.897,73	323.685.048.096,12
INSS	14.151.381.921,22	9.596.171.046,49	5.129.341.455,23	14.151.381.921,22
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	257.750.411.369,27	155.248.054.066,40	208.198.789.653,83	257.750.411.369,27
APLICACOES FINANCEIRAS	48.248.765.257,44	42.308.989.244,34	41.825.898.025,85	48.248.765.257,44
OUTRAS DISPONIBILIDADES	31.377.145.753,59	30.157.373.245,46	25.527.400.601,65	31.377.145.753,59
INGRESSOS	4.768.009.343.517,06	4.397.500.979.187,02	4.768.009.343.517,06	4.397.500.979.187,02



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MESES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - AUTARQUIAS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2013	TÍTULOS	2013
RECEITAS CORRENTES	338.316.887.453,51	DESPESAS CORRENTES	476.007.924.420,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.862.904.854,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.459.455.513,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.808.856.215,28	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	965.980,71
RECEITA PATRIMONIAL	5.700.600.006,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	435.547.502.926,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.328.903,23	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	28.422.905.061,48
RECEITA INDUSTRIAL	88.064.201,06	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	32.578.849,49
RECEITA DE SERVIÇOS	2.542.011.203,61	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	348.852.263.584,50
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	101.471.531,21	OUTRAS DESPESAS	58.239.755.430,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.486.590.810,17	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	3.717.059.667,99	DESPESA DE CAPITAL	31.435.517.135,85
RECEITAS DE CAPITAL	678.519.850,60	INVESTIMENTOS	22.750.600.222,41
ALIENAÇÃO DE BENS	77.017.756,09	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	6.887.321.634,84
AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMO/ FINANCIAMENTO	583.970.254,66	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	742.620,45
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.524.915,56	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	1.796.852.658,15
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.924,29	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	696.957.252.674,37
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	46.503.832.468,76
DEDUÇÕES DA RECEITA		REPASSE CONCEDIDO	37.479.987.725,86
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	-2.223.244.366,86	SUB-REPASSE CONCEDIDO	974.020.825,07
REPASSE RECEBIDO	520.294.719.077,73	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	26.864.538.319,10
SUB-REPASSE RECEBIDO	206.372.306.806,85	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	26.864.538.319,10
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	476.561.528.861,24	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.054.977.489,48
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	30.084.952.529,60	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.586.451.092,21
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	30.084.952.529,60	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	583.991.878.171,06
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	-306.459.381.946,04	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	3.518.309.571,16
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.185.206.362,05	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.430.093.123,67
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	313.922.412.270,88	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.776.510.431,58
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.103.692.136,34	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	358.216.260,52
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.026.498.190,10	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	648.665.110.821,42
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	77.193.946,24	VALORES EM CIRCULAÇÃO	218.342.704.977,90
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	311.878.720.134,54	VALORES EM CIRCULAÇÃO	91.404.081.373,75
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	566.635.031.661,29	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	72.844.668.659,20
VALORES EM CIRCULAÇÃO	72.844.705.390,62	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	90.194.963.191,99
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	71.635.000.071,01	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.850,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.166.319,57
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	3.131.996,20	OUTROS CREDITOS	10.105,18
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.105,18	OUTROS CREDITOS	1.460.645,59
OUTROS CREDITOS	1.482.322,79	RECURSOS VINCIULADOS	1.482.322,79
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	1.482.322,79	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.176.932.876,99
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	1.482.322,79	VALORES A CLASSIFICAR	27.546.384,43
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.176.932.876,99	RECEITA A CLASSIFICAR	128.310.335,27
RECURSOS VINCIULADOS	1.177.053.682,89	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	96.652.189,08
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	28.025.012,55	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	128.310.335,27
VALORES A CLASSIFICAR	69.409.899,61	VALORES DIFERIDOS	12.771.657.973,89
RECEITA A CLASSIFICAR	69.409.899,61	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.647.329.876,36
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	69.409.899,61		519,63


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - AUTARQUIAS		2013		DEZEMBRO	
	2013	2012	2013		PÁGINA	
ÓRGÃO SUPERIOR			31/01/2014		2	
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	<b>DISPÊNDIOS</b>			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.697.236.973,07	9.824.532.489,28	DEPOSITOS	4.565.459.686,19	4.047.273.980,01	
VALORES DIFERIDOS	15.697.236.453,44	9.824.531.969,65	CONSIGNACOES	16.028.317,60	5.982.748,13	
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.285.563.460,46	3.822.536.071,67	
CONSIGNACOES	5.183.902.830,41	4.565.459.686,19	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	263.867.908,13	208.755.160,21	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	205.428.105,62	16.028.317,60	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	63.993.017.587,53	51.546.254.615,59	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4.957.834.157,62	4.285.563.460,46	FORNECEDORES	1.063.515.979,58	1.262.892.705,81	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	20.640.567,17	263.867.908,13	DE EXERCICIOS ANTERIORES	518.993.648,52	589.566.532,04	
FORNECEDORES	392.056.830.647,46	66.610.779.176,77	CONVENIOS A PAGAR	231.064.993,10	481.587.865,86	
DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.709.722.200,68	1.063.515.979,58	COMPENSAO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78	
COMPENSAO PREVIDENCIARIA	774.416.826,48	396.258.090,51	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	5.359.402,12	11.637.794,22	
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	280.389.820,36	122.735.558,01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	205.687.530,90	171.401.238,91	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	202.652.802,25	102.083.623,53	TERMS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00	
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOIN	134.808.607,20	102.083.623,53	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00	
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOIN	93.072.981,53	5.359.402,12	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	82.639.637,39	189.437.562,16	
TERMS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	224.015.523,13	205.687.530,90	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	34.412.053.278,84	24.277.870.715,34	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	52.010,93	0,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	70.890.550,00	69.047.000,00	
REPOSTOS A PAGAR	235.476.050,24	313.628,80	EM CONTRATOS	70.890.550,00	69.047.000,00	
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	41.901.003.031,33	82.639.637,39	EMPRESA FINACIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.781,07	1.172,14	
CANCELADO	37.110.282.459,93	37.012.768.972,90	VALORES EM TRANSITO	1.292.757,33	1.065.057,01	
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.590.316.718,14	34.233.740.067,55	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	103.004,67	101.329,01	
EM CONTRATOS	3.200.403.853,26	2.600.715.694,06	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	538.998.952,71	534.333.349,03	
EMPRESA FINACIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	59.533.250,00	70.890.550,00	BENEFICIOS A PAGAR	15.831.541.860,10	13.424.758.979,21	
VALORES EM TRANSITO	687.680.503,82	1.781,07	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	11.590.935.221,32	9.922.066.583,21	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	935.431,74	1.292.757,33	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75	
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	269.062,57	103.004,67	OUTROS DEBITOS	17.991.019,34	9.162.969,34	
BENEFICIOS A PAGAR	783.860.909,58	538.998.952,71	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.537.687,70	769.266.349,59	
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	15.699.767.492,25	15.831.541.860,10	PROVISOES FINACIACAS	10.249,89	10.249,89	
OUTROS DEBITOS	16.234.053.070,88	11.590.935.221,32	OUTRAS OBRIGACOES	298.624.324,31	1.000.907.869,10	
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	151.459.288,01	80.881.283,28	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	313.648.765,27	25.066.286,69	
PROVISOES FINACIACAS	35.654.041,37	17.991.019,34	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	45.166.529.256,00	58.652.941.705,78	
OUTRAS OBRIGACOES	313.258.145.861,98	20.583.582,88	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	25.086.964.176,23	26.878.953.392,99	
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	1.299.260.297,88	298.624.324,31	BAIXA DE DIREITOS	25.086.432.885,91	26.878.726.983,25	
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	589.513.672,31	63.497.021,28	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	531.290,32	226.409,74	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	589.513.672,31	63.497.021,28	OUTRAS DIVERSAS DE DIREITOS	20.079.564.659,83	31.532.433.839,77	
INCORPORACAO DE DIREITOS	80.193.432.247,81	76.613.146.739,41	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	12,36	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	69.793.126.205,71	49.574.008.896,82	EXERCICIOS ANTERIORES	19.784.491.386,20	31.415.630.354,18	
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	10.400.306.042,10	26.259.474.587,79	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	295.073.273,63	116.803.473,23	
EXERCICIOS ANTERIORES	243.684.222,95	129.237.849,09	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	419,94	241.554.473,02	
			ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	419,94	3.132,17	
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	241.551.340,85	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - AUTARQUIAS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

	INGRESSOS			DISPENDIOS		
	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		10.156.305.118,99	26.130.235.390,60			
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES		316.700,16	1.348,10			
AJUSTES DE CREDITOS		0,00	779.663.254,80			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO		0,00	779.663.254,80			
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT		3.784.159.130,77	8.761.072.003,62		4.742.673.598,41	3.784.159.130,77
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL		2.150.422.730,24	7.253.476.478,58		3.260.356.324,82	2.150.422.730,24
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.622.034.004,96	1.497.122.079,88		1.470.104.406,38	1.622.034.004,96
OUTRAS DISPONIBILIDADES		11.702.395,57	10.473.445,36		12.212.867,21	11.702.395,57
INGRESSOS		1.427.486.072.807,04	1.282.190.150.351,91		1.427.486.072.807,04	1.282.190.150.351,91


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	2013	2012	2013	2012	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDACOES		EMISSAO		PAGINA	
ORGAO SUPERIOR			31/01/2014		1	
<b>INGRESSOS</b>						
RECEITAS CORRENTES	974.380.633,88	1.059.942.764,33	27.703.213.641,47	22.601.570.852,73		
RECEITA PATRIMONIAL	80.049.621,09	60.926.285,48	11.982.021.799,04	10.471.529.459,01		
RECEITA AGROPECUARIA	108.277,82	224.129,50	79.241,97	61.107,13		
RECEITA INDUSTRIAL	1.098.407,69	3.143.494,55	14.118.759.733,93	10.594.036.520,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	316.082.519,82	398.237.460,22	214.934.175,80	206.960.881,28		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	355.045.908,45	261.319.829,86	8.804.193,48	9.882.225,35		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	221.995.899,01	314.768.926,95	0,00	22.392,00		
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	0,00	21.322.637,77	13.895.021.364,65	10.377.171.021,37		
RECEITA DE CAPITAL	14.707.463,90	7.658.336,75	1.602.352.866,53	1.535.943.766,59		
ALIENAO DE BENS	1.949.321,51	2.906.961,26	3.012.259.621,57	2.729.642.639,48		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.758.142,39	4.751.375,49	3.007.083.224,69	2.720.994.469,60		
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	-19.380.935,28	-48.347.497,69	5.137.436,00	2.177.647,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	32.218.306.800,52	26.876.727.193,78	38.960,88	6.470.522,88		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	32.092.852.103,23	26.402.285.630,13	8.471.493.566,29	6.122.118.079,02		
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	24.902.370.345,96	21.174.692.487,18	8.252.118.931,71	5.542.756.058,19		
REPASSE RECEBIDO	6.704.941.146,77	4.995.212.758,55	209.886.079,56	187.946.473,40		
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	158.473.552,01	58.769.512,05	6.704.941.146,77	4.995.212.758,55		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	327.066.858,49	173.610.872,35	112.171.218,44	36.483.293,87		
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	125.454.697,29	474.441.563,65	1.225.120.486,94	323.113.532,37		
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	58.138.492,65	287.280.049,51	219.374.634,58	579.362.020,83		
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	53.896.267,74	252.652.470,11	59.067.766,69	384.115.944,19		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	4.242.224,91	34.627.579,40	51.339.616,57	247.420.405,11		
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	67.316.204,64	187.161.514,14	7.728.150,12	136.695.539,08		
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	33.949.082.913,27	32.057.742.702,92	160.306.867,89	195.246.076,64		
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	8.647.649.035,83	9.368.966.439,90	28.004.580.071,21	28.448.078.501,34		
VALORES EM CIRCULAÇÃO	8.646.429.501,10	9.367.861.058,53	10.984.812.673,26	8.647.632.207,80		
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	490.782,00	427.189,55	10.983.684.950,27	8.646.429.501,10		
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	491.027,62	454.489,18	417.767,13	490.782,00		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	491.027,62	454.489,18	486.253,22	491.027,62		
OUTROS CREDITOS	237.107,58	223.085,11	223.085,11	220.279,55		
RECURSOS VINCULADOS	617,53	617,53	617,53	617,53		
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	41.339.725,15	52.384.350,27	52.384.350,27	88.902.653,81		
VALORES A CLASSIFICAR	41.339.725,15	52.384.350,27	52.384.350,27	88.902.653,81		
RECEITA A CLASSIFICAR	1.398.731.359,29	380.597.703,95	650.180.390,86	311.454.397,27		
RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	1.398.731.359,29	380.597.703,95	650.180.390,86	311.454.397,27		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	118.349.112,53	30.025.761,48	30.025.761,48	39.618.216,98		
VALORES DIFERIDOS	88.653.231,63	4.354.838,20	4.354.838,20	4.833.390,32		
DEPOSITOS	28.311.188,91	20.076.647,02	20.076.647,02	20.453.159,40		
CONSIGNAÇÕES	1.384.691,99	5.994.276,26	5.994.276,26	14.331.667,26		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS						
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL						



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDACOES	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2013	2012	2013	2012
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.063.123.584,97	9.296.226.740,45	8.951.493.296,14	9.705.686.005,00
FORNECEDORES	1.456.328.909,66	1.684.516.870,57	1.684.516.870,57	2.500.286.093,32
DO EXERCICIO	461.423.961,32	141.058.882,36	179.053.675,56	115.745.239,63
DE EXERCICIOS ANTERIORES	55.030.037,63	37.994.793,20	404.993.364,57	594.689.855,10
CONVENIOS A PAGAR	212.874.780,61	404.983.364,57	1.055.499.830,33	1.760.286.218,45
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	681.564.176,60	1.055.499.830,33	44.970.000,11	29.566.780,14
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	45.435.953,50	44.970.000,11	5.784.542,72	5.512.170,25
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	177.952.486,33	5.784.542,72	5.889.184.810,79	5.847.292.736,52
RESTOS A PAGAR	7.360.331.091,85	6.233.918.255,10	218.984,63	274.518,36
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	6.795.925.087,54	5.857.220.324,83	368.176.919,45	263.214.682,95
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	45.366.661,45	31.964.485,96	2.614,83	2.614,83
CANCELADO	519.039.342,86	344.733.444,31	761.358.394,87	967.965.697,15
VALORES EM TRANSITO	248.645,70	218.984,63	241.373.232,22	120.901.034,41
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	537.625,65	0,00	876.926,06	234.457,21
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	317.223.900,60	368.176.919,45	7.335.683.599,20	9.654.785.020,48
BENEFICIOS A PAGAR	0,00	2.614,83	5.252.845.726,37	4.381.105.513,34
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.311.284.328,71	761.358.394,87	5.252.845.726,37	4.381.105.513,34
OUTROS DEBITOS	350.424.935,58	241.373.232,22	1.634.327.786,59	5.058.322.083,79
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	88.555.114,08	0,00	1.627.832.137,00	5.036.398.627,22
OUTRAS OBRIGACOES	236.546,81	876.926,06	6.495.649,59	21.923.456,57
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	44.028,86	56.771,15	448.510.086,24	215.357.423,35
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	44.028,86	56.771,15	0,00	215.638,80
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	12.679.846.066,64	12.929.484.935,72	432.905.765,50	184.306.873,82
INCORPORACAO DE DIREITOS	11.345.743.565,56	7.954.294.016,03	15.604.320,74	30.834.910,73
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	11.345.743.565,56	7.954.294.016,03		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	756.818.642,57	4.687.451.680,26		
EXERCICIOS ANTERIORES	428.620.894,50	424.809.955,96		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	328.197.748,07	4.262.641.724,30		
AJUSTES DE CREDITOS	577.283.858,51	287.739.239,43		
VARIACAO CAMBIAL	563.904.409,05	203.985.665,92		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	13.379.449,46	83.753.573,51		
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	464.953.905,26	412.640.477,74	410.503.881,01	464.953.905,26
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	252.249.715,24	220.724.426,73	312.296.932,83	252.249.715,24
APLICACOES FINANCEIRAS	509.470,76	478.967,69	1.490.962,06	509.470,76
OUTRAS DISPONIBILIDADES	212.194.719,26	191.437.083,32	96.715.986,12	212.194.719,26
INGRESSOS	67.602.050.781,55	60.366.363.977,83	67.602.050.781,55	60.366.363.977,83


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS		2013		DEZEMBRO	
	ORGÃO SUPERIOR	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	1
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS	2012	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
RECEITAS CORRENTES	401.998.171,54	405.523.555,27	401.998.171,54	DESPESAS CORRENTES	6.975.621.256,81	5.901.042.687,49
RECEITA TRIBUTARIA	381,19	200,00	381,19	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.580.931.873,79	2.998.709.732,08
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.183.594,85	3.223.737,14	3.183.594,85	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	15.361,45	1.331.773,87
RECEITA PATRIMONIAL	37.370.393,51	26.896.385,39	37.370.393,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.546.651.405,19	2.177.995.146,86
RECEITA AGRPECUARIA	17.775.054,81	17.775.054,81	17.775.054,81	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	8.924.724,81	16.588.414,26
RECEITA INDUSTRIAL	38.444.966,33	37.793.307,98	38.444.966,33	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.586.200,23	4.543.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	135.533.542,25	177.620.863,02	135.533.542,25	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	102.915,51	133.048,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.067.699,74	3.067.699,74	3.067.699,74	OUTRAS DESPESAS	2.536.037.564,64	2.156.730.183,65
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	139.146.307,19	139.146.307,19	123.530.344,43	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	848.022.616,38	723.006.034,68
RECEITAS DE CAPITAL	93.383.727,73	65.647.601,48	93.383.727,73	DESPESAS DE CAPITAL	5.427.297.499,03	3.823.069.609,47
ALIENACAO DE BENS	21.244.995,31	20.563.141,91	21.244.995,31	INVESTIMENTOS	3.824.868.212,77	3.005.308.664,56
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	51.761.936,50	45.084.270,05	51.761.936,50	INVERSOES FINANCEIRAS	1.598.701.923,58	809.465.952,78
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	189,52	0,00	10.376.795,92	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	63.866,34	5.012.505,84
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	0,00	10.000.000,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.663.496,34	3.282.486,29
DEDUÇÕES DA RECEITA	-23.899.339,93	24.748.192.784,56	-20.755.346,15	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	16.276.512.937,00	17.679.611.980,99
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	15.256.937.284,31	15.256.937.284,31	24.382.954.670,24	REFASSE CONCEDIDO	132.138.240,04	17.885.250,31
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	8.661.173.377,54	8.661.173.377,54	14.216.085.539,75	SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.581.388.637,07	7.474.173.845,06
REPASSE RECEBIDO	6.581.388.637,07	6.581.388.637,07	6.711.823.634,96	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	6.581.388.637,07	7.474.173.845,06
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.474.173.845,06	7.474.173.845,06	7.474.173.845,06	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	97.033,18	1.484.855,62
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.033.371,72	17.341.897,98	6.648.883,39	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	39.539.009,22	35.743.619,34
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	17.341.897,98	17.341.897,98	23.439.176,34	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.523.350.017,49	10.150.324.410,66
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.481.255.500,25	9.481.255.500,25	10.166.869.130,49	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	104.681.480,17	52.312.174,51
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	84.260.316,77	84.260.316,77	83.569.091,17	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	104.681.480,17	9.134.698,95
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	20.085,00	20.085,00	2.728.067,41	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	43.177.475,56
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	9.396.995.183,48	9.396.995.183,48	10.083.300.039,22	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	9.418.668.537,32	10.098.012.236,15
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	22.454.615.445,07	22.454.615.445,07	21.336.593.393,97	DISPENSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	18.955.138.317,03	18.729.115.782,76
VALORES EM CIRCULACAO	6.409.009.243,16	6.409.009.243,16	5.586.433.823,42	VALORES EM CIRCULACAO	7.258.451.045,43	6.408.300.194,71
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	5.719.177.479,66	5.719.177.479,66	5.036.053.749,40	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.863.595.934,40	5.719.177.479,66
CREDITOS TRIBUTARIOS	287.834.375,95	287.834.375,95	266.127.389,40	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	293.781.472,46	287.834.375,95
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.726.442,69	400.726.442,69	282.953.972,15	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	314.048,19	237.831,52
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	237.831,52	237.831,52	231.638,28	OUTROS CREDITOS	314.048,19	237.831,52
OUTROS CREDITOS	1.033.113,34	1.033.113,34	1.067.074,19	RECURSOS VINCULADOS	53.085.517,32	324.064,89
RECURSOS VINCULADOS	62.978.185,56	62.978.185,56	60.759.178,05	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	53.085.517,32	57.674.851,56
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	71.641.002,48	71.641.002,48	90.741.991,16	DEPOSITOS	90.741.991,16	140.968.238,91
DEPOSITOS	37.888.624,02	37.888.624,02	33.288.988,07	CONSIGNACOES	32.288.988,07	3.379.190,45
CONSIGNACOES	30.024.391,98	30.024.391,98	32.288.988,07	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	50.930.144,48	101.117.721,39
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.727.986,48	3.727.986,48	50.930.144,48	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.665.452.867,31	36.471.327,07
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL				FORNECEDORES	345.037.464,16	446.084.903,95



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2013	2012	2013	2012
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	7.044.423.868,76	6.038.409.162,52	200.975.346,63	241.706.607,93
FORNECEDORES	957.301.530,78	345.037.464,16	24.914.506,24	41.451.215,63
DO EXERCICIO	702.487.569,41	143.743.065,94	1.008.363,81	8.510.750,48
DE EXERCICIOS ANTERIORES	69.172.418,71	57.232.280,69	118.139.247,48	154.416.329,91
CONVENIOS A PAGAR	23.007.105,63	24.914.506,24	3.433.143,00	17.828.602,48
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	9.384.129,67	1.008.363,81	4.058.900.391,72	3.483.392.533,54
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	153.250.307,36	118.139.247,48	151.353,51	439.989,33
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	68.461.525,66	3.433.143,00	73.403,59	5.671.090,01
RESTOS A PAGAR	4.325.325.379,52	4.431.831.431,06	2.979.190,07	60.295,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.019.667.935,56	4.058.030.571,35	1.250.897.015,75	890.993.776,55
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	6.256.574,42	869.800,37	602.388,55	3.166.131,83
CANCELADO	299.400.869,54	372.931.039,34	0,00	20.020,00
VALORES EM TRANSITO	98.597,28	151.353,51	1.144.253,78	1.698.502,50
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.147.914,32	73.403,59	2.234.263,18	1.956.455,62
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	78.013.036,31	2.979.190,07	734.896.040,98	962.265.013,09
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.455.816.179,05	1.250.897.015,75	5.152.510.854,83	6.308.595.183,68
OUTROS DEBITOS	5.522.599,47	602.388,55	3.477.136.625,25	3.257.821.928,09
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-50.870.606,33	25.255,87	2.653.721.734,50	2.444.824.568,25
PROVISOES FINANCEIRAS	1.045.398,38	1.144.253,78	823.414.890,75	812.997.359,84
OUTRAS OBRIGACOES	202.564.314,32	2.234.263,18	1.641.218.703,88	2.942.904.104,59
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	811.131.402,85	1.012.209.915,10	1.627.957.226,63	2.912.776.352,03
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	811.131.402,85	1.012.132.956,10	13.261.477,25	30.127.752,56
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00	76.959,00	34.155.525,70	107.869.151,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	8.055.429.742,26	8.548.039.323,72	1.781,42	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	7.365.223.520,76	6.410.060.278,58	730.044,55	674.933,30
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.833.850.278,38	5.479.290.448,20	33.433.699,73	107.194.217,70
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	531.373.242,38	930.769.830,38		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	688.380.762,65	2.102.447.013,50		
EXERCICIOS ANTERIORES	7.796.275,12	15.092.255,77		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	680.245.637,13	2.087.201.093,17		
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	338.850,40	153.664,56		
AJUSTES DE CREDITOS	1.825.458,85	35.532.031,64		
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	205.299,93	123.512,33		
VARIACAO CAMBIAL	1.154.601,15	297.957,06		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	465.557,77	35.110.562,25		
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	163.320.017,39	101.985.460,77	178.830.053,97	163.320.017,39
APLICACOES FINANCEIRAS	158.593.067,78	92.865.532,32	21.263.524,73	0,00
OUTRAS DISPONIBILIDADES	4.726.949,61	9.119.928,45	152.635.301,33	158.593.067,78
INGRESSOS	47.813.400.063,84	46.296.160.078,10	47.813.400.063,84	46.296.160.078,10
			DISPONDIBILIDADE P/O PERIODO SE	
			CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	
			APLICACOES FINANCEIRAS	
			OUTRAS DISPONIBILIDADES	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	EXERCÍCIO 2013		TÍTULOS	EXERCÍCIO 2013		MÊS DEZEMBRO	
	EMISSÃO 31/01/2014			EMISSÃO 31/01/2014			PÁGINA 1
	ORGÃO SUPERIOR	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		ORGÃO SUPERIOR	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		
<b>INGRESSOS</b>							
RECEITAS CORRENTES	811.045.766,53	1.036.142.870,43	RECEITAS CORRENTES	2.942.462.676,37	2.766.512.185,06		
RECEITA PATRIMONIAL	15.636.267,17	19.179.680,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.580.234.302,41	1.495.359.021,48		
RECEITA INDUSTRIAL	568.979.183,26	725.299.522,28	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.765.596,06	6.031.715,50		
RECEITA DE SERVIÇOS	217.414.306,83	252.735.031,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.191.101.478,61	1.143.552.843,14		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	169.760,42	275.643,84	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	158.281,25	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.712.015,80	38.652.992,96	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	17.864.119,00		
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	134.233,05	0,00	OUTRAS DESPESAS	1.190.943.197,36	1.125.688.724,14		
RECEITA DE CAPITAL	44.097,39	166.716,17	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	165.361.299,29	121.568.604,94		
ALIEAÇÃO DE BENS	44.097,39	166.716,17	DESPESAS DE CAPITAL	341.335.918,78	1.230.748.296,25		
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	44.097,39	166.716,17	INVESTIMENTOS	332.456.974,86	1.219.257.937,26		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.187.527,64	-4.187.527,64	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	8.878.943,92	11.017.251,57		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.387.012.980,00	2.387.012.980,00	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	0,00	473.117,42		
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	2.380.515.852,76	2.380.515.852,76	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	220.334.788,02	391.247.898,51		
REPASSE RECEBIDO	2.230.739.890,85	2.230.739.890,85	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	178.198.872,78	149.230.874,30		
SUB-REPASSE RECEBIDO	149.775.961,91	149.775.961,91	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	17.105.067,51	11.215.947,81		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	0,00	REPASSE CONCEDIDO	149.775.961,91	133.728.641,46		
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.497.127,24	6.497.127,24	SUB-REPASSE CONCEDIDO	110.000,00	133.728.641,46		
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	0,00	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	11.317.843,36	4.286.285,03		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	42.135.915,24	242.017.024,21		
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	15.405,87	2.366.546,25		
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	6.497.127,24	6.497.127,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	15.405,87	146.780,69		
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.761.469.137,09	4.761.469.137,09	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	2.219.765,56		
VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.751.445.999,92	1.751.445.999,92	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	42.120.509,37	239.650.477,96		
REDE BANCÁRIA-ARRECADAO	14.593.779,31	14.593.779,31	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.514.311.760,12	3.870.731.096,04		
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.547.996.564,14	1.547.996.564,14	VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.530.911.090,93	1.744.206.063,89		
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	56.676.529,77	56.676.529,77	REDE BANCÁRIA-ARRECADAO	13.503.141,18	14.593.779,31		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.886.758,38	6.886.758,38	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.279.386.784,86	1.547.996.564,14		
OUTROS CREDITOS	6.886.758,38	6.886.758,38	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	67.150.459,55	56.676.529,77		
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	122.916.448,63	122.916.448,63	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	15.090.293,10	6.886.758,38		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.375.919,69	2.375.919,69	OUTROS CREDITOS	15.090.293,10	6.886.758,38		
VALORES DIFERIDOS	11.317.843,36	11.317.843,36	RECURSOS VINCLADOS	153.374.309,21	115.676.512,60		
DEPOSITOS	17.698.863,08	17.698.863,08	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.406.103,03	2.375.919,69		
CONSIGNAÇÕES	9.605.904,33	9.605.904,33	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.286.285,03	6.666.770,74		
RECURSOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.741.689,44	6.741.689,44	VALORES DIFERIDOS	4.286.285,03	6.666.770,74		
RECURSOS DO TESOUREIRO NACIONAL	1.351.269,31	1.351.269,31	DEPOSITOS	23.807.394,78	23.603.697,90		
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.602.044.822,54	1.602.044.822,54	CONSIGNAÇÕES	1.527.833,17	932.882,54		
FORNECEDORES	138.078.846,11	138.078.846,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.983.887,52	10.918.422,98		
DO EXERCÍCIO	94.330.193,32	94.330.193,32	RECURSOS DO TESOUREIRO NACIONAL	8.295.674,09	11.752.392,38		
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.572.889,90	16.572.889,90	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.742.266.927,77	1.104.058.878,90		
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	27.174.774,75	27.174.774,75	FORNECEDORES	133.978.846,11	27.305.065,83		
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	130.392.430,51	27.305.065,83		
			TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	3.586.415,60	0,00		



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	2.001.201,35	129.010,28	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR
RESTOS A PAGAR	1.322.406.243,55	1.434.638.532,05	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.016.225.117,34	1.136.161.687,93	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	202.262.618,94	266.716.479,08	VALORES EM TRANSITO
CANCELADO	103.918.507,27	31.760.365,04	OBRIGACOES TRIBUTARIAS
VALORES EM TRANSITO	6.357,53	4.320,12	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	181.078,22	688.344,61	OUTROS DEBITOS
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	126.319.170,34	198.049.301,32	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL
OUTROS DEBITOS	7.917.570,60	2.020,28	OUTRAS OBRIGACOES
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	4.287.036,41	105.836.726,52	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES
OUTRAS OBRIGACOES	848.306,57	6.536.166,66	BAIXA DE DIREITOS
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.378.961.008,19	1.991.608.972,49	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.227.474.300,92	1.538.839.181,63	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.227.474.300,92	1.513.046.264,70	INCORPORACAO DE OBRIGACOES
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	0,00	25.792.916,93	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	150.881.949,70	445.875.349,70	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES
EXERCICIOS ANTERIORES	1.851.724,67	6.744.774,57	AJUSTES DE OBRIGACOES
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	149.030.225,03	439.130.575,13	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA
AJUSTES DE CREDITOS	605.357,57	6.894.441,16	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	87.150,06	142.044,90	
VARIACAO CAMBIAL	430.902,11	5.217,84	
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	87.305,40	6.747.178,42	
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	105.975.196,58	80.549.686,60	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	9.523.624,63	11.070.030,22	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL
APLICACOES FINANCEIRAS	96.323.432,49	69.360.010,92	APLICACOES FINANCEIRAS
OUTRAS DISPONIBILIDADES	128.139,46	119.645,46	OUTRAS DISPONIBILIDADES
INGRESSOS	8.286.579.372,63	8.365.214.672,44	DISPÊNDIOS
			8.286.579.372,63


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - FUNDOS		2013		DEZEMBRO	
	UNIAO SUPERIOR		EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	1
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	<b>DISPÊNDIOS</b>			
RECEITAS CORRENTES	35.685.900.487,54	34.169.216.034,03	DESPESAS CORRENTES	65.241.637.861,71	56.653.582.488,74	
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.386.114,55	472.293.225,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.853.340.109,12	9.170.068.074,93	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.283.885.693,96	6.568.970.328,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.386.297.752,59	47.435.909.993,15	
RECEITA PATRIMONIAL	13.081.045.782,32	14.199.330.299,45	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.223.298.146,71	2.866.553.980,60	
RECEITA INDUSTRIAL	73.472.473,27	58.211.725,90	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	9.381.721,62	1.166.502,40	
RECEITA DE SERVIÇOS	10.966.832.151,18	9.593.049.153,59	OUTRAS DESPESAS	52.155.617.884,26	44.568.189.510,15	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	30.144.440,37	36.628.133,86	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	47.604.420,66	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.066.932.542,02	3.111.970.237,79	DESPESAS DE CAPITAL	45.212.771.089,10	38.461.272.452,35	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	134.201.289,87	128.762.929,64	INVESTIMENTOS	1.511.930.999,03	2.242.647.317,24	
RECEITAS DE CAPITAL	3.926.226.642,16	15.968.506.033,14	INVERSOES FINANCEIRAS	43.700.827.866,07	36.218.615.705,89	
RECEITA DE BENS	52.375.887,11	12.502.783.972,70	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	12.224,00	9.429,22	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	3.865.393.713,34	3.459.332.916,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	125.375.021.144,63	149.882.130.571,34	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.646.365,45	4.853.051,79	TRANSFERÊNCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	104.818.462.474,78	121.287.127.795,11	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.810.676,26	1.536.092,41	REPASSE CONCEDIDO	55.696.610.991,68	32.225.953.591,81	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	-2.104.957.976,45	-283.800.911,25	SUB-REPASSE CONCEDIDO	0,00	69.017.383.008,39	
DEDUÇÕES DA RECEITA	189.001.459.700,03	209.351.021.738,58	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	0,00	69.017.383.008,39	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	169.224.135.155,58	187.513.307.695,29	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	5.304.420.555,22	20.435.000,00	
TRANSFERÊNCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	96.893.326.613,13	99.312.704.216,05	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.651.750.531,60	4.795.561.356,99	
REPASSE RECEBIDO	55.717.873.124,17	69.017.383.008,39	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	7.838.298,32	15.227.794.837,92	
SUB-REPASSE RECEBIDO	0,00	69.017.383.008,39	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	20.548.720.371,53	5.320.878,68	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	0,00	69.017.383.008,39	INCORPORACAO DE RECEITA	545.205.594,10	867.633.973,29	
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	15.412.984.177,48	13.797.582.636,04	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	544.071.823,10	786.800.244,57	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.199.951.240,80	5.365.202.834,81	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.133.771,00	80.833.728,72	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	7.838.298,32	5.320.878,68	DEVOLUCAO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	20.003.514.777,43	27.722.047.924,26	
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	7.838.298,32	5.320.878,68	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	141.243.124.347,59	117.709.366.634,67	
DESINCORPORACAO DE RECEITA	19.769.486.246,13	21.832.393.164,61	DISPÊNDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	64.354.039.379,89	55.447.007.924,08	
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	12.327.888.925,93	3.064.354.621,14	VALORES EM CIRCULACAO	36.473.142.006,42	24.765.613.505,60	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	12.327.888.925,93	3.002.459.929,74	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	35.570.062,25	27.659.266,47	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	629.404,30	61.894.691,40	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	5.475.766,94	3.976.678,46	
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	7.441.597.320,20	18.768.038.543,47	OUTROS CREDITOS	5.475.766,94	3.976.678,46	
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	150.525.041.631,73	132.684.504.489,29	RECURSOS VINCULADOS	384.640,79	325.670,11	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	55.450.753.944,41	20.990.962.501,94	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	27.839.466.903,49	30.649.432.803,44	
VALORES EM CIRCULACAO	24.769.132.572,28	23.570.843,95	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.701.380.991,27	19.288.832.776,30	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	27.659.266,47	7.690.554,62	VALORES DIFERIDOS	16.701.304.085,25	19.288.755.870,28	
TRANSFERÊNCIAS REALIZAVEIS	3.976.678,46	7.690.554,62	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.976.678,46	7.690.554,62	DEPOSITOS	3.833.075.703,62	161.406.665,45	
OUTROS CREDITOS	552.623,76	33.364.640,79	CONSIGNACOES	49.568.178,87	123.405.451,54	
RECURSOS VINCULADOS	30.649.432.803,44	20.105.149.497,83	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.781.859.235,58	37.825.714,38	
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	13.016.926.969,09	20.105.072.591,81	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.648.289,17	175.499,53	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.016.926.969,09	20.105.072.591,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.919.557.101,37	15.604.255.274,01	
VALORES DIFERIDOS	76.906,02	76.906,02				
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO						



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	EXERCÍCIO	2012
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS	EMISSÃO	31/01/2014	EMISSÃO	31/01/2014
ÓRGÃO SUPERIOR					
					PÁGINA 2
					MESES DEZEMBRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2013	TÍTULOS	2013
DEPOSITOS	3.869.481.949,37	FORNECEDORES	599.842.989,34
CONSIGNACOES	93.011.922,15	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	78.135.678,68
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.776.461.997,34	CONVENIOS A PAGAR	329.372.080,20
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.029,88	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	124.666.499,32
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.445.761.325,94	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47
FORNECEDORES	845.682.146,02	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	294.128,04
DO EXERCÍCIO	241.156.754,68	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	29.737.100,17
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.374.498,40	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.079.240,97
CONVENIOS A PAGAR	338.230.060,25	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.422.930,89
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	125.964.402,76	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	1.203.007,60
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	932.323,47	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	176.865.616,70
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.015.385,94	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	11.571.181.889,69
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	37.938.472,31	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.516.512.466,21
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	56.713.711,89	VALORES EM TRANSITO	51.430,91
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	10.281.357,84	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.213.024.148,28
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.839.898,60	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.678.656.712,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	265.660.472,96	OUTROS DEBITOS	343.453,19
RESTOS A PAGAR	19.620.232.828,64	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	10.544.505,11
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	17.427.508.024,10	OUTRAS OBRIGACOES	152.533.889,65
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	379.797.457,63	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.957.445.858,14
CANCELADO	1.812.927.346,91	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.956.420.042,49
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.822.759.835,17	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	1.025.815,65
VALORES EM TRANSITO	1.641.322,17	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	34.477.625.313,30
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	2.456.780.766,12	BAIXA DE DIREITOS	22.835.000.363,42
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	6.781.079.036,76	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.691.631.576,42
OUTROS DEBITOS	471.522,28	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	9.595.501.621,90
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-99.606.767,63	EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	751.060.163,45	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	9.548.491.984,84
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	40.023.873,08	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	47.009.637,06
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	40.023.873,08	AJUSTES DE OBRIGACOES	2.047.123.327,98
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	45.702.093.569,84	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	6.825,50
INCORPORACAO DE DIREITOS	42.563.707.430,55	VARIACAO CAMBIAL	31.578.564,16
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	28.798.738.883,81	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	2.015.537.938,32
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	13.764.968.546,74		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	3.097.799.757,62		
EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.468.580,10		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.065.320.510,32		
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	10.667,20		
AJUSTES DE CREDITOS	40.586.381,67		
VARIACAO CAMBIAL	10.217.054,32		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	30.369.327,35		
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	105.625.402.054,22	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	105.586.518.096,20
			104.346.394.039,95



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS	EMISSAO	31/01/2014	PAGINA	3
ORGAO SUPERIOR					

TITULOS	INGRESSOS		DISPENDIOS	
	2013	2012	2013	2012
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	47.621.599,136,02	25.841.069,238,56	54.312.470,752,18	46.342.591,121,75
APLICACOES FINANCEIRAS	46.342.107,232,41	40.619,996,775,25	39.912,563,791,35	46.342.107,232,41
OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.661.695,685,79	8.702,232,789,45	11.361.483,552,67	11.661.695,685,79
INGRESSOS	482.659,072,539,23	467.052,746,187,05	482.659,072,539,23	467.052,746,187,05
TITULOS				
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL				
APLICACOES FINANCEIRAS				
OUTRAS DISPONIBILIDADES				
DISPENDIOS				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO	
	UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)		EMISSAO		PAGINA	
	ORGÃO SUPERIOR		31/01/2014		1	
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS	2013	2012	<b>DISPENDIOS</b>			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
RECEITAS CORRENTES	338.117.197.730,89	310.420.476.778,19	DESPESAS CORRENTES	511.013.485.212,96	460.211.665.855,46	
RECEITA TRIBUTARIA	4.862.905.054,56	5.036.159.809,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.602.643.489,04	51.328.251.362,86	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.812.079.952,42	285.230.837.043,11	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.826.180,19	7.921.029,87	
RECEITA PATRIMONIAL	5.826.725.753,12	6.026.949.460,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	453.404.015.543,73	401.833.952.095,47	
RECEITA AGROPECUARIA	27.212.235,86	24.669.851,08	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	28.646.922.243,34	28.919.776.668,47	
RECEITA INDUSTRIAL	852.255.439,01	697.974.771,46	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	42.969.243,20	64.781.245,58	
RECEITA DE SERVIÇOS	3.288.449.617,56	2.877.622.622,55	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	348.852.366.500,01	310.401.236.576,08	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	459.860.783,24	349.885.705,51	OUTRAS DESPESAS	75.861.757.557,18	62.448.157.605,34	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	10.886.386.009,33	8.311.787.697,07	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	7.041.541.367,26	
RECEITAS DE CAPITAL	1.101.322.885,79	1.864.589.816,45	DESPESAS DE CAPITAL	40.216.410.175,23	40.914.857.906,90	
ALIENACAO DE BENS	759.041.632,15	390.652.752,65	INVESTIMENTOS	29.915.008.634,73	33.031.815.729,78	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	99.696.935,68	115.856.947,85	INVERSOES FINANCEIRAS	8.491.160.994,42	4.819.638.320,13	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	583.970.254,66	148.379.123,70	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	9.685.430,71	16.419.616,54	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	75.367.328,00	57.925.227,12	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.800.555.115,37	3.046.984.240,45	
OUTRAS RECEITAS DO ORCAMENTO	7.113,81	58.491.453,98	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	721.925.593.965,68	645.664.843.855,44	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	10.000.000,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	61.687.313.192,76	50.701.262.228,68	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.270.712.169,71	-1.641.973.166,41	REPASSE CONCEDIDO	1.284.673.276,47	1.191.066.496,59	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	579.648.231.642,81	802.490.182.416,16	SUB-REPASSE CONCEDIDO	43.521.058.275,35	39.467.653.564,17	
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	256.112.612.047,15	508.092.188.876,77	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	43.521.058.275,35	39.467.653.564,17	
REPASSE RECEBIDO	512.355.813.675,59	461.472.315.140,10	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.182.187.237,52	3.092.945.638,97	
SUB-REPASSE RECEBIDO	43.521.058.275,35	39.467.653.564,17	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	13.699.394.403,42	6.949.594.528,95	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	43.521.058.275,35	39.467.653.564,17	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	660.238.280.772,92	594.963.581.626,76	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	-306.293.875.022,31	3.681.350.734,27	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.952.074.036,92	3.957.104.236,11	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.529.615.118,52	3.470.869.438,23	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.586.129.626,28	2.033.212.316,33	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	323.535.619.595,66	294.398.003.539,29	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	365.944.410,64	1.923.891.919,78	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	2.246.090.945,76	5.235.489.943,57	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	658.286.206.736,00	591.006.477.390,65	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.164.634.689,61	4.816.236.355,50	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	269.816.735.126,26	245.908.113.212,48	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	81.456.256,15	419.253.588,07	VALORES EM CIRCULACAO	111.178.256.183,37	89.644.807.125,60	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	321.289.528.649,90	289.162.513.595,82	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	13.503.141,18	14.593.779,31	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	627.800.199.156,72	276.202.292.670,76	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	109.321.630.861,52	87.548.603.615,91	
VALORES EM CIRCULACAO	89.652.809.669,53	76.058.065.467,88	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.850,00	2.200,00	
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	14.593.779,31	17.361.831,92	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	364.516.018,71	348.133.683,92	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	87.548.603.615,91	74.108.577.134,58	CREDITOS TRIBUTARIOS	100.494.899,50	400.736.547,87	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	2.200,00	0,00	RECURSOS DIVERSOS A RECEBER	17.351.240,10	9.097.940,31	
CREDITOS TRIBUTARIOS	348.133.683,92	332.814.545,70	OUTROS CREDITOS	17.351.240,10	9.097.940,31	
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	400.736.547,87	282.964.077,33	RECURSOS VINCULADOS	1.330.805.067,37	1.293.237.808,51	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.097.940,31	6.826.337,36	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	29.953.104,99	30.401.549,77	
OUTROS CREDITOS	9.097.940,31	6.826.337,36	VALORES A CLASSIFICAR	180.694.685,54	185.554.842,89	
RECURSOS VINCULADOS	1.301.240.352,44	1.225.544.907,42	RECEITA A CLASSIFICAR	180.694.685,54	185.554.842,89	
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	30.401.549,77	83.976.633,57	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	180.694.685,54	185.554.842,89	
VALORES A CLASSIFICAR	110.749.624,76	180.694.685,54	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.479.209.647,47	8.023.126.415,56	
RECEITA A CLASSIFICAR	110.749.624,76	180.694.685,54	VALORES DIFERIDOS	13.479.209.647,47	8.023.126.415,56	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES	
	UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)		2013		DEZEMBRO	
	ÓRGÃO SUPERIOR		2013	2012	EMISSÃO	PÁGINA
				31/01/2014		2
<b>INGRESSOS</b>						
TÍTULOS		2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN		110.749.624,76	180.694.685,54	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
VALORES DIFERIDOS		17.170.263,841,65	10.270.175.657,17	DEPOSITOS	4.710.034.833,61	4.251.464.133,80
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		17.170.263,841,65	10.270.175.657,17	CONSIGNACOES	29.433.847,58	15.128.211,44
DEPOSITOS		5.391.591.808,50	4.710.034.833,61	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.351.912.983,07	3.965.025.375,44
CONSIGNACOES		341.575.865,60	29.433.847,58	RECURSOS DO TESOUREIRO NACIONAL	328.688.002,96	271.310.546,92
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		5.022.911.427,95	4.351.912.983,07	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	80.352.230.678,75	67.207.311.800,30
RECURSOS DO TESOUREIRO NACIONAL		27.104.514,95	328.688.002,96	FORNECEDORES	3.227.049.160,42	4.236.570.768,91
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		4.111.766.424,923,73	83.825.278.347,69	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.029.415.101,22	974.323.444,43
FORNECEDORES		4.261.430.499,09	3.227.049.160,42	CONVENTOS A PAGAR	660.972.863,91	1.117.728.936,59
DO EXERCICIO		2.032.658.550,53	802.699.535,06	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA	102.083.623,53	8.699.274,78
DE EXERCICIOS ANTERIORES		421.165.166,60	226.715.566,16	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.065.454.011,86	1.780.434.763,15
CONVENIOS A PAGAR		438.534.688,49	660.972.863,91	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	368.796.778,49	355.384.349,96
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA		134.808.607,20	102.083.623,53	TERMINOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	313.628,80	0,00
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		811.196.062,55	1.065.454.011,86	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	13.152,61	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		422.701.783,99	368.796.778,49	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	91.986.333,39	212.779.679,93
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		52.010,93	0,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	45.763.016.648,36	34.305.184.186,77
TERMINOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA		313.628,80	313.628,80	EM CONTRATOS	70.890.550,00	69.047.000,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		483.891.263,58	91.986.333,39	EMPRESA EM TRANSITO	1.781,07	1.172,14
RESTOS A PAGAR		54.909.065.746,25	49.113.157.191,11	VALORES EM TRANSITO	1.667.415,59	1.779.564,70
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		48.942.100.600,37	45.285.152.651,66	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	864.752,87	6.069.518,46
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS		1.844.202.572,95	477.863.996,70	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	910.155.062,23	797.608.326,98
CANCELADO		4.122.762.572,93	3.350.140.542,75	BENEFICIOS A PAGAR	15.831.544.474,93	13.424.761.594,04
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		59.533.250,00	70.890.550,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	13.801.239.933,26	12.054.982.669,82
EM CONTRATOS		59.533.250,00	70.890.550,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	80.881.283,28	85.332.724,75
VALORES EM TRANSITO		1.289.032,25	1.781,07	OUTROS DEBITOS	259.968.660,39	133.248.525,95
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		2.135.680,76	864.752,87	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	3.538.439,08	875.123.096,11
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		1.179.097.846,49	910.155.062,23	PROVISOES FINANCEIRAS	1.154.503,67	1.708.732,39
BENEFICIOS A PAGAR		15.699.767.492,25	15.831.544.474,93	OUTRAS OBRIGACOES	308.271.680,21	1.003.114.219,35
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		19.127.472.748,98	13.801.239.933,26	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.048.544.806,25	987.331.299,78
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		151.459.288,01	80.881.283,28	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	734.896.040,98	962.265.013,09
OUTROS DEBITOS		399.519.147,02	259.968.660,39	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	313.648.765,27	25.066.286,69
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		313.300.117.406,14	126.445.565,27	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	58.867.763.771,64	75.608.517.594,55
PROVISOES FINANCEIRAS		1.055.553,51	1.154.503,67	BAIXA DE DIREITOS	34.890.911.113,98	35.002.428.064,31
OUTRAS OBRIGACOES		1.502.909.465,58	308.271.680,21	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	824.091.092,60	34.204.761.909,17
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		1.400.689.104,02	1.075.763.707,53	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,00	837.666.155,14
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		811.131.402,85	1.012.132.956,10	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	23.490.099.254,64	39.993.387.874,80
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		589.557.701,17	63.630.751,43	EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	12,36
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		102.307.669.664,90	100.082.279.971,34	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	23.175.038.920,17	39.824.533.180,08
INCORPORACAO DE DIREITOS		89.731.567.592,95	65.477.202.373,06	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	315.060.334,47	168.854.682,36
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		89.200.194.350,57	64.520.639.625,75	AJUSTES DE OBRIGACOES	486.753.403,02	572.701.655,44
				ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	2.201,36	218.771,61



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ORGAO SUPERIOR					

TÍTULOS	INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	2012
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	531.373.242,38	956.562.747,31	VARIACAO CAMBIAL	433.635.810,05	184.981.807,12	184.981.807,12
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	11.996.387.397,02	33.495.248.631,25	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	531.115.391,61	387.501.076,71	387.501.076,71
EXERCICIOS ANTERIORES	681.953.117,24	575.884.835,39				
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	11.313.778.729,22	32.919.208.783,20				
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	655.550,56	155.012,66				
AJUSTES DE CREDITOS	579.714.674,93	1.109.828.967,03				
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	292.449,99	265.557,23				
VARIACAO CAMBIAL	565.489.912,31	204.288.840,82				
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	13.932.312,63	905.274.568,98				
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	4.518.408.250,00	9.356.247.628,93	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	5.600.141.762,73	4.518.408.250,00	4.518.408.250,00
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	2.412.196.070,11	7.485.270.935,53	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	3.604.274.530,19	2.412.196.070,11	2.412.196.070,11
APLICACOES FINANCEIRAS	1.877.459.975,99	1.659.826.590,81	APLICACOES FINANCEIRAS	1.881.876.296,92	1.877.459.975,99	1.877.459.975,99
OUTRAS DISPONIBILIDADES	228.752.203,90	211.150.102,59	OUTRAS DISPONIBILIDADES	113.990.935,62	228.752.203,90	228.752.203,90
INGRESSOS	1.548.572.366.242,86	1.397.217.889.080,28	DISPÊNDIOS	1.548.572.366.242,86	1.397.217.889.080,28	1.397.217.889.080,28

III

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2013	2014	DEZEMBRO	PAGINA
ORGAO SUPERIOR			31/01/2014		2	
<b>INGRESSOS</b>						
TITULOS	2012	2013	2012	2013	TITULOS	2012
DEPOSITOS	3.869.481.949,37	93.011.922,15	3.833.075.703,62	599.842.989,34	FORNECEDORES	561.792.665,22
CONSIGNACOES	49.568.178,87	3.776.461.997,34	49.568.178,87	78.135.678,68	DE EXERCICIOS ANTERIORES	113.379.825,75
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.029,88	8.029,88	3.781.859.235,58	329.372.080,20	CONVENIOS A PAGAR	221.059.661,62
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	22.426.111,718,85	22.426.111,718,85	1.648.289,17	124.666.499,32	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.433.941,59
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	845.682,146,02	241.156.754,68	13.548.966,623,66	932.323,47	TERMO DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00
FORNECEDORES	241.156.754,68	241.156.754,68	599.842.989,34	294.128,04	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29
DO EXERCICIO	27.609.778,28	338.230.060,25	71.761.180,28	29.737.100,17	CONTRATOS DE SUBVENCIAO A PAGAR	26.220.096,97
DE EXERCICIOS ANTERIORES	125.964.402,76	125.964.402,76	6.374.498,40	33.079.240,97	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	20.560.992,64
CONVENIO A PAGAR	932.323,47	932.323,47	329.372.080,20	2.422.930,89	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	18.428.467,36
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	1.015.385,94	37.938.472,31	124.666.499,32	1.203.007,60	TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	0,00
TERMO DE PARCERIA A PAGAR	56.713.711,89	10.281.357,84	932.323,47	176.865.616,70	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	241.082.548,21
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	5.839.896,60	265.660.472,96	294.128,04	6.317.359.440,19	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	5.647.600.291,32
CONTRATOS DE SUBVENCIAO A PAGAR	10.419.613,307,46	10.419.613,307,46	29.737.100,17	6.574.208,00	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	23.702.837,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	56.713.711,89	56.713.711,89	33.079.240,97	51.430,91	VALORES EM TRANSITO	315.038,64
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	10.281.357,84	10.281.357,84	2.422.930,89	1.213.024.148,28	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	666.906.095,44
TRANSFERENCIAS LEGAIS A PAGAR	5.839.896,60	5.839.896,60	0,00	3.678.656.712,29	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.094.936.883,63
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	265.660.472,96	265.660.472,96	176.865.616,70	260.869,73	OUTROS DEBITOS	12.303.336,06
NAO PROCESSADOS A PAGAR	10.419.613,307,46	10.419.613,307,46	7.767.766.647,83	10.544.505,11	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	36.536.836,15
RESTOS A PAGAR	9.165.181.098,64	9.165.181.098,64	5.680.780.087,57	152.533.889,65	OUTRAS OBRIGACOES	54.209.999,32
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	379.797.457,63	379.797.457,63	371.940.535,80	2.957.445.858,14	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.770.422.609,91
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.003.812.32,72	1.003.812,32,72	6.574.208,00	2.956.420.042,49	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.766.387.278,42
CANCELADO	874.634.751,19	874.634.751,19	1.715.046.024,46	1.025.815,65	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	4.035.331,49
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.641.322,17	1.641.322,17	51.430,91	28.178.581.493,27	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	19.416.364.413,84
VALORES EM TRANSITO	2.456.780.766,12	2.456.780.766,12	1.156.040.229,36	16.536.238.890,16	BAIXA DE DIREITOS	12.181.282.488,67
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	6.781.079.036,76	6.781.079.036,76	3.678.656.712,29	9.595.219.275,13	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.181.282.488,67
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	388.938,82	388.938,82	260.869,73	0,00	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	7.167.889.739,49
OUTROS DEBITOS	-99.606.767,63	-99.606.767,63	10.374.029,85	0,00	EXERCICIOS ANTERIORES	23,40
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	751.060.163,45	751.060.163,45	152.533.889,65	9.548.491.984,84	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	7.093.435.271,60
OUTRAS OBRIGACOES	39.741.526,31	39.741.526,31	22.562.316,11	46.727.290,29	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	74.454.444,49
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	35.595.090.234,30	35.595.090.234,30	26.324.110.825,86	2.047.123.327,98	AJUSTES DE OBRIGACOES	67.192.185,68
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	32.456.704.095,01	32.456.704.095,01	22.182.890.392,60	6.825,50	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	18.691.735.548,27	18.691.735.548,27	9.001.551.597,55	31.578.564,16	VARIACAO CAMBIAL	26.582.515,75
INCORPORACAO DE DIREITOS	13.764.968.546,74	13.764.968.546,74	4.038.743.426,85	2.015.537.938,32	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	40.609.669,93
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.097.799.757,62	3.097.799.757,62	31.038.255,12	0,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	0,00
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	3.065.320.510,32	3.065.320.510,32	4.007.705.171,73	2.015.537.938,32	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	10.667,20	10.667,20	0,00	105.410.950.985,12	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	104.246.590.131,07
EXERCICIOS ANTERIORES	40.866.381,67	40.866.381,67	102.477.006,41	75.107.962.656,56		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	10.217.054,32	10.217.054,32	5.335.424,29			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	30.969.327,35	30.969.327,35	97.141.582,12			
AJUSTES DE CREDITOS						
VARIACAO CAMBIAL						
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO						
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	105.525.598.145,34	105.525.598.145,34	75.107.962.656,56			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

	INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS
CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL	47.521.795.227,14	25.785.733.091,86	CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL	54.136.903.641,10	46.242.787.212,87	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	46.342.107.232,41	40.619.996.775,25	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39.912.563.791,35	46.342.107.232,41	
OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.661.695.685,79	8.702.232.789,45	OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.361.483.552,67	11.661.695.685,79	
INGRESSOS	445.615.725.972,20	436.507.481.630,84	DISPÊNDIOS	445.615.725.972,20	436.507.481.630,84	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	EXERCÍCIO 2013		EXERCÍCIO 2012		
	EMISSÃO		EMISSÃO		
	31/01/2014	31/01/2014	31/01/2014	31/01/2014	
ORGÃO SUPERIOR	MES DEZEMBRO		MES DEZEMBRO		
UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)	PÁGINA		PÁGINA		
	1		1		
<b>INGRESSOS</b>					
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012
RECEITAS CORRENTES	1.739.820.277,66	1.941.829.199,01	OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.011.205.500,02	976.404.210,35	DESPESAS DE CAPITAL	4.853.984.975,00	3.281.378.296,74
RECEITA PATRIMONIAL	661.259.354,42	831.461.623,56	INVERSOES FINANCEIRAS	4.853.984.975,00	3.281.378.296,74
RECEITA DE SERVIÇOS	975.975,00	818.750,00	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.257.956,22	133.065.567,82	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.389.690.324,71	4.600.450.496,26
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	121.292,00	79.047,28	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60
RECEITAS DE CAPITAL	124.468.029,59	102.331.933,94	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/ FINANCIAMENTO	124.468.029,59	102.331.933,94	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.714.742.725,11	1.925.502.896,66
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	-473.068,34	-18.429.596,09	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	0,00	597.117,08
DEDUCOES DA RECEITA	2.675.703.106,69	2.677.852.709,46	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.714.742.725,11	1.924.905.779,58
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	27.624.104.156,24	22.563.631.854,33
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68	DISPENSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	11.886.269.445,44	9.602.141.423,55
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	755.507,09	2.307.992,78	VALORES EM CIRCULACAO	11.886.269.445,44	9.602.141.423,55
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	755.507,09	2.307.992,78	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	32.404.024.312,55	25.786.344.163,19	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.674.947.599,60	2.675.544.716,68
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	9.602.141.423,55	8.045.476.800,18	VALORES DIFERIDOS	6.763.843.291,17	5.264.866.743,02
VALORES EM CIRCULACAO	9.602.141.423,55	8.045.476.800,18	ORCAGCOES EM CIRCULACAO	5.253.822.449,50	4.616.515.949,33
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	1.509.938.258,21	648.270.210,23
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.674.947.599,60	2.674.947.599,60	EMPRES FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	82.583,46	82.583,46
VALORES DIFERIDOS	10.019.649.607,09	7.512.526.059,37	OUTROS DEBITOS	6.299.043.820,03	5.021.076.971,08
ORCAGCOES EM CIRCULACAO	9.200.619.521,18	5.253.822.449,50	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.298.761.473,26	2.510.349.087,75
RESTOS A PAGAR	8.262.326.925,46	5.253.822.449,50	BAIXA DE DIREITOS	6.298.761.473,26	2.510.349.087,75
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	938.292.595,72	0,13	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	282.346,77	2.510.727.883,33
CANCELADO	818.947.502,45	1.509.938.258,21	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	2.510.349.087,75
EMPRES FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	82.583,46	748.682.768,07	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	282.346,77	378.795,58
OUTROS DEBITOS	0,00	0,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	0,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	282.346,77	0,00			
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	282.346,77	0,00			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	10.107.003.335,54	7.553.393.704,04			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	10.107.003.335,54	5.043.044.616,29			
INCORPORACAO DE DIREITOS	10.107.003.335,54	5.043.044.616,29			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	2.510.349.087,75			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	99.803.908,88	55.336.146,70			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	99.803.908,88	55.336.146,70			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	37.043.346.567,03	30.545.264.556,21			
CONTA UNICA DO TESOUREIRO NACIONAL			DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	175.567.111,08	99.803.908,88
INGRESSOS			CONTA UNICA DO TESOUREIRO NACIONAL	175.567.111,08	99.803.908,88
			DISPENSOS	37.043.346.567,03	30.545.264.556,21



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		2013		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA			
				31/01/2014		1			
				DESPESA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	873.566.752.074,00	873.566.752.074,00	865.848.987.440,94	7.717.764.833,06	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.496.716.515.881,00	1.637.605.513.076,58	1.251.629.468.880,91	385.976.044.195,67
RECEITAS TRIBUTARIAS	406.228.510.874,00	406.228.510.874,00	371.136.421.974,38	35.092.088.899,62	DESPESAS CORRENTES	672.670.585.961,00	702.796.626.713,65	628.108.190.370,39	74.688.436.343,26
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	305.788.750.327,00	305.788.750.327,00	340.529.288.767,46	-34.740.538.440,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	158.860.687.111,00	150.597.076.087,14	147.107.931.247,37	3.489.144.839,77
RECEITAS PATRIMONIAIS	84.730.854.503,00	84.730.854.503,00	68.499.385.704,61	16.231.468.798,39	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	152.878.122.682,00	186.461.751.757,00	141.699.158.670,00	44.762.593.087,00
RECEITAS AGROPECUARIAS	695.553,00	695.553,00	198.255,92	497.297,08	OUTRAS DESPESAS CORREN	360.931.776.168,00	365.737.798.869,51	339.301.100.453,02	26.436.698.416,49
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.973.304,00	1.973.304,00	2.308,12	1.970.995,88	DESPESAS DE CAPITAL	824.045.929.920,00	934.808.886.362,93	623.521.278.510,52	311.287.607.852,41
RECEITAS DE SERVIÇOS	35.005.239.797,00	35.005.239.797,00	35.415.119.630,24	-409.875.833,24	INVESTIMENTOS	48.238.662.580,00	47.840.639.600,34	32.435.031.442,49	15.405.608.157,85
TRANSFERÊNCIAS	512.388.494,00	512.388.494,00	251.862.874,18	260.525.619,82	INVERSOES FINANCEIRAS	13.030.659.734,00	14.945.269.550,59	14.356.948.453,15	588.321.097,44
RECEITAS CORRENTES A CLAS	0,00	0,00	99.601,39	-99.601,39	AMORTIZACAO DA DIVIDA	747.151.583.805,00	863.048.528.174,00	576.729.298.614,88	286.319.229.599,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	41.298.339.222,00	41.298.339.222,00	50.016.608.324,64	-8.718.269.102,64	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.625.023.801,00	8.974.449.038,00	268.949.032,98	8.974.449.038,00
RECEITAS DE CAPITAL	845.388.332.237,00	845.388.332.237,00	636.346.412.498,21	209.041.919.738,79	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.213.079.109,00	222.648.483,42	944.130.076,02
OPERACAOES DE CREDITO	736.726.103.510,00	736.726.103.510,00	511.751.334.966,37	224.974.768.543,63	DESPESAS CORRENTES	0,00	229.097.450,00	0,00	6.448.966,58
ALIENACAO DE BENS	9.920.901.622,00	9.920.901.622,00	2.136.299.800,81	7.784.601.821,19	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	31.076.548.244,00	31.076.548.244,00	31.552.096.327,48	-475.548.083,48	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	228.467.450,00	222.648.483,42	5.818.966,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.128.634,00	16.128.634,00	38.082.012,25	-21.953.378,25	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	983.981.659,00	46.300.549,56	937.681.109,44
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	67.648.650.227,00	67.648.650.227,00	90.868.599.391,30	-23.219.948.164,30	INVESTIMENTOS	0,00	169.188.941,00	27.116.657,56	142.072.283,44
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	814.792.718,00	19.183.892,00	795.608.826,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	10.609.044.233,38	8.561.747.974,60	2.047.296.258,78
					DESPESAS CORRENTES	0,00	6.649.971.220,91	5.068.179.845,52	1.581.791.375,39
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	896,00	0,00	896,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	6.649.970.324,91	5.068.179.845,52	1.581.790.479,39
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.959.073.012,47	3.493.568.129,08	465.504.883,39
					INVESTIMENTOS	0,00	3.259.463.832,47	2.793.958.949,08	465.504.883,39
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	699.609.180,00	699.609.180,00	0,00
<b>SUBTOTAL I</b>	<b>1.718.955.084.311,00</b>	<b>1.718.955.084.311,00</b>	<b>1.502.195.399.939,15</b>	<b>216.759.684.371,85</b>	<b>SUBTOTAL I</b>	<b>1.496.716.515.881,00</b>	<b>1.649.427.636.418,96</b>	<b>1.260.460.165.888,49</b>	<b>388.967.470.530,47</b>
SUPERAVIT FIN. EX. ANTERIOR	0,00	178.722.868.695,00	0,00	178.722.868.695,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	5.026.563.777,00	0,00	5.026.563.777,00					
<b>TOTAL</b>	<b>1.718.955.084.311,00</b>	<b>1.902.704.516.783,00</b>	<b>1.502.195.399.939,15</b>	<b>400.509.116.843,85</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.496.716.515.881,00</b>	<b>1.649.427.636.418,96</b>	<b>1.260.460.165.888,49</b>	<b>388.967.470.530,47</b>
<b>DEFICIT TOTAL</b>					<b>SUPERAVIT TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>241.735.234.050,66</b>	<b>-241.735.234.050,66</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.718.955.084.311,00</b>	<b>1.902.704.516.783,00</b>	<b>1.502.195.399.939,15</b>	<b>400.509.116.843,85</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.496.716.515.881,00</b>	<b>1.649.427.636.418,96</b>	<b>1.502.195.399.939,15</b>	<b>147.232.236.479,81</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFFS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTÍTULO		UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS		2013		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA			
				31/01/2014		1			
		RECEITA		DESPA					
TÍTULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.314.719.545.775,00	1.314.719.545.775,00	1.243.584.178.906,07	71.135.366.868,93	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.165.910.805.669,00	2.336.253.718.083,00	1.914.629.954.602,28	421.623.763.480,72
RECEITAS TRIBUTARIAS	418.840.506.686,00	418.840.506.686,00	376.042.540.898,42	42.797.965.787,58	DESPESAS CORRENTES	1.237.507.910.601,00	1.294.735.467.547,00	1.211.537.380.271,19	83.198.087.275,81
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	676.550.179.483,00	676.550.179.483,00	657.093.091.654,03	19.457.087.828,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	225.983.061.148,00	226.311.938.800,00	221.981.323.878,66	4.330.614.921,34
RECEITAS PATRIMONIAIS	109.790.242.212,00	109.790.242.212,00	85.204.025.093,59	24.586.217.118,41	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	152.888.097.220,00	186.471.256.640,00	141.705.984.850,19	44.765.271.789,81
RECEITAS AGROPECUARIAS	23.831.298,00	23.831.298,00	26.494.289,83	-2.662.991,83	OUTRAS DESPESAS CORREN	858.636.752.233,00	881.952.272.107,00	847.850.071.542,34	34.102.200.564,66
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.235.805.176,00	1.235.805.176,00	1.120.488.989,73	115.315.176,27	DESPESAS DE CAPITAL	928.402.805.068,00	1.041.518.250.536,00	703.082.574.331,09	338.425.676.204,91
RECEITAS DE SERVICOS	49.223.627.603,00	49.223.627.603,00	49.833.085.773,48	-609.458.170,48	INVESTIMENTOS	86.555.636.151,00	86.183.483.625,00	63.602.457.803,57	22.581.026.121,43
TRANSFERENCIAS	995.930.519,00	995.930.519,00	732.972.766,32	262.957.752,68	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	62.858.840.472,00	67.103.544.230,00	62.751.132.781,93	4.352.411.448,07
RECEITAS CORRENTES A CIAS	0,00	0,00	99.601,39	-99.601,39	AMORTIZACAO DA DIVIDA	747.165.760.440,00	863.059.339.449,00	576.738.984.045,59	286.320.355.403,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	58.059.422.798,00	58.059.422.798,00	73.531.378.829,28	-15.471.956.031,28	RESERVA DE CONTINGENCIA	31.822.457.995,00	25.171.883.232,00	0,00	25.171.883.232,00
RECEITAS DE CAPITAL	851.191.259.894,00	851.191.259.894,00	640.982.345.707,99	210.208.914.186,01	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	2.072.482.855,00	677.983.521,19	1.394.499.333,81
OPERACOES DE CREDITO	737.332.503.510,00	737.332.503.510,00	511.751.334.966,37	225.581.166.543,63	DESPESAS CORRENTES	0,00	672.710.246,00	614.882.382,63	57.827.863,37
ALIENACAO DE BENS	10.182.730.028,00	10.182.730.028,00	2.288.059.870,90	7.894.670.157,10	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	35.324.399.770,00	35.324.399.770,00	35.958.969.946,44	-634.570.176,44	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	672.080.246,00	614.882.382,63	57.197.863,37
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	99.114.054,00	99.114.054,00	111.560.338,22	-12.446.284,22	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.399.772.609,00	63.101.138,56	1.336.671.470,44
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	68.252.512.532,00	68.252.512.532,00	90.872.420.586,06	-22.619.908.054,06	INVESTIMENTOS	0,00	482.021.971,00	43.917.246,56	438.104.724,44
					INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	0,00	917.750.638,00	19.183.892,00	898.566.746,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	17.164.002.820,00	15.094.960.432,37	2.069.042.387,63
					DESPESAS CORRENTES	0,00	7.347.717.059,00	5.760.307.448,54	1.587.409.610,46
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	896,00	0,00	896,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	7.347.716.163,00	5.760.307.448,54	1.587.408.714,46
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.816.285.761,00	9.334.652.983,83	481.632.777,17
					INVESTIMENTOS	0,00	3.530.268.278,00	3.048.635.500,44	481.632.777,56
					INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	0,00	6.286.017.483,00	6.286.017.483,39	-0,39
SUBTOTAL I	2.165.910.805.669,00	2.165.910.805.669,00	1.884.566.524.614,06	281.344.281.054,94	SUBTOTAL I	2.165.910.805.669,00	2.355.490.203.758,00	1.930.402.898.555,84	425.087.305.202,16
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	183.232.321.202,00	0,00	183.232.321.202,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	6.346.189.551,00	0,00	6.346.189.551,00					
TOTAL	2.165.910.805.669,00	2.355.489.316.422,00	1.884.566.524.614,06	470.922.791.807,94	TOTAL	2.165.910.805.669,00	2.355.490.203.758,00	1.930.402.898.555,84	425.087.305.202,16
DEFICIT TOTAL	0,00	45.836.373.941,78	0,00	-45.836.373.941,78	SUPERAVIT TOTAL	2.165.910.805.669,00	2.355.490.203.758,00	1.930.402.898.555,84	425.087.305.202,16
TOTAL GERAL	2.165.910.805.669,00	2.355.489.316.422,00	1.930.402.898.555,84	425.086.417.866,16	TOTAL GERAL	2.165.910.805.669,00	2.355.490.203.758,00	1.930.402.898.555,84	425.087.305.202,16



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO			
		UNIAO - AUTARQUIAS		EMISSÃO 31/03/2014		PÁGINA 1			
		ORGAO SUPERIOR							
		RECEITA		DESPESA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE EMPREGOS
RECEITAS CORRENTES	351.638.095.527,00	351.638.095.527,00	341.428.265.279,68	10.209.830.247,32	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	477.863.837.710,00	535.675.987.271,35	507.017.185.268,43	18.656.802.002,92
RECEITAS TRIBUTARIAS	2.422.950.092,00	2.422.950.092,00	4.856.868.733,49	-2.433.916.641,49	DESPESAS CORRENTES	438.759.862.996,00	486.166.277.356,38	481.274.055.866,08	4.894.221.490,30
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	323.694.010.383,00	323.694.010.383,00	309.281.942.496,68	14.412.067.886,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	40.294.483.944,00	45.851.823.417,27	45.290.226.674,80	561.596.742,47
RECEITAS PATRIMONIAIS	9.504.414.828,00	9.504.414.828,00	5.472.528.882,27	4.031.885.945,73	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	2.529.850,00	2.529.850,00	965.980,71	1.563.869,29
RECEITAS AGROPECUARIAS	9.293.275,00	9.293.275,00	9.298.467,15	-5.192,15	OUTRAS DESPESAS CORREN	398.462.249.162,00	440.313.924.089,11	435.982.863.210,57	4.331.060.878,54
RECEITAS INDUSTRIAS	104.839.795,00	104.839.795,00	92.895.467,33	11.944.347,67	DESPESAS DE CAPITAL	39.104.274.754,00	39.505.709.914,97	25.743.129.402,35	13.762.580.512,62
RECEITAS DE SERVICOS	2.901.042.116,00	2.901.042.116,00	2.490.745.839,33	410.296.276,67	INVESTIMENTOS	26.947.012.448,00	26.933.566.883,21	22.544.676.699,44	4.388.890.183,77
TRANSFERENCIAS	196.855.620,00	196.855.620,00	95.891.732,59	100.964.087,41	INVERSOES FINANCEIRAS	4.168.426.762,00	4.883.007.487,76	3.197.710.082,46	1.385.297.405,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	12.804.689.218,00	12.804.689.218,00	19.128.093.680,88	-6.323.404.462,88	INVERSOES FINANCEIRAS	821.600,00	821.600,00	742.620,45	78.979,55
RECEITAS DE CAPITAL	995.374.112,00	995.374.112,00	678.293.486,99	317.080.625,01	AMORTIZACAO DA DIVIDA	7.988.313.944,00	7.988.313.944,00	8.550.589,00	7.988.313.944,00
OPERACOES DE CREDITO	606.400.000,00	606.400.000,00	0,00	606.400.000,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	170.583.030,00	170.583.030,00	300.000,00	162.032.441,00
ALIENACAO DE BENS	179.228.209,00	179.228.209,00	76.853.372,35	102.374.836,65	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.300.000,00	300.000,00	1.000.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	162.567.864,00	162.567.864,00	583.915.199,08	-421.347.335,08	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.300.000,00	300.000,00	1.000.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.081.151,00	4.081.151,00	17.524.915,56	-13.443.764,56	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	169.283.030,00	8.250.589,00	161.032.441,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	43.096.888,00	43.096.888,00	0,00	43.096.888,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	169.283.030,00	8.250.589,00	161.032.441,00
					INVESTIMENTOS	0,00	169.283.030,00	8.250.589,00	161.032.441,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5.772.104.532,19	5.752.101.528,35	20.003.003,84
					DESPESAS CORRENTES	0,00	72.587.588,62	67.964.383,85	4.623.204,77
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	5.695.516.943,57	5.684.137.144,50	15.379.799,07
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	221.714.518,57	206.334.719,11	15.379.799,07
					INVESTIMENTOS	0,00	5.477.802.425,00	5.477.802.425,39	-0,39
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	531.616.674.833,54	512.777.837.385,78	18.838.837.447,76
SUBTOTAL I	352.633.469.639,00	352.633.469.639,00	342.106.558.766,67	10.526.910.872,33	SUBTOTAL I	477.863.837.710,00	531.616.674.833,54	512.777.837.385,78	18.838.837.447,76
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	441.683.811,00	0,00	441.683.811,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	614.897.313,00	0,00	614.897.313,00					
TOTAL	352.633.469.639,00	353.690.050.763,00	342.106.558.766,67	11.583.491.996,33	TOTAL	477.863.837.710,00	531.616.674.833,54	512.777.837.385,78	18.838.837.447,76
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	170.671.278.619,11	-170.671.278.619,11	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	352.633.469.639,00	353.690.050.763,00	512.777.837.385,78	-159.087.286.622,28	TOTAL GERAL	477.863.837.710,00	531.616.674.833,54	512.777.837.385,78	18.838.837.447,76



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTÍTULO		UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		2013		DEZEMBRO			
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA			
				31/01/2014		1			
				RECEITA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCIO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	2.184.438.728,00	2.184.438.725,00	413.928.575,31	1.770.510.152,69	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	12.912.379.454,00	14.931.881.235,28	11.822.544.073,42	3.109.337.161,86
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	0,00	0,00	3.201.039,37	-3.201.039,37	DESPESAS CORRENTES	6.043.221.253,00	6.805.173.937,72	6.431.588.406,64	353.585.531,08
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.249.733.865,00	1.249.733.865,00	26.951.531,01	1.222.782.333,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	4.217.629.382,00	4.430.160.732,56	4.395.746.486,53	34.414.246,03
RECEITAS AGROPECUARIAS	13.509.255,00	13.509.255,00	16.957.837,86	-3.448.582,86	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	1.235.411,00	26.136,00	15.361,45	10.774,55
RECEITAS INDUSTRIAIS	104.239.246,00	104.239.246,00	65.394.016,66	38.845.229,34	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.824.356.460,00	2.374.987.069,16	2.055.826.558,66	319.160.510,50
RECEITAS DE SERVIÇOS	701.915.882,00	701.915.882,00	173.562.092,14	528.353.789,86	DESPESAS DE CAPITAL	6.869.158.201,00	8.126.707.297,56	5.370.955.666,78	2.755.751.630,78
TRANSFERÊNCIAS	5.368.320,00	5.368.320,00	3.059.242,08	2.310.077,92	INVESTIMENTOS	3.430.946.609,00	4.353.926.462,44	3.771.776.978,19	582.149.484,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	109.672.160,00	109.672.160,00	124.803.816,19	-15.131.656,19	INVERSOES FINANCEIRAS	2.385.141.227,00	2.724.181.110,12	1.599.114.822,25	1.125.066.287,87
RECEITAS DE CAPITAL	87.934.451,00	87.934.451,00	64.988.853,82	22.945.597,18	AMORTIZACAO DA DIVIDA	4.598.162,00	127.522,00	63.866,34	63.655,66
ALIENACAO DE BENS	21.091.905,00	21.091.905,00	20.547.157,67	544.747,33	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.048.472.203,00	1.048.472.203,00	8.000.000,00	1.048.472.203,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	66.842.546,00	66.842.546,00	44.441.506,63	22.401.039,37	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	142.700.000,00	8.000.000,00	134.700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	189,52	-189,52	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	142.700.000,00	8.000.000,00	134.700.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	605.763.419,74	604.020.294,73	1.743.125,01
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	556.673.492,78	555.678.462,48	995.030,30
					DESPESAS CORRENTES	0,00	49.089.926,96	48.341.832,25	748.094,71
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	49.089.926,96	48.341.832,25	748.094,71
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.680.344.655,02	12.434.564.368,15	3.245.780.286,87
SUBTOTAL I	2.272.373.179,00	2.272.373.179,00	478.917.429,13	1.793.455.749,87	SUBTOTAL I	12.912.379.454,00	15.680.344.655,02	12.434.564.368,15	3.245.780.286,87
SUPERAVIT FIN EX ANTERIOR	0,00	48.273.903,00	0,00	48.273.903,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	23.213.835,00	0,00	23.213.835,00					
TOTAL	2.272.373.179,00	2.343.860.917,00	478.917.429,13	1.864.943.487,87	TOTAL	12.912.379.454,00	15.680.344.655,02	12.434.564.368,15	3.245.780.286,87
DEFICIT TOTAL	0,00	11.955.646.939,02	0,00	-11.955.646.939,02	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.272.373.179,00	2.343.860.917,00	12.434.564.368,15	-10.090.703.451,15	TOTAL GERAL	12.912.379.454,00	15.680.344.655,02	12.434.564.368,15	3.245.780.286,87


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	RECEITA				DESPESA				ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	
RECEITAS CORRENTES	1.082.817.484,00	1.082.817.484,00	1.032.095.552,26	50.721.931,74	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.855.784.828,00	3.555.269.607,56	3.283.938.804,62	271.330.802,94
RECEITAS PATRIMONIAIS	16.918.774,00	16.918.774,00	19.273.203,59	-2.354.429,59	DESPESAS CORRENTES	2.365.184.712,00	2.989.751.335,42	2.942.602.885,84	471.448.449,58
RECEITAS AGROPECUARIAS	936,00	936,00	0,00	936,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	1.355.001.230,00	1.753.290.481,44	1.736.696.731,57	16.593.749,87
RECEITAS INDUSTRIAIS	834.180.628,00	834.180.628,00	725.069.588,28	109.111.039,72	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	5.765.722,00	6.505.342,00	5.765.596,06	739.745,94
RECEITAS DE SERVIÇOS	220.540.631,00	220.540.631,00	249.155.215,31	-28.614.884,31	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.004.417.760,00	1.229.955.511,98	1.200.140.558,21	29.814.953,77
TRANSFERÊNCIAS	256.623,00	256.623,00	275.643,84	-19.020,84	DESPESAS DE CAPITAL	490.600.116,00	565.518.272,14	341.335.918,78	224.182.353,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	10.919.892,00	10.919.892,00	38.321.901,24	-27.402.009,24	INVESTIMENTOS	282.620.065,00	356.432.941,14	332.456.974,86	23.975.966,28
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	166.716,17	-166.716,17	AMORTIZACAO DA DIVIDA	8.756.873,00	9.862.153,00	8.878.943,92	983.209,08
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	166.716,17	-166.716,17	RESERVA DE CONTINGENCIA	199.223.178,00	199.223.178,00	0,00	199.223.178,00
SUBTOTAL I	1.082.817.484,00	1.082.817.484,00	1.032.262.268,43	50.555.215,57	SUBTOTAL I	2.855.784.828,00	3.555.269.607,56	3.283.938.804,62	271.330.802,94
SUPERAVIT FIN EX ANTERIOR	0,00	28.620.406,00	0,00	28.620.406,00					
TOTAL	1.082.817.484,00	1.111.437.890,00	1.032.262.268,43	79.175.621,57	TOTAL	2.855.784.828,00	3.555.269.607,56	3.283.938.804,62	271.330.802,94
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	2.251.676.536,19	-2.251.676.536,19	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.082.817.484,00	1.111.437.890,00	3.283.938.804,62	-2.172.500.914,62	TOTAL GERAL	2.855.784.828,00	3.555.269.607,56	3.283.938.804,62	271.330.802,94

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**



TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS		2013		DEZEMBRO			
ORGAO SUPERIOR				- EMISSAO		- PAGINA			
				31/01/2014		1			
				DESPESA					
TÍTULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	85.415.318.357,00	85.415.318.357,00	33.656.834.636,50	51.758.483.720,50	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	150.393.394.973,00	121.858.819.212,20	110.223.519.816,13	11.635.299.396,07
RECEITAS TRIBUTARIAS	10.189.045.720,00	10.189.045.720,00	49.250.190,55	10.139.795.529,45	DESPESAS CORRENTES	95.739.616.605,00	67.277.728.458,21	65.119.904.605,04	2.157.823.853,17
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	47.067.418.773,00	47.067.418.773,00	7.278.659.350,52	39.788.759.422,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	9.581.224.663,00	9.860.665.288,00	9.857.899.125,13	2.766.162,87
RECEITAS PATRIMONIAIS	14.226.257.301,00	14.226.257.301,00	11.105.782.249,66	3.120.475.051,34	OUTRAS DESPESAS CORREN	86.158.391.942,00	57.417.063.170,21	55.262.005.479,91	2.155.057.690,30
RECEITAS INDUSTRIAIS	189.902.825,00	189.902.825,00	236.036.917,82	-46.134.092,82	DESPESAS DE CAPITAL	54.653.778.368,00	54.581.090.753,99	45.103.615.211,09	9.477.475.542,90
RECEITAS DE SERVIÇOS	9.984.730.137,00	9.984.730.137,00	10.953.177.362,90	-968.447.225,90	INVESTIMENTOS	4.418.761.405,00	2.774.023.589,46	1.511.393.223,02	1.262.630.366,44
TRANSFERENCIAS	52.900.628,00	52.900.628,00	30.003.679,18	22.896.948,82	INVERSOES FINANCEIRAS	43.273.572.094,00	44.845.642.295,53	43.592.221.988,07	1.253.420.307,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	3.705.062.973,00	3.705.062.973,00	4.003.924.885,87	-298.861.912,87	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.961.424.869,00	6.961.424.869,00	0,00	6.961.424.869,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.710.512.055,00	4.710.512.055,00	3.883.672.542,96	826.839.512,04	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	88.946.655,92	52.758.659,08
ALIENACAO DE BENS	59.117.617,00	59.117.617,00	52.246.752,39	6.870.864,61	DESPESAS CORRENTES	140.855.315,00	140.855.315,00	88.396.655,92	52.458.659,08
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	4.085.283.662,00	4.085.283.662,00	3.822.958.419,88	262.325.242,12	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	88.396.655,92	52.458.659,08
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.345.359,00	5.345.359,00	4.646.365,45	698.993,55	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	850.000,00	550.000,00	300.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	560.765.417,00	560.765.417,00	3.821.005,24	556.944.411,76	INVESTIMENTOS	0,00	850.000,00	550.000,00	300.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	175.280.505,00	175.280.505,00	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	66.674.627,00	66.674.627,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	66.674.627,00	66.674.627,00	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	108.605.878,00	108.605.878,00	0,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	108.605.878,00	108.605.878,00	0,00
SUBTOTAL I	90.125.830.412,00	90.125.830.412,00	37.540.507.179,46	52.585.323.232,54	SUBTOTAL I	150.393.394.973,00	122.175.805.032,20	110.487.746.977,05	11.688.058.055,15
SUPERAVIT FIN EX ANTERIOR	0,00	3.881.890.755,00	0,00	3.881.890.755,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	224.821.365,00	0,00	224.821.365,00					
TOTAL	90.125.830.412,00	94.232.542.532,00	37.540.507.179,46	56.692.035.352,54	TOTAL	150.393.394.973,00	122.175.805.032,20	110.487.746.977,05	11.688.058.055,15
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	72.947.239.797,59	-72.947.239.797,59	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	90.125.830.412,00	94.232.542.532,00	110.487.746.977,05	-16.255.204.445,05	TOTAL GERAL	150.393.394.973,00	122.175.805.032,20	110.487.746.977,05	11.688.058.055,15





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(INDIRETA)	— EMISSÃO	31/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

TÍTULOS	RECEITA			EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DESPESA			ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO			DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	
RECEITAS CORRENTES	1.964.662.141,00	1.964.662.141,00	1.739.347.209,32	225.314.931,68	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	6.814.764.835,00	6.814.764.835,00	4.853.984.975,00	1.960.779.860,00
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	871.421.530,00	871.421.530,00	1.010.923.153,25	-139.501.623,25	DESPESAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	953.208.565,00	953.208.565,00	661.226.302,85	291.982.262,15	OUTRAS DESPESAS CORREN	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.000.538,00	1.000.538,00	975.618,05	24.919,95	DESPESAS DE CAPITAL	6.812.764.835,00	6.812.764.835,00	4.853.984.975,00	1.968.779.860,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	139.031.508,00	139.031.508,00	66.222.135,17	72.809.372,83	INVERSOES FINANCEIRAS	4.853.984.515,00	4.853.984.515,00	4.853.984.975,00	9.540,00
RECEITAS DE CAPITAL	103.558.696,00	103.558.696,00	124.468.029,59	-20.909.333,59	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.958.770.320,00	1.958.770.320,00	0,00	1.958.770.320,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	103.558.696,00	103.558.696,00	124.468.029,59	-20.909.333,59					
SUBTOTAL I	2.068.220.837,00	2.068.220.837,00	1.863.815.238,91	204.405.598,09	SUBTOTAL I	6.814.764.835,00	6.814.764.835,00	4.853.984.975,00	1.960.779.860,00
SUPERAVIT FIN EX ANTERIOR	0,00	35.816.839,00	0,00	35.816.839,00					
TOTAL	2.068.220.837,00	2.104.037.676,00	1.863.815.238,91	240.222.437,09	TOTAL	6.814.764.835,00	6.814.764.835,00	4.853.984.975,00	1.960.779.860,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	2.990.169.736,09	-2.990.169.736,09	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.068.220.837,00	2.104.037.676,00	4.853.984.975,00	-2.749.947.295,00	TOTAL GERAL	6.814.764.835,00	6.814.764.835,00	4.853.984.975,00	1.960.779.860,00


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2013		MES DEZEMBRO			
UNIAO - ADM. DIRETA		17/03/2014		PAGINA 1			
TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS						
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA						
ÓRGÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	0,00	0,00	143.051,47	50.422.555,72	0,00	0,00	50.565.607,19
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	-3.931,79	0,00	0,00	-3.931,79
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-192.475.235.563,46	0,00	-145.051,47	0,00	0,00	0,00	-192.475.380.614,93
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	2.000,00	3.245.391,34	0,00	0,00	3.247.391,34
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-189.561.951.916,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-189.561.951.916,81
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	539.886.586.218,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.886.586.218,99
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	104.892,82	0,00	0,00	104.892,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	157.849.398.738,72	0,00	0,00	53.768.908,09	0,00	0,00	157.903.167.646,81
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	0,00	0,00	0,00	53.768.908,09	0,00	0,00	53.768.908,09
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,05	0,00	0,00	-9.263,03	0,00	0,00	-9.263,08
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-178.513.141.648,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-178.513.141.648,59
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	491.717.465.497,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491.717.465.497,25
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	151.151.841.013,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.151.841.013,11
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	464.356.164.861,72	0,00	0,00	53.759.645,06	0,00	0,00	464.409.924.506,78



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSAO	17/03/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREL.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	50.565.607,19	0,00	0,00	538.921.434,074,51	0,00	538.971.999.681,70
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-3.931,79	0,00	0,00	595.978.272,93	0,00	595.974.341,14
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-192.475.380,614,93	0,00	0,00	-135.959.243,331,90	0,00	-328.434.623.946,83
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	3.247.391,34	0,00	0,00	-50.867.673,002,72	0,00	-50.864.425.611,38
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-189.561.951.916,81	0,00	0,00	-353.059.655.359,36	0,00	-189.561.951.916,81
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	539.886.586.218,99	0,00	0,00	0,00	0,00	186.826.930.859,63
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	104.892,82	0,00	0,00	369.159.347,00	0,00	369.264.239,82
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	157.903.167.646,81	0,00	0,00	0,46	0,00	157.903.167.647,27
<b>T O T A L</b>						
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREL.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	53.768.908,09	0,00	0,00	156.897.913,583,71	0,00	156.951.682.491,80
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-9.263,08	0,00	0,00	797.950.995,86	0,00	797.941.732,78
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-178.513.141.648,59	0,00	0,00	-229.940.128.853,65	0,00	-408.453.270.502,24
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	49.772.787.772,49	0,00	49.772.787.772,49
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	491.717.465.497,25	0,00	0,00	1.655.946.043,84	0,00	493.373.411.541,09
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	151.151.841.013,11	0,00	0,00	27.361.300.635,48	0,00	178.513.141.648,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-6.544.023.566,26	0,00	-6.544.023.566,26
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-1.746.611,31	0,00	-1.746.611,31
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	464.409.924.506,78	0,00	0,00	0,16	0,00	464.409.924.506,94
<b>T O T A L</b>						


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

TÍTULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS		2013		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				17/03/2014		PAGINA	
						1	
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	17.376.537.912,11	4.770.253.511,59	601.859.865,07	96.013.644,04	15.649.516,10	22.860.314.448,91
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	-3.931,79	0,00	0,00	-3.931,78
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-10.030.908.657,35	-19,00	-157.015,10	-66.686.291,26	-51.654,00	0,00	-10.097.803.636,71
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	76.649.811,36	56.166.344,17	663.573,14	0,00	131.664.283,98
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	283.031,55	-30.404.042,05	0,00	0,00	-30.121.010,50
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.677.042.127,03	0,00	0,00	0,00	2.677.042.127,03
RESULTADO DO EXERCICIO	-111.904.681.681,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-111.904.681.681,46
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	867.247.818.989,29	622.709.066,01	-645.525.843,28	-34.152.545,72	26.784.957,19	0,00	867.217.634.623,49
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	745.312.228.650,49	17.997.431.514,43	6.878.545.623,15	526.779.398,42	123.410.520,37	15.649.516,10	770.854.045.222,96
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	17.997.431.514,43	6.878.545.623,15	526.779.398,42	123.410.520,37	15.649.516,10	25.541.816.572,47
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,07	0,00	0,00	-9.263,03	0,00	0,00	-9.263,10
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	134.464.679.092,81	0,00	-143.284.918,82	-7.435.083,59	0,00	0,00	134.313.959.090,40
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000.000,00	30.596.809,75	152.792,12	10.990,13	0,00	35.760.592,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.113.918.038,63	0,00	0,00	0,00	2.113.918.038,63
RESULTADO DO EXERCICIO	283.154.357.047,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.154.357.047,28
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	746.029.424.612,89	2.538.758.969,87	-3.291.086.397,61	-6.584.824,46	4.446.839,23	0,00	745.274.959.199,92
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	1.163.648.460.752,91	20.541.190.484,30	7.590.733.801,27	512.903.019,46	127.868.349,73	15.649.516,10	1.192.436.805.923,77



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAI PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	22.860.314.448,91	1.064.883,62	19.991.285,58	859.601.469,563,71	-776.884.561,19	881.705.955,620,63
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-3.931,78	0,00	0,00	621.374.893,80	0,00	621.370.962,02
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-10.097.803,636,71	0,00	40.979.282,40	-136.337.990,825,92	0,00	-146.394.815,180,23
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	131.664.283,98	0,00	0,00	185.756,041,50	0,00	317.420,325,48
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	-30.121.010,50	0,00	85.496.106,97	131.555.778,310,06	0,00	131.611.153,406,53
AUMENTO DE CAPITAL	2.677.042,127,03	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	2.683.046,928,18
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-111.904.681,681,46	0,00	0,00	-2.071.795,458,84	0,00	-113.976,477,140,30
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	867.217,634,623,49	0,00	-7.566,976,44	-862.381,323,481,95	0,00	4.828.744,165,10
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563,154,00	0,00	-16.563,154,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	702.956,87	0,00	702.956,87
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698,238,11	0,00	0,00	-29.698,238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	770.854.045,222,96	1.064.883,62	109.201.460,40	-8.836,961,375,98	-776.884.561,19	761.350.465,629,81
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>RES ATUARI/OUTRAS</b>	<b>AJUST DE AVAI PATRI</b>	<b>AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.</b>	<b>ACOES/COTAS TESOUR.</b>	<b>T O T A L</b>
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	25.541.816,572,47	1.064.883,62	109.201.460,40	736.475,267,274,49	-776.884.561,19	761.350.465,629,79
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-9.263,10	0,00	0,00	834.531,857,96	0,00	834.522.594,86
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	134.313,959,090,40	-1.064.883,62	-602,733,49	82.834,305,539,33	0,00	217.146,597,012,62
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	35.760,592,00	0,00	0,00	-70.435,557,75	0,00	-34.674,965,75
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	955,528,00	0,00	157.145,938,29	49.528,210,730,55	0,00	49.686,312,196,84
AUMENTO DE CAPITAL	2.113,918,038,63	0,00	0,00	-9,750,00	0,00	2.113.906,288,63
RESULTADO DO EXERCÍCIO	283.154,357,047,28	0,00	0,00	604.720,057,28	0,00	283.759,077,104,56
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	745.274,959,199,92	0,00	-2.490,308,45	-879,626,937,909,03	0,00	-134.354,469,017,56
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-2,692,958,93	0,00	-2.692,958,93
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-436,119,54	0,00	-436,119,54
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	2.001,089,118,17	0,00	0,00	-30,479,869,04	0,00	1.970,609,249,13
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163,076,88	0,00	-163,076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	1.192.436,805,923,77	0,00	263.254,356,75	-9.454,119,781,56	-776.884.561,19	1.182.469,055,937,77


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTITULO		UNIAC - AUTARQUIAS		EMISSAO 17/03/2014		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	4.463.223,62	180.062,032,07	0,80	90,10	184.525.346,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.354.164,570,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.354.164,570,34
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	0,00	545,00
AUMENTO DE CAPITAL	17.644.653,690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.644.653,690,12
RESULTADO DO EXERCICIO	48.305.574,336,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.305.574,336,30
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	248.304.392,596,76	0,00	4.463.768,62	180.062,032,07	0,80	90,10	248.488.918,488,35
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	4.463.768,62	180.062,032,07	0,80	90,10	184.525.891,59
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.105,454,318,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.105,454,318,41
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-290.465,625,431,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-290.465,625,431,41
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	254.731,093,868,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.731,093,868,47
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	277.370,922,755,47	0,00	4.463.768,62	180.062,032,07	0,80	90,10	277.555.448,647,06



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - AUTARQUIAS	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	184.525.346,59	0,00	0,00	49.007.777,387,85	0,00	49.192.302,734,44
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	182.354.164,570,34	0,00	0,00	-688.507,625,12	0,00	181.665.656,945,22
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	545,00	0,00	0,00	182.430.566,933,90	0,00	182.430.566,933,90
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	6.004.801,15
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.644.653,690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	17.644.653,690,12
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	48.305.574,336,30	0,00	0,00	-230.053.640,446,23	0,00	-181.748.066,109,93
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-702.203,051,55	0,00	-702.203,051,55
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	248.488.918,488,35	0,00	0,00	0,00	0,00	248.488.918,488,35
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	184.525,691,59	0,00	0,00	248.304,392,596,76	0,00	248.488,918,488,35
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	313.105,454,318,41	0,00	0,00	312,867,110,616,30	0,00	625,972,564,934,71
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-71,618,176,52	0,00	-71,618,176,52
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	-9,750,00	0,00	-9,750,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-290,465,625,431,41	0,00	0,00	203,499,525,69	0,00	-290,262,125,905,72
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	254,731,093,868,47	0,00	0,00	-567,836,548,186,88	0,00	-313,105,454,318,41
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	6,546,046,108,27	0,00	6,546,046,108,27
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-12,872,733,62	0,00	-12,872,733,62
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	277,555,448,647,06	0,00	0,00	0,00	0,00	277,555,448,647,06


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDACOES		2013		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				17/03/2014		1	
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	14.989.377,35	48.393.197,74	0,00	0,00	63.382.575,09
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.677.274,67	0,00	-11.963,63	0,00	0,00	0,00	-2.689.238,30
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	280.486,55	0,00	0,00	0,00	280.486,55
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	20.330.763,616,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.330.763,616,03
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	29.185.340,737,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.185.340,737,86
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	49.513.427,079,22	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	49.577.078,177,23
<b>ESPECIFICACAO</b>	<b>PATRIMONIO</b>	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RESERV. DE CAPITAL</b>	<b>RES. DE REAVALIACAO</b>	<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>RESERVAS TECNICAS</b>	<b>SUBTOTAL</b>
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	63.651.098,01
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.771.967,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.771.967,86
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	47.866.695,169,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.866.695,169,96
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	49.530.506,638,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.530.506,638,09
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	97.394.429,840,19	0,00	15.257.900,27	48.393.197,74	0,00	0,00	97.458.080,938,20



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDACOES		2013		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				17/03/2014		2	
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES	ATUARI/OUTRAS	AJUST DE	ACOES/COTAS	T O T A L	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	63.382.575,09	0,00	0,00	LUCR./PREJACUMUL.	TESOUR.	29.180.627.169,40	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	14.659.678,07	0,00	14.659.678,07	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.689.238,30	0,00	0,00	-40.030.579,43	0,00	-42.719.817,73	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	280.486,55	0,00	0,00	-8.230.167,94	0,00	-7.949.681,39	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCICIO	20.330.763.616,03	0,00	0,00	-29.137.077.990,49	0,00	20.330.763.616,03	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	29.185.340.737,86	0,00	0,00	0,00	0,00	48.262.747,37	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	53.436.465,50	0,00	53.436.465,50	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	49.577.078.177,23	0,00	0,00	0,00	0,00	49.577.078.177,23	
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES	ATUARI/OUTRAS	AJUST DE	ACOES/COTAS	T O T A L	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	63.651.098,01	0,00	0,00	LUCR./PREJACUMUL.	TESOUR.	49.577.078.177,25	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	16.626.219,31	0,00	16.626.219,31	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.771.967,86	0,00	0,00	-53.410.651,50	0,00	-56.182.619,36	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-11.240.416,59	0,00	-11.240.416,59	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCICIO	47.866.695.169,96	0,00	0,00	75.764.788,50	0,00	47.942.459.958,46	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	49.530.506.638,09	0,00	0,00	-49.527.290.782,83	0,00	3.215.855,26	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	453.339,52	0,00	453.339,52	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-14.329.575,67	0,00	-14.329.575,67	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	97.458.080.938,20	0,00	0,00	-0,02	0,00	97.458.080.938,18	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS		17/03/2014		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	7.657.215.595,23	3.642.051.250,63	105.881.084,65	96.013.643,24	0,00	11.501.161.573,75
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-4.751.550,83	-51.654,00	0,00	-4.803.204,83
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	76.649.811,36	18.231.691,14	663.573,14	0,00	95.545.075,64
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.287.701.586,73	0,00	0,00	0,00	2.287.701.586,73
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	84.620.502,89	-107.437.280,16	-20.448.761,54	26.784.957,19	0,00	-16.480.581,62
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT. CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	0,00	7.741.836.098,12	5.898.965.368,56	98.912.463,42	123.410.519,57	0,00	13.863.124.449,67
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	7.741.836.098,12	5.898.965.368,56	98.912.463,42	123.410.519,57	0,00	13.863.124.449,67
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-143.284.918,82	0,00	0,00	0,00	-143.284.918,82
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000.000,00	5.635.612,81	152.792,12	10.990,13	0,00	10.799.395,06
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	1.889.621.513,91	0,00	0,00	0,00	1.889.621.513,91
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	2.064.078.891,09	-2.826.663.875,38	-27.426,62	4.446.839,23	0,00	-758.165.571,68
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT. CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	1.796.591.141,36	0,00	0,00	0,00	1.796.591.141,36
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	0,00	9.810.914.989,21	6.621.820.370,44	99.037.828,92	127.868.348,93	0,00	16.659.641.537,50



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	11.501.161.573,75	1.064.883,62	18.242.565,63	-1.744.860.927,04	0,00	9.775.608.095,96
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.803.204,83	0,00	40.979.282,40	29.003.986,56	0,00	65.180.064,13
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	95.545.075,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.545.075,64
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	866.365,11	1.112.546,82	0,00	1.978.911,93
AUMENTO DE CAPITAL	2.287.701.586,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.287.701.586,73
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-947.036.182,51	0,00	-947.036.182,51
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-16.480.581,62	0,00	-7.566.976,44	11.425.835,16	0,00	-12.621.722,90
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563.154,00	0,00	-16.563.154,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-20.848,76	0,00	-20.848,76
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	13.863.124.449,67	1.064.883,62	52.521.236,70	-2.667.311.766,13	0,00	11.249.398.803,86

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	13.863.124.449,67	1.064.883,62	52.521.236,70	-2.667.311.766,13	0,00	11.249.398.803,86
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-143.284.918,82	-1.064.883,62	0,00	-26.890.017,63	0,00	-171.239.820,07
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	10.799.395,06	0,00	0,00	-71.060.110,94	0,00	-60.260.715,88
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	955.528,00	0,00	0,00	-160.972.365,76	0,00	-160.016.837,76
AUMENTO DE CAPITAL	1.889.621.513,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.621.513,91
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-862.158.188,90	0,00	-862.158.188,90
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-758.165.571,68	0,00	-2.490.308,45	914.068.385,72	0,00	153.412.505,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-4.701.899,61	0,00	-4.701.899,61
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-436.119,54	0,00	-436.119,54
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	1.796.591.141,36	0,00	0,00	-1.510.160,58	0,00	1.795.080.980,78
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163.076,88	0,00	-163.076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	16.659.641.537,50	0,00	50.030.928,25	-2.881.135.320,25	0,00	13.828.537.145,50


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		2013		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				17/03/2014		PAGINA	
						1	
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	6.011.839.757,17	1.108.606.608,52	216.988.083,56	0,00	0,00	7.337.434.449,25
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-19,00	0,00	-61.934.740,43	0,00	0,00	-61.934.759,43
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	0,00	37.934.653,03	0,00	0,00	36.119.208,34
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-33.649.433,39	0,00	0,00	-33.649.433,39
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	389.340.540,30	0,00	0,00	0,00	389.340.540,30
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	538.088.563,12	-538.088.563,12	-13.703.784,18	0,00	0,00	-13.703.784,18
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	0,00	6.548.112.856,60	959.858.585,70	145.634.778,59	0,00	0,00	7.653.606.220,89
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	6.548.112.856,60	959.858.585,70	145.634.778,59	0,00	0,00	7.653.606.220,89
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-7.435.083,59	0,00	0,00	-7.435.083,59
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	24.961.196,94	0,00	0,00	0,00	24.961.196,94
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	224.296.524,72	0,00	0,00	0,00	224.296.524,72
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	474.680.078,78	-464.422.522,23	-6.557.397,84	0,00	0,00	3.700.158,71
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	204.497.976,81	0,00	0,00	0,00	204.497.976,81
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	0,00	7.022.792.935,38	949.191.761,94	131.642.297,16	0,00	0,00	8.103.626.994,48



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	7.337.434.449,25	0,00	1.748.719,95	-5.279.375.274,62	0,00	2.059.807.894,58
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-61.934.759,43	0,00	0,00	228.003.186,38	0,00	166.068.426,95
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	36.119.208,34	0,00	0,00	185.756.041,50	0,00	221.875.249,84
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	-33.649.433,39	0,00	84.629.741,86	0,00	0,00	50.980.308,47
AUMENTO DE CAPITAL	389.340.540,30	0,00	0,00	0,00	0,00	389.340.540,30
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-1.124.759.276,33	0,00	-1.124.759.276,33
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS	-13.703.784,18	0,00	0,00	-179.274.287,30	0,00	-192.978.071,48
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698.238,11	0,00	0,00	-29.698.238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	7.653.606.220,89	0,00	56.680.223,70	-6.169.649.610,37	0,00	1.540.636.834,22
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>RES ATUARI/OUTRAS</b>	<b>AJUST DE AVAL PATRI</b>	<b>AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.</b>	<b>ACOES/COTAS TESOUR.</b>	<b>T O T A L</b>
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	7.653.606.220,89	0,00	56.680.223,70	-6.169.649.610,37	0,00	1.540.636.834,22
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-7.435.083,59	0,00	-602.733,49	115.377.060,97	0,00	107.339.243,89
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	24.961.196,94	0,00	0,00	624.553,19	0,00	25.585.750,13
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	157.145.938,29	-134.228,80	0,00	157.011.709,49
AUMENTO DE CAPITAL	224.296.524,72	0,00	0,00	0,00	0,00	224.296.524,72
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-471.855.759,99	0,00	-471.855.759,99
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS	3.700.158,71	0,00	0,00	-47.346.476,45	0,00	-43.646.317,74
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	204.497.976,81	0,00	0,00	0,00	0,00	204.497.976,81
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	8.103.626.994,48	0,00	213.223.428,50	-6.572.984.461,45	0,00	1.743.865.961,53


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		17/03/2014		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	13.669.055.352,40	4.770.110.460,12	551.324.398,02	96.013.644,04	90,10	19.086.503.944,68
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.351.487,295,67	-19,00	-11.963,63	-66.686,291,26	-51.654,00	0,00	182.284.737,367,78
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	-1.815.444,69	76.649.811,36	56.166.344,17	663.573,14	0,00	131.664.283,98
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	281.031,55	-33.649.433,39	0,00	0,00	-33.368.401,84
AUMENTO DE CAPITAL	37.975.417,306,15	0,00	2.677.042,127,03	0,00	0,00	0,00	2.677.042,127,03
RESULTADO DO EXERCICIO	77.490,915.074,16	622.709,066,01	-645.525.843,28	-34.152.545,72	26.784.957,19	0,00	37.975.417,306,15
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	297.817,819.675,98	14.289.948.954,72	6.878.545.623,15	473.002.471,82	123.410.520,37	90,10	319.582.727,336,14
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	14.289.948.954,72	6.878.545.623,15	473.002.471,82	123.410.520,37	90,10	21.764.907.660,16
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	313.102.682.350,55	0,00	-143.284.918,82	-7.435,083,59	0,00	0,00	312.951.962,348,14
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	5.000,000,00	30.596.809,75	152.792,12	10.990,13	0,00	35.760.592,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	955.528,00	0,00	0,00	0,00	955.528,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.113.918.038,63	0,00	0,00	0,00	2.113.918.038,63
RESULTADO DO EXERCICIO	-242.598.930.261,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-242.598.930.261,45
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	304.261.600.506,56	2.538.758.969,87	-3.291.086.397,61	-6.584.824,46	4.446.839,23	0,00	303.507.135.093,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	374.765.352.595,66	16.833.707.924,59	7.590.733.801,27	459.135.355,89	127.868.349,73	90,10	399.776.796.117,24

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OPFS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	19.086.503.944,68	1.064.883,62	19.991.285,58	71.100.785.780,50	0,00	90.208.345.894,38
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	14.659.678,07	0,00	14.659.678,07
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	182.284.737.367,78	0,00	40.979.282,40	-471.531.031,61	0,00	181.854.185.618,57
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	131.664.283,98	0,00	0,00	185.756.041,50	0,00	317.420.325,48
REVALIAÇÃO DE ATIVOS	-33.368.401,84	0,00	85.496.106,97	182.423.451.312,78	0,00	182.475.579.017,91
AUMENTO DE CAPITAL	2.677.042.127,03	0,00	0,00	6.004.801,15	0,00	2.683.046.928,18
RESULTADO DO EXERCÍCIO	37.975.417.306,15	0,00	0,00	-2.071.795.458,84	0,00	35.903.621.847,31
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	77.460.730.708,36	0,00	-7.566.976,44	-259.388.566.888,86	0,00	-181.905.403.156,94
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-16.563.154,00	0,00	-16.563.154,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-648.787.434,81	0,00	-648.787.434,81
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-270.890,59	0,00	-270.890,59
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00	-2.000,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-102.131,77	0,00	-102.131,77
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	-29.698.238,11	0,00	0,00	-29.698.238,11
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	319.582.727.336,14	1.064.883,62	109.201.460,40	-8.836.961.376,48	0,00	310.856.032.303,68

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	21.764.907.660,16	1.064.883,62	109.201.460,40	288.980.856.299,50	0,00	310.856.032.303,68
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	16.626.219,31	0,00	16.626.219,31
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	312.951.962.348,14	-1.064.883,62	-602.733,49	312.902.187.008,14	0,00	625.852.481.739,17
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	35.760.592,00	0,00	0,00	-70.435.557,75	0,00	-34.674.965,75
REVALIAÇÃO DE ATIVOS	955.528,00	0,00	157.145.938,29	-243.965.187,67	0,00	-85.863.721,38
AUMENTO DE CAPITAL	2.113.918.038,63	0,00	0,00	-9.750,00	0,00	2.113.906.288,63
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-242.598.930.261,45	0,00	0,00	-1.054.749.634,70	0,00	-243.653.679.896,15
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	303.507.135.093,59	0,00	-2.490.308,45	-616.497.117.060,44	0,00	-312.992.472.275,30
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	6.541.797.548,18	0,00	6.541.797.548,18
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-436.119,54	0,00	-436.119,54
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	2.001.089.118,17	0,00	0,00	-28.712.469,87	0,00	1.972.376.648,30
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-163.076,88	0,00	-163.076,88
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	399.776.798.117,24	0,00	263.254.356,75	-9.454.119.781,72	0,00	390.585.892.692,27


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS										EXERCICIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)										2013		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR												17/03/2014		1	
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL	ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04								
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01								0,01
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.839.610,44								0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	38.621.690,589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.621.690,589,00								0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	242.864.844,013,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.864.844,013,07								0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	281.579.374,212,52	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	285.302.514,216,74								0,00
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL	ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	3.723.140.004,22								
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02								0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-124.861.609,15								0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	29.476.246,037,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.476.246,037,66								0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	282.550.347,069,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.550.347,069,95								0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	311.901.731,498,44	3.707.482.559,71	0,00	8.018,51	0,00	15.649.426,00	315.624.871,502,66								0,00



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(DIRETA)	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2012	3.723.244.897,04	0,00	0,00	243.322.458.793,70	-776.884.561,19	246.268.819.129,55
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,01	0,00	0,00	10.736.942,80	0,00	10.736.942,81
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	92.839.610,44	0,00	0,00	92.783.537,59	0,00	185.623.148,03
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	38.621.690.589,00	0,00	0,00	-242.957.627.550,66	0,00	38.621.690.589,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	242.864.844.013,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-92.783.537,59
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	-104.892,82	0,00	0,00	-468.351.723,39	0,00	-468.456.616,21
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	285.302.514.216,74	0,00	0,00	0,04	-776.884.561,19	284.525.629.655,59

ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2013	3.723.140.004,22	0,00	0,00	282.530.859.368,01	-776.884.561,19	285.477.114.811,04
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-0,02	0,00	0,00	19.954.642,77	0,00	19.954.642,77
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-124.861.609,15	0,00	0,00	-127.752.615,16	0,00	-252.614.224,31
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-611.854,27	0,00	-611.854,27
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	29.476.246.037,66	0,00	0,00	3.523.648,14	0,00	29.479.769.685,80
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	282.550.347.069,95	0,00	0,00	-282.425.485.460,80	0,00	124.861.609,15
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	-466.940,85	0,00	-466.940,85
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	-20.787,86	0,00	-20.787,86
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	315.624.871.502,66	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	314.847.986.941,47


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO MUTACAOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO 2013		MES DEZEMBRO	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)		EMISSAO 17/03/2014		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	1.060.162.340,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.162.340,20
RESULTADO DO EXERCICIO	7.005.473.683,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.005.473.683,07
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27
<b>ESPECIFICACAO</b>							
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	4.559.575.773,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.559.575.773,82
RESULTADO DO EXERCICIO	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	12.625.211.797,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.625.211.797,09



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS	EXERCICIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)	EMISSAO	17/03/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR					

ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	0,00	6.256.790,915,00	0,00	6.256.790,915,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	1.060.162.340,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.162.340,20
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	7.005.473.683,07	0,00	0,00	-7.005.473.683,07	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	748.682.768,07	0,00	748.682.768,07
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	8.065.636.023,27	0,00	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27
<b>ESPECIFICACAO</b>						
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	8.065.636.023,27	0,00	8.065.636.023,27
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	4.559.575.773,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.559.575.773,82
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	8.065.636.023,27	0,00	0,00	-8.065.636.023,27	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	12.625.211.797,09	0,00	0,00	0,00	0,00	12.625.211.797,09

Aviso nº 104 - C. Civil.

Em 3 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Contas do Governo Federal.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, relativas às contas do Governo Federal correspondentes ao exercício de 2013.

Atenciosamente,

  
ALOIZIO MERCADANTE  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Recb. em 4/4/14 às 11h38min  
V. \_\_\_\_\_  
md. 230173 .

V.  
02.04.14



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 812 páginas  
(O.S. 11509/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

